JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal - AGERR-PANTANAL 5
Câmara Municipal de Alto Paraguai 7
Câmara Municipal de Canarana 9
Câmara Municipal de Nova Marilândia 9
Câmara Municipal de Nova Olímpia 9
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo 9
Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato 48
Câmara Municipal de São José do Xingu 48
Câmara Municipal de Tangará da Serra 48
Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis 48
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 49
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul 49
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 49
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 51
Fundo Municipal de Previdência Social – Previlandia 51
Prefeitura Municipal de Água Boa 51
Prefeitura Municipal de Alto Garças 56
Prefeitura Municipal de Apiacás 66
Prefeitura Municipal de Araguainha 75
Prefeitura Municipal de Araputanga 76
Prefeitura Municipal de Arenápolis 83
Prefeitura Municipal de Aripuanã 88
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 97
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 99
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 99
Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Norte 100
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 106
Prefeitura Municipal de Brasnorte 113
Prefeitura Municipal de Cáceres 113
Prefeitura Municipal de Campinápolis 115
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 117
Prefeitura Municipal de Campo Verde 136
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 137
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 140
Prefeitura Municipal de Canarana 140
Prefeitura Municipal de Carlinda 148
Prefeitura Municipal de Castanheira 164
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 165
Prefeitura Municipal de Cláudia 186
Prefeitura Municipal de Colíder 200
Prefeitura Municipal de Colniza 207
Prefeitura Municipal de Confresa 213
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 223
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 231
Prefeitura Municipal de Curvelândia 232
Prefeitura Municipal de Diamantino 233
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 234
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 274
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 276
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 277
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 278
Prefeitura Municipal de Guiratinga 278

Prefeitura Municipal de Indiavaí 279
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 280
Prefeitura Municipal de Itanhangá 281
Prefeitura Municipal de Itaúba 281
Prefeitura Municipal de Itiquira 281
Prefeitura Municipal de Jangada 286
Prefeitura Municipal de Jauru 287
Prefeitura Municipal de Juara 289
Prefeitura Municipal de Juína 295
Prefeitura Municipal de Juruena 296
Prefeitura Municipal de Juscimeira 297
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 298
Prefeitura Municipal de Marcelândia 353
Prefeitura Municipal de Matupá 354
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 387
Prefeitura Municipal de Nobres 387
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 389
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 459
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 460
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 463
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 463
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 464
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 479
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 479
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 480
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 481
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 482
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 482
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 495
Prefeitura Municipal de Paranatinga 495
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 497
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 497
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 500
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 502
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 503
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 505
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 506
Prefeitura Municipal de Poxoréu 509
Prefeitura Municipal de Querência 613
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 615
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 618
Prefeitura Municipal de Rondolândia 620
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 662
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 662
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 673
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 690
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 691
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 695
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 696
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 700
Prefeitura Municipal de São José do Povo 715
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 715
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 722
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 722
Prefeitura Municipal de Sapezal 726
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 731
Prefeitura Municipal de Sorriso 733
Prefeitura Municipal de Tabaporã 773
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 774
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 816
Prefeitura Municipal de Tesouro 817
Prefeitura Municipal de Torixoréu 817
Prefeitura Municipal de União do Sul 820

Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 823
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 831
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 837
Prefeitura Municipal de Vila Rica 843

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

Presidente de Honra: Juarez Alves da Costa

Presidente: Leonardo Tadeu Bortolin

Primeiro Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

Segundo Vice-Presidente: José Guedes de Souza - Rondolândia

Terceiro Vice-Presidente: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

Quarto Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - General Carneiro

Quinto Vice-Presidente: Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

Secretário Geral: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

Primeiro Secretário: Carlos Sirena - Juara

Tesoureiro Geral: Nelson Antônio Pain - Poxoréu

Primeiro Tesoureiro: Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

Segundo Tesoureiro: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

Conselho Fiscal:

1º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

2º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

3º João Isaack Moreira - Tesouro

Suplentes Fiscais:

1º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

2º Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio

3º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65)99931-8446 - (65)2123-1200 - (65)99903-7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - AGERR-PANTANAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 - AGERR PANTANAL

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 01/2025

O PRESIDENTE da Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal – AGERR Pantanal, em convênio com a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL – AGESAN-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ESTATUTO, utiliza o presente instrumento convocatório para tornar público o chamamento aos interessados em participar da pré-seleção, objetivando subsidiar a escolha de candidatos para Analista de Fiscalização e Regulação e Auxliar Administrativo, a saber:

1. Disposições Gerais:

1.1. O presente edital de seleção pública tem por objetivo propiciar à Comissão de Avaliação Multidisciplinar da AGÊNCIA um conjunto de informações pessoais, técnicas e curriculares para embasar sua decisão, acerca da escolha de profissionais para os empregos descritos neste edital;

1.2. A lista de candidatos, bem como sua avaliação curricular e documental seguirá os ditames deste Edital de Seleção Pública;

1.3. Em virtude da necessidade imediata de ocupação do emprego, para andamento dos trabalhos do consórcio público, a contratação se dará em caráter temporário, até a conclusão e seleção de profissionais por intermédio de Concurso Público, obedecendo os ditames legais, bem como que a contratação se dará com base na CLT, com a carga horária especificada neste edital.

1.4. A contratação dar-se-á mediante contrato de trabalho regulado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, assinado entre as partes (contratante e contratado), a critério da Administração Pública e obedecerá à ordem crescente de classificação dos candidatos selecionados.

2. Data de abertura:

2.1 Os candidatos interessados em participar da seleção deverão encaminhar seus currículos e documentação digitalizados através do e-mail: contato@agerrpantanal.com.br, no período de 25/04/2025 a 05/05/2025, sendo que o período de avaliação tem duração estimada de 25 (vinte e cinco) dias, encerrando-se o processo em 30/05/2025, data em que haverá a publicação do resultado.

3. Dos requisitos:

3.1. O candidato aprovado na Seleção Pública de que trata este Edital será contratado para o emprego específico, se atendidas às seguintes exigências:

a) ter sido aprovado na Seleção, na forma estabelecida neste Edital;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, está amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com o reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) gozar dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações eleitorais;

e) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

f) apresentar os requisitos exigidos para o emprego;

g) ter idade mínima de 18 anos à época da contratação;

h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego;

i) não estar suspenso do exercício profissional nem cumprindo qualquer outra penalidade disciplinar;

j) apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados, onde tenha residido nos últimos dois anos, expedida, no máximo, há três meses;

k) não possuir vínculo com a administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com suas subsidiárias e/ou controladas, salvo os casos de acumulação lícita de cargos;

l) ter disponibilidade da carga horária conforme opção escolhida pelo candidato.

4. Das competências e atribuições inerentes ao emprego:

4.1. Analista de Fiscalização e Regulação: Prestar apoio, fiscalizar, realizar o poder de polícia, notificar, apresentar auto de infração, aplicar penalização nos prestadores de serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais, incluindo a fiscalização indireta.

Carga horária de 40 horas semanais. A remuneração é de R$ 7.549,79 (Sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos).

4.2. Auxiliar Administrativo: Organizar, arquivar e atualizar documentos físicos e digitais, facilitando o acesso e a manutenção de informações essenciais para a empresa, atender ao público e suporte interno, controlar a agenda e reuniões, processar pagamentos/recebimentos e a emissão de notas fiscais, gerir o estoque de materiais, arquivar comprovantes, coletar informações financeiras de outros departamentos, etc.

Carga horária de 40 horas semanais. A remuneração é de R$ 2.824,00 (Dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais).

.

5. Da formação e experiência profissional:

5.1. Analista de Fiscalização e Regulação: Será provido 1 (um) profissional para o emprego em Questão, e o restante em cadastro de reserva, conforme ordem de classificação. Os candidatos deverão possuir Ensino Superior completo na área de formação, tais como engenharias civil, sanitária e ambien-

tal, biologia, arquitetura, química, com registro válido e vigente no respectivo órgão profissional, bem como experiência comprovada em fiscalização e/ou saneamento de, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos.

5.2. Auxiliar Administrativo: Será provido 1 (um) profissional para o emprego em questão, e o restante em cadastro de reserva, conforme ordem de classificação. Os candidatos deverão possuir Ensino Médio completo, bem como experiência comprovada na área, no mínimo, 12 (doze) meses ininterruptos.

6. Das etapas procedimentais:

O procedimento será composto das seguintes etapas:

6.1. Análise dos currículos enviados pelos candidatos por uma Comissão de Avaliação Multidisciplinar, cujos componentes serão definidos em Portaria da Presidência, mesclando avaliadores de ambas agências reguladoras, conforme convênio;

6.2. Análise das documentações recebidas e solicitadas para comprovação curricular, atribuindo-se, as seguintes pontuações máximas, para caráter classificatório, mas não eliminatório:

Denominação do emprego	Ensino superior completo em área compatível com o cargo	Experiência comprovada em saneamento	Experiência comprovada com fiscalização do saneamento	Experiência comprovada em agências reguladoras	Pontuação máxima
Analista de Fiscalização e Regulação	Obrigatório	Obrigatório	Classificatório	Classificatório	
		Experiência de 1 ano	Experiência de 1 ano	Experiência de 1 ano	
		1 ponto	1 ponto	1 ponto	3
		Experiência de 2 anos	Experiência de 2 anos	Experiência de 2 anos	
		2 pontos	2 pontos	2 pontos	6
		Experiência de 3 a 5 anos	Experiência de 3 a 5 anos	Experiência de 3 a 5 anos	
		3 pontos	3 pontos	3 pontos	9
		Experiência maior que 5 anos	Experiência maior que 5 anos	Experiência maior que 5 anos	
		4 pontos	4 pontos	4 pontos	12
Pontuação máxima por profissional					12

Denominação do emprego	Ensino médio completo em área compatível com o cargo	Experiência comprovada na áres e/ou afins	Experiência comprovada com fiscalização do saneamento	Experiência comprovada em agências reguladoras	Pontuação máxima
Auxiliar Administrativo	Não Obrigatório	Obrigatório	Classificatório	Classificatório	
		Experiência de 1 ano	Experiência de 1 ano	Experiência de 1 ano	
		1 ponto	1 ponto	1 ponto	3
		Experiência de 2 anos	Experiência de 2 anos	Experiência de 2 anos	
		2 pontos	2 pontos	2 pontos	6
		Experiência de 3 a 5 anos	Experiência de 3 a 5 anos	Experiência de 3 a 5 anos	
		3 pontos	3 pontos	3 pontos	9
		Experiência maior que 5 anos	Experiência maior que 5 anos	Experiência maior que 5 anos	
		4 pontos	4 pontos	4 pontos	12
Pontuação máxima por profissional					12

6.3. Entrevista dos 10 (dez) primeiros classificados pelos critérios anteriores de maneira virtual, na qual serão avaliados o raciocínio lógico, habilidades verbais, habilidades escritas e competências e será solicitada a escrita de uma redação de 15 linhas acerca dos motivos para trabalhar em uma agência reguladora, em um tempo máximo de 30 (trinta) minutos:

Raciocínio Lógico	Habilidades Verbais	Habilidades Escritas	Competências
Apresenta sinais de raciocínio lógico para suas tarefas	Apresenta discurso concatenado com as habilidades pretendidas	Escreve com habilidade uma redação acerca dos motivos para trabalhar na agência	Descreve suas competênciais com segurança e de acordo com as necessidades da agência
Não apresenta sinais de raciocínio lógico para suas tarefas	Não apresenta discurso concatenado com as habilidades pretendidas	Não escreve com habilidade uma redação acerca dos motivos para trabalha na agência	Não descreve suas conmpetências com segurança e de acordo com as necessidades da agência

6.3.1. Haverá a pontuação de 1 (um) ponto para cada item anterior em que for apresentada a sua habilidade e 0 (zero) ponto para quando não apresentar a habilidade. A pontuação poderá ser intercalada entre 0 (zero) e 1 (um), em décimos.

6.4. Entrevista com a Diretoria Geral da Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal – AGERR Pantanal, Me. Eng. Luciana N. Silva, de maneira híbrida, dos 5 (cinco) primeiros colocados para avaliação final do candidato, momento na qual será elaborada uma lista de classificação, conforme pontuação anterior, havendo a ocupação da vaga e a lista de cadastro reserva.

6.5. Ao enviar seu currículo, o candidato atesta que todas as informações são verídicas e comprováveis legalmente. A Comissão poderá solicitar mais documentos para comprovação curricular a qualquer momento do processo seletivo e a informação inverídica poderá sujeitar o candidato às penalidades legais cabíveis.

6.6. Havendo empate na etapa de entrevistas, serão incluídos os candidatos empatados. Havendo empate na classificação final será procedido o sorteio público.

7. Das disposições finais:

7.1. Constitui responsabilidade do candidato a verificação de seu e-mail para cientificar-se de toda e qualquer informação referente ao certame, especialmente no que se refere às datas das entrevistas.

7.2. Concluída cada etapa do processo seletivo, os resultados serão divulgados unicamente para o e-mail cadastrado pelo candidato.

7.3. Ao proceder sua inscrição, o candidato manifesta sua concordância com todos os termos do presente edital.

7.4. Informações adicionais sobre o emprego, respectivo vencimento, bem como acerca da estrutura administrativa da AGÊNCIA podem ser obtidas através da consulta ao site www.agerrpantanal.com.br

7.5. Fica assegurado a todo candidato o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de cada decisão.

Mirassol D´Oeste/MT, 07 de abril de 2025.

Edital assinado eletronicame por...

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Presidente - AGERR Pantanal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 01/2025

"Promulga proposição de projeto de lei sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto, pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 54, § 7º, da Lei Orgânica Municipal".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ALTO PARAGUAI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 28, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 239 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei 33/2024, de autoria do Poder Executivo e a rejeição unânime do veto do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição do projeto de lei e a rejeição do veto foram recebidas pelo Chefe do Poder Executivo, mas não foi sancionado, promulgado e publicado;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 54, § 7º, da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 708/2025 oriunda do projeto de Lei nº 33/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se. Após, encaminhe-se ao Poder Executivo Municipal para ciência e publicação no *site* da Prefeitura Municipal.

Câmara de Vereadores de Alto Paraguai/MT, 16 de abril de 2025.

Rozinei Rodrigues da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
LEI MUNICIPAL Nº 708/2025

Dispõe sobre referendar o cargo de nutricionista educacional para atender a secretaria municipal de educação do município de Alto Paraguai-MT e modifica-se a Lei Municipal nº 247/2010, na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Alto Paraguai-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica referendado, no Quadro dos Servidores Públicos da Educação do Município de Alto Paraguai, o cargo de Nutricionista Educacional - 25 (vinte e cinco) horas, de nível superior e provimento efetivo, para atuar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, cujo número de vagas, atribuições, requisitos para investidura e remuneração constam na forma dos Anexos I, II e III, respectivamente, da presente Lei, em conformidade com a Lei Municipal nº 378/2014.

§ 1º. O Nutricionista Educacional atuará na área de nutrição em alimentação coletiva escolar, gestão em unidades de alimentação e nutrição escolar, estando as atribuições do cargo criado, devidamente estabelecidas no Anexo II desta Lei.

§ 2º. Fica absorvida por esta lei a Portaria n. 205/2014, que disciplinou a transferência do cargo de nutricionista da extinta Secretaria de Administração para a Secretaria de Educação.

Art. 2º. O art. 3º da Lei Municipal 247/2010 passa a dispor a seguinte redação:

Art. 3° - A Carreira dos Profissionais da Educação Básica é constituída de 05 (cinco) Cargos efetivos:

I- Professor - composto das atribuições inerentes às atividades de docência, de coordenação, direção da unidade escolar e assessoramento pedagógico;

II- Técnico Administrativo Educacional - composto de atribuições inerentes às atividades de administração escolar, de multi-meios didáticos, de desenvolvimento infantil e outras que exijam formações especificas;

III- Apoio Administrativo Educacional I – composto de atribuições inerentes às atividades de nutrição escolar, de manutenção de infraestrutura, vigilância, e monitoramento do transporte escolar e outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental e profissionalização específica;

IV- Apoio Administrativo Educacional II – composto de atribuições inerentes às atividades de transporte escolar e outras que requeiram formação em nível de ensino fundamental e profissionalização específica;

V- Nutricionista Educacional – composto de atribuições inerentes a nutrição escolar de acordo com a formação de bacharelado em nutrição.

Art. 3º. O art. 4º da Lei Municipal 247/2010 passa a dispor a seguinte redação:

Art. 4º A série de Classes dos Cargos de Professor, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional I e II e Nutricionista Educacional estrutura-se em linha horizontal de acesso, identificada por letras maiúsculas, conforme tabela constantes nos Anexos I, II III, IV, V, VI, VII, VIII e IX da presente lei.

(...)

V – Nutricionista Educacional:

a) Classe A – com formação em nível Superior completo de Bacharelado em Nutrição;

b) Classe B – com formação em nível Superior completo de Bacharelado em Nutrição e comprovação de curso profissionalizante na área correlata;

c) Classe C – com formação em nível Superior completo de Bacharelado em Nutrição e mestrado ou doutorado na área.

Art. 4º. Esta lei ao entrar em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alto Paraguai, 16 de abril de 2025.

ROZINEI RODRIGUES DA SILVA

Presidente

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÃO DOS CARGOS CRIADOS

I - NUTRICIONISTA EDUCACIONAL:

Compete ao Nutricionista Educacional, no exercício de suas atividades profissionais no âmbito da Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraguai/MT:

I - Elaborar o Plano Anual de Trabalho da alimentação escolar, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições;

II - Realizar o controle de qualidade de gêneros de produtos alimentícios;

III - Planejar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte: a) adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas; b) respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola; c) Utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridades aos produtos semielaborados e aos in natura.

IV - calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ);

V - Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica das escolas para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição;

VI - Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

VII - Avaliar mensalmente o controle de estoque das instituições de ensino, e determinar o quantitativo de gêneros alimentícios a serem fornecidas;

VIII - Controlar o estoque de gêneros alimentícios do armazém de distribuição de alimentação escolar e solicitar aos fornecedores a quantidade necessária para atender a demanda das escolas;

IX - Planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto aos estudantes, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados;

X - Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado na Alimentação Escolar;

XI - Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio;

XII - Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios;

XIII - Participar do recrutamento, seleção e capacitação de pessoal da Alimentação Escolar;

XIV - Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação escolar e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação;

XV - Zelar para que, na capacitação específica de manipuladores de alimentos da alimentação escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes;

XVI - Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos da Alimentação Escolar;

XVII - Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação escolar e nutrição;

XVIII - Coordenar o diagnóstico e o monitoramento do estado nutricional dos estudantes;

XIX - interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações, de forma conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar;

XX - acompanhar desde a aquisição dos gêneros alimentícios até a produção e distribuição da alimentação escolar;

XXI - participar do processo de licitação e da chamada pública da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere a parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros);

XXII - elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas para serviços de Alimentação Escolar;

XXIII - assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar no que diz respeito à execução técnica da alimentação escolar;

XXIV - o nutricionista designado a Responsável Técnico (RT) do PNAE deve interagir com o Quadro Técnico (QT) de nutricionistas da Coordenadoria a fim de garantir o desenvolvimento e operacionalização das atividades inerentes ao PNAE;

XXV - averiguar juntamente com o Coordenador de Logística e Alimentação Escolar, qualquer denúncia referente a alimentação escolar:

XXVI - manter atualizado o sistema ou planilha de controle de estoque e distribuição de gêneros alimentícios;

XXVII - comunicar os responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando da existência de condições impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde dos alunos atendidos pela alimentação escolar;

XXVIII - outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional da alimentação escolar.

Requisitos para investidura no cargo: diploma de Nutricionista nível superior devidamente reconhecido pelo Ministério de Educação - MEC, e registro em seu respectivo Conselho de Classe.

ANEXO III

TABELA SALARIAL - CARGO: NUTRICIONISTA 25h.			
C L A S S E S			
NIVEL	**A**	**B**	**C**
1	R$ 3.564,00	R$ 4.989,60	R$ 6.985,44
2	R$ 3.742,20	R$ 5.239,08	R$ 7.334,71
3	R$ 3.929,31	R$ 5.501,03	R$ 7.701,45
4	R$ 4.125,78	R$ 5.776,09	R$ 8.086,52
5	R$ 4.332,06	R$ 6.064,89	R$ 8.490,85
6	R$ 4.548,67	R$ 6.368,13	R$ 8.915,39
7	R$ 4.776,10	R$ 6.686,54	R$ 9.361,16
8	R$ 5.014,91	R$ 7.020,87	R$ 9.829,22
9	R$ 5.265,65	R$ 7.371,91	R$ 10.320,68
10	R$ 5.528,93	R$ 7.740,51	R$ 10.836,71
11	R$ 5.805,38	R$ 8.127,53	R$ 11.378,55
12	R$ 6.095,65	R$ 8.533,91	R$ 11.947,47
Obs: A variação do Valor do nível imediatamente subsequente, na escala progressiva, corresponde à 5% do valor apurado no nível antecedente.			

CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 22 de abril de 2025, as 19h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 26/2025

Ø De 25 de março de 2025.

Ø Dispõe sobre a denominação oficial do "Monumento da Cuia e da Chaleira" como "Monumento da Cuia e da Chaleira Guido Afonso Rauber".

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação – Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Previdência, Esporte e Lazer.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Resolução nº 06/2025

Ø De 19 de março de 2025.

Ø Acrescenta dispositivos na Resolução nº 255/2022- Regimento Interno da Câmara Municipal de Canarana/MT**.**

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Redação.

Sala de Sessões, 17 de abril de 2025.

Joá José Porto dos Santos

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

PORTARIA N.º 013, DE 17 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N.º 013, DE 17 DE ABRIL DE 2025

EMENTA: REVOGA PARCIALMENTE A PORTARIA N.º 018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024, QUE CONCEDEU FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA DE SOUZA VIEIRA, REFERENTE AO SEGUNDO PERÍODO DE GOZO, E DEFINE NOVO PERÍODO ENTRE 15 A 30 DE ABRIL DE 2025.

VALMIR SILVA LEITE, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e em cumprimento ao que dispõe a Lei Complementar n.º 681, de 06 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica revogado o segundo período de gozo de férias da servidora PATRICIA DE SOUZA VIEIRA, previsto na Portaria n.º 018, de 20 de dezembro de 2024, anteriormente estabelecido para o período de 08 de agosto de 2025 a 22 de agosto de 2025, com retorno no dia 25 de agosto de 2025.

Art. 2º – Fica concedido à servidora o novo segundo período de gozo de férias, referente ao mesmo período aquisitivo, compreendido entre 15 de abril de 2025 a 30 de abril de 2025, com retorno às atividades no dia 01 de maio de 2025.

Art. 3º – Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria n.º 018/2024, especialmente o primeiro período de férias, que ocorreu entre 30 de dezembro de 2024 a 13 de janeiro de 2025, com retorno no dia 14 de janeiro de 2025.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia-MT, 17 de abril de 2025.

VALMIR SILVA LEITE

Presidente

Registre-se Publique-se e Cumpre-se

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO Nº 006/2025

EXTRATO Nº 006/2025

DO TERMO ADITIVO Nº 004/2025

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 24.733.537/0001-29, com sede à Rua Amazonas, 512, Centro, Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso.

CONTRATADA: ART COLOR SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.409.914/0001-39, situada na Avenida Tancredo A. Neves, 1.355, Bairro Jardim das Oliveiras, nesta cidade de Nova Olímpia-MT, CEP 78.370-000.

OBJETO: O objeto do presente Termo aditivo é alteração em mais R$31.117,08 (trinta e um mil, cento e dezessete reais e oito centavos), equivalente a 7,14% (sete virgula quatorze por cento) do valor do contrato primitivo nº 022/2024, que trata sobre execução sob o regime de empreitada GLOBAL, da Segunda Etapa de Construção da Nova Sede do Poder Legislativo de Nova Olímpia-MT.

RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições avençadas no Contrato Primitivo nº 022/2024, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

SIGNATÁRIO: Rímer de Oliveira - Vereador Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

003/2025

Contratante: Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme relação contida no Anexo I, do presente Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras."

Valor total estimado da contratação: R$ 79.960,27 (Setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e vinte e sete centavos).

Data da sessão pública

Dia 02/05/2025 às 12:00 horas (horário de Brasília)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa: ABERTO

Sumário

1. DO OBJETO.. 3

2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 4

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 5

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.. 7

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 9

7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 13

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 16

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 19

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.. 19

11. DOS RECURSOS. 20

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 21

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 24

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 24

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

(Processo Administrativo n° 020/2025)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, por intermédio do agente de contratação, designado pela portaria nº 18/2023, sediada à Av. Lions Internacional Oeste, 2021 - Centro, Peixoto de Azevedo - MT, 78530-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 111, de 14 dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme relação contida no Anexo I, do presente Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras.**

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. A licitação será realizada em 03 grupos, formados por 43 itens sequencialmente, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3.1 – Art. 86, § 1º, da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

DO REGISTRO DE PREÇOS

1.4. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.5. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no cadastro de fornecedores da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

1.10. Não poderão disputar esta licitação:

1.10.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.10.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.10.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.10.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.10.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.10.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.10.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.10.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

1.10.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.10.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.11. O impedimento de que trata o item 1.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.10.2 e 1.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.14. O disposto nos itens 1.10.2 e 1.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

1.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.16. A vedação de que trata o item 1.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.17. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

1.18. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.19. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 1.84.1 e 1.96.1 deste Edital.

1.20. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.20.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.20.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

1.20.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

1.20.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.21. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.22. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.22.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

1.22.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.23. A falsidade da declaração de que trata os itens 1.20 ou 1.22 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

1.24. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.25. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.26. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.27. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1.27.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.27.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.28. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1.28.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

1.28.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço por item.

1.29. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.27 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.30. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

1.31. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.32. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

1.32.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e ..... (anual, total) do item;

1.32.2. Marca;

1.32.3. Fabricante;

1.32.4. Quantidade cotada;

1.33. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

1.33.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

1.34. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.35. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.36. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.38. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

1.39. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.39.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

1.39.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

1.40. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

1.41. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

1.42. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.43. A abertura da presente licitação dar-se-*á* automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.44. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.45. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

1.46. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.47. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

1.48. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.49. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.50. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de uma unidade de valor, seja ela porcentagem ou em valor real.*

1.51. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

1.52. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

1.53. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1.53.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.53.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.53.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.53.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.53.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.54. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

1.54.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

1.54.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

1.54.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

1.54.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

1.54.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

1.55. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

1.55.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 1.55, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

1.55.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.55.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.55.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.55.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.55.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.56. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

1.57. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

1.58. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

1.59. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

1.60. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.61. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.62. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1.62.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.62.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

1.62.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.62.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.63. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1.63.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

1.63.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.63.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.63.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.63.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.63.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.63.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;

1.63.2.2. Empresas brasileiras;

1.63.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

1.63.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

1.64. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

1.64.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

1.64.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

1.64.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

1.64.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

1.64.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1.64.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.65. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

1.66. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 1.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.67. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

1.68. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.68.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.68.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

1.68.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.69. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

1.70. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 1.22 deste edital.

1.71. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

1.72. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.72.1. Contiver vícios insanáveis;

1.72.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.72.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.72.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.72.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.73. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1.73.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

1.73.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

1.73.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

1.74. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

1.74.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

1.74.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

1.74.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

1.74.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

1.75. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

1.76. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

1.76.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

1.76.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

1.76.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

1.76.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

1.76.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

1.77. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

1.77.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

1.77.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

1.78. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

1.79. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

1.80. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

1.81. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

1.82. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

1.83. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

1.84. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.84.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

1.85. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.86. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.87. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

1.88. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia devidamente autenticada.

1.89. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.90. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

1.91. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.92. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.93. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

1.93.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através dos telefones de contato da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

1.93.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

1.94. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

1.94.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

1.95. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.95.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.96. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

1.96.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

1.96.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

1.97. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

1.97.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

1.97.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

1.98. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

1.98.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

1.98.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

1.99. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.100. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.96.1.

1.101. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

1.102. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

1.103. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.104. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.105. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.106. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

1.107. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

1.108. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.109. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

1.110. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

1.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

1.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

1.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11. 462/23.

1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

1.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

1.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

1.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.7.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.7.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.7.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.7.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: https://www.camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br/

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1.15. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.15.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

1.15.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1.15.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.15.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.15.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.15.2.4. Deixar de apresentar amostra;

1.15.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

1.15.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.15.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.15.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.15.5. Fraudar a licitação

1.15.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.15.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.15.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.15.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.15.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.15.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

1.16. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1.16.1. Advertência;

1.16.2. Multa;

1.16.3. Impedimento de licitar e contratar e

1.16.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1.17. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.17.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

1.17.2. As peculiaridades do caso concreto

1.17.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

1.17.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

1.17.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.18. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

1.18.1. Para as infrações previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

1.18.2. Para as infrações previstas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

1.19. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

1.20. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.21. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.22. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.15.4, 1.15.5, 1.15.6, 1.15.7 e 1.15.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2 e 1.15.3 que

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

1.23. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.24. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.25. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.26. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.27. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.28. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.29. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.30. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do envio formal do documento através do e-mail: licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br*

1.31. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.31.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.32. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.33. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

1.34. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

1.35. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de **Brasília - DF.**

1.36. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.37. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.38. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.39. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.40. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.41. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.42. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: https://Peixoto de Azevedo.mt.leg.br/

1.43. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.43.1. *ANEXO I - Termo de Referência*

1.43.1.1. *Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar*

1.43.2. *ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato*

1.43.3. ANEXO *III –Minuta de Ata de Registro de Preços*

1.43.4. ANEXO IV – Minuta da carta proposta

1.43.5. ANEXO V - Minuta da proposta de preços;

1.43.6. ANEXO VI - Minuta da declaração de fato inexistente de fato superveniente impeditivo da habilitação;

1.43.7. ANEXO VII - Minuta da Carta de Credenciamento

1.43.8. ANEXO VIII - Minuta da declaração que não emprega menor; art. 7º inciso XXXIII da CF;

1.43.9. ANEXO IX - Minuta da declaração de ME ou EPP solicitando prazo para apresentação de documentação

1.43.10. ANEXO X- Minuta da declaração das penas do Art. 299 C. P.

1.43.11. ANEXO XI - Minuta de Atestado de capacidade Técnica.

Peixoto de Azevedo/MT, 22 de abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PRESIDENTE

CONTRATANTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente:	Descrição de categoria investimento:	de
- Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT	**(X) Aquisição** **( ) Contratação de Serviços**	

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	**Tipo de Licitação:**
(X) PREGÃO ELETRÔNICO - SRP, amparo legal Lei Federal 14.133/2021; ( ) CONCORRÊNCIA amparo legal Lei Federal 14.133/2021; ( ) CONCURSO amparo legal Lei Federal 14.133/2021; ( ) LEILÃO amparo legal Lei Federal 14.133/2021; ( ) DIÁLOGO COMPETITIVO amparo legal Lei Federal 14.133/2021; PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: ( ) DISPENSA amparo legal Lei nº 14.133/2021 artigo 75 ( ) INEXIGIBILIDADE amparo legal Lei Federal 14.133/2021, Artigo 74.	( ) Menor Preço por lote; **(X) Menor Preço por item;** ( ) Maior Desconto global; ( ) Melhor Técnica; ( ) Técnica e Preço; ( ) Maior lance; ( ) Maior Retorno; ( ) Outros.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

(X) Lei Federal n° 14.133/2021 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração).

(X) Decreto Municipal nº 111/2023 que regulamenta a Lei Federal 14.133/2021 no Município de Peixoto de Azevedo – MT.

(X) Lei Complementar n°123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores;

( ) Lei Municipal n° 3464/2023 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências. (X) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4. DO OBJETO:

4.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme relação contida no Anexo I, do presente Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código Item	**Código TCE**	**Itens**	**Unidade**	**Quant.**	**Preço Estimado**	**Valor Total**
		GENERO ALIMENTÍCIO				
01	18274	**PÓ DE CAFÉ** -Café torrado e moído, embalagem a vácuo, 250g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café – ABIC, com identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 12 meses (Marcas de referência: Pilão, Três Corações, Melita, Santa Clara...)	FARDO	**40**	**294,30**	**11. 772,00**
02	121195-1	**AÇÚCAR**; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades	FARDO	**20**	**85,10**	**1.702,00**
03	363064-1	**CHÁ NATURAL** a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr	CAIXA	**50**	**9,24**	**462,00**
VALOR TOTAL:					**388,64**	**13. 936,00**
		COPA COZINHA				
04	163356-2	**GUARDANAPO DE PAPEL** 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes	CAIXA	**5**	**147,22**	**736,10**
05	33511-8	**SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ** com design clássico, tamanho 103.	UNID	**10**	**10,24**	**102,40**
06	7629	**FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ**, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades	CAIXA	**50**	**6,48**	**324,00**
07	181372-2	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes	CAIXAS	**50**	**155,09**	**7.754,50**

08	369811-4	**COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 80 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades,	CAIXAS	**50**	**171,00**	**8.550,00**
09		**BOM AR** Desodorizador, aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutralizante, com 300ml	UND	**10**	**18,81**	**188,10**
10		**COADOR DE CAFÉ -** Coador de pano em 100% algodão, diâmetro mínimo de 13 cm em arame galvanizado de 3,4 mm e alça com revestimento tipo espaguete em PVC, comprimento máximo do saco 18 cm.	UND	**10**	**4,97**	**49,70**
SOMA DOS ITENS					**513,81**	**17. 704,80**
		MATERIAL DE LIMPEZA				
11	153045-3	**PAPEL HIGIÊNICO 30m** de folha dupla, branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4	UNID	**300**	**12,62**	**3.786,00**
12	33060	**BALDE PLÁSTICO** 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**	**26,60**	**266,00**
13	148014-6	**ESCOVA SANITÁRIA PLÁSTICA** para limpeza de lavabos e banheiros com suporte	UNID	**10**	**10,31**	**103,10**
14	32272	**ESCOVA PARA LIMPEZA**, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos	UNID	**6**	**4,57**	**27,42**
15	33060	**BALDE PLÁSTICO** 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**	**15,99**	**159,90**
16	129907-7	**RODO DE ALUMÍNIO** 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço	UNID	**10**	**32,79**	**327,90**
17	163388-0	**VASSOURA PELO** de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas.	UNID	**10**	**18,31**	**183,10**
18	9981	**VASSOURA PIAÇAVA**, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado, isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm	UNID	**4**	**33,94**	**135,76**
19	10506	**FLANELA** na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão	UNID	**30**	**4,61**	**138,30**
20	10527	**DETERGENTE** Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades	CAIXA	**20**	**64,08**	**1.281,60**
21	64067-37	**CERA LIQUIDA** incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades	CAIXA	**15**	**134,92**	**2.023,80**
22		**ÁGUA SANITÁRIA** -desinfeta e bactericida, embalagem 1 litro	UNID	**120**	**5,21**	**625,20**
23		**ÁLCOOL** etílico 70%, concentrado/dosagem a 70%, em frasco de 1000ml em forma farmacêutica solução, indicação de uso antisséptico desinfetante	UNID	**15**	**10,24**	**153,60**
24		**PALHA DE** AÇO Nº 1, DE 28 CM X 11 CM X 24 CM, DE 590 G.	FD	**10**	**33,26**	**332,60**
25		**PANO DE CHÃO GRANDE** – duplo, material 100% algodão, alvejado, com alta absorção, arremate nas bordas, não desfiável, costurado, medindo no mínimo 80X90cm cm aplicação limpeza geral	UNID	**15**	**9,86**	**147,90**
26		**LIMPADOR MULTI USO** – Limpador multi uso, com tampa flip top, com bico dosador econômico. Composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, frascos de 500ml. (preferência VEJA)	UNID	**50**	**6,22**	**311,00**
27		**SACO PARA LIXO DOMESTICO -** saco para lixo, com capacidade de 50 litros, uso doméstico; de polietileno, medidas aproximadas de 28x42 cm, resistente e suas condições deverão estar de acordo com nbr. Pacote com 50 unidades.	UNID	**30**	**15,68**	**470,40**
28		**DESINFETANTE** - composição: Tensoativos aniônicos, solvente, sequestrantes, 5clo-ro-2-metil-4-isotiazolin-3- ona, 2-metil4-isotiazolin-3-ona, 2-bromo-2-nitro-2propanodiol, corantes, fragrância e água; fragrâncias: pinho e lavanda, embalagem: 500ml.	UNID	**50**	**9,22**	**461,00**
29		**INSETICIDA** – aerossol com solvente a base de água. Lata com 300ml. Marca de preferência Raid, Deetefon, SBP, Fort, Baygon, Mortein, Ultra inset ou equivalente.	UNID	**10**	**19,49**	**194,90**
30		**ESPONJA PARA LIMPEZA -** tipo dupla face, medindo (11x7,5x2,3) cm, com formato retangular, em Poliuretano e fibra sintética, na cor verde/amarela	UNID	**20**	**2,07**	**41,40**
31		**LIMPA ALUMÍNIO -** contendo 500 ml. Composição: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q.s.p.; Odor: Característico; Viscosidade: 0,20 - 0,50 seg; Densidade: 0,9900-1,0100g/cm3; Solubilidade em água (% em peso): Solúvel.	UNID	**30**	**4,01**	**120,30**
32		**CESTO PARA LIXO** Capacidade para 50 litros. Torna o descarte do lixo mais fácil, deixando as mãos livres. A superfície lisa não retem sujeira ou vermes, facilitando a limpeza ou desinfecção. A tampa se acomoda perfeitamente ao coletor, vedando-o perfeitamente. Pedal de acionamento robusto, silencioso e resistente. Retem os odores desagradáveis e não atrai insetos. Material em polipropileno de alta resistência. A dobradiça permite abertura total da tampa, facilitando o deposito ou retirada do lixo. Coletor com pedal fabricado com plástico 100% reciclável. Capacidade: 50 litros. Medidas aproximadas: Dimensão 467x350x590mm. C	UNID	**4**	**59,90**	**239,60**
33		**CESTO PARA LIXO**, Lixeira plástica (polipropileno) com pedal, capacidade 15 litros. Medidas aproximadas: Altura 41cm, largura 32cm, cores: azul, verde e vermelho.	UNID	**8**	**42,34**	**338,72**
34		**CESTO PARA LIXO**; cesto telado para lixo, tamanho pequeno, formato balde (cônico), medindo aproximadamente 26 (+/- 2) cm de diâmetro superior x 28 (+/- 2cm) de altura, capacidade aproximada de 10 litros (+- 1 litro), confeccionado em plástico resistente, na cor preta	UNID	**8**	**8,79**	**70,32**
35		**PEDRA SANITARIA** – composição: paradiclorobenzeno, corante e essência; - estado físico solido; biodegradável, solúvel em água não inflamável, - fragrância floral. Desodorizador sanitário, composição paradicloro benzeno essência e corante peso liquido 35g	UNID	**100**	**1,97**	**197,00**
36		**SABÃO EM PÓ** para limpeza de roupas e multi-ação. Composto: tensoativo, aniônico, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzima branqueador óptico, fragrância suave e água, deve conter aquilbenzeno e sulfato de sódio, possuir coloração azulada, deve seracondicionado em embalagem plástica, com pacote de 1kg. (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro.).	UNID	**30**	**22,64**	**679,20**
37		**SABONETE LIQUIDO** – composição/material: glicerinado, formula suave, cocoamidopropil bateina, glicerina, edta, agua deionizada s/ alcool, ph neutro, hipoalérgico, dermatologicamente testado, para higiene corporal, Tipo: liquido, Uso: (unidade com 200 ml.)	UNID	**20**	**23,92**	**478,40**
VALOR TOTAL:					**633,56**	**13. 294,42**
		ÁGUA MINERAL E GLP				
38	121594-9	**ÁGUA MINERAL** - natural sem gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**200**	**18,68**	**3,736,00**

39	121605-8	**ÁGUA MINERAL** - natural com gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**100**	**28,22**	**2.822,33**
40	121598-1	**REPOSIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GAS**, com PH (potencial de hidrogênio) acima de 6,0, envasada com 20 (vinte litros) em garrafão policarbonato, liso, transparente, lacrado. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	UNID	**300**	**17,49**	**5.248,50**
41	121593-0	**ÁGUA MINERAL SEM GÁS CAIXA** com **48** (quarenta e oito) copos contendo no mínimo 300ml, com PH (Potencial de Hidrogênio) ACIMA DE 6,0. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	CAIXA	**500**	**42,66**	**21. 330,00**
42	148682-9	Garrafão, material: polipropileno, capacidade 20l.	UNID	**10**	**38,62**	**386,22**
43	11881-8	Gás de Cozinha (GLP) acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, de acordo com todas as Normas da ANP.	RECARGA	**10**	**150,22**	**1.502,00**
		VALOR TOTAL:			**295,89**	**35. 025,05**

6. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Câmara possui servidores que precisam de alimentação adequada durante o expediente de trabalho, sendo disponibilizado café diariamente. Algumas vezes organiza reuniões e há a necessidade de ofertar café, água e outros itens aos participantes o que justifica a necessidade de aquisição de Gêneros Alimentícios. Além das reuniões quinzenais dos vereadores, que além das sessões contam com as reuniões das Comissões. Os Utensílios de Copa e Cozinha são itens indispensáveis na preparação dos alimentos e bebidas que são ofertados aos servidores.

Os materiais de limpeza são fundamentais para manter as instalações da Câmara limpos e higienizado, incluindo as áreas comuns como os banheiros, salas e outros espaços, ou seja, a aquisição dos gêneros alimentícios, material de limpeza e dos utensílios de copa e cozinha são itens indispensáveis para o funcionamento diário das atividades na Câmara Municipal. A aquisição e reposição desses itens são necessárias para garantir a qualidade dos serviços prestados e manter o ambiente limpo e organizado, contribuindo para a saúde, bem estar e segurança de todos os envolvidos.

Considerando que não é possível calcular os itens e quantidades que efetivamente serão adquiridos, o registro de preços se mostra a forma adequada de contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E AS SUAS ESPECIFICAÇÕES:

Identificação das necessidades e requisitos específicos de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e utensílios de copa e cozinha.

Determinação das especificações técnicas, como qualidade, quantidade, durabilidade, segurança e conformidade com regulamentações.

Consideração dos impactos ambientais e sociais ao selecionar produtos, privilegiando opções sustentáveis e éticas sempre que possível.

Busca por fornecedores confiáveis que ofereçam produtos de qualidade e que atendam às especificações definidas.

Negociação de contratos que estabeleçam claramente as obrigações do fornecedor, incluindo prazos de entrega, garantias de qualidade e condições de pagamento.

Verificação da conformidade dos produtos com normas e regulamentos relevantes antes da aquisição.

Verificação da integridade e qualidade dos produtos recebidos, incluindo inspeção visual, testes de segurança e conformidade com as especificações.

Registro de quaisquer problemas ou discrepâncias identificadas durante a inspeção.

Comunicação imediata com o fornecedor em caso de produtos não conformes ou danificados.

Armazenamento adequado dos produtos, considerando requisitos de temperatura, umidade e condições de segurança.

Manuseio cuidadoso para evitar danos aos produtos e garantir sua integridade até o uso final.

Implementação de sistemas de controle de estoque para garantir o uso oportuno e eficiente dos produtos adquiridos.

Utilização dos produtos conforme suas finalidades e instruções de uso recomendadas.

Manutenção regular de utensílios e equipamentos de copa e cozinha para prolongar sua vida útil e garantir sua funcionalidade.

Adoção de práticas de descarte responsáveis, incluindo reciclagem sempre que possível.

Descarte seguro de materiais que não possam ser reciclados, em conformidade com regulamentos ambientais locais.

Consideração de programas de devolução ou reciclagem oferecidos pelos fornecedores para minimizar o impacto ambiental dos resíduos gerados.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição dos itens cotados, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas

b) O prazo de entrega dos bens é de até 02 dias corridos após o recebimento da ordem de fornecimento. Prazo esse adequado para entrega do objeto licitado. A entrega deverá ser feita na Câmara Municipal, das 12h00min às 18h00min h, localizado na Avenida Lions Internacional, n° 2021, centro.

c) O material deverá ser entregue com validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido pelo fabricante na embalagem do produto ou em documento fornecido pelo mesmo quando, numa excepcionalidade, a embalagem não constar tal informação. Isso somente se aplica caso o material ofertado tenha prazo de validade determinado pelo fabricante.

d) Os materiais devem ser entregues nas quantidades requeridas obedecendo todas as descrições em edital, inclusive no que desrespeite a apresentação;

f) No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante;

g) O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete;

h) Os materiais devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem; I) Os materiais não devem apresentar avarias ou adulterações;

i) Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade;

j) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no edital/ termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

l) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

m) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de R$ 79.960,27 (Setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e vinte e sete centavos).

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O contrato será executado conforme especificações constantes nesse Termo de Referência.

Os pedidos serão realizados conforme necessidade, e deverão ser entregues na Câmara Municipal, localizado na Av. Lions Internacional, n° 2021, centro, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da ordem de fornecimento, no horário das 12 às 18 h.

Deverá transportar os materiais em embalagens adequadas, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens e pelos danos resultantes de imperfeições das mesmas. Para o transporte dos materiais que dependem de controle especial de temperatura, deverão ser seguidas às normas vigentes estabelecidas, para manter a conservação dos produtos entregues, de forma a não alterar sua estabilidade e eficácia.

11. DO RECEBIMENTO DA MERCADORIA

O recebimento do material será feito PROVISORIAMENTE e obedecerá ao seguinte trâmite:

a) O fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega, munido da Nota Fiscal;

b) O responsável de posse dos documentos apresentados pelo fornecedor, receberá o material para verificação da quantidade de volumes, exatidão entre o material pedido, o constante na Nota Fiscal e o entregue.

Após esse recebimento provisório, o material será encaminhado ao Departamento requisitante, para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas fazer conferência detalhada dos itens recebidos, quando então ocorrerá o recebimento DEFINITIVO.

O Recebimento provisório do material não implica em aceitação do mesmo.

Encontrando irregularidades no material recebido, o Departamento Requisitante fixará o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao fornecedor, para correção.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O contrato deverá ser executado pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei n° 14.133 de 2021, e cada responderá pelas consequências por seu descumprimento total e parcial.

Deverá prestar os serviços conforme legislação e normas regulamentadoras pertinentes.

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço POR ITEM.

14. LOCAL E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DOS ITENS

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, localizado na Avenida Lions Internacional, n° 2021 – Bairro Centro – CEP 78.530-000, de segunda a sexta feira das 12:00h as 18:00 h.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser este prazo prorrogado por igual período a critério da Administração Municipal desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da lei 14.133/21.

16. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias.

17. PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de boleto ou ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito da beneficiária, em conta bancária a ser indicada pela contratada, até o 15 (quinze) dias após a entrega da mercadoria, com base na(s) NFs que devem obrigatoriamente acompanhar os itens, após devidamente conferidos e aprovados pelo

CONTRATANTE.

Ocorrendo atraso de pagamento, o valor será corrigido monetariamente, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor / IBGE, desde que a licitante ressalve expressamente o seu direito em recibo, ordem de pagamento ou outro documento similar.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RUBRICA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme dotação a seguir:

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, na data e com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

O contratado é responsável por fornecer produtos que atendam aos padrões de qualidade acordados. Isso inclui garantir a frescura e a segurança dos alimentos, a eficácia dos materiais de limpeza e a durabilidade dos utensílios de copa e cozinha.

Deve entregar os produtos conforme os prazos estabelecidos no contrato. A pontualidade na entrega é essencial para garantir o funcionamento adequado da operação que depende desses suprimentos.

Fornecer a quantidade necessária dos produtos conforme especificado na ARP. Isso pode envolver manter níveis adequados de estoque ou fornecer entregas programadas para evitar escassez ou excesso de produtos.

Se algum produto fornecido estiver defeituoso, fora do prazo de validade ou não estiver de acordo com as especificações do contrato, o contratado pode ser obrigado a substituí-lo sem custo adicional para o contratante.

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Receber os itens/materiais Contratado devendo efetuar o correspondente pagamento no prazo estabelecido, estão de conformidade com a minuta do presente Edital.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato.

Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de inexigibilidade.

21. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do serviço será efetuada por servidor designado, de acordo com as especificações constantes neste termo de referência.

22. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de abril de 2025.

KELEN SILVA SOARES

Assessora Administrativa

ANEXO I – QUANTITATIVO:

.

.

ANEXO II - DOTAÇÕES:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	COD RED	FONTE DE RECURSOS	VALOR 2025
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO.	01.031.000120030	MATERIAL DE CONSUMO	339030	0010	1.5.00.000000	R$

ANEXO III – CHECK LIST DE CONFERÊNCIA NO MOMENTO DA ENTREGA DA MERCADORIA

Data da entrega:_____/_____/_____

PRODUTO	QTD / PESO SOLICITADO	QTD ENTREGUE / PESO EMBALAGEM	MARCA	VALIDADE	CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPITCAS (COR, ODOR, ASPECTO)	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	ASS. RECEBEDOR	ASS. ENTREGADOR

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

O fiscal de contrato deverá avaliar demais obrigações contratuais e informar no campo de observações adicionais caso haja necessidade

Apêndice do Anexo Ia – Estudo Técnico Preliminar

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - CMPA

1 – INFORMAÇÕES BASICAS DO ETP.

1.1 – Processo Administrativo n° 020/2025/CMPA

1.2 Responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP:

Francisco Leilivanio da Silva Gonçalves (Coordenador Geral)

2 – DEFINIÇÃO DO OBJETO.

2.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme relação contida no Anexo I, Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras.

2.2 Esse Estudo Técnico Preliminar – ETP segue as diretrizes da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021e Decreto Municipal n° 111/2023.

3 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

O interesse da Administração Legislativa Municipal na aquisição do presente objeto justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade administrativa obedecendo ao princípio da transparência, da boa-fé, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público e ainda visando resguardar atendimento dos serviços públicos essenciais, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas dos setores/gabinetes dessa unidade gestora da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

4 – ÁREA REQUISITANTE.

Coordenadoria Geral da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

5 – DESCRIÇÃO DOS ITENS A FUTURA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	**PÓ DE CAFÉ** -Café torrado e moído, embalagem a vácuo, 250g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café – ABIC, com identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 12 meses (Marcas de referência: Pilão, Três Corações, Melita, Santa Clara...)	FARDO	**40**
2	**AÇÚCAR**; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades	FARDO	**20**
3	**CHÁ NATURAL** a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr	CAIXA	**50**
4	**GUARDANAPO DE PAPEL** 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes	CAIXA	**5**
5	**SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ** com design clássico, tamanho 103.	UNID	**10**
6	**FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ**, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades	CAIXA	**50**
7	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes	CAIXAS	**50**
8	**COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 80 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades,	CAIXAS	**50**
9	**BOM AR** Desodorizador, aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutralizante, com 300ml		**10**
10	**COADOR DE CAFÉ -** Coador de pano em 100% algodão, diâmetro mínimo de 13 cm em arame galvanizado de 3,4 mm e alça com revestimento tipo espaguete em PVC, comprimento máximo do saco 18 cm.	UND	**10**
11	**PAPEL HIGIÊNICO 30m** de folha dupla**,** branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4	UND	**300**
12	**BALDE PLÁSTICO** 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**
13	**ESCOVA SANITÁRIA PLÁSTICA** para limpeza de lavabos e banheiros com suporte	UNID	**10**
14	**ESCOVA PARA LIMPEZA**, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos	UNID	**6**
15	**BALDE PLÁSTICO** 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**
16	**RODO DE ALUMÍNIO** 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço	UNID	**10**
17	**VASSOURA PELO** de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas.	UNID	**10**
18	**VASSOURA PIAÇAVA**, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado, isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm	UNID	**4**
19	**FLANELA** na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão	UNID	**30**
20	**DETERGENTE** Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades	CAIXA	**20**
21	**CERA LIQUIDA** incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades	CAIXA	**15**
22	**ÁGUA SANITÁRIA** -desinfeta e bactericida, embalagem 1 litro	UNID	**120**
23	**ÁLCOOL** etílico 70%, concentrado/dosagem a 70%, em frasco de 1000ml em forma farmacêutica solução, indicação de uso antisséptico desinfetante	UNID	**15**
24	**PALHA DE** AÇO Nº 1, DE 28 CM X 11 CM X 24 CM, DE 590 G.	UNID	**10**
25	**PANO DE CHÃO GRANDE** – duplo, material 100% algodão, alvejado, com alta absorção, arremate nas bordas, não desfiável, costurado, medindo no mínimo 80X90cm cm aplicação limpeza geral	UNID	**15**

26	**LIMPADOR MULTI USO** – Limpador multi uso, com tampa flip top, com bico dosador econômico. Composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, frascos de 500ml. (preferência VEJA)	UNID	**50**
27	**SACO PARA LIXO DOMESTICO -** saco para lixo, com capacidade de 50 litros, uso doméstico; de polietileno, medidas aproximadas de 28x42 cm, resistente e suas condições deverão estar de acordo com nbr. Pacote com 50 unidades.	UNID	**30**
28	**DESINFETANTE** - composição: Tensoativos aniônicos, solvente, sequestrantes, 5cloro-2-metil-4-isotiazolin-3- ona, 2-metil4-isotiazolin-3-ona, 2-bromo-2-nitro-2propanodiol, corantes, fragrância e água; fragrâncias: pinho e lavanda, embalagem: 500ml.	UNID	**50**
29	**INSETICIDA – aerossol com solvente a base de água. Lata com 300ml. Marca de preferência Raid, Deetefon, SBP, Fort, Baygon, Mortein, Ultra inset ou equivalente.**	UNID	**10**
30	**ESPONJA PARA LIMPEZA -** tipo dupla face, medindo (11x7,5x2,3) cm, com formato retangular, em Poliuretano e fibra sintética, na cor verde/amarela	UNID	**20**
31	**LIMPA ALUMÍNIO -** contendo 500 ml. Composição: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q. s.p.; Odor: Característico; Viscosidade: 0,20 - 0,50 seg; Densidade: 0,9900-1,0100g/cm3; Solubilidade em água (% em peso): Solúvel.	UNID	**30**
32	**CESTO PARA LIXO** Capacidade para 50 litros. Torna o descarte do lixo mais fácil, deixando as mãos livres. A superfície lisa não retem sujeira ou vermes, facilitando a limpeza ou desinfecção. A tampa se acomoda perfeitamente ao coletor, vedando-o perfeitamente. Pedal de acionamento robusto, silencioso e resistente. Retem os odores desagradáveis e não atrai insetos. Material em polipropileno de alta resistência. A dobradiça permite abertura total da tampa, facilitando o deposito ou retirada do lixo. Coletor com pedal fabricado com plástico 100% reciclável. Capacidade: 50 litros. Medidas aproximadas: Dimensão 467x350x590mm. C	UNID	**4**
33	**CESTO PARA LIXO**, Lixeira plástica (polipropileno) com pedal, capacidade 15 litros. Medidas aproximadas: Altura 41cm, largura 32cm, cores: azul, verde e vermelho.	UNID	**8**
34	**CESTO PARA LIXO**; cesto telado para lixo, tamanho pequeno, formato balde (cônico), medindo aproximadamente 26 (+/- 2) cm de diâmetro superior x 28 (+/- 2cm) de altura, capacidade aproximada de 10 litros (+- 1 litro), confeccionado em plástico resistente, na cor preta	UNID	**8**
35	**PEDRA SANITARIA** – composição: paradiclorobenzeno, corante e essência; - estado físico solido; biodegradável, solúvel em água não inflamável, - fragrância floral. Desodorizador sanitário, composição paradicloro benzeno essência e corante peso liquido 35g	UNID	**100**
36	**SABÃO EM PÓ** para limpeza de roupas e multi-ação. Composto: tensoativo, aniônico, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzima branqueador óptico, fragrância suave e água, deve conter aquilbenzeno e sulfato de sódio, possuir coloração azulada, deve seracondicionado em embalagem plástica, com pacote de 1kg. (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro.).	UNID	**30**
37	**SABONETE LIQUIDO** – composição/material: glicerinado, formula suave, cocoamidopropil bateina, glicerina, edta, agua deionizada s/ alcool, ph neutro, hipoalérgico, dermatologicamente testado, para higiene corporal, Tipo: liquido, Uso: (unidade com 200 ml.)	UNID	**20**
38	**ÁGUA MINERAL** - natural sem gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**200**
39	**ÁGUA MINERAL** - natural com gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**100**
40	**REPOSIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GAS**, com PH (potencial de hidrogênio) acima de 6,0, envasada com 20 (vinte litros) em garrafão policarbonato, liso, transparente, lacrado. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	UNID	**300**
41	**ÁGUA MINERAL SEM GÁS CAIXA** com **48** (quarenta e oito) copos contendo no mínimo 300ml, com PH (Potencial de Hidrogênio) ACIMA DE 6,0. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	CAIXA	**500**
42	Garrafão, material: polipropileno, capacidade 20l.	UNID	**10**
43	Gás de Cozinha (GLP) acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, de acordo com todas as Normas da ANP.	RECARGA	**10**

6 – LEVANTAMENTIO DE MERCADO

Para fins orçamentários e análise de vantajosidade da solução foram priorizados os painéis de preço, banco de preços, contratações similares, pesquisa no mercado local e também foi realizada análise crítica verificando a razoabilidade da aferição dos preços médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

7 – ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO.

Código Item	Itens	Unidade	Quant.	Valor Total
GENERO ALIMENTÍCIO				
01	**PÓ DE CAFÉ** -Café torrado e moído, embalagem a vácuo, 250g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café – ABIC, com identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 12 meses (Marcas de referência: Pilão, Três Corações, Melita, Santa Clara...)	FARDO	**40**	**11. 772,00**
02	**AÇÚCAR**; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades	FARDO	**20**	**1.702,00**
03	**CHÁ NATURAL** a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr	CAIXA	**50**	**462,00**
388,64				13. 936,00
COPA COZINHA				
04	**GUARDANAPO DE PAPEL** 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes	CAIXA	**5**	**736,10**
05	**SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ** com design clássico, tamanho 103.	UNID	**10**	**102,40**
06	**FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ**, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades	CAIXA	**50**	**324,00**
07	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes	CAIXAS	**50**	**7.754,50**
08	**COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 80 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades,	CAIXAS	**50**	**8.550,00**

09	**BOM AR** Desodorizador, aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutralizante, com 300ml	UNID	**10**	**188,10**
10	**COADOR DE CAFÉ -** Coador de pano em 100% algodão, diâmetro mínimo de 13 cm em arame galvanizado de 3,4 mm e alça com revestimento tipo espaguete em PVC, comprimento máximo do saco 18 cm.	UND	**10**	**49,70**
513,81				**17. 704,80**
MATERIAL DE LIMPEZA				
11	**PAPEL HIGIÊNICO 30m** de folha dupla, branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4	UNID	**300**	**3.786,00**
12	**BALDE PLÁSTICO** 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**	**266,00**
13	**ESCOVA SANITÁRIA PLÁSTICA** para limpeza de lavabos e banheiros com suporte	UNID	**10**	**103,10**
14	**ESCOVA PARA LIMPEZA**, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos	UNID	**6**	**27,42**
15	**BALDE PLÁSTICO** 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	**10**	**159,90**
16	**RODO DE ALUMÍNIO** 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço	UNID	**10**	**327,90**
17	**VASSOURA PELO** de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas.	UNID	**10**	**183,10**
18	**VASSOURA PIAÇAVA**, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado, isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm	UNID	**4**	**135,76**
19	**FLANELA** na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão	UNID	**30**	**138,30**
20	**DETERGENTE** Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades	CAIXA	**20**	**1.281,60**
21	**CERA LIQUIDA** incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades	CAIXA	**15**	**2.023,80**
22	**ÁGUA SANITÁRIA** -desinfeta e bactericida, embalagem 1 litro	UNID	**120**	**625,20**
23	**ÁLCOOL** etílico 70%, concentrado/dosagem a 70%, em frasco de 1000ml em forma farmacêutica solução, indicação de uso antisséptico desinfetante	UNID	**15**	**153,60**
24	**PALHA DE** AÇO Nº 1, DE 28 CM X 11 CM X 24 CM, DE 590 G.	UNID	**10**	**332,60**
25	**PANO DE CHÃO GRANDE** – duplo, material 100% algodão, alvejado, com alta absorção, arremate nas bordas, não desfiável, costurado, medindo no mínimo 80X90cm cm aplicação limpeza geral	UNID	**15**	**147,90**
26	**LIMPADOR MULTI USO** – Limpador multi uso, com tampa flip top, com bico dosador econômico. Composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, frascos de 500ml. (preferência VEJA)	UNID	**50**	**311,00**
27	**SACO PARA LIXO DOMESTICO -** saco para lixo, com capacidade de 50 litros, uso doméstico; de polietileno, medidas aproximadas de 28x42 cm, resistente e suas condições deverão estar de acordo com nbr. Pacote com 50 unidades.	UNID	**30**	**470,40**
28	**DESINFETANTE** - composição: Tensoativos aniônicos, solvente, sequestrantes, 5cloro-2-metil-4-isotiazolin-3- ona, 2-metil4-isotiazolin-3-ona, 2-bromo-2-nitro-2propanodiol, corantes, fragrância e água; fragrâncias: pinho e lavanda, embalagem: 500ml.	UNID	**50**	**461,00**
29	**INSETICIDA** – aerossol com solvente a base de água. Lata com 300ml. Marca de preferência Raid, Deetefon, SBP, Fort, Baygon, Mortein, Ultra inset ou equivalente.	UNID	**10**	**194,90**
30	**ESPONJA PARA LIMPEZA -** tipo dupla face, medindo (11x7,5x2,3) cm, com formato retangular, em Poliuretano e fibra sintética, na cor verde/amarela	UNID	**20**	**41,40**
31	**LIMPA ALUMÍNIO -** contendo 500 ml. Composição: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q.s.p.; Odor: Característico; Viscosidade: 0,20 - 0,50 seg; Densidade: 0,9900-1,0100g/cm3; Solubilidade em água (% em peso): Solúvel.	UNID	**30**	**120,30**
32	**CESTO PARA LIXO** Capacidade para 50 litros. Torna o descarte do lixo mais fácil, deixando as mãos livres. A superfície lisa não retem sujeira ou vermes, facilitando a limpeza ou desinfecção. A tampa se acomoda perfeitamente ao coletor, vedando-o perfeitamente. Pedal de acionamento robusto, silencioso e resistente. Retem os odores desagradáveis e não atrai insetos. Material em polipropileno de alta resistência. A dobradiça permite abertura total da tampa, facilitando o deposito ou retirada do lixo. Coletor com pedal fabricado com plástico 100% reciclável. Capacidade: 50 litros. Medidas aproximadas: Dimensão 467x350x590mm. C	UNID	**4**	**239,60**
33	**CESTO PARA LIXO**, Lixeira plástica (polipropileno) com pedal, capacidade 15 litros. Medidas aproximadas: Altura 41cm, largura 32cm, cores: azul, verde e vermelho.	UNID	**8**	**338,72**
34	**CESTO PARA LIXO**; cesto telado para lixo, tamanho pequeno, formato balde (cônico), medindo aproximadamente 26 (+/- 2) cm de diâmetro superior x 28 (+/- 2cm) de altura, capacidade aproximada de 10 litros (+- 1 litro), confeccionado em plástico resistente, na cor preta	UNID	**8**	**70,32**
35	**PEDRA SANITARIA** – composição: paradiclorobenzeno, corante e essência; - estado físico solido; biodegradável, solúvel em água não inflamável, - fragrância floral. Desodorizador sanitário, composição paradicloro benzeno essência e corante peso liquido 35g	UNID	**100**	**197,00**
36	**SABÃO EM PÓ** para limpeza de roupas e multi-ação. Composto: tensoativo, aniônico, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzima branqueador óptico, fragrância suave e água, deve conter aquilbenzeno e sulfato de sódio, possuir coloração azulada, deve seracondicionado em embalagem plástica, com pacote de 1kg. (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro.).	UNID	**30**	**679,20**
37	**SABONETE LIQUIDO** – composição/material: glicerinado, formula suave, cocoamidopropil bateina, glicerina, edta, agua deionizada s/ alcool, ph neutro, hipoalérgico, dermatologicamente testado, para higiene corporal, Tipo: liquido, Uso: (unidade com 200 ml.)	UNID	**20**	**478,40**
633,56				**13. 294,42**
ÁGUA MINERAL E GLP				
38	**ÁGUA MINERAL** - natural sem gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**200**	**3,736,00**
39	**ÁGUA MINERAL** - natural com gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	**100**	**2.822,33**
40	**REPOSIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GAS**, com PH (potencial de hidrogênio) acima de 6,0, envasada com 20 (vinte litros) em garrafão policarbonato, liso, transparente, lacrado. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	UNID	**300**	**5.248,50**

41	**ÁGUA MINERAL SEM GÁS CAIXA** com **48** (quarenta e oito) copos contendo no mínimo 300ml, com PH (Potencial de Hidrogênio) ACIMA DE 6,0. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	CAIXA	**500**	**21. 330,00**
42	Garrafão, material: polipropileno, capacidade 20l.	UNID	**10**	**386,22**
43	Gás de Cozinha (GLP) acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, de acordo com todas as Normas da ANP.	RECARGA	**10**	**1.502,00**
	VALOR TOTAL:			**35. 025,05**

Para aquisição dos itens solicitados foi verificada a obtenção de valores das mais diversas fontes, com ênfase do Estado de Mato Grosso, para cálculo médio dos preços formando uma cesta de preços exequíveis com o devido tratamento estatístico, obtendo como valor estimado da contratação o valor de **R$ 79.960,27 (Setenta e nove mil, novecentos e sessenta reais e vinte e sete centavos).** conforme apresenta planilha e mapas de preços em anexo a este ETP.

8 – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADAS.

A estimativa da quantidade foi levada em consideração o histórico da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos anos de 2022 e 2023 tomando por base as requisições da Secretaria administrativa. Será utilizado o sistema registro de preço, o fornecimento será de acordo com a solicitação da diretoria administrativa. A estimativa de demanda se encontra consignada na tabela apresentado neste ETP **item 5 - descrição dos requisitos da contratação.**

9 – DESCRIÇÃO DA ESCOLHA DA SOLUIÇÃO A CONTRATAR.

A contratação decorrente deste procedimento licitatório será formalizada mediante **ata de registro de preço ARP** e **termo de contrato**. Os pedidos serão de forma parcelada e deverão ser fornecido de acordo com a solicitação da diretoria administrativa e conforme as especificações do termo de referência, em consonância com o artigo 107 da Lei 14.133/2021.

10 – DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

Pretende-se com o registro de preço, a realização futura de contratação obtendo um mecanismo ágio e seguro, proporcionando preços adequados para administração pública

11– JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO.

Os objetos serão licitados por item, em virtude de não haver necessidade de agrupamento, estimulando assim, a competitividade entre os licitantes e visando o menor para administração.

12 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS.

Em vista a aquisição dos bens sejam considerados comuns, não será necessária qualquer adequação específica a ser adotada pela administração municipal, seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

13 – CONTRATAÇÃO CORRELATADA OU/E INTERDEPENDENTE.

Apresente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente.

14 – PRATICAS DE SUSTENTABILIDADE.

Não há impactos ambientais previstos.

15 – DECLARAÇAO DE VIABILIDADE.

Definidos e especificados os itens e com base nas informações apresentadas ao longo do estudo técnico preliminar recomenda-se a contratação disponibilizando as soluções disponíveis no mercado. Avalia-se que a contratação atenderá de forma satisfatória portanto é viável.

16 – GERENCIAMENTO DE RISCOS.

A contratação apresenta riscos comuns do curso do referido processo até a sua formalização.

RISCO 1	**Risco**	Atraso ou suspensão no processo de contratação	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Não fornecimento dos itens	
	ID	**Ação Preventiva**	**Responsáveis**
		Acompanhamento da contratação e fornecimento do objeto.	Setor licitante da contratação – Diretoria Administrativa

RISCO 2	**Risco**	Não atendimento do objeto contratado	
	Probabilidade	Alta	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Fornecimento de itens que não atendam a demanda	
	ID	**Ação Preventiva**	**Responsáveis**
		Acompanhamento da contratação e fornecimento do objeto.	Setor licitante da contratação – Diretoria Administrativa

	Risco	Habilitação da empresa com documentação técnica, econômica e financeira forjada ou idônea.	
	Probabilidade	Média	
RISCO 3	**Impacto**	Alto	
	Dano 1	Contratação irregular contratual.	e descumprimento

	ID	Ação Preventiva	Responsáveis
		Avaliar a necessidade de realizar diligencias para confirmar a veracidade dois documentos.	Comissão/Agente de contratação

RISCO 4	Risco	Descrição do objeto (quantitativo e qualitativo) que não atenda, a demanda	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Dano decorrente da aquisição de itens inservíveis siveis Fornecimento de itens que não atendam a demanda	
	ID	Ação Preventiva	Responsáveis
		Verificar o que o órgão tem adquirindo para as demandas e soluções.	Setor licitante da contratação – Diretoria Administrativa

RISCO 5	Risco	Contratação de preços muito discrepantes (superiores e inferiores) ao praticado no mercado.	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Licitação deserta ou fracassada ou contratação com sobrepreço	
	ID	Ação Preventiva	Responsáveis
		Pesquisa preliminar de preços.	Setor licitante da contratação – Diretoria de compras ou similar

RISCO 6	Risco	Contratação de empresa inapta, que não atua no ramo pertinente ou impedida de contratar com a administração	
	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Dano 1	Problema na execução do contrato	
	ID	Ação Preventiva	Responsáveis
		Exigir no Edital/TR documentos compatíveis com o objeto licitado.	Setor licitante da contratação – Comissão/Agente de contratação

Peixoto de Azevedo - MT, 16 de abril de 2025.

_____

FRANCISCO LEILIVANIO DA SILVA GONÇALVES

Coordenador Geral

Portaria nº 028/2025

ANEXO II

MINUTA **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

A CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT pessoa jurídica de direito público, sito Av. Lions Internacional Oeste, nº 2021, Centro, Peixoto de Azevedo, CEP: 78.530-000, CNPJ: nº 37.499.373/0001-69, representado pelo presidente Sr. Thawe Rodrigues Dorta, brasileiro, agente político, portador do documento de identidade RG nº 2****9 SEJSP, e CPF nº 0**.***.**1-0*, residente e domiciliado na Rua A*****o ********o dos S****s nº *4*, Bairro *********, na cidade de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio do agente de contratação, designado pela portaria nº 018/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 002/2025, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n. º 020/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:**

DO OBJETO

1.44. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme relação contida no Anexo I, do presente Termo de Referência, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.45. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Código Item	Código TCE	Itens	Unidade	Quant.	Preço Estimado	Valor Total
		GENERO ALIMENTÍCIO				
01	18274	PÓ DE CAFÉ -Café torrado e moído, embalagem a vácuo, 250g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café – ABIC, com identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 12 meses (Marcas de referência: Pilão, Três Corações, Melita, Santa Clara...)	FARDO	40	294,30	11.772,00
02	121195-1	AÇÚCAR; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades	FARDO	20	85,10	1.702,00

03	363064-1	CHÁ NATURAL a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr	CAIXA	50	9,24	462,00
VALOR TOTAL:					388,64	13.936,00
		COPA COZINHA				
04	163356-2	**GUARDANAPO DE PAPEL 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes**	CAIXA	5	147,22	736,10
05	33511-8	**SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ com design clássico, tamanho 103.**	UNID	10	10,24	102,40
06	7629	**FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades**	CAIXA	50	6,48	324,00
07	181372-2	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes**	CAIXAS	50	155,09	7.754,50
08	369811-4	**COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 80 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades,**	CAIXAS	50	171,00	8.550,00
09		**BOM AR Desodorizador, aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutralizante, com 300ml**	UND	10	18,81	188,10
10		COADOR DE CAFÉ - Coador **de pano em 100% algodão, diâmetro mínimo de 13 cm em arame galvanizado de 3,4 mm e alça com revestimento tipo espaguete em PVC, comprimento máximo do saco 18 cm.**	UND	10	4,97	49,70
SOMA DOS ITENS					513,81	17.704,80
		MATERIAL DE LIMPEZA				
11	153045-3	PAPEL HIGIÊNICO 30m de folha dupla, branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4	UNID	300	12,62	3.786,00
12	33060	BALDE PLÁSTICO 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	10	26,60	266,00
13	148014-6	ESCOVA SANITÁRIA PLÁSTICA para limpeza de lavabos e banheiros com suporte	UNID	10	10,31	103,10
14	32272	ESCOVA PARA LIMPEZA, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos	UNID	6	4,57	27,42
15	33060	BALDE PLÁSTICO 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	10	15,99	159,90
16	129907-7	RODO DE ALUMÍNIO 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço	UNID	10	32,79	327,90
17	163388-0	VASSOURA PELO de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas.	UNID	10	18,31	183,10
18	9981	VASSOURA PIAÇAVA, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado, isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm	UNID	4	33,94	135,76
19	10506	FLANELA na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão	UNID	30	4,61	138,30
20	10527	DETERGENTE Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades	CAIXA	20	64,08	1.281,60
21	64067-37	CERA LIQUIDA incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades	CAIXA	15	134,92	2.023,80
22		ÁGUA SANITÁRIA -desinfeta e bactericida, embalagem 1 litro	UNID	120	5,21	625,20
23		ÁLCOOL etílico 70%, concentrado/dosagem a 70%, em frasco de 1000ml em forma farmacêutica solução, indicação de uso antisséptico desinfetante	UNID	15	10,24	153,60
24		PALHA DE AÇO Nº 1, DE 28 CM X 11 CM X 24 CM, DE 590 G.	UNID	10	33,26	332,60
25		PANO DE CHÃO GRANDE – duplo, material 100% algodão, alvejado, com alta absorção, arremate nas bordas, não desfiável, costurado, medindo no mínimo 80X90cm cm aplicação limpeza geral	UNID	15	9,86	147,90
26		LIMPADOR MULTI USO – Limpador multi uso, com tampa flip top, com bico dosador econômico. Composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, frascos de 500ml. (preferência VEJA)	UNID	50	6,22	311,00
27		SACO PARA LIXO DOMESTICO - saco para lixo, com capacidade de 50 litros, uso doméstico; de polietileno, medidas aproximadas de 28x42 cm, resistente e suas condições deverão estar de acordo com nbr. Pacote com 50 unidades.	UNID	30	15,68	470,40
28		DESINFETANTE - composição: Tensoativos aniônicos, solvente, sequestrantes, 5cloro-2-metil-4-isotiazolin-3- ona, 2-metil4-isotiazolin-3-ona, 2-bromo-2-nitro-2propanodiol, corantes, fragrância e água; fragrâncias: pinho e lavanda, embalagem: 500ml.	UNID	50	9,22	461,00
29		INSETICIDA – aerossol com solvente a base de água. Lata com 300ml. Marca de preferência Raid, Deetefon, SBP, Fort, Baygon, Mortein, Ultra inset ou equivalente.	UNID	10	19,49	194,90
30		ESPONJA PARA LIMPEZA - tipo dupla face, medindo (11x7,5x2,3) cm, com formato retangular, em Poliuretano e fibra sintética, na cor verde/amarela	UNID	20	2,07	41,40
31		LIMPA ALUMÍNIO - contendo 500 ml. Composição: tensoativo aniônico, sulfônico conservante, abrasivos, corantes e veículo q.s.p.; Odor: Característico; Viscosidade: 0,20 - 0,50 seg; Densidade: 0,9900-1,0100g/cm3; Solubilidade em água (% em peso): Solúvel.	UNID	30	4,01	120,30
32		CESTO PARA LIXO Capacidade para 50 litros. Torna o descarte do lixo mais fácil, deixando as mãos livres. A superfície lisa não retem sujeira ou vermes, facilitando a limpeza ou desinfecção. A tampa se acomoda perfeitamente ao coletor, vedando-o perfeitamente. Pedal de acionamento robusto, silencioso e resistente. Retem os odores desagradáveis e não atrai insetos. Material em polipropileno de alta resistência. A dobradiça permite abertura total da tampa, facilitando o deposito ou retirada do lixo. Coletor com pedal fabricado com plástico 100% reciclável. Capacidade: 50 litros. Medidas aproximadas: Dimensão 467x350x590mm. C	UNID	4	59,90	239,60
33		CESTO PARA LIXO, Lixeira plástica (polipropileno) com pedal, capacidade 15 litros. Medidas aproximadas: Altura 41cm, largura 32cm, cores: azul, verde e vermelho.	UNID	8	42,34	338,72
34		CESTO PARA LIXO; cesto telado para lixo, tamanho pequeno, formato balde (cônico), medindo aproximadamente 26 (+/- 2) cm de diâmetro superior x 28 (+/- 2cm) de altura, capacidade aproximada de 10 litros (+- 1 litro), confeccionado em plástico resistente, na cor preta	UNID	8	8,79	70,32
35		PEDRA SANITARIA – composição: paradiclorobenzeno, corante e essência; - estado físico solido; biodegradável, solúvel em água não inflamável, - fragrância floral. Desodorizador sanitário, composição paradicloro benzeno essência e corante peso liquido 35g	UNID	100	1,97	197,00
36		SABÃO EM PÓ para limpeza de roupas e multi-ação. Composto: tensoativo, aniônico, tamponantes, coadjuvantes, corantes, enzima branqueador óptico, fragrância suave e água, deve conter aquilbenzeno e sulfato de sódio, possuir coloração azulada, deve seracondicionado em	UNID	30	22,64	679,20

		embalagem plástica, com pacote de 1kg. (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro.).				
37		SABONETE LIQUIDO – composição/material: glicerinado, formula suave, cocoamidopropil bateina, glicerina, edta, agua deionizada s/ alcool, ph neutro, hipoalérgico, dermatologicamente testado, para higiene corporal, Tipo: liquido, Uso: (unidade com 200 ml.)	UNID	20	23,92	478,40
VALOR TOTAL:					633,56	13.294,42
		ÁGUA MINERAL E GLP				
38	121594-9	ÁGUA MINERAL - natural sem gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	200	18,68	3,736,00
39	121605-8	ÁGUA MINERAL - natural com gás, acondicionada em garrafa com tampa e lacre, contendo 500 ml, vasilhame plástico reciclável. pacote com 12 unidades. deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem, de forma legível, os dados do fabricante, a data de fabricação e o prazo de validade. o produto deverá ter registro no ministério da saúde e atender a portaria 451/97 do ministério da saúde e a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	FARDO	100	28,22	2.822,33
40	121598-1	REPOSIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GAS, com PH (potencial de hidrogênio) acima de 6,0, envasadá com 20 (vinte litros) em garrafão policarbonato, liso, transparente, lacrado. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	UNID	300	17,49	5.248,50
41	121593-0	ÁGUA MINERAL SEM GÁS CAIXA com 48 (quarenta e oito) copos contendo no mínimo 300ml, com PH (Potencial de Hidrogênio) ACIMA DE 6,0. O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, com marca, procedência e validade impressas na embalagem.	CAIXA	500	42,66	21.330,00
42	148682-9	Garrafão, material: polipropileno, capacidade 20l.	UNID	10	38,62	386,22
43	11881-8	Gás de Cozinha (GLP) acondicionado em botijão com capacidade para 13 Kg, de acordo com todas as Normas da ANP.	RECARGA	10	150,22	1.502,00
		VALOR TOTAL:			295,89	35.025,05

1.46. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1.47. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.48. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

1.48.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

1.48.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

1.48.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1.49. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

1.49.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1.50. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

1.51. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

1.52. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1.53. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

1.54. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

1.55. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

1.56. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa

ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1.57. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

1.58. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.58.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.58.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1.59. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.59.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1.60. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.61. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

1.61.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

1.61.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

1.62. O registro a que se refere o item 5.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

1.63. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.64. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1.64.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

1.64.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

1.65. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.66. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.66.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

1.67. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

1.68. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 1.64, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

1.69. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

1.69.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

1.69.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1.70. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.71. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

1.71.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II, do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.71.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.71.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1.72. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

1.72.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

1.72.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

1.72.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

1.72.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.73. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

1.73.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

1.73.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 1.81, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

1.73.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

1.73.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 1.84, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

1.73.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 1.73 e no item 1. 73.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

1.73.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14. 133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.74. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

1.75. O remanejamento somente poderá ser feito:

1.75.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

1.75.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

1.76. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

1.77. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

1.78. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

1.79. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

1.80. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 1.76, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.81. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

1.81.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

1.81.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

1.81.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.81.4. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

1.82. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 1.81 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

1.83. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

1.84. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

1.84.1. Por razão de interesse público;

1.84.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

1.84.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

1.85. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

1.85.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

1.86. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

1.87. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

1.88. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

1.89. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Peixoto de Azevedo – MT, em _____ de _____ de 2024.

THAWE RODRIGUES DORTA

PRESIDENTE

Empresas adjudicatárias:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA, COZINHA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO MT E A EMPRESA _____.

Nº: ___/____

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Aquisição de material de copa, cozinha, limpeza e higienização, que fazem as partes, de um lado, como a CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.499.373/0001-69, com sede na Avenida Lions Internacional, nº 2021, Bairro Centro, CEP 78.530-000, na cidade de Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representada pelo seu representado pelo presidente Sr. Thawe Rodrigues Dorta, brasileiro, agente político, portador do documento de identidade RG nº 2******9 SEJSP, e CPF nº 0**.***.**1-0*, residente e domiciliado na Rua A*****o ********o dos S****s nº *4*, Bairro *********, na cidade de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio do agente de contratação, designado pela portaria nº 018/2024, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº ____, com sede na Av. _____, nº ___, Bairro ____, na cidade de _____/____, neste ato representada por seu representante _____, portador da Carteira de Identidade RG nº ____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de ___/___; têm entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA; ÁGUA MINERAL E RECARGA GLP P13 para atender as necessidades da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, conforme abaixo descrito e proposta do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA / MODELO	UND.	QTIDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto ora contratado o valor de R$ _____.

2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos/equipamentos adquiridos, vinculado e apresentação da nota fiscal.

2.3. Após recebimento dos produtos/equipamentos e as respectivas Notas Fiscais, a CONTRATANTE fará quitação integralmente e diretamente na conta da CONTRATADA.

2.4. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório, a modalidade e o número da Nota de Empenho, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos/equipamentos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

2.5. O Documento Fiscal deverá vir acompanhado de comprovante de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, mediante Certidões atualizadas.

2.6. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta será devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo que o prazo para pagamento fluirá após a reapresentação da nota fiscal/fatura.

2.7. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

2.8. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

2.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A entrega dos produtos/equipamentos deverá ser feita no ALMOXARIFADO CENTRAL da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, em dia de expediente, no horário das 12:00 ás 18:00 horas, no prazo máximo de até 05 dias corridos, contados da data do recebimento da requisição/ordem de fornecimento, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela CONTRATADA e acatado pela CONTRATANTE.

3.2. A entrega dos produtos/equipamentos será acompanhada e fiscalizada por representante da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

3.3. A CONTRATANTE terá o prazo de até 05 dias para aceitar os produtos/equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que os mesmos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos/equipamentos com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos/equipamentos e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

3.4. Os produtos/equipamentos fornecidos em desacordo com o estipulado neste contrato serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados;

c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 dias, contados da notificação por escrito, mantidos os preços inicialmente contratados.

3.5. Quanto a problemas de qualidade dos produtos/equipamentos ou das condições das embalagens, a CONTRATADA notificada pela CONTRATANTE será responsável pela troca do produto que apresentar problemas, observando o prazo máximo de 05 dias.

3.6. Após a entrega dos produtos/equipamentos, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, a Câmara Municipal reserva se o direito de substituí-lo, complementá-lo ou devolvê-los.

3.7. As marcas dos produtos/equipamentos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da CONTRATADA e autorização desta Câmara, mesmo que sejam por produtos/equipamentos de qualidades equivalentes.

3.8. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a Comissão/servidor reduzirá a termos os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

3.9. A atestação de conformidade da entrega dos produtos/equipamentos caberá ao servidor da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT designado para esse fim.

3.10. Todas as despesas de transporte, taxas, pedágio, frete e descarga para entrega dos produtos/equipamentos correrão por conta da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência a partir do dia de sua assinatura até o dia __ de _____ de ___, podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes à licitações e contratos públicos, bem como poderá ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 91 §4º da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante prévia justificativa.

CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. O Contrato poderá ser alterado e revistos seus preços de acordo com o estabelecido no Artigo 89 a 92 e seus parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da classificação e dotação orçamentária abaixo especificada, e consignada no Orçamento Programa previsto para o corrente exercício, na seguinte Rubrica:

Código: 01

Órgão: 01

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2001 Manutenção das atividades de Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos/equipamentos adquiridos rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste contrato, obedecendo integralmente às normas técnicas vigentes ou fornecidas pelo Contratante, e ainda:

a) Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Câmara Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

b) Executar a entrega dos produtos/equipamentos de acordo com a necessidade da Câmara Municipal, mediante apresentação de requisição ou ordem de entrega.

c) Fornecer os produtos/equipamentos de acordo com o prazo e condições avençados no presente no contrato.

d) Responsabilizar-se pela entrega dos produtos/equipamentos, de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, sem ônus para a Câmara Municipal, substituindo imediatamente, e à sua expensa, em caso que se verificar defeito, adulterações ou incorreções.

e) Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Camara Municipal de Peixoto de Azevedo, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

f) Entregar os produtos/equipamentos em embalagens adequadas, de forma a permitir a completa preservação da mesma e sua segurança durante o Transporte.

g) A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto/equipamento e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

h) Substituir, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, após notificação formal, os produtos/equipamentos entregues em desacordo com as especificações deste contrato, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

j) Respeitar a legislação vigente para cada produto/equipamento a ser fornecido.

k) Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato.

l) Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT. No caso de subcontratação autorizada pela Câmara Municipal, a contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Câmara Municipal.

n) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato, ainda que ocorridos em dependências da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

o) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega.

p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Câmara.

q) Indenizar terceiros e/ou a própria Câmara mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

r) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

s) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

t) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O CONTRATANTE se responsabilizará pelo fornecimento da requisição e/ou ordem de entrega dos produtos/equipamentos a serem fornecidos e ainda:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado;

b) Efetuar o pagamento na condição e prazo estipulado neste contrato;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do contrato, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021;

d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos/equipamentos, fixando prazo para sua correção;

e) Fiscalizar livremente a entrega, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução da mesma;

f) Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos produtos/equipamentos fora das especificações deste contrato;

g) Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto neste contrato, e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação no contrato;

h) Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos/equipamentos;

i) Aplicar as sanções administrativas por descumprimento do pactuado neste Contrato Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. O preço inicialmente contratado será fixo e irreajustável, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo dos produtos/equipamentos, junto ao distribuidor ou concessionária, devidamente justificado e demonstrado pela CONTRATADA.

10.2. À CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a administração requerimento para a revisão dos preços, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

10.3. Os preços relacionados no contrato poderão sofrer alterações obedecidas as disposições contidas no art. 134 da Lei n° 14.133/2021.

10.4. A cada pedido de revisão de preço deverá à CONTRATADA comprovar e justificar as alterações havidas à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

10.5. No caso da CONTRATADA ser revendedora ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara, a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com Notas Fiscais de Fábrica/Indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de Custos).

10.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o órgão CONTRATANTE adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

10.7. O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA será mantido durante toda a vigência do contrato. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência do contrato.

10.8. Caso o preço contratado seja superior à média dos preços de mercado, a CONTRATANTE solicitará a CONTRATADA, mediante correspondência, redução do preço, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

10.9. Não serão reconhecidos e nem analisados pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido.

10.10. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

10.11. Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada se manifestar perante a Administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

10.12. É vedado à CONTRATADA interromperem o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

11.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam: a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021: a) Advertência;

b) Multa Moratória;

c) Multa Compensatória;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a administração pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Resolução n. 04/2024.

11.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, observando-se os seguintes parâmetros:

11.6.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da

Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato de Preços, em caso de:

a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, i da lei federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 49º do decreto municipal 49/2023;

b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância.

11.6.4 - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5 - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da

Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art.

155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei

Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155,

XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013¸ previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7 A multa moratória a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2 **- 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;**

11.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Legislativa, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Legislativa

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1 As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;

11.8.2 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme Lei 14.133/2021.

11.8.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Legislativa não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Legislativa, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e da Resolução 004/2024.

11.10 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

11.16 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Resolução 004/2024

11.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Resolução 004/2024

11.18 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.20. O encaminhamento de Ofício de Notificação quanto à abertura de processo administrativo contra a CONTRATADA será efetuado pelo departamento, unidade ou comissão responsável da CONTRATANTE, por meio de endereço eletrônico constante do Portal de Compras Públicas ou aquele informado na proposta de preço, ou por meio físico via correios, para fins de garantir o seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.20.1. Levando em consideração, o avanço das tecnologias de informação e o fato inegável de que, atualmente para participar de um processo licitatório todos os licitantes devem possuir acesso às redes mundiais de computadores, todas as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-ão por meio eletrônico, considerando conta as inovações tecnológicas e o endereço eletrônico mencionado no item precedente, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA mantê-lo permanentemente atualizado.

11.20.2. A CONTRATADA, além de manter seu e-mail permanentemente atualizado, fica responsável por acessar sua caixa de entrada periodicamente durante todo o processo da contratação, devendo também averiguar sua caixa de spam, sob pena de perder os prazos legais previstos acerca do direito de defesa/manifestação quanto ao teor do Ofício de Notificação.

11.20.3. Tal prática visa a conferir maior celeridade processual e proporcionar economicidade a todas as partes envolvidas nos processos, sobretudo à sociedade, que custeia a gestão pública, na medida em que privilegia o envio eletrônico de informações em detrimento de outros meios de comunicação, como publicações em Diário Oficial ou remessas via correio, à exceção dos casos que por Lei exigem-se intimação via correios ou vista pessoal.

11.20.4. Quando, por razões técnicas, for inviável o uso de meio eletrônico para o encaminhamento de Ofício de Notificação, esse ato poderá ser viabilizado segundo as regras ordinárias, sendo dever da CONTRATADA manter, junto à Administração, atualizados os dados de endereço, contato telefônico e do representante legal da empresa, não suprindo tal ônus a mera formalização da alteração do ato constitutivo ou do contrato social na Junta Comercial competente, no Cartório de Registro de Títulos ou outro ato solene que a lei determinar.

11.20.5. O encaminhamento de Ofício de Notificação por meio eletrônico possui respaldo no art. 5.º, LXXVIII, da Constituição Federal de 1988; art. 26, § 3.º, in fine e art. 2.º, § único, IX (princípio do formalismo moderado), todos da Lei nº 9.784/1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal; art. 5.º do Decreto nº 8.539/2015; e, subsidiariamente, cf. disciplina o art. 15, calca-se também na disposição do art. 270 do Código de Processo Civil de 2015, sendo hoje uma prática já consolidada no Poder Judiciário e que vem sendo implantada nos demais Poderes com a finalidade de otimizar custos, critérios de sustentabilidade e ritos processuais, primando pela eficiência no serviço público sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa de quaisquer das partes..

11.20.6. As defesas/manifestações, quando em resposta ao Ofício de Notificação de que trata o item anterior, deverão ser encaminhadas preferencialmente por meio eletrônico licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br, ou ser entregues na sala de licitações da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT.

11.20.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.20.8. Toda a operacionalidade por meio eletrônico mantém inalterados os prazos legais para as defesas/manifestações, bem como mantém conservado todo o direito ao contraditório e à ampla defesa em toda e qualquer fase do rito processual;

11.20.9. Demais dúvidas acerca do disposto nos subitens precedentes quanto às notificações, defesas ou manifestações, poderão ser solicitadas na sala de licitações da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT ou através de meio eletrônico licitacao@camarapeixotodeazevedo.mt.gov.br.

11.21. As multas aplicadas deverão ser recolhidas à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de Documento de Arrecadação Municipal DAM, observando-se sua data de vencimento, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei vigente, com os encargos correspondentes, ou descontá-las dos valores remanescentes de pagamentos à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 137, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 138, da Lei Federal 14.133/2021, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento da execução do contrato, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal do Contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos/equipamentos, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” da entrega dos equipamentos e o encaminhamento da nota fiscal/fatura para pagamento na forma estabelecida neste contrato.

13.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas, pela CONTRATANTE, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

13.3. Fica designado através da Portaria nº __/___ o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor do contrato indicado na epígrafe.

SERVIDOR	**NOME**	**MATRÍCULA**
TITULAR		
SUPLENTE		

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PROCESSO

14.1. O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório sob Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

15.1. O objeto do presente contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este contrato obedecerá às determinações da Lei 14.133/2021.

16.2. A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades comerciais, se responsabilizando integralmente por esta informação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CERTIDÕES

17.1. Foram apresentadas as certidões obrigatórias exigidas por Lei conforme abaixo:

CERTIDÃO	Data Emissão	Data de validade	Nº da Certidão
FGTS			
RFB/PGFN			

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18.1. Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Peixoto de Azevedo/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

18.2. E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em 03 (tres) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo - MT, em ___ de _____ de 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PRESIDENTE CONTRATANT	EMPRESA: _____ CNPJ nº _____ CONTRATADA
Fiscal de Contrato	Fiscal de Contrato Suplente

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

RG: _____ RG: _____

CPF: _____ CPF: _____

ANEXO IV

MINUTA DA CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

À CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

A/C SR. PREGOEIRO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Nome de Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	INSC. EST.:
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	e-mail:
Telefone:	Fax:
Banco:	Nº Conta Bancária:
Nome e nº da Agência:	
Nome do representante legal:	
RG:	CPF:
Endereço:	

O valor total da presente licitação é de R$ _____

_____

Pelo presente, a empresa acima caracterizada, em cumprimento ao disposto no Edital de Pregão Presencial nº ____/2024, DECLARA que:

a) Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2024

Nome completo e assinatura do representante legal

CPF: _____

RG: _____

ANEXO V

MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

Código Item	**Código TCE**	**Itens**	**Unidade**	**Quant.**	**Preço unitário**	**Valor Total**
		GENERO ALIMENTÍCIO				
01	18274	**PÓ DE CAFÉ** -Café torrado e moído, embalagem a vácuo, 250g, características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café – ABIC, com identificação do produto e prazo de validade de no mínimo 12 meses (Marcas de referência: Pilão, Três Corações, Melita, Santa Clara...)	FARDO	40		
02	121195-1	**AÇÚCAR**; obtido da cana de açúcar, cristal, com aspecto cor, cheiro próprios e sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99,3%p/p, admitindo umidade máxima de 0,3%p/p; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em plástico atóxico, validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega - pacote com 2 kg acomodados em fardos de 10 unidades	FARDO	20		
03	363064-1	**CHÁ NATURAL** a granel preparado a partir das folhas e talos da erva-mate, planta nativa, selecionados e tostados em embalagem de 500gr	CAIXA	50		
VALOR TOTAL:						
		COPA COZINHA				
04	163356-2	**GUARDANAPO DE PAPEL** 30 x 32 cm de boa qualidade, em pacotes com 50 unidades em caixas de 40 pacotes	CAIXA	5		
05	33511-8	**SUPORTE PARA FILTRO DE CAFÉ** com design clássico, tamanho 103.	UNID	10		
06	7629	**FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ**, tamanho n° 103, produzido em material 100% celulose, na cor branca, com micro furos e costura, embalado em caixa de papelão contendo 30 unidades	CAIXA	50		
07	181372-2	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 180 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades, acomodados em caixas com 25 pacotes	CAIXAS	100		
08	369811-4	**COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA**, em polipropileno (pp), capacidade de no mínimo 80 ml, não tóxico, de primeira qualidade, pacotes com 100 unidades,	CAIXAS	70		
09		**BOM AR** Desodorizador, aerossol, aplicação: aromatizador ambiental, características adicionais: ação neutralizante, com 300ml	UND	10		
10		COADOR DE PANO	UND	10		
SOMA DOS ITENS						
		MATERIAL DE LIMPEZA				
11	153045-3	**PAPEL HIGIÊNICO 30m** de folha dupla, branco, deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e homogêneo, não poderá esfarelar durante o uso, não poderá apresentar odor desagradável (não característico), corte imperfeito, enrugamento com dobras e deverá apresentar resistência adequada à tração fd 16x4	UNID	300		
12	33060	**BALDE PLÁSTICO** 20 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	20		
13	148014-6	**ESCOVA SANITÁRIA PLÁSTICA** para limpeza de lavabos e banheiros com suporte	UNID	10		
14	32272	**ESCOVA PARA LIMPEZA**, modelo oval; base de madeira, espessura 1,5 cm; base medindo (13 x 7) cm; com cerdas em nylon sintético; sem alça, sem cabo, na cor amarela; mínimo de 15 cerdas por tufos	UNID	6		
15	33060	**BALDE PLÁSTICO** 10 lts, para uso doméstico, com alça e sem aba	UNID	10		
16	129907-7	**RODO DE ALUMÍNIO** 40 centímetros, espessura 1,10 milímetros, cabo em alumínio medindo 1,30 centímetros de comprimento, borracha substituível- material em EPDM com fita estirada de aço	UNID	15		
17	163388-0	**VASSOURA PELO** de 30cm, cerdas com embutimento angular, sintética, plumada, cabo inclinado associada ao ângulo das cerdas.	UNID	20		
18	9981	**VASSOURA PIAÇAVA**, com cabo de madeira fixado ao taco e este ao corpo através do revestimento com folhas de flandres. CABO, em madeira resistente e com formato cilíndrico, deverá ser lixado,	UNID	4		

		isento de nós, superfície lisa, sem qualquer forma pontiaguda, tendo ainda a ponta superior arredondada e a outra firmemente presa ao taco comprimento 120 cm; diâmetro mínimo 2,2 cm				
19	10506	**FLANELA** na cor amarela de 58 x 40 cm, na cor amarela, 100% de algodão	UNID	30		
20	10527	**DETERGENTE** Princípio ativo linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, teor mínimo de 6%, fragrâncias e outras substâncias químicas permitidas, acondicionamento em frasco plástico, contendo 500 ml, acomodados em caixas com 24 unidades	CAIXA	70		
21	64067-37	**CERA LIQUIDA** incolor frasco 750ml. Caixa contendo 12 unidades	CAIXA	30		
22		**ÁGUA SANITÁRIA** -desinfeta e bactericida, embalagem 1 litro	UNID	30		
23		**ÁLCOOL** etílico 70%, concentrado/dosagem a 70%, em frasco de 1000ml em forma farmacêutica solução, indicação de uso antisséptico desinfetante	UNID	15		
24		**PALHA DE AÇO**	UNID	10		
25		**PANO DE CHÃO GRANDE** – duplo, material 100% algodão, alvejado, com alta absorção, arremate nas bordas, não desfiável, costurado, medindo no mínimo 50x76 cm aplicação limpeza geral	UNID	30		
26		**LIMPADOR MULTI USO** – Limpador multi uso, com tampa flip top, com bico dosador econômico. Composição: alquil benzeno, sulfonato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvantes, frascos de 500ml. (preferência VEJA)	UNID	50		
27		SACO PARA LIXO DOMESTICO - **saco para lixo, com capacidade de 50 litros, uso doméstico; de polietileno, medidas aproximadas de 28x42 cm, resistente e suas condições deverão estar de acordo com nbr. Pacote com 50 unidades.**	UNID	30		
28		DESINFETANTE – frasco 2 litros	UNID	50		
29		INSETICIDA – aerossol com solvente a base de água. Lata com 300ml. Marca de preferencia Raid, Deetefon, SBP, Fort, Baygon, Mortein, Ultra inset ou equivalente.	UNID	10		
30		ESPONJA PARA LIMPEZA - **tipo dupla face, medindo (11x7,5x2,3) cm, com formato retangular, em Poliuretano e fibra sintética, na cor verde/amarela**	UNID	20		
31		Limpa alumínio	UNID	30		
32		**CESTO PARA LIXO GRANDE**	UNID	4		
33		**CESTO PARA LIXO MÉDIO**	UNID	8		
34		**CESTO PARA LIXO PEQUENO**	UNID	8		
35		**PEDRA SANITARIA** – composição: paradiclorobenzeno, corante e essência; - estado físico solido; biodegradável, solúvel em água não inflamável, - fragrância floral. Desodorizador sanitário, composição paradicloro benzeno essência e corante peso liquido 35g	UNID	100		
36		**SABÃO EM PÓ**	UNID	30		
37		**SABONETE LIQUIDO**	UNID	20		
VALOR TOTAL:						
		ÁGUA MINERAL E GLP				
38	121594-9	Garrafa mínimo 497ml água mineral sem gás fardo com 12 unidades	FARDO	200		
39	121605-8	Garrafa mínimo 497ml água mineral com gás fardo com 12 unidades	FARDO	100		
40	121598-1	Água mineral sem gás, acondicionada em galão de 20 litros retornável, com tampa lacrada, fornecido mediante troca de vasilhame (reposição),	UNID	300		
41	121593-0	Copo 300ml água mineral sem gás Caixa com 48 unidades	CAIXA	500		
42	148682-9	Garrafão, material: polipropileno, capacidade 20l.	UNID	10		
43	11881-8	Botijão de gás de cozinha 13kg fabricado segundo as normas da ABNT n°8460	RECARGA	10		
		VALOR TOTAL:				

Local e data, _____, ____ de _____ de 2024

CARIMBO

Nome completo e assinatura do representante legal

CPF: _____

RG: _____

ANEXO IV

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE FATO INEXISTENTE DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

Pelo presente a empresa _____, CNPJ nº_____, sediada à _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Município de _____, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Pregão Presencial nº ____/2024, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

I – Inexiste fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93;

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digitá-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta;*

ANEXO V

MINUTA DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

Pelo presente, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Município de _____, em atendimento ao solicitado no edital de Pregão Presencial nº ____/2024, através do Sr. _____ (diretor ou sócio com poderes de gerência), outorga ao Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, ofertar lances verbais, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do diretor ou sócio

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digita-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta.*

ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÕES ART. 7º INCISO XXXIII, DA CF

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

Pelo presente a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Município de _____, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Pregão Presencial nº ____/2024, DECLARA, sob as penas da Lei, que:

I – não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, inciso V;

II – não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e Legislativo Municipal de Peixoto de Azevedo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digita-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta;*

ANEXO VII

MINUTA DA DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

SOLICITANDO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

Pelo presente a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, Município de

_____, por seu representante legal abaixo assinado, em atendimento ao solicitado no edital de Pregão Presencial nº ____/2024, SOLICITA prazo legal para regularização da documentação abaixo relacionada.

1. Documento: _____

Justificativa:_____

Prazo para regularização: _____/_____/2025;

2. Documento: _____

Justificativa: _____

Prazo para regularização: _____/_____/2025

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digita-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta;*

ANEXO VIII

MINUTA DA DECLARAÇÃO DAS PENAS DO ART. 299 C. P.

(Timbre/logomarca do Emitente)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM

A EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ n° _____ e inscrição estadual n° _____, estabelecida a _____, bairro _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, através de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no edital de licitação DECLARA, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha vencer o certame, de entregar os produtos nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência. Por ser essa a expressão da verdade, firmamos.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digita-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta;*

ANEXO IX

MINUTA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca do Emitente)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2025

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025

MENOR PREÇO POR ITEM 001

Pelo presente, a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida no endereço _____, nº _____, bairro _____, fone _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, CNPJ nº _____, com sede no endereço _____, nº _____, bairro _____, forneceu o objeto semelhante referente aos itens desta licitação, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025

Nome completo e assinatura do responsável legal pela empresa

CPF: _____

RG: _____

Obs.:

I – *A empresa poderá preencher esta minuta da declaração ou digita-la em papel timbrado da empresa, desde que contenha todos dos dados desta minuta;*

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica

Espécie: Licenciamento de uso do Software Digitalconsig, sem ônus, objetivando a operacionalização da gestão e controle das consignações em folha de pagamento.

CESSIONÁRIA: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, localizada na Rua Flávio Luiz, Nº2060, Bairro Centro, CEP: 78453-000, Santa Rita do Trivelato - MT, inscrita no CNPJ sob nº 04.253. 983/0001-29.

CEDENTE: **DIGITALCONSIG SISTEMAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 416, Bairro Centro, edifício Koerich Rio Branco, sala 1108, CEP: 88.015-366, Florianópolis – SC, inscrita no CNPJ nº. 12.022.696/0001-36.

Data Assinatura: 17 / 04 / 2025.

Vigência: prazo de **60 (sessenta) meses**.

Objeto: O software, ora cedido e licenciado em conformidade com a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, é de propriedade intelectual e material da empresa **CEDENTE**. Constitui objeto deste acordo, a cooperação técnica para cessão não onerosa do licenciamento de uso, pela **CEDENTE** à **CESSIONÁRIA**, do sistema **DIGITALCONSIG** Módulos do Consignante e Servidor, de propriedade da **CEDENTE** a fim de possibilitar a operacionalização e controle das consignações no âmbito da Administração Direta e Indireta da CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, junto aos servidores municipais e às consignatárias conveniadas.

Foro: Comarca de Santa Rita do Trivelato, ESTADO DO MATO GROSSO.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PROCESSO -DISPENSA 002/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO – **DISPENSA 002/2025**

OBJETO - **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço e desenvolvimento de atividade meio na Câmara Municipal de São José do Xingu/MT**

À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO prevê a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade ao disposto no art. 75, inciso II,da Lei 14.133/2021.

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 24 da Lei de Licitações, **RATIFICO E HOMOLOGO** a **DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2025.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos do parecer expedido pela Comissão Contratação de Licitação, conforme abaixo descrito:

Favorecido: ***GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA - ME***

CNPJ - 15.507.854.0001/36

Valor Total: **R$ 6.877,98 (Seis Mil oitocentos e Setenta e Sete Reais e Noventa e Oito Centavos)**

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal!

São José do Xingu – MT, 16 de abril de 2025.

_____

Wanderson Gomes Leonel

Presidente da Camara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO Nº 1.284 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

HOMOLOGA E ADJUDICA A INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025, PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 25/2025, PARA INSCRIÇÃO NO CURSO "II FÓRUM NACIONAL DE CONTROLADORIA INTERNA", COM CARGA HORÁRIA DE 18H, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA. O Senhor EDMILSON PORFÍRIO, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei; DECRETA Art. 1º Fica homologado o PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 25/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 08/2025, tendo como adjudicatária a empresa: CONTROLE INTERNO NA PRÁTICA (CIP), inscrita no CNPJ: 48.725.098/0001-70, com sede na Avenida Visconde de Guarapuava, 2305, centro, Curitiba-PR, CEP 80010-100, estando autorizada a contratação conforme Justificativa de Escolha e Preço datada de 14 de abril de 2025. Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, 48º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

EDMILSON PORFÍRIO

Presidente Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTINHO DO LANCHE

1º Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2025

Pregão Presencial SRP Nº 006/2025

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TIJOLOS,** no sentido de atender as necessidades dos diversos setores na companhia de desenvolvimento de Rondonópolis – CODER**. Abertura da Licitação: Dia: 07/05/2024 às 14:00 (Horário local). Local: Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - CODER, Estado de Mato Grosso,** Avenida Dr. Paulino de Oliveira, n. º 1.411 – Jardim Marialva – Sala de Licitações **Dúvidas e esclarecimentos**: E-mail: licitacao@coderroo.com.br ou telefone (66) 3439-3420. **Retirada do edital: O Edital será disponibilizado no site da** Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis - **CODER**, www.coderroo.com.br **no ícone Licitações,** ou através de solicitação no e-mail:licitacao@coderroo.com.br,o mesmo poderá ser retirado na sede da **CODER**, Avenida Dr. Paulino de Oliveira, n.º 1.411 – Jardim Marialva – Sala de Licitações das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, através de **PEN DRIVE** novo ou formatado.

Rondonópolis - MT, 17 de Abril de 2025

Rafael Yamassaki Mota

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

Nos termos do inciso IV do Art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, JADILSON ALVES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo reconhecido e ratificado a **Dispensa de Licitação Nº 05/2025** para a contratação de empresa do ramo para o fornecimento de pedras, britas e tubo de concreto poroso para manutenção operacional e ampliação de célula de resíduos do aterro sanitário consorciado, localizado em Mirassol D'Oeste, conforme condições e requisitos estabelecidos no Termo de Referência. Cujo objeto fora dispensado de licitação em conformidade com Inciso II do Art. 75 da Nova Lei de licitações nº 14.133/2021. *E, após* cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto e resultado do Processo de Dispensa de Licitação e **ADJUDICA** o objeto ao Proponente vencedor:

Próspera Indústria Comércio e Serviços Ltda – CNPJ: 03.880.985/0001-85, com endereço na Rua São Francisco, S/N, Bairro Cidade Tamandaré, no Município de Mirassol D'Oeste/MT, Cep. nº. 78.280-000, com o Valor Total de **R$ 123.370,00** (Cento e vinte e três mil, trezentos e setenta reais).

São José dos Quatro Marcos - MT, 17 de abril de 2025.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul – CIDESASUL, situada no município de São Pedro da Cipa, realizou-se uma assembleia com os Prefeitos Municipais dos municípios consorciados para tratar da prestação de contas referente ao exercício de 2024. A reunião foi aberta pelo Presidente do Consórcio Alexandre Russi, que deu boas-vindas a todos os presentes e apresentou a pauta do dia, que consistiu nos seguintes assuntos: 1. Prestação de contas do exercício de 2024: Foram apresentados pelo contador senhor Marcos Souza os demonstrativos financeiros, balancetes, relatório de atividades e investimentos realizados ao longo do ano de 2024. Após exposição e análise dos documentos, os membros presentes deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a prestação de contas apresentada. 2.Aprovação de contratos de programas para entes consorciados: Foram discutidos e aprovados os contratos de programas a serem firmados entre o consórcio e os entes consorciados, visando à continuidade e ampliação das ações conjuntas nas áreas de interesse comum. 3. Alteração do Estatuto e Protocolo de Intenções: Foi deliberada e aprovada a proposta de alteração do Estatuto e do Protocolo de Intenções do CIDESASUL para inclusão da adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISB-POA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, bem como a adesão dos respectivos municípios consorciados ao Serviço de Inspeção Consorciado (SIC) do CIDESASUL. 4 Reunião com a empresa SEGER – Parceria Público-Privada: Na sequência, os representantes do consórcio reuniram-se com membros da empresa SEGER para dar continuidade às tratativas relativas à proposta de Parceria Público-Privada (PPP), com foco em soluções de desenvolvimento regional integrado. Foram debatidos os próximos passos para estruturação do projeto, Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes. São Pedro da Cipa, 08 de Abril de 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°025/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-CISGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

H O M O L O G A Ç Ã O

Tornamos público as empresas Credenciadas no Processo ADMINISTRATIVO – CREDENCIAMENTO 001/2025 - INEXIGIBILIDADE N° 001/2025, tendo por objeto:

OBJETO: "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA - CISGA"

Define-se pela contratação das empresas abaixo descritas, cuja distribuição e utilização dos serviços credenciados será de acordo com o número de credenciados e a demanda dos municípios, não havendo a obrigação de utilização de quantidades mínimas ou do total estimado no termo de referência, podendo eventualmente alcançar o valor global de R$ 46.054.789,94 (Quarenta e seis milhões cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), aos fornecedores que ora seguem:

CDI- CENTRO DE DIAG. POR IMAGEM DE BG. LTDA	26.400.876/0001-19
JULIANI & SANTOS LTDA – ME - (Laboratório Lab Vita)	24.990.913/0001-60
JORGE AMADO ZILIO SPHOR EIRELI - ME	26.413.225/0001-63
J.H. DE S. MEDEIROS EIRELI.	32.986.801/0001-64
BIO IMAGEM DIAGNÓSTICOS LTDA.	07.149.607/0001-87
V. P. LABORATÓRIO (Exame)	26.607.093/0001-00
R.L.A.M. ALVES – ME.	22.524.001/0001-78
A.P. SALAMONI	22.082.318/0001-00
T. R. DOS S. CARNEIRO DE OLIVEIRA-ME	11.706.394/0001-14
ECO IMAGEM CENTRO DE ULTRASSONOGRAFIA	21.582.554/0001-14
HOSPITAL CRISTO REDENTOR	03.503.349/0001-34
MEDBARRA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA	04.115.284/0001-12
GASTRO ARAGUAIA LIMITADA	15.396.068/0001-09
HUDSON HORITA	23.895.293/0001-18
L.H.FREITAS PAULA	30.095.014/0001-05
T. DE OLIVEIRA SOUZA EIRELI	15.056.709/0001-86

VERBELO CLINICA OFTALMOLOGICA	28.106.507/0001-43
J.J. SILVA E SOUZA (LAB. BIO ANALISE / TORIXOREU)	26.264.988/0001-90
J.R.DE RIOJA & CIA LTDA - (Centro Médico CIMED)	14.435.455/0001-44
RADIOCLINIC-CLÍNICA DE RADIOLOGIA ODONTOLOGICA LTDA	07.553.759/0001-40
ANTÔNIO ROBERTO F. DA SILVA CLÍNICA MÉDICA EIRELI -EPP	27.307.364/0001-75
LAB. PASTEUR DE ANALISES CLÍNICAS LTDA	05.146.351/0001-29
W.R.DE ALMEIDA	35.880.777/0001-72
BIOCENTER LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	43.114.653/0001-04
V LUIS PEREIRA JUNIOR CONSULTÓRIO- (CONSULTÓRIO CARDIO VJ)	41.369.875/0001-42
CENTERLAB LABORATÓRIO LTDA	25.912.390/0001-05
LACERDA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	36.771.846/0001-72
NUCLEO DE OTORRINO DO ARAGUAIA LTDA-ME	22.038.117/0001-05
CENTRAL LABORATÓRIOS DE ANALISES CLÍNICAS LTDA	26.727.692/0001-68
PLANTÃO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	46.115.210/0001-26
ANGIOMED OLIVEIRAS LTDA	42.297.415/0001-19
FERNANDA ABERU MEDICINA E ESTETICA	46.320.497/0001-26
OFTALMOGARCAS- OFTAMOLOGIA CLINICA E CIRURGICA LTDA	45.982.965/0001-65
CLINICA MÉDICA MAIS SAÚDE	32.604.821/0001-23
MIGUEZ CLINICA MEDICA LTDA	39.509.241/0001-04
CMO - CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA	42.480.390/0001-94
L E BUCO MAXILO FACIAL LTDA	28.696.974/0001-70
BRUNO GOMES DA SILVA	30.658.532/0001-81
HOSPITAL E MATERNIDADE AMO A VIDA LTDA	47.872.096/0001-41
LABORATÓRIO PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO LTDA	07.581.258/0001-78
OFTALMED LTDA (ITACIRON LUZ AZEREDO JUNIOR)	36.149.740/0001-31
M.R. BORGES & CIA LTDA (RICARDO LEITÃO BORGES)	21.729.752/0001-68
MASTER CLINICA LTDA	21.009.902/0001-69
CAROLINA MORENO COSSI & CIA LTDA (CLÍNICA MÉDICA)	28.558.097/0001/71
GUARDINI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	34.682.078/0001-55
CLINICA PORTAL DA SAUDE	41.158.596/0001-30
MORATO MED LTDA	26.902.710/0001-09
CLINGAC SERVIÇOS MEDICOS LTDA	46.098.585/0001-25
HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO LUCAS PRIMAVERA LTDA	20.424.706/0001-98
IGP- INSTITUTO GOIANO DE PSIQUIATRIA LTDA	24.409.601/0001-10
ROGERIO PAULO BITENCOURT IANHES	17.850.045/0001-58
ONCOMAIS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	32.787.270/0001-80
TANIA MARA DE SOUZA MOURA	47.564.798/0001-68

Ante o exposto, verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, DECIDO pela HOMOLOGAÇÃO, nos termos da Lei Federal n° 14.133/21.

Barra do Garças-MT, 07 de abril de 2025.

Thiago Timo de Oliveira

Presidente do Cisga

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 17 de abril de 2025.

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretário Executiva – CISGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°024/2025, DE 16 DE ABRIL DE 2025

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-CISGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCESSO ADMINISTRATIVO COM VIGÊNCIA PARA O ANO 2025

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

CONTRATO Nº 115/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: IGP- INSTITUTO GOIANO DE PSIQUIATRIA LTDA

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas especializadas, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos cirúrgicos e medicina hiperbárica, para atender a demanda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças Araguaia - CISGA,

VALOR GLOBAL: R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 15/04/2025 a 31/12/2025.

CONTRATO Nº 116/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: ROGERIO PAULO BITENCOURT IANHES.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas especializadas, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos cirúrgicos e medicina hiperbárica, para atender a demanda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças Araguaia – CISGA

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 15/04/2025 a 31/12/2025.

CONTRATO Nº 117/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: ONCOMAIS SERVICOS MEDICOS LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas especializadas, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos cirúrgicos e medicina hiperbárica, para atender a demanda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças Araguaia – CISGA

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 15/04/2025 a 31/12/2025.

CONTRATO Nº 118/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: TANIA MARA DE SOUZA MOURA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas especializadas, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos cirúrgicos e medicina hiperbárica, para atender a demanda dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças Araguaia – CISGA

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 15/04/2025 a 31/12/2025.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 16 de abril de 2025.

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretário Executiva – CISGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2023

Extrato do 3º Termo Aditivo ao Contrato 018/2023

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

Contratado: **T. G. DE O. COSTA & CIA LTDA**; Objeto: ADITAR o valor do Contrato Administrativo nº 018/2023-CISVAG, em R$ 19.780,00 (dezenove mil setecentos e oitenta reais), representando acréscimo de 24,8914%; Data: 14/01/2025.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2024

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 002/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

Contratado: SOS RADIO CENTER DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM LTDA; OBJETO: Redistribuir do saldo contrato 002/2024 do item: 23-RESSONANCIA MAGNÉTICA DE BACIA/ PELVE/QUADRIL/**ABDOMEN INFERIOR, (150) cento e cinquenta exames, valor unitário R$ 537,50 totalizando a quantia R$ 80.625,00 (oitenta mil seiscentos e vinte e cinco reais) para o item 15-RESSONANCIA MAGNÉTICA DE COLUNA LOMBAR/LOMBO SACRA, quantidade (150) cento e cinquenta exames, valor unitário R$ 537,50 totalizando a quantia R$ 80. 625,00 (oitenta mil seiscentos e vinte e cinco reais).;** Data 16/04/2025.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2024

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato 001/2024

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

Contratado: SOUZA JUNIOR & CIA LTDA; OBJETO: ADITAR o prazo do Contrato Administrativo nº 001/2024-CISVAG, PARA MAIS 01 (um) mês; Data 09/04/2025.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREVILANDIA

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MARCELÂNDIA-MT

CONTRATADA: I.F. CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o prazo da Clausula Quarta em consonância com a clausula sexta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 001/2021, que tem como o objeto o seguinte: **Contratação de empresa especializada em assessoria Econômica objetivando estabelecer diretrizes e linhas gerais, bem como a rentabilidade dos investimentos do Fundo de Previdência Social do município de Marcelândia, conforme abaixo descrito e proposta do Processo de Dispensa de Licitação nº 001/2021.**

VALOR DO CONTRATO: R$ 12.150,00

DATA ASSINATURA: 14/04/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINSITRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4480, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica**;**

CONSIDERANDO o oficio 030/2025 – GLC, de solicitação de nomeação de comissão especial;

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica constituída a ***Comissão especial*** *responsável pela análise de documentos de Processo Licitatório, Chamamento Público para recebimento de imóveis em doação*, a qual será composta pelos seguintes membros:

SERVIDOR (A)	CARGO	MATRICULA
Mario Marcelo Lemes Duarte	Engenheiro Civil	7638.1
Marcelo Alves Pereira	Diretor Geral de Engenharia	7837.2
Roberto Carlos Cardoso	Gerência de Contratos de Engenharia	1989.7

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 16 DE ABRIL DE 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES Secretário Municipal de Administração
Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa-MT, em 16 de abril de 2025.

ANA PAULA ALMEIDA NAVES

Secretária Adjunta de Administração

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 57/2025.

TERMO ADITIVO Nº. 001 da Ata de Registro de Preços nº 57/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL –Estado de Mato Grosso, e **DI BENTO COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.238.297/0001-32, devidamente já qualificada na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula 1.2 da Ata de Registro de Preços, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.2 – Fica permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável."

Água Boa-MT, 15 de abril de 2025.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

DI BENTO COMERCIO E SERVICOS LTDA

FORNECEDOR REGISTRADO

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 59/2025.

TERMO ADITIVO Nº. 001 da Ata de Registro de Preços nº 59/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL –Estado de Mato Grosso, e **META TECNOLOGIA SOLUÇOES INTEGRADAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.227.505/0001-69, devidamente já qualificada na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula 1.2 da Ata de Registro de Preços, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.2 – Fica permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável."

Água Boa-MT, 15 de abril de 2025.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

META TECNOLOGIA SOLUÇOES INTEGRADAS LTDA

FORNECEDOR REGISTRADO

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2025.

TERMO ADITIVO Nº. 001 da Ata de Registro de Preços nº 60/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL –Estado de Mato Grosso, e **M. VEZARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.851.981/0001-34, devidamente já qualificada na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula 1.2 da Ata de Registro de Preços, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.2 – Fica permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável."

Água Boa-MT, 15 de abril de 2025.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

M. VEZARO LTDA

FORNECEDOR REGISTRADO

ADMINSITRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 320, 07 DE ABRIL DE 2025.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ELIANA CRISTINA ROQUE DOS SANTOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor (A) de Controle de Estoque Mat. E Consumo	
Matricula:	3393.1	

Nome:	**ESTER PATRICIA ALLES DOS SANTOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Administrativo - Saúde	
Matricula:	8269.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	84/2023			
Processo:	57/2023			
Vigência:	Data de Início:	14/04/2023	Data de Encerramento:	14/04/2025
Objeto:	Contratação de empresa especializada em concessão de licença de uso de software com prestação de serviço de manutenção, suporte técnico e customização para a área de gestão de saúde.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 07 DE ABRIL DE 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa-MT, em 07 de abril de 2025.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

RH
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Concurso Público Nº.001/2024 da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO,** no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 188, de 25 de maio de 2023, "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Água Boa, na forma que estabelece e dá outras providências";*

CONSIDERANDO a Homologação do Resultado Final do Concurso Público preenchimento de cargos vagos ao quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT.

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos aprovados relacionados no ANEXO I desde Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do Presente Edital, deverão comparecer pessoalmente à Gerência de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto nº 410, Centro, para apresentação e entrega dos documentos constantes no Anexo I e Anexo II do Decreto Municipal nº 4385, de 18 de outubro de 2024, parte integrante da presente convocação.

2. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II (Dec. Mun. nº 4385, de 18 de outubro de 2024), acarretará o não cumprimento do mesmo.

3. O não comparecimento no prazo legal implicará a renúncia tácita do aprovado convocado e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual foi aprovado.

Art. 2º - Os candidatos ora convocados neste Edital deverão se apresentar no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente edital, para que sejam empossados, nos cargos o qual foram aprovados, com as documentações exigidas no ANEXO II (Dec. Mun. nº 4385/2024)

Art. 3º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário e a jornada de trabalho de acordo com o constate no Edital de abertura do certame.

Parágrafo Único Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato se a posse não ocorrer dentro do prazo, conforme o disposto no § 1º do Art. 14 da Lei Complementar nº 188, de 25 de maio de 2023.

Art. 4º - O presente Edital de convocação, com a relação completa dos CONVOCADOS, estará publicado no Diário Oficial de Contas – TCE, no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, no site oficial www.aguaboa.mt.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Água Boa/MT.

Art. 5º - É de inteira responsabilidade do candidato a sua omissão quanto ao que for publicado ou divulgado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º - Integram o presente Edital:

ANEXO I – Relação de Candidatos Convocados;

ANEXO II – ANEXO I do Decreto Municipal nº 4385/2024;

ANEXO III – ANEXO II do Decreto Municipal nº 4385/2024.

Água Boa/MT, 16 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Presidente da Câmara Municipal

CONCURSO PÚBLICO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015

ANEXO I

1. CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CARGO: ADVOGADO – CAMARA MUNICIPAL

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	COTA
180004344	KAUANE SOUZA MARTINS	30/12/1996	51,00	1°	AC

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Presidente da Câmara Municipal

CONCURSO PÚBLICO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015

ANEXO II

(ANEXO I – Decreto Municipal 4385/2024)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	EXAMES
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L.); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L., Colesterol H.D.L. e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G.) com avaliação do médico cardiologista; 7. Raio RX do tórax P.A. e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultra-sonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Audiometria Total com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista; 9. Atestado de acuidade visual, fundo do olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S.); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica); 13. Eletroencefalograma (E.E.G.) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 14. Colpocitologia Oncontica – Papannicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 15. Antígeno Prostático Estático Especifico – P.S. A. para homens com idade igual ou acima de 40 (quarenta) anos; 16. Toxicológico (cabelo). 17. Avaliação Cinesiofuncional (laudo fisioterapeuta); 18. Exame de ureia; 19. Exame de creatinina; 20. Exame de TGO; 21. Exame de TGP; 22. Exame de TSH; 23. Mamografia (mulheres) 24. Raio X coluna total;
02	Docência.	Exigidos para o exercício da função de Professor de Educação Infantil, Fundamental, Médio, Superior e Tecnológico.	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista. 2. Exame para comprovação de inexistência de alergia a pó de giz ou outro emitido por médico alergista.
03	Nutrição.	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas – Nutricionista.	1. Parasitológico de fezes; 2. Bacteriológico e secreção nasofaringea; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
04	Saúde.	Exigidos para o exercício da função de Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Bioquímico / Farmacêutico, Educador em Saúde, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Psicólogo, Terapeuta ocupacional, Agente de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Técnico em Patologia Clínica, Técnico em Prótese Dentária, técnico em Saúde Bucal, Técnico em Vigilância Sanitária, Técnico Laboratorista, Técnico Radiologia, Vigilante Sanitário.	1. Exame Anti-HCV; 2. Exame (HBsAg); 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT);

CONCURSO PÚBLICO 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015

ANEXO III

(ANEXO II – Decreto Municipal 4385/2024)

ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	DOCUMENTOS
01	Obrigatórios.	Apresentação obrigatória todos os Cargos Públicos de Nível Superior, Médio e Fundamental e (fundamental e médio incompleto).	1. Certificado de Sanidade e Capacidade Física APTO expedido pela Perícia Médica do Município e/ou indicada ou contratada pelo Município; 2. RG; 3. CPF; 4. PIS/PASEP; 5. Título de Eleitor; 6. Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; 7. Certidão de Casamento, Sentença Declaratória de União Estável e/ou Escritura Pública de União Estável; 8. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 9. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 10. Documentos de quitação com o serviço militar ou certificado de desobrigação militar expedido pelo exército para homens com mais de 45 (quarenta e cinco) anos; 11. Comprovante de endereço atual; 12. Conta Corrente ou Conta Salário no Banco Bradesco (Banco Oficial Conveniado para Pagamentos da Prefeitura de Água Boa); 13. Certidão Negativa Criminal Federal dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 14. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. A certidão deve alcançar as instâncias de 1º e 2º Graus; 15. Comprovante de escolaridade de acordo com requisito do cargo; 16. Diploma de Graduação na área de atuação, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação; 17. Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 18. Carteira Nacional de Habilitação – CNH (de acordo com a exigência do cargo); 19. Certidão de quitação com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional; 20. Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal de 1988; 21. Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo e/ou criminal; 22. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente de exercer a profissão (suspensão, etc...); 23. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes; 24. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função; 25. 01 (uma) foto recente 3x4.

Observação: além dos documentos acima, é necessário que o candidato convocado traga a cópia da carteira de trabalho e certidão de nascimento (somente para os convocados que não for casado no civil) e CPF dos filhos menores.

Água Boa/MT, 16 de abril de 2025.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Presidente da Câmara Municipal

SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER EDITAL 003/2025 DIVULGA LISTA DE CLASSIFICADOS PARA A SEGUNDA FASE DO FESTIVAL "A VOZ DE ÁGUA BOA 2025"

O Comissão Organizadora do Festival "A Voz de Água Boa 2025", destinadas ao setor cultural no Município de Água Boa-MT, no uso de suas atribuições, em conformidade com os princípios de publicidade, da legalidade e da impessoalidade, em relação ao Edital 001/SECL/2025.

RESOLVE: I – Divulgar resultado de classificados para a próxima fase do Festival, por categoria, conforme segue:

CLASSIFICADOS NA CATEGORIA ADULTO

01	ADELINO MOREIRA MARTINS E DONIZETE
02	ADONIAS DE PAULA CUNHA NETO
03	ANDRÉ BORGES
04	BRUNA BARBOSA CERETTI
05	BRUNO PERPETUA DE JESUS BARBOZA
06	CELISMAR ANTUNES MARCA
07	DIENEFER FERNANDA LOPES FREITAS
08	EDUARDO DE SOUZA E BELLUM IVAN RODRIGUES
09	GILBERTO OLIVEIRA DE SOUSA
10	GRACILÉA SOARES SANTOS
11	ISABELLA BRAS SOUZA
12	JAIRO DE OLIVEIRA DA SILVA
13	JHENIFER WAGNER FERREIRA
14	JONAS H. OLIVEIRA
15	KÁRITA SILVA LIMA
16	KAYLON GABRIEL DA SILVA LUZ
17	KAYLANY DAL SOTO SILVA
18	LEONARDO CARDOSO GOMES
19	MARÍ POSSAMAI
20	MICHAEL DIAS MACHADO PENTEADO
21	RODRIGO BENEDITO PERES MORAES
22	TAIZE MORAIS NOLASSO
23	VITÓRIA MARIA GUNSCH REBELATTO
24	VITÓRIA SILVA CAMPOS
25	WAGNA CRISTINA BOACINA DA SILVA BAUNGARDT

CLASSIFICADOS NA CATEGORIA GOSPEL

01	ANGELITA CHAVES DA SILVA
02	CLARICE CAMPOS DE SOUSA LEMES
03	CRISTIANE RAFAEL CAVALCANTE
04	GABRIELLA VITÓRIA PORTILHO SILVÉRIO
05	GRAZIELLY FERREIRA SILVA DE OLIVEIRA
06	HERITA LETICIA MESINE SANTA
07	IZADORA HELOIZA PETRY
08	IZAÍAS PIRES LIMA
09	JULIANE PASSOS ARAÚJO CICHOCKI
10	KELLY CRISTINA VITÓRIA MOREIRA
11	LIDIA PEREIRA E SILVA DO AMARAL
12	MANOEL MESSIAS NOLASSO DOS SANTOS
13	MIKAELLY PAIVA SOARES
14	MIKELVA LIMA DOS SANTOS
15	MIRIAN ALVES VITORINO DA CONCEIÇÃO
16	NICOLAS MESINE SANTA LIMA TEIXEIRA
17	PAULO MARCOS DA SILVA
18	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA
19	RAFAEL OLIVEIRA ALEXANDRE
20	RENATO SILVERIO PINHO
21	ROSANGELA PEREIRA MARQUES DOS SANTOS PEROBA
22	SIMONE BARBOSA DA SILVA
23	TAINARA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA
24	TAYNA LIMA DE OLIVEIRA
25	WANESSA DOS SANTOS PEDROSO BARBOSA

CLASSIFICADOS NA CATEGORIA INFANTOJUVENIL

01	ARTHUR HENRIQUE SOARES VIEIRA PONCIO
02	BRUNA RAFAELLA MORAIS RODRIGUES
03	EDUARDA LAÍS KULPA
04	GUILHERME SOARES GARCIA SEKI
05	ISABELY CRISTINA MARTINS
06	MARCO ANTONIO WAGNER RODRIGUES
07	RAUL VITOR OLIVEIRA MILNIKEL

CLASSIFICADOS NA CATEGORIA INFANTIL

01	CECÍLIA ANTUNES SCHNEIDER GARCIA
02	EMANUELLE ROCHA PIMENTEL
03	FERNANDA CASTRO GABRIEL BORGES
04	GRACIELLY GERMANO DIAS
05	ISABELLA VITORIA OLIVEIRA MILNIKEL
06	LARISSA OLIVEIRA DE FREITAS
07	MARIA CECILIA VEFAGO BARBOSA
08	MARIA EDUARDA LIELL PRADO
09	MARIA FERNANDA COSTA ARRUDA
10	MARIA JULLYA BORGES DOS SANTOS
11	MIKAELLY DE LOURDES SILVA
12	PEDRO AUGUSTO COSTA DA SILVA
13	PEDRO HENRIQUE ALMEIDA BISSOLOTTI
14	RAYSSA CAVALCANTE BISSOLOTTI

Água Boa, 17 de abril de 2025

Erik Rodrigo Jesus da Silva

Secretário de Esporte, Cultura e Lazer

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 56/2025.

TERMO ADITIVO Nº. 001 da Ata de Registro de Preços nº 56/2025 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL –Estado de Mato Grosso, e **IVANETE ULLRICH IAPPE E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.993.070/0001-77, devidamente já qualificada na Ata de Registros de Preços.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **alteração da cláusula 1.2 da Ata de Registro de Preços**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"1.2 – Fica permitida a adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da administração pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável."

Água Boa-MT, 15 de abril de 2025.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

Ivanete Ullrich Iappe e Cia Ltda

FORNECEDOR REGISTRADO

DECRTO Nº 30/2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT
GABINETE DO PREFEITO(A)

DECRETO Nº 30/2025
DE SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito(a) Municipal de ALTO GARÇAS, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1423/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL , até o montante de R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**158**	
001.12.361.0040.20012	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
	SUBTOTAL	**8.000,00**
	TOTAL	**8.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**156**	
001.12.361.0040.20012	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**160**	
001.12.361.0040.20013	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**162**	
001.12.361.0040.20013	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT
GABINETE DO PREFEITO(A)

.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**164**	
001.12.361.0040.20014	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
Cód. Reduzido	**166**	
001.12.361.0040.20014	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA MERENDA ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
	SUBTOTAL	**8.000,00**
	TOTAL	**8.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) ALTO GARÇAS - MT.
AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 25/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Decreto nº 25/2025 de, 18 de Março de 2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1423/2024, e em consonância com a Lei 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, no montante de 260.476,09 (Duzentos e sessenta mil e quatrocentos e setenta e seis reais e nove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
06.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
001.12.306.0036.20015	**MANUTENÇÃO DA MERENNDA ESCOLAR PNAEF**	
Cód. Reduzido	**594**	
3390300000	**MATERIAL DE CONSUMO**	
06.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
001.12.361.0031.20019	**MANUTENÇAO DO TRANPORTE ESCOLAR EF**	
Cód. Reduzido	**593**	
3390300000	**MATERIAL DE CONSUMO**	
Cód. Reduzido	**592**	
3390390000	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
	SUBTOTAL	**260.476,09**
	TOTAL	**260.476,09**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior, será coberto com recursos de Superávit Financeiro do Balanço do exercício anterior, conforme preceitua o Art. 43, inciso I da lei federal 4.320/1964:

Art. 3º - Ficam atualizados os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 26/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Decreto nº 26/2025 de, 20 de Março de 2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1423/2024, e em consonância com a Lei 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, no montante de 67.184,70 (Sessenta e sete mil e cento e oitenta e quatro reais e setenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.301.0007.20044	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF**	
Cód. Reduzido	**596**	
3390300000	**MATERIAL DE CONSUMO**	
Cód. Reduzido	**595**	
3390390000	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.303.0009.20053	**MANUTENÇÃO DA FAMÁRCIA MUNICIPAL**	
Cód. Reduzido	**598**	
3390320000	**MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**	
	SUBTOTAL	**67.184,70**
	TOTAL	**67.184,70**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior, será coberto com recursos de Superávit Financeiro do Balanço do exercício anterior, conforme preceitua o Art. 43, inciso I da lei federal 4.320/1964:

Art. 3º - Ficam atualizados os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO 27/2025

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Decreto nº 27/2025 De, 24 de Março de 2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÕES DE QDD NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1423/2024, e em consonância com a Lei 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL PARA ALTERAÇÃO DE QDD, no montante de 426.502,47 (Quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos e dois reais e quarenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20001	**MANUTENÇÃO E ENC. COM GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**597**	
3390940000	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS**	
	SUBTOTAL	**90.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
06.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	
001.12.122.0002.20011	**MANUT E ENC. COM A GERENCIA DE EDUCAÇÃO**	
Cód. Reduzido	**126**	
3390390000	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
	SUBTOTAL	**8.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.301.0007.20044	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF**	
Cód. Reduzido	**310**	
3190040000	**CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.302.0008.20049	**MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC**	
Cód. Reduzido	**582**	
3390920000	**DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**	
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
001.10.305.0011.20055	**MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR**	
Cód. Reduzido	**600**	
3190110000	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL**	
	SUBTOTAL	**303.502,47**
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO**	
09.004	**DEPARTAMENTO DE ESPORTE**	
004.27.812.0093.20072	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**	
Cód. Reduzido	**605**	
3390330000	**PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO**	
	SUBTOTAL	**15.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO**	
10.001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO U**	
001.18.541.0034.20073	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MEIO AMBIENTE**	
Cód. Reduzido	**604**	
3390930000	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**426.502,47**

Art. 2º - O valor remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
02.001	**GABINETE DO PREFEITO**	
001.04.122.0002.20001	**MANUTENÇÃO E ENC. COM GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**7**	
3390300000	**MATERIAL DE CONSUMO**	
	SUBTOTAL	**90.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**	
06.001	**GERENCIA DE EDUCACAO**	

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

001.12.122.0002.20011	MANUT E ENC. COM A GERENCIA DE EDUCAÇÃO	
Cód. Reduzido	124	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	
	SUBTOTAL	8.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
001.10.301.0007.20044	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	
Cód. Reduzido	311	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
001.10.302.0008.20049	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	
Cód. Reduzido	367	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
001.10.305.0011.20055	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR	
Cód. Reduzido	410	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
Cód. Reduzido	412	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
	SUBTOTAL	303.502,47
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO	
09.004	DEPARTAMENTO DE ESPORTE	
004.27.812.0093.20072	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
Cód. Reduzido	533	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	SUBTOTAL	15.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO	
10.001	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO U	
001.18.541.0034.20073	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MEIO AMBIENTE	
Cód. Reduzido	543	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
	SUBTOTAL	10.000,00
	TOTAL	426.502,47

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT

GABINETE DO PREFEITO(A)

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ES-**

PECIALIZADO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA, A FIM DE AUXILIAR O SERVIDOR RESPONSÁVEL DOS ENVIOS DAS CARGAS MENSAIS E CARGAS TEMPESTIVAS, VIA SISTEMA APLIC AO TCE-M.T., A FIM DE ATENDER ÀS DE MANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT."",sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para os item(s)/lote(s) a seguir: **AJOVIED CONSULTORIA CONTABIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.568.174/0001-89, pessoa jurídica, com sede Rua dois, lote tome, nº 26, Primeiro de março – Cuiabá, CEP: 78.056-502. o valor para a contratação será de **R$ 51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais).** Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas pelo fone/fax (66) 3471-1155, e-mail: compras@altogarcas.mt.gov.br. Alto Garças – MT, 16 de abril de 2025. **Jociane Maria Nogueira - Agente de Contratação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 300/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a ServidoraSrta. **BRENDA REIZER RIBEIRO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.741-**, contratada no cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que encontrava se de Licença Maternidade.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos legais na data de 19/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 298/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AUXILIO DOENCA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a ServidoraSrta. **ADRIANA BELASQUE KLEIN,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.241-**, contratada no cargo de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que encontrava se de Auxilio Doença.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos legais na data de 18/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 301/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar por prazo determinado a Srta. **CRYS HELEN FEITOSA MOTA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.501-**, no cargo de **PROFESSOR NIVEL MÉDIO** – Lei municipal nº 1.401/2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Contrato de Prestação de Serviços nº. 161/2025, no período de 17 de Abril de 2025 à 19 de Dezembro de 2025.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **157/2025**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **JOSIANE DA SILVA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR**

VALOR MENSAL: **R$ 3.385,69 (Três mil e trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos)**

VIGÊNCIA – **17/04/2025 à 19/12/2025.**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **161/2025**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **CRYS HELEN FEITOSA MOTA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSOR NÍVEL MÉDIO**

VALOR MENSAL: **R$ 1.580,00 (Um mil e quinhentos e oitenta reais)**

VIGÊNCIA – **17/04/2025 à 19/12/2025.**

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0141/2025.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DOS CONTRATOS 158/2025, 159/2025, 160/2025, PARAAQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD**, EMPRESAS CONTRATADAS:** SCL DISTRIBUIDORA LTDA, MANY - COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA. A L QUINTA COM. DE MAT. ELÉTRICOS CONST. E EQUIP. LTD

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Designar como fiscal de contrato, a **servidor** Joelson Gomes Do Nascimento, matricula nº 1848**,** para controle, acompanhamento e recebimento de produtos e/ou serviços referente aos Contratos **158/2025, 159/2025, 160/2025**, que tem por objeto aquisição de AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 17 de abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 302/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 119/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº. 119/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 119/2017 em seu Art. 1º,

Onde se lê:

Nome: (218) WILSON BORGES DA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação.

Período Aquisitivo: 03/09/2001 à 02/09/2006.

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Leia-se:

Nome: (218) WILSON BORGES DA SILVA

Cargo Efetivo: (204) Professor

Lotação: Secretaria Municipal de Educação.

Período Aquisitivo: 03/09/2006 à 02/09/2011.

Período de Concessão: 01/04/2017 à 29/06/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, permanecendo inalteráveis os demais Artigos da Portaria 119/2017 da data de 01 de Abril de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 297/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar por prazo determinado a Srta. **JOSIANE DA SILVA,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.061-**, no cargo de **PROFESSOR NIVEL SUPERIOR** – Lei municipal nº 1.401/2023, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Contrato de Prestação de Serviços nº. 157/2025, no período de 17 de Abril de 2025 à 19 de Dezembro de 2025.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

que fazem o Município de Apiacás-MT e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA:

O **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, **JULIO CESAR DOS SANTOS**, portador do CPF n º ***.730.***-44, e do RG n º ****311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás –MT, CEP 78.595-000,** denominado simplesmente **COOPERANTE** e do outro lado a **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA,** empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, instituída por força do disposto na Lei n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972, Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.766, de 25/06/2012, e alterado pela 8.º Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 24 de abril de 2024, Edição 80, Seção 1, página 16, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.348.003/0018-69, com sede no Parque Estação Biológica - PqEB, s/n.º Edifício Sede, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70770-901, doravante designada simplesmente EMBRAPA, por intermédio de sua Unidade Descentralizada denominada **EMBRAPA AGROSSILVIPASTORIL,** inscrita no CNPJ sob o n.º 00.348.003/0018-69, sediada à Rodovia MT 222, Km 2.5, Zona Rural, Sinop/MT, neste ato representado pela sua Chefe-Geral, Laurimar Gonçalves Vendrusculo, engenheira eletricista, portadora do RG nº **.637.***-3 – SSP/SP e do CPF sob o n.º ***.932.***-53, e-mail cpamt.chge@embrapa.br, residente e domiciliada em Sinop/MT, designada para o exercício do cargo em comissão de Chefe-Geral por meio da Portaria EMBRAPA n.º 1708, de 22/11/2021, publicada no BCA nº 53/2021, e pelo Chefe-Adjunto de Transferência de Tecnologia, Flavio Jesus Wruck, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador do RG n.º 18.***.318 – SSP/SP, e do CPF sob o n.º ***.826.***-64, e-mail cpamt.chtt@embrapa.br, designado para o exercício do cargo em comissão de Chefe-Adjunto de Transferência de Tecnologia, por meio da Portaria EMBRAPA n.º 1039, de 30/08/2019, publicada no BCA n.º 41/2019, ambos, em consonância com as delegações de competência estabelecidas na Deliberação n.º 14, de 19/09/2023, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) n. 47/2023, doravante denominado simplesmente de **COOPERADO**, tendo em vista a necessidade de alteração da cláusula 3.º do referido Termo de Cooperação Técnica, resolvem celebrar o presente Aditivo, com fundamento no art. 184 da Lei n. 14.133/

2021, no que couber, e, ainda, por meio das cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Primeiro Termo de Aditamento ao Termo de Cooperação Técnica, alteração da Cláusula 3.ª – Das Obrigações do Município, para incluir a possibilidade de restituição de despesas com transporte, hospedagem e alimentação, que tiverem os profissionais que deslocarem ao município de Apiacás em cumprimento ao Termo de Cooperação Técnica firmado.

CLÁUSULA 2ª - DAS ALTERAÇÕES DA CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT – EMBRAPA

O subitem 3.1., da CLÁUSULA 3ª – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO, do Termo de Cooperação Técnica, passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1. Disponibilizar os recursos financeiros oriundos do fundo municipal do meio ambiente para custear as despesas com transporte, hospedagem e alimentação, inclusive, com a possibilidade de restituição dessas despesas, diretamente aos profissionais que se deslocarem ao Município de Apiacás em cumprimento ao presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA 3ª - DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ficam incorporadas ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT e a EMBRAPA, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do referido Termo de Cooperação Técnica, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁSULA 4ª - DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DO TERMO DE ADITAMENTO

O extrato do presente Termo de Cooperação Técnica será levado à publicação, pela Município, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

CLÁUSULA 5ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim justos e pactuados, assinam o presente Primero Termo Aditivo do Termo de Cooperação Técnica, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também o subscrevem para todos os efeitos legais.

Apiacás, 12 de março de 2025.

MUNICÍPIO DE APIACÁS
Júlio César dos Santos
Prefeito Municipal

FLÁVIO JESUS WRUCK
CHEFE ADJUNTO DE TRANSFERÊNCIA
DE TECNOLOGIA DA EMBRAPA
AGROSSILVIPASTORIL

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA - EMBRAPA
LAURIMAR GONÇALVES
VENDRUSCULO
Chefe Geral da
Embrapa Agrossilvipastoril

Testemunha:
Nome:
RG

Testemunha:

Nome:

RG:

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 158/2025

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - AL QUINTA COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

Valor Total R$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais)

PRAZO VIGENCIA – 12 MESES

CONTRATO N° 159/2025

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - MANY - COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

Valor Total R$ 115.675,60 (cento e quinze mil seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)

PRAZO VIGENCIA – 12 MESES

CONTRATO N° 160/2025

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

CONTRATADO - SCL DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

Valor Total R$ 72.719,60 (setenta e dois mil setecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

PRAZO VIGENCIA – 12 MESES

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 Na data 06/03/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

Empresas vencedoras:

SCL DISTRIBUIDORA LTDA, Vencedor com o lote: 3 no valor total de R$ 72.719,60 (setenta e dois mil e setecentos e dezenove reais e sessenta centavos).

MANY - COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA, Vencedor com o lote: 4 no valor total de R$ 115.675,60 (cento e quinze mil e seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

A L QUINTA COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA, Vencedor com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 299/2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AUXILIO DOENCA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a ServidoraSrta. **SIMONI DE SOUZA CARVALHO,** inscrita no CPF sob o nº ***.***.011-**, contratada no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que encontrava se de Auxilio Doença.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos legais na data de 19/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 17 de Abril de 2025.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

EMPRESA: SCL DISTRIBUIDORA LTDA

Valor total de R$ 72.719,60 (setenta e dois mil e setecentos e dezenove reais e sessenta centavos).

PRAZO DE VIGENCIA – 12 MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

EMPRESA: MANY - COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPOTAÇÃO LTDA

Valor total de R$ 115.675,60 (cento e quinze mil e seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

PRAZO DE VIGENCIA – 12 MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS CORRUGADOS PEAD COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS

EMPRESA: A L QUINTA COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor total de R$ 376.500,00 (trezentos e setenta e seis mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGENCIA – 12 MESES

CAMARA MUNICIPAL/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 004/2025 - S.O.S ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS /MT E A EMPRESA: S.O.S. ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA. O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL ADVÉM DE COMPRA DIRETA

A **Câmara Municipal de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.xxx.xxx/0001-70, com sede administrativa sito à Av. Ludovico da Riva Neto, 206 – Bairro Bom Jesus, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Vilceles Gonçalves –** Presidente do Legislativo Municipal, portador do CPF n º 902.xxx.xxx-04, e do RG n º 0xxxxx19978 SSP-MT**, residente à Rua Corbélia, 10, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, CEP 78.595-000.,** doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) EMPRESA: **S.O.S. ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.xxx.xxx/0001-00, sediado(a) na Rua Presidente Epitácio Pessoa, 306, Sala 01, Setor C, Alta Floresta -MT., Cep.78.580-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Sidney Oribes da Silva, sócio Administrador, portador do CPF sob nº 275.xxx.xxx-00 *conforme atos constitutivos da empresa* e em observância às disposições da Lei nº 14. 133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO 1.1. O presente Contrato Administrativo tem como objeto **Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Consultoria e Assessoria Administrativa em Compras Públicas, Licitações e Contratos, de forma a atender as normas legais que regem a matéria junto da Câmara Municipal** 1.2. O objeto deste contrato, deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que só serão aceitos se aprovados pela Câmara Municipal e por servidor habilitado indicado para tal fim e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos**. CLÁUSULA SEGUNDA –DO REGIME DE EXECUÇÃO** 2.1. O regime de execução será de contratação indireta pelo valor global **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO** 3.1. O valor total da contratação é de R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), pelo período de 180 dias, perfazendo uma parcela mensal de R$ 1.650,00 (hum mil e seiscentos e cinquenta reais) mensais. 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO** 4.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária (OB) emitida em favor da Contratada, será efetuado mensalmente, em seis parcelas iguais e subsequentes, caracterizado pela apresentação da Nota Fiscal, atestado pela Câmara Municipal. 4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no mo-

mento em que o órgão contratante atestar o fornecimento do material do contrato; 4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal;

4.4. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que a contratada faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao nome e número de banco, da agência e de sua conta corrente.

4.5. Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte de objeto que, mediante autorização da Administração, for recebido parcialmente. Tais pagamento deve ser efetivamente de conhecimento do fiscal de contratos.

4.6. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão corrigidos pela variação do IPCA havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

4.7. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. o prazo de validade;

5.3.2. a data da emissão;

5.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

5.3.5. o valor a pagar; e

5.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.7. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias, a contar a partir de 10 de Abril de 2025, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

6.2. Para contratações de serviços contínuos, conforme arts. 106 e 107 da lei, considerando a definição do art. 6º, XV do mesmo normativo

CLÁUSULA SETIMA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

7.1. Deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). 7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.001.01.031.0001.2.001.3390-39 (010) – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

10.1. Atestar nas notas fiscais/ faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido com as especificações informadas, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja reparado e corrigido;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

10.7. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 10.9. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.10. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.13. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá até o prazo de acordo com art. 123 parágrafo único para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representa-lo na execução do contrato.

11.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

11.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os servi-

ços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos; 11.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

11.8.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

11.8.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.8.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

11.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

11.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116)

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.21. **A CONTRATADA DEVERÁ AINDA**:

a) - assessoria Administrativa em Licitações e Contratos; b) - capacitações para os servidores, direcionados junto ao setor de Licitações; c) - Assessoria e consultoria junto aos responsáveis no que diz respeito para adotar medidas indispensáveis à realização do procedimento licitatório, conforme estabelece a Lei Federal no 14.133, de 01 de abril de 2021; d) - assessoria e consultoria na elaboração de Minutas de editais, incluindo apoio técnico junto a Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referencia, quando solicitado; e) - acompanhamento e orientação durante todas as fases dos procedimentos licitatórios; f) - assessoramento e Consultoria para funcionamento dos setores de Licitações e Compras; g) - assessoria e Consultoria na elaboração de atas de julgamento e demais documentos relativos aos procedimentos licitatórios com base em parecer do Agende de Contratação; h) - emitir declarações e relatórios relativos ao processo licitatório, quando solicitado; i) - consultas formais, com retorno sob forma de pareceres escritos; j) - consultas por telefone, fax e e-mail, com retorno imediato, em forma de esclarecimentos e orientações; k) - Visita a Câmara Municipal visando à verificação sistemática dos procedimentos, práticas, atos e o desenvolvimento dos trabalhos pertinentes às áreas acima mencionadas, sempre que solicitado e serviços por demanda em home Office;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não serão exigidas garantias para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Nota Explicativa: Conforme PARECER n. 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU, é possível também a exigência de declaração, firmada por representante da empresa, de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da LGPD. Ademais, em situações específicas, é possível exigir tal providência de cada empresa-

do. Incumbe ao Contratante avaliar a necessidade de medida dessa natureza.

13.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.13. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções: Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6. e 14.1.7, do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6. e 14.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei) Multa:

14.2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.3. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da lei n. 14.133, de 2021.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º)

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

14.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.11.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.11.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.11.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

14.11.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

14.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa

do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

14.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

14.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação. Nota Explicativa: A sistemática acima decorre do que dispõe o art. 106, III e §1º da Lei nº 14.133/21. Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo: Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades: 1) Se a comunicação à empresa da rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio. 2) Se ela se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho). 3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente.

15.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.7. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.12. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– ORIGEM

16.1. O presente instrumento contratual advém de PROCESSO DE COMPRA DIRETA, cujas regras e condições também estão insertas neste contrato e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXECUÇÃO DO CONTRATO NOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇO

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

19.1.1. Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**(INPC).

19.2. Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

19.3. A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração,nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO DOMICÍLIO E FORO

21.1. As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Apiacás/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21.2. E por estarem devidamente acordadas, declaram as partes contratantes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste Instrumento Contratual.

Apiacás MT. 10 de Abril de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT ASSESSORIA CONTABIL E ADMINISTRATIVA LTDA

CNPJ Nº 01.xxx.xxx/0001-70 CNPJ Nº 03.xxx.xxx/0001-00

VILCELES GONÇALVES SIDNEY ORIBES DA SILVA

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

_____

_____

CPF: CPF:

RG: RG:

Nome: **Otavio Felipe Baleeiro Munhos**

Assessor Jurídico - OAB/MT 30.xxx/O

Fiscal de Contrato

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE APIACAS
EDITAL Nº 02/2025, APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA A ELEIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE APIACAS-MT

EDITAL Nº 02/2025, APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA A ELEIÇÃO DO CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE APIACAS-MT

De ordem do Sr. Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás-MT, a Sra. **ROSIMERI RODRIGUES FERRONATO, designada de acordo com a Decreto nº 066/2025 de 21/02/2025**, resolução do conselho curador n.º 005 de 13 de fevereiro de 2025, Presidente da Comissão Eleitoral do Processo de eleição para o Cargo de Diretor Executivo do PREVIAP conforme regulamento 001/2025, edital 001/2025 e resolução 005/2025 do conselho curador deste Instituto, e de acordo com a Lei 1.506/2024 de 31/10/2024 alterada pela lei 1.536 de 27/12/2024 e pela Lei federal n.º 9.717 de novembro de 1998, lei federal n.°13.846 de junho de 2019, portaria 1.467 de 02 de junho de 2022 e suas posteriores alterações , faz saber dos candidatos devidamente inscritos para concorrerem ao Cargo de Diretor Executivo do PREVIAP, constante do presente Edital.

CAPITULO I

CANDIDATOS INSCRITOS PARA CONCORREREM AO CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIAP

CANDIDATO	CPF	Nº DE INSCRIÇÃO
Luan Luís Matos Zagli	049.554.191-51	0001

Apiacás, 17 de Abril de 2025.

_____ Original Assinado _____

ROSIMERI RODRIGUES FERRONATO

PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DO PREVIAP

_____ Original Assinado _____ _____Original Assinado_____

IZADETE LURDES LUSSANI MARCO AURELIO C. FERREIRA

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO 001/2025

INEXIGIBILIDADE 001/2025 – CREDENCIAMENTO 001/2025

SESSÃO 13

O Município de Araguainha, Estado do Mato Grosso, torna público o resultado da Inexigibilidade nº 001/2025 – Credenciamento, objetivando o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA/MT, **de acordo com as estimativas descritas no Anexo I do edital. Foram credenciadas** as seguintes empresas**:**

1º - 60.145.937 PAULO SERGIO MENDES DA SILVA - CNPJ: 60.145.937/0001-87 – ITEM 10, 2º - 55.417.147 NOBERTA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS - CNPJ: 55.417.147/0001-73 – ITEM 07, 3º - 50.870.497 NATALY PEREIRA RIBEIRO - CNPJ: 50.870.497/0001-71 – ITEM 16, 4º - 55.885.286 LUCIENE SILVA FREITAS - CNPJ: 55.885.286/0001-21 – ITEM 18, 5º - RAQUEL PEREIRA DE ALMEIDA 01975022106 - CNPJ: 41.815.318/0001-08 – ITEM 18, 6º - 55.043.552 VALTEMIR JOSE DA SILVA - CNPJ: 55.043.552/0001-79 – ITEM 17, 7º - VANDETH SOBRINHO DA SILVA 00783559151 - CNPJ: 41.033.776/0001-95 – ITEM 18, , 8º - 40.860.836 VANUZA SOBRINHO DA SILVA - CNPJ: 40.860.836/0001-80 – ITEM 18, com os seguintes *valores:*

ITEM	COD. TCE/MT	CÓDIGO - SERVIÇO	UND	QUANT	VALOR UNIT (R$)
07	00030610	013.001.806 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO Detalhamento: SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO AUXILIAR ADMINISTRATIVO	HORA (Cód 1091)	32.718	22,36
10	00031518	013.001.809 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO VIGIA (GUARDA) Detalhamento: SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO GUARDA PATRIMONIAL	MÊS (Cód 1092)	231	1.518,00
16	00065038	013.001.811 – SERVIÇO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Detalhamento: SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO DO TIPO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.	HORA (Cód 1091)	7.458	15.80
17	425645-0	013.001.706 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO OPERADOR DE MAQUINAS Detalhamento: SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO OPERADOR DE MAQUINAS	HORA (Cód 1091)	12.430	22,37
18	00030603	013.001.812 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO GARI Detalhamento: SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO COLETOR DE DETRITOS (GARI)	MÊS (Cód 1092)	220	1.518,00

Araguainha – MT, 17 de abril de 2025.

JOSE CARLOS NAVES GONÇALVES

Agente de Contratação

Portaria 001/2024

LUZIANO RODRIGUES DA SILVA ***Equipe de Apoio*** ***Portaria 001/2024***	***REGES OLIVEIRA DUTRA*** ***Equipe de Apoio*** ***Portaria 001/2024***

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2025

NÚMERO DO CONTRATO: 073/2025

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n.º 14.133/21.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATADO: 50.773.198 MARIA JOSIELMA MARQUES DOS SANTOS

CNPJ: 50.773.198/0001-14

OBJETO: CONTRTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORARIO COMO INSTRUTOR DE FANFARRA, PARA FORMAÇÃO DA FANFARRA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT

PRAZO: 09 (NOVE) MESES.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 36.900,00 (TRINTA E SEIS MIL E NOVECENTOS REAIS)

DATA DO CONTRATO: 10/04/2025

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2025.

VIGÊNCIA: 10/04/2025 a 31/12/2025.

ERRATA

Na publicação do ***ATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA****, no Jornal Oficial Eletrônico dos Munícipios do Estado de Mato Grosso – AMM, Edição Nº 4.714, Ano XX, publicado no dia 10 de abril de 2025, página 58.*

ONDE SE LÊ:

"CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA TOME AI, PARA APRESENTAÇÃO NO 19º FESTIVAL DE PRAIA RIO ARAGUAINHA, NA DATA DE 14 DE SETEMBRO DE 2025, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 01h30m (UMA HORA E TRINTA MINUTOS)"

LEIA-SE:

"CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL DA BANDA TOME AI, PARA APRESENTAÇÃO NO 19º FESTIVAL DE PRAIA RIO ARAGUAINHA, NA DATA DE 13 DE SETEMBRO DE 2025, COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 01h30m (UMA HORA E TRINTA MINUTOS)"

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 062/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Renata Juliana De Castro Paes,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Apoio Administrativo Educacional,** nível "01", classe "A", habilitado no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Renata Juliana De Castro Paes** *Monitora de Creche* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 065/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Kayki Sandro Gomes Pereira,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Assistente Administrativo,** grau "A", classe "01", habilitado no concurso público nº 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Paulo José Soares **Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura** Portaria 502/2024	**Kayki Sandro Gomes Pereira** ***Assistente Administrativo*** Servidor Empossado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 067/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 03/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Diego Henrique Siqueira do Carmo,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Operador do Smae,** grau "A", classe "01", habilitado no concurso público nº 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Paulo José Soares **Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura** Portaria 502/2024	**Diego Henrique Siqueira do Carmo** ***Operador do Smae*** Servidor Empossado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMAS Nº 05 DE 11 DE MARÇO 2025.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 11 DE MARÇO 2025.

Dispõe sobre a Prestação de Contas da utilização dos recursos de cofinanciamento estadual (FEAS) no ano 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA/MT – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.388 de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e da Lei Municipal nº 1.388/2020.

CONSIDERANDO o acompanhamento do CMAS e a Prestação de Contas apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a deliberação do colegiado do CMAS em reunião realizada no dia 11 de março de 2025, registrada na Ata nº 264.

RESOLVE:

Art. 1º - **APROVAR** a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual – FEAS/MT referente ao exercício de 2024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Araputanga/MT, 11 de março de 2025.

Giuliana Francesca Marcelo Mariano

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06 DE 11 DE MARÇO 2025.

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 11 DE MARÇO 2025.

Dispõe sobre a reprogramação dos saldos de recursos de cofinanciamento estadual do ano 2024 para aplicação no exercício financeiro de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA/MT – CMAS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.388 de 23 de março de 2020.

CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993) e da Lei Municipal nº 1.388/2020.

CONSIDERANDO a existência de saldos financeiros em 31/12/2024 na conta utilizada para cofinanciamento pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/MT) PISO MOGROSSENSSE e BENEFICIO EVENTUAL.

CONSIDERANDO o Plano de Aplicação apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e a deliberação pelo colegiado do CMAS em reunião realizada no dia 11 de março de 2025, registrada na Ata nº 264.

RESOLVE:

Artigo 1° - APROVAR a reprogramação do saldo de recursos financeiros constante na conta de cofinanciamento estadual em 31/12/2024 do Benefício Eventual da conta (28582-X) no valor de R$ 20.154,65 (vinte mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) e PISO- MATROGROSSENSE, conta 23848-1 no valor de R$ 57.391,90 (cinquenta e sete mil trezentos mil noventa e um reais e noventa centavos) para utilização conforme Plano de Aplicação apresentado e registrado em ata.

Artigo 2° - A aplicação do saldo deve ocorrer dentro de sua finalidade, no âmbito da Política Municipal de Assistência Social e de acordo com as regulamentações vigentes.

Artigo 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Araputanga/MT, 11 de março de 2025.

Giuliana Francesca Marcelo e Mariano

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 068/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 03/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Marcos Marques do Prado,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Técnico de Informática,** grau “A”, classe “01”, habilitado no concurso público nº 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Dalvan Nonato Alves **Secretário Municipal de Administração** Portaria 164/2024	**Marcos Marques do Prado** ***Técnico de Informática*** Servidor Empossado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 069/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025, na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Maria Gabriela Camilo Vilela,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Dentista PSF,** grau “A”, classe “01”, habilitada no concurso público nº. 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Hudson Cunha Ramos **Secretário Municipal de Saúde** Portaria 10/2021	**Maria Gabriela Camilo Vilela** Dentista PSF Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 070/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025, na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Leticia Prado de Souza,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Assistente Social,** grau “A”, classe “01”, habilitada no concurso público nº. 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Luiza Luzia Utzig Rios **Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social** Portaria 05/2021	**Leticia Prado de Souza** Assistente Social Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 071/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025, na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Heron Guerra de Souza,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Motorista,** grau "A", classe "01", habilitado no concurso público nº. 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Heron Guerra de Souza** Motorista Servidor Empossado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
ERMO DE POSSE Nº 072/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025, na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Oneias Fernandes de Souza,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Motorista,** grau "A", classe "01", habilitado no concurso público nº. 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Oneias Fernandes de Souza** Motorista Servidor Empossado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 064/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, Simoneide Correa Gonçalves**,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Apoio Administrativo Educacional,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Simoneide Correa Goncalves** *Apoio Administrativo Educacional* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 058/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Elaene Regina Peres da Silva,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Monitora de Creche,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Elaene Regina Peres da Silva** *Monitora de Creche* Servidora Empossada

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 191/2025

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- **REVOGAR** a portaria nº 030/2025 de 30/01/2025, a qual nomeia o servidor **VAGNER MEIRA TEIXEIRA,** matrícula nº 3.626, para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT,

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dia do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 190/2025

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - RESCINDIR o senhor **UANDERSON CAMILO DA CRUZ**, matrícula nº. 3292, Contrato Temporário nº. 216/2023, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Araputanga-MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2025, revogando as disposições em contrário**.**

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco e (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 189/2025

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - RESCINDIR o senhor **JEOVANIO CARLOS PEREIRA**, matrícula nº. 3271, Contrato Temporário nº. 211/2023, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Araputanga-MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2025, revogando as disposições em contrário**.**

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco e (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 188/2025

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - RESCINDIR o senhor **DEYVIDE SILVA DA CUNHA**, matrícula nº. 3303, Contrato Temporário nº. 214/2023, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Araputanga-MT.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/04/2025, revogando as disposições em contrário**.**

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco e (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 193/2025

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO, EM ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial em seu art. 117.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 038/2025 – Empresa JEIEL LUCAS FREITAS BORGES DA SILVA 05865586165, inscrito sob o CNPJ nº 40. 516.672/0001-79.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga/MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Francisco Tibúrcio dos Santos como fiscal titular e o Sr. Genivaldo dos Santos como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Sr. Lucas Soares Pereira como fiscal titular e a Srª. Ana Luisa Alves de Jesus Quevedo como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Administração.

Sr. Ricardo Leandro Schiavinato como fiscal titular e a Srª. Larissa Silva dos Santos como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Sr. Rander Figueiredo dos Santos como fiscal titular e o Sr. Ênio Gonçalves da Silva como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde/ Vigilância.

Sr. Leandro da Rocha de Souza como fiscal titular e o Sr. Alessandro Felix Pascoin como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Obras e Infraestrutura – SMAE.

Sr. Vinicius Felipe Nogueira como fiscal titular e o Sr. Djamil Carlos Pereira Leite como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Esporte e Lazer.

Srª. Jaqueline Campos Dias como fiscal titular e a Srª. Claudinéia Araújo dos Santos Bevenuti como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Assistência Social.

Srª. Irani Fernandes da Silva como fiscal titular e o. Sr. Willie Douglas Martes Ferreira como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.800/2025

LEI MUNICIPAL Nº 1.800/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO I DA LEI MUNCIPAL Nº 1. 391/2020, QUE TRATA DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal criou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Anexo I da Lei Municipal nº 1.391/2020, o qual passará a vigorar na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.782/2025.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	PADRÃO	VAGAS	VENCIMENTO (R$)
Assessor de Comunicação	CC	01	3.000,00
Assessor Parlamentar	CC	02	5.000,00
Chefe de Recursos Humanos	CC	01	6.500,00

CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

ATRIBUIÇÕES:

Redigir, revisar, interpretar e coordenar conteúdos jornalísticos e institucionais relacionados a temas políticos, sociais, econômicos e administrativos de interesse da Câmara, para divulgação em diversos meios de comunicação, incluindo imprensa escrita, rádio, TV, redes sociais e internet; Planejar e executar ações de comunicação voltadas à divulgação de informações de interesse público, projetos, programas, decisões e demais atividades do Legislativo Municipal; Analisar, interpretar e comentar temas relevantes, alinhando a comunicação à missão, visão e objetivos da Câmara Municipal; Elaborar e supervisionar a produção de materiais gráficos e digitais de divulgação institucional, como folders, panfletos, releases, vídeos e boletins; Desenvolver e implementar campanhas de comunicação para informar e engajar a população sobre as atividades legislativas; Manter relacionamento com veículos de mídia, assessorando entrevistas e promovendo a divulgação da atuação parlamentar; Organizar, classificar e manter atualizado o acervo de conteúdos, imagens e informações institucionais; Revisar e avaliar conteúdos produzidos por terceiros, assegurando a qualidade, a clareza e a adequação à identidade institucional; Fiscalizar contratos e serviços de publicidade e comunicação contratados por terceiros, assegurando o cumprimento das normas e padrões estabelecidos; Coordenar entrevistas, coletivas de imprensa e eventos oficiais que envolvam os vereadores e demais representantes do Legislativo; Prestar suporte à realização de sessões solenes, audiências públicas e eventos, promovendo sua cobertura jornalística e divulgação; Redigir minutas de discursos, notas oficiais e outros documentos institucionais conforme orientação da Presidência ou da Mesa Diretora; Realizar registros fotográficos e audiovisuais de atividades institucionais, zelando pela qualidade e organização do material produzido; Planejar, aplicar e interpretar pesquisas de opinião pública para subsidiar ações de comunicação mais eficazes; Acompanhar e cobrir as atividades legislativas e administrativas, produzindo conteúdo informativo e institucional; Coordenar a produção e a edição de vídeos institucionais e pronunciamentos oficiais; Desempenhar outras atividades relacionadas à comunicação institucional, conforme demanda da Câmara Municipal.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Carga horária: 40 horas semanais. b) Especial: Regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração da Casa, inclusive poderá exigir a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Escolaridade exigida: Diploma de nível superior, obtido em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). b) Idade mínima: 18 anos.

CARGO: ASSESSOR PARLAMENTAR

ATRIBUIÇÕES:

Prestar suporte técnico e administrativo aos vereadores, organizando e coordenando atividades legislativas, processos e documentos, de modo a garantir a eficiência dos trabalhos parlamentares e o pleno funcionamento da Secretaria da Câmara Municipal; Auxiliar na elaboração e tramitação de projetos de lei, emendas, decretos legislativos, resoluções, portarias, moções, requerimentos, pareceres, indicações, relatórios e demais documentos legislativos, providenciando os encaminhamentos e publicações necessários, assegurando sua correta tramitação e arquivamento; Acompanhar presencialmente as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes da Câmara Municipal, garantindo o apoio necessário aos vereadores; Elaborar e organizar documentos indispensáveis para a realização das sessões, como pautas, atas, listas de presença e autógrafos de lei, assegurando a correta tramitação, publicação e arquivamento desses documentos; Fornecer previamente aos vereadores informações e documentos necessários para discussão e votação de proposições, preparando e organizando materiais legislativos; Acompanhar audiências públicas, reuniões, congressos, cursos, seminários e outros eventos congêneres realizados na Câmara Municipal, prestando o devido apoio técnico e administrativo, inclusive na elaboração e publicação de documentos como pautas, atas

e listas de presença, quando necessário; Redigir ofícios, convites, editais, convocações, comunicados, declarações e outros documentos similares; Auxiliar as comissões permanentes e temporárias, acompanhando os vereadores em reuniões, colaborando na elaboração de pareceres, relatórios e outros documentos relacionados, prestando suporte sempre que necessário; Organizar e manter atualizados os arquivos legislativos, garantindo o armazenamento adequado de projetos, emendas, leis, decretos legislativos, resoluções e outros documentos relevantes, bem como assegurar sua acessibilidade e segurança; Providenciar a publicação de atos e documentos legislativos no Diário Oficial, no website da Câmara Municipal e em outros meios de divulgação oficial, assegurando que as informações estejam sempre atualizadas; Verificar diariamente o e-mail institucional da Câmara Municipal, respondendo ou encaminhando demandas para os vereadores e servidores competentes, bem como enviar documentos e informações por meios digitais ou físicos, conforme a necessidade; Realizar o controle e gestão de documentos recebidos e expedidos pela Câmara Municipal, assegurando o correto protocolo, registro, distribuição e arquivamento; Recepcionar vereadores, servidores e demais munícipes na Secretaria da Câmara Municipal, prestando informações sobre o andamento dos trabalhos legislativos e encaminhando demandas aos setores competentes; Auxiliar nas solenidades oficiais, recepcionado autoridades e visitantes, bem como contribuindo para a organização e execução do protocolo cerimonial; Auxiliar nas tarefas administrativas da Secretaria da Câmara Municipal, incluindo a organização e controle de documentos, digitação de expedientes e administração de materiais, garantindo o bom funcionamento do setor. Permanecer à disposição para serviços externos, quando solicitado, inclusive durante atividades realizadas à noite, nos finais de semana e feriados, conforme a necessidade da Administração; Executar outras tarefas correlatas à sua área de atuação.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

c) Carga horária: 40 horas semanais. d) Especial: Regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração da Casa, inclusive poderá exigir a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

c) Escolaridade exigida: Diploma de bacharelado em Direito, obtido em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). d) Idade mínima: 18 anos.

CARGO: CHEFE DE RECURSOS HUMANOS

ATRIBUIÇÕES:

Supervisionar, coordenar e controlar as atividades administrativas relativas ao desempenho de gestão de pessoas na Câmara Municipal; Recomendar e orientar atividades de treinamento e capacitação dos servidores da Câmara Municipal; Executar tarefas compreendidas na linha de competência administrativa e financeira da área de recursos humanos; Efetuar levantamentos sobre condições e métodos de trabalho no setor de Recursos Humanos na Câmara Municipal; Realizar a conferência e gestão dos dados pessoais dos servidores e vereadores da Câmara Municipal; Executar rotinas de administração de pessoal, cadastros e financeiro; Acompanhar a legislação e a jurisprudência relacionadas com as atribuições do cargo; Colaborar no recrutamento e seleção de pessoal para a Câmara Municipal; Efetuar os trabalhos relativos à folha de pagamento dos servidores e vereadores da Câmara Municipal; Emitir relatórios de férias e afastamentos dos servidores e vereadores; Elaborar atos e portarias relativos ao departamento de recursos humanos da Câmara Municipal; Lançar e conferir cálculos mensais de folha de pagamento, emitir relatórios de retenção e colaborar no levantamento de quadros e mapas estatísticos, referentes às atividades da unidade; Orientar e controlar a preparação de serviços próprios da unidade de Recursos Humanos; Manter atualizado e sob controle o registro de pessoal da Câmara Municipal, procedendo às anotações de nomeação e posse, afastamentos, exonerações e demissões, enquadramentos, promoções, direitos e vantagens de cada servidor, férias e outros fatos funcionais previstos em Lei; Promover a verificação dos dados relativos ao controle dos direitos e benefícios, tais como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio e outras vantagens dos servidores, conforme previsto na legislação em vigor; Promover a apuração do tempo de serviço do pessoal, para todo e qualquer fim de direito; Promover as guias de previdência, nas épocas próprias, das contribuições previdenciárias e do imposto de renda na fonte dos servidores da Câmara Municipal; Promover a lavratura de todos os atos referentes ao pessoal; Promover, de acordo com as regras do APLIC, o envio mensal e tempestivo das cargas obrigatórias ou outras que existirem ao TCE/MT, bem como a geração e o envio de informações compatíveis para prestação de contas por meio do E-Social e DCTF-WEB; Executar outras tarefas correlatas à sua área de atuação.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

e) Carga horária: 40 horas semanais. f) Especial: Regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração da Casa, inclusive poderá exigir a prestação de serviços externos, à noite, sábados, domingos e feriados.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

e) Escolaridade exigida: Ensino Médio Completo. f) Idade mínima: 18 anos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 018/2025.

Conforme o Comunicado Interno n° 042/2025/SEMEL, o Setor de Contratos e Convênios Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XX | N° 4. 717, Página 84 a 85, no dia 15 de abril de 2025.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA - MT

CONVENENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO DESPORTO DE ARAPUTANGA/MT - APADA.

Onde lê se:

CLÁUSULA TERCEIRA -DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente Convênio terá vigência iniciando-se na data de 18/04/ 2025 até 18/05/2025, quando deverá ser procedida a prestação de contas comprovando-se a destinação dos recursos municipais recebidos.

Leia -se:

CLÁUSULA TERCEIRA -DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O presente convênio terá vigência iniciando-se na data de **18/05/2025 até 21/05/2025**, quando deverá ser procedida a prestação de contas comprovando-se a destinação dos recursos municipais recebidos.

Araputanga, 17 de abril de 2025.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMH 02/2025

A secretária executiva do Conselho Municipal de Habitação (CMH) no uso de suas atribuições **CONVOCA** os membros deste conselho para participarem da reunião ordinária que acontecerá no dia24 de março de 2025**,** quinta-feira, às 13h00min, na sede do PREVIARA, situada Rua Carlos Luz, nº 693, Centro – Araputanga/MT.

A reunião deliberará sobre a seguinte pauta:

1 – Leitura da ata anterior;

2 – Processo de seleção – Ser Família Habitação

3 – Informes gerais.

ATENÇÃO!! No caso de impossibilidade de participação do membro titular solicitamos a comunicação ao suplente para garantir a representação da entidade.

MEMBROS TITULARES:

1. Gabriel Alves Carminatti (Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura); 2. Claudinéia Araújo dos Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social); 3. Jocelino Ferreira da Silva (Representante do Comércio); 4. Paulo Heleno Cabral (Representante comunidade Católica); 5. Geasi Alves Borges (Representante da Comunidade Evangélica); 6. Cilene Pereira de Andrade Oliveira (Representante do CEFEA); 7. Nuncia de Souza Faria (Representante dos Usuários da Secretária de Assistência Social)

MEMBROS SUPLENTES:

1. Savio Souza Miranda (Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura); 2. Jeyksi Jhone da Silva (Secretaria Municipal de Assistência Social); 3. Vagner Felipe Nogueira (Representante do Comércio); 4. Mauricio Ferreira da Silva (Representante da Comunidade Católica); 5. Junismar Fidelis Gonçalves (Representante da Comunidade Evangélica) 6. Douglas David Gonçalves Ruiz (Representante do CEFEA); 7. Sueliça Felipe de Oliveira (Representante dos Usuários da Secretária de Assistência Social)

Araputanga/MT, 17 de março de 2025.

Kelly Bethania Riccely da Silva Oliveira

Presidente – CMH

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 059/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Marcia Aparecida Vasconcelos de Souza,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Monitora de Creche,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Marcia Aparecida Vasconcelos de Souza** *Monitora de Creche* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 060/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Talline Juliene Souza Santana,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Monitora de Creche,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Talline Juliene Souza Santana** *Monitora de Creche* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 061/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Fabiana Vieira Luzini Pereira,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Monitora de Creche,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Fabiana Vieira Luzini Pereira** *Monitora de Creche* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº. 063/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu a senhora, **Renata Juliana de Castro Paes,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Apoio Administrativo Escolar,** nível "01", classe "A", habilitada no concurso público nº 01/2024.

A empossada assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº 852/2008 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios ***Prefeito Municipal***	**Ovídio de Freitas Godoy** *Diretor de Recursos Humanos* Portaria 659/2022
Maria Aparecida Silva Rodrigues **Secretária Municipal de Educação e Cultura** Portaria 04/2021	**Renata Juliana de Castro Paes** *Apoio Administrativo Escolar* Servidora Empossada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE Nº 066/2025, CONCURSO PÚBLICO 01/2024.

Em 07/04/2025 na Sede da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, perante autoridade competente compareceu o senhor, **Jerfferson Pasquarelo de Souza,** que tomou posse no cargo de provimento efetivo de **Técnico de Esportes da Ação Social,** grau "A", classe "01", habilitado no concurso público nº 01/2024.

O empossado assumiu o compromisso de cumprir bem e fielmente as atribuições previstas na Lei Municipal nº. 971/2011 do referido cargo; os deveres e responsabilidades estabelecidas na legislação vigente, bem como tomou conhecimento dos direitos inerente ao servidor público municipal que não poderão ser alterados unilateralmente por qualquer das partes.

Apresentou ainda, declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

Araputanga/MT, 07 de abril de 2025.

Enilson de Araújo Rios **Prefeito Municipal**	**Ovídio de Freitas Godoy** Diretor de Recursos Humanos Portaria 659/2022
Luiza Luzia Utzig Rios **Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social** Portaria 05/2021	**Jerfferson Pasquarelo de Souza** *Técnico de Esportes da Ação Social* Servidor Empossado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

RELATORIO TECNICO QUALIFICAÇÃO ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAUDE

RELATÓRIO TÉCNICO

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Interna de Qualificação de Organizações Sociais do Município de Arenápolis/MT, instituída pela Portaria nº 197/2024, constituída para análise de documentação no âmbito do processo de qualificação como Organização Social de Saúde (OSS) no Município de Arenápolis, com fundamento na Lei Municipal nº 1.849/2025 e no Decreto Municipal nº 007/2025, emite o presente relatório técnico com o objetivo de avaliar a conformidade da documentação apresentada pela entidade requerente frente às exigências legais e regulamentares.

2. OBJETO DA ANÁLISE

A análise recai, especificamente, sobre os seguintes aspectos que se encontram em desacordo com o que estabelece a legislação vigente:

1. Possível acumulação indevida de funções deliberativas e executivas na estrutura organizacional da entidade;

2. Irregularidade na composição do Conselho Fiscal.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Municipal nº 1849/2025 na alínea "c", inciso I do art. 3º, estabelece requisitos objetivos para que uma entidade privada sem fins lucrativos possa ser qualificada como Organização Social de Saúde no âmbito do Município de Arenápolis. Dentre os requisitos, destacam-se:

A separação entre as funções deliberativas e executivas, evitando a sobreposição de papéis de governança e gestão;

A composição regular e independente do Conselho Fiscal, com membros qualificados e independentes da diretoria executiva e do conselho de administração.

Tal disposição está em consonância com os princípios da Lei Federal nº 9. 637/1998 (que trata da qualificação de OSS no âmbito federal) e com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas e dos Tibunais, os quais reconhecem a necessidade de governança clara, segregação de funções e transparência na gestão das entidades públicas e paraestatais.

4. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

Com base na análise da legislação municipal vigente do estatuto apresentado pelo INSTITUTO SOCIAL SÃO LUCAS, identificam-se as seguintes inconformidades:

4.1. Estrutura Organizacional Incompatível

O decreto exige três órgãos mínimos:

1. Deliberativo (Conselho de Administração), 2. Fiscalizatório (Conselho Fiscal), 3. Executivo (Superintendência Geral).

4.2.Problemas Identificados:

a. Superposição de funções: O presidente do Conselho de Administração (Sra. LitanaGrasiela) acumula a presidência da Superintendência Geral (Art. 39 do estatuto), contrariando o princípio de separação de poderes entre órgãos deliberativos e executivos (Art. 3º, I, "j" do decreto). b. Violação da Separação entre Órgãos Deliberativos e Executivos Art. 29, §16 do estatuto: Permite que conselheiros assumam funções executivas após renúncia dos mesmos nos referidos cargos. c. Superintendência Geral: Inclui membros eleitos por funcionários (Art. 39, III do estatuto), o que pode comprometer a independência do órgão executivo frente ao controle público (Art. 3º, §2º do decreto).

d. Falhas na Composição do Conselho Fiscal: Risco de conflito de interesses: Membros do Conselho Fiscal (Paulo Renato Alves e Amanda Santos Silva) também integram o Conselho de Administração, violando a independência exigida (Art. 3º, I, "j" do decreto).

4.3. Fatos estes que se resumem nas seguintes inconformidades:

4.3.1. Acumulação de Funções Deliberativas e Executivas: Verificou-se que o atual estatuto da entidade permite que um mesmo indivíduo ocupe, simultaneamente, cargos em órgãos de natureza deliberativa (ex: Conselho de Administração) e executiva (ex: Diretoria Executiva), o que contraria frontalmente o princípio da segregação de funções previsto na legislação municipal.

Implicações:

Tal estrutura compromete a independência das decisões administrativas, fragilizando os mecanismos de controle interno e governança institucional.

4.3.2. Irregularidade na Composição do Conselho Fiscal: A composição atual do Conselho Fiscal apresentada pela entidade inclui membros vinculados à Diretoria Executiva, o que infringe a exigência de independência funcional e compromete a isenção das análises e pareceres emitidos.

Implicações:

A ausência de independência do Conselho Fiscal compromete a confiabilidade dos relatórios financeiros e o controle contábil exigido para a gestão de recursos públicos.

A jurisprudência do TCE-MT e TCU reforça que o Conselho Fiscal deve ser composto por pessoas externas à gestão executiva, com conhecimento técnico e autonomia para atuar.

5. CONCLUSÃO

Diante da análise técnica realizada, esta Comissão Especial conclui que a entidade INSTITUTO SOCIAL SÃO LUCAS não atende aos requisitos estatutários mínimos exigidos para a qualificação como Organização Social de Saúde, especialmente no tocante:

À indevida acumulação de funções executivas e deliberativas no mesmo corpo diretivo; À composição irregular e inadequada do Conselho Fiscal.

Tais inconformidades ferem dispositivos expressos da legislação municipal e comprometem a governança, a transparência e o controle institucional, configurando óbice jurídico e técnico à qualificação pretendida.

6. RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se que a entidade seja **intimada a promover as adequações estatutárias necessárias**, com a devida comprovação de:

Separação clara entre os órgãos de direção executiva e de deliberação superior; Composição regular do Conselho Fiscal, com número mínimo de membros e vedação à participação de membros da diretoria.

Somente após o saneamento das irregularidades será possível dar prosseguimento ao processo de qualificação.

Arenápolis - MT, 17 de abril de 2025.

_____

_____

MARINALVA FERNANDES BEATO MARIA MARINALDA RIBEIRO

PRESIDENTE MEMBRO

_____

NAGILLA KAROLINY FONTES ARRUDA

MEMBRO

EXTRATO DE CONTRATOS 041 ATÉ 086.2025 - PROCESSO SELETIVO 002/2024

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 041/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO (A): IVANA GOMES DE SOUZA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA MUNICIPAL DUILIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 042/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO (A): MAIARA TEIXEIRA DE LIMA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 043/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): LAURINDA RAMALHO RIBEIRO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 044/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARINALVA DE SOUSA SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 045/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ANA PAULA DOS SANTOS CORDEIRO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 046/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ANDRIELI MARIA NOVAES CASTILHO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MONITOR ESCOLAR, NA CRECHE MUNICIPAL TIA FIFI.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 047/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): VINICIUS PIRES DOS SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 048/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): PAMELLA NAYARA DA SILVA PEREIRA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSORA DE PEDAGOGIA, NA CRECHE MUNICIPAL TIA FIFI.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 049/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ANA PAULA MOREIRA DE ARAUJO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 050/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): SANDRA RAMOS DOS SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 051/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): AYLA LETICYA VERSALLI DOS SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 052/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): LUCELIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA MATOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA MUNICIPAL DUILIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 053/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): CIRLEIA NUNES DA SILVA BERNARDINO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSOR DE PEDAGOGIA, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 5.003,98 (CINCO MIL E TRES REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 04/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 054/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): NUBIA CRISTINA DE SOUZA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA CRECHE MUNICIPAL TIA FIFI.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 055/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): VANESSA PIRES DOS SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 056/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARIZETE RODRIGUES DA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 057/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): RUBSMARA NASCIMENTO DE SOUZA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL PROFESSORA LUIZA AMANCIO FIGUEIREDO (CIMPLAF).

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 058/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ROSANA APARECIDA DE LIMA PADILHA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUÍLIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 059/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARLENE APARECIDA REIS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUÍLIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 060/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ISABEL CRISTINA DOS SANTOS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MERENDEIRA, NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUÍLIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 061/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): AQUELIANE MARIA DA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MERENDEIRA, NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUÍLIO RIBEIRO BRAGA.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 062/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): RHAYLA CAROLINE RODRIGUES DA CRUZ

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AGENTE ADMINISTRATIVO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 063/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): RAYANE BRUNELY DA SILVA ARAUJO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO RECEPCIONISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 064/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ELLEN FERNANDA RODRIGUES DA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO RECEPCIONISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 065/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARCY CRISTINA DOS SANTOS FRANÇA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO RECEPCIONISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 066/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): JANETE ALVES DE SOUZA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 067/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): TAINÁ PEREIRA LEAL

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 068/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARIA TEREZINHA DA SILVA LIMA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 069/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): GRACIELE RODRIGUES SIMPLICIO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 070/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): NISLAINE FERREIRA DIAS MACIEL

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 071/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ANA KELY NICOLAU DE FARIA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 072/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): BIBIANE CONSTANTINO DA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 073/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MARIANA RODRIGUES SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 074/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ROSENILDA FRANCISCO DA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 075/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): KATIANA DE OLIVEIRA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 2.002,64 (DOIS MIL E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), BRUTO EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 076/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): VIVIANE FAVALESSA SENA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO RECEPCIONISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PERIODO DE VIGENCIA: 10/03/2025 ATÉ 10/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 10/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 077/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): ARIELLY SUIANY SILVA LIMA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 18/03/2025 ATÉ 18/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 078/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): EDNA VIEIRA DE ABREU

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 17/03/2025 ATÉ 17/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 17/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 079/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): POLYANE DE OLIVEIRA SILVA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 17/03/2025 ATÉ 17/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.521,20 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE UM REAIS E VINTE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 17/03/2025.

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 080/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): UGLEY ANTONIO DE ASSUNÇÃO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 081/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 17/03/2025 ATÉ 17/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 17/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 082/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): TIAGO GOMES DE OLIVEIRA

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PERIODO DE VIGENCIA: 05/03/2025 ATÉ 05/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 05/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 083/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): DIEGO DAMASCENO PEGO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA.

PERIODO DE VIGENCIA: 03/03/2025 ATÉ 03/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 03/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 084/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): AGNALDO RAMOS DE FARIAS

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA.

PERIODO DE VIGENCIA: 13/03/2025 ATÉ 13/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 085/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): VALCI JOSE PINHEIRO

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA.

PERIODO DE VIGENCIA: 19/03/2025 ATÉ 19/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2025

***EXTRATO DE CONTRATO: N°. 086/2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

CONTRATADO (A): MAIKEL RODRIGO HENRIQUE

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO MOTORISTA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PERIODO DE VIGENCIA: 13/03/2025 ATÉ 13/03/2026.

VALOR MENSAL: R$: 1.762,27 (HUM MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE SETE CENTAVOS), BRUTO, EM MOEDA CORRENTE DO PAÍS.

DATA DA ASSINATURA: 13/03/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 5.420/2025

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 105.450,00 (CENTO E CINCO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.714 de 29 de novembro de 2024 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar por anulação no valor de R$ 105.450,00 (cento e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais), na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
05.001.28.846.0002.9006 - Sentenças Judiciais - SEMUFI		
3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	1.709.0000000	25.000,00
06.001.08.122.0001.2014 - Gestão da Assistência Social		
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	1.500.0000000	3.950,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	1.500.0000000	3.500,00
09.002.10.301.0013.2089 - Realização de Exames - AB		
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.600.0000000	45.000,00
09.002.10.302.0015.2065 - Manutenção das Ações do Atendimento Hosp/Amb. de Emergência		
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1.500.1002000	18.000,00

12.002.13.392.0025.2100 - Manutenção da Fanfarra Municipal		
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500.0000000	10.000,00
Total		***105.450,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
06.001.08.122.0001.2014 - Gestão da Assistência Social		
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.500.0000000	3.950,00
07.002.12.364.0006.2036 - Manutenção do Ensino Superior		
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.500.0000000	2.000,00
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.500.0000000	500,00
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	1.500.0000000	1.000,00
08.005.25.752.0012.2056 - Gestão do Sistema de Iluminação Pública		
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.709.0000000	25.000,00
09.002.10.301.0013.2062 - Manutenção das Ações das APS		
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	1.600.0000000	45.000,00
09.002.10.302.0015.2067 - Manutenção das Ações do SAMU 192		
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1.500.1002000	8.305,00
09.002.10.302.0015.2068 - Realização de Exames - MAC		
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1.500.1002000	5.000,00
09.002.10.303.0017.2070 - Manutenção das Ações da Farmácia Básica		
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	1.500.1002000	4.695,00
12.002.13.392.0025.2086 - Ações de Fortalecimento da Cultura		
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500.0000000	10.000,00
Total		**105.450,00**

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 01 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

DT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 2.785/2025.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), no orçamento vigente, lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, com amparo no Artigo 43 da Lei n. 4.320/64, sob a fonte de recursos estabelecidas no art. 2º, com classificação orçamentária:

09.002.10.304.0027.2096 - Ações Preventivas de Zoonoses

4.4.90.51.00 - Obras e Instalações - R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º. Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos financeiros classificados como superávit financeiro de exercícios anteriores, sob a fonte de recursos 2.501.000000 - Recursos de Exercícios Anteriores - Outros recursos não vinculados.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 2.692 de 23 de outubro de 2.024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.025, e na Lei Municipal nº 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças de planejamento.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 069/2025 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei n. º 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional especial visa reforçar o orçamento previsto na Lei Orçamentária para o exercício - LOA 2025 - Lei n. 2.713/2024, na Secretaria Municipal de Saúde, no Programa de Governo 0027 - Controle de Zoonoses, Ação de Governo 2096 - Ações Preventivas de Zoonoses.

O crédito adicional especial tem como objetivo a adequação da fonte de recursos para subsidiar as despesas do Contrato nº 141/2024, cujo objeto é a "Construção de Abrigo de Animais", conforme detalhado no plano de trabalho elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, anexo.

Sendo o crédito adicional composto pelos recursos financeiros disponíveis, ambos sob a fonte de recursos 2.501.000000 - Recursos de Exercícios Anteriores - Outros recursos não vinculados, assim especificados:

I - R$ 101.411,49 (cento e um mil quatrocentos e onze reais e quarenta e nove centavos), disponível na conta bancaria nº 13.004-4, agencia 1471-0 do Banco do Brasil;

II - R$ 648.588,51 (seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), disponível na conta bancaria nº 38. 724-X, agencia do 1471-0 Banco do Brasil.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado em Balanço Orçamentário do exercício anterior, a título de superávit financeiro e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 045 - ASSEORP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 258 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

MENSAGEM N.º 258/2025

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores;

Cumpre-me através do presente encaminhar a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei Complementar n.º 016, de 17 de abril de 2025 – que *"Altera a redação da Lei Complementar n. 180/2021, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT e, dá outras providências"* – para a devida apreciação e deliberação pelo soberano plenário deste parlamento.

O projeto de lei complementar epigrafado visa homologar a reavaliação atuarial realizada em JANEIRO/2025, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 1º da Lei Federal n.º 9.717/98 e no *caput* do art. 40 da Constituição Federal de 1988, mantendo a alíquota de contribuição já estabelecida no inciso III do art. 34, a título de custo normal, todavia, necessário adequação dos valores dos aportes periódicos, nos termos do resultado desta em atendimento as exigências da Secretaria da Previdência Social quanto ao equacionamento do déficit atuarial.

A minuta do projeto de lei complementar em anexo respeita o período de noventena previsto no § 6º do artigo 195 da Constituição Federal, já que somente será exigida no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei Complementar.

Devido à importância denotada por esta matéria, requeiro nos termos do Regimento Interno desta Casa, que a sua tramitação se dê em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, e desde já conto com o apoio dos Nobres Edis na aprovação desta minuta.

SELUIR PEIXER REGHIN

PREFEITA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 258 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Altera a redação da Lei Complementar n. 180/2021, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT e, dá outras providências"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. A redação da Lei Complementar nº 180/2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 34......
.....

(...)

§ 2º O plano de amortização destinado a cobertura do déficit atuarial apurado na reavaliação atuarial desempenhada em JANEIRO/2025 será realizado em forma de Aportes Periódicos, estabelecido pelos valores discriminados no anexo I, parte integrante desta lei, obedecido os seguintes critérios:

I - Os aportes periódicos instituídos por esta lei serão realizados pelo prazo 12 (doze) meses, deduzidos os recolhimentos já efetuados em conformidade com redação da legislação em vigor.

II - O déficit atuarial apurado será amortizado por cada órgão e poder do município de Aripuanã, proporcional ao valor de suas reservas matemáticas de benefícios a conceder definidas na avaliação atuarial, despendido em aportes financeiros anuais pelo ente, passam a ser definidos conforme estipulado no anexo I desta lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em JANEIRO/2025.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação, quanto às alterações no §2º do art. 34 da Lei Complementar n. 180/2021.

Gabinete do Prefeito do Município de Aripuanã/MT, 17 de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

VALORES DE APORTES PERIÓDICOS EM REAIS

ANO DE AMORTIZAÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL	CÂMARA MUNICIPAL
2025	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2026	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2027	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2028	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2029	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2030	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2031	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2032	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2033	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2034	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2035	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2036	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2037	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2038	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2039	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2040	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2041	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2042	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2043	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2044	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2045	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2046	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2047	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2048	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2049	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2050	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2051	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2052	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17

2053	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2054	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2055	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2056	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2057	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2058	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2059	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17
2060	R$ 1.680.122,16	R$ 27.666,17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.671/2025

A Prefeita Municipal de Aripuanã**,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 35 da Lei Complementar nº. 183/2021 e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 043/2025/SEMUFI, o qual solicita a concessão da Gratificação e Deferido da Gestora;

RESOLVE:

CONCEDER, Gratificação Adicional de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário base, do Cargo Comissionado abaixo relacionado, pertencente a Secretaria Municipal de Finanças, em razão da designação constante da Portaria nº 18.655/2025 estando responsável pela Contabilidade Municipal.

Nome	Função	Lotação	Gratificação	Data de Início
Crystian Amado Alencar da Rosa	**Secretário Adjunto Contábil**	Sec. Municipal de Finanças	10%	11/04/2025

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2025

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de instrução de fanfara, para organizar, ensinar e treinar os integrantes que compõe a Fanfarra do Município de Aripuanã- MT, em atendimento a Secretaria de Turismo Esporte e Cultura, deste Município de Aripuanã-MT, com base no art. 74, inciso I da lei n° 14.133/2021.

Aripuanã/MT, 17 de abril de 2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 24/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

CONTRATADO: C MUSIC MARAFIGO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 27.615.983/0001-27

VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 17/010/2025

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2025

VALOR: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO DE FANFARA, PARA ORGANIZAR, ENSINAR E TREINAR OS INTEGRANTES QUE COMPÕE A FANFARRA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ- MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 74, INCISO I DA LEI N° 14.133/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025

A Prefeitura Municipal de ARIPUANÃ-MT torna público para o conhecimento dos interessados, que na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2025,** cujo objeto é a**Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de instrução de fanfara, para organizar, ensinar e treinar os integrantes que compõe a Fanfarra do Município de Aripuanã- MT, em atendimento a Secretaria de Turismo Esporte e Cultura, deste Município de Aripuanã-MT**, com base no art. 74, inciso I da lei n° 14.133/2021, sagrou-se contratada a empresa **C MUSIC MARAFIGO LTDA – CNPJ N°. 27.615.983/0001-27**, com o valor correspondente à R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**.**

Aripuanã-MT, 17 de abril de 2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 25/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

CONTRATADO: GIOVANNI BANEGAS ALVES, inscrita no CNPJ/MF sob o número 13.599.496/0002-94

VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 17/04/2026

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 09/2025

VALOR: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO DE PACIENTE DEPENDENTE QUÍMICO, AFIM DE ATENDER A ORDEM JUDICIAL Nº 1000448-39.2019.8.11.008 MP/MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 74, INCISO II DA LEI N° 14.133/2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 2.783/2025.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), no orçamento vigente, lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, com amparo no Artigo 43 da Lei n. 4.320/64, sob a fonte de recursos estabelecidas no art. 2º, com classificação orçamentária:

10.001.20.608.0020.2074 - Porteira a Dentro

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R$ 140. 000,00 (cento e quarenta mil reais).

Art. 2º. Para cobertura dos créditos autorizados serão utilizados os recursos financeiros classificados como superávit financeiro de exercícios anteriores, sob a fonte de recursos 2.501.000000 - Recursos de Exercícios Anteriores - Outros recursos não vinculados.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 2.692 de 23 de outubro de 2.024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.025, e na Lei Municipal nº 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças de planejamento.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 065/2025 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei n. º 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional especial visa reforçar o orçamento previsto na Lei Orçamentária para o exercício - LOA 2025 - Lei n. 2.713/2024, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Programa de Governo 0020 - Incentivo a Agricultura Familiar, Ação de Governo 2074 - Porteira a Dentro.

O crédito adicional especial tem como finalidade complementar as despesas com a locação de caminhão prancha para o transporte de máquinas e equipamentos utilizados na execução das ações do Programa Porteira Adentro, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços prestados, conforme detalhado no plano de trabalho, anexo.

Sendo o crédito adicional composto pelo recurso financeiro disponível na conta 11.805-2, agência nº 1471-0, do Banco do Brasil, na fonte de recurso 2.501.000000 - Recursos de Exercícios Anteriores - Outros recursos não vinculados.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado em Balanço Orçamentário do exercício anterior, a título de superávit financeiro e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 041 - ASSEORP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE FISCAL OBRAS Nº. 012/2025

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR, a Engenheira Sra. **Carla Alves Santos** – CREA/MT 49827, a partir de 19 de Março de 2025.

Referente: "Adesão a ata de Registro de Preço nº 03/2024 do Pregão Eletrônico n° 02/2023, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá que tem por objeto a aquisição de revestimentos esportivos e recreativos para equipar e requalificar os espaços, destinado a atender a UBS do Jardim Planalto, em atendimento a Secretaria de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT". Conforme Pregão Presencial n°. 039/2024.

Art. 2° - A engenheira fiscalizadora será responsável por acompanhamento das obras, emissão de medições conforme o andamento das obras, termos de recebimento provisório/definitivo, relatórios de controle e boletins de acompanhamento sobre possíveis ocorrências e/ou irregularidades praticadas.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.698/2025

A Prefeita Municipal de Aripuanã*,* no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 35 da Lei Complementar nº. 183/2021 e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 306/2025/SME, o qual solicita a concessão da Gratificação e Deferido do Gestor;

RESOLVE:

Art. 1° DESIGNAR as servidoras, ERICA OLIVEIRA MENEZES SOARES inscrito no CPF sob o nº **006.321.531-48** e **TATIANE VALIENTE** inscrito no CPF sob nº. 008.337.761-18 para participar da **COMISSÃO DE VISTORIA DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO "CASA DE APOIO", INCLUSO DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICA SITUADA EXCLUSIVAMENTE NA CAPITAL DO ESTADO, CUIABÁ - MT, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELO TFD EM ATENDIMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT**, composta por servidores municipais, para inspecionar e vistoriar as instalações e veículos da empresa vencedora, com a finalidade de verificar se a futura empresa detentora do registro de preços atende às especificações solicitadas no edital.

Esta Comissão de Vistoria será provida de poderes para que, no caso do surgimento de alguma necessidade para a adequação do estabelecimento contratado, estipular prazo máximo para a tomada das devidas providências para enquadramento exigido para o bom funcionamento do estabelecimento a ser firmado a Ata de Registro de Preços.

Inspecionada e devidamente atestada pela Comissão de Vistoria, que por sua vez emitirá o Termo de Qualificação dos Serviços, que comprova que a empresa vencedora do certame, está APTA a servir aos pacientes, e com isso firmar o Pacto Administrativo com o município de Aripuanã-MT.

Ocorrendo à declaração da empresa INAPTA, para os atendimentos aos nossos pacientes, não será firmado nenhum contrato entre as partes, e será convocada as demais empresas na ordem de classificação, que também passaram por vistoria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tornando sem efeito a Portaria 002/2025.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 16 dias de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.699/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 486/2025/SEMUSA;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, as servidoras **abaixo relacionadas** para ficarem responsáveis pela **coleta de exames de DNA** na Unidade Básica de Saúde da Vila Operária, em horário comercial de funcionamento da **UBS**, a partir do dia 18/04/2025.

Margareth Gomes Araújo	Enfermeira	Titular
Jeniffer Thais Layter	Enfermeira	Suplente

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 09/2025

Contratação de clínica especializada em tratamento de paciente dependente químico, afim de atender a ordem judicial nº 1000448-39.2019.8.11.008 MP/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã-MT, com base no art. 74, inciso II da lei n° 14.133/2021.

Aripuanã/MT, 17 de abril de 2025

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025

A Prefeitura Municipal de ARIPUANÃ-MT torna público para o conhecimento dos interessados, que na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025,** cujo objeto é aContratação de clínica especializada em tratamento de paciente dependente químico, afim de atender a ordem judicial nº 1000448-39.2019.8.11.008 MP/MT, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Aripuanã-MT, com base no art. 74, inciso II da lei n° 14.133/2021, sagrou-se contratada a empresa **GIOVANNI BANEGAS ALVES – CNPJ: 13.599.496/0002-94**, com o valor correspondente à **R$ 60.000,00** (sessenta mil reais)**.**

Aripuanã-MT, 17 de abril de 2025.

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 2.784/2025.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 202.576,56 (duzentos e dois mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), no orçamento vigente, lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, com amparo no Artigo 43 da Lei n. 4.320/64, sob a fonte de recursos estabelecidas no art. 2º, com classificação orçamentária:

09.002.10.302.0015.2066 - Manutenção TFD

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R$ 202. 576,56 (duzentos e dois mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de superávit financeiro de exercícios anteriores, assim especificados:

§ 1º R$ 7.955,53 (sete mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), sob a fonte de recursos 2.600.000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde;

§ 2º R$ 194.621,03 (cento e noventa e quatro mil seiscentos e vinte um reais e três centavos), sob a fonte de recursos 2.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 2.692 de 23 de outubro de 2.024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.025, e na Lei Municipal nº 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças de planejamento.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 068/2025 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXE-**

CUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei n. º 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional especial visa reforçar o orçamento previsto na Lei Orçamentária para o exercício - LOA 2025 - Lei n. 2.713/2024, na Secretaria Municipal de Saúde, no Programa de Governo 0015 - Assistência de Media e Alta Complexidade, Ação de Governo 2066 - Manutenção TFD.

O crédito adicional especial tem como objetivo complementar despesas decorrentes de contratos destinados a subsidiar as ações do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), abrangendo a prestação de serviços de transporte terrestre e aéreo, hospedagem em casa de apoio e gerenciamento de frotas, garantindo o atendimento adequado aos pacientes encaminhados para tratamento em outras localidades, conforme plano de trabalho elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, anexo.

Sendo o crédito adicional composto pelos recursos financeiros disponíveis, ambos na conta bancaria nº 38.292-2, agencia do Banco do Brasil, assim especificados:

I - R$ 7.955,53 (sete mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), sob a fonte de recursos especificada no § 1º do art. 2º;

II - R$ 194.621,03 (cento e noventa e quatro mil seiscentos e vinte um reais e três centavos), sob a fonte de recursos especificada no § 2º do art. 2º.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado em Balanço Orçamentário do exercício anterior, a título de superávit financeiro e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 044 - ASSEORP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 18.700/2025

Institui e Compõe o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222, Lei 12.013 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n° 219 de 04 de abril de 2023 da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC**:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Eder Teste de Oliveira (Presidente)- Titular

Aldicreia da Silva Galindo- suplente;

Representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação

Jocielle de Oliveira- Titular

Rosália Magalhães de Lima- suplente;

Representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde

Claudia Aparecida Castro- Titular

Tatiane Valiente Alves- suplente;

Representando a Secretaria Municipal Infraestrutura

Andreia Cristina de Souza- Titular

Wender da Silva Pereira – suplente

Representando o Gabinete da Prefeita (Jurídico) **Rogerson Douglas França**- Titular **Ellen Juhas Jorge** - suplente;

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de abril de 2.025.

Certidão de Publicação
Certifico para os devidos fins, nos termos do art. 69, III, da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura em 17/04/2025
THALIZ KATREN DE AMORIM GONÇALVES
Secretaria Adjunta de Administração
Port. n° 15.213/2022

SELUIR PEIXER REGHIN Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA Secretário Municipal de Administração

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

A Prefeitura Municipal de ARIPUANÃ-MT torna público para o conhecimento dos interessados, que na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025,** cujo objeto é a**Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação e acompanhamento das comissões especiais responsáveis pela contratualização de serviços hospitalares no município de Aripuanã/MT, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT, com base no art. 74, inciso III da lei n° 14.133/2021**, sagrou-se contratada a empresa **FACILITA – GESTAO PUBLICA BRASIL LTDA – CNPJ N°. 17.286.917/0001-05**, com o valor correspondente à R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)

Aripuanã-MT, 17 de abril de 2025

_____

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2025

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação e acompanhamento das comissões especiais responsáveis pela contratualização de serviços hospitalares no município de Aripuanã/MT, atendendo as necessidades da Secretaria de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT, com base no art. 74, inciso III da lei n° 14.133/2021.

Aripuanã/MT, 17 de abril de 2025

HILARIANE HILARIO DA SILVA

Agente de Contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 26/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

CONTRATADO: FACILITA - GESTAO PUBLICA BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.286.917/0001-05

VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 17/10/2025

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2025

VALOR: R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS COMISSÕES ESPECIAIS RESPONSÁVEIS PELA CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, COM BASE NO ART. 74, INCISO III DA LEI N° 14.133/2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.701/2025

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Requerido no Memorando nº 0327/2025- SME

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a **COMISSÃO DO PROGRAMA BUSCA ATIVA ESCOLAR - 2025** que tem a função de mobilizar a sociedade local para enfrentamento dos problemas relacionados à exclusão escolar, de realizar ações mobilizadoras e de articulação política para a resolução dos casos encontrados, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir de 17/04/2025.

Coordenadora Operacional:

Maria de Lurdes Graczcki

Gestora Política:

Dávilla Fernanda Aguilar de Souza Pereira

Supervisor Institucional:

Ermes José dos Reis

Luana Crestani Gomes

Rita Schneider

Ana Carolina Steinke

Taiane Oliveira de Souza

Alcicleia da Silva Galdino

Técnicos Verificadores

Gema de Lurdes Galvan

Joaneias Fidelis de Oliveira

Tatiane Valente Alves

Tharon Iagor França

Letícia Damiane Delgado de Lima

Gilmar Roberto Silva

Andressa Akina Lima Matsui

Agentes Comunitários:

Débora de Fátima Manzano

Edinalva Ferreira dos Santos

Daniele Takahashi de Paula

Patrícia Pitol

Elvia Cristina Bissoloti

Sonia Adelina Zanoni

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO APÓS CORREÇÃO

PORTARIA Nº 18.660/2025

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e Artigo 69, Inciso III* **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o requerido Memorando de nº 068/2025 e *com amparo* na *Lei Complementar nº.* 183/2021*;*

RESOLVE:

PROGREDIR, a Servidora Sra. **CLÁUDIA APARECIDA DE CASTRO,** ocupante do cargo de Carreira de Enfermeiro**,Mat. 1604***, lotada na Secre-*

taria Municipal de Saúde, **Nível "3",** para o **Nível "4"**, a partir do dia 01/07/2025, considerando o período que esteve em desvio de função.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº. 257/2025.

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARIPUANÃ A ALTERAR LEI COMPLEMENTAR N.º 182/2021 – DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DECARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIODE ARIPUANÃ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 123 da Lei Complementar nº 182 de 09 de dezembro de 2021 que passa a vigorar com o seguinte texto:

Art. 123. *Aos servidores designados para ocupar cargos mencionados é facultado perceber a remuneração de carreira acrescido de gratificação:*

I - O valor da gratificação resultará da análise do impacto financeiro do requerimento encaminhado pelo secretário e deferido pelo (a) Gestor (a), e corresponderá à aplicação dos seguintes percentuais sobre a remuneração do cargo comissionado:

a) *30% (trinta por cento) para os ocupantes do cargo em comissão de símbolo DAS – 01;*

b) *40% (quarenta por cento) para os ocupantes do cargo em comissão de símbolos DAS 02 a 07 e DAI 01 a 03;*

C) 50% (cinquenta por cento) para os ocupantes do cargo de professor que ocupam os cargos em comissão de símbolos DAP 01, DAP 02, DAP 03 e DAP 04, quando ocupados exclusivamente por professores. Caso tais cargos sejam ocupados por profissionais que não sejam professores, aplicar-se-á a disposição das alíneas A ou B.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã

Senhores Vereadores

Com renovada honra, submeto às elevadas considerações dos Nobres Edis o Projeto de Lei que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARIPUANÃ A ALTERAR LEI COMPLEMENTAR N.º 182/2021 – DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DECARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIODE ARIPUANÃ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a reorganização dos cargos em comissão/ funções de confiança destinados às atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Municipal com foco especial na área da educação, com o objetivo de tornar mais justa e equânime a remuneração desses cargos quando cumulados com cargos de caráter efetivo.

Na presente proposta, a remuneração dos comissionados irá variar de acordo com o cargo, e somente nos casos de cumulação, sendo ainda de suma importância esclarecer que a medida resultará em economicidade aos cofres públicos.

Por essas razões, encaminhamos o presente Projeto de Lei a esta Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis que o projeto ora encaminhado seja aprovado em **regime de urgência**.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 18.697/2025

A Prefeita Municipal de Aripuanã*,* no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 80 da Lei Complementar nº. 182/2021 e no Artigo 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerido no Memorando nº 306/2025/SME, o qual solicita a concessão da Gratificação e Deferido do Gestor;

RESOLVE:

CONCEDER, Gratificação Adicional de 10%, incidente sobre o salário base, para o Cargo de Contrato abaixo relacionado

Nome	Função	Lotação	Data de Início
8024 - WALACE FERREIRA DA SILVA	MOT. ESCOLAR	Sec. De Educação	01/04/2025

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias de abril de 2.025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº. 2.782/2025.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIOS ANTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R$ 634.645,00 (seiscentos e trinta e quatro mil seiscentos e qua-

renta e cinco reais), no orçamento vigente, lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, com amparo no Artigo 43 da Lei n. 4.320/64, sob a fonte de recursos estabelecidas no art. 2º, com classificação orçamentária:

12.001.23.695.0023.2085 - Gestão das Ações Turísticas

4.4.90.51.00 - Obras e Instalações - R$ 634.645,00 (seiscentos e trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundo de superávit financeiro de exercícios anteriores, assim especificados:

§ 1º R$ 534.266,84 (quinhentos e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), sob a fonte de recursos 2.711. 000804 - Recursos de Exercícios Anteriores - Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020);

§ 2º R$ 100.378,16 (cem mil trezentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), sob a fonte de recursos 2.755.0000000 - Recursos de Exercícios anteriores - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder as alterações na Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.713 de 29 de novembro de 2.024, bem como, os ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 2.692 de 23 de outubro de 2.024, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2.025, e na Lei Municipal nº 2.124 de 29 de setembro de 2.021, Plano Plurianual, promovendo assim, as emendas pertinentes nas respectivas peças de planejamento.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

CRISTIAN FRANK FARIAS DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 066/2025 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional especial por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 43 da Lei n. º 4.320 de 04 de maio de 1.964.

Onde o crédito adicional especial visa reforçar o orçamento previsto na Lei Orçamentária para o exercício - LOA 2025 - Lei n. 2.713/2024, na Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, no Programa de Governo 0023 - Sustentabilidade e Turístico, Projeto Ação de Governo 2085 - Gestão das Ações Turísticas.

O crédito adicional especial tem como objetivo a contratação de empresa especializada, por meio de processo licitatório, para a construção de calçadas na Praça de Eventos, visando a melhoria da infraestrutura e acessibilidade do espaço, conforme o plano de trabalho elaborado pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura e planilhas de engenharia, anexos.

Sendo o crédito adicional composto pelos recursos financeiros disponíveis, assim especificados:

I - R$ 534.266,84 (quinhentos e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), na conta bancaria nº 283.141-4, agência nº 1471-0 do Banco do Brasil, sob a fonte de recursos especificada no § 1º do art. 2º;

II - R$ 100.378,16 (cem mil trezentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), na conta nº 38.647-2, agência nº 1471-0 do Banco do Brasil, sob a fonte de recursos especificada no § 2º do art. 2º.

Assim, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro apurado em Balanço Orçamentário do exercício anterior, a título de superávit financeiro e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 042 - ASSEORP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

LEI 725/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

LEI 725/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

EMENTA: DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE APOIO E GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT, INSTITUI DIA MUNICIPAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DAS PESSOAS COM TDAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido, nos termos desta Lei, o reconhecimento e a garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no âmbito do município de Barão de Melgaço/MT, com o objetivo de promover a inclusão, acessibilidade e garantia de direitos das pessoas diagnosticadas com TDAH.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se TDAH o transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por desatenção, hiperatividade e impulsividade, nos termos da Classificação Internacional de Doenças - CID 10, código F90.

Art. 3º - São assegurados aos portadores de TDAH, residentes no município de Barão de Melgaço-MT, os seguintes direitos, além daqueles já estabelecidos e asseguradas às pessoas com deficiências previstos na legislação municipal vigente:

I - Atendimento prioritário em órgãos públicos, instituições financeiras e empresas prestadoras de serviços públicos, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.048/2000;

II - Acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), nos termos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;

III - Condições especiais em concursos públicos e processos seletivos municipais, conforme previsto no Decreto Federal nº 9.508/2018;

Art. 4º - O Poder Executivo, como medida de apoio, promoverá campanhas de conscientização sobre o TDAH, por meio dos órgãos competentes, visando disseminar informações, reduzir estigmas e promover a compreensão acerca dessa condição, combatendo o preconceito e a intimidação sistemática (*bullying*) escolar.**Art. 5º** - Fica instituído o Dia Municipal da Conscientização do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

- TDAH, que passará a integrar o calendário oficial municipal, a ser comemorado anualmente no dia 02 de abril.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço-MT, 04 de abril de 2025.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 724/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

LEI Nº 724/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

"INSTITUI A CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTAE OUTROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, no Estado de Mato Grosso, APROVOU e a PREFEITA MUNICIPAL, Margareth Gonçalves da Silva,no uso de suas atribuições legais, sanciona a presente Lei.

Art. 1º - Fica instituída e autorizada a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros, no âmbito do Município de Barão de Melgaço-MT, cuja finalidade é garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, em âmbito local, corroborando o que dispõe a Lei Federal N 10.048, de 08 de novembro de 2000, Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e, ainda, Lei Federal N 12. 764, de 27 de dezembro de 2012 e suas alterações.

Art. 2º - A Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros será expedida gratuitamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante requerimento, acompanhado de relatório do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), devendo conter as seguintes informações:

I - Nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo e endereço residencial completo;

II - Fotografia no formato 3cm (três centímetros) x 4cm (quatro centímetros) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - Nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - Identificação da Unidade da Federação, identificação do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável; e,

V - A descrição da deficiência com a respectiva CID, bem como a modalidade da deficiência (física, auditiva, visual ou mental), se houver interesse e autorização do portador.

Parágrafo único - A Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros não substituirá o Registro Geral (RG) ou demais documentos de identificação civil emitidos pelos órgãos públicos competentes.

Art. 3º - A Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros terá validade de 10 (dez) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados dos cadastrados e quando revalidados, mantendo a mesma numeração, de forma que permita a contagem das respectivas pessoas.

Parágrafo único - Em caso de perda ou extravio da Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e outros, será emitida segunda via mediante preenchimento de declaração de perda ou pela apresentação de Registro de Ocorrência correlato.

Art. 4º - A carteira de identificação de que trata esta Lei é de uso pessoal e intransferível, vedado o empréstimo, a cessão ou qualquer utilização por terceiros.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal deverá regulamentar a presente lei para sua aplicação em âmbito local.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Barão de Melgaço-MT, 04 de abril de 2025.

Margareth Gonçalves da Silva

Prefeita Municipal

LEI Nº 726/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

LEI Nº 726/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

EMENTA: Reserva aos negros e indígenas 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo Município de Barão de Melgaço-MT.

A Prefeita Municipal de Barão de Melgaço-MT,Margareth Gonçalves da Silva, no desempenho das suas atribuições legais promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reservadas aos negros e indígenas 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Municipal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pelo Município de Barão de Melgaço-MT, na forma desta Lei.

§ 1º - A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º - Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros e índios, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º - A reserva de vagas a candidatos negros e índios constará expressamente dos editais dos concursos públicos, que deverão especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido.

Art. 2º - Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e em relação aos índios a autoidentificação considerará a manifestação da consciência da identidade indígena, constituída mediante autodeclaração do candidato, com a indicação da etnia, do povo ou do grupo indígena.

Parágrafo único - Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 3º - Os candidatos negros e índios concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

§ 1º - Os candidatos negros e índios aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§ 2º - Em caso de desistência de candidato negro e índio aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.**§ 3º** - Na hipótese de não haver número de candidatos negros e índios aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

Art. 4º - A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

Art. 5º - O órgão responsável pela política de promoção da igualdade étnica de que trata o § 1º do art. 49 da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, será responsável pelo acompanhamento e avaliação anual do disposto nesta Lei, nos moldes previstos no art. 59 da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

Art. 6º - Esta Lei não se aplica aos concursos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua anos.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação e terá vigência pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Barão de Melgaço-MT, 04 de abril de 2025.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 727/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

LEI Nº 727/2025, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

EMENTA: Assegura aos deficientes físicos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade o direito de acesso gratuito a eventos socioculturais realizados em locais públicos ou privados.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grossos, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurado aos deficientes físicos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade o direito de acesso gratuito a eventos socioculturais realizados em locais públicos ou privados.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, compreendem-se como eventos socioculturais aqueles realizados com a finalidade de oferecer lazer, entretenimento, cultura, dentre os quais, destacam-se exposições, cinemas, teatros, circos, ginásios, estádio de futebol, parques, entre outros assemelhados.

Art. 2º - Para fazer jus ao benefício previsto no art. 1º desta Lei, o deficiente físico deverá apresentar laudo médico ou outro documento que comprove a sua deficiência; o idoso, a carteira de identidade ou cartão passe livre.

Art. 3º - O descumprimento ao que determina esta Lei, por parte dos organizadores e/ou proprietários dos locais em que se deem os eventos, sujeitar-lhes-ão às seguintes penalidades:

I – notificação;

II – multa a ser estabelecida em regulamento.

§ 1º - Em caso de reincidência será cobrada a multa em dobro

§ 2º - Haverá a suspensão do alvará de funcionamento em caso de nova reincidência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço-MT, 04 de abril de 2025.

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N°04/2025

O município de Barra do Bugres/MT, através do pregoeiro, torna público a realização do processo licitatório na modalidade **pregão eletrônico nº04/2025** que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CARGA DE GÁS DE COZINHA GLP E VASILHAMES A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS E DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BARRA DO BUGRES/MT**. Data de realização: dia 08 de maio de 2025, hora: 09h00 (Horário de Brasília - DF), Site: www.licitanet.com.br. OBTENÇÃO DO EDITAL: das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário local). Endereço: Praça Felipe Ferreira Mendes, n° 1000, Centro, Barra do Bugres – MT, ou através da página: www.barradobugres.mt.gov.br, “serviço de informação ao cidadão”. Informações no telefone (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 17 de abril de 2025

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Agente de contratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº:02/2025

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público a publicação da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº:02/2025 - PRESENCIAL, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REQUALIFICAÇÃO URBANA DO PARQUE DA BARRA, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, PARA ATENDER O CONVÊNIO Nº1524-2024/SINFRA/MT. Data de realização: dia 09 de maio de 2025, hora: 08h00. Obtenção do edital, das 07:00 horas às 13:00 horas. Praça Felipe Ferreira Mendes, n°1000, Centro, Barra do Bugres – MT, ou através da página: www.barradobugres.mt.gov.br, “serviço de informação ao cidadão”. Informações no telefone (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 17 de abril de 2025

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO PE Nº. 008/2025

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 22.199/2025; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 24/03/2025, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 008/2025, que teve como vencedora as seguintes empresas: SENA E PRATES LTDA CNPJ Nº 47.536.916/0001-24; MINEIRAO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA CNPJ Nº 24.447.862/0001-25; S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVICOS EIRELI CNPJ Nº 14.805.780/0001-51; FISIO MED EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ Nº 52.353.746/0001-82; STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ Nº 05.870.717/0001-08; GADITA COMERCIO DE PRODUTOS PERMANENTES E DE CONSUMOS LTDA CNPJ Nº 35.231.746/0001-90; CB ELETRO E INFORMATICA LTDA CNPJ Nº 49.673.898/0001-58; SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA CNPJ Nº 51.659.136/0001-49; UNIQUE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ Nº 49.938.521/0001-83 e OLMI INFORMATICA LTDA CNPJ Nº 00.789.321/0001-17.

Barra do Garças / MT, 16 de abril de 2025

Danilson Pereira Brito

Agente de Contratação

Pregoeiro - Substituto

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 08/2025

OBJETO: **Aquisição de ônibus rural escolar, do tipo Ore 1 4x4, para o transporte escolar diário de estudantes da rede pública de ensino de Toricueije.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 04/2023.

BASE LEGAL: Art. 86, § 2º, II, da Lei nº 14.133/21

ÓRGÃO GERENCIADOR: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE

CNPJ: 00.378.257/0001-81

EMPRESA CONTRATADA: Marcopolo S/A

CNPJ: 88.611.835/0018-77

DOTAÇÃO: Recurso: Federal, Órgão: 28 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, Unidade: 001 – Gabinete do Secretário, Fonte de recurso: 2540, Cód. Reduzido: 1799, Elemento de despesa: 4.4.90.52.00.00.

VALOR DO CONTRATO: R$ 616.150,61 (seiscentos dezesseis mil, cento e cinquenta reais e sessenta um centavo).

Barra do Garças, 16 de abril de 2025.

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PE Nº. 007/2025

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 22.199/2025; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 24/03/2025, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 007/2025, que teve como vencedora as seguintes empresas: ROKA ASSISTANCE COMERCIO E SERVICOS LTDA – CNPJ Nº 22.665.775/0001-19 e POLLYANE F MOREIRA LTDA – CNPJ Nº 30.204.623/0001-47

Barra do Garças / MT, 16 de abril de 2025

Danilson Pereira Brito

Agente de Contratação

Pregoeiro - Substituto

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº: 035/2025.

Modalidade nº: 005/2025.

Classificação: Dispensa de licitação eletrônica.

Data da Adjudicação: 22/04/2025.

Data da Homologação: 22/04/2025.

Objeto da licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados na consultoria, assessoria e treinamento, relacionados à operacionalização e gestão de convênios, junto aos governos Federal e Estadual de Mato Grosso, incluindo atividades de lançamento, acompanhamento de propostas, projetos em convênios Estaduais e Federais para inserção nas Plataformas: SIGCON/MT, Plataforma Mais Brasil, FNS - Fundo Nacional de Saúde - Gerenciamento de Propostas, SISMOB - Sistema de Monitoramento de Obras do Ministério da Saúde, SIMEC - PAR - Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, GOV.BR, bem como a capacitação técnica e treinamento de servidores.

Empresa Contratada: M. R. DE GODOI MADUREIRA – ASSESSORIA ME

CNPJ: 18.232.263/0001-91

VALOR: R$ 48.855,00 (quarenta e oito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais)

Barra do Garças/MT – 16 de abril de 2025

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO NORTE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS Nº 001/2025

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS Nº 001/2025

PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE VAGAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CANDIDATOS A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PROFESSOR DE: BACHAREL OU LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA COM REGISTRO DO CREF, PEDAGOGIA, HISTÓRIA; E PARA O CARGO DE MONITOR DE OFICINAS: ARTES VISUAIS, BALÉ, CAPOEIRA, FANFARRA E PERCUSSÃO, TECLADO, TEATRO, VIOLÃO E CORDAS, SENDO ESSES CARGOS COM ATENDIMENTO NA ZONA URBANA/RURAL DESTE MUNICÍPIO, EM RAZÃO DO NÃO PREENCHIMENTO DAS VAGAS ABERTAS NO PROCESSO SELETIVO 001/2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMECEL, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SR. ITAMAR PORTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

Considerando o exaurimento de candidatos inscritos na listagem geral do Processo Seletivo 001/2024, para as disciplinas/cargos de Professor de Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física com registro do CREF, Pedagogia, História, e cargos de Monitor de Oficinas: Artes Visuais, Balé, Capoeira, Fanfarra e Percussão, Teclado, Teatro, Violão e Cordas**,** com atendimento na Zona Urbana e Rural deste Município;

Considerando que algumas escolas da zona urbana e zona rural possuem turmas com vagas ociosas para professores, na qual não foram preenchidas através do Processo Seletivo 001/2024;

Considerando o exaurimento de candidatos inscritos na listagem geral do Processo Seletivo 001/2025 para o Cargo de Monitor de Oficinas: Artes Visuais, Balé, Capoeira, Fanfarra e Percussão, Teclado, Teatro, Violão e Cordas, para atendimento na zona urbana e zona rural do município;

Considerando a necessidade de completar o quadro de profissionais para Professores da Educação Básica e Monitores de Oficinas, afim de viabilizar a efetiva prestação de serviço na zona urbana e zona rural;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições para recomposição do CADASTRO RESERVA de candidatos à contratação temporária e imediata para manutenção do quadro 2025 da localidade acima referendada, nos termos do PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS Nº 001/2025.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. A recomposição do CADASTRO RESERVA, mediante a seleção dos candidatos ocorre em função do exaurimento de candidatos inscritos na listagem geral do Processo Seletivo 001/2024, nos cargos relacionados neste Edital, para suprir a demanda quando da necessidade, em situação de excepcional interesse público, com fulcro o artigo 37, incisos I e IX da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Mato Grosso, em seu Art. 129, Incisos I e VI, e na Lei Complementar nº 002 de 03 de janeiro de 2025, que trata do PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO NORTE – MT.

1.2. A seleção dos candidatos para este Processo Seletivo se destina especificadamente para os cargos de Professor de Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física com registro do CREF, Pedagogia, História, e para os cargos de Monitor de Oficinas: Artes Visuais, Balé, Capoeira, Fanfarra e Percussão, Teclado, Teatro, Violão e Cordas, tendo em vista o exaurimento de candidatos da listagem geral do Processo Seletivo 001/2024, para atendimento das escolas da Zona Urbana e Rural, no município de Boa Esperança do Norte, para exercício do ano letivo de 2025.

1.3. Este Processo Seletivo por Contagem de Pontos dar-se á em caráter de urgência, tendo em vista o surgimento de aulas vagas para as disciplinas acima citadas, sendo que não tivemos números de candidatos suficientes inscritos no Processo Seletivo 001/2024 para o preenchimento de todas as vagas disponíveis, e outros candidatos não se apresentaram diante da convocação.

2. DO CADASTRO GERAL

2.1. Os inscritos constarão no CADASTRO RESERVA, aguardando a possibilidade de existência/necessidade de vaga para provimento de pessoal dos candidatos a contratos temporários no respectivo cargo relacionado no item subsequente deste Edital.

2.2. O candidato, quando da existência de vaga, será convocado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devendo comparecer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para suprir a vaga livre e/ou substituição em cargo inscrito.

2.3. O não comparecimento do profissional no prazo estimado no item acima, libera a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para proceder a convocação do próximo candidato da listagem do CADASTRO RESERVA, observando rigorosamente a classificação dos candidatos nos respectivos cargos/funções, não cabendo recurso do anterior devido ao não cumprimento do prazo estipulado;

2.4. O Cargo/Função para contratação de servidores para as Áreas Urbana e Rural a que se destina esse Processo Seletivo é:

2.4.1 – Professor: Professor de Pedagogia

2.4.2 – Professor: Professor de Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no CREF

2.4.3 – Professor: Professor de História

2.4.4 – Monitor de Oficinas – Artes Visuais

2.4.5 – Monitor de Oficinas – Balé

2.4.6 – Monitor de Oficinas – Capoeira

2.4.7 – Monitor de Oficinas – Fanfarra e Percussão

2.4.8 – Monitor de Oficinas – Teclado

2.4.9 – Monitor de Oficinas – Teatro

2.4.10 - Monitor de Oficinas – Violão e Cordas

2.4.11 – Monitor de Oficinas – Danças Regionais

2.5 – Das atribuições do cargo de PROFESSOR (extraído do Anexo V da Lei Complementar nº 002/2025 – PCCS dos servidores de Boa Esperança do Norte - MT):

I - Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público;

II - Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III - Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico;

IV - Desenvolver a regência efetiva;

V - Avaliar o rendimento escolar de acordo com a proposta vigente no âmbito municipal;

VI - Trabalhar a recuperação do aluno de acordo com a necessidade do mesmo;

VII - Participar de reuniões de trabalho;

VIII - Desenvolver pesquisa educacional;

IX - Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade;

X - Cumprir e fazer cumprir os horários de trabalho e calendários escolares;

XI - Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela, quando no exercício de suas funções;

XII - Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino;

XIII - Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho como educador;

XIV - Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador;

XV - Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público;

XVI - Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal;

XVII - Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade;

XVIII - Cumprir a hora-atividade no âmbito da Unidade Escolar;

XIX - Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o desenvolvimento da função.

3. **DAS INSCRIÇÕES:**

3.1 – A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento das mesmas.

3.2 – As inscrições serão feitas no dia **22/04/2025 a 27/04/2025** no horário compreendido entre: 07h00min as 11h00min – 13h00min às 17h00min **na sede da Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer situada na Avenida das Orquídeas, nº 207, Município de Boa Esperança do Norte – MT.**

3.3. A inscrição/contagem de pontos poderá ser feita pelo candidato de forma presencial, bem como por meio de procuração particular devidamente escrita e outorgada pelo mandante com firma reconhecida em cartório.

3.3.1. Na possibilidade de ser utilizado o documento informado em item 3.3, qual seja: procuração particular, informa-se que o representante/procurador, que a fim de cumprir com a finalidade para o qual foi nomeado, sendo ele: inscrição/contagem de pontos do Processo, deverá estar munido da procuração particular com firma reconhecida em cartório, bem como deverá apresentar documento pessoal de identificação com foto e deverá encontrar-se munido de documento de identificação original com foto ou documento de identificação autenticado do candidato representado.

3.3.2 – Para realização da inscrição o candidato deve comparecer a Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer, durante os dias em que estão abertas as inscrições para preenchimento do respectivo Formulário de Seleção e os documentos comprobatórios para a avaliação e confirmação da pontuação junto a equipe avaliadora.

3.3.3 – O candidato deve estar munido de todos os documentos originais e as respectivas cópias necessárias para comprovação, sendo estes: (para a contratação)

3.3.3.1 – Cópia do CPF;

3.3.3.2 – Cópia do RG;

3.3.3.2 – Cópia da Carteira de Habilitação;

3.3.3.3 – Cópia do comprovante de residência, atualizado;

3.3.3.4 – Cópia do histórico escolar do Ensino Fundamental Completo ou do Ensino Médio; (para cargo de Monitor)

3.3.3.5 - Cópia do Diploma de Graduação; (para o cargo de professor)

3.3.3.6- Cópia do Certificado de Pós-Graduação na área da Educação; (para o cargo de professor)

3.3.3.7- Cópia do Registro do CREF (para Professores com Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação física)

3.3.3.8 - Cópia dos certificados em cursos de Formação Continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, em instituições reconhecidas pelo MEC, nos últimos 03 anos (2022, 2023 e 2024); (Para os cargos de professores)

3.3.3.9 – Cópia do Certificado do Curso de formação continuada com ênfase na alfabetização e educação infantil (ALFABETIZA MT) providas pela SEMECEL em parceria com a Secretaria do Estado de Educação. (para o cargo de professor)

4 – DA SELEÇÃO

4.1 - A forma de seleção dos candidatos a função acima mencionada dar-se-á, pela contagem de pontos, levando em consideração a somatória geral dos requisitos apresentados no ANEXO II do presente edital.

5 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 - Em caso de igualdade de notas, o desempate beneficiará sucessivamente o candidato que possuir a maior idade civil.

6 - DOS RECURSOS

6.1 – O candidato que sentir-se prejudicado e desejar interpor recurso contra a contagem de pontos e classificação prévia, disporá de 24 horas para fazê-lo, contados a partir da divulgação do resultado preliminar, conforme cronograma disposto no Anexo I deste Edital.

6.2 – O candidato que desejar apresentar recursos contra o resultado parcial, deverá se direcionar até a Secretaria Municipal de Educação, para realização do mesmo.

6.3 – O recurso será avaliado e julgado pela Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo por Contagem de Pontos Nº 001/2025, para análise e eventual atendimento.

7 – VAGAS, LOCAL DE TRABALHO, ESCOLARIDADE E REMUNERAÇÃO

7.1 – Professor(a)

Estimativa de vagas	Cadastro Reserva	Cargo	Vencimento	C.H. semanal	Nível de Escolaridade
04 Escola Municipal Água Limpa	01	Professor Pedagogia	R$ 4.850,00	30h	Licenciatura Plena em Pedagogia
01 Escola Municipal Água Limpa	01	Professor (a) História	R$ 4.850,00	30h	Licenciatura Plena em História
01 Escola Municipal Cachoeira do Ronuro	01	Professor(a) Pedagogia	R$ 4.850,00	30h	Licenciatura Plena em Pedagogia
01 Escola Municipal Vera Lúcia Schmidt	01	Professor(a) Pedagogia	R$ 4.850,00	30h	Licenciatura Plena em Pedagogia

7.2 – Departamento de Cultura

Estimativa de vagas	Cadastro Reserva	Cargo	Vencimento	C.H. semanal	Nível de Escolaridade
01	01	Monitor de Oficinas – Artes Visuais	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – de Balé	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – Capoeira	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – Fanfarra e percussão	R$ 2.105,45	20h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – de Teclado	R$ 2.105,45	20h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – de teatro	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – Violão e Cordas	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação
01	01	Monitor de Oficinas – Danças Regionais	R$ 4.210,90	40h	Ensino Médio Completo e cursos na área de atuação

7.3 – Departamento de Esporte

Estimativa de vagas	Cadastro Reserva	Cargo	Vencimento	C.H. semanal	Nível de Escolaridade
01 Sede de Boa Esperança do Norte	01	Professor das escolinhas de iniciação esportiva	R$ 3.147,72	20h	Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF
01 Distrito de Piratininga	01	Professor das escolinhas de iniciação esportiva	R$ 3.147,72	20h	Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF
01 Distrito de Parque Água Limpa	01	Professor das escolinhas de iniciação esportiva	R$ 3.147,72	20h	Bacharel ou Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF

8 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

8.1. A documentação exigida para contratação de acordo com o cargo escolhido.

8.1.1. Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado (a) trazer CPF do conjugue)

8.1.2. Carteira de Identidade (RG)

8.1.3. Cadastro de Pessoa Física (CPF)

8.1.4. Título de Eleitor

8.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral

8.1.6. Reservista (se for do sexo masculino)

8.1.7. Carteira de trabalho – CTPS

8.1.8. PIS/PASEP

8.1.9. Certidão fornecida por cartório judicial da residência do candidato, comprovando não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado, de ações cíveis e criminais.

8.1.10. Comprovante de Escolaridade (histórico escolar)

8.1.11. Diploma/Certificado

8.1.12. Atestado Médico

8.1.13. Comprovante de Residência (atualizado)

8.1.14. Declaração de Bens ou cópia da declaração de Imposto de Renda

8.1.15. Conta Bancária (qualquer Instituição)

8.1.16. Declaração de não acumulo de cargo

Boa Esperança do Norte-MT, 17 de abril de 2025.

ITAMAR PORTO

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria nº 002/2025

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2025

Etapas	Data
Publicação Edital do Processo de Contagem de Pontos	17/04/2025
Período de Inscrições	22/04/2025 a 28/04/2025
Homologação das Inscrições	28/04/2025
Divulgação do Resultado Parcial	30/04/2025
Homologação do Resultado Final	29/04/2025
Atribuição	01/05/2025

Este Cronograma tem caráter orientativo, podendo suas datas ser alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de BOA ESPERANÇA DO NORTE/MT. Todos os atos inerentes ao prosseguimento do PROCESSO SELETIVO serão objeto de publicação por editais afixados na Prefeitura Municipal de BOA ESPERANÇA DO NORTE /MT, publicado em rede sociais, meios de comunicações locais.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - MONITORES

MONITOR DE OFICINAS DE BALÉ: Atuar como orientador de dança, tendo domínio de diversos ritmos e/ou estilos; Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino de dança específica, através de aulas teóricas e práticas e da correta aplicação dos exercícios; Resgatar de forma natural e espontânea as manifestações expressivas da cultura em geral, a expressão corporal como recurso da aprendizagem escolar; Utilizar o corpo em movimento, estimulando a expressão de sentimentos e emoções que auxiliam na integração social; Treinar as habilidades, o equilíbrio, coordenação motora e ritmo; Criar postura adequada para a prática da aula e para a execução de coreografias; Desenvolver-se o suficiente para facilitar a correta execução dos exercícios e movimentos de dança; Buscar a compreensão dos diversos ritmos de músicas; desenvolver forças suficientes para executar os movimentos; Buscar a correta execução de movimentos motores; Executar corretamente, na música, os movimentos corporais combinados; Ensinar a dançar e apresentar coreografias de baixa complexidade infantil; Dançar de forma cooperativa, lúdica e divertida; Estimular a parte cognitiva, a superação do medo e do limite físico através da dança; Desenvolver atividades diferenciadas como a criação de coreografia ou passos, conhecendo a própria coordenação motora; Fazer os ensaios e coordenar as apresentações; Preparar material didático para as aulas, coreografias e sugerir apresentações de dança.

MONITOR DE OFICINAS DE CAPOEIRA: realizar brincadeiras que resgatem a origem e a evolução da Capoeira; realizar ginástica natural; realizar atividades musicais: construção e utilização de instrumentos musicais de capoeira, expressão vocal, as cantigas de capoeira e seus significados; desenvolver atividades corporais que venham a desenvolver condutas psicomotoras como: lateralidade, estruturação espacial, relação espaço-temporal, coordenação motora, tempo de reação, ritmo, etc; aplicar movimentos básicos da Capoeira Angola, Regional e Capoeira Moderna na roda de capoeira ou em competições esportivas/culturais de capoeira; participar em eventos de Capoeira.

MONITOR DE OFICINAS DE DANÇAS REGIONAIS (Matogrossense, Gauchescas, Nordestinas, etc.): Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino das danças tradicionalistas gauchescas e nordestinas, Matogrossenses, assim como outras, através dos seus principais ritmos e passos, buscando significar sua história, cultura, indumentária e tradição; Responsabilizar-se pelo ensino coletivo; Fazer os ensaios e coordenar as apresentações; Preparar repertório, coreografias e sugerir apresentações.

MONITOR DE OFICINAS DE VIOLÃO E CORDAS, TECLADO: Possuir domínio da leitura e escrita da música (partitura); Introduzir gradativamente o conhecimento das matérias: campo harmônico (maior e menor), cifragem alfabética e analítica e escala maiores e menores; Despertar o interesse musical nas crianças/ adolescentes e adultos; Oferecer aulas sobre noções de teoria musical e leitura de partitura, bem como praticar exercícios e músicas introdutórias nestes instrumentos; Utilizar as ferramentas de aula para a promoção do equilíbrio e bem-estar, alívio do estresse, estímulo à concentração e desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos; Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino do canto coral (incluindo teoria musical, técnica vocal, respiração, afinação e solfejo) para crianças, adolescentes, adultos e idosos; Responsabilizar-se pelo ensino coletivo de música; Preparar e organizar as vozes, realizar os ensaios e coordenar/reger as apresentações; Preparar e organizar apostilas e materiais teóricos; Desenvolver atividades práticas que ajudem a compreender e fixar o conhecimento teórico e prático; Fazer arranjos, preparar repertório, escrever partituras e sugerir apresentações musicais; Ensinar aos alunos as particularidades do instrumento, suas características e sua importância como instrumento de orquestra e como instrumento solista, trazendo ao aluno a oportunidade de despertar e ampliar sua percepção musical; Promover o conhecimento de música a partir da manipulação de instrumentos com um repertório variado e que esteja de acordo com o interesse do aluno, e que pode ser desenvolvido a partir do rendimento e interesse do aluno.

MONITOR DE OFICINAS DE ARTES VISUAIS: Despertar o interesse pelo universo das artes por meio do artesanato como forma e manifestação artística mais próxima de sua realidade; Estimular a sensibilidade artística dos alunos através da arte; Compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizando com diversas culturas; Desenvolver a imaginação, criatividade, atenção, concentração, expressão artística, percepção visual, coordenação motora e o raciocínio lógico matemático por meio de trabalho concreto; Experimentar e explorar diferentes objetos e materiais para expressar sua criatividade e fantasia na construção de trabalhos artísticos; Manter a ordem da sala de aula e organizar matéria prima para a produção das atividades; Sugerir a aquisição de aviamentos e demais produtos; Estimular o trabalho em equipe entre os alunos; Oferecer aulas a fim de que as crianças possam reconhecer, empregar e criar figuras a partir da linha; técnicas de desenho e pintura no papel, em tela e outros materiais; Criar desenho a partir da observação, memória e criação; Ensinar sobre a classificação das cores e técnicas de sombra; Ensinar a desenhar folhas, flores, frutos e árvores, pequenos animais, insetos, objetos e natureza morta, figura humana, emoções e sentimentos, movimentos da cabeça, mãos, pés e corpo (estrutura e volume); Ensinar a técnica de fazer releituras; desenvolver o traço, proporções, enquadramento e a técnica do ponto de fuga em grafite e em aquarela, brevemente desenvolver entendimentos sobre fabricação de cor, formas de utilizar o pincel, degradê e entendimento do material para desenvolvimento posterior, conhecimento básico de corte e costura.

MONITOR DE FANFARRA E PERCUSSÃO: Dominar os conhecimentos de: leitura rítmica de compasso simples e composto; Conhecimento e prática rudimentar, tempo forte e fraco, anacruses, síncopes e contratempo, quiálteras, análise rítmica musical, escalas maiores, menores e cromáticas, andamento e variações, técnica uniforme e tradicional; Planejar, organizar, coordenar e orientar o ensino de instrumentos de percussão para crianças, adolescentes e adultos; responsabilizar-se pelo ensino coletivo de música; Fazer arranjos, preparar repertório e sugerir apresentações musicais; solicitar aquisição de peças de instrumentos, vestuários e outros elementos necessários; Aplicar teste e selecionar os(as) alunos(as) capacitados(as) para compor a Fanfarra Municipal; Coordenar os ensaios das músicas e coreografias e conduzir, anualmente, as apresentações da Fanfarra Municipal junto aos eventos do município; Orientar, estimular e acompanhar o desenvolvimento das potencialidades artísticas e criativas.

MONITOR DE OFICINAS DE TEATRO: Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura infanto-juvenil, partindo de seu repertório sobre esses textos para a produção de peças teatrais, como também utilizar de temáticas atuais, sempre incentivando temas que leve a reflexão da realidade e que desperte expectativas positivas para o futuro e o bem da população; Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras, dança, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades; Dar vida às palavras e personagens das produções teatrais, poemas e crônicas, por meio do olhar, tom de voz e dos movimentos corporais, usando recursos como maquiagem, figurinos, painéis, cenário e acompanhamento musical; Preparar peças para participar de festivais, concursos e apresentações em datas comemorativas ou programas de conscientização quando solicitado.

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS – PROFESSORES

PROFESSOR BACHAREL OU LICENCIATURA PLENA: Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Plano Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Avaliar o rendimento escolar de acordo com a proposta vigente no âmbito municipal; Trabalhar a recuperação do aluno de acordo com a necessidade do mesmo; Participar de reuniões de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas escolares e das interações educativas com a comunidade; Cumprir e fazer cumprir os horários de trabalho e calendários escolares; Manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela, quando no exercício de suas funções; Zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino; Qualificar-se, permanentemente, com vistas à melhoria de seu desempenho como educador; Respeitar pais, alunos, colegas, autoridades de ensino e servidores administrativos, de forma compatível com a missão de educador; Cooperar com os membros da equipe escolar, na solução dos problemas da administração do estabelecimento de ensino; Zelar pelo patrimônio público; Cumprir as normativas, memorandos, determinações e regulamentos expedidos pela Direção da Escola, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo Chefe do Executivo Municipal; Participar das ações administrativas, cívicas e interações educativas da comunidade; Cumprir a hora-atividade no âmbito da Unidade Escolar; Participar de cursos de formação, encontros, seminários e outros eventos que contribuam para o desenvolvimento da função.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE SELEÇÃO CONTRATO TEMPORÁRIO

1.0 DADOS PESSOAIS:

N° Inscrição:_____

Nome do servidor (a)_____ Data Nasc:____/_____/_____

Logradouro: _____ Nº _____ Compl._____

Bairro: _____ Cidade _____
CEP:_____ Fone_____

E-mail_____ RG: _____Órg. Exp. UF: _____

Data Exp: _____/_____/_____CPF: _____

2.0 DADOS SOCIAIS

2.1 – Possui outro vínculo empregatício (municipal/estadual/federal/privado)?

a) ( ) NÃO b) ( ) SIM

2.2 – Caso possua outro vínculo, informe o tipo, carga horária, e se é acumulável:

a) ( ) MUNICIPAL ( ) ESTADUAL ( ) FEDERAL ( ) PRIVADO

b) ( ) ATIVO ( ) APOSENTADO

c) CARGA HORARIA: _ ___h/s

d) ( ) CARGO ACUMULÁVEL ( ) CARGO NÃO ACUMULAVEL

3.0 – DADOS DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 – CARGO DA INSCRIÇÃO:_____

4.0 - FORMAÇÃO/TITULAÇÃO

4.1 - MAIOR TITULAÇÃO

ÍTEM	CRITÉRIOS	SUB CRITÉRIOS	INDICADORES	COMPUTO
4.1	Pós Graduação	Doutorado	35,0	
		Mestrado	30,0	
		Especialização	25,0	
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0	
		Ensino Médio	15,00	

		Ensino Fundamental Completo	10,00	
5.0 FORMAÇÃO CONTINUADA				
5.1	Cursos de Formação Continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, em instituições reconhecidas pelo MEC, nos últimos 3 anos (2022,2023 e 2024).	0,5 ponto p/ cada 40 horas Limite 03 pontos		
5.2	Curso de formação continuada com ênfase na alfabetização e educação infantil (ALFABETIZA MT) providas pela SMECEL em parceria com a Secretaria do Estado de Educação	5,0 (cinco) pontos		
5.3	Tempo de serviço na área em que o candidato está inscrito	0,5 por ano de experiência		
6.0 FORMAÇÃO CONTINUADA – CARGOS DE MONITOR				
6.1	Cursos de formação na **área de atuação** - realizados dentro do período de até 5 (cinco) anos, que contemple conhecimentos na área.	O limite máximo neste quesito é de 200 horas, devendo ser até 30% no formato online e 70% deve ser presencial.	0,3 (ponto) para cada 50 horas de formação, totalizando 1,2 pontos.	
6.2	Tempo de serviço na área em que o candidato está inscrito	0,5 por ano de experiência		
TOTAL DE PONTOS:				
CRITÉRIOS DE DESEMPATE:				
1° Maior Idade:	**Observação:** Considerar-se á na somatória de pontos até 02 (duas) casas decimais.			

Assinatura do Candidato: _____
Responsável pela Validação:_____
Data de Validação: _____/_____/_____ Boa Esperança do Norte -MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PORTARIA N.º 201/2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ABONO DE PECÚNIA 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA LAURICE SOUSA LEITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica municipal em seu artigo n.º 109, inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, o abono pecuniário de 20 (vinte) dias de férias, conforme prevê o Artigo 244 da Lei Orgânica Municipal, da servidora **LAURICE SOUSA LEITE**, no cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração. Referente ao exercício 2023/2024.

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025
PROCESSO Nº 25/2025

O Município de Bom Jesus do Araguaia - MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, CNPJ nº 04.173.952/0001-68, situada **na** AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia - MT. - CEP: 78678**-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA** doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, em sua forma Presencial, sob o número **07**/2025, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, processada nos termos do Processo Administrativo nº 25**/2025, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14. 133, de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 132** de **11 de Dezembro de** 2023, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1- OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 07/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

2- ÒRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preço - ARP será a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia - MT, já identificada no preâmbulo.

3- REGISTROS FORMALIZADOS

3.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

4- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Item	11445 Código	SANDRO BARBOSA DA SILVA CNPJ: XXXXXXX23 LESTE, 765 LOTE 10QUADRA 03 - SETOR B, QUERENCIA - MT, CEP: 78643-000 Telefone: 6684017115 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.072.001	CAMISETA (MANGA CURTA): SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME ESCOLAR DE MALHA ENCORPADA - PV. (COMPOSIÇÃO: 67% POLIESTER, 33% VISCOSE; GRAMATURA: 158G/M²) NA COR AZUL TURQUESA, MANGA E GOLA AZUL ROYAL E COM BRASÃO DA PREFEITURA NA POSIÇÃO PEITO, E SLOGAN DA ESCOLA NAS COSTAS. TAMANHOS VARIADOS DE 1ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	1838	22,00	40.436,00
2	009.072.002	BERMUDA: SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BERMUDA DE MALHA HELANCA AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA - 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M² E COM BRASÃO DA PREFEITURA. TAMANHOS VARIADOS DE 1 ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	912	25,00	22.800,00
3	009.072.003	SHORT – SAIA: SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MODELO SHORTS SAIA, COM SAIA NA FRENTE, PARA MENINAS, BAINHA NAS BARRAS, NA COR AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA COM BRASÃO DA PREFEITURA NO CANTO ESQUERDO INFERIOR, PRODUZIDA EM HELANCA 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M². TAMANHOS VARIADOS	UN	926	25,00	23.150,00
		Total do Proponente				86.386,00

4.2. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e: **a)** Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto; **b)** Proposta (s) comercial (is) do (s) particular (es) cujo (s) preço (s) conta (m) registrado (s); **c)** Edital de Pregão Presencial nº 07/2025, referente ao Processo nº 25/2025.

5- VIGÊNCIA DA ARP

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. **5.2.** A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços. **5.3.** A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP. **5.4.** A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

6- CONTRATAÇÕES FUTURAS

6.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU. **6.2.** Poderá haver, a critério do órgão gerenciador, e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado. **6.3.** Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **6.4.** A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente ao Pregão nº 07/2025 e seus anexos.

7- VÍNCULOS DA ARP

7.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições. **7.2.** O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas Edital de Licitação do Pregão nº 07/2025.

8- ADESÃO DE ÒRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que observadas as disposições abaixo: **a)** O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida. **b)** É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal. **c)** Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor. **d)** Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional **bjalicitacao@gmail.com**, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão. **8.2.** A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, que poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento. **8.3.** O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado. **8.4.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9-LIMITES PARA ADESÕES

9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. **9.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços. **9.3.** No caso de ITEM (NS) /GRUPO (S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU. **9.4.** Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **9.5.** Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente: **a)** Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e, **b)** Apenas durante a vigência da presente ARP.

10-COMUNICAÇÃO AO GERENCIADOR

10.1. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente informar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da contratação, a contratação para fins de registro definitivo.

11- VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

11.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

12-CONTRATAÇÃO DECORRETE A ARP

12.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ARP deverá ser formalizada no prazo de validade da Ata e será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não havendo a formalização de Instrumento de Contrato. **12.2.** Na formalização da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. **12.3.** As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13-ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

13.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão. **13.2.** Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao): **a)** Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP; **b)** Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas; **c)** Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência; **d)** Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU; **e)** Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão; **f)** Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU; **g)** Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes; **h)** Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; **i)** Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP; **j)** Instruir os autos de gestão da presente ARP.

14- ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

14.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE compete: **a)** Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta; **b)** Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento; **c)** Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame; **d)** Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular; **e)** Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

15- OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

15.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a: **a)** Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação; **b)** Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de

adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes; **c)** Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, **como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO** GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante; **d)** Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexo do Pregão nº 07/2025, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR; **e)** Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP; **f)** Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas; **g)** Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório; **h)** Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP; **i)** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato; **j)** Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

16- CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

16.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **16.2.** A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO. **16.3.** A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame. **16.4.** Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior. **16.5.** Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

17- PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

17.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial. **17.2.** Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

18- ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula: **PR = PI x IR**

Onde:

PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

IR = Índice de reajuste

18.2. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste. **18.3.** A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, deverá ser formulado durante a vigência da presente Ata e antes de eventual prorrogação. **18.4.** Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor. **18.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **18.6.** Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos seguintes casos: **a)** ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular; **b)** ocorrência de evento antes da formulação das propostas; **c)** ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor; **d)** culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento). **18.7.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado. **18.8.** Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s). **18.9.** Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 11 desta ARP.

19- REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP

19.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. **19.2.** O remanejamento somente poderá ser feito: **a)** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou **b)** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante. **19.3.** O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento. **19.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos em Decreto Municipal. **19.5.** Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados. **19.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor: **a)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado; **b)** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável; **c)** Não aceitar manter seu preço registrado; **d)** Sofrer sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicada por qualquer órgão da União Federal (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); ou **e)** Sofrer sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública. **20.2.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art.

156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

20.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa. **20.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação. **20.5.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas: **a)** Por razão de interesse público; **b)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou **c)** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

21- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

21.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no Edital de Licitação do Pregão nº XX/2025, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem. **21.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade. **21.3.** Cabe a cada órgão ou entidade participante ou aderente a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas. **21.4.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passível de cancelamento do registro do fornecedor.

22-CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ARP

22.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando: **a)** Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas nesta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021. **b)** Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR. **c)** Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas. **22.2.** O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro: **a)** Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP; **b)** Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante; **c)** Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP; **d)** Não mantiver as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou **e)** Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. **22.3.** O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas. **22.4.** Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro. **22.5.** O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público. **22.6.** A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo. **22.7.** A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

23- DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021 e pelo Decreto Municipal nº 132, de 11 de dezembro de 2023. **Bom Jesus do Araguaia - MT, em 17 de Abril de 2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

PORTARIA N.º 197/2025.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE 17 (DEZESSETE) DIAS DE FÉRIAS DA SERVIDORA MARLENE ELOY CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 17 (dezessete) dias de férias a servidora **MARLENE ELOY CARDOSO**, no cargo de Diretora da Escola Otávio Ribeiro Borin, lotada na Secretaria Municipal de Educação. Referente ao exercício 2024/2025**,** com período de gozo **entre 23 de abril a 09 de maio de 2025.**

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025
Processo de Licitação: 25/2025 **Data do Processo: 01/04/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelo Decreto 11.462/23, Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, a vista de parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – **HOMOLOGAR** a presente licitação nestes termos:

a) Processo nº: 25/2025

b) Licitação nº: 07/2025

c) Modalidade: Pregão Presencial

d) Data Homologação: 17/04/2025

e) Data Adjudicação: 17/04/2025

f) Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
g) Fornecedor Vencedor:

Item	**11445 Código**	**SANDRO BARBOSA DA SILVA** **CNPJ: 3XXXXXXXX23** **LESTE, 765 LOTE 10QUADRA 03 - SETOR B, QUERENCIA - MT, CEP: 78643-000** **Telefone: 6684017115** **Descrição do Produto/Serviço**	**Unidade**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	009.072.001	CAMISETA (MANGA CURTA): SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME ESCOLAR DE MALHA ENCORPADA - PV. (COMPOSIÇÃO: 67% POLIESTER, 33% VISCOSE; GRAMATURA: 158G/M²) NA COR AZUL TURQUESA, MANGA E GOLA AZUL ROYAL E COM BRASÃO DA PREFEITURA NA POSIÇÃO PEITO, E SLOGAN DA ESCOLA NAS COSTAS. TAMANHOS VARIADOS DE 1ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	1838	22,00	40.436,00
2	009.072.002	BERMUDA: SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BERMUDA DE MALHA HELANCA AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA - 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M² E COM BRASÃO DA PREFEITURA. TAMANHOS VARIADOS DE 1 ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	912	25,00	22.800,00
3	009.072.003	SHORT – SAIA: SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MODELO SHORTS SAIA, COM SAIA NA FRENTE, PARA MENINAS, BAINHA NAS BARRAS, NA COR AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA COM BRASÃO DA PREFEITURA NO CANTO ESQUERDO INFERIOR, PRODUZIDA EM HELANCA 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M². TAMANHOS VARIADOS	UN	926	25,00	23.150,00
		Total do Proponente				86.386,00

Ficando registrado o valor total de R$: 86.386,00 (Oitenta e seis mil trezentos e oitenta e seis reais).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de Abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 198/2025.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES EDILMA BARBOSA LUZ E PAULO VINICIUS MOREIRA DE SOUZA PARA O CARGO DE FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 007-2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para o cargo de Fiscal da **ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 007-2025, PROCESSO N.º 025/2025 PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2025, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT.**

NOME	CPF	SECRETARIA
EDILMA BARBOSA LUZ	630.383.721-53	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PAULO VINICIUS MOREIRA DE SOUZA	948.873.811-15	FISCAL SUBSTITUTO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2025

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através da Pregoeira, torna público, que no Pregão Presencial nº 07/2025, com o objeto. PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Obteve o seguinte resultado a empresa:

Item	11445 Código	SANDRO BARBOSA DA SILVA CNPJ: XXXXXXX23 LESTE, 765 LOTE 10QUADRA 03 - SETOR B, QUERENCIA - MT, CEP: 78643-000 Telefone: 6684017115 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	009.072.001	CAMISETA (MANGA CURTA): SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME ESCOLAR DE MALHA ENCORPADA - PV. (COMPOSIÇÃO: 67% POLIESTER, 33% VISCOSE; GRAMATURA: 158G/M²) NA COR AZUL TURQUESA, MANGA E GOLA AZUL ROYAL E COM BRASÃO DA PREFEITURA NA POSIÇÃO PEITO, E SLOGAN DA ESCOLA NAS COSTAS. TAMANHOS VARIADOS DE 1ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	1838	22,00	40.436,00
2	009.072.002	BERMUDA: SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BERMUDA DE MALHA HELANCA AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA - 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M² E COM BRASÃO DA PREFEITURA. TAMANHOS VARIADOS DE 1 ANO E 6 MESES ATÉ 11 ANOS (CONFORME ANEXO)	UN	912	25,00	22.800,00
3	009.072.003	SHORT – SAIA: SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MODELO SHORTS SAIA, COM SAIA NA FRENTE, PARA MENINAS, BAINHA NAS BARRAS, NA COR AZUL ROYAL E VIÉS AZUL TURQUESA COM BRASÃO DA PREFEITURA NO CANTO ESQUERDO INFERIOR, PRODUZIDA EM HELANCA 100% POLIESTER GRAMATURA: 245G/M². TAMANHOS VARIADOS	UN	926	25,00	23.150,00
		Total do Proponente				86.386,00

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de Abril de 2025.

_____

PREGOEIRA

RESOLUÇÃO N. º 008 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

APROVA PLANO DE AÇÃO PARA O COFINANCIAMENTO ESTADUAL DE MATO GROSSO - FEAS, PARA O EXERCÍCIO 2025, DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei n. 713 de 03 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar, na íntegra, o Plano de Ação para o cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) do Estado de Mato Grosso, referente ao exercício de 2025, para o município de Bom Jesus do Araguaia - MT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 16 de abril de 2025.

LENISE CRISTIANA ROMA DA LUZ

PRESIDENTE DO CMAS

PORTARIA N.º 199/2025.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE CARGO ELETIVO (VEREADORA) A SERVIDORA SIRLENE FREITAS DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V;

CONSIDERANDO o artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre a concessão da Licença para atividades Políticas; e ainda;

CONSIDERANDO o Regime Jurídico Único para os Servidores Públicos Municipais, no artigo 137, incisos II e III da Lei Complementar Municipal nº 003 de 24 dezembro 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença do Cargo Eletivo (Vereadora) a Senhora **SIRLENE FREITAS DOS SANTOS,** servidora efetivo no cargo de recepcionista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, **a partir do dia 17 de abril de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N. 007 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DE MATO GROSSO - FEAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2024, DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS,no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei n. 713 de 03 de março de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar o Prestação de Contas do cofinanciamento Estadual de Mato Grosso - FEAS, referente ao exercício 2024, na integra do município de Bom Jesus do Araguaia-MT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 16 de abril de 2025.

LENISE CRISTIANA ROMA DA LUZ

PRESIDENTE DO CMAS

PORTARIA N.º 200/2025.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO ABONO DE PECÚNIA 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA RHAMILLA MARQUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, no uso de suas atribuições legais e que lhe confere a Lei Orgânica municipal em seu artigo n.º 109, inciso V;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, o abono pecuniário de 30 (trinta) dias de férias, conforme prevê o Artigo 244 da Lei Orgânica Municipal, da servidora **RHAMILLA MARQUES**, no cargo de Secretaria Municipal de Saúde, lotada na Secretária Municipal de Saúde. Referente ao exercício 2024/2025.

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 17 de abril de 2025.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE, MATO GROSSO, pessoa jurídico de direito público, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **25/04/2025** as **08:00h (Horário local**), Licitação na modalidade **Dispensa de Licitação nº 008/2025**, no Tipo "***MENOR PREÇO POR LOTE",*** com o objeto "*CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATUAR NA PRODUÇÃO, PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERIMONIAL DE CONCURSO PARA ESCOLHA DA RAINHA, PRINCESA E MADRINHA DO RODEIO DA IV BRASNORTE RURAL SHOW PARA ATENDER AS AÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT.*" Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitação, no Paço Municipal, sito a Rua Curitiba nº 1080, pelo telefone: 066 3592-3206, site: https://brasnorte.fassilcloud.net:879/TRANSPARENCI... e e-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br . Brasnorte – MT, 17 de abril de 2025.

Roberta Chagas Passamani

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL N.º 001/2025 AO CONTRATO N.º 019/2024 - SMASC

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – DO EDITAL Nº 003/2023 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DAS SECRETARIAS SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Celebram as partes o presente Termo Aditivo de Prorrogação do **Contrato n.º 008/2024 - SMASC**, firmado entre o Município de Cáceres/MT, inscrito no CNPJ sob n. º 03. 214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania **Sra. LELIANE BARROS DA SILVA**, Decreto Nº 187, de 07 de março de 2025**,** ora denominada simplesmente Contratante, e a **senhora SABRINA YASMIM FERREIRA,** denominada Contratada, no cargo de Assistente Administrativo, para exercer suas funções na Unidade do Cadastro Único/Bolsa Família, setor vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Cáceres/MT.

Art. 1º Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado pelo período de **13/05/2025** a **12/05/2026** e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei nº 1.931/2005 e Termo de Prorrogação de Processo Seletivo.

Art. 2º O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei nº 1. 931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público.

Parágrafo único – Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art. 3º Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art. 4º Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 vias de igual teor.

Cáceres/MT, 17 de abril de 2025.

_____

SABRINA YASMIM FERREIRA

Contratada

_____

LELIANE BARROS DA SILVA

Contratante

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL N.º 001/2025 AO CONTRATO N.º 015/2024 - SMASC

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – DO EDITAL Nº 003/2023 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DAS SECRETARIAS SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Celebram as partes o presente Termo Aditivo de Prorrogação do **Contrato n.º 015/2024 - SMASC**, firmado entre o Município de Cáceres/MT, inscrito no CNPJ sob n. º 03. 214. 145/0001-83, neste ato representado pela Se-

cretária Municipal de Assistência Social e Cidadania **Sra. LELIANE BARROS DA SILVA**, Decreto Nº 187, de 07 de março de 2025**,** ora denominada simplesmente Contratante, e a **senhora FRANCIELE APARECIDA FERRAZ DOS SANTOS,** denominada Contratada, no cargo de Psicóloga, para exercer suas funções na Unidade de Proteção Social Especial/Serviços de Abordagem no setor vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Cáceres/MT.

Art. 1º Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado pelo período de 02 (dois) meses de **02/05/2025** a **01/07/2025** e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei nº 1.931/2005 e Termo de Prorrogação de Processo Seletivo.

Art. 2º O presente Termo Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração Pública com fundamento na Lei nº 1.931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público.

Parágrafo único – **Haverá a rescisão antecipada prevista nesta cláusula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.**

Art. 3º Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art. 4º Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em 03 vias de igual teor.

Cáceres/MT, 17 de abril de 2025.

_____

FRANCIELE AP. FERRAZ DOS SANTOS

Contratada

_____

LELIANE BARROS DA SILVA

Contratante

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 281 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 12.807, de 16 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art.1º Revogar a Portaria nº 859 de 11 de dezembro de 2020, que designou o servidor **GEOVANI DE ASSIS FERREIRA DE MORAES**, para exercer a função de Secretário Escolar da **Escola Municipal de Educação Infantil - Irene Coelho Cruz, da Secretaria de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir do dia 22 de abril de 2025.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de abril de 2025.

FRANSÉRGIO ROJAS PIOVESAN

Secretário Municipal de Educação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - IL - Nº 006/2025

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA N° 009/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO MEMORANDO Nº 12.014/2025

Com fundamento no Processo de Contratação Direta – Inexigibilidade n° 006/2025, que visa a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS (APEPREM), inscrita no CNPJ n° 01.144.081/0001-66, para inscrição do Diretor Executivo do Previ Cáceres, para a participação no “21º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM”, para atender às necessidades de capacitação dos servidores do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, o qual foi apreciado pela Procuradoria Jurídica desta autarquia, fica HOMOLOGADO o processo em epígrafe, nos seguintes termos:

CONTRATADA	ITEM	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS (APEPREM)	CONTRATAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO 21º CONGRESSO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DA APEPREM	R$ 1.000,00

Cáceres-MT, 17 de abril de 2025.

VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO 032/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, representado pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições legais, torna público a **CONVOCAÇÃO** dos servidores relacionados abaixo, para comparecer no dia 22 de abril de 2025, as 09h:00min, na sala de Reuniões da Sede da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº 896 - Bairro Jardim Celeste - Cáceres - Mato Grosso, para assinar o termo de **POSSE**:

DECRETO Nº 112 DE 31 DE JANEIRO DE 2025.

CARGO: ENFERMEIRO

COMPLEMENTO: ÁREA URBANA

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
12º (classificado)	MONICA HEYDUK

DECRETO Nº 244 DE 26 DE MARÇO DE 2025.

CARGO: ENFERMEIRO

COMPLEMENTO: ÁREA URBANA

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
13º (classificado)	KARLA SALVIANI AZEVEDO

DECRETO Nº 259 DE 01 DE ABRIL DE 2025.

CARGO: FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

COMPLEMENTO: ÁREA URBANA

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
5º (classificado)	BRUNO TIAGO PESSOA

Cáceres-MT, 17 de abril de 2025

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal de Administração

ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 01/2025

Interessada: Secretaria Municipal de Administração.

Objeto: Contratações de serviços de empresa especializada em prestação de serviços de locação de caixas térmicas e o fornecimento de gelo triturado 10kg, para atender os eventos realizados por esta Secretaria Municipal de Agricultura.

Fundamento: **Art. 075, inciso VIII, da Lei 14.133/21,** amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: GELITO IND. E COM. DE GELO E BEBIDAS LTDA, CNPJ: **46.712.520/0001-28**, perfazendo o valor total de R$ 1.596,00 **(mil quinhentos e noventa e seis reais).**

Empresa: REINALDO PARAVA, CNPJ: 40.886.182/0001-64, perfazendo o valor total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Artigo 75º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 17 de abril de 2025.

VILSON SATO

Secretário Municipal de Agricultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES ABRIL 2025/3

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO	
22/04/2025 17:30	https://meet.google.com/doy-ynoi-hqe	
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
7.317/2023	Geová Francisco Melo	Patrícia Maria Frade
8.109/2024	Restaurante Todo Dia	Mirielle/Richard Rodrigues
26.451/2024	Juliana Ferreira Ura Berlanga	Johnny Felipe/Mirielle
25.513/2024	Esmeraldo José Duarte	Johnny Felipe
22.057/2024	Bruna Samara da Mota Lins	Adriane Silva Souza
4.874/2025	Gilcimar Fabrício Souza Moraes	Jovanil de Campos

Cáceres-MT, 15 de Abril de 2025.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 029/2023-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 8° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 029/2023-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI

Objeto: Aditar os **PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n. º 029/2023-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI,** para mais **60 (sessenta)** dias.

Cáceres – MT, 17 de abril de 2025.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. De Infraestrutura e Logística

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RH
PORTARIA DE Nº 289 DE 01 DE ABRIL DE 2025

*"DISPÕE SOBRE A **PROGRESSÃO VERTICAL** DOS SERVIDORES RELACIONADOS ABAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO os Planos de Cargos e Carreiras de cada Secretaria e obedecendo o intervalo de 03 anos de um Nível para o outro de cada servidor;

CONSIDERANDO as datas de admissão de cada servidore os afastamentos por Licença Particular concedidas;

RESOLVE:

Efetuar **"Progressão Vertical"** dos servidores relacionados abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ORD	**MAT.**	**SERVIDOR**	**ADM.**	**ÚLTIMO NÍVEL**	**NÍVEL ATUAL**
01	1720	FABIANA LOPES DA CUNHA	09.04.2013	04	05
02	1723	LUIZ FERNANDO COSTA ALMEIDA	10.04.2013	04	05
03	1725	FRANCISCO TERTULIANO DA S. JUNIOR	10.04.2013	04	05
04	1727	SINDEILTO MARTINS DA SILVA	09.04.2013	04	05
05	3314	FRANCIELE MOREIRA LIMA	04.04.2019	02	03
06	3626	GERLANE FRANCO LIMA	22.04.2019	02	03
07	4524	ALTIELIS MARTINS DOS SANTOS	11.04.2022	01	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
ORD	**MAT.**	**SERVIDOR**	**ADM.**	**ÚLTIMO NÍVEL**	**NÍVEL ATUAL**
01	3597	JOSELUCIA MARIA C. MORAIS	01.04.2019	02	03
02	3598	DOUGLAS EDUARDO A. GONÇALVES	01.04.2019	02	03

03	3602	LILIANE SILVESTRE FERREIRA	03.04.2019	02	03
04	3604	VANESSA AP. PEREIRA DE ANDRADE	08.04.2019	02	03
05	3623	MARIZAINE LOPES DA SILVA	18.04.2019	02	03
06	3624	VALERIA AP. DE CARVALHO BENTO	22.04.2019	02	03
07	3625	ELOISA FERREIRA FORMIGA	23.04.2019	02	03
08	4535	LUCILENE GOMES DOS S. F. DA CUNHA	18.04.2022	01	02
09	5504	ANDREIA MOREIRA DOS S. SILVA	01.02.2008	05	06

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					
ORD	**MAT.**	**SERVIDOR**	**ADM.**	**ÚLTIMO NÍVEL**	**NÍVEL ATUAL**
01	252	WASHINTON BARBOSA BORGES	01.04.1998	09	10
02	3603	NACYMAR DE JESUS CALDAS	08.04.2019	02	03
03	3599	ALEANDRO CANDIDO MELO	01.04.2019	02	03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
ORD	**MAT.**	**SERVIDOR**	**ADM.**	**ÚLTIMO NÍVEL**	**NÍVEL ATUAL**
01	4493	GELIANE ROBEIRO G. CRISPIN	01.04.2022	01	02

I - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de abril de 2025.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PORTARIA N° 346 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TITULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT**,** Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, eConsiderando os princípios: da Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência anotados no Texto Constitucional;Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021, e conforme estabelecido no Decreto Municipal n° 4.365/2024;

que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...];

Considerando as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, relacionadas a importância de se nomear Fiscais de Contratos Administrativos;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Fiscal de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** referente ao processo **nº 1049/2025, PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2025,** para acompanhar e fiscalizar a execução das referidas ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS na forma e condições abaixo relacionadas.

ARP Nº	**029/2025 e 030/2025.**
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de saneamento junto ao Departamento de Água e Esgoto (DAE) do município de Campinápolis/MT, incluindo o tratamento, operacionalização dos serviços de atendimento ao consumidor e a manutenção preventiva e corretiva da rede de abastecimento de água.
EMPRESA/ NOME:	**COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEMANTO LTDA;** **COOMSER COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS DE RONDONÓPOLIS.**
CNPJ/CPF:	22.580.606/0001-86; 01.421.380/0001-09.
VALOR TOTAL	R$ 40.680,00 (Quarenta mil e seiscentos e oitenta reais); R$ 440.785,92 (Quatrocentos e quarenta mil e setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).
FISCAL TITULAR	
SERVIDOR (A):	**Paulo César Silva Aguiar**
MATRÍCULA:	1507
CARGO:	Gestor Administrativo do DAE
FISCAL SUPLENTE	
SERVIDOR (A):	**Sebastião Rodrigues da Silva Neto**
MATRÍCULA:	3632
CARGO:	Agente de Fiscalização do Meio Ambiente

Parágrafo único – No exercício da fiscalização do Contrato Administrativo referenciado

no **Art. 1º** desta Portaria atuará em estrita observância a Legislação atinente a matéria e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT.

JEOVAN FARIA

CONTABILIDADE
CERTIDÃO CONTABIL - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E REFRIGERANTES PARA A REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE DOS POVOS ORIGINÁRIOS DE CAMPINÁPOLIS-MT.

CERTIDÃO CONTABIL

Resposta a e-mail - setor licitações de 16/04/2025

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 020/2025**, para a seguinte finalidade;

OBJETO	
Aquisição de gêneros alimentícios e refrigerantes para a realização da Festividade dos Povos Originários de Campinápolis-MT.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025	**SALDO A SER UTILIZADO**
14- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INDIGENAS	**R$ 51.987,60**
Funcional Programática Exercício 2025 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS 14.001.14.423.0005.2103 3.3.90 - 1.500.0000000 – RED. 148	

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que por ventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT cita o ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido à contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação".

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.440/2024 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementares dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 17 de Abril de 2025.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

CONTABILIDADE
CERTIDÃO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AUTOCLAVES DAS UNIDADES DE SAÚDE E INSTALAÇÃO DE

CERTIDÃO CONTABIL

Resposta a e-mail - setor licitações de 16/04/2025

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 017/2025**, para a seguinte finalidade;

OBJETO	
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para autoclaves das unidades de saúde e instalação de foco cirúrgico de teto do hospital do município de Campinápolis-MT.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2025	**SALDO A SER UTILIZADO**
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	**R$ 14.947,00**
Funcional Programática Exercício 2025 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DAS ATIV DO HOSPITAL 07.001.10.302.0011.2046 3.3.90 - 1.600.0000000 – RED. 77	

EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que por ventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT cita o ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO "O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido à contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação".

Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.440/2024 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 16 de Abril de 2025.

DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER

CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 610, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **AMANDA ROCHA DOS SANTOS** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE ESCRITURAÇÃO E PROCESSO ESCOLAR** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 26/03/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação em 26 de março de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 08 de abril de 2025, a senhora, **ROCHA DOS SANTOS,** portadora do CPF sob nº 013.***.*** - 23, para o cargo em comissãode **CHEFE DE ESCRITURAÇÃO E PROCESSO ESCOLAR** vinculado a Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 562, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, A SERVIDORA **HELLEN CRIS DE PINHO NASCIMENTO** DO CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 3.715/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 10 de março de 2025, a servidora **HELLEN CRIS DE PINHO NASCIMENTO** mat. n° 2634 do cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 609, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **LUZIA ALVES FERREIRA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **ASSISTENTE DA DIV. DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - EDUCADOR** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.888/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 07 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 08 de abril de 2025, a senhora, **LUZIA ALVES FERREIRA,** portadora do CPF sob nº 912.***.*** - 25, para o cargo em comissãode **ASSISTENTE DA DIV. DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - EDUCADOR** vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA N° 608, DE 17 DE ABRIL DE 2025

Altera a Portaria n° 445, de 10 de março de 2025, que institui e regulamenta os procedimentos do Comitê Municipal para Controle de Arboviroses em Campo Novo do Parecis-MT.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e, tendo em vista a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, via Memorando 1Doc n° 7.670/2025, resolve:

Art. 1° Alterar a composiçãodo Comitê Municipal para Controle de Arboviroses em Campo Novo do Parecis-MT, constante do art. 2° da Portaria n° 445, de 10 de março de 2025, que passa a vigorar da seguinte forma:

" **Art. 2° O**Comitê Municipal para Controle de Arboviroses em Campo Novo do Parecis-MT tem a seguinte composição: "

Órgãos/Setores/Entidades	Representante
Prefeito ou representante	Titular: Priscila Gomes da Silva Suplente: Carlos Eduardo Paes de Barros
Gabinete da Secretaria de Saúde	Titular: Luiza Boabaid de Carvalho Couto Vilela Suplente: Maria Clara Sampaio Pereira Dias
Vigilância Epidemiológica	Titular: Priscila Cristina Silva Souza Miranda Suplente: Mirlane Barbosa da Silva
Vigilância Ambiental	Titular: Maristela Zanetti Suplente: Valmira Ferreira do Amaral
Vigilância Sanitária	Titular: Emerson Alves de Abreu Suplente: Dionatas Lopes de Magalhães
Atenção Primária	Titular: Rosana Segalotto Suplente: Marcos André Tavares Urel
MAC - média e alta complexidade	Titular: Adriana Santos de Lima Silva Suplente: Geane Ulberg Dantas
Assessoria Jurídica da Saúde	Titular: Maira Giovana Lesciuk Pereira
Atenção Hospitalar	Titular: Luci Paula Rebeca Gomes Pinheiro Suplente: Keila Vanessa Silva Figueiredo
Conselho da Saúde	Titular: Yasmin Scheminski Suplente: Marcos da Cunha Rufino
Secretaria de Assistência Social	Titular: Elisangela Borges de Freitas Forestieri Suplente: Eva Alves de Souza Silva
Comunicação	Titular: Jenifer Ketillen de Jesus Suplente: Jean Luka Souza Santos
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	Titular: Patriqui Ernandes Patricio Suplente: Marcio Cleci Ferreira do Nascimento
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Titular: Rodolpho Gomes de Azevedo Krampe Suplente: Bruno Almeida Narciso
Secretaria de Educação	Titular: Mariane Martins Hernandez Suplente: Edilaine Mendonça de Paula Machado
Câmara Municipal	Titular: Andrei Meira de Oliveira Martins Suplente: Jose Elias Balbino da Silva
Polícia Militar	Titular: Sub Ten PM Gilmar Neves da Silva Suplente: CB PM Marllon Boabaid de Matos Passarello
Promotoria de Justiça	Titular: Luiz Augusto Ferres Schimith
Rotary Clube	Titular: Eladio Both Suplente: Rildo Tomazelli
Lions Clube Internacional	Titular: Karoline Rodrigues Coelho Suplente: Caroline dos Santos Mandu

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 602, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE A LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO CLASSISTA À SERVIDORA **CLEIDE VIEIRA BATISTA NETO** VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O disposto no art. 133 da Lei Municipal Nº 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências;

o ofício Jur nº 28/2025 emitido em 14 de abril de 2025 pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aLicença para o Exercício de Mandato Classista à Servidora **Cleide Vieira Batista Neto**, efetiva no cargo de Professora, matrícula funcional 539, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º O período da Licença para o Exercício de Mandato Classista na função de Secretária do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM) compreenderá entre **09 de abril de 2025 à 08 de abril de 2028.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2024.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 601, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE A LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO CLASSISTA AO SERVIDOR **GILMAR ROCHA** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O disposto no art. 133 da Lei Municipal Nº 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências;

o ofício Jur nº 28/2025 emitido em 14 de abril de 2025 pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aLicença para o Exercício de Mandato Classista ao Servidor **Gilmar Rocha**, efetivo no cargo de Mensageiro, matrícula funcional 1529, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º O período da Licença para o Exercício de Mandato Classista na função de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM) compreenderá entre **09 de abril de 2025 à 08 de abril de 2028.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2024.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 561, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **SIBELI CRISTINA ALTAMIRA DA SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **ASSSITENTE DA DIVISÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.888/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social em 07 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 08 de abril de 2025, a senhora, **SIBELI CRISTINA ALTAMIRA DA SILVA,** portador do CPF sob nº 014.***.*** - 29, para o cargo em comissãode **ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIAPrefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 560, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, A SERVIDORA **MARIA DA GUIA PEREIRA DA SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSISTENTE DA DIV. DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - EDUCADOR** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.888/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 07 de abril de 2025, a servidora **MARIA DA GUIA PEREIRA DA SILVA** mat. n° 5968 do cargo em comissão de **ASSISTENTE DA DIV. DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - EDUCADOR;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 600, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O SENHOR, **SIMÃO BEZERRA DA SILVA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **ANALISTA DE MEIO AMBIENTE** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.609/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente em 17 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 04 de abril de 2025, o senhor, **SIMÃO BEZERRA DA SILVA,** portador do CPF sob nº 889.***.*** - 06, para o cargo em comissãode **ANALISTA DE MEIO AMBIENTE**vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 583, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 002/2025, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Ata nº 007/2025, lavrada em 11 de abril de 2025;

o Memorando nº 065/2025 expedido pela Unidade de Controle Interno;

o Decreto Executivo 58/2025 e Lei n° 1.433/2011;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão de Sindicância Administrativa nº 002/2025, que visa apurar fatos relatados no memorando nº 065/2025 expedido pela Unidade de Controle Interno**.** Art. 2º. Designar membros da Comissão, a saber: Presidente: GUTIERREZ ANDRADE COSTA nº 5378;

Membro: SUSANA HENRIQUE, matrícula funcional n° 1876;

Membro:ADILEIDE SOUZA PEREIRA, matrícula funcional nº 5597;

Art. 3º. A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, com início a partir da data de publicação, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo, ao final dos trabalhos, apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 582, DE 11 DE ABRIL DE 2025.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Ata nº 008/2025, lavrada em 11 de abril de 2025;

o Decreto n° 058/2025;

o requerimento de substituição dos processos administrativos expedido pelo Servidor Geraldo Bastos Ribeiro datado em 24 de fevereiro de 2025;

o ofício n° 007/2025/PAD 001/2024 expedido pela Presidente do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2024 datado em 1º de Abril de 2025;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir o Sr. Geraldo Bastos Ribeiro, pelo Sr. José Carlos Ribeiro, matrícula n° 486.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 559, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, A SERVIDORA **MARIA LUANA DA COSTA OLIVEIRA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.888/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 07 de abril de 2025, a servidora **MARIA LUANA DA COSTA OLIVEIRA** mat. n° 6334 do cargo em comissão de **ASSISTENTE DA DIVISÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 558, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O SENHOR, **JULIO CESAR ROCHA** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DA SALA DO EMPREENDEDOR** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.837/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Finanças em 04 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 07 de abril de 2025, o senhor, **JULIO CESAR ROCHA,** portador do CPF sob nº 006.***.*** - 58, para o cargo em comissãode **CHEFE DA SALA DO EMPREENDEDOR**vinculado a Secretaria Municipal de Finanças;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 557, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ADRIANA CRISTINA DA SILVA MANDARINO DO CARMO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no Art. 117 da Lei Municipal nº 1.130/2006;

o Atestado de Licença Maternidade expedido pelo Dr. Gervásio Lima Brito CRM-MT 3139.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade à servidora municipal ADRIANA CRISTINA DA SILVA MANDARINO DO CARMO, matrícula funcional nº 5609, Efetiva no cargo de Agente Educacional Infantil lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A licença será concedida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 03/04/2025 e término em 29/09/2025;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 04 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 607, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O SENHOR, **ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.632/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura em 16 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 17 de abril de 2025, o senhor, **ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS,** portador do CPF sob nº 018.***.*** - 00, para o cargo em comissãode **DIRETOR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO N° 104, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e, nos termos da Lei n° 2.655, de 16 de abril de 2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

05	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
05.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
001.13.122.0002.20021	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		
25000000000000	Recursos Ordinários - Exerc. Anterior (cinquenta mil reais)	R$	50.000,00
002.13.391.0020.20022	MANUTENÇÃO DAS OFICINAS DE ARTE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		
25000000000000	Recursos Ordinários - Exerc. Anterior (cento e cinquenta mil reais)	R$	150.000,00
002.13.391.0020.20024	REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		
25000000000000	Recursos Ordinários - Exerc. Anterior (cinquenta mil reais)	R$	50.000,00
002.13.392.0020.20023	AÇÕES CULTURAIS - DIFUSÃO		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		
25000000000000	Recursos Ordinários - Exerc. Anterior (trezentos e cinquenta mil reais)	R$	350.000,00

TOTAL R$	**600.000,00**

Art. 2° Para atender o disposto no art. 1° deste Decreto, servirão como recursos os provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Art. 3° As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal n° 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal n° 2.594, de 14 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025 e a Lei Municipal n° 2.623 de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 606, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **GABRIELA ROZETTE VICENTE GOMES** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR ADMINISTRATIVO DE INFRAESTRUTURA** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.632/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura em 16 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 17 de abril de 2025, a senhora, **GABRIELA ROZETTE VICENTE GOMES,** portadora do CPF sob nº 052.***.*** - 14, para o cargo em comissão de **DIRETOR ADMINISTRATIVO DE INFRAESTRUTURA** vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 605, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, O SERVIDOR **ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.632/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 16 de abril de 2025, o servidor **ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS** mat. n° 6450 do cargo em comissão de **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIAPrefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHOSecretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 604, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, A SERVIDORA **GABRIELA ROZETTE VICENTE GOMES** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE ADMINISTRATIVO DE INFRAESTRUTURA** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.632/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 16 de abril de 2025, a servidora **GABRIELA ROZETTE VICENTE GOMES** mat. n° 6438 do cargo em comissão de **CHEFE ADMINISTRATIVO DE INFRAESTRUTURA;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 603, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O SENHOR, **ALAN CAIO NUNES MAGALHAES** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR DE PAISAGISMO** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.063/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente em 08 de abril de 2025;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 04 de abril de 2025, o senhor, **ALAN CAIO NUNES MAGALHÃES,** portador do CPF sob nº 055.***.*** - 07, para o cargo em comissãode **DIRETOR DE PAISAGISMO**vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO N° 92, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e, nos termos da Lei n° 2.623/2024 - LOA e Lei n° 2.594/2024 - LDO,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 160.644,00 (cento e sessenta mil e seiscentos e quarenta e quatro reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02	GOVERNO MUNICIPAL		
02.001	GOVERNO MUNICIPAL		
001.04.122.0002.10010	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O GABINETE DO PREFEITO.		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (dois mil e quinhentos reais)	R$	2.500,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
001.04.122.0002.10033	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (quatro mil reais)	R$	4.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE		
08.003	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
003.22.661.0017.20057	APOIO E PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
3.3.50.00.00.00	Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos		

1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (cem mil reais)	R$	100.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
001.10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício (cinquenta e tres mil e duzentos e quarenta e quatro reais)	R$	53.244,00
001.10.305.0012.10089	AQUISIÇÃO DE VEICULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício (novecentos reais)	R$	900,00

TOTAL R$	**160.644,00**

Art. 2° Para atender o disposto no art. 1° deste Decreto, servirá como recurso o cancelamento de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o art. 43 43, da Lei Federal n° 4.320/64:

02	GOVERNO MUNICIPAL		
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
005.06.183.0002.10114	IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (dois mil e quinhentos reais)	R$	2.500,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
001.04.122.0002.20014	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO -TI		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (quatro mil reais)	R$	4.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE		
08.003	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
003.26.781.0017.20043	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000.000	Recursos não vinculados de impostos - exercício (cem mil reais)	R$	100.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
001.10.122.0008.20084	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAÚDE		
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício (cinquenta e três mil e duzentos e quarenta e quatro reais)	R$	53.244,00
001.10.301.0009.10090	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ATENÇÃO BÁSICA		
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000.000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício (novecentos reais)	R$	900,00

TOTAL R$	**160.644,00**

Parágrafo único O crédito adicional aberto no art. 1° deste Decreto, onera o limite estabelecido no inciso I do art. 5° da Lei Orçamentária n° 2.623/2024 - LOA.
Art. 3° As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal n° 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal n° 2.594, de 14 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025 e a Lei Municipal n° 2.623 de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo 002 Contrato nº 44/2023

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **LEILA CRISTINA FERNANDES**, brasileira inscrita no CPF nº 006.XXX.XXX-93.

Objeto: O presente termo de aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Quarta – Do Prazo e da Cláusula Segunda – Do Valor e Da Forma de Pagamento.

Aditamento: Prorroga-se a vigência pelo período de 12 (doze) meses, de 15 de abril de 2025 e término em 14 de abril de 2026.

Reajusta-se o valor mensal da locação em 8,58% (oito inteiros e cinqüenta e oito percentuais), previsto na Cláusula Terceira – Do Reajuste, passando de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para R$ 7.057,70 (sete mil e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

Dotações Orçamentárias 11.002.08.244.0013.20169.3390360000.15000000000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Procedimento Licitatório: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2023

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

ADITIVO 02 CONTRATO Nº 44/2023

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x ***LEILA CRISTINA FERNANDES,*** brasileira inscrita no CPF nº 006.898.869-93.

Objeto: O presente termo de aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Quarta – Do Prazo e da Cláusula Segunda – Do Valor e Da Forma de Pagamento.

Aditamento: Prorroga-se a vigência pelo período de 12 (doze) meses, de 15 de abril de 2025 e término em 14 de abril de 2026.

Reajusta-se o valor mensal da locação em 8,58% (oito inteiros e cinqüenta e oito percentuais), previsto na Cláusula Terceira – Do Reajuste, passando de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) para R$ 7.057,70 (sete mil e cinquenta e sete reais e setenta centavos).

Fundamentação: Fundamenta-se o presente aditivo no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como nas informações subsidiadas no **Proc. Administrativo** 548/2025 via sistema 1Doc proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotações Orçamentárias:

As despesas deste Aditivo correrão da seguinte dotação orçamentária:

11.002.08.244.0013.20169.3390360000.15000000000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Procedimento Licitatório: Dispensa De Licitação Nº 10/2023 da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis MT - de Acordo com a Lei Nº 8. 666/93**.**

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 598, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

AUTORIZA A SERVIDORA MARLENI DREHMER A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere Lei Orgânica do Município e,

Considerando:

a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 03, do Sistema de Controle Interno; a Lei Municipal nº 1.213, de 5 de dezembro de 2007; a Resolução Normativa nº 15/2017 do TCE/MT; os Decretos Executivos nº 101/2017 e 174/2017; o Memorando n° 7.056/2025 do sistema 1Doc, proveniente da Secretária Municipal de Saúde; a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar, a partir desta data, a servidora **MARLENI DREHMER,** matrícula funcionalnº 1525,Carteira Nacional de Habilitação (CNH), registro nº 00215416761, a conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, observando a validade e habilidade.

Art. 2° O servidor deverá observar as normas dos Decretos 101/2017 e 174/2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis, 16 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

***Contrato Nº* 29/2025**

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis x **CONSTRUTORA J. A. LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.078.793/0001-86.

Objeto: O presente documento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializadano fornecimento de diárias na categoria pedreiro**,** de acordo com as especificações e nas condições estabelecidasneste contrato para atender o Município de Campo Novo do Parecis.

Valor: As especificações de mão-de-obra e as quantidades a serem contratadas estão descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41610	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA DE PEDREIROS ATRAVÉS DE DIÁRIAS Detalhamento: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA DE PEDREIROS ATRAVÉS DE DIÁRIAS	DIA	5526	R$ 257,10	R$ 1. 420. 734,60
Total	**R$ 1.420.734,60**				

Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir de sua publicação

Dotações Orçamentárias:

Órgão 11 Secretaria Municipal de Assistência Social

11.002.08.243.0013.20113.3390370000.15000000000000 - locação de mão-de-obra

Órgão 09 Secretaria Municipal de Educação

09.002.12.365.0007.20067.3390340000.15001001000000 - outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Infraestrutura

07.003.26.782.0005.20047.3390370000.15000000000000 - locação de mão-de-obra

Órgão 06: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Unidade: 002

Programática: 27.812.0019.20036

Fonte de Recurso: 3.3.90.37.00.00 1.500.0000000.000

Reduzido: 1177

Órgão: 10 Secretaria Municipal de Saúde

Programática: 10.001. 10.301.0009.20175. 3.3.90.37.00.00

Fonte de Recurso: 1.621.0000600.000

Reduzido: 2111

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

05.002.13.391.0020.20024.3390370000.15000000000000 - locação de mão-de-obra

Procedimento Licitatório: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 577, DE 09 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA A SERVIDORA **FLANCIELLI THAIS PERES LEAL**, DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA EM NOSSA SENHORA APARECIDA.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 7.135/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. EXONERAR, a partir de 10 de abril de 2025, a servidora **Flancielli Thais Peres Leal,** matrícula funcional nº 3280 da função de Secretária Escolar da EM Nossa Senhora Aparecida, vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis;

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, de 09 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIAPrefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHOSecretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 576, DE 09 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **SILMARA SOUZA DE AMORIM DOS SANTOS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

a Perícia Médica realizada pela servidora médica do trabalho Daiane Schilo CRM-MT 6056 RQE 4319.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença a servidora municipal **Silmara Souza de Amorim dos Santos,** matrícula funcional nº 2590, efetiva no cargo de Vigia vinculada à Secretaria Municipal de Infraestrutura;

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 05/04/2025 até 19/05/2025;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 09 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA*Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 572, DE 08 DE ABRIL DE 2025.

NORMATIZA A ESCALA DE SOBREAVISO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AO MÊS DE **ABRIL DE 2025**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando via 1Doc nº 6.967/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a escala de sobreaviso dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde no mês de abril de 2025:

CARLOS EDUARDO DA SILVA

Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
01/04/2025	02/04/2025	03/04/2025	04/04/2025	05/04/2025	06/04/2025	07/04/2025
		00:00 as 07:00				00:00 as 07:00
19:00 as 00:00		19:00 as 00:00				19:00 as 00:00
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
08/04/2025	09/04/2025	10/04/2025	11/04/2025	12/04/2025	13/04/2025	14/04/2025
	00:00 as 07:00		00:00 as 07:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	
	19:00 as 00:00		19:00 as 00:00			
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
15/04/2025	16/04/2025	17/04/2025	18/04/2025	19/04/2025	20/04/2025	21/04/2025
00:00 as 07:00		00:00 as 07:00				00:00 as 00:00
19:00 as 00:00		19:00 as 00:00				
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
22/04/2025	23/04/2025	24/04/2025	25/04/2025	26/04/2025	27/04/2025	28/04/2025
	00:00 as 07:00		00:00 as 07:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	
	19:00 as 00:00		19:00 as 00:00			
Terça-Feira	Quarta-Feira					
29/04/2025	30/04/2025					
00:00 as 07:00						
19:00 as 00:00						

PAULO COSTA DA SILVA						
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
01/04/2025	02/04/2025	03/04/2025	04/04/2025	05/04/2025	06/04/2025	07/04/2025
	00:00 as 07:00		00:00 as 07:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	
	19:00 as 00:00		19:00 as 00:00			
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
08/04/2025	09/04/2025	10/04/2025	11/04/2025	12/04/2025	13/04/2025	14/04/2025
00:00 as 07:00		00:00 as 07:00				00:00 as 07:00
19:00 as 00:00		19:00 as 00:00				19:00 as 00:00
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
15/04/2025	16/04/2025	17/04/2025	18/04/2025	19/04/2025	20/04/2025	21/04/2025
	00:00 as 07:00		00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	
	19:00 as 00:00					
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
22/04/2025	23/04/2025	24/04/2025	25/04/2025	26/04/2025	27/04/2025	28/04/2025
00:00 as 07:00		00:00 as 07:00				00:00 as 07:00
19:00 as 00:00		19:00 as 00:00				19:00 as 00:00
Terça-Feira	Quarta-Feira					
29/04/2025	30/04/2025					
	00:00 as 07:00					
	19:00 as 00:00					

MISAEL PEDROSA SILVA DE OLIVEIRA						
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
01/04/2025	02/04/2025	03/04/2025	04/04/2025	05/04/2025	06/04/2025	07/04/2025
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
08/04/2025	09/04/2025	10/04/2025	11/04/2025	12/04/2025	13/04/2025	14/04/2025
			17:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 07:00
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
15/04/2025	16/04/2025	17/04/2025	18/04/2025	19/04/2025	20/04/2025	21/04/2025
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
22/04/2025	23/04/2025	24/04/2025	25/04/2025	26/04/2025	27/04/2025	28/04/2025
			17:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 07:00
Terça-Feira	Quarta-Feira					
29/04/2025	30/04/2025					

JOSE SALUSTRIANO DIAS						
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
01/04/2025	02/04/2025	03/04/2025	04/04/2025	05/04/2025	06/04/2025	07/04/2025
			17:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 07:00
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
08/04/2025	09/04/2025	10/04/2025	11/04/2025	12/04/2025	13/04/2025	14/04/2025
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
15/04/2025	16/04/2025	17/04/2025	18/04/2025	19/04/2025	20/04/2025	21/04/2025
15:00 as 00:00			17:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 07:00
00:00 as 07:00						
Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira
22/04/2025	23/04/2025	24/04/2025	25/04/2025	26/04/2025	27/04/2025	28/04/2025
Terça-Feira	Quarta-Feira					
29/04/2025	30/04/2025					

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 569, DE 08 DE ABRIL DE 2025.

ALTERA A PORTARIA 291/2024 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA **GEANE ULBERG DANTAS** DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o Memorando via 1Doc nº 6.125/2025, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 27 de março de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01 de abril de 2025, a Portaria nº 291/2024, que concede Função Gratificada à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, aumentando o percentual concedido de 30% para 50%, passando a vigorar com a seguinte redação:

MAT	SERVIDORES	%	JUSTIFICATIVA
1534	Geane Ulberg Dantas	50	Coordenação do Laboratório, responsável pelas licitações do laboratório e controle de estoque. De acordo com Art. 6º inc. I Decreto 60/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 568, DE 08 DE ABRIL DE 2025.

ALTERA A PORTARIA 476/2021 QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA **VIVIANE ALVES FERNANDES DIAS PETRY** DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o Memorando via 1Doc nº 6.125/2025, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 27 de março de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 01 de abril de 2025, a Portaria nº 476/2021, que concede Função Gratificada à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, aumentando o percentual concedido de 30% para 50%, passando a vigorar com a seguinte redação:

MAT	SERVIDORES	%	JUSTIFICATIVA
1803	Viviane Alves Fernandes Dias Petry	50	Coordenação da Farmácia Central, responsável pelas licitações da farmácia, controle de estoque e distribuição de materiais farmacológicos para as unidades de saúde. De acordo com Art. 6º inc. I Decreto 60/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 567, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE **FUNÇÃO GRATIFICADA** AO SERVIDOR **PABLO OLIVEIRA SUNIGA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.724/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde datado em 03 de abril de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 07 de abril de 2025, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais do servidor abaixo listado:

Mat.	SERVIDOR	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
4789	PABLO OLIVEIRA SUNIGA	50%	Responsável pelos projetos Arquitetônicos e Civis da Secretaria de Saúde (Art. 6º inc. XII Decreto 60/2017)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 618, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA O SENHOR **MARCOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR** PARA O CARGO EFETIVO DE **PROFESSOR COM PEDAGOGIA – ÁREA URBANA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Edital de Convocação nº 008/2025 do Concurso Público nº 001/2024, homologado por meio do Decreto Executivo nº 115/2024;

a Lei Municipal nº 1.130/2006 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Campo Novo do Parecis;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear,a partir de 14 de abril de 2025, o senhor **MARCOS ANTONIO DA SILVA JUNIOR** portador do CPF sob nº 037.***.*** - 06 e do RG nº 22****** SSP/MT, para o cargo efetivo de **Professor com Pedagogia – Área Urbana,** vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º O exercício da função se dará conforme o Termo de Posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 566, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE **FUNÇÃO GRATIFICADA** À SERVIDORA **LEDIANA APARECIDA DE OLIVEIRA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 5.426/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação datado em 19 de março de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 13 de março de 2025, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais da servidora abaixo listada:

Mat.	SERVIDOR	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
6229	LEDIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	50%	Prestar apoio necessário ao funcionamento eficaz dos serviços externos do Departamento de Transporte Escolar; Auxiliar na logística de recebimento e entrega na Secretaria e Unidades Escolares de equipamentos, matérias, móveis, produtos, gêneros alimentícios da merenda escolar e outros; Executar serviços de suporte a todos os setores da Secretaria, necessários ao melhor desempenho das atividades; Desempenhar funções em atendimento ao Transporte Escolar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 617, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA ***MARIA ALVES DE SOUZA*** PARA O CARGO EFETIVO DE **PROFESSOR COM PEDAGOGIA – ÁREA URBANA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Edital de Convocação nº 008/2025 do Concurso Público nº 001/2024, homologado por meio do Decreto Executivo nº 115/2024;

a Lei Municipal nº 1.130/2006 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Campo Novo do Parecis;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear,a partir de 14 de abril de 2025, a senhora **MARIA ALVES DE SOUZA** portadora do CPF sob nº 811.***.*** - 87 e do RG nº 09****** SSP/MT, para o cargo efetivo de **Professor com Pedagogia – Área Urbana,** vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Art. 2º O exercício da função se dará conforme o Termo de Posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 616, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **ROBERTO DA SILVA.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

a Perícia Médica realizada pela servidora médica do trabalho Daiane Schilo CRM-MT 6056 RQE 4319.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença ao servidor municipal **Roberto da Silva,** matrícula funcional nº 1546, efetivo no cargo de Mecânico Máquinas Pesadas vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais;

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 16/04/2025 até 15/05/2025; Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 615, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

PRORROGA AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **POLIANA KAMILLA SOLER DA SILVA GODOI.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

a Perícia Médica realizada pela servidora médica do trabalho Daiane Schilo CRM-MT 6056 RQE 4319.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação do auxílio-doença a servidora municipal **Poliana Kamilla Soler da Silva Godoi,** matrícula funcional nº 4934, efetiva no cargo de Agente Administrativo vinculada à Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais;

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 11/04/2025 até 09/07/2025; Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 565, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE **FUNÇÃO GRATIFICADA** AO SERVIDOR **VAGNER ROGERIO VASCONCELOS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.825/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde datado em 04 de abril de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 01 de abril de 2025, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais do servidor abaixo listado:

Mat.	SERVIDOR	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
1928	VAGNER ROGERIO VANCONCELOS	50%	Sobreavisos, plantões nos finais de semanas e feriados, além das transferências de pacientes para outras cidades e na sede do município fora da carga horária de concurso. De acordo com Art. 6º inc. V Decreto 60/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIAPrefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHOSecretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 614, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

ALTERA A ESCALA DE SOBREAVISO DAS CONSELHEIRAS TUTELARES REFERENTE AO MÊS DE **ABRIL DE 2025**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.364/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social; a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a escala de sobreaviso das Conselheiras Tutelares no mês de Abril de 2025:

Josenilda Barros Sobral da Silva						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
	01/04/2025	**02/04/2025**	**03/04/2025**	**04/04/2025**	**05/04/2025**	**06/04/2025**

Hildelania Maria Melo Teles Rodrigues						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
07/04/2025	**08/04/2025**	**09/04/2025**	**10/04/2025**	**11/04/2025**	**12/04/2025**	**13/04/2025**
21/04/2025	**22/04/2025**	**23/04/2025**	**24/04/2025**	**25/04/2025**	**26/04/2025**	**27/04/2025**

Zuleide Magrid Rippel						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
14/04/2025	**15/04/2025**	**16/04/2025**	**17/04/2025**	**18/04/2025**	**19/04/2025**	**20/04/2025**
		23/04/2025			**26/04/2025**	
28/04/2025	**29/04/2025**	**30/04/2025**				

Márcia Luzia Kravelim						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
07/04/2025	**08/04/2025**	**09/04/2025**	**10/04/2025**	**11/04/2025**	**12/04/2025**	**13/04/2025**
	22/04/2025					**27/04/2025**
28/04/2025	**29/04/2025**	**30/04/2025**				

Gabrielly Ribeiro Henning						
Segunda Início 17h Término +07h	Terça Início 17h Término +07h	Quarta Início 17h Término +07h	Quinta Início 17h Término +07h	Sexta Início 17h Término +07h	Sábado Início 07h Término +07h	Domingo Início 07h Término +07h
	01/04/2025	**02/04/2025**	**03/04/2025**	**04/04/2025**	**05/04/2025**	**06/04/2025**
21/04/2025			**24/04/2025**	**25/04/2025**		
14/04/2025	**15/04/2025**	**16/04/2025**	**17/04/2025**	**18/04/2025**	**19/04/2025**	**20/04/2025**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 564, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR **ERICK CARLOS XAVIER BARBOSA.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 119 da Lei Municipal 1130, de 11 de julho de 2006 que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis e dá outras Providências;

RESOLVE:

Art. 1º ConcederLicença Paternidade ao servidor **Erick Carlos Xavier Barbosa**, matrícula funcional nº 5522, Efetivo no cargo de Professor 30h,

vinculado a Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 119 da Lei Municipal 1.130/2006**;**

Art. 2º A Licença será concedida pelo período de **20 (vinte) dias**, com início em 13/03/2025 e término em 01/04/2025;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 613, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

NOMEAR A SENHORA **LUCIANE PEREIRA DA SILVA SUNIGA** PARA OCUPAR **INTERINAMENTE** A FUNÇÃO DE **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando via 1Doc nº 7.717/2025, proveniente da Secretaria Municipal de Educação, datado em 17 de abril de 2025;

o período de férias da titular Rosinéia Barros da Silva;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

1. NOMEAR, a servidora **LUCIANE PEREIRA DA SILVA SUNIGA** mat: 219,Coordenador Administrativo e Financeiro, portadora do CPF nº 616.***.*** - 15,para responder interinamente pela função de Secretária Municipal de Educação no período de 22/04/2025 à 06/05/2025**.**

2. Conceder à servidora Luciane Pereira da Silva Suniga, a diferença do salário base do cargo de Coordenador Administrativo e Financeiro para o cargo de Secretária Municipal de Educação pelo período em que estiver respondendointerinamente pelo cargo.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 563, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

NOMEIA A SENHORA, **HELLEN CRIS DE PINHO NASCIMENTO** PARA O CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR ADMINISTRATIVO** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 3.715/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear**,** a partir de 11 de março de 2025, a senhora, **HELLEN CRIS DE PINHO NASCIMENTO,** portador do CPF sob nº 008.***.*** - 06, para o cargo em comissãode **DIRETOR ADMINISTRATIVO**vinculado a Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 07 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 612, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE **FUNÇÃO GRATIFICADA** À SERVIDORA **DUCENA GONZAGA DOS SANTOS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 5.445/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Educação datado em 19 de março de 2025;

o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 1.866/2017;

o disposto no Decreto nº 060/2017;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, com efeitos retroativos a partir de 03 de março de 2025, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais da servidora abaixo listada:

Mat.	SERVIDOR	%	JUSTIFICATIVA (atividades a serem desempenhadas)
5695	DUCENA GONZAGA DOS SANTOS	50%	Planejar, prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento eficaz dos serviços da gestão dos departamentos, setores, organização, informática, documentação, informação, apoio geral aos órgãos e dos serviços que integram as Secretarias Municipais ou dela estão diretamente dependentes; Atuar na inserção, manutenção e atualização do sistema TRANSCOLAR; Planejar atividades da área de atuação, supervisionar, analisar e emitir relatórios diversos quanto a determinada pelo superior imediato; Participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho; Emitir relatórios diversos quanto a informações de servidores; Executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetadas à sua área de atuação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 017/2025

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 017/2025

Processo Administrativo Nº 609/2025

Recebimento das propostas: a partir do dia 22 abril de 2025, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: dia 09 de maio de 2025, às 08:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: dia 09 de maio de 2025, às 09:00 horas.

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: dia 09 de maio de 2025, às 09:05 horas.

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de serralheria com fornecimento de material e mão de obra para instalação.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 17 de abril de 2025**.**

_____

Tarcísio Nascimento da Silva

Agente de Contratação

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 611, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **INDRID LORENA DA SILVA CASARA.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

a Perícia Médica realizada pela servidora médica do trabalho Daiane Schilo CRM-MT 6056 RQE 4319.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder auxílio-doença a servidora municipal **Indrid Lorena da Silva Casara,** matrícula funcional nº 5200, efetiva no cargo de Agente Educacional Infantil vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais;

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 14/04/2025 até 28/05/2025; Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 17 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 556, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

NORMATIZA A ESCALA DE SOBREAVISO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA REFERENTE AO MÊS DE **ABRIL DE 2025**.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o Memorando via 1Doc nº 5.940/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a escala de sobreaviso dos servidores do Departamento de Vigilância Epidemiológica referente o mês de **Abril/2025**.

TANIA DOS SANTOS						
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**	**Quarta-Feira**	**Quinta-Feira**	**Sexta-Feira**	**Sábado**
		01/04/2025	**02/04/2025**	**03/04/2025**	**04/04/2025**	**05/04/2025**

			00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 00:00
		17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**	**Quarta-Feira**	**Quinta-Feira**	**Sexta-Feira**	**Sábado**
06/04/2025	**07/04/2025**	**08/04/2025**	**09/04/2025**	**10/04/2025**	**11/04/2025**	**12/04/2025**
00:00 as 00:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 00:00
	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**				
13/04/2025	**14/04/2025**	**15/04/2025**				
00:00 as 00:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00				
	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00				

MARCIA GEOVANE STANGHERLIN						
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**	**Quarta-Feira**	**Quinta-Feira**	**Sexta-Feira**	**Sábado**
			16/04/2025	**17/04/2025**	**18/04/2025**	**19/04/2025**
			00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 00:00	00:00 as 00:00
			17:00 a 00:00	17:00 a 00:00		
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**	**Quarta-Feira**	**Quinta-Feira**	**Sexta-Feira**	**Sábado**
20/04/2025	**21/04/2025**	**22/04/2025**	**23/04/2025**	**24/04/2025**	**25/04/2025**	**26/04/2025**
00:00 as 00:00	00:00 as 00:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 00:00
		17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	
Domingo	**Segunda-feira**	**Terça-Feira**	**Quarta-Feira**			
27/04/2025	**28/04/2025**	**29/04/2025**	**30/04/2025**			
00:00 as 00:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00	00:00 as 07:00			
	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00	17:00 a 00:00			

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 04 dias do mês de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 555, DE 04 DE ABRIL DE 2025.

EXONERA, O SERVIDOR **SIMÃO BEZERRA DA SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR DE PAISAGISMO** VINCULADO A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

O memorando via 1Doc nº 6.677/2025 expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 03 de abril de 2025, o servidor **SIMÃO BEZERRA DA SILVA** mat. n° 5924 do cargo em comissão de **DIRETOR DE PAISAGISMO;**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 04 dias de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

CARLOS EDUARDO PAES DE BARROS FILHO

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO N° 103, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e, nos termos da Lei n° 2.654, de 16 de abril de 2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.154.787,69 (um milhão e cento e cinquenta e quatro mil e setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
001.10.301.0009.20175	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATENÇÃO PRIMÁRIA		
3.3.90.00.00.00	**Aplicações Diretas**		
26000000000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Governo Federal (cento e dezoito mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos)	R$	118.855,30
26003110000000	Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais (§ 9°, art. 166 CF) (cento e setenta e seis mil reais)	R$	176.000,00
001.10.302.0010.20091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		

3.3.90.00.00.00	**Aplicações Diretas**		
26003110000000	Transferências da União Decorrentes de Emendas Parlamentares Individuais (§ 9°, art. 166 CF) (cento e cinquenta mil reais)	R$	150.000,00
26000000603000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Fed- Bl. Custeio - Atenção de Média e Alta Complexidade (sessenta e três mil e novecentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos)	R$	63.982,39
001.10.302.0010.20092	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SAMU		
3.3.90.00.00.00	**Aplicações Diretas**		
26000000603000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Fed-Bl. Custeio - Atenção de Média e Alta Complexidade (noventa e cinco mil e novecentos e setenta reais)	R$	95.970,00
001.10.302.0010.20094	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO		
3.3.50.00.00.00	**Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos**		
26000000603000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Fed-Bl. Custeio - Atenção de Média e Alta Complexidade (quatrocentos e oitenta e seis mil reais)	R$	486.000,00
3.3.90.00.00.00	**Aplicações diretas**		
26000000603000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Fed-Bl. Custeio - Atenção de Média e Alta Complexidade (sessenta e três mil e novecentos e oitenta reais)	R$	63.980,00

TOTAL R$	1.154.787,69

Art. 2° Para atender o disposto no art. 1° deste Decreto, servirão como recursos os provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Parágrafo único.O crédito adicional aberto no art. 1° deste Decreto não onera o limite estabelecido no inciso II do art. 5° da Lei Orçamentária n° 2.623/2024 - LOA.

Art. 3° As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal n° 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal n° 2.594, de 14 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025 e a Lei Municipal n° 2.623 de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO N° 102, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e, nos termos da Lei n° 2.653, de 16 de abril de 2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.204.566,36 (um milhão e duzentos e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

05	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
05.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
002.13.392.0020.20023	AÇÕES CULTURAIS – DIFUSÃO		
3.3.90.00.00.00	**Aplicações diretas**		
25020000000000	Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos - Exercício Anterior (um milhão duzentos e quatro mil e quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)	R$	1.204.566,36

TOTAL R$	1.204.566,36

Art. 2° Para atender o disposto no art. 1° deste Decreto, servirão como recursos os provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Parágrafo único.O crédito adicional aberto no art. 1° deste Decreto não onera o limite estabelecido no inciso II do art. 5° da Lei Orçamentária n° 2.623/2024 - LOA.

Art. 3° As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal n° 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal n° 2.594, de 14 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025 e a Lei Municipal n° 2.623 de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO N° 101, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e, nos termos da Lei n° 2.653, de 16 de abril de 2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02	GOVERNO MUNICIPAL		
02.005	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
005.06.183.0002.20008	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas		
25000000000000	Recursos Ordinários - Exercício Anterior (um milhão de reais)	R$	1.000.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no art. 1° deste Decreto, servirão como recursos os provenientes do superávit financeiro, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

Art. 3° As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal n° 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal n° 2.594, de 14 de outubro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2025 e a Lei Municipal n° 2.623 de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2025.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 17 de abril de 2025.

EDILSON ANTONIO PIAIA

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO N°: 009/2024

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO N° 009/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE ARBITRAGEM DE EVENTOS ESPORTIVOS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E ESPORTE. A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **GELO TREVO E EVENTOS LTDA ME, CNPJ N°: 11.706.784/0001-94,** sendo o Credenciamento n°: 009/2024. Campo Verde – MT, 16 de abril de 2025. Adriano Conceição De Paula – Agente de Contratação.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 102/2025

RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 102/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO N°: 008/2025 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA.**

ONDE SE LIA:

LOTE 29 (25% do lote 28)

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
20.1	Grade de tubo 20x20, em chapa 18 e espaçamento entre cada tubo, fechamentos suportes para forros, entre outros	M²	62	R$ 223,87	R$ 13.879,94

Valor do Lote: R$ 13.879,94 (Treze Mil, Oitocentos e Setenta e Nove Reais e Noventa e Quatro Centavos).

LÊ-SE:

LOTE 29 (25% do lote 28)

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
20.1	Grade de tubo 20x20, em chapa 18 e espaçamento entre cada tubo, fechamentos suportes para forros, entre outros	M²	62	R$ 212,65	R$ 13.184,30

Valor do Lote: R$ 13.184,30 (Treze Mil, Cento e Oitenta e Quatro Reais e Trinta Centavos).

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N°: 009/2025

HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N°: 009/2025

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a homologação da inexigibilidade face à: **L S MUSIC PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, CNPJ N°: 11.136.197/0001-07**, NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2025 para **A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NACIONAL** para **EXPOVERDE** no dia 02/07/2025 no Parque de Exposições Marco Esteves da Rocha, no valor de R$ 1.000.000,00 (Um Milhão de Reais). Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 16 de abril de 2025. **Adriano Conceição de Paula**

Agente de Contratação

Portaria n. 001/2025

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO N°: 004/2025

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO N° 004/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE

DE PEDREIRO, PINTOR, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, AJUDANTE DE ELETRICISTA, TELHADISTA, AZULEJISTA,

ENCANADOR, MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA, MARCENEIRO, MESTRE DE OBRAS E ELETRICISTA PARA REFORMA E MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **ANGELO PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, CNPJ N°: 59.857.853/0001-97**,**AG MANUTENÇÕES E REPAROS LTDA, CNPJ N°: 56.975.129/0001-70, 58.948.198 MARCOS JOSE DE SOUZA, CNPJ N°: 58.948.198/0001-10, MALC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ N°: 08.831.358/0001-78, ROGERIO CLAUDINEI SCHMIDT LTDA, CNPJ N°: 05.634.851/0001-00,** sendo o Credenciamento n°: 004/2025. Campo Verde – MT, 16 de abril de 2025. Adriano Conceição De Paula – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

RESOLUÇÃO Nº 006/2025/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação da realização de eleição suplementar para escolha de conselheiros tutelares suplentes, e institui a comissão responsável pela condução do processo.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 402, de 24 de agosto de 2009, e suas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 543, de 20 de dezembro de 2012, e nº 1.659, de 24 de março de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), que assegura a continuidade e o pleno funcionamento dos Conselhos Tutelares como órgãos permanentes e autônomos, essenciais à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes;

CONSIDERANDO a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que regulamenta o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional, prevendo, quando necessário, a realização de eleição suplementar para suprir vacâncias e garantir o número mínimo de conselheiros titulares e suplentes exigido para o funcionamento regular do colegiado;

CONSIDERANDO que no artigo 16, §2º, da Resolução nº 231/2022 do CONANDA, prevê que, na hipótese de haver dois ou menos suplentes disponíveis após o processo de escolha, deverá ser lançado novo edital para garantir a composição plena do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o pleno funcionamento do Conselho Tutelar no município, conforme previsto no art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o déficit atual de conselheiros suplentes, bem como o fato de que, embora existam dois suplentes nomeados, há a possibilidade de que não assumam efetivamente suas funções no colegiado, o que pode comprometer a continuidade dos atendimentos e das deliberações;

CONSIDERANDO a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada no dia 11 de abril de 2025, registrada em ata nº 005/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada, por unanimidade dos membros presentes, a realização de eleição suplementar para o provimento de vagas de **conselheiros tutelares suplentes** no município de Campos de Júlio/MT.

Art. 2º A eleição suplementar será organizada e conduzida pelo CMDCA, observando os critérios legais vigentes, em especial os princípios da legalidade, publicidade, participação e transparência.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Especial para regulamentar e coordenar o processo de escolha suplementar, a qual será presidida pelo Sr. Luiz Ricardo de Souza, vice-presidente do CMDCA, a quem compete coordenar os trabalhos, convocar reuniões e zelar pelo bom andamento de todas as etapas do processo eleitoral. A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Representantes do CMDCA:Luiz Ricardo de Souza, Lucicléia Ribeiro Batista, Mirely Karolina Balbino Vieira, Valdirene Souza Dias Silva, Eduarda Ribeiro de Paula E Bruna Cristina Zonatto.

Representante da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:Dulce Ozana dos Santos.

Representante da Procuradoria Jurídica:Sra. Maria Gabriela Pereira Bonotto.

Art. 4º A Comissão será **presidida pelo Sr. Luiz Ricardo de Souza**, representante do CMDCA, a quem caberá coordenar os trabalhos, convocar reuniões e garantir o bom andamento de todas as etapas do processo eleitoral.

Art. 5º Caberá à comissão elaborar o edital, acompanhar todas as fases do processo eleitoral, garantir o cumprimento da legislação vigente e assegurar a lisura e a transparência do processo.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio/MT, 11 de abril de 2025.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 115/2023

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.

DO OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada para execução serviços de Implantação, hospedagem e manutenção website.

DO ADITAMENTO: **DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**: O valor originalmente contratado foi de **R$ 4. 025,00** (Quatro Mil, e Vinte e Cinco Reais). Considerando o reajuste com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) de aproximadamente **8,44380%** o valor global do contrato passa a ser de **R$ 4.364,00** (Quatro Mil, Trezentos e Sessenta e Quatro Reais), o que representa um acréscimo de **R$ 339,00** (Trezentos e Trinta e Nove Reais).

DO ADITAMENTO: Prorrogação de prazo para mais 12 meses

Da Vigência Prorrogada: de **28/04/2025 a 28/04/2026.**

PARTES: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO, MT./IRINEU MARCOS PARMEGGIANI– Prefeito/ CONTRATANTE, e a empresa e MPX BRASIL SOLUÇÕES WEB LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº 14.728.004/0001-03 CONTRATADA.

Elaine T. Moura- Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio-MT.

RESOLUÇÃO Nº 007/2025/CMDCA

Institui o Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos de Júlio-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCAdo Município de Campos de Júlio/MT, no uso de suas atribuições legais, previstas na **Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),** na **Lei Municipal nº 402/2009,** com as alterações introduzidas pelas **Leis nº 543/2012**e **nº 1.659/2023**, e em conformidade com a **Resolução CONANDA nº 231/2022,** no exercício de sua função **deliberativa e fiscalizadora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;**

CONSIDERANDO o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, especialmente o Objetivo estratégico 6.1, da Diretriz 6, do Eixo 03, que dispõe sobre “promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas”;

CONSIDERANDO a Resolução nº 191, de 07 de junho de 2017 que dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e orienta acerca da criação do Comitê de participação de Adolescentes - CPA;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus artigos 15 e 16, assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, bem como o direito de crianças e adolescentes à participação social, incluindo a liberdade de opinião e expressão;

CONSIDERANDO o artigo 2º, e seus incisos, da Resolução nº 159 do CONANDA, no qual estabelece que este colegiado elabore normas para a participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão;

CONSIDERANDO a Resolução 273/2022/CEDCA/MT que institui o Comitê de Participação de Adolescente de Mato Grosso - CPA- MT para participação permanente de adolescentes no âmbito do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato grosso CEDCA;

CONSIDERANDO a importância de assegurar a participação ativa e permanente dos adolescentes nas decisões que impactam suas vidas, em consonância com a Nota Recomendatória nº 002/2024/CEDCA/MT, que recomenda aos municípios a criação, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), como meio de fortalecer a representatividade juvenil e promover a construção de políticas públicas mais democráticas e inclusivas;

CONSIDERANDO as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 16 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê de Participação de Adolescentes - CPA de Campos de Júlio/MT, para a participação permanente de Adolescentes no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 2º O Comitê de Participação de Adolescentes - CPA de Campos de Júlio/MT será um fórum de articulação, cuja finalidade será de participar das discussões e tomadas de decisões no âmbito das políticas públicas relacionadas à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Art. 3º O Comitê de Participação de Adolescentes (CPA) será formado por adolescentes selecionados por indicação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), garantindo a continuidade da representatividade juvenil e a promoção do protagonismo dos adolescentes nas discussões e decisões que impactam suas vidas.

Art.4º O Comitê de Participação de Adolescentes - CPA, será composto por 04 (quatro) adolescentes, sendo 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes.

Art. 5º O Processo de escolha dos adolescentes, deve ser realizado por meio de processo participativo de crianças e adolescentes.

§1º Poderão participar do CPA adolescentes que tenham entre 12 e 16 anos (completado ou que completarem 16 anos no corrente ano).

§2º Os processos de seleção dos membros do CPA deverão prever a indicação de membros substitutos a serem designados para compor o Comitê em caso de vacância;

§3º Os membros do CPA serão renovados a cada 2 (dois) anos, sem direito a recondução.

Art. 6º Compete ao Comitê de Participação de Adolescentes - CPA:

I- Acompanhar o CMDCA na elaboração e implementação das políticas voltadas aos direitos da criança e do adolescente;

II - Apresentar ao CMDCA propostas de pautas, resoluções, campanhas sobre os direitos da criança e do adolescente e temas para deliberação;

III- Participar dos encontros e assembleias do CMDCA, com direito à voz, na forma desta Resolução;

IV - Opinar sobre o Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente;

V - Acompanhar as ações do CMDCA voltadas ao fomento da participação de adolescentes nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Propor o modelo da composição do CPA nas gestões seguintes;

VII- Acompanhar a seleção dos membros que comporão a comissão de adolescentes subsequente;

VIII - Participar de eventos relacionados aos direitos da criança e do adolescente;

IX - Participar da organização da Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente enquanto membro da comissão organizadora;

Art. 7º O Comitê de Participação de Adolescentes - CPA atuará das seguintes formas:

I - Presencial por meio de encontros bimestrais;

II – Continuada nas Reuniões Ordinárias do CMDCA, por meio de um representante;

III - Em seminários, conferências, grupos de trabalho e demais eventos, quando convidados;

Parágrafo Único - Caberá ao CPA a definição dos membros que os representarão nos casos previstos nos incisos II e III;

Art. 8º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I - Fomentar e apoiar a criação dos espaços de participação de adolescentes no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Monitorar semestralmente a implementação desta Resolução;

III - Organizar os encontros presenciais do Comitê de Participação de Adolescentes - CPA;

IV - Preparar espaços específicos dentro das suas Reuniões Ordinárias para receber os representantes do CPA;

V - Consultar o CPA sobre o Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente;

VI - Deliberar recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente necessários para a implementação desta Resolução;

VII - Promover ações necessárias para garantia da proteção dos adolescentes durante os processos de participação de que trata esta Resolução.

VIII - Designar servidor público a quem os adolescentes poderão contatar, a fim de solucionar questões relativas à participação no CMDCA;

Art. 9º Compete à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social:

I - Apoiar o CMDCA na implementação desta Resolução;

II- Apoiar o CMDCA na organização dos encontros presenciais do CPA;

III- Promover ações necessárias para garantia da proteção dos adolescentes durante os processos de participação de que trata esta Resolução.

Campos de Júlio/MT, 17 de abril de 2025.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL COM RETOMADA DE IMOVÉIS AO MUNICIPIO REFERENTE AO CONTRATO Nº 245/2023.

ESPÉCIE: Termo de Rescisão Unilateral de Contrato de Promessa de Compra e Venda de Bem Imóvel.

OBJETO: Rescisão unilateral do contrato Nº 245/2023 referente à alienação **"IMÓVEIS: LOTE Nº 04, QUADRA Nº 08, MATRÍCULA Nº 11.212, ÁREA: 1.830,04 M²; LOTE Nº 09, QUADRA Nº 08, MATRÍCULA Nº 11. 217, ÁREA: 1.830,04 M²**, Setor Industrial Nelson Zuchi, no Registro de Imóveis do Município e Comarca de Comodoro – MT.

PROCESSO VINCULADO: Processo Licitatório nº 110/2023, Concorrência nº 02/ 2023.

MOTIVAÇÃO: A rescisão unilateral ocorre em conformidade com as disposições legais vigentes e os termos do contrato, considerando as condições estabelecidas no processo licitatório mencionado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Rescisão realizada nos termos da Lei Municipal nº 1.010 de 30 de maio de 2019 em seu artigo 5º, com alterações em sua redação dada pelo artigo 2º da Lei Municipal nº 1.749 de 01 de agosto de 2023.

DATA DA RESCISÃO: apartir do dia 17 de abril de 2025.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT / IRINEU M. PARMEGGIANI- Prefeito/ RESCIDENTE, e EMERSON VELOZO/ CNPJ/MF nº 36.701.000.0001-66//RESCINDIDO.

Elaine T. Moura- Fiscal de Contratos

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio,MT.

RESOLUÇÃO Nº 004/2025/CMDCA

Dispõe sobre a renovação do registro da entidade não governamental, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campos de Júlio – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 402, de 24 de agosto de 2009, e suas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 543, de 20 de dezembro de 2012, e nº 1.659, de 24 de março de 2023; e pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com fundamento legal na Resolução nº 001/2022/CMDCA, de 19 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com as alterações introduzidas pela Lei Federal Nº 12.010/2009;

CONSIDERANDO que, consoante o *caput* do art. 91 da Lei Federal Nº 8. 069/1990, cabe ao Conselho proceder ao registro das entidades não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente.

CONSIDERANDO que, conforme o § 1º do art. 90 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades governamentais e não governamentais devem inscrever seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, especificando os regimes de atendimento adotados, cabendo ao referido Conselho manter o registro atualizado dessas inscrições, bem como comunicar suas alterações ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

CONSIDERANDO o estabelecido pelas Resoluções CONANDA Nº 71 e 74, ambas de 2001 e da 164 de 2014.

CONSIDERANDO a deliberação unânime dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2025, registrada na Ata nº 004-2025;

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o **registro da entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais,** com sede na **Rua Marechal Cândido Rondon, nº 209E, Centro, Campos de Júlio/MT,** pelo período de **02 (dois) anos,** a contar da publicação desta resolução.

Art. 2º O prazo desta resolução de certificação de credenciamento será válido até 19 de março de 2027, devendo ser renovado após essa data, constituindo critério para manutenção do registro da entidade em conformidade com a Resolução nº 001/2022, considerando suas posteriores alterações.

Art. 3º O presente registro habilita a entidade a desenvolver, no âmbito municipal, ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme plano de trabalho apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta resolução retroage seus efeitos ao dia 19 de março de 2025, revogando as disposições em contrário.

Parágrafo Único: As documentações encaminhadas pela entidade encontram-se arquivadas na Sala dos Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Campos de Júlio/MT, 17 de abril de 2025.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005/2025/CMDCA

Dispõe sobre a renovação da inscrição dos Programas de Aprendizagem do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, no município de Campos de Júlio/MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 402, de 24 de agosto de 2009, e suas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 543, de 20 de dezembro de 2012, e nº 1.659, de 24 de março de 2023; e pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com fundamento legal na Resolução nº 001/2022/CMDCA, de 19 de julho de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata do funcionamento das entidades de atendimento;

CONSIDERANDO o cumprimento das diretrizes da Portaria nº 3.872/2023, que estabelece normas para programas de aprendizagem em regime de apoio socioeducativo em meio aberto;

CONSIDERANDO a apresentação do plano de trabalho e a documentação exigida para renovação de inscrição;

CONSIDERANDO o requerimento de renovação de registro da entidade Centro Integração Empresa e Escola (CIEE), formalizado em 07 de fevereiro de 2025.

CONSIDERANDO analise da documentação apresentada e a deliberação unanime dos conselheiros em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2025, registrada na Ata nº 004-2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, por um período de 02 (dois) anos, a inscrição dos Programas de Aprendizagem do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, com atuação no município de Campos de Júlio/MT, conforme plano de trabalho apresentado e aprovado por este Conselho.

Art. 2º A renovação contempla os seguintes Programas de Aprendizagem:

Ocupações Administrativas, Auxiliar de Logística, Operador de Suporte de Hardware, Software e Redes, Administrativo do Agronegócio (Assistente Administrativo Rural), Arco Administrativo, Arco Comércio Atacadista e Varejista e Arco Bancário – Adolescente.

Art. 3º Os programas acima mencionados serão executados em conformidade com o plano de trabalho aprovado, por profissionais com formação em nível superior, devidamente qualificados e preparados para atender aos parâmetros legais e pedagógicos estabelecidos pela legislação em vigor.

Art. 4º O prazo de validade desta Resolução, referente à renovação dos Programas de Aprendizagem do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, estende-se até **19 de março de 2027**, sendo necessária nova soli-

citação de renovação após essa data, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução nº 001/2022 do CMDCA, considerando suas eventuais alterações.

Art. 5º A presente renovação autoriza o desenvolvimento, no âmbito municipal, dos Programas de Aprendizagem descritos no plano de trabalho apresentado, vinculados à promoção da formação profissional, inserção social e garantia dos direitos da criança e do adolescente, em conformidade com as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

Art. 6º Esta resolução retroage seus efeitos ao dia 19 de março de 2025, revogando as disposições em contrário.

Parágrafo Único: As documentações encaminhadas pela instituição encontram-se arquivadas na Sala dos Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Campos de Júlio/MT, 17 de abril de 2025.

Cristina Maria dos Santos

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE DESIGNAÇÃO 02/2025 SMEELTC/MT

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL PARA RECEBER, CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Josimeire de Souza Ramos Resende, Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal Natalia Molina Schneider, matrícula funcional nº 2420 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº xxx.577.891-xx. para receber, conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas da Empresa: P DE JESUS PEREIRA COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ: 44. 587.204/0001-46 que tem por objeto a o fornecimento de Certificado digital a1 – pessoa física- 1 ano.

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal Elba Luz Brito, matrícula funcional nº 840 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº xxx.758.571-xx para receber, conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas da Empresa: P DE JESUS PEREIRA COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ: 44.587.204/ 0001-46 que tem por objeto a o fornecimento de Certificado digital a1 – pessoa física- 1 ano.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2025. Registre-se, Publique-se, Cumpra-se. Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente;

JOSIMEIRE DE SOUZA RAMOS REZENDE

Secretária Municipal de Educação

Nº Portaria 006/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/SEC/2025 VERSÃO 001

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008/SEC/2025 Versão 001

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Data de Aprovação: ___/___/2025

Ato de Aprovação: Decreto Municipal nº ____/2025

DISPÕE SOBRE O DIREITO DE MATRÍCULA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE GUARDA INFORMAL OU NÃO IDENTIFICADA, NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANARANA-MT.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições legais, e

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Considerando o dever da rede municipal de assegurar a todos os estudantes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido, por esta Instrução Normativa, o direito de matrícula de crianças e adolescentes que estão sob os cuidados de terceiros que não constituem a família natural, em situação de guarda informal ou não identificada, no âmbito da rede municipal de ensino de Canarana-MT.

Art. 2º - Para efeitos desta Instrução Normativa, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, entende-se por:

I - família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;

II - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantêm vínculos de afinidade e afetividade.

Art. 3º - A matrícula, quando demandada por terceiros que não se constitui a família natural da criança, será assegurada, de imediato, na educação básica obrigatória e, de acordo com a disponibilidade de vagas, no segmento de creche.

§ 1º - Para cumprimento do disposto no *caput* deste artigo deverá ser obedecido o procedimento estabelecido pela Secretaria Municipal da Educação para o atendimento à demanda do segmento ao qual a criança se enquadra;

Art. 4º - Quanto à matrícula de que trata o artigo 3º desta Instrução Normativa, caberá aos responsáveis pela área de gestão da unidade escolar:

I - Analisar e registrar as condições que levaram essa criança ou adolescente a estar sob o cuidado de terceiros, que não se constituem a família natural;

II – Preencher o Termo de Ciência para matrícula de criança ou adolescente em situação de guarda informal ou não identificada (anexo 1) e encaminhar o adulto que exerce de fato a guarda da criança ao Conselho Tutelar para conhecimento do fato;

III - Orientar o adulto que exerce a guarda informal da criança a regularizar a situação junto ao sistema judiciário, buscando apoio gratuito na Defensoria Pública do Estado, nos casos de comprovada insuficiência de recursos;

IV - Comunicar imediatamente os casos de suspeita ou confirmação de violação de direitos de criança ou adolescente ao Departamento de Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou diretamente ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo das demais providências legais.

Parágrafo Único - Os procedimentos previstos nos incisos I, II e III deste artigo deverão ser arquivados no prontuário do estudante.

Art. 5º - As unidades escolares deverão acompanhar periodicamente a tramitação do procedimento previsto no inciso III do artigo 4º desta Instrução Normativa.

Parágrafo Único - Esgotadas as possibilidades de mediação pela unidade escolar, os casos em que os guardiões de fato resistirem a validar legalmente a posse já exercida da criança ou adolescente, a situação deverá ser encaminhada ao Conselho Tutelar.

Art. 6º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

_____

_____

Vilson Biguelini Eduardo Ferreira da Silva

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria 004/2025/SEMEC

ANEXO 1:

SOLICITAÇÃO DE CIÊNCIA

A **Escola Municipal (nome da escola)** vem através deste solicitar parecer de conscientização do **Conselho Tutelar** deste município, referente a matrícula escolar de criança/adolescente em situação de guarda informal ou não identificada.

Aluno:

Data Nascimento:

Etapa:

Filiação 1(mãe):

Filiação 2 (pai):

Nome do adulto responsável:

Endereço:

Telefone:

Obs: (Inserir abaixo o relato dos responsáveis, dos motivos que levaram a criança/adolescente a estar nesta situação de guarda informal): .....
.....
.....
.....
.....

O adulto que exerce a guarda informal da criança foi orientado e está ciente de que deverá regularizar a situação junto ao sistema judiciário. Nada mais tendo a declarar, firmamos a presente solicitação.

Canarana – MT, ... de ..... de 2025.

_____

_____

Solicitante da Vaga Escolar Representante Escolar

3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 065/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, e de outro lado a empresa **MARCELO RODRIGUES SIQUEIRA-ME,** inscrita no CNPJ Nº 14. 452.602/0001-94, estabelecida na Rua Cedro Marcado nº 74B, Bairro Nova Canarana, na cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Marcelo Rodrigues Siqueira, ocupando o cargo de empresário, brasileiro, casado, RG nº **6419* SSPII/GO e CPF nº ***.477.261-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8. 666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando estendida até o dia 23/04/2026, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula terceira, inciso 3.47 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 065/2023, 1º e 2º Aditivos**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 16 de abril de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**MARCELO RODRIGUES SIQUEIRA-ME** MARCELO RODRIGUES SIQUEIRA CONTRATADO
EZEQUIAS MAGALHÃES DE LIMA FISCAL DE CONTRATO	

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 064/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, e de outro lado a empresa **EAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS E LOCAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.626.739/0001-49, estabelecida na Rua Estancia Velha nº 1872 quadra 19, lote 14, Bairro Tropical II, cidade de Canarana-MT, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **EDMILSON AMARO NEVES**, portador do RG nº 1**13*4** SESP/PR e CPF nº 058.***.449-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e VALOR

1.1. Constitui o objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando estendida até o dia 19/04/2026, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.

1.2 – O valor global deste termo aditivo é de **R$ 55.200,00 (Trezentos e noventa mil reais)**, referente o item 04, que será pago em 12 (doze) parcelas no valor mensal de **R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula terceira, inciso 3.25 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 064/2023, e 1º Aditivo**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 14 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**EAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS E LOCAÇÃO LTDA** **EDMILSON AMARO NEVES** CONTRATADO
ROBERTO FERNANDES SALES FISCAL DE CONTRATO	

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 028/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, e de outro lado a empresa **ARMAZEM BRASIL COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA** inscrita no CNPJ nº 54.122.744/0001-08 com sede à Rua Santo Ângelo, nº 603, Bairro Nova Canarana, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Sr. **ENIO HEINCHE HAAS**, portador do RG nº **971* SSP/MT e CPF nº ***.522.741-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e VALOR

1.1. Constitui o objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, ficando estendida até o dia 12/10/2025, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021, e ainda conforme item 3.1 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma da Lei 14.133/2021.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 028/2024, e 1º Termo aditivo**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 08 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**ARMAZEM BRASIL COMERCIO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA** ENIO HEINCHE HAAS CONTRATADO
LISANI TAINETE FUCHS FREITAS FISCAL DO CONTRATO	**LAVINYA DE SOUSA BARROS PADILHA** FISCAL DO CONTRATO (SUPLENTE)

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 029/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, e de outro lado a empresa **VALDEMAR SCHONHOLZER LTDA** inscrita no CNPJ nº 54.365.047/0001-88 com sede à Rua Campo novo, nº 767, Sala 02, Bairro Jardim Bela Vista, Cidade de Canarana-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Sr. **VALDEMAR SCHONHOLZER**, portador do RG nº **070* SSP/MT e CPF nº ***.052.551-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e VALOR

1.1. Constitui o objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, ficando estendida até o dia 12/10/2025, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 107 da Lei Federal 14.133/2021, e ainda conforme item 3.1 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma da Lei 14.133/2021.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 029/2024**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 08 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**VALDEMAR SCHONHOLZER LTDA** Valdemar Schonholzer CONTRATADO
LISANI TAINETE FUCHS FREITAS FISCAL DO CONTRATO	**LAVINYA DE SOUSA BARROS PADILHA** FISCAL DO CONTRATO (SUPLENTE)

Testemunhas:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

CPF CPF

TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO 073/2024

Apostilamento que se faz ao CONTRATO 073/2024, celebrada com a empresa P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA, como segue:

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr VILSON BIGUELINI, brasileiro, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, RESOLVE formalizar o presente termo de apostilamento em decorrência da 1º alteração e consolidação do contrato social da empresa, conforme registro nº 3458123 de 11/02/2025, junto a JUCEMAT-Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, NIRE 51202402446.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente apostilamento tem por objeto a alteração da razão social da empresa detentora do CONTRATO 014/2025, que tem por objeto o Contratação de empresa para o transporte de alunos da rede pública de ensino do Município de Canarana para o ano letivo de 2025, cuja a empresa possuía a razão social de P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA, passando a ser denominada de AUTO SOCORRO PIRIQUITO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.504.083/0001-50, estabelecida na Rua Palmito, nº 1098, Bairro Jardim Tropical, Canarana-MT, representada por ALCIR ROBERTO DELA COSTA, Brasileiro, Empresário, Identidade nº **140**4493* DETRAN/MT via e CPF nº ***.070.741-**.

CLÁUSULA SEDUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente apostilamento ampara-se no item 15.4, do referido contrato e ainda o Art. 136, III da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de Abril de 2021, senão vejamos:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

[...]

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana-MT, 14 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA VILSON BIGUELINI Orgão gerenciador	P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA ALCIR ROBERTO DELA COSTA CONTRATADA Empresa registrada

TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO 020/2024

Apostilamento que se faz ao CONTRATO 020/2024, celebrada com a empresa P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA, como segue:

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr VILSON BIGUELINI, brasileiro, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, RESOLVE formalizar o presente termo de apostilamento em decorrência da 1º alteração e consolidação do contrato social da empresa, conforme registro nº 3458123 de 11/02/2025, junto a JUCEMAT-Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, NIRE 51202402446.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente apostilamento tem por objeto a alteração da razão social da empresa detentora do CONTRATO 014/2025, que tem por objeto o Contratação de empresa para o transporte de alunos da rede pública de ensino do Município de Canarana para o ano letivo de 2025, cuja a empresa possuía a razão social de P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA, passando a ser denominada de AUTO SOCORRO PIRIQUITO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 52.504.083/0001-50, estabelecida na Rua Palmito, nº 1098, Bairro Jardim Tropical, Canarana-MT, representada por ALCIR ROBERTO DELA COSTA, Brasileiro, Empresário, Identidade nº **140**4493* DETRAN/MT via e CPF nº ***.070.741-**.

CLÁUSULA SEDUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente apostilamento ampara-se no item 15.4, do referido contrato e ainda o Art. 136, III da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de Abril de 2021, senão vejamos:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

[...]

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana-MT, 14 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA VILSON BIGUELINI Órgão gerenciador	P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA ALCIR ROBERTO DELA COSTA CONTRATADA Empresa registrada

TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO 014/2025

Apostilamento que se faz ao **CONTRATO 014/2025**, celebrada com a empresa **P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA,** como segue:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostilamento** em decorrência da **1º alteração e consolidação do contrato social da empresa**, conforme registro nº 3458123 de 11/02/2025, junto a JUCEMAT- Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, NIRE 51202402446.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente **apostilamento** tem por objeto a **alteração da razão social da empresa** detentora do CONTRATO 014/2025, que tem por objeto o **Contratação de empresa para o transporte de alunos da rede pública de ensino do Município de Canarana para o ano letivo de 2025,** cuja a empresa possuía a razão social de **P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA,** passando a ser denominada de **AUTO SOCORRO PIRIQUITO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 52.504.083/0001-50, estabelecida na Rua Palmito, **nº 1098, Bairro Jardim Tropical,** Canarana-MT, representada por **ALCIR ROBERTO DELA COSTA**, Brasileiro, Empresário, Identidade nº **140**4493* DETRAN/MT via e CPF nº ***.070.741-**.

CLÁUSULA SEDUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente apostilamento ampara-se no item 15.4, do referido contrato e ainda o Art. 136, III da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de Abril de 2021, senão vejamos:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

[...]

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana-MT, 14 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Órgão gerenciador	**P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA** ALCIR ROBERTO DELA COSTA CONTRATADA Empresa registrada

TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO 001/2024

Apostilamento que se faz ao **CONTRATO 001/2024**, celebrada com a empresa **P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA,** como segue:

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, **RESOLVE** formalizar o presente **termo de apostilamento** em decorrência da **1º alteração e consolidação do contrato social da empresa**, conforme registro nº 3458123 de 11/02/2025, junto a JUCEMAT- Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, NIRE 51202402446.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente **apostilamento** tem por objeto a **alteração da razão social da empresa** detentora do CONTRATO 014/2025, que tem por objeto o **Contratação de empresa para prestação de serviços com ônibus e micro-ônibus para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT,** cuja a empresa possuía a razão social de **P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA,** passando a ser denominada de **AUTO SOCORRO PIRIQUITO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 52.504.083/0001-50, estabelecida na Rua Palmito, **nº 1098, Bairro Jardim Tropical,** Canarana-MT, representada por **ALCIR ROBERTO DELA COSTA**, Brasileiro, Empresário, Identidade nº **140**4493* DETRAN/MT via e CPF nº ***.070.741-**.

CLÁUSULA SEDUNDA – DA FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente apostilamento ampara-se no referido contrato e ainda o Art. 65, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, senão vejamos:

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preços, desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes.

4.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Canarana-MT, 14 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Órgão gerenciador	**P. J. F. D. COSTA & CIA LTDA** ALCIR ROBERTO DELA COSTA CONTRATADA Empresa registrada

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 152/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a **COOPERPORTAL – COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA PORTAL DO XINGU,** com sede à Rua Santo Ângelo n.º153, Bairro Nova Canarana - em Canarana-MT, inscrita no CNPJ sob n.º 13. 972.638/0001-36, neste ato representado pelo seu presidente Sr. **GILBERTO LUIZ FIORENTIN**, RG nº **96550-* SSP/MT, portadora do CPF ***.582.511-**, e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA ALTERAÇÃO e DO VALOR

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário**, a Cláusula Quinta, caput, referente ao processo de licitatório na modalidade **Chamada Publica nº 001/2024.**

1.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quinta, caput, do contrato originário o total de **30 (trinta) dias,** ficando sua vigência estendida até o **dia 12/05/2025,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso se esgotem os sal-

dos, ou haja a realização de novo processo licitatório, **sem prévia notificação**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

2.2 - A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 152/2024**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 04 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA VILSON BIGUELINI Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**COOPERPORTA L- COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA PORTAL DO XINGU**, GILBERTO LUIZ FIORENTIN CONTRATADA

DAILLY MIELLY MENDONÇA SILVA

Portaria nº 810/2024

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ **Assinatura:** _____

Nome: David Anderson Mariano da Silva Nome: Alesandro Ap. M. Ubeda

CPF n.º ***.873.561-** CPF nº ***.236.149-**

3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 060/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, e de outro lado a empresa **MIDIA LEGAL PUBLICIDADE LEGAL LTDA,** CNPJ n.º 18.678.834/0001-16, estabelecida a Avenida Fernando Correa da Costa, Nº 1448, sala 02 (Centro Comercial Xavier), Bairro Jardim Kennedy, CEP 78.065-000, na cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **CAMILA CRISTINA RIBEIRO**, brasileira, empresária, portadora do CPF nº ***.266.851-** e do RG nº **.26476-* SSP/MT,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e ALTERAÇÃO

1.1. Constitui o objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ficando estendida até o dia 06/04/2026, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula quarta, inciso 4.1 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 060/2023, 1º e 2º Termos Aditivos**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 01 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**MIDIA LEGAL PUBLICIDADE LEGAL LTDA** **CAMILA CRISTINA RIBEIRO** CONTRATADO

ANDREIA TATIANA ALVONOZ ANDOLHE

PORTARIA Nº 084/2025

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 031/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, e de outro lado a empresa **PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ Nº08.197.371/0001-17, estabelecida na a Rua Tenente Coronel Thogo da Silva Pereira, nº 1345, Bairro Goiabeiras, Cidade de Cuibá-MT, CEP 78.032-105, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **DEIVIS CESLEI MAGGI**, RG nº 4. ***.034-* SESP-PR e CPF nº ***.004.139-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA PRORROGAÇÃO

1.1 - Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem **a Ata de Registro de Preços nº 034/2023, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2023, realizado pela Prefeitura Municipal de Querência-MT**, que tem por objeto **contratação de serviços de consultoria e assessoria administrativa,** conforme especificação no termo de referencia.

1.2 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação da vigência do contrato originário,** a Cláusula Terceira, inciso 3.19 pelo período de **12 (doze) meses,** ficando avigência estendida até o **dia 15/04/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2. Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Artigo 57, incisos II e IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 031/2024**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 04 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA VILSON BIGUELINI Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**PLURAUD ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, DEIVIS CESLEI MAGGI CONTRATADA
SUELLEN AMANDA RODRIGUES DA SILVA Portaria nº 074/2025 FISCAL DO CONTRATO	**SANDRA PEREIRA DA SILVA** Portaria nº 074/2025 FISCAL DO CONTRATO SUPLENTE

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 025/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, e de outro lado a empresa **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº07.797.967/0001-95, com sede na Rua Izabel a Redentora, nº 2356 – Ed. Loewen, Sala 117, Centro - São José dos Pinhais/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, ocupante do cargo de diretor, portador da Cédula de Identidade RG **86763* SSP/PR e inscrita no CPF sob nº ***.460.249-**,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ALTERAÇÕES E VALOR

1.1. O contrato tem por objeto a **Locação de Solução Integrada para realização de pesquisa de preços, oriundo da Inexigibilidade de licitação nº 009/2024**.

1.2. O presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação da vigência do contrato por mais **12 (doze) meses** estendo até **08/04/2026 e o Reajuste** pelo índice do IGP-M no total **8,440380%,** correspondente ao acumulado no período de **08/04/2024 à 08/04/2025, ou seja, 12 (doze) meses.**

1.3. O valor reajustado passará a ser de **R$ 9.916,67 (Nove mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2. Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Artigo 57, incisos II e IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 025/2024**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 04 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA VILSON BIGUELINI Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA** RUDIMAR BARBOSA DOS REIS CONTRATADA

MAYARA CRISTIANE CANDIDO SCHONHOLZER

Portaria nº 199/2025

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

5º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 153/2021

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE CANARANA/MT**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro, Canarana - MT, inscrita no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 31.873.661/0001-55, com sede à Rua Maringá nº 57 - Lote 01 e 02 - Quadra K, Bairro Cidade Jardim, na Cidade de Canarana-MT, , doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **IVO DALLPIZZOL**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG **988* SSP/RS e inscrita no CPF sob nº ***.219.050-**, denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente termo aditivo, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 65, inciso I, b, § 1º da Lei 8.666/93 e clausula contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DAS ALTERAÇÕES E DOS VALORES

1.1. O presente termo aditivo ao contrato originário tem por objeto o **acréscimo de serviços dos itens 01, 06 e 11, para serviços de Cercamento da EMEB Elídio Corbari no Garapu II,** Especificações constantes na **Pregão presencial nº 042/2024**, perfazendo o valor de **(+) R$ 53.196,00 (Cinquenta e três mil cento e noventa e seis reais)**, o que representa **25,00% do contrato**.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Todos os documentos comprobatórios dos acréscimos constam em anexo a este termo aditivo o qual passar a fazer parte integrante do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Com a alteração constante deste Termo Aditivo, ficam inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do **contrato nº 153/2021 e demais termos aditivos.**

3.2. Em conformidade com o previsto no artigo 61, § único da Lei 8.666/93, este instrumento será publicado no Diário Oficial de Contas do TCE/MT e Diário Oficial dos Municípios-AMM.

3.3. As partes elegem o foro da comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno e comum acordo com todas as cláusulas e condições contratuais acima consubstanciadas, assinam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Canarana-MT, 21 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**CONSTRURÁPIDO CONSTRUÇÕES LTDA** IVO DALLPIZZOL **CONTRATADA**
DIEGO FERREIRA DA SILVA FISCAL DO CONTRATO	

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 055/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, e de outro lado a empresa **RESTAURANTE E PIZZARIA CHOPINHO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.255.668/0001-78, estabelecida na Avenida Mato Grosso nº 87, Centro, Canarana - MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **EDUARDO LUCIO SCALABRIN**, portador do RG nº 1233579-7 SJ/MT e CPF nº 884.963.841-87,e perante as testemunhas ao final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO e ALTERAÇÃO

1.1. **Constitui o objeto do presente aditivo a** prorrogação da vigência do contrato originário pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, **ficando estendida até o dia 02/10/2025, ou até a finalização dos saldos existentes ou a realização de um novo processo licitatório.**

CLÁUSULA SEGUNDA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Art. 57 § 1º da Lei 8.666/93, e ainda, a clausula terceira, inciso 3.18 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 055/2023, 1º e 2º Termos Aditivos**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 31 de Março de 2025.

VILSON BIGUELINI Prefeito Municipal Município de Canarana **CONTRATANTE**	**RESTAURANTE E PIZZARIA CHOPINHO LTDA** EDUARDO LUCIO SCALABRIN **CONTRATADA**

EZEQUIAS MAGALHAES DE LIMA

FISCAL DE CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

3º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 134/2024

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, Canarana/MT, representada neste ato peloPrefeito Municipal Senhor **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1, residente e domiciliado em Canarana-MT, denominado **CONTRATANTE** e a empresa **LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 37.900.581/0001-28, e Inscrição Estadual sob n.º 13.826.044-3, estabelecida a Rua Afonso Pena, 693, Sala 15, Bairro Quilombo, Cidade de Cuiabá-MT, representada neste por **LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, empresária, portador do RG nº **08833* SESP/MT e do CPF nº ***.230.291-**,e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 134/2024 de Contratação de empresa para execução de regularização de subleito, sub-base, base de solo, drenagem superficial e sinalização no distrito do Garapu II à 25km da sede do Município**, conforme detalhamento da planilha orçamentária e termo de referência de acordo com o Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da **Concorrência nº 014/2024.**

2.2 - Fica acrescido o total de **210 (duzentos e dez) dias à prazo da vigência do Contrato,** prorrogando até o dia **29/10/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

2.2 - Fundamenta-se o presente instrumento o que dispõem o Inciso I do Caput do Artigo 124 e 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, e ainda Clausula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. A Contratante providenciará a publicação deste instrumento de aditivo contratual, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, na forma da Lei 14.133/2021.

3.2. Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 168/2024, 1º Aditivos**.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 26 de Março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA **VILSON BIGUELINI** Prefeito Municipal - CONTRATANTE	**LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO LTDA** LUCILENE SILVA DO NASCIMENTO **CONTRATADA**
DIEGO FERREIRA DA SILVA FISCAL DO CONTRATO	

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02:

_____

Nome> Nome>

AVISO DE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

O município de Canarana/MT torna público que está aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de emissora de Rádio e Televisão aberta para prestação de serviços com abrangência de cobertura local para divulgação dos informativos de utilidade pública para uso do poder executivo Municipal**, conforme detalhamento do Anexo I - Termo de Referência e de acordo o edital e anexos, através da plataforma digital www.brconectado.com.br no dia **07/05/2025 às 12h30min (Horário de Brasília)**. Este pregão será regido pela Lei n°. 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.493/2024 e demais legislações pertinentes. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço eletrônico www.licitacoescanarana.com.br ou ainda solicitar e obter maiores informações através do e-mail comercial@brconectado.com.br

Canarana - MT, 17 de abril de 2025.

ERNANI LUIZ MULLER

Pregoeiro

PORTARIA Nº410/2025.

Portaria Nº410/2025.

De 09 de abril de 2025.

Exonera Servidora.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, **Edirce Eunes de Andrade** do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração II – da Lei Complementar n°125/2014, a partir de 07 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 07 de abril de 2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, 09 de abril de 2025.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 149 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARLOS APARECIDO DE CAMPOS, Secretario Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **QUEILA APARECIDA DOS SANTOS** função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 14/04/2025 ao dia 17/04/2025 totalizando 04 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARLOS APARECIDO DE CAMPOS

Secretario Municipal de Assistência Social

Decreto nº 04/2025

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 147 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *TATIANE ROCHA CERQUEIRA DA SILVA".*

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Perícia Oficial Municipal;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 127/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora ***TATIANE ROCHA CERQUEIRA DA SILVA*** matricula nº 3245, efetiva no cargo de Pedagoga Social,lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **16/04/2025 a 16/05/2025**, conforme processo do DRH nº 27/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 161/2025.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETARIO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL BANDEIRA DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - NOMEAR, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025 o Servidor ADEMAR BORGES, para exercer a função de Secretario Escolar na Escola Municipal Manoel Bandeira - Gestão Escolar 2025/2026.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 16 de abril de 2025.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 143 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **MARLEI APARECIDA BATISTA**, ocupante do cargo de Apoio Administrativo III matricula 4969, lotada na Secretaria Municipal de Saúde devendo ser usufruído de **22/04/2025 a 26/04/2025 (05 dias) e 17/07/2025 a 31/07/2025 (20 dias)** e conversão **em pecúnia de** 10 (dez) dias a ser pago no mês de Abril/2025. Ficando encerrado o período aquisitivo **2024/2025.**

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA / MT PUBLICA O RREO- RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMÉNTARIA SIMPLIFICADO REFERENTE AO 1º BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	69.380.000,00	69.380.000,00	11.736.131,21	16,92	11.736.131,21	16,92	57.643.868,79
RECEITAS CORRENTES	67.680.000,00	67.680.000,00	11.736.131,21	17,34	11.736.131,21	17,34	55.943.868,79
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.315.000,00	6.315.000,00	1.262.781,05	20,00	1.262.781,05	20,00	5.052.218,95
Impostos	5.843.000,00	5.843.000,00	1.127.008,15	19,29	1.127.008,15	19,29	4.715.991,85
Taxas	472.000,00	472.000,00	133.072,90	28,19	133.072,90	28,19	338.927,10
Contribuição de Melhoria			2.700,00		2.700,00		-2.700,00
CONTRIBUIÇÕES	2.465.000,00	2.465.000,00	409.652,24	16,62	409.652,24	16,62	2.055.347,76
Contribuições Sociais	1.565.000,00	1.565.000,00	252.696,85	16,15	252.696,85	16,15	1.312.303,15
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	900.000,00	900.000,00	156.955,39	17,44	156.955,39	17,44	743.044,61
RECEITA PATRIMONIAL	764.000,00	764.000,00	198.141,92	25,93	198.141,92	25,93	565.858,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	764.000,00	764.000,00	198.141,92	25,93	198.141,92	25,93	565.858,08
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	22.000,00	22.000,00		0,00		0,00	22.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	22.000,00	22.000,00		0,00		0,00	22.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.941.000,00	57.941.000,00	9.851.742,56	17,00	9.851.742,56	17,00	48.089.257,44
Transferências da União e de suas Entidades	26.021.000,00	26.021.000,00	4.099.114,15	15,75	4.099.114,15	15,75	21.921.885,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.376.000,00	20.376.000,00	3.396.778,99	16,67	3.396.778,99	16,67	16.979.221,01
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	32.000,00	32.000,00		0,00		0,00	32.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	11.500.000,00	11.500.000,00	2.352.940,76	20,46	2.352.940,76	20,46	9.147.059,24
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes	12.000,00	12.000,00	2.908,66	24,24	2.908,66	24,24	9.091,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	173.000,00	173.000,00	13.813,44	7,98	13.813,44	7,98	159.186,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.000,00	17.000,00		0,00		0,00	17.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	146.000,00	146.000,00	13.813,44	9,46	13.813,44	9,46	132.186,56
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00

Documento gerado em 17/04/2025 17:22:42

Página 1 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.700.000,00	1.700.000,00		0,00		0,00	1.700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.700.000,00	1.700.000,00		0,00		0,00	1.700.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	700.000,00	700.000,00		0,00		0,00	700.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00		0,00		0,00	1.000.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.990.000,00	3.990.000,00	663.507,50	16,63	663.507,50	16,63	3.326.492,50
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.370.000,00	73.370.000,00	12.399.638,71	16,90	12.399.638,71	16,90	60.970.361,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	73.370.000,00	73.370.000,00	12.399.638,71	16,90	12.399.638,71	16,90	60.970.361,29
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	73.370.000,00	73.370.000,00	12.399.638,71	16,90	12.399.638,71	16,90	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.643.914,15			1.643.914,15		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.643.914,15			1.643.914,15		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.392.000,00	70.040.690,73	13.901.648,98	13.901.648,98	56.139.041,75	9.381.704,18	9.381.704,18	60.658.986,55	9.212.714,89	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	63.019.280,00	63.956.078,17	12.852.197,85	12.852.197,85	51.103.880,32	8.690.067,96	8.690.067,96	55.266.010,21	8.521.078,67	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.645.000,00	33.627.895,80	5.235.994,44	5.235.994,44	28.391.901,36	5.037.163,68	5.037.163,68	28.590.732,12	4.923.293,72	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.369.280,00	30.323.182,37	7.616.203,41	7.616.203,41	22.706.978,96	3.652.904,28	3.652.904,28	26.670.278,09	3.597.784,95	
DESPESAS DE CAPITAL	5.345.700,00	6.057.592,56	1.049.451,13	1.049.451,13	5.008.141,43	691.636,22	691.636,22	5.365.956,34	691.636,22	
INVESTIMENTOS	5.340.700,00	6.052.592,56	1.049.451,13	1.049.451,13	5.003.141,43	691.636,22	691.636,22	5.360.956,34	691.636,22	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.020,00	27.020,00			27.020,00			27.020,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.000.000,00	74.643.914,15	14.565.158,82	14.565.158,82	60.078.755,33	10.045.214,02	10.045.214,02	64.598.700,13	9.876.224,73	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	73.000.000,00	74.643.914,15	14.565.158,82	14.565.158,82	60.078.755,33	10.045.214,02	10.045.214,02	64.598.700,13	9.876.224,73	
SUPERÁVIT (XIII)							2.354.424,69		2.523.413,98	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	73.000.000,00	74.643.914,15	14.565.158,82	14.565.158,82		10.045.214,02	12.399.638,71		12.399.638,71	
RESERVA DO RPPS	370.000,00	370.000,00			370.000,00			370.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.990.000,00	3.990.000,00	663.507,50	16,63	663.507,50	16,63	3.326.492,50
RECEITAS CORRENTES	3.990.000,00	3.990.000,00	663.507,50	16,63	663.507,50	16,63	3.326.492,50
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	3.990.000,00	3.990.000,00	663.507,50	16,63	663.507,50	16,63	3.326.492,50
Contribuições Sociais	3.990.000,00	3.990.000,00	663.507,50	16,63	663.507,50	16,63	3.326.492,50
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	
DESPESAS CORRENTES	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	3.939.713,58	663.509,84	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01617905000178
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.392.000,00	70.040.690,73	13.901.648,98	13.901.648,98	95,44	56.139.041,75	9.381.704,18	9.381.704,18	93,39	60.658.986,55	
Legislativa	2.500.000,00	2.500.000,00	384.735,81	384.735,81	2,64	2.115.264,19	349.358,31	349.358,31	3,48	2.150.641,69	
Ação Legislativa	2.500.000,00	2.500.000,00	384.735,81	384.735,81	2,64	2.115.264,19	349.358,31	349.358,31	3,48	2.150.641,69	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.843.000,00	4.841.000,00	1.498.740,67	1.498.740,67	10,29	3.342.259,33	689.046,32	689.046,32	6,86	4.151.953,68	
Planejamento e Orçamento	200.000,00	202.350,00	58.553,09	58.553,09	0,40	143.796,91	47.176,87	47.176,87	0,47	155.173,13	
FU04 - Administração Geral	3.824.000,00	3.823.000,00	1.110.451,29	1.110.451,29	7,62	2.712.548,71	548.939,32	548.939,32	5,46	3.274.060,68	
Administração Financeira	507.000,00	507.050,00	80.536,29	80.536,29	0,55	426.513,71	63.529,89	63.529,89	0,63	443.520,11	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	266.000,00	266.000,00	249.200,00	249.200,00	1,71	16.800,00	29.400,24	29.400,24	0,29	236.599,76	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	29.000,00	29.000,00				29.000,00				29.000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	17.000,00	13.600,00				13.600,00				13.600,00	
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	3.011.000,00	3.011.000,00	419.221,51	419.221,51	2,88	2.591.778,49	284.209,50	284.209,50	2,83	2.726.790,50	
Assistência ao Idoso	49.000,00	49.000,00	1.440,00	1.440,00	0,01	47.560,00	1.440,00	1.440,00	0,01	47.560,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	278.000,00	278.000,00	38.277,73	38.277,73	0,26	239.722,27	32.054,54	32.054,54	0,32	245.945,46	
Assistência Comunitária	1.345.000,00	1.345.000,00	245.388,93	245.388,93	1,68	1.099.611,07	180.341,95	180.341,95	1,80	1.164.658,05	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	232.000,00	232.000,00	25.493,62	25.493,62	0,18	206.506,38	24.199,71	24.199,71	0,24	207.800,29	
FU08 - Demais Subfunções	1.107.000,00	1.107.000,00	108.621,23	108.621,23	0,75	998.378,77	46.173,30	46.173,30	0,46	1.060.826,70	
Previdência Social	5.204.000,00	5.204.000,00	867.966,49	867.966,49	5,96	4.336.033,51	808.024,49	808.024,49	8,04	4.395.975,51	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	5.204.000,00	5.204.000,00	867.966,49	867.966,49	5,96	4.336.033,51	808.024,49	808.024,49	8,04	4.395.975,51	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	15.935.000,00	16.199.128,33	4.187.220,08	4.187.220,08	28,75	12.011.908,25	2.553.423,55	2.553.423,55	25,42	13.645.704,78	
Atenção Básica	4.264.000,00	4.261.993,82	549.180,63	549.180,63	3,77	3.712.813,19	460.262,99	460.262,99	4,58	3.801.730,83	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.331.000,00	3.505.534,01	1.629.602,03	1.629.602,03	11,19	1.875.931,98	575.379,74	575.379,74	5,73	2.930.154,27	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.529.000,00	1.557.064,50	369.548,95	369.548,95	2,54	1.187.515,55	131.963,79	131.963,79	1,31	1.425.100,71	
Vigilância Sanitária	37.000,00	37.000,00				37.000,00				37.000,00	
Vigilância Epidemiológica	262.000,00	262.000,00				262.000,00				262.000,00	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	6.452.000,00	6.515.536,00	1.638.888,47	1.638.888,47	11,25	4.876.647,53	1.385.817,03	1.385.817,03	13,80	5.129.718,97	
FU10 - Demais Subfunções	60.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
Trabalho	670.700,00	670.700,00	119.618,00	119.618,00	0,82	551.082,00	77.932,22	77.932,22	0,78	592.767,78	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	660.700,00	660.700,00	119.618,00	119.618,00	0,82	541.082,00	77.932,22	77.932,22	0,78	582.767,78	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	19.484.000,00	20.357.583,94	3.913.182,77	3.913.182,77	26,87	16.444.401,17	2.853.475,38	2.853.475,38	28,41	17.504.108,56	
Ensino Fundamental	13.918.000,00	14.819.585,75	2.710.985,32	2.710.985,32	18,61	12.108.600,43	2.185.152,38	2.185.152,38	21,75	12.634.433,37	
Ensino Médio											
Ensino Profissional	165.000,00	165.000,00	157.500,00	157.500,00	1,08	7.500,00				165.000,00	
Ensino Superior	24.000,00	24.000,00	3.457,79	3.457,79	0,02	20.542,21	1.465,80	1.465,80	0,01	22.534,20	
Educação Infantil	4.055.000,00	4.026.998,19	598.392,21	598.392,21	4,11	3.428.605,98	548.128,10	548.128,10	5,46	3.478.870,09	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	320.000,00	320.000,00	250.000,00	250.000,00	1,72	70.000,00	50.000,00	50.000,00	0,50	270.000,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções	1.002.000,00	1.002.000,00	192.847,45	192.847,45	1,32	809.152,55	68.729,10	68.729,10	0,68	933.270,90	
Cultura	966.080,00	966.080,00	19.691,85	19.691,85	0,14	946.388,15	8.987,64	8.987,64	0,09	957.092,36	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	966.080,00	966.080,00	19.691,85	19.691,85	0,14	946.388,15	8.987,64	8.987,64	0,09	957.092,36	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.878.700,00	1.860.551,50	174.858,51	174.858,51	1,20	1.685.692,99	116.744,71	116.744,71	1,16	1.743.806,79	
Infra-Estrutura Urbana	1.652.700,00	1.651.700,00	137.313,35	137.313,35	0,94	1.514.386,65	100.676,35	100.676,35	1,00	1.551.023,65	
Serviços Urbanos	199.000,00	208.851,50	37.545,16	37.545,16	0,26	171.306,34	16.068,36	16.068,36	0,16	192.783,14	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	27.000,00	0,00				0,00				0,00	
Habitação	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	229.000,00	279.441,85	98.485,23	98.485,23	0,68	180.956,62	94.782,08	94.782,08	0,94	184.659,77	
Preservação e Conservação Ambiental	224.000,00	96.851,38	82.751,38	82.751,38	0,57	14.100,00	81.048,23	81.048,23	0,81	15.803,15	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	5.000,00	5.100,00				5.100,00				5.100,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral		177.490,47	15.733,85	15.733,85	0,11	161.756,62	13.733,85	13.733,85	0,14	163.756,62	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.040.000,00	2.168.274,43	361.034,47	361.034,47	2,48	1.807.239,96	258.226,14	258.226,14	2,57	1.910.048,29	
Abastecimento	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	2.035.000,00	2.163.274,43	361.034,47	361.034,47	2,48	1.802.239,96	258.226,14	258.226,14	2,57	1.905.048,29	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços		9.300,00				9.300,00				9.300,00	
Promoção Comercial		4.200,00				4.200,00				4.200,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo		5.100,00				5.100,00				5.100,00	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	940.500,00	992.979,65	252.479,65	252.479,65	1,73	740.500,00	89.896,59	89.896,59	0,89	903.083,06	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	940.500,00	992.979,65	252.479,65	252.479,65	1,73	740.500,00	89.896,59	89.896,59	0,89	903.083,06	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	7.033.000,00	7.323.631,03	1.500.520,25	1.500.520,25	10,30	5.823.110,78	1.112.739,97	1.112.739,97	11,08	6.210.891,06	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	7.033.000,00	7.323.631,03	1.500.520,25	1.500.520,25	10,30	5.823.110,78	1.112.739,97	1.112.739,97	11,08	6.210.891,06	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	885.000,00	885.000,00	103.893,69	103.893,69	0,71	781.106,31	84.857,28	84.857,28	0,84	800.142,72	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	885.000,00	885.000,00	103.893,69	103.893,69	0,71	781.106,31	84.857,28	84.857,28	0,84	800.142,72	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	2.720.000,00	2.720.000,00				2.720.000,00				2.720.000,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	2.720.000,00	2.720.000,00				2.720.000,00				2.720.000,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	27.020,00	27.020,00				27.020,00				27.020,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	4,56	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	6,61	3.939.713,58	
TOTAL (III) = (I + II)	73.000.000,00	74.643.914,15	14.565.158,82	14.565.158,82	100,00	60.078.755,33	10.045.214,02	10.045.214,02	100,00	64.598.700,13	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/II b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/II d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.608.000,00	4.603.223,42	663.509,84	663.509,84	4,56	3.939.713,58	663.509,84	663.509,84	6,61	3.939.713,58	
Legislativa	200.000,00	200.000,00	25.596,90	25.596,90	0,18	174.403,10	25.596,90	25.596,90	0,25	174.403,10	
Ação Legislativa	200.000,00	200.000,00	25.596,90	25.596,90	0,18	174.403,10	25.596,90	25.596,90	0,25	174.403,10	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	386.000,00	389.000,00	57.619,48	57.619,48	0,40	331.380,52	57.619,48	57.619,48	0,57	331.380,52	
Planejamento e Orçamento	1.000,00	4.000,00	2.365,05	2.365,05	0,02	1.634,95	2.365,05	2.365,05	0,02	1.634,95	
FU04 - Administração Geral	285.000,00	285.000,00	41.868,83	41.868,83	0,29	243.131,17	41.868,83	41.868,83	0,42	243.131,17	
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	13.385,60	13.385,60	0,09	86.614,40	13.385,60	13.385,60	0,13	86.614,40	
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	274.000,00	274.000,00	34.063,61	34.063,61	0,23	239.936,39	34.063,61	34.063,61	0,34	239.936,39	
Assistência ao Idoso											
Assistência à Pessoa com Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	180.000,00	180.000,00	28.276,85	28.276,85	0,19	151.723,15	28.276,85	28.276,85	0,28	151.723,15	
FU08 - Administração Geral	19.000,00	19.000,00	5.786,76	5.786,76	0,04	13.213,24	5.786,76	5.786,76	0,06	13.213,24	
FU08 - Demais Subfunções	75.000,00	75.000,00				75.000,00				75.000,00	
Previdência Social	26.000,00	26.000,00	3.339,79	3.339,79	0,02	22.660,21	3.339,79	3.339,79	0,03	22.660,21	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	26.000,00	26.000,00	3.339,79	3.339,79	0,02	22.660,21	3.339,79	3.339,79	0,03	22.660,21	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.025.000,00	1.025.000,00	154.122,16	154.122,16	1,06	870.877,84	154.122,16	154.122,16	1,53	870.877,84	
Atenção Básica	370.000,00	370.000,00	66.463,05	66.463,05	0,46	303.536,95	66.463,05	66.463,05	0,66	303.536,95	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.000,00	35.000,00	9.141,93	9.141,93	0,06	25.858,07	9.141,93	9.141,93	0,09	25.858,07	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	70.000,00				70.000,00				70.000,00	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	550.000,00	550.000,00	78.517,18	78.517,18	0,54	471.482,82	78.517,18	78.517,18	0,78	471.482,82	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.413.000,00	2.413.000,00	353.719,24	353.719,24	2,43	2.059.280,76	353.719,24	353.719,24	3,52	2.059.280,76	
Ensino Fundamental	1.670.000,00	1.670.000,00	242.677,24	242.677,24	1,67	1.427.322,76	242.677,24	242.677,24	2,42	1.427.322,76	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	743.000,00	743.000,00	111.042,00	111.042,00	0,76	631.958,00	111.042,00	111.042,00	1,11	631.958,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	35.000,00	27.223,42	4.226,54	4.226,54	0,03	22.996,88	4.226,54	4.226,54	0,04	22.996,88	
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	2.113,27	2.113,27	2.113,27	0,01	0,00	2.113,27	2.113,27	0,02	0,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral		25.110,15	2.113,27	2.113,27	0,01	22.996,88	2.113,27	2.113,27	0,02	22.996,88	
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	70.000,00	70.000,00	9.821,94	9.821,94	0,07	60.178,06	9.821,94	9.821,94	0,10	60.178,06	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	70.000,00	70.000,00	9.821,94	9.821,94	0,07	60.178,06	9.821,94	9.821,94	0,10	60.178,06	
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	145.000,00	145.000,00	21.000,18	21.000,18	0,14	123.999,82	21.000,18	21.000,18	0,21	123.999,82	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	145.000,00	145.000,00	21.000,18	21.000,18	0,14	123.999,82	21.000,18	21.000,18	0,21	123.999,82	
Transporte Ferroviário											
Transporte Aquaviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01617905000178
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	18.000,00	18.000,00				18.000,00				18.000,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Carlinda - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01617905000178
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 145 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **IVANA MOREIRA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde matricula 3537, lotada na Secretaria Municipal de Saúde devendo ser usufruído de **28/04/2025 a 27/05/2025**. Ficando encerrado o período aquisitivo **2023/2024.**

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 144 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a servidora **MARIA RAIMUNDA SILVA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais III matricula 4987, lotada na Secretaria Municipal de Saúde devendo ser usufruído de **14/04/2025 a 02/05/2025 (20 dias)** e conversão **em pecúnia de** 10 (dez) dias a ser pago no mês de Abril/2025. Ficando encerrado o período aquisitivo **2024/2025.**

Art. 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 146 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Prorrogação da concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *FLORIALVA DOS SANTOS".*

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Perícia Oficial Municipal;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 079 e 80/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora ***FLORIALVA DOS SANTOS*** matricula nº 3293, efetiva no cargo de Agente de Comunitária de Saúde,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **05/04/2025 a 14/07/2025**, conforme processo do DRH nº 21/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 151 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

SOLANGE GOMES COSTA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSIMEIRE ATAIDE DOS SANTOS** cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 08/04/2025.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

SOLANGE GOMES COSTA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 154/2025

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 148 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARLOS APARECIDO DE CAMPOS, Secretario Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **EDINALVA RODRIGUS SILVA**, função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 04/04/2025.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARLOS APARECIDO DE CAMPOS

Secretario Municipal de Assistência Social

Decreto nº 04/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA Nº 101/2025.

PORTARIA Nº 101/2025.

Retifica, para fins de correção de erro material, a Portaria nº 100/2025, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 1º da Portaria nº 100/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º **EXONERAR** a pedido a Senhora LEIDIANA DE SOUZA CORREIA CABRAL, residente e domiciliada no Município de Castanheira - MT, das atribuições do cargo de Professora, a partir de 07 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 07 de abril de 2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 17 de abril de 2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO – PREGAO ELETRONICO Nº 001/2025

Ata de Registro de Preços nº 005/2025

Contrato nº 022/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERTILIZANTES DO TIPO ORGANOMINERAL CLASSE A PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

DATA: 07/04/2025

VALOR GLOBAL: R$ 2.909.700,00 (dois milhões novecentos e nove mil e setecentos reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

OSMAR FRONER DE MELLO – Prefeito Municipal;

CONTRATADA: REAL FERT IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA; CNPJ 34.989.598/0001-05

CONTABILIDADE
BALANÇO ANUAL DE GESTÃO DE 2024

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**110.286.500,00**	**164.124.001,47**	**171.781.342,71**	**7.657.341,24**
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.105.300,00	30.105.300,00	35.429.328,83	5.324.028,83
Impostos	27.240.500,00	27.240.500,00	33.255.321,38	6.014.821,38
Taxas	2.864.800,00	2.864.800,00	2.174.007,45	-690.792,55
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	860.000,00	860.000,00	436.522,38	-423.477,62
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	860.000,00	860.000,00	436.522,38	-423.477,62
RECEITA PATRIMONIAL	648.000,00	653.000,00	1.683.418,14	1.030.418,14
Receitas Imobiliária	0,00	0,00	531.195,00	531.195,00
Receitas de Valores Mobiliários	648.000,00	653.000,00	1.152.223,14	499.223,14
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	78.491.500,00	132.279.278,47	133.348.669,43	1.069.390,96
Transferências Intergovernamentais	78.491.500,00	132.279.278,47	133.278.669,43	999.390,96
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	181.700,00	226.423,00	883.403,93	656.980,93
Multas e Juros de Mora	6.700,00	6.700,00	2.445,92	-4.254,08
Indenizações e Restituições	100.000,00	100.000,00	424.423,92	324.423,92
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	75.000,00	119.723,00	456.534,09	336.811,09
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**3.200.000,00**	**26.471.864,01**	**25.427.782,84**	**-1.044.081,17**
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	3.200.000,00	26.471.864,01	25.427.782,84	-1.044.081,17
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II)	**113.486.500,00**	**190.595.865,48**	**197.209.125,55**	**6.613.260,07**
OPERAÇÕES DE CREDITO/ REFINANCIAMENTO (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)	**113.486.500,00**	**190.595.865,48**	**197.209.125,55**	**6.613.260,07**
DÉFICIT (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	**113.486.500,00**	**190.595.865,48**	**182.471.901,76**	**-8.123.963,72**
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)	**18.235.611,45**	**18.235.611,45**	**18.235.611,45**	**0,00**
Superávit Financeiro	18.235.611,45	18.235.611,45	18.235.611,45	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**0,00**	**1.049.633,80**	**1.006.791,24**	**1.006.791,24**	**42.842,56**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.049.633,80	1.006.791,24	1.006.791,24	42.842,56	0,00
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**1.049.633,80**	**1.006.791,24**	**1.006.791,24**	**42.842,56**	**0,00**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	**2.533.653,51**	**9.290.055,06**	**7.906.087,65**	**0,00**	**3.917.620,92**
Pessoal e Encargos Sociais	1.339.634,42	3.403.482,97	2.603.423,04	0,00	2.139.694,35
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.194.019,09	5.886.572,09	5.302.664,61	0,00	1.777.926,57
Despesas de Capital	**196.152,56**	**1.785.943,85**	**352.436,34**	**0,00**	**1.629.660,07**
Investimentos	54.500,23	352.436,34	352.436,34	0,00	54.500,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	54.500,23
Amortização da Dívida	141.652,33	1.433.507,51	0,00	0,00	1.575.159,84
TOTAL	**2.729.806,07**	**11.075.998,91**	**8.258.523,99**	**0,00**	**5.547.280,99**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

INGRESSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Receita Orçamentária (I)		**166.771.258,14**	**134.522.851,03**
Recursos Não Vinculados		**85.082.076,13**	**73.571.319,45**
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		**81.689.182,01**	**60.951.531,58**
Recursos Vinculados à Educação		11.258.281,32	29.977.341,56
Recursos Vinculados à Saúde		15.250.685,13	12.263.323,25
Recursos Vinculados à Seguridade Social		0,00	1.255.759,02
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		0,00	0,00
Demais Vinculações Legais		0,00	0,00
Outras Vinculações		55.180.215,56	17.455.107,75
Recursos Vinculados ao RPPS		**0,00**	**0,00**
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)		**0,00**	**0,00**
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		**24.765.490,14**	**22.830.271,84**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.190.838,36	1.049.633,80
Inscrição de Restos a Pagar Processados		11.853.058,13	11.075.998,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.662.741,36	10.659.708,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários		58.852,29	44.931,03
Saldo do Exercício Anterior (V)		**11.868.146,54**	**11.478.898,10**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		11.868.146,54	11.478.898,10
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)		**203.404.894,82**	**168.832.020,97**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

DISPÊNDIOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Despesa Orçamentária (VII)		**155.963.812,53**	**136.896.332,63**
Recursos Não Vinculados		**64.919.731,95**	**46.771.547,95**
Recursos Não Vinculados		**64.919.731,95**	**46.771.547,95**
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		**91.044.080,58**	**90.124.784,68**
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)		**91.044.080,58**	**90.124.784,68**
Recursos Destinados à Educação		23.878.730,01	44.896.541,02
Recursos Destinados à Educação		23.878.730,01	44.896.541,02
Recursos Destinados à Saúde		28.615.649,19	28.635.438,86
Recursos Destinados à Saúde		28.615.649,19	28.635.438,86
Recursos Destinados à Seguridade Social		500.000,00	719.425,92
Recursos Destinados à Seguridade Social		500.000,00	719.425,92
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências		0,00	0,00
Demais Vinculações Legais		0,00	0,00
Demais Vinculações Legais		0,00	0,00
Outras Vinculações		38.049.701,38	15.873.378,88
Outras Vinculações		38.049.701,38	15.873.378,88
Recursos Vinculados ao RPPS		**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS		**0,00**	**0,00**
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		**8.694.343,42**	**6.284.599,65**
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)		**8.694.343,42**	**6.284.599,65**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		8.694.343,42	6.284.599,65
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		8.694.343,42	6.284.599,65
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares		0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		**0,00**	**0,00**
Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)		**0,00**	**0,00**
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)		**20.405.292,30**	**14.174.609,73**
Pagamentos Extraorçamentários (X)		**20.405.292,30**	**14.174.609,73**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.006.791,24	265.462,59
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.006.791,24	265.462,59
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		8.258.523,99	4.164.214,19
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		8.258.523,99	4.164.214,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.081.124,78	9.700.001,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.081.124,78	9.700.001,92
Outros Pagamentos Extraorçamentários		58.852,29	44.931,03
Outros Pagamentos Extraorçamentários		58.852,29	44.931,03
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		**22.271.224,75**	**11.868.146,54**
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)		**22.271.224,75**	**11.868.146,54**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		22.271.224,75	11.868.146,54
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)		22.271.224,75	11.868.146,54
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		**207.334.673,00**	**169.223.688,55**
TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)		**207.334.673,00**	**169.223.688,55**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	**100.376.851,74**	**15.294.775,61**	**85.082.076,13**	**87.356.313,49**	**13.784.994,04**	**73.571.319,45**
Recursos Não Vinculados	**100.376.851,74**	**15.294.775,61**	**85.082.076,13**	**87.356.313,49**	**13.784.994,04**	**73.571.319,45**
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	**81.707.314,24**	**18.132,23**	**81.689.182,01**	**60.951.531,58**	**0,00**	**60.951.531,58**
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	**81.707.314,24**	**18.132,23**	**81.689.182,01**	**60.951.531,58**	**0,00**	**60.951.531,58**
Recursos Vinculados à Educação	11.276.413,55	18.132,23	11.258.281,32	29.977.341,56	0,00	29.977.341,56
Recursos Vinculados à Educação	11.276.413,55	18.132,23	11.258.281,32	29.977.341,56	0,00	29.977.341,56
Recursos Vinculados à Saúde	15.250.685,13	0,00	15.250.685,13	12.263.323,25	0,00	12.263.323,25
Recursos Vinculados à Saúde	15.250.685,13	0,00	15.250.685,13	12.263.323,25	0,00	12.263.323,25
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	1.255.759,02	0,00	1.255.759,02
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	1.255.759,02	0,00	1.255.759,02
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	55.180.215,56	0,00	55.180.215,56	17.455.107,75	0,00	17.455.107,75
Outras Vinculações	55.180.215,56	0,00	55.180.215,56	17.455.107,75	0,00	17.455.107,75
Recursos Vinculados ao RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**182.084.165,98**	**15.312.907,84**	**166.771.258,14**	**148.307.845,07**	**13.784.994,04**	**134.522.851,03**
TOTAL	**182.084.165,98**	**15.312.907,84**	**166.771.258,14**	**148.307.845,07**	**13.784.994,04**	**134.522.851,03**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo Circulante		**22.389.609,36**	**14.609.160,11**
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.271.224,75	11.868.146,54
Créditos a Curto Prazo		118.384,61	2.687.922,12
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	53.091,45
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Total do Ativo Circulante		**22.389.609,36**	**14.609.160,11**
Ativo Não Circulante		**171.525.730,46**	**67.527.385,38**
Realizável a Longo Prazo		**87.375.536,62**	**3.521.880,29**
Créditos a Longo Prazo		87.375.536,62	3.521.880,29
Investimentos Temporários a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		84.150.193,84	64.005.505,09
Intangível		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		**171.525.730,46**	**67.527.385,38**
TOTAL DO ATIVO		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Passivo Circulante		**21.131.577,70**	**16.955.426,98**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		7.357.302,57	6.170.162,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		55.529,78	55.529,78
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		9.804.633,49	7.320.973,94
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		62.484,54	62.484,54
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		3.851.627,32	3.346.276,72
Demais Obrigações a Curto Prazo		3.851.627,32	3.346.276,72
Total do Passivo Circulante		**21.131.577,70**	**16.955.426,98**
Total do Passivo Circulante		**21.131.577,70**	**16.955.426,98**
Passivo Não Circulante		**20.627.984,46**	**22.012.115,34**
Passivo Não Circulante		**20.627.984,46**	**22.012.115,34**
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		15.863.420,11	16.070.988,12
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		15.863.420,11	16.070.988,12
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.764.564,35	5.941.127,22
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.764.564,35	5.941.127,22
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		**20.627.984,46**	**22.012.115,34**
Total do Passivo Não Circulante		**20.627.984,46**	**22.012.115,34**
Patrimônio Líquido		**152.155.777,66**	**43.169.003,17**
Patrimônio Líquido		**152.155.777,66**	**43.169.003,17**
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		152.155.777,66	43.169.003,17
Resultados Acumulados		152.155.777,66	43.169.003,17
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido		**152.155.777,66**	**43.169.003,17**
Total do Patrimônio Líquido		**152.155.777,66**	**43.169.003,17**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Ativo (I)		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**
Ativo (I)		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**
Ativo Financeiro		22.272.644,84	11.869.566,63
Ativo Financeiro		22.272.644,84	11.869.566,63
Ativo Permanente		171.642.694,98	70.266.978,86
Ativo Permanente		171.642.694,98	70.266.978,86
Total do Ativo		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**
Total do Ativo		**193.915.339,82**	**82.136.545,49**
Passivo (II)		**42.950.400,52**	**40.017.176,12**
Passivo (II)		**42.950.400,52**	**40.017.176,12**
Passivo Financeiro		22.266.886,28	17.949.531,00
Passivo Financeiro		22.266.886,28	17.949.531,00
Passivo Permanente		20.683.514,24	22.067.645,12
Passivo Permanente		20.683.514,24	22.067.645,12
Total do Passivo		**42.950.400,52**	**40.017.176,12**
Total do Passivo		**42.950.400,52**	**40.017.176,12**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		**150.964.939,30**	**42.119.369,37**
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		**150.964.939,30**	**42.119.369,37**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos		**113.197.969,83**	**76.635.393,46**
Atos Potenciais Ativos		**113.197.969,83**	**76.635.393,46**
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Garantias e Contragarantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		106.849.850,21	70.287.273,84
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		106.849.850,21	70.287.273,84
Direitos Contratuais		6.348.119,62	6.348.119,62
Direitos Contratuais		6.348.119,62	6.348.119,62
Outros atos potenciais ativo		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		**113.197.969,83**	**76.635.393,46**
Total dos Atos Potenciais Ativos		**113.197.969,83**	**76.635.393,46**
Atos Potenciais Passivos		**335.395.564,00**	**280.569.031,90**
Atos Potenciais Passivos		**335.395.564,00**	**280.569.031,90**
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		948.289,32	948.289,32
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		948.289,32	948.289,32
Obrigações contratuais		334.447.274,68	279.620.742,58
Obrigações contratuais		334.447.274,68	279.620.742,58
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		**335.395.564,00**	**280.569.031,90**
Total dos Atos Potenciais Passivos		**335.395.564,00**	**280.569.031,90**
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS		**-222.197.594,17**	**-203.933.638,44**
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS		**-222.197.594,17**	**-203.933.638,44**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

FONTES DE RECURSOS	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS		-9.947.961,90	-12.645.777,44
501 OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS		70.000,00	0,00
502 RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS		20.650,45	1.732,63
540 TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		-2.203.708,14	-2.919.613,32
550 TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO		0,00	668.745,73
552 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)		24.447,92	114.570,52
553 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)		0,00	107.387,47
569 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE		87.181,38	-185.388,96
571 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO		2.552.743,30	327.792,72
575 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO		-101.515,94	46.906,88
599 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		259.580,34	738.490,69
600 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS		2.214.124,92	640.222,75
601 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO D		18.739,69	182.531,21
602 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS		63.167,83	63.167,83
605 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS PISOS SALARIAIS PARA PROFISSIO		34.090,24	96.883,08
621 TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL		653.539,20	-413.401,04
631 TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE		71,24	71,24
659 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		219.743,23	-12.967,22
660 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS		113.377,06	-45.022,72
661 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		8.315,67	657.448,61
665 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		71,17	71,17
669 OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		24.360,95	24.360,95
700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO		80.912,68	545.073,20
701 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS		1.962.869,60	2.791.877,21
704 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		3.521,45	511.233,78
706 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO		3.289.119,96	122.441,36
707 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - INCISO I DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR 173/2020		466,56	284.466,56
708 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS		28.990,73	0,00
709 TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS		0,10	0,00
710 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS		511,34	142,15
711 DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS		270.496,24	726.010,38
749 OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS		0,39	12,66
750 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE		45.050,89	68.849,74
751 RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		0,00	923.182,98
759 RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS		0,00	39.524,19
899 OUTROS RECURSOS VINCULADOS		212.800,01	459.008,64
Total das Fontes de Recursos		**5.758,56**	**-6.079.964,37**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**429.939.781,90**	**238.918.047,69**
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria		62.166.895,65	53.170.634,49
Contribuições		436.522,38	328.726,23
Exploração e Venda de Bens Serviços e Direitos		531.195,00	305.990,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		25.789.610,52	69.555.734,29
Transferências e Delegações Recebidas		170.041.527,54	112.165.655,92
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		0,00	3.018.860,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		170.974.030,81	372.445,84
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		**429.939.781,90**	**238.918.047,69**
Pessoal e Encargos		43.280.919,96	40.961.282,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		29.500,00	25.736,00
Uso de Bens Serviços e Consumo de Capital Fixo		115.443.996,87	74.048.042,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0,00	3.231,68
Transferências e Delegações Concedidas		20.369.425,79	16.163.535,18
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		140.310.565,46	455.272.867,56
Tributárias		334.592,95	306.202,11
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.184.006,38	965.908,36
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		**320.953.007,41**	**587.746.805,78**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		**108.986.774,49**	**-348.828.758,09**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

NOTA I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos	60.943.842,22	50.023.937,93
Taxas	1.223.053,43	3.146.696,56
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**62.166.895,65**	**53.170.634,49**
NOTA II - CONTRIBUIÇÕES	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	436.522,38	328.726,23
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	**436.522,38**	**328.726,23**
NOTA III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	531.195,00	305.990,00
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	531.195,00	305.990,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**531.195,00**	**305.990,00**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**531.195,00**	**305.990,00**
NOTA IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	24.637.387,38	68.765.623,91
Juros e Encargos de Mora	24.637.387,38	68.765.623,91
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.152.223,14	790.110,38
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.152.223,14	790.110,38
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**25.789.610,52**	**69.555.734,29**
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**25.789.610,52**	**69.555.734,29**
NOTA V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	169.841.527,54	112.165.655,92
Transferências Intergovernamentais	169.841.527,54	112.165.655,92
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	200.000,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	200.000,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	**170.041.527,54**	**112.165.655,92**
Transferências e Delegações Recebidas	**170.041.527,54**	**112.165.655,92**
NOTA VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	2.304.865,05
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	2.304.865,05

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

Desincorporação de Passivos	0,00	713.995,87
Desincorporação de Passivos	0,00	713.995,87
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**0,00**	**3.018.860,92**
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	**0,00**	**3.018.860,92**
NOTA VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
VPA a classificar	135.874,63	113.015,84
VPA a classificar	135.874,63	113.015,84
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	138.042.840,33	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	138.042.840,33	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32.795.315,85	259.430,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32.795.315,85	259.430,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**170.974.030,81**	**372.445,84**
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**170.974.030,81**	**372.445,84**
NOTA VIII - PESSOAL E ENCARGOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Remuneração a Pessoal	37.956.883,80	35.161.985,31
Remuneração a Pessoal	37.956.883,80	35.161.985,31
Encargos Patronais	5.324.036,16	5.799.296,74
Encargos Patronais	5.324.036,16	5.799.296,74
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Pessoal e Encargos	**43.280.919,96**	**40.961.282,05**
Pessoal e Encargos	**43.280.919,96**	**40.961.282,05**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

NOTA IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Beneficios de Prestação Continuada	0,00	3.636,00
Beneficios de Prestação Continuada	0,00	3.636,00
Beneficios Eventuais	0,00	0,00
Beneficios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Beneficios Previdenciários e Assistenciais	29.500,00	22.100,00
Outros Beneficios Previdenciários e Assistenciais	29.500,00	22.100,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**29.500,00**	**25.736,00**
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**29.500,00**	**25.736,00**

NOTA X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Uso de Material de Consumo	16.165.845,50	13.941.834,54
Uso de Material de Consumo	16.165.845,50	13.941.834,54
Serviços	99.278.151,37	59.026.323,66
Serviços	99.278.151,37	59.026.323,66
Depreciação Amortização e Exaustão	0,00	1.079.884,64
Depreciação Amortização e Exaustão	0,00	1.079.884,64
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**115.443.996,87**	**74.048.042,84**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**115.443.996,87**	**74.048.042,84**

NOTA XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	3.231,68
Juros e Encargos de Mora	0,00	3.231,68
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte ao Banco Central	0,00	0,00
Aporte ao Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**0,00**	**3.231,68**
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**0,00**	**3.231,68**

NOTA XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Transferências Intragovernamentais	8.694.343,42	6.284.599,65
Transferências Intragovernamentais	8.694.343,42	6.284.599,65
Transferências Intergovernamentais	11.135.075,27	9.341.983,44
Transferências Intergovernamentais	11.135.075,27	9.341.983,44
Transferências a Instituições Privadas	233.750,00	228.250,00
Transferências a Instituições Privadas	233.750,00	228.250,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	306.257,10	308.702,09
Transferências a Consórcios Públicos	306.257,10	308.702,09
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	**20.369.425,79**	**16.163.535,18**
Transferências e Delegações Concedidas	**20.369.425,79**	**16.163.535,18**

NOTA XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	451.713.408,10
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	451.713.408,10
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	140.310.565,46	3.559.459,46
Desincorporação de Ativos	140.310.565,46	3.559.459,46
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**140.310.565,46**	**455.272.867,56**
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	**140.310.565,46**	**455.272.867,56**
NOTA XIV - TRIBUTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	334.592,95	306.202,11
Contribuições	334.592,95	306.202,11
Total de VPD Tributárias	**334.592,95**	**306.202,11**
Total de VPD Tributárias	**334.592,95**	**306.202,11**
NOTA XV - CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	**0,00**	**0,00**
NOTA XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Premiações	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.184.006,38	965.908,36
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.184.006,38	965.908,36
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.184.006,38**	**965.908,36**
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**1.184.006,38**	**965.908,36**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		**183.502.936,36**	**136.548.378,20**
Receita Tributária		35.429.328,83	29.895.269,69
Receita de Contribuições		436.522,38	328.726,23
Receita Patrimonial		531.195,00	305.990,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades		1.152.223,14	790.110,38
Outras Receitas Derivadas e Originárias		883.403,93	379.082,25
Transferências recebidas		133.348.669,43	94.144.560,52
Outros Ingressos Operacionais		11.721.593,65	10.704.639,13
Desembolsos		**178.094.005,94**	**125.726.559,80**
Pessoal e demais despesas		154.374.853,39	106.176.671,40
Juros e encargos da dívida		0,00	0,00
Transferências concedidas		3.884.832,06	3.520.355,80
Outros desembolsos operacionais		19.834.320,49	16.029.532,60
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		**5.408.930,42**	**10.821.818,40**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		**25.427.782,84**	**8.679.111,96**
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		25.427.782,84	8.679.111,96
Desembolsos		**19.109.601,09**	**17.374.235,58**
Aquisição de ativo não circulante		19.104.051,09	17.288.814,45
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		5.550,00	85.421,13
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		**6.318.181,75**	**-8.695.123,62**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		**1.324.033,96**	**1.782.400,15**
Amortização /Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		1.324.033,96	1.782.400,15
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		**-1.324.033,96**	**-1.782.400,15**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		**10.403.078,21**	**344.294,63**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		11.868.146,54	11.478.898,10
Caixa e Equivalente de caixa final		22.271.224,75	11.868.146,54

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		**133.348.669,43**	**94.144.560,52**
Intergovernamentais		**114.505.175,57**	**77.384.198,63**
da União		47.254.270,05	40.906.767,05
de Estados e Distrito Federal		67.250.905,52	36.477.431,58
de Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		0,00	0,00
Outras transferências recebidas		18.843.493,86	16.760.361,89
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		**3.884.832,06**	**3.520.355,80**
Intergovernamentais		**261.483,75**	**260.013,00**
a União		0,00	0,00
a Consórcios Públicos		261.483,75	260.013,00
a Consórcios Públicos		261.483,75	260.013,00
a Municípios		0,00	0,00
a Municípios		0,00	0,00
Intragovernamentais		3.361.393,31	2.979.085,36
Intragovernamentais		3.361.393,31	2.979.085,36
Outras transferências concedidas		261.955,00	281.257,44
Outras transferências concedidas		261.955,00	281.257,44

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Legislativa		0,00	0,00
Legislativa		0,00	0,00
Judiciária		0,00	0,00
Judiciária		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		32.583.332,77	26.589.231,18
Administração		32.583.332,77	26.589.231,18
Defesa Nacional		0,00	0,00
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		4.765.231,49	3.876.544,03
Assistência Social		4.765.231,49	3.876.544,03
Previdência Social		0,00	0,00
Previdência Social		0,00	0,00
Saúde		36.363.966,86	25.911.639,90
Saúde		36.363.966,86	25.911.639,90
Trabalho		0,00	0,00
Trabalho		0,00	0,00
Educação		35.628.336,70	29.716.771,08
Educação		35.628.336,70	29.716.771,08
Cultura		11.290.774,72	3.759.863,26
Cultura		11.290.774,72	3.759.863,26
Direitos da Cidadania		0,00	0,00
Direitos da Cidadania		0,00	0,00
Urbanismo		10.991.938,60	6.588.509,50
Urbanismo		10.991.938,60	6.588.509,50
Habitação		0,00	0,00
Habitação		0,00	0,00
Saneamento		0,00	0,00
Saneamento		0,00	0,00
Gestão Ambiental		22.763,00	6.040,00
Gestão Ambiental		22.763,00	6.040,00
Ciência e Tecnologia		646.494,17	273.153,75
Ciência e Tecnologia		646.494,17	273.153,75
Agricultura		4.606.558,65	3.025.646,90
Agricultura		4.606.558,65	3.025.646,90
Organização Agrária		0,00	0,00
Organização Agrária		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		0,00	0,00
Comércio e Serviços		0,00	0,00
Comunicações		0,00	0,00
Comunicações		0,00	0,00
Energia		132.000,00	149.418,50
Energia		132.000,00	149.418,50
Transporte		15.852.412,04	5.676.351,73
Transporte		15.852.412,04	5.676.351,73
Desporto e Lazer		1.491.044,39	603.501,57
Desporto e Lazer		1.491.044,39	603.501,57
Encargos Especiais		0,00	0,00
Encargos Especiais		0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**154.374.853,39**	**106.176.671,40**
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**154.374.853,39**	**106.176.671,40**

PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARAES MT
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEZEMBRO/2024

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCICÍO ANTERIOR
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**0,00**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1129-2025 - CREDITO SUPERAVIT - LEI MUN. NO. 1093_2024

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 1129/2025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor MARCOS FERNANDO FELDHAUS, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1093/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.145.259,11 (um milhão cento e quarenta e cinco mil duzentos e cinqüenta e nove reais e onze centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Superávit financeiro

Cód. red.: 14	02.001.04.122.0002.2002.4.4.90.52.2.500.0000000		290.600,00
		Sub-Total:	**290.600,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Superávit financeiro

Cód. red.: 126	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.30.2.550.0000000		21.281,37
Cód. red.: 136	05.002.12.365.0006.1019.4.4.90.52.2.569.0000000		9.199,00
Cód. red.: 140	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.30.2.550.0000000		20.951,21
		Sub-Total:	**51.431,58**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit financeiro

Cód. red.: 255	06.002.10.122.0017.2026.3.3.90.30.2.500.1002000		229,08
Cód. red.: 256	06.002.10.122.0017.2026.3.3.90.33.2.500.1002000		816,54
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.600.0000600		421,48
Cód. red.: 315	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.2.621.0000603		10.000,00
Cód. red.: 315	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.2.621.3110000		6.069,06
		Sub-Total:	**17.536,16**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 427	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.11.2.660.0000000		7.316,14
Cód. red.: 430	07.002.08.244.0008.2042.3.1.91.13.2.660.0000000		1.328,37
Cód. red.: 436	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.46.2.660.0000000		550,00
Cód. red.: 442	07.002.08.244.0008.2091.3.3.90.39.2.661.0000000		4.618,00
		Sub-Total:	**13.812,51**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Superávit financeiro

Cód. red.: 484	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.30.2.701.0000000		761.338,00
		Sub-Total:	**761.338,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Superávit financeiro

Cód. red.: 551	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.2.709.0000000		7.918,86
		Sub-Total:	**7.918,86**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Superávit financeiro

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.: 590	10.002.06.181.0005.2057.3.3.90.30.2.501.0000000		2.622,00
		Sub-Total:	**2.622,00**
		Total Parcial Suplementado:	**1.145.259,11**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 6 de março de 2025

MARCOS FERNANDO FELDHAUS
CPF: 032.253.511-56
Prefeito (a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1130-2025 - CREDITO ESPECIAL - LEI MUN. NO. 1113_2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 1130/2025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor MARCOS FERNANDO FELDHAUS, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1113/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para inclusão de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente, conforme segue:

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 681	06.002.10.122.0002.2067.3.3.90.46.1.500.1002000		7.000,00
		Sub-Total:	**7.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 683	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.46.1.500.0000000		11.000,00
		Sub-Total:	**11.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 682	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.46.1.500.0000000		16.000,00
		Sub-Total:	**16.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**34.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 283	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.14.1.500.1002000		7.000,00
		Sub-Total:	**7.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 516	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.46.1.500.0000000		27.000,00
		Sub-Total:	**27.000,00**
		Total Parcial Reduzido:	**34.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 10 de março de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

MARCOS FERNANDO FELDHAUS
CPF: 032.253.511-56
Prefeito (a)

SECRETARIA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO Nº 003/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 17 de abril de 2025 na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Art. 1º APROVAR o 3º RQDA – Relatório Quadrimestral Detalhado Anterior 2024 em Cláudia/MT.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em Contrário

CMS- Cláudia, MT em 17 de abril de 2025.

Isaias Cavalcante da Silva

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1131-2025 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 1114_2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 1131/2025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor MARCOS FERNANDO FELDHAUS, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1114/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.023.000,00 (um milhão vinte e três mil reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 95	05.001.12.364.0006.1014.3.3.50.41.1.500.1001000		349.000,00
		Sub-Total:	**349.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 355	06.002.10.303.0021.2073.3.3.71.70.1.500.1002000		580.000,00
		Sub-Total:	**580.000,00**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 631	11.001.27.812.0007.1053.4.4.90.52.1.500.0000000		94.000,00
		Sub-Total:	**94.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**1.023.000,00**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 86	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.37.1.500.1001000		8.000,00
		Sub-Total:	**8.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 107	05.002.12.361.0006.1010.4.4.90.51.1.500.1001000		90.000,00
Cód. red.: 108	05.002.12.361.0006.1012.4.4.90.52.1.500.1001000		42.000,00
Cód. red.: 123	05.002.12.361.0006.2009.4.4.90.52.1.500.1001000		5.000,00
		Sub-Total:	**137.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 334	06.002.10.302.0019.2073.3.3.71.70.1.500.1002000		580.000,00
		Sub-Total:	**580.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 502	08.001.15.451.0005.2053.4.4.90.39.1.751.0000000		64.000,00
Cód. red.: 503	08.001.15.451.0005.2053.4.4.90.51.1.500.0000000		20.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

		Sub-Total:	**84.000,00**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 538	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.30.1.500.0000000		30.000,00
Cód. red.: 539	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.39.1.500.0000000		30.000,00
Cód. red.: 540	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.51.1.500.0000000		30.000,00
Cód. red.: 541	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.52.1.500.0000000		30.000,00
		Sub-Total:	**120.000,00**
Órgão:	**11 - SEC. ESPORTE E LAZER**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 624	11.001.27.812.0007.1050.4.4.90.51.1.500.0000000		94.000,00
		Sub-Total:	**94.000,00**
		Total Parcial Reduzido:	**1.023.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 10 de março de 2025

MARCOS FERNANDO FELDHAUS
CPF: 032.253.511-56
Prefeito (a)

CONTABILIDADE
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00003-2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 003/2025

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .

O Senhor MARCOS FERNANDO FELDHAUS, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1093/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal 1093/2024 autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 467.622,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e vinte e dois reais) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 35	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.33.1.501.0000000		450,00
Cód. red.: 38	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.37.1.501.0000000		107.000,00
		Sub-Total:	**107.450,00**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 60	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.33.1.501.0000000		820,00
		Sub-Total:	**820,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 76	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.540.1070000		25.000,00
		Sub-Total:	**25.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 114	05.002.12.361.0006.2009.3.1.90.94.1.540.1070000		5.000,00
Cód. red.: 117	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.1.553.0000000		29.000,00
Cód. red.: 119	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.759.0000701		7.005,00
Cód. red.: 129	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.39.1.500.1001000		3.000,00
Cód. red.: 140	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.30.1.540.0000000		6.075,00
Cód. red.: 140	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.30.1.550.0000000		17.000,00
		Sub-Total:	**67.080,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 276	06.002.10.301.0018.1024.4.4.90.52.1.600.0000600		1.899,00
Cód. red.: 280	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.94.1.500.1002000		15.000,00
Cód. red.: 284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.600.0000600		46.945,00
Cód. red.: 287	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.34.1.600.0000600		11.100,00
Cód. red.: 289	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.600.0000600		66.000,00
Cód. red.: 290	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.600.0000600		16.905,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.: 315	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.621.0000603		470,00
Cód. red.: 316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.33.1.600.0000603		11.410,00
Cód. red.: 319	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.621.0000603		970,00
Cód. red.: 326	06.002.10.302.0019.2035.3.3.90.30.1.621.0000603		225,00
Cód. red.: 350	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.32.1.600.0000602		8.343,00
Cód. red.: 353	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.91.1.600.0000602		630,00
		Sub-Total:	**179.897,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 457	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.46.1.500.0000000		5.375,00
		Sub-Total:	**5.375,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 463	07.003.08.243.0008.2049.3.1.90.13.1.500.0000000		4.000,00
		Sub-Total:	**4.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 528	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.30.1.501.0000000		1.000,00
Cód. red.: 531	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.39.1.709.0000000		64.000,00
Cód. red.: 532	08.001.15.452.0005.1036.4.4.90.52.1.700.0000000		10.000,00
		Sub-Total:	**75.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 550	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.37.1.709.0000000		3.000,00
		Sub-Total:	**3.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**467.622,00**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 35	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.33.1.500.0000000		450,00
Cód. red.: 38	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.37.1.500.0000000		107.000,00
		Sub-Total:	**107.450,00**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 60	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.33.1.500.0000000		820,00
		Sub-Total:	**820,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 76	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.11.1.500.1001000		25.000,00
		Sub-Total:	**25.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 114	05.002.12.361.0006.2009.3.1.90.94.1.540.0000000		5.000,00
Cód. red.: 117	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.30.1.500.1001000		29.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.:	119	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.500.1001000		7.005,00
Cód. red.:	129	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.39.1.550.0000000		3.000,00
Cód. red.:	140	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.30.1.500.1001000		23.075,00
			Sub-Total:	**67.080,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.1024.4.4.90.52.1.500.1002000		1.899,00
Cód. red.:	280	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.94.1.600.0000600		15.000,00
Cód. red.:	284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.500.1002000		36.945,00
Cód. red.:	284	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.621.0000600		10.000,00
Cód. red.:	287	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.34.1.500.1002000		11.100,00
Cód. red.:	289	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.500.1002000		66.000,00
Cód. red.:	290	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.500.1002000		16.905,00
Cód. red.:	315	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.500.1002000		470,00
Cód. red.:	316	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.33.1.500.1002000		11.410,00
Cód. red.:	319	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.1.500.1002000		970,00
Cód. red.:	326	06.002.10.302.0019.2035.3.3.90.30.1.500.1002000		225,00
Cód. red.:	350	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.32.1.500.1002000		8.343,00
Cód. red.:	353	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.91.1.500.1002000		630,00
			Sub-Total:	**179.897,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	457	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.46.1.660.0000000		5.375,00
			Sub-Total:	**5.375,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	463	07.003.08.243.0008.2049.3.1.90.13.1.660.0000000		4.000,00
			Sub-Total:	**4.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	528	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.30.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.:	531	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.39.1.500.0000000		64.000,00
Cód. red.:	532	08.001.15.452.0005.1036.4.4.90.52.1.500.0000000		10.000,00
			Sub-Total:	**75.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	550	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.37.1.500.0000000		3.000,00
			Sub-Total:	**3.000,00**
			Total Parcial Reduzido:	**467.622,00**

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 891/2021.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 6 de março de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

MARCOS FERNANDO FELDHAUS
CPF: 032.253.511-56
Prefeito (a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 1128-2025 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 1093_2024

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 1128/2025

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor MARCOS FERNANDO FELDHAUS, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1093/2024, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 95.917,00 (noventa e cinco mil novecentos e dezessete reais) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 85	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.36.1.500.1001000		800,00
		Sub-Total:	**800,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 141	05.002.12.365.0006.2011.3.3.90.36.1.500.1001000		14.047,00
		Sub-Total:	**14.047,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 184	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.46.1.540.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 294	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.91.1.500.1002000		4.200,00
Cód. red.: 322	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.93.1.500.1002000		3.100,00
Cód. red.: 332	06.002.10.302.0019.2036.3.3.90.39.1.500.1002000		5.000,00
Cód. red.: 349	06.002.10.303.0021.2029.3.3.90.30.1.621.0000602		270,00
Cód. red.: 368	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.13.1.500.1002000		1.000,00
Cód. red.: 370	06.002.10.305.0020.2031.3.1.91.13.1.500.1002000		1.000,00
		Sub-Total:	**14.570,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 383	07.001.08.032.0002.2066.3.3.90.14.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 384	07.001.08.032.0002.2066.3.3.90.30.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 528	08.001.15.452.0004.2054.3.3.90.30.1.501.0000000		1.500,00
		Sub-Total:	**1.500,00**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 590	10.002.06.181.0005.2057.3.3.90.30.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**95.917,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão:	**05 - SEC. EDUCAÇÃO**		
Unidade:	**001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 82	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.30.1.500.1001000		800,00
		Sub-Total:	**800,00**
Órgão:	**05 - SEC. EDUCAÇÃO**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 119	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.500.1001000		14.047,00
		Sub-Total:	**14.047,00**
Órgão:	**05 - SEC. EDUCAÇÃO**		
Unidade:	**004 - FUNDEB 30**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 175	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.04.1.540.0000000		50.000,00
		Sub-Total:	**50.000,00**
Órgão:	**06 - SEC. SAÚDE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 255	06.002.10.122.0017.2026.3.3.90.30.1.500.1002000		12.570,00
Cód. red.: 268	06.002.10.301.0002.1060.4.4.90.30.1.500.1002000		2.000,00
		Sub-Total:	**14.570,00**
Órgão:	**07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 399	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.37.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 404	07.001.08.122.0002.2045.3.3.91.97.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**10.000,00**
Órgão:	**08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
Unidade:	**001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 484	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.30.1.500.0000000		1.500,00
		Sub-Total:	**1.500,00**
Órgão:	**10 - SEC. MEIO AMBIENTE**		
Unidade:	**002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**		
Anulação parcial ou total de dotação			
Cód. red.: 603	10.002.18.542.0004.1130.3.3.90.30.1.500.0000000		5.000,00
		Sub-Total:	**5.000,00**
		Total Parcial Reduzido:	**95.917,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cláudia, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 6 de março de 2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

MARCOS FERNANDO FELDHAUS
CPF: 032.253.511-56
Prefeito (a)

SECRETARIA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO Nº 002/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 17 de abril de 2025 na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Art. 1º APROVAR o Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024 em Cláudia/MT.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em Contrário

CMS- Cláudia, MT em 17 de abril de 2025.

Isaias Cavalcante da Silva

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

LICITAÇÃO
ERRATA DO CONTRATO 48/2023

DA PUBLICAÇÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 2025, JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO, N° 4. 719, PAG. 283

ONDE SE LÊ:

ERRATA AO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 11/2021

LEIA-SE:

ERRATA DO CONTRATO 48/2023

SECRETARIA DOS CONSELHOS
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT

RESOLUÇÃO Nº 004/2025

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS do Município de Cláudia, Estado e Mato Grosso na reunião ordinária ocorrida no dia 17 de abril de 2025 na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Resolve:

Art. 1º APROVAR a Emenda Estadual nº 195/2025 do Deputado Carlos Avallone no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para Aquisição de Veículo de Passeio, Cadeira Odontológica e Equipamentos Odontológicos para o PSF 4 – José Celoni em Cláudia/MT.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em Contrário

CMS- Cláudia, MT em 17 de abril de 2025.

Isaias Cavalcante da Silva

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _189/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor"SERGIO JACINTO DA SILVA".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor do servidor Sr. SERGIO JACINTO DA SILVA, portador da matricula n. 55, efetivo, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 07/04/2025 e término em 09/04/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 07/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _188/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre odeferimento de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora"RAQUEL APARECIDA DO AMARAL".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º DEFERIR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE em favor da servidora Sra. RAQUEL APARECIDA DO AMARAL, portadora da matricula n. 367, efetiva, no cargo de COZINHEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 15/04/2025 e término em 25/04/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 15/04/2025, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _187/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

" Dispõe sobre odeferimento de benefício de auxilio doença em favor da servidora "MARCIA NAVEGANTE FRANCO DOS SANTOS".

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 94º da Lei nº 2408/2010.

Resolve,

Art. 1º Deferir o benefício de Auxílio Doença em favor do servidor em favor da servidora Sra. MARCIA NAVEGANTE FRANCO DOS SANTOS, portadora da matricula n. 395, efetiva, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMA-

GEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 25/03/2025 e término em 28/03/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 25/03/2025, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
TERMOS ADITIVOS AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 019/2024.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Colíder-MT**. Contratada: **VALDEMAR PAGLIOSA CAON ME**. Instrumento Vinculante: Pregão Presencial nº 017/2023. **Objeto:** Aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras do município de Colíder/MT. **DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** Fica acrescentada a Cláusula Quinta – do Prazo de Vigência do Contrato Original, o prazo de *08 (oito)* meses, terminando o prazo de vigência do contrato em **31 de dezembro de 2025.** Data de Assinatura: 11/04/2025.

SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 020/2024.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Colíder-MT**. Contratada: **GENÉZIO FERREIRA DE SOUZA ME**. Instrumento Vinculante: Pregão Presencial nº 017/2023. **Objeto: Aquisição de tubos de concreto para drenagem pluvial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras do município de Colíder/MT. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA** Fica acrescentada a Cláusula Quinta – do Prazo de Vigência do Contrato Original, o prazo de 08 (oito) meses, terminando o prazo de vigência do contrato em **31 de dezembro de 2025.** Data de Assinatura: 11/04/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2025

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, através do seu Prefeito Municipal, Sr. **RODRIGO LUIZ BENASSI**, comunica a quem possa interessar, que após a análise detalhada dos elementos constantes nos autos do processo, **RATIFICOU**, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, a DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2025 e **AUTORIZOU** a contratação da empresa **CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 49.999.622/0001-64, para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colider/MT, perfazendo o valor total da contratação em **R$ 45.500,00** (quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Colider-MT, 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2025

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, torna público, para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da Publicação doextrato do **CONTRATO Nº 036/2025**, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no dia 17 de abril de 2025, Edição nº 4.719, na página nº 288; e no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no dia 17 de abril de 2025, Edição nº 28.973, na página 285; tornando SEM EFEITO as mencionadas publicações, por terem sido publicadas indevidamente.

Colider-MT, 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
DECRETO Nº 70/2025

DECRETO Nº 70/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE COLÍDER-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico elaborado em parceria com o TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento dos princípios basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Colíder-MT, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez

a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar como membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego, Renda e Turismo: **Lourenço Aparecido Marani**,

II. Secretário Municipal de Fazenda e Administração: **Leandro Kessler,**

III. Secretária Municipal de Assistência Social: **Michele Schenkel**,

IV. Secretário Municipal de Educação: **Sidnei da Silva Carvalho**,

V. Secretária Municipal de Saúde e Saneamento: **Mara Lemos Martins**,

VI. Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária: **Felipe Galadinovic do Vale Bachiega,**

VII. Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo: **Adriano Ribeiro de Santana,**

VIII. Coordenadora do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico – GPE: **Rosângela Romano Ferreira da Silva.**

ART. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do Controle Interno Municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2025.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
14/05/2025	13h30	Auditório do Previ-Lider
18/06/2025	13h30	Auditório do Previ-Lider
20/08/2025	13h30	Auditório do Previ-Lider
22/10/2025	13h30	Auditório do Previ-Lider
10/12/2025	13h30	Auditório do Previ-Lider

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO - PORTARIA SMFA Nº 184/2025 – FISCAL DE CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, torna público, para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da Publicação da **PORTARIA SMFA Nº 184/2025 – FISCAL DE CONTRATO**, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no dia 17 de abril de 2025, Edição nº 4.719, na página nº 288; tornando SEM EFEITO a mencionada publicação, por ter sido publicada indevidamente.

Colider-MT, 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025-SRP

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes, pães e hortifrutigranjeiros para serem utilizados na composição do cardápio da MERENDA ESCOLAR distribuída aos alunos das escolas municipais de Colíder-MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas: **CASA DE CARNE E MERCADO MARIPA ROMA LTDA EPP** – ITENS: 1, 2, 7, 12, 13, 14, 16, 18, 29, 44, 52, 53, 55, 56, 65, 99, 107, 108, 111, 112, 122, 126, 130, 132 – VL. TOTAL: R$ 841.214,00; **CBA FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACEUTICOS LTDA ME** – ITEM: 34 – VL. TOTAL: R$ 35.000,00; **COMERCIAL LUAR LTDA EPP** – ITENS: 8, 9, 10, 35, 47, 48, 49, 50, 75, 100, 106, 109, 110, 123, 140 – VL TOTAL: R$ 247.691,00; **FACEBURGUER LTDA ME** – ITENS: 117, 118, 119, 120, 121 – VL. TOTAL: R$ 356.980,00; **IVAN DIAS LINS ME** – ITENS: 3, 4, 5, 6, 23, 24, 25, 26, 33, 38, 51, 54, 78, 84, 85, 87, 91, 93, 96, 98, 104, 105, 114, 115, 124, 135, 137 – VL TOTAL: R$ 955.203,00; **J. ASSIS & CIA LTDA ME** – ITENS: 31, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 60, 64, 71, 76, 77, 79, 80, 82, 86, 90, 94, 95, 97, 103, 113, 125, 141 – VL. TOTAL: R$ 727.597,00; **LAERCIO BATISTA DA SILVA ME** – ITENS: 15, 17, 19, 20, 21, 22, 73, 116, 129, 136, 139 – VL. TOTAL: R$ 755.512,00; **LC COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA EPP** – ITEM: 30 – VL. TOTAL: R$ 11.235,00; **MORAES DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA EPP** – ITENS: 11, 43 – VL. TOTAL: R$ 29.360,00; **SCARPIN EMBALAGENS E ARTIGOS DE FESTAS LTDA EPP** – ITENS: 27, 28, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 81, 83, 88, 89, 92, 101, 102, 127, 128, 131, 133, 134, 138 – VL. TOTAL: R$ 1.506.575,00.

Colider-MT, 17 de abril de 2025.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 369/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a servidora, **IVANA NAIARA BONJOUR**, portadora da matricula nº. 7491, do cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 368/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** o servidor, **MARLON ALBERGHINI GONÇALVES**, portador da matricula nº. 7406, do cargo em comissão de **ASSESSOR JURIDICO**, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete, Governo e Comunicação, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 367/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR,** a servidora, **PAMELLA SUELLEN SANTOS TEIXEIRA**, portadora da matricula nº. 7399, do cargo em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO - RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2025

A Prefeitura Municipal de Colider-MT, torna público, para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da Publicação do RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2025, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no dia 16 de abril de 2025, Edição nº 4.718, na página nº 502; no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no dia 16 de abril de 2025, Edição nº 28.972, na página 252; e no Diário do Estado de Mato Grosso (Jornal de grande circulação), no dia 16 de abril de 2025, Edição 1524, na página 05 – Classificados; tornando SEM EFEITO as mencionadas publicações, por terem sido publicadas indevidamente.

Colider-MT, 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
DECRETO Nº 069/2025

DECRETO Nº 069/2025

Súmula: REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.129/2021, QUE DISPÕE SOBRE O GOVERNO DIGITAL, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, o disposto art. 37 da Constituição Federal, que estabelece o princípio da eficiência na Administração Pública e as disposições da Lei Federal 14.129/2021, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o governo digital e o aumento da eficiência pública;

CONSIDERANDO, a necessidade do Município em instituir o Programa de Governo Digital.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal de Colíder – MT, o Programa Municipal de Governo Digital.

Art. 2º - O Programa Municipal de Governo Digital terá as seguintes diretrizes:

I - a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;

II - ampliação da oferta de serviços digitais;

III - aproximação entre a gestão municipal e o cidadão;

IV - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão digital, diminuindo as desigualdades e evitando a burocratização de serviços;

V - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão, mediante serviços digitais acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

VI - uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

VII - a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

VIII - a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 3º - A Secretaria de Fazenda e Administração, em parceria com os órgãos e departamentos da Administração Direta, e demais entidades envolvidas na prestação e no controle dos serviços públicos terão ação integrada com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço, bem como nos termos da Lei Federal nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), bem como na regulamentação no âmbito deste município através do Decreto nº 22/2024.

CAPÍTULO II

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 4º - As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos municipais, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:

I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;

II - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital poderão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial do município, com a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

§ 3º As Plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), bem como na regulamentação no âmbito deste município, através do Decreto nº 22/2024.

Art. 5º - Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:

I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente os referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;

II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;

IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V - aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital;

Art. 6º - Os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos buscarão oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 7º - São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II - atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;

III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas.

CAPÍTULO IV

DA INTEROPERABILIDADE DE DADOS ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS

Art. 8º - Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:

I - a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal n.º 13.709, de 2018 e a regulamentação deste município.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - O acesso para o uso de serviços públicos poderá ser garantido, total ou parcialmente pela Administração Pública Municipal, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços.

Art. 10º - A implementação dos serviços digitais dar-se-á de forma gradativa, de acordo com o desenvolvimento das ferramentas que garantam o acesso aos cidadãos.

Art. 11º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, 17 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 375/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, o senhor, **MARLON ALBERGHINI GONCALVES,** para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO I**, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete, Governo e Comunicação, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE GABINETE, GOVERNO E COMUNICACAO
DECRETO Nº 068/2025

DECRETO Nº 068/2025

Súmula: REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 12.527/2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O Excelentíssimo Senhor **RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 5º, inc. XXXIII; artigo 37, § 3º, inc. II, da Constituição Federal de 1988, que preveem normas constitucionais sobre a garantia de acesso a informações;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula em âmbito infraconstitucional a garantia de acesso a informações; e

CONSIDERANDO, a necessidade de disciplinar o acesso a informações em âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidos os procedimentos para a garantia do acesso à informação por pessoa física ou jurídica, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º - Os órgãos do poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da Administração Pública e as diretrizes previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para a produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa - todas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do município, assim como aquelas cujo acesso possa prejudicar a tutela de interesses do município;

IV - informação de interesse público - aquela que seja correlata a estrutura organizacional do município de Colíder, assim como a que se refira ao acesso aos serviços públicos, locais de atendimento ao público, bem como a relação de despesas, repasses e transferências, incluindo-se neste as-

pecto os procedimentos licitatórios, desapropriatórios, convênios e contratos administrativos firmados pelo município de Colíder;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - SIC - Serviço de Informação ao Cidadão - Serviço responsável pelo recebimento, processamento e fornecimento das informações, podendo ser acessado via Protocolo Geral do Município de Colíder ou via sítio eletrônico (www.colider.mt.gov.br);

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

SEÇÃO I

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

Art. 4º - O acesso a informações públicas é assegurado mediante a criação do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, que é vinculado à Ouvidoria do Município de Colíder, sendo esse o canal de acesso entre os cidadãos e o Poder Público, e é destinado a:

I - atender e orientar ao público quanto ao acesso às informações relativas transparência passiva;

II - disponibilizar informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 em meio eletrônico;

III - informar sobre a tramitação de documentos nas respectivas unidades;

IV - protocolar requerimentos, por meio físico ou virtual, de acesso as informações.

Art. 5º - Compete ao SIC**:**

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido;

III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado a unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE ACESSO

Art. 6º - Qualquer pessoa, natural ou jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º A apresentação do pedido de informação ao Poder Executivo e órgãos da administração poderá ser realizado pelos seguintes meios:

I - no Protocolo Geral da Prefeitura;

II - no sítio eletrônico do Poder Executivo, clicando no ícone referente ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, preenchendo os campos disponíveis.

Art. 7º - O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do Requerente/Razão Social;

II - número de documento de identificação válido CPF/CNPJ

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;

IV - endereço físico e/ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 8º - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação, tratamento ou consolidação de dados e informações, ou serviços de produção.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III deste artigo, o órgão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 9º - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de aceso à informação.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO

Art. 10º - O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.

§ 1º Caso não seja possível atender de forma imediata ao pedido de informação, em até 20 (vinte) dias, órgão deverá:

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§3º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, conforme disposto no Art. 12º, com prazos, condições e indicação da autoridade competente para sua apreciação.

§4º Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 11º - O serviço de busca e fornecimento da informação será gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos, caso em que será cobrado o valor necessário para o ressarcimento dos custos dos serviços e materiais utilizados.

Parágrafo único. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original ou, na impossibilidade, permitir que a autenticação da cópia seja feita por tabelionato.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 12º - O requerente poderá apresentar recurso quando:

I - não obtiver resposta ao seu pedido dentro do prazo regulamentar, incluindo eventual prorrogação;

II - a resposta a ele fornecida for incompleta, obscura, contraditória ou omissa;

III - não concordar com a resposta

§ 1º O prazo para apresentação do recurso será de 10 (dez) dias, contados do término do prazo de resposta, na hipótese do inciso I deste artigo, ou do fornecimento da resposta, na hipótese dos incisos II e III deste artigo.

§ 2º O recurso será julgado pela autoridade imediatamente superior àquela que tomou a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação.

Art. 13º - Caso a solicitação seja novamente negada, o interessado poderá recorrer à Unidade de Controle Interno da Prefeitura no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que tomar conhecimento da decisão. A UCI terá até 10 (dez) dias para se pronunciar sobre o recurso.

§ 1º Verificada a procedência das razões do recurso, a UCI – Unidade de Controle Interno determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto neste Decreto.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Não poderá ser negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 15º - O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Município ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

SEÇÃO II

DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 16º - O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem**:**

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial; ou

IV - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º - Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17º Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;

IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por quaisquer meios, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Município.

Art. 18º - Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19º - A Ouvidoria Geral do Município prestará o serviço de recebimento de reclamações, sugestões e elogios.

Art. 20º - Os órgãos do Poder Executivo Municipal promoverão a capacitação de servidores para o cumprimento deste Decreto, assegurando a efetiva implementação do acesso à informação.

Art. 21º - Os prazos contidos nesse Decreto são contados em dias corridos, iniciando-se em dia útil, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

Art. 22º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, 17 DE ABRIL DE 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 371/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, a senhora **IVANA NAIARA BONJOUR,** para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, Administração, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 370/2025

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, a senhora, **PAMELLA SUELLEN SANTOS TEIXEIRA,** para exercer o cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de abril de 2025.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 17 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2025

A Prefeitura Municipal de Colider-*MT, torna público, para conhecimento dos interessados, que* se encontra aberto procedimento de contratação direta, *na modalidade de* ***DISPENSA DE LICITAÇÃO****, em sua forma* **ELETRÔNICA,** *sob o nº 005/2025*; **TIPO**: Menor Preço por Item*;* ***OBJETO****:* Aquisição de kits nutricionais contendo réplicas de alimentos e outros componentes para serem utilizados em palestras de Educação Alimentar de qualidade para os alunos das Escolas Municipais de Colíder/MT; **LOCA*L DA DISPUTA***: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br*;* **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**: 18*/04/*2025 às 08h30min *até 25/04/2025* às 08h29*min. (Horário de Brasília-DF);* **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DE LANCES:** 25/04*/2025* às 08h30min até 25/04/2025 *às 15*h30min. (Horário de Brasília-DF); *A integra deste* ***AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA*****está disponível:** *por meio do site:* www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br) *e no site da Prefeitura: www.*colider.*mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).*

Colider/MT, em 17 de abril de 2025.

RODRIGO LUIZ BENASSI

Prefeito Municipal

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER- LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 – SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** em sua forma ***ELETRÔNICA*** sob o Nº 007/2025; **TIPO**: Menor Preço por Item; **OBJETO**: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais betuminosos para serem utilizados em pavimentação asfáltica e em operações de tapa buraco de diversas ruas e avenidas do município de Colíder/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES**: *07/05/2025* às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO**: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL**: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).

Colider-MT, em 17 de abril de 2025.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO-CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 09/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT, CNPJ: 04.213.687/0001-02.

CONTRATADO: CENTRAL CLEAN CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ: 18.608.734/0001-13;

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA/MT.

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 192.925,15 (cento e noventa e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e quinze centavos);

VIGÊNCIA: Esta Ata terá validade de 12 (DOZE) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial.

Colniza – MT, 16 de abril de 2025.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula: 7360-1

LICITAÇÃO-CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP 09/2025

Processo Administrativo Nº. 2.323/2025

O Prefeito do Município de Colniza, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso IV, do art. 71, da lei 14.133/21 e alterações, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo 2.323/2025, **ADJUDICA** e respectivamente **HOMOLOGA** a empresa: **CENTRAL CLEAN CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA**, inscrita no CNPJ: 18.608.734/0001-13, no objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA/MT.**

Colniza – MT, 16 de abril de 2025.

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 12/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2.602/2025

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP, cujo objeto é o "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COLNIZA/MT." Rege a presente licitação a Lei nº. 14.133/21 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 06 de maio de 2025, às 08h:00min (horário de local), no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. dos Pinhais nº 207, Centro, Colniza - MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, solicitado pelo e-mail: licitacao@colniza.mt.gov.br ou através do link https://scpi-colnizamt.i7sgp.app.br/comprasedital/. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (066) 3571-1000.

Colniza - MT, 16 de abril de 2025.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

Matrícula nº 7360-1

LICITAÇÃO-CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025

O Município de Colniza, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 04.213.68/0001- 02, através da Secretaria Municipal de Administração, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2025, publicada no dia 22 de abril de 2025, processo administrativo nº 2.323/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações e no Decreto Municipal nº 025/GP/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LAVANDERIA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLNIZA/MT**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de **Pregão nº 09/2025** para registro de preços, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1.1. Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do (s) objetos (s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA E MODELO DE EXECUÇÃO

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e publicado no DOM/AMM, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

2.3. O fornecimento será de acordo com a necessidade da secretaria solicitante.

2.4. A entrega dos produtos/materiais ocorrerá no Almoxarifado Municipal no prazo de até 10 (dez)dias úteis, a contar do recebimento da ordem de fornecimento devidamente assinada.

2.5. O fornecedor deverá se responsabilizar pelos custos com transporte até o local da entrega.

2.6. Respeitar a legislação vigente para cada produto a ser fornecido.

2.7. Substituir no prazo de 05 (cinco) dias, os itens em caso que se verificar defeito, adulterações ou incorreções.

2.8. O prazo de validade dos produtos será de no mínimo 12 (doze) meses contados do atesto da nota fiscal.

2.9. A empresa vencedora do **LOTE 01** deverá disponibilizar o dosador que será instalado em comodato, sendo sua responsabilidade manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças e treinamento dos servidores da lavanderia para uso do mesmo.

2.10. O fornecimento será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A adesão à presente ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

I - Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

II - Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

3.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item **3.2**., não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do presente instrumento convocatório.

4. DOS ITENS REGISTRADOS

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

EMPRESA REGISTRADA: CENTRAL CLEAN CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA
CNPJ: 18.608.734/0001-13
Endereço: Rua das Monções, nº 91, Lote 6/7, CEP: 78.048-236
E-mail: centralcleancuiaba@hotmail.com
Telefone: (65) 2127-9584/ (65) 9 9337-9584

LOTE 01

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	ALVEJANTE PARA ROUPAS BRANCAS, COM AÇÃO BACTERICIDA, UTILIZADO EM TECIDOS DE LINHO, ALGODÃO E POLIÉSTER/ALGODÃO. COMPOSIÇÃO: SAIS INORGÂNICOS, HIPOCLORITO DE SÓDIO, ÁGUA. EMBA-	30	GALAO	582,00	17.460,00

	LAGEM GALÃO DE 30 LITROS. **INCLUSO DOSADOR QUE DEVERÁ SER INSTALADO EM COMODATO**, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA USO. **Marca: KALYLAV WHITE**				
02	AMACIANTE DE ROUPAS PERFUMADO, COM ASPECTO: LÍQUIDO COMPOSIÇÃO QUÍMICA: QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, CONSERVANTE, COADJUVANTES, CORANTE CL 74160, FRAGRÂNCIA E VEÍCULO. GALÃO DE 30 LITROS. **INCLUSO DOSADOR QUE DEVERÁ SER INSTALADO EM COMODATO**, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA USO. **Marca: KALYLAV SOFT G**	30	GALAO	529,00	15.870,00
03	DETERGENTE COMPLETO, QUE PROPORCIONA A REMOÇÃO DE MANCHAS DE GORDURA, GRAXA DE ÓLEOS. POSSUI BRANQUEADOR OPTICO AGINDO DIRETAMENTE NO TECIDO MELHORANDO O BRILHO. COMPOSIÇÃO: SEQUESTRANTE, BRANQUEADOR, OPTICO, TENSOATIVOS, COADJUVANTES, SOLVENTES, COR. GALÃO DE 30 LITROS. **INCLUSO DOSADOR QUE DEVERÁ SER INSTALADO EM COMODATO**, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA USO. **Marca: KALYLAV POWER**	30	GALAO	1.690,00	50.700,00
04	DETERGENTE LÍQUIDO ALCALINO, COM ALTO TEOR DE ADITIVOS SEQUESTRANTES E COADJUVANTES, DIMINUINDO A TENSÃO SUPERFICIAL DA SOLUÇÃO DE LAVAGEM. IDEAL PARA LAVAGEM DE ROUPA HOSPITALAR. COMPOSIÇÃO: HIDRÓXIDO DE SÓDIO, SEQUESTRANTES, COADJUVANTES E VEICU. GALÃO DE 30 LITROS. **INCLUSO DOSADOR QUE DEVERÁ SER INSTALADO EM COMODATO**, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA USO. **Marca: KALYLAV FORCE**	30	GALAO	1.150,00	34.500,00
05	NEUTRALIZADOR E ANTICLORO INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE TECIDO. EVITA O AMARELECIMENTO DAS ROUPAS, REDUZ O NÚMERO DE ENXAGUES, DIMINUINDO O CONSUMO DE ÁGUE E ENERGIA. COMPOSIÇÃO: METABISSULFITO DE SÓDIO E ÁGUA. GALÃO 30 LITROS. **INCLUSO DOSADOR QUE DEVERÁ SER INSTALADO EM COMODATO**, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E TREINAMENTO DE PESSOAL PARA USO. **Marca: KALYLAV SOUR G**	30	GALAO	790,00	23.700,00

LOTE 02

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	DESINFETANTE CONCENTRADO LIQUIDO, A BASE DE BIGUANIDA, PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES HOSPITALARES EM ÁREAS CRÍTICAS, COM COMPROVADAS ATIVIDADES ANTIMICROBIANA CONTRA STAPHYLOCOCUS AUREUS, SALMONELLA CHOLERAESUIS E PSEUDONOMAS AERUGINOSA. NÃO NECESSITA ENXAGUE. DOSE DE 1% PARA ÁREAS CRÍTICAS 0.5% PARA ÁREAS NÃO CRÍTICAS DE HOSPITAIS E POSTO DE SAÚDE, GALÃO DE 5,0 LITROS. **Marca: KALYCLEAN S311**	15	GALAO	422,05	6.330,75

LOTE 03

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	DESINFETANTE CONCENTRADO LIQUIDO, DESODORIZANTE PERFUMADO CONTENDO TENSOATIVOS E SAIS QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, QUE LHE CONFEREM ÓTIMAS PROPRIEDADES DESINFETANTES, COMPOSIÇÃO BASE: QUATERNÁRIO DE AMÔNIA, NONIFELNOL ETOXILADO, SEQUESTRANTE, CORANTE. EMBALAGEM GALÃO DE 30 LITROS. **Marca: KALYCLEAN S350**	30	GALAO	797,98	23.939,40

LOTE 04

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	DETERGENTE CLORADO CONCENTRADO LIQUIDO, ESPECIALMENTE FORMULADO PARA SANITIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS, E SUPERFÍCIES DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E SUPERFÍCIES EM GERAL. GALÃO 30 LITROS. **Marca: KALYCLEAN S322**	25	GALAO	580,00	14.500,00

LOTE 05

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	DETERGENTE LÍQUIDO, COMPOSIÇÃO TESOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO, APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANELAS, AROMA NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. GALÃO DE 30 LITROS. **Marca: ALLKALY NT**	15	GALAO	395,00	5.925,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10° (décimo) dia útil o Contrato poderá ser rescindido.

5.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Colniza-MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento.

5.3. Substituir o(s) produto(s) entregue(s) que apresentar (em) defeito(s) em até 05(CINCO) dias, por outro(s) de igual modelo, ou superior(es), mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente fornecidos, inclusive mantendo o preço contratado;

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, da aquisição dos produtos que apresente vício de qualidade ou estejam em desacordo com as especificações deste edital.

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho.

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas.

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência.

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura.

5.11. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

5.12. O fornecedor ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

I. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados após, o devido procedimento administrativo no contrato.

5.13. Fornecer os produtos objeto deste edital conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.14. Apresentar para efeitos de recebimentos junto à prefeitura municipal os dados bancários (agencia e conta bancaria), nominal a parte vencedora.

5.14.1. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

5.15. O fornecedor deverá atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, bem como no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.16. O FORNECEDOR deve manter endereço atualizado para correspondência, tanto físico, bem como eletrônico.

5.17. Manter a garantia e qualidade dos produtos de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos.

5.18. Os quantitativos a serem solicitados, por ocasião da emissão de cada pedido durante a vigência de Ata ou Contrato, obedecerão rigorosamente à necessidade das Secretarias solicitantes independentemente dos custos operacionais e despesas que possam a vir sofrer caso o licitante vencedor se situe fora da localidade da cidade do município do Órgão Gerenciador;

5.19. A aquisição dos produtos deverá ser de acordo com a solicitação e necessidade das Secretarias. Se no ato da execução houver algum item em desacordo, o mesmo deverá ser reposto em adequação a descrição do Edital. A reposição dos produtos deverá ocorrer em 24 horas. O (s) fornecimento (s) deverá (ão) atender aos requisitos abaixo:

I. Ter disponibilidade de entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, com ressalva que o descumprimento deste acarretará advertência, não se eximindo a contratada de que sejam aplicadas as demais penalidades previstas em lei;

II. O licitante deverá cotar os preços dos produtos já inclusos todas as despesas (ex. locomoção) e outras que porventura vier ocorrer durante a vigência do contrato;

III. Os produtos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição do Termo de Referência, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se ao Fiscal do Contrato o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando o FORNECEDOR a promover substituições sem qualquer ônus adicional, sob pena das sanções previstas no edital;

IV. O licitante vencedor será responsável por repor ou indenizar a prefeitura caso os produtos não atendam às necessidades.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento do (s) bem(ns)/produto(s) solicitados;

6.2. Fornecer à empresa ao fornecedor todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.4. Notificar por escrito ao fornecedor, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do (s) bem (ns)/produto(s);

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente.

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria
352	2025	070701	10.302.0028.2061.0000	3.3.90.30.22

7.2. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias após o fornecimento do (s) bem(ns)/produto(s), mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal designado, responsável pelo recebimento e conferencia dos mesmos.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.6. E de inteira responsabilidade do fornecedor manter a comprovação da regularidade fiscal durante o período de fornecimento do(s) bem(ns)/produto(s) para efeito de pagamento.

7.7. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do(s) bem(ns)/produto(s) fornecidos, número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, com autorização expressa da Secretaria solicitante, tudo conferido e atestado pelo fiscal de contrato e/ou por servidor responsável.

7.7.1. Nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança dos bens ou dos serviços contratados, que contenham código de barras, deverão ser informados o valor bruto do preço do bem fornecido ou do serviço prestado e os valores do IR a serem retidos na operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido deduzido das respectivas retenções, cabendo a responsabilidade pelo recolhimento destas ao órgão ou à entidade adquirente do bem ou tomador dos serviços, conforme DECRETO Nº 005/GP/2023 - DE 10 DE JANEIRO DE 2023;

7.8. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao CONTRATADO o e seu pagamento ocorrerá em até 15 (quinze) dias corridos após a data de sua reapresentação na Prefeitura Municipal de Colniza;

7.9. Não será efetuado qualquer pagamento ao fornecedor, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.10. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, do Edital e/ou da Ata.

7.11. O Órgão Gerenciador efetuará as retenções tributárias estabelecidas em Lei.

7.12. Será realizado empenho prévio e ulterior pagamento, de acordo com as regras legais para os procedimentos administrativos.

7.13. As despesas decorrentes deste Processo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da administração direta do Município de Colniza, conforme previsão orçamentária;

7.14. O pagamento só será devido caso a lista de fornecimento da empresa estiver compatível com a lista de compra da secretaria solicitante.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Para eventuais correções de valores, será utilizado como base o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice que vier a substituí-lo, conforme acordo entre as partes.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A referida Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços; **II.** Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no artigo 137 da lei 14.133/21; **III.** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro; **IV.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; **V.** Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por endereço eletrônico, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4. Multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

10.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

11.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

11.3. É vedado o substabelecimento da obrigação decorrente deste instrumento a terceiros sem a anuência da Administração Pública Municipal.

11.4. Fica designado o servidor Matheus Henrique Leite da Silva, Matrícula 8770-1 nomeado através do decreto 015/GP/2025, para atuar na função de fiscal da ata de registro de preços nos termos da lei nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis, devendo realizar a devida prestação de contas sobre a execução do instrumento ao Secretário Municipal de Administração.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, através da Comissão de Contratação, segundo as disposições contidas na Lei nº 14. 133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

13. DO FORO

13.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste contrato, elegem as partes o foro da Comarca do Colniza/MT, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinada pelas partes.

Colniza/MT, em 22 de abril de 2025.

CENTRAL CLEAN CUIABÁ COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PROFISSIONAL LTDA

CNPJ: 18.608.734/0001-13

LUIZ FERNANDO MROZ

CPF: 532.*.***-97**

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial

ROSANE DA SILVA C. DE SOUZA

Membro

ELIZABETE DE OLIVEIRA

Membro

LICITAÇÃO-CONTRATOS
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2024

Processo Administrativo n° 153/2024

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM, PISTA DE TAXIWAY, PÁTIO DE ESTACIONAMENTO DE AERONAVES E O CERCAMENTO OPERACIONAL/PATRIMONIAL DO AERÓDROMO MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO 2181/2023.**

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, por meio de seu Agente de Contratação, torna público que, em razão da Rescisão Unilateral do Contrato nº 016/2024, firmado com a empresa **TERRAPAVI-TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 21.481.259/0001-71, determinada pelo Prefeito Municipal, e em conformidade com o disposto no artigo 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, **CONVOCA** o licitante remanescente, conforme a ordem de classificação, a empresa **EDRIANO GUEDES CRISTINO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 06.173.681/0001-76, classificada em segundo lugar, para assumir a execução do objeto do referido procedimento licitatório.

A empresa convocada deverá manifestar seu aceite no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento desta convocação, para dar continuidade à obra de pavimentação do aeroporto. Caso o aceite seja formalizado, **a contratação ocorrerá nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado**, conforme estabelecido no ato convocatório, e estará em conformidade com o levantamento atual da obra, conforme as planilhas e relatórios apresentados pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Colniza/MT, 16 de abril de 2025.

MAKAULLI GOMES DE SOUZA

Agente de Contratação

Matrícula 7360-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.014/2025

Aos 14 dias do mês de Abril do ano de Dois Mil e Vinte e Cinco, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. RICARDO ALOISIO BABINSKI, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n.09*****-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 555.***.***-49 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 032/2025** na modalidade **Pregão Presencial nº 007/2025** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 14/04/2025**, cujo objetivo**: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT,** A qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 193/2023, de 29 de dezembro de 2023, **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009,Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a: **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item **3.7**.

3.10 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.11.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.11.2 O instrumento contratual de que trata o item 3.11 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.11.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.2.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.3 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

4.3.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.3.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

4.3.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.4 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.4.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

4.4.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

4.4.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

4.4.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4.4.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.4 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

5. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

5.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

5.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

5.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

5.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.6 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

5.7 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

5.7.1 Por razão de interesse público;

5.7.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

5.7.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis,** as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **JONATHAN SILVA LUZ**

CNPJ N° 30.709.546/0001-87

END: AV. PREFEITO VALDEMIR ANTÔNIO DA SILVA **BAIRRO: CENTRO**

CIDADE: NOVO SANTO ANTÔNIO CEP: 78674-000

TELEFONE: (66) 98402-9167 E-MAIL: jonathanluzz@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: JONATHAN SILVA LUZ

CPF Nº 013.***.***-54

DADOS BANCÁRIOS: BANCO SICREDI – AG. 0806 – C/C: 29043-7.

ITENS: 01, 03, 04 E 05.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. SISTEMA	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRO	VALOR TOTAL
01	001. 012.403	21504-0	COLHER DESCARTÁVEL PACOTE COM 50 UNIDADES	1800	PCT	R$ 9,60	R$ 17. 280,00
03	001. 013.134	22265-8	GARFO PARA REFEIÇÃO – EM PLÁSTICO DESCARTAVEL, TRANSPARENTE PACOTE COM 50 UNIDADES	900	PCT	R$ 8,90	R$ 8. 010,00
05	001. 009.357	00017124	MARMITA - POLIETILENO EXPANDIDO (ISOPOR TERMICO), REDONDA, COM TAMPA, SEM ALCA, MATERIAL DE ALTA QUALIDADE E OTIMO FECHAMENTO. CAPACIDADE ACIMA DE 1000 ML. CAIXA COM 100 UNIDADES	400	CX	R$ 88,50	R$ 35. 400,00
04	001. 009.426	305406-3	MARMITA DE ISOPOR 3 DIVISÕES CAPACIDADE 900 ML CAIXA COM 100 UNIDADES	500	CX	R$ 141,00	R$ 70. 500,00
VALOR TOTAL							**R$ 131.190,00**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

Orgão.: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Ação.: 2.061 – Manutenção e Encargos com Hospital Municipal

Ficha: 194 – Aplicações Diretas

Fonte.: 1.500.1002-001 - Recurso Ordinário

Modalidade.: 3.3.90.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

14.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

14.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no art. 54 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os reajustes solicitados deverão conter os requisitos obrigatórios determinados no Decreto nº 197, de 29 de dezembro de 2023, e Lei nº 14.133, de 2021, instrumentos estes que parametriza a análise pela concessão ou não do pleito realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÃO DE ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme institui o art. 23 do Decreto n.º 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n°106/2025**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
MAC HOSPITAL	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO PERIN CPF.: 351.***.***-81 MAT.: 14703	JEANE LUZ COSTA CPF: 015.***.***-01 MAT:13200	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.***.***-04 MAT.: 554

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 007/2025** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RICARDO ALOISIO BABINSKI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

JONATHAN SILVA LUZ

CNPJ N° 30.709.546/0001-87

Representante Legal: Jonathan

Silva Luz

CPF Nº 013.***.***-54

CONTRATADA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº. 106/2025 ADM DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATAS FIRMADAS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONFRESA - MT.

RICARDO ALOISIO BABINKSI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e na Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO: A necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE ATAS,** abaixo discriminado.

UNIDADE	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO PERIN CPF.: 351.***.***-81 MAT.: 14703	JEANE LUZ COSTA CPF: 015.***.***-01 MAT:13200	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.***.***-04 MAT.: 554

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelas Atas respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS	014 E 015/2025	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	*JONATHAN SILVA LUZ*	*30.709.546/0001-87*	**R$ 131.190,00**
CONTRATADA	*STORTE E FONTES LTDA*	*13.027.126/0001-00*	**R$ 16.968,00**

OBJETO	PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.
PRAZO DE VIGÊNCIA	01 ANO – 14/04/2025 A 14/04/2026

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a

identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Abril de 2025.

RICARDO ALOISIO BABINKSI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.015/2025

Aos 14 dias do mês de Abril do ano de Dois Mil e Vinte e Cinco, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. RICARDO ALOISIO BABINSKI, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n.09*****-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 555.***.***-49 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 032/2025** na modalidade **Pregão Presencial nº 007/2025** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 14/04/2025**, cujo objetivo**: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT,** A qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 193/2023, de 29 de dezembro de 2023, **Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009,Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, DECRETO 030/2021**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a: **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COZINHA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

3.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9 Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item **3.7**.

3.10 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.11.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.11.2 O instrumento contratual de que trata o item 3.11 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.11.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.2 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.2.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

4.3 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

4.3.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.3.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

4.3.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.4 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

4.4.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

4.4.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

4.4.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

4.4.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

4.4.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 4.4 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

5. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

5.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

5.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

5.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

5.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.6 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

5.7 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

5.7.1 Por razão de interesse público;

5.7.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

5.7.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis,** as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados no presente ARP;

e) realizar os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante do presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas no presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **STORTE E FONTES LTDA**

CNPJ N°13.027.126/0001-00

END: AV. BERNADO SAYAO, Nº 980, CENTRO SALA 04,

CIDADE: PARAÍSO DO TOCANTINS-TO CEP: 77600-000

TELEFONE: (63) 3361-1536 / (63) 99206-2163 / (66) 98407-7063

E-MAIL: stortedistribuidora@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: NARDY CARDOSO DA SILVA

CPF Nº: 234.***.***-44

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL, AG: 0804-4, C/C: 32.111-17.

ITENS: 02 E 06.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. SISTEMA	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRO	VALOR TOTAL
2	001.012.223	383244-9	FACA DESCARTÁVEL PACOTE COM 50 UNIDADES	560	PCT	R$ 9,30	R$ 5.208,00
6	001.012.404	000890309	TAMPA SEM FURO PARA COPO DESCARTÁVEL DE 180 ML DE POLIESTIRENO CAIXA COM 100 UNIDADES	800	PCT	R$ 14,70	R$ 11.760,00
VALOR TOTAL							**R$ 16.968,00**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

Orgão.: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unid.: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Ação.: 2.061 – Manutenção e Encargos com Hospital Municipal

Ficha: 194 – Aplicações Diretas

Fonte.: 1.500.1002-001 - Recurso Ordinário

Modalidade.: 3.3.90.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.**1** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

14.1.**1** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

14.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

14.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 5.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no art. 54 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os reajustes solicitados deverão conter os requisitos obrigatórios determinados no Decreto nº 197, de 29 de dezembro de 2023, e Lei nº 14.133, de 2021, instrumentos estes que parametriza a análise pela concessão ou não do pleito realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÃO DE ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme institui o art. 23 do Decreto n.º 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante **Portaria Municipal n°106/2025**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTORA
MAC HOSPITAL	NATALIA RIBEIRO DE CARVALHO PERIN CPF.: 351.***.***-81 MAT.: 14703	JEANE LUZ COSTA CPF: 015.***.***-01 MAT:13200	SUELI FRANCISCA DOS SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.***.***-04 MAT.: 554

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial nº 007/2025** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RICARDO ALOISIO BABINSKI

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

STORTE E FONTES LTDA

CNPJ N°13.027.126/0001-00

Representante Legal: Nardy

Cardoso da Silva

CPF N°234.***.***-44

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI Nº 666, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Institui o Programa de Melhoramento Genético da Pecuária Leiteira – Conquista Mais Leite, no município de Conquista D' Oeste-MT."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica criado o Programa de Melhoramento Genético da Pecuária Leiteira, denominado "CONQUISTA MAIS LEITE", no município de Conquista D' Oeste-MT, que será executado conforme as disposições desta Lei.

§ 1º O programa tem como finalidade fortalecer a cadeia produtiva do leite no município, com foco no aumento da produção leiteira, por meio da melhoria genética do rebanho, do uso de técnicas avançadas de reprodução animal — como Inseminação Artificial (IA), Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF) e Transferência de Embriões (TE) —, e da adoção de boas práticas de manejo, nutrição, sanidade e gestão das propriedades, contribuindo para a maior eficiência na produção de leite.

§ 2º Poderão ser incluídas, futuramente, outras tecnologias reconhecidas por entidades de pesquisa agropecuária ou órgãos públicos especializados.

Art. 2 º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - **Melhoramento Genético:** Uso de técnicas voltadas ao aprimoramento das características dos animais, visando aumentar a produtividade, como na produção de leite, além de melhorar aspectos relacionados à saúde, fertilidade e resistência a doença;

II - **Inseminação Artificial (IA):** Método de reprodução em que o sêmen do touro é introduzido na vaca de forma controlada, sem a monta natural;

III - **Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF):** Procedimento que permite inseminar as vacas em um dia programado, sincronizando o período fértil de todas;

IV - **Transferência de Embriões (TE):** Biotécnica reprodutiva que consiste na implantação de embrião de alto valor genético em outra fêmea bovina, denominada receptora, **cuja função é exclusivamente gerar o feto.**

V - **Matriz Receptora:** Fêmea saudável e fértil que recebe o embrião e gera o bezerro;

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA

Art. 3º A execução do programa será de responsabilidade da SEMAMIC, que poderá firmar parcerias com instituições de pesquisa, universidades, centros de tecnologia, cooperativas, laticínios, empresas do setor agropecuário e demais entidades públicas e privadas.

Art. 4º Serão oferecidos cursos, oficinas e treinamentos aos produtores participantes, abordando boas práticas de manejo, nutrição, sanidade e gestão da propriedade, com apoio de instituições públicas e privadas.

Parágrafo único. A assistência técnica será prestada de forma contínua durante a execução do programa, garantindo o suporte necessário aos produtores para adoção e manutenção das tecnologias.

Art. 5º A SEMAMIC realizará o acompanhamento técnico do programa, com indicadores de desempenho e relatórios periódicos, avaliando os resultados obtidos e propondo ajustes para garantir a efetividade da política pública.

Art. 6º O município poderá apoiar os produtores na comercialização da produção, estimulando parcerias com laticínios, cooperativas e o mercado institucional, com vistas a ampliar o escoamento e a valorização do leite local.

Art. 7º O Programa "CONQUISTA MAIS LEITE" deverá ser executado em conformidade com as boas práticas agropecuárias e ambientais, considerando a sustentabilidade das atividades desenvolvidas nas propriedades participantes.

§ 1º A SEMAMIC poderá orientar os produtores quanto à adoção de medidas de manejo sustentável, incluindo o uso racional da água, a conservação de solo e pastagens, e a gestão adequada de resíduos e dejetos oriundos da atividade pecuária.

§ 2º Sempre que possível, serão promovidas ações de educação ambiental e incentivo à adoção de tecnologias que minimizem impactos ambientais e contribuam para a resiliência das propriedades frente às mudanças climáticas.

§ 3º O descumprimento reiterado de normas ambientais poderá acarretar a suspensão temporária ou definitiva da participação no programa, mediante parecer técnico.

Art. 8° A execução das ações logísticas e operacionais do Programa Conquista Mais Leite poderá ser realizada com o apoio da estrutura já instituída pelo Programa Municipal de Apoio às Atividades Rurais – PROMAR, conforme disposto na Lei Municipal nº ___/2025.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC, gestora de ambos os programas, poderá integrar cronogramas, equipes técnicas, meios de transporte, ações formativas e parcerias interinstitucionais já previstas no PROMAR, com vistas a assegurar

a efetividade e a economicidade da execução do “CONQUISTA MAIS LEITE”.

§ 2º Serão considerados como apoio logístico ao programa, as atividades de transporte de insumos, preparo de áreas para manejo do rebanho, produção e armazenamento de silagem, conforme previsto nas ações operacionais do PROMAR.

§ 3º A integração de que trata este artigo visa à otimização dos recursos públicos, à ampliação do alcance das políticas públicas rurais e ao fortalecimento da agricultura familiar e da cadeia leiteira do município.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Art. 9º Os serviços previstos no Programa Conquista Mais Leite serão executados mediante solicitação prévia junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Em casos de emergência ou situações excepcionais, como desastres naturais, a antecedência mínima poderá ser dispensada através de justificativa técnica.

§ 2º O cronograma de execução observará critérios de economicidade, equidade e planejamento, de modo a otimizar o uso dos recursos públicos e atender prioritariamente os produtores em maior situação de vulnerabilidade.

Art. 10 Poderão participar do Programa Conquista Mais Leite, os produtores rurais legalmente estabelecidos no município de Conquista D’Oeste-MT, desde que:

I – Estejam regularmente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC;

II – Apresentem documentação regular e estejam em dia com suas obrigações fiscais perante o município;

III – Comprovem residência ou domicílio na zona rural do município de Conquista D’Oeste-MT, ou, alternativamente, possuam inscrição ativa como produtor rural no município, independentemente de a propriedade estar em zona rural ou urbana do município.

IV – Estejam inseridos no Projeto de Silagem Municipal e/ou apresentem fonte de alimentação alternativa adequada para o período de estiagem;

V – Ofereçam aos animais pastagem de qualidade e suplementação mineral conforme a fase fisiológica e produtiva;

VI – Apresentem ficha sanitária atualizada da propriedade, emitida ou validada pelo Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA-MT;

VII – Adotem protocolo sanitário com controle de endo e ectoparasitas e vacinação reprodutiva, conforme orientação da equipe técnica;

VIII – Atendam a equipe técnica do programa nas datas e horários previamente agendados pela entidade executora;

IX – Disponibilizem estrutura física e mão de obra adequadas para a realização dos procedimentos técnicos, incluindo curral em boas condições e tronco de contenção.

§ 1º O não cumprimento do disposto no inciso II implicará no indeferimento imediato do pedido de adesão ao programa.

§ 2º Produtores que possuam débito com a Fazenda Municipal poderão ser atendidos, desde que comprovem a formalização de parcelamento e estejam adimplentes com as parcelas vencidas até a data da solicitação.

§ 3º A inadimplência de parcelas do parcelamento mencionado no §2º acarretará a suspensão dos atendimentos, até a devida regularização.

Art. 11 Os produtores interessados em participar da modalidade de Transferência de Embriões (TE) deverão atender, adicionalmente, aos seguintes critérios técnicos:

I – Fornecer matrizes receptoras saudáveis, com idade reprodutiva e escore corporal adequado (ECC entre 2,75 e 3,00); e

II – As matrizes receptoras serão previamente selecionadas pela equipe técnica da SEMAMIC e, posteriormente, submetidas à avaliação morfológica pela entidade executora, considerando: idade, sanidade, escore corporal, histórico reprodutivo, toque de prenhez e presença de eventuais defeitos morfológicos.

Parágrafo único. Os produtores considerados não aptos às modalidades de Transferência de Embriões (TE), conforme avaliação técnica, poderão ser beneficiados por outras tecnologias reprodutivas oferecidas pelo programa, como a Inseminação Artificial (IA) ou Inseminação Artificial em Tempo Fixo (IATF), conforme planejamento da SEMAMIC e disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Art. 12 Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC a coordenação, supervisão e execução do Programa Conquista Mais Leite, incluindo as seguintes atribuições:

I – Elaborar planos técnicos, definir critérios de adesão e organizar os cronogramas de execução;

II – Estabelecer limites de atendimento por propriedade, com base em critérios de justiça social e sustentabilidade;

III – Monitorar os indicadores de desempenho do programa e realizar avaliações periódicas;

IV – Produzir e publicar relatórios anuais com dados de atendimento, impacto produtivo e metas alcançadas;

V – Garantir transparência e publicidade das ações no portal oficial da Prefeitura.

§1º O Poder Executivo poderá complementar as atribuições da SEMAMIC por meio de regulamentos, respeitados os princípios da legalidade, eficiência, equidade e economicidade.

§2º As propostas e medidas de gestão do programa poderão ser submetidas à análise do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, com caráter consultivo.

Art. 13 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) terá função consultiva na execução do Programa “CONQUISTA MAIS LEITE”, cabendo-lhe:

I – Emitir pareceres sobre prioridades de atendimento, considerando critérios técnicos e socioeconômicos;

II – Sugerir adequações nos cronogramas e nas estratégias de execução do programa;

III – Indicar diretrizes de política pública para o fortalecimento da pecuária leiteira local;

IV – Acompanhar a execução do programa, propor melhorias e fomentar o controle social.

§ 1º As atribuições previstas neste artigo serão exercidas pelo CMDR em consonância com as competências aplicáveis pela legislação municipal vigente que dispõe sobre sua criação, composição e funcionamento, assegurando a harmonia entre as normas.

§ 2º As deliberações do CMDR, no exercício de suas atribuições consultivas, poderão ser realizadas por votação entre seus membros, devendo ser registradas em ata e formalmente encaminhadas ao Poder Executivo para conhecimento e eventual adoção das recomendações.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 O Poder Executivo poderá regulamentar os dispositivos desta Lei, inclusive no que se refere a:

I – Procedimentos de cadastro e adesão de beneficiários;

II – Formas de solicitação, priorização e deferimento de atendimentos;

III – Parâmetros técnicos para os serviços oferecidos;

IV – Definição de eventuais contrapartidas e critérios de isenção;

V – Mecanismos de controle social e acompanhamento, com participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e da SEMA-MIC;

VI – Estabelecimento de parcerias com entidades públicas ou privadas para apoio técnico, financeiro e operacional;

VII – Publicação periódica de relatórios, metas e resultados no site oficial da Prefeitura.

VIII – Critérios adicionais ou complementares para comprovação de residência, domicílio rural ou inscrição ativa como produtor rural.

Art. 15 As despesas decorrentes da execução do programa correrão por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser complementadas por recursos de convênios, emendas parlamentares, doações e parcerias público-privadas.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

CONTRATOS
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2025-PMCO/MT

Na edição ano XX, nº 4.719, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 310, de 17 de abril de 2025, na publicação intitulada "EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2025-PMCO/MT".

Onde se lê:

VIGÊNCIA: Início na data da assinatura do contrato e término em 15/07/2026.

Leia-se:

VIGÊNCIA: Início na data da assinatura do contrato e término em 15/07/2025

Conquista D'Oeste - MT, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - ADESÃO DE ATA N° 004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 082/2025

(Artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021)

Pelo presente instrumento, com fundamento na Lei n. º 14.133/2021, ADJUDICO e HOMOLOGO a Adesão à Ata de Registro de Preços n° 17/2024 do Pregão Eletrônico n.º 014/2024 da PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA, que tem como objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ARBITRAGEM DESPORTIVA EM DIVERSAS MODALIDADES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DE CONQUISTA D'OESTE/MT, em favor da empresa VANDER DE OLIVEIRA GOMES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 17.701.318/0001-00, conforme abaixo:

Descrição dos itens:

Código TCE	Código Agili	Itens	Unidade	Quantidade	Preço estimado	Valor total
00065532	55905	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE BEACH TENIS 1 ÁRBITRO E 2 AUXILIARES	Un	25,0000	182,5000	4.562,5000
00065522	55902	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO SENDO 1 ARBITRO, 2 AUXILIARES E 1 MESÁRIO	Un	60,0000	497,2200	29.833,2000
00065521	55901	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE FUTEBOL DE SALÃO SENDO 2 ARBITROS E 1 MESÁRIO	Un	175,0000	296,8700	51.952,2500
00070866	55903	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE FUTEBOL SOCIETY SENDO 2 ARBITROS E 1 MESÁRIO	Un	50,0000	294,5000	14.725,0000
00084314	55906	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE VOLEI DE AREIA SENDO 2 ÁRBITROS E 1 MESÁRIO	Un	20,0000	197,5000	3.950,0000
00065490	55904	SERVIÇO DE ARBITRAGEM E MESÁRIOS PARA JOGOS DE VOLEIBOL SENDO 2 ARBITROS E 1 MESÁRIO	Un	60,0000	286,5000	17.190,0000
00082833	55907	SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA TORNEIOS E EVENTOS ESPORTIVOS, FESTIVAIS E PROJETOS, DIÁRIA POR ARBITRO	Un	160,0000	430,0000	68.800,0000
					Valor total:	R$ 191.012,95

A adjudicação e homologação da presente Adesão de Ata de Registro de Preços será realizada nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação, que, ao analisar aos documentos apresentados pela empresa, constatou o cumprimento de todas as condições de habilitação previstas em lei, bem como o parecer favorável da Procuradoria Jurídica.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato a ser celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para a Adesão de Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município, para fins de publicidade e transparência, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 176 da Lei n.º 14.133/2021, bem como em conformidade com o Decreto Municipal vigente.

Conquista D'Oeste, 17 de Abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. º 335/2025

O município de Conquista D'Oeste – MT, com sede na Av. dos Oitis, n° 1200, centro, inscrita no CNPJ sob n° 04.219.688/0001-56, neste ato, representado pelo seu agente de Contratação, designado pela Portaria 59/2025, avisa a quem possa interessar que fará realizar, PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo \"LICITANET\", constante da página eletrônica do LICITANET – Licitações On Line, no endereço https://licitanet.com.br, no dia 06/05/2025 às 09h00min (horário de Brasília), do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TIPO SMARTPHONE, DRONE E ACESSÓRIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Para participar da presente Licitação Pública, formalizar consultas e edital acessar https://licitanet.com.br ou pelo Portal do Município no site www.conquistadoeste.mt.gov.br. Demais Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2025

Fernando Roberto de Moraes

Agente de Contratação/Pregoeiro

CONTRATOS
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2025-PMCO/MT

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2025-PMCO/MT

Na edição ano XX, nº 4.719, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, pag. 310 e 311, de 17 de abril de 2025, na publicação intitulada "EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2025-PMCO/MT".

Onde se lê:

EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2025-PMCO/MT;

E

VIGÊNCIA: Início na data da assinatura do contrato e término em 15/07/2026.

Leia-se:

EXTRATO DO CONTRATO N.º 009/2025-PMCO/MT;

E

VIGÊNCIA: Início na data da assinatura do contrato e término em 15/07/2025.

Conquista D'Oeste - MT, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI N° 667, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a concessão de descontos, remissão de juros e multas, e o parcelamento de débitos não tributários decorrentes da utilização de máquinas e equipamentos públicos, nos termos das Leis Municipais nº 086/2002 e nº 096/2002, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto sobre o valor principal, bem como remissão de juros e multas, e o parcelamento dos débitos não tributários oriundos das cobranças previstas nas Leis Municipais nº 086/2002 e nº 096/2002, relativas à utilização de máquinas e equipamentos do município para serviços prestados a terceiros.

§ 1° O disposto nesta Lei aplica-se exclusivamente às dívidas não prescritas e não tributárias, conforme previsto na legislação vigente.

§ 2° Em caso de revogação das Leis Municipais nº 086/2002 e nº 096/2002, os débitos constituídos com fundamento nelas permanecerão exigíveis, desde que tenham sido gerados antes da data de sua revogação.

§ 3° Os benefícios previstos nesta Lei têm como objetivo ampliar a recuperação de créditos municipais e incentivar a regularização fiscal, permitindo que os contribuintes quitem suas dívidas com condições facilitadas e que o Município incremente a arrecadação de valores de difícil recebimento, sem comprometer o interesse público.

Art. 2° Os descontos poderão ser oferecidos de acordo com as seguintes regras:

Art. 3° Os débitos não tributários vencidos até **31 de dezembro de 2024** poderão ser pagos com os seguintes benefícios:

I –Pagamento **à vista**:

a) Para débitos vencidos **até 31 de dezembro de 2023:**

1. Desconto de **70% (sessenta por cento)** sobre o valor principal;

2. Remissão de **100% (cem por cento)** dos juros e multas;

b) Para débitos vencidos **entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024**:

1. Desconto de **40% (quarenta por cento) sobre o valor principal**;

2. Remissão de **100% (cem por cento) dos juros e multas**;

II –Pagamento **parcelado em até 6 (seis) vezes:**

a) Para débitos vencidos **até 31 de dezembro de 2023:**

1. Desconto de **60% (sessenta por cento)** sobre o valor principal;

2. Remissão de **100% (cem por cento)** dos juros e multas;

b) Para débitos vencidos **entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:**

1. Desconto de **30% (trinta por cento) sobre o valor principal**;

2. Remissão de **80% (oitenta por cento) dos juros e multas**;

III –Pagamento **parcelado em até 12 (doze) vezes:**

a) Para débitos vencidos **até 31 de dezembro de 2023:**

1. Desconto de **50% (cinquenta por cento)** sobre o valor principal;

2. Remissão de **100% (cem por cento)** dos juros e multas;

b) Para débitos vencidos **entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024:**

1. Desconto de **20% (vinte por cento)** sobre o valor principal;

2. Remissão de **60% (sessenta por cento) dos juros e multas**.

Art. 4° O parcelamento dos débitos nos termos desta Lei observará as seguintes condições:

§1° O valor mínimo de cada parcela será de:

a) R$ 300,00 (trezentos reais) para pessoas físicas;

b) R$ 500,00 (quinhentos reais) para pessoas jurídicas.

§ 2° O não pagamento de duas parcelas consecutivas resultará no cancelamento do parcelamento e a perda dos benefícios concedidos, restabelecendo-se o valor original com os encargos aplicáveis.

Art. 5° Para compensar possíveis reduções na receita não tributária, decorrentes desta Lei, o município adotará ações estratégicas para melhorar a arrecadação e otimização da recuperação de créditos, por meio das seguintes medidas:

I - Aproveitamento do aumento da arrecadação de tributos, decorrente da regularização de passivos e do fortalecimento das ações fiscais;

II - Aprimoramento da cobrança da dívida ativa, por meio de:

a) Reforço na fiscalização tributária para reduzir a inadimplência;

b) Ampliação dos meios de cobrança, incluindo notificações eletrônicas, protesto em cartório, negativação junto a órgãos de proteção ao crédito, como o SERASA, e parcerias com instituições financeiras para facilitar o pagamento;

c) Atuação coordenada com a Procuradoria do Município para agilizar a recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

Art. 6° Os contribuintes interessados em aderir aos benefícios desta Lei deverão formalizar requerimento junto à Secretaria Municipal de Fazenda, apresentando os documentos exigidos pelo regulamento.

§ 1° A adesão ao programa implica no reconhecimento da dívida pelo usuário, renunciando-se a qualquer contestação administrativa ou judicial sobre os débitos não tributários abrangidos pela presente Lei.

§ 2° O prazo para adesão ao programa será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

§ 3° O Poder Executivo poderá, por decreto, reabrir o prazo de adesão ao programa previsto nesta Lei uma única vez, por igual período, desde que justificado o interesse público e mantidas as condições originalmente estabelecidas.

Art. 7° Após o término do prazo de adesão ao programa, os débitos não tributários que não forem regularizados permanecerão em cobrança normal, sendo aplicáveis as medidas previstas no Art. 5° e na legislação vigente.

Art. 8° O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei através de decreto municipal, estabelecendo os procedimentos necessários para a sua aplicação, incluindo regras operacionais para adesão, pagamento e cobrança dos débitos não tributários.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI N° 665, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Institui o Programa Municipal de Apoio às Atividades Rurais – PROMAR, no município de Conquista D' Oeste-MT."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de Conquista D' Oeste-MT, o Programa Municipal de Apoio às Atividades Rurais - PROMAR, com a finalidade de fomentar e incentivar atividades agropecuárias desenvolvidas por produtores rurais do município, promovendo a geração de emprego e renda, o aumento da produtividade, o escoamento da produção, o fortalecimento da agricultura de subsistência e a permanência das famílias no campo, contribuindo para a redução do êxodo rural.

Art. 2° Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - **produtor rural**: a pessoa física que desenvolve atividades agropecuárias, que comprovar residência ou domicílio na zona rural do município ou, alternativamente, possuam inscrição ativa como produtor rural no município, independentemente de a propriedade estar em zona rural ou urbana do município, comprovada por meio de documentos oficiais, e atenda aos requisitos de participação no PROMAR previstos no art. 8° desta Lei;

II - **agricultura familiar**: a forma de organização da produção rural especificada pela utilização predominantemente de mão de obra da própria família, gestão familiar da propriedade e área de cultivo de até 4 módulos fiscais (equivalentes a 400 hectares no município de Conquista D'Oeste - MT), conforme definição da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sendo a principal fonte de renda advinda do próprio estabelecimento rural;

III - **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**: serviço de orientação prática e capacitação para os produtores rurais, com o objetivo de melhorar suas atividades agropecuárias, aumentar a produtividade e renda, promover a sustentabilidade e a qualidade de vida no campo;

IV - **Infraestrutura rural**: o conjunto de obras, instalações e serviços existentes ou implantados na zona rural para dar suporte ao desenvolvimento das atividades agrícolas e à melhoria das condições de vida no campo, incluindo, entre outros, estradas vicinais, pontes e vias de acesso às propriedades, armazéns ou silos comunitários para armazenamento da produção, sistemas de eletrificação rural e demais equipamentos de apoio às comunidades rurais;

V - **sustentabilidade no campo**: a adoção de práticas de conservação ambiental e de uso racional dos recursos naturais nas atividades rurais, de modo a garantir que o desenvolvimento econômico no campo ocorra em equilíbrio com a proteção dos ecossistemas, garantindo a preservação do solo, da água, da biodiversidade e dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações;

VI - **Tecnologias rurais:** uso de inovações tecnológicas nas atividades agropecuárias para aprimorar a gestão e a produtividade, envolvendo a adoção de ferramentas digitais, máquinas e sistemas – por exemplo, softwares de monitoramento de trabalhos, sensores, automação de equipamentos e conectividade rural – com o objetivo de melhorar o cultivo, reduzir custos e aumentar a eficiência da produção.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES DO PROMAR

Art. 3° O PROMAR contemplará as seguintes atividades:

I - Atividades de Produção Rural:

a) Preparo do solo para agricultura, olericultura, fruticultura e pecuária;

b) Plantio de grãos e pastagens;

c) Colheita e compactação de forragens para confecção de silagem;

d) Construção e reforma de tanques escavados para piscicultura e trincheiras para silagem;

e) Incentivo para implantação, manejo e desenvolvimento da atividade de apicultura.

II – Infraestrutura e transporte da produção:

a) Apoio ao transporte de insumos utilizados na produção rural, como sementes, fertilizantes, rações, ferramentas e outros produtos necessários ao funcionamento das atividades agropecuárias;

b) Transporte de cascalho e outros materiais de aterramento;

c) Apoio a projetos de infraestrutura rural, incluindo melhorias em estradas vicinais;

d) Apoio logístico para o escoamento da produção agrícola e pecuária, visando a melhoria da distribuição dos produtos até os pontos de distribuição, com redução de custos e desperdícios na cadeia produtiva.

III - Sustentabilidade e Tecnologia:

a) Incentivo ao uso de energias renováveis, como painéis solares e biodigestores;

b) Apoio ao uso de tecnologias no campo para monitoramento da produção e gestão eficiente;

c) Promoção de práticas sustentáveis, como irrigação eficiente e agroecologia;

d) Incentivo à agricultura orgânica e sustentável;

e) Apoio a práticas de conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas;

f) Incentivo a ações voltadas à sustentabilidade no campo, garantindo a conservação dos recursos naturais e adaptação às mudanças climáticas.

IV - Mercado e Comercialização:

a) Incentivo à realização de feiras municipais periódicas;

b) Fomento à agroindústria artesanal, capacitação para produção e comercialização;

c) Estabelecimento de parcerias com redes varejistas, mercados locais e cooperativas;

d) Implementação de um selo municipal de certificação para produtos agrícolas locais;

e) Criação de programas de educação alimentar e nutricional.

V - Capacitação, Suporte Técnico e Regularização Fundiária:

a) Assistência técnica e extensão rural (ATER) dentro das cadeias produtivas;

b) Apoio a políticas públicas da agricultura familiar;

c) Estabelecimento de parcerias com universidades, institutos federais e centros de pesquisa para inovação tecnológica no setor agropecuário;

d) Incentivo à formação e fortalecimento de cooperativas e associações de produtores rurais;

e) Incentivo à regularização fundiária e ambiental, incluindo apoio documental e mediação junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Todas as atividades deverão respeitar a legislação ambiental vigente, sendo responsabilidade dos beneficiários obterem as devidas licenças ambientais quando aplicável.

Art. 4° O Município poderá, após juízo de conveniência e oportunidade, apoiar diretamente entidades sem fins lucrativos que atuem no desenvolvimento rural e agropecuário, mediante:

I - empréstimo ou cessão, em regime de comodato, de bens móveis, equipamentos agrícolas e outros bens necessários;

II - realização de serviços;

III – doação de insumos;

IV - doação de bens e materiais provenientes de apreensão por órgãos fiscalizadores, tais como IBAMA e SEMA.

Parágrafo único. O apoio previsto no *caput* dependerá de pedido fundamentado da entidade interessada, que deverá, quando for o caso, prestar contas da destinação dada aos bens e serviços ao Poder Público.

Art. 5° A execução de serviços com máquinas, veículos e demais equipamentos públicos será, como regra, condicionada à comprovação de pagamento pelos beneficiários, conforme os preços públicos definidos na legislação municipal específica que autoriza sua utilização para a prestação de serviços a terceiros.

§1° O valor cobrado poderá ser ajustado conforme a renda familiar, o grau de vulnerabilidade socioeconômica ou a participação em programas do Poder Executivo, podendo ser concedida isenção total em casos de vulnerabilidade socioeconômica severa, nos termos do regulamento.

§2° Os valores arrecadados serão incorporados à Receita Corrente Líquida do Município, mediante emissão e contabilização das Guias de Arrecadação Municipal (DAMs) pelo setor competente.

CAPÍTULO III

CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

Art. 6° Como parte das ações do PROMAR, serão promovidos cursos, treinamentos e assessoria técnica para os produtores rurais participantes, abrangendo temas como:

I - Boas práticas agrícolas e manejo sustentável da produção;

II - Uso eficiente de tecnologias rurais;

III - Gestão financeira e administrativa da propriedade rural;

IV - Técnicas de agregação de valor aos produtos agropecuários e acesso a mercados.

Parágrafo único. A capacitação será oferecida em parceria com universidades, centros de pesquisa e instituições de ensino técnico agrícola.

CAPÍTULO IV

REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Art. 7° Os serviços serão executados mediante solicitação prévia junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1° Em casos de desastres naturais ou emergências, a antecedência mínima poderá ser dispensada.

§ 2° O cronograma de execução observará critérios de economicidade e planejamento para otimização dos recursos públicos.

Art. 8° Poderão solicitar os serviços no âmbito do PROMAR os produtores rurais devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - Comprovar residência ou domicílio na zona rural do município, ou, alternativamente, possuir inscrição ativa como produtor rural no município de Conquista D'Oeste-MT, independentemente de a propriedade estar em zona rural ou urbana do município, por meio de documentos oficiais;

II – Não possuírem débitos de qualquer natureza com o município, sejam eles de natureza tributária ou não tributária.

§1° O não cumprimento da exigência prevista no inciso II acarretará o indeferimento imediato do pedido de atendimento no âmbito do PROMAR.

§2° O produtor que possua débitos junto ao Município poderá ser atendido pelo PROMAR, desde que comprove a formalização de parcelamento regular e a adimplência de todas as parcelas vencidas até a data de solicitação, para fins de cumprimento do disposto no inciso II deste artigo.

§3° A inadimplência de qualquer parcela do parcelamento mencionada no §2º caracteriza o descumprimento do requisito previsto no inciso II deste artigo e, implicará suspensão dos atendimentos do PROMAR ao beneficiário, até a regularização da situação.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9° Compete à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio – SEMAMIC a coordenação, execução operacional e prestação de contas do PROMAR, bem como o exercício das seguintes atribuições:

I – Elaborar propostas técnicas do programa, incluindo critérios de atendimento, aplicação da tabela de preços públicos vigente ou proposta de seus ajustes, roteiros e cronogramas de execução;

II – Estabelecer os limites de serviços por propriedade rural, com base em critérios de eficiência, equidade e sustentabilidade;

III – Realizar o monitoramento e a avaliação contínua do PROMAR, com base em dados técnicos, indicadores de desempenho e visitas em campo;

IV – Elaborar anualmente relatório de execução do PROMAR, contendo dados sobre arrecadação, atividades realizadas, metas alcançadas e beneficiários atendidos;

V – Garantir a transparência na execução do programa, com ampla divulgação de informações no portal oficial da Prefeitura.

§ 1º O Poder Executivo poderá, de ofício, adotar as medidas previstas nos incisos deste artigo, bem como outras ações de regulamentação, coordenação, execução ou planejamento relativas ao PROMAR.

§ 2º As decisões adotadas diretamente pelo Poder Executivo deverão observar os princípios da legalidade, eficiência, equidade e economicidade e, possuir compatibilidade com os objetivos do PROMAR.

§ 3º As propostas técnicas decorrentes das atribuições da SEMAMIC previstas neste artigo, bem como as medidas adotadas pelo Poder Executivo, na hipótese do §1º, poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, com caráter exclusivamente consultivo, sem efeito vinculante ou poder de decisão sobre a execução administrativa do programa.

§ 4º Para a execução das atividades previstas neste artigo, a SEMAMIC poderá contar com o apoio técnico, logístico e operacional de outras secretarias municipais, conforme regulamento ou ato do Poder Executivo.

Art. 10 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com caráter consultivo, terá a responsabilidade de emitir pareceres, acompanhar e orientar diretrizes relacionadas ao PROMAR, garantindo a participação democrática e a transparência na execução do programa.

§ 1º Caberá ao CMDR, especialmente:

I – Emitir parecer sobre os critérios para priorização de atendimentos, considerando fatores como vulnerabilidade socioeconômica, agricultura familiar, presença de povos indígenas, chefia feminina, atuação de jovens no meio rural, bem como a inexistência ou precariedade de infraestrutura essencial que possa comprometer a produção ou o escoamento da produção agrícola;

II – Acompanhar os roteiros e cronogramas de atendimento, podendo sugerir ajustes com base em dados técnicos e demandas dos produtores;

III – Sugerir diretrizes para a definição de limites de prestação de serviços por propriedade rural, bem como para a priorização de beneficiários em situação de maior vulnerabilidade;

IV – Emitir recomendações quanto aos valores de cobrança para execução dos serviços, considerando os custos operacionais e a realidade econômica dos produtores;

V – Acompanhar a execução do PROMAR, propondo melhorias e ajustes sempre que necessário;

VI – Sugerir ações específicas, a expansão de atividades ou adequações nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural no município.

§ 2° As atribuições previstas neste artigo serão exercidas pelo CMDR em consonância com as competências aplicáveis pela legislação municipal vigente que dispõe sobre sua criação, composição e funcionamento, assegurando a harmonia entre as normas.

§ 3° As deliberações do CMDR relacionadas ao PROMAR, no exercício de suas atribuições consultivas, poderão ser realizadas por votação entre seus membros, devendo ser registradas em ata e formalmente encaminhadas ao Poder Executivo para conhecimento e eventual adoção das recomendações.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 O Poder Executivo poderá regulamentar os dispositivos desta Lei, inclusive no que se refere a:

I - Normas para cadastro de beneficiários, com a definição de critérios técnicos, requisitos e documentos necessários para adesão ao PROMAR, incluindo as formas de comprovação de residência ou domicílio na zona rural do município ou, alternativamente, de inscrição ativa como produtor rural no município de Conquista D'Oeste-MT;

II - Procedimentos de solicitação, análise, priorização e deferimento dos pedidos de atendimento no âmbito do PROMAR, assegurando objetividade, transparência e economicidade;

III - Procedimentos gerais para elaboração de roteiros e cronogramas de atendimento, otimização dos recursos públicos e garantia de previsibilidade aos produtores;

IV – Limites e parâmetros técnicos para a prestação de serviços por propriedade rural, incluindo área máxima atendida, tempo de uso de equipamentos e critérios de tratamento justo, com prioridade aos produtores em situação mais vulnerável, bem como aquelas cujas propriedades apresentam inexistência ou precariedade de infraestrutura básica, quando tal condição compromete a produção ou o escoamento agrícola;

V – Aplicação dos valores estabelecidos na legislação municipal específica que fixa os preços públicos para a prestação de serviços com máquinas, veículos e demais equipamentos a terceiros, observada a capacidade econômica dos beneficiários e os princípios de justiça social e inclusão produtiva;

VI - Mecanismos de controle social e acompanhamento do PROMAR, com participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e da SEMAMIC;

VII – Formas de execução indireta das ações do PROMAR, por meio de parcerias com cooperativas, associações, instituições de ensino, organizações sociais e entidades públicas ou privadas;

VIII – Procedimentos de transparência ativa, incluindo a divulgação periódica de relatórios de execução, metas e resultados no portal de transparência ou site oficial da Prefeitura.

Art. 12 As despesas para execução do PROMAR correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser complementadas por:

I - Recursos estaduais e federais;

II - Parcerias com cooperativas e entidades do setor agropecuário;

III - Apoio financeiro a projetos de mecanização agrícola e modernização da produção;

IV - Parcerias com instituições financeiras para facilitar o acesso a crédito rural subsidiado para os pequenos produtores.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei Municipal n° 096, de 03 de setembro de 2002.

Parágrafo único. A revogação da lei mencionada no caput não prejudica a exigibilidade dos débitos constituídos até a data da revogação, os quais permanecem passíveis de cobrança, parcelamento ou regularização nos termos da legislação municipal vigente.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
LEI Nº 668, DE 03 DE ABRIL DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a prestar serviços de apoio a terceiros utilizando maquinários, veículos, ônibus e outros bens públicos, com cobrança de preço público".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prestar serviços a terceiros, com o uso de bens públicos, especialmente:

I – maquinários e equipamentos rodoviários;

II – veículos automotores, inclusive ônibus, micro-ônibus e vans;

III – serviços operacionais e de apoio técnico.

Art. 2º Os serviços serão prestados mediante:

I – disponibilidade dos bens e equipamentos públicos, sem prejuízo às atividades essenciais do Município;

II – solicitação formal do interessado, pessoa física ou jurídica;

III – pagamento de preço público.

Art. 3º A execução de serviços com máquinas, veículos e demais equipamentos públicos será, como regra, condicionada à realização de pagamento pelos usuários, conforme preço público estabelecido em regulamento.

§1º O valor cobrado será fixado por regulamento, com base em valores compatíveis com os praticados no mercado, podendo ser ajustado conforme a renda familiar e o grau de vulnerabilidade socioeconômica, sendo admitida a isenção total em casos de vulnerabilidade severa e podendo ser concedido desconto às entidades sem fins lucrativos, nos termos do regulamento.

§2º Os valores arrecadados serão incorporados à Receita Corrente Líquida do Município, mediante emissão e contabilização das Guias de Arrecadação Municipal (DAMs) pelo setor competente.

§3º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão de livre aplicação pelo Poder Executivo Municipal, observadas as normas legais e orçamentárias vigentes, podendo ser utilizados para fins administrativos, operacionais ou estratégicos da Administração Pública.

§4º A prestação de serviços que envolvam movimentação de terra, cascalho ou outros materiais naturais está condicionada à disponibilidade legal do material, observada a legislação ambiental vigente.

§5º Quando o interessado indicar o local de retirada do material, na hipótese do parágrafo anterior, deverá apresentar a autorização do proprietário do imóvel e dos órgãos ambientais competentes.

§6º O preço público estabelecido para a prestação dos serviços referidos nesta Lei deverá considerar os custos operacionais envolvidos, compreendendo, no mínimo:

I – o consumo de combustível e insumos necessários para a realização do serviço;

II – a remuneração do operador ou servidor designado, incluindo vencimentos, vantagens pessoais e encargos previdenciários;

III – a depreciação do equipamento utilizado e os custos estimados de manutenção preventiva e corretiva.

Art. 4º Para a solicitação dos serviços autorizados por esta Lei, o interessado deverá cumprir os seguintes requisitos:

I – não possuir débitos vencidos com o Município de Conquista D'Oeste;

II – apresentar requerimento formal acompanhado da documentação exigida, contendo a descrição clara e objetiva do serviço solicitado, nos termos do regulamento;

III – assumir responsabilidade por eventuais danos que, por ação ou omissão de sua parte, venham a ocorrer ao meio ambiente, à via pública ou a terceiros, desde que não decorrentes de falha na execução dos serviços por parte dos agentes públicos do Município.

Art. 5º É vedada a prestação de serviços que comprometam a execução das atividades de interesse público prioritário ou resultem em benefício exclusivo de agentes públicos ou autoridades, desde que fundados em interesse público relevante devidamente justificado na norma específica.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar os dispositivos desta Lei, inclusive no que se refere a:

I – os procedimentos para solicitação dos serviços, incluindo formulários, prazos, documentos exigidos e canais de atendimento;

II – os critérios para definição de prioridades, considerando o interesse público, a ordem de protocolo e a disponibilidade dos bens e servidores;

III – a forma de cálculo e o valor do preço público dos serviços, os quais poderão ser definidos por regulamento do Poder Executivo, com base em parâmetros de mercado e custos operacionais;

IV – os casos em que poderá ser exigida contrapartida por parte do solicitante, como fornecimento de materiais, apoio logístico ou mão de obra auxiliar;

V – os mecanismos de controle, fiscalização, prestação de contas e transparência das solicitações e execuções dos serviços;

VI – os limites de uso, tempo máximo de prestação de serviço por usuário e as restrições quanto a áreas de difícil acesso;

VII – os critérios para concessão de descontos ou isenções de pagamento, com base na renda familiar, no grau de vulnerabilidade social ou em outros indicadores socioeconômicos, devidamente comprovados.

Art. 7ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 086, de 11 de junho de 2002, e a Lei Municipal nº 564, de 10 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. A revogação da lei mencionada no caput não prejudica a exigibilidade dos débitos constituídos até a data da revogação, os quais permanecem passíveis de cobrança, parcelamento ou regularização nos termos da legislação municipal vigente.

Conquista D'Oeste, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 026/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2024

ODAIR JOSE VARGAS, Prefeito do Município de Conquista D´Oeste/MT, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 648/2024, **CONVOCA** o(s) a(s) candidato (s) a(s) abaixo relacionado(s) a(s), classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2024, devidamente homologado, para apresentar os documentos descritos no item 9.2 do referido Edital, exigidos para o processo de contratação:

FUNÇÃO: ASSISTENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
23ª	0000950	MIKAELE MUNIZ DOS SANTOS

FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
19ª	0000980	SONIA LUIZA DE PAULO PESCADA

FUNÇÃO: MOTORISTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3ª	0003130	MARCO EDIONE RIBEIRO SOARES

1. Nos termos do item 9.4 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 003/2024, o(s) candidato(s) a(s) acima relacionado(s) a(s) têm o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação dos documentos necessários à formalização da contratação temporária.

1.1. Perderá automaticamente o direito à contratação, o candidato que não apresentar os documentos exigidos para a contratação no prazo previsto no item anterior.

2. Os candidatos convocados pelo presente ato entrarão no exercício da função após a assinatura do contrato temporário.

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 17 de abril de 2025.

ODAIR JOSE VARGAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CARTA DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE INEXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO					
IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICANTE					
NOME:	MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT		CNPJ/MF:	37.465.309/0001-67	
ENDEREÇO:	Avenida 20 de Dezembro, n.º 725, Centro	MUNICÍPIO:	COTRIGUAÇU	UF.:	MT
IDENTIFICAÇÃO DA NOTIFICADA					
RAZÃO SOCIAL/NOME:	DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA				
CNPJ/CPF/MF:	48.447.370/0001-06	*E-MAIL*:	Camilabarros-36hotmail.com		
TELEFONE	(65) 99294-4828				
ENDEREÇO:	RUA TENENTE CORONEL CIPRIANO, Nº 157, CENTRO NORTE	MUNICÍPIO:	VARZEA GRANDE	UF.:	MT
REPRESENTANTE LEGAL	FERNANDA FERREIRA DE CASTRO PAES DE BARROS				
CPF/MF:		*E-MAIL:*	delta_comercio@hotmail.com		
ENDEREÇO:	R. TENENTE CIPRIANO (LOT EMBAUVAL), Nº 157, BAIRRO CENTRO-NORTE, FUNDOS: A	MUNICÍPIO:	VARZEA GRANDE	UF:	MT
IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU CONGÊNERE					
INSTRUMENTO:	ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05/2024				
MODALIDADE/FORMA LICITATÓRIA:	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2024				
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT				

CONTEÚDO/FUNDAMENTO DA NOTIFICAÇÃO

Pela presente, o NOTIFICANTE, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR, vem por meio desta notificação informar à NOTIFICADA, que atua como DETENTORA da Ata de Registro de Preço mencionada, que a mesma se encontra inadimplente com a Administração Pública Municipal.
A inadimplência identificada refere-se ao não fornecimento total dos itens especificados na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 431/2025, em particular dos seguintes produtos que integram a Ata de Registro de Preço:
ITEM 65: Flanela - 100% algodão, medindo 28x50 cm, na cor laranja.
ITEM 105: Pano de copa e cozinha - de algodão, medindo 40x60 cm, branca, com estampa.
Dessa forma, a não entrega dos produtos supracitados configura inexecução da Ata de Registro de Preço, em desacordo com as disposições normativas vigentes, bem como com a legislação pertinente que rege a matéria. A conduta da NOTIFICADA, ao deixar de cumprir com as obrigações assumidas, compromete a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados, além de afetar a continuidade do fornecimento dos materiais necessários à Administração Pública.
Portanto, a presente notificação se justifica na intenção de regularizar a situação e assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, resguardando, assim, os interesses da Administração Pública e a boa execução dos serviços públicos.
Por essas razões, a NOTIFICADA, em tese, está incursa as sanções administrativas do art. 156 do Decreto Municipal n.º 1.715/2024 como advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 3 (três) anos; e, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preço n.º 05/2024 e nos incisos do art. 155, do mesmo Diploma Legal citado acima, por caracterizar inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento.
Com efeito, fica a empresa NOTIFICADA, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente Notificação, regularize a execução da Ata de Registro de Preço n.º 089/2024, cumprindo com a **Autorização de Fornecimento n.º 431/2025**, de acordo com as previsões das cláusulas contidas, bem como com as normativas federais, estaduais e municipais constantes da legislação pertinente, não sanando as inexecuções e imperfeições registradas nas linhas acima, sob pena de decretação de cancelamento da Ata de Registro de Preços e da aplicação de multas previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e, em especial o Decreto Municipal n.º 1.715/2024 – "Regulamenta o procedimento para a apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas", conforme segue:
a) advertência, por escrito;
b) multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta porcento) do valor contratado;
c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis)anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
As multas acima descritas não impedem que a Administração cancele unilateralmente a Ata de Registro de Preço e aplique as outras sanções previstas, conforme dispõe o art. 156 e seguintes, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
A cópia integral da presente Notificação será nesta data encaminhada no endereço de *e-mail* já informado pela empresa Notificada, no ensejo da contratação, e publicado o seu extrato resumido no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT e no Diário Oficial da Associação Mato Grossense dos Municípios – AMM, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

LOCAL DATA E ASSINATURA

LOCAL: COTRIGUAÇU-MT	DIA: 15	MÊS: abril	ANO: 2025
SIMONE DANIELA CZYCZA Fiscal de Contratos Portaria nº 71/2025 Secretaria Municipal de Administração e Planejamento Poder Executivo – Cotriguaçu-MT		**DE ACORDO:** MOISES FERREIRA DE JESUS Prefeito Municipal Poder Executivo – Cotriguaçu-MT	

DELTA COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ/MF n.º 48.447.370/0001-06
NOTIFICADA
DOUGLAS ERNESTO TALGATTI
Representante Legal
CIENTE EM: _____/04/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 04/2025

ATA Nº 04/2025

Ata de número quatro, lavrada ao quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte cinco, às sete horas trinta minutos, nas dependências da sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Mariana, s/n – Centro de Curvelândia, MT. Reuniram-se os seguintes membros do conselho Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente – CMDCA, Presidente: Maura Celia de Andrade Barboza, e demais membros: Eliziane de Oliveira Ferreira, Ezenil de Moraes Magalhaes, Aline Soares da Silva, Jose Aparecido dos Santos e Delci Caciano Pontes, com a presença da Secretaria de Assistência Social: Leia Gomes Miller Souza, **PAUTA**: Eleição do Presidente e Secretario da Comissão Organizadora do Processo de Escolha dos Suplentes de Conselheiros do Conselho Tutelar. A presidente Maura Celia inicia a reunião desejando a todos um ótimo dia, em seguida explana sobre o processo da eleição suplementar, salienta ainda que é de suma importância a participação de todos os conselheiros, uma vez que os membros do conselho fazem parte da comissão organizadora do processo de escolha suplementar. Logo ficou decidido para Presidente da comissão a Senhora Ezenil de Moraes Magalhaes e Secretaria: Eliziane de Oliveira Ferreira. A eleição suplementar de novos suplentes do Conselho Tutelar do Município de Curvelandia, se faz necessário uma vez que o conselho tutelar não mais dispõe de suplentes. Não havendo mais nada a tratar no momento, dar-se-á por encerrada a presente reunião. Eu, Elisabete Borges da Silva, Secretária Executiva dos Conselhos – Portaria Municipal Nº 0422025, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e os demais presentes.

_____
_____
_____
_____

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 107/2025

NOMEIA **ASSESSOR DE GABINETE**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º Nomear **CAIO RAFAEL DOS REIS PEREIRA**, matricula funcional 3374, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE GABINETE**, com lotação no Gabinete.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2025.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2025

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 016/2025

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: IKIGAI COMÉRCIO LTDA - EPP

CNPJ: 50.160.181/0001-91

OBJETO: Aquisição de Implemento Agrícola - Grade Niveladora Intermediária, para atender pequenos e médios produtores rurais do Município de Curvelândia, conforme CONVÊNIO Nº 0649/2022, que entre si celebram o Estado de Mato Grosso por intermédio da SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e o município de Curvelândia/MT.

VALOR: R$: 32.900,00 (Trinta e Dois Mil e Novecentos Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 14/04/2026.

DATA DE ASSINATURA: 15/04/2025.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. JOÃO VICTOR DURÃO, Administrador.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 108/2025

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar os(as) servidores(as) **OSMAR RIZZI,** matrícula funcional n° 365 como Fiscal Titular e **PATRICIA MOREIRA,** matrícula funcional n° 3199, como fiscal substituto, para acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO Nº. 016/2025**.

Art. 2º - Objeto do Contrato: Aquisição de Implemento Agrícola - Grade Niveladora Intermediária, para atender pequenos e médios produtores rurais do Município de Curvelândia, conforme CONVÊNIO Nº 0649/2022, que entre si celebram o Estado de Mato Grosso por intermédio da SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e o município de Curvelândia/MT.

Art. 3º - Os (as) servidores(as) ora designados(as), não serão remunerados(as) por esta atividade, receberão apenas a remuneração de seus cargos de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 17 de abril de 2025.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**C.A. HOSPITALAR LTDA, inscrita** no CNPJ sob o nº 26.457.348/0001-04**.**

VALOR TOTAL DA ATA: R$ 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO – MT, 17 de abril de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 002/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO – MT, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287, Jardim Eldorado, Diamantino- MT, através da Comissão agente de Contratação, torna público para todos os interessados o Edital para o **CREDENCIAMENTO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS AREAS DE ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO ESPECIALIZADA, de forma complementar ao Sistema Unico de Saude – SUS, e para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saude de Diamantino-MT**. A primeira etapa do Credenciamento acorrerá no período de **22/04/2025 a 07/05/2025**. A vigência do credenciamento será pelo período de 12 (doze) meses. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:00 h as 11:00 h e das 13:00 h às 17:00 h, com o Agente de Contratação, no Paço Municipal, Rua Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2287, Jardim Eldorado, Diamantino-MT, ou pelo telefone (65) 3336-6423 e pelo site www.diamantino.mt.gov.br, e e-mail: licitacao@diamantino.mt.gov.br e na plataforma eletrônica BLL Compras: www.bll.org.br qual ocorrera a primeira etapa.

Diamantino-MT, 17 de Abril de 2025.

JOCIMAR MARTINS DA SILVA

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - MUNICÍPIOS

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	61.523.438,40	9.531.192,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.062.851,60	1.419.682,33
IPTU	368.800,00	116.045,86
ISS	5.847.069,60	999.049,31
ITBI	2.011.000,00	102.784,83
IRRF	1.756.000,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.079.982,00	201.802,33
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	442.361,00	90.021,99
Aplicações Financeiras (II)	174.355,00	90.021,99
Outras Receitas Patrimoniais	268.006,00	0,00
Transferências Correntes	48.212.909,09	7.776.226,27
Cota-Parte do FPM	12.680.800,00	2.149.849,21
Cota-Parte do ICMS	16.796.000,00	2.950.739,83
Cota-Parte do IPVA	1.328.000,00	135.636,30
Cota-Parte do ITR	542.238,40	117.925,61
Transferências da LC 61/1989	90.500,00	30.696,87
Transferências do FUNDEB	5.900.000,00	1.255.706,02
Outras Transferências Correntes	10.875.370,69	1.135.672,43
Demais Receitas Correntes	1.805.316,71	245.262,11
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.805.316,71	245.262,11
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	61.349.083,40	9.441.170,71
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.756.561,60	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	96.561,60	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	96.561,60	0,00
Transferências de Capital	1.660.000,00	0,00
Convênios	1.660.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.756.561,60	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	63.105.645,00	9.441.170,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	63.105.645,00	9.441.170,71

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	53.969.515,77	10.748.679,66	6.881.906,56	6.190.593,89	447.973,16	10.682,96	2.550,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.835.464,46	3.440.993,81	3.440.993,81	3.225.188,27	2.264,03	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.134.051,31	7.307.685,85	3.440.912,75	2.965.405,62	445.709,13	10.682,96	2.550,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	33.134.051,31	7.307.685,85	3.440.912,75	2.965.405,62	445.709,13	10.682,96	2.550,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	53.969.515,77	10.748.679,66	6.881.906,56	6.190.593,89	447.973,16	10.682,96	2.550,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	6.605.860,23	686.259,92	301.348,34	298.668,34	0,00	0,00	0,00
Investimentos	5.475.860,23	118.804,93	45.612,64	42.932,64	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.130.000,00	567.454,99	255.735,70	255.735,70	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	5.475.860,23	118.804,93	45.612,64	42.932,64	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	152.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	59.597.376,00	10.867.484,59	6.927.519,20	6.233.526,53	447.973,16	10.682,96	2.550,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	59.597.376,00	10.867.484,59	6.927.519,20	6.233.526,53	447.973,16	10.682,96	2.550,00

ESULTADO PRIMARIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	2.757.121,02
RESULTADO PRIMARIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	2.757.121,02

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	12.087.884,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	90.021,99
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**2.847.143,01**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	1.485.035,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$1,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/ 2024 (a)	**Até o bimestre/ 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.818.467,06	5.562.731,36
DEDUÇÕES (XL)	-951.730,09	4.416.822,37
Disponibilidade de Caixa	-1.875.682,74	3.492.869,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.617.387,02	6.390.128,16
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.770.331,92	534.645,39
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.722.737,84	2.362.613,05
Demais Haveres Financeiros	923.952,65	923.952,65
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	6.770.197,15	1.145.908,99
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		5.624.288,16

AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/ 2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	-3.235.686,53
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.388.601,63
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**2.298.579,64**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO
16/04/2025 - 11:11:55

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	63.280.000,00
Previsão Atualizada	63.280.000,00
Receitas Realizadas	9.531.192,70
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	61.857.376,00
Dotação Atualizada	61.857.376,00
Despesas Empenhadas	12.002.394,57
Despesas Liquidadas	7.438.990,60
Despesas Pagas	6.744.997,93
Superávit Orçamentário	2.092.202,10

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	11.434.939,58
Despesas Liquidadas	7.183.254,90

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	60.891.540,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	60.254.873,95
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	59.192.889,78

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	12.087.884,00	2.757.121,02	22,81
Resultado Nominal - Acima da Linha	1.485.035,00	2.847.143,01	191,72

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	974.485,59	0,00	447.973,16	526.512,43
Poder Executivo	974.485,59	0,00	447.973,16	526.512,43
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	123.612,14	0,00	2.550,00	121.062,14
Poder Executivo	123.612,14	0,00	2.550,00	121.062,14
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.098.097,73	0,00	450.523,16	647.574,57

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.623.035,63	25,00	20,43
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	655.625,47	70,00	54,20
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	686.259,92	5.919.600,31

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2025	2035	2045	2060
Plano Previdenciário	38.843.583,78	48.627.467,74	50.754.598,67	23.752.334,36
Receitas Previdenciárias	19.421.791,89	24.313.733,87	25.377.299,33	11.876.167,18
Despesas Previdenciárias	12.325.364,02	17.654.272,42	26.303.285,25	18.322.931,78
Resultado Previdenciário	7.096.427,87	6.659.461,45	-925.985,91	-6.446.764,60
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	96.561,60
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	96.561,60

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.355.518,46	15,00	17,06

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:23:19

Notas Explicativas

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SAÚDE

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	9.982.869,60	9.982.869,60	1.217.880,00	12,20
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	368.800,00	368.800,00	116.045,86	31,47
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.011.000,00	2.011.000,00	102.784,83	5,11
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.847.069,60	5.847.069,60	999.049,31	17,09
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.756.000,00	1.756.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.304.298,00	38.304.298,00	6.725.688,85	17,56
Cota-Parte FPM	14.401.000,00	14.401.000,00	2.692.494,96	18,70
Cota-Parte ITR	677.798,00	677.798,00	147.406,98	21,75
Cota-Parte IPVA	1.660.000,00	1.660.000,00	169.545,16	10,21
Cota-Parte ICMS	20.995.000,00	20.995.000,00	3.685.544,88	17,55
Cota-Parte IPI-Exportação	90.500,00	90.500,00	30.696,87	33,92
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	480.000,00	480.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**48.287.167,60**	**48.287.167,60**	**7.943.568,85**	**16,45**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o bimestre	% (d/c) x 100	Até o bimestre	% (e/c) x 100	Até o bimestre	% (f/c) x 100	
		(c)	(d)		(e)		(f)		(g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.435.312,00	1.435.312,00	389.299,98	27,12	284.362,41	19,81	277.527,49	19,34	104.937,57
Despesas Correntes	1.409.270,50	1.409.270,50	389.299,98	27,62	284.362,41	20,18	277.527,49	19,69	104.937,57
Despesas de Capital	26.041,50	26.041,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.163.216,22	1.468.319,77	566.908,20	38,61	346.233,00	23,58	342.233,00	23,31	220.675,20
Despesas Correntes	1.053.216,22	1.358.319,77	566.908,20	41,74	346.233,00	25,49	342.233,00	25,20	220.675,20
Despesas de Capital	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	123.503,31	123.503,31	121.099,00	98,05	18.767,43	15,20	225,21	0,18	102.331,57
Despesas Correntes	123.503,31	123.503,31	121.099,00	98,05	18.767,43	15,20	225,21	0,18	102.331,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	62.850,00	62.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	60.350,00	60.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	4.946.200,00	4.946.200,00	967.584,49	19,56	706.155,62	14,28	655.881,48	13,26	261.428,87
Despesas Correntes	4.901.200,00	4.901.200,00	938.875,15	19,16	706.155,62	14,41	655.881,48	13,38	232.719,53
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	28.709,34	63,80	0,00	0,00	0,00	0,00	28.709,34
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**7.766.581,53**	**8.071.685,08**	**2.044.891,67**	**25,33**	**1.355.518,46**	**16,79**	**1.275.867,18**	**15,81**	**689.373,21**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.044.891,67	1.355.518,46	1.275.867,18
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**2.044.891,67**	**1.355.518,46**	**1.275.867,18**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	1.191.535,33		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	853.356,34	163.983,13	84.331,85
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**25,74**	**17,06**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	1.191.535,33	2.044.891,67	853.356,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	853.356,34
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.664.326,06	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.122,20	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.788.080,69	3.788.080,69	570.035,25	15,05
Proveniente da União	3.766.280,69	3.766.280,69	570.035,25	15,14
Proveniente dos Estados	21.800,00	21.800,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**3.788.080,69**	**3.788.080,69**	**570.035,25**	**15,05**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	DESPESAS PAGAS Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.657.189,00	3.457.189,00	818.095,05	23,66	778.568,00	22,52	740.912,07	21,43	39.527,05
Despesas Correntes	3.359.659,00	3.259.659,00	818.095,05	25,10	778.568,00	23,88	740.912,07	22,73	39.527,05
Despesas de Capital	297.530,00	197.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.069.420,00	1.189.420,00	56.240,02	4,73	43.972,92	3,70	43.972,92	3,70	12.267,10
Despesas Correntes	725.000,00	645.000,00	41.519,50	6,44	41.519,50	6,44	41.519,50	6,44	0,00
Despesas de Capital	344.420,00	544.420,00	14.720,52	2,70	2.453,42	0,45	2.453,42	0,45	12.267,10
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	131.496,69	131.496,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	131.496,69	131.496,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	160.000,00	160.000,00	55.798,87	34,87	55.798,87	34,87	53.346,73	33,34	0,00
Despesas Correntes	156.550,00	156.550,00	55.798,87	35,64	55.798,87	35,64	53.346,73	34,08	0,00
Despesas de Capital	3.450,00	3.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	23.131,92	23.131,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	23.131,92	23.131,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**5.041.237,61**	**4.961.237,61**	**930.133,94**	**18,75**	**878.339,79**	**17,70**	**838.231,72**	**16,90**	**51.794,15**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.092.501,00	4.892.501,00	1.207.395,03	24,68	1.062.930,41	21,73	1.018.439,56	20,82	144.464,62
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.232.636,22	2.657.739,77	623.148,22	23,45	390.205,92	14,68	386.205,92	14,53	232.942,30
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	255.000,00	255.000,00	121.099,00	47,49	18.767,43	7,36	225,21	0,09	102.331,57
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	222.850,00	222.850,00	55.798,87	25,04	55.798,87	25,04	53.346,73	23,94	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	4.969.331,92	4.969.331,92	967.584,49	19,47	706.155,62	14,21	655.881,48	13,20	261.428,87
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**12.807.819,14**	**13.032.922,69**	**2.975.025,61**	**22,83**	**2.233.858,25**	**17,14**	**2.114.098,90**	**16,22**	**741.167,36**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**12.807.819,14**	**13.032.922,69**	**2.975.025,61**	**22,83**	**2.233.858,25**	**17,14**	**2.114.098,90**	**16,22**	**741.167,36**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:20:34

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.605.860,23	686.259,92	301.348,34	0,00	5.919.600,31
Investimentos	5.475.860,23	118.804,93	45.612,64	0,00	5.357.055,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.130.000,00	567.454,99	255.735,70	0,00	562.545,01
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.605.860,23	686.259,92	301.348,34	0,00	5.919.600,31
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**6.605.860,23**	**686.259,92**	**0,00**	**0,00**	**5.919.600,31**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:16:06

Notas Explicativas

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024

CONTRATADA: *GILSON JOSÉ DA SILVA TRANSPORTES ME,* inscrita no CNPJ: 02.276.813/0001-34

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de cento e oitenta (180) dias do prazo de execução, constante da Cláusula 8, item 8.2 do Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2024, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024

CONTRATADA: *GILSON JOSÉ DA SILVA TRANSPORTES ME,* inscrita no CNPJ: 02.276.813/0001-34

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de doze (12) meses de vigência, constante da Cláusula 8, item 8.1 do Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2024, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO - SUBFUNÇÃO

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.432.376,00	60.432.376,00	11.434.939,58	11.434.939,58	100,00	48.997.436,42	7.183.254,90	7.183.254,90	100,00	53.249.121,10	4.251.684,68
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	13.916.117,31	14.536.117,31	3.321.154,20	3.321.154,20	29,04	11.214.963,11	2.020.674,78	2.020.674,78	28,13	12.515.442,53	1.300.479,42
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	13.626.117,31	14.246.117,31	3.300.846,20	3.300.846,20	28,87	10.945.271,11	2.004.366,78	2.004.366,78	27,90	12.241.750,53	1.296.479,42
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	240.000,00	240.000,00	20.308,00	20.308,00	0,18	219.692,00	16.308,00	16.308,00	0,23	223.692,00	4.000,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.184.442,25	4.184.442,25	657.958,80	657.958,80	5,75	3.526.483,45	560.099,23	560.099,23	7,80	3.624.343,02	97.859,57
Assistência ao Idoso	666.500,00	666.500,00	36.469,55	36.469,55	0,32	630.030,45	34.502,72	34.502,72	0,48	631.997,28	1.966,83
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	205.000,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Assistência Comunitária	642.246,00	642.246,00	0,00	0,00	0,00	642.246,00	0,00	0,00	0,00	642.246,00	0,00
Administração Geral	2.670.696,25	2.670.696,25	621.489,25	621.489,25	5,44	2.049.207,00	525.596,51	525.596,51	7,32	2.145.099,74	95.892,74
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	12.967.160,59	13.117.160,59	3.042.867,83	3.042.867,83	26,61	10.074.292,76	2.301.700,47	2.301.700,47	32,04	10.815.460,12	741.167,36
Atenção Básica	4.815.776,00	4.615.776,00	1.207.395,03	1.207.395,03	10,56	3.408.380,97	1.062.930,41	1.062.930,41	14,80	3.552.845,59	144.464,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.518.702,67	2.868.702,67	690.990,44	690.990,44	6,04	2.177.712,23	458.048,14	458.048,14	6,38	2.410.654,53	232.942,30
Suporte Profilático e Terapêutico	255.000,00	255.000,00	121.099,00	121.099,00	1,06	133.901,00	18.767,43	18.767,43	0,26	236.232,57	102.331,57
Vigilância Sanitária	35.500,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	222.850,00	222.850,00	55.798,87	55.798,87	0,49	167.051,13	55.798,87	55.798,87	0,78	167.051,13	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	5.119.331,93	5.119.331,93	967.584,49	967.584,49	8,46	4.151.747,43	706.155,62	706.155,62	9,83	4.413.176,30	261.428,87
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	13.869.635,33	13.869.635,33	2.024.820,15	2.024.820,15	17,71	11.844.815,18	1.442.399,56	1.442.399,56	20,08	12.427.235,77	582.420,59
Ensino Fundamental	6.348.423,30	6.743.208,71	1.068.033,38	1.068.033,38	9,34	5.675.175,33	650.192,69	650.192,69	9,05	6.093.016,02	417.840,69
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.948.909,35	3.830.142,85	493.376,80	493.376,80	4,31	3.336.766,05	407.328,80	407.328,80	5,67	3.422.814,05	86.048,00
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	3.562.302,68	3.286.283,77	463.409,97	463.409,97	4,05	2.822.873,80	384.878,07	384.878,07	5,36	2.901.405,70	78.531,90
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.200.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	120.500,00	120.500,00	6.000,00	6.000,00	0,05	114.500,00	1.433,33	1.433,33	0,02	119.066,67	4.566,67
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	120.500,00	120.500,00	6.000,00	6.000,00	0,05	114.500,00	1.433,33	1.433,33	0,02	119.066,67	4.566,67
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	4.460.103,13	4.041.703,13	77.815,18	77.815,18	0,68	3.963.887,95	45.126,53	45.126,53	0,63	3.996.576,60	32.688,65
Infra-Estrutura Urbana	4.460.103,13	4.041.703,13	77.815,18	77.815,18	0,68	3.963.887,95	45.126,53	45.126,53	0,63	3.996.576,60	32.688,65

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	1.282.437,69	1.282.437,69	114.318,39	114.318,39	1,00	1.168.119,30	89.792,69	89.792,69	1,25	1.192.645,00	24.525,70
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.132.437,69	1.132.437,69	109.034,56	109.034,56	0,95	1.023.403,13	84.508,86	84.508,86	1,18	1.047.928,83	24.525,70
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	150.000,00	150.000,00	5.283,83	5.283,83	0,05	144.716,17	5.283,83	5.283,83	0,07	144.716,17	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	2.038.285,00	2.038.285,00	170.893,82	170.893,82	1,45	1.867.391,18	86.993,46	86.993,46	1,21	1.951.291,54	83.900,36
Abastecimento	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	988.285,00	988.285,00	129.893,82	129.893,82	1,14	858.391,18	76.823,17	76.823,17	1,07	911.461,83	53.070,65
Demais Subfunções	50.000,00	50.000,00	41.000,00	41.000,00	0,36	9.000,00	10.170,29	10.170,29	0,14	39.829,71	30.829,71
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSAD (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	1.847.704,70	1.496.104,70	61.107,38	61.107,38	0,53	1.434.997,32	52.045,78	52.045,78	0,72	1.444.058,92	9.061,60
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.847.704,70	1.496.104,70	61.107,38	61.107,38	0,53	1.434.997,32	52.045,78	52.045,78	0,72	1.444.058,92	9.061,60
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	891.300,00	891.300,00	95.422,06	95.422,06	0,83	795.877,94	65.226,35	65.226,35	0,91	826.073,65	30.195,71
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	631.600,00	631.600,00	47.434,70	47.434,70	0,41	584.165,30	17.239,00	17.239,00	0,24	614.361,00	30.195,70
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	259.700,00	259.700,00	47.987,36	47.987,36	0,42	211.712,64	47.987,35	47.987,35	0,67	211.712,65	0,01
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.502.690,00	2.502.690,00	1.862.581,77	1.862.581,77	16,29	640.108,23	517.762,72	517.762,72	7,21	1.984.927,28	1.344.819,05
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	2.502.690,00	2.502.690,00	1.862.581,77	1.862.581,77	16,29	640.108,23	517.762,72	517.762,72	7,21	1.984.927,28	1.344.819,05
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	152.000,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	60.442.376,00	60.442.376,00	11.434.939,58	11.434.939,58	100,00	49.007.436,42	7.183.254,90	7.183.254,90	100,00	53.259.121,10	4.251.684,68

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:04:00

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	9.982.869,60	1.217.880,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	368.800,00	116.045,86
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.011.000,00	102.784,83
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	5.847.069,60	999.049,31
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.756.000,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	39.464.298,00	6.725.688,85
2.1- Cota-Parte FPM	15.561.000,00	2.692.494,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.401.000,00	2.692.494,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.160.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	20.995.000,00	3.685.544,88
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	90.500,00	30.696,87
2.4- Cota-Parte ITR	677.798,00	147.406,98
2.5- Cota-Parte IPVA	1.660.000,00	169.545,16
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	480.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**49.447.167,60**	**7.943.568,85**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**7.660.859,60**	**1.345.137,77**
5- VALOR MINIMO A SER APLICADO ALEM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**4.700.932,30**	**640.754,44**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	5.908.742,00	1.263.062,95
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.908.742,00	1.209.575,45
6.1.1- Principal	5.900.000,00	1.202.218,52
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	8.742,00	7.356,93
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	53.487,50
6.4.1- Principal	0,00	53.487,50
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-1.760.859,60**	**-142.919,25**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-11.241,78
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	11.241,78
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**1.263.062,95**

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.905.532,30	859.855,56	859.855,56	809.805,85	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.132.909,70	655.625,47	655.625,47	617.453,10	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.068.000,00	297.853,88	297.853,88	279.824,65	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.064.909,70	357.771,59	357.771,59	337.628,45	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.772.622,60	204.230,09	204.230,09	192.352,75	0,00
10.2.1- Educação Infantil	835.248,75	104.068,24	104.068,24	97.460,72	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	937.373,85	100.161,85	100.161,85	94.892,03	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	859.855,56	859.855,56	809.805,85	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	859.855,56	859.855,56	809.805,85	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	655.625,47	655.625,47	617.453,10	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	846.702,82	655.625,47	655.625,47	54,20
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	126.306,30	403.207,39	403.207,39	276901.09	31,92

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	553.589,53	-11.241,78	-11.241,78	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	553.589,53	-11.241,78	-11.241,78	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.443.236,65	1.137.219,54	554.798,95	409.926,23	582.420,59
20.1- Educação Infantil	615.683,40	88.456,01	2.408,01	0,00	86.048,00
20.2- Ensino Fundamental	1.819.699,16	585.353,56	167.512,87	150.300,02	417.840,69
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	3.007.854,09	463.409,97	384.878,07	259.626,21	78.531,90
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.466.978,65	1.997.075,10	1.414.654,51	1.219.732,08	582.420,59
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.519.741,85	490.378,13	404.330,13	377.285,37	86.048,00
21.1.1- Creche	3.519.741,85	490.378,13	404.330,13	377.285,37	86.048,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.947.236,80	1.506.696,97	1.010.324,38	842.446,71	496.372,59

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	554.798,95
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.345.137,77
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	276.901,09
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**1.623.035,63**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.985.892,21	1.623.035,63	20,43

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	173.601,46	0,00	93.259,45	0,00	80.342,01
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	160.011,32	0,00	93.259,45	0,00	66.751,87
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	13.590,14	0,00	0,00	0,00	13.590,14
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.821.427,00	132.366,16
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	533.173,00	107.366,06
31.1.1- Salário-Educação	360.000,00	89.914,06
31.1.2- PDDE	20.601,00	0,00
31.1.3- PNAE	102.000,00	14.757,10
31.1.4 - PNATE	50.572,00	2.694,90
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.050.000,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.238.254,00	25.000,10

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇOES TIPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.350.856,68	27.745,05	27.745,05	24.476,95	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	258.601,00	2.998,67	2.998,67	2.998,67	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.713.254,00	18.705,55	18.705,55	17.551,77	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	369.001,68	6.040,83	6.040,83	3.926,51	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$1,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	13.684.635,33	1.989.070,15	1.432.949,56	1.234.759,03	556.120,59
33.1- Despesas Correntes	12.958.726,65	1.957.896,55	1.429.165,36	1.233.654,83	528.731,19
33.1.1- Pessoal Ativo	7.006.532,87	978.766,05	978.766,05	921.715,68	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	5.952.193,78	979.130,50	450.399,31	311.939,15	528.731,19
33.2- Despesas de Capital	725.908,68	31.173,60	3.784,20	1.104,20	27.389,40
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	725.908,68	31.173,60	3.784,20	1.104,20	27.389,40

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.431.069,27	444.924,89
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.263.062,95	89.914,06
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	809.805,85	0,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.884.326,37	534.838,95
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	2.015,67
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.884.326,37	532.823,28

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:14:18

www.elotech.com.br

Página 7 de 7

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2024

CONTRATADA: GAMA CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.466.626/0001-35

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de noventa dias (90) dias do prazo de execução, constante da Cláusula 8, item 8.1 do Contrato de Prestação de Serviços nº 027/2024, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 14.133/21.

DATA DE ASSINATURA: 07/03/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	96.561,60	0,00	96.561,60
Receita de Alienação de Bens Móveis	96.561,60	0,00	96.561,60
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	96.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.561,60
Despesas de Capital	96.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.561,60
Investimentos	96.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.561,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:18:22

www.elotech.com.br

Página 1 de 1

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO X – DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2023	58.785.258,44	15.783.010,49	43.002.247,95	299.524.289,74
2024	63.255.090,65	29.036.661,60	34.218.429,05	333.742.718,79
2025	65.569.111,55	29.415.575,42	36.153.536,13	369.896.254,92
2026	68.010.631,82	29.445.546,55	38.565.085,27	408.461.340,19
2027	69.869.380,98	33.136.285,07	36.733.095,91	445.194.436,10
2028	71.784.657,87	35.943.377,86	35.841.280,01	481.035.716,11
2029	73.276.094,34	40.572.311,95	32.703.782,39	513.739.498,50
2030	74.855.909,42	43.677.743,70	31.178.165,72	544.917.664,22
2031	76.357.732,53	46.751.218,21	29.606.514,32	574.524.178,54
2032	77.715.302,33	50.033.512,63	27.681.789,70	602.205.968,24
2033	78.829.405,05	53.568.080,78	25.261.324,27	627.467.292,51
2034	79.124.378,07	60.229.954,62	18.894.423,45	646.361.715,96
2035	79.507.473,85	64.813.327,97	14.694.145,88	661.055.861,84
2036	79.810.297,73	68.701.107,42	11.109.190,31	672.165.052,15
2037	80.299.613,45	70.593.080,59	9.706.532,86	681.871.585,01
2038	80.543.930,03	73.223.363,86	7.320.566,17	689.192.151,18
2039	80.621.970,64	75.894.948,62	4.727.022,02	693.919.173,20
2040	80.663.308,15	78.032.307,29	2.631.000,86	696.550.174,06
2041	80.404.533,46	80.818.151,92	-413.618,46	696.136.555,60
2042	80.117.554,63	82.969.182,02	-2.851.627,39	693.284.928,21
2043	79.762.720,87	84.660.427,97	-4.897.707,10	688.387.221,11
2044	79.384.489,33	85.933.133,50	-6.548.644,17	681.838.576,94
2045	78.768.324,86	87.646.919,00	-8.878.594,14	672.959.982,80
2046	78.437.550,44	87.515.537,27	-9.077.986,83	663.881.995,97
2047	78.004.485,53	87.582.183,18	-9.577.697,65	654.304.298,32
2048	77.511.840,16	87.798.647,18	-10.286.807,02	644.017.491,30
2049	77.070.572,35	87.418.007,05	-10.347.434,70	633.670.056,60
2050	76.769.568,33	86.389.218,53	-9.619.650,20	624.050.406,40
2051	76.397.659,74	85.679.966,77	-9.282.307,03	614.768.099,37
2052	76.046.538,18	84.952.774,65	-8.906.236,47	605.861.862,90
2053	75.935.233,03	83.086.468,04	-7.151.235,01	598.710.627,89
2054	75.949.400,46	81.107.312,48	-5.157.912,02	593.552.715,87
2055	76.114.258,59	78.758.976,77	-2.644.718,18	590.907.997,69
2056	70.236.909,94	76.407.127,52	-6.170.217,58	584.737.780,11
2057	36.013.783,68	73.462.764,68	-37.448.981,00	547.288.799,11
2058	33.791.252,20	70.488.701,77	-36.697.449,57	510.591.349,54
2059	31.590.014,78	67.538.126,74	-35.948.111,96	474.643.237,58
2060	29.445.156,56	64.465.204,51	-35.020.047,95	439.623.189,63
2061	27.348.042,08	61.362.555,08	-34.014.513,00	405.608.676,63
2062	25.342.332,97	58.067.790,98	-32.725.458,01	372.883.218,62
2063	23.409.141,20	54.742.404,05	-31.333.262,85	341.549.955,77
2064	21.534.640,65	51.498.456,32	-29.963.815,67	311.586.140,10
2065	19.744.457,20	48.230.767,02	-28.486.309,82	283.099.830,28
2066	18.033.093,42	44.998.973,48	-26.965.880,06	256.133.950,22
2067	16.409.974,36	41.794.153,39	-25.384.179,03	230.749.771,19
2068	14.871.642,70	38.661.469,87	-23.789.827,17	206.959.944,02
2069	13.419.971,76	35.614.349,29	-22.194.377,53	184.765.566,49
2070	12.056.182,65	32.665.302,80	-20.609.120,15	164.156.446,34
2071	10.780.900,43	29.826.761,57	-19.045.861,14	145.110.585,20

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2072	9.593.905,91	27.108.097,50	-17.514.191,59	127.596.393,61
2073	8.494.517,01	24.519.110,51	-16.024.593,50	111.571.800,11
2074	7.480.990,90	22.063.313,93	-14.582.323,03	96.989.477,08
2075	6.551.210,83	19.742.888,44	-13.191.677,61	83.797.799,47
2076	5.703.123,78	17.563.279,60	-11.860.155,82	71.937.643,65
2077	4.934.027,28	15.526.803,70	-10.592.776,42	61.344.867,23
2078	4.241.110,85	13.637.740,50	-9.396.629,65	51.948.237,58
2079	3.621.040,66	11.898.649,10	-8.277.608,44	43.670.629,14
2080	3.069.925,54	10.309.117,20	-7.239.191,66	36.431.437,48
2081	2.583.530,17	8.866.840,54	-6.283.310,37	30.148.127,11
2082	2.157.337,62	7.567.430,80	-5.410.093,18	24.738.033,93
2083	1.786.822,04	6.406.555,66	-4.619.733,62	20.118.300,31
2084	1.467.248,76	5.377.540,77	-3.910.292,01	16.208.008,30
2085	1.193.989,76	4.473.830,81	-3.279.841,05	12.928.167,25
2086	962.337,90	3.686.788,14	-2.724.450,24	10.203.717,01
2087	767.865,41	3.008.756,35	-2.240.890,94	7.962.826,07
2088	606.034,23	2.428.832,62	-1.822.798,39	6.140.027,68
2089	472.700,49	1.936.989,55	-1.464.289,06	4.675.738,62
2090	364.031,00	1.523.363,43	-1.159.332,43	3.516.406,19
2091	276.581,30	1.179.094,13	-902.512,83	2.613.893,36
2092	207.297,88	896.738,26	-689.440,38	1.924.452,98
2093	153.383,19	669.280,20	-515.897,01	1.408.555,97
2094	112.232,83	489.473,56	-377.240,73	1.031.315,24
2095	81.486,44	350.186,13	-268.699,69	762.615,55
2096	59.033,51	244.390,70	-185.357,19	577.258,36
2097	0,00	0,00	0,00	577.258,36

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (“d” exerc. Anterior) + (c)
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO
16/04/2025 - 11:16:58

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.280.000,00	63.280.000,00	9.531.192,70	15,06	9.531.192,70	15,06	53.748.807,30
RECEITAS CORRENTES	61.523.438,40	61.523.438,40	9.531.192,70	15,49	9.531.192,70	15,49	51.992.245,70
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.062.851,60	11.062.851,60	1.419.682,33	12,83	1.419.682,33	12,83	9.643.169,27
Impostos	9.982.869,60	9.982.869,60	1.217.887,52	12,20	1.217.887,52	12,20	8.764.982,08
Taxas	484.644,00	484.644,00	149.366,51	30,82	149.366,51	30,82	335.277,49
Contribuição de Melhoria	595.338,00	595.338,00	52.428,30	8,81	52.428,30	8,81	542.909,70
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	442.361,00	442.361,00	90.021,99	20,35	90.021,99	20,35	352.339,01
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	64.775,00	64.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.775,00
Valores Mobiliários	174.355,00	174.355,00	90.021,99	51,63	90.021,99	51,63	84.333,01
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	203.231,00	203.231,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.231,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.607.400,00	1.607.400,00	244.582,11	15,22	244.582,11	15,22	1.362.817,89
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	15.670,00	0,00	15.670,00	0,00	-15.670,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	1.607.400,00	1.607.400,00	228.912,11	14,24	228.912,11	14,24	1.378.487,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.212.909,09	48.212.909,09	7.776.226,27	16,13	7.776.226,27	16,13	40.436.682,82
Transferências da União e de suas Entidades	19.561.215,09	19.561.215,09	3.110.708,23	15,90	3.110.708,23	15,90	16.450.506,86
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	22.751.694,00	22.751.694,00	3.409.812,02	14,99	3.409.812,02	14,99	19.341.881,98
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.900.000,00	5.900.000,00	1.255.706,02	21,28	1.255.706,02	21,28	4.644.293,98
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	197.916,71	197.916,71	680,00	0,34	680,00	0,34	197.236,71
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.761,91	2.761,91	0,00	0,00	0,00	0,00	2.761,91
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	195.154,80	195.154,80	680,00	0,35	680,00	0,35	194.474,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.756.561,60	1.756.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756.561,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	96.561,60	96.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	96.561,60
Alienação de Bens Móveis	96.561,60	96.561,60	0,00	0,00	0,00	0,00	96.561,60
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.660.000,00	1.660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.660.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	960.000,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	63.280.000,00	63.280.000,00	9.531.192,70	15,06	9.531.192,70	15,06	53.748.807,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	63.280.000,00	63.280.000,00	9.531.192,70	15,06	9.531.192,70	15,06	53.748.807,30
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	63.280.000,00	63.280.000,00	9.531.192,70	15,06	9.531.192,70	15,06	53.748.807,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e - f)		(h)	(I) = (e - h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	60.717.376,00	60.717.376,00	11.434.939,58	11.434.939,58	49.282.436,42	7.183.254,90	7.183.254,90	53.534.121,10	6.489.262,23	4.251.684,68
DESPESAS CORRENTES	53.999.515,77	53.959.515,77	10.748.679,66	10.748.679,66	43.210.836,11	6.881.906,56	6.881.906,56	47.077.609,21	6.190.593,89	3.866.773,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.991.251,34	20.835.464,46	3.440.993,81	3.440.993,81	17.394.470,65	3.440.993,81	3.440.993,81	17.394.470,65	3.225.188,27	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.008.264,43	33.124.051,31	7.307.685,85	7.307.685,85	25.816.365,46	3.440.912,75	3.440.912,75	29.683.138,56	2.965.405,62	3.866.773,10
DESPESAS DE CAPITAL	6.565.860,23	6.605.860,23	686.259,92	686.259,92	5.919.600,31	301.348,34	301.348,34	6.304.511,89	298.668,34	384.911,58
INVESTIMENTOS	5.435.860,23	5.475.860,23	118.804,93	118.804,93	5.357.055,30	45.612,64	45.612,64	5.430.247,59	42.932,64	73.192,29
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.130.000,00	1.130.000,00	567.454,99	567.454,99	562.545,01	255.735,70	255.735,70	874.264,30	255.735,70	311.719,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	152.000,00	152.000,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00	0,00	152.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	60.727.376,00	60.727.376,00	11.434.939,58	11.434.939,58	49.292.436,42	7.183.254,90	7.183.254,90	53.544.121,10	6.489.262,23	4.251.684,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	1.130.000,00	1.130.000,00	567.454,99	567.454,99	562.545,01	255.735,70	255.735,70	874.264,30	255.735,70	311.719,29
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.130.000,00	1.130.000,00	567.454,99	567.454,99	562.545,01	255.735,70	255.735,70	874.264,30	255.735,70	311.719,29
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	61.857.376,00	61.857.376,00	12.002.394,57	12.002.394,57	49.854.981,43	7.438.990,60	7.438.990,60	54.418.385,40	6.744.997,93	4.563.403,97
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.092.202,10	0,00	2.786.194,77	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	61.857.376,00	61.857.376,00	12.002.394,57	12.002.394,57	49.854.981,43	7.438.990,60	9.531.192,70	0,00	9.531.192,70	4.563.403,97
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e - f)		(h)	(I) = (e - h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:00:32

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023

CONTRATADA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 18.009.871/0001-31

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de doze (12) meses do prazo de execução, constante da Cláusula 4, item 4.1 do Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2023, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anterior	Em 31 de dezembro 2024			e = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anterior	Em 31 de dezembro 2024				k = (f + g) - (	L = (e + k)
	(a)	(b)	(c)	(d)		(f)	(g)	(h)	(i)	(j)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	14.533,97	959.951,62	447.973,16	0,00	526.512,43	12.895,59	110.716,55	10.682,96	2.550,00	0,00	121.062,14	647.574,57
PODER EXECUTIVO	14.533,97	959.951,62	447.973,16	0,00	526.512,43	12.895,59	110.716,55	10.682,96	2.550,00	0,00	121.062,14	647.574,57
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.533,97	959.951,62	447.973,16	0,00	526.512,43	12.895,59	110.716,55	10.682,96	2.550,00	0,00	121.062,14	647.574,57

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE DOM AQUINO

16/04/2025 - 11:13:04

www.elotech.com.br

Página 1 de 1

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2025

CONTRATADA: K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 10.676.614/0001-41

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de 6 (seis) meses do prazo de vigência, constante da **Cláusula 7**, **item 7.1** do Contrato de Prestação de Serviços nº 004/2024, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 14/02/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	Março 2024	Abril 2024	Maio 2024	Junho 2024	Julho 2024	Agosto 2024	Setembro 2024	Outubro 2024	Novembro 2024	Dezembro 2024	Janeiro 2025	Fevereiro 2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	**4.285.784,82**	**4.670.704,14**	**5.750.941,72**	**6.800.686,73**	**4.962.276,90**	**4.940.016,88**	**4.852.617,52**	**6.414.469,39**	**5.327.774,93**	**9.635.614,19**	**5.938.942,35**	**4.933.091,38**	**68.512.920,95**	**69.070.198,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	233.030,43	518.028,35	340.867,71	245.653,58	271.503,48	530.126,04	406.861,01	630.149,52	434.748,05	2.960.633,25	1.039.579,29	380.103,04	7.991.283,75	11.062.851,60
IPTU	24.541,98	64.373,94	30.059,92	28.510,86	17.162,68	15.510,49	8.672,37	8.136,53	13.339,91	220.008,93	61.475,45	54.570,41	546.363,47	368.800,00
ISS	124.620,46	95.717,06	116.293,90	106.741,61	147.526,90	181.852,10	227.941,14	251.677,69	191.942,48	254.720,69	875.986,79	123.062,52	2.698.083,34	5.847.069,60
ITBI	14.296,36	236.473,43	127.751,23	20.612,30	32.962,74	90.804,30	92.523,02	51.174,21	31.758,00	1.372.465,10	5.499,00	97.285,83	2.173.605,52	2.011.000,00
IRRF	3.787,56	12.699,75	4.885,87	16.289,47	5.541,33	163.080,92	39.969,72	266.654,92	192,66	1.033.165,54	0,00	0,00	1.546.267,74	1.756.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.784,07	108.764,17	61.876,79	73.499,34	68.309,83	78.878,23	37.754,76	52.506,17	197.515,00	80.272,99	96.618,05	105.184,28	1.026.963,68	1.079.982,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	50.259,00	45.513,41	45.055,25	50.609,37	76.430,96	67.843,37	57.412,88	66.767,58	49.413,91	47.710,16	41.678,51	48.343,48	647.037,88	442.361,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	50.259,00	45.513,41	45.055,25	50.609,37	76.430,96	67.843,37	57.412,88	66.767,58	49.413,91	47.710,16	41.678,51	48.343,48	647.037,88	174.355,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	268.006,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	114.603,10	94.361,42	122.235,43	109.580,04	132.437,32	126.130,46	113.751,93	141.166,24	124.733,46	118.100,33	119.270,72	125.311,39	1.441.681,84	1.607.400,00
Transferências Correntes	3.885.439,29	4.011.300,96	5.194.270,51	6.392.873,07	4.478.574,47	4.211.906,34	4.271.871,70	5.572.026,05	4.717.373,60	6.340.959,17	4.738.413,83	4.378.653,47	58.193.662,46	55.759.668,69
Cota-Parte do FPM	931.411,88	976.914,86	1.136.515,90	1.220.428,60	1.322.438,26	1.034.507,57	1.077.294,85	901.140,32	1.153.500,76	1.860.749,04	1.151.188,55	1.541.306,41	14.307.397,00	15.561.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.627.021,37	1.626.893,23	1.584.254,40	1.707.742,45	1.859.614,16	1.833.052,13	1.695.576,55	2.201.547,81	2.019.391,51	1.732.916,75	2.093.963,17	1.591.581,71	21.573.555,24	20.995.000,00
Cota-Parte do IPVA	72.457,89	134.956,35	229.932,01	281.098,87	113.817,97	68.581,14	63.080,24	70.552,30	42.945,94	35.396,32	76.255,98	93.289,18	1.282.364,19	1.660.000,00
Cota-Parte do ITR	29.579,32	60.447,35	40.427,70	21.652,77	22.036,10	25.275,68	196.930,52	1.065.790,49	305.739,95	355.010,66	100.958,19	46.448,79	2.270.297,52	677.798,00
Transferências da LC 61/1989	9.638,19	13.883,51	18.336,09	5.545,63	14.645,69	15.697,50	14.997,13	11.827,28	12.849,45	15.589,59	0,00	30.696,87	163.706,93	90.500,00
Transferências do FUNDEB	408.481,02	422.542,85	454.517,38	495.511,40	447.743,21	454.765,51	416.507,66	549.552,79	497.748,54	462.959,69	634.696,22	621.009,80	5.866.036,07	5.900.000,00
Outras Transferências Correntes	806.849,62	775.662,81	1.730.287,03	2.660.893,35	698.279,08	780.026,81	807.484,75	771.615,06	685.197,45	1.878.337,12	681.351,72	454.320,71	12.730.305,51	10.875.370,69
Outras Receitas Correntes	2.453,00	1.500,00	48.512,82	1.970,67	3.330,67	4.010,67	2.720,00	4.360,00	1.505,91	168.211,28	0,00	680,00	239.255,02	197.916,71
DEDUÇÕES (II)	**532.093,92**	**559.842,18**	**598.225,84**	**646.184,40**	**557.278,44**	**592.283,18**	**560.179,98**	**846.517,55**	**704.315,49**	**683.618,23**	**682.169,13**	**658.671,90**	**7.621.380,24**	**7.546.759,60**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	532.093,92	559.842,18	598.225,84	646.184,40	557.278,44	592.283,18	560.179,98	846.517,55	704.315,49	683.618,23	682.169,13	658.671,90	7.621.380,24	7.546.759,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.753.690,90**	**4.110.861,96**	**5.152.715,88**	**6.154.502,33**	**4.404.998,46**	**4.347.733,70**	**4.292.437,54**	**5.567.951,84**	**4.623.459,44**	**8.951.995,96**	**5.256.773,22**	**4.274.419,48**	**60.891.540,71**	**61.523.438,40**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	400.044,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.372,76	118.250,00	636.666,76	459.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III -IV)	3.753.690,90	4.110.861,96	4.752.671,88	6.154.502,33	4.404.998,46	4.347.733,70	4.292.437,54	5.567.951,84	4.623.459,44	8.951.995,96	5.138.400,46	4.156.169,48	60.254.873,95	61.064.438,40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	91.492,15	76.877,72	73.877,72	73.877,72	72.877,72	74.877,72	73.877,72	114.477,49	73.877,72	181.767,89	78.202,60	75.900,00	1.061.984,17	881.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	3.662.198,75	4.033.984,24	4.678.794,16	6.080.624,61	4.332.120,74	4.272.855,98	4.218.559,82	5.453.474,35	4.549.581,72	8.770.228,07	5.060.197,86	4.080.269,48	59.192.889,78	60.183.438,40

Notas Explicativas

MUNICIPIO DE DOM AQUINO
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO MATO GROSSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2025/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null 16/04/2025 - 11:05:25

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 004/2025

AVISO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 004/2025

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, torna Público, que **ADERIU** a Ata de Registro de Preços nº 002/2024, originada do Pregão Presencial SRP nº 002/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa MT, na qual tem por objeto o registro de preços para *"contratação de empresa para instalação de sistema de monitoramento por câmera em diversas localidades com fornecimento de equipamentos de segurança, no município de São Pedro da Cipa MT"*, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório, onde sagrou se vencedora a Empresa **CONSTRUTORA RAMOS & SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**.

R E S O L V E:

Resolve, HOMOLOGAR e em consonância ADJUDICAR a Empresa, **CONSTRUTORA RAMOS & SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**., inscrito no CNPJ: **44.940.243/0001-85**, com um valor global de R$ R$ 58.123,00 (cinquenta e oito mil, cento e vinte três reais), **destinado** a atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, deste Município de Dom Aquino-MT, na condição "CARONA".

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa **CONSTRUTORA RAMOS & SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA**.

Dom Aquino-MT, 17 de abril de 2025.

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2023

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2023

CONTRATADA: SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ sob o n. 05.870.713/0001-20

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de doze (12) meses do prazo de execução, constante da Cláusula 4, item 4.1 do Contrato de Prestação de Serviços nº 012/2023, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 16/04/2025

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR Nº 099/2025

DATA: 17 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2025 – DATA FOCAL 31/12/2024, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, **FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do artigo 36º da Lei Complementar n.º 061, de 24 de agosto de 2020 que passa a vigorar nos termos seguintes:

Art.36.....
.....

IV - *Fica instituído plano de amortização conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo Município, destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme tabela anexa a esta Lei.*

Art. 2º A contribuição suplementar relativa ao exercício de 2025, será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei e as dos demais exercícios, a partir de 1º de janeiro de cada ano, não se lhes aplicando a anterioridade nonagesimal, nos termos art. 56, *caput*, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 3º O prazo para repasse mensal dos aportes de que trata esta Lei e os critérios aplicáveis para os recolhimentos em atraso são os mesmos previstos na lei que dispõe sobre as contribuições normais do RPPS.

Art. 4° Caso a próxima reavaliação atuarial anual indique a necessidade de alteração das contribuições suplementares aqui instituídas, o novo plano de amortização deverá ser estabelecido em lei, após a sua apreciação pelo Conselho Curador do RPPS.

Parágrafo Único. As contribuições de que trata esta Lei não poderão ser alteradas com efeitos retroativos, conforme dispõe o art. 9º, caput, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 5º Fica homologado os resultados do Relatório da Reavaliação Atuarial nº 2.152/2025, data focal 31/12/2024, realizada em 16 de janeiro de 2025.

Art. 6º Revoga-se neste ato, a Lei Municipal nº 68 de 08 de fevereiro de 2022 e altera o inciso IV do artigo 36º da Lei Complementar n.º 061, de 24 de agosto de 2020.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	CUSTO SUPLEMENTAR	FOLHA REMUNERAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO
0		**(32.482.904,30)**					
1	**2025**	**(32.880.825,32)**	**(397.921,02)**	1.669.621,28	**1.271.700,26**	**6,87%**	18.500.881,49
2	**2026**	**(33.276.162,82)**	**(395.337,50)**	1.690.074,42	**1.294.736,92**	**6,93%**	18.685.890,30
3	**2027**	**(33.259.058,88)**	17.103,95	1.710.394,77	**1.727.498,72**	**9,15%**	18.872.749,21
4	**2028**	**(33.204.729,17)**	54.329,70	1.709.515,63	**1.763.845,33**	**9,25%**	19.061.476,70
5	**2029**	**(33.110.495,58)**	94.233,59	1.706.723,08	**1.800.956,67**	**9,35%**	19.252.091,47
6	**2030**	**(32.973.526,22)**	136.969,37	1.701.879,47	**1.838.848,84**	**9,46%**	19.444.612,38
7	**2031**	**(32.790.827,20)**	182.699,01	1.694.839,25	**1.877.538,26**	**9,56%**	19.639.058,51
8	**2032**	**(32.559.234,02)**	231.593,19	1.685.448,52	**1.917.041,71**	**9,66%**	19.835.449,09
9	**2033**	**(32.275.402,34)**	283.831,68	1.673.544,63	**1.957.376,30**	**9,77%**	20.033.803,58
10	**2034**	**(31.935.798,48)**	339.603,86	1.658.955,68	**1.998.559,54**	**9,88%**	20.234.141,62
11	**2035**	**(31.536.689,24)**	399.109,24	1.641.500,04	**2.040.609,28**	**9,99%**	20.436.483,03
12	**2036**	**(31.074.131,32)**	462.557,92	1.620.985,83	**2.083.543,75**	**10,09%**	20.640.847,86
13	**2037**	**(30.543.960,11)**	530.171,20	1.597.210,35	**2.127.381,55**	**10,20%**	20.847.256,34
14	**2038**	**(29.941.777,96)**	602.182,16	1.569.959,55	**2.172.141,71**	**10,32%**	21.055.728,91
15	**2039**	**(29.262.941,73)**	678.836,23	1.539.007,39	**2.217.843,61**	**10,43%**	21.266.286,19
16	**2040**	**(28.502.549,84)**	760.391,89	1.504.115,21	**2.264.507,09**	**10,54%**	21.478.949,06
17	**2041**	**(27.655.428,53)**	847.121,31	1.465.031,06	**2.312.152,37**	**10,66%**	21.693.738,55
18	**2042**	**(26.716.117,45)**	939.311,08	1.421.489,03	**2.360.800,11**	**10,77%**	21.910.675,93

19	**2043**	**(25.678.854,50)**	1.037.262,96	1.373.208,44	**2.410.471,39**	**10,89%**	22.129.782,69
20	**2044**	**(24.537.559,85)**	1.141.294,64	1.319.893,12	**2.461.187,76**	**11,01%**	22.351.080,52
21	**2045**	**(23.285.819,22)**	1.251.740,63	1.261.230,58	**2.512.971,21**	**11,13%**	22.574.591,32
22	**2046**	**(21.916.866,15)**	1.368.953,07	1.196.891,11	**2.565.844,18**	**11,25%**	22.800.337,24
23	**2047**	**(20.423.563,47)**	1.493.302,68	1.126.526,92	**2.619.829,60**	**11,38%**	23.028.340,61
24	**2048**	**(18.798.383,77)**	1.625.179,71	1.049.771,16	**2.674.950,87**	**11,50%**	23.258.624,02
25	**2049**	**(17.033.388,80)**	1.764.994,97	966.236,93	**2.731.231,89**	**11,63%**	23.491.210,26
26	**2050**	**(15.120.207,91)**	1.913.180,89	875.516,18	**2.788.697,07**	**11,75%**	23.726.122,36
27	**2051**	**(13.050.015,28)**	2.070.192,63	777.178,69	**2.847.371,32**	**11,88%**	23.963.383,58
28	**2052**	**(10.813.506,00)**	2.236.509,29	670.770,79	**2.907.280,07**	**12,01%**	24.203.017,42
29	**2053**	**(8.400.870,89)**	2.412.635,10	555.814,21	**2.968.449,31**	**12,14%**	24.445.047,59
30	**2054**	**(5.801.770,11)**	2.599.100,78	431.804,76	**3.030.905,55**	**12,28%**	24.689.498,07
31	**2055**	**(3.005.305,23)**	2.796.464,88	298.210,98	**3.094.675,87**	**12,41%**	24.936.393,05
32	**2056**	10,00	3.005.315,23	154.472,69	**3.159.787,91**	**12,55%**	25.185.756,98
33	**2057**	-	-	-	**-**	**-**	-
34	**2058**	-	-	-	**-**	**-**	-
35	**2059**	-	-	-	**-**	**-**	-

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 092/2025

DATA: 07 DE ABRIL DE 2025

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para compor o **CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE**, vigente durante o período de 23/04/2025 a 23/04/2029, os seguintes membros e seus respectivos suplentes:

I – Representantes do Executivo:

Titular: Naiara Cabral da Costa

Suplente: Laura Aparecida Martins de Jesus

II – Representantes da Sociedade Civil:

Titular: Wilson Fracisco Miranda dos Santos

Suplente: Marcos de Assis Ramos

Titular: Franciele Schwab da Silva

Suplente: Wercinda Beira dos Santos

III – Representantes dos Profissionais da Educação, Professores e Alunos

Titular: Tatiane de Almeida

Suplente: Lucia Irineia Pereira Paniagua

Titular: Marlei Rita Weiss

Suplente: Rosana de Souza e Silva

IV – Representantes dos Pais de Alunos

Titular: Priscila do Val Galeano

Suplente: Poliana Francieli Fuchs Kristoschik

Titular: Elisangela Bernardino

Suplente: Carla Andreia Debastiani Tondello

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 19 de abril de 2024.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO SETIMO DIA DO MÊS DE ABRIL DE 2025.

JOSE ANTONIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

DECRETO Nº. 27 DE 17 DE ABRIL DE 2025

O Exmo. Sr. **ADEMIR FELICIO GARCIA**, Prefeito do Município de Figueirópolis d'Oeste-MT, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 22 de Abril de 2025.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais serão mantidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal no período mencionado neste decreto, organizados pelos titulares de cada pasta.

Art. 3º Esse decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Figueirópolis d'Oeste-MT, 17 de Abril de 2025

Ademir Felicio Garcia

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025.

A Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT, atendendo ao disposto no art. 75, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), torna público que pretende realizar Contratação de Pessoa Jurídica especializada em manutenção e limpeza em poços artesiano nas comunidades rurais do Município de Figueirópolis d'oeste – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Maiores informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br, no site https://**figueiropolisdoeste.mt.gov.br ou** pelo Telefone (65) 3235-1586.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 17 de abril de 2025.

Lear Teixeira

Agente de Contratação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025.

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT

Processo Administrativo nº 029/2025.

Dispensa de Licitação Nº 011/2025.

A Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT, atendendo ao disposto no art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), torna público que pretende realizar Contratação de software antivírus, para atender as necessidades de todos os computadores do poder executivo do Município de Figueirópolis d'Oeste – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Valor Estimado	Valor Total
01	Contratação de software antivírus, para atender as necessidades de todos os computadores do poder executivo do Município de Figueirópolis d'Oeste – MT	SV	97	R$ 204,87	R$ 19.872,39

Eventuais interessados poderão apresentar propostas de preço adicionais no prazo de até 03 (três) dias úteis, isto é, até o dia 24/04/2025, oportunidade em que a Prefeitura escolherá a mais vantajosa.

Colocando-nos à inteira disposição para esclarecer o que se fizer necessário, informamos que o nosso telefone para contato é Fone: (65) 3235-1586 e o *e-mail;**licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br,***para onde devem ser enviadas a PROPOSTA de preços de condições, podendo também ser entregue pessoalmente na sede do Poder Executivo, horário de 07:00h as 11:00h e das 13:00h as 17:00h.

Importante solicitar que a referida empresa encaminhe, juntamente com sua proposta, todos os documentos necessários especificados no TR anexo, vez que a instrução do procedimento dar-se-á, por Dispensa de licitação, se houver fundamentos fático-legais para tal.

Sendo possível, que justifique o preço ofertado, utilizando como parâmetros preços já praticados para objeto de mesma natureza ou similares.

Desde já agradecemos a atenção.

Figueirópolis D'Oeste – MT. 22 de abril de 2025.

Lear Teixeira

Agente de Contratação

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 04/2025

O Município de Figueirópolis D'Oeste, por intermédio de seu Agente de Contratação/Pregoeiro e sua equipe de apoio, comunica aos interessados que será **ABERTA** a licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04-2025-SRP, no dia **01 de maio de 2025 às 08h00min**, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, localizada na Rua Santa Catariana, 146, Centro. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA COMPLETA TIPO CAMINHONETE 4X4 CABINE SIMPLES, AMBULÂNCIA UTI TIPO D e VEICULO VAN 16 LUGARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS EM PLANILHA NO ANEXO I, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAUDE, E AREAS RURAIS ADJACENTES DO MUNICIPIO DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT,** conforme especificações e quantitativos constantes no presente Edital, seu Termo de Referência. Os interessados no Edital poderão solicitar pelo e-mail: licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br, no site https://**figueiropolisdoeste.mt.gov.br ou** pelo Telefone (65) 3235-1586.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 17 de abril de 2025.

Lear Teixeira

Agente de Contratação/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

DECRETO Nº 1.185 DE 17 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025, para a Seleção de Bolsistas e Estagiários, e dá outras providências.

A Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal, Leis Municipais nº 459/2009, nº 479/2010, nº 761/2024 e nº 762/2024, que regem sobre a Contratação de Bolsista e Estagiário;

Considerando o que dispõe no edital nº 002/2025, desta Prefeitura Municipal para contratação de bolsista e estagiário para preencher as vagas existentes.

DECRETA:

Artigo. 1º -Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado concernente ao Edital Complementar 007/2025, que dispõe sobre o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para a contratação de bolsista e estagiário.

Artigo 2º - O Processo Seletivo Simplificado terá validade durante o tempo de vigência esculpido nas Lei Municipais nºs 459/2009 e 479/2010.

Artigo 3º - As normas, as exigências e os documentos necessários para a contratação obedecerão ao previsto no Edital nº 002/2025.

Artigo 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, 17 de Abril de 2025.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por meio da Secretaria Municipal de Finanaças, conforme disposto no art. 86 da Lei Federal nº 14. 133/2021, torna público que realizará registro de preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para Contratação de prestação de serviço especializado em solução appliance (hardware dedicado) de firewall de aplicação web – waf, para atender as necessidades das Secretarias da Prefeitura Municipal de Gloria D'Oeste/MT, em conformidade com o Termo de Referência.

Os órgãos da Administração Pública interessados em participar do referido registro de preços, deverão manifestar seu interesse através de comunicação formal em até 8 (oito) dias úteis após esta publicação.

Para fins de participação o órgão ou entidade deverá encaminhar até o dia 06/05/2025 suas intenções, no e-mail: licitacao@gloriadoeste.mt.gov. br, com os seguintes documentos:

a) Solicitação de Despesa com a especificação do objeto, juntamente com o Estudo Técnico Preliminar, com justificativas da sua necessidade;

b) Estimativa de consumo e Local de entrega.

Esclarecimentos e especificação dos itens poderão ser obtidos nas dependências do Setor de Licitações na sede da Prefeitura Municipal situada na Av. dos Imigrantes, 2000, Centro, Glória D'Oeste-MT, ou através do e-mail: licitacao@gloraidoeste.mt.gov.br.

Glória D'Oeste - MT, 17 de abril de 2025.

Marcia Helena Martins dos Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RURAL

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, CNPJ nº 03.239.019/ 0001-83, torna público que solicitou à **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente e Turismo SEDEC – MT** a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) para a atividade de Instalação, Reforma ou Substituição de Bueiros Tubulares e Celulares nos seguintes locais: **Ponte 01** Estrada Vicinal Linha Do Morto (9°59'45.92"S e, 4°58'59.01"O), **Ponte 02** Estrada Vicinal Linha Do Sol/Santo Antônio;(10° 0'45.61"S, 54°59'6.72"O), **Ponte 03** Estrada Vicinal divisa com Matupá(10° 3'0.30"S, 54°55'42.70"O), **Ponte 04** Estrada vicinal Cotrel;(10° 0'28.16"S, 54°57'20.22"O) e **Ponte 05** Estrada vicinal Cotrel/Pé da Serra(9°55'52. 34"S, 54°57'13.14"O), todas localizados na zona rural do município de Guarantã do Norte/MT.

URBANO

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, CNPJ nº 03.239.019/ 0001-83, torna público que solicitou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente e Turismo SEDEC – MT a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) para a atividade de Instalação, Reforma ou Substituição de Bueiros Tubulares e Celulares nos seguintes locais: **Ponto 01** - Ponte 1 da Avenida Marginal Pioneiro José Nelsom Coutinho (9°56'15"S, 54°54'13"W), **Ponto 02** - Ponte da AABB na Travessa 3C (9°56'28"S, 54°54'4"W), **Ponto 03** - Ponte da Rua Corbélia (9°56'34"S, 54°54'4"W), **Ponto 04** - Ponte da Rua da Pindaíbas na Travessa 3C (9°56'38"S, 54°54'36"W), **Ponto 05** - Ponte 2 da Avenida Marginal Pioneiro José Nelsom Coutinho (9°58'3"S, 54°54'19"W) e **Ponto 06** - Ponte 3 da Avenida Marginal Pioneiro José Nelsom Coutinho (9°58"3"S 54°54'18"W), todos localizados no perímetro urbano do município de Guarantã do Norte/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PE 017-2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2025

PROCESSO Nº 52/2025

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL SANTA MARIA BERTILA E FARMÁCIA POPULAR, MATERIAIS HOSPITALARES, AMBULATORIAIS, REAGENTE E RAIO -X QUE FORAM FRACASSADOS E/OU DESERTOS EM OUTRO PROCESSO LICITATÓRIO, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUIRATINGA**

ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
026/ 2025	COMPANY HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.640.302/0001-65	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	08 - 16 - 30 - 40 - 49 - 53 -54 - 55 - 56 - 69 - 71 - 72 -92 - 93 - 96 - 112 - 113 -114 - 115 - 117 - 125 - 126- 148 - 153 - 158 - 159 -161 - 162 - 163 - 175 - 194- 204 - 210 - 211 - 216 -217 - 218 - 221 - 229 - 230- 231 - 233 - 234 - 235 -269.	
VALOR TOTAL	R$ 177.186,2830 (cento e setenta e sete mil e cento e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
027/ 2025	EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.905.502/0001-76	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	39 - 135 – 180.	
VALOR TOTAL	R$ 4.294,0000 (quatro mil e duzentos e noventa e quatro reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
028/ 2025	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.250.803/0001-92	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	07 - 09 - 12 - 18 - 65 - 67 -88 - 102 - 104 - 120 - 143- 144 - 164 - 174 - 176 -181 - 192 - 201 - 219 - 222- 223 - 224 - 226 - 227 -228 - 232 - 245 – 248.	
VALOR TOTAL	R$ 78.546,8000 (Setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
029/ 2025	HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.500. 407/0001-65	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	14 - 45 - 59 - 80 - 81 - 87 -127 - 129 - 133 - 136 – 160.	
VALOR TOTAL	R$ 40.728,00 (Quarenta mil setecentos e vinte e oito reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
030/ 2025	LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.223.536/0001-98	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	02 - 03 - 04 - 5 - 23 - 41 - 46 - 60 - 94 - 97 - 100 - 131 -147 - 191 - 236 - 237 – 238 - 239 - 240 - 241 - 242.	
VALOR TOTAL	R$ 288.779,0000 (Duzentos e oitenta e oito mil e setecentos e setenta e nove reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
031/ 2025	LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.391.064/0001-99	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	42 - 47 - 68 - 208.	
VALOR TOTAL	R$ 31.845,0000 (trinta e um mil e oitocentos e quarenta e cinco reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
032/ 2025	MED OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.843.246/0001-54	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	13 - 29 - 37 - 38 - 43 - 79 - 82 - 154 - 156 - 178 - 203- 246.	
VALOR TOTAL	R$ 97.442,00 (Noventa e sete mil quatrocentos e quarenta e dois reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
033/ 2025	MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.105.456/0001-72	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026
ITENS	33 - 166 - 209 - 212.	
VALOR TOTAL	R$ 11.458,0000 (onze mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais).	
ATA Nº	EMPRESA/CNPJ	VIGÊNCIA
034/ 2025	MINAS SOLUCOES EM IMAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.791.137/0001-60	15/04/ 2025 a 15/ 04/2026

ITEM	**108.**	
VALOR TOTAL	**R$ 11.400,0000 (onze mil e quatrocentos reais).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
035/ 2025	**OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.368.182/0001-84**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**10 - 44 - 51 - 63 - 77 - 119 - 142 - 165 - 196 – 205.**	
VALOR TOTAL	**R$ 22.100,5000 (vinte e dois mil e cem reais e cinquenta centavos).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
036/ 2025	**P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.808.009/0001-27**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**11 - 15 - 27 - 28 - 57 - 58 - 61 - 62 - 66 - 70 - 73 - 74 - 75 - 76 - 85 - 86 - 91 - 98 - 103 - 106 - 107 - 123 - 132 - 179 - 182 - 186 - 187 - 188 - 190 - 200 - 202 - 243 - 249 - 254.**	
VALOR TOTAL	**R$ 163.338,4000 (Cento e sessenta e três mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
037/ 2025	**PENNAMED DISTRIBUIDOR ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 57.102.735/0001-43**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**26 - 34 - 90 - 118 - 134 - 137 - 149 - 193 - 214 – 244 - 270.**	
VALOR TOTAL	**R$ 11.801,5500 (onze mil e oitocentos e um reais e cinquenta e cinco centavos).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
038/ 2025	**REGIONAL HEALTHCARE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10. 427.902/0001-62**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**109 - 110.**	
VALOR TOTAL	**R$ 28.160,0000 (vinte e oito mil e cento e sessenta reais).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
039/ 2025	**ROYAL MED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.106.470/0001-65**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**06 - 17 - 19 - 21 - 25 - 50 - 64 - 101 - 111 - 124 – 128 - 130 - 150 - 151 - 152 - 155 - 157 - 183 - 184 – 189 - 195 - 206 - 207 - 225 - 247 - 250 - 251 - 252 - 253- 255 - 256 - 258 - 259 - 260 - 261 - 262 - 263 – 264 - 265 - 266 - 267 – 268.**	
VALOR TOTAL	**R$ 56.437,0000 (Cinquenta e seis mil e quatrocentos e trinta e sete reais).**	
ATA Nº	**EMPRESA/CNPJ**	**VIGÊNCIA**
040/ 2025	**SAFRAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.629.597/0001-85**	**15/04/ 2025 a 15/ 04/2026**
ITENS	**22 - 83 - 116 - 141 - 145 -257 - 271.**	
VALOR TOTAL	**R$ 16.576,0200 (dezesseis mil e quinhentos e setenta e seis reais e dois centavos).**	

Obs. A Ata de Registro de Preços está disponível na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br, onde podem ser consultados todos os detalhes e condições.

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 2025

PREGÃO ELETRÔNICO N. º 029/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 80/2025

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Agente de Contratação designado, torna público que realizará licitação namodalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONERS, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA. ESTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM COMO OBJETIVO ESTABELECER UM CADASTRO DE PREÇOS QUE PERMITA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ADQUIRIR OS REFERIDOS ITENS DE FORMA ÁGIL E ECONÔMICA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GUIRATINGA/MT**, conforme descrição no Anexo V do Edital, a sessão pública acontecerá no endereço eletrônico: https://portal.licitanet.com.br/ no dia **07/05/2025**. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n. º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 17 de abril de 2025

DOUGLAS CORREIA PIRES NEVES

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE 010/2025

A Prefeitura Municipal de Indiavaí através do Agente e membros de contratação, faz saber a todos que interessar que a Inexigibilidade 010/2025, cujo objeto é a Contratação de Show com Banda Regional, destinado as festividades alusivas ao 39º aniversário de Indiavaí, nos dias 10 e 11 de maio de 2025. Foi verificado dia 15 de abril de 2025 os documentos pertinentes ao processo de Inexigibilidade que atenderam as exigências do termo de referência, sagrando-se habilitada ao processo a empresa SIDNEI DA SILVA, inscrito no CNPJ: 14.152.463/0001-83, com endereço na Rua Dos Rodrigues, Nº 24, Bairro Junco, no município de Cáceres – MT, empresário exclusivo da Banda AZIS DO FORRÓ, representado pelo Senhor Sidnei da Silva.

Demais informações do processo no sitio eletrônico www.indiavai.mt.gov.br, nos termos da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Indiavaí – MT, 17 de abril de 2025.

Cleber Pereira Santos

Agente de contratação

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE 007/2025

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Indiavaí através do Agente de Contratação e membros de contratação, faz saber a todos que interessar, sobre a autorização para contratação de empresa para prestação de serviços para recuperação de recursos, possibilitando o aumento de receita pública.

Empresa contratada: **J MARINHO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n°16.665.746/0001-54, com endereço na Rua Doutor Joao Colin, 264 - Centro, Joinville - SC, CEP:89.201-300, com valor de proposta em conformidade os valores recuperados, sendo R$ 0,20 (Vinte centavos) a cada R$1,00 (Um real) recuperado, dos impostos **RAT/FAP**.

Empresa contratada: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA TRIBUTARIA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ51.146.209/0001-07, com endereço na Rua Alameda Joaquim Eugenio de Lima, 598 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP:01.403-002, Recuperação de **Imposto de Renda** com a percentagem de 20% dos valores recuperados.

Empresa contratada: **GADELHA REMIGIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, opera com o CNPJ 41.051.014/0001-11 e tem sua sede localizada na Estrada Cristiano Kraemer, 161 - Vila Nova, Porto Alegre, com a recuperação de créditos de **FPM** indevidamente retidos pela União, sendo R$ 0,20 (Vinte centavos) a cada R$1,00 (Um real) recuperado para a entidade.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da prefeitura municipal de Indiavaí-MT, setor de Licitações e contratos, no horário de expediente.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, inciso I, contido no parágrafo único do art. 176.

Indiavaí – MT, 17 de abril de 2025.

Cleber Pereira Santos

Agente de contratação

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE 009/2025

A Prefeitura Municipal de Indiavaí através do Agente e membros de contratação, faz saber a todos que interessar que a Inexigibilidade 009/2025, cujo objeto é a Contratação de Show com Artista Regional, destinado as festividades alusivas ao 39º aniversário de Indiavaí, no dia 11 de maio de 2025. Foi verificado dia 15 de abril de 2025 os documentos pertinentes ao processo de Inexigibilidade que atenderam as exigências do termo de referência, sagrando-se habilitada ao processo a empresa CESINHA MELLO PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 55.589.051/0001-92, com endereço na Rua Juca Res Jequitibá 26. Qd 22 Bairro Novo Mundo cep 78.149.690 Várzea Grande - MT, empresário exclusivo do Grupo Musical representado pelo Senhor Cesinha Mello.

Demais informações do processo no sitio eletrônico www.indiavai.mt.gov.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Indiavaí – MT, 17 de abril de 2025.

Cleber Pereira Santos

Agente de contratação

PROCURADOR JURIDICO
DECRETO Nº 08, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"DECRETA FERIADO NO DIA 18 e 21 DE ABRIL DE 2025, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SIDNEI MARQUES LOPES – Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **Decretado Feriado** nos dias **18/04/2025** (Sexta-Feira), **(**Paixão de Cristo), e **21/04/2025** (Segunda-Feira), (Tiradentes).

Art. 2º- As Secretarias de Saúde e de Obras e Infraestrutura Urbana deverão estabelecer suas escalas internas para o atendimento no respetivo dia em virtude da importância dos serviços considerados essenciais e que não podem sofrer interrupção.

Art. 3º - As atividades normais serão retomadas no dia **22/04/2025** (terça-feira).

Art. 4º - Este Decreto abrange Escolas, Repartições, Órgãos Estaduais e Comércios pertencentes ao Município de Indiavaí-MT.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE 008/2025

A Prefeitura Municipal de Indiavaí através do Agente e membros de contratação, faz saber a todos que interessar que a Inexigibilidade 008/2025, cujo objeto é a Contratação de Show Nacional Com Banda, destinado as festividades alusivas ao 39º aniversário de Indiavaí, no dia 10 de maio de 2025. Foi verificado dia 15 de abril de 2025 os documentos pertinentes ao processo de Inexigibilidade que atenderam as exigências do termo de referência, sagrando-se habilitada ao processo a empresa Max Shows Ltda, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ n°. 09.613.364/0001-11, com endereço na Rua Xavier da Silva, Nº 75, Bairro Oliveira, Capim Grosso, Cep. 44.695.000, detentora dos direitos de vendas da Banda Djavú, tendo como Representante o senhor Geandson da Silva Rios. Demais informações do processo no sitio eletrônico www.indiavai.mt.gov.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Indiavaí – MT, 17 de abril de 2025.

Cleber Pereira Santos

Agente de contratação

RESULTADO ADESÃO 004/2025

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que aderiu a **Ata de Registro de Preços – ARP Nº 005/2024 – Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT, Pregão Presencial nº 003/2024.** cujo Objeto é Aquisições futuras e fracionadas de Fornecimento de Combustíveis: Gasolina Comum, Óleo Diesel comum, Óleo Diesel S10 e Etanol Hidratado na Capital, com análise da documentação do dia 15/04/2025, maiores informações **pelo e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com**) e disponíveis no site** www.indiavai.mt.gov.br. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 14.133 de 01/04/21.

Indiavaí – MT. 17 de abril de 2025.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Agente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 08 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a escolha do Vice Presidente, Definir Calendário Mensal de Reuniões, Aprovação da Mudança da Nomenclatura para CMDPI e Formação da Comissão para Conferência Municipal de Ipiranga do Norte - MT e dá outras providências;

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI DE IPIRANGA DO NORTE – MT** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N° 518 de 23 de Junho de 2015; e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 020, de 12 de Março de 2025, que dispõe sobre a nomeação dos novos membros do CMDI;

CONSIDERANDO a deliberação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Ipiranga do Norte-MT presentes na 01ª Reunião de 2025, conforme Ata 01/2025, realizada no dia 08 de Abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o resultado da escolha do Vice Presidente do CMDPI eleitos entre os seus membros conforme abaixo:

Vice Presidente: Vera da Silva Cunha– Segmento - Representante Suplente da Secretaria Municipal de Trabalho Assistência Social e Habitação;

Art. 2º - Aprovar Calendário Mensal das Reuniões do Conselho. Ficando definida toda segunda terça-feira de cada mês;

Art. 3º - Aprovar a Nomenclatura para CMDPI e não mais CMDI;

Art. 4º - Aprovar a Comissão para Conferência Municipal da Pessoa Idosa de 2025;

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Ipiranga do Norte/MT, 08 de Abril de 2025.

PATRICIA PEREIRA OLIVEIRA

Presidente do CMDPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 001/2025 - LIMPEZA DE TERRENO BALDIO

O Município de Itanhangá, por meio da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e do Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro, no uso de suas atribuições legais, especialmente com base na Lei Complementar nº 005/2005 (Código Tributário Municipal) , Lei Municipal n° 076/2007 (Trata dos serviços de limpeza em terrenos baldios do Município) e Lei n° 574/2021, NOTIFICA todos os proprietários de imóveis urbanos sem construções (terrenos baldios), quanto à obrigatoriedade de realizarem a limpeza e manutenção regular de seus terrenos.

Art. 1º Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data desta publicação, para que os proprietários realizem espontaneamente a limpeza dos terrenos.

Art. 2º Caso a limpeza não seja realizada dentro do prazo estipulado, o Município executará os serviços necessários e cobrará do proprietário a taxa correspondente, conforme previsto na legislação municipal, no valor de 0,029 UFI (Unidade Fiscal de Itanhangá) por metro quadrado, perfazendo o valor de **R$ 0,8601 por metro quadrado.**

Art. 3º Os contribuintes poderão obter maiores informações junto ao Departamento de Tributação, Fiscalização e Cadastro, localizado na sede da Prefeitura, na Avenida Santa Catarina, nº 314, Centro, Itanhangá – MT.

Art. 4º. Qualquer solicitação de informação, impugnação ou contestação deverá ser protocolada na Prefeitura Municipal, acompanhada da documentação que fundamente o mesmo, tais como, fotos do local limpo, ou por qualquer outro motivo que se sinta prejudicado, no prazo de 15 dias após a publicação do presente edital.

Art. 5º. Caso o terreno já tenha sido devidamente limpo, o proprietário deverá informar o fato ao Departamento e desconsiderar esta notificação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 17 de abril de 2025.

EMERSON SABATINE

PREFEITO MUNICIPAL

ANNYE CRHISTINE LEIMANN HUBNER

Secretária de Finanças e Planejamento

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2025

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, nomeados pela Portaria n° 035/2025 de seis de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Eletrônico N° 007/2025**, instaurada para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT",** sagraram-se vencedores os seguintes fornecedores: **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP – CNPJ: XXXXXX,** sagrou-se vencedor para os itens 1 1 - 2 - 3 - 5 - 6 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111, totalizando o valor de R$ 339.147,68 (trezentos e trinta e nove mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos), **F C J ALVES – ME – CNPJ: 57.080.860/0001-08,** sagrou-se vencedor para os itens 100 – 101 – 102, totalizando o valor de R$ 28.860,48 (vinte e oito mil oitocentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), **GDA DISTRIBUIÇÃO LTDA – ME – CNPJ: 45.175.426/0001-14,** sagrou-se vencedor para os itens 4 – 7 - 8, totalizando o valor de R$ 5.129,00 (cinco mil cento e vinte e nove reais). Os itens 22, 43, 65, 90, 91, 92 e 93 tiveram como resultado fracassado.

Itanhangá – MT, 17 de abril de 2025.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

A Prefeitura Municipal de Itaúba - MT, através de seu Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** em sua forma **ELETRÔNICA** sob o Nº 001/2025; **TIPO**: Menor Preço Global; **OBJETO**:Contratação de empresa para execução da obra de reforma da fachada do prédio da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT; **ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES**: *08/05/2025* às *08*h30min. (Horário de Brasília-DF); **REALIZAÇÃO**: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br; **INTEGRA do EDITAL**: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.itauba.mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).

Itaúba/MT, em 17 de abril de 2025.

SERGIO PEREIRA DOS SANTOS

Agente de Contratação

Publique-se

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

A Câmara Municipal de Itaúba - MT, através de seu Agente de Contratação*, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de* ***CONCORRÊNCIA*** *em sua forma* **ELETRÔNICA** *sob o Nº 001/2025*; **TIPO**: Menor Preço Global*;* ***OBJETO****:*Contratação de empresa para execução da obra de reforma do prédio da Câmara Municipal de Itaúba/MT*;* ***ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES****:* 09*/05/2025 às* 08*h30min. (Horário de Brasília-DF);* ***REALIZAÇÃO****: Por meio do Site www.portaldecompraspublicas.com.br;* ***INTEGRA do EDITAL****: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da* Câmara*: www.*camara*itauba.mt.gov.br para informações (Ícone: Licitação).*

Itaúba/MT, em 17 de abril de 2025.

OTÁVIO LUIZ FIEL

Agente de Contratação

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 054/2025

REEDITA E RETIFICA A PORTARIA 050/2025 QUE DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDOR EFETIVO E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei**,**

Considerando equívoco citado na data de posse do servidor,

Considerando a posse e o exercício das respectivas atividades do servidor na data de **05/04/2022**, conforme **Portaria Legislativa nº 035/2022.**

RESOLVE:

Reeditar a respectiva portaria para retificar o texto, passando ter a seguinte redação:

Art. 1º. Declarar estável no serviço público o servidor, ANSELMO NUNES DUARTE, motorista, matricula funcional 428, com efeitos retroativos a 05/04/2025.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Itiquira- MT, 17 de abril de 2025.

EDIOMAR GOBBI

Presidente

(Gestão 2025/2026)

ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013, DE 17 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 013, DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovados no Edital do Concurso Público 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N. 02 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto Nº. 011/2023 de 20 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital do Concurso Público Nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N. 02;

CONSIDERANDO o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itiquira – MT e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itiquira-MT;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 007 de 14 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a prorrogação da validade do Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, concernente ao EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022- Consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02, homologado pelo Decreto Municipal nº 11, de 20/01/2023, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1° CONVOCAR os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N.02, relacionados abaixo no Art. 3º, de acordo com a ordem de aprovação, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min. para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade com o que dispõe a legislação.

§ 1º Os candidatos deverão apresentar os documentos constantes do Anexo I;

§ 2º Para realização da PERÍCIA MÉDICA, em cumprimento da exigência do item 16.12 e 16.12.1, do Edital nº 069/2022, os candidatos deverão estar de posse dos resultados dos exames médicos constante do Anexo II, conforme exigências do cargo e procurar para a realização da perícia médica o Hospital Municipal *"Osnir Bortolini"* do Município de Itiquira/MT, por ordem de chegada, nas datas e horários abaixo designados:

- 14/05/2025 – DAS 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min;

§3º Serão admitidos somente os exames médicos que tenham sido realizados após a publicação deste Edital de Convocação nº 013/2025 de 17 de abril de 2025.

§ 4º SERÃO REALIZADOS 30 (TRINTA) ATENDIMENTOS POR DIA DE PERÍCIA, POR ORDEM DE CHEGADA, MEDIANTE DISTRIBUIÇÃO DE SENHAS AOS CANDIDATOS INTERESSADOS.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 3º Os candidatos convocados são os seguintes:

ORDEM	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
01	MARTHA DE OLIVEIRA NETA	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	18 CANDIDATO CLASSIFICADO
02	DELMA GEISHI RODRIGUES MESQUITA	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	19 CANDIDATO CLASSIFICADO
03	ELENÍ ROCHA DA SILVA	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	20 CANDIDATO CLASSIFICADO
04	ELIZETHE PINHEIRO DA SILVA	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	21 CANDIDATO CLASSIFICADO
05	CHIRLEY APARECIDA QUIRINO	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	22 CANDIDATO CLASSIFICADO
06	ELITE DORNEL PEREIRA CASTANHA	ARTÍFICE COPA/COZINHA – ITIQUIRA	23 CANDIDATO CLASSIFICADO
07	REGINEY LUCIA NUNES RIBEIRO	ASSISTENTE SOCIAL – ITIQUIRA	2º CANDIDATO CLASSIFICADO
08	DHEISON PARREIRA SILVEIRA	CUIDADOR SOCIAL – ITIQUIRA	11 CANDIDATO CLASSIFICADO
09	ELISEU JAKSON DO AMARAL CARDOSO	CUIDADOR SOCIAL – ITIQUIRA	12 CANDIDATO CLASSIFICADO
10	ALMIRENE BARBOSA RODRIGUES	CUIDADOR SOCIAL – ITIQUIRA	13 CANDIDATO CLASSIFICADO
11	ALDAIR BATISTA OLIVEIRA DIAS	ENFERMEIRO – ITIQUIRA	6º CANDIDATO CLASSIFICADO
12	ANA PAULA GARCIA CONTÓ	FARMACÊUTICO – ITIQUIRA	2º CANDIDATO CLASSIFICADO
13	ANDRÉ ROSA SANTOS	MECÂNICO NÍVEL I – ITIQUIRA	3º CANDIDATO CLASSIFICADO
14	ERNANDO MACHADO BRITO	MECÂNICO NÍVEL I – ITIQUIRA	4º CANDIDATO CLASSIFICADO
15	JOSÉ EDUARDO BEZERRA OLIVEIRA	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – ITIQUIRA	30 CANDIDATO CLASSIFICADO
16	SILVA BELMIRO LIMA	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – ITIQUIRA	31 CANDIDATO CLASSIFICADO
17	DEISIANE DO NASCIMENTO BATISTA	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – ITIQUIRA	32 CANDIDATO CLASSIFICADO
18	JOACY RODRIGUES DA SILVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA	31 CANDIDATO CLASSIFICADO
19	BRUNO SEBASTIÃO SILVA DA ROCHA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA	32 CANDIDATO CLASSIFICADO
20	CARLITO ALVES NUNES OURIVES NETO	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA	33 CANDIDATO CLASSIFICADO
21	ANDRE MENDONÇA SIQUEIRA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA	34 CANDIDATO CLASSIFICADO
22	CARLA ROSANE HASPER	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA	35 CANDIDATO CLASSIFICADO
23	DORCELIA FARIAS DA SILVA	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – OURO BRANCO DO SUL	23 CANDIDATO CLASSIFICADO

24	**NILTON CELESTINO DOS SANTOS**	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL – ITIQUIRA	4º CANDIDATO CLASSIFICADO
25	**ROBSON LUIS PINHEIRO**	OPERADOR DE MOTO NIVELADORA/PATROL – ITIQUIRA	5º CANDIDATO CLASSIFICADO

Art. 3º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, 17 de abril de 2025.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – Para todos os cargos	1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; * 2. CPF; * 3. 2 fotos 3x4 recente; 4. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC; * 5. Carteira de Trabalho (página de identificação do trabalhador frente e verso); 6. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP; 7. Certidão de nascimento ou casamento ou averbação, se houver; * 8. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição; * 9. Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa do Serviço Militar (se do sexo masculino); * 10. Comprovante de endereço atualizado; 11. CPF do cônjuge; 12. CPF do pai e da mãe; 13. CPF dos filhos dependentes; 14. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; 15. Carteira de vacinação para filhos menores de 14 anos; 16. Comprovante de Conta Corrente Banco do Brasil; 17. Atestado de Sanidade e Capacidade Física APTO (original) expedido pela Junta de Perícias Médicas do Município; 18. Exames Médicos, conforme Anexo II; 19. Declaração de não acúmulo de cargo - Anexo III; 20. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e de seus dependentes – Anexo IV; 21. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função – Anexo V; 22. Declaração Negativa (ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99) – Anexo VI; 23. Apresentar Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio; e no caso de apresentação de certidão positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes, condicionada à emissão de Parecer relativo à contratação; 24. Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; e no caso de apresentação de certidão positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes, condicionada à emissão de Parecer relativo à contratação; **25. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL COM O MUNICÍPIO DE POSSE;**
II – Para os cargos com profissão regulamentada	**1. Documentos do item I**; 2. Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe; 3. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão; 4. Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional
III – Para os cargos de Motorista, Motorista de Transporte Escolar, operador de moto niveladora/patrol e os que exigem porte de CNH;	**1. Documentos constantes do item I;** 2. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;* 3. Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran) (para motorista de transporte escolar); 4. Certificado de curso específico de Transporte Escolar, nos termos da Regulamentação do CONTRAN (para motorista de transporte escolar).

*** DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO.**

ANEXO II

DOS EXAME MÉDICOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – Para todos os cargos	1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista, com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente); 9. Avaliação de médico ortopedista com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina, quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total), inclusive para gestantes; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica), emitido por psicólogo com registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia; 13. Teste ergométrico.
II – Para cargos cuja função seja condução de veículos – (Motoristas e motorista de transporte escolar, Operadores de Motoniveladora/patrol).	**1. Exames atestados no item I;** 2. Eletroencefalograma com avaliação neurológica; 3. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho; 4. Audiometria total; 5. Exame Toxicológico.
III – Para os cargos de: auxiliar de serviços gerais, cuidador social, coletor de lixo/entulho, auxiliar de conservação de vias, pedreiro, servente de pedreiro, eletricista de média e baixa tensão e mecânico nível.	**1. Exames atestados no item I;** 2. Raio X coluna Vertebral (AP e P): Cervical, Torácica e Lombo Sacral.
IV - Para os cargos de : Professor II – Área de Educação Física • Professor II – Área de Geografia • Professor II – Área de Inglês • Professor II – Área de História • Professor II – Área de Matemática • Professor II – Área de Pedagogia • Professor II – Área de Português.	**1. Exames atestados no item I;** 2. Exame otorrinolaringológico de cordas vocais; 3. Audiometria (com laudo fonoaudiólogo); 4. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho; 5. EEG (Eletroencefalograma com parecer neurológico): 6. Laringoscopia com foto ou vídeo, bem como Laudo Médico.
V – Para os cargos de Nutricionista.	**1.Exames atestados no item I;** 2. Parasitológico de fezes; 3. Bacteriológico de secreção nasofaringea; 4. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia).
VI – Para os cargos de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, farmacêutico, psicólogo, técnico em raio x, técnico em saúde bucal, cujas funções serão desenvolvidas em unidades hospitalares ou de atendimento a pacientes.	**1.Exames atestados no item I;** 2.Exame Anti-HCV; 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia);

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu,_____ _____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira, QUE NÃO ESTOU em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPO NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARO (A), mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Itiquira qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar previsto nas Leis Municipais nº 379/1999 (Regime jurídico dos servidores públicos de Itiquira/MT) e Lei nº 827/2017 (Plano de cargo, carreiras e salários dos servidores públicos de Itiquira/MT.

DECLARO (A), ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO (A), por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2025

_____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____ _____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	VALOR (R$)

OBS: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro(a) filho(a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2025.

_____

Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu _____brasileiro,_____, portador do RG _____, _____-____ e CPF _____, residente e domiciliado na _____

_, _____M___, aprovado no Concurso Público Municipal _____, para o cargo de _____, **DECLARO**, que possuo disponibilidade para cumprir a carga horária de _____h, exigida para o cargo para o qual estou sendo nomeado.

Configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, previsto no art 299, do Código Civil Penal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Itiquira/MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura

ANEXO VI

DECLARAÇÃO NEGATIVA

(ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99)

EU, _____, Servidor Público Municipal, portador da CI/RG sob o nº _____ e inscrito no CPF/MF nº _____; DECLARO, na presente data e para os devidos fins, nos termos do art. 110, inciso X, NÃO participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;(Redação dada pela Lei nº 1024/2018) .

Itiquira/MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Declarante

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 056/2024

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO DE CLASSE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei**,**

Considerando o requerimento do servidor, protocolizado em 07 de abril de 2025;

Considerando o disposto no artigo 27 da Lei Municipal 1.186/2022 c/c o seu ANEXO VI;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à servidora **ANSELMO NUNES DUARTE**, efetivo no cargo de motorista, matrícula funcional nº 428, **PROGRESSÃO DE CLASSE, da classe A para a classe B,** em virtude da obtenção de nova titulação.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos, inclusive financeiros, a 07/04/2025, data do requerimento.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Itiquira- MT, 17 de abril de 2025.

EDIOMAR GOBBI

Presidente

(Gestão 2025/2026)

ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
PORTARIA N° 217, DE 17 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N° 217, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Corrobora a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução 38 de 16 de julho de 2009 que regulamentam o Conselho Municipal de alimentação Escolar - COMAE.

CONSIDERANDO a lavratura da Ata nº 02/2025, datada de 16/04/2025 do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – COMAE, o chefe do Poder Executivo Municipal em cumprimento das exigências e formalidades legais em vigor,

CONSIDERANDO o cumprimento do imperativo formal e legal, e ser imprescindível e inadiável a existência de condições adequadas para a execução da política municipal de educação, o que exige a constituição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE,

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Corroborar a nomeação dos membros e dos respectivos suplentes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE, referente ao período de 07 de abril de 2025 à 07 de abril de 2029, consoante membros abaixo relacionados:

Diretoria

Presidente:

Jhonatan dos Santos Carvalho

C.P.F. 036. ***.***-60

Email: jhonatan.carvalho@protonmail.com

Vice - Presidente:

Francisco Gabriel

C.P.F. 125. ***.***-04

Email: freifranciscofmm@hotmail.com

Representantes do Poder Executivo

Titular: Silvana Maria Rossoni

C.P.F. 424. ***.***-53

Email: Silvana_itiquira@hotmail.com

Suplente: Danilo da Silva Putarov

C.P.F. 027. ***.***-65

Email: danilo_silva_putarov@hotmail.com

Representantes das Entidades de Trabalhadores da Educação e de Discentes

Titular: Jhonatan dos Santos Carvalho

C.P.F. 036.***.***-60

Email: jhonatan.carvalho@protonmail.com

Suplente: Gustavo Suzin Barreto

C.P.F. 041. ***.***-70

Email: gustavobarretogu@gmail.com

Titular: Adriana da Silva Vasconcelos

C.P.F. 941. ***.***-49

Email: drikaibi23@hotmail.com

Suplente: Rosimeire Ferreira dos Santos

C.P.F. 017. ***.***-70

Email: rosimeirefls@hotmail.com

Representantes de Pais de Alunos Matriculados na Rede de Ensino

Titular: Roberta Campos Ferreira

C.P.F. 890. ***.***-53

Email: camposferreiraroberta817@gmail.com

Suplente: Fernanda Presotto de Araújo

C.P.F. 000. ***.***-04

Email: nande_presotto.007@hotmail.com

Titular: Jordanni de Souza Moura Vilela Machado

C.P.F. 015. ***.***-08

Email: professoradanni@hotmail.com

Suplente: Patricia Suelen Lima Santos

C.P.F. 039. ***.***-07

Email: patysuellen@hotmail.com

Representantes de Entidades Civis Organizadas

Titular: Maria Antônia de Matos

C.P.F. 568. ***.***-82

Email: antoniamatos179@gmail.com

Suplente: Vitor Ferreira Teodoro

C.P.F. 055. ***.***-31

Email: vitorft97@gmail.com

Titular: Francisco Gabriel

C.P.F. 125. ***.***-04

Email: freifranciscofmm@hotmail.com

Suplente: Claudete Alves do Nascimento

C.P.F. 969. ***.***-68

Email: claudete.ativa@gmail.com

Art. 2° -Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07/04/2025, revogando-se demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 17 de abril de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
PORTARIA N° 218, DE 17 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N° 218, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo para a posse de candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT nº 069/2022 e suas alterações e convocados pelo Edital nº 012 de 14 de março de 2025, somente para os candidatos que apresentaram requerimentos que se especifica e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que no *Edital de Abertura do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT nº 069/2022 e suas alterações* consta no item 16.7 que "*A posse deverá ser tomada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do ato, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do(a) interessado(a)";*

CONSIDERANDO a publicação do Edital nº 012/2025 de Convocação para posse no serviço público de candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT;

CONSIDERANDO a tempestividade dos requerimentos dos candidatos abaixo nominados pugnando pela prorrogação do prazo para posse e exercício no cargo de provimento efetivo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, nos termos acima fundamentados;

CONSIDERANDO a aplicação dos princípios que regem a administração pública, em especial o da transparência e da publicidade dos atos que ora se pretende;

CONSIDERANDO, por fim,a necessidade de realização de Perícia Médica pelos candidatos convocados no Edital acima citado e que solicitaram prorrogação de prazo para posse, e ainda, visando o cumprimento de todos os prazos estabelecidos no respectivo Edital de Convocação;

R E S O L V E:

Art. 1° Prorrogar o prazo para até o dia **22 DE MAIO 2025 (QUINTA-FEIRA)** para a posse de candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT nº 069/2022 e suas alterações e convocados pelo Edital nº 012, de 14/03/2025, somente para aqueles candidatos que apresentaram requerimentos que ora se relaciona:

ORDEM	CANDIDATO	CARGO
1	**LUIZA GIARETTA DA SILVA**	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ITIQUIRA
2	**ERIVANIA MOTA DA SILVA**	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ITIQUIRA
3	**YARA SANTOS DE QUADROS**	MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – OURO BRANCO DO SUL
4	**EMERSON DO NASCIMENTO BRASIL**	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR – ITIQUIRA

Art. 2° Para realização da PERÍCIA MÉDICA, em cumprimento da exigência do item 16.12 e 16.12.1, do Edital nº 069/2022, os candidatos deverão estar de posse dos resultados dos exames médicos constante do Anexo II, conforme exigências do cargo e procurar para a realização da perícia médica o Hospital Municipal *"Osnir Bortolini"* do Município de Itiquira/MT, por ordem de chegada, na data e horário abaixo designado:

- 14/05/2025 – DAS 07h00min às 11h00min e das 12h00min às 17h00-min;

***** Serão admitidos somente os exames médicos que tenham sido realizados após a publicação deste Edital de Convocação nº 012/2025 de 14 de março de 2025.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, para os fins que se especifica, revogando-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, aos 17 de abril de 2025.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA N.º 055/2025

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL POR ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ediomar Gobbi, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhes confere a Lei**,**

Considerando o requerimento do servidor, protocolizado em 07 de abril de 2025;

Considerando o parecer jurídico n° 017/2025, emitido em 17/04/2025;

Considerando ainda o disposto no artigo 28 da Lei Municipal 1.186/2022 e Lei Municipal 379/99.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor **ANSELMO NUNES DUARTE**, efetivo no cargo de motorista, matrícula funcional nº 428, movimentação funcional por **ELEVAÇÃO DE NÍVEL** (por tempo de serviço), **do nível 1 para o nível 2**, relativo ao **triênio de 05/04/2022 A 05/04/2025**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos, inclusive financeiros, a data de 05/04/2025, a qual o servidor completou triênio exigido.

Registre-se,

Publique-se e Afixe-se.

Itiquira- MT, 17 de abril de 2025.

EDIOMAR GOBBI

Presidente

(Gestão 2025/2026)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, por meio de sua Agente de Contratação, torna público a **ABERTURA DO CREDENCIAMENTO** sob o regime da Lei 14.133/2021, tendo por objeto o**CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ARES-CONDICIONADOS.** Especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da **PRIMEIRA SESSÃO PARA ANÁLISE AOS DOCUMENTOS** está marcada para o dia **12 DE MAIO DE 2025, ÀS 10H00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061|1064.

Departamento de Licitação, Itiquira/MT, em 17 de abril de 2025.

VICTOR MARTINS SANTOS

Agente de Contratação

Portaria nº 208/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE DISPENSA ESPECIAL DE LICITAÇÃO

A prefeitura municipal de Jangada, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, Jangada – MT – CEP. 78.490-000, visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021 torna público para conhecimento dos interessados, a abertura do processo administrativo na modalidade Dispensa Especial de Licitação Nº 001/2025, do tipo "Menor Preço" Por Item. Objeto:Aquisição de Combustíveis para atender a frota de veículos e maquinários do município de Jangada-MT.

As Propostas e Documentos de Habilitação serão recebidos pelo e-mail licitacao@jangada.mt.gov.br, ou entregues mediante protocolo ao setor de Licitações até às 08h00min do dia 25/04/2025.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e-mail: licitacao@jangada.mt.gov.br ou pelo SITE: www.jangada.mt.gov.br.

Jangada – MT, 17 de Abril de 2025.

_____

Rogerio De Oliveira Meira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058,

Portaria nº 058,

De 17 de ABRIL de 2025.

*"Dispõe sobre a designação do **Agente de Contratação, e Equipe de Apoio** para condução dos processos"*

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, em seu art. 7º;

Art. 1º - Fica designado o servidor abaixo relacionado, para a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, passando a vigorar a partir de 17 de Abril de 2025.

Agente de Contratação: Adilson Pereira Nunes

1 - Equipe de Apoio: Geiziane Da Silva Ramos

2 - Equipe de Apoio: Joyci Karini Barbosa Moreira

Art.2º - Esta Portaria entrara e vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 17 de Abril de 2025.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO Nº. 074, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES ESCOLARES REMOTAS NA DATA DE 17/04/2025 NO PERIODO VESPERTINO NO AMBITO DESSA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual n° 1424, de 16 de abril de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado que as atividades escolares no dia 17/04/2025, no período vespertino serão realizadas de forma remota, com o intuito de não acarretar interrupção no calendário escolar.

Art. 2º - As atividades remotas deverão ser organizadas pelos gestores das respectivas unidades escolares, com base nas orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação.

Art.3° - As unidades escolares deverão manter registros das atividades realizadas e frequência dos estudantes, na referida data.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal **"José Perez",** em Jauru-MT, 17 de abril de 2025.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 26 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre Apresentar e Aprovar a Prestação de contas do Governo do Estado de Mato Grosso 2024, para exercício 2025 referente ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada no dia 26 de março de 2025, conforme Ata nº 166/2025.

Resolve:

Art 1º - Apresentar e Aprovar a prestação de contas do Co-financiamento do Governo do Estado de Mato Grosso 2024, referente ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS pelo Conselho;

Art 2º - Aprovado a prestação de contas do Co-financiamento do Governo do Estado de Mato Grosso 2024, referente ao Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS pelo Conselho CMAS por unanimidade;

Art 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jauru – MT, 26 de março de 2025.

RONALDO TEIXEIRA MACHADO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS

NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo n. º: 3475/2024

Contrato nº: 12/2025

Objeto: Contratação De Empresa Especializada Para Construção De Estrutura Metálica Tipo Barracão Para A Unidade Receptora De Resíduos Municip**al**

Causa da Rescisão: Não cumprimento de cláusulas contratuais.

Fundamento Legal: Art. 137, inciso I, c/c Art. 138 inciso I, todos da Lei n. 14.133/2021.

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE JAURU - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.948/0001-30, com sede na rua do Comércio n° 480, Centro, Jauru/MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDECI JOSÉ DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1269490-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 985.374.821-53, residente e domiciliado em Jauru MT.

NOTIFICADA: HJR ENGENHARIA LTDA, estabelecida na AV ARAGUAIA, N.º 404, sala 1, , CENTRO, AGUA BOA – MT, CEP: 78.635.000, inscrita no CNPJ nº 43.707.950/0001-63, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **HÉRCULES JUNIOR FERNANDES LOPES.**

Prezado (a) representante legal,

MUNICÍPIO DE JAURU - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.948/0001-30, com sede na rua do Comércio n° 480, Centro, Jauru/MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. VALDECI JOSÉ DE SOUZA, vem **NOTIFICAR** Vossa Senhoria acerca do Processo Administrativo nº 3475/2024, Processo Licitatório de Concorrência n. 03/2024 - Contrato n° 12/2025.

Notifica-se a rescisão unilateral do contrato supramencionado, que possui por objeto **Contratação De Empresa Especializada Para Construção De Estrutura Metálica Tipo Barracão Para A Unidade Receptora De Resíduos Municipal**, conforme art. 138, I, da Lei nº. 14.133/2021.

A referida Notificação da Rescisão Unilateral tem também como fundamento a previsão insculpida no Art. 137, I da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

Conforme previsto no artigo Art. 137, I da Lei nº. 14.133/2021, constituído está o motivo para a rescisão unilateral do contrato nº 12/2025, por parte da Administração. Este tem por fundamento do não cumprimento irregular das cláusulas contratuais, vejamos: "CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Forma de Execução do Objeto",

" CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções, em especial ao art. 5º da referida cláusula, que assim dispõe, **Art. 5º. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.**

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Importante ainda salientar, a **CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da contratada:**

.

10.2. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Concorrência nº 03/2024 e seus anexos.

Ato continuo, a fiscalização da obra ficará a cargo do setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Jauru-MT, a engenheira responsável designada pela portaria especifica, sendo esta NAYANNE CRISTINA CORREA BENTO, matricula **2511** lotada na Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, como Fiscal de Obra.

Neste sentido, a fiscal no uso de suas atribuições, expediu a notificação n° 01/2025, em desfavor da empesa contrata relatando que na data de 17/03/2025, foi constatado que não havia iniciado a obra objeto do contrato em comento, frisou ainda que a **ordem de serviços foi publicada em 17/02/2025.**

É valido ressaltar, que a fiscal de obra em data posterior notificou novamente a empresa, por intermédio da notificação n°02/2025, reiterando a notificação n° 01/2025, e constatando que durante a fiscalização in loco nos dias 26/03/2025 e 31/03/2025, que a empresa ainda não havia iniciado a obra.

Destarte, que esta empresa ora notificada encaminhou resposta as notificações n° 01 e 02, por meio da procuradora constituída a sra. Dra. LETICIA ROBERTA PEREIRA MARTINS, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade n° 2590064-1 SSP/MT, inscrita na OAB/GO n° 58045 e no CPF N° 054.518.931-44, que no bojo de sua resposta alegou dificuldade logísticas e operacionais para proceder como o início da obra, bem como a prorrogação do prazo contratual por 30 (trinta) dias, de modo a possibilitar a regularização das pendências e garantir o fiel cumprimento da obra sem prejuízo à qualidade do serviço contratado.

Adiciono, que a fiscal de obra solicitou a apresentação de documentos hábeis a comprovar o pedido de prorrogação de prazo realizado pela contratada, o que em duas oportunidades foi requerido pela empresa mais prazos para demonstrar documentalmente a justificativa do pedido de dilação de prazo.

Por oportuno, informa que a construção do barracão objeto licitatório tem como escopo a garantir aos Catadores e reciclagem município local para a realização dos seus atividades e que a associação conta com o apoio da DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO MATOGROSSO, por meio do GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA EM DIREITOS COLETIVOS PARA CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLAVEIS (GAEDIC) INSTITUIDO PELA PORTARIA 0823/2020/DPG/DPE-MT.

Devido a importância da construção do objeto contrato, diante do fato de que a ordem de serviço foi expedida em 17/02/2025, estando até a presente data (17/04/2025), contando com 60(sessenta) dias sem o inicio das obra.

A empresa contrata em repostas as notificações expedida pela fiscal da obra assim alegou em sua última resposta:

"Informamos que as empresas não cumpriram o acordado e ainda não enviaram as notas fiscais solicitadas, sob argumentação de que as emitiriam apenas quando do devido envio e prestação do serviço. Considerando nossa insistência, se comprometeram a encaminhar até a data de 16-04-2025 (quarta-feira)."

Neste interim, somado a inercia de 60(sessenta dias) a Administração Publica não pode suportar os entraves inerentes a atividade economica realizada pela empresa contratada, pois a administração publica possui o funçao de aplicar e executar o direito fundamentais constitucionais.

Assim, **m relação à excludente de responsabilidade, sob a alegação de que o atraso na entrega da obra se deu por culpa de terceiro e caso fortuito não encontra-se respaldo legal, pois, a aludida questão é um risco inerente ao próprio negócio, reafirmo, porquanto, refere-se a fortuito interno, inerentes ao ramo da atividade de construção.**

Frisa-se que sobre a ausência de vício no ato administrativo que esta a rescindir o contrato em questão.

Vejamos jurisprudência**:**

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAL – CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – ATRASO INJUSTIFICADO NA ENTREGA DA OBRA – RESPONSABILIDADE DA CONSTRUTORA – ATO ILÍCITO CONFIGURADO – DEVER DE INDENIZAR – DANO MORAL – QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO – VALOR JUSTO E RAZOÁVEL – DANO MATERIAL DEVIDO – ALUGUEIS – DATA DO TÉRMINO DO PRAZO DE TOLERÂNCIA ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES - JUROS DE MORA – DIES A QUO – CORREÇÃO MONETÁRIA – INPC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Os contratos de compra e venda, com obrigação da construtora de construir unidades imobiliárias, estão submetidos à legislação consumerista. **Em relação à excludente de responsabilidade, sob a alegação de que o atraso na entrega da obra se deu por culpa de terceiro e caso fortuito (atraso do cartório, do recebimento do sistema de água e esgoto) não encontra-se respaldo legal, pois, a aludida questão é um risco inerente ao próprio negócio, reafirmo, porquanto, refere-se a fortuito interno, inerentes ao ramo da atividade de construção e incorporação imobiliária**. É devida à reparação pelo dano material, decorrente dos alugueis pagos pelo comprador, no atinente ao período de atraso na entrega do imóvel, devendo ser considerado, no caso em voga, o dia posterior ao prazo de tolerância contratual até a efetiva entrega das chaves Há que se reconhecer a responsabilidade da construtora pelo dano moral sofrido na espécie, em razão do descumprimento do negócio, que ultrapassou os limites do tolerável atingindo de forma exacerbada a personalidade do autor. O arbitramento do valor da indenização decorrente de dano moral deve ser feito de acordo com os aspectos do caso, sempre com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos e à capacidade econômica das partes, devendo ser mantido o valor arbitrado na sentença, quando se apresenta consentâneo com a realidade do caso concreto. Em se tratando de condenação por dano moral decorrente de responsabilidade contratual, os juros de mora devem incidir a partir da citação, nos termos do art. 405, do C . Civil. "A correção pelo INPC é adequada à hipótese, além de estar em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido da

utilização do referido índice para correção monetária dos débitos judiciais" (STJ, REsp n. 1.198 .479/PR, 3ª Turma, Rela. Min. Nancy Andrighi, j. 06 .08.2013)**(TJ-MT - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL: 1016743-35. 2018.8 .11.0041, Relator.: CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Data de Julgamento: 15/03/2023, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/03/2023**)(grifo nosso)

Frisa-se sobre a ausência de vício no ato administrativo que esta a rescindir o contrato em questão, pois o atraso no incio da obra e culpa exclusiva da empresa contratada e não se esquecendo que o atraso é motivo taxativo disposto em lei para a rescisão unilateral. Observa-se:

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITAÇÃO. EXECUÇÃO DE OBRAS . ATRASO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. RESCISÃO DA AVENÇA. Ação ordinária na qual a parte autora pugna pela declaração de nulidade do ato administrativo que rescindiu o contrato firmado entre as partes . Prolatada sentença de improcedência, insurge-se o Demandante da decisão. Partes que celebraram contrato administrativo para reparo de duas quadras esportivas do Município de Casimiro de Abreu. **Rescisão contratual e aplicação de multa ao argumento de atraso no início das obras. Incidência do art . 78 da Lei n. 8.666/93 que dispõe que enseja a rescisão contratual o não cumprimento das cláusulas contratuais, projetos ou prazos bem como o atraso injustificado no início da obra. Ausência de vício no ato administrativo que rescindiu o contrato em questão** . Sentença que improcedência que se mantem. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RJ - APL: 00018056820198190017, Relator.: Des(a). DENISE NICOLL SIMÕES, Data de Julgamento: 08/03/2022, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/03/2022)(grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO INÍCIO DAS OBRAS. APLICAÇÃO DE PENALIDADES . SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A RESCISÃO CONTRATUAL. NÃO ACOLHIMENTO. ATRASO INJUSTIFICADO NAS OBRAS . DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PEDIDO DE IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA RESPONSABILIDADE PELA PERDA DA GARANTIA. NÃO CONHECIMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL . PEDIDO DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR EQUIDADE. ACOLHIMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPR - 5ª Câmara Cível - 0003831-90 . 2018.8.16.0103 - Lapa - Rel .: DESEMBARGADOR LUIZ MATEUS DE LIMA - J. 06.03.2023) (TJ-PR - APL: 00038319020188160103 Lapa 0003831-90 .2018.8.16.0103 (Acórdão), Relator.: Luiz Mateus de Lima, Data de Julgamento: 06/03/2023, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 08/03/2023)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/ C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA FIRMADO COM O MUNICÍPIO. RESCISÃO UNILATERAL . POSSIBILIDADE. INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. I ? Conquanto a Administração Pública possua prerrogativa de rescindir unilateralmente os contratos, nos termos do art. 78 da Lei 8 .666/93, não pode fazê-lo sem prévia instauração do processo administrativo competente, em respeito às garantias do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, o que foi observado nos autos, de modo que não há ilegalidade no ato da rescisão. II ? O contrato administrativo celebrado para realização de obra pública foi rescindido unilateralmente pela municipalidade por decisão administrativa fundamentada, indicando que a empresa não havia iniciado a obra no prazo estipulado. Diante disso, é responsabilidade da empresa contratada demonstrar a não ocorrência de atraso injustificado no cumprimento da obra, o qual foi reconhecido por prova técnica pericial de engenharia (art. 373, inciso I, CPC) . III ? **Demonstrado que a demora no início das obras públicas se deu por exclusiva responsabilidade da empresa licitante, ausente o dever da Administração Pública em indenizar despesas diretas ou indiretas**. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJ-GO 52018149020238090051, Relator.: SÉRGIO MENDONÇA DE ARAÚJO - (DESEMBARGADOR), 7ª Câmara Cível, Data de **Publicação: 26/08/2024**)

Há de observar-se e ter a ciência que os atos da Administração Pública **buscam a satisfação do interesse público**, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no art. 37 da Constituição Federal, sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, ou *in casu* pelos fatos e direito expostos.

Publique-se o presente termo, e notifique-se imediatamente a empresa NOTIFICADA, após se abra o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para caso tenha interesse, exerça seu direito ao contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 137 da Lei n. º 14.133/2021.

Sendo o que havia para momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração, nos colocando à disposição para dirimir eventuais questionamentos que se fizerem pertinentes.

Jauru/MT, aos 17 de abril de 2025.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025

Considerando as informações prestadas pelo Agente de Contratação, bem como o contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos os seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **ADJUDICO**, bem como, **HOMOLOGO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 011/2025 e autorizo a contratação da empresa **ALFA-LAGOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº **05.194.502/0001-14**, no valor total de **R$ 2.500,00** (Dois mil e quinhentos reais); empresa **BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº. **36.979.350/0001-99** no valor total de R$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais) e empresa **SSG Soluções LTDA**, inscrito no CNPJ sob n° **46.973.126/0001-43** no valor total de R$ 7.544,80 (Sete mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos. Para **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, ANTERIORMENTE FRACASSADOS NOS PREGÕES ELETRÔNICOS Nº 18/2024 E 25/2024, VISANDO ASSEGURAR A CONTINUIDADE E A REGULARIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JAURU-MT,** os serviços visam atender as necessidades do Município de Jauru-MT. A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no artigo 75, inciso II e III alínea a), da Lei nº 14.133/2021.

Jauru-MT, 17 de abril de 2025.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 220/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

PORTARIA Nº 220/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço dos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Despacho n° 031 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6258/2025 as 15:45hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com os Artigos 12 – I e Art. 13 - § 1º, da Lei Complementar nº. 069 de 04/02/2010, e Art. 13 – I e Art. 14 - § 1º da Lei Complementar nº 031/2007, e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar nº 029 de 26/12/2007, a partir de 14 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor(a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
2437	Divanir Maria Noronha dos Santos	14/04/2004	14/04/2022 A 14/04/2025	D/7	D/8
2435	José Vanderlei Serafim	14/04/2004	14/04/2022 A 14/04/2025	B/7	B/8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 219/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando Advento da Emenda Constitucional nº 51/2006 de 14/02/2006 que dispõe os gestores locais do sistema único de saúde;

Considerando Lei Federal nº 11.350/2006 que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal;

Considerando Lei Complementar nº 166/2018, que Altera, acrescenta e revoga dispositivos na Lei Complementar nº 031, de 26 de dezembro de 2007, que reestrutura e institui a carreira dos profissionais do sistema único de saúde do Município de Juara, e dá outras providencias.

Considerando o Decreto nº 1.295 de 15/08/2018, que Dispõe sobre a estabilidade dos agentes comunitários de saúde do município de Juara-MT.

Considerando o Despacho n° 032 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6257/2025 as 15:43hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 2º do Decreto n° 1.295/2018, a partir de 09 de abril de 2025;

Matrícula	**Servidor (a)**	**Data da Posse**	**Período**	**Nível**	
				De	**Para**
6432	Sebastiana Ferreira Cassemiro	**09/04/2001**	**09/04/2022 A 09/04/2025**	**C/8**	**C/9**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 226/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 226/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando n° 158/2025, de 01 de abril de 2025 que, encaminha Portaria n°065/SME/2025 contendo informações de servidora com direito a elevação de nível, protocolado sob n°5050/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 42 e art. 67 da Lei Complementar nº068/2009, a partir de 25 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor (a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
1697	Maria Lucia Smith	25/04/2001	25/04/2022 A 25/04/2025	B/8	B/9

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 229/2025 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

PORTARIA Nº 229/2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a Comissão de Processo de Sindicância.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Complementar n°028/2007 em seu art. 227 estabelece que, "autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa";

Considerando a Lei Complementar n°028/2007 em seu art. 228 estabelece que, "as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade";

Considerando o Decreto nº 1.378 de 05 de julho de 2019, Institui Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, estabelece normas e procedimentos, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n°191/2025 de 1º de abril de 2025 que nomeia os membros para compor a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando o Oficio n°082/GVEM/2025 de 15/04/2025, solicitando providências cabíveis conforme Processo SAD n°6308/2025 as 08:21hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo de Sindicância, em face da servidora pública efetiva, matrícula 6669, para apurar fatos e eventuais irregularidades.

Art. 2º Designar para compor a Comissão de Processo de Sindicância, os servidores efetivos abaixo:

I – Neiva Cristiane Tardivo, Matrícula 4363 – Presidente;

II – Joice Emanuele da Costa, Matricula nº 6062 – Secretária;

III – Daiane Francisca da Silva Souza, Matrícula 6145 – Membro;

IV – Fabiana Fátima Pereira, Matrícula 4329 – Membro Suplente.

Art.3º A comissão ora nomeada terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art.4º Fica autorizada a Comissão, caso queira solicitar apoio da Assessoria jurídica do Município de Juara-MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 230/2025 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

PORTARIA Nº 230/2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a Comissão de Processo de Sindicância.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando a Lei Complementar n°028/2007 em seu art. 227 estabelece que, "autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa";

Considerando a Lei Complementar n°028/2007 em seu art. 228 estabelece que, "as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade";

Considerando o Decreto nº 1.378 de 05 de julho de 2019, Institui Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, estabelece normas e procedimentos, e dá outras providências;

Considerando a Portaria n°191/2025 de 1º de abril de 2025 que nomeia os membros para compor a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar;

Considerando o Oficio n°115/GP/2025 de 15/04/2025, solicitando providências cabíveis conforme Processo SAD n°6307/2025 as 08:17hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo de Sindicância, em face da servidora pública efetiva, matrícula 6472, para apurar fatos e eventuais irregularidades.

Art. 2º Designar para compor a Comissão de Processo de Sindicância, os servidores efetivos abaixo:

I – Amaurício Alves Cordeiro, Matrícula 5599 – Presidente;

II – Fabiana Fátima Pereira**, Matricula nº 4329 – Secretária;**

III – Patrícia Alves da Silva, Matrícula 5100 – Membro;

IV – Sirlene Hubner, Matrícula 7269 – Membro Suplente.

Art.3º A comissão ora nomeada terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art.4º Fica autorizada a Comissão, caso queira solicitar apoio da Assessoria jurídica do Município de Juara-MT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 224/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 224/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando n° 159/2025, de 01 de abril de 2025 que, encaminha Portaria n°066/SME/2025 contendo informações de servidora com direito a elevação de nível, protocolado sob n°5049/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 42 e art. 67 da Lei Complementar nº068/2009, a partir de 23 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor (a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
2457	Cristiane de Paula Santos	23/04/2004	23/04/2022 A 23/04/2025	B/7	B/8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 218/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando n° 160/2025, de 01 de abril de 2025 que, encaminha Portaria n°067/SME/2025 contendo informações de servidora com direito a elevação de nível, protocolado sob n°5048/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 42 e art. 67 da Lei Complementar nº068/2009, a partir de 05 de abril de 2025;

Matrícula	**Servidor (a)**	**Data da Posse**	**Período**	**Nível**	
				De	**Para**
1703	Leonice Rupolo Carvalho dos Santos	**05/04/2001**	**05/04/2022 a 05/04/2025**	**B/8**	**B/9**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 225/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 225/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando Advento da Emenda Constitucional nº 51/2006 de 14/02/2006 que dispõe os gestores locais do sistema único de saúde;

Considerando Lei Federal nº 11.350/2006 que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal;

Considerando Lei Complementar nº 166/2018, que Altera, acrescenta e revoga dispositivos na Lei Complementar nº 031, de 26 de dezembro de 2007, que reestrutura e institui a carreira dos profissionais do sistema único de saúde do Município de Juara, e dá outras providencias.

Considerando o Decreto nº 1.295 de 15/08/2018, que Dispõe sobre a estabilidade dos agentes comunitários de saúde do município de Juara-MT.

Considerando o Despacho n° 032 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6257/2025 as 15:43hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 2º do Decreto n° 1.295/2018, a partir de 23 de abril de 2025;

Matrícula	**Servidor (a)**	**Data da Posse**	**Período**	**Nível**	
				De	**Para**
6435	Sirlei Dala Costa Padilha	**23/04/2001**	**23/04/2022 A 23/04/2025**	**C/8**	**C/9**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

PORTARIA Nº 227/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço dos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Despacho n° 031 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6258/2025 as 15:45hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com os Artigos 12 – I e Art. 13 - § 1º, da Lei Complementar nº. 069 de 04/02/2010, e Art. 13 – I e Art. 14 - § 1º da Lei Complementar nº 031/2007, e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar nº 029 de 26/12/2007, a partir de 26 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor(a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
2562	Ismael Figueiredo de Sousa	26/04/2004	26/04/2022 A 26/04/2025	C/7	C/8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 223/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 223/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço do Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Despacho n° 031 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6258/2025 as 15:45hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor abaixo relacionado, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com os Artigos 12 – I e Art. 13 - § 1º, da Lei Complementar nº. 069 de 04/02/2010, e Art. 13 – I e Art. 14 - § 1º da Lei Complementar nº 031/2007, e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar nº 029 de 26/12/2007, a partir de 22 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor(a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
6589	Marcio Henrique Cordeiro da Silva	22/04/2013	22/04/2022 A 22/04/2025	C/4	C/5

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 222/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 222/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço da Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Despacho n° 031 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6258/2025 as 15:45hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com os Artigos 12 – I e Art. 13 - § 1º, da Lei Complementar nº. 069 de 04/02/2010, e Art. 13 – I e Art. 14 - § 1º da Lei Complementar nº 031/2007, e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar nº 029 de 26/12/2007, a partir de 20 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor(a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
1710	Tereza Antônia de Souza	20/04/2001	20/04/2022 A 20/04/2025	D/8	D/9

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 221/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 221/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço da Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Despacho n° 031 de 15 de abril de 2025, protocolado sob n° 6258/2025 as 15:45hrs.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com os Artigos 12 – I e Art. 13 - § 1º, da Lei Complementar nº. 069 de 04/02/2010, e Art. 13 – I e Art. 14 - § 1º da Lei Complementar nº 031/2007, e Art. 11 e Art. 12 da Lei Complementar nº 029 de 26/12/2007, a partir de 19 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor(a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
7209	Madalena da Cruz	19/04/2016	19/04/2022 A 19/04/2025	C/3	C/4

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2025 DE 17 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2025 DE 17 DE ABRIL DE 2025 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N°2.104/2024 DE 05 DE JULHO DE 2024, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL N° 4.521 DO DIA 08/07/2024.

Art. 1° O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°001/2024, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **15 (quinze)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Administração, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024, a fim de entrar em exercício da função também no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

MOTORISTA UTILITARIO

Item	**Nome**	**Classificação**
01	EDSON MORAES CRUZ JUNIOR	09°

Art. 3º Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado

por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º Esta Convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Juara-MT, 17/04/2025

Michelle D'Mont Leite

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°002/2025 de 02/01/2025

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 228/2025 DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 228/2025

Dispõe sobre a Elevação de Nível por Tempo de Serviço de Servidora Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Memorando n° 161/2025, de 01 de abril de 2025 que, encaminha Portaria n°068/SME/2025 contendo informações de servidora com direito a elevação de nível, protocolado sob n°5051/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de nível em virtude do tempo de serviço, de acordo com art. 42 e art. 67 da Lei Complementar nº068/2009, a partir de 25 de abril de 2025;

Matrícula	Servidor (a)	Data da Posse	Período	Nível	
				De	Para
1700	Lenir Maria Castanho	**25/04/2001**	**25/04/2022 A 25/04/2025**	**C/8**	**C/9**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com na data da publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 17 de abril de 2025.

Valdinei Holanda Moraes	**Michelle D'Mont Leite**
Prefeito do Município	Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025 - PMJ

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2025 – PMJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 037/2025 de 26/02/2025

ME/EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS DE USO HOSPITALAR E LABORATORIAL, BEM COMO AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS JUDICIAIS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Das 18:00 horas do dia 17/04/2025 às 08:30 horas do dia 07/05/2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 às 09:00 horas do dia 07/05/2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 07/05/2025.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: FECHADO E ABERTO.

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 3.610.489,94 (três milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Juína-MT (https://www.juina.mt.gov.br/); no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Juína, situado à Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT - CEP.: 78320-000, E/OU por meio do Telefone (66) 3566-8300.

Juína-MT, 17 de abril de 2025.

ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA

Agente de Contratação

Portaria n.º 9.946/2025

CONVENIOS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 013/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 013/2025

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE: 023/2025;

OBJETO: Repasse de recursos financeiros destinados para ajuda de custeio de despesas para realização da 12 Edição da Corrida de Rua do Vale do Juruena no Município de Juína, Estado de Mato Grosso, a fim de fomentar o esporte e a qualidade de vida ao público feminino e masculino

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14133/2021;

PROPONENTE: Município de Juína MT;

INTERVENIENTE: ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ATLETISMO - AJA

VALOR: R$ 25.000,00

VENCIMENTO: 31/12/2025

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2025

Leila Campos Moreira

Fiscal do Contrato

Poder Executivo – Juína-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025PROCESSO ADM: Nº 025/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025Processo Adm: Nº 025/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JURUENA-MT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Empresas vencedoras valor total: R$ 1.457.249,73 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos): **MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA** (08257279000103) com os lotes: 3, 4, 25, 26, 27, 28, 59, 61, 29, 30, 31, 32, 41, 56 no valor total de R$ 121.821,88 (cento e vinte e um mil e oitocentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos). **BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** (08692456000171) com os lotes: 12 no valor total de R$ 2.718,16 (dois mil e setecentos e dezoito reais e dezesseis centavos). **42.412.303 KETLEYN LORRAINE DIAS COSTA** (42412303000161) com os lotes: 5, 24, 33, 35, 36, 46, 49, 58, 62 no valor total de R$ 176.866,00 (cento e setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e seis reais). **AR-7 PAPELARIA E CLIMATIZACAO LTDA** (59076129000126) com os lotes: 11, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 60, 67 no valor total de R$ 386.926,00 (trezentos e oitenta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais). **COMERCIAL H10 EIRELI ME** (29106685000137) com os lotes: 2, 8, 19, 21, 54, 55, 57 no valor total de R$ 73.965,20 (setenta e três mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos). **ADEMIR FERREIRA NEVES** (35137952000136) com os lotes: 1, 6, 7, 10, 13, 14, 52, 63, 64, 65, 66, 23, 34, 37, 38, 43, 45, 15, 16, 17, 18, 20, 22 no valor total de R$ 694.952,49 (seiscentos e noventa e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE JURUENA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) CONFORME EDITAL, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

JURUENA (MT), quinta-feira, 17 de abril de 2025

MANOEL CONTIJO DE CARVALHOAUTORIDADE COMPETENTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 064/2025.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 074/2025, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 75 Inc. II da Lei 14.133/2021, realiza a Dispensa de Licitação Nº 016/2025, Processo Administrativo N° 064/2025.

DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUINDO MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DO PIAU 2025, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE JURUENA-MT, NOS DIAS 03 E 04 DE ABRIL DE 2025.

Fornecedor:

B. F PIZZARIA HAMBURGUERIA PRODUCAO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 13.166.249/0001-13

VALOR: R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Juruena – MT, 17 de Abril de 2025.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº016/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 064/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº016/2025

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a Dispensa de Licitação nº 016/2025, Processo Administrativo n° 064/2025 DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUINDO MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DO PIAU 2025, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE JURUENA-MT, NOS DIAS 03 E 04 DE ABRIL DE 2025.

Amparado pela **Lei 14.133/2021** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda aContratação.

Juruena – MT, 17 de Abril de 2025.

Manoel Gontijo de Carvalho

Prefeito Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025PROCESSO ADM: Nº 025/2025

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025Processo Adm: Nº 025/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TONERS E CARTUCHOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JURUENA-MT. CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Empresas vencedoras valor total: R$ 1.457.249,73 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos): **MSB COMERCIO E SERVICOS LTDA** (08257279000103) com os lotes: 3, 4, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 41, 56, 59 e 61 no valor total de R$ 121.821,88 (cento e vinte e um mil e oi-

tocentos e vinte e um reais e oitenta e oito centavos). **BNB COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA** (08692456000171) com o lote: 12 no valor total de R$ 2.718,16 (dois mil e setecentos e dezoito reais e dezesseis centavos). **42.412.303 KETLEYN LORRAINE DIAS COSTA** (42412303000161) com os lotes: 5, 24, 33, 35, 36, 46, 49, 58 e 62 no valor total de R$ 176.866,00 (cento e setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e seis reais). **AR-7 PAPELARIA E CLIMATIZACAO LTDA** (59076129000126) com os lotes: 11, 42, 44, 47, 48, 50, 51, 60 e 67 no valor total de R$ 386.926,00 (trezentos e oitenta e seis mil e novecentos e vinte e seis reais). **COMERCIAL H10 EIRELI ME** (29106685000137) com os lotes: 2, 8, 19, 21, 54, 55 e 57 no valor total de R$ 73.965,20 (setenta e três mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos). **ADEMIR FERREIRA NEVES** (35137952000136) com os lotes: 1, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 34, 37, 38, 43, 45, 52, 63, 64, 65 e 66 no valor total de R$ 694.952,49 (seiscentos e noventa e quatro mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Item deserto: 53

Itens fracassados: 9, 39 e 40

JURUENA - MT, 17 de abril de 2025

ROBSON GOMES DIASCONDUTOR DE PROCESSOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

CONTRATANTE: Município de Juruena - MT, CNPJ nº 24.950.461/0001-24. **CONTRATADA:** BORGES E BORGES ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 30.814.314/0001-99. **OBJETO:** Contratação de empresa do ramo de construção civil para construção de uma creche – Projeto Padrão FNDE Tipo 01, desenvolvido pelo Programa Proinfância do Governo Federal, conforme projetos, planilhas e documentos constantes no Edital. **VALOR TOTAL:** R$ 4.428.842,22 (quatro milhões quatrocentos e vinte e oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 300 (trezentos) dias. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 408 – 05.00112.365.0014.1229 – Construção de Creche Tipo 01 – Obras e Instalações. **ASSINATURA:** 17 de abril de 2025. **REPRESENTANTES:** Pelo Contratante: Sr. Manoel Gontijo de Carvalho – Prefeito Municipal. Pela Contratada: Sr. Ricardo Moura Borges – Sócio.

Juruena – MT, 17 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 14.133/2021 o RESULTADO do Processo Administrativo nº 009/2025, Concorrencia Pública Presencial nº 001/2025, conforme proposta da qual foi vencedora a empresa; **BASE CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA – ME – CNPJ: 51.995.895/0001-82,** com o item 47078 no valor de R$ 465.000,00 (quatrocentos sessenta cinco mil reais).

JUSCIMEIRA/ MT, 16 DE ABRIL 2.025

ALEXANDRE RUSSI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 270/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Servidor	Nome	Cargo	Per. Aquisitivo	Per. Concessivo
326.1	Doris Aparecida Macedo	serviços gerais	01/08/2015 a 31/07/2020	14/04/2025 a 13/05/2025

Art. 1º - Conceder licença prêmio a servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionado.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de Abril de 2025.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

NASSIN EL-DIN FARAH

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 271/2025, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA EFETIVA COMO RESPONSÁVEL PELO CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação 0167/2025, celebrado entre o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Empresa Mato Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – EMPAER-MT, e a Prefeitura Municipal Juscimeira-MT.

RESOLVE:

Art. 1º. Designa a servidora municipal, Sr.ª Angélica Sabeh de Castro, efetiva no cargo de Médico Veterinário, como responsável pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) na **Empresa Mato Grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER-MT), no município de Juscimeira-MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, de 16 de Abril de 2025.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 257/2025, DE 09 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Servidor	Nome	Cargo	Per. Aquisitivo	Per. Concessivo
2223.1	Creuza Gomes de Freitas	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	15/01/2020 a 14/01/2025	09/05/2025 a 06/08/2025

Art. 1º - Conceder licença prêmio a servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionado.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Abril de 2025.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

NASSIN EL-DIN FARAH

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 272/2025, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL COMO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO OBRAS ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE RUSSI, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Engenheiro Civil, Sr. **UASHINGTON PAIM NETO DE ASSUNÇÃO**, CREA nº 1205661921, como responsável pela fiscalização de execução das obras do município de Juscimeira-MT, abaixo relacionadas:

I – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO DE BRINQUEDOTECA MUNICIPAL, LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO. CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024 E CONTRATO Nº 051/2024.

II – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REFORMA E MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO NO PAÇO MUNICIPAL, LOCALIZADO NESTE MUNICÍPIO. CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2025 E CONTRATO Nº 017/2025.

Art. 2º - A fiscalização deverá ser efetuada através de medições, relatórios e Termos de Ocorrência.

Art. 3º - Qualquer aditivo ou alteração no Projeto deverá ter prévia autorização desta municipalidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, de 16 de Abril de 2025.

ALEXANDRE RUSSI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2025

PRAZO: 90 (noventa) dias

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO DISTRITO DE FÁTIMA SÃO LOURENÇO, MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT"

VALOR: R$ 465.000,00

CONTRATADA: BASE CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ: 51.995.895/0001-82

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PORTARIA Nº 113/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 113/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

Concede Promoção de Classe ao servidor público que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o Requerimento do Servidor Público, com os documentos comprobatórios para a Promoção de Classe;

R E S O L V E:

Art. 1º - **Conceder**, promoção de **classe "C"** para **classe "D"**, por ter Concluído – "Ensino Superior", conforme preceitua o Artigo 1º**,** § 2º e inciso IV da Lei Complementar nº. 027/2006 de 28/04/2006, a Servidor abaixo descrito:

JOSE GONCALVES DO NASCIMENTO – CPF N° 631.105.041-20

PINTOR

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dos mil e vinte e cinco.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 112/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

"Revoga a Portara n° 138/2023 que nomeia membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar a Portaria n° 138/2023, de 10 de julho de 2023,que nomeia os membros do plenário do Conselho Municipal de Saúde – CMS, para o biênio de 10/07/2023 a 10/07/2025.

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TITULAR: Emanuelly Martins do Nascimento - CPF: 054.451.701-60

SUPLENTE: Maria do Rosario Soares – CPF: 229.340.661-34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TITULAR: Leidineia Ferrari – CPF: 972.099.371-53

SUPLENTE: Regina de Souza Bortolozzo – CPF: 061.557.471-80

TRABALHADORES DO SUS

TITULAR: Kétura Rizia Morais da Silva – CPF: 079.920.061-19

SUPLENTE: Gleidiane Cristina de Moraes – CPF: 017.475.871-50

CONSELHO DE CLASSE/COREN/CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM

TITULAR: Cláudia Magosso – CPF: 002.001.191-17

SUPLENTE: Valdeny Alves dos Reis – CPF: 627.580.201-49

II - REPRESENTANTES – NÃO GOVERNAMENTAIS

REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA

TITULAR: Irene Vitorazzi da Silva – CPF: 535.310.001-87

SUPLENTE: Ionice Candida de Souza Silva – CPF: 005.792.671-99

REPRESENTANTES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS

TITULAR: Dinalva do Nascimento Xavier Pinheiro – CPF: 013.887.691-66

SUPLENTE: Suely Oliveira de Souza – CPF: 032.524.521-54

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO-GROSSO – SUB-SEDE DO SINTEP

TITULAR: Valdinei Ribeiro dos Santos – CPF: 007.189.231-11

SUPLENTE: Luiza Martins – CPF: 429.832.311-00

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TITULAR: Sérgio Severino Machado – CPF: 047.285.486-00

SUPLENTE: Jose Guilherme de Sene – CPF: 171.157.601-87

ASSOCIAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS PRODUTORES DE SÃO JOSE DO PINGADOR APRUCAM

TITULAR: Jenadir Manoel de Souza – CPF: 361.663.401-68

SUPLENTE: Neuza Adriana Rossin – CPF: 897.751.631-53

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 22, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 22 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$5.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **5.000,00**

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

414	04.122.0100.2066.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL	5.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

404	04.122.0100.2066.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DI	-5.000,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-5.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 21, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 21 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$3.777,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **3.777,00**

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

298	08.244.0090.2097.0000	MANUTENCAO DO PROGRAMA IGD-SUAS	3.777,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

305	08.244.0090.2128.0000	MANUTENÇÃO COM BENEFÍCIOS EVENTUAIS	-3.777,00
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-3.777,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

PORTARIA N° 119/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N° 119/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Nomeia Comissão Permanente de Reavaliação/Depreciação, Baixa Patrimonial de Bens e Inventário da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Comissão Permanente de Reavaliação/Depreciação, Baixa Patrimonial de Bens e Inventário da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, que será composta pelos seguintes servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta prefeitura, conforme abaixo:

PRESIDENTE – MARCOS VINICIUS DE MORAES ANGOLA

SECRETÁRIO – EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS

MEMBRO – LAILA LORAYNE PEREIRA JARDIM

Art. 2° - A presente comissão deverá emitir relatório detalhado do estado dos bens, devendo constar todos os dados necessários para a correta avaliação dos mesmos, ou seja, identificando o tipo, condições, localização e valor dos bens móveis e imóveis deste poder executivo Municipal nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - A presente comissão deverá organizar e fazer o registro do patrimônio do Município de Lambari D´Oeste MT, conforme as normas de procedimentos patrimoniais de: depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução a valor recuperável, conforme o estabelecido no decreto nº 046/2011.

Art. 4º - A presente comissão deverá realizar processo de baixa de bens no que for necessário, conforme levantamento patrimonial realizado através do contrato administrativo nº 039/2015.

Art. 5° - O mandato dos membros nomeados será de 01 (um) ano, a constar da data desta Portaria, por ser um trabalho voluntário, caracteriza-se sem ônus aos cofres públicos.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de janeiro de 2025. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 118/2025, DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Nomeia o Senhor **JONATHAN CAMPOS DA SILVA,** para o exercício do Cargo em Comissão de Chefe Departamento de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **JONATHAN CAMPOS DA SILVA,** Portador da cédula de Identidade RG n° 17435439 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 030.450.621-48, para o exercício do cargo em Comissão de Chefe Departamento de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia quatro de abril de 2025. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N° 913/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

LEI MUNICIPAL N° 913/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

Autor: Poder Executivo.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2025 e, dá outras providências."

O Senhor MARCELO VIEIRA VITORAZZI, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2025, Crédito Adicional Especial na Secretaria abaixo relacionadas na importância de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sendo o valor de nas seguintes dotações Orçamentárias:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0050.1184 – AQUISIÇAO DE VEÍCULO PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente..... 180.000,00

Fonte 1.659.321000 – 300 081 – Aquisição de Veículo – Vigilância Sanitária

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo 1º serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 730/2021 – Plano Plurianual e na Lei LDO nº 879/2024 – Lei de Diretrizes Orçamentário para 2025 (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar ou remanejar dotação de que trata o art. 1º até o limite de 15% do seu valor total.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Publique-se, Registra-se e Cumpra-se.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N° 912/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

LEI MUNICIPAL N° 912/2025, DE 15 DE ABRIL DE 2025

Autor: Poder Executivo.

"Revoga Lei Municipal n° 360/2009, de 08 de dezembro de 2009, e dá outras providências".

O Senhor, MARCELO VIEIRA VITORAZZI, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são

conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal n° 360/2009, de 08 de dezembro de 2009, que "Estabelece a Política Municipal de Assistência Social, as respectivas ações, critérios de atendimento aos munícipes necessitados e, dá outras providências".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Publique-se, Registra-se e Cumpra-se.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 114/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025

"Exonera, a pedido, o Servidor Efetivo, **VALDEMIR FERREIRA BARBOSA,** do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, o Senhor **VALDEMIR FERREIRA BARBOSA**, Portador do RG n° 2402719-7 SSP/MT e inscrito no CPF n° 514.447.041-68, do Cargo Efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, a partir de desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

RELATÓRIOS RREO 1º BIMESTRE DE 2025

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.592.484,09	59.592.484,09	7.804.831,78	13,10	7.804.831,78	13,10	51.787.652,31
RECEITAS CORRENTES	51.399.007,09	51.399.007,09	7.804.831,78	15,18	7.804.831,78	15,18	43.594.175,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.733.050,00	6.733.050,00	529.283,36	7,86	529.283,36	7,86	6.203.766,64
Impostos	6.536.550,00	6.536.550,00	513.532,60	7,86	513.532,60	7,86	6.023.017,40
Taxas	196.500,00	196.500,00	15.750,76	8,02	15.750,76	8,02	180.749,24
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.613.576,63	1.613.576,63	146.670,41	9,09	146.670,41	9,09	1.466.906,22
Contribuições Sociais	1.129.576,63	1.129.576,63	103.938,55	9,20	103.938,55	9,20	1.025.638,08
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	484.000,00	484.000,00	42.731,86	8,83	42.731,86	8,83	441.268,14
RECEITA PATRIMONIAL	102.657,46	102.657,46	171.673,02	167,23	171.673,02	167,23	-69.015,56
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.650,00	1.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00
Valores Mobiliários	101.007,46	101.007,46	171.673,02	169,96	171.673,02	169,96	-70.665,56
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	906.156,88	906.156,88	59.414,39	6,56	59.414,39	6,56	846.742,49
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	264.156,88	264.156,88	2.880,00	1,09	2.880,00	1,09	261.276,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	642.000,00	642.000,00	56.534,39	8,81	56.534,39	8,81	585.465,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	41.875.266,12	41.875.266,12	6.806.308,72	16,25	6.806.308,72	16,25	35.068.957,40
Transferências da União e de suas Entidades	18.541.089,12	18.541.089,12	3.050.063,11	16,45	3.050.063,11	16,45	15.491.026,01
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.604.500,00	16.604.500,00	2.654.132,82	15,98	2.654.132,82	15,98	13.950.367,18
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.729.677,00	6.729.677,00	1.102.112,79	16,38	1.102.112,79	16,38	5.627.564,21
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168.300,00	168.300,00	91.481,88	54,36	91.481,88	54,36	76.818,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	112.750,00	112.750,00	419,86	0,37	419,86	0,37	112.330,14
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	550,00	550,00	90.114,85	,384,52	90.114,85	,384,52	-89.564,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	55.000,00	55.000,00	947,17	1,72	947,17	1,72	54.052,83
RECEITAS DE CAPITAL	8.193.477,00	8.193.477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.193.477,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.193.477,00	8.193.477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.193.477,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.544.485,00	2.544.485,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.544.485,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.648.992,00	5.648.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.648.992,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.407.515,91	4.407.515,91	406.779,34	9,23	406.779,34	9,23	4.000.736,57
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	64.000.000,00	64.000.000,00	8.211.611,12	12,83	8.211.611,12	12,83	55.788.388,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	64.000.000,00	64.000.000,00	8.211.611,12	12,83	8.211.611,12	12,83	55.788.388,88
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	64.000.000,00	64.000.000,00	8.211.611,12	12,83	8.211.611,12	12,83	55.788.388,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	20.671,42			20.671,42		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		20.671,42			20.671,42		

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.738.602,00	59.759.273,42	14.677.631,87	14.677.631,87	45.081.641,55	5.923.579,49	5.923.579,49	53.835.693,93	4.979.802,32	0,00
DESPESAS CORRENTES	49.251.083,54	48.979.929,06	13.735.447,68	13.735.447,68	35.244.481,38	4.982.325,40	4.982.325,40	43.997.603,66	4.402.434,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.213.933,54	21.174.015,44	3.046.609,05	3.046.609,05	18.127.406,39	2.658.664,75	2.658.664,75	18.515.350,69	2.605.528,37	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	0,00	113.577,21	113.577,21	188.922,79	113.577,21	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.734.650,00	27.503.413,62	10.386.338,63	10.386.338,63	17.117.074,99	2.210.083,44	2.210.083,44	25.293.330,18	1.683.328,53	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.734.650,00	27.503.413,62	10.386.338,63	10.386.338,63	17.117.074,99	2.210.083,44	2.210.083,44	25.293.330,18	1.683.328,53	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	7.968.429,00	8.680.254,90	942.184,19	942.184,19	7.738.070,71	941.254,09	941.254,09	7.739.000,81	577.368,21	0,00
INVESTIMENTOS	7.473.429,00	8.185.254,90	908.850,86	908.850,86	7.276.404,04	907.920,76	907.920,76	7.277.334,14	544.034,88	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	495.000,00	495.000,00	33.333,33	33.333,33	461.666,67	33.333,33	33.333,33	461.666,67	33.333,33	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.519.089,46	2.099.089,46	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.261.398,00	4.261.398,00	741.019,26	741.019,26	3.520.378,74	741.019,26	741.019,26	3.520.378,74	402.864,10	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	64.000.000,00	64.020.671,42	15.418.651,13	15.418.651,13	48.602.020,29	6.664.598,75	6.664.598,75	57.356.072,67	5.382.666,42	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	64.000.000,00	64.020.671,42	15.418.651,13	15.418.651,13	48.602.020,29	6.664.598,75	6.664.598,75	57.356.072,67	5.382.666,42	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.547.012,37		2.828.944,70	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	64.000.000,00	64.020.671,42	15.418.651,13	15.418.651,13		6.664.598,75	8.211.611,12		8.211.611,12	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A FEV	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.407.515,91	4.407.515,91	406.779,34	9,23	406.779,34	9,23	4.000.736,57
RECEITAS CORRENTES	4.407.515,91	4.407.515,91	406.779,34	9,23	406.779,34	9,23	4.000.736,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	4.407.515,91	4.407.515,91	406.779,34	9,23	406.779,34	9,23	4.000.736,57
Contribuições Sociais	4.407.515,91	4.407.515,91	406.779,34	9,23	406.779,34	9,23	4.000.736,57
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A FEV		BIMESTRE	JAN A FEV			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.261.398,00	4.261.398,00	741.019,26	741.019,26	3.520.378,74	741.019,26	741.019,26	3.520.378,74	402.864,10	0,00
DESPESAS CORRENTES	4.260.298,00	4.260.298,00	741.019,26	741.019,26	3.519.278,74	741.019,26	741.019,26	3.519.278,74	402.864,10	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.259.198,00	4.259.198,00	741.019,26	741.019,26	3.518.178,74	741.019,26	741.019,26	3.518.178,74	402.864,10	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.738.602,00	59.759.273,42	14.677.631,87	14.677.631,87	95,19	45.081.641,55	5.923.579,49	5.923.579,49	88,88	53.835.693,93	0,00
Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	397.598,36	397.598,36	2,58	1.402.401,64	339.252,84	339.252,84	5,09	1.460.747,16	0,00
Ação Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	397.598,36	397.598,36	2,58	1.402.401,64	339.252,84	339.252,84	5,09	1.460.747,16	0,00
Administração	13.974.701,00	13.633.013,11	4.831.276,98	4.831.276,98	31,33	8.801.736,13	1.370.908,21	1.370.908,21	20,57	12.262.104,90	0,00
Administração Financeira	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
Administração de Receitas	484.550,00	484.550,00	28.886,56	28.886,56	0,19	455.663,44	28.886,56	28.886,56	0,43	455.663,44	0,00
Administração Geral	13.484.651,00	13.142.963,11	4.802.390,42	4.802.390,42	31,15	8.340.572,69	1.342.021,65	1.342.021,65	20,14	11.800.941,46	0,00
Assistência Social	3.590.975,00	3.590.975,00	829.143,77	829.143,77	5,38	2.761.831,23	190.340,20	190.340,20	2,86	3.400.634,80	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	241.960,00	241.960,00	53.982,72	53.982,72	0,35	187.977,28	52.154,05	52.154,05	0,78	189.805,95	0,00
Assistência Comunitária	3.194.815,00	3.194.815,00	754.978,57	754.978,57	4,90	2.439.836,43	118.003,67	118.003,67	1,77	3.076.811,33	0,00
Administração Geral	154.200,00	154.200,00	20.182,48	20.182,48	0,13	134.017,52	20.182,48	20.182,48	0,30	134.017,52	0,00
Previdência Social	3.554.391,54	3.554.391,54	609.678,70	609.678,70	3,95	2.944.712,84	553.615,32	553.615,32	8,31	3.000.776,22	0,00
Previdência Básica	3.554.391,54	3.554.391,54	609.678,70	609.678,70	3,95	2.944.712,84	553.615,32	553.615,32	8,31	3.000.776,22	0,00
Saúde	9.869.710,00	9.875.177,14	2.979.234,71	2.979.234,71	19,32	6.895.942,43	1.190.108,00	1.190.108,00	17,86	8.685.069,14	0,00
Atenção Básica	7.744.980,00	7.750.447,14	2.650.548,01	2.650.548,01	17,19	5.099.899,13	1.082.637,94	1.082.637,94	16,24	6.667.809,20	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.377.300,00	1.377.300,00	275.177,30	275.177,30	1,78	1.102.122,70	55.835,66	55.835,66	0,84	1.321.464,34	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	185.900,00	185.900,00	3.750,00	3.750,00	0,02	182.150,00	1.875,00	1.875,00	0,03	184.025,00	0,00
Vigilância Sanitária	79.720,00	79.720,00	0,00	0,00	0,00	79.720,00	0,00	0,00	0,00	79.720,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	166.500,00	166.500,00	18.079,38	18.079,38	0,12	148.420,62	18.079,38	18.079,38	0,27	148.420,62	0,00
Administração Geral	315.310,00	315.310,00	31.680,02	31.680,02	0,21	283.629,98	31.680,02	31.680,02	0,48	283.629,98	0,00
Trabalho	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00
Fomento ao Trabalho	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00
Educação	12.052.509,00	12.052.509,00	2.673.144,87	2.673.144,87	17,34	9.379.364,13	926.352,64	926.352,64	13,90	11.126.156,36	0,00
Ensino Fundamental	10.054.289,00	10.053.671,00	2.297.387,19	2.297.387,19	14,90	7.756.283,81	822.803,20	822.803,20	12,35	9.230.867,80	0,00
Ensino Superior	93.500,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00	93.500,00	0,00	0,00	0,00	93.500,00	0,00
Educação Infantil	1.119.150,00	1.119.768,00	91.947,42	91.947,42	0,60	1.027.820,58	91.947,42	91.947,42	1,38	1.027.820,58	0,00
Administração Geral	37.920,00	37.920,00	900,00	900,00	0,01	37.020,00	900,00	900,00	0,01	37.020,00	0,00
Demais Subfunções	747.650,00	747.650,00	282.910,26	282.910,26	1,83	464.739,74	10.702,02	10.702,02	0,16	736.947,98	0,00
Cultura	3.578.150,00	3.586.999,51	9.149,51	9.149,51	0,06	3.577.850,00	9.149,51	9.149,51	0,14	3.577.850,00	0,00
Difusão Cultural	3.578.150,00	3.586.999,51	9.149,51	9.149,51	0,06	3.577.850,00	9.149,51	9.149,51	0,14	3.577.850,00	0,00
Urbanismo	946.000,00	957.502,35	205.422,16	205.422,16	1,33	752.080,19	205.422,16	205.422,16	3,08	752.080,19	0,00
Infra-Estrutura Urbana	946.000,00	957.502,35	205.422,16	205.422,16	1,33	752.080,19	205.422,16	205.422,16	3,08	752.080,19	0,00
Habitação	114.200,00	804.040,31	690.840,31	690.840,31	4,48	113.200,00	690.840,31	690.840,31	10,37	113.200,00	0,00
Habitação Urbana	114.200,00	804.040,31	690.840,31	690.840,31	4,48	113.200,00	690.840,31	690.840,31	10,37	113.200,00	0,00
Saneamento	974.670,00	974.670,00	109.468,98	109.468,98	0,71	865.201,02	72.919,23	72.919,23	1,09	901.750,77	0,00
Saneamento Básico Urbano	974.670,00	974.670,00	109.468,98	109.468,98	0,71	865.201,02	72.919,23	72.919,23	1,09	901.750,77	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Agricultura	681.800,00	681.800,00	0,00	0,00	0,00	681.800,00	0,00	0,00	0,00	681.800,00	0,00
Extensão Rural	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00
Demais Subfunções	637.800,00	637.800,00	0,00	0,00	0,00	637.800,00	0,00	0,00	0,00	637.800,00	0,00
Energia	495.550,00	542.250,00	57.900,00	57.900,00	0,38	484.350,00	57.700,00	57.700,00	0,87	484.550,00	0,00
Energia Elétrica	495.550,00	542.250,00	57.900,00	57.900,00	0,38	484.350,00	57.700,00	57.700,00	0,87	484.550,00	0,00
Transporte	71.050,00	71.050,00	204,00	204,00	0,00	70.846,00	12,00	12,00	0,00	71.038,00	0,00
Transporte Rodoviário	71.050,00	71.050,00	204,00	204,00	0,00	70.846,00	12,00	12,00	0,00	71.038,00	0,00
Desporto e Lazer	3.711.244,00	3.711.244,00	0,00	0,00	0,00	3.711.244,00	0,00	0,00	0,00	3.711.244,00	0,00
Desporto Comunitário	3.711.244,00	3.711.244,00	0,00	0,00	0,00	3.711.244,00	0,00	0,00	0,00	3.711.244,00	0,00
Encargos Especiais	1.760.562,00	1.780.562,00	1.284.569,52	1.284.569,52	8,33	495.992,48	316.959,07	316.959,07	4,76	1.463.602,93	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.265.652,00	1.265.652,00	769.659,52	769.659,52	4,99	495.992,48	243.661,01	243.661,01	3,66	1.021.990,99	0,00
Outros Encargos Especiais	494.910,00	514.910,00	514.910,00	514.910,00	3,34	0,00	73.298,06	73.298,06	1,10	441.611,94	0,00
Reserva de Contingência	2.519.089,46	2.099.089,46	0,00	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00
Demais Subfunções	2.519.089,46	2.099.089,46	0,00	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00	0,00	0,00	2.099.089,46	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.261.398,00	4.261.398,00	741.019,26	741.019,26	4,81	3.520.378,74	741.019,26	741.019,26	11,12	3.520.378,74	0,00
Legislativa	250.000,00	250.000,00	51.289,66	51.289,66	0,33	198.710,34	51.289,66	51.289,66	0,77	198.710,34	0,00
Ação Legislativa	250.000,00	250.000,00	51.289,66	51.289,66	0,33	198.710,34	51.289,66	51.289,66	0,77	198.710,34	0,00
Administração	754.081,00	754.081,00	136.867,94	136.867,94	0,89	617.213,06	136.867,94	136.867,94	2,05	617.213,06	0,00
Administração de Receitas	47.000,00	47.000,00	8.213,24	8.213,24	0,05	38.786,76	8.213,24	8.213,24	0,12	38.786,76	0,00
Administração Geral	707.081,00	707.081,00	128.654,70	128.654,70	0,83	578.426,30	128.654,70	128.654,70	1,93	578.426,30	0,00
Assistência Social	188.070,00	188.070,00	31.570,78	31.570,78	0,20	156.499,22	31.570,78	31.570,78	0,47	156.499,22	0,00
Assistência Comunitária	188.070,00	188.070,00	31.570,78	31.570,78	0,20	156.499,22	31.570,78	31.570,78	0,47	156.499,22	0,00
Saúde	1.146.120,00	1.146.120,00	205.824,56	205.824,56	1,33	940.295,44	205.824,56	205.824,56	3,09	940.295,44	0,00
Atenção Básica	1.083.860,00	1.083.860,00	201.445,14	201.445,14	1,31	882.414,86	201.445,14	201.445,14	3,02	882.414,86	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.850,00	3.850,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00	0,00	0,00	0,00	3.850,00	0,00
Vigilância Sanitária	17.050,00	17.050,00	0,00	0,00	0,00	17.050,00	0,00	0,00	0,00	17.050,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	39.050,00	39.050,00	4.379,42	4.379,42	0,03	34.670,58	4.379,42	4.379,42	0,07	34.670,58	0,00
Administração Geral	2.310,00	2.310,00	0,00	0,00	0,00	2.310,00	0,00	0,00	0,00	2.310,00	0,00
Educação	1.920.377,00	1.920.377,00	315.466,32	315.466,32	2,05	1.604.910,68	315.466,32	315.466,32	4,73	1.604.910,68	0,00
Ensino Fundamental	1.553.177,00	1.553.177,00	268.266,98	268.266,98	1,74	1.284.910,02	268.266,98	268.266,98	4,03	1.284.910,02	0,00
Educação Infantil	365.000,00	365.000,00	47.199,34	47.199,34	0,31	317.800,66	47.199,34	47.199,34	0,71	317.800,66	0,00
Administração Geral	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Saneamento	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	550,00	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00	0,00	0,00	550,00	0,00
Encargos Especiais	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	64.000.000,00	64.020.671,42	15.418.651,13	15.418.651,13	100,00	48.602.020,29	6.664.598,75	6.664.598,75	100,00	57.356.072,67	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A FEV	%		BIMESTRE	JAN A FEV	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAR/2024 A FEV/2025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.622.854,79	4.737.171,96	4.655.341,58	5.508.411,45	6.449.029,69	4.507.243,54	3.845.239,85	5.270.421,72	4.290.452,71	6.450.068,51	4.522.290,20	4.502.603,06	59.361.129,06	57.604.007,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.264.845,60	222.102,02	345.939,16	243.695,64	1.495.795,29	278.359,76	290.525,83	276.198,84	239.682,70	287.271,68	258.155,94	271.127,42	5.473.699,88	6.733.050,00
IPTU	4.354,44	4.438,90	2.100,14	17.970,80	19.113,93	11.302,19	1.732,46	4.714,01	3.817,31	6.458,75	2.814,11	3.626,71	82.443,75	128.500,00
ISS	67.406,05	54.016,65	60.509,26	87.639,91	149.161,61	147.019,66	164.256,11	119.915,69	94.935,33	109.222,25	139.208,69	91.829,91	1.285.121,12	1.425.050,00
ITBI	1.095.100,03	53.080,53	180.115,55	810,55	1.169.448,69	9.130,66	212,76	19.925,76	6.249,43	2.532,48	2.400,00	40.800,00	2.579.806,44	2.822.000,00
IRRF	90.487,13	97.728,39	101.858,98	134.272,00	155.492,62	103.160,17	118.755,09	130.287,16	132.766,40	165.564,10	111.321,82	121.531,36	1.463.225,22	1.350.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.497,95	12.837,55	1.355,23	3.002,38	2.578,44	7.747,08	5.569,41	1.356,22	1.914,23	3.494,10	2.411,32	13.339,44	63.103,35	1.007.500,00
Contribuições	106.527,13	107.050,84	112.630,32	107.292,23	123.404,38	124.063,18	102.277,18	107.605,23	105.100,20	194.111,80	30.264,09	116.406,32	1.336.732,90	1.613.576,63
Receita Patrimonial	80.042,19	84.548,89	80.262,64	89.169,83	162.551,76	95.464,26	95.844,67	113.821,01	91.935,70	71.517,93	86.689,04	84.983,98	1.136.831,90	102.657,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	80.042,19	84.548,89	80.262,64	89.169,83	162.551,76	95.464,26	95.844,67	113.821,01	91.935,70	71.517,93	86.689,04	84.983,98	1.136.831,90	101.007,46
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	26.965,73	22.911,13	16.809,47	19.838,95	16.556,93	16.491,62	17.388,12	28.136,49	24.010,66	37.227,64	28.205,28	31.209,11	285.751,13	906.156,88
Transferências Correntes	3.144.264,21	4.300.349,15	4.099.313,72	5.022.926,97	4.601.701,01	3.936.549,39	3.289.640,89	4.696.575,45	3.776.714,31	5.751.955,36	4.060.989,30	3.965.380,90	50.646.360,66	48.080.266,12
Cota-Parte do FPM	931.411,88	976.914,86	1.136.515,90	1.220.428,60	1.322.438,26	1.034.507,57	1.077.294,85	901.140,32	1.153.500,76	1.860.749,04	1.151.188,55	1.544.762,11	14.310.852,70	15.005.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.140.953,80	1.140.863,94	1.110.963,32	1.197.559,72	1.304.060,21	1.285.433,51	1.189.028,33	1.539.324,54	1.416.104,20	1.215.213,27	1.578.676,94	1.326.804,45	15.444.986,23	15.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	62.988,10	85.169,18	179.754,27	194.132,20	82.688,67	50.808,02	42.910,61	32.678,69	17.911,85	16.518,45	57.447,66	59.517,24	882.524,94	825.000,00
Cota-Parte do ITR	32.967,05	21.916,30	15.080,33	15.758,48	66.276,40	17.686,20	77.451,65	1.236.518,18	298.680,73	443.340,57	229.660,93	152.251,02	2.607.587,84	1.375.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
Transferencias do FUNDEB	371.031,81	383.804,46	412.847,51	450.083,33	406.694,40	413.072,98	378.322,54	499.170,24	452.115,35	420.522,55	558.333,61	543.779,18	5.289.777,96	6.729.677,00
Outras Transferências Correntes	604.911,57	1.691.680,41	1.244.152,39	1.944.964,64	1.419.543,07	1.135.041,11	524.632,91	487.743,48	438.401,42	1.795.611,48	485.681,61	338.266,90	12.110.630,99	8.812.589,12
Outras Receitas Correntes	209,93	209,93	386,27	25.487,83	49.020,32	56.315,33	49.563,16	48.084,70	53.009,14	107.984,10	57.986,55	33.495,33	481.752,59	168.300,00
DEDUÇÕES (II)	523.168,49	532.495,52	578.755,18	611.568,04	543.756,32	573.325,62	522.354,06	833.282,78	666.085,17	767.919,61	613.097,33	710.902,70	7.476.710,82	7.334.576,63
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	89.504,47	87.522,85	90.292,55	85.992,38	94.966,47	95.638,72	91.413,44	91.350,57	88.845,80	173.951,60	9.702,69	94.235,86	1.093.417,40	1.129.576,63
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	433.664,02	444.972,67	488.462,63	525.575,66	448.789,85	477.686,90	430.940,62	741.932,21	577.239,37	593.968,01	603.394,64	616.666,84	6.383.293,42	6.205.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.099.686,30	4.204.676,44	4.076.586,40	4.896.843,41	5.905.273,37	3.933.917,92	3.322.885,79	4.437.138,94	3.624.367,54	5.682.148,90	3.909.192,87	3.791.700,36	51.884.418,24	50.269.430,46
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.099.686,30	4.204.676,44	4.076.586,40	4.896.843,41	5.905.273,37	3.933.917,92	3.322.885,79	4.437.138,94	3.624.367,54	5.682.148,90	3.909.192,87	3.791.700,36	51.884.418,24	50.269.430,46
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	48.008,00	48.008,00	56.056,40	56.056,40	56.056,40	56.056,40	56.056,40	56.056,40	56.056,40	112.112,80	60.720,00	60.720,00	721.963,60	715.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	4.051.678,30	4.156.668,44	4.020.530,00	4.840.787,01	5.849.216,97	3.877.861,52	3.266.829,39	4.381.082,54	3.568.311,14	5.570.036,10	3.848.472,87	3.730.980,36	51.162.454,64	49.554.430,46

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAR/2024 A FEV/2025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	JAN/2025	FEV/2025		

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	5.600.000,00	510.717,89
Receita de Contribuições dos Segurados	5.537.092,54	510.717,89
Ativo	5.526.481,91	509.725,52
Inativo	10.610,63	992,37
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	62.907,46	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	62.907,46	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	5.600.000,00	510.717,89

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	2.650.100,00	400.975,04	400.975,04	400.975,04	0,00
Aposentadorias	2.360.100,00	356.792,34	356.792,34	356.792,34	0,00
Pensões por Morte	290.000,00	44.182,70	44.182,70	44.182,70	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	696.391,54	182.603,64	126.540,26	126.540,26	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	696.391,54	182.603,64	126.540,26	126.540,26	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.346.491,54	583.578,68	527.515,30	527.515,30	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1259], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)					R$ 1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	2.253.508,46	-72.860,79	-16.797,41	-16.797,41	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	3.630.070,95
Outros Bens e Direitos	221.355,49

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1259], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		R$ 1
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCÍARIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiéncias Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOP RPPS (XII)	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1259], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1259], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1259], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Fev/2025
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.206.523,00	7.700.893,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.733.050,00	529.283,36
IPTU	128.500,00	6.440,82
ISS	1.425.050,00	231.038,60
ITBI	2.822.000,00	43.200,00
IRRF	1.350.000,00	232.853,18
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.007.500,00	15.750,76
Contribuições	484.000,00	42.731,86
Receita Patrimonial	39.750,00	171.673,02
Aplicações Financeiras (II)	38.100,00	171.673,02
Outras Receitas Patrimoniais	1.650,00	0,00
Transferências Correntes	41.875.266,12	6.806.308,72
Cota Parte do FPM	12.300.000,00	2.156.760,61
Cota Parte do ICMS	12.240.000,00	2.324.385,16
Cota Parte do IPVA	660.000,00	93.572,08
Cota Parte do ITR	1.100.000,00	305.529,57
Transferências da LC 61/1989	33.000,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	6.729.677,00	1.102.112,79
Outras Transferências Correntes	8.812.589,12	823.948,51
Demais Receitas Correntes	1.074.456,88	150.896,27
Outras Receitas Financeiras (III)	55.000,00	93,37
Receitas Correntes Restantes	1.019.456,88	150.802,90
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	50.113.423,00	7.529.126,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	5.537.092,54	510.717,89
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	62.907,46	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	8.193.477,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.193.477,00	0,00
Convênios	7.403.477,00	0,00
Outras Transferências de Capital	790.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	8.193.477,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	63.843.992,54	8.039.844,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	58.306.900,00	7.529.126,84

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	49.706.035,52	13.866.788,24	5.169.729,34	4.251.682,89	283.506,33	1.644.429,57	1.543.684,34
Pessoal e Encargos Sociais	22.492.621,90	3.352.529,63	2.964.585,33	2.573.293,79	28.209,33	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	303.600,00	302.500,00	113.577,21	113.577,21	0,00	689,86	689,86
Outras Despesas Correntes	26.909.813,62	10.211.758,61	2.091.566,80	1.564.811,89	255.297,00	1.643.739,71	1.542.994,48
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	26.909.813,62	10.211.758,61	2.091.566,80	1.564.811,89	255.297,00	1.643.739,71	1.542.994,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	49.402.435,52	13.564.288,24	5.056.152,13	4.138.105,68	283.506,33	1.643.739,71	1.542.994,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	3.534.191,54	609.678,70	553.615,32	553.615,32	0,00	33.658,36	33.658,36
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.661.154,90	942.184,19	941.254,09	577.368,21	484.594,57	1.241.198,00	1.115.811,63
Investimentos	8.165.054,90	908.850,86	907.920,76	544.034,88	484.594,57	1.241.198,00	1.115.811,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	496.100,00	33.333,33	33.333,33	33.333,33	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + :	8.165.054,90	908.850,86	907.920,76	544.034,88	484.594,57	1.241.198,00	1.115.811,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.099.089,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	20.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	63.220.971,42	15.082.817,80	6.517.688,21	5.235.755,88	768.100,90	2.918.596,07	2.692.464,47
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	59.666.579,88	14.473.139,10	5.964.072,89	4.682.140,56	768.100,90	2.884.937,71	2.658.806,11
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							-656.476,52
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							-579.920,73

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	761.600,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Fev/2025
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	171.673,02
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	302.500,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-710.747,71

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-1.489.779,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Jan a Fev/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	3.598.729,38	3.565.396,05
DEDUÇÕES (XL)	11.927.205,42	12.000.014,11
Disponibilidade de Caixa	11.927.205,42	12.000.014,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.805.117,45	12.389.940,60
(-)Restos a Pagar Processados (XLI)	774.291,32	232.322,02
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	103.620,71	157.604,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-8.328.476,04	-8.434.618,06
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		106.142,02

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Fev/2025
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-541.969,30
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	-435.827,28
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	-305.000,30

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.671,42
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	20.671,42
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2024 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2024 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	4.478,74	769.812,58	768.100,90	0,00	6.190,42	0,03	5.859.849,38	2.919.285,93	2.693.154,33	0,00	3.166.695,08	3.172.885,50
02	PODER EXECUTIVO	4.478,74	769.812,58	768.100,90	0,00	6.190,42	0,03	5.859.849,38	2.919.285,93	2.693.154,33	0,00	3.166.695,08	3.172.885,50
0202	GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.689,36	4.689,36	0,00	0,00	0,00	16.317,70	16.317,70	16.317,70	0,00	0,00	0,00
0203	SEC. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO	4.000,01	18.664,27	18.664,27	0,00	4.000,01	0,00	713.183,61	684.252,33	658.052,35	0,00	55.131,26	59.131,27
0204	SECR. MUN. SAUDE	223,70	43.785,60	43.779,80	0,00	229,50	0,00	371.378,01	289.350,01	252.749,51	0,00	118.628,50	118.858,00
0205	SEC. MUN. PROMOCAO E ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	22.335,30	22.325,11	0,00	10,19	0,00	2.029.436,53	374.010,17	371.010,20	0,00	1.658.426,33	1.658.436,52
0206	SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	254,97	288.591,32	288.426,84	0,00	419,45	0,00	22.354,29	20.722,21	7.722,33	0,00	14.631,96	15.051,41
0207	SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA	0,00	317.119,79	317.119,79	0,00	0,00	0,03	1.409.255,22	304.253,40	156.922,13	0,00	1.252.333,12	1.252.333,12
0208	SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	951,28	951,28	0,00	0,00	0,00	9.734,89	9.734,89	9.734,89	0,00	0,00	0,00
0209	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	0,06	72.778,24	71.247,03	0,00	1.531,27	0,00	21.889,86	10.689,86	10.689,86	0,00	11.200,00	12.731,27
0210	LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.002,27	33.658,36	33.658,36	0,00	56.343,91	56.343,91
0212	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	0,00	897,42	897,42	0,00	0,00	0,00	1.176.297,00	1.176.297,00	1.176.297,00	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	4.478,74	769.812,58	768.100,90	0,00	6.190,42	0,03	5.859.849,38	2.919.285,93	2.693.154,33	0,00	3.166.695,08	3.172.885,50

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.725.550,00	513.532,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	128.500,00	6.440,82
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.822.000,00	43.200,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.425.050,00	231.038,60
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.350.000,00	232.853,18
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.538.000,00	6.100.308,90
2.1- Cota-Parte FPM	15.005.000,00	2.695.950,66
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	13.500.000,00	2.695.950,66
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	1.505.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.300.000,00	2.905.481,39
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	33.000,00	0,00
2.4- Cota-Parte ITR	1.375.000,00	381.911,95
2.5- Cota-Parte IPVA	825.000,00	116.964,90
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.263.550,00	6.613.841,50
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	6.205.000,00	1.220.061,48
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.359.287,50	433.398,60

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.735.177,00	1.108.011,74
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.735.177,00	1.108.011,74
6.1.1- Principal	6.729.677,00	1.102.112,79
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	5.500,00	5.898,95
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	524.677,00	-117.948,69

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	6.749,50
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	6.749,50
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	1.114.761,24

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.682.777,00	831.683,75	831.599,46	699.470,79	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.548.777,00	831.683,75	831.599,46	699.470,79	0,00
10.1.1- Educação Infantil	770.000,00	92.663,07	92.663,07	78.021,71	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	5.778.777,00	739.020,68	738.936,39	621.449,08	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	134.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	848.873,51	848.789,22	716.613,93	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	848.873,51	848.789,22	716.613,93	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	831.683,75	831.599,46	699.470,79	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	775.608,22	831.599,46	831.599,46	75,05
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	110.801,17	259.222,52	259.222,52	148.421,35	23,40

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no Exercício Atual (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.253.624,00	1.795.572,50	332.987,97	257.632,74	0,00
20.1- Educação Infantil	641.368,00	44.883,69	44.883,69	37.669,27	0,00
20.2- Ensino Fundamental	4.612.256,00	1.750.688,81	288.104,28	219.963,47	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.988.801,00	2.644.446,01	1.181.777,19	974.246,67	0,00
21.1- Educação Infantil	1.484.768,00	139.146,76	139.146,76	117.290,98	0,00
21.1.1- Creche	56.168,00	1.961,54	1.961,54	1.343,54	0,00
21.1.2- Pré-Escola	1.428.600,00	137.185,22	137.185,22	115.947,44	0,00
21.2- Ensino Fundamental	10.504.033,00	2.505.299,25	1.042.630,43	856.955,69	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	332.987,97
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.220.061,48
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	148.421,35
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L3	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	1.404.628,10

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.653.460,38	1.404.628,10	21,24

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	34.586,16	19.849,88	21.166,83	0,00	13.419,33
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	33.192,18	19.849,88	19.772,85	0,00	13.419,33
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.393,98	0,00	1.393,98	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.549.865,00	79.186,47
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	845.315,00	79.166,31
31.1.1- Salário-Educação	332.515,00	78.415,80
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	105.050,00	13,06
31.1.4- PNATE	57.750,00	4,92
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	350.000,00	732,53
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	352.000,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.550,00	20,16

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.984.085,00	344.165,18	61.075,12	20.572,41	0,00
32.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	1.102.815,00	60.354,92	49.473,10	19.672,41	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	93.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	787.770,00	283.810,26	11.602,02	900,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A FEV (e)	DESPESAS PAGAS JAN A FEV (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	13.920.486,00	2.971.421,43	1.225.662,55	977.675,94	0,00
33.1- Despesas Correntes	13.518.386,00	2.988.611,19	1.242.852,31	994.819,08	0,00

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

33.1.1- Pessoal Ativo	9.074.101,00	1.064.432,05	1.064.347,76	892.592,56	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	991.200,00	948.300,00	26.506,76	26.506,76	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	3.453.085,00	975.879,14	151.997,79	75.719,76	0,00
33.2- Despesas de Capital	454.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	454.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	8.143,48	15.567,58
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.108.011,74	78.415,80
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	718.007,91	20.544,74
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	398.147,31	73.438,64
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	398.147,31	73.438,64

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A FEV (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A FEV (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.681.354,90	942.184,19	7.739.170,71
Investimentos	8.185.254,90	908.850,86	7.276.404,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	496.100,00	33.333,33	462.766,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	8.681.354,90	942.184,19	7.739.170,71
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	8.681.354,90 <(d - a)>	942.184,19 <(e - b)>	7.739.170,71 <(f - c)>

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Fevereiro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	97,79	-97,79
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	97,79	-97,79

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	6.590,74	97,79	6.688,53

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1257], PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.725.550,00	5.725.550,00	513.532,60	8,97
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	128.500,00	128.500,00	6.440,82	5,01
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.822.000,00	2.822.000,00	43.200,00	1,53
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.425.050,00	1.425.050,00	231.038,60	16,21
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.350.000,00	1.350.000,00	232.853,18	17,25
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	31.033.000,00	31.033.000,00	6.100.308,90	19,66
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	2.695.950,66	19,97
Cota-Parte ITR	1.375.000,00	1.375.000,00	381.911,95	27,78
Cota-Parte IPVA	825.000,00	825.000,00	116.964,90	14,18
Cota-Parte ICMS	15.300.000,00	15.300.000,00	2.905.481,39	18,99
Cota-Parte IPI-Exportação	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	36.758.550,00	36.758.550,00	6.613.841,50	17,99

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.467.305,00	5.467.305,00	2.118.121,90	38,74	1.076.464,26	19,69	941.432,38	17,22	0,00
Despesas Correntes	5.417.805,00	5.417.805,00	2.118.121,90	39,10	1.076.464,26	19,87	941.432,38	17,38	0,00
Despesas de Capital	49.500,00	49.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	686.050,00	686.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	680.550,00	680.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	96.700,00	96.700,00	3.750,00	3,88	1.875,00	1,94	1.875,00	1,94	0,00
Despesas Correntes	96.700,00	96.700,00	3.750,00	3,88	1.875,00	1,94	1.875,00	1,94	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	77.770,00	77.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	77.770,00	77.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	68.950,00	68.950,00	4.779,42	6,93	4.779,42	6,93	2.589,71	3,76	0,00
Despesas Correntes	68.950,00	68.950,00	4.779,42	6,93	4.779,42	6,93	2.589,71	3,76	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	316.520,00	316.520,00	31.680,02	10,01	31.680,02	10,01	28.545,64	9,02	0,00
Despesas Correntes	289.020,00	289.020,00	30.132,70	10,43	30.132,70	10,43	28.545,64	9,88	0,00
Despesas de Capital	27.500,00	27.500,00	1.547,32	5,63	1.547,32	5,63	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.713.295,00	6.713.295,00	2.158.331,34	32,15	1.114.798,70	16,61	974.442,73	14,52	0,00

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.158.331,34	1.114.798,70	974.442,73
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.158.331,34	1.114.798,70	974.442,73
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	992.076,22	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	122.722,48	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	32,63	16,86	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.993.335,00	3.993.335,00	462.940,90	11,59
Proveniente da União	2.799.585,00	2.799.585,00	399.251,70	14,26
Proveniente dos Estados	1.193.750,00	1.193.750,00	63.689,20	5,34
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	101.007,46	101.007,46	171.673,02	169,96
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	2.394,42	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.094.342,46	4.094.342,46	637.008,34	15,56

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.350.535,00	3.356.002,14	733.871,25	21,87	207.618,82	6,19	186.044,88	5,54	0,00
Despesas Correntes	3.077.735,00	3.077.735,00	728.404,11	23,67	202.151,68	6,57	180.577,74	5,87	0,00
Despesas de Capital	272.800,00	278.267,14	5.467,14	1,96	5.467,14	1,96	5.467,14	1,96	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	230.580,00	230.580,00	18.212,04	7,90	18.212,04	7,90	5.206,60	2,26	0,00
Despesas Correntes	230.580,00	230.580,00	18.212,04	7,90	18.212,04	7,90	5.206,60	2,26	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	89.200,00	89.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	89.200,00	89.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	136.600,00	136.600,00	17.679,38	12,94	17.679,38	12,94	12.585,91	9,21	0,00
Despesas Correntes	136.600,00	136.600,00	17.679,38	12,94	17.679,38	12,94	12.585,91	9,21	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.825.915,00	3.831.382,14	769.762,67	20,09	243.510,24	6,36	203.837,39	5,32	0,00

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/e) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/e) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/e) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.817.840,00	8.823.307,14	2.851.993,15	32,32	1.284.083,08	14,55	1.127.477,26	12,78	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	916.630,00	916.630,00	18.212,04	1,99	18.212,04	1,99	5.206,60	0,57	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	185.900,00	185.900,00	3.750,00	2,02	1.875,00	1,01	1.875,00	1,01	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	96.770,00	96.770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	205.550,00	205.550,00	22.458,80	10,93	22.458,80	10,93	15.175,62	7,38	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	316.520,00	316.520,00	31.680,02	10,01	31.680,02	10,01	28.545,64	9,02	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.539.210,00	10.544.677,14	2.928.094,01	27,77	1.358.308,94	12,88	1.178.280,12	11,17	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

LUCIANA BATISTA DA SILVA	MARCELO VIEIRA VITORAZZI	DUILHO RABELO BOASCIVIS
031.248.131-46	721.393.741-34	009.084.071-22
CONTADORA	PREFEITO	CONTROLADOR INTERNO

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	64.000.000,00
Previsão Atualizada	64.000.000,00
Receitas Realizadas	8.211.611,12
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	20.671,42

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	64.000.000,00
Créditos Adicionais	20.671,42
Dotação Atualizada	64.020.671,42
Despesas Empenhadas	15.418.651,13
Despesas Liquidadas	6.664.598,75
Despesas Pagas	5.382.666,42
Superávit Orçamentário	1.547.012,37

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	15.418.651,13
Despesas Liquidadas	6.664.598,75

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	51.884.418,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	51.884.418,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	51.162.454,64

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha	761.600,00	-579.920,73	-76,15
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.489.779,00	106.142,02	-7,12

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2 PERIODO: Janeiro a Fevereiro 2025/BIMESTRE Janeiro - Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	774.291,32	0,00	768.100,90	6.190,42
Poder Executivo	774.291,32	0,00	768.100,90	6.190,42
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.859.849,41	0,00	2.693.154,33	3.166.695,08
Poder Executivo	5.859.849,41	0,00	2.693.154,33	3.166.695,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.634.140,73	0,00	3.461.255,23	3.172.885,50

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	942.184,19	7.739.170,71

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	97,79	-97,79
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.114.798,70	15,00	16,86

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

LUCIANA BATISTA DA SILVA
031.248.131-46
CONTADORA

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
721.393.741-34
PREFEITO

DUILHO RABELO BOASCIVIS
009.084.071-22
CONTROLADOR INTERNO

PORTARIA Nº 115/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 115/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

"Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

VALDINEI CLARA SANTANA, GUARDA MUNICIPAL, Nível "07", Classe "D", lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planeja-

mento, no período de 30 (TRINTA) dias, do dia 09/04/2025 a 08/05/2025, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia nove de abril de 2025. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 116/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

“Concede Licença-Saúde à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

CLAUDIA DE ANDRADE SANTANA, Artífice em copa e cozinha, Nível “04”, Classe “B”, lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, no período de 180 (CENTO E OITENTA) dias, do dia 11/04/2025 a 07/10/2025, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA Nº 117/2025, DE 11 DE ABRIL DE 2025

“Concede Licença-Saúde à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

NELSI SOARES MENDES, Artífice em copa e cozinha, Nível “03”, Classe “C”, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 180 (CENTO E OITENTA) dias, do dia 12/04/2025 a 08/10/2025, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia doze de abril de 2025. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 20, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 20 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$13.370,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **13.370,00**

02 03 01 SEC. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO

76	04.122.0003.2012.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC. MUN. DE ADMINISTF	13.370,00
	3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 03 01 SEC. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO

67	04.122.0003.2012.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC. MUN. DE ADMINISTRA	-13.370,00
	3.3.50.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-13.370,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 19, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 19 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$8.155,19 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **8.155,19**

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

134	10.301.0020.2021.0000	MANUTENÇÃO E ENCARGOS ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE D	8.155,19
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1 600
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 003	Atenção Básica - União	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

157	10.301.0020.2127.0000	MANUTENCAO DO PROGRAMA INFORMATIZAÇÃO	-8.155,19
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 600
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	300 005	Progr. Informatizacao	

-8.155,19

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 18, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 18 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$618,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **618,00**

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

568	12.365.0039.2054.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM EDUCACAO INFANTIL	618,00
	3.3.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

340	12.361.0040.2049.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O ENSINO FUNDAMENTAL	-618,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-618,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 2 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$28.700,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **28.700,00**

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

416	04.122.0100.2106.0000	MANUT. DO CONSÓRCIO DE DESENV. NASCENTES DO PA	28.700,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

415	04.122.0100.2106.0000	MANUT. DO CONSÓRCIO DE DESENV. NASCENTES DO PANT	-28.700,00
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-28.700,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 3 , DE 02 DE janeiro DE 2025

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2025, respeitados os limites impostos pela Lei nº 000 de 30/09/2022 (Lei Orçamentária Anual - 2025).

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 000 de 30 de setembro de 2022 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de dezembro de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2025, nos termos do Anexo a este Decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 000, de 30 de setembro de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAMBARI DOESTE, 02 de janeiro de 2025

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
Prefeito Municipal

ANEXO

LOCAL:	02	GABINETE DO PREFEITO
	02	PODER EXECUTIVO
Programa:	0003	ADMINISTRACAO GERAL

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
562	04.122.0003.2005.0000 3.3.90.33.00	0003 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		7.819,36

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 3 , DE 02 DE janeiro DE 2025

LOCAL: 04 SECR. MUN. SAUDE
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0020 GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
125	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.30.00	0020 MATERIAL DE CONSUMO		15.725,08
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES				23.544,44

LOCAL: 02 GABINETE DO PREFEITO
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0003 ADMINISTRACAO GERAL

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
36	04.122.0003.2005.0000 3.3.90.39.00	0003 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-7.819,36

LOCAL: 04 SECR. MUN. SAUDE
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0020 GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
133	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.39.00	0020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-15.725,08
TOTAL DAS ANULAÇÕES				-23.544,44

DECRETO Nº 4, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 4 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$3.250,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **3.250,00**

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

199	10.303.0038.2030.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS - FARMACIA BASICA	3.250,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

191	10.303.0038.2030.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS - FARMACIA BASICA	-3.250,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-3.250,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 5, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 5 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$689.840,31 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **689.840,31**

02 05 04 FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL

307	16.482.0090.1029.0000	CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES	689.840,31
	4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

36	04.122.0003.2005.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEIT	-89.840,31
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 03 01 SEC. MUN. ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO

72	04.122.0003.2012.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC. MUN. DE ADMINISTRA	-150.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
74	04.122.0003.2012.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SEC. MUN. DE ADMINISTRA	-50.000,00
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICA(	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

493	99.999.0003.2075.0000	RESERVA CONTIGENCIA	-400.000,00
	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 5 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

-689.840,31

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 6, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 6 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$20.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **20.000,00**

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

490	28.846.0003.2076.0000	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMACAO DO PASEP	20.000,00
	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

493	99.999.0003.2075.0000	RESERVA CONTIGENCIA	-20.000,00
	9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-20.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 7, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 7 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$1.848,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **1.848,00**

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

484	28.843.0003.2077.0000	MANUTENCAO DE SENTENCAS JUDICIAIS	1.848,00
	3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 09 02 DEPARTAMENTO DE FINANCAS

485	28.843.0003.2077.0000	MANUTENCAO DE SENTENCAS JUDICIAIS	-1.848,00
	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-1.848,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 8, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 8 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$20.671,42 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **20.671,42**

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

557	10.301.0020.1015.0000	AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ ATENÇÃO	5.467,14
	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 1 2 632
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	300 033	Conv. Estado - Aqu. Ambulancia	

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

573	15.451.0100.1151.0000	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS	434,96
	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 1 2 701
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	111 000	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
576	15.451.0100.1151.0000	REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS	5.919,81
	4.4.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 1 2 500
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	110 000	GERAL	

02 12 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO

559	13.392.0046.2058.0000	REALIZACAO DO LABARI FEST	8.849,51
	3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F.R.: 1 2 701
	2	Recursos de Exercícios Anteriores	
	111 000	REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit Financeiro: **20.671,42**

Fontes de Recurso	
2 500	5.919,81
2 632	5.467,14
2 701	9.284,47

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 8 , DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - LEI N.871

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 15, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 15 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$100.847,58 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **100.847,58**

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

416	04.122.0100.2106.0000	MANUT. DO CONSÓRCIO DE DESENV. NASCENTES DO PA	49.000,00
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
419	15.451.0100.1047.0000	PAVIMENTACAO ASFALTICA, DRENAGEM E CALCAMENTO	5.147,58
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
564	25.752.0100.2067.0000	MANUTENCAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	46.700,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 02 DPTO DE VIACAO E OBRAS

410	04.122.0100.2066.0000	MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DI	-91.047,58
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
415	04.122.0100.2106.0000	MANUT. DO CONSÓRCIO DE DESENV. NASCENTES DO PANT	-9.800,00
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo: 1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

-100.847,58

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 15 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

DECRETO Nº 16 , DE 03 DE fevereiro DE 2025

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2025, respeitados os limites impostos pela Lei nº 000 de 30/09/2022 (Lei Orçamentária Anual - 2025).

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 000 de 30 de setembro de 2022 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Decreto nº , de 30 de dezembro de 1899, que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2025, nos termos do Anexo a este Decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 000, de 30 de setembro de 2022) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAMBARI DOESTE, 03 de fevereiro de 2025

_____
MARCELO VIEIRA VITORAZZI
Prefeito Municipal

ANEXO

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 16 , DE 03 DE fevereiro DE 2025

LOCAL: 04 SECR. MUN. SAUDE
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0020 GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
125	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.30.00	0020 MATERIAL DE CONSUMO		60.000,00
135	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.39.00	0020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		18.963,00
567	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.48.00	0020 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		6.000,00
566	10.305.0060.2032.0000 3.3.90.36.00	0060 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		240,00

LOCAL: 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0040 EXPANSAO E MELHORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
569	12.361.0040.2049.0000 3.3.90.04.00	0040 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		4.454,75

LOCAL: 07 SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0100 INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
564	25.752.0100.2067.0000 3.3.90.39.00	0100 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		11.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 16 , DE 03 DE fevereiro DE 2025

LOCAL: 08 SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0003 ADMINISTRACAO GERAL

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
570	04.122.0003.2070.0000 3.3.90.47.00	0003 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		280,00

LOCAL: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0003 ADMINISTRACAO GERAL

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
571	04.122.0003.2114.0000 3.3.90.40.00	0003 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC		6.000,00
	TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			106.937,75

LOCAL: 04 SECR. MUN. SAUDE
02 PODER EXECUTIVO
Programa: 0020 GERIR COM QUALIDADE A ATENÇÃO BÁSICA

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
126	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.30.00	0020 MATERIAL DE CONSUMO		-18.963,00
133	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.39.00	0020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-60.000,00
133	10.301.0020.2021.0000 3.3.90.39.00	0020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-6.000,00
216	10.305.0060.2032.0000 3.3.90.30.00	0060 MATERIAL DE CONSUMO		-240,00

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 16 , DE 03 DE fevereiro DE 2025

LOCAL:	06	SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
	02	PODER EXECUTIVO
Programa:	0040	EXPANSAO E MELHORAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
340	12.361.0040.2049.0000 3.3.90.39.00	0040 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-4.454,75

LOCAL:	07	SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA
	02	PODER EXECUTIVO
Programa:	0100	INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
427	25.752.0100.2067.0000 3.3.90.30.00	0100 MATERIAL DE CONSUMO		-11.000,00

LOCAL:	08	SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	02	PODER EXECUTIVO
Programa:	0003	ADMINISTRACAO GERAL

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
455	04.122.0003.2070.0000 3.3.90.39.00	0003 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-280,00

LOCAL:	12	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
	02	PODER EXECUTIVO
Programa:	0003	ADMINISTRACAO GERAL

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
537	04.122.0003.2114.0000 3.3.90.39.00	0003 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		-6.000,00
	TOTAL DAS ANULAÇÕES			-106.937,75

DECRETO Nº 17, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

PREFEITURA MUNICIPAL LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia - 300N - Centro
37.465.408/0001-49 Exercício: 2025

DECRETO Nº 17 , DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 - LEI N.871

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$16,10 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **16,10**

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

164	10.302.0030.2022.0000	CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAL		16,10
	4.4.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.:	1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

160	10.302.0030.2022.0000	CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUD		-16,10
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R. Grupo:	1 1 500
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

-16,10

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO
721.393.741-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025 – SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição Materiais para Construção de 50 unidades habitacionais no Município de Marcelândia/MT."**

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: **19 de maio de 2025, às 09h00-min. (Horário de Brasília-DF);**

REALIZAÇÃO: Por meio do Site www.licitanet.com.br;

INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.licitanet.com.br e no site da Prefeitura: *www.marcelandia.mt.gov.br*

Marcelândia/MT, 17 de abril de 2025.

Gisele Aparecida da Silva Pires

Pregoeira Oficial

RESULTADO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025.

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público o RESULTADO da Inexigibilidade nº 002/2025, do tipo Credenciamento, que tem como objeto **Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços como instrutores das oficinas dos setores da cultura, CRAS, Distrito de Analândia e Bom Jaguar da secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa-SEDES do Município de Marcelândia - MT.**

Neste ato foram credenciadas as empresas:

EMPRESA	ITEM 01	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
CAIO CESAR ALVES RODRIGUES CPF Nº 039.193.691-30	ITEM 9	**528 HORAS**	**R$ 38,83**	**R$ 20. 502,24**
ALINE DIAS FIGUEIREDO CPF Nº 062.202.621-66	ITEM 14	**528 HORAS**	**R$ 102,17**	**R$ 53. 945,76**
VALOR TOTAL				**R$ 74. 448,00**

A Ata da Sessão de Credenciamento da empresa com as quantidades credenciadas e valores encontra-se a disposição no site da Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT no endereço www.marcelandia.mt.gov.br .

Marcelândia/MT, 17 de abril de 2025.

Gisele Aparecida da Silva Pires

Agente de Contratação

PORTARIA N.0 271/2025

Institui e Compõe o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

CELSO LUIZ PADOVANI, PREFEITO MUNICIPAL de Marcelândia – MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 54 da Lei n0 005 de 1990, Lei Orgânica do Município de Marcelândia pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC Nº. 001 DE 10/10/2020:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I – Cristiane Bulgarelli Padovani, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Jessica Gonçalves Oliveira, como respectivo suplente;

II – Sandra Borsari, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação e Gláucio Pereira Passarinho, como representante;

III - Tatiane Bulgarelli Grelak, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde e Pâmela Fernandes Harres Lopes, como representante;

IV - Cristiane Bulgarelli Padovani - Secretária de Habitação e Eliane Félix Dos Reis Aguiar, como representante;

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 08 (oito) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Marcelândia-MT, 17 de abril de 2025.

CELSO LUIZ PADOVANI

PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 086/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, e, do outro lado, a empresa **DIAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 18.205.283/0001-73, Inscrição Estadual nº 13.489.825-7, Rua 08, n° 408, Bairro ZC1-004 Zona Central, na cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, Telefone (66) 9 8437-7643, e-mail cerradaoferragens@gmail.com, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo Sr. **IDEMIR ALVES DIAS**, inscrito no CPF sob o nº xxx.898.289-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE PEAD (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
382103	TUBO CORRUGADO PEAD 300MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 300MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014.	UNIDADE	CORRPLASTIK	10	650,00	6.500,00
382106	TUBO CORRUGADO PEAD 800MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 800MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014	UNIDADE	CORRPLASTIK	9	3.480,00	31.320,00
382107	TUBO CORRUGADO PEAD 1000MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 1000MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO.ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014	UNIDADE	CORRPLASTIK	18	5.310,00	95.580,00
382108	TUBO CORRUGADO PEAD 1200MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 1200MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014	UNIDADE	CORRPLASTIK	9	7.600,00	68.400,00
382109	TUBO CORRUGADO PEAD 1500MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 1500MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014	UNIDADE	CORRPLASTIK	9	13.266,00	119.394,00

Total Fornecedor R$ 321.194,00

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 012/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 012/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 2.1.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. 2.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. 2.1.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Urbanismo	Jennyffer de Oliveira Freitas	15053/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Sicredi, agência nº 0818, conta corrente nº 66.721-8.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência; 6.2.2. multa; 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6. 1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; 7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

DIAS COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

CNPJ nº. 18.205.283/0001-73

IDEMIR ALVES DIAS

CPF nº. xxx.898.289-xx

Contratada

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO REGIMENTO INTERNO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE MATUPÁ/MT

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art. 1º A 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada no dia 24/04/2025 das 07h00 às 11h00 no Clube da Terceira Idade “Tia Celina” de Matupá/ MT.

Art. 2º A Conferência foi convocada em conformidade o Decreto nº 12. 015, de 06 de maio de 2024, alterado pela Portaria nº 1.593, de 26 de dezembro de 2024.

Art. 3º A 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT constitui-se em instância de participação social que tem por atribuição a avaliação da política pública voltada a pessoa idosa, na busca de promover ações que visem à superação de barreiras para uma velhice digna e saudável, proteção dos direitos e cidadania da pessoa idosa.

Art. 4º 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para 6ª Conferência Estadual nos termos da Portaria nº 1. 593, de 26 de dezembro de 2024.

Art. 5º 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT tem como tema: “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação", e será norteada em 5 eixos.

Eixo 1 - Financiamento das políticas públicas para ampliação e garantia dos direitos sociais;

Eixo 2 - Fortalecimento de políticas para a proteção à vida, à saúde e para o acesso ao cuidado integral da pessoa idosa;

Eixo 3 - Proteção e enfrentamento contra quaisquer formas de violência, abandono social e familiar da pessoa idosa;

Eixo 4 - Participação social, protagonismo e vida comunitária na perspectiva das múltiplas velhices;

Eixo 5 - Consolidação e fortalecimento da atuação dos conselhos de direitos da pessoa idosa como política do estado brasileiro.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A Comissão Organizadora é a instância responsável pela gestão e organização da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT, nomeada pela resolução n° 01/2025.

Art. 7º 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT será presidida pela Presidente do Conselho Municipal do Diretos do Idoso.

Parágrafo único. Na ausência da Presidente, a Vice-Presidente do referido Conselho assumirá a Presidência.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º Poderá participar da Conferência qualquer cidadão maior de 18 anos, devidamente inscrito, assegurando a ampla participação de representantes da sociedade civil e do poder público.

Art. 9º O credenciamento dos representantes, observadores e convidados da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT será efetuado no dia 24/04/205 a partir das 07h00 encerrando-se com o término da leitura e aprovação do Regimento Interno.

Art. 10º Na 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT, os participantes serão credenciados em duas categorias:

I - Delegados(as) com direito a voz e voto;

II - Convidados(as) com direito a voz e voto;

Art. 11° As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

Art. 12° Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, o número de delegados e convidados da Conferência Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS

Art. 13° A 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Matupá/MT deverá ser realizada observando as seguintes etapas:

a) Aprovação do Regimento Interno;

b) Palestra sobre o Tema e os 5 Eixos;

c) Grupos de Trabalhos por Eixos;

d) Plenária Final/Deliberações a partir das prioridades definidas pelos grupos de Trabalho.

CAPÍTULO V

DAS PALESTRAS

Art. 14° As Palestras terão por finalidade promover o aprofundamento do debate dos 5 (cinco) eixos, de que trata o artigo 5º.

§1º Um(a) Relator(a) ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala do(s) Palestrantes(es) sobre o tema.

CAPÍTULO VI

DOS GRUPOS DE TRABALHO POR EIXO

Art. 15° Os grupos de Trabalho serão organizados de modo que cada grupo discuta um dos 5 Eixos da Conferência.

Art. 16° Deve-se assegurar que todos os Eixos sejam discutidos por, pelo menos, 1 Grupo de Trabalho.

Art. 17° Cada Grupo de Trabalho deve construir propostas de deliberação para o respectivo Eixo debatido para o próprio município; para o estado; e para a União.

Art. 18° As propostas de deliberação construídas devem ser registradas por cada um dos grupos, com a respectiva indicação se são para o próprio município, para o Estado ou para a União.

CAPÍTULO VII

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 19° A Plenária Final é o momento de discussão e deliberação das:

I. Propostas;

II. Moções;

III. Eleição da delegação que participará da Conferência Estadual.

Art. 20° As Deliberações na Plenária Final serão definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos Grupos de Trabalho considerando os 5 Eixos da Conferência.

Art. 21° As propostas de deliberação construídas pelos Grupos de Trabalho para o Estado e para a união serão apreciadas e votadas pelos delegados, com o objetivo de definir as deliberações finais que serão encaminhadas para a sistematização pelo ente estadual.

Art. 22° Na Plenária final terão direito a voto os delegados e Convidados devidamente credenciados (as) na Conferência Municipal e que estejam de posse do crachá de identificação.

Art. 23° A Plenária Final deve resultar em um conjunto de no máximo 10 deliberações para o próprio município; 10 deliberações para o Estado e 10 deliberações para a união.

Art. 24° Os resultados da Conferência Municipal serão encaminhados para a Comissão Organizadora Estadual em instrumento próprio definido pelas Comissões Organizadoras Estaduais.

CAPÍTULO VIII

DAS MOÇÕES

Art. 25° As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da 3ª Conferência Municipal, devidamente assinadas por no mínimo10% de Delegados(as) presentes, até a instalação da Plenária Final.

Art. 26° As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) Delegados(as).

Parágrafo Único. Somente farão parte do documento final, as moções aprovadas em plenária.

CAPÍTULO IX

DA ELEIÇÃO DOS (AS) DELEGADOS(AS)

Art. 27° Na Plenária Final, serão eleitos 02 delegados e 02 suplentes para participar da 6ª Conferência Estadual de dos Direitos da Pessoa Idosa, sendo estes representantes do poder público e sociedade civil.

Art. 28° Conforme elencado no parágrafo segundo do artigo 10º deste Regimento, todos os candidatos credenciados terão direito a voz e voto.

Parágrafo único. Os candidatos a Delegados para deverão apresentar documento de identificação oficial com foto.

Art. 29° A escolha dos 02 Delegados e 02 suplentes será paritária:

I. 50% dos(as) representantes da Sociedade Civil;

II. 50% de representantes do Governo local;

Art. 30° A relação dos Delegados para a 6° Conferência Estadual eleitos e seus respectivos suplentes deverá ser enviada à Comissão Organizadora Estadual.

Parágrafo único. Na impossibilidade do (a) Delegado (a) titular estar presente na conferência Estadual, o respectivo suplente será convocado para exercer a representação do município.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31° - Serão conferidos certificados aos membros que participarem da Conferência.

Art. 32° – O relatório constando: as deliberações da conferência, os delegados eleitos, os convidados/observadores indicados e a prestação de contas deverá ser apresentada pela Comissão Organizadora da Conferência, em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 33° Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Comissão Organizadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Art. 34° - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e, caso não haja consenso, serão levados à Plenária para apreciação e decisão.

Art. 35° O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Matupá/MT, 17 de abril de 2025.

VANIA TEODORO SOARES CORREA

Presidente do CMDI

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECISÃO ADMINISTRATIVA N.º 05/2025.

REQUERENTE: VALDIR PESSATTO – CPF: xxx.014.851-xx.

IMÓVEL: LOTE Nº 007, QUADRA Nº 0008, BAIRRO ZI-002, RUA DA PAZ, N.º 807.

I – PRELIMINARMENTE.

Trata-se de requerimento administrativo formulado por **Valdir Pessatto**, inscrito no CPF nº xxx.014.851-xx, visando a **escrituração do imóvel** localizado na **Rua da Paz, nº 807, Quadra 008, Lote 007, Bairro Z1-002 — Zona Industrial**, com fundamento na **Lei Municipal nº 1.377/2023**.

O requerente alegou ter adquirido o imóvel por meio de **contrato particular de compra e venda**firmado em **23 de junho de 2023** e solicitou sua regularização fundiária na modalidade **REURB-S,** com base na função social da propriedade e em sua condição socioeconômica. Com o requerimento foram apresentados os seguintes documentos:

a. Declaração de benefícios previdenciários em nome de Valdir Pessatto e Neusa Rodrigues Pessatto;

b. Cópia de RG em nome de Valdir Pessatto e Neusa Rodrigues Pessatto;

c. Certidão de casamento;

d. Boletim de Cadastro Imobiliário -BCI;

e. Edital Complementar ao Edital de Notificação de REURB N.º 02/2023;

f. Contrato Particular de Transferência de Posse de Imóvel Urbano.

É o relatório. Passo a analisar e decidir.

II – DO MÉRITO.

O imóvel em questão está localizado em área pública municipal, sujeita ao regime jurídico de regularização fundiária estabelecido pela Lei Federal nº 13.465/2017 e regulamentado pelo Decreto Municipal de 3497/2021 de 01 de março de 2021. Conforme registros administrativos, os estudos socioeconômicos e ambientais necessários para a regularização já foram concluídos em nome do Sr. José Carlos Carneiro, cujo o processo de titulação encontrasse encerrado aguardando a emissão de título por parte do poder público ao ocupante originário.

A pretensão do requerente, que adquiriu o imóvel por contrato particular em **23 de junho de 2023** - após a vigência do decreto municipal -, configura ocupação irregular, vedada pelo artigo 5º, inciso I, do Decreto Municipal n.º 3497/2021, que expressamente proíbe a regularização de ocupações ocorridas após sua publicação.

A legislação aplicável prioriza a regularização de núcleos urbanos consolidados **antes de 2021**, com titulação direcionada aos ocupantes originais que comprovam posse prolongada e função social da propriedade. Além disso, o decreto municipal veda expressamente a comercialização de lotes públicos após sua vigência, medida que visa coibir a especulação imobiliária e garantir a destinação social do patrimônio.

Ressalta-se que o procedimento de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) é **coletivo e técnico**, vinculado a estudos prévios realizados em nome do ocupante original. A tentativa de transferir a titularidade ao Sr. Valdir Pessatto, sem participação no processo administrativo instaurado, viola os princípios da legalidade, impessoalidade e igualdade, além de desconsiderar a natureza personalíssima da titulação.

III – DA DECISÃO.

Diante da impossibilidade jurídica de regularizar ocupações ocorridas após o marco legal de 2021, **INDEFIRO** o pedido de escrituração formulado por Valdir Pessatto, uma vez que o imóvel em questão integra processo de Regularização Fundiária já instaurado em nome de José Carlos Carneiro, titular original da ocupação, cujos estudos socioeconômicos e ambientais foram concluídos conforme exigências legais. Assim, mantém-se a decisão pelo indeferimento, sem prejuízo das demais medidas administrativas necessárias à conclusão do procedimento em curso.

Publique-se.

Intime(m)-se.

Matupá, Estado de Mato Grosso, 17 de abril de 2025.

Bruno Santos Mena

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, e, do outro lado, a empresa **MANY COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.566.285/0001-51, Inscrição Estadual nº 14.051.789-8, Av. A (Lot Parque Nova Esperança I), n°88, Bairro Nova Esperança, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.098-570, Telefone (65) 2136-4199 e (65) 9 9962-6817, e-mail manycomercial@gmail.com, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo Sr. **RODOALDO SANTOS DA COSTA**, inscrito no CPF sob o nº xxx.636.401-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE PEAD (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
382104	TUBO CORRUGADO PEAD 400MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 400MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMEN-	UNIDADE	CORR PLASTIK	100	1.069,99	106.999,00

	TO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014					
382105	TUBO CORRUGADO PEAD 600MM (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE) DE PAREDE DUPLA; SENDO A PAREDE INTERNA LISA E EXTERNA CORRUGADA, SERIE DN/DI: 600MM; TUBOS/BARRAS COM 6 METROS UTEIS (BRUTOS) DE COMPRIMENTO, COM PONTA/BOLSA/ANEL DE VEDACAO. ATENDENDO INTEGRALMENTE NORMA NBR21.138 E DNIT 094/2014	UNIDADE	CORR PLASTIK	10	2.189,900	21.899,00

Total Fornecedor R$128.898,00

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 012/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 012/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 2.1.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. 2.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. 2.1.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras, Infraestrutura e Transportes	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Urbanismo e Paisagismo	Jennyffer de Oliveira Freitas	15053/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Sicoob, agência nº 4425, conta corrente nº 66.506-1.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência; 6.2.2. multa; 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6. 1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; 7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

MANY COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

CNPJ nº. 54.566.285/0001-51

RODOALDO SANTOS DA COSTA

CPF nº. xxx..636.401-xx

Contratada

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 15248 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"Institui a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá-MT e regulamenta seu funcionamento, no município de Matupá – MT".

Considerando a Lei Federal Nº 14.601, de 19 de junho de 2023 que institui o Programa Bolsa Família;

Considerando o Decreto Federal Nº 12.064, de 17 de junho de 2024 que regulamenta o Programa Bolsa Família;

Considerando a Portaria MDS Nº 1.030, de 7 de novembro de 2024 que institui os instrumentos e procedimentos necessários à adesão dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

Considerando a Portaria MDS Nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024 que estabelece os mecanismos de funcionamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, como instrumento de apoio à gestão e à execução descentralizada e de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria MDS Nº 1.058, de 18 de fevereiro de 2025 que regulamenta a gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família;

JULIANA FÁTIMA CARBONERA, Secretária Municipal de Assistência Social de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT e regulamentar seu funcionamento.

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 2º - A Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT é um comitê que tem por objetivo fortalecer a intersetorialidade do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no âmbito local, por meio das áreas da assistência social, saúde e educação.

Parágrafo Único – O gestor titular do órgão responsável pela política de assistência social será o gestor do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.

COMPOSIÇÃO

Art. 3º - A Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá-MT é composta por representantes das seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal Saúde e Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Art. 4º – O órgão responsável pela Política de Assistência Social deve indicar até 6 (seis) servidores para compor a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, com as seguintes representações:

§ 1º – O gestor titular do órgão responsável pela Política de Assistência Social atuará como membro honorífico da Comissão Municipal Intersetorial;

§ 2º – 2 (dois) servidoresque atuam na Gestão Municipal do Cadastro Único e Programa Bolsa Família: o Coordenador do Programa Bolsa Família será membro titular e Coordenador da Comissão; 1 (um) servidor nomeado como suplente;

§ 3º – 2 (dois) servidoresque atuam na Proteção Social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente;

§ 4º – 2 (dois) servidoresque atuam na Vigilância Socioassistencial do SUAS, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

Art. 5º - A Secretaria de Municipal de Educação e Desporto-SMED indicará 2 (dois) servidores para compor a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente que atuam no acompanhamento da frequência Escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Art. 6º - A Secretaria de Municipal de Saúde - SMS indicará 2 (dois) servidores para compor a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente que atuam no acompanhamento da agenda da saúde dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Art. 7° – A designação e/ou substituição de membros da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único será efetivada por ato legal do órgão responsável pela Política de Assistência Social.

COMPETÊNCIAS

Art. 8º - Compete à Comissão Municipal Intersetorial do Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT:

I – Promover a interlocução entre as áreas da assistência social, educação e saúde, no que diz respeito à gestão e operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.

II – Realizar reuniões para tratar de questões inerentes ao Programa Bolsa Família e do Cadastro Único no Município.

III – Elaborar o planejamento anual intersetorial das ações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único a serem desenvolvidas com os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD-M, tendo por base os resultados dos períodos de acompanhamento das condicionalidades (não acompanhamento, não localizados, não cumprimento, motivos do não cumprimento/acompanhamento).

IV- Analisar os resultados consolidados do acompanhamento das condicionalidades do PBF após o final do período de acompanhamento.

V – Desenvolver ações intersetoriais entre as áreas da saúde e educação para apoiar tecnicamente e capacitar às equipes municipais que atuam na gestão e operacionalização do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;

VI – Monitorar e avaliar os resultados do Cadastro Único e Programa Bolsa Família nas três áreas: assistência social, educação e saúde, bem como o registro do acompanhamento do Programa Bolsa Família nos Sistemas específicos de cada área.

VII – Subsidiar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) com dados sobre as ações intersetoriais desenvolvidas no âmbito do Município.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Art. 9º – O gestor titular do órgão responsável pela Política de Assistência Social designa o Coordenador Municipal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para exercer a função de Coordenador da Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT.

Art. 10 – A Comissão Municipal Intersetorial do Bolsa Família e do Cadastro Único de Matupá - MT reunir-se-á, ordinária e preferencialmente, uma

vez a cada dois meses (bimestralmente) e extraordinariamente, quando necessário.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão agendadas na primeira reunião do ano, quando será aprovado o calendário de reuniões do respectivo ano.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão convocadas, quando necessárias.

Art. 11 – As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial serão convocadas pelo Coordenador (a) ou seu suplente.

§ 1º – Os membros da Comissão Municipal Intersetorial poderão solicitar ao Coordenador (a) da Comissão Intersetorial, agendamento de reunião, sempre que julgarem necessário.

§ 2º – Cada solicitação de reunião será analisada pelo Coordenador (a) da Comissão Municipal Intersetorial ou seu suplente.

Art. 12 – As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial devem contar com a participação dos membros da Comissão Municipal Intersetorial e, quando necessário, de convidados dos representantes das áreas.

§ 1º – Na falta do representante titular de cada área, o respectivo suplente deverá participar das reuniões;

§ 2º – É facultada ao gestor titular do órgão responsável pela Política de Assistência Social a participação nas reuniões intersetoriais.

Art. 13 – As reuniões da Comissão Municipal Intersetorial são espaços de participação de seus membros, todos com direito à voz e voto nas decisões.

Parágrafo Único: Os convidados das reuniões terão direito à voz, porém não participarão das decisões da Comissão Municipal Intersetorial.

Art. 14 – A pauta de reunião da Comissão Municipal Intersetorial será elaborada pela Coordenação da Comissão Municipal Intersetorial, conforme demandas e/ou sugestões de representantes das áreas.

Art. 15 – As reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Municipal Intersetorial poderão ser gravadas.

Art. 16 – Será redigida uma memória de cada reunião intersetorial, por um dos membros da Comissão Municipal Intersetorial.

§ 1º – A memória de reunião deve ser compartilhada com todos os membros da Comissão Municipal Intersetorial, para apreciação e aprovação.

§ 2º –A memória de reunião deve ser assinada pelos membros presentes, após a aprovação da mesma.

§ 3º –As memórias de reuniões e as gravações deverão ser compartilhadas com os membros da Comissão Municipal Intersetorial.

Art. 17 – A ausência do representante titular em 03 (três) reuniões no ano, sem a adequada justificativa, acarreta o seu automático desligamento da Comissão Municipal Intersetorial.

Art. 18 – O representante desligado da Comissão Municipal Intersetorial deverá ser substituído por outro representante da área, por meio de ato normativo da Secretaria Municipal de Assistência Social ou ato legal conjunto das três áreas.

Art. 19 – O órgão responsável pela Política de Assistência Social deve assegurar aos membros da Comissão Municipal Intersetorial o direito de participar de eventos intersetoriais do Programa Bolsa Família e Cadastro Único em âmbito estadual e nacional, com custeio de deslocamento e diárias, utilizando o recurso do Índice de Gestão Descentralizada Municipal– IGD-M (IGD/PBF).

DAS RESPONSABILIDADES DOS REPRESENTANTES DA COMISSÃO INTERSETORIAL

Art. 20 – Osmembros da Comissão Municipal Intersetorial comprometem-se a comparecer às reuniões e a acatarem as deliberações ali tomadas, norteando suas condutas pelo bom senso e o respeito mútuo e emprestando o melhor de suas capacidades para o alcance dos objetivos almejados pela Comissão, observado o disposto nesta Portaria.

Art. 21 – Osmembros da Comissão Municipal Intersetorial comprometem-se a contribuir para o aprimoramento da gestão e execução do Programa Bolsa Família e Cadastro Único no âmbito municipal.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22 - Esta Portaria poderá ser complementada por decisão consensual dos membros da Comissão Municipal Intersetorial, desde que não contrarie o conteúdo do regimento padrão definido por esta Comissão.

Art. 23º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, aos dezessete dias do mês de abril de 2025.

Registre-se.

Publique-se.

_____

JULIANA FÁTIMA CARBONERA

Secretária Municipal de Assistência Social

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - CREDENCIAMENTO 003/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que recebeu documentos e credenciou no CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS E/OU EMPRESAS ESPECIALIZADOS (AS) QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, REMOÇÃO DE PACIENTES E ESPECIALIDADES MÉDICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT a Empresa FLORESTA ORL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 23.339.774/0001-47. Matupá – MT, 17 de abril de 2025. SUELEN CRISTINE JAROSESKI - Agente de Contratação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 087/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, e, do outro lado, a empresa **J B PRE- MOLDADOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM E INFRAESTRUTURA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 54.478.351/0001-31, Inscrição Estadual nº 14.050.658-6, R 02, Paralela A BR 163, n° 238A, Bairro ZCH-001, na cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, Telefone (66) 9 9209-2126 e (66) 9 9206-2664, e-mail atendimento.lotuspremoldados@gmail.com, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pela Sra. **JAQUELINE BONFANTI CASALLI BARBIERI**, inscrita no CPF sob o nº xxx.366.451-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS,

com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE PEAD (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
382056	TUBO DE CONCRETO ARMADO, TIPO MACHO/FÊMEA, DE SECÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM 800MM DE DIAMETRO DE BOCA LIVRE E 1000MM DE COMPRIMENTO (80X100), COM ESPESSURA DE NO MINIMO 8CM, COM TRAMA DE AÇO (FERRAGEM), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DO DNIT.	UNIDADE	PROPRIO TUBO CIRCULAR C.A1 0,80 X 1,0M	30	320,21	9.606,30
382057	TUBO DE CONCRETO ARMADO, TIPO MACHO/FÊMEA, DE SECÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM 1000MM DE DIAMETRO DE BOCA LIVRE E 1000MM DE COMPRIMENTO (100X100), COM ESPESSURA DE NO MINIMO 10CM, COM TRAMA DE AÇO (FERRAGEM), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DO DNIT.	UNIDADE	PROPRIO TUBO CIRCULAR C.A1 STANDER 1,0 X 1,0M	30	452,65	13.579,50
382058	TUBO DE CONCRETO ARMADO, TIPO MACHO/FÊMEA, DE SECÇÃO CIRCULAR PARA ÁGUAS PLUVIAIS, COM 1200MM DE DIAMETRO DE BOCA LIVRE E 1000MM DE COMPRIMENTO (120X100), COM ESPESSURA DE NO MINIMO 10CM, COM TRAMA DE AÇO (FERRAGEM), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E NORMAS DO DNIT.	UNIDADE	PROPRIO TUBO CIRCULAR C.A2 1,2 X 1,0M	20	770,65	15.413,00

Total Fornecedor R$38.598,80

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 012/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 012/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 2.1.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. 2.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. 2.1.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras, Infraestrutura e Transportes	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Urbanismo e Paisagismo	Jennyffer de Oliveira Freitas	15053/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Sicredi, agência nº 0818, conta corrente nº 12.765-2.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência; 6.2.2. multa; 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6. 1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; 7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

J B PRE- MOLDADOS DE CONCRETO PARA

DRENAGEM E INFRAESTRUTURA LTDA

CNPJ nº. 54.478.351/0001-31

JAQUELINE BONFANTI CASALLI BARBIERI

CPF nº. xxx.366.451-xx

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REURB Nº 003/2025

Núcleo Urbano denominado QUADRA Nº 15-A – ZONA DE PRESERVAÇÃO 002

O **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 24.772. 188/0001-54, com sede na Av. Dr. Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, CEP 78.525-000, na Cidade de Matupá/MT, representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL** o senhor **BRUNO SANTOS MENA,** brasileiro, casado, empresário, portador da CIRG 1.827.862-0-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 028. 264.041-05, residente e domiciliado na Estrada Rural, S/N – ZCM 005, Quadra 03, Lote 16, nesta Cidade de Matupá/MT; através deste Edital **NOTIFICA** a todos os moradores, ocupantes, lindeiros, confrontantes internos e externos, assim como a todo e qualquer cidadão que interessar possa, que o Núcleo Urbano Informal Consolidado QUADRA Nº 15-A – ZONA DE PRESERVAÇÃO 002, sendo atendido por com acesso principal pela 03 (três) vias públicas, tendo como acesso as Ruas 09, 21 e 22, da Zona de Preservação 002. Essas três já são existentes, não sendo criado nenhuma rua ao projeto, sendo as Rua 09 e 22 pavimentadas e a Rua 21 não pavimentada, sendo objeto de Regularização Fundiária Urbana, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9310/2018, LEI MUNICIPAL Nº 1.449, de 03 de abril de 2024, através do requerimento de legitimação fundiária dos legitimados (artigos, 14 e 23 da lei Federal nº 13.465/2017, sendo objeto de referida REURB as matrículas adiante especificadas.

Art. 1º: O núcleo urbano informal consolidado QUADRA Nº 15-A, DA ZONA DE PRESERVAÇÃO 002, está em fase de regularização fundiária, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por Profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse dos lotes no referido Núcleo Urbano Informal, bem como, legalização das benfeitorias existentes, necessárias para fins de Regularização Fundiária, objeto da matrícula nº 7.710, do Livro 02 – Registro Geral, devidamente matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis de Matupá/MT.

Art. 2º - A área onde está localizado o núcleo urbano informal denominado **QUADRA Nº 15-A, DA ZONA DE PRESERVAÇÃO 002,** possui **4.130,11 M2**, oriunda da **matricula número nº 7.710, do Livro 02 – Registro Geral**, no Cartório de Registro de Imóveis de Matupá-MT, conforme confrontações e descrição do perímetro a baixo e Planta no Anexo I:

QUADRA N° 15-A (ZONA DE PRESERVAÇÃO 002)

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

DOCUMENTO: CNPJ Nº 24.772.188/0001-54

ENDEREÇO DO IMÓVEL: RUA 21 QUADRA 15-A, ZP-002, CEP: 78.525-000

MUNICÍPIO: MATUPÁ

ÁREA MEDIDA (m²): 4.130,11 m²

PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA: UTM

ESTADO: MATO GROSSO

PERÍMETRO MEDIDO (m): 271,81 m

CARTÓRIO (CNS): 06.447-7 MATUPÁ – MT

TIPO DE MATRÍCULA		PROPRIETÁRIO(S)
AFETADAS	CONFRONTANTES	
ÁREA: 4.130,11	RUA 09	MUNICÍPIO DE MATUPÁ
	RUA 21	MUNICÍPIO DE MATUPÁ
	RUA 22	MUNICÍPIO DE MATUPÁ

D E S C R I Ç Ã O D O P E R Í M E T R O

Vértice	Latitude	Longitude	Confrontante a vante	Distância a vante m	Desenv. (m)	Raio (m)
R-223	10°09'53.054"S	54°55'56.242"W	Rua 04 I1	17,11	19,05	12,00
R-224	10°09'52.544"S	54°55'56.467"W	Rua 09 I1	72,87		

R-225	10°09'50.344"S	54°55'55.575"W	Rua 21A	16,75	18,54	12,00
R-226	10°09'50.123"S	54°55'55.072"W	Rua 21A	25,20		
R-222	10°09'50.409"S	54°55'54.296"W	Lote 05	24,00		
R-221	10°09'51.141"S	54°55'54.571"W	Lote 05	8,09		
R-220	10°09'51.233"S	54°55'54.322"W	Lote 05	36,43		
R-219	10°09'52.344"S	54°55'54.739"W	Rua 21	11,65	11,83	20,00
R-227	10°09'52.653"S	54°55'54.960"W	Rua 21	19,21		
R-228	10°09'53.246"S	54°55'55.159"W	Rua 04 I1	8,67	9,69	6,00
R-229	10°09'53.367"S	54°55'55.416"W	Rua 04 I1	26,92		

TABELA 01 – DISTRIBUIÇÃO DAS PARCELAS

QUADRO RESUMO	
DESCRIÇÃO	**QUANTIDADES**
QUADRAS	1
LOTES (RESIDENCIAL)	05
LOTE (INSTITUCIONAL)	01

TABELA 02 – QUADRO GERAL DE ÁREAS

QUADRO RESUMO DAS ÁREAS			
DESCRIÇÃO	**ÁREA**	**PERIMETRO**	**PORCENTAGEM**
ÁREA REGULARIZAÇÃO	4.130,11 M²	271,81 m	100 %
LOTES 06 UND	4.130,11 M²		100%
SISTEMA VIÁRIO	0		0%

TABELA 02 – QUADRO GERAL DE ÁREAS

TABELAS DE QUADRAS		
QUADRA	**ÁREA**	**QUANTIDADE LOTES**
1	4.130,11 M²	06
TOTAL	4.130,11 M²	**06**

Art. 3 º - Fica utilizado como referência para fins de cálculo dos valores referentes à alienação dos imóveis objeto de regularização fundiária, o valor constante na planta genérica do Município da área, por ser a mais próxima e que guarda as mesmas características da área a ser regularizada.

Art. 4º - Os terceiros eventualmente interessados ficam notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda de eventual direito que os notificados detêm, sobre o imóvel, objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, §1º, §5º e §6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §1º, §5º e §6º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 5º - Eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do término de vigência do presente edital, cuja vigência é de 30 (trinta) dias corridos, sendo protocoladas na Prefeitura Municipal de Matupá-MT, direcionados a Secretaria de Administração, com as devidas justificativas, as quais serão analisadas, priorizando o procedimento extrajudicial para resolução dos conflitos, conforme art. 31, §3º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §7º, do Decreto Federal nº 9.310/2018, e Lei Municipal nº 1.449,, de 03 de Abril de 2024.

Parágrafo Único - Ficam notificados, em especial, os confrontantes externos e titulares citados no Anexo I deste Edital.

Art. 6º - Para atender o disposto no artigo 10, inciso XI, atenderá este edital, que se existir alguma mulher que seja companheira, esposa ou titular de qualquer direito sobre qualquer lote e não constar da relação poderá reivindicar para que figure como titular de direito real sobre o solo.

Art. 7º - Não havendo manifestação em contrário no período disposto no art.3º, considerar-se-á como aceite os elementos e teor deste edital.

Art. 8º - O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

ANEXO I - PLANTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REURB Nº 003/2025

Núcleo Urbano denominado QUADRA Nº 15-A – ZONA DE PRESERVAÇÃO 002 (ZP-002)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

ANEXO II – PLANILHA RELATÓRIO SOCIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REURB Nº 003/2025

Núcleo Urbano denominado QUADRA Nº 15-A – ZONA DE PRESERVAÇÃO 002 (ZP-002)

RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA QUADRA Nº 15-A - ZONA DE PRESERVAÇÃO 002 - MUNICIPIO DE MATUPÁ - MT

ITEM	QUADRA	LOTE	AREA	MATRICULA	REURB	BASE DE CÁLCULO	VALOR DA ALIENAÇÃO	VALOR TOTAL	NOME	CPF	CONJUGUE	CPF
1	**15A**	**1**	292,27		S	R$ 49,10	R$ 7.175,22	R$ 7.175,22	ELIANA LUIZ	***.966.481-**		
2	**15A**	**2**	304,15		S	R$ 49,10	R$ 7.466,88	R$ 7.466,88	JUSSIMARY PEDRO SANTANA	***.764.796-**		
3	**15A**	**3**	295,85		S	R$ 49,10	R$ 7.263,11	R$ 7.263,11	CLAUDIO PEDRO SANTANA	***.809.986-**		
4	**15A**	**4**	259,20									
5	**15A**	**5**	1.051,45		E	R$ 49,10	R$ 36.138,33	R$ 43.366,00	EDNILSON COELHO DAMASCENO	***.977.201-**	SANDRA CEZARIO MARINHO	***.549.181-**
6	**15A**	**6**	4.130,11									

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito de Matupá-MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2025

A Prefeitura Municipal de Matupá, comunica a todos os interessados que realizou o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE O TEMA “TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)” EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MATUPÁ/MT, onde se contratou a empresa INSTITUTO NEUROSABER DE ENSINO LTDA inscrita no CNPJ 21.922.412/0001-59 com um valor total estimado de R$ 23.000,00. O processo tem Fundamentos Legais nos *Art. 74* da Lei 14.1333/2021. Matupá – MT, 17 de abril de 2025. SUELEN CRISTINE JAROSESKI - Agente de Contratação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 085/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, e, do outro lado, a empresa **JADE – ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.460.026/0002-17, Inscrição Estadual nº 13.382.122-6, Rod BR 163, s/nº, Bairro Zona Rural, na cidade de Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, Telefone (66) 3552-1661 e (66) 9 9907-0537, e-mail cleci@jade.ind.br, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pela Sra. **CLECI MENEGHATTI**, inscrita no CPF sob o nº xxx.632.141-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE PEAD (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372501	ADUELAS DE CONCRETO ARMADO - COM SEÇÃO DE 2,50 X 2,50 X 1,00 M DE COMPRIMENTO, EM CONCRETO ARMADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, DO TIPO II COM ESPESSURA DE PAREDE NO MÍNIMO 15 CM	UNIDADE	JADE	40	3.750,00	150.000,00
381212	ADUELAS DE CONCRETO ARMADO - COM SEÇÃO DE 3,00 X 3,00 X 1,00 M DE COMPRIMENTO, EM CONCRETO ARMADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, COM ESPESSURA DE PAREDE NO MÍNIMO 20 CM.	UNIDADE	JADE	30	5.000,00	150.000,00

Total Fornecedor R$300.000,00

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 012/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 012/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 2.1.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. 2.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. 2.1.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Urbanismo	Jennyffer de Oliveira Freitas	15053/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Sicredi, agência nº 0818, conta corrente nº 39.500-5.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência; 6.2.2. multa; 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6. 1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; 7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

JADE – ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO

DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA

CNPJ nº. 05.460.026/0002-17

CLECI MENEGHATTI

CPF nº. xxx.632.141-xx

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **BRUNO SANTOS MENA**, inscrito no CPF sob o nº. xxx.264.041-xx, residente e domiciliado nesta Cidade de Matupá/MT, e, do outro lado, a empresa **TRANSPORTADORA INNOVARE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 49.363.255/0001-08, Inscrição Estadual nº 13.986.214-5, Rua Uruguai, n°1804, Bairro Sol Nascente, na cidade de Vera/MT, CEP 78.880-000, Telefone (66) 9 9958-0715, e-mail innovare.impacto@gmail.com, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo Sr. **MARCO ANTONIO MEYER**, inscrito no CPF sob o nº xxx.823.481-xx, resolvem celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas regulamentações, e de acordo com o que consta no Procedimento PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO, TUBOS DE CONCRETO ARMADO E TUBOS DE PEAD (POLIETILENO EXPANSIVEL DE ALTA DENSIDADE), EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ:**

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
373660	ADUELAS DE CONCRETO ARMADO - COM SEÇÃO DE 2,00 X 2,00 X 1,00 M DE COMPRIMENTO, EM CONCRETO ARMADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO DNIT, DO TIPO III, COM PAREDE DE ESPESSURA DE NO MÍNIMO 15 CM	UNIDADE	PROPRIA 2,00 X 2,00 X 1,00	40	2.995,00	119.800,00

Total Fornecedor R$119.800,00

1.2. O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

1.2.1. Proposta da DETENTORA DA ATA do Pregão Eletrônico N. 012/2025;

1.2.2. Edital de Pregão Eletrônico N. 012/2025 e seus anexos.

1.3. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preço, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1.4. Nos preços acima estipulados estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.5. Os preços ajustados não sofrerão reajuste, salvo nas situações e formas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA– DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá vigência de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

2.1.1 O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. 2.1.2 Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas. 2.1.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. 2.1.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Matupá não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e contrato dela decorrente, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.6. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preço poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.6.1 O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.6.2 O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.6.3 Para do item 3.6, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.6.4 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.6.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.7. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras, Infraestrutura e Transportes	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Urbanismo e Paisagismo	Jennyffer de Oliveira Freitas	15053/2025

3.8. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Planejamento	Jaqueline Furlan Costa	4940/2024

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento ao registro deste instrumento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preço.

4.2. Os pagamentos serão realizados por ordem bancária por meio do Banco Sicredi, agência nº 0812, conta corrente nº 04.318-5.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa o licitante/contratado que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço;

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato/ata de registro de preço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato/ata de registro de preço;

6.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.7. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preço;

6.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência; 6.2.2. multa; 6.2.3. impedimento de licitar e contratar e 6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 . Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2 as peculiaridades do caso concreto

6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6. 1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, 6.1.9 e 6.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do certame poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

7.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; 7.1.3 prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

7.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

7.3. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, salvo quando a quantidade registrada para cada item for inferior a dois, quando as aquisições e contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.5.1. O prazo previsto no art. 7.5. poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

7.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.7. Para o fim do disposto pelos itens 7.1, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo-se ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

7.8. O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

7.9. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador qual seja a Prefeitura Municipal de Matupá, por meio do Setor de licitação através do e-mail licitacao@matupa.mt.gov.br

CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no 8.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, seguindo o rito:

8.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, notas fiscais de aquisição, de transporte, planilha de custos, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no art. 8.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no art. 8.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual

CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 24, § 2º, do Decreto nº 4.923, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 23, § 3º e 24, § 4º, ambos do Decreto nº 4.923, de 2023.

9.4.4. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n° 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS COMUNICAÇÕES

12.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, bem como os Decretos Federais e Municipais que a regulamentam e demais legislações aplicáveis ao caso.

12.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito, preferencialmente através de e-mails.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não existem fornecedores inscritos no Cadastro de Reserva;

14.2 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

14.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser publicado na AMM – Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O Foro da Comarca de Matupá é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Matupá - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

TRANSPORTADORA INNOVARE LTDA

CNPJ nº. 49.363.255/0001-08

MARCO ANTONIO MEYER

CPF nº. xxx..823.481-xx

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA DE /COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2025

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2025. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**. Empresa vencedora: **1. M.S. DIAGNOSTICA LTDA**,os lotes 01 e 02, com o valor total de R$ 253.957,00 (duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e cinquenta e sete reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 253.957,00 (duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e cinquenta e sete reais). O processo foi **ADJUDICADO** em 15/04/2025 e **HOMOLOGADO** em 16/04/2025**.** Wellington Rocha Dias - Pregoeiro. Mirassol d'Oeste, 22/04/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PREVI-NOBRES
RESOLUÇÃO Nº 002/2025

"Dispõe sobre a alteração da Política Anual de Investimentos para o exercício 2025, aprovada em 05 de dezembro de 2024."

O Conselho Previdenciário do PREVI-NOBRES – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n.º 1.325 de 22 de julho de 2014, por seu Regimento Interno, e considerando a deliberação tomada em Reunião extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2025;

Considerando a necessidade de diversificação das aplicações financeiras do PREVI-NOBRES;

Considerando o disposto no § 7º do artigo 9º da Emenda Constitucional n.º 103/2019;

Considerando a previsão contida no art. 12 da Resolução CMN 4963, de 25 de novembro de 2021;

Considerando a regulação descrita no artigo 154 e Seção III do Anexo VIII da Portaria MTP n.º 1467 de 02 de junho de 2022;

Resolve:

Art. 1º Esta Resolução normatiza no âmbito do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres - PREVI-NOBRES, a modalidade de Empréstimo Consignado, inserindo no texto da Politica Anual de Investimentos do exercício 2025, os parâmetros, os montantes, valores das prestações, prazos, critérios de elegibilidade e demais condições de acesso dos aposentados e dos pensionistas ao crédito, previsto na Seção III do Anexo VIII da Portaria MTP n.º 1467 de 02 de junho de 2022.

Art. 2º O item 5.6. Empréstimo Consignado da Política Anual de Investimentos para o exercício 2025, aprovada em 05 de dezembro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

5.6 - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Objetivo

Com a possibilidade da concessão e administração de empréstimo consignado aos segurados em atividade, aposentados e pensionistas ("tomadores") por parte do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES - PREVI-NOBRES, se faz necessário o estabelecimento das políticas, condições, diretrizes, controles e a gestão dos processos, desde a concessão, administração, operacionalização e cobrança.

O empréstimo concedido aos tomadores, é considerado uma aplicação financeira para o PREVI-NOBRES, conforme determina a Resolução CMN nº 4.963/2021.

O objetivo principal da implementação do empréstimo consignado no PREVI-NOBRES é maximizar a rentabilidade do patrimônio do fundo previdenciário, e acelerar a cobertura do déficit atuarial.

Parâmetro de Rentabilidade – Benchmark

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos pela carteira de empréstimos consignados buscarão manter o equilíbrio econômico-financeiro da carteira e ser superiores à meta atuarial do RPPS utilizada na avaliação atuarial vigente, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Elegibilidades ao empréstimo

Os Tomadores do empréstimo consignado são os servidores efetivos, aposentados e os pensionistas vinculados ao PREVI-NOBRES

A concessão de empréstimos aos servidores efetivos ativos, aposentados e pensionistas do Município de Nobres estará sempre sujeita a classificação da capacidade de pagamento (CAPAG) do município junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), atualmente CAPAG-A.

Caso o Município de Nobres venha futuramente perder o CAPAG-A, automaticamente os servidores efetivos não mais poderão contrair empréstimo consignado.

Não poderão contratar operações de empréstimos os tomadores que, no momento da solicitação, estejam enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir:

não tenham disponibilidade de margem consignável para a contratação;

que tenham causado inadimplência em relação a empréstimos consignados anteriormente tomados perante o RPPS;

tenha cessado o benefício;

Montante disponível

A carteira de empréstimo consignado do PREVI-NOBRES, será de até 10% (dez por cento) do patrimônio, em razão de ter obtido nível de governança previsto no § 7º do art. 7º da Resolução CMN n.º 4.963 de 25 de novembro de 2021.

A base de cálculo para incidência dos percentuais de que trata o parágrafo anterior é a estabelecida pela Resolução CMN n.º 4.963 de 25 de novembro de 2021 e será aferida mensalmente.

A concessão de empréstimos será automaticamente suspensa quando o saldo da carteira de investimentos em empréstimos atingir o percentual de alocação máximo estipulado nesta política.

Deverá ser dada publicidade ao valor da carteira autorizado pela política de investimentos que ainda esteja disponível para as concessões e dos critérios estabelecidos para acesso dos interessados aos recursos restantes.

Critérios de Elegibilidade e Prazo de Pagamento

Os empréstimos consignados e de renegociação devem considerar o prazo máximo de amortização equivalente a 84 (oitenta e quatro) parcelas, observando-se ainda os critérios e faixas etárias a seguir:

Até 67 (sessenta e sete) anos - 96 (noventa e seis) parcelas;

Até 68 (sessenta e nove) anos - 84 (oitenta e quatro) parcelas;

Até 69 (sessenta e nove) anos - 72 (setenta e duas) parcelas;

Até 70 (setenta) anos - 60 (sessenta) parcelas;

Até 71 (setenta e um) anos - 48 (quarenta e oito) parcelas;

Até 72 (setenta e dois) anos - 36 (trinta e seis) parcelas;

Até 73 (setenta e três) anos - 24 (vinte e quatro) parcelas;

Até 74 (setenta e quatro) anos – 12 (doze) parcelas.

Não será concedido empréstimo consignado para o tomador que possua idade superior a 74 (setenta e quatro) anos, e 01 (um) dia.

No caso de pensionista temporário, o número total de parcelas do empréstimo não poderá exceder o prazo máximo de concessão do benefício, combinado com os critérios e faixas etárias descritas acima.

Encargos e Taxas

As prestações do empréstimo concedidos serão calculadas mediante aplicação de:

Meta de Rentabilidade definida e aprovada pelo Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo, devidamente informada nesta Política de Investimentos;

Índice de Atualização Monetária (IPCA-IBGE) para corrigir o valor emprestado,

Taxa de Administração; e

Taxa do Fundo Garantidor/Seguro prestamista para cobertura dos riscos de empréstimo.

A Taxa de Administração será destinada à cobertura dos custos com a administração da carteira de empréstimos, que deverão suportar todos os custos operacionais e de gestão necessários para as atividades de atendimento, análise, concessão, acompanhamento e controle.

A constituição dos fundos garantidores ou de oscilação de riscos destinam-se ao provisionamento dos recursos para fazer frente às despesas geradas pelo acontecimento dos eventos estimados, dando cobertura financeira aos eventos a que se destinam, mediante a quitação do saldo devedor vincendo em caso de ocorrência dos eventos estimados.

As recuperações de crédito decorrentes de ações judiciais e extrajudiciais de cobrança também ensejarão a recomposição do Fundo Garantidor.

A contratação de seguros visa garantir o recebimento do saldo devedor do tomador em caso de ocorrência de morte, exoneração, demissão, cessação ou cassação do benefício, seja por decisão administrativa ou judicial e que possam levar a inadimplência em face das obrigações contratualmente assumidas com o PREVI-NOBRES.

Após a efetivação da concessão do empréstimo, os encargos incidentes sobre a operação não serão objeto de restituição. Entretanto, nos casos de quitação antecipada do contrato será apurada a redução dos juros incidentes sobre a concessão.

Margem e Valores

A parcela mensal do empréstimo consignado não poderá ser superior à margem consignável do Tomador, definida pelas disposições legais vigentes e suas possíveis alterações.

Os empréstimos serão concedidos pelo sistema de amortização prefixado, para serem descontados em prestações mensais conforme o prazo estabelecido, ressalvando as condições extraordinárias nos casos de repactuações.

Concessão dos Empréstimos

A concessão de empréstimo está condicionada à consignação das prestações mensais em folha de pagamento de benefícios dos tomadores.

O empréstimo somente será concedido por meio da solicitação via plataforma/software de gestão e administração contratado pelo PREVI-NOBRES. O deferimento é prerrogativa do PREVI-NOBRES, observados os limites determinados nesta Política de Investimentos e pela legislação para operações como contratantes de empréstimos.

Mediante autorização, a liberação do empréstimo em conta corrente será efetuada em até 72 (setenta e duas) horas do deferimento do pedido de concessão emitida pelo PREVI-NOBRES.

Toda concessão de empréstimo estará condicionada à alocação de recursos prevista nesta Política de Investimento, observados os limites relacionados a margem consignável e a legislação aplicável aos Regimes Próprio de Previdência Social – RPPS, quanto às diretrizes de aplicação dos recursos.

Delegação de Competência

Fica a Diretoria Executiva do PREVI-NOBRES autorizada editar ato administrativo regulamentando a modalidade de empréstimos consignados, atendendo às determinações da Portaria MTP n.º 1.467 de 02 de junho de 2022 e da Resolução CMN 4.963 de 25 de novembro de 2021, e o disposto nesta resolução.

A Diretoria Executiva do PREVI-NOBRES poderá, a qualquer tempo, suspender, encerrar ou reabrir as concessões de empréstimos, além de alterar prazos, valores mínimos e máximos dos contratos, taxas de juros e outros parâmetros de custeio que norteiam a administração e gestão da carteira de investimentos em empréstimos, mediante prévia comunicação aos aposentados e pensionistas, sempre visando o equilíbrio econômico-financeiro da carteira.

Disposições Gerais

Os poderes e órgãos do Município de Nobres deverão disponibilizar ao PREVI-NOBRES o acesso aos sistemas de gestão das folhas de pagamento de seus servidores e de eventuais aposentados e pensionistas sobre sua responsabilidade para fins de operacionalização dos empréstimos, a serem concedidos por meio de sistemas a eles interligados.

O PREVI-NOBRES deverá dar publicidade aos potenciais tomadores das taxas, prazos e condições de elegibilidade aos empréstimos.

Não haverá a possibilidade de portabilidade, pelos tomadores, dos saldos devedores dos empréstimos contratados junto ao PREVI-NOBRES.

As decisões excepcionais quanto às medidas a serem adotadas nos casos não previstos expressamente no regulamento serão apreciadas e deliberadas pela Presidência do PREVI-NOBRES, após análise preliminar e manifestação do conselho deliberativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor retroagindo a 27 de fevereiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Nobres/MT, 16 de abril de 2025.

Edilman Conceição Rondon Guimarães

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

CPF: 604.552.091-20

Agnaldo Soares de Campos

Gestor de Recursos do PREVI-NOBRES Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREVCP RPPS CGINV I

CPF:442.142.431-53

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Agnaldo Soares de Campos CPF: 442.142.431-53

Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREVCP RPPS CGINV I

Elizabeth Gomes Pereira Machado CPF: 537.793.041-04

Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREVCP RPPS CGINV I

Carlos Roberto de Carvalho Elesbão dos Santos CPF: 066.838.501-43

Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREVCP RPPS CGINV I

MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ana Darc Dias de Carvalho - CPF: 918.018.691-20

Aparecida de Cassia Rondon - CPF: 406.462.891-87

Thays Oliveira Silva - CPF: 023.575.151-04

Maria Cleude Araujo - CPF: 631.813.471-91

Juliana Silva de Lima - CPF: 192.539.904-49

Davino da Conceição Nonato - CPF: 468.441.391-87

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO N° 032/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **REGINALDO G. LEITE LTDA,** inscrita no CNPJ **sob o n.º 18.128.969/0001-08**. **Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETE, COM VEÍCULO UTILITÁRIO CAMINHÃO FECHADO DO TIPO BAÚ, PARA TRANSPORTE DE CARGA LOCAL, MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES/MT**. Data:** 07/04/2025. O valor global é R$ 13.808,25 (treze mil oitocentos e oito reais e vinte e cinco centavos). **Assinam** – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **REGINALDO G. LEITE LTDA** - Contratado.

CONTRATO N° 033/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **MORETTI E COELHO LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ **sob o n.º 06.249.103/0001-76**. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA 32º. FEIRA INTERNACIONAL DO TURISMO DO PANTANAL (FIT), A REALIZAR-SE-A NOS DIAS 05, 06,07 E 08 DE JUNHO DO ANO DE 2025, NO CENTRO DE EVENTOS DO PANTANAL, NA CIDADE DE CUIABA-MT**. Data:** 10/04/2025. O valor global é R$ 170.800,00(cento e setenta mil e oitocentos reais). **Assinam** – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **MORETTI E COELHO LTDA-EPP** - Contratado.

CONTRATO N° 034/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **DOONA PRODUÇÕES E EVENTOS,** inscrita no CNPJ **sob o n.º 54.483.365/000-43**. **Objeto:** Contratação de Show Artístico Dupla Sertaneja Regional HENZO e RODRIGO, em comemoração ao 60° Aniversário do Município de Nobres-MT, que ocorrerá entre os dias 29 e 30 de abril de 2025**. Data:** 14/04/2025. O valor global é R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). **Assinam** – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **DOONA PRODUÇÕES E EVENTOS** - Contratado.

CONTRATO N° 035/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **SIDNEI BINDER DAMASCENO,** inscrita no CNPJ **sob o n.º 32.978.488/0001-12**. **Objeto:** Contratação de Show artístico banda regional Stillo Pop Som, em comemoração ao 60° Aniversário do Município de Nobres-MT, que ocorrerá entre os dias 29 e 30 de abril de 2025**. Data:** 16/04/2025. O valor global é R$ 6.000,00 (seis mil reais). **Assinam** – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **SIDNEI BINDER DAMASCENO**- Contratado.

CONTRATO N° 036/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e **SR. JOÃO CLÓVIS ANTONIACOMI, inscrita no CPF sob o n.º 319.179.849-87**. **Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER AS DEMANDAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS PERTENCENTE AO CRAS, POR UM PERIODO DE 48 MESES. Data:** 11/04/2025. O valor do aluguel mensal, livremente acordado entre as partes, é de R$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais. **Assinam** – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **JOÃO CLÓVIS ANTONIACOMI** - LOCADOR.

CONTRATO N° 037/2025 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **JB EVENTOS COMUNICACOES, PRODUCOES ARTISTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.085.304/0001-85. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS, PARA ATENDER AOS EVENTOS DO 60° ANIVERSÁRIO DE NOBRES-MT. Data: 14/04/2025. O valor global é R$ 287.798,00 (duzentos e oitenta e sete mil, com setecentos e noventa e oito reais). Assinam – Sr. José Domingos Fraga Filho – Prefeito Municipal De Nobres e **JB EVENTOS COMUNICACOES, PRODUCOES ARTISTICAS LTDA** - Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº079/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº079/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – LTDA**, no CNPJ: **51.740.794/0001-60**, estabelecido na Endereço: Saíra-ouro, 210, Município: Arapongas-PR, CEP: 86.702-820 Telefone: Telefone:(43)-99149-4565 e-mail: ynemed.saude@gmail.com pelo presente credencia o, **Sr. IRENE LOPES SALVI**, RG: 4.053.917-4, CPF: 515.443.269-04, residente e domiciliada na cidade de Arapongas - PR, na RUA Saíra Ouro, nº 201, Jardim Universidade, CEP: 86702-820, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio

Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
874217	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - LATEX DE BORRACHA NATURAL,ATOXICO, TALCADA, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO,COM PUNHO LONGO DE NO MINIMO 250MM, AMBIDESTRA,NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, UNIFORME, MEDIO.	MEDIX - LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - LATEX DE BORR	CX 100 UN	10,0000	R$ 149,9900	R$ 1.499,90
VALOR TOTAL:						**R$:1.499,90**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco do Brasil, Agência: 8571-5, Conta Corrente: 733-1

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – LTDA

CNPJ: 51.740.794/0001-60

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 019/2024

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 019/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Prefeito Municipal **Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09283641 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 621. 323.851.49, residente e domiciliado no Município de Nova Bandeirantes/ MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Empresa **MONTE MORIA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA** pessoa jurídica de direito privado, registrado no CNPJ nº 49.905.590/0001-90, estabelecida na rua E, nº 0, bairro Chácaras Estela D'Alva, na cidade de Rondonópolis/MT, representada neste ato por Christyano de Assis Cavalcante, portador de Carteira de Identidade nº 204640 OAB/MT. e CPF nº. 721.704.681-53, residente na rua Firmino José da Mata, nº 304, cidade de Rondonópolis, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a contratação, considerando o disposto na Lei nº 8.666 de 21/06/93 e demais disposições, e a homologação do Processo Licitatório nº032/2024, dispensa 02/2024, tem justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - **DO ADITAMENTO**

1.1 Pelo presente instrumento, com fulcro no Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n° 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações posteriores, entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MTe a empresa **MONTE MORIA CENTRO DE REALIBITAÇÃO LTDA**, resolvem:

- **Aditar o contrato nº 019/2024, da seguinte forma:**

DO PRAZO

- **A vigência do presente aditivo será de 23/04/2025** até **23/04/2026** referente a prorrogação de prazo do Contrato original assinado pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Manter durante toda a execução do Aditivo a compatibilidade com as obrigações assumidas conforme Edital Pregão n° 032/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - As demais cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.

3.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde - MT. Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Nova Bandeirantes – MT, 07 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

MONTE MORIA CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA

CNPJ N°:49.905.590/0001-90

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2025

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Eletrônico n.º **022/2025**, Processo Licitatório n° **037/2025**, tendo como objeto ***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (**ANEXO I**), Termo de Referência, **SAGROU-SE** vencedora da presente licitação as empresas:

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA-EPP	05.870.717/0001-08	R$ 44.713,00
CMED DISTRIBUIDORA LTDA-ME	20.444.829/0001-90	R$ 16.990,18
OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP	00.789.321/0001-17	R$ 136.436,00
S TYSKI	33.460.679/0001-50	R$ 79.314,90
IBBA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBEDOURO LTDA	50.456.480/0001-78	R$ 35.200,00
GUAPUÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA	24.321.932/0001-02	R$ 7.600,00
JULIANO VEZENTIN EIRELLI ME	08.694.780/0002-00	R$ 65.790,33
VIA NACIONAL DISTRIBUIDORA LTDA	39.822.881/0001-61	R$ 85.885,00
CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	21.058.617/0001-38	R$ 62.260,87
SBA COMERCIO E CONSULTORIA LTDA	36.139.449/0001-82	R$ 2.130,00
VICKTY SUPPLY PAPELARIA E COMÉRCIO EM GERAL LTDA	37.769.137/0001-15	R$ 313,65
MARCUS VINICIUS COSTA	57.699.252/0001-78	R$ 1.286,00
AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA	46.221.464/0001-29	R$ 45.762,47
M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	51.995.377/0002-40	R$ 240,00
AGRO COMERCIAL GES LTDA	22.011.004/0001-08	R$ 23.259,42
CB ELETRO E INFORMATICA LTDA	49.673.898/0001-58	R$ 19.878,66
MICROFORT INFORMÁTICA LTDA	24.675.507/0001-03	R$ 58.637,74
CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	39.581.101/0001-39	R$ 15.751,82
AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA	46.368.367/0001-63	R$ 36.481,81
SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA	29.843.035/0001-74	R$ 4.929,32
IMPERIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PÚBLICAS LTDA	23.106.657/0001-33	R$ 27.837,00
BARRA ATACADISTA E VAREJISTA LTDA	53.512.423/0001-57	R$ 12.189,00
Total:		**R$ 782.887,17**

Os itens 02,03,04,05,06,07,44 e 45 foram julgados fracassados.

Os itens 08 e 24 foram julgados deserto.

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de abril de 2025.

_____

João Rogério de Souza

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº078/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº078/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **QUIMAFLEX CIENTÍFICA LTDA**, no CNPJ: **13.224.500/0001-59**, estabelecido na Avenida Bandeirantes, N° 584 - São Geraldo (centro) - Araraquara SP, Telefone: (16) 3461-1691, E-mail: vendas@quimaflex.com.br pelo presente credencia o, Sr. **Rosana Aparecida Lopes Tacão**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade (RG) nº 22.318.774 SSP/SP, CPF nº 108.936.148-31, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
867969	SOLUÇÃO TAMPÃO PARA APARELHO DE LABORATÓRIO, SOLUÇÃO TAMPÃO PH7,00 – PH 4,00, PRONTA PARA USO PH DETERMINADO EM VARIAS TEMPERATURAS, KIT CALIBRAÇÃO DO PHMETRO (MPA 210P) PH7 – PH4	QUIMAFLEX - PH7,00	UN	2,0000	R$ 200,0000	R$ 400,00
873916	REAGENTE P/ APARELHO DE LABORATORIO - AQUACOLOR CLORO, SOLUCAO REAGENTE, CL-S1 POLICONTROL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CL-S1 (25 ML)	QUIMAFLEX - CL-S1	UN	120,0000	R$ 40,0000	R$ 4.800,00
873917	REAGENTE P/ APARELHO DE LABORATORIO - AQUACOLOR CLORO, SOLUCAO REAGENTE, CL-S2 POLICONTROL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA CL-S2 (25 ML)	QUIMAFLEX - CL-S2	UN	120,0000	R$ 100,0000	R$ 12.000,00
873918	SOLUCAO DE CLORETO DE POTASSIO (3M) - PARA USO EM ELETRODO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, ROTULO COM NR.LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, PROCEDENCIASOLUÇÃO KCL-3M (500ML)	QUIMAFLEX - CLORETO DE POTASSIO (3M)	UN	1,0000	R$ 130,0000	R$ 130,00
Valor Total:						**R$ 17.330,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA

Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco do Brasil , AGÊNCIA: 3405-3, CC: 18389-X

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

QUIMAFLEX CIENTÍFICA LTDA

CNPJ: 13.224.500/0001-59

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº077/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº077/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **LINECONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, no CNPJ: **04.196.357/0001-48**, estabelecido na Rua Tupinambás, 501–V. Conceição, Cidade de Diadema, no estado de São Paulo, CEP: 09991-090, Telefone: (11) 4044-3418, (11) 91369-0293, E-mail: linecontrol@terra.com.br pelo presente credencia o, **Sr. RAPHAEL DE CASTRO ROCHA DA COSTA**, RG: 34.308.222-6 e CPF: 295.448.818-24, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
227077	MEDIDOR DE PH - DE PH DA ÁGUA, PORTATIL, CONFIGURACAO COM 3 OU 4 TECLAS, CALIBRACAO E CHECK DO ELETRODO AUTOMATICOS, REGISTRO E DESCARGA DAS LEITURAS EM PADRAO GLP, DISPLAY LCD, ALFANUMERICO DE 02 LINHAS, 16 CARACTERES, BIVOLT, PARAMETRO DE MEDICAO (PH/ORP/TEMPERATURA); FAIXA DE LEITURA DE PH (-2 A 20); FAIXA DE LEITURA ORP (-2000 A 2000MV); FAIXA DE LEITURA DE TEMPERATURA (-20 A 120°C); COMPENSACAO DE TEMPERATURA (AUTOMATICA/MANUAL), ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	POLICONTROL - AQUAPRO	UN	3,0000	R$ 1.933,2400	R$ 5.799,72
322246	COLORIMETRO - MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTATIL, PARA ANALISE DE CLORO RESIDUAL LIVRE, TOTAL E COMBINADO EM CAMPO OU BANCADA, COM LEITURA DIRETA. DUPLA FAIXA DE MEDICAO:MG/L. MODELO DM-COR DIGIMED (0-10- 100-500)	POLICONTROL - AQUACOLOR CLORO	UN	4,0000	R$ 2.222,7500	R$ 8.891,00
322247	COLORIMETRO - MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTATIL, PARA ANALISE DE CLORO RESIDUAL LIVRE, TOTAL E COMBINADO EM CAMPO OU BANCADA, COM LEITURA DIRETA. DUPLA FAIXA DE MEDICAO: 0,00 A 5,00 MG/L E 0,00 A 10 MG/L. MODELO AQUACOLOR CLORO POLICONTROL.	POLICONTROL - AQUACOLOR CLORO	UN	2,0000	R$ 2.222,7500	R$ 4.445,50
322248	APARELHO DE JAR TEST - PARA ENSAIO DE FLOCULACAO, AGITACAO MECANICA SIMULTANEA PARA 6 PROVAS, ACIONAMENTO MANUAL, HASTES EM ACO INOX, SELETOR DE VELOCIDADE DE 0 A 300RPM, MOSTRADOR DIGITAL, ALIMENTACAO 220 V, INCLUIR: MANUAL E GARANTIA	POLICONTROL - FLOCCONTROL	UN	3,0000	R$ 7.147,0300	R$ 21.441,09
323052	COMPARADOR COLORIMETRICO - KIT DE METODO COLORIMETRICO DE CLORO LIVRE, DPD, COM DISCO COMPARADOR ROTATIVO 0.1 - 0.2 - 0.3 - 0.5 - 0.8 - 1.0 - 1.5 - 2.0 - 2,5- 3,0 MG/L CL2, COMPOSTO POR REAGENTE CL2-1, FRASCO DO REAGENTE CL2-2, 2 TUBOS DE TESTE COM TAMPA DE ROSCA, DISCO DE COMPARACAO DE COR E CAIXA CUPORTE DE DISCO MEDIDOR DE COR - CALORIMETRO DM-COR	POLICONTROL - KIT VISODISC	UN	3,0000	R$ 948,9400	R$ 2.846,82
331831	COLORIMETRO PARA MEDIDAS DE CLORO - LIVRE RESIDUAL OU TOTAL,GABINETE EM PLASTICO RESISTENTE,VISOR DE CRISTAL LIQUIDO C/3.1/2 DIGITOS, FAIXA DE LEITURA DE 0,00 A 5,00 MG/L,TEMPO DE LEITURA 3 SEGUNDOS, RESOLUCAO DE 0,01 MG/L, PRECISAO MELHOR QUE 0,01% - FINAL DE ESCALA, METODO DPD-DIETIL 1-4 FENILENO DIAMINA SULFATO, DETECTOR DE FOTOCELULA DE SILICIO,REPRODUTIVIDADE+/- 0,02 MG/L, ALIMENTACAO: BATERIA DE 9V OU 110/220 V COM ELIMINADOR DE BATERIA, ACOMPANHA:KIT COM PELO MENOS 02 CUBETAS, MALETA PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE, REAGENTE DPD PARA 100 ANALISE,FRASCO C/BUFFER,C/PELO MENOS 50ML,GARANTIA DE PELO MENOS 01 ANO, REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE,LAUDO DE CALIBRACAO EMITIDO POR LABORATORIO DA RBC, MANUAL DE OPERACAO E SERVICO EM PORTUGUES,ASSISTENCIA TECNICA AUTORIZADA NO ESTADO DE PE, TODOS OS DEMAIS COMPONENTES E ACESSORIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO VISO DISCO PARA REAGENTE DPD	POLICONTROL - AQUACOLOR CLORO	UN	2,0000	R$ 2.222,7500	R$ 4.445,50
360117	CUBETA - PARA TURBIDIMETRO, MARCA - POLICONTROL, DE VIDRO BOROSILICATO, COM TAMPA DE ROSCA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA AP 2000	POLICONTROL - CUBETA AP 2000	UN	10,0000	R$ 65,6000	R$ 656,00
369810	COLORIMETRO (NESSLER QUANTI COM DISCO COR: 0 A 70 OUTRO DDE 70 A 500)	POLICONTROL - NESSLERQUANTI	UN	2,0000	R$ 1.842,7700	R$ 3.685,54
866946	SOLUCAO DE CALIBRACAO P/ APARELHO DE LABORATORIO - AQUACOLOR CLORO, POLICONTROL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, FRASCO DE 250ML	POLICONTROL - PADRAO DE CLORO	UN	2,0000	R$ 935,6400	R$ 1.871,28
867973	KIT CUBETAS (AQUACOLOR CLORO/PH)DE VIDRO BOROSSILICATO, COM TAMPA DE ROSCA, MEDINDO 23,8 MM DE DIÂMETRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PROPRIA.	POLICONTROL - CUBETA AQ CLORO/PH	UN	10,0000	R$ 63,7200	R$ 637,20
875945	FOTOCOLORIMETRO - MICROPROCESSADO, DIGITAL, PORTATIL, PARA ANALISE DIRETA DE COR EM CAMPO OU LABORATORIO. FAIXA DE MEDICAO: 0 A 500 UC. MODELO: AQUACOLOR COR - POLICONTROLKIT CALIBRAÇÃO DO COLORIMETRO (AQUACOLOR CLORO/PH) – Nº. SÉRIE 189(POLICONTROL)	POLICONTROL - AQUACOLOR COR	UN	3,0000	R$ 2.733,8000	R$ 8.201,40
VALOR TOTAL:						**R$ 62.921,05**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Banco do Brasil S/A 1506-7 207098-7

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LineControl Indústria, C. I. e Exportação Ltda

CNPJ: 04.196.357/0001-48

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº076/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº076/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, no CNPJ: 10.717.170/0001-45, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, 6969, Bairro Santa Isabel, CEP: 78.150-538 no município de Várzea Grande MT, Telefone: (65) 3684-8004 E-mail: cmtquimica@cmtquimica.com pelo presente credencia o, Sr. **RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL**, C.P.F:009.284.081-75, portador da Carteira de Identidade RG: 1337816-3 SSP/MT, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
369808	CLORO GRANULADO - HIPOCLORITO DE CALCIO GRANULADO -3 – CERTIFICADO E SELOS DE QUALIDADE, COMO ISO 9001 OU CERTIFICADOS DE ANÁLISE QUÍMICA.	PROPRIA - BB 45 KGS	KG	5000,0000	R$ 14,6000	R$ 73.000,00
VALOR TOTAL:						**R$ 73.000,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: BRASIL 001 AGENCIA 7139-0 CONTA CORRENTE: 51459-4

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA

CNPJ: 10.717.170/0001-45

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2025

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 033/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.054/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 07 (sete) de maio de 2025 às 09:00 horas. (Horário de Brasília). Este pregão será regido pela plataforma da BLL (www.bll.org.br) com aplicação subsidiária da Lei nº. 14.133/21, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO:*REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE BUCAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no termo de referência anexo I.

INFORMAÇÕES: O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. E também pela plataforma da BLL Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 17 de abril de 2025.

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira (Portaria nº 146/2025)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº075/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº075/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **Edson Furquim ME**, no **CNPJ: 17.908.249/0001-00**, estabelecido na Rua João Pedro de Oliveira 144, Bairro Verdão Cidade Alta- Cuiabá/MT, Fone (65) 3634-7428, e-mail kalquimika@hotmail.com pelo presente credencia o, Sr. Edson Furquim, brasileiro, Casado, empresário e proprietário da empresa, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1033568-4, SSP/MT, e do CPF 000.008.871-45, residente e domiciliado na Avenida São Sebastião 545, Bairro Verdão- Cuiabá/MT de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
360119	OCULOS DE PROTEÇÃO - OCULOS DE SEGURANCA TAMANHO UNICO PARA PROTECAO, LENTES COM ÁLTA PROTECAO CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOLANTES, ESTILHACOS OU FRAGMENTOS BALISTICOS DE ALTA VELOCIDADE (198M/S),DESIGN MODERNO FORMADO POR UMA UNICA LENTE E DE EXCELENTE ADERÊNCIA NA FACE, PROTETOR NASAL AJUSTAVEL PARA DIFERENTES ANATOMIAS FACIAS,ESPESSURA DA LENTE 2,3MM,DISTANCIA PUPILAR 68MM,PESO C 31 GRAMAS,TAMANHO NA VERTICAL 48MM,TAMANHO NA DIAGONAL 125,8MM, DISTANCIA ENTRE AS HASTES 100MM, FILTRA 99,9 % DA RADIACAO UV,HASTES MALEAVEIS PARA FACILITAR O AJUSTE, LENTES COM PROTECAO ANTIRISCO, ANTIEMBACANTE, HASTES EM POLICARBONATO,ARMACAO EM NYLON,HASTE EM NYLON, PARAFUSO EM ACO INOXIDAVEL, ANTIESTATICA E RAIOS ULTRAVIOLETA,DEVERA SER DISPONIBILIZADAS LENTES NAS CORES, INCOLOR, CINZA E AMBAR,COMPOSTO DE ARMACAO CAMUFLADA, DEVERA APRESENTAR EM SEU CORPO EM NUMEROS E LETRAS INDELEVEIS O C.A.(CERTIFICADO DE APROVACAO) DO MTE(MINISTERIOS DO TRABALHO E EMPREGO).	DANY	UN	10,0000	R$ 60,0000	R$ 600,00
371195	MASCARA CONTRA GAS - MASCARA RESPIRATORIA DESCARTAVEL PFF2, COM VALVULA DE EXALACAO, TAMANHO PADRAO,MODELO DOBRAVEL,MASCARA EM MANTA SINTETICA,CONTRA GASES E VAPORES ORGANICOS,INCLUIR CERTIFICADO DE APROVACAO DO MINISTERIO DO TRABALHOMASCARA PARA VAPORES QUÍMICOS	CARBO	UN	15,0000	R$ 219,0000	R$ 3.285,00
867970	CORREIA DO JAR TEST POLI 3 PROVAS	POLIOCNTROL - 3 PROVAS	UN	3,0000	R$ 299,0000	R$ 897,00
VALOR TOTAL:						**R$ 4.782,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: BANCO ITAU: AGENCIA 1130 CONTA CORRENTE: 14611-9

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

EDSON FURQUIM ME

CNPJ 17.908.249/0001-00

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº074/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº074/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **DINALAB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no **CNPJ 32.578.926/0001-55**, estabelecida a Rua Helena Paludeto Iori, nº 386 – Jardim Alto do Silvares – Birigui/SP, Telefone (18) 3634-1777 e-mail: dinalab@dinalab.com.br representada neste ato pelo seu(ua) LUCAS HENRIQUE PEPICE no CPF: 415.370.298-60, RG: 43330608 ssp/ MT Rua Jairo Ferreira de Camargo, n° 394, residencial aero pa, na Cidade de BIRIGUI, SP CEP: 16202-466 de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento

Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
324113	AGUA DESTILADA.	EXODO - AD09320SO	GL 5 L	4,0000	R$ 71,6800	R$ 286,72
338332	SOLUCAO - DO TIPO PADRAO DE TURBIDEZ (FORMAZINAS 0,1 UNT), FRASCO DE 250ML	QMC - QMC	UN	1,0000	R$ 384,6600	R$ 384,66
866913	COPO DE GRIFFIN - EM VIDRO BOROSILICADO, TIPO BECKER, COM FORMA ALTA, COM CAPACIDADE DE 50ML, AUTOCLAVACAO AUTOCLAVAVEL	PRECISION - BEFA50	UN	4,0000	R$ 39,9900	R$ 159,96
867967	KIT CALIBRACAO DE PHMETRO (MPA-210P) PH4 E PH7	EXODO - EXODO	UN	2,0000	R$ 629,9900	R$ 1.259,98
873873	COPO DE GRIFFIN - EM VIDRO BOROSILICADO, TIPO BECKER, COM FORMA ALTA, COM CAPACIDADE DE 250ML, AUTOCLAVACAO AUTOCLAVAVEL	PRECISION - BEFA250	UN	4,0000	R$ 28,9900	R$ 115,96
Valor total:						**R$ 2.207,28**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: 756 - BANCOOB SICOOB COCREALPA – Agência: 3183-6 / Conta: 7361-0

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DINALAB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 32.578.926/0001-55

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº073/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº073/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **DIGICROM ANALITICA LTDA,** inscrita no **CNPJ 60.160.546/0001-31**, estabelecida a Rua RUA DOS MARIANOS, 227 – BAIRRO CAMPO GRANDE – SÃO PAULO/SP CEP: 04691-110, Telefone: (11) 5633-2200 - E-mail: licitacoes@digimed.ind.br.com representada neste ato pelo seu(ua) Francisco Fores Medina, Brasileiro, Divorciado, Representante Legal/Diretor Comercial, RG: 6.966.655 SSP/SP, CPF: 670.018.748-68 residente e domiciliado em São Paulo, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
867972	KIT CUBETAS (DM - COR) PARA TURBIDIMETRO, DE VIDRO BOROSSILICATO COM TAMPA DE ROSCA, MEDINDO 23,8 MM DE DIÂMETRO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	DIGIMED - DM-CUBE2	UN	10,0000	R$ 876,0000	R$ 8. 760,00
VALOR TOTAL						**R$ 8. 760,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO

SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: Banco: Banco do Brasil Agência: 1553-9 Conta Corrente: 9382-

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DIGICROM ANALITICA LTDA

CNPJ 60.160.546/0001-31

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº072/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº072/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **DELFINI INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA – EPP,** inscrita no **CNPJ 01.061.762/0001-60**, estabelecida a Rua Profª. Ergilia Micelli nº 541, Bairro: Jd. Regina, Cidade/Estado: Araraquara/SP, CEP: 14808-110 e-mail: vendas@dellab.com.br Telefone: (16) 3322.7020, Cel/WhatsApp: (16) 99102.9284, representada neste ato pelo seu(ua) PAULO AFONSO MONTEIRO DELFINI, RG nº: 28.990.831-0 Órgão Expedidor e data: SSP-SP em 15.09.202, CPF nº: 272.921.638-31 residente e domiciliada na Av. Umberto Malavolta nº 276, Jardim Morada da Sol, Araraquara/SP, e senhora de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
331810	TURBIDIMETRO - MICROPROCESSADO DIGITAL MODELO DLT-WV, GABINETE EM ABS, TECLADO EM POLIBICARBONATO RESISTENTE A CORROSAO E RESPINGOS. PRINCIPIODE MEDICAO NEFELOMETRICO. FAIXAS DE MEDICAO: 0,00 A 1000 NTU, 0,00 A 250 EBC. RESOLUÇÃO 0,01 NTU DE 0 A 9,99 - 0,1 NTU DE 10,00 A 99,9 E 1 NTU DE 100 A 1000. 0,01 - 0,1 E 1 EBC. PRECISAO DE +/- 2%. DISPLAY LCD (CRISTAL LIQUIDO), 2 LINHAS E 16 CARACTERES COM FUNÇÃO BACK-LIGHT (LUZ DE FUNDO). DADOS GRAVADOS ATRAVES DE SAIDA RS 232. EMISSOR EM ESTADO SOLIDO (LED) 890 NM, NORMA ISO-7027. FONTE CHAVEADA DE 100 AQ 240 V - 47/64HZ. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUES COM CERTIFICADO DE GARANTIA. MALETA PARA TRANSPORTE E USO DO APARELHO EM CAMPO. 3 CUBETAS DE VIDRO COM TAMPA. PADROES SECUNDARIOS ESTABILIZADOS: 1 PADRAO < 0,10 NTU; 1 PADRAO 10,00 NTU, 1 PADRAO 100 NTU E 1 PADRAO 800 NTU, 1 PADRAO FORMAZINA 4.000 NTU. BATE4RIA 9V, FONTE CHAVEADA (NBR 14136) DE 100/240V - 47/64HZ.TURBIDIMETRO DIGITAL	DEL LAB - DLT-JE	UN	2	R$ 3.590,00	R$ 7.180,00
343013	TESTE DE CLORO LIVRE E TOTAL - PARA DETERMINACAO (ANALISAR) CLORO LIVRE E TOTAL NA AGUA, COMPOSTO DE UM REATIVO REAGENTE QUIMICO DPD - PO, FAIXA DE DETECCAO 1.5PPM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	DEL LAB - DRD-1.1	UN	3	R$ 290,00	R$ 870,00
875946	TESTE DE CLORO LIVRE E TOTAL - PARA DETERMINACAO (ANALISAR) CLORO LIVRE E TOTAL NA AGUA, COMPOSTO DE UM REATIVO REAGENTE QUIMICO DPD - PO, FAIXA DE DETECCAO 1.5PPM, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA.	DEL LAB - DRD-1.1	UN	3	R$ 290,00	R$ 870,00
VALOR TOTAL:						**R$ 8.920,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO
Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco:104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência 4103 Operação (OP) : 003

Conta Corrente 284-0

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DELFINI INDÚSTRIA COMÉRCIO LTDA – EPP

CNPJ 01.061.762/0001-60

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº071/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº071/2025

"O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.023/2025, PREGÃO ELETRÔNICO: Nº014/2025, com VIGÊNCIA de 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e dá outras providências"

ÒRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** inscrita no CNPJ/MF n.º 33.683.822/0001-73, com sede administrativa na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Município de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Joao Rogerio de Souza**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Bandeirantes/MT, portador da Cédula de Identidade nº. 09283641 SSP/MT e CPF nº. 621.323.851.49 em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2025, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) **CLAUDIO AUGUSTO PIRES COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTOS,** inscrita no **CNPJ 27.714.291/0001-36**, estabelecida a Rua R SALDANHA MARINHO, nº 2254 – SALA 2, cidade de Piracidaba/SP TELEFONE: (19) 99247-4004 E-MAIL: rayane.rp@hotmail.com ,representada neste ato pelo seu(ua) CLAUDIO AUGUSTO PIRES RG: 21869345 – SSP/SP CPF nº 129.429.888-78, residente e domiciliada na Rua Itapura, nº 45 apto 12 – cidade de Americana/SP, e senhora de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto no Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei nº. 14.133/21 e a Lei Municipal nº. 458/2006 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT e o Diário Oficial AMM, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é o**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE LABORATÓRIO E CLORO GRANULADO, QUE SERÃO UTILIZADOS NO TRATAMENTO DA ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,** conforme especificações contidas Anexo I – Termo de Referência do Edital. Este instrumento não obriga o Município de Nova Bandeirantes/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

1.2 O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UNID	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
399760	BOMBA DOSADORA - BOMBA DOSADORAS DE POLIELETRÓLITOS A 0,2% 100L/H 7,0 BAR IP 65 - MICROPROC. C/ VÁLVULA DE INJEÇÃO DN 25 E CABO DE CONTROLE ANALÓGICO 10.0M IGUAL OU EQUIVALENTE MODELO GRU 250 GIROMATIC	Cia Pires - Cia Pires	UN	3	R$ 8.865,0000	R$ 26.595,00
TOTAL VALOR:						**R$ 26.595,00**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO

2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

2.2. As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

2.3. O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital conforme abaixo:

Órgão:06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB. TEC. E SANEAMENTO

Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
Função: 17 – SANEAMENTO
SubFunção: 512 – SANEMENTO BASICO URBANO
Programa: 0012 – SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Projeto/Atividade: 2 024 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO
409 – Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 1 (um) ano tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Bandeirantes/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, poderá ser celebrado e advir contrato administrativo, no qual reger-se-á pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Retirar pessoalmente a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

4.2. Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

4.3. Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

4.4. A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

4.5. Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza

4.7. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

4.8. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Bandeirantes/MT e de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

4.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.11. Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.12. Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.13. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

4.14. Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

4.15. Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas no item 24 do Edital e disposto no item 11 e 12 deste instrumento.

4.16. Todas as despesas que incidirem sobre os serviços tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos serviços, correrá por conta da CONTRATADA;

4.17. A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

4.18. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante (município consorciado) correrão por conta do FORNECEDOR;

4.21 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:

4.19 Após, o recebimento da Ordem de Fornecimento (via e-mail,) /OF, OS MATERIAIS/SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PARCELADAMENTE, CONFORME A NECESSIDADE PELA CONTRATANTE**, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 (VINTE) DIAS ÚTEIS CORRIDOS, APÓS A AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO** EMITIDA PELA MUNICIPALIDADE, no endereço descrito acima.

4.20 SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização).

a) A CONTRATADA deverá considerar no valor da proposta, todas as despesas pertinentes supracitadas, inclusive impostos, encargos, taxas, deslocamentos, hospedagem, alimentação, combustível, impressão, papel, e demais custos, ficando sob seu ônus as referidas despesas.

b) Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, todo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus colaboradores, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente objeto.

A CONTRATADA deverá obedecer a todas as normas regulamentadoras vigente, inclusive a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho CLT, normas de Segurança do Trabalho, entre outras; devendo arcar com todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus funcionários;

c) Assumir ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

d) A CONTRATANTE deterá o direito de propriedade intelectual dos serviços desenvolvidos, assim como, de toda a documentação produzida na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa desta Autarquia;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação e afins;

f) Trabalhar segundo as normas técnicas, com qualidade, com produtividade, com higiene e preservação ambiental;

g) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência;

h) Acatar as ordens da CONTRATANTE efetuando os serviços nos locais indicados na ordem de serviço;

i) Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa venha ocorrer no cumprimento deste Termo de Referência, direto ou indiretamente, provocar, a administração ou a terceiros;

j) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE em qualquer momento que seja solicitado.

k) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissão ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento das despesas para o CONTRATANTE;

l) Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor;

m) Além das especificações nos itens anteriores aplicam-se as Normas do: Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº. 14.133/21 e suas alterações;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. O Município de Nova Bandeirantes/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

5.1.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

5.1.2. Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

5.1.3. Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

5.2. Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

5.2.1. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

5.3. DAR RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

5.4. DAR RECEBIMENTO DEFINITIVO pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

5.5. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Bandeirantes/MT;

5.6. Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

5.7. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

5.8. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

5.9. Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

5.10. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues ou serviços prestados, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da **NOTA FISCAL** devidamente atestada pelo responsável;

6.1.1. Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

6.2. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.2.1. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

6.4. O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

6.5. A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

6.6. Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

6.7. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

6.8. A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e consequentemente, lançado na ata de registro de preço;

6.9. O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

6.10. A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

6.10.1. O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

6.11. Não haverá pagamento parcial da nota.

6.12. Dados bancários da(s) empresa(s) detentora dos preços registrados:

6.12.1. Banco: ., Agência: ., Conta corrente: .;

7. DA REVISÃO DA ATA E REAJUSTE DE PREÇO

7.1. O gesto responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços práticos para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no 7.1.1., o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, **SEGUINDO O RITO**:

7.2.1. O fornecedor encaminhará juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória, tais como, **NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO**, **DE TRANSPORTE, PLANILHA DE CUSTOS**, entre outros documentos pertinentes, demonstrando o custo no ato de formalização da proposta e o do momento do pleito, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 A Administração realizara uma pesquisa de preços de mercado para verificação dos valores que serão anexados no processo de pedido de reequilíbrio;

7.2.4. Após a pesquisa de preço, será realizado consulta a todo cadastro de reserva objetivando manter o preço adjudicado, ou ao próprio preço, desde que o próprio preço seja mais vantajoso do que o solicitado através do processo de reequilíbrio.

7.2.5. Caso não se obtenham êxito com a consulta prevista na clausula anterior, será realizado negociação com os fornecedores do cadastro de reversa.

7.2.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

8.1.1. Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

8.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

8.2. Por iniciativa do Município de Nova Bandeirantes/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

8.2.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.2.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

8.2.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

8.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

8.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021); **c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021). **d) Multa:**

1- *moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

2- *O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.*

3- compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

9.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

10 - DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 É parte integrante desta Ata o **RELATÓRIO DE CADASTRO DE RESERVA** constante do Anexo VIII, assumindo todas as responsabilidades desta ata.

10.2. As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital.

11 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

11.1 O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **Pregão Eletrônico nº. 014/2025** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Federal nº. 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

12. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4. Foi Designado através de Portaria especifica o servidor abaixo para assistir e subsidiar o gestor da Ata de Registro de Prelos indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRICULTURA	ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS	152/2025

13.5. Foi Designado através de Portaria o servidor abaixo ser o gestor do contrato indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
AGRONOMO	WESLLEY MORAIS GHIOTTI	152/2025

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

II. Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

13.2. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, nos termos do Art. 122 da Lei nº. 14.133/2021.

14. DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. E por estarem de acordo o Município de Nova Bandeirantes/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Bandeirantes/MT 10 de abril de 2025

_____

JOAO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

CLAUDIO AUGUSTO PIRES COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTOS

CNPJ 27.714.291/0001-36

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ _____

Nome: Aline Groff Pit Nome: Eriane Custodio da Silva

C.P.F.: 060.335.461-05 C.P.F.: 005.712.201-69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº. 003/2025
INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2025

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº. 003/2025

INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 055/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, com sede na Av. Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, torna público, que se encontra -se aberto o Processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE EM PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO, PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência (Anexo I).

O período de credenciamento ocorrerá a partir de 22 de abril de 2025 e o mesmo ficará aberto pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou até que se esgote o saldo definido neste Edital, no horário de 07:00hs as 11:00hs e das 13:00 hs até as 17:00hs, no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, no endereço acima identificado ou pelo e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, por meio digital, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site https://www.novabandeirantes.mt.gov.br/, e do e-mail licitacao@novabandirantes.mt.gov.br.Informações através do telefone (66) 3572-1550 e (66) 3572-1955

Nova Bandeirantes - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Regina de Souza Mendonça

Agente de Contração (Portaria nº 119/2025)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº. 004/2025
INEXIGIBILIDADE Nº. 009/2025

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº. 004/2025

INEXIGIBILIDADE Nº. 009/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 056/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, com sede na Av. Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78.565-000, torna público, que se encontra -se aberto o Processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO PARA EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE EM PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência (Anexo I).

O período de credenciamento ocorrerá a partir de 22 de abril de 2025 e o mesmo ficará aberto pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou até que se esgote o saldo definido neste Edital, no horário de 07:00hs as 11:00hs e das 13:00 hs até as 17:00hs, no DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, no endereço acima identificado ou pelo e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, por meio digital, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site https://www.novabandeirantes.mt.gov.br/, e do e-mail licitacao@novabandirantes.mt.gov.br.Informações através do telefone (66) 3572-1550 e (66) 3572-1955.

Nova Bandeirantes - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Regina de Souza Mendonça

Agente de Contração (Portaria nº 119/2025).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2025 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2025

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 053/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT).

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DAS MÁQUINAS PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30, PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833, MONIVELADORA XCMG GR 1803 E DOIS CAMINHÕES BASCULANTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme descrição no Termo de Referência.

CONTRATADA: **DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS TRÊS LTDA**

CNPJ N° **15.078.544/0001-43**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30**

MARCA:**XCMG**

MODELO: **ZL30 BR**

PLACA: **PNB1415**

VALOR TOTAL: **R$ 38.228,45 (Trinta e oito mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA PA CARREGADEIRA	1	UNID	**R$ 7.400,00**	**R$ 7.400,00**
	DAS PEÇAS				
2	BOMBA HIDRAULICA LÂMINA 6 ESTRIA	1	UNID	R$ 2.441,53	R$ 2.441,53
3	BUCHA LÂMINA AÇO	2	UNID	R$ 204,65	R$ 409,30
4	CANTO LÂMINA PA CARREGADEIRA 5/8	4	UNID	R$ 1.088,99	R$ 4.355,96
5	PARAFUSO LÂMINA 5/8X3	50	UNID	R$ 8,51	R$ 425,50
6	PORCA 5/8 NCT	100	UNID	R$3,51	R$ 351,00
7	PARAFUSO LÂMINA 5/8X3	30	UNID	R$ 13,47	R$ 404,10
8	PORCA ROSCA GROSSA 3/4 NCT	60	UNID	R$ 3,05	R$ 183,00
9	TRAVA UNHA PA	40	UNID	R$ 25,71	R$ 1.028,40
10	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE	10	UNID	R$ 472,47	R$ 4.724,70
11	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA	5	UNID	R$ 47,55	R$ 237,75
12	PINO 1.1/2X205MM TRAZEIRO	4	UNID	R$155,00	R$ 620,00
13	PINO LÂMINA AÇO WA180	1	UNID	R$ 450,03	R$ 450,03
14	PINO 7/8X7/8/140MM	5	UNID	R$ 81,01	R$ 405,05
15	BUCHA LÂMINA AÇO 220LC	3	UNID	R$ 338,15	R$ 1.014,45
16	BUCHA AÇO	5	UNID	R$ 289,00	R$ 1.445,00
17	BUCHA AÇO CAÇAMBA/LANCA	4	UNID	R$ 347,50	R$ 1.390,00
18	GRAXA BALDE 20KG	1	UNID	R$ 900,00	R$ 900,00
19	DENTE CONCHA	10	UNID	R$ 396,29	R$ 3.846,00
20	UNHA CONCHA	20	UNID	R$ 192,30	R$ 3.846,00
21	TUBO OVAL MACHO	3	UNID	R$ 244,52	R$ 733,56
22	CRUZETA CARD	2	UNID	R$ 195,00	R$ 390,00
23	CRUZETA	1	UNID	R$ 325,22	R$ 325,22
24	LUVA	1	UNID	R$ 785,00	R$ 785,00
					R$ 30.828,45

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833**

MARCA:**LONKING**

MODELO:**CDM-833**

PLACA: **PNB1607**

VALOR TOTAL: **R$ 33.421,20 (Trinta e três mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA PA CARREGADEIRA	1	UNID	R$ 7.300,00	**R$ 7.300,00**
	DAS PEÇAS				
2	DENTE CONCHA	10	UNID	R$ 399,50	R$ 3.995,00
3	PARAFUSO 1X3 LÂMINA	20	UNID	R$ 30,50	R$ 610,00
4	ARRUELA PRESSÃO 1"	40	UNID	R$ 3,95	R$ 158,00
5	PORCA CASTELO ROSCA FINA	40	UNID	R$ 8,75	R$ 350,00
6	CORREIA	4	UNID	R$ 77,00	R$ 308,00
7	FILTRO AR EXTERNO	2	UNID	R$ 398,00	R$ 796,00
8	FILTRO AR INTERNO	2	UNID	R$ 287,50	R$ 575,00
9	BALDE OLEO LUBRIFICANTE	10	UNID	R$ 569,00	R$ 5.690,00
10	FILTRO TRANSMISSÃO HIDRAULICA	2	UNID	R$ 437,00	R$ 874,00
11	FILTRO DIESEL	2	UNID	R$ 495,00	R$ 990,00
12	FILTRO COMANDO HIDRAULICO	3	UNID	R$ 214,00	R$ 642,00
13	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE	6	UNID	R$ 478,33	R$ 2.869,00
14	REPARO PINCA FREIO	4	UNID	R$ 747,50	R$ 2.990,00
15	CORREIA HELICE	2	UNID	R$ 298,00	R$ 596,00
16	HELICE EM NYLON	1	UNID	R$ 2.433,59	R$ 2.433,50
17	PARAFUSO 1X10	10	UNID	R$ 69,50	R$ 695,00
18	PARAFUSO 1X8	6	UNID	R$ 49,83	R$ 298,90
19	PORCA 1 POLEGADA ROSCA GROSSA	20	UNID	R$ 9,80	R$ 196,00
20	PARAFUSO 5/8X3	15	UNID	R$ 8,90	R$ 133,50
21	PORCA 5/8 TRAVANTE	30	UNID	R$ 3,51	R$ 105,30
22	PINO AÇO	2	UNID	R$ 408,00	R$ 816,00
					R$ 26.121,20

EQUIPAMENTO:**MONIVELADORA XCMG GR 1803**

MARCA:**XCMG**

MODELO:**GR 1803**

PLACA: **PNB8898**

VALOR TOTAL: **R$ 48.552,71 (Quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA MOTONIVELADORA	1	UNID	R$ 8.100,00	**R$ 8.100,00**
	DAS PEÇAS				
2	BOMBA HIDRAULICA LÂMINA	1	UNID	R$ 3.469,71	R$ 3.469,71
3	BUCHA CONCHA ARTICULACAO	5	UNID	R$ 258,06	R$ 1.290,30
4	BUCHA CONCHA	2	UNID	R$ 348,21	R$ 696,42
5	BUCHA GIRO PARTE INF	2	UNID	R$ 447,70	R$ 895,40
6	CORREIA	3	UNID	R$ 203,33	R$ 609,99
7	FILTRO AR EXTERNO	2	UNID	R$ 649,00	R$ 1.298,00
8	FILTRO AR INTERNO	2	UNID	R$ 144,00	R$ 576,00
9	CORREIA VENTILADOR	4	UNID	R$ 145,39	R$ 290,78
10	CORREIA TANDER	2	UNID	R$ 5.004,71	R$ 10.009,42
11	CRUZETA CARDAN	1	UNID	R$ 459,55	R$ 459,55
12	BALDE OLEO LUBRIFICANTE 15W40	5	UNID	R$ 579,00	R$ 2.895,00
13	BALDE OLEO LUBRIFICANTE 90 20 LITRO	5	UNID	R$ 598,00	R$ 2.990,00
14	CANTO LÂMINA	4	UNID	R$ 328,04	R$ 1.312,16
15	BORDA CORTANTE	1	UNID	R$ 7.719,89	R$ 7.719,89
16	BUCHA	8	UNID	R$ 254,60	R$ 2.036,80
17	PINO BASE LANCA	1	UNID	R$ 2.340,89	R$ 2.340,89
18	PINO BASE BALANÇA	4	UNID	R$ 398,10	R$ 1.592,40
					R$ 40.482,71

CONTRATADA: **LISBOA TRATORES LTDA**

CNPJ N° **74.159.153/0001-12**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA E EMBUCHAMENTO DE CILINDROS HIDRÁULICOS, TROCA DE FUNDO DA CAÇAMBA AJUSTAR TAMPAS, RECUPERAR CHASSIS, TROCA DE REPAROS DOS CILINDROS E TROCA DE ÓLEO HIDRÁULICO.

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: **RRI7J72**

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 26.280 CRM 6X4**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: **RRI7J92**

VALOR TOTAL DOS DOIS CAMINHÕES BASCULANTES: **R$ 99.999,95 (Noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA E EMBUCHAMENTO DE CILINDROS HIDRAULICOS E DE "H", TROCA DE FUNDO DE CAÇAMBA, AJUSTAR TAMPASM RECUPERAR CHASSIS E TROCA DE REPAROS DOS CILINDROS E TROCA DE OLEO HIDRAULICO	2		R$ 10.147,60	**R$ 20.295,20**
	DAS PEÇAS				
2	CHAPA LISA DE 3/16	889	KG	R$ 15,00	R$ 13.335,00
3	CHAPA LISA DE 5/16	350	KG	R$ 15,00	R$ 5.250,00
4	CHAPA LISA DE CH11 OU 1/8	280	KG	R$ 15,00	R$ 4.200,00
5	CHAPA LISA DE 1/2	276	KG	R$ 15,00	R$ 4.140,00
6	CHAPA LISA DE 5/8	345	KG	R$ 19,75	R$ 6.813,75
7	CHAPA LISA DE 3/4	220	KG	R$ 22,00	R$ 4.840,00
8	BUCHA MECANICA	450	KG	R$ 26,00	R$ 11.700,00
9	BARRA CHATA DE 1/2X4	350	KG	R$ 17,00	R$ 5.950,00
10	FERRO MECANICO 3/4	68	KG	R$ 26,00	R$ 1.768,00
11	FERRO FUNDIDO	100	KG	R$ 50,00	R$ 5.000,00
12	ARAME SOLDA MIG 1,2MM	60	KG	R$ 20,00	R$ 1.200,00
13	M/3 GÁS - MISTURA GASOSA	15	UND	R$ 48,00	R$ 720,00
14	M/3 GÁS - OXIGENIO	15	UND	R$ 30,00	R$ 450,00
15	JOGO DE REPAROS	4	UND	R$ 500,00	R$ 2.000,00
16	DISCO DE DESBASTE 7" X1/4	16	UND	R$ 30,00	R$ 480,00
17	DISCO DE CORTE 7"X1,6MM	30	UND	R$ 25,00	R$ 750,00
18	DISCO DE LIXA GRANA 120	40	UND	R$ 8,00	R$ 320,00
19	FUNDO PRIMER UNIVERSAL	20	LT	R$ 54,40	R$ 1.088,00
20	TINTA BRANCO ACAMENTO	28	LT	R$ 50,00	R$ 1.400,00
21	THINER	15	LT	R$ 20,00	R$ 300,00
22	OLEO HIDRAULICO 68	200	LT	R$ 40,00	R$ 8.000,00
					R$ 79.704,75

Dispensa de Licitação: VIII, Art. 75 da Lei n° 14.133/2021 **e Decreto Emergencial Nº 089/2025 DE 27 DE JANEIRO DE 2025**

Nova Bandeirantes - MT, 17 de abril de 2025.

_____

Regina de Souza Mendonça

Agente de Contratação (Portaria n° 119/2025)

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 141/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **EXONERAR**, do Cargo de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OBRAS - SEDE,** o servidor nomeado **ELIÉZER DA SILVA DIAS**, a partir da data de 31/03/2025, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49

Dados: 2025.04.01 15:15:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 156/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **NOMEAR**, no Cargo de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** a servidora nomeada **EMILLY CEMBRANEL**, a partir da data de 14/04/2025, lotado no **GABINETE DO PREFEITO** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149

Dados: 2025.04.11 10:16:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 155/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **NOMEAR**, no Cargo de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** a servidora nomeada **JENIFFER VIEIRA DA SILVA**, a partir da data de 11/04/2025, lotado no **GABINETE DO PREFEITO** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149

Dados: 2025.04.11 10:23:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 154/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **EXONERAR**, do Cargo de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** a servidora nomeada **LARISSA APARECIDA DA SILVA**, a partir da data de 11/04/2025, lotado no **GABINETE DO PREFEITO** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 11 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 62132385149

Dados: 2025.04.11 10:16:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 152/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **NOMEAR**, no Cargo de **SECRETARIO ADJUNTO DE OBRAS RODOVIARIAS,** o servidor nomeado **JOSE GABRIEL BUENO SCHMITT**, a partir da data de 08/04/2025, lotado na **SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 08 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49

Dados: 2025.04.08 11:05:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 - PROCESSO LICITATORIO Nº 053/2025)

(Dispensa de Licitação nº 013/2025 - Processo Licitatorio nº 053/2025)

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes-MT, no uso de suas atribuições legais e considerando que a Agente de Contratação Sr.ª Regina de Souza Mendonça, nomeada pela Portaria n° 119/2025, cumpriu todo o procedimento de Dispensa de Licitação nº 013/2025, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DAS MÁQUINAS PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30, PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833, MONIVELADORA XCMG GR 1803 E DOIS CAMINHÕES BASCULANTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT**,

conforme descrição no Termo de Referência, vem **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 013/2025, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos.

Assim no termo da legislação vigente, fica o presente processo ADJUDICADO E HOMOLOGADO em favor das empresas:

CONTRATADA: **DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS TRÊS LTDA**

CNPJ N° **15.078.544/0001-43**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30**

MARCA:**XCMG**

MODELO: **ZL30 BR**

PLACA: **PNB1415**

VALOR TOTAL: **R$ 38.228,45 (Trinta e oito mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA PA CARREGADEIRA	1	UNID	**R$ 7.400,00**	**R$ 7.400,00**
	DAS PEÇAS				
2	BOMBA HIDRAULICA LÂMINA 6 ESTRIA	1	UNID	R$ 2.441,53	R$ 2.441,53
3	BUCHA LÂMINA AÇO	2	UNID	R$ 204,65	R$ 409,30
4	CANTO LÂMINA PA CARREGADEIRA 5/8	4	UNID	R$ 1.088,99	R$ 4.355,96
5	PARAFUSO LÂMINA 5/8X3	50	UNID	R$ 8,51	R$ 425,50
6	PORCA 5/8 NCT	100	UNID	R$3,51	R$ 351,00
7	PARAFUSO LÂMINA 5/8X3	30	UNID	R$ 13,47	R$ 404,10
8	PORCA ROSCA GROSSA 3/4 NCT	60	UNID	R$ 3,05	R$ 183,00
9	TRAVA UNHA PA	40	UNID	R$ 25,71	R$ 1.028,40
10	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE	10	UNID	R$ 472,47	R$ 4.724,70
11	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA	5	UNID	R$ 47,55	R$ 237,75
12	PINO 1.1/2X205MM TRAZEIRO	4	UNID	R$155,00	R$ 620,00
13	PINO LÂMINA AÇO WA180	1	UNID	R$ 450,03	R$ 450,03
14	PINO 7/8X7/8/140MM	5	UNID	R$ 81,01	R$ 405,05
15	BUCHA LÂMINA AÇO 220LC	3	UNID	R$ 338,15	R$ 1.014,45
16	BUCHA AÇO	5	UNID	R$ 289,00	R$ 1.445,00
17	BUCHA AÇO CAÇAMBA/LANCA	4	UNID	R$ 347,50	R$ 1.390,00
18	GRAXA BALDE 20KG	1	UNID	R$ 900,00	R$ 900,00
19	DENTE CONCHA	10	UNID	R$ 396,29	R$ 3.846,00
20	UNHA CONCHA	20	UNID	R$ 192,30	R$ 3.846,00
21	TUBO OVAL MACHO	3	UNID	R$ 244,52	R$ 733,56
22	CRUZETA CARD	2	UNID	R$ 195,00	R$ 390,00
23	CRUZETA	1	UNID	R$ 325,22	R$ 325,22
24	LUVA	1	UNID	R$ 785,00	R$ 785,00
					R$ 30.828,45

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833**

MARCA:**LONKING**

MODELO:**CDM-833**

PLACA: **PNB1607**

VALOR TOTAL: **R$ 33.421,20 (Trinta e três mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA PA CARREGADEIRA	1	UNID	R$ 7.300,00	**R$ 7.300,00**
	DAS PEÇAS				
2	DENTE CONCHA	10	UNID	R$ 399,50	R$ 3.995,00
3	PARAFUSO 1X3 LÂMINA	20	UNID	R$ 30,50	R$ 610,00
4	ARRUELA PRESSÃO 1"	40	UNID	R$ 3,95	R$ 158,00
5	PORCA CASTELO ROSCA FINA	40	UNID	R$ 8,75	R$ 350,00
6	CORREIA	4	UNID	R$ 77,00	R$ 308,00
7	FILTRO AR EXTERNO	2	UNID	R$ 398,00	R$ 796,00
8	FILTRO AR INTERNO	2	UNID	R$ 287,50	R$ 575,00
9	BALDE OLEO LUBRIFICANTE	10	UNID	R$ 569,00	R$ 5.690,00
10	FILTRO TRANSMISSÃO HIDRAULICA	2	UNID	R$ 437,00	R$ 874,00
11	FILTRO DIESEL	2	UNID	R$ 495,00	R$ 990,00
12	FILTRO COMANDO HIDRAULICO	3	UNID	R$ 214,00	R$ 642,00
13	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE	6	UNID	R$ 478,33	R$ 2.869,00
14	REPARO PINCA FREIO	4	UNID	R$ 747,50	R$ 2.990,00
15	CORREIA HELICE	2	UNID	R$ 298,00	R$ 596,00
16	HELICE EM NYLON	1	UNID	R$ 2.433,59	R$ 2.433,50
17	PARAFUSO 1X10	10	UNID	R$ 69,50	R$ 695,00
18	PARAFUSO 1X8	6	UNID	R$ 49,83	R$ 298,90
19	PORCA 1 POLEGADA ROSCA GROSSA	20	UNID	R$ 9,80	R$ 196,00

20	PARAFUSO 5/8X3	15	UNID	R$ 8,90	R$ 133,50
21	PORCA 5/8 TRAVANTE	30	UNID	R$ 3,51	R$ 105,30
22	PINO AÇO	2	UNID	R$ 408,00	R$ 816,00
					R$ 26.121,20

EQUIPAMENTO:**MONIVELADORA XCMG GR 1803**

MARCA:**XCMG**

MODELO:**GR 1803**

PLACA: **PNB8898**

VALOR TOTAL: **R$ 48.552,71 (Quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	MÃO DE OBRA MOTONIVELADORA	1	UNID	R$ 8.100,00	**R$ 8.100,00**
	DAS PEÇAS				
2	BOMBA HIDRAULICA LÂMINA	1	UNID	R$ 3.469,71	R$ 3.469,71
3	BUCHA CONCHA ARTICULACAO	5	UNID	R$ 258,06	R$ 1.290,30
4	BUCHA CONCHA	2	UNID	R$ 348,21	R$ 696,42
5	BUCHA GIRO PARTE INF	2	UNID	R$ 447,70	R$ 895,40
6	CORREIA	3	UNID	R$ 203,33	R$ 609,99
7	FILTRO AR EXTERNO	2	UNID	R$ 649,00	R$ 1.298,00
8	FILTRO AR INTERNO	2	UNID	R$ 144,00	R$ 576,00
9	CORREIA VENTILADOR	4	UNID	R$ 145,39	R$ 290,78
10	CORREIA TANDER	2	UNID	R$ 5.004,71	R$ 10.009,42
11	CRUZETA CARDAN	1	UNID	R$ 459,55	R$ 459,55
12	BALDE OLEO LUBRIFICANTE 15W40	5	UNID	R$ 579,00	R$ 2.895,00
13	BALDE OLEO LUBRIFICANTE 90 20 LITRO	5	UNID	R$ 598,00	R$ 2.990,00
14	CANTO LÂMINA	4	UNID	R$ 328,04	R$ 1.312,16
15	BORDA CORTANTE	1	UNID	R$ 7.719,89	R$ 7.719,89
16	BUCHA	8	UNID	R$ 254,60	R$ 2.036,80
17	PINO BASE LANCA	1	UNID	R$ 2.340,89	R$ 2.340,89
18	PINO BASE BALANÇA	4	UNID	R$ 398,10	R$ 1.592,40
					R$ 40.482,71

CONTRATADA: **LISBOA TRATORES LTDA**

CNPJ N° **74.159.153/0001-12**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA E EMBUCHAMENTO DE CILINDROS HIDRÁULICOS, TROCA DE FUNDO DA CAÇAMBA AJUSTAR TAMPAS, RECUPERAR CHASSIS, TROCA DE REPAROS DOS CILINDROS E TROCA DE ÓLEO HIDRÁULICO.

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: **RRI7J72**

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 26.280 CRM 6X4**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: **RRI7J92**

VALOR TOTAL DOS DOIS CAMINHÕES BASCULANTES: **R$ 99.999,95 (Noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA E EMBUCHAMENTO DE CILINDROS HIDRAULICOS E DE "H", TROCA DE FUNDO DE CAÇAMBA, AJUSTAR TAMPASM RECUPERAR CHASSIS E TROCA DE REPAROS DOS CILINDROS E TROCA DE OLEO HIDRAULICO	2		R$ 10.147,60	**R$ 20.295,20**
	DAS PEÇAS				
2	CHAPA LISA DE 3/16	889	KG	R$ 15,00	R$ 13.335,00
3	CHAPA LISA DE 5/16	350	KG	R$ 15,00	R$ 5.250,00
4	CHAPA LISA DE CH11 OU 1/8	280	KG	R$ 15,00	R$ 4.200,00
5	CHAPA LISA DE 1/2	276	KG	R$ 15,00	R$ 4.140,00
6	CHAPA LISA DE 5/8	345	KG	R$ 19,75	R$ 6.813,75
7	CHAPA LISA DE 3/4	220	KG	R$ 22,00	R$ 4.840,00

8	BUCHA MECANICA	450	KG	R$ 26,00	R$ 11.700,00
9	BARRA CHATA DE 1/2X4	350	KG	R$ 17,00	R$ 5.950,00
10	FERRO MECANICO 3/4	68	KG	R$ 26,00	R$ 1.768,00
11	FERRO FUNDIDO	100	KG	R$ 50,00	R$ 5.000,00
12	ARAME SOLDA MIG 1,2MM	60	KG	R$ 20,00	R$ 1.200,00
13	M/3 GÁS - MISTURA GASOSA	15	UND	R$ 48,00	R$ 720,00
14	M/3 GÁS - OXIGENIO	15	UND	R$ 30,00	R$ 450,00
15	JOGO DE REPAROS	4	UND	R$ 500,00	R$ 2.000,00
16	DISCO DE DESBASTE 7" X1/4	16	UND	R$ 30,00	R$ 480,00
17	DISCO DE CORTE 7"X1,6MM	30	UND	R$ 25,00	R$ 750,00
18	DISCO DE LIXA GRANA 120	40	UND	R$ 8,00	R$ 320,00
19	FUNDO PRIMER UNIVERSAL	20	LT	R$ 54,40	R$ 1.088,00
20	TINTA BRANCO ACAMENTO	28	LT	R$ 50,00	R$ 1.400,00
21	THINER	15	LT	R$ 20,00	R$ 300,00
22	OLEO HIDRAULICO 68	200	LT	R$ 40,00	R$ 8.000,00
					R$ 79.704,75

Nova Bandeirantes – MT, 17 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 147/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **NOMEAR**, no Cargo de **DIRETOR DE URBANISMO - DISTRITO,** o servidor nomeado **VALDECIR GALDINO DA SILVA**, a partir da data de 01/04/2025, lotado na **SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49

Dados: 2025.04.01 14:16:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 146/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **EXONERAR**, do Cargo de **CHEFE DEPTO DE SAUDE - DISTRITO,** o servidor nomeado **VALDECIR GALDINO DA SILVA**, a partir da data de 31/03/2025, lotado na **SECRETARIA DE SAUDE** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49

Dados: 2025.04.01 14:01:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 145/2025

JOÃO ROGERIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **EXONERAR**, do Cargo de **SECRETARIO ADJUNTO DE OBRAS RODOVIARIAS,** o servidor nomeado **PABLO FRANCIELTON LAGES DE FARIAS**, a partir da data de 31/03/2025, lotado na **SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2°- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3°- Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 01 de abril de 2025.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49 Assinado de forma digital por

JOÃO ROGERIO DE SOUZA: 621.323.851.49

Dados: 2025.04.01 15:05:00 03'00'

JOÃO ROGERIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2025

Nos termos do art. 75 da Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 013/2025, Processo Licitatório n° 053/2025, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DAS MÁQUINAS PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30, PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833, MONIVELADORA XCMG GR 1803 E DOIS CAMINHÕES BASCULANTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** conforme descrição no Termo de Referência.

CONTRATADA: **DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS TRÊS LTDA**

CNPJ N° **15.078.544/0001-43**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA XCMG ZL30**

MARCA:**XCMG**

MODELO: **ZL30 BR**

PLACA: PNB1415

VALOR TOTAL: **R$ 38.228,45 (Trinta e oito mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).**

EQUIPAMENTO:**PÁ CARREGADEIRA LONKING CDM-833**

MARCA:**LONKING**

MODELO:**CDM-833**

PLACA: PNB1607

VALOR TOTAL: **R$ 33.421,20 (Trinta e três mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos).**

EQUIPAMENTO:**MONIVELADORA XCMG GR 1803**

MARCA:**XCMG**

MODELO:**GR 1803**

PLACA: PNB8898

VALOR TOTAL: **R$ 48.552,71 (Quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).**

CONTRATADA: **LISBOA TRATORES LTDA**

CNPJ N° **74.159.153/0001-12**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA EM GERAL COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DE CAÇAMBA E EMBUCHAMENTO DE CILINDROS HIDRÁULICOS, TROCA DE FUNDO DA CAÇAMBA AJUSTAR TAMPAS, RECUPERAR CHASSIS, TROCA DE REPAROS DOS CILINDROS E TROCA DE ÓLEO HIDRÁULICO.

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: RRI7J72

EQUIPAMENTO: **CAMINHÃO BASCULANTE VOLKSWAGEN 26.280 CRM 6X4**

MARCA: **VOLKSWAGEN**

MODELO: **26.280 CRM 6X4**

PLACA: RRI7J92

VALOR TOTAL DOS DOIS CAMINHÕES BASCULANTES: **R$ 99.999,95 (Noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).**

O Agente de contratação informa que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 17 de abril de 2025.

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 006/2025

PORTARIA Nº 006/2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

Sandra Gonzaga Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE *:*

ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao Sr Rosana Alves dos Santos Nacimento, CPF: 266.xxx.xxx.23, lotado nesta Câmara Municipal.

Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 02/02/2024 à 01/02/2025.

Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas a partir do dia 01/04/2025 a 01/05/2025.

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 20 DE MARÇO DE 2025

Sandra Gonzaga Cordeiro

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2025.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2025.

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A TÍTULO DE APOIO CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JAPURANÃ DE RÁDIO FM “RÁDIO JAPURANÃ FM”.

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.798/0001-72, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel,

nº. 447, Centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, ora designada **CONCEDENTE**, neste ato representada pela sua Presidente Sandra Gonzaga Cordeiro**,** brasileiro, devidamente inscrito no CPF 581.xxx.xxx.00, residente e domiciliado na estrada Itamaracá , na cidade de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, e de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL JAPURANÃ DE RÁDIO FM "Rádio Japuranã Fm",** com sede na Rodovia MT 208, Km 25, Distrito de Japuranã, Município de Nova Bandeirantes/MT, CEP: 78565-000, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.779.814/0001-15, neste ato representada por Eidy Socorro Siqueire da Costa, CPF sob nº 024.711.521-55, sendo a Associação declarada de utilidade pública municipal lei nº 521/2007 e estadual nº 8. 855/08,têm entre si acordado o presente **TERMO DE CONVÊNIO,** sob as condições constantes das seguintes CLÁUSULAS:

Cláusula Primeira: Constitui Objeto deste convênio a concessão de apoio cultural na forma de subvenção social a Associação Comunitária e Cultural Japuranã de Rádio FM "Radio Japuranã Fm", visando à conjugação de esforços para a manutenção de suas atividades de radiodifusão comunitária para viabilizar o serviço comunitário de radiodifusão instalado no Município, nas suas finalidades de divulgação de matérias e notícias de interesse da coletividade e das comunidades do Município, inclusive para a transmissão das sessões legislativas desta Câmara Municipal.

Cláusula Segunda: A título de auxílio financeiro, para o atendimento dos objetivos deste convênio, o MUNICÍPIO repassará a CONVENIADA, subvenção social, no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mais para o exercício de 2025, o mesmo dividido em 09 parcelas, perfazendo o montante de R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta) a ser depositado na conta corrente nº 21.648-8, agência: 0821 da cooperativa Sicredi em nome da Associação Comunitária e Cultural Japuranã de Rádio FM.

Cláusula Terceira: a Associação se compromete em:

a) Manter suas finalidades de divulgação de matérias e notícias de interesse da coletividade e das comunidades do Município, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através do serviço de utilidade pública prestado pela rádio comunitária, de importante papel social na medida em que funciona como veículo informador aos munícipes, entre as quais a divulgação de ações de saúde, educação, assistência, esporte, cultura e, especialmente, cidadania às pessoas, bem como na divulgação de campanhas educativas, de cunho social e informativa; b) Utilizar os recursos financeiros, bem como o resultado das aplicações financeiras, exclusivamente no objetivo deste instrumento, nos termos da lei autorizativa, vedado o seu emprego em finalidade diversa da estabelecida; c) Prestar contas dos valores recebidos, na forma da legislação vigente em até 10 (dez) de cada mês. **Cláusula Quarta:** Para o cumprimento do objeto do presente convênio serão utilizados os recursos previstos na seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal de Nova Bandeirantes

001 – Câmara Municipal de Nova Bandeirantes

01- Legislativo

031 – Ação Legislativa

0001 – Manutenção do Poder Legislativo

2.001 – Manutenção e Encargos com a Câmara Municipal

3.350.43 – Subvenções Sociais

Cláusula Quinta: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Convênio, que não possam ser dirimidos pela intermediação Administrativa, fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde/MT. **Cláusula Sexta:** A CONVENIADA reconhece os direitos da Administração, em casos de rescisão ou alteração que são previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações. **Cláusula Sétima:** Nenhuma modificação poderá ser introduzida no presente instrumento, sem o consentimento prévio da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT, mediante acordo escrito, obedecendo aos limites legais. **Cláusula Oitava:** Compete à Câmara Municipal de Nova Bandeirantes/MT repassar mensalmente à Associação os valores financeiros estipulados neste convênio. **Cláusula Nona:** O presente convênio terá vigência de até 31 de dezembro de 2025, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes por igual período mediante termo aditivo. E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente Convênio com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma sem emendas e entrelinhas para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Bandeirantes/MT, em 16 de abril de 2025.

_____

Sandra Gonzaga Cordeiro

Presidente Biênio 2025/2026

_____

Associação Comunitária e Cultural Japuranã e Radio FM

Eidy Socorro Siqueire da Costa

Diretora Geral

_____

Andréia Cristina da Silva Della Rosa

_____

Joaquim Schmoller

Este Termo de Convênio foi examinado e aprovado

Pela Assessoria Jurídica Em _____/_____/_____

_____

Eli Costa - OAB/MT 24420/O

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2025

PORTARIA Nº 009/2025

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NÍVEL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DA CÂMARA DE NOVA BANDEIRANTES-MT".

A Senhora Sandra Gonzaga Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a Lei municipal nº 851 de 2014 que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder elevação de nível ao seguinte servidor:

Nome	Nº matrícula	Cargo	Classe e Nível	Classe atual	SALÁRIO
Eli Costa	57	Procurador Jurídico	Classe B nível II	Classe B nível III	R$ 9.436,12

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 16 de abril de 2025.

Sandra Gonzaga Cordeiro

Presidente – Biênio 2025/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.º 022/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 022/2025, Processo Licitatório n° 037/2025, cujo objeto é ***REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL*** **AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MÓVEIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (**ANEXO I**), Termo de Referência.

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA-EPP	05.870.717/0001-08	R$ 44.713,00
CMED DISTRIBUIDORA LTDA-ME	20.444.829/0001-90	R$ 16.990,18
OLMI INFORMÁTICA LTDA EPP	00.789.321/0001-17	R$ 136.436,00
S TYSKI	33.460.679/0001-50	R$ 79.314,90
IBBA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBEDOURO LTDA	50.456.480/0001-78	R$ 35.200,00
GUAPUÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA	24.321.932/0001-02	R$ 7.600,00
JULIANO VEZENTIN EIRELLI ME	08.694.780/0002-00	R$ 65.790,33
VIA NACIONAL DISTRIBUIDORA LTDA	39.822.881/0001-61	R$ 85.885,00
CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	21.058.617/0001-38	R$ 62.260,87
SBA COMERCIO E CONSULTORIA LTDA	36.139.449/0001-82	R$ 2.130,00
VICKTY SUPPLY PAPELARIA E COMÉRCIO EM GERAL LTDA	37.769.137/0001-15	R$ 313,65
MARCUS VINICIUS COSTA	57.699.252/0001-78	R$ 1.286,00
AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA	46.221.464/0001-29	R$ 45.762,47
M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA	51.995.377/0002-40	R$ 240,00
AGRO COMERCIAL GES LTDA	22.011.004/0001-08	R$ 23.259,42
CB ELETRO E INFORMATICA LTDA	49.673.898/0001-58	R$ 19.878,66
MICROFORT INFORMÁTICA LTDA	24.675.507/0001-03	R$ 58.637,74
CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	39.581.101/0001-39	R$ 15.751,82
AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA	46.368.367/0001-63	R$ 36.481,81
SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA	29.843.035/0001-74	R$ 4.929,32
IMPERIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA	23.106.657/0001-33	R$ 27.837,00
BARRA ATACADISTA E VAREJISTA LTDA	53.512.423/0001-57	R$ 12.189,00
Total:		**R$ 782.887,17**

Valor Global: R$ 782.887,17 (setecentos e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos).

Os itens 02,03,04,05,06,07,44 e 45 foram julgados fracassados.

Os itens 08 e 24 foram julgados deserto.

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 17 de abril de 2025.

_____

JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 205/2025/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. Edson Gonzaga Ribeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

ART. 1° - NOMEAR, o Sr. Michel Diniz Rodrigues, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Desporto e Lazer, a partir da data da presente portaria, símbolo FG.

ART. 2° - O(A) nomeado(a) será lotado(a) no Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal, onde deverá desempenhar as atribuições ao cargo, objeto da presente nomeação.

ART. 3° - As despesas decorrentes da presente nomeação correrão no Órgão: 09.001 – Secretaria Municipal de Desporto e Lazer à conta do Elemento 3.1.90.11-00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil; Funcional Programática 27.812.0015.2047 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário, Código reduzido nº 297, do Orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART. 4° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

Edson Gonzaga Ribeiro

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 206/2025/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. **Edson Gonzaga Ribeiro,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, ao servidor (a) público(a) municipal Srª Bruna da Silva Ribeiro, Matrícula n° 2063, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada no Departamento do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, para responder pela função de entrevistadora do Cadastro Único e Bolsa Família.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco.

Edson Gonzaga Ribeiro

Prefeito Municipal

SETOR DE CONVENIOS
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

11°Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2023/SMA/PMNG.

Contratada: COEL - COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA

Aditamento: Fica aditada, nos termos da Cláusula Quarta, o Prazo de Vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº. 031/2023/SMA/PMNG que passa a vigorar pelo período compreendido entre os dias 15 de abril de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Justificativa: Este adendo ao contrato original se faz necessário para viabilizar a continuidade e a adequada execução dos trâmites previstos no escopo contratual, incluindo ajustes técnicos na obra, reprogramação de atividades e a conclusão de serviços constantes na planilha orçamentária aprovada. A formalização deste aditivo visa garantir a conformidade com os critérios de qualidade estabelecidos, bem como assegurar o cumprimento integral do objeto contratual dentro do prazo estipulado, evitando atrasos na entrega e eventuais prejuízos à administração pública.

Data: 11 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado, conforme homologação do resultado final no Decreto 001/2025 de 20 de fevereiro de 2025, **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, **munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:**

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2022;

4. Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência atualizado;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Declaração de não acúmulo de cargos;

12. Declaração de Bens;

13. Uma foto 3x4;

14. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

15. Conta salário ou corrente– cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente;

16. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT;

17. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

18. CNH (se for o caso); e,

19. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

20. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 22 dias do mês de abril de 2025.

Airton Justino do Nascimento

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 001-2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO001/2025

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ZONA URBANA -CIÊNCIAS

CLASS.	INSCR.	CANDIDATO	AVALIAÇAO DE TÍTULO
2	21/25	NIRIANE TAFAREL SILVA	9,93

Nova Lacerda - MT, em 22 de fevereiro de 2025.

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 1.035 DE 17 DE ABRIL DE 2025

LEI Nº 1.035 DE 17 DE ABRIL DE 2025

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 958/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Considerando a necessidade de alteração legislativa, conforme solicitação Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania SETASC, Coordenadoria de Regulação e Gestão Financeira do SUAS, para o regular repasse de verbas ao Município de Nova Lacerda/MT.

Art. 1º Os artigos 12 e 13 da Lei Municipal nº 958/2022 ficarão da seguinte forma:

"Art. 12. O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - é uma unidade pública estatal no âmbito do SUAS, e integra a estrutura administrativa do Município de Nova Lacerda-MT.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 13. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, respectivamente, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Assistência Social.

§3º Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, 17 de abril de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA N0 204/2025

PORTARIA N0 204/2025

Institui e Compõe o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO, PREFEITO MUNICIPAL de **NOVA LACERDA – MT**, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 58 da Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 007, de 19/11/1999, pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222, Lei 12.013 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando o Decreto Estadual n° 219 de 04 de abril de 2023 da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC**:

RESOLVE:

Art. 1º. - Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I –Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V- Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI- Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII– O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- **SUELY APARECIDA GALVÃO ALEIXO**, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **NEUZA MARIA DA SILVA**, como respectivo suplente;

II- **ELEN PATRICIA SOUZA ROCHA ALMEIDA**, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação e **ANDREA VIEIRA DE MEDEIROS**, como respectivo suplente;

III- **IVAIR SALOMÃO COMAR**, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde e **CINTHIA HELENA PEDRO**, como respectivo suplente;

Art. 4º O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O(A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Nova Lacerda – MT, 17 de abril de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 071/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 001/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no Art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

RESOLVE:

1 – Designar o servidor **KARINA DE FREITAS MIRANDA** brasileira, servidora pública, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-10, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Nº 001/2025 exercendo atribuições dentre as quais:

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

2 – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 22 de janeiro de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
ERRATA-PORTARIA Nº 111/2025

Considerando erro material de digitação, na portaria nº 111/2025, de 21/02/2025, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 24 de fevereiro de 2025 – ANO XX – nº 4.682 – PAG. 426

Onde se Lê:

***"1 –** Designar o servidorJULCIMAR JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, servidor Público municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de Nº 004/2025 e 007/2025, exercendo atribuições dentre as quais:"*

Leia-se:

"1 – Designar o servidor JULCIMAR JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, servidor Público municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de Nº 004/2025, 005/2025 e 007/2025, exercendo atribuições dentre as quais:"

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 1.036 DE 17 DE ABRIL DE 2025

LEI Nº 1.036 DE 17 DE ABRIL DE 2025

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 363, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LACERDA/MT**, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O fica alterado os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 363, de 28 de novembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O número de automóveis de aluguel, Táxi, neste Município, terá como limite máximo para cada grupo de 900 (novecentos) habitantes, 01 (um) veículo de taxi, conforme o censo oficial do IBGE."

(...)

"Art. 3º Somente serão licenciados os veículos que tiverem no máximo sete anos de fabricação, que sejam de cor branca ou prata padrão e que tenham uma faixa lateral com 12 centímetros de largura nas cores oficiais do Município. O veículo deverá possuir luminoso que indique se está em serviço.

(...)

"Art. 9º Para concessão da Licença e do Alvará, será exigida Certidão Criminal dos últimos três anos, tanto do motorista como do proprietário do automóvel de aluguel, bem como a emissão do Certificado de Vistoria (QR Code) e tabela de preço disponível no Veículo para os usuários.

(...)

"Art. 26. O automóvel de aluguel deverá manter seguro contra terceiros atualizado, com cobertura suficiente para indenizar quaisquer prejuízos causados aos passageiros e terceiros em caso de acidentes.

(...)

"Art. 43. O Núcleo de Fiscalização levará ao conhecimento do Executivo, de quatro em quatro anos, nos primeiros dois meses do ano, a necessidade ou não de novos pontos de táxi.

Parágrafo único. (Revogado)"

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do Art. 43 da Lei Municipal nº 363, de 28 de novembro de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda/MT, 17 de abril de 2025.

AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal de Nova Lacerda

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO 007/2025

O Município de Nova Marilândia-MT, através do Agente de Contratação torna público para conhecimento dos interessados a abertura do edital do Credenciamento 007/2025 que trata do **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DE NOVA MARILÂNDIA - MT.**

O recebimento dos envelopes será a partir do dia 17/04/2025 ao dia 07/05/2025, das 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, de segunda à sexta feira e no dia 08/05/2025 os envelopes serão recebidos até as 08:00 horas.

A sessão pública para abertura dos envelopes será dia 08/05/2025 às 08h00.

Os interessados deverão apresentar SEU CREDENCIAMENTO nos termos do Edital e especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos.

O edital completo do credenciamento se encontra disponível no endereço eletrônico www.novamarilandia.mt.gov.br, caso haja problemas para baixar o edital favor informar e solicitar pelo e-mail pmnovamarilandia@hotmail.com ou telefone (65) 3352-1122.

Nova Marilândia – MT, 17 de abril de 2025.

ANDREI JUNIO P. DE MORAES

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2024 - INEXIGIBILIDADE 018/2023 - CREDENCIAMENTO Nº. 009/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORARIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA, OBRAS E ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

OBJETO DO ADITIVO: Fica prorrogado por mais 02 (dois) meses o contrato nº. 182/2024 celebrado entre as partes supra discriminadas, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com início a partir do dia 19 de Abril de 2025 e término em 18 de Junho de 2025.

VALOR DA RENOVAÇÃO: R$12.694,00 (doze mil e seiscentos e noventa e quatro reais).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24

CONTRATADO: EROTILDES RIBEIRO DA SILVA ASSUNÇÃO, com CNPJ: **55.225.164/0001-09.**

FISCAL: **DIENE DE SOUZA SILVA CAMPO - SUPLENTE: LEOSANDRA AP. DALLA COSTA.**

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2025

Considerando as informações prestadas pelo Agente de Contratação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica n° 096/2025 **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 020/2025 e autorizo a contratação da empresa **A. C. SILVA FANTICHELI LTDA** com **CNPJ nº 44.225.227/0001-00,** que apresentou a menor proposta global do item no valor total de R$ **32.160,00** (trinta e dois mil e cento e sessenta reais), objetivando a **AQUISIÇÃO DE TUBOS PARA CONSTRUÇÃO DE REDE D'AGUA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE NO DISTRITO DE BRIANORTE.** A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se, para os fins do art. 72, parágrafo único do mesmo diploma legal.

Nova Maringá – MT, 17 de Abril de 2025.

.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

SECRETARIA DE FINANÇAS
RREO 1° BIMESTRE DE 2025.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	89.993.000,00	89.993.000,00	11.416.666,57	12,69	11.416.666,57	12,69	78.576.333,43
RECEITAS CORRENTES	68.643.000,00	68.643.000,00	11.416.666,57	16,63	11.416.666,57	16,63	57.226.333,43
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.191.000,00	8.191.000,00	817.534,59	9,98	817.534,59	9,98	7.373.465,41
Impostos	7.167.000,00	7.167.000,00	680.825,18	9,50	680.825,18	9,50	6.486.174,82
Taxas	1.024.000,00	1.024.000,00	136.709,41	13,35	136.709,41	13,35	887.290,59
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	3.315.000,00	3.315.000,00	362.429,56	10,93	362.429,56	10,93	2.952.570,44
Contribuições Sociais	1.815.000,00	1.815.000,00	104.896,25	5,78	104.896,25	5,78	1.710.103,75
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.500.000,00	1.500.000,00	257.533,31	17,17	257.533,31	17,17	1.242.466,69
RECEITA PATRIMONIAL	574.000,00	574.000,00	480.372,32	83,69	480.372,32	83,69	93.627,68
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	574.000,00	574.000,00	480.372,32	83,69	480.372,32	83,69	93.627,68
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.455.000,00	56.455.000,00	9.747.604,24	17,27	9.747.604,24	17,27	46.707.395,76
Transferências da União e de suas Entidades	22.827.000,00	22.827.000,00	3.824.721,07	16,76	3.824.721,07	16,76	19.002.278,93
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	21.616.000,00	21.616.000,00	3.548.469,31	16,42	3.548.469,31	16,42	18.067.530,69
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	12.000.000,00	12.000.000,00	2.374.413,86	19,79	2.374.413,86	19,79	9.625.586,14
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes	12.000,00	12.000,00		0,00		0,00	12.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	108.000,00	108.000,00	8.725,86	8,08	8.725,86	8,08	99.274,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	40.000,00	40.000,00	4.506,28	11,27	4.506,28	11,27	35.493,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	57.000,00	57.000,00		0,00		0,00	57.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00	4.219,58	38,36	4.219,58	38,36	6.780,42

Documento gerado em 17/04/2025 18:22:51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	21.350.000,00	21.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.350.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.350.000,00	21.350.000,00		0,00		0,00	21.350.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	12.150.000,00	12.150.000,00		0,00		0,00	12.150.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.200.000,00	9.200.000,00		0,00		0,00	9.200.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.170.000,00	3.170.000,00	204.857,97	6,46	204.857,97	6,46	2.965.142,03
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	93.163.000,00	93.163.000,00	11.621.524,54	12,47	11.621.524,54	12,47	81.541.475,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	93.163.000,00	93.163.000,00	11.621.524,54	12,47	11.621.524,54	12,47	81.541.475,46
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	93.163.000,00	93.163.000,00	11.621.524,54	12,47	11.621.524,54	12,47	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.799.093,32			4.799.093,32		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		4.799.093,32			4.799.093,32		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	88.616.000,00	93.302.337,75	12.803.716,49	12.803.716,49	80.498.621,26	9.842.532,99	9.842.532,99	83.459.804,76	9.590.236,30	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	61.678.600,00	64.690.722,47	10.281.225,55	10.281.225,55	54.409.496,92	7.620.985,18	7.620.985,18	57.069.737,29	7.368.688,49	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	30.022.000,00	31.368.500,27	3.787.401,14	3.787.401,14	27.581.099,13	3.787.401,14	3.787.401,14	27.581.099,13	3.696.586,28	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	450.000,00	450.000,00	78.188,29	78.188,29	371.811,71	78.188,29	78.188,29	371.811,71	78.188,29	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.206.600,00	32.872.222,20	6.415.636,12	6.415.636,12	26.456.586,08	3.755.395,75	3.755.395,75	29.116.826,45	3.593.913,92	
DESPESAS DE CAPITAL	26.911.930,00	28.586.145,28	2.522.490,94	2.522.490,94	26.063.654,34	2.221.547,81	2.221.547,81	26.364.597,47	2.221.547,81	
INVESTIMENTOS	26.411.930,00	28.086.145,28	2.459.990,94	2.459.990,94	25.626.154,34	2.159.047,81	2.159.047,81	25.927.097,47	2.159.047,81	
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	500.000,00	62.500,00	62.500,00	437.500,00	62.500,00	62.500,00	437.500,00	62.500,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.470,00	25.470,00			25.470,00			25.470,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	183.064,30	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	91.926.000,00	96.725.093,32	13.217.344,31	13.217.344,31	83.507.749,01	10.256.160,81	10.256.160,81	86.468.932,51	9.773.300,60	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	91.926.000,00	96.725.093,32	13.217.344,31	13.217.344,31	83.507.749,01	10.256.160,81	10.256.160,81	86.468.932,51	9.773.300,60	
SUPERÁVIT (XIII)							1.365.363,73		1.848.223,94	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	91.926.000,00	96.725.093,32	13.217.344,31	13.217.344,31		10.256.160,81	11.621.524,54		11.621.524,54	
RESERVA DO RPPS	1.237.000,00	1.237.000,00			1.237.000,00			1.237.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.170.000,00	3.170.000,00	204.857,97	6,46	204.857,97	6,46	2.965.142,03
RECEITAS CORRENTES	3.170.000,00	3.170.000,00	204.857,97	6,46	204.857,97	6,46	2.965.142,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	3.170.000,00	3.170.000,00	204.857,97	6,46	204.857,97	6,46	2.965.142,03
Contribuições Sociais	3.170.000,00	3.170.000,00	204.857,97	6,46	204.857,97	6,46	2.965.142,03
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	183.064,30	
DESPESAS CORRENTES	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	183.064,30	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	3.009.127,75	183.064,30	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37465556000163
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	88.616.000,00	93.302.337,75	12.803.716,49	12.803.716,49	96,87	80.498.621,26	9.842.532,99	9.842.532,99	95,97	83.459.804,76	
Legislativa	2.560.000,00	2.560.000,00	344.692,12	344.692,12	2,61	2.215.307,88	287.107,10	287.107,10	2,80	2.272.892,90	
Ação Legislativa	2.560.000,00	2.560.000,00	344.692,12	344.692,12	2,61	2.215.307,88	287.107,10	287.107,10	2,80	2.272.892,90	
Controle Externo						0,00				0,00	
FU01 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU01 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Judiciária						0,00				0,00	
Ação Judiciária						0,00				0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário						0,00				0,00	
FU02 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU02 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Essencial à Justiça	492.000,00	542.594,11	50.594,11	50.594,11	0,38	492.000,00	50.594,11	50.594,11	0,49	492.000,00	
Defesa da Ordem Jurídica	492.000,00	542.594,11	50.594,11	50.594,11	0,38	492.000,00	50.594,11	50.594,11	0,49	492.000,00	
Representação Judicial e Extrajudicial						0,00				0,00	
FU03 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU03 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Administração	11.913.000,00	12.668.140,97	1.928.136,23	1.928.136,23	14,59	10.740.004,74	1.210.957,16	1.210.957,16	11,81	11.457.183,81	
Planejamento e Orçamento						0,00				0,00	
FU04 - Administração Geral	10.451.000,00	11.058.415,65	1.748.804,25	1.748.804,25	13,23	9.309.611,40	1.064.816,93	1.064.816,93	10,38	9.993.598,72	
Administração Financeira	774.000,00	867.769,15	96.245,15	96.245,15	0,73	771.524,00	96.244,15	96.244,15	0,94	771.525,00	
Controle Interno	181.000,00	198.172,87	17.176,87	17.176,87	0,13	180.996,00	17.172,87	17.172,87	0,17	181.000,00	
Normatização e Fiscalização						0,00				0,00	
Tecnologia da Informação	335.000,00	371.783,30	65.909,96	65.909,96	0,50	305.873,34	32.723,21	32.723,21	0,32	339.060,09	
Ordenamento Territorial						0,00				0,00	
Formação de Recursos Humanos	37.000,00	37.000,00				37.000,00				37.000,00	
Administração de Receitas						0,00				0,00	
Administração de Concessões						0,00				0,00	
Comunicação Social	135.000,00	135.000,00				135.000,00				135.000,00	
FU04 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Defesa Nacional						0,00				0,00	
Defesa Aérea						0,00				0,00	
Defesa Naval						0,00				0,00	
Defesa Terrestre						0,00				0,00	
FU05 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU05 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Segurança Pública	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Policiamento	15.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Informação e Inteligência						0,00				0,00	
FU06 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU06 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Relações Exteriores						0,00				0,00	
Relações Diplomáticas						0,00				0,00	
Cooperação Internacional						0,00				0,00	
FU07 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU07 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Assistência Social	3.501.000,00	3.680.794,65	642.549,88	642.549,88	4,86	3.038.244,77	422.217,94	422.217,94	4,12	3.258.576,71	
Assistência ao Idoso	41.000,00	41.000,00				41.000,00				41.000,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência	11.000,00	11.000,00				11.000,00				11.000,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	379.000,00	409.904,90	33.650,23	33.650,23	0,25	376.254,67	31.945,24	31.945,24	0,31	377.959,66	
Assistência Comunitária	1.739.000,00	1.845.708,22	503.644,05	503.644,05	3,81	1.342.064,17	341.136,09	341.136,09	3,33	1.504.572,13	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	513.000,00	521.939,21	22.950,21	22.950,21	0,17	498.989,00	4.519,57	4.519,57	0,04	517.419,64	
FU08 - Demais Subfunções	818.000,00	851.242,32	82.305,39	82.305,39	0,62	768.936,93	44.617,04	44.617,04	0,44	806.625,28	
Previdência Social	3.753.000,00	3.965.846,94	486.540,46	486.540,46	3,68	3.479.306,48	456.934,97	456.934,97	4,46	3.508.911,97	
Previdência Básica						0,00				0,00	
Previdência do Regime Estatutário	3.753.000,00	3.965.846,94	486.540,46	486.540,46	3,68	3.479.306,48	456.934,97	456.934,97	4,46	3.508.911,97	
Previdência Complementar						0,00				0,00	
Previdência Especial						0,00				0,00	
FU09 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU09 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saúde	20.608.000,00	21.133.306,90	3.248.151,98	3.248.151,98	24,57	17.885.154,92	2.099.975,18	2.099.975,18	20,48	19.033.331,72	
Atenção Básica	4.896.000,00	4.969.031,77	670.528,71	670.528,71	5,07	4.298.503,06	569.569,59	569.569,59	5,55	4.399.462,18	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.859.000,00	12.241.815,97	1.775.954,94	1.775.954,94	13,44	10.465.861,03	1.057.835,58	1.057.835,58	10,31	11.183.980,39	
Suporte Profilático e Terapêutico	303.000,00	343.315,70	47.412,00	47.412,00	0,36	295.903,70	5.441,70	5.441,70	0,05	337.874,00	
Vigilância Sanitária	388.000,00	388.000,00	50.518,27	50.518,27	0,38	337.481,73	45.708,68	45.708,68	0,45	342.291,32	
Vigilância Epidemiológica	312.000,00	312.000,00	10.734,79	10.734,79	0,08	301.265,21	10.734,79	10.734,79	0,10	301.265,21	
Alimentação e Nutrição						0,00				0,00	
FU10 - Administração Geral	2.759.000,00	2.788.143,46	693.003,27	693.003,27	5,24	2.095.140,19	410.684,84	410.684,84	4,00	2.377.458,62	
FU10 - Demais Subfunções	91.000,00	91.000,00				91.000,00				91.000,00	
Trabalho	668.130,00	672.140,00	176.770,00	176.770,00	1,34	495.370,00	74.119,74	74.119,74	0,72	598.020,26	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	668.130,00	672.140,00	176.770,00	176.770,00	1,34	495.370,00	74.119,74	74.119,74	0,72	598.020,26	
Relações de Trabalho						0,00				0,00	
Empregabilidade						0,00				0,00	
Fomento ao Trabalho						0,00				0,00	
FU11 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU11 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Educação	19.902.000,00	21.014.551,15	3.064.899,76	3.064.899,76	23,19	17.949.651,39	2.583.559,01	2.583.559,01	25,19	18.430.992,14	
Ensino Fundamental	11.551.000,00	12.022.630,69	1.553.006,70	1.553.006,70	11,75	10.469.623,99	1.311.893,35	1.311.893,35	12,79	10.710.737,34	
Ensino Médio						0,00				0,00	
Ensino Profissional						0,00				0,00	
Ensino Superior	5.000,00	555.046,75	550.046,75	550.046,75	4,16	5.000,00	550.046,75	550.046,75	5,36	5.000,00	
Educação Infantil	4.658.000,00	4.748.873,71	325.847,18	325.847,18	2,47	4.423.026,53	323.506,28	323.506,28	3,15	4.425.367,43	
Educação de Jovens e Adultos						0,00				0,00	
Educação Especial	120.000,00	120.000,00	33.333,32	33.333,32	0,25	86.666,68	24.999,99	24.999,99	0,24	95.000,01	
Educação Básica						0,00				0,00	
FU12 - Administração Geral	2.871.000,00	2.871.000,00	451.382,64	451.382,64	3,42	2.419.617,36	329.768,04	329.768,04	3,22	2.541.231,96	
FU12 - Demais Subfunções	697.000,00	697.000,00	151.283,17	151.283,17	1,14	545.716,83	43.344,60	43.344,60	0,42	653.655,40	
Cultura	508.000,00	517.786,16	12.836,16	12.836,16	0,10	504.950,00	9.786,16	9.786,16	0,10	508.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico						0,00				0,00	
Difusão Cultural	508.000,00	517.786,16	12.836,16	12.836,16	0,10	504.950,00	9.786,16	9.786,16	0,10	508.000,00	
FU13 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU13 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Direitos da Cidadania						0,00				0,00	
Custódia e Reintegração Social						0,00				0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos						0,00				0,00	
Assistência aos Povos Indígenas						0,00				0,00	
FU14 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU14 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Urbanismo	13.025.000,00	13.689.610,12	769.482,06	769.482,06	5,82	12.920.128,06	741.484,06	741.484,06	7,23	12.948.126,06	
Infra-Estrutura Urbana	12.720.000,00	13.358.599,04	732.055,92	732.055,92	5,54	12.626.543,12	732.055,92	732.055,92	7,14	12.626.543,12	
Serviços Urbanos	305.000,00	331.011,08	37.426,14	37.426,14	0,28	293.584,94	9.428,14	9.428,14	0,09	321.582,94	
Transportes Coletivos Urbanos						0,00				0,00	
FU15 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU15 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Habitação	17.000,00	17.000,00				17.000,00				17.000,00	
Habitação Rural						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	17.000,00	17.000,00				17.000,00				17.000,00	
FU16 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU16 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saneamento	637.000,00	657.896,25	53.237,73	53.237,73	0,40	604.658,52	47.306,34	47.306,34	0,46	610.589,91	
Saneamento Básico Rural						0,00				0,00	
Saneamento Básico Urbano	637.000,00	657.896,25	53.237,73	53.237,73	0,40	604.658,52	47.306,34	47.306,34	0,46	610.589,91	
FU17 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU17 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Gestão Ambiental	137.000,00	149.113,07	12.113,07	12.113,07	0,09	137.000,00	12.113,07	12.113,07	0,12	137.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	114.000,00	126.113,07	12.113,07	12.113,07	0,09	114.000,00	12.113,07	12.113,07	0,12	114.000,00	
Controle Ambiental						0,00				0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	11.000,00	11.000,00				11.000,00				11.000,00	
Recursos Hídricos						0,00				0,00	
Meteorologia						0,00				0,00	
FU18 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU18 - Demais Subfunções	12.000,00	12.000,00				12.000,00				12.000,00	
Ciência e Tecnologia						0,00				0,00	
Desenvolvimento Científico						0,00				0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						0,00				0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						0,00				0,00	
FU19 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU19 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Agricultura	2.331.150,00	2.204.702,34	308.306,85	308.306,85	2,33	1.896.395,49	217.792,68	217.792,68	2,12	1.986.909,66	
Abastecimento	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Extensão Rural	23.000,00	23.000,00				23.000,00				23.000,00	
Irrigação						0,00				0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	2.268.150,00	2.141.702,34	308.306,85	308.306,85	2,33	1.833.395,49	217.792,68	217.792,68	2,12	1.923.909,66	
Defesa Agropecuária						0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU20 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Organização Agrária	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Reforma Agrária	14.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
Colonização						0,00				0,00	
FU21 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU21 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Indústria						0,00				0,00	
Promoção Industrial						0,00				0,00	
Produção Industrial						0,00				0,00	
Mineração						0,00				0,00	
Propriedade Industrial						0,00				0,00	
Normalização e Qualidade						0,00				0,00	
FU22 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU22 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comércio e Serviços	119.000,00	119.000,00				119.000,00				119.000,00	
Promoção Comercial						0,00				0,00	
Comercialização						0,00				0,00	
Comércio Exterior						0,00				0,00	
Serviços Financeiros						0,00				0,00	
Turismo	119.000,00	119.000,00				119.000,00				119.000,00	
FU23 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU23 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comunicações						0,00				0,00	
Comunicações Postais						0,00				0,00	
Telecomunicações						0,00				0,00	
FU24 - Administração Geral						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Energia	795.000,00	795.000,00	62.515,67	62.515,67	0,47	732.484,33	62.515,67	62.515,67	0,61	732.484,33	
Conservação de Energia						0,00				0,00	
Energia Elétrica	795.000,00	795.000,00	62.515,67	62.515,67	0,47	732.484,33	62.515,67	62.515,67	0,61	732.484,33	
Combustíveis Minerais						0,00				0,00	
Biocombustíveis						0,00				0,00	
FU25 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU25 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Transporte	5.503.780,00	6.736.807,86	1.442.069,85	1.442.069,85	10,91	5.294.738,01	1.377.220,54	1.377.220,54	13,43	5.359.587,32	
Transporte Aéreo						0,00				0,00	
Transporte Rodoviário	5.503.780,00	6.736.807,86	1.442.069,85	1.442.069,85	10,91	5.294.738,01	1.377.220,54	1.377.220,54	13,43	5.359.587,32	
Transporte Ferroviário						0,00				0,00	
Transporte Aquaviário						0,00				0,00	
Transportes Especiais						0,00				0,00	
FU26 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Desporto e Lazer	1.096.470,00	1.128.577,23	60.132,27	60.132,27	0,45	1.068.444,96	48.160,97	48.160,97	0,47	1.080.416,26	
Desporto de Rendimento						0,00				0,00	
Desporto Comunitário	1.080.470,00	1.112.577,23	60.132,27	60.132,27	0,45	1.052.444,96	48.160,97	48.160,97	0,47	1.064.416,26	
Lazer	16.000,00	16.000,00				16.000,00				16.000,00	
FU27 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU27 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Encargos Especiais	985.000,00	985.000,00	140.688,29	140.688,29	1,06	844.311,71	140.688,29	140.688,29	1,37	844.311,71	
Refinanciamento da Dívida Interna						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Interna	985.000,00	985.000,00	140.688,29	140.688,29	1,06	844.311,71	140.688,29	140.688,29	1,37	844.311,71	
Serviço da Dívida Externa						0,00				0,00	
Transferências						0,00				0,00	
Outros Encargos Especiais						0,00				0,00	
Transferências para a Educação Básica						0,00				0,00	
FU28 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Reserva de Contingência	25.470,00	25.470,00				25.470,00				25.470,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3,13	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	4,03	3.009.127,75	
TOTAL (III) = (I + II)	91.926.000,00	96.725.093,32	13.217.344,31	13.217.344,31	100,00	83.507.749,01	10.256.160,81	10.256.160,81	100,00	86.468.932,51	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (bIII b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (dIII d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.310.000,00	3.422.755,57	413.627,82	413.627,82	3,13	3.009.127,75	413.627,82	413.627,82	4,03	3.009.127,75	
Legislativa	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00		160.000,00				160.000,00	
Ação Legislativa	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00		160.000,00				160.000,00	
Controle Externo						0,00				0,00	
FU01 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU01 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Judiciária						0,00				0,00	
Ação Judiciária						0,00				0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário						0,00				0,00	
FU02 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU02 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Essencial à Justiça	30.000,00	34.060,48	4.060,48	4.060,48	0,03	30.000,00	4.060,48	4.060,48	0,04	30.000,00	
Defesa da Ordem Jurídica	30.000,00	34.060,48	4.060,48	4.060,48	0,03	30.000,00	4.060,48	4.060,48	0,04	30.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial						0,00				0,00	
FU03 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU03 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Administração	495.000,00	575.047,78	80.047,77	80.047,77	0,61	495.000,01	80.047,77	80.047,77	0,78	495.000,01	
Planejamento e Orçamento						0,00				0,00	
FU04 - Administração Geral	380.000,00	444.527,31	64.527,30	64.527,30	0,49	380.000,01	64.527,30	64.527,30	0,63	380.000,01	
Administração Financeira	80.000,00	90.780,77	10.780,77	10.780,77	0,08	80.000,00	10.780,77	10.780,77	0,11	80.000,00	
Controle Interno	35.000,00	39.739,70	4.739,70	4.739,70	0,04	35.000,00	4.739,70	4.739,70	0,05	35.000,00	
Normatização e Fiscalização						0,00				0,00	
Tecnologia da Informação						0,00				0,00	
Ordenamento Territorial						0,00				0,00	
Formação de Recursos Humanos						0,00				0,00	
Administração de Receitas						0,00				0,00	
Administração de Concessões						0,00				0,00	
Comunicação Social						0,00				0,00	
FU04 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Defesa Nacional						0,00				0,00	
Defesa Aérea						0,00				0,00	
Defesa Naval						0,00				0,00	
Defesa Terrestre						0,00				0,00	
FU05 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU05 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Segurança Pública						0,00				0,00	
Policiamento						0,00				0,00	
Defesa Civil						0,00				0,00	
Informação e Inteligência						0,00				0,00	
FU06 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU06 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Relações Exteriores						0,00				0,00	
Relações Diplomáticas						0,00				0,00	
Cooperação Internacional						0,00				0,00	
FU07 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU07 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Assistência Social	139.000,00	147.856,28	8.856,28	8.856,28	0,07	139.000,00	8.856,28	8.856,28	0,09	139.000,00	
Assistência ao Idoso						0,00				0,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência						0,00				0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente						0,00				0,00	
Assistência Comunitária	60.000,00	68.856,28	8.856,28	8.856,28	0,07	60.000,00	8.856,28	8.856,28	0,09	60.000,00	
FU08 - Administração Geral	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
FU08 - Demais Subfunções	49.000,00	49.000,00				49.000,00				49.000,00	
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	1.341,43	1.341,43	0,01	8.658,57	1.341,43	1.341,43	0,01	8.658,57	
Previdência Básica						0,00				0,00	
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	1.341,43	1.341,43	0,01	8.658,57	1.341,43	1.341,43	0,01	8.658,57	
Previdência Complementar						0,00				0,00	
Previdência Especial						0,00				0,00	
FU09 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU09 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saúde	884.000,00	886.084,73	125.930,69	125.930,69	0,95	760.154,04	125.930,69	125.930,69	1,23	760.154,04	
Atenção Básica	505.000,00	506.459,31	86.468,25	86.468,25	0,65	419.991,06	86.468,25	86.468,25	0,84	419.991,06	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	240.625,42	22.566,43	22.566,43	0,17	218.058,99	22.566,43	22.566,43	0,22	218.058,99	
Suporte Profilático e Terapêutico						0,00				0,00	
Vigilância Sanitária	47.000,00	47.000,00	6.130,75	6.130,75	0,05	40.869,25	6.130,75	6.130,75	0,06	40.869,25	
Vigilância Epidemiológica	32.000,00	32.000,00				32.000,00				32.000,00	
Alimentação e Nutrição						0,00				0,00	
FU10 - Administração Geral	60.000,00	60.000,00	10.765,26	10.765,26	0,08	49.234,74	10.765,26	10.765,26	0,10	49.234,74	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Trabalho						0,00				0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador						0,00				0,00	
Relações de Trabalho						0,00				0,00	
Empregabilidade						0,00				0,00	
Fomento ao Trabalho						0,00				0,00	
FU11 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU11 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Educação	1.460.000,00	1.460.000,00	175.684,87	175.684,87	1,33	1.284.315,13	175.684,87	175.684,87	1,71	1.284.315,13	
Ensino Fundamental	825.000,00	825.000,00	97.338,37	97.338,37	0,74	727.661,63	97.338,37	97.338,37	0,95	727.661,63	
Ensino Médio						0,00				0,00	
Ensino Profissional						0,00				0,00	
Ensino Superior						0,00				0,00	
Educação Infantil	600.000,00	600.000,00	73.595,91	73.595,91	0,56	526.404,09	73.595,91	73.595,91	0,72	526.404,09	
Educação de Jovens e Adultos						0,00				0,00	
Educação Especial						0,00				0,00	
Educação Básica						0,00				0,00	
FU12 - Administração Geral	35.000,00	35.000,00	4.750,59	4.750,59	0,04	30.249,41	4.750,59	4.750,59	0,05	30.249,41	
FU12 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Cultura	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico						0,00				0,00	
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
FU13 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU13 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Direitos da Cidadania						0,00				0,00	
Custódia e Reintegração Social						0,00				0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos						0,00				0,00	
Assistência aos Povos Indígenas						0,00				0,00	
FU14 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU14 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Urbanismo						0,00				0,00	
Infra-Estrutura Urbana						0,00				0,00	
Serviços Urbanos						0,00				0,00	
Transportes Coletivos Urbanos						0,00				0,00	
FU15 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU15 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Habitação						0,00				0,00	
Habitação Rural						0,00				0,00	
Habitação Urbana						0,00				0,00	
FU16 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU16 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saneamento	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
Saneamento Básico Rural						0,00				0,00	
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
FU17 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU17 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Gestão Ambiental	25.000,00	28.343,20	3.343,20	3.343,20	0,03	25.000,00	3.343,20	3.343,20	0,03	25.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	28.343,20	3.343,20	3.343,20	0,03	25.000,00	3.343,20	3.343,20	0,03	25.000,00	
Controle Ambiental						0,00				0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas						0,00				0,00	
Recursos Hídricos						0,00				0,00	
Meteorologia						0,00				0,00	
FU18 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU18 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Ciência e Tecnologia						0,00				0,00	

Documento gerado em 17/04/2025 18:22:51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico						0,00				0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						0,00				0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						0,00				0,00	
FU19 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU19 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Agricultura	55.000,00	63.924,75	8.924,75	8.924,75	0,07	55.000,00	8.924,75	8.924,75	0,09	55.000,00	
Abastecimento						0,00				0,00	
Extensão Rural						0,00				0,00	
Irrigação						0,00				0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	55.000,00	63.924,75	8.924,75	8.924,75	0,07	55.000,00	8.924,75	8.924,75	0,09	55.000,00	
Defesa Agropecuária						0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU20 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Organização Agrária						0,00				0,00	
Reforma Agrária						0,00				0,00	
Colonização						0,00				0,00	
FU21 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU21 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Indústria						0,00				0,00	
Promoção Industrial						0,00				0,00	
Produção Industrial						0,00				0,00	
Mineração						0,00				0,00	
Propriedade Industrial						0,00				0,00	
Normalização e Qualidade						0,00				0,00	
FU22 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU22 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Promoção Comercial						0,00				0,00	
Comercialização						0,00				0,00	
Comércio Exterior						0,00				0,00	
Serviços Financeiros						0,00				0,00	
Turismo	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
FU23 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU23 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comunicações						0,00				0,00	
Comunicações Postais						0,00				0,00	
Telecomunicações						0,00				0,00	
FU24 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU24 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Energia						0,00				0,00	
Conservação de Energia						0,00				0,00	
Energia Elétrica						0,00				0,00	
Combustíveis Minerais						0,00				0,00	
Biocombustíveis						0,00				0,00	
FU25 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU25 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Transporte						0,00				0,00	
Transporte Aéreo						0,00				0,00	
Transporte Rodoviário						0,00				0,00	
Transporte Ferroviário						0,00				0,00	
Transporte Aquaviário						0,00				0,00	
Transportes Especiais						0,00				0,00	
FU26 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Desporto e Lazer	35.000,00	40.438,35	5.438,35	5.438,35	0,04	35.000,00	5.438,35	5.438,35	0,05	35.000,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 37465556000163
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento						0,00				0,00	
Desporto Comunitário	35.000,00	40.438,35	5.438,35	5.438,35	0,04	35.000,00	5.438,35	5.438,35	0,05	35.000,00	
Lazer						0,00				0,00	
FU27 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU27 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Encargos Especiais						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Interna						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Externa						0,00				0,00	
Transferências						0,00				0,00	
Outros Encargos Especiais						0,00				0,00	
Transferências para a Educação Básica						0,00				0,00	
FU28 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Reserva de Contingência						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 37465556000163
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA
AVISO DE SUSPENSÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Agente de contratação designada pela portaria nº 010/2025, de 15 de janeiro de 2025, comunica aos interessados que a licitação referente a Dispensa nº 002/2025, objetivando a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO E* GERENCIAMENTO *DO ADMINISTRADOR WEBSITE, WEBMAIL OFICIAL, SUPORTE TÉCNICO, HOSPEDAGEM, SISTEMAS DE OUVIDORIA ONLINE, CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO, SIC (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO) E PÁGINA LGPD, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ-MT,* **conforme Edital e anexos e Termo de Referência, está SUSPENSA** em virtude de correção a serem realizadas no edital e termo de referência. A nova data da seção será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Nova Nazaré-MT, 17 de abril de 2025.

BRUNA ANTÔNIA BARBOSA GIACOMOLLI

Agente de Contratação

Portaria nº 10/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA

PORTARIA MUNICIPAL N. º 272 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL"

ARI CÂNDIDO BATISTA, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Orgânica do Município de Nova Olimpia MT, ao Decreto Municipal nº 009/2024 e a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

R E S O L V E:

Designar os servidores para acompanhamento e Fiscalização da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 120004/2025/PMNO, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025/PMNO**, do município de NOVA OLIMPIA-MT, celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA MT e a empresa **50.161.006 DANIELE STEFANY CONCEICAO DA SILVA PEREIRA,** inscrita no CNPJ sob o n° 50.161.006/0001-19, cujo o objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE SABAO LIQUIDO DESTINADO A LIMPEZA DOS ORGAOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

Art. 1º - designar e nomear o servidores da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/ MT, para responder pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato conforme 01 de abril 2021, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025/PMNO.**

DESIGNA-SE:
I- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: WEBER VIEIRA MARTINS CPF: 849.XXX.XXX-15
III- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: DEBORA CRISTIANE FERREIRA CPF: 572.XXX.XXX-49
IV- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ERISON BARROS CAMPOS CPF: 882.XXX.XXX-04
V- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ALUIRSON FIGUEIREDO NETO JUNIOR CPF: 021.XXX.XXX12
VI- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: IDAMILDO DUNGA LIRA CPF: 811.XXX.XXX-15
VII- GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: SILVANIA MARTINS DE ARAUJO BATISTA CPF: 904.XXX.XXX-91
FISCAL DE ATA SRP: LUZIVETE PONCE CPF: 622.XXX.XXX-04
SUPLENTE DE ATA SRP: JOCEANE DA SILVA CPF: 058.XXX.XXX-50
FISCAL DE ATA SRP: RONALDO DA ROCHA SANTOS CPF: 616.XXX.XXX-59
SUPLENTE DE ATA SRP: RODRIGO RODRIGUES CPF: 061.XXX.XXX-65
FISCAL DE ATA SRP: ELAINE DE MATOS JESUS CPF: 024.XXX.XXX-83
FISCAL DE ATA SRP: MARIA JOSE RAMOS CPF: 313.XXX.XXX-68
SUPLENTE DE ATA SRP: REGINA MARIA SOARES BATISTA FREITAS CPF: 503.XXX.XXX-91
FISCAL DE ATA SRP: NATALIA ALVES DA SILVA CPF: 021.XXX.XXX-13
SUPLENTE DE ATA SRP: SAMYA DANIELLE GONÇALVES DE OLIVEIRA TRINDADE CPF: 819.XXX.XXX-72

§ 1º O gerenciamento do contrato caberá ao gestor e fiscal do contratos, acompanhando com detalhamentoas suas atribuições as quais encontram estabelecidas na lei de licitação nº 14.133/2021.

§ 2º Tanto o gestor quanto o fiscal de contrato terão o aporte de Assessoramento Juridico e Controle Interno Municipal e departamento de contratos, como auxilio para o desempenho das funções designadas.

Art. 2º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§ 1º - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais

§ 2º - O substituto atuará na ausência ou em eventuais impedimentos legais do titular.

Art. 3º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.

Art. 4º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor de Contratos os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 5º - O servidor ora nomeado como fiscal e suplente não faz jus a gratificação ou remuneração especial, por se tratar de serviços relevantes prestados ao Município.

Art.6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia – MT, 17 de abril de 2025.

ARI CANDIDO BATISTA

PREFEITO MUNICIPA/MT.

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 120004/2025/PMNO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025/PMNO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025/PMNO, CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, INSCRITO NO CNPJ Nº 03.238.920/0001-30. Empresa contratada e valores:

Empresa:	CNPJ:	Valor ganho licitado:
50.161.006 DANIELE STEFANY CONCEICAO DA SILVA PEREIRA	50.161.006/0001-19	R$ 181.200,00 (Cento e Oitenta e Um Mil e Duzentos Reais).

O valor global da ata de registro de Preço é de R$ 181.200,00 (Cento e Oitenta e Um Mil e Duzentos Reais). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE SABAO LIQUIDO DESTINADO A LIMPEZA DOS ORGAOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA/MT.**

SECRETARIA	DOTAÇAO ORÇAMENTARIA	FONTE DE RECURSO
08	08.080.0.2.15.452.0036.2236.3.3.90.30.00.00	15000000000
06	06.060.0.2.10.302.0020.2154.3.3.90.30.00.00	15001002000
06	06.060.0.2.10.301.0019.2130.3.3.90.30.00.00	15001002000
03	03.030.0.1.04.122.0003.2021.3.3.90.30.00.00	15000000000
12	12.120.0.1.04.121.0007.2284.3.3.90.30.00.00	15000000000
05	05.050.0.3.12.365.0012.2070.3.3.90.30.00.00	15500000000
05	05.050.0.1.12.122.0011.2037.3.3.90.30.00.00	15001001000
05	05.050.0.2.12.361.0013.2049.3.3.90.30.00.00	15500000000
07	07.070.0.1.08.122.0024.2186.3.3.90.30.00.00	15000000000
07	07.070.0.2.08.244.0025.2211.3.3.90.30.00.00	15000000000
07	07.070.0.2.08.244.0026.2310.3.3.90.30.00.00	15000000000

VIGÊNCIA: 22/04/2025 ATÉ 22/04/2026.

Nova Olímpia – MT, 17 de Abril de 2025.

ARI CÂNDIDO BATISTA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT.

PEDRO ROSA NETO

OAB: MT 9823

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 055/2024

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 055/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT.

CONTRATADO:A. S. VIEIRA – CONSTRUTORA VIEIRA PRADO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.823.774/0001-80

OBJETO: "**Contratação de empresa para execução e manutenção de drenagem superficial (meio-fio e sarjetas) em diversas ruas e bairros do município de Nova Santa Helena – MT.**"

TERMO ADITIVADO: ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 13/04/2025.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170/2025

DATA:17 de abril de 2025

SÚMULA: Institui e Compõe o **Comitê Gestor Municipal do Programa SER FAMÍLIA**, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da **Lei Municipal nº 1140/2025,** ealterações posteriores pelo **art. 08** da Lei **nº 1165/2025;**

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017, que cria o Programa SER Família e a Lei 11.222, Lei 12.013 que altera e acrescenta dispositivo e dá outras providências**;**

Considerando o Decreto Estadual n° 219 de 04 de abril de 2023 da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania – SETASC**:

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família que terá as seguintes competências:

I – Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, regulamentando suas competências, composição e funcionamento;

II- Analisar e aprovar a lista de famílias encaminhadas pela equipe de referência do município e, após, encaminhar ao Comitê Gestor Estadual para a análise e aprovação;

III- Aprovar e acompanhar o cumprimento do Pacto SER Família firmado pelo município;

IV - Apreciar relatório trimestral de evolução das famílias do Programa sob a responsabilidade do município, elaborado pela equipe técnica de referência e encaminhar à coordenação estadual do Programa SER Família;

V - Integrar e apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas na esfera municipal;

VI - Articular a rede de proteção do município e dinamizar a oferta de serviços, destinados às famílias participantes;

VII – O Comitê Gestor Municipal deverá encaminhar à Gestão Estadual, em forma de planilha, as informações referentes às famílias beneficiárias a serem substituídas e das famílias que serão inseridas, o motivo da substituição e o instrumento hábil a aprovação da medida.

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com competências disciplinadas no artigo 1º desta portaria, os seguintes membros:

I- Andreza Tanholi, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

II- Juliane Oscar de Souza Moura, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Educação;

III- Dieme Barbosa Araújo André Fogo, representando a Secretaria Municipal de Municipal de Saúde;

IV- Cleusa Marcondes, representando a Assistente Social da Equipe Técnica do Ser Família.

Art. 3º. O Comitê Gestor Municipal do Programa SER Família será convocado, sempre que necessário, pelo Secretário Municipal, com antecedência, mínima de 2 (dois) dias úteis.

§ 1º. As deliberações se darão por votação e as aprovações ou reprovações por maioria do voto, dos membros presentes nas reuniões.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal do Programa contará com uma Secretária Executiva, designada por ato de seu Presidente.

§ 3º - O (A) Presidente do Comitê Gestor Municipal, dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 165/2025

DATA: 15 de abril de 2025

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO X, ART. 114 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor do requerimento do servidor com a manifestação do interesse da conversão em pecúnia da Licença Prêmio por Assiduidade e a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER na forma dos dispositivos legais supramencionados, a **"CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"** aos servidores abaixo relacionado, conforme períodos abaixo especificados

Servidor	Mat.	Período Aquisitivo	Quantidade
Eva Aparecida Santos Vieira Silva	833	De: 23/03/2020 a 23/03/2025	**90 dias**
Iara Simone Jung Santos	1139	De: 13/02/2020 a 12/02/2025	**90 dias**
Deivid Leno Vieira Silva	1145	De: 02/03/2020 a 01/03/2025	**90 dias**

Art. 2º. A Licença Prêmio por Assiduidade, acima mencionada será paga na folha de abril de 2025.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

15 de abril de 2025.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.

PARTE CONTRATADA:EXCELENCIA CONSTRUTORA *LTDA*, inscrita no CNPJ/MF nº 09.009.988/0001-24

OBJETO: "**Contratação de empresa para futuras e eventuais contratações de empresas em serviços de confecções, instalações e fornecimentos de itens relacionados a serralheria em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos do município de Nova Santa Helena/MT".**

VALOR: 432.466,01 (quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e um centavo).

VIGÊNCIA: 17/04/2025 ATÉ 17/04/2026

DATA DE ASSINATURA: 17/04/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 16.145.21/0001-00, situado na Rua Pará, nº 1850, Jardim Santa Helena, Município de Nova Ubiratã/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **EDEGAR JOSÉ BERNARDI** em conjunto com seus Advogados Públicos devidamente lotado na Procuradoria Jurídica do Município.

NOTIFICADO: JUNTO SEGUROS S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF n° 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, COM SEDE NA Rua Visconde de Nácar, n° 1440, Centro, Curitiba/PR.

CONSIDERANDO a celebraçãoda **Apólice de Seguro Garantia n° 07-0775-0267390**, data de emissão 12/12/2022, proposta 3709470, Controle Interno (Código Controle): 455383433, N° de Registro SUSEP: 05436202200070775026739000000.

CONSIDERANDO a referidaApólice de Seguro Garantia n° 07-0775-0267390, data de emissão 12/12/2022, detém como Seguradora **JUNTO SEGUROS S.A.** ora **NOTIFICADA,** Segurado **MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ** ora **NOTIFICANTE** e Tomador **JBS CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA**, **CNPJ/MF n° 43.395.238.0001-76.**

CONSIDERANDO Edital de Tomada de Preços nº 007/2022, do Município de Nova Ubiratã, cujo contrato administrativo foi firmado em 22/09/2022 ato que foi apresentado a Apólice de Seguro Garantia n. 07-0775-0267390.

CONSIDERANDO a abertura e julgamento do Processo Administrativo de Apuração de Infrações (PAAIF) n° 001/2023, referente ao contrato administrativo 092/2022, que resultou na aplicação de multas moratória e compensatória, bem como na suspensão temporária da empresa tomadora do serviço a empresa **JBS CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA** de participar em licitações e contratação com a Administração por 18 meses, aplicando multa compensatória no valor de **R$ 99.256,27 (noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos)** e multa moratória no importe de **R$ 60.609,80 (sessenta mil, seiscentos e nove reais e oitenta centavos)**.

CONSIDERANDO a abertura da **Expectativa de Sinistro nº 17309, Apólice nº: 07-0775-0267390, na data de 22/08/2023,** o qual foi encaminhado todas as documentações solicitadas acerca do Processo Administrativo de Apuração de Infrações (PAAIF) n° 001/2023, referente ao contrato administrativo 092/2022, bem como prestadas as demais informações complementares solicitadas pela Seguradora **NOTIFICADA**, por meio do E-mail:sinistro@juntoseguros.com.

CONSIDERANDO E-mailnovamente encaminhado **na data de 20/03/2025**, solicitando prosseguimento no procedimento interno para pagamento da importância segurada, bem como envio da Ação Anulatória de Ato Administrativo com Pedido Antecipação de Tutela objeto dos Autos n° 1000702-13.2023.8.11.0107 ajuizado pela Tomadora **JBS CONSTRU-**

ÇÕES E ENGENHARIA LTDA em face do Segurado **MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ** ora **NOTIFICANTE**.

CONSIDERANDO abertura do **CHAMADO protocolo n° 43341, datado de 01/04/2025**, reiterando a necessidade de continuação do procedimento para solução com maior brevidade possível.

CONSIDERANDO a ausência de atendimentoe posicionamento até o presente momento da Seguradora ora **NOTIFICADA**, deferindo ou indeferindo o pagamento do seguro garantia.

Ante as respectivas considerações, o Município de Nova Ubiratã ora **NOTIFICANTE,** por meio da presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, notifica a empresa **NOTIFICADA**, para que no **prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados a partir da data de envio do presente instrumento através do e-mail: sinistro@juntoseguros.com, bem como da publicação deste, proceda com o pagamento/reembolso da indenização devida ao Município de Nova Ubiratã/MT em virtude do sinistro informado, objeto da **Expectativa de Sinistro nº 17309.**

Pendente de resposta pela **NOTIFICADA** no prazo fixado, serão adotadas todas as medidas judiciais cabíveis e pertinentes ao presente caso, sendo estas de natureza administrativa, extrajudicial e/ou judicial.

Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

Nada mais, aproveito a oportunidade para externar protestos de mais elevada estima e consideração.

Nova Ubiratã-MT, 17 de Abril de 2025.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

GABRIEL RISTOFF PAZ HANDERSON PIRES COSTA

OAB nº 28.175/O OAB/MT n° 27.573/O

Advogado Público Municipal Procurador Jurídico

PROCURADORIA MUNICIPAL PROCURADORIA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº148/2025

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA COMISSIONADA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Sr**. AGENOR EVANGELISTA DA SILVA JÚNIOR,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a Servidora Pública Municipal **JULIANA ALBINO SILVA PESSOA,** brasileira, maior, portadora matrícula nº1408, no cargo de **Chefe do Departamento dos Programas Sociais, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.**

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 15 de abril de 2025.

Agenor Evangelista da Silva Júnior

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PROCURADORIA
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - COMDEMA DE NOVO MUNDO - MT

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - O COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº 557/2021 de 09 de dezembro de 2021, é um órgão colegiado, deliberativo, consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, visando à proteção, conservação, defesa, equilíbrio ecológico e melhoria do meio ambiente, bem como ao combate a agressões ambientais em todo o território do Município.

Parágrafo Único – A expressão Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental é a sigla COMDEMA equivalem-se para efeito de referência e comunicação.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - Este regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – COMDEMA, sediado administrativamente na cidade de Novo Mundo - MT e vinculado à Secretaria Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária, sendo esta divisão pertencente à estrutura da Prefeitura Municipal de Novo Mundo -MT.

Art. 3º - O COMDEMA tem por objetivo contribuir efetivamente para a viabilização do meio ambiente ecologicamente equilibrado que venha favorecer e promover a melhoria da qualidade de vida do cidadão e da comunidade, e orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – Manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preserva-lo é um dever de todos, bem como zelar pelo uso comum da sociedade e à sadia qualidade de vida;

II – Zelar pela defesa, preservação e recuperação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, sendo um dever do Poder Público e de toda a coletividade.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 4° -Compete ao COMDEMA, nos termos definidos pela Lei Municipal n° 557/2021, as seguintes atribuições:

I - Formular e aprovar a política de desenvolvimento e meio ambiente do Município e acompanhar sua execução, promovendo reorientações quando entender necessárias;

II - Estabelecer normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, observada a Legislação Federal e Estadual;

III - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostos pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária;

IV - Decidir sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

V - Opinar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das autoridades envolvidas as informações necessárias;

VI - Definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio ambiente, visando a preservação e a melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VII - Definir a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com suas limitações e condicionantes ecológicos ambientais;

VIII - Propor padrões para emissão ou lançamento de efluentes e resíduos no meio ambiente;

IX - Propor diretrizes para a defesa dos recursos e ecossistemas naturais do Município;

X - Propor o desenvolvimento de programas de educação ambiental e de sensibilização e conscientização da sociedade;

XI - Propor e encaminhar soluções para problemas da região, bem como apoiar a criação de consórcios municipais e intermunicipais de proteção ambiental;

XII - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5° - O COMDEMA será composto por 19 (dezenove) membros titulares e seus suplentes, indicados pelas respectivas entidades ao Poder Executivo Municipal, com a seguinte composição:

I – 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária;

II – 01 (um) representante de Instituições de Ensino;

III – 02 (dois) representantes de Organizações da sociedade civil de defesa do meio ambiente;

IV – 02 (dois) Entidade representativa de moradores de bairros;

V – 01 (um) representante da EMPAER - MT, unidade de Novo Mundo-MT;

VI – 01 (um) representante de Entidade representativa do seguimento comercial e Industrial;

VII – 01 (um) representante de Club de serviços;

VIII – 01 (um) representante da Procuradoria Jurídica Municipal;

IX – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

X – 01 (um) representante Eclesiásticas;

XI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

XII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

XIII – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;

XIV – 01 (um) representante do INDEA - MT, Unidade Executiva de Novo Mundo-MT;

XV – 01 (um) representante da Segurança Pública;

XVI – 02 (dois) representantes de Associações de produtores rurais de Novo Mundo-MT;

§1º - O Presidente, Vice-presidente e o Secretário do COMDEMA serão escolhidos através de eleição realizada entre seus membros e terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º - Feitas as indicações, o Chefe do Poder Executivo fará a nomeação dos membros do COMDEMA no prazo de 10 (dez) dias, fixando local e data para a primeira reunião.

§ 3º - Caso o membro titular esteja impedido de comparecer à reunião do Conselho deverá comunicar ao COMDEMA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes da reunião, que, por sua vez, convocará o respectivo suplente para a reunião.

Art. 6º - A composição do Conselho será feita a partir da publicação de Edital específico e comunicação aos segmentos previstos, que deverão fazer as indicações, para um membro titular e um ou dois membros suplentes, dentro dos prazos estabelecidos.

Parágrafo Único - A Instituição/Entidade com direito a representação no COMDEMA deverá indicar um suplente para substituição do representante efetivo em impedimentos eventuais, ocasião em que o suplente exercerá o direito ao voto em substituição ao titular.

Art. 7º - O mandato dos membros do COMDEMA será de 02 (dois) anos ou enquanto perduraram no respectivo cargo, permitida recondução mediante aprovação por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - O COMDEMA reunir-se-á ordinariamente a cada mês ou extraordinariamente a qualquer tempo, mediante convocação de seu Presidente, a requerimento da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, a requerimento do Chefe do Poder Executivo, obedecidos os prazos desse Regimento Interno.

Art. 9º - As reuniões do COMDEMA serão públicas e realizar-se-ão com a presença da maioria absoluta dos conselheiros.

Art. 10 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria dos votos dos membros titulares presentes, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, ao qual deverá ter maioria absoluta.

Art. 11 – Em caso de inatividade do COMDEMA por prazo superior a 12 (doze) meses, o Chefe do Poder Executivo poderá revogar a nomeação de seus membros e solicitar aos órgãos, entidades ou organizações que mencionam a lei municipal 557/2021, a indicação de novos membros, fazendo-se nova nomeação.

Art. 12 – A função dos membros do COMDEMA será considerada como relevante serviço à comunidade e será exercida sem remuneração.

Art. 13 – Todo suporte financeiro, técnico e administrativo, indispensáveis à instalação e ao funcionamento do COMDEMA, será prestado diretamente pelo Poder Executivo Municipal, mediante dotação orçamentária específica ou abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único – Compreende-se por suporte financeiro, técnico e administrativo, além de aporte de recursos orçamentários e financeiros, a disponibilização, por exemplo, de instalações físicas, equipamentos, materiais de escritório e recursos humanos, necessários ao adequado desempenho das atividades institucionais do COMDEMA.

Art. 14 - Qualquer alteração, revisão ou regulamentação, relativa ao Regimento Interno do COMDEMA, será submetida à apreciação e à aprovação do Poder Executivo Municipal por meio de Decreto.

CAPÍTULO V

DOS MEMBROS DO COMDEMA

Art. 15 - Compete aos membros do COMDEMA:

I - Comparecer às reuniões para as quais forem convocados;

II - Debater a matéria em discussão;

III - Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário, durante a reunião, ou, quando necessário, sob a forma de diligência;

IV - Propor questões de ordem;

V - Pedir vista de matéria;

VI - Apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;

VII - Apresentar pareceres de vista, nos prazos fixados;

VIII - Votar, respeitada a abstenção, podendo apresentar justificativa caso o voto seja contrário ao parecer do órgão ambiental;

IX - Propor moções;

X - Observar em suas manifestações as regras básicas de convivência e decoro.

§ 1º - As atividades dos Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedadas remuneração, bonificação ou vantagem de qualquer natureza.

Art. 16 - Terá direito a um voto e assento à mesa o conselheiro titular da Instituição ou Entidade e, na ausência ou impedimento deste, o respectivo conselheiro suplente.

Parágrafo único - Cabe ao Presidente do COMDEMA apenas o voto de desempate.

Art. 17 - Cada conselheiro disporá, em cada item de pauta, de no máximo 10 (dez) minutos para manifestar-se, prorrogáveis a critério do Presidente da estrutura colegiada, para debater a matéria em discussão.

§ 1º - Cabe ao Presidente limitar a palavra todas as vezes que se entender que as manifestações não são afetas à matéria em discussão.

§ 2º - Fica vedada a discussão de matérias já deliberadas nas fases anteriores do item pautado, sem prejuízo do exercício do poder-dever de auto tutela pelo Colegiado.

Art. 18 - Para fins deste Regimento, entende-se por diligência o requerimento, por conselheiro, ao órgão ambiental de informações, providências ou esclarecimentos sobre matéria pautada em discussão quando não for possível o atendimento no ato da reunião.

§ 1º - Compete ao Presidente da sessão deliberar sobre a pertinência da diligência a que se refere o *caput* deste artigo, decidindo pelo prosseguimento ou pela interrupção da votação.

§ 2º - No caso de matéria ainda não elucidada, poderá ser requerida diligência por mais de uma vez, desde que aprovado pelo Presidente.

Art. 19 - Para fins deste Regimento, entende-se por questão de ordem o ato de suscitar dúvidas sobre interpretação de norma deste Regimento.

§ 1º - A questão de ordem será formulada com clareza e indicação do que se pretende elucidar, no prazo de 3 (três) minutos, sem que seja interrompida.

§ 2º - Se o autor da questão de ordem não indicar inicialmente o dispositivo, o Presidente da sessão retirar-lhe-á a palavra e determinará que sejam excluídas da ata as alegações feitas.

§ 3º - A questão de ordem formulada será resolvida imediatamente pelo Presidente da reunião, com o apoio de sua assessoria jurídica.

Art. 20 - Para fins deste Regimento, entende-se por pedido de vista a solicitação, por membro do COMDEMA, de apreciação de matéria em pauta, com intenção de sanar dúvida e/ou apresentar proposta de decisão alternativa, devendo sempre resultar na apresentação de relatório por escrito, a ser disponibilizado no prazo de 7 (sete) dias antes da próxima reunião, por arquivos digitais.

§ 1º - O pedido de vista deverá ser feito antes da matéria ser submetida à votação ou na forma de destaque, desde que fundamentado e por uma única vez, salvo quando houver superveniência de fato novo, devidamente comprovado.

§ 2º - Quando mais de um conselheiro pedir vista, o prazo será utilizado conjuntamente e contando 14 dias corridos para análise, podendo o relatório ser entregue digitalmente para todos os conselheiros.

§ 3º - O parecer de vista entregue intempestivamente não servirá de subsídio às deliberações do Conselho.

§ 4º - A matéria com todos os pedidos de vistas solicitados será incluída obrigatoriamente na pauta da reunião subsequente, quando deverão ser apreciados os pareceres de vistas dos conselheiros solicitantes.

§ 5º - A reunião ordinária ou extraordinária do COMDEMA na qual será analisado o relatório apresentado após pedido de vistas, poderá ocorrer em prazo inferior a quatorze dias da reunião em que o pedido de vistas foi solicitado.

§ 6º - Não será admitido pedido de vistas do relatório de vistas de outro conselheiro, devendo a plenária decidir de forma conclusiva pela matéria no formato original ou considerando alterações que possam advir dos relatórios de vistas apresentados.

Art. 21 - As Moções serão submetidas à votação da estrutura colegiada e, aprovadas, encaminhadas nos termos do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - As Moções serão datadas, numeradas sequencialmente e assinadas pelo Presidente da estrutura colegiada durante a reunião, competindo à Secretaria Executiva o seu encaminhamento ao Presidente do COMDEMA para conhecimento e providências, com retorno aos Conselheiros na reunião subsequente, quando houver necessidade de resposta.

Art. 22 - Após o início da votação da matéria, não serão permitidas discussões e não serão concedidos pedidos de vista, de diligência ou de retirada de pauta, salvo se constatado equívoco de condução da Presidência admitido pela mesma.

Art. 23 - Qualquer interessado na matéria em discussão poderá fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de cinco minutos, desde que inscrito em livro próprio até o início das reuniões do COMDEMA, com indicação clara e precisa do item sobre o qual deseja manifestar-se.

§ 1º - Antes de passar a palavra para o interessado, o Presidente deverá adverti-lo do tempo disponível para a sua manifestação.

§ 2º - Ultrapassado o prazo fixado no *caput* deste artigo, o Presidente poderá conceder prorrogação de um minuto, para fins de conclusão da manifestação.

§ 3º - Nos casos em que, ultrapassado o prazo de seis minutos, não for possível a conclusão da manifestação e tratando-se de assunto de grande complexidade, poderá, a critério do Plenário, por meio de votação, ser concedido novo prazo para conclusão da manifestação.

§ 4º - Iniciado o processo de votação, não será permitido o uso da palavra por qualquer pessoa presente, inclusive os Conselheiros.

§ 5º - Os técnicos dos órgãos seccionais de apoio poderão se manifestar para prestar esclarecimentos, devendo limitar-se ao assunto tratado durante o julgamento.

Art. 24 - O membro do COMDEMA, no exercício de suas funções, é impedido de atuar em processo administrativo que:

I - Tenha atuado como Autoridade Pública lançadora do auto de infração ou praticado ato decisório;

II - For parte interessada;

III - Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o 3º grau;

IV - No qual tenha proferido qualquer decisão ou manifestação em outra instância administrativa;

V - No qual estiver postulando, como representante legal da parte, do seu cônjuge ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral até o 3º grau;

VI -Em que for cônjuge, parente consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou na colateral, até o 3º grau;

VII - em relação ao qual tenha interesse pessoal na matéria;

VIII - em que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro;

IX -Tenha interesse econômico ou financeiro diretos;

X - Seja representante ou tenha vínculo com instituição que possua interesse direto;

XI - Seu cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, tenham atuado como técnico ou analista ambiental, seja o autuado, o seu representante legal ou estiver postulando como advogado da parte; ou

XII - Preste ou tenha prestado consultoria, assessoria, assistência técnica, jurídica ou contábil ao interessado, ou dele perceba remuneração sob qualquer título.

Art. 25 - Pode ser arguida a suspeição de membro de COMDEMA que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado ou com seu cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau.

Art. 26 - O membro do COMDEMA que incorrer em impedimento ou suspeição deverá comunicar o fato ao Secretário ou ao Presidente do COMDEMA, abstendo-se de atuar.

§ 1º - A falta de comunicação do impedimento ou suspeição constitui falta grave para efeitos disciplinares, punível com suspensão de participação em 3 (três) reuniões, podendo ser ordinárias e/ou extraordinárias.

§ 2º - O impedimento ou a suspeição poderão ser arguidos pelo Conselheiro durante as reuniões, ou por qualquer interessado, no prazo de cinco dias, contados a partir da publicação da pauta de reuniões, sendo vedada, neste caso, a arguição anônima.

§ 3º - O conselheiro arguido terá cinco dias, a partir da comunicação do Secretário do COMDEMA, para se manifestar por escrito sobre o impedimento ou suspeição, sendo permitida a juntada de documentos e assistência de advogado.

§ 4º - Caso o impedimento ou suspeição não seja reconhecido pelo arguido, a questão será submetida ao Plenário para deliberação sobre o arquivamento ou pelo reconhecimento da arguição.

§ 5º - A Instituição ou Entidade poderá ingressar no processo administrativo na assistência do seu representante, sendo-lhe assegurada a apresentação de defesa e formulação de pedidos e requerimentos.

§ 6 - As decisões proferidas pelo Plenário determinando o arquivamento dos incidentes de impedimento e suspeição são irrecorríveis.

Art. 27 – Considera-se fundada suspeição de parcialidade da autoridade administrativa ou servidor:

I - Que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o 3º grau;

II - Se alguma das partes for credora ou devedora do servidor ou da autoridade administrativa, de seu cônjuge ou de parentes deste, em linha reta ou colateral até o 3º grau;

III - Herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

IV - Receber dádivas antes ou depois de ter iniciado o processo, aconselhar alguma das partes acerca do objetivo do processo, ou subministrar meio para atender às despesas do processo; e

V - Interessado no julgamento do processo em favor de uma das partes.

CAPÍTULO VI

DOS DEVERES

Art. 28 – Os membros do COMDEMA devem respeitar datas, cumprir horários e atividades estabelecidas, tanto para as reuniões ordinárias e extraordinárias, como nos Grupos de Trabalho e Comissões.

Art. 29 - O Membro do Conselho deve manter informado o seu Suplente e a Instituição ou Entidade que representa sobre assuntos tratados no Conselho.

Art. 30 - O Membro do Conselho deverá:

I - Apresentar postura e profissionalismo nas suas atividades, cumprindo os compromissos assumidos junto ao Conselho e procurando ser agente da promoção da paz e do entendimento;

II - Ter senso de responsabilidade, evitando que, por omissão ou negligência, seus atos possam causar prejuízos ao Município Novo Mundo, ao COMDEMA, à Sociedade e aos demais membros;

III - Não assumir postura agressiva, impositiva e incompatível com o bom andamento dos trabalhos, devendo buscar sempre o entendimento;

IV - Não praticar atos para tumultuar as reuniões e o andamento dos trabalhos do Conselho, nem induzir terceiros a praticá-los;

V - Não tecer, no decorrer das Reuniões, considerações de caráter político partidário;

VI - Não tecer no decorrer das Reuniões considerações contendo discriminação de raça, religião, classe social, sexo ou costumes;

VII - Priorizar o Plenário para a resolução de problemas ou conflitos internos e externos referentes às Políticas Ambientais do Município Novo Mundo e do COMDEMA;

VIII - Não se manifestar em nome do COMDEMA sem prévia autorização.

CAPÍTULO VII

DA PRESIDÊNCIA

Art. 31 - Compete ao Presidente do COMDEMA:

I - Dirigir os trabalhos do COMDEMA, convocar e presidir as sessões do Plenário;

II - Propor a criação de comissões técnicas e designar seus membros;

III - Dirimir dúvidas relativas à interpretação de normas deste Regimento;

IV - Encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do Plenário;

V - Assinar as atas aprovadas nas reuniões;

VI - Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao Prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;

VII - Designar relatores para temas examinados pelo COMDEMA;

VIII - Dirigir as sessões do COMDEMA, ou suspendê-las;

IX - Estabelecer, através de Deliberação, normas e procedimentos para o funcionamento do COMDEMA;

X - Convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto;

XI - Delegar atribuições de sua competência;

XII - Tomar decisões emergenciais em nome do Conselho, *ad. referendum*;

XIII - Zelar pelo bom funcionamento do COMDEMA, solicitando apoio logístico, aquisição de equipamentos, suprimento de materiais de consumo, entre outros.

Parágrafo Único - Três meses antes do encerramento do mandato dos Conselheiros, o Presidente deverá tomar providências, junto ao Poder Executivo Municipal e demais órgãos, instituições e entidades, citadas no artigo 5° deste Regimento Interno, para escolha dos novos Conselheiros.

Art. 32 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em seus impedimentos, exercendo as suas atribuições.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente assumirá a Presidência o Secretário do COMDEMA.

Art. 33 - Compete ao Secretário:

I - Fornece suporte e assessoramento técnico ao COMDEMA nas atividades por ele deliberadas;

II - Elaborar as atas das reuniões;

III - Organizar os serviços de protocolo, distribuição e arquivo do COMDEMA;

IV - Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.

CAPÍTULO VIII

DAS REUNIÕES

Art. 34 - O Plenário é o órgão máximo de deliberação do COMDEMA, constituído na forma do artigo 5° deste Regimento.

Art. 35 - As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem:

I - Instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho com a abertura da sessão;

II - Votação da ata da reunião anterior;

III - Comunicado dos conselheiros e assuntos gerais para serem discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário;

IV - Apresentação ao Presidente de pedidos de inversão de pauta ou de retirada de pontos de pauta;

V - Discussão e deliberação das matérias pautadas, após leitura integral da pauta;

VI - Constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Estudos;

VI - Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

§ 1º - O comunicado e os assuntos gerais a que se refere o inciso IV do caput deste artigo terão duração máxima total de até 30 (trinta) minutos, divididos entre os interessados.

§ 2º - Os processos pautados poderão ser julgados em bloco, admitindo-se destaque em ponto de pauta específico, por qualquer conselheiro presente, verificada a necessidade de discussão, esclarecimento ou pedido de vista sobre o item.

§ 3º - O destaque a que se refere o parágrafo anterior deverá ser requerido no momento em que o Presidente da sessão promover a leitura das matérias pautadas para deliberação e antes do início da votação em bloco.

§ 4º - Os itens destacados serão colocados em discussão e votação em separado, devendo ser obedecida a ordem da pauta, sendo admitida, nos termos deste Regimento Interno, a inversão de pauta.

§ 5º - Nos itens destacados, referentes a processos de regularização ambiental, a apreciação e votação acerca do deferimento ou indeferimento do pedido devem proceder a discussão e sugestão de inclusão, exclusão ou alteração de condicionantes.

§ 6º - Nos casos em que o conselheiro proponente da condicionante manifestar que a inclusão, exclusão ou alteração da mesma pode interferir na decisão de concessão da licença ambiental, deverão ser colocados em votação, simultaneamente, o parecer do órgão ambiental e a proposta apresentada pelo conselheiro.

Art. 36 - As pautas das reuniões ordinárias serão estabelecidas pela Presidência do Conselho e disponibilizadas aos Conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da realização da reunião.

Art. 37 - As pautas das reuniões extraordinárias serão disponibilizadas aos Conselheiros na data da convocação.

Art. 38 - Os estudos técnicos de empreendimentos deverão ser disponibilizados aos Conselheiros com 5 (cinco) dias de antecedência à data da realização das reuniões ordinárias, exceto as extraordinárias, que deverá ser disponibilizado até no ato da convocação.

Art. 39 - Os Pareceres Técnicos e Jurídicos, das Comissões e/ou Grupos de Estudos, a serem apresentados durante as reuniões, deverão ser elaborados por escrito e disponibilizados aos Conselheiros com 5 (cinco) dias de antecedência à data da realização das reuniões ordinárias, exceto as extraordinárias.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho nas discussões sobre o teor dos Pareceres Consultivos farão uso da palavra que será concedida pela Presidência, na ordem em que for solicitada.

Art. 40 - Terminada a exposição do Parecer Consultivo, será o assunto posto em discussão.

Art. 41 - Após as discussões o assunto será votado pelo Plenário.

§ 1º - Somente terão direito a voto os membros previstos no artigo 5º desse Regimento, ou seus respectivos suplentes.

§ 2º - As decisões do COMDEMA serão tomadas por maioria simples, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, a qual deverá ter maioria absoluta.

Art. 42 - Das reuniões do Plenário serão lavradas atas que, submetidas à aprovação na reunião subsequente, deverão ser dadas publicidade.

Art. 43 - Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas convidadas.

Art. 44 - Qualquer cidadão, entidade ou instituição poderá participar das reuniões do COMDEMA.

CAPÍTULO IX

DA SUPLÊNCIA, DAS SUBSTITUIÇÕES E DA VACÂNCIA

Art. 45 - Os membros do COMDEMA, previstos no artigo 5º deste Regimento Interno, serão substituídos em suas faltas ou impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes, previamente indicados pelas suas instituições de origem.

Parágrafo único - Em caso de impedimento temporário de membro do COMDEMA e não havendo suplente a convocar, a Instituição ou Entidade correspondente será comunicada para designação de substituto, o prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 46 - Ausentes o Presidente, o Vice-Presidente, e o Secretário, a Presidência será ocupada por um membro titular que será escolhido pelo Plenário, a fim de possibilitar o funcionamento do Conselho.

Parágrafo único - Cessará o exercício do substituto desde que o substituído compareça à reunião.

Art. 47 - A renúncia como membro do COMDEMA far-se-á em comunicação escrita à sua respectiva Instituição ou Entidade, que deverá indicar um substituto no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 48 - O mandato dos membros do COMDEMA será considerado extinto antes do término nos seguintes casos:

I - Morte;

II - Renúncia;

III - Doença que exija o licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV - No caso de reincidência na falta de comunicação do impedimento ou suspeição;

V - Por condenação em primeira instância em sentença criminal por crime doloso;

VI - Em caso de 3 (três) faltas injustificadas no decorrer de 1(um) ano ou 5 (cinco) faltas justificadas no decorrer de 1 (um) ano.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COMDEMA.

Este regimento interno do COMDEMA de Novo Mundo / MT, foi discutido e aprovado pelos seus membros na reunião realizada em 28 de março de 2.025.

_____

José Ademir Tesk

Presidente

_____

Edson Ferrerira Lima

Vice-Presidente

_____

Daniel Alves dos Santos Batista

Procurador Geral

Portaria 023/2025

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 085/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**NATHIELLY REGINA DOS SANTOS SANTANA,** portadora da cédula de identidade Nº 2.111**** SSP/ MT e CPF N°. 031. 71****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.412,00** (Um mil quatrocentos e doze reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**22.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 22 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 079/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**MARIA DANIELA DE FREITAS DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 3509093-6 SSP /MT e CPF N°. 079.802. 951-02, brasileira, residente no município de Novo Mundo/ MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.439,32 (Um mil quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS Nº 008/2025 - EDITAL COMPLEMENTAR N.º 002

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - PRELIMINARES

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, nomeado pela Portaria nº 009 de 02 de janeiro 2025no uso de suas atribuições legais, neste ato através da **Comissão de Organização Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo por Contagem de Pontos para recomposição de cadastro reserva de vagas dos profissionais da saúde,** nomeada pela **Portaria nº 002 de 07 de abril 2025, TORNA PÚBLICO**, a **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES – PRELIMINARES,** a seguir:

1. A divulgação da Relação Preliminar dos inscritos para o PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS PARA RECOMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE VAGAS DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE Nº 008/2025, cuja as inscrições foram realizadas no dia 15/04/2025 e dia 16/04/2025, a seguir:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME	CPF	CARGO
Maria Edilene Ramos de Araújo	033.xxx.xxx-24	Técnico (a) de Enfermagem
Josiane da Costa Pires	060.xxx.xxx-76	Técnico (a) de Enfermagem
Eliane Lorenzi Xavier	692.xxx.xxx-87	Técnico (a) de Enfermagem
Kamily Vitória da Silva Cruz	095.xxx.xxx-09	Técnico (a) de Enfermagem

RECEPCIONISTA -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NOME	CPF	CARGO
Aline dos Santos da Silva	071.xxx.xxx-90	Recepcionista
Cleide Evangelista Barbosa	031.xxx.xxx-38	Recepcionista
Viviane Paula Virgilino	005.xxx.xxx-60	Recepcionista
Leilane do Nascimento da Silva	045.xxx.xxx-28	Recepcionista

2. Em caso de Recurso, caso queiram, fazer em conformidade com o Edital, será no dia 17/04/2025, das 13:00 às 17:00 horas através do **e-mail da secretaria:** saude@novomundo.mt.gov.br**,** com assunto "**RECURSO**". Novo Mundo/MT, 17 de abril de 2025.

_____

Luciana da Silva Betarelo

Presidente da Comissão

Portaria nº 002 de 07 de abril 2025

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 080/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	ª **RAYANE COELHO TAVARES,** portadora da cédula de identidade Nº 2522**** SSP/MT e CPF N°. 053.164****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.439,32 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos)**, mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2027.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 081/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	Sr.ª **REGILAINE DOS SANTOS LEMES**,portadora da cédula de identidade Nº 3528**** SSP /MT e CPF N°. 922.94***-**, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.439,32** (Um mil quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025.**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 070/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**MARCOS ANTONIO LIMA DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 22****** SSP/MT e CPF N° 040.560.***-**, brasileiro, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação da Professor a ser desempenhada as funções junto a EMEB. **"Alcides Ferreira Primo".** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 3.012,36 (Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos)**, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 29 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 090/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LUZENIR MARTINS CUNHA DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 22**.***-* SSP/MT e CPF N°.945.664.***-**, brasileira, residente e domiciliada neste município Novo Mundo-MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MERENDEIRA,** Nível Ensino Fundamental, lotada e a disposição da **"CRECHE MUNICIPAL MUNDO MÁGICO".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.518,00** (Um Mil Quinhentos e Dezoito Reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**03.02.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 03 de Fevereiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 071/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**MARSILEI MARTELLO SOBOLESKI,** portadora da cédula de identidade Nº 23*****-* SSP/MT e CPF N° 045.021.***-** brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação da Professora a ser desempenhada as funções junto a EMEB. Alcides Ferreira Primo, **lotada e a disposição da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.**
Valor	O valor do presente contrato é de R**$ 3.012,36 (Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos) que** serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 082/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**TANIA KESIA DE LIMA DUDÉ,** portadora da cédula de identidade Nº 237**** SSP/MT e CPF N°. 040.480*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.439,32 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos)**, mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2027.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 012/2025

PORTARIA Nº. 012/2025

De 16 de abril de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação do Responsável pelo

recebimento e atesto das mercadorias e serviços adquiridos/contratados na

Câmara Municipal de Novo Mundo e dá outras providências".

A Senhora VALERIA DE LIMA VALE, Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento interno da Câmara Municipal,

Resolve:

Art. 1º - Designar a Sra. Senhora **LUCELEIDA NUNES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 000997*** SSP/MS e CPF nº ***.199.***- **, como responsável por atestar o recebimento das mercadorias e dos serviços adquiridos/contratados na Câmara Municipal de Novo Mundo-MT;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, aos 16 de abril de 2025.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

Valeria Vale

Presidente

Biênio: 2025/2026

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 013, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"Designa servidores para atuar nas funções de Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio, no âmbito da Câmara Municipal de Novo Mundo - MT, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, e dá outras providências."

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento interno da Câmara Municipal, e:

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Novo Mundo/MT não possui número suficiente de servidores efetivos com liberdade para o exercício das funções e atividades previstas na Lei n.º 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o §1º do artigo 7º da Lei n. 14.133/2021, impõe a necessidade de observância ao princípio da segregação de funções, com a vedação de designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, para redução da possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação;

RESOLVE:

Art. 1°. Nomear a servidora **GLEYCIVANI NUNES DA SILVA**, portadora do CPF sob o n.º ***.965.***-**, ocupante do Cargo de coordenador do departamento de compras, para exercer a função de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT e conduzir os atos das licitações e contratações da Câmara Municipal nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021.

Parágrafo Único. A servidora acima nomeada será a responsável por exercer também as funções de pregoeiro da Câmara Municipal, para conduzir os atos das licitações modalidade pregão presencial e eletrônico, quando necessário.

Art. 2°. Nomeia-se as servidoras **EDUARDA MAGALHAES DA ROZA**, portadora do CPF n.º 039.306.671-18, e a servidora **ROSA JACINTA VICENZI,** portadora do CPF n.º ***.***.529-**, para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal n° 14.133/2021.

Parágrafo único. As servidoras mencionadas no caput deste artigo auxiliarão a Agente de Contratação/Pregoeiro no desempenho de suas atribuições, quando necessário.

Art. 3°. O Agente de Contratação exercerá as atribuições previstas na Lei n.º 14.133/2021, especialmente na tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e da fase externa das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de parecer técnicos e jurídicos.

Parágrafo único. O Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Art. 4°. Nas contratações diretas, abrangendo as dispensas e inexigibilidades de licitação, também será o agente de contratação responsável por conduzir e executar os respectivos processos, com o auxílio da equipe de apoio.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Câmara Municipal de Novo Mundo/MT, aos 16 de abril de 2025.

VALERIA DE LIMA VALE

Presidente

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 077/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**KAMILA GABRIELLA FEITOSA CARDOSO**,portadora da cédula de identidade Nº 2.91**** SSP/ MT e CPF N°. 070.13*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (BIBLIOTECA),** lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.443,32 (um mil e quatrocentos e quarenta e três reais, trinta e dois centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município
Vigência do Contrato	**23.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 23 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 089/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ANA CARLA COELHO MESQUITA,** portadora da cédula de identidade Nº 23*****-* SSP/MT e CPF Nº 054.054.***-**, brasileira, residente e domiciliada neste município Novo Mundo-MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de (**Zeladora)** Ensino Médio, lotada e a disposição da **"CRECHE MUNICIPAL MUNDO MÁGICO".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.518,00** (Um Mil Quinhentos e Dezoito Reais mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**24.01.2025 a 03.04.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de janeiro de 2025.

Novo Mundo – MT, em 24 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 076/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**PALOMA ARAUJO DA SILVA SOUSA**,portadora da cédula de identidade Nº 2302******SSP/MT e CPF N°. 056.879*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITORA)** período VESPERTINO, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo.**
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 1.439,32 (Um mil quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.

Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO
TERMO RESCISAO DO CONTRATO 056/2022

O **MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, NOVO MUNDO – MT, inscrita no CNPJ Nº 01.614.517/0001-33, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. CASCIANO MARTINS REIS,** brasileiro, convivente, servidor público e produtor rural, portador do **RG nº 1090534-0 SSP/MT,** inscrito no **CPF nº 848.681.391-34**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **LELIS FONOAUDIOLOGIA**, inscrita no **CNPJ Nº 45.909.515/0001-47** situada na Rua TV dos Ipês, nº 55, Bairro Centro, na cidade de Guarantã do Norte – MT, neste ato representada pelo seu proprietária Srª Renata Souza Lelis, brasileira, casado/solteira, fonoaudióloga , **CPF 714.984.001-91 e RG 19175906, SSP-MT**, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente de contrato de fornecimento, que será regido pela Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelos dispostos nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este **TERMO** tem como objeto a **RESCISÃO DO CONTRATO 056/2022**, firmado entre as partes, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOUADIOLOGIA, DOIS DIAS POR SEMANA EM PERIODO INTEGRAL COM HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE AS 07:00 ATÉ AS 11:00 E 13:00 ATÉ AS 17:00 HORAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO – MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA– DA RESCISAO

Fica rescindido de pleno direito, consensualmente, com seus efeitos a partir da assinatura deste termo, o **CONTRATO 056/2022**, visto que houve o pedido de distrato de execução do contrato por parte da **CONTRATADA**, alegando que por motivos particulares, não conseguiria executar o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade da rescisão tem seu fundamento legal no artigo 79, inciso II da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

Assim, pela assinatura deste termo, concede-se plena quitação de todos os empenhos realizados em favor da CONTRATADA, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Termo de Rescisão Consensual no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

O foro competente é o da Comarca de Guarantã do Norte -MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e valor.

Novo Mundo - MT, 17 de abril de 2025.

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

LELIS FONOAUDIOLOGIA

CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 075/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**JESSIKA ALINE FEITOSA RONDON,** portadora da cédula de identidade Nº 2153***** SSP/ MT e CPF N°. 034.609*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (LABORATORIO DE INFORMATICA),** lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R**$ 1.443,32 (um mil e quatrocentos e quarenta e três reais, trinta e dois centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**31.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 31 de janeiro 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 088/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**GEZABEL JUSTINIANO DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 1.67***** SEJSP/MT e CPF 637.1*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **GEZABEL JUSTINIANO DOS SANTOS**, APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (**Auxiliar Merendeira**), Ensino Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica “Alcides Ferreira Primo”.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.412,00** (Um mil quatrocentos e doze reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**03.02.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 03 de fevereiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 065/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**MARCOS ANTONIO LIMA DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade Nº 22****** SSP/MT e CPF N° 040.560.***-**, brasileiro, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação da Professor a ser desempenhada as funções junto a EMEB. Inovação, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.807,32 (**mil oitocentos e sete reais e trinta e dois centavos), que serão pagos nas

	mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**06/02/2025 a 18/12/2025.**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 06 de fevereiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 087/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARIA BETHÂNIA FEITOZA DE SOUSA RODRIGUES,** portadora da cédula de identidade Nº 1392**** SSP/MT e CPF 958. 24****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação da professora **MARIA BETHÂNIA FEITOZA DE SOUSA RODRIGUES**, Nível Superior, carga horária corresponde a **20** horas semanais, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica "Alcides Ferreira Primo".
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **R$ 3.012,36 (Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 086/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**LIDIA SOBOLESKI,** portadora da cédula de identidade Nº 1. 773**** SSP/ MT e CPF N°. 014.81*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.412,00** (Um mil quatrocentos e doze reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**22.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 22 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 083/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**DAYANE GONÇALVES BOMBARDI,** portadora da cédula de identidade Nº 15345**** SSP/ MT e CPF N°. 014.29*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.439,32 (um mil e quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos)**, mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**13.02.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 13 de fevereiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

CONTROLADORIA
PORTARIA INTERNA N.º 001/2025/CGM

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Portaria Interna n.° 001/2025/CGM.

De 17 de abril de 2025.

"Dispõe sobre alteração do PAAI - Plano Anual de Auditoria Interna da CGM de Novo Mundo-MT para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências."

A **CONTROLADORA INTERNA** do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, responsável pela Unidade Central do Sistema de Controle Internodo Município denominada **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**,no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

CONSIDERANDO que o PAAI, além de contemplar as auditorias estabelecidas pela CGM, deve considerar a realização de auditorias determinadas pelo TCE-MT, inclusive pelo Programa Aprimora, nos termos da Resolução n.º 17/2017 – TP

CONSIDERANDO convocação dos controladores internos pelo TCE/MT para o treinamento do ciclo 2025 – PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública), por meio do Ofício Circular n.º 01/2025/GAB-AJ de 12/03/2025, definindo no plano de ação o prazo para a avaliação dos Portais da Transparências dos órgãos de 21/04 a 30/05/2025

CONSIDERANDO que o PNTP é conduzido pela Atricon, TCE/MT e TCU.

R e s o l v e:

Artigo 1º. Alterar o PAAI - Plano Anual de Autoria Interna da Controladoria Geral do Município do Município de Novo Mundo/MT para o exercício financeiro de 2025, de que a Portaria n.º 001/2024/CMG de 20/12/2024, para dar pleno cumprimento ao plano de ação do PNTP - 2025.

Parágrafo Único. Ficam alterados a ordem cronológica e os prazos das ações previstas no PAAI/2025, conforme anexo único.

Artigo 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CGM de Novo Mundo – MT, 17 de abril de 2025.

Ma. ALCIELLY VITORINO DE CARLI

CONTROLADORA INTERNA

Mat. n.º 2060

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

ANEXO ÚNICO

PAAI – PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - 2025

Ordem	Sistema Administrativo	Ação	Periodicidade	Prazo
01	Sistema de Controle Interno	Parecer Técnico Conclusivo sobre as Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2024 da Prefeitura, Previdência e Câmara Municipal	Semestral	02/01 a 15/02/2025
02	Sistema de Previdência	Verificação das Regras específicas: taxa de administração, CRP, regularidade dos investimentos, concessão de benefícios, etc.	Semestral	02/01 a 15/02/2025
03	Sistema Legislativo	Verificação das Regras específicas: gastos com folha de pagamento (70%), subsídios dos vereadores, verbas indenizatórias, etc.	Semestral	02/01 a 15/02/2025
04	Sistema Financeiro, de Compras e Licitações e Frotas.	Auditoria nos processos de contratação e execução dos serviços da empresa Centro América Comércio, Serviço, Gestão tecnológica Ltda, determinada pela Naco Criminal/MPMT.	Especial	02/01 a 02/03/2025
05	Sistema de Contabilidade e Previdência	Parecer sobre as Contas Anuais de Governo do Município de Novo Mundo/MT do Exercício de 2024	Anual	02/03 a 16/04/2025
06	Sistema de Acesso à Informação	Avaliação do Portal da Transparência da Prefeitura e da Câmara Municipal de Novo Mundo/MT conforme PNTP/2025: Lei nº 12.527/2011	Conforme prazo do TCE/MT	21/04 a 30/05/2025
07	Sistema de Educação	Auditoria de conformidade no serviço de Transporte Escolar para verificar cumprimento do disposto no relatório Técnico do Processo nº 8.257-0/2020	Anual	02/05 a 30/06/2025
		Auditoria na Gestão de Alimentação Escolar, conforme Res. 34/2016 TCE/MT, com base na metodologia do Programa Aprimora	Anual	02/05 a 30/062025
08	Sistema Financeiro, de Educação e Saúde	Auditoria nos processos de despesas, diárias e adiantamentos	Anual, por amostragem	02/05 a 30/06/2025
		Acompanhar despesas empenhadas impropriamente em educação	Anual, por amostragem	01/06 a 30/06/2025
		Acompanhar gastos públicos e despesas empenhadas impropriamente em Saúde	Anual, por amostragem	01/06 a 30/06/2025
09	Sistema de Contabilidade	Controle de índices legais e constitucionais: - Saúde (15%) - Educação (25%) - Fundeb (70%) - Pessoal (54%)	02 vezes no ano	01/06 a 30/06/2025
		Análise da Execução Orçamentária Análise dos Créditos Adicionais Análise das Prestações de Contas	Anual	01/06 a 30/06/2025
10	Sistema de Recursos Humanos	Análise da Folha de Pagamento Análise da frequência dos servidores	Anual, por amostragem	01/07 a 31/07/2025
		Análise dos processos das Avaliações de Desempenho dos servidores em estágio probatório	Semestral, por amostragem	01/07 a 31/07/2025
11	Sistema de Previdência	Verificação das Regras específicas: taxa de administração, CRP, regularidade dos investimentos, concessão de benefícios, etc.	Semestral	01/07 a 31/07/2025
12	Sistema Legislativo	Verificação das Regras específicas: gastos com folha de pagamento (70%), subsídios dos vereadores, verbas indenizatórias, etc.	Semestral	01/07 a 31/07/2025
13	Sistema de Controle Interno	Parecer Técnico Parcial sobre as Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2025 da Prefeitura, Previdência e Câmara Municipal	Semestral	01/07 a 31/07/2025
		Análise do atendimento à Nota Técnica Nº 02/2021 – TCE-MT: Lei nº 13.460/17 (Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos)	Anual	01/07 a 31/07/2025
		Análise do atendimento à LGPD: Lei nº 13.709/2018	Anual	01/07 a 31/07/2025

14	Sistema de Obras Públicas	Acompanhamento da execução e controle de Obras Públicas	Anual, por amostragem	01/08 a 31/08/2025
15	Sistema de Transportes	Auditoria da Gestão de Frotas conforme Res. 15/2017 TCE/MT, com base na metodologia do Programa Aprimora	Anual	01/09 a 30/09/2025
16	Sistema de Saúde Pública	Auditoria em Logística de Medicamentos, conforme Res. 08/2016 TCE/MT, com base na metodologia do Programa Aprimora	Anual	01/10 a 31/10/2025
		Análise da divulgação das Escalas Médicas	Anual	01/10 a 31/10/2025
		Análise da divulgação dos estoques para verificar atendimento à Lei 14.654/2023	Anual	01/10 a 31/10/2025
17	Sistema de Contabilidade	Controle de índices legais e constitucionais: - Saúde (15%) - Educação (25%) - Fundeb (70%) - Pessoal (54%)	02 vezes no ano	01/10 a 31/10/2025
18	Sistema de Compras e Licitações	Análise das Licitações e Contratos	Anual, por amostragem de 20%	01/12 a 31/12/2025
		Análise dos Convênios		
		Análise das Dispensas e Inexigibilidades		

CGM de Novo Mundo – MT, 17 de abril de 2025.

Ma. ALCIELLY VITORINO DE CARLI

CONTROLADORA INTERNA

Mat. N.º 2060

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 074/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**NAIARA PEREIRA DUTRA** portadora da cédula de identidade Nº 44.***** SSP/SP e CPF N° 018.567.****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, **1ª ANO "A", lotada e a disposição EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **3.012,36 (Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PROCURADORIA
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO E ESCOLHA/VOTAÇÃO PARA OS CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONDEMA – NOVO MUNDO

Aos 28 de março de 2025, ás 9hrs, atendendo ao Edital de Convocação afixado no Prédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária, reuniu-se na Rua Nunes Freire, nº.525, Centro, Novo Mundo – MT, CEP 78528-000, com o objetivo de promover a constituição e posse dos membros do Conselho, bem como a aprovação do seu respectivo regimento interno. A reunião versou sobre os seguintes temas: a) Apresentação dos membros do Conselho; b) Votação para definir os membros que ocuparão os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário e c)Aprovação do Regimento Interno. Estavam presentes na reunião os membros titulares indicados pelas respectivas entidades citadas na Lei nº.557/2021, sendo: o Sr. Jose Ademir Tesk, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária do Município de Novo Mundo - MT; a Sra. Fabiana Aparecida Nascimento Pierezan, , ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando Instituição de Ensino de Novo Mundo – MT; a Sra. Eudilene de Lima Souza, , ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Organização de Sociedade Civil de Defesa ao Meio Ambiente; o Sr. Luiz Afonso Mallmann, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Organização de Sociedade Civil de Defesa ao Meio Ambiente; o Sr. Inacio Silvério dos Anjos, , ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando os Moradores dos Bairros de Novo Mundo-MT; o Sr. Martinho Philippsen, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando os Moradores dos Bairros de Novo Mundo-MT; o Sr. Carlos Alexandre Ponte da Silva, brasileiro,******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Empaer-MT, unidade de Novo Mundo -MT; a Sra. Tais Guedes, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Câmara de Dirigentes Lojistas de Novo Mundo-MT; Sr. Dahuer Pedriel Hurtado Marques Nunes, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando o Club de Serviços de Novo Mundo – MT; o Dr. Daniel Alves dos Santos Batista, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Procuradoria Municipal de Novo Mundo – MT; a Sra. Elcione Ferreira de Souza,******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Mundo – MT; o Sr. Gleisson dos Santos Duarte, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Eclesiásticas; a Sra. Lilian Claudia Pereira de Oliveira, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; o Sr. Pedro Henrique Feitosa Cardoso, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Secretaria Municipal de Saúde; o Sr. Anderson de Matos Marques, ******,

*********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Secretaria Municipal de Infraestrutura; o Sr. Marcio Cherobin,******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA, unidade executiva de Novo Mundo – MT; o Sr. Edinaldo Marques de Oliveira, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando o Núcleo da Polícia Militar de Novo Mundo-MT; a Sra. Mariles Alves, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Associação das Mulheres Camponesas do Boa Esperança de Novo Mundo – MT; o Sr. Edson Ferreira Lima, , ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, representando a Associação de Produtores e Produtoras do Assentamento Nova Conquista II de Novo Mundo-MT. Sendo que, os nomes acima descritos juntamente com os nomes dos respectivos suplentes deverão ser encaminhados ao Prefeito Municipal para que seja realizado o ato de nomeação dos membros do CONDEMA através de portaria, conforme prevê o artigo 4º da Lei nº.557/2021. Ato continuo, em atendimento ao §2º do artigo 4º da Lei nº. 557/2021, iniciou-se a escolha e votação para escolha dos membros que ocuparão os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do CONDEMA, sendo aprovado por unanimidade dos membros, a seguinte composição: **PRESIDENTE** – **JOSÉ ADEMIR TESK**,******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, da entidade - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Turismo, Desenvolvimento Econômico e Regularização Fundiária do Município de Novo Mundo - MT; **VICE-PRESIDENTE – EDSON FERREIRA LIMA**, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº. ***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, da entidade - a Associação de Produtores e Produtoras do Assentamento Nova Conquista II de Novo Mundo-MT**; SECRETÁRIO – ANDERSON DE MATOS MARQUES**, ******, *********, **********, portador da CI nº. ********** e do CPF nº.***.***.****-**, residente e domiciliado na ******, da entidade - Secretaria Municipal de Infraestrutura. Logo em seguida, os membros presentes deliberaram acerca do Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CONDEMA, sendo que todos tiveram a oportunidade de dar sugestões, levando a aprovação por unanimidade do regimento apresentado que encontra-se anexo a esta ata. Por fim, foi informado aos membros que os mandatos serão 2 (dois) anos ou enquanto ocuparem os respectivos cargos, iniciando-se nesta data. Após a deliberação de todos os assuntos, nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, determinando a mim, **secretário,** que lavrasse a presente ata e a levasse junto com o Regimento Interno em anexo, para registro nos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. Esta ata segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, Membros Eleitos da Diretoria e os demais membros presentes na reunião.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 072/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	Sr.ª NADIR DE LOURDES ROMÃO DA SILVA, portadora da cédula de identidade Nº 0845**** SSP/MT e CPF N° 545. 24****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação da Professora, **NADIR DE LOURDES ROMÃO DA SILVA**, Nível Superior, lotada e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica "Alcides Ferreira Primo".
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **R$** 3.012,36 **(Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos)** mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 084/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ALINE PEREIRA BEZERRA**,portadora da cédula de identidade Nº 20****SSP/ MT e CPF N°. 034.687.*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **ZELADORA, lotada e a disposição EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.412,00** (Um mil quatrocentos e doze reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**22.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 22 de janeiro de 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 073/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**JANETE DOS SANTOS DE LIMA**, portadora da cédula de identidade Nº 2.745**** SSP/MT e CPF N° 061.74*****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de **R$ 3.012,36 (Três Mil, e doze reais, trinta e seis centavos)**, mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**27.01.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 27 de janeiro 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR 078/2025

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ANGELA MARIA RAGIEVICZ**, portadora da cédula de identidade Nº 1529**** SSP/MT e CPF N°. 002.492****, brasileira, residente no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA**, lotada e a disposição **EMEB. Alcides Ferreira Primo**.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.439,32** (Um mil quatrocentos e trinta e nove reais, trinta e dois centavos) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.

Vigência do Contrato	**11.02.2025 a 18.12.2025**

Este Extrato de Contrato de Servidor entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2025.

Novo Mundo/MT, 11 de fevereiro 2025.

_____

CASCIANO MARTINS REIS

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 026/2025

DE 17 DE ABRIL DE 2025.

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, Senhor Leonardo Farias Zampa, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 02/2024, no dia 07 de janeiro de 2025, no mural da Prefeitura Municipal, no site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XX, edição nº. 4.648, páginas 609 a 615, do dia 07 de janeiro de 2025;

Considerando a Homologação do Processo Seletivo Simplificado 02/2024, através do Decreto Municipal nº. 02/2025 de 07 de janeiro de 2025.

Convoca:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 02/2024 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situado na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim-MT, no período de **22/04/2025 a 06/05/2025,** no horário de 07hs00min as 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min.

NOME	FUNÇÃO
DHIEGO FONTOURA ARAÚJO	MOTORISTA

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias:
01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;
02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);
03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);
05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
07 - Cartão do PIS/PASEP
08 – Certidão de Quitação Eleitoral (QUITE) (**internet**);
09 - Título de Eleitor;
10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12 - Atestado de Saúde Física e Mental - ASO (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;
13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;
14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);
17 - Declaração contendo endereço residencial;
18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19 - Declaração de Bens;
20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação (se CTPS DIGITAL trazer cópia dos DADOS CADASTRAIS)
22 – Conta Corrente Banco do Brasil
23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH categoria "D" (Motorista)
Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2024 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT.
Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.
Novo São Joaquim-MT, aos dezessete dias do mês de abril de 2025.
LEONARDO FARIA ZAMPA
Pref. Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 356 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

PORTARIA Nº 356 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR. ANTÔNIO MARCOS THOMAZINI** no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2024, Termo de Homologação Decreto nº 2420/2024 de 04 de junho de 2024 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 04 de junho de 2024, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1. DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. Os candidatos aprovados e convocados terão O PRAZO MÁXIMO para a apresentação de toda a documentação **06 (seis) dias úteis,** nos termos da Edital 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado 001/2024 – Contratação Temporária por Prazo Determinado, contados da publicação da portaria de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paranatinga, no período de atendimento ao público, devendo entregar a seguinte documentação para sua contratação: I. 02 fotos 3x4 recentes. II. 02 Cópias do CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; III. 02 Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – Física (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais) ou Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – Digital; IV. 02 Cópias da Certidão de Nascimento ou Casamento; V. 02 Cópias da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; VI. 02 Cópias da Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VII. 02 Cópias do Registro no Respectivo Conselho Profissional, juntamente com a comprovação de estar quite com as obrigações junto ao respectivo conselho (para os cargos que se fizerem necessário); VIII. 02 Cópias do Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; IX. 02 Cópias da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista, Motorista de veículo leve, Motorista de veículo Pesado e Motorista de veículo Especial.

X. 02 cópias do Comprovante de endereço com data recente, se não tiver comprovante no nome do candidato, apresentar Declaração do titular do Comprovante de Endereço;

XI. 02 cópias do cartão do Banco do Brasil, ou do comprovante de abertura da conta corrente do Banco do Brasil.

XII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão de Quitação Eleitoral. XIII. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa Civil e Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, sendo as Certidões de 1º e 2º Instância. XIV. Original e 01 (uma) cópia da Certidão Negativa de Tributos Municipais; XV. Original e 01 (uma) cópia da Declaração contendo: Endereço residen-

cial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP, cor da pele e estado civil. XVI. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de bens. XVII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não acúmulo de cargo público. XVIII. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de não demissão por justa causa no funcionalismo público municipal e/ou em decorrência de processo administrativo disciplinar; XIX. Original e 01 (uma) cópia da Declaração de disponibilidade de carga horária; XX. Original e 01 (uma) cópia do Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho **agendado pelo Departamento de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Paranatinga e posteriormente comunicado a data da realização do Exame ao candidato**, c**om exceção, dos demais incisos deste artigo essa documentação não será de responsabilidade do candidato.** XXI. Original e 01 (uma) cópia dos seguintes exames com validade não superior a 30 dias: a) URINA TIPO I; b) HEMOGRAMA COMPLETO; e c) VDRL.

XXII. 02 cópias dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos ou Original e 01 (uma) cópia de Declaração contendo o número dos CPFs do pai, da mãe e dos filhos;

XXIII. 02 cópias acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição. XXIV. Cor da pele. XXV. Telefone/ email. XXVI. Cópia da tela de consulta cadastral do servidor feito no portal do E-Social (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial).

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

3. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 17 de Abril de 2025.

ANTÔNIO MARCOS THOMAZINI

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO: MAESTRO REGENTE			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**INSC.**	**RESULTADO**
1	ANA CRISTINA DE CARVALHO CARDOSO	30	APROVADO
2	MARLI DIONISIA TAQUES	33	CLASSIFICADO

ANTÔNIO MARCOS THOMAZINI

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Paranatinga, 17 de abril de 2025

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, em atenção ao Ofício nº 004/2025, recebido em 17/04/2025, no qual a empresa PARANATINGA TUR LTDA solicita autorização para que a empresa JUNIOR PEREIRA NEVES, inscrita no CNPJ nº 17.913.627/0001-36, realize a administração e exploração comercial no âmbito do Contrato de Concessão nº 67/2016, bem como para a locação de uma sala comercial à 30º Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) de Paranatinga/MT, vem, com base no referido contrato e na legislação brasileira vigente, manifestar sua anuência conforme segue:

Autorização para Administração e Exploração Comercial

Nos termos da **Cláusula Décima Sexta, item 16.1**, que garante à concessionária o direito de explorar os serviços para administração e exploração comercial do Terminal Rodoviário Municipal, e da **Cláusula Décima Terceira, item 13.2**, que permite a contratação de terceiros para atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, a Prefeitura Municipal de Paranatinga autoriza a empresa JUNIOR PEREIRA NEVES a realizar a administração e exploração comercial do Terminal Rodoviário Municipal, conforme solicitado.

Autorização para Locação de Sala Comercial à 30º Ciretran

A Prefeitura Municipal de Paranatinga autoriza a locação de uma sala comercial no Terminal Rodoviário Municipal pela empresa JUNIOR PEREIRA NEVES à 30º Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) de Paranatinga, desde que a locação seja formalizada em contrato que respeite as disposições do Contrato nº 67/2016, especialmente a **Cláusula Décima Quinta, item 15.4**, e não comprometa a prestação dos serviços essenciais do terminal. Essa locação deve atender às normas regulamentares aplicáveis e ser previamente comunicada ao Poder Concedente para fins de fiscalização.

Conformidade com a Cláusula Décima Quinta, item 15.4

Conforme disposto na **Cláusula Décima Quinta, item 15.4**, os contratos firmados pela PARANATINGA TUR LTDA com terceiros, incluindo a JUNIOR PEREIRA NEVES e a 30º Ciretran de Paranatinga, para uso das instalações do Terminal Rodoviário, deverão ter prazos máximos de vigência dentro do período desta concessão. Ao final da concessão, caberá à concessionária firmar termo de cessão/permissão desses contratos com terceiros ao Poder Concedente ou a quem este indicar, garantindo a liberação das áreas internas do terminal.

Manutenção das Obrigações Contratuais

A PARANATINGA TUR LTDA permanece integralmente responsável por todas as obrigações previstas no Contrato nº 67/2016, incluindo, mas não se limitando à manutenção do Terminal Rodoviário, o pagamento anual ao Poder Concedente (conforme **Cláusula Oitava**), a observância das normas técnicas e regulamentares (conforme **Cláusula Vigésima Quarta**), e a responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros (conforme **Cláusula Décima Quinta, item 15.1**). A subcontratação e a locação autorizadas não eximem a concessionária de suas responsabilidades contratuais e legais, nos termos da **Lei nº 8.987/95** e da **Lei nº 8.666/93**.

Fiscalização e Conformidade

O Poder Concedente manterá a fiscalização contínua da execução do contrato, conforme **Cláusula Vigésima Quarta**, reservando-se o direito de exigir o cumprimento de todas as normas contratuais e legais, bem como de aplicar as penalidades previstas na **Cláusula Sexta** em caso de descumprimento.

Esta Carta de Anuência é emitida em conformidade com as disposições do Contrato nº 67/2016 e da legislação aplicável, formalizando a autorização para a administração, exploração comercial e locação de uma sala comercial à 30º Ciretran de Paranatinga pela empresa JUNIOR PEREIRA NEVES, sob as condições aqui estabelecidas.

_____

ANTONIO MARCOS THOMAZINI

Prefeito Municipal de Paranatinga

Poder Concedente

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 13/2025 - "ELETRÔNICO"

"Menor Preço ITEM"

A Prefeitura Municipal de Paranatinga/MT através do pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **portaria nº 069/2025**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **ELETRÔNICA** com o objetivo de **REGISTRO DE PREÇO**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 21 de Abril de 2001, Decretos Municipais 2216/2023, 2217/2023, 2218/2023 e 2236/2023, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP e demais legislações complementares.

Objeto: Constitui Objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Pó de pedra e Pedra brita para utilização no Tapa buraco e Pavimentação Asfáltica de ruas e avenidas, com recursos próprios,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no Edital, Termo de Referência e seus anexos.

Abertura da Sessão: Dia 05/05/2025

Às 09:00h (horário Brasília)

O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no SITE Oficial **www.paranatinga.mt.gov.br** e **www.bll.org.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga, sito Av. Brasil, 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **licitacao@paranatinga.mt.gov.br** ou **–** Telefone 66-3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07:00 às 13:00h (Horário Local)**.

Paranatinga, MT, 17 de abril de 2025.

Devenilson da Silva

Pregoeiro

Portaria 069/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

24º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 37/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ***A. M. DE ABREU EIRELI, CNPJ: 18.523.063/0001-98.***	
MODALIDADE ***PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023***	**DATA: 17/04/2025**
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **FICHA: 35 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 0001, DE 17 DE ABRIL DE 2025

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) mencionado(s) abaixo para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT por meio do Departamento de Tributação, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dos Artigos 161, 168 e 181, inciso III da Lei nº 267/2001, e tendo em vista as disposições do Art. 02º, §5º da Lei nº 6.830/1980, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(rem), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da(s) notificação(ções) de lançamento dos débitos a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação 15 (quinze) dias após a data da afixação ou da publicação deste edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Notificação Extrajudicial**
CONSTANTINO RAMOS PEREIRA	04.424.588/0001-61	009/2024

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ISSQN	
Nome: Odinês Antonio Julio	Matrícula: 5288
Cargo: Fiscal Tributos	Assinatura:

Data de afixação: 17/04/2025

Data de desafixação: 02/05/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO N° 220/2022.

O **MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT**, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226, Centro, Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Nilmar Nunes de Miranda, torna público o Termo de Rescisão Contratual de distrato amigável do Contrato nº 220/2022 tendo como objeto **"CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT".** Tendo como contratado a empresa: **OI. S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ nº **76.535.764/0001-43,** estabelecida na Rua Lavradio, Nº 71, bairro centro, no município de Rio de Janeiro – RJ.

Peixoto de Azevedo, 16 de abril de 2025.

2° RETIFICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 SELEÇÃO DE PROJETOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

2° RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 SELEÇÃO DE PROJETOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO** por intermédio do **Departamento Municipal de Cultura**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a retificação do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 SELEÇÃO DE PROJETOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**, publicado no **diário oficial n.4.674 de 24 de Janeiro de 2025**, onde se fala sobre Categorias e Valores, que passam a vigorar com a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

ONDE SE LÊ:

[...]

1.1 Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de R$ 245.394,11 .

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo municipal de Educação **Programa:** 0011 Cultura na cidade

Projeto/Atividade: 10590 – Beneficios emergenciais culturais - Aldir blanc
FONTE: 1719.00.00 - Trans. da polít. Nac. Áldir Blanc.
RED: 272 – Transferências Destinadas ao setor cultural
Classificação por natureza de despesa: 3390.39.00.00

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 245.394,11 (Duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e onze centavos) distribuídos da seguinte forma:

a) Até R$ 15.000,00 (Quinze mil) para CATEGORIA Dança;

b) Até R$ 15.000,00 (quinze mil) para CATEGORIA HIP HOP;

c) Até R$ 15.000,00 (quinze mil) para CATEGORIA PIPA;

d) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA Sarau;

e) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA Live Musical;

F) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA Produção Musical;

g) Até R$ 25.394,11 (vinte e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e onze centavos) para CATEGORIA Artesanato ;

h) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA TODOS;

i) Até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para CATEGORIA TODOS;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

CATEGORIA A - Dança : ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA,TRIO OU GRUPO DO SEGMENTO DA DANÇA - Realização de festival de danca com lives com duração no mínimo de uma hora e meia, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas. realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA B- HIP HOP: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA DO SEGMENTO DA DANÇA- Apoio a Realização de festival de Hip-Hop, realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA C PIPA: GRUPOS CULTURAIS E COLETIVOS DE DIVERSIDADES- Apoio a realização de festival de Pipa, realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA D - Sarau: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO- Produção de projeto festival de sarau de poesia em audiovisual com caráter de videoclipes, de no mínimo uma hora
CATEGORIA E Live Musical - ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO- **Apoio a** Produção de projeto Show de artista municipal e regional presencial e transmitido em live de no mínimo uma hora.
CATEGORIA F Produção Musical: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO: Apoio à produção de projetos culturais e atividades de vídeo clipes de projetos com artistas locais do município de Peixoto de Azevedo
CATEGORIA G Artesanato: ARTISTAS DO SEGMENTO DE ARTESANATO : Apoio a feira de exposição de produtos culturais, sendo eles artes plásticas ou artesanatos, realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA H TODOS Segmentos: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO: Realização de apresentações, palestras, festivais, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas, no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA I TODOS: EXCLUSIVO PARA REALIZAÇÂO EM UNIÃO DO NORTE- Realização de apresentações, palestras, festivais, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas, no território de Peixoto de Azevedo.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	1	0	0	0	1	R$15.000,00	R$15.000,00
CATEGORIA B	1	0	0	0	1	R$$15.000,00	R$$15.000,00
CATEGORIA C	1	0	0	0	1	R$ $15.000,00	R$ $15.000,00
CATEGORIA D	1	0	0	0	1	RS 30.000,00	RS 30.000,00
CATEGORIA E	1	0	0	0	1	RS 30.000,00	RS 30.000,00
CATEGORIA F	1	0	0	0	1	RS 30.000,00	RS 30.000,00
CATEGORIA G	1	0	0	0	1	RS25.394,11	RS25.394,11
CATEGORIA H	2	0	0	0	2	RS 30.000,00	RS 60.000,00
CATEGORIA I	2	0	0	0	2	RS 25.000,00	RS 50.000,00

LEIA-SE:

[...]

1.2 Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.

O valor total deste edital é de R$ 268.094,11 .

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 002 – Fundo municipal de Educação
Programa: 0011 Cultura na cidade
Projeto/Atividade: 10590 – Beneficios emergenciais culturais - Aldir blanc
FONTE: 1719.00.00 - Trans. da polít. Nac. Áldir Blanc.
RED: 272 – Transferências Destinadas ao setor cultural
Classificação por natureza de despesa: 3390.39.00.00

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 268.094,11 (Duzentos e sessenta e oito, noventa e quatro reais e onze centavos) distribuídos da seguinte forma:

a) Até R$ 15.000,00 (Quinze mil) para CATEGORIA Dança;

b) Até R$ 15.000,00 (quinze mil) para CATEGORIA HIP HOP;

c) Até R$ 15.000,00 (quinze mil) para CATEGORIA TEATRO;

d) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA Sarau;

e) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA Live Musical;

F) Até R$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais) para CATEGORIA Produção Musical;

g) Até R$ 25.394,11 (vinte e cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e onze centavos) para CATEGORIA Artesanato ;

h) Até R$ 30.000,00 (trinta mil) para CATEGORIA TODOS;

i) Até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para CATEGORIA TODOS;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

CATEGORIA A - Dança : ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA,TRIO OU GRUPO DO SEGMENTO DA DANÇA - Realização de festival de danca com lives com duração no mínimo de uma hora e meia, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas. realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA B- HIP HOP: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA DO SEGMENTO DA DANÇA- Apoio a Realização de festival de Hip-Hop, realizados no território de Peixoto de Azevedo
CATEGORIA B- HIP HOP: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA DO SEGMENTO DA DANÇA- Apoio a Realização de festival de Hip-Hop, realizados no território de Peixoto de Azevedo
CATEGORIA C Teatro: GRUPOS CULTURAIS E COLETIVOS DE DIVERSIDADES- Apoio a realização de peça teatral, realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA D - Sarau: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO- Produção de projeto festival de sarau de poesia em audiovisual com caráter de videoclipes, de no mínimo uma hora
CATEGORIA E Live Musical - ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO- **Apoio a** Produção de projeto Show de artista municipal e regional presencial e transmitido em live de no mínimo uma hora.
CATEGORIA F Produção Musical: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO: Apoio à produção de projetos culturais e atividades de vídeo clipes de projetos com artistas locais do município de Peixoto de Azevedo
CATEGORIA G Artesanato: ARTISTAS DO SEGMENTO DE ARTESANATO : Apoio a feira de exposição de produtos culturais, sendo eles artes plásticas ou artesanatos, realizados no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA H TODOS Segmentos: ARTISTAS INDIVIDUAIS, DUPLA OU GRUPO: Realização de apresentações, palestras, festivais, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas, no território de Peixoto de Azevedo.
CATEGORIA I TODOS: EXCLUSIVO PARA REALIZAÇÂO EM UNIÃO DO NORTE- Realização de apresentações, palestras, festivais, espetáculos, atividades e projetos culturais gratuitos à população, que poderão ser executados presencialmente ou em plataforma online gratuitas, no território de Peixoto de Azevedo

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA A	1	0	0	0	1	R$15.000,00	R$15.000,00
CATEGORIA B	1	0	0	0	1	R$$15.000,00	R$$15.000,00
CATEGORIA C	1	0	0	0	1	R$ $15.000,00	R$ $15.000,00
CATEGORIA D	1	0	0	0	1	RS 30.000,00	RS 30.000,00
CATEGORIA E	1	0	0	0	1	RS 30.000,00	RS 30.000,00
CATEGORIA F	1	0	0	0	1	RS 27.700,00	RS 27.700,00
CATEGORIA G	1	0	0	0	1	RS25.394,11	RS25.394,11
CATEGORIA H	2	0	0	0	2	RS 30.000,00	RS 60.000,00
CATEGORIA I	2	0	0	0	2	RS 25.000,00	RS 50.000,00

Peixoto de Azevedo-MT, 14 de Abril de 2025

Clene Marques

Departamento Municipal de Cultura

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 038/2025.

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **TERRY KISSER RITZEL.**

O presente Contrato é oriundo da **DISPENSA Nº 003/2025**, cujo objeto é: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA A FIM DE REALIZAR SERVIÇOS CONTÁBEIS DCTFWEB, MÓDULO DE INCLUSÃO DE TRIBUTOS – MT - EFD-REINF (ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DE RETENÇÕES E OUTRAS INFORMAÇÕES FISCAIS) ESOCIAL (SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRIBUTÁRIAS), PARA AS CRECHES E ESCOLAS DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO".**

1 - CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2 - CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V).

2.1. O valor total da contratação é de R$ 11.184,40 (Onze mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2025.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 - Centro – Peixoto de Azevedo-MT, através de seu Agente de Contratação e Membros, designado através do Portaria nº 952/2024, torna público para conhecimento dos interessados que na data e local neste aviso indicado, realizará a dispensa de licitação na modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

A licitação será regida pelo Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2.021, Decreto nº 111, de 14 de dezembro de 2023, e demais dispositivos legais, princípios e normas complementares que regulamentam a matéria.

DATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 28/04/2025.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00hs do dia 22/04/2025 às 23:59hs do dia 25/04/2025.

E-mail: licitacao@peixotodeazevedo.mt.gov.br

Critério de Julgamento: menor preço global.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **"SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANENCIA PARASENHORA ALZIRA DOS SANTOS CAVALCANTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME TERMO DE REFERENCIA".** Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade que será escolhida a proposta mais vantajosa.

Valor máximo estimado da Contratação: **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).**

A Proposta de Preços deverá ser entregue exclusivamente pelo e-mail **licitacao@peixotodeazevedo.mt.gov.br**, até a data limite.

O Termo de Referência e a Minuta de Contrato da Dispensa de Licitação estará disponível no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo - MT https://www.peixotodeazevedo.mt.gov.br/, ou ainda, pode ser solicitado através do e-mail **licitacao@peixotodeazevedo.mt.gov.br**.

Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos", bem como, através do e-mail. **licitacao@peixotodeazevedo.mt.gov.br**.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de abril de 2025.

Emerson Nunes Freitas

Agente de Contratação

Port. 952/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CERTIDÃO Nº 015/2025

CERTIDÃO Nº 015/2025 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO POR CONTAGEM DE PONTOS E ENTREVISTA Nº 001/2023

Eu, ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia – MT, **CERTIFICO** para os devidos fins de direito, e a quem possa interessar que o(a) candidato(a): **Ana Lucia Araújo Fernandes Nery**, cargo: Pedagogo(a), **não compareceu para apresentação da documentação dentro do prazo estabelecido** no art. 1º do **Decreto n° 2832/2025,** referente Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista nº 001/2023 realizado pelo Município de Pontal do Araguaia – MT, para contratação temporária de excepcional interesse público.

Salientamos que o Município procedeu conforme determina o Edital do Certame, convocando o(a) mesmo(a) através do **Decreto n° 2832**, de 02 de abril de 2025, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XX , N° **4.709**.

Sendo o que tenho a declarar, firmo o presente para que surta seus efeitos legais.

Pontal do Araguaia – MT, 17 de Abril de 2025.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 2839/2025

DECRETO Nº 2839/2025 DE 17 DE ABRIL DE 2025

Convoca candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista nº 001/2023 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 76 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a criação de novas vagas temporárias criadas através da Lei Municipal n° 1186/2023 de 17 de novembro de 2023, alterada pela Lei Municipal nº 1199/2023 de 12 de dezembro de 2023 e criadas pela Lei Municipal nº 1207/2024 de 06 de fevereiro de 2024, referente Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista n° 001/2023, autorizado pela Lei Municipal nº 738/2014 de 10 de outubro de 2014.

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista n° 001/2023, através do Decreto Municipal n° 2633/2024, de 01 de Fevereiro de 2024.

Considerando o Decreto nº 2750, de 04 de dezembro de 2024, que prorroga prazo de validade de Processo Seletivo de Contagem de Pontos e Entrevista nº 001/2023;

Considerando a necessidade de continuidade dos serviços públicos, garantidos com a imediata contratação dos candidatos aprovados;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado Por Contagem de Pontos e Entrevista n° 001/2023, discriminados no Anexo I deste Decreto, com os respectivos cargos, para no prazo de **15 (quinze) dias corridos, contados a partir de 22/04/2025**, a se apresentarem na **Secretaria Municipal de Educação no Prédio da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia**, **no horário de expediente (08:00 as 13:00h)**, apresentando os documentos constantes do Anexo II, deste Decreto, para posterior assinatura de contratos dos seus respectivos cargos para quais foram classificados.

Parágrafo Único – A não apresentação dos candidatos dentro do prazo previsto, sem a devida justificativa, será considerada como desistência tácita de seus direitos nos cargos, assumindo, em seguida, o próximo na ordem classificatória.

Art. 2º - Fica o Secretário de Administração autorizado a promover a contratação dos convocados na ordem de classificação final.

Art. 3º - O servidor exercerá sua função no local onde for contratado, designado de acordo com a necessidade e conveniência do serviço público, conforme descrito do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado por Contagem de Pontos e Entrevista n° 001/2023.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia - MT, 17 de Abril de 2025.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Cargo: **PROFESSOR PEDAGOGO**

Nº	Classificação	Nome	Etapa
1	CR	TATIANE RODRIGUES ALVES	Educação Infantil

ANEXO II

DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar cópia de todos os documentos juntamente com a documentação original (ou cópia autenticada) que comprove:

1. Documentação pessoal:

Cédula de identidade RG e CPF;

Certidão de Regularidade do CPF

https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/c...

Comprovante de residência;

Cédula do Título de Eleitor e Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral que o candidato se encontra **QUITE** com a justiça eleitoral https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido... ;

Carteira de Trabalho (frente e verso/foto) e Cartão do PIS/PASEP;

Duas fotos 3x4 colorida, Exame de tipo sanguíneo, Telefone para contato e E-mail pessoal;

Comprovante de escolaridade: histórico escolar ou diploma, devidamente registrado pelo MEC;

Atestado Médico de Aptidão para Admissão (emitido pelo Médico do Trabalho);

Certidão fornecida pelo Cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

1º Grau (criminal e cível): https://sec.tjmt.jus.br/primeiro-grau/certidao-neg...

2º Grau (criminal e cível): https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-segundo...

Certidão Negativa de Débitos (retirada nesta prefeitura no Setor de Tributos);

Número da conta corrente ou poupança, preferencialmente da Caixa Econômica Federal, para pagamento de salário;

Certificado de Reservista (sexo masculino), se for o caso.

Certidão de Nascimento/casamento/divórcio;

Certidão de regularidade do Conselho Regional que trata a profissão regulamentada.

Exame de Tipo Sanguíneo

Número da conta corrente ou poupança da caixa para recebimento de pagamento de salário.

Telefone pra contato e email pessoal

2. Documentação de cônjuge e filhos, se for o caso:

CPF do cônjuge, se for o caso;

CPF dos dependentes menores de 21 anos, se for o caso;

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se for o caso;

Declaração de Frequência escolar (filhos menores de 14 ano), se for o caso;

Carteira de vacinação dos filhos menores de 5 anos, se for o caso.

3. Declarações (BUSCAR OU SOLICITAR VIA E-MAIL O MODELO PARA A SEMEC):

Declaração de acúmulo ou não de cargo público;

Declaração de bens;

Declaração de cumprimento de carga horaria;

Declaração de não parentesco;

Declaração de que não infringiu as leis que fundamentam no Edi

---

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 152/GP/2025

PORTARIA N.º 152/GP/2025 Em 17 de Abril de 2025.

“Concede dispensa do serviço ao (à) servidor(a) conforme menciona.”

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e,

Considerando a disponibilização do (a) servidor (a) como Fiscal na Pesca da Semana Santa, no Lago dos Garimpeiros em Pontal do Araguaia;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **dispensa do serviço** ao servidor **Nilmar Hoser**, nos dias **22 e 23/04/2025** pela disponibilização como Fiscal na Pesca da Semana Santa nos dias 12 e 13 de abril de 2025.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 17 de Abril de 2025.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 153/GP/2025

PORTARIA Nº 153/GP/2025 Em 17 de Abril de 2025.

"*Dispõe sobre Homologação da Resolução nº 08 e 09/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências*".

ADELCINO FRANCISCO LOPO,Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar as Resoluçãonº 08 e 09/2025, ambas de 16 de abril de 2025 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Pontal do Araguaia/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 17 de Abril de 2025.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 08/2025

Pontal do Araguaia MT, 16/04/2025

RESOLUÇÃO 08/2025

"Dispõe sobre a aprovação de critérios e prazos para concessão de Benefícios Eventuais ."

Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Araguaia MT, CMAS, no uso das suas atribuições legais que conferi a lei 1282, de 12 de fevereiro de 2025, através de sua digna presidente, faz saber que o pleno deste conselho no uso de suas atribuições legais, reunido em assembleia ordinária realizada no dia 16 de Abril de 2025;

CONSIDERANDO: os critérios e Prazos para concessão de Benefícios Eventuais;

RESOLVE:

ART 1° - estabelecer os seguintes critérios de concessão de benefícios eventuais às famílias:

atenderem as situações previstas na lei SUAS Municipal, Lei 1282/2025; existir o parecer técnico da equipe especializada da Assistência Social sobre a situação de vulnerabilidade da família solicitante; o benefício eventual deverá ser concedido por 3 meses, podendo ser prorrogado por, no máximo, mais 3 meses mediante Relatório Técnico da equipe técnica da Assistência Social.

Reunião conforme ATA nº 133

ART 2° - Essa resolução está respaldada em Ata n. 133 do Conselho Municipal de Assistência Social.

ART 3° - Essa resolução entra em vigor após a data de sua publicação.

Lucieny Aires Lima Trindade

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social- CMAS

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESOLUÇÃO 09/2025

Pontal do Araguaia MT, 16/04/2025.

RESOLUÇÃO 09/2025

"Dispõe Sobre a Aprovação do Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual, FEAS MT 2025, e dá outras providências."

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Araguaia MT, CMAS, no uso das suas atribuições legais que conferi a lei 1282, de 12 de fevereiro de 2025, através de sua digna presidente, faz saber que o pleno deste conselho no uso de suas atribuições legais, reunido em assembleia ordinária realizada no dia 16 de abril de 2025, registrada sob a ata n. 133;

CONSIDERANDO:

O Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual FEAS MT no exercício de 2025;

RESOLVE:

ART 1°: Aprovar o Plano de Ação para o Cofinanciamento Estadual, FEAS/MT para o Exercício de 2025.

ART 2°: Essa resolução entra em vigor após a data de sua publicação.

Lucieny Aires Lima Trindade

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social- CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ORDEM DE SERVIÇO SETE SETEMBRO

ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICIPIO DE PONTE BRANCA – MT, sito a Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, 300, centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.503.638. 0001/33, autoriza as empresas J DE MATOS JUNIOR LTDA 44.529.707/ 0001-65, celebrado entre as partes através da Concorrência Pública Presencial Nº 001/2025, a dar início à **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL SETE DE SETEMBRO, NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA – MT,**conforme previsto nos Memoriais Descritivos, Planilhas Orçamentárias e Projetos anexos ao Edital correspondente, mediante ao processo licitatório que se encontram definidos no Projeto Básico, nos termos da Concorrência Publica Presencial Nº 001/2025

Ponte Branca - MT, 16 de Abril de 2025.

_____
–
Clayton Parreira da Silva Arthur Uhlick Costa Prefeito Interino Municipal Engenheira Civil . CREA MT 58038

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA Nº 13/2025

PORTARIA Nº 13/2025

"NOMEIA FISCAL DE CONTRATO E OUTRAS PROVIDENCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA - MT."

CLAYTON PARREIRA DA SILVA, Prefeito Municipal Interino de Ponte Branca/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme as normas gerais de Direito Público, Lei Orgânica Municipal, Constituição Federal e demais disposição atinentes à matéria, através da presente Portaria;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Engenheiro Civil Arthur Uhlick Costa CREA MT 58038 para atuar como Fiscal de Contrato do Município de Ponte Branca – MT para os seguintes contratos:

CONTRATO Nº 28/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIA URBANA COM DRENAGEM E CALÇADAS EM VIAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA – MT

CONFORME CONVÊNIO Nº 898568/2020 DO MINISTERIO DA DEFESA – PROGRAMA CALHA NORTE, CONFORME PROJETOS; PLANILHA ORÇAMENTÁRIA; ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS NO EDITAL. CONTRATO Nº 54/2024 - CONSTRUÇÃO, DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO E A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA QUE SE POSSA POTENCIALIZAR O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS, (COM CAPACIDADE 500 FAMILIA/ANO) EM PONTE BRANCA – MT PARA ATENDER O CONVENIO Nº 946161 DO MDASCF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME). CONTRATO Nº 27/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESCOLA COM 08 SALAS, DENOMINADA DE ESCOLA SETE DE SETEMBRO LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE DUTRA, QUADRA 40, CONFORME PROJETO BASICO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO, EM ATENDIMENTO AO CONVENIO Nº 0611-2024 DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO-SEDUC, NO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 15 de abril de 2025.

CLAYTON PARREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

LEI Nº 1182/2025 - FIXA E CONCEDE O DESCONTO PARA PAGAMENTO ANTECIPADO DO IPTU

LEI N° 1182/2025

FIXA E CONCEDE O DESCONTO PARA PAGAMENTO ANTECIPADO DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU, NO EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica estabelecido e concede o desconto de 25 % (vinte e cinco por cento) sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2025, para o pagamento antecipado em cota única até o vencimento de 30/06/2025.

Parágrafo único: Excepcionalmente para o IPTU do exercício de 2025 será recolhido em cota única até 30 de outubro do corrente ano, ou até 04 (quatro) parcelas mensais com vencimento inicial em 30 (trinta) de junho de 2025, sendo que o valor de cada parcela a ser recolhida não poderá ser inferior a 02 (duas) UPF's.

Art. 2°. As datas de vencimentos e descontos concedidos no artigo anterior, não substituem as datas já predefinidas na Lei Complementar n° 003/2016, em seus artigos 223 e 224.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrários.

Porto Alegre do Norte, 17 de abril de 2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 262 2025

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025. Processo Administrativo n. 03/2025 – Pregão Presencial n. 01/2025. CARLOS ROBERTO TOMAZETTO, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais. R E S O L V E: Art. 1º - Nomeia servidor: Fiscal Titular: Servidor: HUMBERTO PEREIRA SALES-Cpf: 028.069.181-54 MATRICULA: 1228-Lotação: ENCARREGADO ADMINISTRATIVO. Fiscal Suplente: Servidora: LELIA LAURA DA SILVA-Lotação no Gabinete do Prefeito- CPF 892.546.431-49 - portadora da CIRG 1269284-0 2.A VIA SESPII/MT – Portaria nº 016/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, COMISSIONADOS, CELETISTA, CONTRATO TEMPORÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Porto Alegre do Norte/MT, 16 de abril de 2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50 2025

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIO Nº 50/2025- Processo Administrativo n. 03/2025 – Pregão Presencial n. 01/2025.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: BANCO BRADESCO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE GERENCIAMENTO E PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, COMISSIONADOS, CELETISTA, CONTRATO TEMPORÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT.

A CONTRATADA pagará o valor de R$ 261.000,00 (Duzentos e sessenta e um mil reais).

O prazo de vigência do presente Contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de publicação, dia 16/04/2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1183/2025 - DISPOE SOBRE O APROVEITAMENTO DOS TITULARES DO CARGO EFETIVO DE CARREIRA DE OPERADOR DE ETA

LEI Nº 1183/2025

Dispõe sobre o aproveitamento dos titulares do cargo efetivo de carreira de Operador de ETA (Est. Trat. D'água),no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo II, em função da declaração de desnecessidade do cargo anteriormente ocupado, a alteração no anexo I e IV da Lei Municipal nº 307/1998 e dá outras providências.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO**,** Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os servidores ocupantes do cargo efetivo de Operador de ETA (Est. Trat. D'água), serão aproveitados no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo II.

Parágrafo único: Os atuais ocupantes do cargo declarado desnecessário no artigo primeiro desta lei são os servidores públicos:

ALEX RIVER TELES – MATRÍCULA Nº 703;

FRANCISCO PINTO DE FRANÇA – MATRÍCULA Nº 700;

WALDIK FERREIRA DA SILVA – MATRÍCULA Nº 704.

Art. 2º - Em função do aproveitamento referido no artigo 1º, fica declarada a desnecessidade do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA (Estação de Tratamento de Água), existente na estrutura funcional da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte e criado nos moldes da alteração à Lei Municipal nº 307/1998 pela Lei Municipal nº 426/2004.

Art. 3º - Em função da declaração de desnecessidade do cargo referido no art. 2º, fica extinto o cargo de provimento efetivo de Operador de ETA.

Art. 4º - Fica alterado o anexo I e IV - QUADRO DO GRUPO/PESSOAL DE CARREIRA (Lei nº 307, de 12/06/1998), **em função da extinção do cargo de Operador de ETA (Estação de Tratamento de Água) criado pela Lei Municipal nº 426/2004 e em função do aumento no quantitativo de vagas do cargo de Auxiliar Administrativo II passando a conter 16 (dezesseis) vagas.**

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PORTO ALEGRE DO NORTE - MT, 17 DE ABRIL DE 2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1184/2025 - ITBI

LEI N° 1184/2025

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 003/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO E A LEI COMPLEMENTAR N° 014/2016 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. A Lei Complementar n° 003/2014, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

Art. 193*.....*

§ 5º*. O recolhimento do ISSQN devido deve ser feito até o dia 20 (vinte) do próximo mês de competência.*

.....

Art. 2°. O art. 2° da Lei Complementar n° 014/2019, de 19 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....

Art. 2*°. A Lei Complementar n° 003/2016, de 30 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*"****Art. 229****.....*

§ 1°. *O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.*

§ 2°.*A não incidência prevista no inciso I restringe-se ao valor do imóvel suficiente à integralização da cota do capital social, incidindo o imposto sobre o excedente do valor venal, se houver.*

.....

Art. 3°. Fica incluído o artigo 230-A na *Lei Complementar n° 003/2016, de 30 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

Art. 230-A*. São isentas de impostos municipais, as operações de transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, bem como a transferência ao beneficiário do programa (art. 26 da Lei nº 8.629/1993).*

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte, 17 de ABRIL de 2025.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025. DO OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS LIQUEFEITO. Em favor das empresas: LAZZA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 48.953.776/0001-52. Valor total de: R$ 64.806,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos e seis reais) e REMEDIO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA – CNPJ: 15.541.879/0001-56. Valor total de: R$ 109.346,00 (cento e nove mil e trezentos e quarenta e seis reais).Porto Esperidião-MT, 17 de abril de 2025-ODIRLEI QUEIROZ FARIA - PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº 044/2025

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT

Praça Leopoldina Wilke, nº 19 – Centro
CEP 78560.000
CNPJ – 03.204.187/0001-33

DECRETO Nº 044/2025

Súmula: Abre Crédito suplementar
NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Poder Executivo Municipal de PORTO DOS GAÚCHOS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1237/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Suplementar

Cód. red.: 177	05.004.10.122.0023.2130.3.3.90.36.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		9.500,00
Cód. red.: 178	05.004.10.122.0023.2130.3.3.90.39.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		6.000,00
Cód. red.: 220	05.004.10.301.0019.2092.3.3.90.36.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.500,00
Cód. red.: 251	05.004.10.302.0056.2135.3.3.90.36.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		8.500,00
		Sub-Total:	**28.500,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Suplementar

Cód. red.: 886	06.001.08.122.0024.2140.3.1.90.96.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos		30.000,00
Cód. red.: 315	06.001.08.122.0024.2140.3.3.90.36.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos		15.000,00
		Sub-Total:	**45.000,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

Suplementar

Cód. red.: 523	08.003.15.451.0037.1380.4.4.90.51.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos		20.000,00
		Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 09 - SECRETARIA M DE AGRICULTURA DESENV ECON E SUSTENT
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Suplementar

Cód. red.: 602	09.001.20.122.0047.2686.3.3.90.30.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos		20.000,00
		Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 16 - SECRET MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Suplementar

Cód. red.: 879	16.002.23.695.0048.3571.3.3.90.39.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos		427.000,00
		Sub-Total:	**427.000,00**
		Total Parcial Suplementado:	**540.500,00**

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade: 004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 170	05.004.10.122.0023.2130.3.1.90.04.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
Cód. red.: 202	05.004.10.301.0019.2090.3.3.90.36.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.500,00
Cód. red.: 272	05.004.10.303.0021.2110.3.3.90.32.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	6.000,00
Cód. red.: 276	05.004.10.303.0021.3530.3.3.90.30.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	8.500,00
Cód. red.: 278	05.004.10.304.0022.1150.4.4.90.51.1.500.1002000 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.500,00
	Sub-Total:	**28.500,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 305	06.001.08.122.0024.1873.4.4.90.52.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	14.000,00
Cód. red.: 313	06.001.08.122.0024.2140.3.3.90.30.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	16.000,00
	Sub-Total:	**30.000,00**

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 357	06.003.08.244.1004.2835.3.3.90.30.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	15.000,00
	Sub-Total:	**15.000,00**

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE VIACAO E OBRAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 477	08.002.04.122.0033.2341.3.1.90.04.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
Cód. red.: 491	08.002.04.122.0033.2636.3.3.90.39.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	15.000,00
	Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 09 - SECRETARIA M DE AGRICULTURA DESENV ECON E SUSTENT
Unidade: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 587	09.001.20.122.0047.2440.3.1.90.04.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT

Praça Leopoldina Wilke, nº 19 – Centro
CEP 78560.000
CNPJ – 03.204.187/0001-33

Cód. red.: 618	09.001.20.609.2010.3452.3.3.90.30.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
	Sub-Total:	**20.000,00**

Órgão: 16 - SECRET MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 841	16.002.13.392.0011.2306.3.3.90.39.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
Cód. red.: 864	16.002.13.392.0011.3703.3.3.50.85.1.500.0000000 Recursos não Vinculados de Impostos	417.000,00
	Sub-Total:	**427.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**540.500,00**

PORTO DOS GAÚCHOS - MT, 31 de março de 2025

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU
Prefeito

Decreto nº 18/2025 de 03/02/2025

Ementa: Abre Crédito Extraordinário e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Extraordinário, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
67 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00
	Total Suplementação:	**5.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
64 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
	Total Redução:	**5.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 03/02/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

Decreto nº 17/2025 de 03/02/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 191.850,00 (cento e noventa e um mil oitocentos e cinqüenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
1475 - 4.4.90.52.00.001569000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
1473 - 3.3.90.39.00.001569000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
1472 - 3.3.90.36.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	

937 - 4.4.90.30.00.001759070	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1351 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	850,00
	Total Suplementação:	**191.850,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
170 - 4.4.90.52.00.001540000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
210 - 3.3.90.39.00.001571000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
368 - 3.3.90.36.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
1386 - 4.4.90.30.00.001701000	MATERIAL DE CONSUMO	160.000,00

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1146 - 3.3.90.14.00.001501000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	850,00
	Total Redução:	**191.850,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 03/02/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

Decreto nº 19/2025 de 03/02/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.324.000,00 (um milhão trezentos e vinte e quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
68 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	184.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
116 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	118.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
119 - 3.3.90.92.00.001500100	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	

1480 - 3.3.90.93.00.001571000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
04.001.12.122.0002.1.015.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA GESTÃO EDUCACIONAL	
136 - 4.4.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	8.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
04.001.12.122.0002.1.015.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA GESTÃO EDUCACIONAL	
137 - 4.4.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
144 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.123.	MANTER ALIMENTACAO ESCOLAR- ENS. MÉDIO	
185 - 3.3.90.30.00.001552000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.1.030.	EQUIPAR E MOBILIAR P/ UNIDADES ENS. INFANTIL	
1474 - 4.4.90.52.00.001569000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.022.	MANTER ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO TEMPO INTEGRAL - ENS. INFANTIL	
203 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	41.000,00

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.029.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - CRECHE	
224 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00
225 - 3.3.90.39.00.001540000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	58.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.029.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - CRECHE	
226 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1461 - 3.1.90.04.00.001540000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	30.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1462 - 3.1.90.11.00.001540000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1463 - 3.1.90.13.00.001540000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
377 - 4.4.90.52.00.001600000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	

05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
05.001.10.122.0002.1.041.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
382 - 4.4.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.122.0005.2.129.	TRANSFERÊNCIA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO À INSTITUIÇÕES	
1469 - 3.3.50.43.00.001605000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.051.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO LABORATORIO	
531 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	74.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
631 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
733 - 3.3.90.48.00.001661000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
890 - 3.3.90.93.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	120.000,00
1477 - 3.3.90.93.00.001661321	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	

06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.133.	MANUTENÇÃO DA CASA LAR ABRIGO DOS IDOSOS	
901 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
07.001.04.122.0002.1.074.	AMPLIAÇÃO,REFORMA E CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
921 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0009.0.000.	ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO HUMANIZADO E COM QUALIDADE	
07.001.15.451.0009.1.084.	AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS E EQUIPAMENTOS	
948 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1479 - 3.3.90.93.00.001700000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	217.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1324 - 3.3.90.91.00.001500000	SENTENÇAS JUDICIAIS	25.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.122.0002.1.120.	EQUIPAR E MOBILIAR A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1208 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
	Total Suplementação:	**1.324.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
65 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.126.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BALNEARIO LAGOA	
80 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.010.	EQUIPAR E MOBILIAR A SEC. ADMINSITRAÇÃO E SUAS UNIDADES	
96 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
115 - 3.3.90.36.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	81.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
116 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	

04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
120 - 3.3.90.93.00.001500100	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	61.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.120.	APOIO E AUXILIO A ENTIDADES COM FINS EDUCACIONAIS	
130 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
144 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000,00
1388 - 4.4.90.51.00.001570000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
168 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
176 - 3.3.90.30.00.001571000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
178 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	

04.001.12.365.0003.1.031.	REESTRUTURAÇÃO DAS SALAS DE INFORMATICA - ENS. INFANTIL	
196 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
204 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	32.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
208 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.029.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - CRECHE	
222 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.030.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES INFANTIL - PRE ESCOLA	
228 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
365 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	79.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.1.153.	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
501 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	

05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
545 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
549 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	35.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
630 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
712 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
717 - 3.3.90.93.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
729 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	

1375 - 3.3.90.30.00.001751000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
917 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	151.500,00
1376 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
928 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	57.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.2.082.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS	
966 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1026 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1028 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	112.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	

10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1316 - 3.3.90.93.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.843.0000.0.000.	Serviço da Dívida Interna	
10.001.04.843.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.843.0002.2.104.	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDAS- ENERGISA	
1218 - 4.6.90.77.00.001500000	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DÍVIDA CONTR. REFINANCIADO	5.000,00
	Total Redução:	**1.314.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 03/02/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ESTADO DO MATO GROSSO

Exercício: 2025

Decreto nº 191/2025 de 03/02/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.2.093.	REALIZACAO DE FESTIVAIS E OUTROS EVENTOS CULTURAIS	
1128 - 3.3.90.39.00.001701000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	340.000,00
	Total Suplementação:	**340.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 03/02/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

www.elotech.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ESTADO DO MATO GROSSO

Exercício: 2025

Decreto nº 192/2025 de 03/02/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
08.001.20.122.0002.1.094.	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER SECRETARIA DE AGRICULTURA	
1478 - 4.4.90.52.00.00	2701000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	315.000,00
	Total Suplementação:	**315.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro , de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 03/02/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

Decreto nº 10/2025 de 10/01/2025

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2475/2025 de 08/01/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.185.148,00 (um milhão cento e oitenta e cinco mil cento e quarenta e oito reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.1.035.	AQUISIÇÃO DE VEICULO P/ COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1401 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
1402 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.342,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.1.036.	EQUIPAR E MOBILIAR A COORDENADORIA ESPORTE E LAZER	
1403 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.655,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1404 - 3.1.90.04.00.001500000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	

1405 - 3.1.90.11.00.001500000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1406 - 3.1.90.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.621,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1407 - 3.1.90.94.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.485,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1408 - 3.1.91.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1409 - 3.3.90.08.00.001500000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1410 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1411 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	

09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1412 - 3.3.90.31.00.001500000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1413 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1414 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1415 - 3.3.90.92.00.001500000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.002.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.002.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
1416 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	
1418 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	

1419 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	
1420 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	
1422 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	11.717,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	
1423 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.358,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	
1424 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.360,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.039.	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO IRANTINÓPOLIS 2	
1425 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.039.	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO IRANTINÓPOLIS 2	
1426 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.300,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	

09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
1428 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
1429 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
1430 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	22.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
1431 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.000,00
1432 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	298.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.039.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
1436 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	77.409,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.039.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
1437 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.559,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	

09.002.27.812.0004.2.040.	MANUTENÇÃO E AUXILIO A ENTIDADES ESPORTIVAS	
1438 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	170.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.040.	MANUTENÇÃO E AUXILIO A ENTIDADES ESPORTIVAS	
1439 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	20.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
1440 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
1441 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
1442 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
1443 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
1444 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	

09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA	
1445 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	2.500,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA	
1446 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA	
1447 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.650,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.002.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Esporte e Lazer	
09.002.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
09.002.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
09.002.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
09.002.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA	
1448 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.192,00
	Total Suplementação:	**1.185.148,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.1.035.	AQUISIÇÃO DE VEICULO P/ COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
307 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00
308 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.342,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	

04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.1.036.	EQUIPAR E MOBILIAR A COORDENADORIA ESPORTE E LAZER	
309 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.655,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
310 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
311 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
312 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.621,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
313 - 3.1.90.94.00.001500100	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.485,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
314 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	

315 - 3.3.90.08.00.001500100	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
316 - 3.3.90.14.00.001500100	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
317 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
318 - 3.3.90.31.00.001500100	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
319 - 3.3.90.36.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
320 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
321 - 3.3.90.92.00.001500100	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	

04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.003.27.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.003.27.122.0001.2.038.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER	
322 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	
323 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	
324 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.037.	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS E UNIDADES ESPORTIVAS	
325 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	
326 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	11.717,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	
327 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11.358,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.038.	IMPLANTAR NOVOS ESPAÇOS DE ESPORTE E LAZER NOS BAIRROS	

328 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	11.360,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.039.	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO IRANTINÓPOLIS 2	
329 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.039.	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO IRANTINÓPOLIS 2	
330 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.039.	CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO IRANTINÓPOLIS 2	
331 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.300,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
332 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
333 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.135.	CONSTRUÇÃO,REFORMAS DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	
334 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	22.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	

04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
335 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	52.000,00
336 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	298.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.039.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
337 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	77.409,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.039.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	
338 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	10.559,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.040.	MANUTENÇÃO E AUXILIO A ENTIDADES ESPORTIVAS	
339 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	170.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.040.	MANUTENÇÃO E AUXILIO A ENTIDADES ESPORTIVAS	
340 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	
341 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS	

342 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO 25.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS
343 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS
344 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 100.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.041.	REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS ESPORTIVOS
345 - 3.3.90.48.00.001500000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA
346 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 2.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA
347 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA
04.003.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA
348 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.650,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer

04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.2.042.	CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS NA AREA ESPORTIVA	
349 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.192,00
	Total Redução:	**1.185.148,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 10/01/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

Decreto nº 3/2025 de 02/01/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 585.400,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
1471 - 3.3.90.39.00.001571000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
04.001.12.122.0002.1.013.	REFORMA DO PRÉDIO DA COORDENADORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR	
132 - 4.4.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
04.001.12.122.0002.1.013.	REFORMA DO PRÉDIO DA COORDENADORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR	
133 - 4.4.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	

04.001.12.361.0003.2.019.	MANTER ALIMENTACAO ESCOLAR- ENS. FUNDAMENTAL	
172 - 3.3.90.30.00.001552000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
05.001.10.122.0002.1.041.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
381 - 4.4.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
05.001.10.122.0002.1.041.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
382 - 4.4.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.1.045.	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DA AT. BÁSICA	
394 - 4.4.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
555 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	25.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
632 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
633 - 3.3.90.93.00.001500100	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	

06.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.002.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
06.002.08.243.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.002.08.243.0006.2.071.	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATVIDADES CONSELHO TUTELAR	
821 - 3.3.90.36.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
07.001.04.122.0002.1.074.	AMPLIAÇÃO,REFORMA E CONSTRUÇÃO DA SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
921 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
07.001.04.122.0002.1.138.	INSTALAÇÃO DE PORTICOS DE ENTRADA DO MUNICIPIO	
926 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	137.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Coordenadoria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1457 - 3.3.90.93.00.001715000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.700,00
1458 - 3.3.90.93.00.001716000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.700,00
1456 - 3.3.90.93.00.001701000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	106.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1099 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1101 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	

10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1323 - 3.3.90.40.00.001500000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	Total Suplementação:	**585.400,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal n° 4.320/64.

Redução

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
112 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
115 - 3.3.90.36.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	60.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.012.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA EDUCAÇAO	
116 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
369 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	

05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.1.043.	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO DAS UNIDADADES - AT. BASICA	
390 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
544 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
548 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
566 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
884 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
1376 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	120.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	

07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
1398 - 4.4.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	109.400,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
936 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	137.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.695.0000.0.000.	Turismo	
09.001.23.695.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.23.695.0012.2.128.	PARCERIAS PUBLICO PRIVADO MORRO DA MESA	
1186 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	24.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1322 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	Total Redução:	**585.400,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 02/01/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

Decreto nº 1/2025 de 02/01/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.474.238,16 (quinze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
68 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.009.	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL	
1381 - 4.4.90.51.00.001711000	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
1377 - 4.4.90.51.00.001755000	OBRAS E INSTALAÇÕES	48.880,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.012.	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA A SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
101 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.120.	APOIO E AUXILIO A ENTIDADES COM FINS EDUCACIONAIS	

1394 - 3.3.50.43.00.001551000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	31.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
1388 - 4.4.90.51.00.001570000	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.854,86
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.020.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILAS PARA ALUNOS -ENS.FUNDAMENTAL	
1393 - 3.3.90.32.00.001550000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	250.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.021.	EQUIPAR E MOBILIAR AS UNIDADES ENS. FUNDAMENTAL	
1392 - 4.4.90.52.00.001550000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.151.	CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	
159 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
1391 - 3.3.90.39.00.001550000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
173 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	112.054,69
174 - 3.3.90.30.00.001550000	MATERIAL DE CONSUMO	190.269,76
175 - 3.3.90.30.00.001553000	MATERIAL DE CONSUMO	8.634,90

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
178 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.095,55
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.1.028.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILA PARA OS ALUNOS -ENS.INFANTIL	
190 - 3.3.90.32.00.001500100	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
206 - 3.3.90.30.00.001571000	MATERIAL DE CONSUMO	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
1473 - 3.3.90.39.00.001569000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	779,66
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.027.	MANTER ALIMETACAO ESCOLAR - ENS. INFANTIL CRECHES	
218 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	71.675,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1461 - 3.1.90.04.00.001540000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.500,00
246 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	230.000,00
1389 - 3.1.90.04.00.001543000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	70.000,00

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1462 - 3.1.90.11.00.001540000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.500,00
248 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	269.500,42
1390 - 3.1.90.11.00.001543000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	121.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1463 - 3.1.90.13.00.001540000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
250 - 3.1.90.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1464 - 3.1.91.13.00.001540000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.850,00
253 - 3.1.91.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
286 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	141.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
288 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.037.	REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS EDUC. - INFANTIL - CRECHE	

300 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
335 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
1465 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
1466 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
365 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	362.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
369 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
1470 - 3.3.90.39.00.001605000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.122.0005.2.129.	TRANSFERÊNCIA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO À INSTITUIÇÕES	
1469 - 3.3.50.43.00.001605000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	72.651,18

www.elotech.com.br

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1433 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1434 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	190.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1435 - 3.1.90.13.00.001605000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
412 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
1450 - 3.3.90.30.00.001601000	MATERIAL DE CONSUMO	9.555,00
1451 - 3.3.90.30.00.001602080	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
1427 - 3.3.90.30.00.001621321	MATERIAL DE CONSUMO	187.950,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
417 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.718,04
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
426 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.450,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
429 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	95.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
433 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
438 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.047.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	
443 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.050.	CONTRIBUIÇÕES A CONSORCIOS INTERMUN. DE SAÚDE	
516 - 3.3.71.70.00.001500100	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1452 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	155.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	

05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1453 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1454 - 3.1.91.13.00.001605000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
548 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
560 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
1449 - 3.3.90.30.00.001600311	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
1467 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
587 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	109.907,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
620 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
1468 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
625 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
714 - 3.3.90.40.00.001500000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	37.645,35
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
729 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
1400 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.270,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.002.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
06.002.08.243.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.002.08.243.0006.2.072.	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA	
1397 - 3.3.50.43.00.001501000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1421 - 3.3.90.30.00.001660080	MATERIAL DE CONSUMO	3.305,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
1384 - 3.3.90.30.00.001720000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
1375 - 3.3.90.30.00.001751000	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
1385 - 3.3.90.39.00.001720000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	480.000,00
1376 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	806.260,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
1398 - 4.4.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	1.459.859,66
1399 - 4.4.90.30.00.001708000	MATERIAL DE CONSUMO	50.400,00
1379 - 4.4.90.30.00.001711000	MATERIAL DE CONSUMO	356.271,70
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
1380 - 4.4.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	

07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
1386 - 4.4.90.30.00.001701000	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
1387 - 4.4.90.39.00.001701000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	307.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
941 - 4.4.90.51.00.001701000	OBRAS E INSTALAÇÕES	75.046,04
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1369 - 3.3.90.30.00.001751000	MATERIAL DE CONSUMO	43.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1370 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1371 - 4.4.90.51.00.001751000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	

1372 - 4.4.90.52.00.001751000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.2.081.	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
1373 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	850.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.086.	REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS NAS ESTRADAS	
980 - 4.4.90.51.00.001700000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.809,31
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.092.	CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO	
990 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	496,01
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
992 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	87.840,00
1374 - 3.3.90.30.00.001750000	MATERIAL DE CONSUMO	62.160,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
1378 - 4.4.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.728,30
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1382 - 3.3.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1329 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1330 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.097.	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADAS	
1041 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	134.236,13
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.102.	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
1057 - 4.4.90.52.00.001700000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.676,64
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1331 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1332 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	

09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1334 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1336 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1337 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1103 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	47.200,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.2.092.	APOIO, FOMENTO E PARCERIAS PARA A CULTURA LOCAL	
1114 - 3.3.90.31.00.001500000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1342 - 3.1.90.04.00.001500000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	

09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1353 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.950,96
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1317 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.256,89
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1318 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	28.841,92
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1319 - 3.3.90.31.00.001500000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1322 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	450.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1323 - 3.3.90.40.00.001500000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	26.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	

1324 - 3.3.90.91.00.001500000	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.622,78
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1316 - 3.3.90.93.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	511.912,13
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais	
10.001.04.846.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.846.0002.2.106.	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP	
1455 - 3.3.90.47.00.001750000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	150.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1312 - 3.1.90.04.00.001500000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	200.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1313 - 3.1.90.11.00.001500000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1314 - 3.1.90.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	90.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1315 - 3.1.91.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00

12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1395 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1396 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1307 - 3.3.90.40.00.001501000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	42.000,00
	Total Suplementação:	**15.474.238,16**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
69 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	

03.001.04.122.0002.1.009.	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL	
94 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	248.880,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.012.	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA A SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
102 - 4.4.90.52.00.001754000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.120.	APOIO E AUXILIO A ENTIDADES COM FINS EDUCACIONAIS	
128 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	31.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
144 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.854,86
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.020.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILAS PARA ALUNOS -ENS.FUNDAMENTAL	
148 - 3.3.90.32.00.001500100	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	250.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.021.	EQUIPAR E MOBILIAR AS UNIDADES ENS. FUNDAMENTAL	
149 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.151.	CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	
160 - 4.4.90.51.00.001571000	OBRAS E INSTALAÇÕES	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
168 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
173 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	198.904,66
176 - 3.3.90.30.00.001571000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
177 - 3.3.90.30.00.001759070	MATERIAL DE CONSUMO	32.054,69
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
181 - 3.3.90.39.00.001571000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.095,55
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.1.028.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILA PARA OS ALUNOS -ENS.INFANTIL	
191 - 3.3.90.32.00.001552000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
204 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
209 - 3.3.90.39.00.001553000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	779,66
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.027.	MANTER ALIMETACAO ESCOLAR - ENS. INFANTIL CRECHES	
219 - 3.3.90.30.00.001552000	MATERIAL DE CONSUMO	71.675,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
245 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	230.000,00
246 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	85.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
247 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	269.500,42
248 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	128.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
249 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
250 - 3.1.90.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
252 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
253 - 3.1.91.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.850,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
285 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	141.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
287 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.037.	REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS EDUC. - INFANTIL - CRECHE	
299 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
336 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
354 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
355 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
366 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	362.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	

05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
369 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
370 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.122.0005.2.129.	TRANSFERÊNCIA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO À INSTITUIÇÕES	
387 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	72.651,18
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
402 - 3.1.90.04.00.001600000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
404 - 3.1.90.11.00.001600000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	190.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
406 - 3.1.90.13.00.001600000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
412 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
413 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	297.505,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	

05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
418 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.718,04
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
427 - 3.1.90.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.450,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
430 - 3.1.91.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	95.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
434 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
436 - 3.3.90.39.00.00 14600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.047.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	
444 - 3.1.90.13.00.001600000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.050.	CONTRIBUIÇÕES A CONSORCIOS INTERMUN. DE SAÚDE	
517 - 3.3.71.70.00.001600000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	180.000,00

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
537 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	155.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
538 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
541 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
549 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
562 - 3.3.50.43.00.001621000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
567 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	

05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
581 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
589 - 3.3.90.30.00.001621000	MATERIAL DE CONSUMO	109.907,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
621 - 3.1.90.11.00.001604000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	301.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
626 - 3.1.91.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
713 - 3.3.90.39.00.001660000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.645,35
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
730 - 3.3.90.30.00.001661000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	

731 - 3.3.90.39.00.001661000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.270,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.002.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
06.002.08.243.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.002.08.243.0006.2.072.	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA	
826 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
884 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	3.305,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
915 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	550.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
917 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.286.260,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
928 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.866.531,36
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	

929 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
936 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	247.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
938 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	260.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
940 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	75.046,04
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
956 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	43.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
957 - 3.3.90.39.00.00 1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
958 - 4.4.90.51.00.00 1500	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500,00

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.		Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.		Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.		MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
959 - 4.4.90.52.00.00	1500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.		Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.		Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.2.081.		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
965 - 3.3.90.39.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	850.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.086.		REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS NAS ESTRADAS	
979 - 4.4.90.51.00.00	1500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.809,31
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.092.		CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO	
991 - 4.4.90.51.00.00	1700000	OBRAS E INSTALAÇÕES	496,01
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.		RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
993 - 3.3.90.30.00.00	1751000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.		RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
998 - 4.4.90.39.00.00	1759070	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.728,30
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.		Agricultura	

08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1028 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1033 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1034 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.097.	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADAS	
1042 - 4.4.90.52.00.001700000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	134.236,13
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.102.	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
1056 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.676,64
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1076 - 3.3.90.14.00.001501000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	

09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1077 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1079 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1081 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1082 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1104 - 4.4.90.51.00.001701000	OBRAS E INSTALAÇÕES	47.200,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.2.092.	APOIO, FOMENTO E PARCERIAS PARA A CULTURA LOCAL	
1115 - 3.3.90.31.00.001701000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	

1137 - 3.1.90.04.00.001501000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1148 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.950,96
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1198 - 3.3.90.14.00.001501000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.256,89
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1199 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	28.841,92
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1200 - 3.3.90.31.00.001501000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1203 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	450.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1204 - 3.3.90.40.00.001501000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	26.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	

10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1205 - 3.3.90.91.00.001501000	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.622,78
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1207 - 3.3.90.93.00.001501000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	511.912,13
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais	
10.001.04.846.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.846.0002.2.106.	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP	
1220 - 3.3.90.47.00.001500000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	150.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1293 - 3.1.90.04.00.001501000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	200.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1294 - 3.1.90.11.00.001501000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1295 - 3.1.90.13.00.001501000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	90.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	

12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1297 - 3.1.91.13.00.001501000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1304 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1396 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00
1306 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00
	Total Redução:	**15.474.238,16**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 02/01/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ESTADO DO MATO GROSSO

Exercício: 2025

Decreto nº 1/2025 de 02/01/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de POXOREU, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2471/2024 de 27/12/2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 15.474.238,16 (quinze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil duzentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
68 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.009.	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL	
1381 - 4.4.90.51.00.001711000	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00
1377 - 4.4.90.51.00.001755000	OBRAS E INSTALAÇÕES	48.880,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.012.	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA A SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
101 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.120.	APOIO E AUXILIO A ENTIDADES COM FINS EDUCACIONAIS	

1394 - 3.3.50.43.00.001551000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	31.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
1388 - 4.4.90.51.00.001570000	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.854,86
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.020.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILAS PARA ALUNOS -ENS.FUNDAMENTAL	
1393 - 3.3.90.32.00.001550000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	250.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.021.	EQUIPAR E MOBILIAR AS UNIDADES ENS. FUNDAMENTAL	
1392 - 4.4.90.52.00.001550000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.151.	CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	
159 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
1391 - 3.3.90.39.00.001550000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
173 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	112.054,69
174 - 3.3.90.30.00.001550000	MATERIAL DE CONSUMO	190.269,76
175 - 3.3.90.30.00.001553000	MATERIAL DE CONSUMO	8.634,90

www.elotech.com.br

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
178 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.095,55
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.1.028.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILA PARA OS ALUNOS -ENS.INFANTIL	
190 - 3.3.90.32.00.001500100	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
206 - 3.3.90.30.00.001571000	MATERIAL DE CONSUMO	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
1473 - 3.3.90.39.00.001569000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	779,66
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.027.	MANTER ALIMETACAO ESCOLAR - ENS. INFANTIL CRECHES	
218 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	71.675,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1461 - 3.1.90.04.00.001540000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15.500,00
246 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	230.000,00
1389 - 3.1.90.04.00.001543000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	70.000,00

04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1462 - 3.1.90.11.00.001540000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.500,00
248 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	269.500,42
1390 - 3.1.90.11.00.001543000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	121.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1463 - 3.1.90.13.00.001540000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
250 - 3.1.90.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
1464 - 3.1.91.13.00.001540000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.850,00
253 - 3.1.91.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
286 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	141.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
288 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.037.	REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS EDUC. - INFANTIL - CRECHE	

300 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
335 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
1465 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
1466 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
365 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	362.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
369 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
1470 - 3.3.90.39.00.001605000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.122.0005.2.129.	TRANSFERÊNCIA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO À INSTITUIÇÕES	
1469 - 3.3.50.43.00.001605000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	72.651,18

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1433 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1434 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	190.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
1435 - 3.1.90.13.00.001605000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
412 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
1450 - 3.3.90.30.00.001601000	MATERIAL DE CONSUMO	9.555,00
1451 - 3.3.90.30.00.001602080	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
1427 - 3.3.90.30.00.001621321	MATERIAL DE CONSUMO	187.950,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
417 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.718,04
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
426 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.450,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
429 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	95.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
433 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
438 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.047.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	
443 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.050.	CONTRIBUIÇÕES A CONSORCIOS INTERMUN. DE SAÚDE	
516 - 3.3.71.70.00.001500100	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1452 - 3.1.90.04.00.001605000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	155.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	

05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1453 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
1454 - 3.1.91.13.00.001605000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
548 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
560 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
1449 - 3.3.90.30.00.001600311	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
1467 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
587 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	109.907,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	

05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
620 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
1468 - 3.1.90.11.00.001605000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
625 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
714 - 3.3.90.40.00.001500000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	37.645,35
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
729 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
1400 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.270,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.002.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
06.002.08.243.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.002.08.243.0006.2.072.	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA	
1397 - 3.3.50.43.00.001501000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
1421 - 3.3.90.30.00.001660080	MATERIAL DE CONSUMO	3.305,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
1384 - 3.3.90.30.00.001720000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
1375 - 3.3.90.30.00.001751000	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
1385 - 3.3.90.39.00.001720000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	480.000,00
1376 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	806.260,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
1398 - 4.4.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	1.459.859,66
1399 - 4.4.90.30.00.001708000	MATERIAL DE CONSUMO	50.400,00
1379 - 4.4.90.30.00.001711000	MATERIAL DE CONSUMO	356.271,70
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
1380 - 4.4.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	

07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
1386 - 4.4.90.30.00.001701000	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
1387 - 4.4.90.39.00.001701000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	307.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
941 - 4.4.90.51.00.001701000	OBRAS E INSTALAÇÕES	75.046,04
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1369 - 3.3.90.30.00.001751000	MATERIAL DE CONSUMO	43.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1370 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
1371 - 4.4.90.51.00.001751000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	

1372 - 4.4.90.52.00.001751000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.2.081.	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
1373 - 3.3.90.39.00.001751000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	850.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.086.	REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS NAS ESTRADAS	
980 - 4.4.90.51.00.001700000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.809,31
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.092.	CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO	
990 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	496,01
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
992 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	87.840,00
1374 - 3.3.90.30.00.001750000	MATERIAL DE CONSUMO	62.160,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.	Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.	Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.	RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
1378 - 4.4.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.728,30
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1382 - 3.3.90.39.00.001711000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1329 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1330 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.097.	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADAS	
1041 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	134.236,13
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.102.	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
1057 - 4.4.90.52.00.001700000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.676,64
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1331 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1332 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	

09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1334 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1336 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1337 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1103 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	47.200,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.2.092.	APOIO, FOMENTO E PARCERIAS PARA A CULTURA LOCAL	
1114 - 3.3.90.31.00.001500000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1342 - 3.1.90.04.00.001500000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	

09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1353 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.950,96
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1317 - 3.3.90.14.00.001500000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.256,89
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1318 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	28.841,92
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1319 - 3.3.90.31.00.001500000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1322 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	450.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1323 - 3.3.90.40.00.001500000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	26.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	

1324 - 3.3.90.91.00.001500000	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.622,78
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1316 - 3.3.90.93.00.001500000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	511.912,13
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais	
10.001.04.846.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.846.0002.2.106.	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP	
1455 - 3.3.90.47.00.001750000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	150.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1312 - 3.1.90.04.00.001500000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	200.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1313 - 3.1.90.11.00.001500000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1314 - 3.1.90.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	90.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1315 - 3.1.91.13.00.001500000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00

12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1395 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1396 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1307 - 3.3.90.40.00.001501000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	42.000,00
	Total Suplementação:	**15.474.238,16**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
03.001.04.122.0001.2.009.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
69 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	91.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	

03.001.04.122.0002.1.009.	CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ALMOXARIFADO MUNICIPAL	
94 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	248.880,00
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	
03.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Administracao	
03.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
03.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
03.001.04.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
03.001.04.122.0002.1.012.	AQUISIÇAO DE VEICULO PARA A SECRETARIA E SUAS UNIDADES	
102 - 4.4.90.52.00.001754000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.122.0000.0.000.	Administração Geral	
04.001.12.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
04.001.12.122.0001.2.120.	APOIO E AUXILIO A ENTIDADES COM FINS EDUCACIONAIS	
128 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	31.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.018.	AMPLIAÇÃO, REFORMA, CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL	
144 - 4.4.90.51.00.001500100	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.854,86
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.020.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILAS PARA ALUNOS -ENS.FUNDAMENTAL	
148 - 3.3.90.32.00.001500100	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	250.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.021.	EQUIPAR E MOBILIAR AS UNIDADES ENS. FUNDAMENTAL	
149 - 4.4.90.52.00.001500100	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.1.151.	CONSTRUÇÃO,AMPLIAÇÃO DE QUADRAS ESCOLARES	
160 - 4.4.90.51.00.001571000	OBRAS E INSTALAÇÕES	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.017.	MANUTENÇÃO DEMAIS ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL	
168 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
173 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	198.904,66
176 - 3.3.90.30.00.001571000	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
177 - 3.3.90.30.00.001759070	MATERIAL DE CONSUMO	32.054,69
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.001.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.361.0003.2.020.	MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUNDAMENTAL	
181 - 3.3.90.39.00.001571000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.095,55
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.1.028.	AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES, UNIFORMES,MOCHILA PARA OS ALUNOS -ENS.INFANTIL	
191 - 3.3.90.32.00.001552000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
204 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	861,64
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.025.	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. NFANTIL - CRECHE	
209 - 3.3.90.39.00.001553000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	779,66
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Educação	
04.001.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.001.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.001.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.001.12.365.0003.2.027.	MANTER ALIMETACAO ESCOLAR - ENS. INFANTIL CRECHES	
219 - 3.3.90.30.00.001552000	MATERIAL DE CONSUMO	71.675,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
245 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	230.000,00
246 - 3.1.90.04.00.001540107	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	85.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
247 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	269.500,42
248 - 3.1.90.11.00.001540107	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	128.500,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
249 - 3.1.90.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
250 - 3.1.90.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.100,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.361.0000.0.000.	Ensino Fundamental	
04.002.12.361.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.361.0003.2.032.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL	
252 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
253 - 3.1.91.13.00.001540107	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.850,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
285 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	141.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.036.	REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - PRE-ESCOLA	
287 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	200.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.	Fundo de Manutencao Desen. Educacao FUNDEB	
04.002.12.000.0000.0.000.	Educação	
04.002.12.365.0000.0.000.	Educação Infantil	
04.002.12.365.0003.0.000.	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	
04.002.12.365.0003.2.037.	REMUNERAÇÃO PROFISSIONAIS EDUC. - INFANTIL - CRECHE	
299 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.003.00.000.0000.0.000.	COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
04.003.27.000.0000.0.000.	Desporto e Lazer	
04.003.27.812.0000.0.000.	Desporto Comunitário	
04.003.27.812.0004.0.000.	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	
04.003.27.812.0004.1.136.	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO - ONIBUS/VANS PARA O ESPORTE	
336 - 4.4.90.52.00.001701000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
354 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
355 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
366 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	362.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	

05.001.10.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
05.001.10.122.0001.2.044.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIIPAL DE SAUDE	
369 - 3.3.90.39.00.001500100	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00
370 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.122.0000.0.000.	Administração Geral	
05.001.10.122.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.122.0005.2.129.	TRANSFERÊNCIA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DA UNIÃO À INSTITUIÇÕES	
387 - 3.3.50.43.00.001500100	SUBVENÇÕES SOCIAIS	72.651,18
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
402 - 3.1.90.04.00.001600000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	180.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
404 - 3.1.90.11.00.001600000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	190.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
406 - 3.1.90.13.00.001600000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	40.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
412 - 3.3.90.30.00.001500100	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
413 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	297.505,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	

05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.045.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - SAÚDE DA FAMÍLIA	
418 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.718,04
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
427 - 3.1.90.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.450,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
430 - 3.1.91.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	95.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
434 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.046.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITARIOS -ACS	
436 - 3.3.90.39.00.00 14600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.301.0000.0.000.	Atenção Básica	
05.001.10.301.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.301.0005.2.047.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE BUCAL	
444 - 3.1.90.13.00.001600000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.050.	CONTRIBUIÇÕES A CONSORCIOS INTERMUN. DE SAÚDE	
517 - 3.3.71.70.00.001600000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	180.000,00

05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
537 - 3.1.90.04.00.001500100	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	155.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
538 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	280.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
541 - 3.1.91.13.00.001500100	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	70.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.052.	MANUTENÇÃO DA ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO - P.A	
549 - 3.3.90.39.00.001600000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	550.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
562 - 3.3.50.43.00.001621000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.302.0000.0.000.	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
05.001.10.302.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.302.0005.2.053.	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DEMAIS AÇÕES DO MAC	
567 - 3.3.90.30.00.001600000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	

05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
581 - 3.1.90.11.00.001500100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.200,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.303.0000.0.000.	Suporte Profilático e Terapêutico	
05.001.10.303.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.303.0005.2.054.	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FARMACIA MUNICIPAL	
589 - 3.3.90.30.00.001621000	MATERIAL DE CONSUMO	109.907,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
621 - 3.1.90.11.00.001604000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	301.500,00
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Saúde	
05.001.10.000.0000.0.000.	Saúde	
05.001.10.305.0000.0.000.	Vigilância Epidemiológica	
05.001.10.305.0005.0.000.	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADÃO	
05.001.10.305.0005.2.056.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	
626 - 3.1.91.13.00.001604000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	36.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.061.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS	
713 - 3.3.90.39.00.001660000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.645,35
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	
730 - 3.3.90.30.00.001661000	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Assistência Social	
06.001.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.001.08.244.0000.0.000.	Assistência Comunitária	
06.001.08.244.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.001.08.244.0006.2.063.	GESTÃO DE BENIFÍCIOS EVENTUAIS	

731 - 3.3.90.39.00.001661000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.270,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.002.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.002.08.243.0000.0.000.	Assistência à Criança a ao Adolescente	
06.002.08.243.0006.0.000.	PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	
06.002.08.243.0006.2.072.	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - FMDCA	
826 - 3.3.50.43.00.001500000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	250.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.004.00.000.0000.0.000.	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.004.08.000.0000.0.000.	Assistência Social	
06.004.08.122.0000.0.000.	Administração Geral	
06.004.08.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
06.004.08.122.0002.2.132.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
884 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	3.305,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
915 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	550.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
07.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
07.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
07.001.04.122.0001.2.079.	GESTÃO E MANUTENÇAO DA SEC.DE OBRAS VIAÇÃO SERVIÇOS PÚBLICOS	
917 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.286.260,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	
928 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	1.866.531,36
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.1.077.	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM NOS BAIRROS E DISTRITOS	

929 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	200.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
936 - 4.4.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	247.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
938 - 4.4.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	260.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.451.0000.0.000.	Infra-Estrutura Urbana	
07.001.15.451.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.451.0008.2.080.	MANUT. E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS, PONTES, MEIO FIOS E BUEIROS	
940 - 4.4.90.51.00.001500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	75.046,04
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
956 - 3.3.90.30.00.001500000	MATERIAL DE CONSUMO	43.500,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
957 - 3.3.90.39.00.00 1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.	Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.	Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.	Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.	MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
958 - 4.4.90.51.00.00 1500	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500,00

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.		Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.		Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.1.081.		MODERNIZAR E AMPLIAR A ILUMINAÇÃO PUBLICA	
959 - 4.4.90.52.00.00	1500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.15.000.0000.0.000.		Urbanismo	
07.001.15.452.0000.0.000.		Serviços Urbanos	
07.001.15.452.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.15.452.0008.2.081.		MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
965 - 3.3.90.39.00.00	1500	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	850.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.086.		REFORMA E CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS NAS ESTRADAS	
979 - 4.4.90.51.00.00	1500000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.809,31
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.1.092.		CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO	
991 - 4.4.90.51.00.00	1700000	OBRAS E INSTALAÇÕES	496,01
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.		RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
993 - 3.3.90.30.00.00	1751000	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
07.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretario de Viacao e Obras Publicas	
07.001.26.000.0000.0.000.		Transporte	
07.001.26.782.0000.0.000.		Transporte Rodoviário	
07.001.26.782.0008.0.000.		INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	
07.001.26.782.0008.2.083.		RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
998 - 4.4.90.39.00.00	1759070	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	133.728,30
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.		Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.		Agricultura	

08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.084.	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEC. DESENV., AGRICULTURA E M.AMBIENTE	
1028 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1033 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.122.0000.0.000.	Administração Geral	
08.001.20.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
08.001.20.122.0001.2.085.	ATENDIMENTO AO MICRO-EMPREENDEDOR	
1034 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.097.	AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADAS	
1042 - 4.4.90.52.00.001700000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	134.236,13
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente	
08.001.20.000.0000.0.000.	Agricultura	
08.001.20.601.0000.0.000.	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	
08.001.20.601.0010.0.000.	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONÔMICO	
08.001.20.601.0010.1.102.	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, CAMINHOES E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	
1056 - 4.4.90.52.00.001500000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.676,64
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1076 - 3.3.90.14.00.001501000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	12.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	

09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1077 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	26.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.088.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CULTURA	
1079 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1081 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.13.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
09.001.13.122.0001.2.089.	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	
1082 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.1.116.	REVITALIZAÇAO DO CENTRO HISTORICO	
1104 - 4.4.90.51.00.001701000	OBRAS E INSTALAÇÕES	47.200,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.13.000.0000.0.000.	Cultura	
09.001.13.392.0000.0.000.	Difusão Cultural	
09.001.13.392.0012.0.000.	FORTALECIMENTO DA CULTURA E TURISMO POXORENSE	
09.001.13.392.0012.2.092.	APOIO, FOMENTO E PARCERIAS PARA A CULTURA LOCAL	
1115 - 3.3.90.31.00.001701000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	30.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	

1137 - 3.1.90.04.00.001501000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	
09.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
09.001.23.000.0000.0.000.	Comércio e Serviços	
09.001.23.122.0000.0.000.	Administração Geral	
09.001.23.122.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
09.001.23.122.0002.2.095.	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE TURISMO	
1148 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.950,96
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1198 - 3.3.90.14.00.001501000	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.256,89
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1199 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	28.841,92
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1200 - 3.3.90.31.00.001501000	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF. DESPORT. E OUTRAS	10.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1203 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	450.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1204 - 3.3.90.40.00.001501000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	26.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	

10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1205 - 3.3.90.91.00.001501000	SENTENÇAS JUDICIAIS	14.622,78
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.122.0000.0.000.	Administração Geral	
10.001.04.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
10.001.04.122.0001.2.100.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA FAZENDA E RECEITAS	
1207 - 3.3.90.93.00.001501000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	511.912,13
10.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E RECEITAS	
10.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria Municipal de Fazenda e Receitas	
10.001.04.000.0000.0.000.	Administração	
10.001.04.846.0000.0.000.	Outros Encargos Especiais	
10.001.04.846.0002.0.000.	GESTÃO ESTRUTURADA E MODERNA	
10.001.04.846.0002.2.106.	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PASEP	
1220 - 3.3.90.47.00.001500000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	150.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1293 - 3.1.90.04.00.001501000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	200.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1294 - 3.1.90.11.00.001501000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	600.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1295 - 3.1.90.13.00.001501000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	90.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	

12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1297 - 3.1.91.13.00.001501000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	50.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1304 - 3.3.90.30.00.001501000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE POXORÉU	
12.001.17.000.0000.0.000.	Saneamento	
12.001.17.122.0000.0.000.	Administração Geral	
12.001.17.122.0001.0.000.	GESTÃO EFICAZ	
12.001.17.122.0001.2.110.	GESTÃO E MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	
1396 - 3.3.90.39.00.001500000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	42.000,00
1306 - 3.3.90.39.00.001501000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400.000,00
	Total Redução:	**15.474.238,16**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de POXOREU , Estado do Mato Grosso, em 02/01/2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA
PREFEITO

EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

Contratante: Prefeitura de Poxoréu

CNPJ: 03.408.911/0001-40

Contratado: **60.308.304 GRAZILENE WA UTOMOTUIWE TSEREDZAI UDZE**, portador do CNPJ nº. 60.308.304/0001-42

Ocupação: **Merendeira**,

Contrato: 210-2025

Valor Global: 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais);

DATA DA ASSINATURA: 16 de abril de 2025.

VALIDADE: 12 DE MESES.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 16/2025 INEXIGIBILIDADE N.º 001/2025

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2025, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias Municipais de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 27 de fevereiro de 2025, as 14:00h (quatorze horas) a Comissão de Contratação de Licitação, instituída na Portaria 163 de 19 de fevereiro de 2025, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Brasília, Nº 809, Jardim das Américas, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **60.308.304 GRAZILENE WA UTOMOTUIWE TSEREDZAI UDZE,** inscrito no CNPJ nº 60.308.304/0001-42, **Ocupação: Merendeira**Endereço: Aldeia, S/N, Aldeia, Poxoréu/MT, CEP 78800-000.

Poxoréu-MT, 16 de abril de 2025.

Andressa Soares Barbosa

Nayara Souza Silva

Lucas Pereira Pinheiro

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão de Licitação, referente ao procedimento Licitatório de Inexigibilidade de Licitação 001/2025, de 12 de fevereiro de 2025, com o resultado em favor das empresas: **60.308.304 GRAZILENE WA UTOMOTUIWE TSEREDZAI UDZE**, portador do CNPJ Nº. 60.308.304/0001-42, Ocupação: **Merendeira,** Endereço Aldeia, S/N, Aldeia, CEP 78.800-000, Poxoréu-MT;

E autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXORÉU, 16 de abril de 2025.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2025

Processo Administrativo nº 46/2025

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Querência – MT, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicáveis.

Tipo: "MENOR PREÇO POR ITEM"

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de transformador para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

SESSÃO PÚBLICA

Dia: 28 de abril de 2025

Hora: 08:00 horas (Horário de Brasília – DF)

Site: www.licitanet.com.br

Início do recebimento das propostas: A partir da publicação

Fim de recebimento da proposta: 07:59h do dia 28 de março de 2025.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL

Dias: Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)

Horários: Das 07:00 às 13:00 – Horário local.

Local: Av. Cuiabá, 335, Setor C – Querência – MT (Sala do Setor de Licitações)

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

Retire o Edital acessando a página http://www.querencia.mt.gov.br, local "LICITAÇÕES" ou site www.licitanet.com.br

Querência-MT, 17 de abril de 2025

_____

Kamilla Vicente do Nascimento

Agente de Contratação

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA (ART. 72, INCISO VIII, DA LEI 14.133/21)

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA (Art. 72, inciso VIII, da Lei 14.133/21)

ASSUNTO: Autorização de Abertura de Processo Administrativo para *Locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia, nos termos do Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.614/2023 (decreto de locação de imóvel).*

CONTRATADO: OLIVEIRA CORRETOR EMPREENCIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ: 43.xxx.xxx/xxx1-65

VALOR DO CONTRATO: R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil).

Por estas razões, diante das justificativas apresentadas e posição jurídica pela legalidade do procedimento, **AUTORIZO** a abertura de processo licitatório com a condução efetiva de todas as fases.

Querência/MT, 17 de abril de 2025.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE QUERÊNCIA/MT E A EMPRESA ALIANÇA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE QUERÊNCIA/MT E A EMPRESA ALIANÇA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

1. OBJETO (art. 92, I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em engenharia e/ou Arquitetura para a Execução da Obra de Construção de uma Creche Pré- Escolar Tipo I, vinculado ao **Contrato de repasse nº OGU FNDE 961964/2024**; e será realizada conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei Federal 14.133/2021.

1.2. Conforme quadro a seguir:

Especificação		V. Total
	Contratação de empresa especializada em engenharia e/ou Arquitetura para a Execução da Obra de Construção de CRECHE PRÉ ESCOLAR TIPO I de acordo com Projeto Executivo de Arquitetura e Complementares, Especifica-	R$ 5.771.000,00

	ções Técnicas, Planilha Orçamentária, BDI, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo, Composição de Preços e demais peças técnicas, vinculado ao Termo de Convênio nº OGU FNDE 961964/2024 - e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência, adotando o regime de execução de empreitada por preço global, e seguindo os dispositivos da Lei Federal 14.133/2021.	

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 330**(trezentos e trinta) dias** contados de 15 de abril de 2025 a 11 de março de 2026, sendo automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas neste instrumento.

2.2. O prazo de execução da obra é de 300 (trezentos) dias contados a partir da emissão da ordem de serviço.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta Concorrência correrá à conta dos créditos orçamentários abaixo:

Órgão: 05 SEC.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULTURA

Unidade: 002 002 - SETOR PRÉ ESCOLAR E CRECHE

Funcional Programática: 12.365.0039.10059 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

Elemento: 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Reduzido: 136 – 145.735,07 - CONTRAPARTIDA

Órgão: 05 SEC.MUNIC.DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULTURA

Unidade: 002 002 - SETOR PRÉ ESCOLAR E CRECHE

Funcional Programática: 12.365.0039.10059 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU REFORMA DE PRÉ-ESCOLAR E CRECHE

Elemento: 4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES

Reduzido: 910 - R$ 5.625.264,93 - REPASSE

Querência - MT, 15 de abril de 2025.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT E A EMPRESA KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT E A EMPRESA KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento contratual tem por objetivo a **Contratação de empresa para a aquisição de Câmera de cinema 35 MM,** Conforme discriminado no quadro abaixo:

Item	Descrição	Un. For.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
80681	CÂMERA DE CINEMA 35 MM, TIPO DE CÂMERA COMPACTA AVANÇADA, RESOLUÇÃO DE IMAGEM DA CÂMERA 26 MPX, TAMANHO DA TELA 3 " COM FOCO MANUAL, COR PRETO, COM FUNÇÃO DE GRAVAÇÃO DE VÍDEO, ITENS INCLUSOS: 01 CÂMERA DE CINEMA, 01 BATERIA, 01 ADAPTADOR, 01 TAMPA DE SAPATA, 01 CABO USB-A PARA USB-C - SUGESTÃO DE MARCA SONY.	UNIDADE	1	R$ 14.500,00	R$ 14.500,00

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente contrato é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, conforme prevê o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente mediante termo aditivo, respeitada a vigência máxima de dez anos, consoante faculta o art. 107 do referido diploma legal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO:

5.1. O valor global do referido contrato é de R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais),

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

6.1. As despesas relativas a esta contratação ocorrerão na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNIC.DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ELEMENTO DESPESA: 04.122.0003.10006 AQUIS.EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE P/SEC.DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ. ATV: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

REDUZIDO: 20

Querência – MT, 15 de abril de 2025.

GILMAR REINOLDO WENTZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 04/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 25/2025

O Município de Ribeirão Cascalheira MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, o Pregão Eletrônico n.º 04/2025 que tem por Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CASA DE APOIO EM ÁGUA BOA MT, OFERECENDO HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E REFEIÇÕS DIARIAS (COM PERNOITE, CAFE DA MANHÃ, ALMOCO E JANTA) E ALMOÇO PARA OS PACIENTES EM TRATAMENTO, CONSULTAS E EXAMES) E SEUS ACOMPANHANTES.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia: 07/05/2025 às 09h30min (nove horas e trinta minuto) horário de Brasília, através do site https://www.licitanet.com.br/

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Base Legal: Lei nº 14.133/21.

Parecer Jurídico nº: 24/2025.

O edital e demais atos pertencentes ao certame poderão ser obtidos através do site oficial da Prefeitura https://www.gp.srv.br/transparencia_ribeiraocascal... no link acesso à informação e ainda através do site www.licitanet.com.br, ou no e-mail.

Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Avenida Padre João Bosco, n. 2067 – Ribeirão Cascalheira - MT, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, pelo Telefone: (66) 3489-1838 ou e-mail: licitacao@ribeiraocascalheira.mt.gov.br.

Ribeirão Cascalheira – MT, 16 de abril de 2025

Kátia Resende de Oliveira

Pregoeira

GABINETE
DECRETO N° 2620/2025

DATA: 14 DE ABRIL DE 2025

"APROVA O CALENDÁRIO DE PLANTÕES DAS FUNERÁRIAS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT PARA O EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ELZA DIVINA BORGES GOMES, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o **CALENDÁRIO DE PLANTÕES DAS FUNERÁRIAS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT** para o exercício de 2025, conforme tabela a seguir:

CALENDÁRIO 2025

PLANTÕES DAS FUNERÁRIAS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

JANEIRO – 02 AO 08	PAX BRASIL
JANEIRO – 09 AO 15	PAX SERVIR
JANEIRO – 16 AO 22	PAX BRASIL
JANEIRO – 23 AO 29	PAX SERVIR
30 DE JANEIRO AO 05 DE FEVEREIRO	PAX BRASIL
FEVEREIRO – 06 AO 12	PAX SERVIR
FEVEREIRO – 13 AO 19	PAX BRASIL
FEVEREIRO – 20 AO 26	PAX SERVIR
27 DE FEVEREIRO A 05 DE MARÇO	PAX BRASIL
MARÇO – 06 AO 12	PAX SERVIR
MARÇO – 13 AO 19	PAX BRASIL
MARÇO – 20 AO 26	PAX SERVIR
27 DE MARÇO A 02 DE ABRIL	PAX BRASIL
ABRIL – 03 AO 09	PAX SERVIR
ABRIL – 10 AO 16	PAX BRASIL
ABRIL – 17 AO 23	PAX SERVIR
ABRIL – 24 AO 30	PAX BRASIL
MAIO – 01 AO 07	PAX SERVIR
MAIO – 08 AO 14	PAX BRASIL
MAIO – 15 AO 21	PAX SERVIR
MAIO – 22 AO 28	PAX BRASIL
29 DE MAIO A 04 DE JUNHO	PAX SERVIR
JUNHO – 05 AO 11	PAX BRASIL
JUNHO – 12 AO 18	PAX SERVIR
JUNHO – 19 AO 25	PAX BRASIL
26 DE JUNHO A 02 DE JULHO	PAX SERVIR
JULHO – 03 AO 09	PAX BRASIL
JULHO – 10 AO 16	PAX SERVIR
JULHO – 17 AO 23	PAX BRASIL
JULHO – 24 AO 30	PAX SERVIR
31 DE JULHO A 06 DE AGOSTO	PAX BRASIL
AGOSTO – 07 AO 13	PAX SERVIR
AGOSTO – 14 AO 20	PAX BRASIL
AGOSTO – 21 AO 27	PAX SERVIR
28 DE AGOSTO A 03 DE SETEMBRO	PAX BRASIL
SETEMBRO – 04 AO 10	PAX SERVIR
SETEMBRO – 11 AO 17	PAX BRASIL
SETEMBRO – 18 AO 24	PAX SERVIR
25 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO	PAX BRASIL
OUTUBRO – 02 AO 08	PAX SERVIR
OUTUBRO – 09 AO 15	PAX BRASIL
OUTUBRO – 16 AO 22	PAX SERVIR
OUTUBRO – 23 AO 29	PAX BRASIL
30 DE OUTUBRO A 05 DE NOVEMBRO	PAX SERVIR
NOVEMBRO – 06 AO 12	PAX BRASIL
NOVEMBRO – 13 AO 19	PAX SERVIR
NOVEMBRO – 20 AO 26	PAX BRASIL
27 DE NOVEMBRO A 03 DE DEZEMBRO	PAX SERVIR
DEZEMBRO – 04 AO 10	PAX BRASIL
DEZEMBRO – 11 AO 17	PAX SERVIR
DEZEMBRO – 18 AO 24	PAX BRASIL
DEZEMBRO – 25 AO 31	PAX SERVIR

Art. 2º - A familia do falecido tem o direito de escolha da Funerária independente de estar de plantão ou não, conforme o Código do Consumidor

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 14 DE ABRIL DE 2025.

ELZA DIVINA BORGES GOMES

Prefeita Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2619/2025

DE 04 DE ABRIL DE 2025

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT, O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS A QUE SE REFERE À LEI N° 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021.

ELZA DIVINA BORGES GOMES, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que no dia 1º de abril de 2021 foi promulgada a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que diversos são os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 que requer prévia regulamentação, dentre os quais podemos citar o art. 8º, § 3º, que estabelece de forma expressa que as regras relativas à atuação de fiscais e gestores de contratos deverão ser estabelecidas em regulamento; CONSIDERANDO a possibilidade de cada órgão editar seus próprios regulamentos nos termos do que dispõe o art. 187 da referida norma;

CONSIDERANDO que, segundo o disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, é DEVER da Alta Administração implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos do processo licitatório, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações;

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos do Poder Executivo Municipal de Ribeirão Cascalheira - MT e suas autarquias.

FINALIDADE

Art. 2° - Este Decreto dispõe sobre a aplicação do instituto do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos e dá outras providências Poder Executivo Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT .

CONCEITOS E NOMENCLATURA

Art. 3º - Para fins de entendimento deste decreto, considera-se:

I. **Álea econômica extraordinária**: as circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio insuportável no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão;

II. **Álea econômica ordinária:** acontecimento externo, estranho à vontade das partes, porém previsível e inerente à atividade econômica;

III. **Teoria da imprevisão:** chamada de cláusula *rebus sic stantibus* (“estando as coisas assim” ou “enquanto as coisas estão assim”). É remédio jurídico destinado a sanar incidentes que venham alterar a base econômica, ou seja, a base negocial do contrato, quando este é alterado por álea econômica extraordinária ou por áleas administrativas;

IV. **Fato do príncipe:** ato de autoridade, não diretamente relacionado com o contrato, mas que repercute indiretamente sobre ele, provocando o desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do contratado. Somente se aplica se a autoridade pelo fato do príncipe for da mesma esfera de governo em que se celebrou o contrato;

V. **Fato da administração:** Toda ação ou omissão do Poder Público que, incidindo direta e especificamente sobre o contrato, retarda, agrava ou impede a sua execução;

VI. **Alteração unilateral do contrato:** é a faculdade que tem o Poder Público, nos limites do interesse público, de por si alterar o pactuado, respeitados os limites legais;

VII. **Parecer Jurídico:** documento através do qual Procuradoria Geral do Município emite informação técnica-jurídica acerca do tema enfrentado;

VIII. **Apostilamento:** é a anotação ou registro administrativo, que pode ser realizado no verso do próprio termo de contrato, ou por termo juntado aos autos do processo administrativo respectivo, desde que não altere a essência da avença ou não modifique as bases contratuais. Não havendo a necessidade de parecer jurídico e publicação na imprensa oficial para produzir efeitos;

IX. **Aditivo/aditamento:** instrumento elaborado com a finalidade de alterar itens de contratos, convênios ou acordos firmados pela administração pública, cuja publicação na imprensa oficial é condição obrigatória para que o aditivo produza seus efeitos;

X. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra: são aqueles em que, via de regra, os empregados da contratada são alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão ou entidade da Administração.

DO REEQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Art. 4º. O reequilíbrio económico e financeiro pode se dar na forma de:

I- revisão de contrato ou reequilíbrio económico e financeiro em sentido estrito;

II- reajustamento de preços;

III- repactuação de preços; e

IV- atualização monetária.

DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO DE PREÇOS DOS CONTRATOS

Art. 5º. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, **considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação**, calculada pelo índice definido no contrato.

Parágrafo único. A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou planilha orçamentária foi elaborado, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

Art. 6º - O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o critério de reajustamento de preços e a periodicidade, sob a forma de reajustamento em sentido estrito, com a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 3º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 4º Se em consequência de culpa da contratada forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo das penalidades.

§ 5º Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

§ 6º O registro do reajustamento de preços deve ser formalizado por simples apostila, conforme preconiza o art. 136, I da Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril de 2021

§ 7º Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

§ 8º A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS DOS CONTRATOS

Art. 7º. Repactuação de preços é uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para **serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra**, ou com predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

Art. 8º. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços de engenharia e/ou arquitetura continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

Parágrafo único. Para que haja a repactuação dos preços é necessária a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.

Art. 9º. O intervalo mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, isto é, da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra, e da data limite para a apresentação da proposta em relação aos demais insumos com custos decorrentes do mercado.

Parágrafo único. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

Art. 10º. Em caso de repactuação subsequente à primeira, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação, o prazo de 1 (um) ano terá como data-base a data em que se iniciaram os efeitos financeiros da repactuação anterior realizada, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

Art. 11º. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

§ 1° A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito.

§ 2º É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 3° Quando houver necessidade de repactuação, devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I- os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Publica;

II- as particularidades do contrato em vigor;

III- o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais:

IV- a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

V- indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

VI- a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

§ 4º A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias pela unidade contratante, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 5º O prazo referido no § 4o deste artigo ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

§ 6º O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

Art. 12º. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I- a partir da assinatura da apostila;

II- em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III- em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 1º No caso previsto no inciso III do caput deste artigo, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente

§ 2º A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

§ 3º A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de termo de reconhecimento de dívida. § 4o Na hipótese do § 3o deste artigo, o período em que a proposta permaneceu sob a análise da Administração será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

DA REVISÃO DE CONTRATO OU REEQUILÍBRIO E CONÓMICO-FINANCEIRO EM SENTIDO ESTRITO

Art. 13°. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sentido estrito **é decorrência da teoria da imprevisão**, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um **fato imprevisível ou previsível** de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato. Parágrafo único. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

I- o evento seja futuro e incerto:

II- o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III- o evento não ocorra por culpa da contratada;

IV- a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V- a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante

VI- haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

VII- - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

VIII- em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

IX- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Art. 14°. A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, devendo ser calculada desde a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de determinada parcela do contrato até seu pagamento efetivo.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15º. Casos específicos e eventualmente omissos neste Decreto, especialmente referente a fases de negociação (art. 61, §2º todos da Lei nº 14.133/2021), habilitação (art. 65, §2º todos da Lei nº 14.133/2021), exigências para formalização de contratos e aditivos na forma eletrônica (art. 91, §3º todos da Lei nº 14.133/2021), subcontratação (art. 122, §2° todos da Lei nº 14.133/2021), extinção dos contratos (art. 137, §1º todos da Lei nº 14.133/2021) todos da Lei dentre outros deverão ser regulamentadas no edital da licitação.

Art. 16º. Para verificação e concessão do reequilíbrio deverá ser adotada metodologia definida pela administração, conforme dados técnicos definidos pela área técnica de engenharia, quando se tratar de obras e serviços de engenharia, conforme laudo de profissional habilitado e vinculado à administração.

Art. 17°. Após concluído os procedimentos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, o processo será submetido à autoridade competente (ordenador de despesa) para ratificação e aditamento do instrumento de contrato, em todos os seus termos.

Art. 18º. É de competência da unidade contratante, a análise das razões e documentos apresentados, como também a emissão de laudo, estudo ou parecer sobre o Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

Art. 19º. A unidade contratante quando não concordar com o pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, manifestará com a devida justificativa e posteriormente enviará os autos a Procuradoria Jurídica visando à elaboração de parecer no que tange a legalidade, bem como à Controladoria Interna.

Art. 20º. O Reequilíbrio Econômico-Financeiro que não for requisitado pelo contratado, durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

Art. 21º. A presunção de direito ao recebimento de valores relativos a reequilíbrio econômico-financeiro não caracteriza justificativa para redução de ritmo de execução e/ou atraso no cumprimento do cronograma físicofinanceiro, fato que, se constatado, deverá ser tratado conforme disposições editalícias e contratuais, observando o princípio da vinculação ao edital.

Art. 22º. A Administração Pública não revisará contrato administrativo de ofício, excetuando-se a verificação final no encerramento de contratos para os quais fora concedido reequilíbrio econômico-financeiro durante sua execução, quando será obrigatória a análise conjunta à medição final.

Art. 23º. Após constatação de valores devidos pela Administração Pública será formalizado apostilamento ou termo aditivo contratual, com a devida adequação da garantia e manutenção das exigências de habilitação.

Art. 24º. A cada requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro deverão ser analisados, cumulativamente, eventuais concessões ocorridas anteriormente.

Art. 25º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Ribeirão Cascalheira – MT obrigados a adotá-los em todos os procedimentos a serem deflagrados sob a égide da Lei 14.133/2022, podendo ser utilizado, de forma suplementar, nos procedimentos regidos pelas Leis 8.666/93 e 10. 520/2002, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

04 DE ABRIL DE 2025.

ELZA DIVINA BORGES GOMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA 134/2025

Portaria nº 134/GP/25 Em, 14 de março de 2025.

“Dispõe sobre Ferias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva **VALCELI GOULART CARRIJO BARBOSA**, referente ao período aquisitivo de 02/10/2023 a 01/10/2024. A partir de 01/04/2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

DANILO COELHO DOMINGOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 136/2025

Portaria nº 136/GP/25 Em, 14 de março de 2025.

“Dispõe sobre de Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias de 20 dias ao servidor efetivo **GENIO DE JESUS BARBOSA**, referente ao período aquisitivo de 19/10/2023 a 18/10/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos quatorze dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Danilo Coelho Domingos

Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2025

Portaria nº 135/GP/25 Em, 14 de março de 2025.

“Dispõe sobre Abono de Férias de servidor”.

O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei.

Considerando a Lei Municipal Nº 850 de 19 de fevereiro de 2024;

Considerando a Lei Municipal Nº 844 de 12 de dezembro de 2023;

R E S O L V E:

Art.1º Conforme Lei Municipal nº 850 de 19 de fevereiro de 2024, art. 96 § 7, Conceder Abono de férias de 10 dias ao servidor efetivo **GENIO DE JESUS BARBOSA**, referente ao período aquisitivo de 19/10/2023 a 18/10/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos quatorze dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Danilo Coelho Domingos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DECRETO Nº 002/CONT/FINC/PMR/2025, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

Estado do Mato Grosso
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Rondolandia

C.N.P.J.: 04.221.486/0001-49
AV PRINCIPAL

JANEIRO/2025

Decreto nº 00022025 **Em, 13 de Janeiro de 2025.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00571/2024, de 16 de Fevereiro de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R$ 3.271.573,13 (Três Milhões, Duzentos e Setenta e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Três Reais e Treze Centavos) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

04.01 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

12 361 0110 1114 REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

48	4.4.90.51	99	15710000	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas Aplicações		3.271.573,13
					Total na Classificação	3.271.573,13

Total de Suplementações: 3.271.573,13

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, o Excesso de Arrecadação, a apurar no exercício na forma do artigo 43, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 3.271.573,13 (Três Milhões, Duzentos e Setenta e Um Mil, Quinhentos e Setenta e Três Reais e Treze Centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Municipio de Rondolândia em, 13 de Janeiro de 2025.

JOSE GUEDES DE SOUZA
PREFEITO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (LEI Nº 14.133/21, ART. 71 INC. IV)

Processo Adm. n. 165/2025 de 14/04/2025.

Modalidade: Dispensa de Licitação, Lei n. 14.133/21, art. 75, inciso II c/c Decreto Municipal n. 243/2024.

Dispensa de Licitação n. 025/2025.

Objeto: Aquisição de ovos de chocolate de páscoa, para distribuição dos servidores municipais do município de Rondolândia/MT.

Em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, confirmo a Dispensa de Licitação **nº 025/2025, para aquisição dos objetos acima descrito**. Nesses termos, passo a decidir.

O procedimento de Dispensa de Licitação se encontra registrado sob nº 025/2025, regularmente processado e instruído com os documentos necessários ao registro adequado das despesas, cujos atos praticados pela Agente de Contratação, e sua Equipe de Apoio de Contratação Direta revelam condições favoráveis para a sua adjudicação, uma vez que, foram obedecidos os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência sendo, inclusive, analisado pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Geral do Município, o qual ambos emitiram parecer opinando pela possibilidade jurídica da contratação direta.

Desta feita, cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, em conformidade com o art. 71, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, no uso das atribuições, confirmo a **ADJUDICAÇÃO** do objeto em conformidade com os itens descritos**e HOMOLOGO** o resultado do Processo de Dispensa de Licitação e, em favor da Empresa **L. Alves Temponi.**, **CNPJ n. 50.019.420/0001-98**, no valor global de R$ 39.708,60 (Trinta e nove mil, setecentos e oito reais e sessenta centavos), referente ao item 01, conforme Mapa de Resultado Final.

Encaminhe para a Secretaria de Fazenda para o devido empenho e, ato contínuo, envie para a Procuradoria instrumentalizar o termo de contrato ou documento necessário, ultimando as providências.

a) O empenho será realizado dentro do período de exercício financeiro conforme necessidade da Secretaria solicitante, e em respeito ao Decreto Municipal de nº 319/2024.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia - MT, 17 de abril de 2025.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA DE Nº. 15/2024

2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão de Contratação nomeada através do Decreto nº 329/GAB/PMR de 07 de Janeiro de 2025, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e horadesignados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo documentos para Habilitação e Proposta de Preço referente aoprocedimento licitatório sob a Modalidade Concorrência **de Nº. 15/2024**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 470/2024, cujo Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Construção de Muro e Área de lazer na Creche Municipal no Endereço Av Joana Alves de Oliveira Esq. com a Rua Padre Ezequiel Ramin nas Coordenadas: 10°50’39.98” S- 61°27'34.08"O no Município de Rondolândia/MT, conforme Portaria Nº 934/2024/GS/SEDUC/MT.**

Sagrou-se vencedora do certame a empresa: **Safira Negócios LTDA, CNPJ: 50.223.670/0001-45,** Endereço: Rua Rio de Janeiro, Nº 686, Bairro: Centro, CEP: 85.801-030, Cascavel/PR, com a Proposta no valor total e global da licitação **de R$ 986.000,00 (Novecentos e oitenta e seis mil reais**).

Rondolândia - MT, 17 de Abril de 2025.

_____

Keila Taiani Nascimento Freire

Agente de Contratação

Decreto 329/GAB/PMR/2025

RREO 1º BIMESTRE 2025

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.925.000,00	62.511.649,13	6.945.339,90	11,11	6.945.339,90	11,11	55.566.309,23
RECEITAS CORRENTES	46.486.644,00	46.486.644,00	6.827.696,40	14,69	6.827.696,40	14,69	39.658.947,60
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.165.202,00	3.165.202,00	314.049,77	9,92	314.049,77	9,92	2.851.152,23
Impostos	3.068.198,00	3.068.198,00	249.556,20	8,13	249.556,20	8,13	2.818.641,80
Taxas	97.004,00	97.004,00	64.493,57	66,49	64.493,57	66,49	32.510,43
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	15.800,00	15.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	15.800,00	15.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,00
RECEITA PATRIMONIAL	268.959,00	268.959,00	64.302,86	23,91	64.302,86	23,91	204.656,14
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	268.959,00	268.959,00	64.302,86	23,91	64.302,86	23,91	204.656,14
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.596,00	22.596,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.596,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	22.596,00	22.596,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.596,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.997.178,00	42.997.178,00	6.445.310,83	14,99	6.445.310,83	14,99	36.551.867,17
Transferências da União e de suas Entidades	19.288.340,00	19.288.340,00	2.662.034,49	13,80	2.662.034,49	13,80	16.626.305,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.296.838,00	20.296.838,00	3.164.928,96	15,59	3.164.928,96	15,59	17.131.909,04
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.412.000,00	3.412.000,00	618.347,38	18,12	618.347,38	18,12	2.793.652,62
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.909,00	16.909,00	4.032,94	23,85	4.032,94	23,85	12.876,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.922,00	1.922,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.922,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	14.987,00	14.987,00	4.032,94	26,91	4.032,94	26,91	10.954,06
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	5.438.356,00	16.025.005,13	117.643,50	0,73	117.643,50	0,73	15.907.361,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.218.678,00	5.218.678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.218.678,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	5.218.678,00	5.218.678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.218.678,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	219.678,00	10.806.327,13	117.643,50	1,09	117.643,50	1,09	10.688.683,63
Transferências da União e de suas Entidades	138.490,00	138.490,00	117.643,50	84,95	117.643,50	84,95	20.846,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	81.188,00	10.667.837,13	0,00	0,00	0,00	0,00	10.667.837,13
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	51.925.000,00	62.511.649,13	6.945.339,90	11,11	6.945.339,90	11,11	55.566.309,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	51.925.000,00	62.511.649,13	6.945.339,90	11,11	6.945.339,90	11,11	55.566.309,23
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	51.925.000,00	62.511.649,13	6.945.339,90	11,11	6.945.339,90	11,11	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00	44.135.097,13	4.326.810,50	4.326.810,50	58.184.838,63	4.038.463,09	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS CORRENTES	41.223.130,00	41.074.130,00	7.069.528,87	7.069.528,87	34.004.601,13	4.291.396,81	4.291.396,81	36.782.733,19	4.003.049,40	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.367.313,00	16.509.571,00	2.316.540,66	2.316.540,66	14.193.030,34	2.316.540,66	2.316.540,66	14.193.030,34	2.152.996,31	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	736.000,00	736.000,00	600.000,00	600.000,00	136.000,00	268.529,46	268.529,46	467.470,54	268.529,46	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.119.817,00	23.828.559,00	4.152.988,21	4.152.988,21	19.675.570,79	1.706.326,69	1.706.326,69	22.122.232,31	1.581.523,63	
DESPESAS DE CAPITAL	10.456.870,00	21.192.519,13	11.307.023,13	11.307.023,13	9.885.496,00	35.413,69	35.413,69	21.157.105,44	35.413,69	
INVESTIMENTOS	10.212.370,00	20.948.019,13	11.094.023,13	11.094.023,13	9.853.996,00	0,00	0,00	20.948.019,13	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	244.500,00	244.500,00	213.000,00	213.000,00	31.500,00	35.413,69	35.413,69	209.086,31	35.413,69	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	245.000,00	245.000,00			245.000,00			245.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00	44.135.097,13	4.326.810,50	4.326.810,50	58.184.838,63	4.038.463,09	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00	44.135.097,13	4.326.810,50	4.326.810,50	58.184.838,63	4.038.463,09	
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			2.618.529,40		2.906.876,81	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00		4.326.810,50	6.945.339,90		6.945.339,90	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Receitas Intra-Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra-Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00	100,00	44.135.097,13	4.326.810,50	4.326.810,50	100,00	58.184.838,63	
Legislativa	1.552.501,00	1.552.501,00	317.070,22	317.070,22	1,73	1.235.430,78	220.845,04	220.845,04	5,10	1.331.655,96	
Ação Legislativa	1.552.501,00	1.552.501,00	317.070,22	317.070,22	1,73	1.235.430,78	220.845,04	220.845,04	5,10	1.331.655,96	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	1.575,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00	
Ação Judiciária	1.575,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00	0,00	1.575,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	10.956.328,00	11.088.328,00	1.793.498,89	1.793.498,89	9,76	9.294.829,11	1.122.221,25	1.122.221,25	25,94	9.966.106,75	
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	9.974.322,00	10.106.322,00	1.429.196,32	1.429.196,32	7,78	8.677.125,68	1.003.924,62	1.003.924,62	23,20	9.102.397,38	
Administração Financeira	972.500,00	972.500,00	364.302,57	364.302,57	1,98	608.197,43	118.296,63	118.296,63	2,73	854.203,37	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	2.742,00	2.742,00	0,00	0,00	0,00	2.742,00	0,00	0,00	0,00	2.742,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	6.764,00	6.764,00	0,00	0,00	0,00	6.764,00	0,00	0,00	0,00	6.764,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	2.660.798,00	2.800.056,00	145.310,18	145.310,18	0,79	2.654.745,82	106.571,42	106.571,42	2,46	2.693.484,58	
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	158.869,00	298.127,00	24.366,24	24.366,24	0,13	273.760,76	24.366,24	24.366,24	0,56	273.760,76	
Assistência Comunitária	1.091.929,00	1.091.929,00	8.433,95	8.433,95	0,05	1.083.495,05	4.239,95	4.239,95	0,10	1.087.689,05	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	1.410.000,00	1.410.000,00	112.509,99	112.509,99	0,61	1.297.490,01	77.965,23	77.965,23	1,80	1.332.034,77	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	9.989.473,00	9.992.473,00	1.729.411,74	1.729.411,74	9,41	8.263.061,26	968.193,69	968.193,69	22,38	9.024.279,31	
Atenção Básica	4.356.483,00	4.359.483,00	908.806,59	908.806,59	4,95	3.450.676,41	442.648,16	442.648,16	10,23	3.916.834,84	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	354.229,00	354.229,00	10.000,00	10.000,00	0,05	344.229,00	5.822,12	5.822,12	0,13	348.406,88	
Suporte Profilático e Terapêutico	186.671,00	186.671,00	0,00	0,00	0,00	186.671,00	0,00	0,00	0,00	186.671,00	
Vigilância Sanitária	57.970,00	57.970,00	0,00	0,00	0,00	57.970,00	0,00	0,00	0,00	57.970,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	5.028.678,00	5.028.678,00	810.605,15	810.605,15	4,41	4.218.072,85	519.723,41	519.723,41	12,01	4.508.954,59	
FU10 - Demais Subfunções	5.442,00	5.442,00	0,00	0,00	0,00	5.442,00	0,00	0,00	0,00	5.442,00	
Trabalho	425.000,00	425.000,00	312.000,00	312.000,00	1,70	113.000,00	77.742,13	77.742,13	1,80	347.257,87	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	425.000,00	425.000,00	312.000,00	312.000,00	1,70	113.000,00	77.742,13	77.742,13	1,80	347.257,87	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	11.329.592,00	21.975.241,13	12.252.941,12	12.252.941,12	66,68	9.722.300,01	1.221.371,06	1.221.371,06	28,23	20.753.870,07	
Ensino Fundamental	7.805.331,00	18.391.980,13	11.825.410,37	11.825.410,37	64,35	6.566.569,76	839.773,83	839.773,83	19,41	17.552.206,30	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	1.575.351,00	1.575.351,00	294.191,25	294.191,25	1,60	1.281.159,75	294.191,25	294.191,25	6,80	1.281.159,75	
Educação de Jovens e Adultos	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	
Educação Especial	1.970,00	1.970,00	0,00	0,00	0,00	1.970,00	0,00	0,00	0,00	1.970,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	1.604.840,00	1.663.840,00	97.122,91	97.122,91	0,53	1.566.717,09	73.826,48	73.826,48	1,71	1.590.013,52	
FU12 - Demais Subfunções	338.800,00	338.800,00	36.216,59	36.216,59	0,20	302.583,41	13.579,50	13.579,50	0,31	325.220,50	
Cultura	865.689,00	865.689,00	58.041,20	58.041,20	0,32	807.647,80	0,00	0,00	0,00	865.689,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	864.939,00	864.939,00	58.041,20	58.041,20	0,32	806.897,80	0,00	0,00	0,00	864.939,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	750,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	750,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	4.878.786,00	4.878.786,00	0,00	0,00	0,00	4.878.786,00	0,00	0,00	0,00	4.878.786,00	
Infra-Estrutura Urbana	4.745.290,00	4.745.290,00	0,00	0,00	0,00	4.745.290,00	0,00	0,00	0,00	4.745.290,00	
Serviços Urbanos	2.196,00	2.196,00	0,00	0,00	0,00	2.196,00	0,00	0,00	0,00	2.196,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	131.300,00	131.300,00	0,00	0,00	0,00	131.300,00	0,00	0,00	0,00	131.300,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	129.752,00	129.752,00	0,00	0,00	0,00	129.752,00	0,00	0,00	0,00	129.752,00	
Saneamento Básico Rural	1.838,00	1.838,00	0,00	0,00	0,00	1.838,00	0,00	0,00	0,00	1.838,00	
Saneamento Básico Urbano	7.463,00	7.463,00	0,00	0,00	0,00	7.463,00	0,00	0,00	0,00	7.463,00	
FU17 - Administração Geral	120.451,00	120.451,00	0,00	0,00	0,00	120.451,00	0,00	0,00	0,00	120.451,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	1.220.625,00	1.220.625,00	85.958,65	85.958,65	0,47	1.134.666,35	64.736,65	64.736,65	1,50	1.155.888,35	
Preservação e Conservação Ambiental	83.256,00	83.256,00	0,00	0,00	0,00	83.256,00	0,00	0,00	0,00	83.256,00	
Controle Ambiental	1.009,00	1.009,00	0,00	0,00	0,00	1.009,00	0,00	0,00	0,00	1.009,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	536,00	536,00	0,00	0,00	0,00	536,00	0,00	0,00	0,00	536,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	1.135.824,00	1.135.824,00	85.958,65	85.958,65	0,47	1.049.865,35	64.736,65	64.736,65	1,50	1.071.087,35	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	402.850,00	492.850,00	98.175,00	98.175,00	0,53	394.675,00	0,00	0,00	0,00	492.850,00	
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	89.945,00	89.945,00	0,00	0,00	0,00	89.945,00	0,00	0,00	0,00	89.945,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	312.905,00	402.905,00	98.175,00	98.175,00	0,53	304.730,00	0,00	0,00	0,00	402.905,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	1.618,00	1.618,00	0,00	0,00	0,00	1.618,00	0,00	0,00	0,00	1.618,00	
Promoção Industrial	1.618,00	1.618,00	0,00	0,00	0,00	1.618,00	0,00	0,00	0,00	1.618,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	122.800,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	122.800,00	
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	122.800,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	122.800,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	3.152.456,00	2.454.198,00	301.145,00	301.145,00	1,64	2.153.053,00	241.186,11	241.186,11	5,57	2.213.011,89	
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	3.152.456,00	2.454.198,00	301.145,00	301.145,00	1,64	2.153.053,00	241.186,11	241.186,11	5,57	2.213.011,89	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	3.009.307,00	3.284.307,00	470.000,00	470.000,00	2,56	2.814.307,00	0,00	0,00	0,00	3.284.307,00	
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	2.713.207,00	2.988.207,00	470.000,00	470.000,00	2,56	2.518.207,00	0,00	0,00	0,00	2.988.207,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	296.100,00	296.100,00	0,00	0,00	0,00	296.100,00	0,00	0,00	0,00	296.100,00	
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	980.850,00	980.850,00	813.000,00	813.000,00	4,42	167.850,00	303.943,15	303.943,15	7,02	676.906,85	
Refinanciamento da Dívida Interna	980.850,00	980.850,00	813.000,00	813.000,00	4,42	167.850,00	303.943,15	303.943,15	7,02	676.906,85	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência	245.000,00	245.000,00				245.000,00				245.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	51.925.000,00	62.511.649,13	18.376.552,00	18.376.552,00	100,00	44.135.097,13	4.326.810,50	4.326.810,50	100,00	58.184.838,63	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Pessoa com Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aquaviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU27 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU28 – Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,472,934.97	3,396,593.20	3,526,217.21	3,710,871.84	3,882,515.10	5,324,735.96	4,016,401.38	4,158,637.20	3,946,861.12	4,753,088.68	4,164,283.62	3,920,779.70	48,273,919.96	53,640,080.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	184,533.95	126,727.41	106,320.76	153,383.17	129,177.50	1,735,404.07	199,782.11	87,800.83	125,710.34	124,840.29	133,482.10	180,567.67	3,287,730.20	3,165,202.00
IPTU	8,189.66	11,863.36	2,898.87	3,301.84	3,252.00	2,952.82	7,262.82	6,865.61	1,161.32	2,272.57	2,106.11	34,395.08	86,522.06	504,817.00
ISS	123,900.35	69,622.47	29,959.42	85,870.52	60,418.66	45,106.29	110,023.96	32,710.60	55,692.42	36,475.14	50,841.68	53,847.78	754,269.29	313,737.00
ITBI	200.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1,624,656.67	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	200.00	1,625,056.67	1,274,457.00
IRRF	37,641.89	36,459.78	43,586.61	50,094.96	54,040.38	51,246.67	78,922.91	42,601.38	52,269.70	79,612.60	47,786.50	58,459.25	632,722.63	815,618.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14,602.05	8,781.80	29,875.86	14,315.85	11,466.46	11,441.62	3,572.42	5,623.24	16,586.90	6,479.98	32,747.81	33,665.56	189,159.55	256,573.00
Contribuições	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	15,800.00
Receita Patrimonial	43,549.02	45,543.31	55,764.44	40,397.72	64,389.76	53,988.55	47,322.97	41,655.18	37,880.60	41,164.17	36,835.66	27,467.20	535,958.58	268,959.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	43,549.02	45,543.31	55,764.44	40,397.72	64,389.76	53,988.55	47,322.97	41,655.18	37,880.60	41,164.17	36,835.66	27,467.20	535,958.58	268,959.00
Outras Receitas Patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	22,596.00
Transferências Correntes	3,239,852.04	3,222,788.83	3,360,178.95	3,509,062.75	3,685,028.21	3,535,343.26	3,759,812.29	4,020,170.47	3,783,270.18	4,575,334.90	3,993,965.86	3,708,711.89	44,393,519.63	50,150,614.00
Cota-Parte do FPM	931,411.88	976,914.86	1,136,515.90	1,220,428.60	1,322,438.26	1,034,507.57	1,077,294.85	901,140.32	1,153,500.76	1,860,749.04	1,151,188.55	1,544,762.11	14,310,852.70	16,602,719.00
Cota-Parte do ICMS	1,262,141.05	1,362,033.77	1,326,036.58	1,429,720.69	1,556,867.56	1,534,629.85	0.00	1,837,740.61	1,690,632.53	1,450,796.59	1,846,125.70	1,544,740.21	16,941,765.14	18,708,650.00
Cota-Parte do IPVA	36,890.34	45,408.37	31,746.36	59,417.96	42,004.72	38,274.26	27,943.00	26,013.88	7,254.72	2,954.61	32,664.88	38,001.67	388,574.77	97,335.00
Cota-Parte do ITR	22,466.33	34,780.75	29,725.42	27,781.96	12,526.48	46,429.92	83,390.21	384,423.91	134,603.37	133,175.20	107,064.46	22,288.29	1,038,651.30	498,750.00
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	15,645.00
Transferências do FUNDEB	244,415.87	253,904.22	272,375.45	296,805.87	268,921.47	273,473.17	239,103.59	327,743.21	297,502.73	216,516.21	332,073.46	308,253.43	3,331,088.68	3,414,322.00
Outras Transferências Correntes	642,526.57	549,746.86	563,464.24	474,907.67	482,269.72	606,028.49	2,332,080.64	543,108.54	499,776.07	911,143.25	524,848.81	250,666.18	8,382,587.04	10,813,193.00
Outras Receitas Correntes	4,999.96	1,533.65	3,953.06	8,028.20	3,919.63	0.08	9,484.01	9,010.72	0.00	11,749.32	0.00	4,032.94	56,711.57	16,909.00
DEDUÇÕES (II)	470,581.77	483,827.40	504,863.72	547,469.69	479,763.14	530,768.17	475,236.24	629,863.62	597,198.16	577,040.27	627,408.58	629,958.34	6,553,979.10	7,153,436.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	470,581.77	483,827.40	504,863.72	547,469.69	479,763.14	530,768.17	475,236.24	629,863.62	597,198.16	577,040.27	627,408.58	629,958.34	6,553,979.10	7,153,436.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3,002,353.20	2,912,765.80	3,021,353.49	3,163,402.15	3,402,751.96	4,793,967.79	3,541,165.14	3,528,773.58	3,349,662.96	4,176,048.41	3,536,875.04	3,290,821.36	41,719,940.88	46,486,644.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	300,044.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	300,044.00	277,100.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3,002,353.20	2,912,765.80	3,021,353.49	3,163,402.15	3,402,751.96	4,793,967.79	3,241,121.14	3,528,773.58	3,349,662.96	4,176,048.41	3,536,875.04	3,290,821.36	41,419,896.88	46,209,544.00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
(-) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3,002,353.20	2,912,765.80	3,021,353.49	3,163,402.15	3,402,751.96	4,793,967.79	3,241,121.14	3,528,773.58	3,349,662.96	4,176,048.41	3,536,875.04	3,290,821.36	41,419,896.88	46,209,544.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Reserva Orçamentária do RPPS	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Capitalização do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Capitalização)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias - RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas	-	-	-	-	-
Benefícios	0,00	0,00	0,00		
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00		
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Fundo em Repartição do RPPS	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos do RPPS (Fundo em Repartição)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas da Administração - RPPS	-	-
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Bens e Direitos - Administração do RPPS	Período de Referência
	SALDO ATUAL
Bens e Direitos - Administração do RPPS	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Receita	
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	Execução da Despesa				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Previdenciárias (Benefícios Mantidos Pelo Tesouro)	-	-	-	-	-
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)					

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.486.644,00	6.827.696,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.165.202,00	314.049,77
IPTU	504.817,00	36.501,19
ISS	313.737,00	104.689,46
ITBI	1.274.457,00	200,00
IRRF	815.618,00	106.245,75
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	256.573,00	66.413,37
Contribuições	15.800,00	0,00
Receita Patrimonial	268.959,00	64.302,86
Aplicações Financeiras (II)	268.959,00	64.302,86
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	42.997.178,00	6.445.310,83
Cota-Parte do FPM	13.313.359,00	2.156.760,61
Cota-Parte do ICMS	14.966.920,00	2.712.692,77
Cota-Parte do IPVA	77.868,00	56.533,35
Cota-Parte do ITR	399.000,00	103.482,22
Transferências da LC nº 61/1989	12.516,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.414.322,00	640.326,89
Outras Transferências Correntes	10.813.193,00	775.514,99
Demais Receitas Correntes	39.505,00	4.032,94
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	39.505,00	4.032,94
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	46.217.685,00	6.763.393,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	16.025.005,13	117.643,50
Operações de Crédito (VIII)	5.218.678,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.806.327,13	117.643,50
Convênios	10.755.597,13	0,00
Outras Transferências de Capital	50.730,00	117.643,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	10.806.327,13	117.643,50
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	57.024.012,13	6.881.037,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	57.024.012,13	6.881.037,04

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	41.074.130,00	7.069.528,87	4.291.396,81	4.003.049,40	1.114.952,17	511.394,65	452.527,87
Pessoal e Encargos Sociais	16.509.571,00	2.316.540,66	2.316.540,66	2.152.996,31	95.353,39	6.064,59	6.064,59
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	736.000,00	600.000,00	268.529,46	268.529,46	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	23.828.559,00	4.152.988,21	1.706.326,69	1.581.523,63	1.019.598,78	505.330,06	446.463,28
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.338.130,00	6.469.528,87	4.022.867,35	3.734.519,94	1.114.952,17	511.394,65	452.527,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	21.192.519,13	11.307.023,13	35.413,69	35.413,69	67.338,48	876.208,66	780.793,39
Investimentos	20.948.019,13	11.094.023,13	0,00	0,00	67.338,48	876.208,66	780.793,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	244.500,00	213.000,00	35.413,69	35.413,69	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII))	20.948.019,13	11.094.023,13	0,00	0,00	67.338,48	876.208,66	780.793,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	245.000,00						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	61.531.149,13	17.563.552,00	4.022.867,35	3.734.519,94	1.182.290,65	1.387.603,31	1.233.321,26
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	61.531.149,13	17.563.552,00	4.022.867,35	3.734.519,94	1.182.290,65	1.387.603,31	1.233.321,26

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc))	730.905,19
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc))	730.905,19

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-3.987.849,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	63.815,40
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	794.720,59

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2024 (a)	Até o Bimestre 2025 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	5.596.346,26	5.292.403,11
DEDUÇÕES (XL)	3.617.329,74	5.130.854,64
Disponibilidade de Caixa	3.617.329,74	5.130.854,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.261.423,54	5.737.128,97
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.417.036,25	389.027,65
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	227.057,55	217.246,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.979.016,52	161.548,47

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.817.468,05

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-3.463.655,23

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	1.028.008,60
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	2.845.476,65

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2025
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	2.781.661,25

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	7.728,94	1.409.307,31	1.182.290,65	0,00	234.745,60	9.000,00	3.438.857,59	1.387.603,31	1.233.321,26	0,00	2.214.536,33	2.449.281,93
PODER EXECUTIVO	7.728,94	1.409.307,31	1.182.290,65	0,00	234.745,60	9.000,00	3.438.857,59	1.387.603,31	1.233.321,26	0,00	2.214.536,33	2.449.281,93
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.728,94	1.409.307,31	1.182.290,65	0,00	234.745,60	9.000,00	3.438.857,59	1.387.603,31	1.233.321,26	0,00	2.214.536,33	2.449.281,93

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL ATÉ O BIMESTRE
Impactos das Contratações de PPP	-	-
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - Contratadas (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	0,00
Previsão Inicial	51.925.000,00
Previsão Atualizada	62.511.649,13
Receitas Realizadas	6.945.339,90
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	0,00
Dotação Inicial	51.925.000,00
Dotação Atualizada	62.511.649,13
Despesas Empenhadas	18.376.552,00
Despesas Liquidadas	4.326.810,50
Despesas Pagas	4.038.463,09
Superávit Orçamentário	2.618.529,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	18.376.552,00
Despesas Liquidadas	4.326.810,50

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	41.719.940,88
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	41.419.896,88
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	41.419.896,88

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-3.987.849,00	730.905,19	-18,33
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-3.463.655,23	1.817.468,05	-52,47

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 04221486000149
Exercício: 2025
Período de referência: 1º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.417.036,25	0,00	1.182.290,65	234.745,60
Poder Executivo	1.417.036,25	0,00	1.182.290,65	234.745,60
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.447.857,59	0,00	1.233.321,26	2.214.536,33
Poder Executivo	3.447.857,59	0,00	1.233.321,26	2.214.536,33
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	4.864.893,84	0,00	2.415.611,91	2.449.281,93

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.698.340,10	25,00	25,99
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	566.756,00	70,00	87,99
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	687.719,33	15,00	10,52

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 04221486000149
	Exercício: 2025
	Período de referência: 1º bimestre

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Municípios e DF

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Rondolandia, Prefeitura Municipal de Rondolandia

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DECRETO Nº 004/CONT/FINC/PMR/2025, DE 22 DE JANEIRO DE 2025

Estado do Mato Grosso
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Rondolandia

C.N.P.J.: 04.221.486/0001-49
AV PRINCIPAL

JANEIRO/2025

Decreto nº 00042025 **Em, 22 de Janeiro de 2025.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00583/2024, de 19 de Agosto de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R$ 3.655.540,00 (Três Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

04.01 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

12 361 0110 1114 REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

48 4.4.90.51 99 15710000 OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas Aplicações 3.655.540,00

Total na Classificação 3.655.540,00

Total de Suplementações: 3.655.540,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, o Excesso de Arrecadação, a apurar no exercício na forma do artigo 43, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 3.655.540,00 (Três Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Municipio de Rondolândia em, 22 de Janeiro de 2025.

JOSE GUEDES DE SOUZA
PREFEITO

DECRETO Nº 003/CONT/FINC/PMR/2025, DE 22 DE JANEIRO DE 2025

Estado do Mato Grosso
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Rondolandia

C.N.P.J.: 04.221.486/0001-49
AV PRINCIPAL

JANEIRO/2025

Decreto nº 00032025 **Em, 22 de Janeiro de 2025.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00582/2024, de 19 de Agosto de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R$ 3.659.536,00 (Três Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

04.01 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

12 361 0110 1114 REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

48	4.4.90.51	99	15710000	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas Aplicações		3.659.536,00
					Total na Classificação	3.659.536,00

Total de Suplementações: 3.659.536,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, o Excesso de Arrecadação, a apurar no exercício na forma do artigo 43, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de R$ 3.659.536,00 (Três Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Nove Mil, Quinhentos e Trinta e Seis Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Municipio de Rondolândia em, 22 de Janeiro de 2025.

JOSE GUEDES DE SOUZA
PREFEITO

DECRETO Nº 001/CONT/FINC/PMR/2025, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

Estado do Mato Grosso
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Rondolandia

C.N.P.J.: 04.221.486/0001-49
AV PRINCIPAL

JANEIRO/2025

Decreto nº 00012025 **Em, 13 de Janeiro de 2025.**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 00590/2024, de 23 de Dezembro de 2024.

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar na quantia de R$ 698.258,00 (Seiscentos e Noventa e Oito Mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, conforme discriminação abaixo:

04.01 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

12 122 0110 2128 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIDADES/C

63	3.3.90.93	99	15010000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Todas Aplicações		59.000,00
					Total na Classificação	59.000,00

04.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27 812 0115 1120 IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CENTROS ESPORTIVOS/GINÁSIOS, QUADRAS E PRAÇAS

126	4.4.90.51	99	15000000	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas Aplicações		275.000,00
					Total na Classificação	275.000,00

05.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 0116 2143 MANUTENÇÃO E ENCARGOS - PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA (PABA Fixo e PAB variável)

220	3.1.90.11	99	16000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas Aplicações		3.000,00
					Total na Classificação	3.000,00

06.01 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

04 122 0109 2125 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS

320	3.3.90.39	99	15000000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas Aplicações		99.000,00
					Total na Classificação	99.000,00

07.03 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

08 243 0118 2156 MANUTENÇÃO E CUSTEIO DO CONSELHO TUTELAR

437	3.1.90.11	99	15000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - Todas Aplicações		116.858,00
438	3.1.90.13	99	15000000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Todas Aplicações		22.400,00
					Total na Classificação	139.258,00

08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Estado do Mato Grosso
Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Rondolandia

C.N.P.J.: 04.221.486/0001-49
AV PRINCIPAL

JANEIRO/2025

08.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04 122 0106 2112 E UNI

461	4.4.90.52	99	15000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Todas Aplicações		33.000,00
					Total na Classificação	33.000,00

09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

20 631 0119 2185 APOIO E INCENTIVO A PRODUÇÃO DE CAFÉ

492	3.3.90.30	99	15000000	MATERIAL DE CONSUMO - Todas Aplicações		90.000,00
					Total na Classificação	90.000,00

Total de Suplementações: 698.258,00

Art. 2º - Constituem fontes de recursos para cobertura do presente crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R$ 698.258,00 (Seiscentos e Noventa e Oito Mil, Duzentos e Cinquenta e Oito Reais), como abaixo especificado:

06.01 GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26 782 0121 2169 MANUTENÇÃO DE RODOVIAS E ESTRADAS MUNICIPAIS FETHAB

329	3.3.90.30	99	17200000	MATERIAL DE CONSUMO - Todas Aplicações	24.258,00
330	3.3.90.30	99	17590000	MATERIAL DE CONSUMO - Todas Aplicações	32.000,00
331	3.3.90.36	99	17590000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - Todas Aplicações	62.000,00
332	3.3.90.39	99	17590000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Todas Aplicações	421.000,00
333	4.4.90.51	99	17590000	OBRAS E INSTALAÇÕES - Todas Aplicações	37.000,00
334	4.4.90.52	99	17200000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Todas Aplicações	73.000,00
335	4.4.90.52	99	17590000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Todas Aplicações	49.000,00
				Total na Classificação	698.258,00

Total de Anulações: 698.258,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogando-se as disposições em contrário.

Municipio de Rondolândia em, 13 de Janeiro de 2025.

JOSE GUEDES DE SOUZA
PREFEITO

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

2º ATO

CONCORRÊNCIA DE Nº. 14/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através da Comissão de Contratação nomeada através do Decreto nº 329/GAB/PMR de 07 de Janeiro de 2025, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimen-

to dos envelopes contendo documentos para Habilitação e Proposta de Preço referente ao procedimento licitatório sob a Modalidade Concorrência **de Nº. 14/2024**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 446/2024, cujo Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para conclusão da Construção da Creche Tipo 2 - Padrão FNDE nas coordenadas: 10 50 '41.11"S- 61 27' 33.94"O, no Município de Rondolândia – MT, conforme Aditivo ao Termo de Compromisso N° 11696-FNDE, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como DESERTO**.

Rondolândia - MT, 17 de Abril de 2025.

_____

Keila Taiani Nascimento Freire

Agente de Contratação

Decreto 329/GAB/PMR/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (LEI Nº 14.133/21, ART. 71 INC. IV)

Processo Adm. n. 162/2025 de 09/04/2025.

Modalidade: Dispensa de Licitação, Lei n. 14.133/21, art. 75, inciso II c/c Decreto Municipal n. 243/2024.

Dispensa de Licitação n. 024/2025.

Objeto: Aquisição de ovos de páscoa, para a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - SEMEC.

Em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, confirmo a Dispensa de Licitação **nº 024/2025, para aquisição dos objetos acima descrito**. Nesses termos, passo a decidir.

O procedimento de Dispensa de Licitação se encontra registrado sob nº 024/2025, regularmente processado e instruído com os documentos necessários ao registro adequado das despesas, cujos atos praticados pela Agente de Contratação, e sua Equipe de Apoio de Contratação Direta revelam condições favoráveis para a sua adjudicação, uma vez que, foram obedecidos os princípios aplicáveis e os ditames da Legislação de Regência sendo, inclusive, analisado pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Geral do Município, o qual ambos emitiram parecer opinando pela possibilidade jurídica da contratação direta.

Desta feita, cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, em conformidade com o art. 71, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, no uso das atribuições, confirmo a **ADJUDICAÇÃO** do objeto em conformidade com os itens descritos**e HOMOLOGO** o resultado do Processo de Dispensa de Licitação e, em favor da Empresa **L. Alves Temponi.**, **CNPJ n. 50.019.420/0001-98**, no valor de R$ 25.650,00 (Sete mil, setecentos e oitenta reais), referente ao item 01 e no valor de R$ 1.600,00 (Onze mil, oitenta e um reais e setenta centavos), relativo ao item 02, totalizando a dispensa o valor global de R$ 27.250,00 (Vinte e sete mil, duzentos e cinquenta reais), conforme Mapa de Resultado Final.

Encaminhe para a Secretaria de Fazenda para o devido empenho e, ato contínuo, envie para a Procuradoria instrumentalizar o termo de contrato ou documento necessário, ultimando as providências.

a) O empenho será realizado dentro do período de exercício financeiro conforme necessidade da Secretaria solicitante, e em respeito ao Decreto Municipal de nº 319/2024.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia - MT, 17 de abril de 2025.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

COMISSÃO COMPRAS
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 165/2025.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 025/2025.

Objeto: Aquisição de Ovos de Chocolate de Pascoa para distribuição dos Servidores Municipais do Município de Rondolândia/MT.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 75. É dispensável a licitação: II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Considerando o Decreto Federal nº 12.343 de 30 de Dezembro de 2024 que dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, 01 de Abril de 2021, para Contratação no Inciso II do Caput do Art. 75 o Valor R$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO*: L.Alves Temponi, CNPJ: 50.019.420/0001-98, Endereço: Est.Linha 86, km 01,s/nº, Bairro: Zona Rural, CEP: 78.338-000 Rondolândia/MT.*

Item	Código TCE	Und	Quant	Especificação	Marca	Valor Unit.	Valor Total
01	00011365	UND	340	OVOS DE CHOCOLATE DE PÁSCOA PESANDO NO MINIMO 400 GRAMAS INGREDIENTES, AÇUCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO ACIDO FÓLICO, SORO DE LEITE EM PO, GORDURA VEGETAL, CACAU, FARINHA DE SOJA, GORDURA DE MANTEIGA DESIDRATADA OLEO VEGETAL, MASSA DE CACAU, SAL, LEITE EM PÓ. RECHADO COM 3 BOMBONS. EMBALADOS EM EMBALAGEM ESPECIFICA DE PASCOA. UNIDADE 400 GRAMAS (cód.: 708)	CACAU SHOW	**R$ 116,79**	**R$ 39. 708,60**
Valor Total							**R$ 39. 708,60**

***Obs:** O valor constante acima do item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constante nos autos do Processo 165/2025, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 39.708,60 (Trinta e nove mil setecentos e oito reais e sessenta centavos).

Rondolândia – MT, 17 de Abril de 2025.

Keila Taiani Nascimento Freire

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N° 120/2025/LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT, Sr. **Mariano Balabam**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**,

Art. 1º. NOMEAR o servidor **Sr. EUDESIO DA SILVA,** lotado na Secretaria de Municipal de Agricultura, para atuar como Fiscal de Contrato no seguinte instrumento:

I – ATA 42/2024 - REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

Art. 2º. Os servidores designados estão habilitados para serem encarregados pelos atestes das faturas/notas fiscais e conferência dos serviços prestados pela contratada, a partir da publicação desta até o término da vigência do contrato;

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato, revogando efeitos contrários.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Rosário Oeste/MT 17 de abril de 2025.

MARIANO BALABAM

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

PROCESSO N° 013/2025

O município de Rosário Oeste/MT, situada na Av. Otávio Costa, nº 1, Bairro: Santo Antônio - CEP: 78.480-000 informa a todos o resultado do pedido de licitação Nº 013/2025, cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, o fundamento legal para Inexigibilidade é o Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, tendo como vencedor a Empresa: **M.S DIAGNÓSTICO LTDA**, inscrita no CNPJ. 00.970.175/0003-93, com o valor global de R$ 284.014,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e quatorze reais).

Rosário Oeste/MT, 17 de abril de 2025.

Claudinei Norberto da Silva

Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

PORTARIA Nº 211/2025

DATA: 16 de abril de 2025.

SÚMULA: Nomeia novo FISCAL e SUPLENTE do contrato Nº 56/2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia aos Senhores: Sec. Mun. Educação e Cultura: **Renata da Silva Freire Leivas** como FISCAL e **Dirce Inês Niederle Menin** como SUPLENTE; do Contrato 56/2025, firmado com empresa **ESLAVIE CONSTRUTORA LTDA,** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada em conserto, solda e adequação do corrimão em inox da piscina da Escola Selvino Damian Preve**. ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 16 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2025

Processo Administrativo Licitatório nº 155/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: Contratação empresa especializada com fornecimento medicamentos para uso dos pacientes do Centro de Saúde

FORNECEDOR: ROTILLI & MACHADO LTDA.

CNPJ: 08.833.844/0001-25

VALOR TOTAL: R$ 15.298,01 (quinze mil e duzentos e noventa e oito reais e um centavo).

Tendo em vista que as justificativas do solicitante foram acatadas, bem como, o interesse da Administração noticiado e a dispensa de licitação reconhecida pelo parecer favorável da assessoria jurídicas e administrativas, exarado no Processo de Dispensa de Licitação 38/2025 de 22/04/2025, que acolho, RATIFICO a validade do ato para a contratação direta da empresa ROTILLI & MACHADO LTDA nos termos e na forma do previsto no "caput" dos artigo75 inciso VIII da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações. Publique-se esta ratificação. Providencie a reserva dos recursos.

Prefeitura de Santa Carmem, em 22 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 47/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022

CUJO OBJETO: PARA O FIM DE ADITIVAR O PERIODO DE 12 MESES COM REAJUSTE DE VALOR CONFORME INDICE INPC DE 5,20%.

CONTRATADO: INACIO MIGUEL SCHERER

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

VALOR DO ADITIVO: R$ 60.858,48 (sessenta mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

VALOR GLOBAL:R$ 174.390,00 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e noventa reais)

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16/04/2025

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 17/04/2025 à 17/04/2026

PROCURADOR JURÍDICO: Adriano Bulhões dos Santos

LEI Nº 01019/2025

DATA: 16 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: *Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura e dá outras providências.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA - SMC

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura - SMC, instituído com a finalidade de promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Art. 2º. O Sistema Municipal de Cultura integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura**,** estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

Art. 3º. O Sistema Municipal de Cultura se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e a cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 4º. O Sistema Municipal de Cultura fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta Lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos, com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 5º. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil, nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento, são:

I - diversidade das expressões culturais;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Art. 6º. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema;

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

Art. 7º. Integram o Sistema Municipal de Cultura:

I – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Departamento de Cultura;

II – O Conselho Municipal de Cultura;

III – O Plano Municipal de Cultura;

IV – O Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 8º. A Coordenadoria de Cultura, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 9º. São atribuições da Coordenadoria de Cultura:

I - formular e implementar, com a participação do Conselho Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VII – assegurar o funcionamento do Fundo Municipal de Cultura e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

VIII - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

IX - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

X - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XI - realizar a Conferência Municipal de Cultura, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;

XII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 10º. Compete à Coordenadoria de Cultura, como órgão do Sistema Municipal de Cultura:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Cultura e nas suas instâncias setoriais;

IV – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de

Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

V – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão

VI - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

VII - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 11º. A Conferência Municipal de Cultura constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura.

Art. 12º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

Art. 13º. Cabe ao Setor Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura, que se reunirá ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Cultura.

Parágrafo único. A data de realização da Conferência deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

CAPÍTULO IV

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 14º. O Plano Municipal de Cultura tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 15º. A elaboração do Plano é de competência da Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e do Conselho Municipal de Cultura, a partir das diretrizes propostas pelos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura.

Art. 16º. O Plano Municipal de Cultura deverá conter:

I – o diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II – as diretrizes e prioridades;

III – os objetivos gerais e específicos;

IV – as estratégias, metas e ações;

V – os prazos de execução;

VI – os resultados e impactos esperados;

VII – os mecanismos e fontes de financiamento;

VIII – os indicadores de monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 17º. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Santa Carmem, que devem ser diversificados e articulados.

Art. 18º. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito municipal:

I – o Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual - LOA;

II – o Fundo Municipal de Cultura, definido nesta Lei;

III – outros que venham a ser criados.

Art. 19º. O Fundo Municipal de Cultura será vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 20º. O Fundo Municipal de Cultura se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo Estadual.

Art. 21º. São receitas do Fundo Municipal de Cultura:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura;

III – dotações orçamentárias do Estado e de convênios celebrados com a Secretaria Estadual de Cultura ou órgão correspondente;

IV – dotações orçamentárias da União, convênios e programas do Ministério da Cultura ou órgão correspondente;

V - contribuições de mantenedores;

VI - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

VII - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VIII - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

IX - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura;

X - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

XI - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XII - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura;

XIII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Fundo Municipal Cultura;

XIV - saldos de exercícios anteriores;

XV - receitas oriundas de utilização e/ou locação de prédios públicos que tenham como fim o fomento da cultura;

XVI - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

XVII - recursos próprios.

Art. 22º. O Fundo Municipal de Cultura financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Art. 23º. Os projetos de que trata o artigo anterior compreenderá os interesses da política cultural do Município, nas seguintes áreas:

I - música e dança;

II - teatro e circo;

III - cinema, fotografia e vídeo;

IV - literatura e bibliotecas;

V - artes plásticas, gráficas e filatelia;

VI - folclore e artesanato;

VII - acervo e patrimônio histórico e cultural, museu e centro cultural;

VIII – eventos e ações organizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e pelo Conselho Municipal de Cultura;

IX – projetos voltados à capacitação profissional;

X – projetos e ações específicas da Associação Artística Cultural Carmense - AACC;

XI – projetos e ações específicas para manutenção da Biblioteca Municipal e Telecentro Comunitário do município;

XII – projetos e ações específicas para artistas que promovam trabalhos manuais, desde que devidamente comprovado;

XIII - projetos, ações, eventos e outras atividades promovidas ou realizadas por centros culturais, dentre os quais, Centro de Tradições Gaúchas (CTG), Centro de Tradições Nordestinas (CTN) ou ainda, em outros espaços culturais de interesse público.

XIV – Programas e projetos de incentivo a Fanfarra Municipal;

§1º. Somente serão objetos de incentivo, os projetos culturais que visem à exibição, utilização e circulação pública dos bens culturais deles resultantes.

§2º. A apresentação dos projetos para a obtenção de recursos do Fundo Municipal de Cultura será regulamentada por Editais lançados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 24º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura serão depositados em conta específica, e sua aplicação terá o acompanhamento e a fiscalização do Conselho Municipal de Cultura.

§1º. A gestão operacional e financeira dos recursos do Fundo Municipal de Cultura será de responsabilidade dos gestores vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sempre com a anuência do chefe do poder Executivo, revertendo ao próprio Fundo seus rendimentos.

§2º. Compete ao Conselho municipal de Cultura propor as políticas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 25º. O gerenciamento orçamentário e financeiro do Fundo Municipal de Cultura ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo refere-se à competência pelo ordenamento de empenhos e pagamentos das despesas com recursos do aludido Fundo.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual e no Fundo Municipal de Cultura.

Art. 27º. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 28º. Constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura em finalidades diversas das previstas nesta Lei.

Art. 29º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 30º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em, 16 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 049/2025

DATA: 11 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, no município de Santa Carmem e dá outras providências.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar;

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com a exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Art. 2º. O ingresso no REFIS 2025 dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, a qual fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos de tributos municipais incluídos no Programa.

§ 1º. O ingresso no REFIS 2025 implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2024, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos.

§2º. Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

Art. 3º. O REFIS 2025 abrangerá os débitos tributários constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que estão em sede de cobrança judicial e os denunciados espontaneamente pelo devedor principal ou responsável legal, vencidos até 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. Serão abrangidos ainda os acréscimos legais relativos a taxas, multa e juros vigentes à época da ocorrência do fato gerador, além das obrigações acessórias.

Art. 4º. A opção pelo REFIS 2025 poderá ser formalizada por escrito no período de 15 de maio de 2025 a 15 de junho de 2025.

Parágrafo único. O REFIS 2025 poderá ser prorrogado por até mais 60 (sessenta) dias por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. O parcelamento não poderá ultrapassar **06 (seis) parcelas** mensais e consecutivas, observando os seguintes limites em seus valores já consolidados:

§1º. Em se tratando de débito existente de valor igual ou inferior a R$ 500,00 (quinhentos reais), consolidados na forma desta Lei Complementar, será admitido o pagamento a vista ou em até 02 (duas) vezes;

§2º. Em se tratando de débito existente de valor igual a R$ 501,00 (quinhentos e um reais) e inferior a R$ 1.000,00 (mil reais), consolidados na forma desta Lei Complementar, será admitido o pagamento a vista ou em até 04 (quatro) vezes.

§3º. Em se tratando de débito existente igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), consolidados na forma desta Lei Complementar, poderá ser parcelado em até 06 (seis) vezes,

respeitado o valor mínimo de cada parcela em 25 UR's (vinte e cinco Unidades de Referência), para pessoa física e 75 UR's (setenta e cinco Unidades de Referência) para pessoa jurídica.

§4º. O crédito fiscal objeto de parcelamento, depois de consolidado, sujeita-se à variação mensal de Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§5º. A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará as penalidades previstas no Código Tributário Municipal e suas alterações posteriores.

Art. 6º. Será concedida remissão sobre os encargos previstos no artigo 4º-desta Lei Complementar, observadas as seguintes condições:

I – remissão de **90% (noventa por cento)** dos juros, multas e taxa de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e os créditos de natureza tributária constituídos ou não até 31 de dezembro de 2024, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, para pagamento a vista em um única parcela no ato do requerimento;

II – remissão de **80% (oitenta por cento)** dos juros, multas e taxa de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e optar pelo pagamento em **02 (duas) parcelas**, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

III – remissão de 7**0% (setenta por cento)** dos juros, multas e taxa de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em até **04 (três) parcelas**, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

IV – remissão de **60% (sessenta por cento)** dos juros, multas e taxa de expediente, para o contribuinte ou responsável que aderir ao REFIS 2025 e pagar o débito em até **06 (seis) parcelas**, sendo a primeira no ato do requerimento e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente;

Art. 7°. Para ter acesso ao REFIS 2025 o contribuinte não poderá encontrar-se em situação de inadimplência junto a municipalidade, em relação aos impostos e taxas do exercício de 2025.

Art. 8°. A remissão dos encargos previstos nesta Lei Complementar só gerará direito aos contribuintes que efetivamente quitarem seu débito, ainda que de forma parcelada, não se aplicando àqueles que aderiram ao Refis em exercícios anteriores e não cumpriram integralmente com a quitação, nos prazos legais, das parcelas assumidas.

Parágrafo único*:* Os créditos tributários que já estejam protestados junto ao Tabelionato, poderão ser baixados pelo contribuinte, a partir da quitação da primeira parcela, às suas expensas, podendo ser reinseridos em caso de atraso no pagamento das parcelas do REFIS 2025.

Art. 9º. Os créditos tributários não constituídos e objetos desta Lei Complementar serão anistiados nos mesmos moldes e percentuais definidos para a remissão (incisos I a V, art. 6°).

Parágrafo único. Os créditos tributários, constituídos em decorrência do descumprimento de obrigação acessória, serão remidos nos mesmos percentuais e condições estabelecidos nos incisos de I a V do art. 6° da presente Lei Complementar.

Art. 10. A opção pelo REFIS 2025 sujeita o contribuinte ou responsável:

I – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II – obrigatoriedade do pagamento da 1ª (primeira) parcela no ato da assinatura da adesão;

III - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

IV – pagamento do valor total dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito tributário, e quando tratar-se de execuções fiscais ajuizadas, deverão

ser somadas as custas processuais a serem recolhidas no foro da Comarca de Sinop.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS 2025 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos referidos no art. 1º da referida Lei Complementar.

Art. 11. São requisitos indispensáveis à formalização do pedido:

I – requerimento assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da Lei, juntando-se o respectivo instrumento;

II – documento que permita identificar os responsáveis pela representação da empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III - cópia de documentos de identificação, nos casos de débitos relativos à pessoa física;

Art. 12. Para implementação do disposto nesta Lei Complementar, pode ser exigido do contribuinte ou responsável o oferecimento de garantias, ou o arrolamento dos bens na forma do art. 64 da Lei Federal nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 13. O contribuinte ou responsável optante pelo REFIS 2025 será dele excluído, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo REFIS 2025 e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de trinta (30) dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

III - compensação ou utilização indevida de créditos;

IV – decretação de falência ou extinção, pela liquidação, em sendo pessoa jurídica;

V - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Santa Carmem e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS 2025;

VI - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato.

§1º. O contribuinte ou responsável deverá ser notificado da decisão que o excluiu do REFIS 2025, em caso dos débitos ajuizados.

§2º. A notificação far-se-á:

I – de regra, via postal, com aviso de recebimento;

II - quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o contribuinte ou responsável se encontrar, por edital, afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

§3º. A notificação via postal consuma-se com a simples entrega regular no endereço do contribuinte ou responsável.

§4º. A exclusão do contribuinte ou responsável do REFIS 2025 acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente na Dívida Ativa, e o prosseguimento da execução.

§5º. O valor das parcelas quitadas até a exclusão do REFIS 2025 será utilizado para amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

§6º. Realizada a exclusão, por qualquer dos motivos supra referido, esta produzirá seus efeitos 30 (trinta) dias após a data de cientificação do con-

tribuinte ou responsável, prazo em que poderá regularizar sua situação perante a Fazenda Municipal, ou no mesmo prazo, ofertar recurso, de cuja decisão não caberá recurso.

Art. 14. A inclusão no REFIS 2023 fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos, por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte ou responsável, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo.

§1º. Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte ou responsável suportar custas judiciais e honorários advocatícios.

Art. 15. O disposto nesta Lei Complementar não autoriza a restituição e nem a compensação de importâncias recolhidas anteriormente à sua publicação.

Art. 16. Para efeitos desta Lei Complementar a UR – Unidade de Referência, de que trata o §3º do artigo. 5º, é fixada em R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

Art. 17. As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão levadas à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 18. Esta Lei Complementar poderá ser regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 11 DE ABRIL DE 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N.º 01015/2025

DATA11 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: *Ratifica a participação do Município de SANTA CARMEM e autoriza o Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental Alto Teles Pires e dá outras providências.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ratifica-se a participação do Município de Santa Carmem no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n. 08. 952.135.0001/69 conforme os termos da Terceira Alteração do Protocolo de Intenções/Contrato do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires, publicado na Edição nº 3508 do Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso em 18 de dezembro de 2024.

Art. 2º Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 08.952.135.0001/69, com sede na Rua das Perobas, 863 C, Residencial Topázio, na Cidade de Sorriso - MT.

§ 1º O Contrato de Rateio que se refere o *caput* deste artigo será firmado no início de cada exercício, e conterá:

I - O valor correspondente à cota de participação do Município nas despesas administrativas do Consórcio;

II - O valor destinado pela administração municipal para a contratação de profissionais para atuar nos serviços de licenciamento ambiental e serviço de implantação do SELO SIM CONSORCIADO, conforme a necessidade do CIDESA e disponibilidade orçamentária.

§ 2º As parcelas referentes ao contrato de rateio terão vencimento todo dia 10 de cada mês.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei neste exercício correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.08.01.04.122.0008.2057.000.3.3.71.70.00.00 - 1.500.000000

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 11 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 01017/2025

DATA: 16 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: *AutorizaoPoder ExecutivoMunicipalacriaro ConselhoMunicipaldeCultura,e dá outras providências.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, FAZ SABER que a Câmara aprovou e Ele sanciona seguinte Lei:

Capítulol

DOCONSELHOESUASFINALIDADES

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Conselho Municipal de Cultura, órgão normativo, consultivo e deliberativo vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Municipal de Cultura, nos termos desta Lei, e do Decreto que a regulamenta.

Art.2º O Conselho Municipal de Cultura do Município e Santa Carmem, terá por finalidade:

I - o aperfeiçoamento do planejamento setorial com participação da comunidade organizada e dos produtores culturais, em um plenário tripartite integrado por conselheiros indicados e nomeados nos termos do regimento interno do Conselho e da Legislação permanente;

II - promoção e democratização da ação pública de incentivo à preservação, produção e difusão de bens culturais do município e dos diferentes segmentos sociais que compõem a sua cultura, usos, costumes e folclores;

III - integração regional da cultura municipal por meio do apoio às vocações artísticas e às manifestações culturais locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais incentivados;

IV - promoção prioritária de projetos culturais propostos pelos estudantes e jovens, que além da qualidade artística evidenciada, exaltarem valores e temas culturais associados ao ideal coletivo da comunidade municipal e do país, voltados, para a sustentabilidade sócioeconômico-ambiental da humanidade, em suas sucessivas gerações;

V - promoção, por meio da música, da poesia, da literatura, do teatro e das artes em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do município.

Capítuloll

DA COMPETÊNCA

Art 3º Para o cumprimento de suas finalidades, ao Conselho Municipal de Cultura, compete:

I - estabelecer a Política Municipal de Cultura, definindo-lhe as diretrizes, os objetivos, as estratégias e as metas que orientarão o processo de planejamento e gestão comparticipada da função Cultural;

II - apreciar o Plano Plurianual de Ação do setor e os instrumentos programáticos e orçamentários anuais correspondentes;

III - aprovar o Regimento Interno do Conselho;

IV - aprovar o Manual de Normas e Procedimentos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura;

V - promover a integração programática das agências governamentais locais, principalmente daquelas relacionadas com o Turismo, a Promoção Social, a Educação, Desporto e Lazer; visando à sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

VI - articular-se com órgãos similares em outros municípios, buscando a integração de esforços e meios orientados para objetivos comuns;

VII - articular-se com órgãos estaduais, federais e internacionais de apoio à Cultura, visando à complementação de esforços e apoio técnico e financeiro para viabilização do programa municipal de cultura;

VIII - negociar com o Governo do Estado de Mato Grosso, a celebração de acordos e mecanismos de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando à adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo o grau de interesse coletivo do município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal;

IX - apreciar e votar o acatamento de Pareceres Técnicos emitidos sobre processos de encaminhamentos de Projetos Culturais submetidos ao Conselho para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio à Cultura;

X - emitir pareceres técnico-culturais, inclusive sobre as implicações culturais de planos governamentais no âmbito do Município;

XI - apreciar as proposições de produtores culturais em projetos a serem encaminhados ao programa estadual de incentivo à Cultura, declarando seu grau de interesse coletivo municipal;

XII - exercer vigilância e controle social sobre as ações governamentais na área de cultura, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e perscrutando a eficácia social de seus resultados.

CapítuloIII

DACOMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art.4º O Plenário do Conselho Municipal de Cultura será composto por cinco membros Titulares e igual número de Suplentes, de acordo com a estrutura representativa estabelecida na tabela a seguir:

I -Área Governamental - dois membros a ser composta por representantes indicados pelo Prefeito Municipal, sendo um representante do Legislativo Municipal;

II - Associações Culturais - dois membros, área composta por representantes de entidades culturais;

III - Sociedade Civil Organizada: um membro;

§ 1º Cada área representada indicará a quantidade de membros descritas acima, como representantes titulares e igual número de suplentes, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, e empossados pelo Presidente do Conselho, nos termos do Regimento Interno.

Art.5º A estrutura organizacional do Conselho o compreenderá: Presidência, Vice-Presidência, Tesoureiro e Secretário.

CapítuloIV

Art.6º Não haverá remuneração de qualquer espécie ao Conselheiro, pelo exercício do cargo, o qual será declarado de relevante função social.

Art.7º A Presidência do Conselho Municipal de Cultura será definida de acordo com o regimento interno, a quem caberá prover todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessários ao funcionamento do Conselho;

Art.8º O Executivo Municipal providenciará, dentro do prazo máximo de 180 dias a partir desta data, o Decreto de regulamentação desta Lei e aprovação do Regimento Interno do Conselho.

Art.9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETEDO PREFEITOMUNICIPAL

SANTA CARMEM,ESTADODEMATOGROSSO,

16 DE ABRIL DE 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 49/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº 05/2023

OBJETO: Para o fim de aditiva o período de 12(doze) meses com acréscimo de valor para prestação de serviço de SISTEMA DE GESTÃO LITE SYSTEM PARA UM APARELHO DE RAIO X SENDO UM DR, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMAGENS RAIO X, NO FORMATO DICOM (SOFTWARE PACS), CONTEMPLANDO A IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, UTILIZANDO O OPAL RAD PACS ANVISA Nº 80101380018.

Contratado: RADIOLAB IMAGEM E LABORATORIO LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM/MT

VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$ 3.425,16(três mil quatrocentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 10.892,16 (dez mil, oitocentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos).

Data de Assinatura: 19/04/2024

Vigência:18/04/2025 a 18/04/2026

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos

EXTRATO DE CONTRATO 56/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025

Processo Administrativo Licitatório Nº 124/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSERTO, SOLDA E ADEQUAÇÃO DO CORRIMÃO EM INOX DA PISCINA DA ESCOLA SELVINO DAMIAN PREVE.

CONTRATADO: ESLAVIE CONSTRUTORA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.

VALOR GLOBAL: R$ 7.820,00 sete mil e oitocentos e vinte reais)

DATA ASSINATURA: 16/04/2025.

VIGÊNCIA: 16/04/2025 A 15/10/2025.

Procurador Jurídico: Adriano Bulhões dos Santos

DECRETO MUNICIPAL Nº 018/2025

DATA: 16 DE ABRIL DE 2025

Regulamenta o art. 95, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de SANTA CARMEM/MT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL , no exercício da atribuição que lhe confere A Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - NLLC, que Estabelece Novas Normas Gerais de Licitação e Contratação para as Administrações Pública Diretas, Autárquicas e Fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos da NLLC;

CONSIDERANDO a necessidade de orientação aos servidores públicos do Município de SANTA CARMEM para adaptação às normas inseridas na NLLC;

DECRETA

Art. 1º Fica regulamentado o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de SANTA CARMEM.

Art. 2º Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da razoabilidade, do interesse público, da probidade administrativa e demais normas que regem o assunto.

Art. 3º As pequenas compras, no âmbito do Município de SANTA CARMEM/MT, são entendidas aquelas de valor não superior a 15% (R$ 1. 881,76) da importância prevista pelo Decreto Federal em vigor na data da compra e que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, em conformidade com o § 2º do artigo 95 daquela Lei.

Parágrafo único. Nos termos do art. 182 da Lei nº 14.133/2021, o valor estabelecido no caput, será atualizado em 1º de janeiro de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo.

Art. 4º Na operacionalização das pequenas compras ou da prestação de serviços de pronto pagamento, deverá ser citado o presente Decreto e justificada a necessidade de pronto pagamento, além do atendimento aos Arts. 5º e 6º e ao limite do art. 3º, deste regulamento.

Art. 5º Enquadram-se em pequenas compras e serviços de pronto pagamento, no âmbito do Poder Executivo Municipal, as despesas referentes a relações econômicas muito simples, em caráter excepcional, como serviços urgentes e compras não passíveis de planejamento as quais devem atender a dois critérios:

I - o baixo valor da contratação, conforme valor referido no artigo 3º desse Decreto;

II - necessidade de pronto pagamento, ou seja, abarcar despesas que não possam se submeter ao processo habitual de aquisição e pagamento pela Administração Pública.

Art. 6º Para efeitos deste Decreto, serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, observado o limite estabelecido no Art. 1º deste Decreto, as despesas que não possam subordinar-se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, exemplificativamente nos seguintes casos:

I - serviços postais, gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves e demais serviços de chaveiro;

II - aquisição e/ou contratação decorrente de inexistência ou insuficiência eventual de material de almoxarifado ou de serviço, e desde que não exista procedimento licitatório ou contrato vigente para o fornecimento do respectivo material ou serviço;

III - Despesas decorrentes de manutenção emergencial de veículos em viagem;

IV - Aquisição de combustíveis, necessários ao abastecimento quando em trânsito fora da sede do Município;

V - Consertos de equipamentos em que fique comprovado desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, precedidas de autorização da autoridade competente ou que fique comprovado que o custo operacional para realizar a contratação formal desse conserto se torne mais oneroso que o pagamento no regime deste decreto.

VI - Outras despesas urgentes ou inadiáveis, desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, precedidas de autorização da autoridade competente.

Art. 7º Ficam dispensadas do limite de valor estabelecido no artigo 3º deste Decreto, mas consideradas como aquelas que se equiparam a contratações verbais, pela sua natureza e por não haver caráter competitivo, as seguintes despesas, a título exemplificativo:

I - taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;

II - taxa de inscrição em curso, palestra ou evento que tenham como objetivo a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal, de interesse do Poder Público Municipal;

III - taxa ou tarifa de inscrição e/ou anuidade de órgão ou entidade integrante da administração pública direta e indireta, ou prestadora de serviço público ou de interesse público, federações, confederações e demais entidades desportivas.

§ 1º As despesas realizadas na forma prevista neste Decreto, serão precedidas de empenho nas suas respectivas rubricas orçamentárias, e o pagamento seguirá os procedimentos estabelecidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Não são permitidas despesas sem interesse público (de privilégio e interesse particular).

Art. 9º As despesas passíveis de planejamento devem ser submetidas ao procedimento licitatório ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, dependendo da estimativa de valor dos bens ou serviços a serem adquiridos.

Art. 10º A pesquisa de preços é dispensável nas hipóteses de pequenas compras e serviços de até R$ 500,00 (quinhentos reais), reajustáveis de acordo com o parágrafo único do artigo 3º deste Decreto, devendo o agente requisitante apenas fazer uma verificação prévia se o preço é compatível com o preço de mercado, dispensada a formalização dessa verificação, respondendo o agente que requisitou a compra quando comprovada aquisição por preços excessivos.

Parágrafo único. Para serviços de diagnóstico de defeitos em máquinas e equipamentos, fica dispensada a pesquisa de mercado e o limite previsto no Art. 10º será de R$ 1.881,76 (mil oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) para estes serviços.

Art. 11º As contratações de que tratam esse Decreto não exigem as formalidades da Lei nº 14.133/2021, tais como instauração e instrução de processo, prévia publicação, justificativa de escolha do contratado, exigência de documentos de habilitação, dentre outros, bastando ser operacionalizada via sistema, atendendo à Lei nº 4.320/64 em relação a Empenho, Liquidação e Pagamento.

Paragrafo único: Obrigatório a apresentação das certidões de regularidade do INSS, FGTS. Caso a empresa participante seja sediada no município, também será exigida a apresentação da certidão de regularidade municipal.

Art. 12º É vedado o fracionamento da despesa, para adequação aos limites estabelecidos neste Decreto.

Art. 13º É vedado a apresentação de mesmo pedido de compra/serviço adquirido a menos de 3 (três) meses de mesmo item/produto.

Art. 14º Cumprirá à Administração controlar as situações que efetivamente justificam "pequenas compras", observância do limite de valor definido e razoabilidade dos gastos respectivos frente aos valores praticados no mercado, além de ser realizada apenas em casos excepcionais.

Art. 15º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas neste Decreto, nos termos do art. 53, § 5º, da Lei Federal nº 14. 133, de 2021, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Art. 16º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Carmem, 16 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 01020/2025

DATA: 16 de abril de 2025

SÚMULA: *Autoriza o Poder Executivo Municipal de Santa Carmem a firmar Termo de Colaboração ou Fomento com entidade que irá desenvolver a Expocarmem, e dá outras providências.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal de Santa Carmem a firmar termo de colaboração ou fomento com a Associação que desenvolverá a Exposição Agropecuária de Santa Carmem nos termos previstos nesta Lei.

Parágrafo único: Será inexigível a licitação de acordo com o art. 31 da Lei Federal 13.019/2014.

Art. 2º- O referido termo terá por finalidade promover desenvolvimento da cultura e do agronegócio no município de Santa Carmem, em nível municipal, estadual e nacional.

Art. 3º- As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta da Prefeitura Municipal de Santa Carmem.

Art. 4º - O Município fica autorizado a repassar o valor correspondente de até R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) a entidade credenciada após o chamamento, a título de incentivo, desenvolvimento e divulgação da realização da 18ª Expocarmem.

§ 1° - A entidade receptora deverá aplicar os recursos provenientes do termo dentro do plano de trabalho apresentado, assumindo ainda o compromisso de realizar uma exposição ou apresentação ou concurso e/ou competição para promover "o pé de soja gigante", marca que está diretamente ligada ao município.

§ 2°- A prestação de contas deverá ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Santa Carmem, junto ao setor de convênios, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 16 DE ABRIL DE 2025

PABLO LIBERAL BORTOLAS

Prefeito Municipal

LEI Nº 01014/2025

DATA: 11 DE ABRIL DE 2025

SÚMULA: *AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTACARMEM A ADERIR AO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MATO GROSSO,** instituído com fundamento na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e no Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, com a finalidade de realizar compras públicas compartilhadas e desenvolver atividades de interesse comum dos municípios consorciados.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I. Firmar o Termo de Adesão ao Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso, obrigando-se a cumprir as disposições estatutárias em ratificação ao Protocolo de intenções.

II. Submeter à Assembleia Geral do consórcio o pedido formal de adesão do Município;

III. Contribuir financeiramente para a manutenção do consórcio, conforme rateio de despesas aprovado pela Assembleia Geral;

IV. Designar representante oficial do Município para atuar junto ao consórcio, com poderes para deliberar em nome do Município, nos termos do Estatuto.

Art. 3º A contribuição financeira referida no inciso III do art. 2º desta Lei será consignada em dotacão própria no orçamento municipal, podendo ser custeada com recursos próprios ou de transferências voluntárias, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá adotar todas as medidas necessárias para a implementação e funcionamento do consórcio, inclusive a celebração de contratos, cessão de pessoal, convênios e outros ajustes necessários ao cumprimento das finalidades do Consórcio Interfederativo de Compras Públicas do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 11 de abril de 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N º 01016/2025

DATA: 16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: *"Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e dá outras providências"*.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL, órgão deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, com a finalidade de formular políticas públicas destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer em Santa Carmem/MT.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Esporte e Lazer tem as seguintes competências básicas:

I - desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no Município;

II - contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de ginástica, recreação, esporte e lazer.

III - acatar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, competições e eventos esportivos e de lazer do Município;

IV - promover intercâmbio e convênios com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho;

V - pronunciar-se sobre construção e manutenção dos meios e equipamentos recreativos e desportivos do Município;

VI - propor aos poderes públicos a instituição de concursos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades esportivas e de Lazer.

VII - contribuir para o aperfeiçoamento da legislação relativa às atividades esportivas e de lazer, por meio de propostas à legislação e resoluções;

VIII - estabelecer regime de mútua colaboração entre órgãos públicos, confederações, federações e demais entidades esportivas, afetos a suas ações;

IX - debater e aprofundar assuntos de interesse e/ou relacionados ao esporte emitindo pareceres e estudos, a pedido da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo ou, ainda, por iniciativa própria;

X - estabelecer, preferencialmente em conjunto com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, as prioridades para a aplicação dos recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Esporte e lazer compor-se-á de membros representantes do poder público, da iniciativa privada e sociedade civil organizada com vínculo e/ou interesse no desenvolvimento turístico do Município.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte e lazer terá como principal atribuição o gerenciamento do Plano e do Fundo Municipal de esporte e lazer.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Esporte e lazer será constituído de no mínimo 05 (cinco) membros do Poder Público e 05 (cinco) membros da Sociedade Civil organizada, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e fomento do Esporte e lazer em Santa Carmem - MT, abaixo relacionados:

I - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social;

III – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;

IV - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

V - Representante de Entidades Esportivas;

VI - Profissional de Educação Física representando o desporto escolar;

VII – Representante das entidades organizadas regularmente instituídas no Município;

VIII – Representante do Comércio Local;

§ - 1º O CMEL aprovará o seu Regimento Interno que disporá sobre suas atribuições;

Art. 6º. Cada instituição ou organismo integrante do CMEL indicará, por escrito, um representante titular e um suplente, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por iguais períodos sucessivos.

Parágrafo único. A instituição ou organismo integrante do CMEL poderá, a qualquer momento, substituir seu representante, desde que o faça por escrito ao CMEL.

Art. 7º. O Prefeito Municipal nomeará, através de portaria, os conselheiros titulares e suplentes indicados pelas instituições que participam do CMEL.

Parágrafo Único. A função de Conselheiro do CMEL, considerada de interesse público relevante, será exercida gratuitamente.

Art. 8º. O CMEL terá uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice-Presidente um Secretário e um Tesoureiro.

§ 1º. Os conselheiros elegerão o Presidente, Vice-Presidente e o Secretário, para o exercício seguinte, na última reunião ordinária do ano civil.

§ 2º. A duração dos mandatos do Presidente, Vice-Presidente e do Secretário será de 2 (dois) anos, permitido sua reeleição por mais um período consecutivo.

§ 3º. As sessões plenárias do Conselho serão realizadas trimestralmente, quando convocado pelo presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 9º. Ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivando apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 10º. A ausência não justificada, por 3 (três) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas, no período de um ano, implicará na exclusão automática do conselheiro.

Art. 11º. O CMEL poderá substituir qualquer membro desta que não cumprir ou transgredir dispositivos desta Lei ou do Regimento Interno mediante o voto de dois terços dos Conselheiros.

Art. 12º. O CMEL elaborará, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o seu Regimento Interno, o qual será homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 16 DE ABRIL DE 2025.

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 01018/2025

DATA:16 DE ABRIL DE 2025.

SÚMULA: *Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte, Lazer, vinculado à Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo.*

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, FAZ SABER que a Câmara aprovou e Ele sanciona seguinte Lei:

Art.1º Fica criado o Fundo Municipal de Esporte, Lazer - FMEL, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo.

Art.2º O FMEL tem por finalidade apoiar e subsidiar financeiramente os programas, projetos e ações de esporte e lazer, de iniciativa do poder público municipal e privado no âmbito do Sistema Municipal do Esporte e Lazer de Santa Carmem/MT.

Art.3º A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo será a gestora do FMEL, sob controle e fiscalização do Conselho Municipal de Esportes.

Art.4º Constituem receitas do FMEL:

I - dotação consignada anualmente na Lei Orçamentária Anual;

II - créditos especiais ou suplementares a ele destinados;

III - retorno e resultados de suas aplicações;

IV - multas, correção monetária e juros, em decorrência de suas operações;

V - doações de setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais, e transferências Fundo a Fundo, provenientes do Estado ou da União, suas autarquias e fundações, nos termos da lei vigente;

VI - doações de pessoas física e jurídica, nos termos da lei vigente;

VII - preço público recolhido pela utilização das unidades administradas diretamente pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;

VIII - os originários de empréstimos concedidos por autarquias ou empresas de administração indireta do Município;

IX - todos os recursos provenientes da arrecadação resultante da permissão de uso dos espaços esportivos municipais, a título oneroso;

X - os patrocínios recolhidos;

XI - as multas aplicadas por danos causados aos próprios equipamentos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;

XII - os provenientes de acordos, contratos, consórcios, convênios e outros instrumentos legais;

XIII - participação na arrecadação de inscrições em eventos esportivos promovidos e/ou chancelados pelo Poder Público;

XIV - inscrições para participação nos eventos esportivos e de lazer presentes no calendário municipal;

XV - o produto de arrecadação oriunda de patrocínios em eventos públicos esportivos e de lazer promovidos pela Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT;

XVI - o produto da arrecadação resultante do aluguel de espaços destinados à publicidade comercial em espaços próprios municipais administrados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;

XVII - valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, ressalvados os casos em que haja vedação legal para vinculação de receita para fundo;

XVIII - valores provenientes de mecanismos de incentivos fiscais, em nível nacional, estadual e municipal, estabelecidos por leis específicas;

XIX - recursos oriundos de repasses de loterias;

XX - receitas provenientes das Leis Federais nº s 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, em percentual nunca inferior a 10% (dez por cento) do valor recebido no mês de referência;

XXI - recursos de Emendas Parlamentares;

XXII - quaisquer outros recursos destinados especificamente ao Fundo.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

§ 2º Os recursos do fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, quando não estiverem sendo utilizadas na consecução de suas finalidades, objetivando o aumento de suas receitas, cujos resultados serão revertidos a ele.

Art.5º O orçamento do FMEL integrará o do Município como uma unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, em obediência ao princípio da unidade e universalidade.

§ 1º O orçamento, a contabilidade e a administração do FMEL observarão, na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

§ 2º Os recursos do FMEL deverão ser depositados em conta corrente específica vinculada exclusivamente ao atendimento de suas finalidades, a ser aberta em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

§ 3º Os saldos positivos das fontes de recursos vinculadas ao FMEL, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão transferidos para o exercício seguinte, a crédito das mesmas fontes.

Art.6º A gestão administrativa dos recursos do FMEL caberá à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, a qual terá como atribuições:

I - administrar o FMEL e estabelecer as diretrizes para aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Esportes; com o Plano Plurianual; com a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e com a Lei Orçamentária Anual do Município;

II - submeter à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Esportes relatório de gestão anual e a prestação de contas anual do FMEL;

III - manter os controles necessários à execução orçamentaria do FMEL referentes a empenhos, liquidação e pagamento de despesas e ao recebimento de receitas;

IV - tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em convênios, ajustes, acordos, contratos e outros instrumentos legais firmados pelo Município e que digam respeito ao FMEL;

V - apresentar, anualmente, ao Conselho Municipal de Esportes a análise e avaliação da situação econômico-financeira do FMEL;

VI - elaborar juntamente com o Conselho Municipal de Esportes o regulamento do FMEL, o qual será publicado através de Decreto do Prefeito Municipal;

VII - encaminhar, semestralmente, ao Conselho Municipal do Esporte relatório de execução das atividades.

Art.7º A gestão operacional e financeira dos recursos do FMEL será de responsabilidade dos gestores vinculados à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, sempre com a anuência do chefe do poder Executivo, revertendo ao próprio Fundo seus rendimentos.

Art.8º O FMEL será orientado e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Esporte, devendo seus recursos serem aplicados prioritariamente em:

I - programas de formação e iniciação esportiva, desenvolvidos pelo Município ou entidades sem finalidades lucrativas com atuação no Município de Santa Carmem/MT;

II - programas de incentivo ao esporte amador, lazer e esporte de participação;

III - programas de qualificação profissional de servidores públicos e membros da sociedade civil com atuação no esporte em suas diversas manifestações;

IV - programas voltados ao esporte de rendimento, em especial ao incentivo individual de atletas e o fortalecimento das equipes Carmenses participantes de ligas regionais, estaduais e nacionais;

V - outras despesas definidas por deliberação do Conselho Municipal do Esporte.

Art.9º A execução dos projetos fomentados pelo FMEL será orientada e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Esportes, que poderá sugerir as alterações pertinentes, bem como indicar outras iniciativas que devam ser fomentadas pelo Fundo.

Art.10º As disposições pertinentes ao FMEL, não abarcadas nesta Lei, serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.

Art.11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a lei municipal nº 296/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 16 DE ABRIL DE 2025

PABLO LIBERAL BORTOLAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0100/SAD/2025

PORTARIA Nº 0100/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **015/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **015/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **BERENICE AMORIM DE SOUSA,** Fiscal Substituto – **SEBASTIAN JOSE DOS SANTOS NOLL,** comoFiscais do Contrato **015/2025**, que tem como objetivo contratação de medicamentos e insumos hospitalares para Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme ***Dispensa de Licitação n° 006/2025*e Processo Administrativo n° 015/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **015/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **015/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 05 de Março de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0107/SAD/2025

PORTARIA Nº 0107/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **026/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **026/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **IGOR FIGUEREDO NASCIMENTO,** Fiscal Substituto – **ANA PAULA DE BARROS,** comoFiscais do Contrato **026/2025**, que tem como contratação de serviços comuns de empresa especializada em consultoria e assessoria para elaboração de planos de trabalhos para captação de recursos, acompanhamento da execução de convênios, contratos de repasses, termos de cooperação e prestação de contas de convênios para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme *da* ***Dispensa de Licitação n° 009/2025*e Processo Administrativo n° 011/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **026/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **026/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0106/SAD/2025

PORTARIA Nº 0106/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **025/2025**, celebrados através de um representante da

Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **025/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **JOSE ROBERTO COSTA MARINO,** Fiscal Substituto – **JOSELITO DOS SANTOS SILVA,** comoFiscais do Contrato **025/2025**, que tem como contratação de serviços comuns de Empresa para prestação de Serviços em Caráter Complementar nas áreas Contábil, Orçamentária, Prestação de Contas Mensais e Planejamento para Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme *da **Dispensa de Licitação n° 011/2025*e Processo Administrativo n° 025/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **025/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **025/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0105/SAD/2025

PORTARIA Nº 0105/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **024/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **024/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ALTAMIRO CORREA LEITE JUNIOR,** Fiscal Substituto – **FRANCISCO JARDEL DA SILVA,** comoFiscais do Contrato **024/2025**, que tem como contratação de serviços comuns de Empresa para prestação de Serviços em Caráter Complementar nas áreas Contábil, Orçamentária, Prestação de Contas Mensais e Planejamento para Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme **Pregão Presencial n° 006/2025 e Processo Administrativo n° 016/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **024/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **024/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0104/SAD/2025

PORTARIA Nº 0104/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **023/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **023/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **NAIANA SANTOS SOUZA,** Fiscal Substituto – **MARIA DE JESUS PEREIRA DOS SANTOS,** comoFiscais do Contrato **023/2025**, que tem como objetivo Aquisição de chocolate – tipo ovos de pascoa a ser distribuído às crianças do Município de Santa Cruz do Xingu, conforme ***Dispensa de Licitação n° 013/2025*e Processo Administrativo n° 028/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **023/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **023/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0103/SAD/2025

PORTARIA Nº 0103/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **018/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **018/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **SEBASTIAN JOSE DOS SANTOS NOLL,** Fiscal Substituto – **DANIELLE FERREIRA DOS SANTOS,** comoFiscais do Contrato **018/2025**, que tem como objetivo contratação de empresa para prestação de serviços médicos para Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme ***Pregão Presencial n° 04/2025*e Processo Administrativo n° 007/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **018/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **018/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0102/SAD/2025

PORTARIA Nº 0102/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **017/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **017/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ODAIR ALBRECHET,** Fiscal Substituto – **FABIANO JOSE RODRIGUES,** comoFiscais do Contrato **017/2025**, que tem como objetivo Aquisição de insumos, equipamentos e materiais permanentes para atender as necessidades do Departamento Municipal de Trânsito, assim como para atender as necessidades do Programa Vigia Mais MT do município de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme ***Dispensa de Licitação n° 008/2025*e Processo Administrativo n° 020/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **017/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **017/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 17 de Março de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0101/SAD/2025

PORTARIA Nº 0101/SAD/2025

DE 16 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **016/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **016/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **MARIA ANTONIA VIEIRA ALVES,** Fiscal Substituto – **ZELIA MARIA LOSS LONDERO,** comoFiscais do Contrato **016/2025**, que tem como objetivo contratação de empresa especializada para a execução de projeto e instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) nas unidades escolares do Município de Santa Cruz do Xingu/MT, incluindo a Escola Municipal Ricieri Berté, situada na zona urbana, e sua extensão, a Escola Municipal Caminho do Saber, localizada no P.A. Brasi Paiva, na zona rural do município, conforme ***Dispensa de Licitação n° 007/2025*e Processo Administrativo n° 017/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **016/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **016/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 06 de Março de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 16 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/SAD/2025

PORTARIA Nº 099/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **014/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **014/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **SEBASTIAN JOSE DOS SANTOS NOLL,** comoFiscais do Contrato **014/2025**, que tem como objetivo do presente instrumento é a futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as Secretarias Municipais de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme ***Pregão Eletrônico n° 08/2024* e Processo Administrativo n° 063/2024.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **014/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **014/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 26 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/SAD/2025

PORTARIA Nº 098/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **013/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **013/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **SEBASTIAN JOSE DOS SANTOS NOLL,** comoFiscais do Contrato **013/2025**, que tem como objetivo do presente instrumento é a futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender as Secretarias Municipais de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme ***Pregão Eletrônico n° 08/2024*** **e Processo Administrativo n° 063/2024.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **013/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **013/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 26 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 097/SAD/2025

PORTARIA Nº 097/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **012/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **012/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **GABRIEL CORREA LEITE,** Fiscal Substituto – **ALTAMIRO CORREA LEITE JUNIOR,** comoFiscais do Contrato **012/2025**, que tem como objetivo contratação de serviços comuns de empresa especializada manutenção preventiva, corretiva, adaptativa e evolutiva, hospedagens, suporte técnico para o web site oficial da Prefeitura de Santa Cruz do Xingu, conforme ***Dispensa de Licitação n° 005/2025*****e Processo Administrativo n° 012/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **012/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **012/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 24 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATOS E LICITACOES
ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO AO CONTRATO N° 025-2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, INSCRITA NO CNPJ 04.178.518/0001-70, AUTORIZA A EMPRESA, MARCIO HENRIQUE DA SILVA VIEIRA 03446392157, CNPJ: 48.026.759/0001-70, COM SEDE À RUA TRES, N/S, BAIRRO SETOR VILA NOVA, CIDADE SANTA CRUZ DO XINGU – MT, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. MARCIO HENRIQUE DA SILVA VIEIRA, BRASILEIRO, EMPRESÁRIO, CASADO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE RG N° 2036045-2 2° VIA, SSP/MT E DO CPF N° 034.463.921-57, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, CONSIDERANDO O QUE TUDO CONSTA NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025, INERENTE AO PROCEDIMENTO NA MODALIDADE DE DISPENSA N° 011/2025, A DAR INICIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERIÓDICOS DE TRANSPORTE

DE ENTULHOS NA ZONA URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/SAD/2025

PORTARIA Nº 096/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **011/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **011/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **RENILDE PINTO FIGUEIREDO,** Fiscal Substituto – **DAIANE GOULART FIGUEREDO BARRETO,** comoFiscais do Contrato **011/2025**, que tem como objetivo do presente instrumento é a **para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, especificamente carne bovina e óleo de soja, destinados à composição da merenda escolar, para atendimento das demandas das instituições de ensino da rede pública municipal de Santa Cruz do Xingu/MT**, conforme ***Pregão Presencial n° 003/2025*** **e Processo Administrativo n° 003/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **011/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **011/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 20 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 095/SAD/2025

PORTARIA Nº 095/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **010/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **010/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **MARIA RITA BEZERRA CARRIAS,** Fiscal Substituto – **VITORIA DOS SANTOS FARIAS,** comoFiscais do Contrato **010/2025**, que tem como objetivo a contratação de serviços comuns de empresa especializada para prestação de serviços de cadastramento, atualização e acompanhamento de informações no sistema Geo-Obras, integrado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), com foco no gerenciamento e fiscalização de dados de obras públicas, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, conforme **Dispensa de Licitação n° 002/2025 e Processo Administrativo n° 005/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **010/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **010/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 18 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 094/SAD/2025

PORTARIA Nº 094/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **009/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **009/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ELEANDRO ROSA DE FARIAS,** Fiscal Substituto – **RENILDE PINTO FIGUEIREDO,** comoFiscais do Contrato **009/2025**, que tem como objetivo a contratação de **empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados, abrangendo orientação na prestação de contas de recursos federais provenientes do FNDE, elaboração de planos de ação, regularização de conselhos vinculados e fornecimento de suporte técnico para cumprimento das exigências legais e operacionais para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu – MT**, conforme **Dispensa de Licitação n° 001/2025 e Processo Administrativo n° 004/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **009/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **009/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 13 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/SAD/2025

PORTARIA Nº 093/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **008/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **008/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **ALTAMIRO CORREA LEITE JUNIOR,** Fiscal Substituto – **GABRIEL CORREA LEITE,** comoFiscais do Contrato **008/2025**, que tem como objetivo a contratação de **EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LINK DE ACESSO À INTERNET, DO TIPO FIBRA ÓTICA OU VIA RÁDIO, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT**, conforme **PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2025 e Processo Administrativo n° 001/2025.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **008/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **008/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 12 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/SAD/2025

PORTARIA Nº 092/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **007/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter

fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **007/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **VALDIR DUARTE MONTEIRO,** Fiscal Substituto – **DAIANE GOULART FIGUEREDO BARRETO,** comoFiscais do Contrato **007/2025**, que tem como objetivo a contratação de serviços comuns de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar no Município de Santa Cruz do Xingu/MT, conforme **PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2024 e Processo Administrativo n° 046/2024.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **007/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **007/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 10 de Fevereiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/SAD/2025

PORTARIA Nº 091/SAD/2025

DE 15 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre a nomeação e atribuições dos fiscais de contrato e dá outras providências".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a Sr. Joraildes Soares de Sousa, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, e; **CONSIDERANDO** que cabe a Prefeitura Municipal, nos termos do disposto nos artigos 104 inciso III da Lei nº 14.133/21, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato **006/2025**, celebrados através de um representante da Administração; **CONSIDERANDO** que os órgãos públicos devem manter fiscalizados. **CONSIDERANDO** que as principais atribuições dos fiscais do Contrato **006/2025**, são: diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a contratada vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade. **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar os servidores como Fiscal Titular – **VALDIR DUARTE MONTEIRO,** Fiscal Substituto – **DAIANE GOULART FIGUEREDO BARRETO,** comoFiscais do Contrato **006/2025**, que tem como objetivo a contratação de serviços comuns de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Transporte Escolar no Município de Santa Cruz do Xingu/MT, conforme **PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2024 e Processo Administrativo n° 046/2024.**

Art. 2º - Determinar que o Fiscal ora designado, venha a:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do Contrato **006/2025**, anotado em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinado o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO, em periodicidade adequada ao objeto do Contrato **006/2025**;

III – atestar, formalmente as notas fiscais relativas aos serviços prestados antes do encaminhamento para liquidação e pagamento;

IV – Emitir relatório;

Art. 3º - Dê-se ciência ao funcionário designado e revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, RETROAGINDO a data do dia 28 de Janeiro de 2025.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 15 DE ABRIL DE 2025.

REGISTRA-SE;

PUBLICA-SE;

CUMPRA-SE.

_____

JORAILDES SOARES DE SOUSA

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/SAD/2025

PORTARIA Nº 090/SAD/2025 DE 15 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a elevação de nível de servidora efetiva da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica concedida a **ELEVAÇÃO DE NÍVEL** para a servidora efetiva do Município de Santa Cruz do Xingu – MT relacionada na tabela abaixo, em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação.

NOME DOS SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
DAIANE GOULART FIGUEREDO BARRETO	PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL	596	Nível 1,09 para Nível 1,12

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

De 15 de abril de 2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - 1/2025

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO - 1/2025 TENDO COMO OBJETO 'A aquisição de medicamentos e insumos médicos para o município de Santa Cruz do Xingu – MT fundamenta-se na necessidade de assegurar o atendimento contínuo e eficiente à população local, garantindo o direito constitucional à saúde. Considerando que o município está situado a grande distância da capital do estado e possui baixa densidade populacional, é imprescindível manter um fornecimento adequado de insumos essenciais para os atendimentos realizados na rede municipal de saúde. A infraestrutura de saúde do município é limitada, com carência de hospitais de grande porte e um número reduzido de profissionais. Dessa forma, a manutenção de um estoque adequado de medicamentos e insumos médicos torna-se indispensável para a realização de atendimentos básicos, emergências e programas de saúde pública. A distância de centros urbanos que oferecem maior suporte hospitalar impõe desafios logísticos para a reposição imediata desses itens quando necessário. Assim, a Administração Pública precisa adotar um planejamento criterioso para evitar desabastecimentos que comprometam a qualidade e a continuidade dos serviços de saúde prestados à população. Além disso, a aquisição estruturada desses insumos permite um melhor controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos, garantindo conformidade com as normas sanitárias vigentes. Dessa forma, busca-se otimizar os recursos públicos, assegurar a oferta de medicamentos em tempo hábil e atender às necessidades da população de maneira eficiente e transparente. ' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
HDM COMERCIO IMPORT HOSPITALAR EIRELI	35.683.070/0001-76	R$ 17.268,80
ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA	21.821.902/0001-69	R$ 6.105,60
ALINE DE FRANCA MANGUEIRA LTDA	30.016.004/0001-29	R$ 1.534,24
ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	35.626.812/0001-21	R$ 3.535,20
BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	54.388.280/0001-86	R$ 24.920,00
CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAU	39.610.184/0001-47	R$ 16.232,95
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	40.274.237/0001-85	R$ 585,00
HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	41.500.407/0001-65	R$ 81.655,26
INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA	23.829.339/0001-09	R$ 1.157,00
KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	51.685.649/0001-24	R$ 15.378,50
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	34.223.536/0001-98	R$ 183.537,00
P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	52.808.009/0001-27	R$ 64.230,20
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI	32.708.161/0001-20	R$ 8.994,53
QUALITY ATACADO EIRELI	15.724.019/0001-58	R$ 145,50
RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	51.459.124/0001-70	R$ 828,00
SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	55.007.465/0001-66	R$ 43.241,00
VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	07.422.196/0001-51	R$ 320,00
APOLO SERVICOS E COMERCIO LTDA	56.994.537/0001-79	R$ 11.076,00
Total:		**R$ 480.744,78**

HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF Nº 41.500.407/0001-65 ITENS VENCEDORA - 28997 - R$ 6,30, - 32785 - R$ 0,88, - 38142 - R$ 4,70, - 35399 - R$ 4,47, - 24417 - R$ 6,40, - 30285 - R$ 18,00, - 38058 - R$ 34,08, - 38059 - R$ 34,08, - 43232 - R$ 2,68, - 32956 - R$ 1,40, - 37408 - R$ 2,50, - 43253 - R$ 15,39, - 35395 - R$ 8,00, - 33009 - R$ 23,90, - 38371 - R$ 9,58, - 37452 - R$ 5,85, **VALOR TOTAL R$ R$ 81.655,26**

P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 52.808.009/0001-27 ITENS VENCEDORA - 33029 - R$ 8,05, - 37289 - R$ 1,09, - 35391 - R$ 2,59, - 33043 - R$ 0,36, - 30329 - R$ 6,68, - 32823 - R$ 1,39, - 33069 - R$ 0,65, - 32859 - R$ 1,34, - 35394 - R$ 1,10, - 30343 - R$ 7,59, - 33074 - R$ 0,94, - 28257 - R$ 1,05, - 33090 - R$ 1,20, - 32875 - R$ 0,65, - 37308 - R$ 1,42, - 38173 - R$ 1,04, - 38178 - R$ 0,45, - 32923 - R$ 0,72, - 32939 - R$ 3,32, - 38246 - R$ 4,39, - 34063 - R$ 20,36, - 30439 - R$ 1,06, **VALOR TOTAL R$ R$ 64.230,20**

SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 55.007.465/0001-66 ITENS VENCEDORA - 38240 - R$ 0,76, - 33037 - R$ 0,26, - 26620 - R$ 0,04, - 43262 - R$ 2,80, - 35430 - R$ 14,80, - 38242 - R$ 6,60, - 30332 - R$ 0,15, - 37406 - R$ 0,08, - 33066 - R$ 0,08, - 33067 - R$ 0,13, - 37323 - R$ 79,00, - 33075 - R$ 0,05, - 30451 - R$ 0,18, - 28255 - R$ 1,62, - 38944 - R$ 0,10, - 38945 - R$ 0,18, - 30414 - R$ 0,17, - 41676 - R$ 0,13, - 33125 - R$ 0,45, - 30371 - R$ 0,40, - 30434 - R$ 0,80, - 33145 - R$ 5,30, - 33156 - R$ 1,70, - 30383 - R$ 1,18, - 41166 - R$ 0,22, - 38970 - R$ 0,23, - 35444 - R$ 1,50, - 38112 - R$ 3,70, - 37489 - R$ 0,18, - 33028 - R$ 0,82, **VALOR TOTAL R$ R$ 43.241,00**

BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 54.388.280/0001-86 ITENS VENCEDORA - 33032 - R$ 0,04, - 33033 - R$ 0,04, - 33055 - R$ 0,05, - 33086 - R$ 0,05, - 33087 - R$ 0,05, - 33097 - R$ 0,04, - 33120 - R$ 0,15, - 37456 - R$ 0,04, - 37463 - R$ 0,12, - 33149 - R$ 0,06, - 33159 - R$ 0,10, - 33160 - R$ 0,12, - 37465 - R$ 0,08, - 33161 - R$ 0,27, - 30387 - R$ 3,40, - 33178 - R$ 0,89, **VALOR TOTAL R$ R$ 24.920,00**

CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAU CNPJ/CPF Nº 39.610.184/0001-47 ITENS VENCEDORA - 38126 - R$ 0,67, - 39546 - R$ 2,43, - 37389 - R$ 0,49, - 38064 - R$ 10,50, - 32812 - R$ 10,64, - 30335 - R$ 0,04, - 38117 - R$ 2,34, - 33100 - R$ 0,08, - 28283 - R$ 1,15, - 30365 - R$ 0,85, - 30381 - R$ 3,30, - 30384 - R$ 0,07, - 37482 - R$ 0,16, - 30431 - R$ 0,15, - 30442 - R$ 9,40, - 33016 - R$ 1,29, - 39549 - R$ 0,05, **VALOR TOTAL R$ R$ 16.232,95**

LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF Nº 34.223.536/0001-98 ITENS VENCEDORA - 32788 - R$ 11,39, - 43188 - R$ 7,70, - 32843 - R$ 3,26, - 32844 - R$ 4,04, - 32846 - R$ 4,70, - 35159 - R$ 4,61, - 33084 - R$ 1,94, - 32880 - R$ 10,95, - 37335 - R$ 14,82, - 38068 - R$ 0,78, - 32907 - R$ 14,50, - 32910 - R$ 12,00, - 37372 - R$ 5,13, - 32936 - R$ 5,96, - 43240 - R$ 8,64, - 33154 - R$ 20,01, - 38119 - R$ 4,25, - 32984 - R$ 6,92, - 39555 - R$ 18,80, - 39557 - R$ 6,10, - 35426 - R$ 6,30, **VALOR TOTAL R$ R$ 183.537,00**

RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF Nº 51.459.124/0001-70 ITENS VENCEDORA - 32796 - R$ 6,40, - 37010 - R$ 76,00, **VALOR TOTAL R$ R$ 828,00 HDM COMERCIO IMPORT HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF Nº 35.683.070/0001-76** ITENS VENCEDORA - 43256 - R$ 4,60, - 43267 - R$ 28,58, - 32872 - R$ 22,64, - 43278 - R$ 99,00, - 37332 - R$ 5,00, - 29126 - R$ 6,07, - 38074 - R$ 4,62, - 38075 - R$ 4,56, - 38086 - R$ 2,03, - 43257 - R$ 3,96, **VALOR TOTAL R$ R$ 17.268,80**

ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA CNPJ/CPF Nº 35.626.812/0001-21 ITENS VENCEDORA - 32815 - R$ 8,63, - 38176 - R$ 1,25, - 38062 - R$ 0,18, - 38063 - R$ 0,19, - 38061 - R$ 0,23, - 32889 - R$ 1,37, - 32888 - R$ 1,25, - 32887 - R$ 1,16, - 37422 - R$ 0,18, **VALOR TOTAL R$ R$ 3.535,20**

QUALITY ATACADO EIRELI CNPJ/CPF Nº 15.724.019/0001-58 ITENS VENCEDORA - 30311 - R$ 4,85, **VALOR TOTAL R$ R$ 145,50**

KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 51.685.649/0001-24 ITENS VENCEDORA - 32819 - R$ 2,80, - 37331 - R$ 5,77, - 33093 - R$ 2,89, - 37365 - R$ 7,20, **VALOR TOTAL R$ R$ 15.378,50**

CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CNPJ/CPF Nº 40.274.237/0001-85 ITENS VENCEDORA - 39547 - R$ 5,85, **VALOR TOTAL R$ R$ 585,00**

ALINE DE FRANCA MANGUEIRA LTDA CNPJ/CPF Nº 30.016.004/0001-29 ITENS VENCEDORA - 30307 - R$ 128,78, - 43282 - R$ 84,00, **VALOR TOTAL R$ R$ 1.534,24 APOLO**

SERVICOS E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF Nº 56.994.537/0001-79 ITENS VENCEDORA - 32909 - R$ 11,07, - 32908 - R$ 11,10, **VALOR TOTAL R$ R$ 11.076,00**

VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA CNPJ/CPF Nº 07.422.196/0001-51 ITENS VENCEDORA - 32928 - R$ 80,00, **VALOR TOTAL R$ R$ 320,00**

ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 21.821.902/0001-69 ITENS VENCEDORA - 33122 - R$ 305,28, **VALOR TOTAL R$ R$ 6.105,60**

PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI CNPJ/CPF Nº 32.708.161/0001-20 ITENS VENCEDORA - 32958 - R$ 21,00, - 38320 - R$ 63,25, - 43249 - R$ 105,42, **VALOR TOTAL R$ R$ 8.994,53**

INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ/CPF Nº 23.829.339/0001-09 ITENS VENCEDORA - 37396 - R$ 4,37, - 32963 - R$ 0,72, **VALOR TOTAL R$ R$ 1.157,00**

Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação e portal https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/. Santa Cruz do Xingu – MT, 17 de Abril de 2025

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/SAD/2025

PORTARIA Nº 089/SAD/2025 DE 15 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a elevação de nível dos servidores efetivos da Administração Geral da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica concedida a **ELEVAÇÃO DE NÍVEL** para os servidores efetivos do Município de Santa Cruz do Xingu – MT relacionados na tabela abaixo, em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral, e de acordo com a Lei Complementar Nº014/2016.

NOME DOS SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	ELEVAÇÃO DE NÍVEL
VALDIR DUARTE MONTEIRO	MOTORISTA CNH-AE	83	Nível 1,19 para Nível 1,20
MARIA DE JESUS PEREIRA DOS SANTOS	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	57	Nível 1,22 para Nível 1,23
CLEO KOSSMANN	TÉCNICO DE VIGILANCIA SANITARIA	321	Nível 1,13 para Nível 1,14
REGISLENE MARCELINO DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	595	Nível 1,11 para Nível 1,12
LUCIA CRISTINA BRITZIUS WALCZAK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	51	Nível 1,22 para Nível 1,23
FABIANO JOSE RODRIGUES	MOTORISTA CNH-AD	594	Nível 1,11 para Nível 1,12
JOCELITO CARLOS LINK	MOTORISTA CNH-AD	593	Nível 1,10 para Nível 1,11
RONISVON ALVES DUTRA	SERVICOS GERAIS BRACAL	597	Nível 1,11 para Nível 1,12
WALKIRIA MOREIRA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	383	Nível 1,12 para Nível 1,13

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

De 15 de abril de 2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO 1/2025

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
CNPJ 04.178.518/0001-70
Av.14 de Setembro, S/N, Centro, Santa Cruz do Xingu - MT, 78664-000
(66) 3594-1000 - gabinete@santacruzdoxingu.mt.gov.br - https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 9/2025

Modalidade:	Pregão Eletrônico	**Número/Ano:**	1/2025
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Data de abertura:**	18/03/2025
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço
Registro de preço:	Sim	**Condição de pagamento:**	CONFORME EDITAL.
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não
Objeto da Licitação:	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.		

VENCEDORES:

NUMERO ARP	LICITANTE	CNPJ/CPF	TOTAL DO VENCEDOR

011/2025	HDM COMERCIO IMPORT HOSPITALAR EIRELI	35.683.070/0001-76	R$ 17.268,80
023/2025	ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA	21.821.902/0001-69	R$ 6.105,60
006/2025	ALINE DE FRANCA MANGUEIRA LTDA	30.016.004/0001-29	R$ 1.534,24
008/2025	ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	35.626.812/0001-21	R$ 3.535,20
022/2025	BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	54.388.280/0001-86	R$ 24.920,00
009/2025	CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAU	39.610.184/0001-47	R$ 16.232,95
010/2025	CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	40.274.237/0001-85	R$ 585,00
012/2025	HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	41.500.407/0001-65	R$ 81.655,26
013/2025	INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA	23.829.339/0001-09	R$ 1.157,00
014/2025	KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	51.685.649/0001-24	R$ 15.378,50
015/2025	LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	34.223.536/0001-98	R$ 183.537,00
016/2025	P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	52.808.009/0001-27	R$ 64.230,20
017/2025	PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI	32.708.161/0001-20	R$ 8.994,53
018/2025	QUALITY ATACADO EIRELI	15.724.019/0001-58	R$ 145,50
019/2025	RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	51.459.124/0001-70	R$ 828,00
020/2025	SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	55.007.465/0001-66	R$ 43.241,00
021/2025	VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	07.422.196/0001-51	R$ 320,00
007/2025	APOLO SERVICOS E COMERCIO LTDA	56.994.537/0001-79	R$ 11.076,00
Total:			**R$ 480.744,78**

HDM COMERCIO IMPORT HOSPITALAR EIRELI

Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
29126	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO ESTÉRIL, PARA INTUBAÇÃO 7MM.	SOLIDOR	un	30,0000	R$ 6,0700	R$ 182,10
32872	CURATIVO ADESIVO – COM MICROADERÊNCIA, CURATIVO REDONDO PEQUENO PARA COLETA DE SANGUE, COM MIOLO BRANCO BLOOD STOP, INVÓLUCRO INDIVIDUAL EMBALADO EM CAIXA COM 400, ROTULAGEM CONFORME MINISTÉRIO DA SAÚDE. (CÓD.:96)	MEDIX	CX500UND	10,0000	R$ 22,6400	R$ 226,40
37332	DOPAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	AMP	AMPOLA	50,0000	R$ 5,0000	R$ 250,00
38074	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS Nº16	MEDIX	un	30,0000	R$ 4,6200	R$ 138,60
38075	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS Nº22	BIOMASS	un	30,0000	R$ 4,5600	R$ 136,80
38086	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº16 PVC, SILICONIZADO, ATÓXICO, ESTÉRIL.	BIOBASE	un	30,0000	R$ 2,0300	R$ 60,90
43256	ANTI-HEMORRAGICO - TRANSAMIN, COMPOSTO DE 2 G DE ACIDO TRANEXAMICO, INJETAVEL, EMBALADO EM FRASCO/AMPOLA DE 20 ML	HIPOLABOR	un	100,0000	R$ 4,6000	R$ 460,00
43257	VITAMINA K - KANAKION, COM FITOMENADIONA 10 MG, EMBALADA EM AMPOLA DE 1ML	HYPOFARMA	un	50,0000	R$ 3,9600	R$ 198,00
43267	CIPROEPTADINA, CLORIDRATO + ASSOCIACOES - COMPOSICAO CIPROEPTADINA, CLORIDRATO + NICOTINAMIDA + ACIDO ASCORBICO + TIAMINA, CLORIDRATO + RIBOFLAVINA + PIRIDOXINA, CLORIDRATO,CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,8 MG/ML + 1,334 MG/ML + 4,334 MG/ML + 0,12 MG/ML + 0,15 MG/ML + 0,134 MG/ML RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO VIA ORAL	EMS	FRASCO	200,0000	R$ 28,5800	R$ 5.716,00
43278	CURATIVO HIDROGEL COM ALGINATO - HIDROATIVO AMORFO,COMPOSTO DE ALGINATO DE SODIO,COM APRESENTACAO EM PLACA 7,5X12CM	KALTOSTAT	un	100,0000	R$ 99,0000	R$ 9.900,00

Valor Total: R$ 17.268,80

ACACIO SERAFIM DE SOUZA SANTOS LTDA

Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
33122	INSULINA DEGLUDECA+LIRAGLUTIDA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 100UI/ML+3,6MG/ML, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA CANETA 3ML, VIA DE ADMINISTRAÇÃO SUBCUTÂNEA.	NOVO NORDISK	CANETA	20,0000	R$ 305,2800	R$ 6.105,60

Valor Total: R$ 6.105,60

ALINE DE FRANCA MANGUEIRA LTDA

Código	Descrição do item	Marca	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
30307	ESTETOSCÓPIO DUO SONIC – TIPO ADULTO, COM BRAÇADEIRA DE NYLON, COM FECHO DE METAL, COM APROVAÇÃO E CALIBRAÇÃO DO INMETRO.	PREMIUM	un	8,0000	R$ 128,7800	R$ 1.030,24

43282	SOLUÇÃO POLIMÉRICA - AQUOSA, ANTI-SEPTICA E BACTERICIDA,COMPOSTA DE POLIHEXANIDA A 0,1%,PARA USO EM FERIDAS DE DIFICIL CICATRIZACAO,,,APRESENTACAO EM TUBO COM BICO DOSADOR	PIELSANA	un	6,0000	R$ 84,0000	R$ 504,00	
Valor Total: R$ 1.534,24							
ATLANTICO BC PRODUTOS PARA SAUDE LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32815	ATADURA GESSADA - MEDINDO 20CM X 4M	POLAR FIX	CX 20 UN	90,0000	R$ 8,6300	R$ 776,70	
32887	ESPÉCULO - ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO PEQUENO.	BIOESPEC	un	50,0000	R$ 1,1600	R$ 58,00	
32888	ESPÉCULO - ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO MÉDIO.	BIOESPEC	un	200,0000	R$ 1,2500	R$ 250,00	
32889	ESPÉCULO - ESPÉCULO DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE.	BIOESPEC	un	50,0000	R$ 1,3700	R$ 68,50	
37422	SERINGA DESCARTÁVEL – EM PLÁSTICO, ATÓXICO, APIROGÊNICO, INTEGRO, TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTÊNCIA MECÂNICA NA SUA UTILIZAÇÃO, CORPO COM GRADUAÇÃO MILIMETRADA A CADA 0,01ML, EMBOLO DE BORRACHA ATÓXICA NA PONTA, BICO CENTRAL LUER, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM CAPACIDADE DE 1ML, GRADUADA A CADA 0,01ML, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO DADOS DE VALIDADE, LOTE E REGISTRO NO MS.	LABOR IMPORT	un	1000,0000	R$ 0,1800	R$ 180,00	
38061	Escalpe, TB PVC Cristal Flexível, Asas Leves, Flexíveis, Conector Lúer Cônico Rígido, nº23, Cânula Inóx, Silicone, Atraumática, Parede Fina, Estéril, Descartável, Bisel Trifacetado, Tampa Protetora, Bainha Proteção, Componentes Soldados. O Item Dever	MEDIX	un	3800,0000	R$ 0,2300	R$ 874,00	
38062	ESCALPE Nº 25, PVC, LUER LOCK, BISEL TRIFACETADO.	MEDIX	un	3800,0000	R$ 0,1800	R$ 684,00	
38063	ESCALPE Nº27, PVC, LUER LOCK, BISEL TRIFACETADO.	MEDIX	un	100,0000	R$ 0,1900	R$ 19,00	
38176	CATETER OXIGENIOTERAPIA, POLIPROPILENO, ÓCULOS, COM ANEL DE AJUSTE, ADULTO EM SILICONE MALEAVEL.	BIOSANI	un	500,0000	R$ 1,2500	R$ 625,00	
Valor Total: R$ 3.535,20							
BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
30387	PERMETRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA LOCAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA FRASCO 60 MILILITRO	NATIVITA	FR60MILILT	400,0000	R$ 3,4000	R$ 1.360,00	
33032	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG COMPRIMIDO ENVELOPE COM 1.000 COMPRIMIDOS. (COD.: 1184)	BRASTERAPICA	COMPRIMIDO	20000,0000	R$ 0,0390	R$ 780,00	
33033	ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 5MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	20000,0000	R$ 0,0390	R$ 780,00	
33055	ATENOLOL CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50MG,FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	EMS	COMPRIMIDO	5000,0000	R$ 0,0500	R$ 250,00	
33086	Diazepam - Concentracao/Dosagem 10mg, Forma Farmaceutica Comprimido, Via de Administração Oral.(cod.: 1473)	SANTISA	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,0500	R$ 100,00	
33087	DICLOFENACO SÓDICO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	BELFAR	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,0500	R$ 100,00	
33097	ENALAPRIL, MALEATO 10MG COMPRIMIDO	CIMED	COMPRIMIDO	6000,0000	R$ 0,0400	R$ 240,00	
33120	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO.	VITAMEDIC	COMPRIMIDO	50000,0000	R$ 0,1500	R$ 7.500,00	
33149	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10MG COMPRIMIDO.	BELFAR	COMPRIMIDO	1000,0000	R$ 0,0600	R$ 60,00	
33159	NIFEDIPINO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 10MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	NEO QUIMICA	COMPRIMIDO	1000,0000	R$ 0,1000	R$ 100,00	
33160	NIFEDIPINO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. (COD.:1473)	NEO QUIMICA	COMPRIMIDO	6000,0000	R$ 0,1200	R$ 720,00	
33161	NITROFURANTOÍNA, 100MG COMPRIMIDO	TEUTO	COMPRIMIDO	5000,0000	R$ 0,2700	R$ 1.350,00	
33178	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL NACL 3,5G + GLICOSE 20G + CITRATO NA 2,9G + KCL 1,5G 27,9 G PO PARA SOLUÇÃO.	BELFAR	un	6000,0000	R$ 0,8900	R$ 5.340,00	
37456	LOSARTANA POTÁSSICA, CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM, 50MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	TEUTO	COMPRIMIDO	100000,0000	R$ 0,0400	R$ 4.000,00	
37463	METFORMINA, CLORIDRATO 500MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	COMPRIMIDO	12000,0000	R$ 0,1200	R$ 1.440,00	
37465	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO	VITAMEDIC	COMPRIMIDO	10000,0000	R$ 0,0800	R$ 800,00	
Valor Total: R$ 24.920,00							
CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAU							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
28283	IPRATROPIO, BROMETO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,25 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO PARA INALACAO	HIPOLABOR	FRASCO	250,0000	R$ 1,1500	R$ 287,50	
30335	CAPTOPRIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	CIMED	COMPRIMIDO	5000,0000	R$ 0,0400	R$ 200,00	
30365	ITRACONAZOL 100MG COMPRIMIDO	GEOLAB	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,8520	R$ 1.704,00	

30381	OLEO MINERAL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 ML/ ML,FORMA FARMACEUTICA OLEO,FORMA DE APRESENTA-CAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL FRASCO 100 ML	IMEC	F100MLT	50,0000	R$ 3,2970	R$ 164,85	
30384	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	HIPOLABOR	un	10000,0000	R$ 0,0700	R$ 700,00	
30431	SIMETICONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	BELFAR	COMPRIMIDO	3000,0000	R$ 0,1490	R$ 447,00	
30442	TIABENDAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/G,FORMA FARMACEUTICA POMADA,FORMA DE APRESENTACAO BISNA-GA,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA. BISNAGRA 30 GRAMA	NATIVITA	BISNAGA	100,0000	R$ 9,4050	R$ 940,50	
32812	ATADURA DE CREPOM, 20CMX180CM EM REPOUSO 13 FIOS COM 12. (COD.:209)	ERIMAR	PC 12 UN	110,0000	R$ 10,6400	R$ 1.170,40	
33016	TRAMADOL, CLORIDRATO-CONCETRAÇÃO/DOSAGEM 50MG/ ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PA-RENTERAL AMPOLA 1ML. (COD.: 1034)	HIPOLABOR	AMPOLA	3300,0000	R$ 1,2900	R$ 4.257,00	
33100	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG CÁPSULA	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	10000,0000	R$ 0,0790	R$ 790,00	
37389	AMIODARONA 100MG COMPRIMIDO	GEOLAB	un	2000,0000	R$ 0,4890	R$ 978,00	
37482	RISPERIDONA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 3MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	ACCORD	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,1590	R$ 318,00	
38064	ATADURA DE CREPOM, 100% ALGODÃO, 15CMX180CM EM REPOUSO, 13 FIOS COM 12. (COD.:209)	ERIMAR	PC 12 UN	200,0000	R$ 10,5000	R$ 2.100,00	
38117	DEXAMETASONA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,1MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA ELIXIR, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	FARMACE	FRASCO	100,0000	R$ 2,3370	R$ 233,70	
38126	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG COMPRIMIDO	BIOLAB	COMPRIMIDO	1000,0000	R$ 0,6700	R$ 670,00	
39546	AMBROXOL, CLORIDRATO 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL 100ML. (COD.:114)	39546	FRASCO	400,0000	R$ 2,4300	R$ 972,00	
39549	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1-5MG, B2-2MG, B6-2MG, B5-3MG, PP-20MG, DRAGEA.	LAPON	COMPRIMIDO	6000,0000	R$ 0,0500	R$ 300,00	
Valor Total: R$ 16.232,95							
CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
39547	CETOCONAZOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ G,FORMA FARMACEUTICA XAMPU,FORMA DE APRESENTA-CAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO TOPICA	NATIVITA	FRASCO	100,0000	R$ 5,8500	R$ 585,00	
Valor Total: R$ 585,00							
HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
24417	CEFTRIAXONA SÓDICA 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁ-VEL. E.V.	PRESENIUS KA-BI	un	400,0000	R$ 6,4000	R$ 2.560,00	
28997	ABAIXADOR DE LÍNGUA, MADEIRA, TIPO ESPÁTULA, 14CMX2MM, DESCARTÁVEL COM 100. (COD.:201)	THEOTO	PACOTE	20,0000	R$ 6,3000	R$ 126,00	
30285	CLOREXIDINA, DIGLICONATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2%, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO DEGERMANTE, FOR-MA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO TOPICAFRASCO 1 LITRO (cód.: 28).	VIC PHARMA	l	20,0000	R$ 18,0000	R$ 360,00	
32785	Ácido Ascórbico - Concentração/Dosagem 200mg/ml, Forma Far-macêutica Solução Injetável, Forma de Apresentação Ampola, Via de Administração Parenteral. Ampola 5ml (cód.: 961)	HYPOFARMA	AMPOLA	1300,0000	R$ 0,8800	R$ 1.144,00	
32956	LUVA CIRÚRGICA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ESTÉRIL Nº 8,0.	MEDIX	PAR	100,0000	R$ 1,4000	R$ 140,00	
33009	SUXAMETÔNIO, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500MG, FORMA FARMACÊUTICA EM PÓ PARA SOLUÇÃO INJE-TÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA PARENTERAL. (COD.: 1653)	BLAU	FR-AMPOLA	30,0000	R$ 23,9000	R$ 717,00	
35395	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA - SORO MANITOL 20%. FRASCO 500 ML (COD.: 114)	FARMARIN	un	50,0000	R$ 8,0000	R$ 400,00	
35399	CEFTRIAXONA DISSÓDICA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 1G, FORMA FARMACÊUTICA PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FOR-MA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINIS-TRAÇÃO INTRAVENOSA. (COD.:1653)	BLAU	FR-AMPOLA	3500,0000	R$ 4,4700	R$ 15. 645,00	
37408	MIDAZOLAM – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESEN-TAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. AM-POLA 5ML. (COD.:961)	UNIAO QUIMICA	AMPOLA5MLT	150,0000	R$ 2,5000	R$ 375,00	
37452	VANCOMICINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG,FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLU-CAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	BLAU	FR-AMPOLA	100,0000	R$ 5,8500	R$ 585,00	
38058	FIO DE SUTURA MONONYLON 0, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE 3CM. CAIXA COM 24 UNIDADES. (COD.:1468)	MEDIX	CX 24 UN	12,0000	R$ 34,0800	R$ 408,96	
38059	FIO DE SUTURA MONONYLON 3.0, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE 3CM. CAIXA COM 24 UNIDADES. (COD.:1468)	MEDIX	un	10,0000	R$ 34,0800	R$ 340,80	
38142	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPO-LA 5ML. (COD.:961)	BLAU	AMPOLA	100,0000	R$ 4,7000	R$ 470,00	
38371	TENOXICAM – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40MG, FORMA FARMACÊUTICA PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMI-NISTRAÇÃO PARENTERAL.	GENOM	FR-AMPOLA	6000,0000	R$ 9,5800	R$ 57. 480,00	
43232	FITOMENADIONA - 10 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1 ML	HYPOFARMA	AMPOLA	50,0000	R$ 2,6800	R$ 134,00	
43253	SERINGA DESCARTAVEL - HIPODERMICA, EM PLASTICO, ATO-XICO, INTEGRO E TRANSPARENTE,APRESENTANDO RIGIDEZ	SR	CX 100 UN	50,0000	R$ 15,3900	R$ 769,50	

	E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, DISPOSITIVO DE PROTECAO E RETRACAO, COM TRAVA DE SEGURANCA,ESCALA COM GRAVACAO INDELEVEL COM NUMEROS LEGIVEIS E INALTERADOS ATE O MOMENTO DA APLICACAO,EMBOLO COM ROLHA DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA,BICO LUER LOCK ISENTA DE LATEX,ESTERIL,SILICONIZADA,COM CAPACIDADE DE 5ML,SEM AGULHA,EMBALAGEM INDIVIDUAL COM MATERIAL QUE PROMOVE BARREIRA BACTERIANA E ABERTURA ASSEPTCA						
Valor Total: R$ 81.655,26							
INFINITI EMPREENDIMENTOS LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32963	MASCARA DESCARTAVEL - MASCARAS DESCARTAVEIS PARA USO EM BACTERIOLOGIA COM FATOR DE PROTECAO N 95 E CERTIFICACAO, NIOSCH . FORMATO ANATOMICO COM BOA VEDACAO ,CONTENDO DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL EM, ALUMINIO FIXADA NO CORPO DA MASCARA	PROPRIA	un	1000,0000	R$ 0,7200	R$ 720,00	
37396	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL - EM NAO TECIDO, A BASE DE FIBRA DE POLIPROPILENO, PREGUEADA, COMCLIP EM ALUMINIO, COM TRES CAMADAS, COM 60GRS, FILTRO QUE GARANTA VENTILACAO, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77	PROPRIA	CX 50 UN	100,0000	R$ 4,3700	R$ 437,00	
Valor Total: R$ 1.157,00							
KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32819	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% SOLUÇÃO INJETÁVEL. 10 ML	SAMTEC	AMPOLA	100,0000	R$ 2,8000	R$ 280,00	
33093	DOXAZOSINA, MESILATO + FINASTERIDA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 2MG+5MG RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA CÁPSULA GELATINOSA DURA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	EUROFARMA	COMPRIMIDO	5000,0000	R$ 2,8900	R$ 14.450,00	
37331	DOBUTAMINA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	HYPOFARMA	AMPOLA	50,0000	R$ 5,7700	R$ 288,50	
37365	FLUMAZENIL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,1 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO INTRAVENOSA	HIPOLABOR	AMPOLA5MLT	50,0000	R$ 7,2000	R$ 360,00	
Valor Total: R$ 15.378,50							
LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32788	ADENOSINA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 3MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA. AMPOLA 2ML.	HIPOLABOR	AMPOLA	200,0000	R$ 11,3900	R$ 2.278,00	
32843	CLORETO DE SÓDIO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,9%, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. BOLSA OU FRASCO 100ML	JP	F100MLT	10000,0000	R$ 3,2600	R$ 32.600,00	
32844	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,9%. BOLSA 250ML.	JP	FRC250MT	4500,0000	R$ 4,0400	R$ 18.180,00	
32846	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO INJETÁVEL 0,9%. BOLSA 500ML.	JP	FR 500 ML	9500,0000	R$ 4,7000	R$ 44.650,00	
32880	ELETRODO APARELHO MÉDICO, MONITORIZAÇÃO CARDÍACA, ADULTOS E PEDIÁTRICO, DESCARTÁVEL, COM GEL SÓLIDO, DESCARTÁVEL, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO. PACOTE 50 UNIDADES. (COD.:210)	DESCARPACK	PC 50 UN	300,0000	R$ 10,9500	R$ 3.285,00	
32907	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ADULTO – TAMANHO P COM DUAS A TRÊS CAMADAS DE POLPA DE CELULOSE, COM 3 FIOS DE ELÁSTICO E 2 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA, COM GEL ABSORVENTE E BARREIRA ANTIVAZAMENTO. (COD.:191)	QLB	PC 12 UN	130,0000	R$ 14,5000	R$ 1.885,00	
32910	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ADULTO – TAMANHO XG, COM UMA CAMADA DE POLPA DE CELULOSE, COM 3 FIOS DE ELÁSTICO E 2 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA, PACOTE COM 8 UNIDADES. (COD.:191)	QLB	PC 8 UN	300,0000	R$ 12,0000	R$ 3.600,00	
32936	GLICOSE – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5%, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO BOLSA (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. BOLSA 500ML. (COD.: 1383)	JP	BOLSA500ML	680,0000	R$ 5,9600	R$ 4.052,80	
32984	RINGER+LACTATO DE SÓDIO - FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA OU FRASCO (SISTEMA FECHADO), VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL 500 ML.	JP	FR 500 ML	1200,0000	R$ 6,9200	R$ 8.304,00	
33084	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100ML.	HIPOLABOR	FRASCO	1000,0000	R$ 1,9400	R$ 1.940,00	
33154	MUPIROCINA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/G, FORMA FARMACÊUTICA CREME, FORMA DE APRESENTAÇÃO BISNAGA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO TÓPICA. BISNAGA 15G. (COD.:843)	PRATI DONADUZZI	un	100,0000	R$ 20,0100	R$ 2.001,00	
35159	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE – EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEÁVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, EM FORMATO QUADRADO, COM CAPACIDADE DE 13 LITROS, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANALÍTICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 13853.	DESCARBOX	un	800,0000	R$ 4,6100	R$ 3.688,00	
35426	TENOXICAM – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG, FORMA FARMACÊUTICA PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL,	UNIAO QUIMICA	FR-AMP2MLT	5500,0000	R$ 6,3000	R$ 34.650,00	

	FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL. 2ML						
37335	ENOXOPARINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, FORAM DE APRESENTACAO EM SERINGA PREENCHIDA 0,4ML, VIA PARENTERAL	HYPERA	AMPOLA4MLT	100,0000	R$ 14,8200	R$ 1.482,00	
37372	GLICOFISOLÓGICO 500ML, PARA APLICAÇÃO ENDOVENOSA, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, ISOTÔNICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLÁSTICO FLEXÍVEL FECHADO, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM O NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, O LOTE, DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLÚCIDO E TRANSPARENTE, COM ALÇA DE SUSTENTAÇÃO RESISTENTE A PRESSÃO E TRAÇÃO. BOLSA 500ML. (CÓD.:1383)	JP	un	740,0000	R$ 5,1300	R$ 3.796,20	
38068	EQUIPO PARA INFUSÃO VENOSA, POLIETILENO, MACROGOTAS, 120CM, INJETOR LATERAL Y, GOTEJADOR PADRÃO, PINÇA ROLETE E TAMPA INCOLOR, DESCARTÁVEL, APIROGÊNICO E ESTÉRIL.	M2LIFE	un	6000,0000	R$ 0,7800	R$ 4.680,00	
38119	PREDNISOLONA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 3MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	HIPOLABOR	FRASCO	500,0000	R$ 4,2500	R$ 2.125,00	
39555	SALBUTAMOL, SULFATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 5MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	HIPOLABOR	FRASCO	100,0000	R$ 18,8000	R$ 1.880,00	
39557	SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 500ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL. (CÓD. :1846)	JP	FRASCO	300,0000	R$ 6,1000	R$ 1.830,00	
43188	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600.000UI PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL. 4 ML	TEUTO	un	300,0000	R$ 7,7000	R$ 2.310,00	
43240	MANITOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20%,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO (SISTEMA FECHADO),VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL	JP	BOLSAOUFR	500,0000	R$ 8,6400	R$ 4.320,00	
Valor Total: R$ 183.537,00							
P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
28257	DEXAMETASONA 4MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL 2,5ML	HYPOFARMA	AMP2,500ML	400,0000	R$ 1,0500	R$ 420,00	
30329	AZITROMICINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/5 ML,FORMA FARMACEUTICA SUSPENSAO ORAL,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL FRASCO 60ML	PHARLAB	FRASCO	3000,0000	R$ 6,6800	R$ 20.040,00	
30343	CIPROFLOXACINO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO BOLSA OU FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL FRASCO / BOLSA 100ML	HYPOFARMA	un	100,0000	R$ 7,5900	R$ 759,00	
30439	ONDANSETRONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL. 2ML	HYPOFARMA	AMPOLA2MLT	1200,0000	R$ 1,0600	R$ 1.272,00	
32823	Bromoprida - concentracao dosagem 5 mgml,forma farmaceutica solucao injetavel,forma de apresentacao ampola,via de administracao parenteral. ampola 2 mililitro (cód.: 271)	WASSER FARMA	AMPOLA2MLT	3500,0000	R$ 1,3900	R$ 4.865,00	
32859	CETOPROFENO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IM AMPOLA 2ML	HIPOLABOR	AMPOLA	1500,0000	R$ 1,3400	R$ 2.010,00	
32875	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML. (CÓD.:271)	SANTISA	AMPOLA2MLT	12000,0000	R$ 0,6500	R$ 7.800,00	
32923	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. AMPOLA 2ML. (COD.:271)	HYPOFARMA	AMPOLA	700,0000	R$ 0,7200	R$ 504,00	
32939	HIDROCORTISONA, SUCCINATO SÓDICO 100MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL.	UNIAO QUIMICA	un	300,0000	R$ 3,3200	R$ 996,00	
33029	ACEBROFILINA10MG/ML SOLUÇÃO ORAL 120ML.(CÓD.: 849)	GLOBO	FR120MLT	300,0000	R$ 8,0500	R$ 2.415,00	
33043	AMIODARONA 200MG COMPRIMIDO	GEOLAB	COMPRIMIDO	3000,0000	R$ 0,3600	R$ 1.080,00	
33069	CEFALEXINA 500MG COMPRIMIDO	ABL	COMPRIMIDO	12000,0000	R$ 0,6500	R$ 7.800,00	
33074	CLINDAMICINA 300MG, COMPRIMIDO	UNIÃO QUIMICA	un	2000,0000	R$ 0,9400	R$ 1.880,00	
33090	DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 500MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO CONTA-GOTAS, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL. FRASCO 10ML.(COD.: 89)	FARMACE	FR10MILILT	2000,0000	R$ 1,2000	R$ 2.400,00	
34063	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 25MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA. AMPOLA 2ML. (CÓD.:271)	HYPOFARMA	AMPOLA2MLT	20,0000	R$ 20,3600	R$ 407,20	
35391	AMINOFILINA 24MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL IV, AMPOLA 10ML (cód.: 270)	HIPOLABOR	AMP10MLT	100,0000	R$ 2,5900	R$ 259,00	
35394	CIMETIDINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTAL	HYPOFARMA	AMPOLA	300,0000	R$ 1,1000	R$ 330,00	
37289	ADRENALINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 1 ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,NUMERO DE LOTE E VALIDADE POR AMPOLA	HYPOFARMA	AMPOLA	300,0000	R$ 1,0900	R$ 327,00	
37308	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML + 500 MG/ML,FORMA FAR-	HYPOFARMA	AMPOLA5MLT	3500,0000	R$ 1,4200	R$ 4.970,00	

	MACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL,FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA,VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL						
38173	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 1ML. (COD.:1034)	HYPOFARMA	AMPOLA1MLT	1000,0000	R$ 1,0400	R$ 1.040,00	
38178	FLUCONAZOL 150MG CÁPSULA	BELFAR	un	2000,0000	R$ 0,4500	R$ 900,00	
38246	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO PERCUTÂNEA OU PARENTERAL. AMPOLA 20ML. (COD.:272)	HYPOFARMA	AMP20MLT	400,0000	R$ 4,3900	R$ 1.756,00	
Valor Total: R$ 64.230,20							
PROLINE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32958	LUVA PARA PROCEDIMENTO – EM LÁTEX TAMANHO M, COMPOSTAS DE LÁTEX 100% NATURAL, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL. CAIXA 100 UNIDADES. (COD.:38)	MEDIX	CX 100 UN	350,0000	R$ 21,0000	R$ 7.350,00	
38320	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR 150MM, COM INDICADOR DE ESTERILIDADE, ROLO 100M.	CIEX	ROLO	11,0000	R$ 63,2500	R$ 695,75	
43249	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR 250MM, COM INDICADOR DE ESTERILIDADE, ROLO 100M.	CIEX	un	9,0000	R$ 105,4200	R$ 948,78	
Valor Total: R$ 8.994,53							
QUALITY ATACADO EIRELI							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
30311	BATERIA CINZA - BATERIA LITHIUM 3,0 V,MICRO LITHIUM CELL CR 2032 PARA UTILIZACAO EM APARELHO GLICOSIMETRO,OBS: ESTE INSUMO E COMPATIVEL COM O EQUIPAMENTO PARA MEDICAO DE GLICOSE NO SANGUE	LITHIUM	un	30,0000	R$ 4,8500	R$ 145,50	
Valor Total: R$ 145,50							
RCOM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32796	AGULHA HIPODÉRMICA, 40X12, BISEL TRIFACETADO, CONECTOR EM LUER LOCK, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL. CAIXA COM 100 UNIDADES. (COD.:38)	LABOR	CX 100 UN	70,0000	R$ 6,4000	R$ 448,00	
37010	OXÍMETRO – MEDIDOR DE OXIGÊNIO, INDICADOR DE TEMPERATURA 0 ATÉ 40, PRECISÃO 0 A ATÉ 500% SATURAÇÃO COM RESOLUÇÃO 0,1% DE PRECISÃO 0-200% COM LEITURA DE + -2% RES.TEMP. 0,1-, COM 0,0 ATÉ 20,0MG/L OXIGÊNIO, BATERIAS 9V, MEDINDO DO CABITE CIRCULAR DIAM.XALT (85CMX4,5CM) COM CABO DE 3M.	JOAOMED/VITALGOLD	un	5,0000	R$ 76,0000	R$ 380,00	
Valor Total: R$ 828,00							
SANTANA FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
26620	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG, COMPRIMIDO	EMS	un	10000,0000	R$ 0,0400	R$ 400,00	
28255	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10G.	GEOLAB	un	1000,0000	R$ 1,6200	R$ 1.620,00	
30332	BROMOPRIDA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	un	6000,0000	R$ 0,1500	R$ 900,00	
30371	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO	EMS	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,4000	R$ 800,00	
30383	PARACETAMOL - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL FRASCO 10 ML	EMS	un	3000,0000	R$ 1,1800	R$ 3.540,00	
30414	ESPIRONOLACTONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	COMPRIMIDO	4000,0000	R$ 0,1700	R$ 680,00	
30434	METILDOPA 500MG COMPRIMIDO	EMS	COMPRIMIDO	3000,0000	R$ 0,8000	R$ 2.400,00	
30451	CLORTALIDONA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	COMPRIMIDO	600,0000	R$ 0,1800	R$ 108,00	
33028	VITAMINA DO COMPLEXO B (B1,B2,B3,B5,B6) SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML. (COD.:271)	HYPOFARMA	AMPOLA	4000,0000	R$ 0,8200	R$ 3.280,00	
33037	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG COMPRIMIDO	EMS	COMPRIMIDO	600,0000	R$ 0,2600	R$ 156,00	
33066	CARVEDILOL 12,5MG COMPRIMIDO	EMS	COMPRIMIDO	1200,0000	R$ 0,0800	R$ 96,00	
33067	CARVEDILOL 25MG COMPRIMIDO	EMS	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,1300	R$ 260,00	
33075	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO.	EMS	COMPRIMIDO	3000,0000	R$ 0,0500	R$ 150,00	
33125	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG COMPRIMIDO SUBLINGUAL.	EMS	COMPRIMIDO	300,0000	R$ 0,4500	R$ 135,00	
33145	METRONIDAZOL – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL. FRASCO COM 100ML.	EMS	F100MLT	100,0000	R$ 5,3000	R$ 530,00	
33156	NIMESULIDA 50MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	EMS	un	600,0000	R$ 1,7000	R$ 1.020,00	
35430	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO CONCENTRACAO/DOSAGEM 50MG/ML +12,5MG/ML, FORMA FARMACEUTI-	EMS	F100MLT	300,0000	R$ 14,8000	R$ 4.440,00	

	CA SUSPENSÃO, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO, VIA ORAL. FRASCO						
35444	SIMETICONA 75MG/ML EMULSÃO ORAL.	EMS	FR10MILILT	400,0000	R$ 1,5000	R$ 600,00	
37323	CETAMINA, CLORIDRATO 50MG/ML FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 10ML	CRISTALIA	un	50,0000	R$ 79,0000	R$ 3.950,00	
37406	CARVEDILOL – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 6,25MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	EMS	COMPRIMIDO	2000,0000	R$ 0,0800	R$ 160,00	
37489	TOPIRAMATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 50MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	EMS	CPRRVST	4000,0000	R$ 0,1800	R$ 720,00	
38112	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 40MG/ML + 8MG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACÊUTICA SUSPENSÃO ORAL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	EMS	FRASCO	100,0000	R$ 3,7000	R$ 370,00	
38240	ACETILCISTEÍNA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 600MG, FORMA FARMACÊUTICA GRANULADO, FORMA DE APRESENTAÇÃO ENVELOPE, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	EMS	un	600,0000	R$ 0,7600	R$ 456,00	
38242	BROMEXINA, CLORIDRATO - CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM DE 8MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO EXPECTORANTE, FORMA DE APRESENTAÇÃO EM FRASCO. 120 ML (ADULTO)	GERMED	FR120MLT	300,0000	R$ 6,6000	R$ 1.980,00	
38944	ESCITALOPRAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL.	EMS	COMPRIMIDO	6000,0000	R$ 0,1000	R$ 600,00	
38945	ESCITALOPRAM - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	COMPRIMIDO	6000,0000	R$ 0,1800	R$ 1.080,00	
38970	RIVAROXABANA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	EMS	un	2000,0000	R$ 0,2300	R$ 460,00	
41166	PREGABALINA – CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 75MG, FORMA FARMACÊUTICA CAPSULA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	EMS	un	15000,0000	R$ 0,2200	R$ 3.300,00	
41676	GLICLAZIDA- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 30MG, FORMA FARMACÊUTICA COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL	EMS	COMPRIMIDO	5000,0000	R$ 0,1300	R$ 650,00	
43262	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTASSIO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 875 MG + 125 MG RESPECTIVAMENTE,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	EMS	un	3000,0000	R$ 2,8000	R$ 8.400,00	
Valor Total: R$ 43.241,00							
VITALLI COMERCIO E IMPORTACAO LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32928	GLICOSÍMETRO – PORTÁTIL, 10 A 600MG/DL, FOTOMÉTRICA/APEROMÉTRICA, TEMPO DE TESTE DE ATÉ 30 SEGUNDOS, ALIMENTAÇÃO: BATERIA 3 VOLTS.	BIOLAND	un	4,0000	R$ 80,0000	R$ 320,00	
Valor Total: R$ 320,00							
APOLO SERVICOS E COMERCIO LTDA							
Código	**Descrição do item**	**Marca**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unit.**	**Valor total**	
32908	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ADULTO – TAMANHO M FORMA DE APRESENTAÇÃO UNIDADE, CONTENDO PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. (CÓD.:191)	NEWFRAL	PC 12 UN	200,0000	R$ 11,1000	R$ 2.220,00	
32909	FRALDA DESCARTÁVEL GERIÁTRICA ADULTO – TAMANHO G, COM UMA CAMADA DE POLPA DE CELULOSE, COM 3 FIOS DE ELÁSTICO E 2 FITAS ADESIVAS DE CADA LADO PARA AJUSTE DA FRALDA TAMANHO GRANDE (CINTURA 115 A 150 CM) (CÓD.:191)	NEWFRAL	PC 12 UN	800,0000	R$ 11,0700	R$ 8.856,00	
Valor Total: R$ 11.076,00							

Santa Cruz do Xingu-MT, 17 de Abril de 2025.
Joraildes Soares de Sousa – Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 88/2.025

PORTARIA Nº 88/2.025

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA ATENDIMENTO ÀS REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT.

JORAILDES SOARES DE SOUSA, Prefeita do município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos do art. 66, VI da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as frequentes requisições formais de informações dirigidas ao Município de Santa Cruz do Xingu/MT pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, especialmente por meio da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Vila Rica/MT;

CONSIDERANDO que tais requisições, em regra, estabelecem **prazo de 10 (dez) dias** para atendimento, sob pena de eventual responsabilização administrativa, civil e/ou penal da autoridade omissa;

CONSIDERANDO o dever constitucional de colaboração dos entes públicos com os órgãos de controle e fiscalização, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer **procedimentos padronizados e tempestivos** para resposta às requisições ministeriais, garantindo a eficiência e a transparência administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a todos os Secretários Municipais que, ao receberem **requerimentos ou requisições do Ministério Público do Estado de Mato Grosso**, especialmente os que fixem prazo para cumprimento, **priorizem de forma imediata o atendimento tempestivo das demandas ministeriais**.

Art. 2º A resposta deverá ser, **preferencialmente**, realizada por **peticionamento eletrônico**, por meio da plataforma oficial disponibilizada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, no endereço eletrônico: https://promotoriavirtual.mpmt.mp.br/portal.

Art. 3º Caso não seja possível o atendimento da requisição no prazo originalmente estipulado, o Secretário responsável deverá, **com antecedência razoável**, **requerer formalmente a dilação de prazo ao Ministério Público**, justificando a necessidade da prorrogação.

Art. 4º Após o envio da resposta ao Ministério Público, **o Secretário deverá obrigatoriamente comunicar o Gabinete da Prefeita Municipal**, encaminhando cópia do documento protocolado, por meio do e-mail institucional:**gabinete@santacruzdoxingu.mt.gov.br**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT, em 11 de abril de 2.025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/SAD/2025

PORTARIA Nº 087/SAD/2025 DE 11 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a licença prêmio para servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT".

A Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, a **Sra. JORAILDES SOARES DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1 ° - Fica concedida a Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, a partir do dia **03/03/2025** até o dia **31/05/2025**, para a servidora, a **Sra. KEILA BATISTA DOS SANTOS,** inscrita no **CPF** sob o **Nº. 993.403. 801-34,** Matrícula Nº. **667**, efetiva no cargo de **GUARDA**, lotada na Secretaria de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de março de 2025.

Gabinete da Prefeita Municipal

De 11 de abril de 2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N° 027/2025

DECRETO MUNICIPAL N° 027/2025 DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"Dispõe sobre a designação do Secretário Municipal de Administração para responder interinamente pelas funções dos demais Secretários Municipais durante seus afastamentos legais e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, a Sra. **JORAILDES SOARES DE SOUSA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos e a regularidade administrativa no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que os afastamentos legais dos Secretários Municipais, tais como férias, licenças para tratamento de saúde, licenças-prêmio e outros previstos na legislação, não devem comprometer a eficiência e legalidade dos atos administrativos;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Administração para, **interinamente e cumulativamente**, responder pelas atribuições dos demais Secretários Municipais, sempre que estes se encontrarem formalmente afastados de suas funções por motivo de férias, licenças legais, afastamentos temporários ou quaisquer outras hipóteses previstas na legislação vigente.

§1º Para fins de comprovação e registro, o ato formal de afastamento do titular da respectiva Secretaria deverá ser **juntado à Pasta da Administração**, servindo como documento hábil para autorizar automaticamente a assunção interina pelo Secretário Municipal de Administração.

§2º A substituição interina dar-se-á **independentemente da edição de novo decreto ou portaria específica**, bastando a formalização do afastamento na forma do §1º deste artigo.

Art. 2º Fica o Secretário Municipal de Administração, quando estiver no exercício interino das Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Assistência Social, **expressamente autorizado a praticar todos os atos administrativos e financeiros inerentes ao cargo**, inclusive **assinar movimentações financeiras dos respectivos Fundos Municipais**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Na hipótese de impedimento simultâneo do Secretário Municipal de Administração, caberá ao Prefeito Municipal designar outro agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança para responder interinamente pela respectiva Secretaria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em 16 de abril de 2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 003/2025

17/04/2025.

SÚMULA: "Dispõe sobre a substituição de Membro Titular do Conselho Curador do Regime Próprio de Previdência Social de Santa Rita do Trivelato – MT e da outras providencias".

O Sr. **Fabio Lohmann**, Diretor Executivo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente.

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de Membro Titular do Conselho Curador do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Rita do Trivelato – MT;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que rege a composição e funcionamento do referido Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor efetivo **Rogério Aparecido de Araújo,** indicado pelo Executivo, para exercer a função de Membro Titular do Conselho Curador do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santa Rita do Trivelato – MT, em substituição à servidora **Edna da Costa**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato - MT, em 17 de abril de 2025.

_____

FABIO LOHMANN

Diretor Executivo- Santa Rita-Previ

HOMOLOGO:

_____

VOLMIR BASSANI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 011/2025

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL N.º 011/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro ADMILSON DOS SANTOS GOMES designado pela Portaria nº 0016/GP/2025 ,torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGINE E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA TEREZINHA/MT.** Pregoeiro decide declarar vencedoras do certame as proponentes: **BERILO DA SILVA CARDOSO EIRELI** inscrita no CNPJ 33.878.956/0001-40,com valor total de R$ 77.671,30 (setenta e sete mil e seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos) **AUTENTICA COMENCIO E DISTRIBUIDORA LTDA C.N.P.J: 47.146.145/0001-69**com valor total de R$ 556.543,25 (quinhentos e cinquenta e seis mil e quinhentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos) **JONATHAN SILVA LUZ-ME,** inscrita no C.N.P.J: 30.709.546/0001-87 com valor total de R$ 203,633,00 (duzentos e três mil e seiscentos e trinta e três reais) **CUIABA COMERCIO DE PRODUTOS LIMPEZA LTDA** , inscrita no C.N.P.J: 21.058.617/0001-38 com valor total de R$ 3.344,56 (três mil e trezentos e quarenta e quatro e cinquenta e seis centavos) os itens das vencedoras constantes no anexo da ata sessão de julgamento, Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação será adjudicados aos classificados conforme acima mencionado. Santa Terezinha – MT, 17 de abril de 2025. ADMILSON S. GOMES-Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA**, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados nas inscrições para a Seleção Pública para concessão de direito real de uso a título gratuito de unidades habitacionais do Programa Estadual de Habitação – Ser Família Habitação, que serão destinadas às famílias em situações de vulnerabilidade social do Município de Santa Terezinha/MT, em conformidade com o Convênio nº 2242/2022, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, e o Município de Santa Terezinha/MT.

A habilitação e demais procedimentos previstos neste edital serão conduzidos pela Secretaria Municipal da Assistência Social.

1. **DO OBJETO**

1.1. O presente Edital tem como objeto estabelecer critérios e procedimentos em conformidade com as normas vigentes, para inscrição, seleção e classificação de famílias para concessão de direito real de uso a título gratuito de unidades habitacionais, destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social deste Município de Santa Terezinha/MT, mediante seleção a ser realizada por Equipe técnica a ser designada pelo poder executivo municipal aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação, e validada pela Gerência de Habitação da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SETASC/MT.

1.2. Os Residenciais Cidade Nova II (6 Unidades Habitacionais) e Solar dos Girassóis (18 Unidades Habitacionais) são um empreendimento realizado em parceria entre Prefeitura Municipal de Santa Terezinha/MT, e o Governo do Estado do Mato Grosso, dentro do Programa Estadual de Habitação Ser Família Habitação – “Faixa Zero”, sendo o município responsável pela doação do terreno, e a seleção de uma construtora para edificação das 24 casas.

1.3. Serão selecionados beneficiários que atendam aos critérios estabelecidos no Decreto Estadual n°1.398 de 24 de maio de 2022, sendo divulgada a relação dos inscritos por ordem de classificação.

1.4. Somente poderão ser elegidos como beneficiários finais das unidades habitacionais segundo decreto Estadual nº 1398 de 24 de maio de 2022 pessoas que:

a) pertençam a grupo familiar cuja renda per capita não ultrapasse R$ 218 (duzentos e dezoito) reais, tendo preferência aquela que comprovar menor renda;

b) sejam maiores de 18 (dezoito) anos;

c) que tenham residência fixa no município há pelo menos 5 (cinco) anos (comprovada);

d) não tenham sido beneficiárias de programa habitacional de interesse social no âmbito das esferas municipal, estadual e federal, inclusive do Programa de Regularização Fundiária (rural ou urbana);

e) Não poderão ser elegidos como beneficiários, pessoas que integrem família que tenha invadido e/ou ocupado indevidamente os imóveis do Programa Habitacional de Interesse Social.

1.5. O Município deve atentar-se ao cumprimento da reserva de cotas por imposição legal sendo essas, 3% pessoas com deficiência, 3% idosos, e 5% mulheres vítimas de violência.

2. **DO CREDENCIAMENTO**

2.1. As pessoas físicas interessadas na concessão gratuita das unidades habitacionais de que trata este edital, deverão retirar na recepção da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Avenida Conceição Lopes Cardoso (Av. 08) S/Nº., esquina com a Rua 30. CEP: 78650-00 Santa Terezinha - MT, no período compreendido de 15/04 a 30/04, a lista completa da documentação obrigatória para inscrição.

2.2. As inscrições serão realizadas no período de 28/04 a 28/05na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Avenida Conceição Lopes Cardoso (Av. 08) S/Nº., esquina com a Rua 30. CEP: 78650-00 Santa Terezinha - MT, no horário de expediente das 8:00 as 12:00 e de 14:00 as 18:00 horas, mediante a apresentação dos respectivos documentos e informações constantes no item 2.6 deste edital e seus Anexos.

2.3. O recebimento da documentação na data prevista no item 2.2 para a inscrição, será feito através de senhas que serão distribuídas no primeiro horário de cada expediente, conforme ordem de chegada. Aqueles que não conseguirem retirar a senha, poderão retornar no horário de expediente seguinte.

2.4. Não serão aceitas documentações incompletas, devendo o interessado retornar posteriormente com a documentação completa, e para tanto, participar de igual modo da distribuição das senhas para concluir o credenciamento.

2.5. As inscrições deverão ser realizadas pessoalmente pelo (a) interessado (a), sendo aceita somente uma inscrição por pessoa.

2.6. Para inscrição no Programa Ser Família Habitação "Faixa Zero", os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

I. Cópia CPF e RG com foto (legível) do interessado;

II. Cópia CPF e RG com foto (legível) do Cônjuge, se casado ou em união estável;

III. Cópia Comprovante de Estado Civil, legível; (Solteiro – Certidão de Nascimento/ Casado – Certidão de Casamento/ Viúvo – Certidão de Óbito + Certidão de Casamento/ União Estável – Declaração de União Estável com assinaturas reconhecidas firma em Cartório – modelo Anexo I);

IV. Cópia legível da Certidão de Nascimento dos Filhos, quando for o caso;

V. Cópia legível de Título de Eleitor;

VI. Comprovante de inexistência de imóveis na titularidade do beneficiário e de integrantes do núcleo familiar, expedida pelo Setor de Tributos de Santa Terezinha/MT.

VII. Cópia da folha resumo do Cadastro Único;

VIII. (CID) - caso haja alguém na família com deficiência;

IX. Cópia de Contrato de aluguel ou declaração do proprietário do imóvel alugado;

X. Declaração afirmando serem verdadeiras as informações e documentações apresentadas (modelo Anexo II);

XI. Autodeclaração de mulher responsável pela unidade familiar, se for o caso; (modelo Anexo III);

XII. Comprovação de renda beneficiário e conjugue, se houver;

XIII. Comprovante de domicilio, sendo no mínimo 5 anos ininterruptos: Certidão de quitação Eleitoral – retirada no link https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral, sendo este o principal documento para comprovação do tempo de moradia no município, conforme Decreto Estadual de nº 1.398/22;

XIV. Comprovação autônomo/renda informal**,**

XV. Pessoa com deficiência: Laudo ou atestado Médico contendo a Classificação Internacional da Doença (CID);

XVI. Idosos: RG, CNH ou benefício, caso receba;

XVII. Mulheres Vítimas de Violência: Apresentação de Boletim de Ocorrência, expedido pelo Distrito Policial, e outro documento que ateste situação de prioridade.

XVIII. **APOSENTADOS OU PENSIONISTAS:** Os últimos 03 (três) dos extratos do benefício;

2.7. Poderão ser exigidos na visita domiciliar outros documentos para fins de comprovação e/ou viabilidade do Programa Ser Família Habitação para comprovação das informações e documentação apresentadas.

3. **DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

DA SELEÇÃO:

3.1. Somente poderão ser elegidos como beneficiários finais das unidades habitacionais pessoas que:

a) pertençam a grupo familiar cuja renda *per capita* não ultrapasse R$ 218 (duzentos e dezoito) reais, tendo preferência aquela que comprovar menor renda;

b) sejam maiores de 18 (dezoito) anos;

c) que tenham residência fixa no município há pelo menos 5 (cinco) anos (comprovada);

d) não tenham sido beneficiárias de programa habitacional de interesse social no âmbito das esferas municipal, estadual e federal, inclusive do Programa de Regularização Fundiária (rural ou urbana);

3.2. Não poderão ser elegidos como beneficiários, pessoas que integrem família que tenha invadido e/ou ocupado indevidamente os imóveis do Programa Habitacional de Interesse Social.

3.3. Todos que estiverem em acordo com os critérios de seleção e apresentarem documentações exigidas em edital no prazo estipulado;

DA CLASSIFICAÇÃO:

3.4. A análise da documentação apresentada pelos interessados e classificação dos inscritos selecionados, será realizada por Equipe técnica designada pelo poder executivo municipal e dar-se-á segundo o grau de necessidade socioeconômica, e a influência dos seguintes critérios, considerando-se para todos eles a situação existente na data da inscrição, sendo:

3.5. A influência dos critérios enumerados no item 3.1. fornecerá os pontos para classificação, de acordo com a seguinte fórmula: A+B+C.

3.6. Para efeito da classificação mencionada no item 3.1., serão adotadas as seguintes hipóteses de prioridades para classificação final das famílias:

a) Aquelas com menor renda per capita;

b) Aquelas compostas por maior número de crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; Que sejam compostas por pessoas com deficiência; Com mulheres responsáveis pela unidade familiar, desde que apresentada autodeclaração assinada; (A mulher não poderá ser casada e nem possuir convivente), e mulheres vítimas de violência.

c) Aquelas com maior tempo de residência no município de Santa Terezinha/MT:

a) Menor Renda per capita	De R$: 0,00 a R$: 100,00	30 pontos
	De R$ 100,01 a R$ 218,00	20 pontos
	Acima de R$: 218,00	0 ponto
b) Situação de composição familiar	Monoparental feminina com mais de um dependente	30 pontos
	Monoparental feminina com um dependente	25 pontos
	Monoparental masculina com mais de um dependente	25 pontos
	Monoparental masculina com um dependente	20 pontos
	Casal com dependente	15 pontos
	Casal sem dependente	10 pontos
	Família composta por pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos	10 pontos
	Família composta por pessoas com deficiência	10 pontos
	Família unipessoal	05 pontos
c) Tempo de Residência no Município Santa Terezinha/MT	Acima de 10 anos	30 pontos
	5 a 10 anos	20 pontos
	Menos de 5 anos	0 ponto

3.7. Para os efeitos da Tabela a que se refere o *caput* deste item, consideram-se:

a) **Família em coabitação:** A existência de dois núcleos familiares (casal com ou sem filhos) que residem em um mesmo domicílio (de forma temporária), por não possuírem condições de arcar com despesas de aluguel, não se considerando como tal os casos de filhos solteiros que residem com os pais;

b) **Dependentes:** Filhos, netos, sobrinhos, tutelados ou curatelados, menores de 18 (dezoito) anos (desde que sob a guarda legal do candidato, devidamente comprovada);

c) **Pessoa Idosa:** Compreende-se por pessoa idosa, o candidato que comprovar na data da inscrição, idade igual ou superior a 60 anos **ou** possuir no grupo familiar pessoa que atenda a tal critério;

d) **Pessoa com deficiência:** Compreende-se por pessoa com deficiência, o candidato que com comprovar na data da inscrição através de laudo ou atestado médico que descreva o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

3.8. Caso ocorra igualdade de pontos nos resultados, o primeiro critério de desempate será a maior pontuação quanto obtida no item **"a"** – Menor renda per capita.

3.9. Permanecendo o empate, prevalecerá o maior número de pontos obtidos sucessivamente nos itens **"b e c"** de pontuação.

3.10. Persistindo o empate no resultado dos itens acima, os inscritos serão selecionados através de sorteio público.

3.11. Em observância às Leis federal nº 13.146/2015 e 10.741/2003, serão destinadas unidades habitacionais a pessoa com deficiência, unidades habitacionais a pessoas idosos, e para mulheres vítimas de violência.

3.12. Não havendo inscritos selecionados que atendam aos requisitos de que trata o item 3.10. as unidades habitacionais serão destinadas à ampla concorrência.

3.13. Os documentos e informações apresentadas pelos proponentes em conformidade com os itens 2.6 deste edital, serão analisados por Equipe técnica designada, entre os dias 30/05 a 20/10/2025 (dentro deste prazo serão feitas as análises dos documentos apresentados; visitas domiciliares as famílias deferidas e envio de documentação a SETASC para validação).

5. DOS CONTRATOS

5.1. Será firmado contrato de concessão de direito real de uso a título gratuito, por instrumento público ou particular, entre o município de Santa Terezinha/MT e a família beneficiária, cabendo ao ente municipal providenciar sua inscrição no competente Cartório de Registro de Imóveis.

5.2. No contrato de que trata o item 5.1, constará cláusula expressa que:

I - Proíba o beneficiário eleito pelo município de alienar o imóvel por 15 (quinze) anos, a partir da data do termo de recebimento definitivo; e

II - Estabeleça que o beneficiário não terá direito à indenização por benfeitorias de qualquer natureza.

III – Substituição por morte outros será definido em Contrato de Cessão de uso.

6. DOS PRAZOS E PUBLICAÇÕES

6.1. Os prazos de seleção poderão sofrer alterações em função da quantidade de impugnações e necessidade de vistorias e análises.

6.2. O presente Edital seguirá o cronograma a seguir:

CRONOGRAMA

Datas/ Prazos	**Eventos**
22/04/2025	Publicação do Edital
De 22/04 a 25/04/2025	Prazo para Recurso de Impugnação de Edital e análise dos recursos
28/04 a 28/05	Período de inscrição (apresentar documentos do anexo 1 deste edital)
28/05 a 30/05	Período de entrega da documentação, sem prorrogação (apresentar documentos do anexo 2 deste edital)
30/05 a 30/06	Período de Análise das documentações recebidas, prorrogável por igual período
30/06	Publicização das inscrições: Deferidos e Indeferidos
30/06 a 04/07	Prazo para Recurso de resultado da inscrição
04/07 a 04/09	Período de visitas sociais
04/09 a 20/10	Envio da documentação para análise e validação da SETASC
21/10	Publicação da Lista Definitiva das Famílias Beneficiárias

Santa Terezinha, 22 de abril de 2025.

_____

Thiago Castellan Ribeiro

Prefeito de Santa Terezinha /MT

_____

Ana Raquel C. Ribeiro

Secretaria Municipal de Assistência Social

ANEXOS

ANEXO1

CHECK LIST - DOCUMENTOS A SER APRESENTADOS NA INSCRIÇÃO

CANDIDATO: Ø Folha CADÚNICO Ø **Certidão:** Nascimento OU Casamento Ø Declaração de União estável autenticada em cartório, se for o caso Ø RG, CPF, Título de Eleitor Ø Comprovante de endereço Ø Copias do Título de eleitor Ø Certidão de quitação Eleitoral – TSE - LINK: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido... **Documentos de responsabilidade da equipe de habitação do município:** Ø Declaração de veracidade de informações Ø Declaração de chefe de família (mulher solteira)
CONJUGUE, SE HOUVER: ? Nascimento ou Casamento ( ) sim ( ) não ? RG, CPF ? Título de Eleitor ? Certidão de quitação Eleitoral – TSE - LINK: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido...
FILHOS: ? Certidão nascimento ( ) sim ( ) não ? RG, CPF ( ) sim ( ) não

ANEXO 2

CHECK LIST – DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NO PERÍODO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

CANDIDATO: Ø Laudo médico com CID, se for o caso Ø Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: MVVD - Apresentação de Boletim de Ocorrência, se for o caso Ø Certidão negativa de bem imóvel – Cartório e/ou certidão expedida pelo Setor de Tributos do município Ø Cópia do extrato dos últimos 3 meses do CNIS **Documentos de responsabilidade da equipe de habitação do município:** Ø Declaração de Trabalhador Autônomo ou renda informal com valor, se for o caso (diarista, faxineira, entre outros serviços recebidos informalmente) Ø Declaração de locação ou Cedência
CONJUGUE, SE HOUVER: ? Cópia do extrato dos últimos 3 meses do CNIS ( ) sim ( ) não ? Laudo médico com CID (se houver) ( ) sim ( ) não ? Certidão negativa de bem imóvel – Cartório e/ou certidão expedida pelo Setor de Tributos do município ( ) sim ( ) não ? Certidão de quitação Eleitoral - TSE ( ) sim ( ) não https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certido... **Documentos de responsabilidade da equipe de habitação do município:** Ø Declaração de Trabalhador Autônomo ou renda informal com valor, se for o caso
FILHOS: ? Histórico escolar ( ) sim ( ) não ? Laudo médico com CID ( ) sim ( ) não

ANEXO 3

MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE INFORMAÇÕES

EU _____,(solteira, casada, divorciada), profissão _____, inscrita (o) no CPF nº_____ , residente e domiciliado a rua _____
_____
_____Telefone nº_____.

DECLARO, para os devidos fins que todas informações prestadas, bem como documentos apresentados são verdadeiros, autênticos e fidedignos para participar da seleção do Programa Ser família Habitação no município de _____ - MT.

Declaro ainda que assumo total responsabilidade por quaisquer eventuais informações falsas ou incorretas que possam vir a prejudicar terceiros ou a mim.

Sendo o que há a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração, bem como estou ciente de desclassificação do processo de seleção do Programa Ser família Habitação em caso de informações errôneas.

_____, dia _____ de _____ de 2025.

_____

(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE CHEFE DE FAMILIA – MÃE SOLTEIRA

EU _____,(solteira, divorciada), profissão _____, inscrita (o) no CPF nº_____ , residente e domiciliado a rua _____
_____
_____ Telefone nº_____.

DECLARO, expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, para efeitos de seleção de interessado do Programa Ser família Habitação no município de _____ - MT que sou mulher responsável, chefe de família pela unidade familiar do qual faço parte e assim sou reconhecida.

Declaro para os devidos fins que todas informações prestadas, bem como documentos apresentados são verdadeiros, autênticos e fidedignos para participar do Programa Ser família Habitação ainda que assumo total responsabilidade por quaisquer eventuais informações falsas ou incorretas que possam vir a prejudicar terceiros ou a mim, bem como estou ciente de desclassificação do processo de seleção do Programa Ser família Habitação em caso de informações errôneas.

Sendo o que há a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, dia _____ de _____ de 2025.

_____

(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE ...

(autônomo ou renda informal)

EU_____
_____ ,_____ (solteira, casada, divorciada), inscrita (o) no CPF nº_____ , documento de identidade nº_____ residente e domiciliado no endereço: _____
_____
_____

DECLARO, expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, para efeitos de seleção de interessado do Programa Ser família Habitação no município de _____ - MT declaro para os devidos fins que possuo renda mensal de R$ _____, referente a atividade de _____.

Declaro para os devidos fins que todas informações prestadas, bem como documentos apresentados são verdadeiros, autênticos e fidedignos para participar do Programa Ser família Habitação ainda que assumo total responsabilidade por quaisquer eventuais informações falsas ou incorretas que possam vir a prejudicar terceiros ou a mim, bem como estou ciente de desclassificação do processo de seleção do Programa Ser família Habitação em caso de informações errôneas.

Sendo o que há a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, dia _____ de _____ de 2025.

_____

(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE LOCAÇÃO OU CEDÊNCIA

EU _____,(solteira, casada, divorciada), profissão _____, inscrita (o) no CPF nº_____ , residente e domiciliado_____
_____
_____
_____ Telefone nº_____.

DECLARO, para os devidos fins que sou proprietária(o) do imóvel localizado no endereço_____
_____
___, o qual se encontra ocupado pela Sra/ o_____ (solteira, casada, divorciada)_____, profissão _____, inscrita (o) no CPF nº_____ , residente e domiciliado neste imóvel, Telefone nº _____.

Sendo o que há a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, dia _____ de _____ de 2025.

_____

(Assinatura)

LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2025

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITAÇÃO PREGÃO

PRESENCIAL Nº 10/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro ADMILSON DOS SANTOS GOMES designado pela Portaria nº 0016/GP/2025 , torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ENGENHEIRO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA.** O Pregoeiro decide declarar vencedora

do certame a empresa BARBOSA ENGENHARIA –ME CNPJ: 59.037.561/0001-08 vencedora do pregão com total **R$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais)** Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicados aos classificados conforme acima mencionado. e-mail **licitacao@santaterezinha.mt.gov.br** fone:6698127-7402,Santa Terezinha–MT, 17 de abril de 2025.ADMILSON S. GOMES-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 006/2025

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 006/2025

Publicação dos Valores mínimos de terras nuas do município de Santo Afonso - MT.

O Senhor Luis Fernando Ferreira Falcão, Prefeito Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais e em cumprimento às normas Constitucionais, do Código Tributário Nacional, da lei federal 9393, da lei federal 11.250, do Código Tributário, Lei Complementar Municipal n.° 047 de 15 de dezembro de 2021, das demais legislações e dos decretos e instruções normativas que versam sobre a matéria;

TORNA PÚBLICO QUE:

I – O município através da empresa contratada GEO7 ENGENHARIA LTDA, após levantamentos de acordo com a legislação e a normas vigentes, elabora se e constitui se o laudo de valores mínimos das terras nuas do município, com levantamento de campo, colheita dos dados necessários e emitiu o laudo técnico, definindo os valores mínimos das Terras Nuas – VTN, que reflete o preço de mercado para o ano 2025.

De forma que os valores médios no município ficam em R$ 10.915,19 (dez mil e novecentos e quinze reais e dezenove centavos) por hequitares.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, 16 dias do mês de abril do ano de 2025.

Vanderlei Leal de Souza GESTOR DE TRIBUTOS

Jose Carlos Mendes

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

Luis Fernando Ferreira Falcão

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE PARCERIA 001-2023

No extrato de rescisão unilateral do termo de parceria 001-2023, publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso-AMM, nº 4.719, página 773, em 17 de abril de 2025, **onde se lê:**

O município de Santo Afonso, neste ato apresentado pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Ferreira Falcão, comunica quem for de interesse que na data de 10/04/2025 foi formalizada a rescisão unilateral do termo de parceria 001/20233

Leia-se:

O município de Santo Afonso, neste ato apresentado pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Ferreira Falcão, comunica quem for de interesse que na data de 10/04/2025 foi formalizada a rescisão unilateral do termo de parceria 001/2023

As demais informações permanecem inalteradas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇAO - PREGAO ELETRONICO 004/2025

17/04/25, 14:39 LICITANET - Termo de Homologação

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de tendas e banheiros químicos, visando atender as necessidades da Prefeitura de Santo Antônio do Leste e suas Secretarias.*

Fornecedor : CLIMAR LOCACOES LTDA - 14.887.904/0001-95

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	105,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.070,00	R$ 112.350,00	R$ 1.315,00	R$ 138.075,00	18,63	R$ 245,00
Descrição: LOCAÇÃO DE TENDA TAMAMHO MÍNIMO 10X10										
2	70,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 547,25	R$ 38.307,50	R$ 547,25	R$ 38.307,50	0,00	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE TENDA TAMAMHO MÍNIMO 5X5										
3	132,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 372,50	R$ 49.170,00	R$ 372,50	R$ 49.170,00	0,00	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO										
4	36,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.003,85	R$ 36.138,60	R$ 1.003,85	R$ 36.138,60	0,00	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PCD										
					Subtotal Adjudicado	R$ 235.966,10	Subtotal Orçado:	R$ 261.691,10	9,8302 %	R$ 25.725,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 235.966,10	R$ 261.691,10	9,8302 %	25.725,00

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Antônio do Leste-MT , 17 de Abril de 2025

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ADJUDICAÇAO - PREGAO ELETRONICO 004/2025

17/04/25, 14:38 LICITANET - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE - MT comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025 referente à *Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de tendas e banheiros químicos, visando atender as necessidades da Prefeitura de Santo Antônio do Leste e suas Secretarias.*, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : CLIMAR LOCACOES LTDA - 14.887.904/0001-95

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R$
1	105,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.070,00	R$ 112.350,0000	R$ 1.315,00	R$ 138.075,00	18,6311 %	R$ 245,00
Descrição: LOCAÇÃO DE TENDA TAMAMHO MÍNIMO 10X10										
2	70,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 547,25	R$ 38.307,5000	R$ 547,25	R$ 38.307,50	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE TENDA TAMAMHO MÍNIMO 5X5										
3	132,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 372,50	R$ 49.170,0000	R$ 372,50	R$ 49.170,00	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO										
4	36,00	UNID	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 1.003,85	R$ 36.138,6000	R$ 1.003,85	R$ 36.138,60	0,0000 %	R$ 0,00
Descrição: LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PCD										

Subtotal Adjudicado: R$	Subtotal Orçado: R$	9,8302 %	R$
235.966,10	261.691,10		25.725,00

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R$
R$ 235.966,10	R$ 261.691,10	9,8302 %	25.725,00

Santo Antônio do Leste - Mato Grosso, 17 de Abril de 2025

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS RESOLUÇÃO Nº 003/2025

Resolução nº 003/2025

Regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, no âmbito da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia-MT, e dá providências correlatas.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica. Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Este Ato regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

§ 1º Para os fins deste Ato, adotam-se as terminologias previstas no artigo 5º e os princípios estabelecidos em seu artigo 6º, ambos da Lei Federal nº 13.709/2018.

§ 2º Este Ato não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizados por gabinetes parlamentares, lideranças partidárias, frentes parlamentares e Comissões Temáticas, quando o tratamento não utilizar sistemas institucionais da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

Art. 2° Considera-se legítimo interesse da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, de que trata o artigo 10 da Lei Federal nº 13.709/2018, sem prejuízo de outras hipóteses previstas em regulamento interno, a promoção da Instituição, a aproximação com a sociedade, a pesquisa histórica, o exercício das atividades de representação do munícipe, de legislar sobre os assuntos de interesse local, de controle e fiscalização dos atos do Poder Executivo Municipal e da aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento da democracia.

Art. 3º A Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, na condição de Controladora, manterá registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Parágrafo único. O registro de que trata o *caput* também deverá ser realizado por qualquer empresa contratada pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT que atue como Operadora de dados pessoais.

Art. 4° As empresas contratadas pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT que atuem como operadoras de dados pessoais deverão, independentemente de expressa previsão no edital de licitação anterior, realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pela Câmara Municipal, que verificará a observância das próprias instruções e das normas de proteção de dados pessoais.

Parágrafo único. As minutas de contrato contidas nos editais de licitação deverão mencionar expressamente a possibilidade de a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT verificar e exigir a adoção das instruções e normas de proteção de dados pessoais pela contratada.

Art. 5º Deverá ser estabelecido, pelo Presidente o Comitê de Privacidade de Dados que será instituído mediante Portaria composto por 3 (três) obrigatoriamente servidores efetivos, que irá nomear um membro para função de Encarregado de Dados Pessoais.

Art. 6º Compete ao Comitê de Privacidade de Dados as seguintes atividades:

I - Monitoramento de dados pessoais e de fluxos das respectivas operações de tratamento;

II - Análise de risco;

III - Elaboração e atualização da Política de Proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo único. As atribuições pertinentes ao Comitê de Privacidade de Dados serão regulamentadas na Portaria de nomeação dos membros.

Art. 7º Considera-se política de proteção de dados pessoais à compilação de regras de boas práticas e de governança para tratamento de dados pessoais, de observância obrigatória pelos setores da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, devendo conter, no mínimo:

I - Descrição das condições de organização, de funcionamento e dos procedimentos de tratamento, abrangendo normas de segurança, padrões técnicos, mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, plano de resposta a incidentes de segurança, bem como obrigações específicas para os agentes envolvidos no tratamento e ações educativas aplicáveis; II - Indicação da forma de publicidade das operações de tratamento, preferencialmente em espaço específico nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, respeitadas as recomendações da Autoridade Nacional; III - enumeração dos meios de manutenção de dados em formato interoperável e estruturado, para seu uso compartilhado e acesso das informações pelo público em geral, nos termos das Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI) e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

Art. 8º Ficará à cargo da ouvidoria o tratamento de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

§ 1º. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais será nomeado mediante Portaria, respeitando o disposto no art. 5º deste Ato;

§ 2º. O encarregado atuará como canal de comunicação entre a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como com outras entidades de proteção de dados pessoais.

§ 3º. A identidade e as informações de contato do Encarregado serão divulgadas no sítio eletrônico da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, dando-se ostensiva publicidade.

Art. 9º Além das atribuições de que trata o § 2º do artigo 41 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, cabe ao Encarregado:

I - receber reclamações e comunicação dos titulares dos dados, prestar esclarecimentos e adotar providências, observado o disposto no artigo 4° deste Ato; II - receber comunicações da ANPD e adotar providências; III - orientar os servidores e demais colaboradores da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT a respeito das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais; IV -executar as demais atribuições determinadas pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT ou estabelecidas em normas complementares.

Art. 10 Mediante requisição do Encarregado, as unidades da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT deverão encaminhar, no prazo assinalado, as informações eventualmente necessárias para atender solicitação da ANPD, bem como de titulares de dados.

Art. 11 Caberá às Chefias das unidades diretamente ligadas à Mesa da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, dentro de suas competências:

I- observar as recomendações e atender as requisições encaminhadas pelo Encarregado;

II - assegurar que o Encarregado seja informado, de forma adequada e em tempo hábil, sobre: a) a existência de qualquer tipo de tratamento de dados pessoais; b) contratos que envolvam dados pessoais; c) situação de conflito entre a proteção de dados pessoais, o principio da transparência ou algum outro interesse público; d) qualquer outra situação que precise de análise e encaminhamento.

Art. 12 Os requerimentos do titular de dados, formulados nos termos do artigo 18 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, serão respondidos pelo Encarregado com o apoio técnico sempre que necessário do Comitê Gestor de Proteção de Dados e das demais unidades da Casa envolvidas.

§ 1º O pedido acerca do tratamento de dados pessoais solicitado pelo titular não se confunde com o pedido realizado com fundamento na Lei nº 12.527/2011, mantendo-se válidos os dispositivos que restringem o acesso a informações pessoais por terceiros, salvo após decorrência do prazo de sigilo, previsão legal ou consentimento expresso do titular.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência em, 08 de abril de 2025.

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente 2025-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2025.

AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2025.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - Estado de Mato Grosso, mediante aos **Agentes de Contratação** instituída pela Portaria nº. 116/2025, publicado no dia 13 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02**, objetivando o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO, CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, "POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO", REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.** Compareceu para se credenciar a empresa: **MARCIO VINICIUS FERNANDES SOUSA - ME, CNPJ/MF Nº 23.075.613/0001-93. Representada neste ato pelo Sr. Marcio Vinicius Fernandes Sousa, CPF de nº XXX.XXX.XX1-X9, na datade 17/04/2025 às 09h00min,estando habilitada/credenciada no presente processo, nos itens 01 a 12. Classifica em 1ª na ordem de credenciamento**. Comunicamos que este Chamamento Público ficará aberto para interessados se credenciarem a qualquer tempo, dentro da sua vigência, que será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua abertura.

São Félix do Araguaia - MT, em 17 de abril de 2025.

IALENE RODRIGUES DE SOUSA.

Agente de Contratação.

PORTARIA Nº 116/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 051/2025. PROCESSOA DMINISTRATIVO Nº 041/2025. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 051/2025.

PROCESSOA DMINISTRATIVO Nº 041/2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 16/04/2026.

OBJETO:**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO, CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**, "POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO", REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.

EMPRESA: MARCIO VINICIUS FERNANDES SOUSA - ME, inscrição no CNPJ nº 23.075.613/0001-93, sita Raimundo Pereira Rocha, nº 36, Bairro Vila, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT, neste ato representada pelo Sr. Marcio Vinicius Fernandes Sousa, CPF de nº XXX.XXX.XX1-X9**.**

ASSINATURA: 17/04/2025.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO:

1 Item	Descrição	Valor Unit.
1	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 7.000 à 12.000 Btu's.	R$ 160,00
2	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 18.000 à 22.000 Btu's.	R$ 230,00
3	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 24.000 Btu's.	R$ 250,00
4	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 30.000 Btu's.	R$ 340,00
5	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 7.000 à 7.500 Btu's.	R$ 235,00
6	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 9.000 à 12.000 Btu's.	R$ 290,00
7	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 18.000 à 24.000 Btu's.	R$ 328,00
8	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 30.000 Btu's.	R$ 360,00
9	Serviço de Desinstalação de Ar-Condicionado de 7.000 à 30.000 Btu's.	R$ 120,00
10	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 7.000 à 12. 000 Btu's.	R$ 360,00
11	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 18.000 à 24. 000 Btu's.	R$ 440,00
12	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 28.000 à 48. 000 Btu's.	R$ 480,00

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14. 133 DE 1º ABRIL DE 2021.

São Félix do Araguaia - MT, em 17 de abril de 2025.

ACÁCIO ALVES SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL.

PMSFA/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025.

ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025.

Em cumprimento ao disposto no art. 17, VII, da Lei 14.133/2021 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGO** o presente Processo Licitatório nº 049/2025, inexigibilidade de licitação nº 018/2025 - Credenciamento, cujo objeto e o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA PA-**

RA MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.

EMPRESA: A. ALVES SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF Nº 58.668.087/0001-50, sita Avenida Severiano Neves, nº 448, Centro, Casa, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia - MT, neste ato representado por seu socio proprietário **Sr. Américo Alves Costa.** CPF: XXX.XXX.XX1-X2**.**

VALORES CREDENCIADO:

Item	Descrição	Unid.	Valor Unit.
1	Serviço de Pedreiro.	Diária	R$ 330,00
2	Serviço de Pintor.	Diária	R$ 330,00
3	Serviço de Ajudante de Pedreiro.	Diária	R$ 150,00
4	Serviço de Eletricista.	Diária	R$ 330,00
5	Serviço de Eletricista.	hora	R$ 42,50

Autorizo a publicação do extrato para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

São Félix do Araguaia – MT, em 17 de abril de 2025.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

PSFA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÕES - PORTARIA Nº 292/2025, DE 09/04/2025 - RESCISÃO ANTECIPADA, DE OFÍCIO, DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 277/2024, DE JHONNATEL FERREIRA LIRA, NA FUNÇÃO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO

==========

ESTA PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.717 DE 15/04/2025, ANO XX, PÁGINA 1359, POR ERRO NO NOME DO GESTOR DA CONTRATANTE

==========

PORTARIA Nº 292/2025, DE 9 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a rescisão antecipada, de ofício, do Contrato Temporário nº 277/2024, em nome do Senhor JHONNATEL FERREIRA LIRA, na função de AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando:

I - que o Contrato nº 277/2024 foi emitido em 12/03/2024, com vigência inicial de 12/03/2024 até 03/02/2025;

II - O referido contrato já foi prorrogado anteriormente, e o novo vencimento final está fixado para 02/06/2025.

III - que a Administração requereu, de ofício, rescisão antecipada do contrato acima, sendo o último dia trabalhado em 09/04/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir antecipadamente, de ofício, o Contrato Temporário nº 277/2024, emitido em 12/03/2024, com vigência inicial de 12/03/2024 até 03/02/2025, já prorrogado anteriormente, com novo vencimento final fixado para 02/06/2025, em nome do Senhor JHONNATEL FERREIRA LIRA, Brasileiro, Solteiro, Brigadista, inscrito no CPF sob o nº 053.911.431-60 e Identidade RG nº 6.683.456 - PC-GO expedida em 15/04/2015, na função de AGENTE DE MANUTENÇÃO (AJUDANTE DE PEDREIRO).

Art. 2º A remuneração mensal será devida até o dia 09/04/2025, último dia trabalhado, calculada pro rata temporis, juntamente com as verbas rescisórias, de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

==========

ESTA PUBLICAÇÃO ACIMA TORNA SEM EFEITO E SUBSTITUI A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.717 DE 15/04/2025, ANO XX, PÁGINA 1359, POR ERRO NO NOME DO GESTOR DA CONTRATANTE

==========

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 253/2025 - CONTRATADA: MARIA CLARA PEREIRA ALVES

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 253/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: MARIA CLARA PEREIRA ALVES, Brasileira, Solteira, Caixa, inscrita no CPF sob o nº 085.734.351-35 e Identidade RG nº 33.571.325 - SESP-MT, 1ª Via, com residência e domicílio no seguinte endereço: Assentamento Zeca da Doca, nº 1 - CEP 78670-000, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 253/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 22/04/2025

VIGÊNCIA: De 01/04/2025 a 02/06/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.500,11 (dois mil e quinhentos reais e onze centavos)

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Sede do Município - Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025.

ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 013/2025 – CREDENCIAMENTO 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025.

Em cumprimento ao disposto no art. 17, VII, da Lei 14.133/2021 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, **ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGO** o presente Processo Licitatório nº 041/2025, inexigibilidade de licitação nº 013/2025 - Credenciamento, cujo objeto e o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO, CONFORME DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, "POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO", REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.**

EMPRESA: MARCIO VINICIUS FERNANDES SOUSA - ME, inscrição no CNPJ nº 23.075.613/0001-93, sita Raimundo Pereira Rocha, nº 36, Bairro Vila, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT, neste ato representada pelo Sr. Marcio Vinicius Fernandes Sousa, CPF de nº XXX.XXX.XX1-X9**.**

VALORES CREDENCIADO:

1 Item	Descrição	Valor Unit.
1	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 7.000 à 12.000 Btu's.	R$ 160,00
2	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 18.000 à 22.000 Btu's.	R$ 230,00
3	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 24.000 Btu's.	R$ 250,00
4	Serviço de Manutenção e Limpeza de Ar-Condicionado de 30.000 Btu's.	R$ 340,00
5	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 7.000 à 7.500 Btu's.	R$ 235,00
6	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 9.000 à 12.000 Btu's.	R$ 290,00
7	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 18.000 à 24.000 Btu's.	R$ 328,00
8	Serviço de Recarga de Gás de Ar-Condicionado de 30.000 Btu's.	R$ 360,00
9	Serviço de Desinstalação de Ar-Condicionado de 7.000 à 30.000 Btu's.	R$ 120,00
10	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 7.000 à 12. 000 Btu's.	R$ 360,00
11	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 18.000 à 24. 000 Btu's.	R$ 440,00
12	Serviço de Instalação de Ar-Condicionado de 28.000 à 48. 000 Btu's.	R$ 480,00

Autorizo a publicação do extrato para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

São Félix do Araguaia – MT, em 17 de abril de 2025.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

PSFA/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

Art. 74 inciso III alínea c § 3º e Art. 72 da Lei Federal 14.133/21.

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2025)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15. 051.451/0001-25, com sede e foro à Avenida Dr. José Fragelli, 772, Centro, CEP: 78.670-000, nesta cidade de São Félix do Araguaia - MT, por seu Agente de Contratação, leva a conhecimento dos Interessados que, na forma da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, que vem a proceder a abertura de PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentado no Art. 74 inciso III alínea c § 3º e Art. 72 da Lei Federal 14.133/21 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 4335 de 08 de Fevereiro de 2024 e demais legislações aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente inexigibilidade é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por Inexigibilidade de Licitação para **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Assessoria Contábil e Financeira com Prestação de Contas Mensais aos Órgãos Fiscalizadores nas Esferas Federal e Estadual, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. A contratação ocorrerá por item, conforme tabela constante abaixo:

Item	Especificação dos Serviços	Unid.	Qtde	Vlr Mensal	Vlr Anual
1	*Assessoria Contábil e Financeira*	Mês	12		
2	**Prestação de Contas**				
	2.1. APLIC	Mês	12		
	2.2. MSC	Mês	12		
	2.3. EFD-REINF	Mês	12		
	2.4. eSocial	Mês	12		

	2.5. Outros (DCTF e LRF)	Mês	12		
Total Mensal e Anual R$					

Justifica-se o parcelamento do objeto por se tratar de item de natureza divisível e por se comprovar tecnicamente viável e economicamente vantajoso a contratação por item.

1.2. Especificação do Objeto:

1.2.1. Prestação de Serviços de Assessoria nas Áreas de Planejamento Contábil e Financeiro:

1.2.1.1. Acompanhar a execução Orçamentária, Financeira e Contábil da Entidade.

1.2.1.2. Acompanhar e orientar quanto a formalização dos processos de despesas realizadas no período: empenhos, liquidação e pagamentos, além dos documentos exigidos pela Lei Federal 4.320/64, e compatibilidade com a Lei Orçamentária vigente.

1.2.1.3. Emissão, controle e conferência de relatórios de prestação de contas mensal (Balancetes) e do exercício (Balanço Anual).

1.2.1.4. Acompanhamento no controle dos gastos e prestação de contas do Executivo durante o exercício, junto aos órgãos competentes.

1.2.1.5. Acompanhamento dos Créditos Adicionais (Suplementares Especiais e Extraordinários).

1.2.1.6. Acompanhamento dos índices constitucionais aplicáveis aos gastos com o Legislativo, despesas com pessoal, PASEP, com posterior emissão de relatórios gerenciais para conhecimento da gestão.

1.2.1.7. Encerramento do Exercício Financeiro, através do Balanço Geral e sua consolidação.

1.2.1.8. Elaboração de estudos de impacto financeiro para concessão de reajustes salariais, alterações ou reduções no quadro de pessoal mediante concurso público ou processos seletivos.

1.2.2. Prestação de Contas:

1.2.2.1. Auditoria Informatizada de Contas (APLIC):

Compreende informações exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso através de todas as áreas da Administração Pública, a saber: Contabilidade, que sincroniza todas as informações do PPA, da LDO e LOA, Folha de Pagamento, Patrimônio e Administrativo, Contratos e Convênios, Decretos Legislativos e Cargas Tempestivas (Licitações, Concursos e Testes Seletivos).

1.2.2.1.1. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico das Cargas de Contabilidade, que compreende as Cargas do Orçamento, Inicial, janeiro a dezembro e Encerramento.

1.2.2.1.2. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico das Cargas de Folha de Pagamento.

1.2.2.1.3. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico das Cargas de Patrimônio e Administrativo.

1.2.2.1.4. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico das Cargas de Contratos e Convênios.

2.1.5. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico de Cargas de Decreto Legislativo.

1.2.2.1.6. Prestação de Suporte e Assessoramento no envio periódico de Cargas Tempestivas (Licitações, Concursos e Testes Seletivos).

1.2.2.1.7. Prestação de atendimento técnico para geração das tabelas XML, conforme normativas e regras internas do Tribunal, referente a todas as cargas de envio obrigatório.

1.2.2.1.8. Verificação da padronização das informações conforme leiaute atualizado e outros instrumentos relacionados ao sistema APLIC.

1.2.2.1.9. Acompanhamento e orientação imediata para a correção das inconsistências geradas pelo (PUG).

1.2.2.1.10. Acompanhamento e repasse dos comunicados periódicos do TCE/MT, assim como realização de consultas técnicas no Tribunal para dirimir eventuais dúvidas quanto às informações a serem enviadas.

1.2.2.2. Matriz de Saldos Contábeis:

1.2.2.2.1. Prestação de auxílio nas informações enviadas, que devem seguir os moldes do Manual de Contas Aplicado ao Setor (MCASP) e Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público (PCASP), aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.2.2.2.2. Acompanhamento do envio das publicações dos anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.2.2.3. Envio da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF) – GOV.BR:

1.2.2.3.1. Acompanhamento e auxílio na validação as informações da EFD-REINF, Cargas Mensais.

1.2.2.3.2. Orientação, auxilio e acompanhamento na geração da EFD-REINF.

1.2.2.3.3. Orientação, auxilio e acompanhamento no envio pelo e-CAC da EDF-REINF.

1.2.2.3.4. Orientação, auxílio e acompanhamento no envio do DCTWEB.

1.2.2.4. Envio de Eventos do eSocial – GOV.BR:

1.2.2.4.1. Orientação e Auxílio no envio de informações das tabelas de envio periódicos.

1.2.2.4.2. Orientação, auxílio e acompanhamento no envio mensal do evento periódico S-1200 (Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social).

1.2.2.4.3. Orientação, auxílio e acompanhamento no envio mensal do evento periódico S-12022 (Remuneração de servidor vinculado a Regime Próprio de Previd. Social).

1.2.2.4.4. Orientação, auxílio e acompanhamento no envio mensal do evento periódico S-1207 (Benefícios previdenciários - RPPS).

1.2.2.4.5. Orientação, auxílio e acompanhamento da Reabertura dos Eventos Períodos - S-1298.

1.2.2.4.6. Orientação, auxílio e acompanhamento do Fechamento dos Eventos Períodos - S-1299.

1.2.2.5. Outros:

1.2.2.5.1. Orientação, auxílio e acompanhamento na Elaboração dos Demonstrativos exigidos pela União - Sistema Integrado do Tesouro Nacional - SICONFI.

1.2.2.5.2. Orientação, auxílio e acompanhamento no envio da DCTF para Receita Federal.

1.2.2.5.3. Monitoramento dos indicadores relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) RREO, RGF, Despesa de PESSOAL e Controle da Dívida Pública.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, visto que se trata contratação e prestação de serviço de pessoa Jurídica, para desenvolvimento de atividade meio na Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021. Tendo em vista que a referida contratação se refere à **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Assessoria Contábil e Financeira com Prestação de Contas Mensais aos Órgãos Fiscalizadores nas Esferas Federal e Estadual**.

1.5. O custo estimado total da contratação é de ***R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)***, conforme custos unitários apostos *na tabela acima,* conforme pesquisa de preço nos termos do art. 23 da Lei 14133/2021.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR

2.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA/2025.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 001 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Projeto Atividade: 2002 – Manutenção e Encargos c/a Câmara Municipal

Despesas: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

2.2. O valor global ajustado com a supramencionada Pessoa Jurídica Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ é de R$ _____ (_____).

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1.Supervisionar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto.

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem entregues.

h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita execução do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo.

k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento.

l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para o Poder Legislativo Municipal a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.

m) Rejeitar os serviços entregues em desconformidade com o presente instrumento.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.2.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto - cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

g) A CONTRATADA tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital.

h) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao Poder Legislativo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

i) A CONTRATADA disponibilizará e-mails, telefones e outros meios de comunicação.

4. CONTRATAÇÃO

4.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

4.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta.

4.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, o Poder Legislativo Municipal poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com Edital de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

4.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pelo Poder Legislativo Municipal.

4.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

4.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos.

4.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos do Poder Legislativo Municipal previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

4.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital de Contratação.

4.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

5. SANÇÕES

5.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

5.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato.

5.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Poder Legislativo Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

5.1.3. dar causa à inexecução total do contrato.

5.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

5.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

5.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

5.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

5.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a inexigibilidade ou a execução do contrato.

5.1.9. fraudar a inexigibilidade ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

5.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

5.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

5.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 5.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa de 0,5. % (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 5.1.1 a 5.1.12.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 5.1.2 a 5.1.7 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 5.1.8 a 5.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

5.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

5.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

5.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

5.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

5.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

5.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Poder Legislativo Municipal a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

5.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Poder Legislativo Municipal.

5.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

5.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

5.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

5.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

6. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

6.1.Anexo I - Documentação Exigida para Habilitação

6.2.Anexo II - Termo de Referência.

6.3. Anexo III - Estudo Técnico Preliminar - ETP.

6.4.Anexo IV - Proposta de Preço

6.5.Anexo V - Declaração Unificada

6.6.Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato.

São Félix do Araguaia - MT. 17 de Fevereiro de 2025

Ireny Abadia Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria Nº 012/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2025 - CONTRATADA: MARIA CRISTINA CARVALHO PARENTE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: MARIA CRISTINA CARVALHO PARENTE, Brasileira, União Estável, Professora, inscrita no CPF sob o nº 764.358.901-10 e Identidade RG nº 191.689 - SEJUSP-TO expedida em 28/10/1992, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida 13 de maio, nº 1 (lote) - Quadra 25 - CEP 78670-000 - Bairro Nova República, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 252/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 08/04/2025

VIGÊNCIA: De 07/04/2025 a 04/07/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 27 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 4.946,38 (quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Sede do Município - APAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 204/2025 - CONTRATADO: JAKSON DE CARVALHO LIMA

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 204/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADO: JAKSON DE CARVALHO LIMA, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, inscrito no CPF sob o nº 018.616.361-48 e Identidade RG nº 1.887.146-1 - SESP-MT, 2ª Via expedida em 22/08/2022, com residência e domicílio no seguinte endereço: Avenida Vila Nova, nº 33 - CEP 78670-000 - Bairro Vila Nova, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 204/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 04/04/2025

VIGÊNCIA: De 15/03/2025 a 02/06/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 18 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.003,29 (dois mil e três reais e vinte e nove centavos)

FUNÇÃO: AGENTE OPERACIONAL (Motorista de Caminhão), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: OBRAS - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - Sede do Município

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 050/2025. PROCESSOA DMINISTRATIVO Nº 049/2025. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO Nº 050/2025.

PROCESSOA DMINISTRATIVO Nº 049/2025.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/04/2025 A 16/04/2026.

OBJETO:**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA PARA MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO** MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS**,** REALIZA**DO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.**

EMPRESA: A. ALVES SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF Nº 58.668.087/0001-50, sita Avenida Severiano Neves, nº 448, Centro, Casa, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia - MT, neste ato representado por seu socio proprietário **Sr. Américo Alves Costa.** CPF: XXX.XXX.XX1-X2**.**

ASSINATURA: 17/04/2025.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO:

Item	Descrição	Valor Unit.
1	Serviço de Pedreiro.	R$ 330,00
2	Serviço de Pintor.	R$ 330,00
3	Serviço de Ajudante de Pedreiro.	R$ 150,00
4	Serviço de Eletricista.	R$ 330,00
5	Serviço de Eletricista.	R$ 42,50

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.

São Félix do Araguaia - MT, em 17 de abril de 2025.

ACÁCIO ALVES SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL.

PMSFA/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 250/2025 - CONTRATADA: JACI PEREIRA AQUINO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 250/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: JACI PEREIRA AQUINO, Brasileira, Convivente, Psicopedagoga, inscrita no CPF sob o nº 495.925.301-06 e Identidade RG nº 1.176.729-4 - SESP-MT, 2ª Via expedida em 26/03/2014, com residência e domicílio no seguinte endereço: Av José Antônio dos Santos, nº 307 - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Zumbi, em SÃo Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 250/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 14/04/2025

VIGÊNCIA: De 01/04/2025 a 02/06/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SAÚDE - Secretaria Municipal de Saúde - Sede do Município - Vigilância Ambiental e Epidemiológica

---

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

Art. 74 inciso III alínea c § 3º e Art. 72 da Lei Federal 14.133/21.

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 001/2025)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.051.451/0001-25, com sede e foro à Avenida Dr. José Fragelli, 772, Centro, CEP: 78670-000, São Félix do Araguaia – MT, por seu Agente de Contratação, leva a conhecimento dos Interessados que, na forma da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, que vem a proceder a abertura de PROCESSO

DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentado no Art. 74 inciso III alínea c § 3º e Art. 72 da Lei Federal 14.133/21 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 4335 de 08 de Fevereiro de 2024 e demais legislações aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente inexigibilidade é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por Inexigibilidade de Licitação para **Contratação de Prestação de Serviços de Forma Emergencial para Fornecimento de Licença de Uso de Software de Gestão Pública, Sistematizado em Ambiente 100% WEB, com Hospedagem de Dados em Internet Data Center - IDC, para atender as necessidades do Poder Legislativo Municipal, com fundamento no Art. 75, Inciso VIII da Lei nº 14.133/2021**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá por item, conforme tabela constante abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL					
Item	**Especificação dos Softwares**	**Unid.**	**Qtde**	**Vlr Unitário**	**Vlr Total**
1	Orçamento e Planejamento	Mês	6		
2	Contabilidade Pública	Mês	6		
3	Tesouraria	Mês	6		
4	Compras e Licitações	Mês	6		
5	Controle de Almoxarifado	Mês	6		
6	Controle de Patrimônio	Mês	6		
7	Controle de Frotas	Mês	6		
8	Controle de Processos	Mês	6		
9	Folha de Pagamento	Mês	6		
10	Recursos Humanos	Mês	6		
11	Portal Transparência	Mês	6		
Total Mensal e Semestral R$					
Item	**Especificação dos Serviços**	**Unid.**	**Qtde**	**Vlr Unitário**	**Vlr Total**
12	Serviços de Migração e Implantação	Unid.	1		
13	Horas Técnicas Sob Demanda	Unid.	50		
Valor Global R$					

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A referida requisição para abertura do Processo Licitatório em tela, se justifica em função que o Poder Executivo Municipal migrou para outro sistema, em ambiente 100% WEB. Além do que os serviços de locação de software para a administração pública serem de natureza continuada e necessários para o funcionamento de todos os setores da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, para o exercício de 2025, sua interrupção pode vir a comprometer a prestação de serviço público e o cumprimento de nossa missão institucional. Haja visto a exigência do artigo 48, § 6° da LC/101/2000, a competição se torna inviável, pois o Poder Executivo já utiliza o mesmo sistema locado da contratada inviabilizando assim a competição.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA/2025.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 001 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Projeto Atividade: 2002 – Manutenção e Encargos c/ Câmara Municipal

Despesas: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ

3.2. O valor global ajustado com a supramencionada Pessoa Jurídica Empresa **Centi Tecnologia Ltda - EPP**, inscrita no CNPJ nº _____ é de R$ _____ (_____).

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Supervisionar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto.

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto.

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem entregues.

h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita execução do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo.

k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento.

l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para o Poder Legislativo Municipal a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.

m) Rejeitar os serviços entregues em desconformidade com o presente instrumento.

4.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.2.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto - cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

g) A CONTRATADA tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital.

h) A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao Poder Legislativo Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

i) A CONTRATADA disponibilizará e-mails, telefones e outros meios de comunicação.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta.

5.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, o Poder Legislativo Municipal poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com Edital de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

5.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceito pelo Poder Legislativo Municipal.

5.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos.

5.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos do Poder Legislativo Municipal previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.4. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital de Contratação.

5.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato.

6.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Poder Legislativo Municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato.

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a inexigibilidade ou a execução do contrato.

6.1.9. fraudar a inexigibilidade ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa de 0,5. % (zero virgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 6.1.1 a 6.1.12.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 6.1.2 a 6.1.7 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 6.1.8 a 6.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

67.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Poder Legislativo Municipal a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Poder Legislativo Municipal.

6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

6.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

7. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.1.Anexo I - Documentação Exigida para Habilitação.

7.2.Anexo II - Termo de Referência.

7.3. Anexo III - Estudo Técnico Preliminar - ETP.

7.4.Anexo IV - Proposta de Preço.

7.5.Anexo V - Declaração Unificada.

7.6.Anexo VI - Minuta de Contrato.

São Félix do Araguaia - MT., 13 de Fevereiro de 2025

Ireny Abadia Rodrigues

Agente de Contratação

Portaria 012/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 251/2025 - CONTRATADA: SILMARA SOARES RABELO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 251/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: SILMARA SOARES RABELO, Brasileira, Casada, Professora, inscrita no CPF sob o nº 028.505.551-85 e Identidade RG nº 2.029.741-6 - SSP-MT, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Oito, s/nº - Próximo ao PSF da Vila - CEP 78670-000 - Bairro Jardim Zumbi, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 251/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 24/03/2025

VIGÊNCIA: De 17/02/2025 a 04/07/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 4 meses e 17 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2.433,89 (dois mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Sede do Município - EJA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 242/2025, DE 03/03/2025 - DESIGNAÇÃO DE DÉBORA SUZAINNE GOMES RABELO, NA FUNÇÃO GRATIFICADA DE SECRETÁRIA ESCOLAR NA UNIDADE EMEBC DE PONTINÓPOLIS.

PORTARIA Nº 242/2025, DE 03/03/2025

Dispõe sobre a designação da Senhora DÉBORA SUZAINNE GOMES RABELO, na Função Gratificada de SECRETÁRIA ESCOLAR na unidade EMEBC de Pontinópolis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando:

I - a existência de vaga da Função Gratificada, nos termos da Lei Complementar LC nº 058/2008

II - a necessidade da Administração de dispor de um servidor para desenvolver as ações inerentes à Função de Secretária Escolar, previstas na LC nº 058/2008; e

III - que a candidata reúne os requisitos necessários para ocupar a referida Função Gratificada.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Senhora DÉBORA SUZAINNE GOMES RABELO, Brasileira, Solteira, Professora, inscrita no CPF sob o nº 085.902.471-71 e Identidade RG nº 3.233.161-4 - SESP-MT, 1ª Via expedida em 06/07/2018, na Função Gratificada de SECRETÁRIA ESCOLAR na unidade EMEBC de Pontinópolis.

Parágrafo único. A designada fica obrigada ao cumprimento das determinações dispostas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar Municipal Municipal nº 058/2008, de 8 de dezembro de 2008, e demais legislação aplicável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2025.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

ACÁCIO ALVES SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 248/2025 - CONTRATADA: DEUSILA MARIANO DA SILVA

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 248/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADA: DEUSILA MARIANO DA SILVA, Brasileira, Solteira, Professora, inscrita no CPF sob o nº 178.244.601-00 e Identidade RG nº 269.603-7 - SESP-MT, 2ª via expedida em 03/08/2022, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua João Irineu, nº 287 - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 248/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 08/04/2025

VIGÊNCIA: De 07/04/2025 a 04/07/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 27 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 4.946,38 (quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Sede do Município - APAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM
AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025.

AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DE DOCUMENTOS E JULGAMENTO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2025.

A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - Estado de Mato Grosso, mediante aos **Agentes de Contratação** instituída pela Portaria nº. 116/2025, publicado no dia 13 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2025 – CREDENCIAMENTO 05**, objetivando o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, AJUDANTE DE PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA PARA MANUTENÇÃO DOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT DE ACORDO COM CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, REALIZADO NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º ABRIL DE 2021.** Compareceu para se credenciar a empresa: **A. ALVES SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF Nº 58.668.087/0001-50. Representada neste ato peloSr.Américo Alves Costa, na datade 15/04/2025 às 10h00min,estando habilitada/credenciada no presente processo, nos itens 1 a 5**. **Classifica em 5ª na ordem de credenciamento**. Comunicamos que este Chamamento Público ficará aberto para interessados se credenciarem a qualquer tempo, dentro da sua vigência, que será de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua abertura.

São Félix do Araguaia - MT, em 15 de abril de 2025.

IALENE RODRIGUES DE SOUSA.

Agente de Contratação.

PORTARIA Nº 116/2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

Art. 74 inciso I, da Lei nº 14.133/21

(PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 003/2025)

Estudo Técnico Preliminar Nº 001/2025

1. REQUISITANTE/DEMANDANTE

Cristiano dos Santos Milhomem - Presidente

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria pública, incluindo: Diagnóstico e levantamento dos problemas atuais em relação à Transparência Pública, Escolha de servidores responsáveis em cada setor, Capacitação dos servidores escolhidos, Assessoria completa para revisão e publicação de material exigido por lei, Relatórios mensais de acompanhamento e Implantação de toda a tecnologia necessária para publicação constante das informações obrigatórias, para atender a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC 131/2009), conforme exigências dos Tribunais de Contas, Ministério Público e outros.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Para cumprir suas atribuições institucionais, no que diz respeito à transparência pública, a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, necessita viabilizar a transparência e a publicação de todos os atos que tenha interesse da coletividade. A Lei da transparência (LC 131/2009), foi criada para obrigar as entidades públicas federais, estaduais e municipais a divulgar em tempo real as informações de receitas e despesas em um site e/ou portal da transparência interno do órgão. De acordo com a constituição Federal de 1988, existem diversos direitos que os cidadãos possuem que têm uma natureza autoaplicável. Um deles é o direito de receber informações sobre os órgãos públicos. Essas informações podem ser de natureza pessoal, coletiva e de interesse geral, além de atos e registros administrativos do próprio governo.

Na Constituição Federal de 1988, também consta o dever autoaplicável do governo em manter essas informações, além de promover uma forma para que os cidadãos possam acessá-la. Por isso, a Lei da Transparência é uma forma de combinar esses três aspectos em um único documento, que garantirá a sua aplicação por meio, por exemplo, do uso de tecnologias. Isto faz com que seja possível e fácil para os diversos órgãos manter e permitir acesso a essas informações.

Diante do exposto, a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT encontra a necessidade de contratação de empresa especializada para o tipo de serviço exigido, por não dispormos em nossa estrutura organizacional, tanto em quantidade quanto em qualificação técnica, da mão de obra necessária para que a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT alcance o objetivo de obedecer às exigências das legislações vigentes relacionadas à transparência pública. Sabe-se que as aquisições e contratações a serem realizadas pela Administração Pública impõem-se como pré-requisito a realização de procedimentos licitatórios. Entretanto, a imposição desses pré-requisitos pode, em alguns casos, ser relevado, desde que se utilize de umas das exceções previstas na Lei Federal nº 14.133/21. As exceções ao norte citadas permitem a Administração Pública realizar aquisições e contratação de forma direta, sem a prévia realização de Licitação. Conforme a Lei de Licitações e contratos, a contratação direta poderá ser realizada através de Dispensa de Licitação (art. 75) e Inexigibilidade de Licitação (art. 74), desde que a exceção para a contratação direta esteja caracterizada em uma das excepcionalidades elencadas nos citados artigos.

A contratação direta de empresa para o objeto em epígrafe, por considerarmos a sua atividade como serviços técnicos profissionais especializados, deve ser realizada através de inexigibilidade de licitação conforme previsto no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, que transcrevemos a seguir:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

inciso **I**- aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou ***contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos***;

*III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** com profissionais ou **empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*

*c) **assessorias ou consultorias técnicas** e auditorias financeiras ou tributárias;*

*f) **treinamento** e aperfeiçoamento de pessoal;*

3.1. Serviço Continuado, sem mão de obra exclusiva

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada em transparência pública, para prestação de serviços de treinamento, acompanhamento, cobrança e revisão das publicações necessárias para atendimento da legislação vigente, além da apresentação de relatórios para que a ges-

tão possa tomar decisões estratégicas, visando melhorar continuamente a transparência dos seus atos perante a população.

A contratação é qualificável como serviço de natureza continuada, sem emprego de mão de obra exclusiva, em virtude de sua essencialidade e habitualidade. Uma eventual publicação de informações incorretas, ou até mesmo o atraso de publicações no portal da transparência, por exemplo, implicaria em prejuízo ao exercício das atividades da Administração, incorrendo no não cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC 131/2009). Portanto, para atingir plenamente esta finalidade, faz-se necessária a contratação de empresa que preste serviço que se constituem atividades operacionais e acessórias (atividades-meio).

Salienta-se que importante trazer à baila a definição de serviços contínuos constante no Art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações):

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

4. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete da Presidência	Cristiano dos Santos Milhomem

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O fornecedor/prestador do serviço deverá prestar serviços especializados de suporte ao objeto da contratação, apresentando os seguintes requisitos:

Diagnóstico inicial: Analisar todas as informações publicadas no site oficial e nos sistemas de gestão pública utilizados, identificando quais dessas informações estão com resultado positivo (atendendo as leis) e resultado negativo (descumprindo as leis).

Adequação e/ou implantação da tecnologia utilizada: Identificar o que deve ser adequado nas tecnologias utilizadas atualmente (site e sistemas) para atender as exigências vigentes das leis de transparência pública. Caso não seja possível ou viável a adequação das tecnologias atuais (site e sistemas), disponibilizar um novo sistema (software) para publicação das informações relacionadas à transparência pública.

Treinamento com equipe interna: Realizar treinamento individual, através de vídeo chamada, com ao menos 1 colaborador de cada um dos setores que precisam disponibilizar informações para publicação no portal da transparência.

Cobrança constante: Manter contato frequente com os colaboradores designados de cada um dos setores internos, a fim de solicitar/cobrar a publicação de informações que porventura estiverem faltando no portal da transparência.

Relatórios de acompanhamento: Apresentar à gestão um relatório mensal, mostrando a evolução das publicações no portal da transparência e identificando os setores/colaboradores que estão e que não estão disponibilizando as informações dentro dos prazos.

6. Levantamento de Mercado

Para contratação do objeto deste estudo, observado as características e necessidade da Administração em que pese as exigências legais, o serviço oferecido pela empresa CR2TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – CNPJ: 50.288.682/0001-58, possui qualificação e experiência comprovados mediante contratos com outras prefeituras, câmaras, e institutos de previdência municipais, celebrados por meio de Inexigibilidade de Licitação, devidamente registrados nos Tribunais de Contas. A referida empresa sob a responsabilidade do profissional ora qualificado, presta serviços de notória especialização, exigida no parágrafo primeiro do **art. 74, inciso I e III da Lei 14.133/21**, está cabalmente justificada pelos trabalhos técnicos de sua equipe de Profissionais, comprovados através de Atestado de capacidade técnica que tais prestações de serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

7. Descrição da Solução Como um Todo

Considerando a especificidade do serviço e a exclusividade da empresa na execução do serviço a ser contratado, a solução a ser adotada pela Câmara Municipal de São Félix do Araguaia - MT, para atendimento da presente necessidade institucional como um todo, é a contratação da firma com notória qualificação para execução do pleiteado serviço, pelo fato de a mesma possuir notória especialização em relação ao objeto dos serviços pretendidos e ser a única solução tecnicamente realizável com a qualidade desejável.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

12 (doze) meses

9. Estimativa do Valor da Contratação

R$ 19.140,00 (dezenove mil, cento e quarenta reais)

10. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução

Haverá a necessidade de parcelamento, tendo em vista que a prestação de serviços será de forma mensal.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, sendo a contratação gerenciada diretamente entre a Administração Pública e o fornecedor.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Adequação da Gestão Pública Municipal observando o que preceitua a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011) e a Lei da Transparência (LC nº 131/2009), no que tange o atendimento as exigências dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, entre outros. Assim como, manter informada a população tornando transparente todos seus atos, através de documentos e outras informações por meio do site e/ou do Portal da Transparência.

13. Providências a serem adotadas

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização técnica e gestão contratual, previamente ao contrato;

- Acompanhamento rigoroso durante a execução dos serviços e gestão do contrato;

- Revisitar constantemente a demanda executada, notadamente quanto a necessidade de adequação do serviço a necessidade da Administração, sempre de acordo com o serviço contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conte... CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1 Justificativa da Viabilidade

Conforme se verifica no presente ETP, estão configurados os requisitos que sustentam a viabilidade da contratação, como a necessidade da contratação, estimativa da quantidade a ser contratada, valor estimado da contratação, entre outros.

São Félix do Araguaia - MT., 26 de Fevereiro de 2025

Responsável pela demanda

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente

Responsável pela aprovação da demanda.

Daniel Pereira dos Santos

Membro Equipe Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 093/2025 - CONTRATADO: SILVIO RAMOS DIAS

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 093/2025, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - ACÁCIO ALVES SOUZA, Prefeito Municipal

CONTRATADO: SILVIO RAMOS DIAS, Brasileiro, Solteiro, Mototaxista, inscrito no CPF sob o nº 002.745.311-19 e Identidade RG nº 4.613.211 - DGPC-GO expedida em 28/05/2001, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Alzira Silva Setúbal, nº 394 - Próximo ao Correio - CEP 78670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominado simplesmente CONTRATADO.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 093/2025

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 04/04/2025

VIGÊNCIA: De 01/04/2025 a 02/06/2025

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2 meses e 1 dia

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais)

FUNÇÃO: GUARDA, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - Sede do Município - Terminal Rodoviário e Praça Anexa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 16/2025 DE 16 DE ABRIL DE 2025

Regulamentar a prestação de serviços para a agricultura familiar e aos pequenos produtores rurais, através das patrulhas mecanizadas, e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO, ESTADO DE

MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

CONSIDERANDO a necessidade de readequação de valor da hora trabalhada por patrulha mecanizada, vistos os aumentos contínuos dos preços de combustíveis e o custo de manutenção das patrulhas mecanizadas;

CONSIDERANDO a Lei981/2025 de 17 de março de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - O reajuste da hora trabalhada por patrulha mecanizada subsidiada pela prefeitura municipal;

I. Valor atual: R$ 150 (cento e cinquenta reais)

II. Valor reajustado: R$ 180,00 (cento e oitenta reais)

Art. 2º - O valor reajustado entra em vigor a partir do dia 01/08/2025.

Art. 3º - O Poder Executivo, por ato do Senhor Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, comunicará ao Poder Legislativo Municipal do contingenciamento fixado no presente Decreto;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 16 de abril de 2025;

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N°17/2025- DE 16 DE ABRIL DE 2025

Disciplina a prestação de serviços de Quilômetros rodados subsidiados pelo Município de São José do Povo-MT e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO, ESTADO DE

MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do KM rodado pelos Veículos Caçambra e Baú, vistos os aumentos contínuos dos preços de combustíveis e o custo de manutenção;

CONSIDERANDO a Lei 980/2025 de 17 de março e 2025.

DECRETA:

Art. 1º - O reajuste do KM rodado pelos Veiculos Cacamba e Baú subsidiada pela Prefeitura Municipal a partir de 01 de maio de 2025 será:

I. Valor do Km rodado do veículo Baú: R$ 3,50 (três reais virgula cinquenta centavos);

II. Valor do Km rodado do Veículo Caçamba: R$7,00 (sete reais).

Art. 2º - O Poder Executivo, por ato do Senhor Secretário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, comunicará ao Poder Legislativo Municipal do contingenciamento fixado no presente Decreto;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 16 de abril de 2025;

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 237/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	025/2024 – PAULO ALVES JANUARIO EIRELI	
	032/2024 – VIEIRA ROSA & CIA LTDA	
Objeto	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TARAPÊUTICO (EXAMES LABORATORIAIS) AOS USUARIOS DOS SITEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**

	LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO	KELJA SILVA DE ASSIS
Cargo/ Função	AGENTE ADMINISTRATIVO	RECEPCIONISTA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	802	1204

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. º 030/2025

Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO HIDROGEOLÓGICO AMBIENTAL E A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS GEOTÉCNICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.**

Modalidade**: DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2025**

Contratado:**RICARDO CORTES GUIMARAES**

CNPJ**/CPF: 33.494.772/0001-86**

Vigência: **09/04/2026**

Valor: **R$ 32.900,00**

LEVI RIBEIRO

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 251/2025/SECAD DE 15 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	070/2023	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE PARA ADMINISTRAÇÃO COM GESTÃO DE FROTA PARA ABASTECIMENTO VIA CARTÃO MAGNÉTICO E OU SIMILAR INCLUINDO COMBUSTÍVEIS.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	EVERTON MACIEL DOS SANTOS	SUNELY MOREIRA DOS SANTOS
Cargo/ Função	MOTORISTA	ASSISTENTE CONTABIL
Secretaria	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA
Matricula	2116	2508

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 15 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 250/2025/SECAD DE 15 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	080/2024	
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA MUNICIPAL JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	EVERTON MACIEL DOS SANTOS	LUIZ FERNANDO SOFIATI CAÇULA
Cargo/ Função	MOTORISTA	COORDENADOR DE FROTAS
Secretaria	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA
Matricula	661	2818

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 15 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 249/2025/SECAD DE 15 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	026/2024	
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA MUNICIPAL JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	EVERTON MACIEL DOS SANTOS	LUIZ FERNANDO SOFIATI CAÇULA
Cargo/ Função	MOTORISTA	COORDENADOR DE FROTAS
Secretaria	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA	SECRETARIA MUN DE INFRATRUTURA E LOGÍSTICA
Matricula	661	2818

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 15 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 248/2025/SECAD DE 15 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	029/2024	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS SIMPLES E COMPLETA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 12 MESES.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	FREDERICO RICARDO FREITAS DE OLIVEIRA	ROGÉRIO DE LIMA BRITO
Cargo/ Função	TÉCNICO AGRICOLA	MOTORISTA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Matricula	661	2512

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 15 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 240/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	105/2024	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO, NÃO EXCLUSIVO, DE SOFTWARE INTEGRADO PARA A GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA, COM LICENÇAS ILIMITADAS DE USUÁRIOS, QUE PERMITAM A EXECUÇÃO E CONTROLE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	KELJA SILVA DE ASSIS	LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO
Cargo/ Função	RECEPCIONISTA	AGENTE ADMINISTRATIVO
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	1204	802

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 239/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Ata	019/2024	
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CADEIRAS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	LILIAN ROSA TAVARES DA SILVA BERNARDO	BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL
Cargo/ Função	AGENTE ADMINISTRATIVO	MOTORISTA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	802	2829

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 238/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	014/2021	
Objeto	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E DO OUTRO LADO O Sr. VINICIO JOSÉ DO NASCIMENTO	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	KELJA SILVA DE ASSIS	KLEITON OLIVEIRA SILVA SANTOS
Cargo/ Função	RECEPCIONISTA	AGENTE ADMINISTRATIVO
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	1204	1971

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 236/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	026-2024	
Objeto	LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA ATENDER O PSF IV E POSTERIORMENTE O ESPAÇO SERÁ REAPROVEITADO PARA SUPORTAR AS ATIVIDADES DO eMULTI SUS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA DIOCESE DE DIAMANTINO	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	SIRLEI APARECIDA MARINO MORETTI	KELJA SILVA DE ASSIS
Cargo/ Função	ENFERMEIRO(A)	RECEPCIONISTA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	2483	1204

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 235/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	023-2025	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA – SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO E MANUTENÇÃO DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO COELHO PORTILHO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	LUANA FERNANDES DA PAZ	WESLEY PAGUNG DA SILVA
Cargo/ Função	ENGENHEIRO (A)	ASSESSOR TÉCNICO DE ENGENHARIA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO	SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO
Matricula	2708	2791

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 234/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Atas	083/2024 - FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME
	084/2024 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
	085/2024 - COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA - ME
	086/2024 - NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS
	087/2024 - PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
	088/2024 - INOVAMED HOSPITALAR LTDA
	089/2024 - DISTRIBUIDORA BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
	090/2024 - C.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME
	091/2024 - GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
	092/2024 - SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
	093/2024 - NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
	094/2024 - MED CENTER COMERCIAL
	095/2024 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTD
	096/2024 - HENRIVIX COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
	097/2024 - MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
	098/2024 - CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA
	099/2024 - SANTA TEREZINHA MEDICAMENTOS LTDA
	100/2024 - DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
	101/2024 - JVMED REPRESENTANTES DE MEDICAMENTOS EIRELI
	102/2024 - CIRURGICA OESTE LTDA
	109/2024 - JVMED REPRESENTANTES DE MEDICAMENTOS EIRELI
	110/2024 - APROMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
	111/2024 - DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Objeto	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAUDE	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	ALBERTO CARDOSO DE CASTRO	MATHEUS SILVA DE ALMEIDA
Cargo/ Função	BIOQUIMICO/FARMACÊUTICO	COORDENADOR DA FARMÁCIA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO	SECRETARIA MUN DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO
Matricula	1188	2823

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 233/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Termo de Fomento	002/2025	
Objeto	TERMO DE FOMENTO FIRMADO PARA A MANUTENÇÃO DE DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE DA ASSOCIAÇÃO DE ACADÊMICOS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, NO EXERCÍCIO DE 2025.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	ROSANA APARECIDA MELO STUGINSKI	CAMILI ROMAN GOMES
Cargo/ Função	TÉCNICO DE DESENVOLV. INFANTIL (EDUC)	AGENTE ADMINISTRATIVO (EDUC)
Secretaria	SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
Matricula	2004	2793

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 232/2025/SECAD DE 14 DE ABRIL DE 2025.

DESIGNA RESPONSÁVEIS COMO FISCAL DE CONTRATO NA FORMA QUE ESTABELECE O ART. 117 DA LEI N. º 14.133/2021.

MIGUEL JUNIOR COSTA, SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 56/2022.

RESOLVE: Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo elencados para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do contrato abaixo discriminado:

Contrato	025-2025	
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS (PICK UP'S E VEÍCULOS DE PASSEIO E TRANSPORE DE PASSAGEIROS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ART CAR VEICULOS EIRELI.	
Fiscais	**Titular**	**Suplente**
	LUIZ FERNANDO SOFIATI CAÇULA	VICTOR ALEXANDRE COSTA DO NASCIMENTO
Cargo/ Função	COORDENADOR DE FROTAS	ASSESSOR DE SECRETARIA
Secretaria	SECRETARIA MUN DE INFRAESTRUTURA	SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL
Matricula	2818	2816

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avançadas; 2. Emitir relatórios/medições; 3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas à Autoridade Competente.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro-MT, 14 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

SecretárioMunicipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 009/2025

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

Processo Adm: Nº 013/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT

Empresas vencedoras valor total: R$ 2.143.494,34 (dois milhões e cento e quarenta e três mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos): **JULIANO VEZENTIN EIRELI ME** (08694780000200) com os lotes: 22, 34, 36, 39 e 47 no valor total de R$ 43.097,00 (quarenta e três mil e noventa e sete reais). **MOBILHE MÓVEIS CORPORATIVOS LTDA** (15011572000143) com o lote: 19 no valor total de R$ 13.573,30 (treze mil e quinhentos e setenta e três reais e trinta centavos). **V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA** (18770897000106) com os lotes: 21, 24 e 46 no valor total de R$ 86.812,00 (oitenta e seis mil e oitocentos e doze reais). **K T TYSKI** (48466120000105) com o lote: 23 no valor total de R$ 55.942,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e dois reais). **JUSTO MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA** (20252467000136) com os lotes: 6 e 11 no valor total de R$ 47.413,68 (quarenta e sete mil e quatrocentos e treze reais e sessenta e oito centavos). **GUAPUÍ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA** (24321932000102) com os lotes: 29 e 63 no valor total de R$ 47.880,00 (quarenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais). **OLMI INFORMATICA LTDA EPP** (00789321000117) com os lotes: 10, 14, 33, 37, 54 e 70 no valor total de R$ 66.022,00 (sessenta e seis mil e vinte e dois reais). **IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PÚBLICAS LTDA** (23106657000133) com o lote: 80 no valor total de R$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais). **MEDCOM-DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** (34318729000122) com o lote: 69 no valor total de R$ 10.889,40 (dez mil e oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos). **EJB EQUIPAMENTOS HOSPITALAR PARA LAVANDERIA LTDA** (36444593000122) com o lote: 55 no valor total de R$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais). **TECPAZ COMERCIAL ATACADISTA E VAREJISTA LTDA** (39800314000104) com os lotes: 8, 31, 32, 44, 48, 49, 59 e 73 no valor total de R$ 38.442,40 (trinta e oito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos). **E TUDO BARATO COMECIO DE ELETROELETRONICOS LTDA** (37165739000163) com o lote: 76 no valor total de R$ 16.928,00 (dezesseis mil e novecentos e vinte e oito reais). **MALU DISTRIBUIDORA E REPRESENTACOES LTDA** (42649742000192) com os lotes: 5, 13 e 28 no valor total de R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais). **CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA** (39581101000139) com o lote: 71 no valor total de R$ 11.195,00 (onze mil e cento e noventa e cinco reais). **AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA** (46221464000129) com o lote: 41 no valor total de R$ 31.505,30 (trinta e um mil e quinhentos e cinco reais e trinta centavos). **VIA NACIONAL DISTRIBUIDORA LTDA** (39822881000161) com o lote: 26 no valor total de R$ 120.300,00 (cento e vinte mil e trezentos reais). **CB ELETRO E INFORMATICA LTDA** (49673898000158) com os lotes: 16 e 43 no valor total de R$ 39.772,00 (trinta e nove mil e setecentos e setenta e dois reais). **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA** (46368367000163) com o lote: 51 no valor total de R$ 9.673,66 (nove mil e seiscentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos). **IBBA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBEDOURO LTDA** (50456480000178) com o lote: 18 no valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais). **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP** (05870717000108) com os lotes: 15, 38, 56, 58 e 67 no valor total de R$ 26.713,00 (vinte e seis mil e setecentos e treze reais). **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA** (33492887000131) com os lotes: 7, 9, 20, 27, 30, 52, 57, 61, 64, 68 e 79 no valor total de R$ 212.620,00 (duzentos e doze mil e seiscentos e vinte reais). **SBA COMERCIO E CONSULTORIA LTDA** (36139449000182) com o lote: 12 no valor total de R$ 15.501,60 (quinze mil e quinhentos e um reais e sessenta centavos). **J R MACHADO IMP. E EXP.** (53553859000194) com os lotes: 1, 2, 3, 4 e 17 no valor total de R$ 698.650,00 (seiscentos e noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta reais). **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA** (24675507000103) com os lotes: 53 e 77 no valor total de R$ 50.326,00 (cinquenta mil e trezentos e vinte e seis reais). **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA** (86729324000261) com os lotes: 25 e 62 no valor total de R$ 107.850,00 (cento e sete mil e oitocentos e cinquenta reais). **RR LOPES EIRELI** (22548304000120) com o lote: 60 no valor total de R$ 3.580,00 (três mil e quinhentos e oitenta reais).

Itens desertos: 42, 45, 75 e 78

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT, 17 de abril de 2025

TATIANE ILMA GROLLI BAGGIO

AGENTE DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA 106/2023

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 252/2025/SECAD, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MIGUEL JUNIOR COSTA, Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos registrados no documento de ocorrência nº 2694/MOVIMENTO/2025, que envolve o servidor **DIOGO LUIZ QUEIROZ ARNOLDO**, matrícula funcional nº 2487, lotado na Secretaria Municipal de Saúde deste município;

CONSIDERANDO o Comunicado Interno nº 089/2025/SECADque solicita a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar diante da necessidade de resguardar a regularidade dos atos administrativos e a correta aplicação da norma vigente;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.503/2024, que regulamenta o processo administrativo e procedimentos sancionatórios no âmbito municipal;

CONSIDERANDO os arts. 158 e 159, que dispõe sobre os Deveres e as Proibições ao servidor público, conforme a Lei Municipal nº 991/2014;

CONSIDERANDO os art. 195 e 196, da Lei Municipal nº 991/2014, que dispõem sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de condutas funcionais;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar **Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2025**, em desfavor do servidor **DIOGO LUIZ QUEIROZ ARNOLDO,** matrícula funcional nº 2487, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde com fulcro no art. 195 e 196, da Lei Municipal nº 991/2014, para apurar suas responsabilidades por infringência ao dever funcional, em condutas previstas no art. 158 e incisos, da referida lei.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão Permanente será composta pelos servidores nomeados através do **Decreto nº 078/2024, de 04 de setembro de 2024.**

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º A Comissão deverá observar e zelar pelo devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 17 de abril de 2025.

MIGUEL JUNIOR COSTA

Secretário Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 009/2025

LICITAÇÃO
REEQUILIBRIO

ADITIVO: 2º REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2024

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Contratado: COMERCIAL DE ALIMENTOS DIAMANTE AZUL LTDA

CNPJ: 37.479.359/0001-01

ITEM	CÓD. SISTEMA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR DA ATA RP	VALOR COM REAJUSTE	ÍNDICE DE REAJUSTE
45	4203	CAFE 500 GR	R$ 12,31	R$ 39,95	224,53 %

Vigência: 19/09/2025

LEVI RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

ADITIVO: 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 020/2024

CONTRATADA: FUNERÁRIA SANTA CLARA LTDA

CNPJ: 03.916.984/0001-43

Tipo do Aditivo: PRAZO E VALOR

Valor: 83.262,60

Vigência: 23/04/2026

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

Processo Adm: Nº 031/2025

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT.

Empresas vencedoras valor total: R$ 81.737,73 (oitenta e um mil e setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos): **CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI´S LTDA** (37853101000115) com os lotes: 4, 7, 8, 10, 14, 15, 17, 19, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 45, 49, 50, 55, 60, 64, 66 e 69 no valor total de R$ 28.578,30 (vinte e oito mil e quinhentos e setenta e oito reais e trinta centavos). **LANCA PRODUTOS - COMERCIO E SERVI-**

CO LTDA (44258379000100) com os lotes: 38, 52, 53, 62 e 63 no valor total de R$ 12.824,00 (doze mil e oitocentos e vinte e quatro reais). **AGRO COMERCIAL GES LTDA** (22011004000108) com o lote: 37 no valor total de R$ 1.138,32 (um mil e cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos). **SALTON CONSULTORIA E REPRESENTACAO LTDA** (56637732000141) com o lote: 5 no valor total de R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais). **GUERREIRO MÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA** (22120115000152) com os lotes: 1, 2, 3, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 36, 39, 40, 42, 43, 47, 48, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 65, 67, 68 e 70 no valor total de R$ 19.997,11 (dezenove mil e novecentos e noventa e sete reais e onze centavos). **TANKAVEL LTDA** (47326875000141) com o lote: 46 no valor total de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Item deserto: 44

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT, 17 de abril de 2025

TATIANE ILMA GROLLI BAGGIO

AGENTE DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA 106/2023

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. º 031/2025

Objeto:**CONTRATAÇÃO DE *EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A CONSTRUÇÃO DA UBS TIPO I, CONFORME PROPOSTA Nº* 12271.6620001/24-002, NOVO PAC.**

Modalidade**: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2025**

Contratado:**CONSTRUTORA QUEIROZ BARBOSA LTDA**

CNPJ**/CPF: 18.173.919/0001-42**

Vigência: **12/04/2026**

Valor: **R$ 2.199.261,00**

LEVI RIBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Termo de Adjudicação e Homologação

Pregão Eletrônico Para adesão nº 01/2024

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente **PROCESSO DE LICITACÃO**, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor (es) abaixo e cujo objeto é:

Objeto: ESSA ADESÃO VISA À futura eventual aquisição de uniformes escolares, meia e tênis para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de São Jose do Xingu - MT, com adesão no intuito de adquirir os seguintes itens:

DESCRIÇÃO ITENS

ITEM	QTD	MED	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.7	3000	UND	CALÇA DE HELANCA 100% POLIÉSTER	PRÓPRIA	R$ 36,00	R$ 108.000,00
1.10	3500	UND	BERMUDA HELANCA 100% POLIÉSTER	PRÓPRIA	R$ 29,00	R$ 101.500,00
1.12	3500	UND	SHORT SAIA SUPLEX	PRÓPRIA	R$ 29,00	R$ 101.500,00
1.14	9000	UND	CAMISETA MANGA CURTA MEIA MALHA PV	PRÓPRIA	R$ 19,50	R$ 175.500,00
1.17	6000	PAR	MEIA ESCOLAR	SAILOR	R$ 6,95	R$ 41.700,00
1.22	4000	PAR	TÊNIS COM CADARÇO – MODELO BASQUETE	NKS	R$ 69,15	R$ 276.600,00
						R$ 804.800,00

EMPRESA FORNECEDORA

BORESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no C.N.P.J./ MF sob o n.º 18.398.242/0002 - 21, estabelecida na Rua S1, nº 54, complemento, quadra 139, lote 24/25, Edif – Galera Free Shop sala 501 g, bairro Setor Bueno, CEP 74.230-22, Goiania - GO.

SAO JOSE DO XINGU - MT quinta-feira, 17 de abril de 2025.

Prefeito Municipal

SANDRO JOSE LUZ COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

SEC DE EDUCAÇÃO
PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA- MT

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS

SÃO PEDRO DA CIPA 2025

Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa Secretaria Municipal de Educação Prefeito/ Eduardo José da Silva Abreu Vice-Prefeito/ Paulo Cezar Moreira

Secretário Municipal de Educação/Valter Souza Catarino

“A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação. ”

Maria Montessori

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 5

LEGISLAÇÃO SOBRE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL..... 5

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS INICIAIS..... 6

SÃO PEDRO DA CIPA/MT – MOMENTO HISTÓRICO..... 7

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DA CIPA..... 8

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO EM SÃO PEDRO DA CIPA..... 9

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL EM SÃO PEDRO DA CIPA..... 10

OBJETIVOS..... 12

ESTRUTURA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL 14

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS..... 14

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 16

BIBLIOGRAFIA..... 17

INTRODUÇÃO

Este documento trata do Plano de Ação para a Educação de Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de São Pedro da Cipa, com ênfase no atendimento às crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental I/ anos iniciais. O Plano é fruto da experiência acumulada na rede, da observação prática e do conhecimento científico, sendo o resultado do trabalho colaborativo dos profissionais da educação, das equipes gestoras e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, além do processo de escuta e diálogo com os conselhos educacionais e a comunidade.

LEGISLAÇÃO SOBRE ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

As escolas de Tempo Integral no Brasil são amparadas por bases legais que garantem sua implementação e funcionamento. Entre as principais legislações relacionadas à Educação nesta modalidade, destacam-se:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa (…)”. Já no inciso IV do artigo 208, determina o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade”.

A Lei nº 8.069/90, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso IV, assegura o atendimento integral à criança e ao adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, constitui a principal norma que estabelece as diretrizes e bases da educação no país, incluindo o arcabouço legal para a oferta da Educação em Tempo Integral, com ênfase na ampliação da jornada escolar.

A Lei Federal nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação, estabelece, na Meta 1, a ampliação da oferta de Educação Infantil em creches para atender, no mínimo, 50% das crianças de até 03 anos. Na Meta 6, define que os municípios devem oferecer Educação

em Tempo Integral em pelo menos 50% das escolas públicas, beneficiando, ao menos, 25% dos alunos da educação básica.

De acordo com a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui a Escola em Tempo Integral, e especialmente com a possibilidade de recursos orçamentários por parte do governo federal, foi elaborado o Plano de Ação de Educação em Tempo Integral do Município de São Pedro da Cipa.

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

O Plano Municipal de Educação em Tempo Integral para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, constitui uma estratégia robusta e imprescindível, orientada para a promoção integral do desenvolvimento infantil, conforme preconizado pela legislação vigente. A implementação da Educação em Tempo Integral nas escolas do Município de São Pedro da Cipa representa um marco significativo no avanço da formação das crianças, abrangendo suas múltiplas dimensões de desenvolvimento. Este projeto visa a democratização das oportunidades educacionais, assegurando o direito universal à educação e o pleno desenvolvimento dos alunos, com o intuito de formar indivíduos críticos, autônomos e comprometidos com os desafios do mundo contemporâneo.

Alinhado às demandas da sociedade do século XXI, a proposta tem como fundamento a construção de uma educação que, ao mesmo tempo em que se baseia na diversidade e na inclusão, propõe um modelo pedagógico inovador, centrado na singularidade de cada criança. A abordagem adotada reconhece a importância de um projeto educacional que seja capaz de contemplar a pluralidade das vivências infantis, atentando-se para a necessidade de integrar os conhecimentos formais às experiências de vida das crianças e sua respectiva comunidade.

A proposta não se limita ao desenvolvimento intelectual, mas contempla igualmente os aspectos sociais, emocionais, físicos e culturais do ser humano, promovendo uma educação integral e inclusiva que favorece a equidade. Tal perspectiva propõe uma pluralidade de práticas educativas que envolvem o uso de diferentes linguagens, recursos e espaços de aprendizagem, e articula de forma harmônica os processos de cuidar e educar. Além disso, a iniciativa se

preocupa com a efetividade pedagógica, criando um ambiente contínuo de aprendizagem que integra teoria e prática de maneira contextualizada.

A gestão democrática, envolvendo todos os atores da comunidade escolar, com a participação ativa das crianças, é um princípio fundamental para a efetivação deste projeto. A colaboração coletiva assegura que o processo educativo atenda às diversas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as diferenças de origem étnico-racial, condições socioeconômicas e outras particularidades, promovendo um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e igualitário.

SÃO PEDRO DA CIPA - MOMENTO HISTORICO

São Pedro da Cipa é um município brasileiro do estado de Mato Grosso. Localiza-se a uma latitude 16º00'02" sul e a uma longitude 54º55'17" oeste, estando a uma altitude de 264 metros. Possui uma área de 345,526 km² e sua população estimada em 2022 era de **4.191** habitantes.

Foi criado inicialmente como distrito pertencente a Jaciara, pela lei estadual nº 1130, de 17 de novembro de 1958, sendo elevado à categoria de município pela lei estadual nº 5906, de 20 de dezembro de 1991. Seu nome se deve à Companhia Industrial Pastoril Agrícola (CIPA), que executou um projeto de colonização no Vale do Rio São Lourenço, tendo adquirido 70 mil hectares de terras do estado.

Neste ano de 2025, o Município de São **Pedro da Cipa completará 34 anos, de emancipação político - administrativa.**

O Município possui uma história rica, sendo reduto de garimpagem de diamantes durante os anos das décadas de 1970 e 1980, a extração de pedra garantiu reconhecimento e prosperidade da região, somada a um desenvolvimento proveniente de plantio e fabricação de açúcar que trouxe migrantes de várias regiões do Brasil, o que colaborou para um significativo povoamento do distrito e posteriormente sua emancipação política. Atualmente, a questão do desenvolvimento econômico e social sustenta-se com base na agricultura familiar e no agronegócio, uma pequena rede de comércio, com supermercados, oficinas mecânicas, academias, lojas, restaurantes, dormitórios, salão de beleza, farmácia, posto de gasolina, lava

jato, padarias, consultório odontológico. A atuação do poder público, através de implementação de políticas públicas, é essencial para disseminar e sustentar o processo de desenvolvimento contínuo, capaz de superar as expressivas carências sociais ainda presentes no município.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DA CIPA

A Rede Municipal de Ensino de São Pedro da Cipa, atende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental/Anos Iniciais e está estruturado em 02 escolas, e conta com a parceria da DRE/Rondonópolis. O atendimento educacional da rede envolve a atuação de aproximadamente 150 servidores públicos entre os quais, Professores, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, Profissionais de Apoio à Educação Inclusiva, Merendeiras, Profissionais Administrativos, Diretores, Coordenadores, entre outros profissionais igualmente essenciais para o bom funcionamento da rede educacional de ensino.

Nosso compromisso é com a construção de uma educação que fomente o pensamento crítico dos alunos, permitindo-lhes compreender o contexto social, econômico e cultural no qual estão inseridos, e estimulando-os a buscar formas eficazes de exercer sua cidadania. Nesse processo, educadores e alunos interagem de maneira ativa e colaborativa na construção de saberes, por meio de práticas educativas diversas e dinâmicas.

A luta contra a pobreza e a exclusão social é um dos pilares das ações integradas do município, que visa, de forma estratégica, a melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido. A política pública de educação está fundamentada na gestão democrática, o que implica a participação ativa das escolas, conselhos escolares e fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, entre outros importantes agentes sociais.

A definição do currículo e do projeto político-pedagógico das escolas e na rede municipal de ensino é orientada por princípios fundamentais, entre os quais se destacam:

Gestão Democrática: A escola deve ser um espaço de participação e decisão coletiva, sendo essencial repensar as formas de gestão, descentralizando e criando mecanismos efetivos de envolvimento de toda a comunidade escolar. **Qualidade Social da Educação**: A educação deve estar intimamente conectada a realidade socioeconômica e cultural da comunidade, da família e dos alunos. **Valorização dos Profissionais**: A valorização do corpo docente e de todos os profissionais da educação é essencial para a universalização de uma educação pública de qualidade. **Democratização do Acesso e Condições de Permanência**: O projeto político- pedagógico deve estabelecer metas e ações concretas para garantir a permanência dos estudantes na rede educacional. **Inclusão e Diversidade**: Promover o desenvolvimento da autonomia e emancipação crítica, respeitando as identidades individuais, culturais e sociais de cada aluno, é um princípio central do nosso processo educativo. **Efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: O ECA reconhece a infância como o período do nascimento até os 11 anos e 11 meses e a adolescência entre os 12 e 18 anos, fundamentando as ações e estratégias de atendimento educacional.

O currículo da Rede Municipal de Ensino de São Pedro da Cipa, integrado a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), considera as particularidades dessas fases do desenvolvimento humano e os diferentes contextos sociais e culturais nos quais as crianças e adolescentes estão inseridos. A educação oferecida busca, assim, integrar os aspectos do desenvolvimento integral, assegurando que cada aluno tenha acesso a uma formação abrangente e contextualizada, que favoreça seu pleno desenvolvimento em todas as suas dimensões.

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL

O artigo 212 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os municípios devem destinar, no mínimo, 25% de suas receitas provenientes de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2024, a receita tributária do Município de São Pedro da Cipa, alcançou a quantia de R$ 29.903.378,68. Deste montante, a aplicação no ensino, conforme disposto no artigo 212 da Constituição Federal, totalizou R$ 9.997.526,55, o que representa 33,43% da receita arrecadada.

Cabe destacar que o valor retido ao FUNDEB foi de R$5.034.153,80 enquanto o valor efetivamente recebido foi de R$ 4.411.621,39 o que representa uma diferença de 12,37 % a menos na receita.

No decorrer do exercício de 2024, foram realizadas diversas despesas que não estão inclusas nos 25% destinados à educação, conforme o artigo 212 da Constituição, tais como: aquisição de uniformes, fornecimento de merenda escolar, distribuição de kits escolares, contratos e parcerias, entre outras, todas custeadas com recursos federais e recursos de arrecadação própria.

Considerando os gastos não contabilizados nas despesas educacionais, o total de investimentos ultrapassa os 30% das receitas provenientes de impostos e transferências. O texto abordado, ilustra que o custo por aluno em São Pedro da Cipa, é superior ao repasse recebido do FUNDEB. O município enfrenta demandas complexas em diversas áreas de políticas públicas e de infraestrutura, e, mesmo com investimentos superiores ao limite constitucional, continua a enfrentar grandes desafios na política educacional municipal. Diante da necessidade de expandir o atendimento em tempo integral, o município depende de convênios com os entes federados para viabilizar tais investimentos.

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL EM SÃO PEDRO DA CIPA

A educação das crianças de 0 a 5 anos no Brasil tem experimentado uma transformação substancial, transitando de um modelo de assistência social para uma abordagem que privilegia a educação e o desenvolvimento integral. Reconhece-se a indissociabilidade entre os processos de "cuidar" e "educar", os quais se mostram fundamentais nessa fase decisiva da vida infantil. Nesse contexto, políticas públicas têm sido implementadas com o intuito de consolidar e fortalecer a Educação Infantil no país, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento pleno dos pequenos.

Considera-se que a ampliação do ensino fundamental para **9 anos** um fruto de uma construção histórica que visa ampliar a permanência do aluno da escola, por meio de políticas públicas.No municipio após o redimensionamento são atendida crianças dos Ensino Fundamental 1/anos iniciais, sempre com o foco na aprendizagem significativa e embasada nos valores éticos para a construção de uma sociedade pautada na igualdade e nos princípios da cidadania para a formação de uma sociedade com cidadãos críticos e autonomos. Desta

forma, discorre sobre a necessidade de uma mudança de prática centrada num trabalho que articule a alfabetização e o letramento.

A educação integral visa à formação e ao desenvolvimento global dos estudantes, considerando a "complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento", rompendo com visões reducionistas que priorizam exclusivamente a dimensão intelectual (cognitiva) ou afetiva (BNCC, 2017, p. 14). O objetivo é assegurar o desenvolvimento humano em suas múltiplas

dimensões: intelectual, física, afetiva, social e cultural. Para tanto, é imperativo o desenvolvimento contínuo de um projeto educacional compartilhado entre gestores, educadores, alunos, famílias e a comunidade local.

Em termos gerais, o atendimento em tempo integral na rede municipal de ensino, iniciada este ano inclui predominantemente à população de baixa renda, frequentemente composta por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Os desafios enfrentados pelos municípios na oferta de Educação Infantil e o Ensino fundamental I/anos iniciais, são numerosos, englobando desde a garantia de acesso a um número adequado de vagas até a prestação de serviço como de fato deve ser assegurada. Esses desafios incluem fatores como infraestrutura adequada, qualificação profissional, políticas educacionais eficazes e recursos financeiros suficientes. Superar esses obstáculos requer uma colaboração coordenada entre os setores da educação, saúde, assistência social e diretoria de esportes com o objetivo de criar um ambiente propício ao desenvolvimento integral das crianças desde as fases iniciais de sua vida escolar.

Atualmente, o Município de São Pedro da Cipa, conta com 03 escolas públicas, duas municipais e uma estadual. Em 2024, o atendimento educacional está organizado da seguinte forma:

01 escola atende à Educação Infantil; 01 escola atende ao Ensino Fundamental, anos iniciais; 01 escola atende aos - anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Atualmente, a Rede Municipal conta com 01 turma em período integral, para alunos da Pré Escola. O quadro funcional para esse atendimento conta com 01 professor(a) e 01 profissional

de apoio.

A rotina de atendimento em Tempo Integral (das 8h às 17h) segue uma estrutura que inclui as seguintes atividades de referência:

Entrada dos alunos; Acolhimento; Café da manhã; Recreação e experiências significativas; Troca e higienização; Alimentação (almoço); Descanso; Atendimento em ensino regular; Lanche da tarde; Alimentação (jantar); Retorno às suas casas.

Este modelo pedagógico visa proporcionar um atendimento contínuo e de qualidade, levando em consideração as necessidades e o bem-estar integral das crianças, dentro de uma rotina que favoreça o seu desenvolvimento, de forma específica e interdisciplinar.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral:

Assegurar o acesso das crianças à Educação Infantil – creche ou pré-escola e o Ensino Fundamental I, em Tempo Integral, respeitando a diversidade e as especificidades de cada criança e família, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos, abrangendo as dimensões cognitivas, sociais, emocionais, físicas e culturais. Além disso, estabelecer uma educação de excelência, fundamentada na participação democrática, na inovação pedagógica e na valorização da diversidade.

Objetivos Específicos:

1. Buscar junto aos governos federal e estadual a implementação de programas voltados à construção ou adequação de escolas com padrões arquitetônicos adequados e mobiliário

funcional, visando a oferta de atendimento em tempo integral para as crianças.

2. Monitorar o quadro de profissionais do magistério e de apoio ao magistério, à medida que se amplia a oferta de vagas, assegurando um ambiente escolar mais eficiente e propício ao desenvolvimento educacional. 3. Revitalizar e reorganizar os espaços e os tempos educativos, criando ambientes dinâmicos, flexíveis e propícios ao desenvolvimento integral das crianças, promovendo a otimização das experiências de aprendizagem e a troca de conhecimentos. 4. Estabelecer objetivos comuns entre a política de educação municipal e as organizações parceiras, garantindo uma visão integrada e alinhada que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes. 5. Investir na formação contínua de professores, capacitando-os para o desenvolvimento de atividades pedagógicas diferenciadas, inovadoras, ativas e desafiadoras, permitindo que realizem atividades colaborativas e se beneficiem da diversidade de habilidades e conhecimentos por meio da troca de experiências. 6. Implementar um currículo ressignificado que integre as atividades de cuidar e educar, atendendo às necessidades físicas, emocionais, sociais, cognitivas e culturais dos estudantes, reconhecendo a interdependência dessas dimensões, proporcionando experiências de aprendizagem contextualizadas, relevantes e que favoreçam a construção significativa do conhecimento. 7. Garantir a eficácia e o aprimoramento contínuo do processo educativo por meio de indicadores específicos para crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos iniciais abrangendo seu desenvolvimento integral, o progresso cognitivo e socioemocional, mediante avaliações contínuas, feedback entre os profissionais, pesquisas de satisfação dos pais e observações sistemáticas. 8. Envolver as famílias de forma ativa no processo educacional, promovendo reuniões, encontros e atividades que incentivem a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, oferecendo encontros educativos que favoreçam práticas de lazer produtivo e criativo, como leitura, brincadeiras construtivas, caminhadas e outras atividades que fortaleçam os vínculos familiares, além de estimular a participação da comunidade escolar na gestão das Escola de Tempo Integral. 9. Articular as políticas de Educação em Tempo Integral com outras políticas públicas, como assistência social, saúde, cultura e meio ambiente, promovendo a integração

dessas áreas para o benefício integral dos estudantes e de suas famílias.

ESTRUTURA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Atendimento em 2025

Para dar início ao programa estabelecido, foram matriculadas 20 crianças de 4 anos de idade da Pré-escola, alunos do Centro de Educação Infantil Márcio Alessandro Gomes Machado. Considerando a necessidade de iniciar o atendimento, foi organizada uma sala de aula equipada com instrumentos básicos, e duas educadoras do quadro foram designadas para esse objetivo. Além disso, foram planejadas parcerias com outros setores do município, possibilitando que as crianças, acompanhadas pelos professores, frequentem outros espaços educativos. Entre as atividades propostas, incluem-se aulas no laboratório de informática, capoeira, jogos de xadrez, futebol de campo e aulas de campo.

Diante disso e utilizando destes pressupostos, considera-se a possibilidade de inserção do Ensino Fundamental - anos iniciais na política de atendimento em Tempo Integral no decorrer dos próximos anos com as adequações necessárias, quando da concretização deste projeto.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Para a avaliação do plano entende - se que o processo deverá ser contínuo, uma vez que considerando as possíveis adaptações e medidas necessárias em resposta às eventuais mudanças na realidade vigente. Para que a implementação do Plano seja efetiva, o repasse financeiro e as parcerias estabelecidas nas diversas instâncias deverão integrar um conjunto de ações coerentes e devidamente articuladas, com a finalidade de alcançar as metas previamente estabelecidas. Esse processo de avaliação será conduzido de maneira colaborativa e democrática, envolvendo as famílias, a comunidade escolar e a Secretaria de Educação, alinhado às metas estabelecidas. O acompanhamento e a avaliação do plano ocorrerão por meio das seguintes ações concretas:

1. A elaboração de relatórios detalhados, elaborados anualmente pela Secretaria de Educação, os quais fornecerão uma análise abrangente das ações e resultados alcançados. 2. A avaliação das aprendizagens das crianças será orientada pelos princípios formativos estabelecidos no Currículo da Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. Este

processo consistirá no acompanhamento contínuo das aprendizagens infantis, bem como na reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes, com ênfase na observação e na escuta ativa, visando à compreensão do desenvolvimento integral das crianças, por meio de registros pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Educação em Tempo Integral para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I/anos iniciais, constitui um compromisso decisivo com o futuro das crianças e com o desenvolvimento educacional do município. Ao abordar elementos essenciais como infraestrutura, formação de docentes e fornecimento de materiais didáticos, almejamos criar um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento pleno. Por meio de uma abordagem democrática, inovadora e arrojada, este plano reflete o empenho na busca pela excelência educacional, reconhecendo a importância primordial dos primeiros anos de vida na formação integral das

crianças, respeitando sua singularidade, estimulando sua curiosidade e promovendo seu desenvolvimento pleno. Ao implementar esta proposta abrangente, nossa intenção não é apenas atender, mas superar as expectativas de atendimento integral, garantindo o desenvolvimento pleno e contínuo dos nossos alunos em tempo integral. Para a realização dessa visão, contamos com o apoio, a colaboração e o compromisso de toda a comunidade, a fim de transformar essa meta em uma realidade concreta e duradoura.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, Lei nº 13.005/2014. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. **Plano Municipal de Educação (PME)**, Lei nº 495/2015. Brasília: Câmara de Vereadores, 2015.

https://www.saopedrodacipa.mt.gov.br/historia/

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988:

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Brasília, DF.,, 2023.

SOARES, S. M. Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos. São Paulo: Omnisciência, 2017.

MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem significativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Práticas cotidianas para a educação infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Maria Carmen Silveira Barbosa (consultora). Brasília, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO 4°. ADITIVO DO CONTRATO 052-2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL-MT – CNPJ 01.614.225/0001-09

Fica revogado a publicação do Extrato do 4°. Aditivo do contrato administrativo n°. 052/2023, constante na Edição 4.719 as folhas 802, datado em 17/04/2025, que por um lapso, fora encaminhada equivocadamente.

PORTARIA Nº 594/2025.

PORTARIA Nº 594/2025.

EXONERA A SERVIDORA ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA, DO CARGO DE PROFESSOR GRADUADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a(o) servidor(a) ISTAINING WILCIESLAINE BARBOSA TEIXEIRA, portador (a) do CPF nº 043.XXX.XXX-76, do cargo de PROFESSOR GRADUADO, do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação e Cultura do município de Sapezal, a partir de 11 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 1110.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 589/2025.

PORTARIA Nº 589/2025.

TORNAR PÚBLICO O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido da servidora conforme abaixo:

Nome MARIA EDJANNE DA SILVA RODRIGUES

Matrícula 4405

CPF 040.XXX.XXX- 93

Cargo TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Secretaria EDUCAÇÃO E CULTURA

1ºQuinquênio 21/10/2019 a 20/10/2024

Considerando :O parecer DRH 086/2025 expedido em 09 de abril de 2025, referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade da servidora supracitada.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: gozo de 30 (trinta) dias a partir 01/08/2025 a 30/08/2025, e 60 (sessenta) dias de saldo a reagendar.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência a servidora interessada, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 595/2025.

PORTARIA Nº 595/2025.

EXONERA A SERVIDORA ALESSANDRA DE MELO SILVA, DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por falecimento, a servidora ALESSANDRA DE MELO SILVA, portadora do CPF nº 603.XXX.XXX-04, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal, a partir de 14 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quartoze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 596/2025.

PORTARIA Nº 596/2025.

TORNAR PÚBLICO O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido da servidora conforme abaixo:

Nome TEREZINHA DIAS DOS SANTOS

Matrícula 3941

CPF 854.XXX.XXX- 53

Cargo PROFESSOR GRADUADO

Secretaria EDUCAÇÃO E CULTURA

1ºQuinquênio 01/08/2017 a 31/09/2022

Considerando :O parecer DRH 084/2025 expedido em 08 de abril de 2025, referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade da servidora supracitada.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: gozo de 30 (trinta) dias a partir 01/05/2025 a 30/05/2025, e conversão de 60 (sessenta) dias em pecúnia, finalizando todo o período do quinquênio adquirido.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência a servidora interessada, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quartoze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 158/2024 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 031/2024

Pelo presente instrumento, *nos termos do art. 26 e 27, do Decreto Municipal nº 052/2023, fica* ***AUTORIZADA A SUBSTITUIÇÃO DE MARCA****, requerida pela fornecedora* ***GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,*** *inscrita no* ***CNPJ: 17.472.278/0001-64****, nos seguintes termos:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objeto substituir a marca ofertada para o seguinte item da Ata de Registro de Preços nº 158/2024, conforme segue:

ITEM	CÓD. MATERIAL	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA REGISTRADA	MARCA SUBSTITUTA
34	166096	UN	CATETER PERIFÉRICO INTRAVENOSO N 22 G, CODIFICADO POR CORES, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL. (JELCO / ABOCATH).	HARSORIA	TKL

1.2. A presente substituição ocorrerá em caráter temporário, até que o fornecimento da marca licitada possa ser retomado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a substituição da marca pois, a licitante informa que, devido à indisponibilidade de estoque do produto licitado no fabricante. Nesse sentido, para cumprir com o fornecimento ao Município de Sapezal e evitar o desabastecimento do produto, a empresa licitante propôs a entrega de marca similar. Conforme informado pela equipe da Secretaria de Saúde, a marca substituta atende a todos os requisitos do edital, possuindo preços equiparados conforme pesquisa de valor realizada, tal como estes atendem a demanda para distribuição aos pacientes nas unidades de saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal – MT, 17 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal de Sapezal – MT

PORTARIA Nº 597/2025.

PORTARIA Nº 597/2025.

TORNAR PÚBLICO O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme abaixo:

Nome ADAIR PRIGOL

Matrícula 403

CPF 717.XXX.XXX-00

Cargo TECNICO EM CONTABILIDADE

Secretaria FINANÇAS E ORÇAMENTOS

1ºQuinquênio 05/03/2018 a 04/03/2023

Considerando: a portaria 563/2025 de reconhecimento, da licença prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade do servidor supracitado.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: Gozo de 30 dias a partir 28/04/2025 a 27/05/2025 e saldo de 60 (sessenta) dias a reagendar.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência ao servidor interessado, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quartoze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 598/2025.

PORTARIA Nº 598/2025.

TORNAR PÚBLICO O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido da servidora conforme abaixo:

Nome KEILA FEITOSA DAS NEVES

Matrícula 4391

CPF 703.XXX.XXX-30

Cargo PROFESSOR GRADUADO

Secretaria EDUCAÇÃO E CULTURA

1ºQuinquênio 04/10/2019 a 03/10/2024

Considerando :O parecer DRH 073/2025 expedido em 20 de março de 2025, referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade da servidora supracitada.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: gozo de 30 (trinta) dias a partir 25/08/2025 a 23/09/2025, e 60 (sessenta) dias de saldo a reagendar.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência a servidora interessada, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quartoze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº588 /2025

PORTARIA Nº588 /2025

TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS SERVIDORES PERTENCENTE AO PCCR DA EDUCAÇÃO (LEI 1054/2013) QUE TIVERAM OS REQUERIMENTOS DE ENQUADRAMENTO ANALISADOS PELA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Tornar pública a relação de servidores pertencentes ao quadro da Secretaria de Educação e Cultura que tiveram os requerimentos de enquadramento analisados pela Comissão do Departamento de Recursos humanos nomeados pelo decreto nº 100/2022.

I. ENQUADRAMENTOS DEFERIDOS

NOME MATR. CARGO DE PARA

SAARA FABIOLA JOBINS 4895 PSICOPEDAGOGA A B

EDUARDA MOREIRA 3771 TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL A B

JAQUELINE DA SILVA FERREIRA 3742 TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL B C

CESAR MARTIN RENGIFO CHAVEZ 4436 TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL A B

Art. 2º - Os pagamentos atinentes aos enquadramentos deferidos serão realizados na folha de pagamento do mês da publicação da presente portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 600/2025.

PORTARIA Nº 600/2025.

NOMEAR A SERVIDORA ADRIANA GONÇALVES DOS SANTOS, DO CARGO DE INSTRUTOR CULTURAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a(o) servidor(a) ADRIANA GONÇALVES DOS SANTOS, portador (a) do CPF nº 956.XXX.XXX-44, do cargo de INSTRUTOR CULTURAL, do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Educação e Cultura do município de Sapezal, a partir de 15 de abril do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos quinze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 605/2025.

PORTARIA Nº 605/2025.

EXONERA O SERVIDOR VILMAR DOS SANTOS, DO CARGO ASSESSOR II - VIAÇÃO E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a(o) servidor(a) VILMAR DOS SANTOS, portador (a) do CPF nº 597.XXX.XXX-91, do cargo de ASSESSOR II - VIAÇÃO E OBRAS, do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos do município de Sapezal, a partir de 16 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 148/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal - MT, aos dezesseis dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA N° 603/2025.

PORTARIA N° 603/2025.

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público o servidor MARCIO LEANDRO DOS SANTOS e dá outras providências.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do servidor supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o referido servidor foi avaliado em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o referido servidor obteve a quantia de 594,4 (quinhentos e noventa e quatro inteiros e quatro décimos) pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso III do art. 05° da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 060/2024, que opinou pela aprovação e consequente estabilidade no serviço público do servidor MARCIO LEANDRO DOS SANTOS no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 08/04/2025 do servidor MARCIO LEANDRO DOS SANTOS em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito município de sapezal - MT, aos dezesseis dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587/2025.

PORTARIA Nº 587/2025.

TORNA PÚBLICA A RELAÇÃO DOS SERVIDORES PERTENCENTE AO PCCR DO EXECUTIVO (LEI 1053/2013) QUE TEVE O REQUERIMENTO DE ENQUADRAMENTO ANALISADO PELA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar pública a relação dos servidores pertencente ao quadro da Secretaria de Saúde que teve o requerimento de enquadramento analisado pela Comissão do Departamento de Recursos Humanos nomeados pelo decreto nº 100/2022.

I. ENQUADRAMENTOS DEFERIDOS

NOME MATR. CARGO DE PARA

KELLY DAIANA NUNES DOS SANTOS 2543 AUXILIAR DE CONSULTORIO B C

MARIA VILANE GOMES DA SILVA 2949 TÉCNICO EM ENFERMAGEM A B

Art. 2º - Os pagamentos atinentes aos enquadramentos deferidos serão realizados na folha de pagamento do mês da publicação da presente portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586/2025.

PORTARIA Nº 586/2025.

TORNAR PÚBLICO O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito do Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme abaixo:

Nome DYANARA INGRID DA GAMA RODRIGUES

Matrícula 4141

CPF 055.XXX.XXX-00

Cargo AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Secretaria SAÚDE

1ºQuinquênio 01/01/2020 a 28/02/2025

Considerando o parecer DRH 075/2025 expedido em 21 de março 2025 referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por Assiduidade da servidora supracitada.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: gozo de 90 (noventa) dias, a partir de 23/04/2025 a 21/07/2025, finalizando todo o período do quinquênio adquirido.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência a servidora interessada, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA N° 604/2025.

PORTARIA N° 604/2025.

Reconhece a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público o servidor CLEITON TILP GONÇALVES e dá outras providências.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Município de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que desde a posse do servidor supra, até o presente momento já são decorridos três anos;

Considerando que durante este período o referido servidor foi avaliado em estágio probatório por doze vezes;

Considerando que das avaliações supra o referido servidor obteve a quantia de 587 (quinhentos e oitenta e sete) pontos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, nos termos do inciso III do art. 05° da Lei Municipal nº 1035/2013, o Parecer Jurídico nº 060/2024, que opinou pela aprovação e consequente estabilidade no serviço público do servidor CLEITON TILP GONÇALVES no cargo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Art. 2º. Reconhecer a estabilidade no serviço público, a partir de 08/04/2025 do servidor CLEITON TILP GONÇALVES em razão de sua aprovação nas avaliações de desempenho e pelo decurso do prazo legal de três anos entre a posse até o presente momento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito município de sapezal - MT, aos dezesseis dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585/2025.

PORTARIA Nº 585/2025.

TORNAR PÚBLICO O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido do servidor conforme abaixo:

Nome OSEIAS OLIVEIRA DOS SANTOS

Matrícula 1641

CPF 747.XXX.XXX-20

Cargo MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Secretaria EDUCAÇÃO E CULTURA

Quinquênio 22/03/2018 Á 21/03/2023

Considerando a portaria 661/2023 de gozo concedido em 02/10/2023 a 31/10/2023,e a portaria 1088/2023 em pecunia, referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade do servidor supracitado.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: conversão de 30 (trinta) dias em pecúnia, finalizando todo período do quinquênio adquirido.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência ao servidor interessado, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 584/2025.

PORTARIA Nº 584/2025.

TORNAR PÚBLICO O RECONHECIMENTO DO DIREITO À LICENÇA PRÊMIO DA SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido da servidora conforme abaixo:

Nome MARIA JOSE ALVES BRANDÃO ALMEIDA

Matrícula 3060

CPF 936.XXX.XXX- 20

Cargo PROFESSOR GRADUADO

Secretaria EDUCAÇÃO E CULTURA

2ºQuinquênio 10/12/2018 a 09/12/2023

Considerando :O parecer DRH 083/2025 expedido em 08 de abril de 2025, referente ao período do quinquênio de Licença Prêmio por assiduidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de Licença Prêmio por assiduidade da servidora supracitada.

Art. 2º - Conceder a referida Licença da seguinte forma: gozo de 30 (trinta) dias a partir 02/05/2025 a 31/05/2025, e 60 (sessenta) dias de saldo a reagendar.

Art. 3º - Da presente decisão será dada ciência a servidora interessada, através de publicação nos locais de costume.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapezal, aos onze dias do mês de abril de 2025.

CLAUDIO JOSE SCARIOTE Prefeito Municipal

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 068/2024

Pelo presente instrumento, *nos termos do art. 26 e 27, do Decreto Municipal nº 052/2023, fica* ***AUTORIZADA A SUBSTITUIÇÃO DE MARCA****, requerida pela fornecedora* ***CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,*** *inscrita no* ***CNPJ: 03.652.030/0001-70****, nos seguintes termos:*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUBSTITUIÇÃO

1.1. O presente instrumento tem por objeto substituir a marca ofertada para o seguinte item da Ata de Registro de Preços nº 034/2025, conforme segue:

ITEM	CÓD. MATERIAL	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA REGISTRADA	MARCA SUBSTITUTA
89	146923	UN	NORFLOXACINO – CONCENTRAÇÃO / DOSAGEM 400 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL.	GLOBO BR0268851 CX C 14/GENERICO 1053501640017	PHARMASCIENCE

1.2. A presente substituição ocorrerá em caráter temporário, até que o fornecimento da marca licitada possa ser retomado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a substituição de marca pois, a licitante informa que há indisponibilidade do produto no estoque, sem previsão de reposição. Nesse sentido, informa a Secretaria que para cumprir com o fornecimento ao Município de Sapezal e evitar o desabastecimento dos produtos, aceita a substituição de marca, sendo ratificado pela equipe de fiscalização da ata de registro de preço e Secretário da pasta, de acordo com memorando interno. Conforme informado pela equipe da Secretaria de Saúde, a marca substituta atende a todos os requisitos do edital, possuindo preços equiparados conforme pesquisa de valor realizada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal – MT, 17 de abril de 2025.

CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE

Prefeito Municipal de Sapezal – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 004/2025

COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS PROCESSO SELETIVA SIMPLIFICADO DE PROVA DE TÍTULOS PARACONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGO NO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

Objetivo:

Analisar e pontuar, com base em critérios previamente definidos em edital, os títulos apresentados pelos candidatos inscritos no processo seletivo, conforme o EDITAL DE PROVA DE TÍTULOS SIMPLIFICADO EMERGENCIAL Nº 001/2025 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo anexo II do edital.

Composição:

1. Presidente da Comissão

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Daiana Amorim Cunha

CPF: 031.632.791-39

Responsável por coordenar os trabalhos da comissão e assinar os pareceres finais.

2. Membro Técnico-Pedagógico

Técnico da Secretaria de Educação ou coordenador pedagógico

Titular: Dilma Paulino de Almeida

CPF: 832.869.421-20

Avaliará a coerência dos títulos com o cargo pleiteado.

3. Representante Escolar

Diretor ou coordenador pedagógico de uma das unidades escolares municipais.

Titular: Aurilene Maciel Ribeiro Milhomem

CPF: 933.067.681-20

Contribui com a análise prática da aplicabilidade dos títulos ao contexto escolar local.

4. Servidor Administrativo da Prefeitura (Setor do RH /recursos humano)

Responsável por auxiliar no controle da documentação e na conferência de prazos e requisitos formais.

Titular: Raquel Alves dos Santos

CPF: 933.067.681-20

5. Suplente(s)

1 ou 2 suplentes para substituição em caso de impedimento ou ausência dos membros titulares.

Tarsila Sanches de Andrade

CPF:086.617.867-89

Lília Guimarães de Souza

CPF: 020.850.641-08

Funções da Comissão:

Conferir a autenticidade e validade dos títulos apresentados;

Aplicar os critérios de pontuação previstos no edital;

Elaborar relatório com a pontuação individual de cada candidato;

Garantir a impessoalidade, legalidade e transparência do processo.

Serra Nova Dourada/MT, 15 de abril de 2025.

Registre-se

e

Publique-se

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Antônia Pereira Luz.

PORTARIA Nº 012-2025 DE 17 DE ABRIL DE 2025 CMSND

PORTARIA Nº 012-2025 DE 17 DE ABRIL DE 2025

"Dispõe sobre o adiamento da sessão ordinária no âmbito da Câmara Municipal de Serra Nova Dourada – MT"

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o dia 21 de abril é feriado nacional, em comemoração a Tiradentes;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do calendário legislativo em razão do referido feriado; **RESOLVE:**

Art. 1º Fica adiada a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Serra Nova Dourada originalmente agendada para o dia **21 de abril de 2025**, para o dia **28 de abril de 2025 (segunda-feira)**, no horário regimental.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Serra Nova Dourada, 17 de abril de 2025.

Charley Batista de Souza

Vereador Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 003 DE 17 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE:

DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL – FEAS MT 2024, DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, por meio da Conselheira Presidente: Ariella Alves Porto da Silva Lopes.

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que o CMAS aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º- Fica aprovada a prestação de contas do Cofinanciamento Estadual FEAS MT 2024, conforme a reunião do dia 16 de Abril de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor desta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada – MT, 17 de Abril de 2025.

Ariella Alves Porto da Silva Lopes.

Presidente do CMAS.

Serra Nova Dourada - MT

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO POR TÍTULOS Nº 001/2025 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA NOVA DOURADA – MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas;

Considerando a necessidade de compor o quadro de servidores para aulas residuais e substituições aos afastamentos legais, pertencentes ao quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2025 e demais providências;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Lei nº 11.494/2007 – FUNDEB e suas alterações;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de aulas na Rede Pública Municipal de Ensino, conforme disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 05, de 01 de abril de 2010, que trata da Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Serra Nova Dourada – MT;

Considerando a necessidade de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais e assegurar o compromisso com a qualidade, os interesses e os objetivos fundamentais da Educação Básica, pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado;

Resolve tornar público o chamamento para composição do Cadastro Emergencial para os cargos e/ou aulas, conforme necessidade constante nos anexos deste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado visa à formação de cadastro de reserva e ao provimento temporário de vagas, conforme necessidade da administração pública.

1.2. A contratação será por tempo determinado, com prazo de validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.3. A jornada semanal será de 30 (trinta) horas professor pedagogo Ensino Fundamental I, com remuneração mensal de R$ 4.999,97 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

1.4 A jornada semanal será de 20 (vinte) horas professor pedagogo EJA (Educação de Jovens e Adultos), com remuneração mensal de R$ 3. 333,20 (três mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos).

1.5 A jornada semanal será de 40 (quarenta) horas Nutricionista, com remuneração mensal de R$ 5.356,85 (cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)

Paragrafo Único: A carga horária de Nutricionista será 30 (trinta) horas semanais na Educação e 10 (dez) horas semanais na Saúde.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Educação no período de 23 a 24 de abril de 2025, sendo no dia 23 de abril das 08h às 11h e das 14 às 17h, no dia 23 de abril das 8 às 11h, situada no Paço Municipal, Rua 3, s/n, Serra Nova Dourada – MT.

2.2. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar:

Ficha de inscrição preenchida (modelo disponível no local);

Cópia do RG e CPF

Cópia dos títulos e comprovantes de escolaridade exigidos;

Comprovante de experiência profissional, se houver.

2.3. A documentação apresentada será analisada pela Comissão de Avaliação designada pela Secretaria Municipal de Educação.

3. DOS CARGOS E REQUISITOS

Cargo: Professor Pedagogo

Requisitos: Licenciatura plena em Pedagogia.

Vagas disponíveis:

05 vagas para Ensino Fundamental I;

02 vagas para EJA (1º ao 5º ano), com experiência comprovada;

01 vaga para Pedagogo com pós-graduação em Psicopedagogia.

Cargo: Nutricionista

Requisitos: Licenciatura em Nutrição.

Vagas disponíveis:

01 vaga.

As atribuições dos cargos constam no Anexo III deste edital.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O processo seletivo será realizado por avaliação de títulos, conforme critérios estabelecidos no Anexo II.

4.2. A nota final será a soma dos pontos obtidos na análise documental.

4.3. Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios, sucessivamente:

Maior pontuação no critério de experiência profissional na função;

Maior pontuação em formação acadêmica específica;

Maior idade (considerando dia, mês e ano de nascimento);

Persistindo o empate, será realizada entrevista pedagógica com a Coordenação da Unidade Escolar.

4.4. A entrevista será de caráter eliminatório.

5. DO RESULTADO E DOS RECURSOS

5.1. O resultado final será divulgado na Imprensa Oficial da AMM – Associação dos Municípios do Mato Grosso do Centro, e afixado no Mural da Prefeitura Municipal e no Mural da Escola.

5.2. O prazo para interposição de recursos será de 2 (dois) dias úteis após a publicação do resultado.

5.3. A análise dos recursos será realizada pela Comissão de Avaliação no prazo de até 1 (um) dia útil após o encerramento do prazo recursal.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A convocação dos aprovados obedecerá à ordem de classificação e à necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

6.2. Os candidatos não convocados formarão cadastro de reserva e poderão ser chamados durante a validade do processo.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A inscrição do candidato implica o conhecimento e a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

7.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Serra Nova Dourada – MT, 17 de abril de 2025.

Antônia Pereira Luz

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

ANEXO I – CRONOGRAMA

Ord.	EVENTO/DESCRIÇÃO	DATA	LOCAL
01	Publicação do Edital de abertura do Cadastro Emergencial	17/04/2025	Imprensa Oficial da AMM – Associação dos Municípios do Mato Grosso do Centro, e afixado no Mural da Prefeitura Municipal e no Mural da Escola.
02	Período de Inscrição dos candidatos e entrega de cópia da documentação.	23/04 a 24/04/2025 das	Formulário de Inscrição da Unidade Escolar pretendida conforme Anexo II
03	Período de análise dos documentos.	24/04/2025	Unidade Escolar
04	Entrevista (somente em caso de empate)	25/04/2025	Unidade Escolar

04	Publicação do Resultado da Classificação Final	26/04/2025	Imprensa Oficial da AMM – Associação dos Municípios do Mato Grosso do Centro, e afixado no Mural da Prefeitura Municipal e no Mural da Escola.
05	Recurso	29/04/2025	
06	Atribuição no cargo	02/05/2025	Unidade escolar (Escola Municipal Ana Ribeiro de Sousa).

ANEXO II – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Item	Descrição	Pontuação por item	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
1	Curso de Pós-Graduação lato sensu na área da educação (mín. 360h)	2,0 pontos	2,0 pontos	
2	Curso de Pós-Graduação na área específica do cargo	2,0 pontos	2,0 pontos	
3	Curso de Formação Continuada na área da educação (mín. 40h, últimos 5 anos)	0,5 ponto cada	2,0 pontos	
4	Experiência profissional comprovada na função pleiteada (6 meses ou mais)	0,5 ponto por 6 meses	2,0 pontos	
5	Curso de informática básica ou tecnologias educacionais (mín. 40h)	0,5 ponto	0,5 ponto	
	TOTAL GERAL		8,5 pontos	

ANEXO III – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

As atribuições específicas dos cargos serão definidas e publicadas oportunamente, por meio de ato complementar expedido pela Secretaria Municipal de Educação, conforme legislação vigente.

1. Professor Pedagogo – Ensino Fundamental I 30 (trinta) horas semanais, conforme descrito na Lei Complementar nº 001 de 28 de novembro de 2013.

2. Professor Pedagogo – EJA (1º ao 5º ano) 20 (vinte) horas semanais conforme termo de adesão aceito pelo município.

3. Professor Pedagogo com Pós-graduação em Psicopedagogia 30 (trinta) horas semanais, conforme descrito na Lei Complementar nº 037 de 06 de fevereiro de 2025.

4. Nutricionista com formação na área, 40 (quarenta) horas semanais, conforme descrito na Lei Complementar nº 037 de 06 de fevereiro de 2025.

DECRETO Nº 017/2025

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO PAÇO MUNICIPAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Sr **ELSON FARIAS DE SOUSA** no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre o horário de funcionamento administrativo e de atendimento ao público do Paço Municipal, **a partir de 22 de abril de 2025.**

Art. 2º - Art. 2º - Fica estabelecido que o Paço Municipal funcionará pelo período de 60 (sessenta) dias das **07h às 11h e das 13h às 17h.**

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada – MT 17 de abril de 2025.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2025-2028

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

PORTARIA Nº 839, DE 18 DE MARÇO DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **para atuarem como** fiscais para o **CONTRATO Nº 010/2025** originadas do processo licitatório **INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025,** com a finalidade de **"LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA MANUTENÇÃO DE ESTRUTURA ESCOLAR E DE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA – USF PARA ATENDER OS MORADORES DO BAIRRO MARIO RAITER NO MUNICIPIO DE SORRISO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE SORRISO/MT E A EMPRESA RMSO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA."**

Composta pelos seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO:

- TITULAR: LUCIANA BUSSOLARO

- SUBSTITUTO: CÁTIA FREITAS LUCIANO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- TITULAR: PAULA GRASIELE MARTINI

- SUBSTITUTO: LUCIANA DE SOUZA GUERRA

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 28 de janeiro de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 18 de março de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

(*) Republicado por ter saído no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, nº 4.698, de 19.03.2025, página 885, com incorreção no original.

LICITAÇÃO
AVISO DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2025

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **PERON TUR – VIAGENS E TURISMO LTDA,** que se encontra aberta NOTIFICAÇÃO, tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do **CONTRATO Nº 016/2022, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 418/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2021**, cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICIPIO".**

Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos.

paic@sorriso.mt.gov.br. CAROLINA ALVES LEAL OLBERMANN – GESTORA DE CONTRATOS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO *TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 040/2024*

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO E O LIONS CLUBE SORRISO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Av. Porto Alegre nº 2525, Centro, Sorriso – MT, CEP: 78.890-900, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARI GENÉZIO LAFIN**, inscrito no CPF nº 411.319.161-15, doravante denominado simplesmente ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e, de outro lado a **LIONS CLUBE SORRISO,** *pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº* 32.944.878/0001-71*, com sede na Rua* Peixoto de Azevedo, 330 – Bairro Centro Norte, Sorriso - MT, CEP 78.890-141, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **RUDIMAR ROMMEL***, inscrito no CPF nº 391.478.199-87,* **neste ato, denominada de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO, mediante as cláusulas a seguir:**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A celebração do presente Termo Aditivo decorre da permissibilidade prevista na Cláusula Décima Segunda do Termo de Colaboração nº 040/2024, bem como, o Decreto Municipal nº 186/2017 e a Lei Federal nº 13.019/14.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo da Vigência do Termo de Colaboração nº 040/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 040/2024, para com término em **31 de maio de 2025**.

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Termo de Colaboração nº 040/2024, ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele.

E por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Sorriso - MT, 17 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES *Prefeito Municipal* ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	**RUDIMAR ROMMEL** Presidente LIONS CLUBE SORRISO

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ Nome:

_____

CPF: CPF:

PORTARIA Nº 1119, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Altera a Portaria 2.734, de 12 de dezembro de 2024, que designa fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Altera a Portaria n° 2.734, de 12 de dezembro de 2024, e substituir os Sara Pamela Souza Custodio (titular), Leidimara de Oliveira Gomes (substituta) – Secretaria Municipal de Assistência Social, pelas servidoras Jéssica Pasquali Brandolli (titular) e Fabiana de Quadros Giovenardi (substituta), fiscais para as Atas de Registros de Preços n° 349, 350, 351, 352 e 353/2024, originadas do processo licitatório Pregão Eletrônico n° 043/2024, com a finalidade de **"**registro de preços para futura e eventual contratação de serviços gráficos, impressos, carimbos, banners, faixas, adesivos em geral, fornecimento e instalação de película para proteção solar (INSUFILM) predial e automotivo, adesivos em vinil, placas de localização e placas de identificação de veículos para atender a demanda das secretarias municipais da prefeitura municipal de Sorriso-MT."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, APOSTILAMENTOS, RESCISÕES E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO **CONTRATO N.º 042/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2025**

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE SORRISO/MT

LOCADORA: META TECNOLOGIA SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA

DATA: 14/04/2025 VIGÊNCIA 14/04/2025 A 14/04/2026

VALOR TOTAL: **R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL – VÍDEO - WALL COMPOSTO POR MONITORES PROFISSIONAIS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E GARANTIA, PARA O GABINETE DO PREFEITO DE SORRISO -MT.22 DE ABRIL DE 2.02 5 - PUBLIQUE -SE E/OU AFIXE - SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO **CONTRATO N.º 043/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 007/2025**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: D. DE S. NASCIMENTO

DATA: 14/04/2025 VIGÊNCIA 14/04/2025 A 14/04/2026

VALOR TOTAL: R$ 21.349,28 (vinte e um mil trezentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO VIA SATÉLITE STARLINK, A CONTRATAÇÃO DE PLANO MENSAL DE INTERNET, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS, PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DA CONECTIVIDADE E O BOM FUNCIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS ADQUIRIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. **22 *DE ABRIL DE 2.025*- PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE -** BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO **CONTRATO N.º 041/2025 – ADESÃO N.º 002/2025**

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE SORRISO/MT

LOCADORA: SETTE LOCACAO DE SOM LUZ E PALCO LTDA

DATA: 11/04/2025 VIGÊNCIA 11/04/2025 A 11/04/2026

VALOR TOTAL: **R$ 3.679.950,00 (três milhões seiscentos e setenta e nove mil novecentos e cinquenta reais).**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, PAINÉIS DE LED, SONORIZAÇÃO E ESTRUTURAS DE PRATICÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT. 22 *DE ABRIL DE 2. 025*- PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2025**– **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: M. DA GUIA FERREIRA MENDES LTDA

DATA: 10/04*/2025 - VIGENCIA: 10/04/2025 a 27/01/2026*

VALOR TOTAL: R$ 28.602,45 **(**vinte e oito mil seiscentos e dois reais e quarenta e cinco centavos**)**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **DÉCIMO SEXTO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N° 280/2021** – TRANSFERENCIA DE SALDO ENTRE SECRETARIAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

CONTRATADO: ALBERTI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.

DATA: 07/04/2025

TRANSFERENCIA DE SALDOS ENTRE SECRETARIAS NO VALOR TOTAL DE R$ 119.238,10 (cento e dezenove mil duzentos e trinta e oito reais e dez centavos).

OBJETO:CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) EPECIALIZADA(S) PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL S-500 E ÓLEO DIESEL S-10, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL QUE CIRCULAM NOS MUNICIPIOS DE SORRISO-MT, NOBRES-MT E CUIABÁ – MT. 22 DE ABRIL DE 2025. - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO N. º 016/2025**– INCLUSÃO DOS ITENS - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: WM2 COMERCIO E SERVICOS LTDA

DATA: 10/04/2025

VALOR TOTAL: R$ 122.390,87 (cento *e vinte e dois mil trezentos e noventa reais e oitenta e sete centavos)*.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃOE/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO N. º 013/2025**– INCLUSÃO DOS ITENS - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPI S LTDA

DATA: 10*/04/2025*

VALOR TOTAL: R$ 10.937,31 (dezmil novecentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃOE/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO N. º 018/2025**– INCLUSÃO DOS ITENS - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: WM2 COMERCIO E SERVICOS LTDA

DATA: 10/04/2025

VALOR TOTAL: R$ 68.380,43 (sessenta e oito mil trezentos e oitenta reais e quarenta e três centavos).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃOE/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO N.º 015/2025**– INCLUSÃO DO ITEM - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA

DATA: 10*/04/2025*

VALOR TOTAL: R$ 269.183,32 (duzentos e sessenta e nove mil cento e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES.

22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃOE/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO DO **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2025– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SORRISO/MT

CONTRATADO: GUERREIRO MÁQUINAS FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA

DATA: 10*/04/2025*

VALOR TOTAL: R$ 523.917,07 (Quinhentos e vinte e três mil novecentos e dezessete reais e sete centavos)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, MARMORE E MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS SOLICITANTES. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N.º 183/2023 – REAJUSTE ANUAL – CONCORRÊNCA PÚBLICA nº 012/2022**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

CONTRATADO: ZION REAL ESTATE LTDA

DATA: 16/04/2025

REAJUSTE DE R$ 492.893,45 (quatrocentos e noventa e dois mil oitocentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO ARMADO E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GENI TEREZINHA FORGIARINI, LOCALIZADA NO BAIRRO MONT SERRAT NO MUNICÍPIO DE SORRISO/MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO. 22 DE ABRIL DE 2025. - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 314/2024 – REEQUILIBRIO DE VALORES – PREGÃO ELETRÔNICO N° 028/2024**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

CONTRATADO: MEDMASTER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

DATA: 14/04/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS E GERIÁTRICAS, AQUISIÇÃO DE LUVAS PARA PROCEDIMENTOS, FÓRMULAS LÁCTEAS E SUPLEMENTAÇÃO ORAL E ENTERAL, DIETAS LÍQUIDAS, LEITES ESPECIAIS E SUPLEMENTAÇÃO DIANTE DAS NECESSIDADES DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES CARENTES E/OU ACAMADOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (S.U.S.), E USUÁRIOS ASSISTIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL. 22 DE ABRIL DE 2.025 - PUBLIQUE -SE E/OU AFIXE -SE – BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 032/2025

ONDE SE LÊ: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N° 077/2023 – RETIFICAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

CONTRATADO: EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - MTI

DATA: 09/04/2025

VALOR: R$ 348.660,5389 (TREZENTOS E QUARENTA E OITO MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE E- MAIL, PACOTE DE SOFTWARE DE ESCRITÓRIO E ARMAZENAMENTO, DENOMINADA MTI WORKSPACE ECRYPTO, QUE DISPONIBILIZA PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CRIPTOGRAFADA INCLUINDO EDIÇÃO DE ARQUIVOS E APLICAÇÕES, FERRAMENTAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES E AUTOMAÇÕES, BACKUP DE DADOS E OUTRAS FERRAMENTAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO REMOTO, MIGRAÇÃO DE DADOS E TREINAMENTO PARA ADMINISTRAÇÃO DA SOLUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

NO MUNICÍPIO DE SORRISO/MT- 14 DE ABRIL DE 2025. - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LEIA-SE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - PUBLICAÇÃO DE RESUMO **PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N° 077/2023 – RETIFICAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2023**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

CONTRATADO: EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - MTI

DATA: 09/04/2025

VALOR: R$ 348.660,5389 (TREZENTOS E QUARENTA E OITO MIL SEISCENTOS E SESSENTA REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS)

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM SOLUÇÃO INTEGRADA DE E- MAIL, PACOTE DE SOFTWARE DE ESCRITÓRIO E ARMAZENAMENTO, DENOMINADA MTI WORKSPACE ECRYPTO, QUE DISPONIBILIZA PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO CRIPTOGRAFADA INCLUINDO EDIÇÃO DE ARQUIVOS E APLICAÇÕES, FERRAMENTAS DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES E AUTOMAÇÕES, BACKUP DE DADOS E OUTRAS FERRAMENTAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO REMOTO, MIGRAÇÃO DE DADOS E TREINAMENTO PARA ADMINISTRAÇÃO DA SOLUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

NO MUNICÍPIO DE SORRISO/MT- 14 DE ABRIL DE 2025. - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE - BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1090, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Setoriais e Técnicos**,** e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como fiscais do Contrato nº 017/2025, originado da dispensa de licitação nº 004/2025, com a finalidade de “Contratação emergencial de prestadora de serviços de mão de obra de apoio às atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Sorriso-MT”, os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contratos:

Carolina Alves Leal Olbermann – Portaria n° 167/2025.

Fiscal Técnico:

Titular: Marcos Paulo Ribeiro Barreto – Matricula 15453

Substituto: Daiana Bianchini – Matricula 15474

Fiscal Administrativo:

Valquiria Gehlen – Portaria nº 183/2025.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**:**

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
15573	Sebastião dos Santos Luiz	Depto.de Praças e Jardins	Praças e Jardins
15566	Ailton Heringer da Silva	Depto de Obras e Serviços Publicos	Manutenção de Ar Condicionado
15583	Djair dos Santos Lima	Depto de Obras e Serviços Públicos	Limpeza e Pintura de Meio fio
15521	Moacir Chaves Campos	Depto de Limpeza Publica	Coleta de Lixo Seco
15567	Juliano Loureiro Morais	Depto de Pavimentação	Patrulho do Asfalto
15468	Leandro Pereira Marques	Depto de Obras e Serviços Publicos	Pintura Predial
15464	Magno Santana da Silva	Depto de Iluminação Pública	Elétrica Predial/Iluminação Pública
6093	Júlio Cezar de Souza Gomes	Depto de Obras e Serviços Publicos	Coleta de Lixo Orgânico e Coleta Seletiva
15215	Pedro Koling	Depto de Obras e Serviços Publicos	Manutenção e Reparos predial
84	Gilderlan Fernandes Lima	Depto. de Pavimentação	Limpeza de Boca de Lobo e Drenagem
15426	Rosilene Reginato	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Distrito de Primaverinha
15585	Jose Railson de Brito Bezerra	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Limpeza Urbana
100	Ary Alexandre da Silva	Depto. de Pavimentação	Fiscalização
15603	Jose Carlos de Jesus Oliveira	Depto. de Obras Publica	Metalúrgica
12614	Rawena Aureliana de Oliveira	Depto. de Limpeza Publica	Coleta Seletiva / triagem ECO Sorriso
5179	Sergio da Silva Rocha	Depto. De Pavimentação	Terraplanagem
15473	Adriana Cristina Desordi	Depto. de Obras e Serviços Publicos	Compras
15597	Luiz Carlos Tercal	Depto. de Pavimentação	Drenagem
15466	Joao Raimundo Campos	Depto. de Obras e Serviços Públicos	Manutenção e Reparos prediais Saúde
14591	Miqueias Batista de Abreu	Depto. de Obras e Serviços Públicos	Almoxarifado
16648	Fabiana Silva do Nascimento	Proteção Social Básica	CRAS São Domingos
15446	Suzerley Stumpf	Chefe de departamento	Conselho Tutelar
15596	Silvana Bezerra Milan	Proteção Social Básica	CCPI
13207	Neli Mohr Pereira	Proteção Social Básica	AABB
15446	Suzerley Stumpf	Chefe de departamento	Conselho Tutelar
4029	Milana Silva Higino Mendes	Proteção Social Especial	Escritório Social
15446	Suzerley Stumpf	Chefe de departamento	Semas
15446	Suzerley Stumpf	Chefe de departamento	Capela Mortuária

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 979, de 31 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1° de março de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DA DIVULGAÇÃO DA ANÁLISE DE RECURSOS E RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS PROCESSO SELETIVO

A Prefeitura Municipal de Sorriso-MT através do Secretário Municipal de Saúde e da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo de Preceptoria, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria SEMSA nº 001/2025, torna público a divulgação do resultado da analise de avaliação de recursos das inscrições indeferidas do Processo Seletivo de Preceptoria nº 001/2025.

TUTOR/PRECEPTOR – VAGA 01

N°	LOCAL	CARGO	NOME DO CANDIDATO	INSCRIÇÃO
1	SEDE DO MUNICÍPIO	TUTOR/ PRECEPTOR	MONIQUE ELANA DA CONCEIÇÃO MARTINS	DEFERIDO

Sorriso/MT, 17 de abril de 2025.

SILVIA ALVES DE OLIVEIRA GEHRING Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo de PreceptoriaPortaria SEMSA nº 001/2025

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.118, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Outorga retorno da Licença para Tratar de Interesse Particular da servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º Outorgar o retorno da Licença para Tratar de Interesse Particular concedida por meio da Portaria nº 1091 de 11 de maio de 2023, a servidora **Bruna Aparecida Talaveira Avila**, matrícula nº 5873, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Básica – Pedagogia 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1.262, DE 17 DE ABRIL DE 2025

Homologa o Regulamento para o sorteio de prêmios do IPTU 2025, autorizado por meio da Lei nº 3.631/2025, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 3.631/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica regulamentado o sorteio dos prêmios da campanha do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício 2025, conforme estabelece a Lei nº 3.631/2025.

Art. 2º Para fins do presente regulamento serão automaticamente considerados participantes, os contribuintes que efetuaram o pagamento do IPTU/2025 (Imposto Predial e Territorial Urbano) e respectivas Taxas incidentes até o vencimento da última parcela em 08 de outubro de 2025, observado o disposto no art. 3º deste Regulamento, bem como os contribuintes que emitirem o carnê on line até o dia 21/04/2025.

Art. 3º O sorteio será efetuado utilizando-se do Sistema Cumbuca, à vista do público, nas datas definidas neste decreto, em locais que serão previamente e amplamente divulgados pela Administração Municipal.

1º Prêmio R$ 30.000,00 em espécie	Emissão DAM/IPTU pelo site: http://www.sorriso.mt.gov.br/	Para os contribuintes que emitirem o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, referente ao IPTU/2025 exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico http://www.sorriso.mt.gov.br/, até 21/04/2025.
2º Prêmio R$ 30.000,00 em espécie	Cota Única	Para os contribuintes que efetuarem o pagamento do IPTU/2025 em cota única até 08/05/2025.
3º Prêmio R$ 14.000,00 em espécie	Pagamento da 1ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.
4º Prêmio R$ 14.000,00 em espécie	Pagamento da 2ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.
5º Prêmio R$ 14.000,00 em espécie	Pagamento da 3ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.
6º Prêmio R$ 14.000,00 em espécie	Pagamento da 4ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.
7º Prêmio R$ 14.000,00 em espécie	Pagamento da 5ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.
8º Prêmio R$ 30.000,00 em espécie	Pagamento da 6ª Parcela	Para todos os contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU 2025.

§ 1º O sorteio do 1º, 2º e 3º prêmios ocorrerá em data a ser divulgada, logo após o vencimento da cota única, e os demais prêmios após o vencimento de cada parcela, sendo a data e horário de sorteio divulgado na imprensa local.

Art. 4º Não poderão participar dos sorteios do 2º ao 8º prêmio, os contribuintes declarados isentos/imunes, na forma da Lei.

Art. 5º Foram distribuídos 53.433 (cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e três) carnês do IPTU/2025.

§ 1º O sorteio será na forma cumbuca, onde será colocado dentro de um malote devidamente lacrado, na presença de representantes da Comissão Coordenadora, Fiscalizadora e Julgadora, os bilhetes dos contribuintes com direito a concorrer, em cada uma das opções de premiação.

§ 2º Os malotes somente serão abertos no ato do sorteio, com a presença da Comissão Coordenadora, Fiscalizadora e Julgadora e da imprensa.

Art. 6º Serão sorteados 08 (oito prêmios) prêmios, sendo:

1º Prêmio - R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

2º Prêmio - R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

3º Prêmio - R$ 14.000,00 (catorze mil reais);

4º Prêmio - R$ 14.000,00 (catorze mil reais);

5º Prêmio - R$ 14.000,00 (catorze mil reais);

6º Prêmio - R$ 14.000,00 (catorze mil reais);

7º Prêmio - R$ 14.000,00 (catorze mil reais);

8º Prêmio - R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 1º Dos valores estabelecidos acima serão descontados o imposto de renda incidente sobre os prêmios, sendo que os valores líquidos a serem pagos aos contribuintes premiados serão os seguintes:

1º Prêmio - R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);

2º Prêmio - R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);

3º Prêmio - R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

4º Prêmio - R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

5º Prêmio - R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

6º Prêmio - R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

7º Prêmio - R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais);

8º Prêmio - R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

§ 2º Além do desconto do Imposto de Renda, serão descontados o valor do saldo restante do IPTU 2025 e/ou dívidas de anos anteriores com o fisco municipal, inscrita em nome do contribuinte contemplado, de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente.

Art. 7º Os bilhetes serão conferidos por uma Comissão Coordenadora do Sorteio presente no ato do sorteio, conforme descrito no art. 14 deste regulamento.

Art. 8º Os prêmios sorteados serão entregues aos contemplados em solenidade pública, preferencialmente pelo Prefeito Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da realização do sorteio.

Art. 9º Até o recebimento pelo contemplado os prêmios sorteados são pessoais e intransferíveis, salvo, no caso de doação mediante documento com firma reconhecida ou morte do contemplado.

Parágrafo único. Em caso de morte, o direito ao prêmio será transferido aos herdeiros legítimos e a autorização para resgate deverá ser feita através de Alvará Judicial.

Art. 10. Os menores de 18 anos ou incapazes somente receberão os prêmios por intermédio de seus representantes legais.

Art. 11. O direito de receber o prêmio decai em 180 dias contados a partir da data do sorteio.

§ 1º O prazo a que se refere o caput deste artigo será contínuo, excluindo-se da contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º O prazo só inicia ou vence em dia de expediente normal da Prefeitura de Sorriso-MT.

§ 3º O prêmio não retirado no prazo que trata esse artigo, será sorteado entre as escolas municipais e as entidades de assistência social cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12. Para receber o prêmio o contemplado deverá apresentar:

I - Original e cópia do documento de identidade e CPF, comprovante de quitação do IPTU relativo ao exercício de 2025 e de propriedade do imóvel.

II - No caso de procurador, deverá estar munido de procuração por instrumento particular, com firma reconhecida ou instrumento público e do documento de identidade.

III - No caso de ter sido indicada uma instituição para receber o prêmio, poderá recebê-lo o representante legal, devidamente eleito ou nomeado na forma dos estatutos sociais, mediante a apresentação destes e dos documentos pessoais.

Art. 13. O Prêmio em espécie sorteado poderá ser disponibilizado ao contemplado por meio de depósito em conta corrente ou poupança, mantida em instituição do Sistema Financeiro Nacional, cujo titular seja o próprio contemplado.

Art. 14. Cada número sorteado passará pelo crivo dos membros de uma Comissão Coordenadora, Fiscalizadora e Julgadora presente no ato e constituída pelos seguintes membros: Vanice Antonia Fronza, Tedy Wendel Puva, Marcos Aurélio Santos Silva, Leandro Gamla, Daniel Henriquel de Melo Santos e Ladi Valgoi,sendo presidida pelo segundo, que irá validá-lo confirmando a sua autenticidade. As situações relativas aos sorteios, não previstas no presente regulamento, serão resolvidas pela Comissão Coordenadora, Fiscalizadora e Julgadora constituída no artigo anterior.

Art. 15. Este Regulamento terá validade até a data do último sorteio.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNADES

Prefeito

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.088, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Técnicos e Fiscais Setoriais**,** e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como equipe de fiscalização do Contrato nº 30/2023, originado do processo licitatório Pregão Presencial nº 052/2022, Ata de Registro de Preço nº 531/2022, com a finalidade de "Contratação de prestadora de serviços de mão de obra de apoio as atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da prefeitura municipal de Sorriso-MT", os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Carolina Alves Leal Olbermann – Portaria n° 167/2025.

Fiscal Técnico:

Marcos Paulo Ribeiro Barreto – Matrícula n° 15453.

Daiana Bianchin – Matricula n° 15474.

Fiscal Administrativo:

Valquiria Gehlen – Portaria nº 183/2025.

Fiscal Setorial Secretaria Municipal de Assistência Social:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
15446	Suzerley Stumpf	Chefe de departamento	Conselho Tutelar
15448	Luciene da Silva Carvalho Pimenta	Proteção Social Especial	SAM
15452	Isabel de Lurdes Schirrmann	Proteção Social Especial	SAICA I e II
5001	Jamille Emanuelle Foleis Serpa	Proteção Social Básica	Padaria Mun./ Polícia Militar/ SEMAS
16648	Fabiana Silva do Nascimento	Proteção Social Básica	CRAS São Domingos
4911	Marcia Teresinha Zambon Miranda	Proteção Social Básica	CRAS Praça do Céu
15450	Vanessa Rovari Pavan	Proteção Social Especial	CREAS
15596	**Silvana Bezerra Milan**	Proteção Social Básica	CCPI
15435	**Alice Caroline Borsato Souza**	Proteção Social Básica	CRAS Vitória Básica
4029	**Milana Silva Higino Mendes**	Proteção Social Básica	Escritório Social

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria n° 984, de 01 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.111, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Concede Função Gratificada ao servidor que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Função Gratificada FG-15 ao servidor **Francisco Ismael dos Santos**, matrícula nº 1732, efetivo no cargo de Vigilante de Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

CULTURA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025 REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL! PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

POLÍTICA NACIONAL PNAB ALDIR BLANC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO I

CATEGORIAS

1. RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Serão disponibilizadas 10 vagas com valor de R$ 10.000,00 cada.

2. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIA	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS INDÍGENAS OU MULHERES DO CAD ÚNICO	COTAS PCD	TOTAL DE VAGAS	VALOR DO PRÊMIO	VALOR TOTAL
GERAL	5	3	1	1	10	R$ 10.000,00	R$ 100.000,00

Neste Edital, podem se inscrever agentes culturais em geral, que atuem como quaisquer tipos de manifestação cultural.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 02 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA ETAPA DE SELEÇÃO

Avaliação da atuação da entidade cultural

		DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS			PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM
	A partir do portfólio, do formulário de inscrição e demais materiais enviados, e considerando os objetivos de Pontos de Cultura definidos na Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014, art. 6º, I), analisar se a entidade ou coletivo cultural atende aos seguintes critérios:	**Não Atende**	**Atende Parcialmente**	**Atende Plenamente**	
a)	Representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.	0	5	10	100 pontos
b)	Promove, amplia e garante a criação e a produção artística e cultural.	0	2	3	
c)	Incentiva a preservação da cultura brasileira.	0	2	3	
d)	Estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem	0	1	2	

	disponibilizados para a ação cultural.				
e)	Aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais.	0	2	3	
f)	Promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais.	0	2	3	
g)	Garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.	0	2	3	
h)	Assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais.	0	2	4	
i)	Contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades.	0	5	10	
j)	Promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade.	0	3	5	
k)	Estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação.	0	3	5	
l)	Adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.	0	3	5	
m)	Fomenta as economias solidária e criativa.	0	2	4	
n)	Protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias.	0	3	5	
o)	Apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais.	0	3	5	
p)	Realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade.	0	5	10	

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br 742 Assinado Digitalmente
22 de Abril de 2025 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XX | Nº 4.720

q)	As ações da entidade/coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da PNCV, por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada.	0	5	10	
r)	A entidade possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a PNCV.	0	5	10	

Para ser certificada, a entidade precisará alcançar a pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos.

CULTURA VIVA 20 ANOS
PREFEITURA SORRISO CAPITAL NACIONAL DO AGRONEGÓCIO | SEMCT SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 03 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. CATEGORIA E CONCORRÊNCIA EM COTA (CONFORME ANEXO 01)

Marque a cota a qual a entidade ou coletivo cultural entende se enquadrar (observar quais as cotas previstas e exigências para comprovação no Anexo 02 e no Edital):

( ) Pessoa negra (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança negras)

( ) Pessoa indígena (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança indígenas) ou mulheres do CAD único.

( ) Pessoa com deficiência (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança com deficiência)

( ) Ampla concorrência

A entidade ou coletivo tem trajetória comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais, considerando pertinente concorrer pela reserva de vagas, conforme item 7.8 do edital?*

( ) Sim

( ) Não

*A Comissão de Seleção analisará as comprovações enviadas pela entidade na inscrição para avaliar se conta com trajetória comprovadamente ligada às culturas populares e tradicionais.

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

2.1. Nome da entidade ou coletivo cultural:	
2.2. CNPJ (se entidade):	
2.3. Endereço:	
2.3.1. Cidade:	2.3.2. UF:

2.3. Bairro:	2.3. Número:	2.3. Complemento:
2.3.3. CEP:	2.4. DDD / Telefone:	

2.5. E-mail da entidade ou coletivo cultural:

2.6. Página da internet e redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, site, canal no Youtube, etc.):

2.7. A entidade ou coletivo já é certificada pelo Ministério da Cultura, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura? (consultar em www.gov.br/culturaviva)
( ) Sim, como Ponto de Cultura

( ) Não, a entidade ou coletivo pretende ser certificada como Ponto de Cultura por meio do presente Edital

OBS: Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada, a certificação será verificada pelo Ente Federado na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades e coletivos não certificadas, podendo, ou não, ser certificada por meio deste Edital (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).

2.8. Caso a entidade ou coletivo já seja certificada pelo Ministério da Cultura, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, coloque o link do certificado ou envie comprovante (não obrigatório):

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA REPRESENTAÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

3.1. Nome (identidade / nome social):

3.2. Apelido/Nome Artístico, se houver:

3.3. Cargo:

3.4. Gênero:

( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Não desejo informar

3.5. Trata-se de pessoa negra ou de matriz africana ou de terreiro? SIM ( ) NÃO ( )

3.6. Trata-se de pessoa indígena ou de povos e comunidades tradicionais ou mulher si CAD Único? SIM ( ) NÃO ( )

3.8. Trata-se de pessoa com deficiência? SIM ( ) NÃO ( ) 3.8.1. Caso tenha marcado "sim", indique o tipo de deficiência: ( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual
3.9. Endereço:

3.9.1. Cidade:	3.9.2. UF:

3.9.3. Bairro:	3.9.4. Número:	3.9.5. Complemento:

3.9.6. CEP:	3.10. DDD / Telefone:

3.11. Data de Nascimento:	3.12. RG:	3.13. CPF:

3.14. E-mail:
3.15. Página da internet e redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, site, canal no Youtube, etc.):
3.16. Sua principal fonte de renda é por meio de atividade cultural? ( ) Sim ( ) Não
3.17. Qual sua ocupação dentro da cultura?
3.18. Há quanto tempo você trabalha neste setor cultural? ( ) até 2 anos ( ) de 2 a 5 anos ( ) de 5 a 10 anos ( ) mais de 10 anos

4. **EXPERIÊNCIAS DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL**

4.1. Há quanto tempo a entidade ou coletivo cultural atua no setor cultural? ( ) 3 anos ( ) de 3 a 5 anos ( ) de 6 a 10 anos ( ) de 10 a 15 anos ( ) mais de 15 anos
4.2. Os espaços, os ambientes e os recursos disponíveis são suficientes para a manutenção das atividades da iniciativa cultural? ( ) SIM ( ) NÃO

4.3. Quais são os principais desafios/dificuldades que a entidade ou coletivo cultural enfrenta na atuação dentro do seu setor cultural e para manter as atividades?

( ) Administrativos

( ) Estruturais

( ) Geográficos / de localização

( ) Econômicos

( ) Políticos

( ) Sociais

( ) Saúde

( ) Parcerias

( ) Formação

( ) Desinteresse do público

4.3.1. ( ) Outro: _____

4.4. As atividades culturais realizadas pela candidatura acontecem em quais dessas áreas?

( )	zona urbana central	( )	áreas atingidas por barragem
( )	zona urbana periférica	( )	territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( )	zona rural	( )	comunidades quilombolas (terra intitulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Cultural Palmares)
( )	regiões de fronteira	( )	território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiros, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc)
( )	área de vulnerabilidade social	( )	regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH
( )	unidades habitacionais	( )	regiões de alto índice de violência

4.5. A candidatura atua com quais ações estruturantes da Cultura Viva?

( )	intercâmbio e residências artístico-culturais	( )	livro, leitura e literatura

( )	cultura, comunicação e mídia livre	( )	memória e patrimônio cultural
( )	cultura e educação	( )	cultura e meio ambiente
( )	cultura e saúde	( )	cultura e juventude
( )	conhecimentos tradicionais	( )	cultura, infância e adolescência
( )	cultura digital	( )	agente cultura viva
( )	cultura e direitos humanos	( )	cultura circense
( )	economia criativa e solidária	( )	4.5.1. outra. Qual?_____

4.6. A candidatura atua com quais áreas e temas de conhecimento que podem ser compartilhados?

( )	Antropologia	( )	Cultura Popular	( )	Meio Ambiente
( )	Arqueologia	( )	Dança	( )	Mídias Sociais
( )	Arquitetura-Urbanismo	( )	Design	( )	Moda
( )	Arquivo	( )	Direito Autoral	( )	Museu
( )	Arte de Rua	( )	Economia Criativa	( )	Música
( )	Arte Digital	( )	Educação	( )	Novas Mídias
( )	Artes Visuais	( )	Esporte	( )	Patrimônio Imaterial
( )	Artesanato	( )	Filosofia	( )	Patrimônio Material
( )	Audiovisual	( )	Fotografia	( )	Pesquisa
( )	Cinema	( )	Gastronomia	( )	Produção Cultural
( )	Circo	( )	Gestão Cultural	( )	Rádio
( )	Comunicação	( )	História	( )	Saúde
( )	Cultura Cigana	( )	Jogos Eletrônicos	( )	Sociologia

( )	Cultura Digital	( )	Jornalismo	( )	Teatro
( )	Cultura Estrangeira (imigrantes)	( )	Leitura	( )	Televisão
( )	Cultura Indígena	( )	Literatura	( )	Turismo
( )	Cultura LGBT	( )	Livro	( )	4.6.1. Outro. Qual?
( )	Cultura Negra				

4.7. A candidatura atua diretamente com qual público?

( )	Afro-Brasileiros	( )	Mulheres	( )	População de Baixa Renda
( )	Ciganos	( )	Pescadores	( )	Grupos assentados de reforma agrária
( )	Estudantes	( )	Pessoas com deficiência	( )	Mestres, praticantes, brincantes e grupos culturais populares, urbanos e rurais
( )	Agentes culturais, artistas e grupos artísticos e culturais independentes	( )	Pessoas em situação de sofrimento psíquico	( )	Pessoas ou grupos vítimas de violência
( )	Idosos	( )	População de Rua	( )	População sem teto
( )	Imigrantes	( )	População em regime prisional, em privação de liberdade	( )	Populações atingida por barragens
( )	Indígenas	( )	Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro	( )	Populações de regiões fronteiriças
( )	Crianças e Adolescentes	( )	Quilombolas	( )	Populações em áreas de vulnerabilidade social
( )	Juventude	( )	Ribeirinhos	( )	4.7.1. Outro. Qual?
( )	LGBTQIA+	( )	População Rural		

4.7.2. Indique a faixa etária do público atendido diretamente:

( )	Primeira Infância: 0 a 6 anos
( )	Crianças: 7 a 11 anos
( )	Adolescentes e Jovens: 12 a 29 anos
( )	Adultos: 30 a 59 anos
( )	Idosos: maior de 60 anos

4.7.3. Qual é a quantidade aproximada de público atendida diretamente por ano?

( )	até 50 pessoas
( )	de 51 a 100 pessoas
( )	de 101 a 200 pessoas
( )	de 201 a 400 pessoas
( )	de 401 a 600 pessoas
( )	mais de 601 pessoas

4.8. Descreva as atividades desenvolvidas pela entidade ou coletivo cultural. (até 800 caracteres)

4.9. **A entidade ou coletivo cultural representa iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração? Se sim, como?** (até 800 caracteres)

4.10. Quais estratégias a entidade ou coletivo cultural adota para promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural? (até 800 caracteres)

4.11. A entidade ou coletivo cultural incentiva a preservação da cultura brasileira? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.12. A entidade ou coletivo cultural estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.13. A entidade ou coletivo aumenta a visibilidade das diversas iniciativas culturais? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.14. A entidade ou coletivo cultural promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.15. A entidade ou coletivo cultural garante acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.16. A entidade ou coletivo cultural assegura a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.17. A entidade ou coletivo cultural contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.18. A entidade ou coletivo cultural promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.19. A entidade ou coletivo cultural estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.20. A entidade ou coletivo cultural adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.21. A entidade ou coletivo fomenta as economias solidária e criativa? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.22. A entidade ou coletivo cultural protege o patrimônio cultural material, imaterial e promove as memórias comunitárias? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.23. A entidade ou coletivo cultural apoia e incentiva manifestações culturais populares e tradicionais? Se sim, como? (até 800 caracteres)

4.24. A entidade ou coletivo cultural realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade? Se sim como? (até 800 caracteres)

4.25. As ações da entidade ou coletivo estão relacionadas aos eixos estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada? (até 800 caracteres)

4.26. A entidade ou coletivo possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a PNCV? Se sim, quais? (até 800 caracteres)

4.27. A iniciativa cultural é atendida ou apoiada por programas, projetos e ações de governo (municipal, estadual ou federal) ou de organizações não governamentais? Cite quais são. (até 800 caracteres)

4.28. Informe se a entidade ou coletivo cultural já foi selecionada em algum Edital de apoio da Cultura Viva.

( ) Federal ( ) Estadual ( ) Distrital ( ) Municipal ( ) Não foi selecionada

4.17.1. Se já foi selecionada, escreva em qual(is) e o(s) anos(s):

5. DADOS BANCÁRIOS (PARA O CASO DE PREMIAÇÃO)

Nº Banco:	Nome do Banco:	Nº Agência:	( ) conta corrente ( ) conta poupança Nº Conta:	Praça de Pagamento:

Em caso de representante de candidatura como "grupo/coletivo cultural", o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, tendo a pessoa candidata como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas correntes de convênio ou instrumentos similares, contas-fácil ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.

Em caso de candidatura como "entidade", o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular. Para tanto, não poderá ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

5. DECLARAÇÕES

Eu, _____, responsável legal pela entidade ou coletivo cultural ora concorrente, DECLARO, para os devidos fins, e sob as penas da lei que:

1. Estou ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção, zelando pela observância das suas determinações;

2. Estou ciente de todos os regramentos e obrigações previstas no edital, seja nas fases de seleção e habilitação, seja na eventual premiação.

3. Estou ciente de que as informações e documentos apresentados neste processo seletivo são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;

4. Não me enquadro em quaisquer das vedações dispostas no Edital de Seleção;

5. Não existe plágio no projeto apresentado, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido;

6. Autorizo a Secretaria Municipal de Cultura e o Ministério da Cultura a publicar e divulgar, mediante reprodução, distribuição, comunicação ao público e quaisquer outras modalidades de utilização, sem quaisquer ônus, por tempo indeterminado, os conteúdos da inscrição;

7. Estou ciente e de acordo que a publicação e divulgação das matérias poderão ser realizadas inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior, observadas as legislações vigentes de cada país;

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.

Sorriso/MT, _____/_____/ _____.

_____

Assinatura
(Responsável Legal da Entidade Cultural)
NOME COMPLETO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO/COLETIVO CULTURAL

Nós, membros do Grupo/Coletivo Cultural _____ (nome do Grupo/Coletivo Cultural), declaramos que, em reunião realizada em __ de _____ de _____ (dia/mês/ano), fica decidido apresentar a inscrição no Edital de Premiação Cultura Viva, para reconhecimento, valorização e fortalecimento da cultura brasileira.

Nesta reunião, nomeia-se _____ (Representante do Grupo/Coletivo Cultural), portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ (nº do RG) e CPF n° _____ (nº do CPF), como representante e responsável por este Grupo/Coletivo Cultural e pela inscrição da candidatura mencionada.

Assim **AUTORIZAMOS**:

1. o recebimento do prêmio, no valor integral bruto de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, de acordo com as informações indicadas no Formulário de Inscrição (Anexo 11).

Além disso, **DECLARAMOS** estar cientes de que:

2. O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03).”

3. O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT**, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura não se responsabilizarão por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

4. É de total responsabilidade do Grupo/Coletivo Cultural acompanhar a atualização das informações do Edital.

5. O Grupo/Coletivo Cultural cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.

Caso a candidatura seja selecionada, será necessário o envio das cópias do RG e do CPF de **todos** os membros integrantes do Grupo/Coletivo Cultural – apenas maiores de 18 (dezoito) anos - para premiação, na Fase de Habilitação:

1.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

2.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

3.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

4.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:

Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):

5.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

(Acrescentar membros integrantes, conforme composição do Coletivo Cultural)

Sorriso/MT, _____/_____/ 2025.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 05 - MODELO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais - negros ou indígenas)

Eu, _____,
CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO, para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital), que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação no Edital e aplicação de sanções criminais.

Sorriso-MT, _____ de abril de 2025.

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025

REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____,
CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo: "Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"; "Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.".

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Sorriso-MT, _____ de abril de 2025.

_____

ASSINATURA DO DECLARANTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 07 - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO

(ETAPA DE SELEÇÃO E ETAPA DE HABILITAÇÃO)

Nome da Entidade ou coletivo Cultural _____

À Comissão de Seleção,

Venho solicitar revisão do resultado da **Etapa de Seleção/Habilitação** pelos motivos abaixo:

_____
_____
_____
_____
_____.

Termos em que peço deferimento.

Sorriso/MT, _____ de abril de 2025.

_____

Assinatura
(Responsável Legal da Entidade Cultural)
NOME COMPLETO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2025
REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT

CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!
PREMIAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA

ANEXO 8 – CRONOGRAMA DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

AÇÃO	DATA
Publicação do Edital Chamamento Público nº 001/2025 PNAB	17/04/2025
Recursos sobre o Edital Chamamento Público nº 001/2025 PNAB	22/04/2025
Apreciação de recursos sobre o Edital Chamamento Público nº 001/2025	23/04/2025
ETAPA DE INSCRIÇÕES	
Período de inscrições	**23/04/2025 a 05/05/2025**
Análise Técnica documental das propostas inscritas	06/05/2025
Publicação e Homologação do Resultado Final das Inscrições	07/05/2025
ETAPA DE SELEÇÃO	
Período de seleção e avaliação da **atuação da entidade cultural** (critério de certificação para entidades não certificadas) e **avaliação do projeto** apresentado	08/05/2025 a 09/05/2025
Publicação do resultado preliminar da Etapa de Seleção	12/05/2025
Período de recurso da Etapa de Seleção	13/05/2025 a 15/05/2025
Apreciação de recursos da Etapa de Seleção	16/05/2025
Publicação e Homologação do Resultado Final da Etapa de Seleção	19/05/2025
ETAPA DE HABILITAÇÃO DOCUMENTAL	
Convocação dos selecionados para envio dos documentos para Etapa de Habilitação Documental	20/05/2025
Publicação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação Documental	23/05/2025
Período de recurso da Etapa de Habilitação Documental	26/05/2025 a 28/05/2025
Publicação e Homologação do Resultado Final da Etapa de Habilitação	29/05/2025
Convocação e Assinatura do Termo de Compromisso Cultural TCC	30/05/2025
Repasse de pagamentos ao Proponente Selecionado	Até 30/06/2025

O **MUNICÍPIO DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 03.239.076/0001-62, com sede na Avenida Porto Alegre nº 2525, Centro, Sorriso – MT, CEP: 78.890-000, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA,torna público o presente Edital para o desenvolvimento da "REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SORRISO/MT por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.

O presente edital é regido pelo disposto na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 (PNAB), no Decreto nº 11.740, de 18 de outubro de 2023, e Portaria MinC nº 80, de 27 de outubro de 2023 (Regulamentam a PNAB), no Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto de Fomento), na Lei nº 13. 018, de 22 de julho de 2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, e na Instrução Normativa MINC nº 12, de 28 de maio de 2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV).

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras deste edital e como fazer para se inscrever. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.**

1. OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a premiação de projetos, iniciativas, atividades ou ações de Pontos de Cultura, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva. Trata-se, portanto, de reconhecimento pela contribuição já realizada por Pontos de Cultura (com ou sem CNPJ); além de entidades (com CNPJ) e coletivos informais (sem CNPJ) que ainda não são certificadas como Pontos de Cultura, mas que têm características de Pontos de Cultura e serão certificadas por meio deste edital (desde que atendam aos requisitos previstos no item 3).

1.2 O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem necessidade de assinatura de instrumento jurídico, sem prestação de contas, conforme autoriza o art. 41 do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

2. RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao **MUNICÍPIO DE SORRIS/MT** por meio da PNAB, e tem o valor total de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), para a premiação de **10 (dez)** entidades e/ou coletivos, dividido entre as categorias descritas no Anexo I deste edital, no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)** cada prêmio.

2.2. O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03).

2.3. O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03), podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo da entidade, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.

2.4 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, as vagas podem ser ampliadas para contemplar mais inscrições.

3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA

3.1 O Cadastro Nacional de Pontos de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

3.2 Como já indicado, podem participar deste edital entidades e coletivos ainda não certificados como Ponto ou Pontão de Cultura. Para participarem e serem certificadas por meio deste Edital, tais entidades e coletivos deverão:

I. Obter pontuação mínima de 50 pontos (50% do total) dos Critérios de Avaliação (Anexo 2), relacionado ao histórico de atuação da entidade ou coletivo, sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio (relatório com material de comprovação das atividades), da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade ou coletivo, o que lhe caracterizará como “pré-certificada”;

II. Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracterizará como “certificada”;

3.3 Caso a entidade ou coletivo não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação, conforme indicado no item 3. 2., I, a candidatura será desclassificada.

3.4 Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada como Ponto de Cultura, no Formulário de Inscrição, a certificação será verificada pela Secretaria Municipal de Cultura na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades e coletivos não certificados, podendo, ou não, ser certificado como Ponto de Cultura por meio deste Edital (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).

3.5. Este edital não certificará novos coletivos e entidades como Pontões de Cultura. Caso o coletivo ou entidade participante não seja, anteriormente, certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste edital.

3.6 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT**, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (conforme modelo a ser disponibilizado), após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura.

3.7 A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste edital por parte da Secretaria Municipal de Cultura, não compromete o possível recebimento da premiação.

4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL

4.1 Poderão participar deste edital:

I. Pontos de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ;

II. Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital;

IV. Coletivos informais (sem constituição jurídica), representados por pessoas física, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste edital.

4.1.1. Em todos os casos, é necessário que as entidades e coletivos comprovem, no mínimo, 3 (três) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios;

5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL

5.1 Não podem participar do presente Edital:

I. coletivos informais representados por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;

II. pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);

II. instituições privadas com fins lucrativos;

III. Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;

IV. Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);

V. Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

VI. Instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);

VII. Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais:

a. que não possuam comprovada experiência de, no mínimo, 2 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local;

b. que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:

i. agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

ii. servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federativo, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

iii. membro do Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas da União (Auditores e Conselheiros), ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

VIII. Partidos políticos e suas instituições;

IX. Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e

X. Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta.

Atenção! Membros de entidades e coletivos que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 5.1.

Atenção! A participação de membros de entidades e coletivos em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

6. ETAPA DE INSCRIÇÃO

6.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas no período de **18 de abril de 2025 ao dia 30 de abril de 2025,** de forma presencial na Secretaria Municipal de Cultura, localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 543, Bairro Centro-Sul, Park Shopping Sorriso, 2º piso, mediante a entrega da proposta e documentos em **envelope lacrado e fora do envelope em anexo duas vias do Ofício de Encaminhamento** dirigida à Comissão Municipal de Análise Técnica de Projetos Culturais de Sorriso/MT, nomeadas pela Portaria Municipal nº 003-2025, de 11 de abril de 2025. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos, nem fora do prazo.

6.2 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:

I. Formulário de Inscrição (conforme Anexo 3 deste edital);

II. Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural ou coletivo há pelo menos 3 (três) anos, por meio de informações sobre as ações da entidade ou coletivo cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros. É importante que pelo menos 1 (uma) comprovação indique data anterior a 3 (três) anos em relação à publicação deste edital (ou seja, anterior a 05 de maio de 2022). Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade ou coletivo. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação (Anexo 2);

III. Em caso de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, juntar a "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural” (Anexo 4), preenchida, assinada (de forma eletrônica, de próprio punho ou com a impressão digital) por todos os membros do grupo/coletivo cultural que indicarem a pessoa física representante e assinarem a Declaração;

III. Autodeclarações das pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas ou pessoas com deficiência, conforme modelos constantes nos Anexos 07 e 08, quando a entidade ou coletivo optar por concorrer às cotas. As autodeclarações deverão ser das pessoas:

do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição (no caso de entidades com constituição jurídica); ou integrantes do coletivo informal;

IV. Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação da inscrição.

6.3 A entidade ou coletivo cultural deverá se candidatar para apenas 1 (uma) categoria, de acordo com o Anexo 1 deste Edital. No caso de envio de mais de uma inscrição, na mesma categoria ou em diferentes categorias, será considerada apenas a última inscrição enviada para análise.

6.5 As entidades ou coletivos que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.

6.6 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por meio da Secretaria Municipal de Cultura não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários.

Atenção! Ao se inscrever, a entidade ou coletivo cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da **Lei 13. 018/2022 (Política Nacional de Cultura Viva - PNCV), da Instrução Normativa MinC nº 08/2016 e Instrução Normativa MinC nº 12/2024 (regulamentam PNCV), da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).**

7. COTAS

7.1 Ficam garantidas, conforme descrito no anexo 1, cotas em todas as categorias deste edital para:

a. pessoas negras (pretas e pardas): 25% (vinte e cinco por cento) das vagas;

b. pessoas indígenas: 10% (dez por cento) das vagas;

c. pessoas com deficiência: 5% (cinco por cento) das vagas;

7.2 As cotas serão destinadas

I. às entidades (com CNPJ) que possuam quadro de dirigentes majoritariamente (cinquenta por cento mais um) composto por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;

II. para os coletivos informais (sem CNPJ) que sejam compostos majoritariamente (cinquenta por cento mais um) por pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

7.3 As pessoas físicas que compõem a direção da entidade ou o coletivo informal proponente devem se submeter aos regramentos descritos neste Edital.

7.4 As entidades e coletivos culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.

7.5 As entidades e coletivos culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para serem selecionadas no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

7.6 Em caso de desistência de entidades e coletivos optantes selecionadas nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por entidade ou coletivo que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

7.7 No caso de não existirem inscrições aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das cotas, o número de premiações restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

7.7.1 Caso não haja entidades e coletivos culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

7.8. Deverão ser premiadas, no mínimo, 30% (trinta por cento) de inscrições apresentadas por entidades e coletivos com trajetória declarada e comprovadamente ligadas às culturas populares e tradicionais. Este percentual pode ser composto junto às vagas destinadas às cotas

7.9. Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

8. ETAPAS DE ANÁLISE

8.1 As inscrições apresentadas serão analisadas em duas etapas:

1. Etapa de Seleção - onde as candidaturas serão avaliadas, pontuadas e ranqueadas, sendo definidas quais entidades e coletivos serão ou não selecionadas; pré-certificadas ou não certificadas, conforme critérios definidos neste edital. Esta etapa será realizada por comissão de seleção específica, designada por meio de portaria emitida pela Secretaria Municipal de Cultura.

2. Etapa de Habilitação - ser realizada pela Comissão Municipal de Análise Técnica de Projetos Culturais de Sorriso/MT, onde será observado o cumprimento dos requisitos formais e documentais previstos neste edital e em seus anexos. Nesta etapa, serão analisadas somente as candidaturas que,

após a Etapa de Seleção, obtiverem classificação que as coloque em condição de ser Selecionadas; e/ou Pré-Certificadas, considerando os critérios de distribuição e remanejamento dos recursos previsto neste edital.

9. ETAPA DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

9.1 Na etapa de seleção, serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:

I - Entendem-se por entidades e coletivos culturais SELECIONADOS aqueles inscritos que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no Anexo 1, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 2.

II - Entendem-se por entidades e coletivos culturais SUPLENTES aqueles inscritos que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do Anexo 2, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.

II - Entendem-se por entidades e coletivos culturais PRÉ-CERTIFICADOS aqueles que, anteriormente à inscrição neste Edital, não eram certificados pelo Ministério da Cultura, e que, independentemente de serem selecionados ou não, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, relacionados à atuação cultural, segundo regras e critérios descritos no item 3.

9.2 A Seleção das candidaturas inscritas neste edital será realizada por uma **Comissão de Avaliação e Seleção** paritária (ou seja, metade do Poder Executivo e metade da sociedade civil), conforme consta no **Decreto Municipal nº 1.098, de 19 de junho de 2024,** e alterações do **Decreto Municipal nº 1.239, de 14 de março de 2025,** que nomeia membros e presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Todos os membros da **Comissão de Avaliação e Seleção** possuem reconhecida atuação na área cultural, capacidade de julgamento e de notório saber. Preferencialmente, contar com o mínimo de 1 (uma) pessoa da sociedade civil com trajetória ligada às culturas populares e tradicionais.

9.3 Ficarão proibidos de participar da **Comissão de Avaliação e Seleção** as pessoas que:

I. tenham interesse pessoal na premiação de participante deste Edital;

II. tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;

III. tenham participado de entidade ou coletivo inscrito neste Edital nos últimos 2 (dois) anos;

IV. estejam litigando judicial ou administrativamente com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos legais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).

9.4 As proibições previstas no item se estendem ao membro da **Comissão de Avaliação e Seleção** com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.

9.5 A **Comissão de Avaliação e Seleção** vai avaliar as candidaturas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do Anexo 2 deste Edital.

9.6 Caso a entidade ou o coletivo cultural não seja certificado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o item 3, ainda assim a inscrição será avaliada, com publicação da sua pontuação.

9.7 A pontuação máxima de cada candidatura é de até 100 (cem) pontos.

9.8 Cada candidatura será analisada por, no mínimo, 02 (dois) membros da **Comissão de Avaliação e Seleção** (pelo menos um deles deve ser servidor ou funcionário da administração pública), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.

9.9 Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:

I - maior pontuação nos critérios previstos no Anexo 2 (“Avaliação da atuação da entidade cultural”), do “a” ao “r”, nesta ordem;

II - maior tempo de atividades culturais comprovadas na inscrição;

III - mediante sorteio.

9.10 Será desclassificada a candidatura que:

I. não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 6;

II. apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito;

III. não tenha pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos na Etapa de Seleção.

9.11 O resultado preliminar da Etapa de Seleção será publicado no site da Prefeitura de Sorriso, www.sorriso.mt.gov.br, e publicados no DIÁRIO Oficial dos Municípios, https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes, e afixado nos murais do Paço Municipal, bem como da Secretaria Municipal de Cultura.

9.12 Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à **Comissão de Avaliação e Seleção** composta por membros nomeados pelo **Decreto Municipal nº 1.098, de 19 de junho de 2024,** e alterações do **Decreto Municipal nº 1.239, de 14 de março de 2025,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, que deve ser apresentado de forma presencial na Secretaria Municipal de Cultura, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do Decreto 11.453/2023 a contar da publicação do resultado, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

9.13 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

9.14 A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Avaliação e Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no site da Prefeitura de Sorriso, www.sorriso.mt.gov.br, e publicados no Diário Oficial dos Municípios, https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes, e afixado nos murais do Paço Municipal, bem como da Secretaria Municipal de Cultura.

10. ETAPA DE HABILITAÇÃO

10.1. A Etapa de Habilitação é eliminatória, inicia-se com a publicação do resultado final da Etapa de Seleção e será realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção que conferirá se a documentação complementar obedece às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos neste Edital.

10.2 Após o encerramento da ETAPA DE SELEÇÃO, as entidades e os coletivos selecionados e as entidades e coletivos pré-certificados deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção, de forma presencial na sede da **Secretaria Municipal de Cultura,** localizada na Avenida Tancredo Neves, nº 543, Bairro Centro-Sul, Park Shopping Sorriso, 2º Piso, nos dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas.

I. para as entidades e coletivos selecionados:

a) Cópia do Estatuto Social atualizado (em caso de entidade);

b) Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada (em caso de entidade);

c) Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada (em caso de entidade);

d) Cópia do documento de identificação, do CPF e do comprovante de residência da pessoa candidata, de representante do grupo/coletivo cultural ou responsável legal pela instituição privada sem fins lucrativos;

e) Em caso de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, enviar cópia do RG e CPF dos membros do grupo/coletivo cultural que indicaram a pessoa física representante e assinaram a "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural” (Anexo 4) na Fase de Seleção;

II. para as entidades e coletivos pré-certificados, a fim de certificação do Ponto de Cultura:

a. Comprovante de solicitação de ingresso no Cadastro Nacional de Pontos de Cultura (*e-mail* recebido ao enviar o cadastro), sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/acesso-a-info...

b. No caso de entidade cultural (com CNPJ), cópia do Estatuto Social atualizado, visando a identificar se a entidade não se enquadra nas vedações previstas no Art. 9º da Instrução Normativa MinC nº 08 de 2016 e se tem natureza ou finalidade cultural;

10.2.1 A comprovação de endereço para fins de habilitação poderá ser realizada por meio da apresentação de contas relativas à residência, à sede da instituição cultural, se for o caso, e/ou de declaração assinada pelo agente cultural.

10.2.1.1 A comprovação de endereço poderá ser dispensada nas hipóteses de Pontos de Cultura:

I – pertencentes a povos ou comunidades indígenas, quilombolas, ciganas ou circenses;

II – pertencentes à população nômade ou itinerante; ou

III – que se encontrem em situação de rua.

10.2.2 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura consultará, ainda, a ficha do CNPJ das entidades culturais, visando a verificar se estas encontram-se ativas (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).

10.2.3 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura poderá solicitar documentação adicional, caso necessário.

10.2.4 O proponente deverá consultar a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária de modo a resolver eventuais pendências e problemas.

10.3 Será permitida a substituição de representante, desde que conte com a decisão de, no mínimo, a maioria (ou seja, cinquenta por cento mais um) de integrantes do coletivo, sendo a decisão devidamente registrada em nova “Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural”, na fase de habilitação, no prazo para envio de documentação prevista no item 10.2.

10.4 Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência dispostos no item 11 deste Edital.

10.5 Serão inabilitadas as candidaturas que não forem apresentadas na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital, e incidirem nos seguintes casos:

a) entregarem os documentos fora do período de habilitação;

b) não apresentarem os documentos exigidos no item 10.2 deste Edital; e

c) se enquadrarem nas vedações previstas neste Edital.

10.6 O resultado preliminar da Etapa de Habilitação será publicado no site da Prefeitura de Sorriso, www.sorriso.mt.gov.br, e publicados no Diário Oficial dos Municípios, https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes, e afixados nos murais do Paço Municipal, bem como da Secretaria Municipal de Cultura.

10.7 Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Habilitação, caberá recurso destinado à Comissão de Avaliação e Seleção, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, que deve ser apresentado de forma presencial na Secretaria Municipal de Cultura, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III do art. 16 do decreto 11.453/2023 a contar da publicação do resultado, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação.

10.8. O resultado final da Etapa de Habilitação será publicado no site da Prefeitura de Sorriso, www.sorriso.mt.gov.br, e publicados no Diário Oficial dos Municípios, https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes, e afixados nos murais do Paço Municipal, bem como da Secretaria Municipal de Cultura.

11. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS

11.1 Após a conclusão das etapas de análise, não havendo candidaturas classificadas para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota e categoria, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e categorias, obedecendo a pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas, conforme o Anexo 1.

12. DA ETAPA DE PREMIAÇÃO

12.1. O pagamento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.

12.2. Na data do pagamento do prêmio o **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT**, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura verificará a adimplência da pessoa candidata, para a emissão da Ordem Bancária, no que segue:

12.2.1 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura realizará a consulta nos sistemas públicos de verificação de regularidade e solicitará à entidade cultural os documentos e certidões que não estiverem publicamente acessíveis.

12.3 No caso de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, será conferida a adimplência, na data do pagamento, apenas da pessoa física indicada como representante na Carta de Autorização do Grupo/Coletivo Cultural (Anexo 6).

12.4 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura notificará a candidatura selecionada que apresentar situação de inadimplência, de acordo com o item 12.2, e a resposta deverá ser enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação, para resolver a sua situação.

12.5 A candidatura que não atender à notificação ou atendê-la parcialmente, dentro do prazo estipulado no item 12.4, será colocada ao final da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação, observando-se a quantidade de premiações, a distribuição de cotas e categorias definidas nos Prêmios (Anexo 1), a ordem decrescente de pontuação, os critérios de desempate, o prazo de vigência deste Edital e a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício vigente.

12.6 Não receberão recursos públicos as candidaturas que se encontrem inadimplentes.

12.7 Para evitar a concentração dos recursos públicos, visando a equidade, abrangência territorial e ampliação do acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais, conforme disposto no art 1º da Lei 13.018, de 2014, a pessoa física, grupo, coletivo ou instituições culturais sem fins lucrativos premiados não poderão receber dois ou mais Prêmios Cultura Viva, em um período de 12 meses, mesmo que selecionados em editais diferentes ou de entes federados distintos, salvo quando em um mesmo edital de premiação da PNCV, após selecionadas todas as candidaturas concorrentes que não tenham sido premiadas nos últimos 12 meses, ainda haja vagas disponíveis e candidaturas classificadas nessas condições.

12.8 Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou o não cumprimento das exigências do Edital por parte da candidatura selecionada, o prêmio será destinado a outra candidatura classificada, observando-se a quantidade, as categorias e as cotas, a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência deste Edital.

12.9 A ordem de pagamento das candidaturas ocorrerá de forma independente da ordem de classificação do resultado final da Fase de Seleção.

12.10 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária específica.

12.11 Em caso de representante de candidatura como “grupo/coletivo cultural”, o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, de acordo com o Formulário de Inscrição (Anexo 03), tendo a pessoa candidata como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas correntes de convênio ou instrumentos similares, contas-fácil ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.

12.13 Em caso de candidatura como “entidade”, o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular, de acordo com o Formulário de Inscrição (Anexo 03). Para tanto, não poderá ser indicada conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

12.15 O **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT,** por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura não se responsabilizará por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas premiadas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O prazo de vigência deste Edital será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.

13.2 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão a inabilitação da inscrição.

13.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela **Comissão de Avaliação e Seleção** durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso. Já os casos não previstos neste Edital e constatados durante outras etapas do processo seletivo serão resolvidos pelo **MUNICÍPIO DE SORRISO/MT**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA** juntamente com o **Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso/MT**, por membros nomeados pelo Decreto Municipal nº 1.098, de 19 de junho de 2024, e alterações do Decreto Municipal nº 1.239, de 14 de março de 2025.

13.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade ou coletivo cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.

13.6 A entidade ou coletivo cultural será a única responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.

13.7 As candidaturas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do banco de dados da Secretaria Municipal de Cultura, do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Sorriso/MT, Câmara Temática Setorial de Cultura Popular e do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.

13.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Secretaria Municipal de Cultura e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.

13.9 Os materiais encaminhados não serão devolvidos, cabendo ao órgão responsável pela seleção pública seu arquivamento ou destruição.

13.10 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade ou coletivo cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.

13.11 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à Secretaria Municipal de Cultura.

13.12 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:

● ANEXO 1: Categorias e Cotas;

● ANEXO 2: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;

● ANEXO 3: Formulário de Inscrição

● ANEXO 4: Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural

● ANEXO 5: Modelo de Autodeclaração Étnico-Racial;

● ANEXO 6: Modelo de Autodeclaração para Pessoa com Deficiência;

● ANEXO 7: Formulário para Pedido de Recurso (Etapa de Seleção e Etapa de habilitação);

Sorriso, Mato Grosso, 17 de abril de 2025.

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

MARISA DE FÁTIMA DOS SANTOS NETTO

Secretária Municipal de Cultura

Portaria SEMAD nº 009/2025

FRANCISCO GUIMARÃES FERREIRA CORDEIRO

Presidente da Comissão de Análise Técnica

Portaria SEMCT nº 003/2025

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.120, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de fruição de férias à servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora nominada a seguir fruição de 10 (dez) dias de férias regulamentares.

MAT.	SERVIDORA	PERIODO DE FRUIÇÃO		PERIODO AQUISITIVO	
10246	ALINE BORREGO SOARES	21.05.2025	30.05.2025	01.01.2024	31.12.2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de maio de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

SecretárioMunicipal de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.106, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Transfere para a inatividade o Servidor Angelo Rodrigues, do quadro de servidores ativos do município de Sorriso, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o teor da Portaria nº 029/2025, editada pelo Previso - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Sorriso, a qual concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição;

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir para a inatividade a partir de 17 de abril de 2025, Angelo Rodrigues, matrícula nº 113, empossado no cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe A, Nível XI, em 24 de fevereiro de 1994, sob o regime estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Declarar vago o cargo Auxiliar de Serviços Gerais, que se encontrava preenchida pelo servidor ora aposentado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL Nº 004 DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PRECEPTORIA EM PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM SAÚDE DA FAMILIA E COMUNIDADE Nº 001/2025

A Prefeitura Municipal de Sorriso-MT através do Secretário Municipal de Saúde e da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo de Preceptoria, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria SEMSA nº 001/2025, torna público a divulgação do resultado final e classificação do Processo Seletivo de Preceptoria nº 001/2025.

TUTOR/PRECEPTOR – VAGA 01

N°	LOCAL	CARGO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1	SEDE DO MUNICÍPIO	TUTOR/ PRECEPTOR	MONIQUE ELANA DA CONCEIÇÃO MARTINS	60	1ª APROVADO

Sorriso/MT, 22 de abril de 2025.

SILVIA ALVES DE OLIVEIRA GEHRING Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e Execução do Processo Seletivo de Preceptoria Portaria SEMSA nº 001/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO / GEO-OBRAS
PUBLICAÇÃO TERMO APOSTILAMENTO

PUBLICAÇÃO DO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO N.º 183/2023 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 015/2022. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. CONTRATADO: ZION REAL ESTATE. DATA: 16/04/2025. CONSTITUI OBJETO DESTE TERMO APOSTILAMENTO, REAJUSTE ANUAL DO CONTRATO N.º 183/2023, NO VALOR DE R$ 492.893,45. CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GENI TEREZINHA FORGIARINI. SORRISO MT 17 DE ABRIL DE 2025.PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE. BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 1113, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Técnicos e Setoriais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como fiscais do Contrato nº 017/2025, originado da dispensa de licitação nº 004/2025, com a finalidade de "Contratação emergencial de prestadora de serviços de mão de obra de apoio às atividades operacionais subsidiárias para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Sorriso-MT", os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Carolina Alves Leal Olbermann – Portaria n° 167/2025.

Fiscal Técnico:

Andressa Santos da Silva Medeiros - Matricula n° 15408

Vanessa dos Santos Dallagnol Maschio – Matricula n° 312.

Fiscal Administrativo:

Valquíria Gehlen – Portaria nº 183/2025.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Saúde:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
6492	Roseli de Fatima Rodrigues Dias	Depto. Atenção Básica	USF I - São Domingos
1952	Cátia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF II - Vila Bela
1976	Maria Aparecida de Souza Nunes	Depto. Atenção Básica	USF III – Jardim Primavera
6146	Erickson Guilherme Senter Schmidt	Depto. Atenção Básica	USF IV - Bela Vista
3052	Janaina Wolff Santin Borth	Depto. Atenção Básica	USF V – Distrito Boa Esperança
1871	Moíses Ferreira Gomes	Depto. Atenção Básica	USF VI – Ana Neri
3086	Aline Santos de Oliveira	Depto. Atenção Básica	USF VII - Jardim Amazônia
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF VIII – São Mateus
2432	Angela Cristina Gardin de Melo Brito	Depto. Atenção Básica	USF IX – Benjamin Raiser
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF X – Jardim Carolina
1360	Fernanda da Silva Marques	Depto. Atenção Básica	USF XI – Jardim Europa
225	Hirley Maria Braga	Depto. Atenção Básica	USF XII – Bom Jesus
3095	Sonia Aparecida de Souza Dupin	Depto. Atenção Básica	USF XIII – Cetro Sul
6534	Lucimar Nunes Pereira	Depto. Atenção Básica	USF XIV – Centro Norte
3876	Pedro Luiz Subtil Pelle	Depto. Atenção Básica	USF XV – Distrito Primavera
6154	Aparecida de Lourdes Chinez	Depto. Atenção Básica	USF XVI – Fraternidade
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XVII - Nova Aliança
6436	Ikaro Fachi	Depto. Atenção Básica	USF XVIII – Jardim Itália
6506	Hosana Rodrigues de Oliveira	Depto. Atenção Básica	USF XIX – São José
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XX - Rota do Sol
6501	Ana Cássia Oliveira de Deus Machado	Depto. Atenção Básica	USF XXI – Jonas Pinheiro
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXII – Novos Campos
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXIII – Nova Integração
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXIV – Mario Raiter
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXV – Anézia Biazinn
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXVI – Santa Clara
4207	Maricleia Rodrigues	Depto. Atenção Básica	Unidade de Saúde Área Descoberta
6443	Andrea Lino Lopes	Depto. Atenção Básica	PACS União
202	Elizabet Muller Marcondes	Depto. Atenção Básica	Unidade de Saúde Caravágio
4305	Marielli Machado Kaminsk	Depto. Atenção Básica	USF- Jardim Aurora
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	Unidade Estendida Santa Clara
7165	Claudete Damasceno da Silva	Depto. Vigilância em Saúde	Vigilância Ambiental
291	Regina Cleia Telles	Depto. Assistência Especializada	AME
15405	Wesley Faber Romão Siqueira	Depto. Assistência Especializada	UPA
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	CAPS

3884	Graziela Derbli Da Silva	Depto. Assistência Especializada	Centro de Reabilitação Renascer
1735	Fatima Arlete Zolet Steinmetz	Depto. Assistência Especializada	SAE
5012	Vanina Tavares Muller	Depto. Assistência Farmacêutica	CAF
2551	Luciana Bussolaro	Saúde Bucal	CEO
15406	Ítala Cristielly Ferraz Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia São Domingos
15406	Ítala Cristielly Ferraz Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Central
258	Marcello Faleiro da Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Jardim Primavera
3883	Prisilla Diel Bobrzyk	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Rota do Sol
5004	Paulo Jose Gamba de Oliveira	Depto.Assistência Especializada	Laboratório Municipal
12741	Luciana Azevedo da Silva Gomes	Depto.Assistência Especializada	Integrar
3083	Katia Cristina Dal Pra	Depto. Vigilância em Saúde	Rede de Frio
4206	Danilo Francisco Gonçalves	Gabinete do Secretário	Central de Regulação
1817	Gisele Cristina dos Santos Silva Lima	Gabinete do Secretário	SEMSAS
16649	Marystela Mamore Balbino	Depto. Vigilância em Saúde	Vigilância Sanitária
217	Genivaldo Oliveira Magalães	Gabinete do Secretário	Transporte
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	UPA Zona Leste
241	Ligia Souza Leite	Núcleo de Apoio Técnico – NAT	Jurídico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de março de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.110, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Concede Função Gratificada ao servidor que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Função Gratificada FG-13 ao servidor **Diego Barcela de Souza**, matrícula nº 7160, efetivo no cargo de Agente de Combate a Endemias, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revoga-se a Portaria n° 690, de 27 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1041, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar **para atuarem como** fiscais para a **ATA Nº 061/2025** originada do processo da **PREGÃO ELETRONICO Nº 038/2024** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E LAUDOS EM ATENDIMENTO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, BEM COMO ATENDIMENTOS CLÍNICOS E EMISSÃO DE ARQUIVO DIGITAL PARA ATENDIMENTO AO E-SOCIAL COM AS INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS, COM FORNECIMENTO DE APLICATIVO DE COLETA DE DADOS ONLINE/OFFLINE E *SOFTWARE* DE GERENCIAMENTO DE DADOS EM SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO PARA REGISTRAR EMISSÃO DE RELATÓRIOS JUNTAMENTE COM *SOFTWARE BUSINESS INTELLIGENCE* PARA MONITORAMENTO DE INDICADORES EM TEMPO REAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO".**

Composta pelos seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

TITULAR: ELLEN CARLA DA COSTA ZORZI

SUBSTITUTO: LEONICE FRANCIOSI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO:

TITULAR: FRANCIELE FABIANA GONCALVES

SUBSTITUTO: VANESSA DOS SANTOS DALL AGNOL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: ADRIANA BUFFON RIBAS DE CAMPOS

SUBSTITUTO: LUANA GRAZIELE TRINDADE ZANDER

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 02 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.117, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Outorga retorno da Licença para Qualificação Profissional concedida a servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e;

R E S O L V E:

Art. 1º. Outorgar o retorno da Licença para Qualificação Profissional concedida por meio da Portaria nº 521, de 14 de fevereiro de 2025, a **Alessandra Carla Cassol Dal Maso**, matrícula nº 371, ocupante do cargo de provimento efetivo Professora de Educação Básica – Pedagogia 40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de abril de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.109, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Revoga a função gratificada concedida ao servidor que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Função Gratificada FG-13, concedida ao servidor Lucio Toshicazu Murai, matrícula nº 4321, efetivo no cargo Técnico Administrativo I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal em Exercício

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1105, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Técnicos, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os fiscais técnicos José Railson de Brito Bezerra (titular) e Djair Santos Lima (substituto), para atuarem como fiscais dos Contratos nº 031/2025, 032/2025, 033/2025, 034/2025, responsáveis designados pela Inexigibilidade nº 003/2025, Termo de Credenciamento nº 003/2025, cujo objeto é o credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de horas de máquinas do tipo trator com roçadeira, potência mínima de 75 CV, com conjunto de roçadeira e grade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.112, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Concede Função Gratificada à servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Função Gratificada FG-08 à servidora **Maristela Zanatta**, matrícula nº 156, efetiva no cargo de Assistente Social 40hs, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 967, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como fiscais das **ATAS Nº 045/2025, Nº 046/2025, Nº 047/2025, Nº 048/2025, Nº 049/2025 E N° 050/2025,** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2025** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DESERTOS NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DESCARTÁVEIS, EMBALAGENS, PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

Composta pelos seguintes servidores:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: JAMILLE EMANUELLE SOUZA FOLÉIS SERPA

SUBSTITUTA: RENATA CRISTIANE GONÇALVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE:

TITULAR: JOSÉ ANTÔNIO DE PAULA FERREIRA

SUBSTITUTO: ANDERSON TEIXEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

TITULAR: SANDRONEIA APARECIDA KLAUSS

SUBSTITUTO: SCHEILA BEATRIZ BRITZKE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: AMANDA PACHECO DE A. TEODÓSIO

SUBSTITUTO: CLEIRI REIZ BASILIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER:

TITULAR: ANDERSON MORENO ESPINDOLA

SUBSTITUTO: JÚLIO CESAR MOURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA:

TITULAR: DAVID RONAN DOS PASSOS DA SILVA

SUBSTITUTO: ANA PAULA ALBARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO:

TITULAR: CÁTIA FREITAS LUCIANO

SUBSTITUTO: LUCIANA AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL:

TITULAR: NEEMIAS ALVES DE OLIVEIRA

SUBSTITUTO: JESSE FERREIRA BARROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE:

TITULAR: ORIVALDO HOFFMANN

SUBSTITUTO: RAMIRO PERSSON QUADROS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 19 de março de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 31 de março de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

(*) Republicado por ter saído no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso, nº 4.717, de 15.04.2025, página 1.405, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 1.094, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

Nomeia Comissão para análise e elaboração de Projeto de Lei de reestruturação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do município de Sorriso – AGER, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a Lei nº 2.861, de 18 de junho de 2018, que Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do município de Sorriso – AGER Sorriso,

RESOLVE:

Art. 1º NomearComissão para análise e elaboração de Projeto de Lei de reestruturação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do município de Sorriso – AGER, constituída pelos servidores abaixo:

I) Eslen Parron Mendes- Secretaria Municipal de Administração;

II) Daniel H. Melo - Procuradoria Geral do Município;

III) Cláudio Oliveira- Secretaria Municipal de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação;

IV) Lucyellen Roberta Dias Garcia- Controladoria Geral do Município;

V) Leandro Gamla Nunes- Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 16 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.107, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Transfere para a inatividade a Servidora Zilda Bessa da Silva, do quadro de servidores ativos do município de Sorriso, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o teor da Portaria nº 030/2025, editada pelo Previso - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Sorriso, a qual concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição;

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir para a inatividade a partir de 17 de abril de 2025, Zilda Bessa da Silva, matrícula nº 706, empossada no cargo de carreira de Zeladora, Classe D, Nível XI, em 24 de março de 1995, sob o regime estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Declarar vago o cargo Zeladora, que se encontrava preenchida pela servidora ora aposentada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.115, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Concede licença para tratar de interesse particular à servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 140/2011 de 26/08/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município

de Sorriso, em especial na Subseção VI, Artigo126 e Parágrafos, que prevê concessão ao servidor estável, Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular a Servidora Pública Municipal **Eloelia Pereira Rocha de Souza**, matrícula nº 5100, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Básica – Pedagogia 20hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A licença para tratar de interesse particular concedida a servidora acima identificada é de até 03 (três) anos consecutivos, a partir de 22 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.114, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Concede licença para tratar de interesse particular à servidora que menciona, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 140/2011 de 26/08/2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sorriso, em especial na Subseção VI, Artigo126 e Parágrafos, que prevê concessão ao servidor estável, Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular a Servidora Pública Municipal **Ataice Borges Doarte Militao**, matrícula nº 7720, ocupante do cargo de provimento efetivo de Profissional Técnico Especializado em Linguagem de Sinais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A licença para tratar de interesse particular concedida a servidora acima identificada é de até 03 (três) anos consecutivos, a partir de 22 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 22 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1040, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais**,** e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Danúbia Coradini (titular) e Marina Gritti (substituta), fiscais para as **ATAS Nº 054/2025, 055/2025, 056/2025, 057/2025, 058/2025, 059/2025, 060/2025** originadas do processo do **PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2025** com a finalidade de **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT".**

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data 02 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 09 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1.089, DE 15 DE ABRIL DE 2025.

Designa Fiscais Setoriais**,** e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar para atuarem como equipe de fiscalização do Contrato nº 177/2022, originado do processo licitatório Pregão Presencial nº 098/2021, Ata de Registro de Preço nº 147/2022, com a finalidade de "Contratação de empresa especializada na prestação de mão de obra de apoio administrativo e operacional para atender as demandas da prefeitura municipal de Sorriso-MT", os servidores abaixo descritos:

Gestor de Contrato:

Carolina Alves Leal Olbermann – Portaria n° 167/2025.

Fiscal Técnico:

Marcos Paulo Ribeiro Barreto- Matrícula nº 15453

Daiana Bianchini – Matrícula nº 15474

Fiscal Administrativo:

Valquíria Gehlen– Portaria nº 183/2025.

Fiscal Setorial da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

MAT.	NOME	DEPARTAMENTO	SETOR
6492	Roseli de Fatima Rodrigues Dias	Depto. Atenção Básica	USF I - São Domingos
1952	Cátia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF II - Vila Bela
1976	Maria Aparecida de Souza Nunes	Depto. Atenção Básica	USF III – Jardim Primavera
6146	Erickson Guilherme Senter Schmidt	Depto. Atenção Básica	USF IV - Bela Vista
3052	Janaina Wolff Santin Borth	Depto. Atenção Básica	USF V – Distrito Boa Esperança
1871	Moíses Ferreira Gomes	Depto. Atenção Básica	USF VI – Ana Neri
3086	Aline Santos de Oliveira	Depto. Atenção Básica	USF VII - Jardim Amazônia

1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF VIII – São Mateus
2432	Angela Cristina Gardin de Melo Brito	Depto. Atenção Básica	USF IX – Benjamin Raiser
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF X – Jardim Carolina
1360	Fernanda da Silva Marques	Depto. Atenção Básica	USF XI – Jardim Europa
225	Hirley Maria Braga	Depto. Atenção Básica	USF XII – Bom Jesus
3095	Sonia Aparecida de Souza Dupin	Depto. Atenção Básica	USF XIII – Cetro Sul
6534	Lucimar Nunes Pereira	Depto. Atenção Básica	USF XIV – Centro Norte
3876	Pedro Luiz Subtil Pelle	Depto. Atenção Básica	USF XV – Distrito Primavera
6154	Aparecida de Lourdes Chinez	Depto. Atenção Básica	USF XVI – Fraternidade
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XVII - Nova Aliança
6436	Ikaro Fachi	Depto. Atenção Básica	USF XVIII – Jardim Itália
6506	Hosana Rodrigues de Oliveira	Depto. Atenção Básica	USF XIX – São José
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XX - Rota do Sol
6501	Ana Cássia Oliveira de Deus Machado	Depto. Atenção Básica	USF XXI – Jonas Pinheiro
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXII – Novos Campos
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXIII – Nova Integração
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXIV – Mario Raiter
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXV – Anézia Biazinn
1952	Catia Freitas Luciano	Depto. Atenção Básica	USF XXVI – Santa Clara
4207	Maricleia Rodrigues	Depto. Atenção Básica	Unidade de Saúde Área Descoberta
6443	Andrea Lino Lopes	Depto. Atenção Básica	PACS União
202	Elizabet Muller Marcondes	Depto. Atenção Básica	Unidade de Saúde Caravágio
4305	Marielli Machado Kminsk	Depto. Atenção Básica	USF- Jardim Aurora
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	Unidade Estendida Santa Clara
7165	Claudete Damasceno da Silva	Depto. Vigilância em Saúde	Vigilância Ambiental
291	Regina Cleia Telles	Depto. Assistência Especializada	AME
15405	Wesley Faber Romão Siqueira	Depto. Assistência Especializada	UPA
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	CAPS
3884	Graziela Derbli Da Silva	Depto. Assistência Especializada	Centro de Reabilitação Renascer
1735	Fatima Arlete Zolet Steinmetz	Depto. Assistência Especializada	SAE
5012	Vanina Tavares Muller	Depto. Assistência Farmacêutica	CAF
2551	Luciana Bussolaro	Saúde Bucal	CEO
15406	Ítala Cristielly Ferraz Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia São Domingos
15406	Ítala Cristielly Ferraz Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Central
258	Marcello Faleiro da Silva	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Jardim Primavera
3883	Prisilla Diel Bobrzyk	Depto. Assistência Farmacêutica	Farmácia Rota do Sol
5004	Paulo Jose Gamba de Oliveira	Depto.Assistência Especializada	Laboratório Municipal
12741	Luciana Azevedo da Silva Gomes	Depto.Assistência Especializada	Integrar
3083	Katia Cristina Dal Pra	Depto. Vigilância em Saúde	Rede de Frio
4206	Danilo Francisco Gonçalves	Gabinete do Secretário	Central de Regulação
1817	Gisele Cristina dos Santos Silva Lima	Gabinete do Secretário	SEMSAS
16649	Marystela Mamore Balbino	Depto. Vigilância em Saúde	Vigilância Sanitária
217	Genivaldo Oliveira Magalhães	Gabinete do Secretário	Transporte
6102	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	UPA Zona Leste
6162	Bruna Ferreira Gonçalves	Depto. Assistência Especializada	UPA– Zona Leste
241	Ligia Souza Leite	Núcleo de Apoio Técnico – NAT	Jurídico
16648	**Fabiana Silva do Nascimento**	Proteção Social Básica	CRAS São Domingos
15435	Alice Caroline Borsato Souza	Proteção Social Básica	CRAS Vitória Regia
4029	Milana Silva Higino Mendes	Proteção Social Especial	Escritório Social
15596	**Silvana Bezerra Milan**	Proteção Social Básica	CCPI

Parágrafo único. Os servidores deverão exercer as atividades de gestão e fiscalização conforme disposto na Instrução Normativa SGC n° 001/2022.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 987, de 01 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à data 01 de março de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de abril de 2025.

Assinado Digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário de Administração

GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 1.108, DE 17 DE ABRIL DE 2025.

Nomeia para o cargo comissionado de Chefe de Divisão, e dá outras providências.

Alei Fernandes, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear **Vilmar da Silva**,para o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Saneamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2025.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 17 de abril de 2025.

Assinado digitalmente

ALEI FERNANDES

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

BRUNO EDUARDO PECINELLI DELGADO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1.491, DE 22 DE ABRIL DE 2025.

´´Dá nome a cancha de maia anexa ao Estádio Paulistão de “Cancha de Maia José Cláudio da Silva (Braizão)”, no município de Tabaporã-MT´´.

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela

Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada " Cancha de Maia José Cláudio da Silva (Braizão)" a cancha localizada anexo ao Estádio Paulistão neste município de Tabaporã.

Art. 2º - A denominação de que trata o artigo anterior é uma homenagem à memória e às contribuições de José Cláudio da Silva (Braizão) para o desenvolvimento e o progresso do nosso Município.

Art. 3º - O Pode Executivo Municipal fará a devida sinalização e colocará uma placa, com a inscrição "Cancha de Maia Braizão".

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 22 de abril de 2025.

Carlos Eduardo Borchardt

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, Senhor CARLOS EDUARDO BORCHARDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000013/2025

Modalidade Nr.: 00000001/2025

Classificação:: Pregão Presencial

Data da Adjudicação: 16/04/25

Data da Homologação: 16/04/25

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DESTA PREFEITURA

FORNECEDORES DECLARADOS VENCEDORES:

BERTAMAFE SUPERMERCADO LTDA - ME

CNPJ: 09.677.050/0001-82

Total Fornecedor: R$ 200.598,88 (duzentos mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)

SUPERMERCADO LAURA LTDA

CNPJ: 45.083.675/0001-80

Total Fornecedor: R$ 626.456,44 (seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quarenta centavos)

W. Y SUPERMERCADO LTDA

CNPJ: 54.392.123/0001-44

Total Fornecedor: R$ 40.903,79 (quarenta mil, novecentos e três reais e setenta e nove centavos)

VALOR GLOBAL: R$ 867.959,11 (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove reais e onze centavos)

TABAPORÃ, 16 de abril de 2025

CARLOS EDUARDO BORCHARDT

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 052/2025 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2024

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor **Vander Alberto Masson,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos aprovados e classificados, conforme o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 012/2024, publicado em 26/06/2024 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XIX nº. 4513, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário do Município de Tangará da Serra-MT.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos da Saúde**, situado no **Paço Administrativo Térreo sala 13,** localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, para entrega dos documentos necessários (em ANEXO), para que ocorra a contratação.

	696 – Farmacêutico									
Qtd.	**INSC.**	**NOME DO CANDIDATO**	**RG**	**NASC.**	**Acertos Português**	**Total de Pontos Português**	**Acertos Específicos**	**Total de Pontos Específicos**	**Total**	**CLASSIFICAÇÃO**
5	905	TANISLAYNE LOZANO DA SILVA MENDES	27408566 SSP/MT	11/3/2000	6	24	13	52	76	CLASSIFICADO
6	548	RAFAELLA GARBOSSA VERZA	23277807	12/4/2003	5	20	14	56	76	CLASSIFICADO
7	884	VAGNER FERREIRA BARBOSA	34111123	27/8/1974	4	16	14	56	72	CLASSIFICADO
8	1632	EVILLYN JACINTO TOFANELLI	19574126	20/9/1987	5	20	13	52	72	CLASSIFICADO
9	1583	YASMYN SANTOS GUTERRES	23240725	7/4/1999	4	16	14	56	72	CLASSIFICADO
10	2261	CIMIÉLI VIEIRA CANELA	2475092-1	18/10/1993	3	12	13	52	64	CLASSIFICADO

2.Os candidatos deverão apresentar os documentos **originais e entregar as cópias dos documentos** constantes no item 15 do Edital de abertura, nos dias **23/04/2025 e 24/04/2025 das 07h00 às 10h00 e das 13h00 às 16h00, na sala 13 do térreo do Paço Municipal Administrativo**, localizado na Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, **o exame admissional será definido posteriormente**.

2.1 No ato da contratação o candidato deverá comparecer presencialmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

2.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos **(ORIGINAIS E CÓPIAS) conforme ANEXO.**

2.3 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

2.4 Existindo desistência/eliminação do candidato ou criação de vagas, o Município promoverá tantas convocações e contratações quantas forem necessárias.

2.5 O candidato terá **02 (dois) dias de prazo**, nas datas e horários estipulados no Edital Complementar de Convocação para a entrega da documentação legal exigida no item 15 do Edital de abertura, sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

2.6 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

2.7 Estará impedido de ser contratado o candidato que:

a) deixar de comprovar os requisitos especificados no subitem 15.1 do Edital de abertura;

b) tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos apresentados para a contratação;

c) não comprovar compatibilidade de horários nos casos de acúmulo de cargos públicos de acordo com o artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal.

2.8 A prestação de informação falsa, falsificação ou a não entrega dos documentos eliminará o candidato do certame, a qualquer tempo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

2.9 O não comparecimento do candidato no prazo do edital de convocação e a não apresentação da documentação exigida no subitem 15 do edital de abertura e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

2.10O candidato terá **02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital,** nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

2.11 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no **item em ANEXO** do presente Edital;

c) for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

4. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 17 de Abril de 2025**.**

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Angela Xavier Belizário

Secretária Municipal de Saúde

Marcelo dos Santos Ferro

Secretário Municipal de Administração

ANEXOS:

LISTA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2024.

NOME DO CANDIDATO:----------

TELEFONE:---------- EDITAL DE CONVOCAÇÃO:----------

CARGO:---------- SECRETARIA:----------

INÍCIO:----------

DESCRIÇÃO	STATUS
1. Foto 3X4;	
2. Cópia do RG legível (obrigatório, não pode ser CNH, pois na mesma não consta da data de emissão do RG);	
3. Cópia do CPF;	
4. Comprovante da situação cadastral junto a Receita Federal, site https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/c...	
5. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou União Estável; **Obs**: Em caso de União Estável é obrigatório à apresentação de declaração de União Estável constando os dados pessoais do companheiro (RG, CPF e Data de Nascimento) além da C**ertidão de Nascimento do candidato**;	
4. Cópia do Título de Eleitor legível ou E-Título; site https://www.tre-mt.jus.br/servicos-eleitorais/desc...	
5. Certidão de Quitação Eleitoral no site https://www.tre-mt.jus.br/servicos-eleitorais/desc... caso não consiga emitir no site, solicitar junto ao cartório regional eleitoral);	
6. Cópia da carteira de trabalho e, no caso de estar com registro na CTPS, precisa apresentar comprovante de pedido de rescisão do Contrato de Trabalho em vigência. **Obs.** cópia de frente e verso da página que contém a foto e os dados pessoais, além de todas as páginas de Contrato e a próxima página sem registro;	
7. EXTRATO do PIS/PASEP (pode ser retirado no BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL);	
8. Comprovante de qualificação cadastral; site https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/page...	
9. Cópia do Certificado de Reservista Militar (obrigatório para sexo masculino);	
10. Cópia do Comprovante de residência: ATUALIZADO (Fatura de conta de: Água, luz ou internet), que contenha o número do **"CEP" atualizado;**	

11. Cartão do SUS e a **Carteira de vacinação atualizada do candidato**; **site: https://meususdigital.saude.gov.br/perfil**na opção “meu perfil-cartão nacional de saúde” e na opção inicial “vacinação”.	
12. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH **12.1 Motorista Zona Rural e Urbana: a)** CNH “D”; **b)**Possuir curso de Transporte Escolar; **b)** Curso de Emergência; **c)** Curso de Transporte de Passageiro reconhecido**c)** Curso de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP, todos reconhecimentos pelo DETRAN; **12.3 Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN, para todos os cargos que exigem a CNH.**	
13. Cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo (obrigatório e certificado pelo MEC) Histórico escolar do curso exigido pelo cargo; **13.1** Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC; **13.2** Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME; **13.3** Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME; **13.4** Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;	
14. Para os cargos que exigem formação profissional: Apresentar cópia da **Carteira de Registro Profissional e Certidão** de Regularidade junto ao órgão responsável a qual pertence (Site do Conselho);	
15. Cópia do CPF do Pai, Mãe e Cônjuge e Data de Nascimento do candidato;	
16. Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos;	
17. Cópia do CPF dos filhos; **17.1 Atestado de Vacinação dos filhos menores de 06 anos** (se for o caso); **17.2 Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos** (se for o caso); A cota de salário família será concedido para quem possuir a remuneração mensal de até **R$ 1.819,26**, o qual receberá o valor de R$ **62,04** por filho de até **14 anos ou inválido qualquer idade**, devendo apresentar: **a) Termo de Responsabilidade,** disponível no anexo I; **b) Anual**, no mês de **novembro**, de **caderneta de vacinação obrigatória dos filhos**, **até os 6 (seis) anos de idade**; **c) Semestral**, nos **meses de maio e novembro**, de **frequência escolar para os filhos**, **com mais de 4 (quatro) anos de idade**; Sendo **suspenso o pagamento da cota**, caso **não apresente dos documentos nos meses citado no item 17, a, b e c.**	
18. Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique **número da conta na referida Instituição Financeira**;	
19. Cópia de Informe de Rendimento de Pessoa Física – IRPF completa, e protocolo de recibo de entrega, e se não declarar apresentar declaração de Isenção.	
20. Cópia das Certidões de Causas Cíveis e Criminais de 1º e 2º Grau https://sec.tjmt.jus.br/primeiro-grau/certidao-neg... e https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-segundo...	
21. Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site https://cidadaoonline.tangaradaserra.mt.gov.br/app/pages/certidao/negativa-debito);	
22. Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado; - RH providenciará.	
23. Caso os dependentes sejam: pais, irmãos (ãs) ou enteado (a), somente serão considerados dependentes, mediante comprovação via judicial (Cópia RG, CPF e **comprovação judicial**);	
24. Apresentar documento original e cópia, nos casos dos candidatos que tiveram a isenção da taxa de inscrição;	
25. Apresentar documento original e cópia, nos casos dos candidatos que tiveram a classificação mediante o certificado de proficiência, em conformidade com a legislação federal.	
26. Declarações: **a)** de não acumulo de cargo público; **b)** de bens e valores; **c)** de étnico-racial; **d)** de parentesco **e)** ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br (anexo II, III, IV, V e VI)**	

Tangará da Serra-MT, _____

_____ _____

ASSINATURA DO CANDIDATO NOME COMPLETO DO CONFERENTE

ANEXO I

TERMODE RESPONSABILIDADE – SALÁRIO FAMÍLIA

Eu,__, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob nº _, pelo presente Termo de Responsabilidade, exercendo a representação indicada abaixo, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular a representação do(s) beneficiário(s) relacionado(s) a seguir, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que o evento ocorra. Os eventos a comunicar são: óbito do titular/dependente do benefício ou cessação da representação legal.

Estou ciente de que o descumprimento do compromisso ora assumido, além da obrigação à devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, estarei sujeito às penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal.

Art.171-Obter,parasiouparaoutrem,vantagemilícita,emprejuízoalheio,induzindooumantendo alguémemerro,medianteartifício,ardil,ou qualqueroutromeiofraudulento.

Art.299–Omitir,emdocumentopúblico ouparticular,declaraçãoquedeviaconstar,ouneleinserir oufazerinserirdeclaraçãofalsaoudiversadaquedeviaserescrita,com ofimdeprejudicardireito, criar, obrigação oualterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena-reclusão,deumacincoanos,emulta,seodocumento épúblico,ereclusãodeumatrês anos,e multa,seo documentoéparticular.

Beneficiários:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

Qualidade darepresentação:

( ) Pai ou Mãe ( ) Responsável Termo de Guarda

( ) Administrador Provisório ( ) Procurador

Locale Data: ,/_/

Assinatura:

ANEXO II

DECLARAÇÃO DA FICHA LIMPA

EU,_ inscrito no RG n. _ portador do CPF n. _ residente e domiciliado _ Telefone: _ DECLARO para os devidos fins do Art. n. 1º da Lei Municipal n. 3. 555 de 04 de maio de 2011, que minha nomeação para este cargo:

a. ( ) Não configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa).

b. ( ) Configurará infração nos requisitos de idoneidade que autorizam a contratação de cargos em comissão (Lei da Ficha Limpa). Descrever a situação funcional ___.

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a ocupação de cargo em comissão que atente contra os requisitos de investidura estampados na Lei Municipal n. 3.555 de 04 de maio de 2011 constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra/MT, _____de _____ de _____.

(Nome Completo)

Fone: _____

ANEXO III

DECLARAÇÕES DE GRAU DE PARENTESCO (NÃO NEPOTISMO)

Eu, __, brasileiro(a), ___ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor __, CPF/MF nº ____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, **DECLARO** para os devidos fins do art. 120 da Lei Orgânica do Município de Tangará da Serra/MT e Súmula Vinculante 13 do STF, que minha nomeação para este cargo não configurará NEPOSTISMO, de modo que:

ATESTO a (IN)EXISTÊNCIA de vínculo de parentesco civil (em linha reta, colateral e/ou por afinidade) de até 3º Grau com os seguintes agentes públicos, políticos e servidores:

CARGO	SIM	NÃO	NOME	PARENTESCO
Prefeito				
Vice-Prefeito				
Secretários Municipais				
Vereadores				
Diretores de Autarquia				
Servidores investidos em Cargo de Chefia e/ou Assessoramento				
Defensores Públicos deste Município				
Magistrados deste Município				
Promotores Públicos deste Município				
Demais servidores efetivos				
Servidores Comissionados				
Demais servidores Contratados				

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que nepotismo constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

ANEXO IV

Declaração de Acumulação ou Não de Cargo Público

Eu, ___, brasileiro(a), ___ (estado civil), CI RG nº ___, órgão emissor ___, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___, estado_____, **DECLARO** para os devidos fins do **artigo n. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988**, que minha nomeação para este cargo:

( ) **NÃO CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública.**

( ) **CONFIGURARÁ acumulação remunerada de cargo, emprego ou função pública,** pois ocupo outro cargo público conforme descrito:

Órgão/Entidade	Cargo Ocupado	Carga horaria	Horário de trabalho, (entrada, saída e intervalo)

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que a acumulação ilícita de cargo público constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

Tabela de acumulação lícita de cargo, emprego ou função pública conforme art. 37, inciso XVI da CF.

CARGO	ACUMULA COM
1 – Professor	Professor
	Cargo técnico ou científico
2 – Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.	Cargo privativo de Profissional da Saúde, com profissão regulamentada.

Obs. Em qualquer caso é necessária a compatibilidade de horários entre os cargos acumulados.

ANEXO V

Declaração de Bens e Valores do Nomeado e de Seus Dependentes

ulação de cargo

Eu, ____, brasileiro(a), ____ (estado civil), CI RG nº ____, órgão emissor ____, CPF/MF nº _____, residente e domiciliado ____, nº____, complemento__, bairro__, telefone____, cidade___,estado_____, que doravante passo a integrar o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, para os devidos fins **do artigo n. 14, § 5º, da Lei Complementar n. 006/1994**, **DECLARO**:

( ) **NÃO POSSUIR** bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes.

( ) **POSSUIR** bens de minha propriedade e/ou de propriedade de meus dependentes, conforme relação abaixo:

Bem	Valor

DECLARO ainda que tenho ciência que o crime de falsidade ideológica, do art. 299 do Código Penal pune criminalmente aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

DECLARO saber que realizar falsa declaração de bens constitui ato de improbidade administrativa (arts. 9/12 da Lei n. 8.429/1992).

Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, _____de _____ de _____.

_____

Nome completo

Fone

ANEXO VI

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Para os fins do disposto na Lei nº 14.553 de 20 de Abril de 2023, publicado no DOU de 24/04/2023, que altera os arts. 39 e 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), para determinar procedimentos e critérios de coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho, eu, _____, portador(a) do documento oficial de identificação nº _____, expedido em ____/____/_____, pelo órgão expedidor _____, estando inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Economia sob o nº _____, AUTODECLARO, sob as penas da lei, que sou:

( ) Branco(a)

( ) Preto(a)

( ) Pardo(a)

( ) Amarelo(a)

( ) Indígena

Estando ciente de que em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no art. 299 do Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Tangará da Serra - MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Nome completo

Fone

DECRETO N.º 207, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 356.358,23 (TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6. 706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964, especialmente pela **Lei n.º 6.820, de 16 de abril de 2025.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito Suplementar no valor de R$ 356.358,23 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Gestão Ambiental	**2184**			**50. 433,43**
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00. 1.5000000000	50. 433,43
Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	**2186**			**305. 924,80**
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00. 1.7590000000	305. 924,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**356.358,23**	

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide quadro abaixo:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Implantação, Manutenção e recuperação do Paisagismo Urbano, vegetação de Parques, Canteiros, Rotatórias e Jardins	**2188**			**50. 433,43**
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00. 00.1. 5000000000	50. 433,43
Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	**2186**			**305. 924,80**
		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.3.50.00.00. 00.1. 7590000000	77. 000,00
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00. 00.1. 7590000000	228. 924,80
TOTAL DA REDUÇÃO:			**356.358,23**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa subsidiar readequação orçamentária, com vista a possibilitar investimentos para a continuidade e evolução de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em Tangará da Serra.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 206, DE 16 DE ABRIL DE 2025

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, caput, inciso XLV c/c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.165, de 25 de setembro de 2023, em especial o § 4º do art. 5º, que estabelece: “Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos respectivos segmentos que representam”;

CONSIDERANDO o Memorando n.º 12.410/2025/1Doc;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, para o mandato compreendido entre 14 de abril de 2025 e 14 de abril de 2029, conforme os representantes indicados a seguir:

I – Representante do poder executivo, vinculado à secretaria municipal de educação:

a) Titular: Rafaela Jardini Brandão Possamay

b) Suplente: Waleska Ungaro Duarte Matos

II – Representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes:

a) 1º Titular: Terezinha Leite de Souza

b) Suplente: Tamara Augusta França

c) 2º Titular: Odair Alves Vieira

d) Suplente:Evenize aparecida Dias Sampaio

III – Representantes de pais de alunos:

a) 1º Titular: Deusani da Silva Góes

b) Suplente: Grimônia Martins

c) 2º Titular: Joanilce Rosa de Lima

d) Suplente: Hexmone Ferreira Campos

IV – Representantes indicados por entidades civis organizadas:

a) 1º Titular: Airto Luiz Franchini

b) Suplente: Eduardo Brock

c) 2º Titular: Gustavo Henrique Rodrigues

d) Suplente: Claudinei Eduardo Pereira

Art. 2º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 14 de abril de 2025.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 208, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 62.302,40 (SESSENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964, especialmente pela **Lei n.º 6.824, de 16 de abril de 2025.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito Suplementar no valor de R$ 62.302,40 (sessenta e dois mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Gestão da Cultura Municipal	**2062**			
		Aplicações Diretas	3.3.50.00.00.00.1. 5000000000	62. 302,40
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**62.302,40**	

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide quadro abaixo:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Gestão da Cultura Municipal	**2062**			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1. 5000000000	62. 302,40
TOTAL DA REDUÇÃO:			**62.302,40**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa possibilitar destinar recursos, oriundos do reajuste de objeto de emenda parlamentar destinada na Lei Orçamentária Anual, para formalização de termos de fomento, conforme a necessidade identificada para a execução das ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 209, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 56.969,84 (CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964, especialmente pela **Lei n.º 6.825, de 16 de abril de 2025.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, Crédito Especial no valor de R$ 56.969,84 (cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.13 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

2116 – AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

3.3.90.00.00.00. 2.711.0000000 – Aplicações Diretas.....…….……..……..…R$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00. 2.759.0000000 – Aplicações Diretas.....…….……..…..……..R$ 50.969,84

Total da suplementação...……..……...……...……... ……..…..… R$ 56.969,84

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por superávit financeiro apurado em 31/12/2024 conforme relatório emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda, em anexo a lei em epígrafe.

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Especial, visa destinação de recursos para proporcionar ampliação do custeio de ações para a defesa dos direitos da mulher, no município de Tangará da Serra.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°033/2025

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°033/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3.372/2025 – MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, SANITIZAÇÃO, EXPURGO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos..Realização: 06 de maio de 2025, às 09h00, horário oficial de Brasília. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de Março de 2024, Decreto nº 043 de 01 de Março de 2022,Lei Complementar n°123/2006,Endereço Eletrônico: através da **plataforma – LICITANET –www.licitanet.com.br. Observação: O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia 22 de Abril de 2025, no link** https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br... **Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4831. Tangará da Serra-MT, 17.04.2025. Márcio de Oliveira Lopes – Agente de Contratação / Pregoeiro – Portaria nº 307/2025.**

LEI ORDINÁRIA N.º 6.830, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 7.741.530,20 (SETE MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E VINTE CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

De:

PROGRAMA: 0013 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2304	Manutenção da Atenção Primária em Saúde	R$ 30.463.328,54

PROGRAMA: 0014 – GESTÃO DO SUS		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2301	Gestão das Ações do SUS	R$ 3.654.993,56

PROGRAMA: 0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2305	Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento	R$ 27.299.867,19
2306	Manutenção do Centro de Saúde da Mulher e Especialidades	R$ 5.142.358,63
2309	Manutenção do Hospital Municipal	R$ 48.576.143,12
2310	Manutenção dos Serviços de Atenção Psicossocial (CAPS)	R$ 7.955.411,31

PROGRAMA: 0017 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2320	Gestão das Farmácias Municipais	R$ 2.343.794,45

Para:

PROGRAMA: 0013 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2304	Manutenção da Atenção Primária em Saúde	R$ 31.771.091,52

PROGRAMA: 0014 – GESTÃO DO SUS		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2301	Gestão das Ações do SUS	R$ 3.724.574,13

PROGRAMA: 0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2305	Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento	R$ 30.792.039,80
2306	Manutenção do Centro de Saúde da Mulher e Especialidades	R$ 5.553.989,41
2309	Manutenção do Hospital Municipal	R$ 50.209.601,43
2310	Manutenção dos Serviços de Atenção Psicossocial (CAPS)	R$ 8.685.745,41

PROGRAMA: 0017 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2320	Gestão das Farmácias Municipais	R$ 2.440.385,30

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, Crédito Especial no valor de R$ 7.741.530,20 (sete milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta reais e vinte centavos), destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0014 – GESTÃO DO SUS

2301 – GESTÃO DAS AÇÕES DO SUS

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 69.580,57

Subtotal da Abertura……..……R$ 69.580,57

301 – ATENÇÃO BÁSICA

0013 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

2304 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……...R$ 1.307.762,98

Subtotal da Abertura……..…….R$ 3.492.172,61

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2305 – MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……...R$ 3.492.172,61

2306 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MULHER E ESPECIALIDADES

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……R$ 411.630,78

2309 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..…….R$ 1.633.458,31

2310 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas…….……..R$ 730.334,10

Subtotal da Abertura……..……R$ 6.267.595,80

303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

0017 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

2320 – GESTÃO DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……R$ 96.580,85

Subtotal da Abertura……..……R$ 96.580,85

Total de Abertura……..…….R$ 7.741.530,20

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por superavit financeiro apurado em balanço patrimonial em 31/12/2024.

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Especial, visa atender as demandas de cumprimento de obrigações com a folha de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DECRETO N.º 210, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 7.741.530,20 (SETE MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E UM MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E VINTE CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6. 706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, *caput*, inciso XLV c/c o art. 80, *caput*, inciso IV da Lei Orgânica do Município e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964, especialmente pela **Lei n.º 6.830, de 16 de abril de 2025.**

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, Crédito Especial no valor de R$ 7.741.530,20 (sete milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta reais e vinte centavos), destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 – SAÚDE

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0014 – GESTÃO DO SUS

2301 – GESTÃO DAS AÇÕES DO SUS

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 69.580,57

Subtotal da Abertura……..……R$ 69.580,57

301 – ATENÇÃO BÁSICA

0013 – ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

2304 – MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 1.307.762,98

Subtotal da Abertura……..……R$ 3.492.172,61

302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

0015 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

2305 – MANUTENÇÃO DA UPA – UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 3.492.172,61

2306 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MULHER E ESPECIALIDADES

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……R$ 411.630,78

2309 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 1.633.458,31

2310 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas…….……..R$ 730.334,10

Subtotal da Abertura……..……R$ 6.267.595,80

303 – SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO

0017 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

2320 – GESTÃO DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS

3.1.90.00.00 2.500.000000 – Aplicações Diretas……..……..R$ 96.580,85

Subtotal da Abertura……..……R$ 96.580,85

Total de Abertura……..…….R$ 7.741.530,20

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por superavit financeiro apurado em balanço patrimonial em 31/12/2024.

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamen-

tários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Especial, visa atender as demandas de cumprimento de obrigações com a folha de pagamento da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2025.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º aniversário de Emancipação Político – Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA – CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

AVISO DE ABERTURA – CREDENCIAMENTO Nº 005/2025: O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, neste ato representado pelo Senhor Prefeito do Município, através do Agente de Contratação,nomeado pela Portaria nº307/2025 de 21.02.2025, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia: **13 de maio de 2025** às 08:00 Horas, nas dependências da Prefeitura, localizado à Avenida Brasil, nº 2.351-N, Jardim Europa, com o objeto:**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, MUSICAIS, TEATRAIS, GRUPOS E/OU CIAS. DE DANÇAS, ESPETÁCULOS, INTERVENÇÕES, LITERATURA, ESQUETES, WORKSHOPS, PALESTRAS E EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações, e demais especificações e exigências previstas neste edital e seus anexos, de acordo com o Processo Administrativo nº 2.629/2025, em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.**Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone (65) 3311-4800 ou do site: https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl,Tangará da Serra – MT, 17 de abril de 2025. Gustavo Leonne de Souza - **Agente de Contratação.**

SAD
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 - LISTA DOS APROVADOS PARA ENTREGA DE TÍTULOS

Lista dos Aprovados para Entrega de Títulos79 - Procurador Municipal

Inscrição	Nome
93379189016-1	Afonso Henrique Sansão Corrêa da Costa
93379194845-8	Albert Suckel
93379205285-9	Ana Laura Boaventura Soares
93379225133-1	Apoeno Henrique Silva Soares
93379201347-8	Bruno Posenti Utre
93379194668-0	Bruno Sousa Ribeiro Mota
93379199065-8	Carlos Eduardo Fernandes Butinhoni
93379224484-8	Fabrício Paulino de Figueiredo
93379220766-8	Fagner da Costa
93379227619-4	Gabriel Nadaf Furio
93379191341-2	João Gabriel de Jesus Cavalcante Dias
93379189313-3	Leandro Wilhelm
93379215711-3	Lucyomar França Neto da Silva
93379229800-3	Luis Antonio Oliveira Leite
93379230556-0	Mislene Lima da Costa Queiroz
93379188954-3	Osinéia Albina Brunelli Barcelos
93379222782-7	Patrick Gabriel de Campos Rodrigues
93379191649-4	Paulo Matheus Holanda Soares
93379193654-5	Samyr Lima Clemente Versalli
93379193558-8	Sayd Lima Clemente Versalli
93379202856-9	Tatiane Gonçalves de Carvalho Albertasse Sales
93379204707-3	Tiago Gubert Canavarros
93379191722-5	Valeria Lazaretti
93379191522-0	Willian Vinicius Cavalcante Fernandes

Assinatura do cargo: 24

88 - Professor de Educação Especial

Inscrição	Nome
93388189002-2	Alessandra Mariza Leite
93388196276-0	Amanda de Jesus Marangoni
93388216513-4	Ana Paula da Guia Pinheiro Leal
93388225432-2	Ana Paula Silva Apolinário
93388221940-1	Andreia Martins Duarte
93388230148-2	Angela Vieira do Nascimento
93388198943-0	Aparecida Gloria Pacheco Rodrigues
93388206621-4	Cacilene Almeida Silva
93388193401-9	Carmen Gonçalves de Menezes Santos
93388204836-4	Cecilia Almeida Pires
93388204506-8	Claudenice Rodrigues Martins de Oliveira
93388225306-0	Claudione Pereira da Silva
93388222692-7	Cleenia Junqueira Resende
93388219440-0	Cristiana Kagueiama
93388198477-8	Evelyne Brun de Almeida
93388218047-5	Fabiana de Souza Gomes
93388198502-8	Gecira da Penha Borges
93388205768-8	Ivanir Gonçalves Alves
93388226695-2	Ivone Mendes Pereira
93388197558-2	Jenair Pires dos Santos
93388198805-0	Joanil Maria da Silva
93388221200-8	Juciene Aparecida Dias Gural Maciel
93388221748-7	Leidiane Monteiro de Souza
93388199561-3	Letícia da Silva Souza
93388227701-2	Luiza Ferreira Manoel
93388201420-8	Maria Aparecida de Souza
93388204948-0	Maria Aparecida Torres
93388228118-3	Maria da Conceiçao da Silva Rodrigues
93388192797-8	Maria Rosa Mendes dos Santos
93388205745-1	Marileide Hoepers Alves
93388229136-6	Onesielli Arruda Silva
93388229840-5	Paula Pinheiro de Carvalho
93388216538-0	Paulina Maria Leal Soares
93388222639-8	Rodrigo Veras Camelo
93388231434-2	Rosani Nowicki
93388205988-9	Rosélia Maria da Silva
93388204457-1	Roseni Cordova de Moraes
93388198337-8	Rosiana da Silva Oliveira
93388226906-0	Rosilene Santana
93388212786-0	Rozane Camargo
93388230497-5	Selmar Lúcia de Lima Moura Clemente
Inscrição	**Nome**
93388223673-7	Thaiana Flaviana Duarte
93388221680-2	Verônica da Silva

Assinatura do cargo: 45

89 - Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais 1º ao 5º Ano

Inscrição	Nome
93389222121-7	Adaiana Maxima Moura Fernandes
93389213749-8	Adair Clara Mendes Soares
93389213892-6	Adelvanice da Silva Souza de Amorim
93389229672-9	Adicelia Azevedo Santana
93389206034-2	Ádila Ribeiro da Silva
93389215801-5	Adileia Ribeiro Pereira das Neves
93389198940-3	Adilmara Alves da Silva
93389214401-0	Adilsinha Gomes dos Santos
93389203339-5	Adivanilde Pereira de Oliveira
93389202964-7	Adna Maria da Silva
93389206221-9	Adnair de Souza Ferreira
93389206312-8	Adriana Alves de Sousa
93389202427-8	Adriana Aparecida Carvalho
93389231318-2	Adriana Cotrim de Jesus
93389226625-9	Adriana da Silva Santiago

93389213216-7	Adriana de Barros Lôbo Oliveira
93389227990-4	Adriana de Fátima Anselmini
93389231361-3	Adriana de Oliveira Teodoro
93389229786-4	Adriana dos Santos Almeida Oliveira
93389226870-4	Adriana Ferreira da Silva Moraes
93389204607-9	Adriana Ferreira Paixão
93389222185-6	Adriana Jorge de Matos
93389221880-0	Adriana Leite Ribeiro Oliveira
93389194434-3	Adriana Manenti Pavei
93389206527-0	Adriana Pereira de Oliveira Vieira
93389195129-0	Adriana Pereira Godoy
93389212293-6	Adriana Rodrigues de Barros
93389197250-4	Adriana Rodrigues de Meireles Ramos
93389217108-7	Adriana Vale
93389226852-8	Adriane Carine Gomes da Silva
93389226457-9	Adriane Cristina Rodrigues Salvo
93389204313-5	Adriele Cardozo Rodrigues Derner
93389225626-2	Adrieli Aparecida Batista Rios
93389217345-4	Adrijane Santos de Oliveira
93389222153-1	Agna Myami Menezes Maciel

Inscrição	Nome
93389228414-9	Agnelo Campos Silva
93389212626-8	Alaides Florencio de Carvalho
93389220938-0	Alana Katlyn Mendes Fonseca da Silva
93389227462-3	Alcione Santana da Silva
93389229451-8	Aldenice Gomes de Sousa Galvao
93389199761-1	Aldineia Aparecida Arantes Passos
93389229245-5	Alenice Gomes Clarindo Coelho
93389228835-4	Alequis Fernandes de Barros
93389220217-3	Alesandra Ribeiro
93389220573-4	Alessandra Aranda Oliveira Rivarola Ribeiro
93389219606-6	Alessandra Costa de Souza
93389215691-4	Alessandra da Silva Cavalcante
93389198630-3	Alessandra de Souza Benites
93389196517-7	Alessandra Laura Batista
93389215580-9	Alessandra Pall Andrade Almeida
93389213201-9	Alessandra Rodrigues Souza
93389226593-9	Alexandra de Melo Costa
93389224551-3	Alexandra Oliveira Lima
93389197452-9	Alice Jayne Roque da Silva
93389197346-3	Alice Mendes da Silva
93389227817-1	Alice Santos Falanqui
93389202890-4	Aline Batista de Souza
93389227770-3	Aline Cardoso da Costa
93389230128-0	Aline Conceicao Freitas Goncalves
93389222136-5	Aline Correia dos Santos Pereira
93389203918-2	Aline Cristine Nucci Meye Sassaki
93389202902-8	Aline da Paixao Machado
93389189384-3	Aline da Silva Moura
93389198345-0	Aline Freitas Aguiar da Luz
93389204449-7	Aline Jacob da Costa Souza
93389202060-1	Aline Micheli Alves da Silva Fajardo
93389196996-1	Aline Regina dos Reis
93389193511-8	Aline Soares dos Santos
93389228427-7	Aliny de Souza Santos
93389195626-6	Amanda Almeida da Silva Barroso
93389190720-1	Amanda dos Santos Silva
93389224001-6	Amanda Garvão de Melo
93389205938-1	Amanda Regina Zangeski Alcantara
93389201539-7	Amanda Santana de Arruda
93389204466-3	Amanda Tatiane Nunes da Costa
93389231089-8	Amarildo Ferreira de Souza

Inscrição	Nome
93389202273-4	Ana Carolina dos Santos Lima
93389215940-5	Ana Caroline Rodrigues da Costa da Silva
93389197569-4	Ana Claudia Arantes Moura
93389219645-9	Ana Cleide Martins da Silva
93389227041-8	Ana Giseli Steinhowser Machado Tristao
93389229792-2	Ana Kátia Lourenço de Jesus
93389197177-3	Ana Lucia Cesario dos Santos Abreu
93389197501-5	Ana Lucia da Silva Silva
93389228543-0	Ana Lúcia dos Santos
93389216780-0	Ana Lucia Ferreira Bergamo
93389203250-4	Ana Lucia Oliveira de Freitas
93389221598-7	Ana Marcela do Nascimento
93389218944-4	Ana Maria Alves

93389195164-2	Ana Maria da Costa Gomes
93389229954-4	Ana Maria dos Santos
93389218039-0	Ana Maria Libardi
93389222035-8	Ana Paula Jesus de Sá
93389202357-5	Ana Paula Azevedo de Oliveira Carvalho
93389215344-1	Ana Paula Carbonera
93389197325-7	Ana Paula da Silva
93389224480-0	Ana Paula da Silva
93389192668-0	Ana Paula de Moraes
93389223322-8	Ana Paula de Oliveira Santos
93389203731-4	Ana Paula Geier
93389194712-9	Ana Paula Magalhaes Costa
93389196751-4	Ana Paula Pereira Damacena
93389213488-9	Ana Paula Pipino
93389227499-8	Ana Paula Ribeiro
93389221977-0	Ana Paula Santos de Souza Brazil
93389220282-0	Ana Paula Zanini
93389219834-5	Ana Raquel Silva de Abreu
93389226159-7	Ana Teodata Lehnen
93389225580-4	Andra Santana da Silva
93389202016-0	Andrea Mendes da Costa
93389203257-4	Andrea Pereira de Oliveira dos Santos
93389189239-5	Andréa Raylice dos Santos
93389228889-5	Andrea Valquiria Godoi do Nascimento Carvalho
93389195456-6	Andreia Alves de Almeida
93389218147-6	Andreia Costa da Fonseca
93389197221-0	Andréia da Cruz Cassiano
93389229374-7	Andréia de Oliveira Jungles

Inscrição	Nome
93389220442-2	Andreia Freitas de Souza
93389195442-8	Andréia Gonçalves Almeida
93389228764-1	Andreia Martins
93389198981-6	Andreia Matos da Silva Souza
93389203393-4	Andreia Nice de Oliveira
93389196069-1	Andréia Pontes Moreira
93389231585-4	Andréia Rampelotto Barbosa
93389202301-4	Andreia Santa Helena
93389223244-7	Andréia Silva Santos
93389196015-0	Andréia Travassos Bertalio
93389223870-5	Andrelina Cassiana da Costa
93389215090-0	Andresa Lima dos Santos
93389227975-8	Andressa Dassow Crepaldi
93389229257-3	Andressa Dominick Clarindo Coelho
93389198360-6	Andressa Ferreira Costa
93389229987-9	Andressa Marques de Oliveira
93389203896-0	Andressa Pereira dos Santos
93389191805-9	Andrey de Oliveira Fonseca
93389212441-0	Andriely Imidio Vieira
93389222148-3	Angela Maria Fernandes
93389218725-3	Angela Maria Guarnieri
93389217308-1	Angela Maria Oliveira dos Santos
93389188882-3	Angela Silva Nascimento de Oliveira
93389202158-0	Angélica Aparecida Martins da Silva Bueno
93389191008-0	Angélica Balduzzi Leandro
93389225033-7	Angélica de Freitas Delfino
93389199382-9	Angelica Gonçalves de Souza
93389224797-0	Angelina da Silva Joaquim
93389194164-6	Angelita Sonego
93389227147-5	Angérli dos Santos Valério de Melo
93389219190-3	Ani Graciele Gonçalves da Cruz Silva Santos
93389195541-5	Anna Carolynne de Lima Mota
93389218100-3	Anne Elise Nascimento Ruiz
93389195020-2	Anne Rafaela da Silva
93389228048-4	Antonia Daiane Costa do Nascimento
93389200146-0	Antônio Fábio de Carvalho
93389204350-8	Antonio Roberto Saraiva Borges
93389195143-6	Aparecida Araujo dos Santos Dalosse
93389195946-4	Aparecida de Arruda
93389204507-1	Aparecida de Sá Angelino
93389222924-5	Aparecida Helena Oliveira

Inscrição	Nome
93389196726-0	Aparecida Maria da Luz
93389228463-0	Aparecida Rodrigues Soares
93389212296-6	Ariadne Marinho Machado
93389230436-0	Ariana Patricia da Silva
93389215386-4	Ariane Souza Gusmão

93389197958-5	Ariani Scheibner Quirino
93389228437-5	Arlete Alves dos Santos Barros
93389229632-6	Arlete Luiza de Souza
93389190597-4	Arnaldo Teixeira da Silveira
93389196120-6	Aucileide Rodrigues dos Santos Benicio
93389228513-6	Auddrya Abadie Jungles
93389205061-0	Augusto Cordeiro dos Santos
93389199435-5	Auricia Alves da Costa Silva
93389198005-5	Aurineia da Silva de Carvalho
93389201691-3	Auxiliadora Aparecida Campos Nascoimento
93389189265-0	Ayla Tathyele Vieira
93389196022-9	Babiton Bertalio
93389194618-1	Beatriz Carolina Mendes de Oliveira Barboza
93389227739-0	Beatriz Fernandes de Oliveira
93389202483-7	Beatriz Leite Fagundes do Nascimento
93389195785-2	Belmira Pereira da Silva
93389206255-3	Benedita Mirian Gomes dos Santos
93389224060-5	Berenice Pereira da Silva
93389221344-1	Berklourdes Mendes Fonseca
93389229465-6	Bernardete Teresinha Lauermann
93389202328-0	Bianca Cristina Pereira dos Santos
93389229926-0	Bianca Nascimento Correia
93389201250-1	Bruna Cordeiro Silva
93389198545-4	Bruna Gonçalves Ramos da Silva
93389200456-0	Bruna Rafaela Gomes de Macedo
93389205761-1	Bruna Rossi Carvalho de Oliveira
93389228894-3	Bruno Garcia Santana
93389198362-6	Camila da Rosa Silveira
93389200117-5	Camila Lucia dos Santos Sales
93389202131-4	Camila Nogueira de Lima
93389215758-9	Camila Pereira da Silva
93389195460-4	Carine Rozelia Nunes Marinha da Silva
93389197077-6	Carla Patrícia Araújo Chaves
93389231608-6	Carla Patricia dos Santos Dias
93389198991-4	Carla Rezende de Brito
93389199513-6	Carla Waleska Lima Zamparone

Inscrição	Nome
93389223567-5	Carlos Roberto da Silva
93389228756-3	Carlos Silva de Paula
93389214925-2	Carmen Fatima dos Santos
93389216992-2	Carmen Lucia Campos da Silva
93389204509-1	Carolina Elisangela Moraes Silva
93389189474-2	Carolina Ferreira da Silva
93389230727-3	Caroline Costa Saraiva Menezes
93389227286-5	Cathiane Aparecida Santos da Silva
93389197781-5	Catia Arantes Correia
93389195815-2	Cátia Vicente Teixeira
93389222503-0	Celenir Soares Alves
93389229412-5	Célia Gomes da Rocha Mariano
93389190438-8	Celia Maria de Souza Araujo
93389204730-0	Celia Regina Dilva de Oliveira
93389228261-5	Celiane Guatel dos Santos
93389228687-0	Celier Figueiredo da Silva
93389228854-0	Celina da Silva
93389217681-9	Celita Ferreira de Jesus
93389225302-4	Cenir Torneiro de Sousa
93389188959-6	Charles Muller Pereira Cardoso
93389228736-7	Cícera Edileusa dos Santos
93389217426-5	Cicera Thamires da Silva Santos Nascimento
93389212271-0	Cidicleide de Lima Santos
93389194973-2	Cimara Alves Lourenço da Costa
93389227927-7	Cinthia Andrews da Silva
93389197431-2	Cinthia Daielle Gonçalves Almeida
93389206145-8	Cintia Carolina Rosa
93389229992-7	Cintia Eiko Assakura Chagas
93389213497-7	Cíntia Viviane Alves
93389229597-8	Cirlene Pereira de Oliveira Menegotto
93389205505-8	Clair Pereira da Silva
93389212863-5	Claldete Rodrigues da Silva Chabude
93389224116-1	Clarice Barbosa da Silva
93389193722-0	Claudia Favalessa Lima
93389225968-7	Claudia Aparecida da Silva Alves de Quadros
93389222780-0	Claudia Caetano Ferreira
93389228749-5	Claudia do Nascimento Araujo
93389205723-9	Claudia Fernandes Ferreira
93389206617-0	Claudia Ferreira Nunes
93389192660-0	Claudia Policena de Souza

93389188840-0	Claudia Souza Lima

Inscrição	Nome
93389228873-7	Claudiana Pereira dos Santos
93389229795-2	Claudiane Nascimento dos Santos
93389191839-3	Claudineia Aparecida Morales
93389198313-5	Claudineia Gonçalves Rocha
93389228966-6	Claudineia Ricardo da Cruz
93389219267-6	Claudineia Rodrigues da Silva
93389204977-8	Claudineia Rodrigues Padilha
93389221850-6	Cleia Pereira Barbosa da Silva
93389196876-8	Cleice dos Santos Castro
93389205231-0	Cleide Gonçalves
93389228029-8	Cleide Ivani da Silva Ferreira
93389200564-5	Cleide Leôncio da Silva Beitum
93389213481-9	Cleide Moreira da Cruz
93389213484-9	Cleidiane Ramos dos Santos
93389224860-3	Cleonice Gonçalves Rocha
93389193495-6	Cleriston Barbi Queiroz
93389227977-8	Clesia Karina Lopes da Costa
93389203058-0	Cleuza Alves da Silva
93389204804-3	Cleuza Monteiro da Silva
93389206325-6	Clézio Aparecido Burgos Alexandre
93389204495-8	Conceiçao Cangussu Ribeiro Silva
93389224186-9	Consuelo Lima da Silva Duarte
93389225687-1	Creuza Soares Coimbra
93389227860-2	Crislian Queila Rocha Pereira Lisboa
93389205077-9	Cristiana Aparecida França
93389198481-0	Cristiana Soares da Cruz Barbosa
93389218528-9	Cristiane Alves Carvalho
93389228648-8	Cristiane Alves dos Reis
93389205404-0	Cristiane Arlinda Marcelino
93389194710-9	Cristiane Barbosa dos Santos
93389231695-0	Cristiane Batista Luiz Vitorino
93389205256-7	Cristiane Borges Malaquias
93389227500-1	Cristiane da Silva Ortega
93389198814-1	Cristiane da Silva Santos
93389195262-0	Cristiane do Prado Oliveira
93389197448-0	Cristiane dos Santos Leite
93389217928-1	Cristiane Menezes Alves
93389219720-0	Cristiane Milcharek de Souza
93389195537-7	Cristiane Silva Portilho Vila Nova
93389202305-4	Cristiane Soares Pereira Weber
93389193437-7	Cristilene Kroetzler da Silva

Inscrição	Nome
93389216326-1	Cristina Sanini
93389230984-7	Cyntia Perez Montero Oliveira
93389200843-0	Dagma Aparecida de Almeida da Silva
93389206533-9	Daiana Daniela Soares Silva
93389205422-7	Daiane Reis Santos
93389228575-5	Daiany de Souza
93389229999-7	Daiany Ventura de Camargo Oliveira
93389195600-0	Dalva Lucia Brito do Nascimento
93389216049-6	Damaris Soares da Silva
93389231145-2	Damilton Diniz Tomaz
93389230608-0	Daniela Aparecida Silva de Oliveira
93389198221-6	Daniela Araújo Klos Santana
93389196653-7	Daniela Francisco dos Santos
93389204588-7	Daniela Gomes Cajazeira Souza
93389198514-0	Daniela Macena de Oliveira
93389228684-0	Daniela Pereira Lima
93389223144-0	Daniela Ubara Boudny
93389228585-3	Danielle Batista dos Santos
93389227388-2	Danielly de Oliveira Veloso Freitas
93389214920-2	Dayane Christine de Souza
93389204626-5	Dayane Mayara Santos Azevedo Silva
93389213932-4	Dayane Pim Guimarães
93389195032-0	Dayane Santos da Silva Olegario
93389227928-7	Dayane Vaz Porfirio Burali
93389218154-4	Dayse Silva de Almeida
93389199498-4	Debora Souza Rodrigues
93389220336-7	Debora Thalita Nascimento Silva Oliveira
93389201080-1	Debora Xavier dos Santos
93389190484-9	Deborah Gonçalves Ramos
93389204331-1	Deborah Koehler
93389228902-7	Deiliane Soares Pinheiro
93389213921-6	Deise Aparecida de Barros Souza

93389194035-4	Dellis Annie Verneque Dias
93389229237-7	Demilza Aparecida Blanco Gonasales
93389228603-5	Denair Emerick da Silva
93389213790-9	Denair Fernandes da Silva
93389225324-0	Denise e Lima Fornasari
93389223012-8	Denise Mourão dos Santos
93389203503-5	Denise Ribeiro de Matos Pereira da Siva
93389198881-9	Deolina Borges Arcanjo Oliveira
93389223094-3	Desiree Sales Gallego de Souza

Inscrição	Nome
93389218044-9	Deusnete Souza da Silva
93389194364-0	Deuzimar Rodrigues Bastos Martins
93389206469-6	Devaci Alves da Silva
93389213642-0	Dheyne Karolina Mendes Marzinotto
93389222431-7	Diana Silva de Mello
93389199934-1	Dione de Araujo Formiga
93389199697-9	Dionisia Oliveira Santana
93389196183-5	Dolisete Mascarello
93389222965-8	Doraci de Cássia Pelegrini da Silva
93389216232-2	Dorgivalda Godoi de Oliveira
93389230276-8	Douglas Felix da Silva
93389231132-4	Dyeine Lorrayne Dias Paixão Ferreira
93389201406-5	Dyessica Bruna Carvalho
93389228580-3	Edenilda de Oliveira Santana Ramos
93389189294-4	Edilaine Andrade Tunes
93389203146-9	Edilaine Arruda Araujo
93389188868-7	Edilaine da Silva Brandao
93389228784-8	Edilaine Xavier Santana
93389223977-2	Edilania Luiza de Souza
93389199853-0	Edilene Ferreira Cruz de Medeiros
93389204968-0	Edileusa Ferreira Silva de Araujo
93389203780-5	Edileuza dos Santos Lima Machado
93389202603-6	Edina Aparecida de Carvalho
93389222338-0	Edinalva Ferreira da Silva
93389228834-4	Edineia Aparecida Sena Lundquist Mateus
93389200731-5	Edineia de Oliveira Brito Pereira
93389195227-7	Edineia Rosa Ribeiro
93389214895-2	Edinete Neves de Oliveira Santos
93389223632-8	Edirléia Aparecida Furquim Carneiro Teixeira
93389228237-0	Edirone da Silva
93389224928-8	Edite Josefa da Silva
93389201092-0	Edivania Novais dos Santos
93389215142-7	Edlaine Andrade de Souza
93389203511-3	Edllainy Pereira da Silva
93389192983-8	Edna Maria da Silva
93389204459-5	Edna Prina Arquaz
93389203568-4	Edna Regina da Silva Artioli
93389213663-7	Edna Ribeiro de Souza Correia
93389198934-5	Edna Souza Hayashida
93389225878-8	Edneia Auxiliadora Moreira dos Santos Alves
93389200512-4	Edneide Maria Patricio

Inscrição	Nome
93389229613-0	Edriane Kaufmann
93389197991-8	Edson de Oliveira Silva
93389205786-8	Edson Vander de Souza Ramos
93389199276-3	Eduarda Carvalho Camargo
93389225977-5	Eduardo Walter Pinto Chaves
93389231241-0	Eila Nery de Moura
93389227246-2	Elaine Alves da Silva
93389199988-2	Elaine Barbosa Suares
93389197108-6	Elaine Cristina da Silva
93389224711-5	Elaine dos Santos Licori
93389194097-3	Elaine Magalhães dos Santos
93389226153-7	Elaine Neves Silva de Araujo
93389230551-3	Elaine Tavares de Souza Macedo
93389192748-0	Elaine Vanessa Meneguello dos Santos
93389204286-5	Elcy Alves de Jesus
93389225447-4	Eldineia Cardoso dos Santos
93389213591-4	Eleane Ines Braun Burg
93389204949-3	Elenice da Costa Moreira
93389223982-0	Eleonora Osana Moreira da Rosa
93389199440-3	Elessandra Araujo Dias dos Santos
93389216186-6	Eleuza Pereira da Silva Queiroz
93389224689-5	Eliana Alves Silva
93389225121-6	Eliana de Oliveira Silva
93389224459-6	Eliana Pinto Paz

93389228599-1	Eliane Aparecida da Silva
93389203650-3	Eliane Aparecida Nunes Campos
93389206671-9	Eliane da Cruz de Miranda Silva
93389200624-0	Eliane de Brito
93389191917-4	Eliane dos Santos de Souza Lima
93389228009-1	Eliane Ferreira Arcanjo
93389201477-2	Eliane França Oliva
93389224851-5	Eliane Leite da Cunha
93389221371-6	Eliane Moraes da Cruz Gomes
93389206036-2	Eliane Nunes Rodrigues Poquiviqui
93389224469-4	Eliane Peixoto da Silva
93389219739-8	Eliane Pittma Ferreira
93389225323-0	Eliane Ribeiro
93389195181-9	Eliane Roieski Miranda
93389230474-2	Eliane Santos Gonçalves
93389197389-6	Eliane Soares do Prado
93389193254-9	Eliciane Pereira Rosales

Inscrição	Nome
93389217341-4	Elidia do Carmo
93389221454-7	Eliene Conceição Santos
93389192756-9	Eliene Ferreira da Silva
93389216793-8	Eliene Pedroza de Lima
93389205011-0	Eliete Felizardo Marinho
93389213160-0	Eliete Xavier Quadros
93389191273-2	Elinéia Francisco
93389226105-6	Elineti Moreira Bacelar
93389203841-0	Elisana Maiara Peres da Silva
93389223523-2	Elisandra Lemes Elizeu Froehlich
93389199317-1	Elisane Maria dos Santos
93389229133-0	Elisangela do Carmo Mota
93389198437-9	Elisângela dos Santos
93389200102-7	Elisangela Nunes Monteiro Custodio
93389231043-5	Elisangela Oliveira de Lana Monteiro
93389198215-8	Elisangela Oliveira do Nascimento Cornelio
93389230429-1	Elisângela Vieira dos Santos Silva
93389222214-6	Elisângela Vieira Ferreira Damacena
93389213320-2	Elissama Teodoro Galeazzi
93389190705-5	Elitânia Sales Pinto
93389199827-6	Elizabeth de Oliveira Simao Santos
93389229678-9	Elizabeth Dias Pereira
93389228931-1	Elizamar de Oliveira Araújo
93389202165-9	Elizangela Bertholdi Ribeiro
93389192002-7	Elizangela Cirilo Pereira
93389199390-7	Elizangela da Silva Brando
93389201696-3	Elizangela de Oliveira
93389230820-0	Elizangela Inacio Ferreira Guedes
93389223508-6	Elizete Ramos da Silva
93389217125-3	Elizeu Benedito da Silva
93389228705-2	Eliziane Gonçalves Pereira
93389205465-0	Ellen Geyze Teles Domingos
93389205431-5	Eloide Aparecida Carvalho
93389213927-6	Elvira Adélia Gomes Gonçalves
93389205362-2	Elvira Paiva da Silva
93389200830-2	Ely Regina Silva Arruda
93389197658-3	Elyan Vicente de Souza Silva
93389223821-4	Elzita Ferreira Vilas Boas
93389195801-4	Emanuela do Nascimento Ferreira
93389199076-9	Emilia Sofia Montiel Look
93389227783-1	Emilly Chris Silva Pinheiro

Inscrição	Nome
93389222794-8	Emily Caroline da Silva Martins
93389195494-9	Emily Oliveira Soares de Meira
93389230049-9	Enedir de Carvalho Mendes
93389214127-4	Eneia Alves Lifonso Pereira
93389228538-2	Erenilda Oliveira de Souza
93389198333-1	Erica Aparecida da Silva Oliveira
93389212406-7	Erica Wolf Ritt
93389217190-0	Érika Cristina de Oliveira da Silva
93389229641-4	Erika Ferraz Teixeira de Paula
93389228115-7	Erika Maria dos Santos
93389193304-5	Erislane Lima dos Reis
93389200490-2	Erivaldo Patricio Izidro
93389217753-1	Erlania Valverde Diniz Carmago
93389221586-9	Erlene Leocadio da Silva Santiago
93389195616-8	Ernesta da Silva Araujo
93389230839-9	Esvaldina Enedina Ferreira

93389194526-2	Eudineia Bonfim de Almeida
93389226685-8	Eugênia Ribeiro dos Santos
93389200401-9	Eunice Costa de Aguiar
93389198515-0	Eunice da Costa Santos Cardoso
93389222087-9	Euzeli dos Anjos Manfré Guevara
93389205995-0	Eva Marinho de Souza
93389223336-6	Evanethe Pires da Silva Lima
93389224372-5	Evania de Oliveira Souza
93389201191-7	Evellyn Marilaine Mascarenhas Almeida
93389204598-5	Evelyn Lorrayne Souza Santos
93389226945-7	Even Nayre Fonseca Batista de Oliveira
93389190887-8	Everton Henrique de Souza
93389227532-6	Evillyn de Almeida Oliveira
93389204838-8	Fabiana Alencar Rocha e Silva
93389200605-3	Fabiana Aparecida Jacob Costa Martins
93389195830-9	Fabiana Cristina dos Santos Chaparro
93389224290-4	Fabiana de Sousa Viana
93389229718-7	Fabiana de Souza Pereira
93389190666-7	Fabiana Ferreira Maia Costa
93389224713-5	Fabiana Manoel Luiz
93389228634-0	Fabiana Pereira da Costa
93389200467-8	Fabiana Roberta da Silva
93389193471-0	Fabiana Silveira Ramos
93389203717-8	Fabiana Sousa da Cruz
93389228450-1	Fabiani Fanton Coelho

Inscrição	Nome
93389197311-9	Fábio Henrique de Souza Lacerda
93389213819-0	Fábio Júnio Vieira da Silva
93389222547-2	Fabiola Barbosa Alves
93389197388-6	Fabíola Vieira Deluque
93389200161-6	Fabiula Cristina Ignacio
93389215574-0	Fabricia Armando Favaretto
93389225682-1	Fatima Helena Silveira Fernandes
93389220822-5	Fátima Inacio da Silva
93389213700-5	Fatima Regina de Almeida Silva
93389224449-8	Fernanda Aguaio da Silva
93389226600-2	Fernanda Aparecida Garcia Barros
93389204747-9	Fernanda Aparecida Santos Paes
93389222122-7	Fernanda Corsino da Silva
93389212426-3	Fernanda de Oliveira Feitosa
93389225232-1	Fernanda de Souza Pereira
93389213003-4	Fernanda Ferreira Martins
93389202288-2	Fernanda Katiane Vitorino Flores
93389205801-0	Fernanda Palmeira de Carvalho Figueiredo
93389188969-4	Fernando Freres Alonso
93389197851-8	Filomena Nunes Feitosa Carvalho
93389203349-3	Flaiahan dos Santos
93389199575-5	Flancislaine Nogueira Mendes
93389205622-1	Flávia Corsino da Silva Schmoeller
93389226659-3	Flávia Cristina Smith de Souza
93389218287-6	Flávia Luciana de Oliveira Albertin Schumacher
93389202326-0	Flávia Marin da Silva
93389190283-4	Flaviane da Silva Rodrigues
93389201587-8	Flaviane Ferreira Rocha
93389197277-0	Flávio Marcelo Bueno de Castro
93389221530-8	Franciele da Costa Souza
93389192447-9	Franciele Soares de Farias Souza
93389201248-3	Francieli Campos Ribeiro
93389193027-0	Francieli Cristina Silva dos Santos
93389205424-7	Francielle Mayara Auxiliadora Ferreira Alves
93389200281-0	Francielli Mazete de Souza
93389195486-0	Francielli Soares Vieira Miranda
93389203430-2	Franciely Sara dos Santos Mendes
93389196386-0	Franciene Campos Urcino
93389203749-2	Francinelma Azevedo Ferreira
93389196327-0	Francinilde Neves dos Reis
93389205882-5	Francisca Cleidiene dos Santos Lima

Inscrição	Nome
93389204272-7	Francisca Elivane Rodrigues Rabelo
93389226607-2	Francisca Janaina Freire Rodrigues
93389221458-7	Francisca Lourrane Araujo de Oliveira Rossi
93389195151-4	Francisca Maria Lima Santos Barros
93389195673-7	Francisca Raquel de Sousa Santos
93389201212-9	Francislaide Azevedo de Oliveira
93389213957-0	Francyane Soraia da Silva
93389215217-0	Frank Cilene Gomes Marques

93389200952-6	Franttieli Correa Pereira
93389227437-9	Gedalva Dalgiza de Souza
93389206317-8	Gediane Nogueira Pego
93389198335-1	Geiciane Belarmino Barbosa
93389212674-9	Geijiane Santana da Silva
93389214387-8	Geni Serrano dos Santos
93389203726-6	Genicleia da Silva Araùjo
93389230147-6	Geraldo Miranda Costa
93389199485-6	Gesiane Oliveira Morais
93389212736-3	Gesiene dos Santos Silva
93389230692-3	Gessika Daiane Duarte Pereira Godoi
93389205511-6	Geusa da Conceiçao Tanazio
93389230517-0	Gilberto Luiz Elias
93389226259-4	Gilceia Gragel dos Santos Costa
93389213762-4	Gildiane Bento de Sales Santos
93389188966-4	Gilmar de Oliveira da Silva
93389230885-0	Gilmar Santana Neves
93389231543-1	Gilmara Matos Centeno
93389202235-1	Gilsa Joana da Silva
93389194888-3	Gilson Luis da Silva Borges
93389204832-8	Giovania de Jesus Pereira
93389228003-1	Girlane Cezario Correa
93389228226-2	Gisele Aparecida Maciel
93389228650-6	Gisele Cristina Soares Alves
93389213916-8	Gisele Marques das Chagas
93389196306-4	Gisele Victoria Toniolo Laet Braga
93389212383-5	Gislaine Cristina Oliveira dos Santos
93389202534-3	Gislaine Cristina Soares Pires Barbosa
93389222361-4	Gislaine Dionísio da Silva
93389198120-9	Gislaine Fortunato
93389215273-9	Gislaine Miranda Marin
93389229841-9	Gislaine Ramos Pereira
93389229284-8	Gislainy Almeida Fernandes Corrêa

Inscrição	Nome
93389196294-0	Gisneide Correia da Silva
93389229998-7	Gizeli Valéria da Silva Paula
93389205754-3	Glaubia Mendes Barbosa Rizzi
93389229559-5	Glauciele Leite da Silva
93389225996-1	Glaucileide Almeida Prado de Assis
93389219647-9	Glaucya Oliveira de Sá Azevedo
93389204202-0	Gleice Rodrigues Moreira da Silva
93389218211-9	Gleiciane Oliveira Santana
93389200385-7	Gleicielly Fernanda de Jesus Souza
93389206487-2	Gleicy Kelly Barros Roteias
93389192846-8	Gleicy Kelly Vieira dos Santos
93389226952-5	Glória Marques da Costa
93389203966-3	Gloriangela Rodrigues da Silva
93389214649-7	Gonçalina Costa Magalhães
93389202933-2	Graciela Rosa Azevedo de Oliveira
93389228099-5	Graciele Magalhaes da Silva
93389204186-8	Graciely Rosário de Lima
93389195375-5	Graziele Aparecida da Silva
93389190625-4	Greison Pinto de Oliveira
93389205948-0	Grendy Camila Rodrigues Pereira Leite
93389199302-3	Guilherme Augusto da Silva
93389196775-0	Haires Ribeiro da Silva
93389214864-8	Helena Cristina Jacinto
93389204528-8	Helena Gonçalves Pereira de Oliveira
93389201520-9	Helena Santos Silva
93389227540-4	Heloisa Quessada Justino de Almeida
93389196411-0	Hilda Maria Oliveira da Silva
93389227402-4	Hozani Okada de Moura Oliveira
93389190314-4	Hugo Jefferson Soares da Silva
93389229754-0	Hyanca Gomes Evangelista
93389204071-2	Iara Francisca dos Santos Oliveira
93389200121-3	Iara Lemes Paulus
93389227007-5	Icelli Rosa dos Santos
93389227393-0	Ide Ferreira da Silva Santana
93389223157-8	Ilda Soares Raimundo
93389192864-4	Ilza Soares de Oliveira
93389202210-5	Ilza Tomaz
93389230334-2	Ilzamara Costa Ferreira Silva
93389214769-0	Inaiana Maria da Silva
93389195523-9	Indiamara dos Santos Ferreira
93389229182-0	Indyara Bastos Ferreira da Silva

Inscrição	Nome

93389188996-9	Ingrid Lopes de Lima
93389226051-0	Ingrid Soares da Silva
93389205278-3	Iolanda Silva Oliveira
93389191458-0	Ione Malaquias Mazetti Silva
93389226311-9	Iracema Aparecida Caieiro
93389223413-7	Iracema Luzia de Sales Souza
93389203708-0	Iracilda Maria Diniz Correa
93389205848-2	Irani Mendes de Jesus
93389199801-0	Irene Bezerra da Silva Gonçalves
93389222771-1	Irenice Hoeppers de Souza
93389226796-3	Isabela Rodrigues Soares
93389203476-5	Isadora Pagnussatti Sécolo
93389195697-3	Ismael Augusto dos Santos
93389222920-5	Isoldi Kempf
93389206309-0	Istaining Wilcieslaine Barbosa Teixeira
93389216779-1	Ivanda Félix
93389231350-5	Ivanete Pedrosa da Silva
93389191033-5	Ivanete Silva dos Prazeres
93389200164-6	Ivanilda Messias dos Santos Cebalho
93389229132-0	Ivanir Rodrigues Silva Pereira
93389217146-0	Ivonete da Costa de Lima
93389220876-6	Izabel Cristina da Silva
93389189198-7	Izabela Freitas Louzada Hilgenberg
93389231568-8	Izailda Maria Carneiro Geraldes
93389217672-0	Izidia Maria Padilha dos Santos Mufatto
93389198474-1	Jackeline Alves Pedrosa Joaquim
93389196597-2	Jackeline Batista dos Santos Costa
93389203301-0	Jackeline Dizero Assis
93389222740-7	Jackson Freitas de Souza
93389227403-4	Jair Pereira da Cruz
93389215251-2	Jamylle da Silva Souza
93389203431-2	Janaina Barbara Carvalho
93389197348-3	Janaína Bispo de Barros
93389216170-8	Janaina da Silva Costa Bernardino
93389204027-1	Janaina Dora da Silva
93389213397-0	Janaína Ferreira de Souza Botelho
93389198728-2	Janaina Maria Nogueira da Silva
93389230726-3	Janaina Vetoreti Goloni
93389227429-0	Jane Antunes Magalhaes
93389227255-0	Jane Meire Camara da Silva
93389228310-1	Janete Inacio Pereira Santos

Inscrição	Nome
93389216063-2	Janisley Marcia da Silva
93389225424-8	Jaquelene Moreira de Lima
93389221178-1	Jaqueline da Silva Dias
93389229225-9	Jaqueline Damiana Chaves Gomes
93389200276-1	Jaqueline Quirino dos Santos
93389191045-3	Jaquelini dos Santos
93389224515-0	Jarbas Oliveira da Silva
93389215824-1	Jayane Lúcia Silva do Nascimento
93389231674-3	Jeann Aparecida Ferreira da Costa
93389214276-2	Jenniffer Machado
93389199432-5	Jenniph Aline Campos Brasil Angola
93389228507-8	Jesilaine Ferreira Diogo
93389204767-5	Jessica Alves Mendes da Silva
93389223014-8	Jessica Aparecida Alves
93389195300-8	Jessica Aparecida Ribeiro
93389192466-5	Jessica da Silva Lopes Martins
93389217551-7	Jéssica de Jesus Santana
93389203757-0	Jessica dos Santos Soares
93389203889-2	Jessica Iraci Rodrigues Ribas
93389224107-3	Jéssica Maiany Gomes Silveira
93389212504-4	Jessica Milena Silva Joaquim
93389191661-3	Jéssica Naiara Gragel Vitorino
93389224949-4	Jessica Nepomuceno de Oliveira
93389216253-9	Jessica Palmeira Alves
93389228592-1	Jéssica Rocha da Silva
93389229464-6	Jessika Maria Aparecida Godoy da Silva Lopes
93389229959-4	Jesyka Regiane da Silva
93389228709-2	Jhenifer Soares Silva Queiroz
93389198629-5	Joana Darc Nascimento dos Santos
93389213870-0	Joana Dark Jurema Oliveira Silva
93389204443-7	Joana de Oliveira Soares Gerolim
93389194913-3	Joao Ernesto Pelissari Candido
93389200538-0	Jocelina Gomes dos Santos
93389229935-8	Jocilaine Ribeiro de Carvalho Pereira
93389227747-9	Jocimar Duarte Silveira Vasconcelos

93389198269-9	Jocyelle Soares Lima Moreira
93389214384-8	Joéli Nogueira Pego
93389231515-7	Joelma da Silva Mota
93389200670-0	Joelma Delcoli de Almeida
93389199235-0	Joelma Veiga da Silva
93389198184-8	Joice Simone Koraleski

Inscrição	Nome
93389190962-9	Jolieth Conceição Rodrigues Leite
93389222262-7	Josane Francisca de Lima
93389200915-3	Joscelaine Carla Nascimento
93389204848-6	Joscimar Silva Araújo Nunes
93389228247-9	José Augusto Deluqui
93389191900-6	Jose Caio da Silva Batista
93389205639-0	Joseane Costa de Sousa
93389195274-8	Joseane da Costa Silva
93389218848-7	Joselma Maria da Silva
93389204175-0	Josemeire Gomes da Silva
93389230775-4	Josenilda Costa da Silva
93389217820-4	Josiane de Lima Souza
93389230422-1	Josiane de Siqueira
93389199592-1	Josiane de Souza Lima
93389221356-0	Josiane Gomes de Lima
93389206162-4	Josiane Luzia Bezerra de Moraes
93389206031-2	Josiani da Silva Chabude Brabo
93389229171-2	Josicleia Lopes do Nascimento
93389204908-0	Josiela Paula de Miranda
93389230668-9	Josiele Nobres da Silva Costa
93389204722-2	Josilaene Pereira de Amorim
93389200614-1	Josilene Fernandes Francisco da Silva
93389188950-6	Josileni Mendes da Conceição
93389189489-0	Jossiele da Rocha Ferreira
93389206666-0	Joyce Karin Nepomuceno
93389214743-4	Joycimara Paes Dias da Silva
93389222798-8	Joyziara da Silva Moriniga
93389227789-1	Jucei Senn
93389206006-8	Jucelei Roberto
93389226657-3	Jucelia de Oliveira
93389212637-6	Jucélia Miranda Costa
93389199611-3	Jucélia Pinheiro da Silva
93389224532-7	Juciane Martins Kottwitz
93389191561-6	Jucileine dos Santos Carvalho Ribeiro
93389198096-9	Jucilene de Oliveira Martins
93389203076-6	Jucilene Neves de Souza
93389215267-0	Jucillei Silva Matos dos Santos
93389192361-8	Jucimara Matos Leite Santos
93389214622-0	Jucinete Meloni de Souza
93389190784-0	Jucivane dos Santos Carvalho
93389227878-0	Judith Domingos Marciano

Inscrição	Nome
93389198906-0	Júlia Magro Machado
93389227145-5	Julia Maria Alves Fortes
93389213678-5	Juliana Benedita Venancio Lira Pinto
93389219792-7	Juliana da Silva Costa
93389227834-8	Juliana de Souza Silva
93389191381-8	Juliana dos Santos
93389229482-2	Juliana Flauzino dos Santos
93389218603-0	Juliana Garcia Chaves Gomes
93389195120-0	Juliana Gomes da Silva
93389225740-6	Juliana Longaretti de Almeida
93389221710-6	Juliana Maria da Costa e Silva
93389228403-0	Juliana Reis Fonseca dos Santos
93389222315-3	Juliana Santana Lobo
93389203489-3	Juliana Villacien da Costa
93389223374-9	Juliane Claudia Rossi
93389218536-7	Julinei José de Souza
93389188905-5	Jully Gabrieli da Silva Turchen
93389226820-3	Junara do Nascimento Silva
93389222611-5	Juniély Procópio de Melo
93389227152-3	Juraci Rodrigues Falanqui
93389215527-0	Juscelia Victor Garcia Silva
93389200821-4	Kaline Padilha da Silva
93389229169-4	Kalynca Falcao Locatelli
93389221719-6	Karen Lorraynne de Araujo Barros
93389229263-1	Karin Silva Matiolevitcz
93389219930-2	Karina Martins Ribeiro
93389203693-6	Karine Quitéria Rodrigues da Silva Vieira

93389201442-8	Karla Lima do Brasil
93389199781-8	Karolina da Silva Duarte
93389197974-1	Karolina Marques Nascimento
93389217138-1	Karoline Corsino dos Santos
93389200153-8	Kassiani Giordani
93389194456-0	Kátia Cristina Almeida Lyra
93389227202-0	Katia Cristina Cardoso da Silva
93389197030-3	Katia Silene Elisiario Fagundes
93389228354-4	Katia Silva Santos Larentis
93389229483-2	Katiane Hoepers
93389225909-8	Katiene Souza da Silva
93389227919-9	Kauane Souza Silva
93389228248-9	Keidiciane Albina da Silva
93389229326-6	Keila da Silva Hipólito

Inscrição	Nome
93389203011-7	Keila Gracielle Silva dos Santos
93389231002-2	Kelen Amaruzia da Silva
93389228971-4	Kelly Cristina da Silva
93389201176-0	Kelly Cristina da Silva Miranda
93389189005-6	Kenia Fernandes de Lima Ribeiro
93389198638-3	Keny Rosa Anjolino
93389213099-8	Keplia Priscila da Silva
93389228110-7	Kerlly dos Santos da Silva
93389222656-8	Késsia Jordânia Santos Silva
93389191757-2	Kethlen Morais de Oliveira
93389189159-4	Kettre Oliveira Belchior
93389227939-5	Laiane Aparecida Simao
93389191437-4	Laiane Kele Ribeiro Araujo Lima
93389229300-0	Lange Adrien de Andrade Batista
93389217838-2	Lanna Kerollaynney Oliveira da Rocha
93389198216-8	Laressa Camila Cardoso de Souza
93389203300-0	Larissa Carla Dorta de Oliveira
93389226643-5	Larissa Ellis de Castro
93389213587-6	Larissa Kellen de Paula da Silva Alexandre
93389226892-0	Laryssa Leocádio de Oliveira
93389227235-4	Laudiceia do Carmo Lopes Pessoa
93389227281-5	Laura da Silva Augusto
93389205554-9	Laura Maria de Sá Nazario da Silva
93389229738-3	Laurileia Fernandes Borges Nascimento
93389230071-3	Leandro Alves de Souza
93389198186-8	Leandro Xavier Cortijo
93389222864-0	Leide da Silva Albuquerque
93389214053-1	Leidiane Gomes de Souza
93389214153-9	Leidynara Roberto Alves
93389213193-5	Leila Ferreira da Silva Correia de Jesus
93389199428-7	Leila Neres da Silva Correa
93389225654-7	Leni Aparecida Jorge dos Santos
93389200530-0	Lenir Ribeiro Martins Ferreira
93389225551-0	Leoni Medeiros Pereira
93389196734-8	Leonice Andrade Silva
93389205267-5	Leonice Lima da Silva
93389195726-3	Leonice Maria da Silva Oliveira
93389189400-5	Lesliany Soares da Cruz
93389219044-5	Letícia Cardoso da Silva
93389214574-4	Leticia Carla da Silva Gomes Soares
93389213982-5	Leticia Corsino Galbero

Inscrição	Nome
93389214564-6	Letícia Martins de Jesus
93389221070-4	Leticia Pereira Dantas
93389191285-0	Leydiane Mendes de Jesus Fonseca
93389227376-4	Libna Tayane Silva
93389198379-4	Lidiane Silva de Araújo
93389204827-0	Ligiane Fermiano Marin
93389227026-1	Lilia Carla da Silva
93389224696-3	Lilian Souza de Carvalho
93389222252-9	Liliane de Brito França
93389215987-8	Liliane Luiza Pinheiro da Silva
93389230286-6	Lindaci Vieira Lima de Carvalho
93389198667-8	Loane Oliria da Silva Maia
93389203500-5	Loene Souza Julio
93389198406-4	Lorana da Silva Ermita
93389193024-0	Lorraine Silva da Cruz
93389224708-7	Lourdes Tosta Alves
93389205841-2	Louriete Pereira de Andrade
93389194386-7	Luana Adriana dos Reis Pereira
93389226827-3	Luana Aparecida Ascari Salvalaggio

93389218051-7	Luana Silva Marcacini
93389212457-8	Lucas Evangelista Ribeiro Tangara Junior
93389228567-7	Lucas Moia
93389215578-0	Lucelia Ramos de Souza
93389229248-5	Lucélia Sena Ribeiro
93389227262-9	Luci Cleide dos Santos Dionizio
93389213112-0	Lucia Pereira da Silva Almeida
93389194288-0	Luciana Aparecida do Nascimento Souza
93389212979-0	Luciana Cristina Moreira da Conceiçao
93389227409-4	Luciana da Silva Santos
93389193965-8	Luciana da Silva Souza
93389224475-2	Luciana de Souza Santos
93389225512-7	Luciana Ferreira Damacena
93389220755-2	Luciana Ferreira dos Santos
93389199567-7	Luciana Gomes Bueno
93389196746-6	Luciana Jose de Oliveira
93389206501-4	Luciana Pereira de Sales
93389198701-6	Luciana Pereira de Souza Feitosa
93389223168-6	Luciana Quaresma Barboza
93389231294-0	Luciana Ribeiro de Souza
93389196381-0	Luciana Rodrigues de Paula da Cruz
93389193519-8	Luciana Sirleide do Nascimento

Inscrição	Nome
93389231590-2	Luciana Viena Gonçalves
93389224582-8	Luciane Antunes
93389224981-7	Luciane de Fátima Berns
93389198107-2	Luciane Gonçalves de Jesus Rodrigues
93389197794-3	Luciane Pereira
93389200423-5	Luciane Torrente Pinto
93389198036-0	Luciara Lamenha Cavalcante
93389223606-3	Luciene Aparecida Ramos da Silva
93389224181-9	Luciene de Oliveira Marcelo Silva
93389225637-0	Luciene de Oliveira Pinho Bulhoes
93389200891-1	Luciene Domingas de Oliveira
93389206388-5	Luciene Santana da Silva
93389192040-0	Lucilainde Alves de Miranda
93389203696-6	Lucilany de Jesus Lira
93389224811-2	Lucilene Campos Neto
93389215118-2	Lucilene Patricia da Silva
93389218102-3	Lucimar Alves Pereira
93389205557-9	Lucimar de Souza Zucca
93389212638-6	Lucimar do Nascimento Cardoso
93389197795-3	Lucimar Rodrigues Albanez
93389205237-0	Lucimara de Barros Rodrigues
93389213266-8	Lucimara Divina da Silva
93389225132-4	Lucimara Maria de Oliveira
93389204650-0	Lucineia Bertholdi Marconcini de Ungaro
93389188960-4	Lucineia do Carmo de Souza Prado
93389199141-1	Lucineide de Jesus Horácio
93389197134-0	Lucy Marina de Souza Lobo
93389202748-6	Luis Claudio da Silva Santana
93389223408-9	Luis Henrique Guimaraes
93389193736-9	Luiz Alberto Moreira da Silva
93389222580-5	Luiz Guilherme da Cruz Vieira
93389201424-1	Luiz Henrique Melo da Silva
93389224882-0	Luiz Magno de Miranda Barbosa
93389204901-0	Luna Laine Fontes Ferreira Souza
93389219220-3	Lunara Cristina dos Santos
93389212913-1	Lusiene Mariano de Sa
93389228319-1	Luzia Alves Domingos da Silva
93389219302-4	Luzia Aparecida dos Santos Burdella
93389223597-0	Luzia Carvalho de Lima Paula
93389196529-5	Luzia da Silva Paulino Nascimento
93389212611-0	Luzia de Oliveira

Inscrição	Nome
93389230140-6	Luzia Rossie Alves Rocha
93389226186-1	Luziene Francisca Gomes dos Santos
93389226792-3	Luzinete da Silva Gonçalves Esquive
93389218809-4	Macilia Tamires Praxedes da Silva
93389230298-4	Madalena Pereira Lopes
93389191811-7	Maelle dos Santos Oliveira da Silva
93389215849-8	Maiana Lopes da Silva
93389197565-4	Maila Santos da Silva
93389188987-0	Maisa Vasconcelos Barbosa
93389190947-2	Mara Claudia Cirqueira Bini
93389212661-0	Mara França Garza

93389212321-6	Mara Silvia Cavalini Favaretto
93389192183-0	Marcela Soares Arizore
93389225329-0	Márcia Aparecida da Silva
93389228088-7	Marcia Aparecida Marangoni Oliveira
93389226033-3	Marcia Balbo
93389225242-0	Márcia Barbosa de Souza
93389196877-8	Márcia Batista de Souza da Silva
93389227471-1	Marcia Cristina da Silva Martins
93389225575-6	Marcia da Costa Carvalho de Arruda
93389191553-8	Marcia de Jesus Motta
93389203581-0	Marcia Ferreira de Souza Maziero
93389222010-1	Márcia Helena Greiner Correia
93389224755-8	Márcia Regina Nunes Costa
93389224783-2	Márcia Regina Viudes Macedo
93389203794-3	Marciana Vicente da Silva
93389224272-8	Marciara Cláudia Marçal dos Santos
93389230340-0	Marcilei da Silva Santos
93389227835-8	Marcilene Roseno da Silva
93389225355-5	Marcilia Maria Gomes de Souza
93389214336-7	Marcineia Barboza de Oliveira Silva
93389196222-3	Márcio de Arruda
93389192652-1	Marcio Grey Alexandre
93389228317-1	Marcos Antonio da Silva Junior
93389217949-8	Marenilza da Silva Nobres
93389214178-5	Margarete Gimenes de Souza
93389201602-0	Margareth Lopes Ricardo
93389195724-3	Maria Alexsandra de Araujo Lima
93389228101-9	Maria Alliny Silva Santos
93389231617-4	Maria Alves de Souza
93389225444-4	Maria Antonia Alves da Silva Reis

Inscrição	Nome
93389227813-1	Maria Antonia Nascimento de Santana
93389195245-3	Maria Aparecida da Silva
93389219668-5	Maria Aparecida da Silva Ramos
93389195559-3	Maria Aparecida de Jesus
93389215135-9	Maria Aparecida de Souza
93389200852-9	Maria Aparecida dos Santos
93389220967-5	Maria Aparecida Ramos da Silva
93389194574-3	Maria Aparecida Rodrigues da Silva
93389202989-3	Maria Aparecida Vieira
93389223278-1	Maria Carneiro de Olinda
93389197056-0	Maria Catarina Cebalho
93389214043-3	Maria Cristina Alves dos Anjos
93389224584-8	Maria Cristina Souza Batista
93389213714-3	Maria das Dores Gomes de Souza
93389228632-0	Maria das Dores Romão Sobrinho dos Santos
93389225660-5	Maria das Mercês Ramos
93389195222-7	Maria de Fátima Corato Araújo
93389214318-0	Maria de Fatima de Oliveira Silva
93389202337-9	Maria de Lourdes Pereira da Silva
93389205670-2	Maria do Socorro Almeida de Sousa Lucena
93389194390-5	Maria do Socorro de Oliveira
93389203238-8	Maria Dominga da Silva
93389224248-3	Maria Dorli Moreira de Lima Bertoldo
93389229440-0	Maria Edinalva Carneiro Benicio
93389225039-7	Maria Ednete da Silva Motta
93389228936-1	Maria Eliza Borges Malaquias
93389198163-1	Maria Florizete da Silva
93389212846-9	Maria Gejuina de Carvalho
93389190431-8	Maria Geralda Ramos Pereira
93389206658-2	Maria Gomes Pereira do Santos
93389223327-8	Maria Helena Silva de Matos
93389229438-1	Maria Helena Vieira
93389202900-8	Maria Helia Sandis Silva
93389222294-1	Maria Izabel Teixeira
93389229330-4	Maria Jaciela Claudio dos Santos
93389226989-0	Maria José Alves Soares
93389202466-0	Maria José Biserra do Nascimento
93389194316-0	Maria José da Silva Costa
93389213542-3	Maria Jose da Silva e Silva
93389221324-5	Maria Jose de Jesus Silva
93389227097-9	Maria Jose Ferreira de Souza

Inscrição	Nome
93389191916-4	Maria José Furtunato da Fonseca
93389231605-6	Maria Jose Leandro da Silva
93389191908-6	Maria Josineide Araujo da Silva

93389221607-0	Maria Ketele Batista de Souza
93389191927-2	Maria Leonice da Silva
93389203059-0	Maria Leonidia Cunha
93389226072-6	Maria Ligiane Santos Batista
93389204322-3	Maria Lourença Davina da Costa
93389228474-8	Maria Lucelia de Souza Pereira
93389212868-5	Maria Lucia Duarte
93389222745-7	Maria Lúcia Ferreira Santos
93389228804-0	Maria Luciana da Silva
93389230370-5	Maria Luciara Gomes Lima
93389198267-9	Maria Lucilia da Silva Ferreira
93389221711-6	Maria Maiza Pereira Neves de Moura
93389199975-4	Maria Marques da Costa
93389228204-6	Maria Marta de Abreu Gomes
93389221416-4	Maria Monteiro de Miranda Corrente
93389226788-5	Maria Núbia Rocha de Abreu
93389219404-1	Maria Olinda Rocha
93389222801-1	Maria Paula Laurindo Torres
93389230082-1	Maria Quiteria Silva do Carmo
93389205390-7	Maria Regina Jorge de Matos
93389231530-3	Maria Regina Rumao
93389225665-5	Maria Rita da Silva Serrano
93389226597-9	Maria Rosevelte de Oliveira Silva
93389228218-4	Maria Rosilane da Silva Duarte
93389213970-7	Maria Rozeni Santana Lobo
93389206616-0	Maria Santana Corrêa
93389195402-5	Maria Sidneide Alves da Silva Rocha
93389228800-0	Maria Simone Nunes da Silva
93389198147-5	Maria Tamires dos Santos Silva
93389198741-9	Maria Tereza Gonçalves Silva
93389192676-8	Maria Vitória da Silva Lima
93389201676-7	Mariana Aline Nita
93389204536-6	Mariana Silva Laurentino
93389213535-5	Mariane Fernandes Ribas
93389223777-8	Mariany Veras do Nascimento
93389228133-3	Mariele Aparecida Ferreira
93389220399-6	Marilaine Ivone Guilhen
93389205071-9	Marilda da Silva Resende Chiuchi

Inscrição	Nome
93389213806-2	Marildete Gomes dos Santos Barnabé
93389231355-5	Marilene Cebalho de Souza
93389222140-3	Marilene de Souza Silva
93389196647-9	Marilene Ferreira Lacerda da Silva
93389194440-1	Mariluci Estevão da Silva
93389204339-1	Marilucia Dias dos Santos
93389204477-1	Marilza Souza Silva
93389197528-1	Marina Maria Nunes
93389221581-9	Marinalva de Jesus Silva Martins
93389214285-0	Marine Regina Correa da Silva Ribeiro
93389205167-8	Marineide Freitas Viana
93389225356-5	Marinelci Teresinha Leite da Rocha
93389200540-9	Marines da Cruz Salermo
93389226722-6	Marinete Campos Alves
93389213915-8	Marisa Cunha de Araujo Silva
93389227131-7	Marislani Martinello
93389194637-8	Mariza Alvez Schmeier
93389205402-0	Marlei de Lima
93389224478-2	Marlei Juvenal da Conceição
93389230896-8	Marlene Aparecida da Silva
93389230362-7	Marlene Aparecida de Souza
93389229161-4	Marlene Biz
93389190332-0	Marlene Costa Campos
93389202844-3	Marlene de Souza Valadares de Oliveira
93389222755-5	Marlene Ferreira dos Santos
93389214740-4	Marlene Francisca Magalhaes
93389231301-4	Marlene Pereira da Silva
93389219680-1	Marlene Vieira Leite Batista
93389200643-6	Marli Alexandre de Lira Almeida
93389202329-0	Marli Maria Pereira de Moura
93389213534-5	Marli Monteiro Rosa Santi
93389221055-8	Marli Rosani de Oliveira
93389193489-8	Marli Silva Ribeiro
93389202361-3	Marli Teresinha Volpatto de Araújo
93389215070-4	Marluci Delforno Leite de Oliveira
93389202473-9	Marly Aparecida Cassiano
93389191425-6	Marly Ferreira de Souza
93389194945-8	Marly Helena da Silva Mota

93389197940-7	Marsilene Rosa de Almeida
93389192192-8	Marta de Jesus da Silva
93389231057-3	Marta Furquim de Oliveira

Inscrição	Nome
93389224462-4	Marta Pereira Farias Lemes
93389228038-6	Martinho Maia de Carvalho Junior
93389204347-0	Matias da Silva Felix
93389219427-8	Maurilei Nunes da Silva
93389193980-4	Mauro José dos Santos
93389226876-4	Mayara Leite Elizeu
93389215460-5	Mayara Mendonça da Silva
93389204169-1	Mayra Alcina Cardoso de Lima Braun
93389227732-0	Maysa Luzia Peres
93389193380-0	Meire de Souza Berigo Costa
93389212696-5	Meirivane Viviane dos Santos
93389224719-5	Mércia Geraldo Pereira
93389224906-1	Meyriliani Christie da Silva Santana
93389231547-1	Micaele Buchmann Matos
93389196579-6	Michaellen Moreira Fagundes
93389217579-3	Michel Martins Garcia
93389196445-4	Michele do Nascimento Machado
93389204329-3	Michele Matos Miatello
93389204716-4	Michele Mayra dos Santos
93389213122-8	Michele Nogueira Ramos
93389225804-0	Michelly Leite Fernandes
93389191769-0	Mikaelly Silva de Almeida Cunha
93389216419-0	Milena dos Santos Silva Ficner
93389199357-4	Milene Duarte
93389224872-1	Millena Haenisch Schneider
93389222119-9	Miralva da Silva Miguel
93389224891-8	Mireli Aparecida Santos Motta
93389231150-0	Mirella Ribeiro da Cruz
93389200135-1	Miriam Diniz Branco
93389194561-5	Miriam Flores Joviu
93389224653-0	Miriam Souza Silva
93389226962-3	Mirna Morais da Silva Menezes
93389217812-6	Mirtes da Silva Aquino
93389195414-3	Mislaine Lemes Ferreira de Souza
93389200447-1	Monica Francisquete de Deus Pinho
93389194535-0	Mônica Geralda da Silva Xavier
93389205886-5	Monica Pereira dos Santos
93389194154-8	Monica Silva Oliveira de Almeida
93389227438-9	Monica Urcino Aquino de Lavor
93389220868-8	Naara Regina dos Santos Andrade
93389196506-9	Nadia Maira Pereira Aguiar Torres

Inscrição	Nome
93389202072-0	Naiana Alves Martins
93389195594-6	Nair de Macedo Alencar
93389195820-0	Naiury do Nascimento Venancio da Silva
93389195039-0	Nalimy Reis de Sousa Pereira
93389221516-1	Narlane Keylla Santos
93389191831-3	Natali Mariela Mansano Ornel
93389225776-0	Natali Salermo Farias da Silva
93389189360-7	Natali Thomas Rocha
93389215926-9	Natália Flor da Silva
93389224730-1	Natália Larissa Gallego
93389228530-2	Nayara Fernanda Prestes
93389194116-5	Nayara Rodrigues Godois Peron
93389220978-3	Neide Aparecida Costa
93389223321-8	Neide Ribeiro Lzareti
93389229080-3	Neire Altimira Talavera
93389228163-8	Neirian Amaral de Souza Benevides
93389216089-9	Neiril Maria da Silva Souza
93389205310-1	Neli Hoffmann
93389224409-5	Nelzilane da Costa Prates
93389224905-1	Neuliane Alves da Silva
93389204183-8	Neusa Catarina Poletto Marzinotto
93389191663-3	Neusa Pilatti
93389200376-9	Neuza de Souza Nepomuceno Oliveira do Nascimento
93389217243-7	Neuza Galdino Costa da Silva
93389227591-5	Nicolle Melissa de Ungaro Santana Landim
93389225026-9	Nilcéia Cezário de Brito Silveira
93389219047-5	Nilda Rodrigues da Silva
93389205067-0	Nilma Lima Guimaraes
93389226580-0	Nilmara Aparecida Duarte
93389195169-2	Nilvana Gomes da Silva

93389198132-7	Nilza Pereira Lima
93389228807-0	Nilzalina Ferreira Balbuena
93389197101-6	Noé Leandro da Silva
93389206420-3	Noemi Cristina de Lima Barbosa Gomes
93389216168-0	Nubia Graciela da Silva
93389206667-0	Olidiane Aparecida dos Reis
93389229294-6	Olivett da Penha Teodoro
93389189118-1	Olívia Cecilia Cazzuni
93389189151-4	Olivia Reis Silva Souza
93389229867-5	Osanir Pereira Vicenti Negrini
93389225678-3	Oscimara Cristina Kepps

Inscrição	Nome
93389203788-5	Osira São Bernardo Alves
93389198325-3	Osmar Clemente da Silva
93389214267-4	Paloma Cardoso de Oliveira
93389189129-0	Pâmela Oliveira da Silva
93389192286-7	Pamela Priscila Ferreira Pinheiro
93389227114-0	Patrícia Santos Neris
93389197910-2	Patrícia Alves Feliciano
93389201365-7	Patricia Chaves Oliveira
93389199882-5	Patricia Cristina Gusmao
93389192449-9	Patrícia Dantas Diniz Carvalho
93389218640-2	Patrícia de Oliveira Teixeira
93389219187-5	Patricia de Ungaro Santana Landim
93389204066-4	Patricia Gonçalves Zanchi
93389202871-8	Patricia Jaqueline Silva Fernandes
93389230828-0	Patricia Katarine Rosa Miotto
93389228956-8	Patrícia Pacheco Rodrigues Donida
93389221480-1	Patrícia Peçanha Ottomayer da Silva
93389203786-5	Patrícia Pereira da Silva
93389206618-0	Patrícia Quintino da Silva Santos
93389189278-8	Patrícia Ramos Aguiar
93389194449-1	Patrícia Rodrigues
93389192177-1	Patricia Salomé de Jesus
93389226908-4	Patrícia Soares Core de França
93389224569-1	Paula Cristina de Arruda Miranda Melo
93389214685-0	Paula Regina Gomes Lima Galdino
93389194399-5	Paula Vanessa Pedroga Ramos
93389195859-5	Pedro de Souza Santos
93389212876-3	Poliana Borges da Rosa
93389219518-7	Poliani Patricia da Silva Goulart
93389198243-2	Priscila Daiane Antunes Pereira
93389214865-8	Priscila Fernandes de Almeida
93389206261-1	Priscila Quintino da Silva Costa
93389200571-3	Priscilia Gloria Pires
93389218081-1	Queila de Oliveira Miranda
93389203322-7	Rachel de Carvalho Neves
93389229048-0	Rafaela da Cruz Carvalho
93389228326-0	Rafaela de Oliveira Borges
93389214950-7	Rafaela Francisca da Rocha Silva
93389216481-8	Rafaela Pereira da Silva Souza
93389196654-7	Rafaella da Silva Pereira
93389192759-9	Raiane Souza Silva

Inscrição	Nome
93389222719-2	Raimunda Andresa Silva Alves
93389190346-9	Raquel Aparecida da Silva
93389229677-9	Raquel Correa dos Santos
93389196848-3	Raquel Lopes da Silva
93389228292-0	Raquel Maria dos Santos Fonseca
93389206129-1	Raquel Santuza Sostena
93389206079-5	Raquel Silva dos Santos
93389194941-8	Rayana Andressa da Silva
93389228870-7	Rayanne Elizabeth Silveira Muniz
93389201690-3	Regiana Maria de Arruda Santos Siqueira
93389206319-8	Regiane Alves do Nascimento
93389226770-7	Regiane Aparecida Souza Almeida
93389200115-5	Regiane Cássia Pereira Castilheiro
93389198343-0	Regiane Martins de Souza
93389214467-9	Regina Ana dos Santos Leandro
93389222388-0	Regina Celia Eloy da Silva
93389204048-8	Regina Munhoz Garcia
93389200706-0	Regina Teixeira Venâncio Lira
93389221956-3	Reginalda Matias de Lima Brito
93389200837-2	Regislene da Silva
93389188875-5	Renata Aparecida Silva Lima
93389216882-7	Renata Ferreira Bueno Moreira

93389200443-1	Renata Gomes Lima Maciel
93389230659-0	Renata Maria da Silva
93389189363-7	Renata Martins de Sousa
93389201024-2	Renata Quirino Vicenzi
93389195056-7	Renata Santos Mendes Schneider
93389222997-2	Rhaiza Lima Monteiro
93389203150-7	Rinara Aparecida Alvares da Costa
93389215595-7	Rita de Cassia Deijani Gomes
93389229797-2	Rita Helena Gomes Gonçalves
93389227615-7	Rita Maria Felipe de Sousa
93389203847-0	Rita Pereira de Araujo Ehlke
93389204341-0	Rivonete Coelho da Silva
93389203486-3	Romilda dos Santos Roque Cordeiro
93389226532-0	Ronielem Moreira da Silva
93389197435-2	Rosana Alves
93389229989-9	Rosana da Cruz Alves
93389206644-4	Rosana Franco Silva
93389212418-5	Rosana Mirian Santana
93389222279-5	Rosangela Alves de Oliveira

Inscrição	Nome
93389198751-7	Rosangela Betanin Santos Leal
93389226742-2	Rosangela dos Santos Mendes
93389196560-8	Rosangela Fernandes da Silva Paz
93389204149-5	Rosangela Marques Lima Arrais
93389198585-7	Rosania da Silva
93389221042-0	Roseane Braz do Nascimento
93389229604-1	Roseane Cristina Leandro Lauermann
93389198898-7	Roseli Morales Pinheiro
93389224473-2	Roselia Martins da Silva Santos
93389224668-9	Rosely Fernandes Carvalho da Silva
93389228249-9	Roseni Aparecida Fernandes Vieira
93389226980-0	Rosenilda Aparecida Correia
93389197275-0	Rosiane Souza da Silva
93389197363-0	Rosicleia Goncalves de Souza
93389191784-7	Rosicleia Silveira Montalvão Konrad
93389192745-0	Rosilaine Caetano Marino Rodrigues
93389205798-6	Rosilene da Fonseca Faria
93389205553-9	Rosilene Francisca Gomes
93389205042-4	Rosilene Lopes de Lima
93389222306-5	Rosilene Santos Silva
93389192536-8	Rosimar Pereira da Silva
93389192976-0	Rosimeire Feitoza
93389220765-0	Rosimere Jacobsem Salomao Costa
93389225433-6	Rosinei Aparecida da Silva
93389206299-6	Rosinei Carmem de Oliveira
93389227193-6	Rosineia Luciana Souza
93389206077-5	Rosineia Mendes Boges de Oliveira
93389195252-1	Rosineide Ferreira Lima
93389221817-3	Rosirene dos Santos Rodrigues e Santa Helena
93389212588-0	Rosirene Gomes Damasceno da Silva
93389190387-1	Rozeana Pereira de Loyola da Silva
93389202988-3	Rozemeire Pinheiro da Silva
93389212446-0	Rozianny Emanuelly Assis de Arruda
93389196624-2	Roziany Mariot Macedo
93389201501-2	Ruberleia Cicera do Couto Costa
93389225813-9	Rubia Mara do Prado
93389224792-0	Rubia Nara Ferreira Duraes
93389203382-6	Rute Roberta dos Santos Dutra
93389214960-5	Ruth Martins Pereira Velozo
93389213095-8	Sabrina Andrade de Lima Felix
93389200831-2	Sabrina Borges dos Santos

Inscrição	Nome
93389205053-2	Salete de Fátima de Oliveira Souza
93389230629-6	Salete Terezinha dos Santos
93389224599-6	Samara Carvalho dos Anjos
93389221666-0	Samara da Luz Sousa Medina
93389197209-3	Samara Regina Mizael Pereira
93389202433-6	Sandra Aparecida Barbosa
93389195172-0	Sandra Cristina Faria
93389196860-0	Sandra de Souza Silva
93389231326-0	Sandra Fernandes Mansilha Delfino
93389214634-9	Sandra Ferreira de Almeida
93389219729-0	Sandra Giovana Santana
93389224197-7	Sandra Gomes de Souza Beninca
93389202336-9	Sandra Maria Daveli Sampaio
93389229125-1	Sandra Maria Lira

93389204249-2	Sandra Maria Mallmann
93389229009-8	Sandra Norma Pumi
93389223578-3	Sandra Pereira da Silva
93389231604-6	Sandra Ramos dos Santos
93389203671-0	Sandra Regina da Silva Amorim
93389225021-9	Sandra Rocha
93389212385-5	Sandra Severiano
93389196196-3	Sandrinha Vieira Ferreira Zuqueto
93389198841-6	Sara Marques
93389230446-8	Sebastiana Santana da Conceição
93389197583-0	Seila Paula de Souza
93389196791-7	Seila Aparecida Sant Ana
93389215259-2	Selma Aparecida Smith
93389223247-7	Selma da Costa Santos
93389212811-4	Selma Rodrigues Soares da Silva
93389203294-7	Sergilaine Fatima de Miranda
93389223893-1	Severina Soares Nabuco
93389222296-1	Shara Cristina Mizael Pereira
93389188838-2	Sheila de Jesus Mello
93389199341-6	Sideni Aparecida dos Santo Silv
93389201285-6	Sidineia Cordeiro de Macedo
93389221799-1	Sidineia Maria de Souza
93389204436-9	Sidinéia Melato Socoloski
93389204246-2	Silmara Carvalho Mendes Rosa
93389223186-2	Silvana Carnaúba dos Santos
93389231376-1	Silvana Forgiarini Sari
93389189163-2	Silvana Pessoa

Inscrição	Nome
93389195990-5	Silvana Reis Vieira
93389226195-0	Silvani Soares Alves
93389191758-2	Silvania Alexandre Monaski
93389205201-6	Silvania Aparecida Manarin Ferreira
93389197867-6	Silvania Cristiane Sobrinho Santana
93389201072-3	Silvania Ferreira Félix
93389205893-3	Silvio Ramão Cuevas Fagundes
93389193800-1	Simone Agostinho de Oliveira Goulart
93389204912-9	Simone Auxiliadora Sobrinho
93389191937-0	Simone Borges Carvalho
93389221333-3	Simone Cristina Lima
93389198914-9	Simone Cristina Rodrigues de Moraes Corrêa
93389212496-0	Simone de Brito
93389224242-3	Simone dos Santos ângelo
93389229904-3	Simone Emerick de Souza
93389189266-0	Simone Gomes de Oliveira
93389228374-0	Simone Pereira da Silva Deluqui
93389221774-5	Simone Pereira de Araújo
93389205571-5	Simone Roquia Borges Paranhos
93389197383-6	Simone Souza Barbosa
93389231157-0	Simone Souza Silva dos Santos
93389228741-5	Simony Gonçalves de Andrade
93389204369-6	Sirlei Nogueira Lopes
93389199581-3	Sirlene de Araújo Miranda
93389229066-7	Sirlene Gomes da Silva Salvador
93389193699-0	Sirlene Pinheiro
93389212627-8	Soiara de Araújo Oliveira
93389226412-6	Solange Coelho da Silva
93389213521-7	Solange Luiza de Oliveira
93389227389-2	Solange Santana Pereira
93389228432-5	Solange Santos da Silva
93389212531-9	Solange Schefer
93389205079-9	Sonia Aparecida Rodrigues
93389203319-9	Sonia Chaves de Miranda
93389192216-0	Sonia Luiza de Paulo Pescada
93389192612-9	Sonia Maria Rocha dos Santos
93389206529-0	Sonia Pereira Barros
93389215098-0	Sonia Regina Veliso Barbosa
93389217271-1	Soraia Costa da Silva Alves
93389225340-7	Soraya Borba Estrazulas Pires
93389227475-1	Sortineide Farias Ribeiro Navarro Segura

Inscrição	Nome
93389198570-9	Stefany da Silva Vieira Caetano
93389212584-0	Stéfany França da Silva Fenner
93389230842-7	Stéphanie Millene Andrade Batista Luiz
93389227923-7	Sueli Camacho da Cruz
93389223059-0	Suellem Souza de Santana
93389229168-4	Suellen Bresolin Benà

93389198501-1	Suellen Mendes Lamarão dos Santos
93389204664-8	Suellen Souza da Silva
93389195826-0	Suely Aparecida Couto Neto Vieira
93389223376-9	Sulamita Almeida Araujo Cozini
93389203926-0	Sulamita Lauriano da Silva Meneguesso
93389224683-5	Suzana Garcia de Oliveira
93389231194-3	Suzane Pereira dos Santos Alencar
93389205967-6	Suzanete Pereira de Paula dos Santos
93389223807-8	Suze Leandro da Silva
93389222164-0	Taciana Quirino da Silva
93389198937-5	Taiara Ferreira Santiago Silva de Oliveira
93389220951-7	Tais Francisco Correia
93389192140-7	Talita Aparecida Alves da Costa dos Santos
93389197518-3	Talita Fernandes de Azevedo
93389198176-0	Talytha Bezerra Paiva Gonçalves Furtado
93389221843-8	Tamara Núbia Santos Alves
93389199129-5	Tania Cleia Ribeiro
93389218065-5	Tania Maria da Silva
93389204819-1	Tatiana da Silva Mendes
93389205349-6	Tatiane Alves da Silva
93389223780-6	Tatiane da Siva Maia
93389190647-0	Tatiane de Oliveira
93389228436-5	Tatiane de Souza Silva
93389226612-0	Tatiane Farias Alves
93389227963-0	Tatiellen Martins Marques
93389198592-5	Tereza Alves de França Costa
93389192942-5	Tereza Cristina de Souza
93389222714-2	Terezinha de Jesus Pereira
93389213823-9	Terezinha Rodrigues Pereira
93389225351-5	Thaiani Jaqueline Pereira Alves
93389195324-4	Thaila Pontes de Souza
93389225618-4	Thais Arcanjo de Matos
93389202246-0	Thais Cristina Calacio da Silva
93389214430-4	Thaís Cristina Teixeira Pereira
93389218486-0	Thais Mara Santos Alves

Inscrição	Nome
93389219439-6	Thais Renata Cintra Monge
93389198710-4	Thais Silva do Espirito Santo Sertao
93389224268-0	Thaisa Pereira dos Reis Bitencourt
93389198237-4	Thallita Ferreira Rodrigues
93389190790-9	Thalyssa Marys Sueza Tayano Silva
93389197921-0	Thaynara Santos Barros Queiroz
93389199719-0	Thiago Fagundes de Souza
93389226456-9	Thiago Mattuella Silva
93389204614-7	Thomas Pereira Nunes
93389214340-5	Valdete Mendes da Silva
93389213227-5	Valdiane Francisca Almeida Vivaldini
93389219142-2	Valdilene de Almeida Ribeiro
93389215579-0	Valdineia Luzia de Moraes
93389219685-1	Valdinéia Silva de Souza
93389224273-8	Valdirene Bandeira da Silva
93389218236-5	Valdirene da Cruz Dores
93389200339-6	Valdivina Pedro da Silva
93389202488-7	Valdiza Alencar Araujo Martins
93389205810-8	Valéria de Queiroz Baratela
93389223043-2	Valéria dos Santos Sabarreti
93389206428-3	Valeria Oliveira Lara Cabral
93389228869-9	Valéria Vieira Mendes Silva
93389189206-0	Valeria Zanardi de Almeida
93389197173-3	Valquiria Cristina Zimmer
93389203039-3	Valquiria Leite dos Santos
93389193125-7	Vamichele Melo Felix
93389224617-8	Vanda Aparecida da Silva
93389228806-0	Vander Antonio dos Reis
93389196792-7	Vanderleia da Silva Lobo Sampaio
93389226735-4	Vanderleia de Souza
93389217864-7	Vanderleia Ribeiro Mendes
93389206599-8	Vanderlucia Fernandes dos Santos Siqueira
93389199776-0	Vandreia Leandro Mendonça
93389205556-9	Vanessa Almeida de Freitas
93389230988-7	Vanessa Aparecida Felipe
93389228180-4	Vanessa Cinturiao Oliveira
93389205547-0	Vanessa Cristina T R Santander
93389223908-5	Vanessa da Silva
93389219020-9	Vanessa da Silva Oliveira Souza
93389224600-0	Vanessa de Brito Borba Garcia
93389221673-8	Vanessa Iracena Bonfa Ribeiro da Silva

Inscrição	Nome
93389212445-0	Vanessa Pedro da Silva Leite
93389219269-6	Vanessa Sandra Ataide
93389191042-3	Vanessa Teixeira de Miranda
93389202675-3	Vanete Kiister Plaster
93389223115-5	Vânia Coelho de Assunção Costa
93389228428-7	Vania Cristina Felipe
93389225276-4	Vania Dirley Dotto
93389215588-9	Vania Regina do Prado Vieira
93389205171-6	Vaniclei Barbosa de Lima
93389229494-0	Vanil Romao de Sene
93389222690-0	Vanilda Costa Moreira Barbosa
93389203457-9	Vanilsa Deluque Freitas
93389197228-0	Vanilza Conceiçao de Freitas
93389203376-8	Vanilza de Aguiar Biano
93389198138-7	Vanilza Fernandes de Sousa
93389202104-0	Vanilza Lemes de Moraes Sohwenck
93389230361-7	Vanilze Moreira Vitor
93389196071-0	Vanusa Cristina Rodrigues Angola
93389226493-1	Vanusa Malu Ferreira
93389202234-1	Vanussa Camargo de Almeida
93389214756-2	Vanuze Leite de Arruda
93389200637-8	Vilma Gonçalves Pereira
93389203982-0	Vilma Martins da Silva
93389194983-0	Vilmaci da Silva Pereira
93389223565-5	Vitoria Almeida Silva
93389204565-0	Vitoria Aparecida da Costa Bertol
93389189291-4	Vitoria Corsino da Silva
93389202495-5	Vivian Gonçalves Xavier Cotrim
93389215614-9	Viviane Alexandre Pinto da Silva
93389213960-9	Viviane Aparecida Alves Leite
93389227298-3	Viviane Aparecida Mendes Marta Rocha
93389195034-0	Viviane Carla de Souza
93389213142-4	Viviane da Costa Santos
93389200989-0	Viviane Freire de Matos
93389221654-1	Walkiria de Lima Santos
93389202881-6	Wanderléia Pereira da Silva
93389228703-2	Washington de Souza
93389188981-0	Weila Rosa da Silva Souza
93389195351-9	Wellington Adriano Fernandes de Sena
93389213988-5	Wellington Rodrigues de Almeida
93389225241-0	Wérica Martins do Nascimento

Inscrição	Nome
93389199737-7	Wesley Nogueira Santos
93389194732-5	Weverton Junior de Villa Silva
93389218124-0	Wilma Almeida Damaceno
93389203021-5	Wilma Zago Neves
93389230291-4	Wislaine Cristina da Silva
93389196520-5	Wydlany Pereira de Lima
93389228348-6	Yara Oliveira dos Santos
93389222329-1	Yara Patrine Cardoso de Almeida
93389197049-1	Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes
93389192832-0	Yasnaia Francielly Souza Cardoso Costa
93389199175-6	Zaiame Almeida da Cruz
93389214244-8	Zeina Aparecida de Arruda
93389214188-3	Zenilda Angelica da Silva
93389227055-6	Zenilda Moreira
93389220173-5	Zenilda Neto de Souza Goulart
93389228349-6	Zilda Rangel da Silva Santos
93389222036-8	Zilma Silva Ramos
93389215450-7	Zuch Mairo dos Santos Locatelli
93389205773-0	Zuldimari Anacleto Bernardo Normanha
93389200425-5	Zuleide Maria de Melo

Assinatura do cargo: 1490

90 - Professor dos Anos Finais - Ciências Naturais

Inscrição	Nome
93390194839-2	Alex Bonfim Siqueira
93390206588-0	Alexssandro Rodrigues de Souza
93390224930-6	Aquila Pereira da Silva
93390198869-2	Arinete Dias de Carvalho
93390198730-0	Camila Galdino Orlandi
93390198410-2	Cristina Oliveira dos Santos
93390220871-6	Daniel Gama de Azevedo
93390230975-9	Deniele Viega Garcia
93390204085-0	Edna Cristina da Silva
93390226448-0	Elaine Peres da Silva

93390222658-8	Elizabete Lima dos Santos Aragao
93390227534-6	Eloenia de Andrade Carvalho Sibione Resende
93390229283-8	Emilio Chagas
93390206389-5	Flavia Karina da Silva Favorito
93390215638-5	Franciele Caroline da Silva
93390197230-8	Gabriely de Souza Ribeiro
93390199992-0	Gisele Silva de Oliveira
Inscrição	**Nome**
93390225479-9	Inara Gabrielle da Silva Ribeiro
93390202921-4	Karla Adrielly Fernandes Oliveira Sanches
93390202370-1	Kemilly Marjory Pires de Oliveira
93390205620-1	Krisley Seibel Tondim
93390231421-8	Krislly Emanuelly Moura Pimenta
93390218943-4	Leandro Conceição da Silva
93390228004-1	Lorhaine Santos Silva
93390215066-6	Manoel da Conceição Mendes
93390221983-8	Millaany Felisberta de Souza
93390224104-3	Patrícia Maria Piovezan Oliveira
93390214166-7	Rita de Cassia Servilha Pereira
93390205488-6	Rozineide Pereira Alves França
93390194834-2	Sumária Sousa e Silva
93390219530-3	Suzam Lenni da Silva Pereira
93390217149-0	Tamara Thaís Nogueira de Oliveira
93390197628-9	Tatiane Teixeira
93390197406-8	Thaynara Aparecida Barroso Costa Pinho
93390229301-0	Vagner de Lima Pessoa
93390215828-1	Valquíria Perassolo
93390229416-5	Varlinda de Campos Leite
93390223651-4	Victor Hugo Fernandes do Nascimento
93390221605-0	Wallace Alves Barroso
93390229860-5	Wérica Crislaine Souza Nascimento
93390224036-0	Williams Augusto Dias dos Santos

Assinatura do cargo: 41

91 - Professor dos Anos Finais - Educação Física

Inscrição	Nome
93391213050-9	Acenil de Souza Delfino
93391199377-4	Adevam Gomes dos Santos
93391195445-1	Agilson Gabriel Silva Filho
93391218173-4	Alexandre Luiz Costa Marques
93391194091-7	Aline Gomes Jacobino
93391205049-8	Ana Paula Batista
93391228998-4	Andre Ricardo Ferreira Martins
93391228551-2	Antonio Rodrigues da Silva Neto
93391204334-5	Bianca da Silva Ortiz
93391223607-7	Breno Marcassi Borges
93391218256-5	Bruna Celi da Silva
93391205351-8	Carolina Costa Silva
93391224357-2	Claudio Adão da Costa

Inscrição	Nome
93391198242-6	Cleidiana Santana de Oliveira
93391202724-3	Danieus Vila Nova Gomes Carneiro
93391190951-4	Deosdete Lino Ferreira do Rosario
93391202919-0	Edivania Augusto dos Santos
93391200005-3	Edmar Fonseca das Neves
93391230439-3	Eduardo Jose Suares
93391227686-8	Elias Vicente da Silva Junior
93391215585-2	Emerson Felipe Bernaz
93391218075-7	Erica Regiane Alves da Silva
93391222646-3	Francisco da Silva Cunha
93391220628-4	Geraldo Berto Matias Fagundes Junior
93391213410-5	Gidersonia Pereira de Jesus
93391204219-1	Helio dos Santos Correia
93391227405-8	Hozana Portilho Esteves
93391227763-9	Ivan da Silva Miranda
93391218156-8	Jerfferson Pasquarelo de Souza
93391204831-1	Jhon Wittor Araújo Nunes
93391227677-0	Joanita de Sousa Pereira
93391205255-0	Jodemir Antonio da Silva
93391220276-6	José Augusto Araújo Mendes
93391229670-2	Juan Matteus de Souza e Silva
93391194670-4	Lais Ketina Gomes da Silva
93391213437-1	Lorrayny Cristina da Silva Lima
93391218696-7	Lucas Santana Veloso Guedes
93391218559-7	Luiz Fernando Tayler de Amorim
93391225606-0	Luiza de Oliveira Souza

93391220461-2	Maiara Rodrigues de Souza
93391196886-0	Marcione Dias da Silva
93391231443-8	Maria de Fatima Geraldes Garcia
93391194870-9	Marluci Micheli de Sousa
93391196799-0	Marques Mathias de Almeida Rucker
93391189122-3	Matheus Tavares Ferraz
93391231573-0	Michele Cassimira de Moraes
93391205088-0	Michelli Stuchi de Souza
93391199926-7	Milene Regina de Oliveira Rodrigues
93391228345-0	Milton Batista Vieira Junior
93391203051-3	Mirieily Kelly Bernal
93391204859-8	Natanael Jose Ferreira
93391200494-6	Ozéias Pinheiro da Silva
93391224908-5	Paulo Mateus de Moraes
93391199182-8	Raiany Mota Ribeiro
Inscrição	**Nome**
93391218714-9	Renata Aparecida Nunes dos Santos
93391201450-0	Rodrigo Aguiar Zanesco
93391227449-0	Rodrigo Chaves Soares
93391213337-4	Rosicleia da Silva Brazao
93391199689-4	Rosivani Moreira de Lima
93391198677-0	Silvana Lima Ferreira
93391200766-3	Thalisson Breno Pereira Rocha
93391197728-0	Thiago Conceiçao Pinheiro dos Santos
93391229082-7	Thomas Peether Cestari de Arruda
93391214850-3	Tiago Pereira Soares
93391195478-6	Valdeci Oliveira Daniel
93391221180-3	Vania Ramos da Silva Gonçalves
93391205313-5	Wanessa Demarchi
93391212434-5	Welder Macedo dos Santos
93391215156-9	Wender Barbosa Vieira Souza
93391194439-7	William Gusmão de Souza
93391198305-0	Willian Douglas Sutil

Assinatura do cargo: 71

92 - Professor dos Anos Finais - Geografia

Inscrição	Nome
93392212279-7	Alexandro Bastos
93392229056-6	Ana Lucia da Silva Lopes Rosa
93392212267-9	Andressa Maria dos Santos
93392189277-5	Carlos Eduardo da Silva Galante
93392230339-0	Chrislem Nayara Alves Rodrigues
93392230438-7	Cristiane Ferreira de Arruda
93392217476-3	Daniel Ricardo da Silva Sena
93392190366-2	Eder Jardel da Silva Dutra
93392230086-9	Eduardo Lopes da Silva
93392204166-9	Enio da Costa Ramos
93392217247-4	Erica Meriele de Jesus Silva
93392213013-0	Evanildo Ramos da Cruz
93392223357-0	Fabiano Silva Costa
93392198896-4	Genilda Aparecida da Silva
93392230350-6	Hellen Simone Tortorelli
93392229255-0	Higor Lopes Andrade
93392224147-3	Layane Aparecida de Almeida de Novaes
93392225797-4	Leandro Gonçalves de Matos
93392195338-0	Lucas Rodrigues Xavier
93392222299-9	Luiz Cláudio Almeida Martins
Inscrição	**Nome**
93392196161-6	Luzia Alda Ferreira dos Reis Garrido
93392205308-0	Marcielly Lima Conceição
93392191319-8	Maria do Socorro Barboza
93392192471-0	Maria Gabriela Elizaete da Silva
93392230415-0	Micael de Oliveira dos Santos
93392197022-2	Odaziel Pereira Bispo
93392230414-0	Raquel Santos de Andrade Cachone
93392191150-6	Renan Costa Silva
93392199366-0	Roseni de Fatima Pereira
93392229679-6	Silvia Cristina dos Santos Pelentir
93392231198-0	Vagner Luiz Monteiro de Souza

Assinatura do cargo: 31

93 - Professor dos Anos Finais - História

Inscrição	Nome
93393213396-0	Amanda Maciel Silveira
93393196391-9	Ana Caroline do Nascimento Pimenta

93393195874-2	Cleide Aparecida Batista
93393195690-4	Estela Corrêa de Oliveira Potrich
93393217109-8	Heden Romário dos Reis
93393203730-5	Italo Ludgero Jacob Mendes dos Santos
93393196441-5	Ivani Nogueira de Souza
93393198357-9	Ivanildo César Neres
93393200270-2	Jorge Itamar Rodrigues
93393215567-3	José Fernandes Neto
93393227989-7	Kairo Rodrigo Espósito dos Santos
93393204774-4	Kháyo Djemes Binas da Purificaçao
93393212900-4	Leandro Achre de Lima
93393199666-5	Leonildo de Carvalho Bronzatti
93393215648-4	Lorrane Sardi Lemos
93393230732-2	Marcia Gabrielle da Silva Almeida
93393197190-0	Marcos Vinicius Rodrigues de Melo
93393197657-4	Mayara Gomes Cunha
93393193164-0	Maycon David Batista Caetano
93393228012-0	Miguel Ferreira Santana
93393203681-9	Pedro Vergilio de Sá
93393202595-3	Perla Arruda Lima
93393205032-7	Rafael Adao
93393192031-2	Rafael Vasconcellos Alves
93393230488-1	Taniele Alves Pina
93393192007-8	Thazia Maclaine Alves Luz Kinsel
Inscrição	**Nome**
93393192811-4	Túlio Cesar de Arruda Ferreira Diogo
93393230510-1	Valdecir Candido Claudino
93393212343-3	Vanessa Perassolo
93393218022-3	Vivaldo Anjos dos Santos

Assinatura do cargo: 30

94 - Professor dos Anos Finais - Língua Portuguesa e Estrangeira - Inglês

Inscrição	**Nome**
93394223058-5	Adriano dos Santos Lima
93394201153-9	Alexandra Durks Maximiano
93394224405-0	Andreia Cunha Rondon
93394213492-1	Andréia Perez Evangelista
93394227831-2	Andressa Fernanda Santos
93394192134-3	Andreyna Lira Rodrigues da Silva
93394190309-0	Cálita Barbosa Barro
93394215844-2	Carla Graicy Lima de Oliveira
93394230120-4	Celeste Gonçalves Costa
93394203563-9	Célia Cristina Lopes de Souza
93394203901-9	César Júnior Lima dos Santos
93394225183-0	Daiane Pereira da Silva Souza
93394229880-6	Daiany Marcelina Rodrigues de Souza
93394206510-7	Danielli Marques Rosa Esteves
93394205076-3	Dieleem Mara da Silva Campos
93394204124-3	Dimas Evangelista Barbosa Junior
93394220234-4	Edina Flores Parada
93394220970-8	Elenir Carvalho dos Reis
93394218644-7	Elvis de Assis Rodrigues Ferreira
93394221946-0	Everton Borkenhagen
93394190959-5	Francisca Marylin dos Santos Lucas
93394198904-5	Gilson Costa da Silva
93394191699-2	Guilherme Tomaz Santos de Alcântara
93394204794-4	Guiomar Ferreira Neris
93394212369-3	Iarley Luís Alves Santos
93394229683-1	Ivonete Ferreira Felix de Souza
93394190740-2	Jakeline Carmo do Espírito Santo
93394223381-1	Janielle França Ormonde
93394223996-3	Jaqueline Bernardi Trentini
93394223164-0	Jaylaine de Souza Silva
93394199844-7	Joel Kler de Oliveira
93394206240-0	Júlio Cezar Rodrigues da Silva
93394222058-9	Kenniel de Brito França
Inscrição	**Nome**
93394229583-4	Laudeci da Silva Santos
93394189126-4	Leticia Marinha Bomfim
93394223736-0	Lucimara Aparecida da Silva
93394228855-5	Maria Leuzivania Lacerda Oliveira
93394203783-0	Maryssol Gomes Gonçalves
93394203548-2	Maxwel de Souza Alves
93394217647-0	Mírian da Costa Moraes Carvalho
93394214415-2	Patrícia Almeida da Silva
93394193936-8	Patrícia dos Santos da Silva
93394214937-5	Patrícia Paes Sulzbach
93394204556-7	Quezia Soares Raimundo
93394218292-9	Rafael de Jesus Gomes
93394228021-2	Roberta Silva de Lima Barreto
93394214979-8	Rodrigo Lemes do Nascimento
93394230214-3	Sabrina Heck
93394227947-8	Sandra Sara de Oliveira
93394204673-0	Sidivaldo Oeder de Oliveira
93394200487-9	Stella Amanda Oliveira de Carvalho
93394189062-0	Tiago da Silva Jara
93394206342-7	Vicente Pedro de Souza
93394205795-0	Wanderlene Alcântara
93394200751-6	Wgledia Darck Martins da Silva

Assinatura do cargo: 55

95 - Professor dos Anos Finais - Matemática

Inscrição	**Nome**
93395199573-3	Adriano Ferreira
93395201578-8	Aguila Priscilla Silva de Abreu
93395214447-0	Alex Júnior Pereira da Silva
93395226300-9	Alice dos Santos Zanoni
93395219628-0	Ana Cláudia Souto
93395230986-5	Ana Paula de Miranda
93395199833-2	Anderson Ferreira dos Santos
93395224352-7	Andre Luiz Mezz
93395200859-7	Beatriz Cristina Souza da Silva
93395194822-2	Betina Garcez Ciarma
93395231523-3	Caroline Quadros de Oliveira
93395205862-7	Celso Fanaia Teixeira
93395221808-3	Cleber Alves de Freitas
93395200057-9	Cleverson Felipe de Zorzi Cambrussi
93395213101-0	Cristiano Pereira

Inscrição	**Nome**
93395203976-0	Daiane Caroliny Cruz de Souza
93395197331-3	Daiane Silva Pereira
93395199604-3	Daniela Silveira Rocha
93395231433-4	Daniele de Fatima Steteski
93395213185-5	David Cristiano da Silva
93395198187-6	Deise Cristina Noronha Dornelles
93395188824-2	Dirceia Arrabal Nobre
93395218888-8	Douglas Sales Pauli
93395230591-4	Ediel Pereira de Macedo
93395200469-6	Eliane da Conceição Silva
93395203871-2	Elias de Jesus Estevao
93395215050-6	Eliezer Gomes Pereira
93395228229-0	Fabiano Hilário Ramires
93395230767-4	Fabio Pscheidt
93395231019-9	Flaviene Carla da Silva Ortiz
93395203060-6	Genilson Pereira de Souza
93395227680-2	Geziana Pereira Vieira dos Santos
93395219903-6	Guilherme dos Anjos Silva
93395203100-4	Gustavo Marcelo Ferreira
93395215535-6	Isabeli Lima França
93395223480-2	Israel Max Souza da Silva
93395189446-6	Izolete Klotz Santin
93395227625-3	Jaqueline Tamires de Campos Silva
93395196078-8	João Gabriel da Silva Santos
93395215710-4	Joilson Ferreira de Carvalho
93395229247-3	José Benilton Leite Pompilio
93395198796-8	José Vitor dos Santos Silva
93395199051-0	Juciania Xavier Campanharo
93395200972-0	Juliana Carla Geraldi Carneiro
93395230172-9	Juscineia Pereira
93395212684-5	Kellen Cristina Viana da Silva
93395205659-4	Lecivaldo Lima da Silva
93395198770-1	Leiane Suellem da Silva Borges
93395229607-0	Luciana Maria do Carmo
93395194374-7	Lucianes Gonçalves da Costa
93395212700-7	Ludmylla Suellen Wolf Oenning
93395196538-1	Maikon dos Santos de Jesus
93395199209-4	Marcelo Aparecido Alves de Almeida
93395195757-6	Marcelo Lima Portela
93395227190-4	Marcio Nunes Neves
93395231512-5	Maria Auxiliadora Leite
Inscrição	**Nome**

93395218998-3	Marineide Araujo de Brito
93395203132-9	Matheus Corrêa de Oliveira
93395227918-7	Mayara Barbosa da Silva
93395196192-1	Maycon Douglas Candote de Souza
93395231656-5	Maycon Douglas Ferreira
93395223079-5	Mylena Borges da Cruz
93395215307-7	Otavio Leite Rothebarth
93395198528-6	Patrick Godoi
93395203092-0	Paula Vanessa Martins Benedetti
93395198729-0	Paulo Rosa dos Santos
93395190385-0	Pedro Americo Scariot Silva
93395205341-4	Pedro Hernesto dos Santos
93395198644-0	Rafael Cunha de Luna
93395205092-3	Rian Oliveira Silva
93395229331-2	Sabino Manoel da Silva
93395229162-2	Sandra Constancia de Oliveira Silva
93395196564-6	Thais Cecilia Ribeiro Pires
93395219075-8	Thaisa de Lucia Garcia
93395197421-2	Valdoilson da Cruz de Miranda
93395199118-5	Valquiria dos Santos
93395198695-0	Vandriane Virgulino Oliveira
93395216075-9	Viviany Martins Bento
93395226356-0	Waldimara Aparecida Rondon Rodrigues
93395196756-2	Walisson Gabriel Alves Rocha
93395206422-1	Wedson Maokson Mota
93395218833-7	Welika Christiane Corrêa Gonçalves
93395218556-1	Yasmim Gabriela da Silva Nunes

Assinatura do cargo: 83

Assinatura Geral: 1870

LEI ORDINÁRIA N.º 6.827, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.099, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a alínea 'j', do inciso I, do art. 2º, da Lei nº 2.099 de 29 de dezembro de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

j) Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres:

j.1) Assessoria de Apoio Administrativo de Gabinete – GPPM;

j.2) Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

j.3) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

j.4) Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 2º Fica alterado o caput art. 1º da Lei nº 3.769, de 28 de março de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sob a sigla de CMDM, vinculado ao Gabinete de Políticas para Mulheres, como órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa no âmbito de suas competências, tendo por objetivo formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos da mulher e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero.

Art. 3º Ficam incluídos os artigos 3º-A, e 3º-B, na Lei nº 5.424, de 23 de fevereiro de 2021, com a seguinte redação:

Art. 3º-A À Assessoria de Apoio Administrativo de Gabinete – GPPM, compete:

I - Apoiar a implementação e execução das políticas, programas e ações propostas pelo Gabinete, garantindo sua eficácia e ajustando conforme necessário;

II - Facilitar a articulação e o estreitamento de parcerias com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, visando à construção de políticas integradas de promoção dos direitos das mulheres;

IV - Assessorar na coleta, análise e divulgação de dados, estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres no município, apoiando a formulação de políticas públicas baseadas em evidências;

V - Apoiar e assessorar na implementação de projetos voltados ao empoderamento feminino, à inclusão das mulheres no mercado de trabalho e à sua participação política e comunitária; VI - Monitorar a execução das políticas públicas, realizar avaliações periódicas e fornecer relatórios técnicos sobre os resultados alcançados, propondo ajustes quando necessário. VII - exercer outras atribuições correlatas às finalidades da Gabinete.

Art. 3º-B À Coordenação de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compete:

I - Coordenar e desenvolver campanhas de conscientização sobre a igualdade de gênero, prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, promovendo sua divulgação e engajamento social;

II - Organizar eventos, seminários, workshops e outras atividades de capacitação direcionadas ao fortalecimento e à formação das mulheres nas diversas áreas de suas vidas sociais e profissionais;

III - subsidiar a formulação, o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres;

IV - produzir informações com disponibilidade, autenticidade, integridade e comparabilidade sobre todos os tipos de violência contra as mulheres;

V - manter as informações disponíveis em sistema eletrônico para acesso rápido e pleno, ressalvados os dados cuja restrição de publicidade esteja disciplinada pela legislação;

VI - integrar e subsidiar a implementação e avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;

VII - atender ao disposto no inciso II do caput do art. 8º e no art. 38 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

VIII - exercer outras atribuições correlatas às finalidades da Gabinete.

Art. 4º Ficam criados os cargos de Coordenadora de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e Assessor de Apoio Administrativo de Gabinete - GPPM, na Estrutura Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT, instituída pela Lei Ordinária nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 5º Em atendimento ao disposto no art. 4º desta lei, ficam criados, no Anexo II e no Anexo III da Lei nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, as seguintes vagas:

ANEXO II CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS) E INTERMEDIARIO (DAI)		
DISCRIMINAÇÃO DE CARGOS	**CARGOS**	**SIMBOLO**
Assessor de Apoio Administrativo de Gabinete - GPPM	01	DAS - II
Coordenador de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	01	DAI - II

ANEXO III CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS) E INTERMEDIÁRIO(DAI)			
DISCRIMINAÇÃO DE CARGOS	**Nº DE CARGOS**	**SIMBOLO**	**VENCIMENTO**
Assessor de Apoio Administrativo de Gabinete - GPPM	01	DAS - II	R$ 5.883,91
Coordenador de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	01	DAI - II	R$ 3.658,55

Art. 6º Fica ampliada 01 (uma) vaga de Agente Administrativo II, constante no Anexo I – C – Tabela de Cargo de Provimento Efetivo, da Lei n.º 2.875, de 10 de abril de 2008, nos cargos de provimento efetivo, conforme tabela abaixo:

Anexo I – C – Tabela de Cargo de Provimento Efetivo

GRUPO	CARGO	DE Nº VAGAS	PARA Nº VAGAS
Ocupacional – III	Agente Administrativo II	148	149

Art. 7º As atribuições típicas e a descrição dos cargos deAssessor de Apoio Administrativo de Gabinete – GPPM; e Coordenador de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**,** estão detalhadas no Anexo I desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
TERMO ADITIVO N. 034/2025/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 034/2025/SAMAE

TIPO	Contrato n. 014/SAMAE/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 018/2021/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Prefeito Municipal **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**CLEAN MASTER AMBIENTAL UNIPESSOAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.804.209/0001-73, situada na Av. Raulina Fonseca Pascoal, nº 765, Quadra 102, Lote 0 – Sala 03, Setor Central - CEP 75.701-480, Catalão - GO, representada por **RAFAEL FONSECA MACHADO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – RSU, COM SISTEMA DE RASTREAMENTO DOS SERVIÇOS VIA GPS E SATÉLITE, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** Com supedâneo no Art. 65 da Lei 8.666/93. **R$ 428.387,27 (Quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e oitenta e sete mil reais e vinte e sete centavos)**
PRAZO	**17 de abril de 2025 até 17 de maio de 2025.**

LEI ORDINÁRIA N.º 6.826, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.812, DE 09 DE MAIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 3.812, de 09 de Maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 24. O Conselho Tutelar funcionará atendendo, por meio de seus conselheiros, caso a caso:

I - no horário de expediente dos órgãos municipais, de segunda a sexta-feira perfazendo um total semanal de quarenta horas de expediente normal, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, além dos plantões, a serem cumpridas por todos os conselheiros tutelares.

II - fora do expediente normal, disposto no inciso anterior, os conselheiros tutelares distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, a forma de regime de plantão, de modo que sempre deverá um conselheiro tutelar ficar escalado, nos períodos noturnos, finais de semana e feriados, funcionando em sistema de rodízio de Conselheiros, cujos telefones e endereços serão afixados em repartições públicas e divulgado através dos meios de comunicação do município.

§ 1º O atendimento em plantões será realizado das 17:00 às 07:00, nos dias úteis, e nos finais de semana e feriados, o conselheiro que estiver de plantão semanal atenderá também nos horários das 11:00 as 13:00.

§ 2º O atendimento em plantão seguirá escala de rodízio e será realizado por um conselheiro tutelar, a ser encaminhado para Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

I - Os plantões realizados na semana darão direito à compensação de meio período de folga que será posterior ao dia do plantão, podendo o conselheiro decidir o usufruto no período matutino ou vespertino, vedado o acumulo ou postergar para o próximo dia.

II - Os plantões realizados aos finais de semana darão direito a 1 (um) dia de folga que será usufruída no próximo dia útil ou no máximo no outro dia subsequente, sem prejuízo das reuniões colegiadas semanais do Conselho Tutelar para deliberações, vedado o acumulo de folgas.

§ 4º Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a fiscalização do horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

§ 5º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 6º O disposto no caput não impede a distribuição equitativa dos casos ou a divisão de tarefas entre os conselheiros, evitando sobrecarga e preferências pessoais, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

(...)

Art. 32. O servidor municipal, ocupante de cargo de carreira, que for eleito para o cargo de conselheiro tutelar poderá optar entre o valor do subsídio do cargo de conselheiro tutelar ou o valor total de seus vencimentos, ficando-lhe garantido:

(...)

Art. 34. ……

f) informações sobre o subsídio, jornada de trabalho, período de plantão e/ou sobreaviso, direitos e deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar;

(...)

Seção IX

Dos Cargos, Dos Direitos Sociais e do Subsídio

Art. 45. Ficam criados 5 (cinco) cargos de conselheiro tutelar titular e 5 (cinco) cargos de conselheiro tutelar suplente, com subsídio para quem estiver na titularidade e efetivo exercício do cargo, tomando como referência valor fixo do subsídio de R$ 5.117,60, reajustável nos mesmos índices dos demais Servidores Públicos Municipais tomando como base o RGA concedido a cada ano, para um mandato de quatro anos.

§ 1º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos Conselheiros e Conselheiras tutelares, custeio com subsídio, formação continuada e execução de suas atividades, observando-se o que segue:

I - Para a finalidade do caput do § 1º acima, devem ser consideradas as seguintes despesas:

a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax, entre outros necessários ao bom funcionamento do Conselho Tutelar;

c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

d) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município;

e) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

f) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio; e

g) processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

II - Na hipótese de inexistência de lei local que atenda os fins do caput ou de seu descumprimento, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar ou qualquer cidadão poderá requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Ministério Público competente, a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

III - A gestão orçamentária e administrativa do Conselho Tutelar ficará, preferencialmente, a cargo do Gabinete do Prefeito.

IV - Cabe ao Poder Executivo garantir quadro de equipe administrativa permanente, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar.

V - O Conselho Tutelar requisitará os serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto no artigo 4º, parágrafo único, e no artigo 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069, de 1990.

VI - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer fins que não sejam destinados à formação e à qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

§ 2º O subsídio dos conselheiros tutelares poderá ser fixado por Lei Municipal anterior à publicação do edital de cada processo de escolha, vigendo pelos quatro anos do mandato, sendo os referidos valores corrigidos anualmente pelos mesmos índices que forem aplicados aos servidores públicos municipais, a fim de recompor perdas inflacionárias.

§ 3º Quando o conselheiro tutelar for servidor público efetivo, os descontos previdenciários incidirão em favor do regime próprio de previdência do Município. Nos demais casos, caberá ao Município efetuar o recolhimento das contribuições devidas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

§ 4º O pagamento mensal do subsídio de cada conselheiro tutelar dar-se-á no mesmo dia de pagamento dos demais servidores públicos municipais, obedecendo a mesma forma e modo.

§ 5º A autorização para afastamento de membro do Conselho Tutelar candidato a cargo eletivo nas eleições oficiais será deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e, se concedida, não dará direito ao subsídio durante o período respectivo, todavia, poderá retornar ao cargo, desde que não assuma o cargo eletivo a que concorreu.

Art. 45-A. ……

II - gozo de férias anuais, com acréscimo de um terço do valor do subsídio mensal;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.820, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6. 544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 356.358,23 (TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6. 706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras do Projeto/Atividade, constante na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilha abaixo:

De:

PROGRAMA: 0021 – GESTÃO AMBIENTAL		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2184	Gestão Ambiental	R$ 3.125.959,15
2186	Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	R$ 503.449,64
2188	Implantação, Manutenção e recuperação do Paisagismo Urbano, vegetação de Parques, Canteiros, Rotatórias e Jardins	R$ 3.859.176,97

Para:

PROGRAMA: 0021 – GESTÃO AMBIENTAL		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2184	Gestão Ambiental	R$ 3.176.392,58
2186	Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	R$ 503.449,64
2188	Implantação, Manutenção e recuperação do Paisagismo Urbano, vegetação de Parques, Canteiros, Rotatórias e Jardins	R$ 3.552.176,97

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito Suplementar no valor de R$ 356.358,23 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE	**CÓD**	**ESPECIF. DA MODALIDADE**	**CÓD. DA MODALIDADE**	**VALOR**
Gestão Ambiental	**2184**			**50.433,43**
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.5000000000	50.433,43
Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	**2186**			**305.924,80**
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.7590000000	305.924,80
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**356.358,23**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide quadro abaixo:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE	**CÓD**	**ESPECIF. DA MODALIDADE**	**CÓD. DA MODALIDADE**	**VALOR**
Implantação, Manutenção e recuperação do Paisagismo Urbano, vegetação de Parques, Canteiros, Rotatórias e Jardins	**2188**			**50.433,43**

		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.5000000000	50.433,43
Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental	**2186**			**305.924,80**
		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.3.50.00.00.00.1.7590000000	77.000,00
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1.7590000000	228.924,80
TOTAL DA REDUÇÃO:			**356.358,23**	

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa subsidiar readequação orçamentária, com vista a possibilitar investimentos para a continuidade e evolução de ações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em Tangará da Serra.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2025– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE HOSPITAL MUNICIPAL ARLETE DAISY CICHETTI D E BRITO E UPA ARI TORRES 2024/25, conforme especificaço es contidas no Termo de Referencia e demais exigencias estabelecidas no Edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. O município de Tangará da Serra, através do Dept. de Licitações, torna público, a alteração de fornecedor, tendo em vista o cancelamento total da ata de registro de preços da primeira colocada:**JVMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrito sob CNPJ nº**14.461.011/0001-83,** promoveu a alteração de Fornecedor, conforme Termo de Aditivo firmado entre as partes, que também poderá ser acessado na íntegra, através do https://tangaradaserra.mt.gov.br/?post_type=licitacoes. Tangará da Serra-MT, 17 de abril de 2025. Márcio de Oliveira Lopes – Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

FORNECEDOR 3º CLASSIFICADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ 00.802.002/0001-02

ITEM	DESCRIÇÃO	MED.	QUANT	MARCA /MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
47	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE (PLÁSTICO), 10 ML, SEM AGULHA, BICO SLIP, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. ESCALA 0,2ML.	UN	178200	SR	R$ 0,22	R$ 39.204,00

LEI ORDINÁRIA N.º 6.821, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.171, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* e o § 2º do art. 28; e o art. 31, ambos da Lei nº 6.171, de 29 de setembro de 2023, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 28. Fica instituído, no âmbito do Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FMCTI, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Inovação.

[...]

§ 2º O valor correspondente mencionado no parágrafo anterior deverá ser alocado no projeto atividade: Estimular a Inovação, Criação e Desenvolvimento de Novas Tecnologias a ser criada e adicionada ao orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Inovação – SEPLAN.

[…]

Art. 31. O presidente do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FMCTI de Tangará da Serra/MT será o secretário de Coordenação, planejamento urbano e inovação, devidamente nomeado por portaria.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
TERMO ADITIVO N. 32/2025/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 32/2025/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 016/SAMAE/2022 – CHAMAMENTO Nº. 01/2022/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOS DO SUDOESTE MT / PA - SICREDI MT / PA**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.995.755/0001-60, estabelecida na Rua Neftes de Carvalho, n. 489-S, Jd. Duas Pontes, Tangará da Serra - MT, CEP 78.300-000, neste ato representada pelos procuradores Sr. **LUIZ ANTONIO FONTANA JUNIOR** e Sr. **IBOMAR CARDOSO DOS SANTOS.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, QUE DEVERÃO PRESTAR OS SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA E OUTROS SERVIÇOS, DE QUALQUER CONSUMI-**

	DOR, EMITIDAS E DISTRIBUÍDAS PELO SAMAE, QUE DEVERÃO SER AUTENTICADAS MECANICAMENTE OU ATRAVÉS DE PAGAMENTO PELA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO, CORRESPONDENTE BANCÁRIO, AUTOATENDIMENTO, RECEBIMENTO NO CAIXA E PIX, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Com supedâneo no art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 657.600,00 (Seiscentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 18 de abril de 2025 a 18 de abril de 2026.**

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
TERMO ADITIVO N. 35/2025/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 35/2025/SAMAE

TIPO	CONTRATO N. 014/SAMAE/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2023/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350-E, Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**ALLREDE TELECOM LTDA**, inscrita no CNPJ n. 20.643. 602/0001-74, com endereço na Rua 115, 942, Setor Sul, Goiânia-GO, representada pelo Sr. **VINÍCIUS DE PAULA BORGES.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL ATRAVÉS DE CABEAMENTO DE FIBRA ÓPTICA DE REDE PRIVATIVA DE COMUNICAÇÃO COM VELOCIDADE DE 100 MBPS (CEM MEGABITS POR SEGUNDO), E A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET DE 100 MBPS (CEM MEGABITS POR SEGUNDO), FULL DUPLEX** Com supedâneo no art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 44.201,40 (Quarenta e quatro mil, duzentos e um mil reais e quarenta centavos).**
PRAZO	**Tangará da Serra/MT, 20 de abril de 2025 a 20 de abril de 2026.**

LEI ORDINÁRIA N.º 6.822, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 6.650, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei n.º 6.650, de 31 de outubro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituída e definida a Tabela de Exames Laboratoriais do Sistema Único de Saúde Municipal - SUS, nos moldes do Anexo I (Tabela Municipal - Atenção Básica), Anexo II (Tabela Municipal - HMTS), Anexo III (Tabela Municipal – Citopatológico), Anexo IV (Tabela Municipal – Exames Anatomopatológicos) constantes desta Lei, a ser utilizada como referência nos procedimentos de Credenciamento de prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde no Município de Tangara da Serra/MT.

Art. 2º Fica incluído o Anexo IV na Lei nº 6.650, de 31 de outubro de 2024, nos termos do anexo desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 04/2025/SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 04/2025/SAMAE

TIPO	Ata de Registro de Preços n. 04/SAMAE/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 008/2025/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**NOME DA EMPRESA: INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA** **CNPJ: 10.717.170/0001-45** **ENDEREÇO: Av. Gov. Julio José de Campos, n. 6969, Cidade de Deus, Várzea Grande/MT, CEP 78.140-400** **REPRESENTANTE: RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL QUÍMICO PARA UTILIZAÇÃO NA DESINFECÇÃO DA ÁGUA TRATADA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA QUEIMA PÉ DO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA - MT.** Com supedâneo na Lei nº 14.133, de 2021. **R$ 54.200,00 (Cinquenta e quatro mil e duzentos reais).**
Prazo	Tangará da Serra/MT, 17 de abril de 2025**, prazo até 17 de abril de 2026.**

SAD
DECISÃO DE RECURSOS QUANTO AO GABARITO DIVULGADO PELO EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 008/2025 RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

DECISÃO DE RECURSO

A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra torna pública a lista de decisão dos recursos relativo ao Gabarito Divulgado mediante o Edital de Complementar nº. 008/2025 relativo a prova objetiva realizada dia 06/04/2025 relativo ao Processo Seletivo Simplificado 001/2025.

LISTA DE DECISÃO

Contendo nome do candidato, a data da solicitação, nome do cargo, parecer e motivo do parecer.

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.199/2025**
Nome	**JESSÉ KALEBE SOARES ANDRADE**
Cargo	1450 – AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS E ORIGEM ANIMAL
Questões	**Nº 1** – Alegação do candidato: A resposta D é incorreta, e cabe a correção para a alternativa C, ou a anulação da questão.
Parecer	**Questão: 1** As palavras "**suprimir"** e "**suprir"** são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: **Suprimir:** significa **eliminar**, **extinguir** ou **retirar**. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* **Suprir:** significa **fornecer**, **preencher uma falta**, **abastecer**. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da **supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue**, o uso da palavra "**suprimir"** é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a **suprir** células cancerígenas"* Neste caso, o termo "**suprir"** está **inadequado e contradiz o sentido original do texto**, pois sugeriria que a doação de sangue **ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas**, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão:** Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.214/2025**
Nome	FRANCISCO WELISON FONTENELE DE ABREU
Cargo	0658-PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL
Questões	**Nº 21** – ALEGAÇÃO DO CANDIDATO: QUESTÃO PODE SER ANULADA DEVIDO O ERRO EM SEU ENUNCIADO. 21. Assinale a alternativa em que não há regência verbal. **a)** Aspire o ar puro da manhã. **b)** Ela veio à feira sem dinheiro.

	c) Prefiro mais futebol a basquete. **d)** Ela pagou o salário ao empregado.
Parecer	**Questão 21:** Em resposta ao recurso apresentado, gostaria de afirmar que a alternativa em questão, especificamente a letra **C** "Prefiro mais futebol a basquete", é, de fato, a única que não apresenta uma regência verbal adequada. **1. Definição de Regência Verbal**: É importante entender que a regência verbal se refere à conexão que o verbo estabelece com seus complementos. Embora seja verdade que todos os verbos possuam regência, a letra C demonstra uma construção pleonástica. A expressão "prefiro mais" ou "prefiro menos" é, em essência, redundante, já que o verbo "preferir" já implica uma comparação implícita. **2. Erro na Construção da Alternativa C**: A utilização de "mais" ou "menos" junto a "prefiro" resulta em um pleonasmo, pois já está subentendida a ideia de preferência na própria ação de preferir. Assim, a frase é gramaticalmente incorreta do ponto de vista estilístico, representando uma falha no uso da língua. **3.Clareza no Enunciado**: O apontamento relacionado à ambiguidade do enunciado da questão não altera o fato de que a letra C não segue a Norma Padrão da Língua Portuguesa em termos de regência. Portanto, a intenção original da questão de identificar a alternativa que não esteja regida corretamente se cumpre ao apontar a letra C. Por essas razões, reitero que a letra C é a única alternativa que verdadeiramente não possui regência verbal adequada, justificando sua seleção como a resposta correta. O pleonasmo apresentado elimina a eficácia da regência que deveria ser esperada na frase.
Decisão	**Questão 21: Questão 21 – Recurso Indeferido – Manter resposta do gabarito.**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.217/2025**
Nome	**MARCELO PINHEIRO MARTINS**
Cargo	1339 – PSICÓLOGO – 40 H-SMS
Questões	**Nº 7 –** Alegação do candidato: Questão com duas alternativas corretas **a opção "C" e "D"**
Parecer	**Questão:7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase "Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa", associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem "Não vou mais te segurar", evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão: Questão7– INDEFERIDO– Mantém alternativa C**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.218/2025**
Nome	MARIANA ARALDI
Cargo	379 – ODONTÓLOGO – PSF
Questões	**Nº 2, 4, 7 –** Alegação do candidato: Questões apresentam inconsistências conceituais e/ou possibilidade de dupla interpretação.
Parecer	**Questão:Questão 2:** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a isonomia e a legalidade do processo. **Questões: 4** A tira em questão retrata a personagem "Morte" mantendo-se firme em sua função, mesmo diante do apelo do paciente para adiar sua partida. Ela afirma ter muito trabalho a fazer e sugere que o importante é trabalhar com o que se gosta, o que demonstra que não se deixa influenciar por sentimentos ou propostas, mantendo-se fiel ao seu "trabalho". Esse comportamento caracteriza a Morte como incorruptível, pois ela não cede a pressões emocionais nem a possíveis vantagens, mantendo sua postura e propósito com firmeza. **Questão: 7**
	O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase "Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa", associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem "Não vou mais te segurar", evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão 2 – DEFERIDO – Anular a questão.** **Questão 4 – INDEFERIDO – Alternativa C.** **Questão 7– INDEFERIDO – Alternativa C.**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.359/2025**
Nome	**JARINA DE MATOS**
Cargo	0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA
Questões	**Nº 6 –** Alegação do candidato: Classificação incorreta dos elementos de coesão textual nos quadrinhos 2 e 3.
Parecer	**Questão: 6** A questão propõe a identificação de elementos de coesão nos segundo e terceiro quadrinhos da tira, solicitando que sejam classificados quanto ao seu valor semântico. No entanto, observamos que ambos os elementos presentes nos quadrinhos ("Há muitos e muitos anos…" e "…quando ainda havia jornalismo investigativo…") apresentam valor temporal, ou seja, indicam circunstâncias de tempo. Não há, portanto, relação causal, aditiva, explicativa, consecutiva, concessiva ou adversativa envolvida.
Decisão	**Questão 6 – Anular a questão - DEFERIDO**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.408/2025**
Nome	JARINA DE MATOS
Cargo	0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA
Questões	**Nº 10 –** Requer a anulação da questão ou revisão do gabarito.
Parecer	**Questão:** A questão 10, em sua formulação geral, é **válida e relevante** para avaliar o conhecimento dos candidatos sobre o Art. 61 da LDB, que define os profissionais da educação escolar básica. A identificação da alternativa incorreta (exceto) exige do candidato a compreensão precisa do escopo legal desses profissionais. Entendo que anular a questão seria prejudicial à avaliação do conhecimento dos candidatos sobre um artigo essencial da LDB, que fundamenta toda a Educação Básica.
Decisão	Questão 10: Mantém Alternativa "B"

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.360/2025**
Nome	**FABIULA CAMARGOS DE OLIVEIRA**
Cargo	0578 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL – ADI/AEE – ZONA URBANA
Questões	**Nº 1 –** Alegação do candidato: No texto abordado, para responder a questão número 1. Aborda que Doar Sangue pode ajudar a Suprimir células cancerígenas. É a resposta que vocês dão como "certa", que é a letra D. Fala que doar sangue pode ajudar a " Suprir" Células cancerígenas. Mas, Suprimir e Suprir são palavras que não possuem o mesmo Significado.
Parecer	**Questão: 1** As palavras "**suprimir"** e "**suprir"** são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: **Suprimir:** significa **eliminar**, **extinguir** ou **retirar**. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* **Suprir:** significa **fornecer**, **preencher uma falta**, **abastecer**. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da **supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue**, o uso da palavra "**suprimir"** é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a **suprir** células cancerígenas"* Neste caso, o termo "**suprir"** está **inadequado e contradiz o sentido original do texto**, pois sugeriria que a doação de sangue **ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas**, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.

Decisão	**Questão:** Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.365/2025**
Nome	CLAUDIA SOUZA LIMA
Cargo	0660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA
Questões	**Nº 7–** Alegação do candidato: Questão com duas alternativas corretas.
Parecer	**Questão: 7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase “Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa”, associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem “Não vou mais te segurar”, evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão 7 – INDEFERIDO – Alternativa C**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.366/2025**
Nome	**FABIULA CRISTINA IGNACIO**
Cargo	1117 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA RURAL – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA
Questões	**Nº 2 -**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: **a)**Protegê-las de possíveis riscos. **b)**Conquistar sucesso com os furos de reportagens. **c)**Apresentar uma matéria inédita. **d)**Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.367/2025**
Nome	**KLESLEY HIAGO DA ROCHA TAVARES**
Cargo	0660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA
Questões	**Questão: 2**- Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: a) Protegê-las de possíveis riscos. b) Conquistar sucesso com os furos de reportagens. c) Apresentar uma matéria inédita. d) Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão: 2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a isonomia e a legalidade do processo.
Decisão	**Questão 2: - Anular a questão.**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.368/2025**
Nome	**DÉBORAH GONÇALVES RAMOS**
Cargo	0660 – PROFESSOR PEDAGOGO – ZONA URBANA
Questões	**Nº 22** – Alegação do candidato: Questão com todas as alternativas corretas.
	A Resolução n° 008/2012, estabelece normas para a oferta da Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino de Tangará da Serra – MT. Consideram-se educandos com Necessidades Educacionais Especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem. Marque a alternativa CORRETA correspondente a Resolução. Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor {...}. Somente a I está correta. Somente a I e a II estão corretas. Todas estão corretas. Nenhuma está correta.
Parecer	**Questão 22:** A comissão do Processo Seletivo 001/2025, no uso de suas atribuições legais, INDEFERE o recurso impetrado pela candidata, pois, conforme o edital, na Resolução n° 008/2012, consideram-se educandos com Necessidades Educacionais Especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares. II – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial. III – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor {...}. Não havendo inconsistência entre a pergunta e a alternativa correta, pois todas as opções, I, II e III tratam de educandos com Necessidades Educacionais Especiais.
Decisão	**Questão 22 – Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.369/2025**
Nome	**KLESLEY HIAGO DA ROCHA TAVARE**
Cargo	0660 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA
Questões	**Nº 5 –** Alegação do candidato: **Solicitação de anulação da questão**
Parecer	**Questão: 5**As palavras "emudecer", "infelizmente" e "entardecer" são formadas por prefixação e sufixação, ou seja, possuem dois afixos (prefixo + sufixo), aplicados ao radical: *Emudecer*→ e- (prefixo) + mudo (radical) + -ecer (sufixo) *Infelizmente*→ in- (prefixo) + feliz (radical) + -mente (sufixo) *Entardecer*→ en- (prefixo) + tarde (radical) + -ecer (sufixo) Por outro lado, a palavra "fielmente" é formada somente por sufixação: *Fielmente*→ fiel (radical) + -mente (sufixo) Portanto, "fielmente" não segue o mesmo processo de formação que as demais palavras, sendo a única formada por apenas um afixo,
Decisão	**Questão 5: Alternativa C**

Data do Recurso: 08/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.268/2025**
Nome	SILVANI SOARES ALVES
Cargo	0660 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA
Questões	**Nº 4 –** Alegação do candidato: Contesto que seja a “c” a correta incorruptível pois ao analisar a tirinha pode ser interpretada como uma ironia, já que a morte está acompanhada, sua natureza isola da vida e das relações humanas. Então a correta seria a letra “b” solitária.
Parecer	**Questão: 4** A tira em questão retrata a personagem “Morte” mantendo-se firme em sua função, mesmo diante do apelo do paciente para adiar sua partida. Ela afirma ter muito trabalho a fazer e sugere que o importante é trabalhar com o que se gosta, o que demonstra que não se deixa influenciar por sentimentos ou propostas, mantendo-se fiel ao seu “trabalho”. Esse comportamento caracteriza a Morte como incorruptível, pois ela não cede a pressões emocionais nem a possíveis vantagens, mantendo sua postura e propósito com firmeza.
Decisão	**Questão 4 – Alternativa C**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.375/2025**
Nome	**MACIELE LOURENÇO DE ALMEIDA**
Cargo	733 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 –** Alegação do candidato: Solicita anulação da questão 1.
Parecer	**Questão: 1**

	As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.377/2025**
Nome	**STEFANIA DA SILVA ABRANTES**
Cargo	733 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 –** Alegação do candidato: Por erro de digitação solicito anulação da questão.
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.381/2025**
Nome	**REJANE DO NASCIMENTO SILVA**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 –** Alegação do candidato: Solicito anulação da questão número 1 por erro de digitação.
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.390/2025**
Nome	**SIRLEY CLAUDIA RODRIGUE**
Cargo	1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
Questões	**Questão 08:** **1-** Qual das palavras abaixo está escrita corretamente? **a)**sinza. **b)**séu. **c)**ônibos. **d)**Casa.
Parecer	**Questão 08.** A questão 08 não solicita a classificação do substantivo e sim a ortografia das palavras, solicitando a alternativa em que apresenta a escrita correta.
	Justificando o argumento do candidato, esclarecemos: Substantivo comum é uma classe gramatical que nomeia seres, objetos, ideias e lugares de forma geral, sem especificá-las. Diferente dos substantivos próprios, eles são escritos com letra minúscula, exceto no início das frases. Também podem ser singular ou plural, masculino e feminino, e se dividem em diferentes categorias, como concretos, abstratos, coletivos, entre outros. Assim, o substantivo comum não tem como obrigatoriedade a escrita com letra minúscula, apresentando exceções conforme explicação acima.
Decisão	**Questão08: Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.393/2025**
Nome	**JARINA DE MATOS**
Cargo	0654 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA
Questões	**Nº 19–** Alegação do candidato: solicito a anulação da questão ou a alteração do gabarito para a alternativa C, por ser a única que se mantém totalmente coerente com a BNCC, sem ambiguidades ou extrapolações conceituais
Parecer	**Questão: 19** A referida questão possui citações corretas da BNCC. Porém foi observado que houve uma falha na formulação da questão o que pode confundir o candidato, uma vez que alguns termos usados podem significar várias interpretações. No caso de agonistas pode significar pessoas que se exercitam, ou músculos que se movimentam, embora as interpretações dependem do grau de conhecimento dos candidatos.
Decisão	**Questão 19: Anulada – Recurso procedente.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.394/2025**
Nome	**VANUZA SMOLARSKI DE OLIVEIRA**
Cargo	1151 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS
Questões	**Questão 08:** **2-** Qual das palavras abaixo está escrita corretamente? **a)**sinza. **b)**séu. **c)**ônibos. **d)**Casa.
Parecer	**Questão 08.** A questão 08 não solicita a classificação do substantivo e sim a ortografia das palavras, solicitando a alternativa em que apresenta a escrita correta. Justificando o argumento do candidato, esclarecemos: Substantivo comum é uma classe gramatical que nomeia seres, objetos, ideias e lugares de forma geral, sem especificá-las. Diferente dos substantivos próprios, eles são escritos com letra minúscula, exceto no início das frases. Também podem ser singular ou plural, masculino e feminino, e se dividem em diferentes categorias, como concretos, abstratos, coletivos, entre outros. Assim, o substantivo comum não tem como obrigatoriedade a escrita com letra minúscula, apresentando exceções conforme explicação acima.
Decisão	**Questão08: Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.414/2025**
Nome	**BHIANCA STEFANY FERRARINI**
Cargo	1447 - ARQUITETO E URBANISTA
Questões	**Nº 2 -**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: **a)**Protegê-las de possíveis riscos. **b)**Conquistar sucesso com os furos de reportagens. **c)**Apresentar uma matéria inédita. **d)**Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.420/2025**

Nome	**MÔNICA PIZZATTO**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 –** Alegação do candidato: Solicita anulação da questão 1.
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão:** Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.428/2025**
Nome	JARINA DE MATOS
Cargo	0654 - Professor Educação Física - Zona Urbana
Questões	**Nº 6** - Alegação do candidato: solicita-se a anulação da questão, por não apresentar alternativa correta conforme solicitado no enunciado.
Parecer	**Questão:6** A questão propõe a identificação de elementos de coesão nos segundo e terceiro quadrinhos da tira, solicitando que sejam classificados quanto ao seu valor semântico. No entanto, observamos que ambos os elementos presentes nos quadrinhos (“Há muitos e muitos anos…” e “…quando ainda havia jornalismo investigativo…”) apresentam valor temporal, ou seja, indicam circunstâncias de tempo. Não há, portanto, relação causal, aditiva, explicativa, consecutiva, concessiva ou adversativa envolvida.
Decisão	**Questão6 – Anulara questão -DEFERIDO**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.429/2025**
Nome	**MARINA DE BRITO MENDES**
Cargo	797 - MÉDICO CLINICO GERAL - LEI 4334
Questões	**Questão 1:** O título atribuído a crônica “Fontes Murmurantes” expressa qual fato ao leitor: a) O dever de confessar algo e assim informar a sociedade do ocorrido. b) O fato de expressar algo sigiloso, que posteriormente estará estampado nos jornais. c) Algumas fontes de notícias não se expressarem claramente, mas por meio de murmúrios inconfessáveis. d) Um jornalismo por meio de furos de reportagens.
Parecer	**Questão 1:** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a isonomia e a legalidade do processo, decide:
Decisão	**Questão:Anular a questão 1**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.431/2025**
Nome	Marina de Brito Mendes
Cargo	797 - Médico Clinico Geral - Lei 4334
Questões	**Nº 2-**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: Protegê-las de possíveis riscos. Conquistar sucesso com os furos de reportagens. Apresentar uma matéria inédita. Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação.
	Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.433/2025**
Nome	**MARINA DE BRITO MENDES**
Cargo	797 - MÉDICO CLINICO GERAL - LEI 4334
Questões	**Nº 7 -**Alegação do candidato: alteração do gabarito preliminar para alternativa “D”, que diz “sinalizar para a população a necessidade da solidariedade.”
Parecer	**Questão: 7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase “Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa”, associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem “Não vou mais te segurar”, evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão 7 – INDEFERIDO – Alternativa C**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.460/2025**
Nome	**LAYLLA FERNANDA DA SILVA VELOSO**
Cargo	1072 – ENGENHEIRO SANITARISTA
Questões	**Nº 7, 18 –** Alegação do candidato: solicitar a revisão das respostas relativas às questões 7 e 18 da prova objetiva para o cargo de Engenheiro Sanitarista
Parecer	**Questão: 7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase “Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa”, associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem “Não vou mais te segurar”, evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão 7 – INDEFERIDO – Alternativa C**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.461/2025**
Nome	**LAYLLA FERNANDA DA SILVA VELOSO**
Cargo	1072 – ENGENHEIRO SANITARISTA
Questões	**Nº 7, 18 –** Alegação do candidato: solicitar a revisão das respostas relativas às questões 7 e 18 da prova objetiva para o cargo de Engenheiro Sanitarista
Parecer	**Questão: 7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase “Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa”, associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem “Não vou mais te segurar”, evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.

Decisão	**Questão 7 – INDEFERIDO – Alternativa C**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.465/2025**
Nome	**JOSE WANDERSON DE OLIVEIRA**
Cargo	701 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Questões	**Nº 1-** Alegação do candidato: Solicito anulação da questão por erro de digitação.
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.489/2025**
Nome	**JOÃO CARLOS SILVESTRE VELASCO**
Cargo	797 - MÉDICO CLINICO GERAL - LEI 4334
Questões	**Nº 2 -**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: **a)**Protegê-las de possíveis riscos. **b)**Conquistar sucesso com os furos de reportagens. **c)**Apresentar uma matéria inédita. **d)**Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.547/2025**
Nome	**LUCIANA FERREIRA DA SILVA**
Cargo	0578-AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL - ADI/AEE - ZONA URBANA
Questões	**Nº 1-**Alegação do candidato: Solicito que a questão 01 seja anulada
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.612/2025**
Nome	**MARIA APARECIDA DE SOUZA**
Cargo	0632 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA E RURAL
Questões	**Nº 6-**Alegação do candidato: A pergunta se refere ao segundo e terceiro quadrinhos. Logo, a alternativa B não está correta, considerando que a questão pede a classificação de forma RESPECTIVA, sendo assim, não há resposta correta.
Parecer	**Questão:6** A questão propõe a identificação de elementos de coesão nos segundo e terceiro quadrinhos da tira, solicitando que sejam classificados quanto ao seu valor semântico. No entanto, observamos que ambos os elementos presentes nos quadrinhos (“Há muitos e muitos anos…” e “…quando ainda havia jornalismo investigativo…”) apresentam valor temporal, ou seja, indicam circunstâncias de tempo. Não há, portanto, relação causal, aditiva, explicativa, consecutiva, concessiva ou adversativa envolvida.
Decisão	**Questão6 – Anulara questão -DEFERIDO**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.619/2025**
Nome	Crislainy Nepomuceno de Souza
Cargo	385 - Aux. Cirurgião Dentista - PSF
Questões	**Questão 06:** **Argumentos da Contestação:** A justificativa para este recurso se baseia no fato de que a imagem utilizada na questão apresenta qualidade visual extremamente comprometida, dificultando significativamente sua interpretação. A charge, originalmente publicada com cores e maior nitidez, foi reproduzida em baixa resolução e em escala de cinza, o que prejudica a visualização de elementos essenciais para a correta leitura e análise do conteúdo. A alternativa correta, segundo o gabarito oficial, seria a letra B: “Reféns de guerra isolados”. No entanto, a imagem apresentada não permite uma associação clara com esse contexto. Os elementos visuais que poderiam remeter à ideia de guerra, como o possível capacete militar flutuando na água, não estão suficientemente destacados ou identificáveis na versão impressa em preto e branco. Dessa forma, a questão torna-se subjetiva e aberta a múltiplas interpretações, o que compromete o princípio da objetividade e da isonomia entre os candidatos. Dada a impossibilidade de uma leitura precisa da imagem nos moldes em que foi apresentada, solicito a anulação da referida questão ou, alternativamente, sua reavaliação com base na falta de clareza dos elementos visuais
Parecer	**Questão 06.** A questão 06 foi elaborada com a charge colorida com perfeita visualização da imagem. Infelizmente, na impressão do caderno de prova em preto e branco a charge perdeu a qualidade, prejudicando a interpretação do candidato. Assim, defiro a argumentação do candidato.
Decisão	**Questão 06 Anulada**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.648/2025**
Nome	**GABRIELA MARCELE RODRIGUES VIEIRA**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1-**Alegação do candidato: Não tem nenhuma questão que esteja de acordo com o assunto principal do texto.
Parecer	**Questão 1:** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.”* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.”* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.650/2025**
Nome	**DAYANE REIS DA SILVA SOARES**
Cargo	1450 - AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS E ORIGEM ANIMAL
Questões	**Nº 1-**Alegação do candidato: recurso referente a ter havido um equívoco na resposta do gabarito preliminar.
Parecer	**Questão: 1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar.

	Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas." Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra "suprimir" é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas"* Neste caso, o termo "suprir" está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.652/2025**
Nome	**ELISSAMA TEODORO GALEAZZI**
CARGO	0660 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA
Questões	**5 -** A palavra abaixo que NÃO segue o mesmo processo de formação que as demais é: **a)** Emudecer **b)** Infelizmente **c)** Fielmente **d)** Entardecer
Parecer	**Questão: 5** As palavras "emudecer", "infelizmente" e "entardecer" são formadas por prefixação e sufixação, ou seja, possuem dois afixos (prefixo + sufixo), aplicados ao radical: ? Emudecer → e- (prefixo) + mudo (radical) + -ecer (sufixo) ? Infelizmente → in- (prefixo) + feliz (radical) + -mente (sufixo) ? Entardecer → en- (prefixo) + tarde (radical) + -ecer (sufixo) Por outro lado, a palavra "fielmente" é formada somente por sufixação: ? Fielmente → fiel (radical) + -mente (sufixo) Portanto, "fielmente" não segue o mesmo processo de formação que as demais palavras, sendo a única formada por apenas um afixo,
Decisão	**Questão 5 – Alternativa C**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.653/2025**
Nome	**GABRIELA MARCELE RODRIGUES VIEIRA**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 -** Alegação do candidato: A primeira questão é passível de contestação, pois suprimir é sinônimo de eliminar, ou seja, eliminar possíveis células cancerígenas do sangue. E na alternativa D o sentido da palavra "suprir" é justamente o oposto. O entendimento da sentença é o oposto do texto, uma vez que diz que doar sangue ajuda as células cancerígenas a se manterem ativas contradizendo o assunto principal do texto que justamente que doar sangue ajudar a prevenir células cancerígenas. Não tem nenhuma que questão que esteja de acordo com o assunto principal do texto.
Parecer	**Questão: 1** As palavras "suprimir" e "suprir" são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra "suprimir" é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas"* Neste caso, o termo "suprir" está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 09/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.654/2025**
Nome	**ERICA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA**
Cargo	1117-PROFESSOR PEDAGOGO ZONA RURAL-CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA
Questões	**Nº 7-**Alegação do candidato: solicito a reconsideração da avaliação das questões que se basearam no texto e na imagem apresentados, tendo em vista a desconexão com o restante do conteúdo da prova e a relevância dos temas abordados na Campanha do Agasalho, que merecem ser tratados com a devida atenção e respeito.
Parecer	**Questão: 7** O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase "Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa", associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem "Não vou mais te segurar", evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão 7 – INDEFERIDO – Alternativa C**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.667/2025**
Nome	**VANUZA SMOLARSKI DE OLIVEIRA**
Cargo	0790 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA URBANA
Questões	**Questão 08:** **3-**Qual das palavras abaixo está escrita corretamente? **a)**sinza. **b)**séu. **c)**ônibos. **d)**Casa Argumentação do candidato:
Parecer	**Questão 08.** A questão 08 não solicita a classificação do substantivo e sim a ortografia das palavras, solicitando a alternativa em que apresenta a escrita correta.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.668/2025**
Nome	**SIRLEY CLAUDIA RODRIGUES**
Cargo	0790 - AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS - ZONA URBANA
Questões	**Questão 08:** **4-**Qual das palavras abaixo está escrita corretamente? **a)**sinza. **b)**séu. **c)**ônibos. **d)**Casa Argumentação do candidato:
Parecer	**Questão 08:** A questão 08 não solicita a classificação do substantivo e sim a ortografia das palavras, solicitando a alternativa em que apresenta a escrita correta.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.670/2025**
Nome	**EDSON DE OLIVEIRA SILVA**
Cargo	0660 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA
Questões	**Nº 2-**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: Protegê-las de possíveis riscos. Conquistar sucesso com os furos de reportagens. Apresentar uma matéria inédita. Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:**2 Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.680/2025**
Nome	**VIVIANE SANTOS DA CRUZ**
Cargo	959 - AGENTE ADMINISTRATIVO II

Questões	**Nº 1-**Alegação do candidato: solicito a alteração do gabarito, em virtude da inadequação semântica da alternativa "D", que atualmente consta como correta no gabarito preliminar.
Parecer	**Questão: 1** As palavras "suprimir" e "suprir" são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra "suprimir" é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas"* Neste caso, o termo "suprir" está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.717/2025**
Nome	**GLORIANGELA RODRIGUES DA SILVA**
Cargo	0632 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA E RURAL
Questões	**Nº 5 -** Alegação do candidato: considerando a regra ortográfica considerar que a opção "B" seria a resposta correta não a letra "C".
Parecer	**Questão 5:** As palavras "emudecer", "infelizmente" e "entardecer" são formadas por prefixação e sufixação, ou seja, possuem dois afixos (prefixo + sufixo), aplicados ao radical: *Emudecer*→ e- (prefixo) + mudo (radical) + -ecer (sufixo) *Infelizmente*→ in- (prefixo) + feliz (radical) + -mente (sufixo) *Entardecer*→ en- (prefixo) + tarde (radical) + -ecer (sufixo) Por outro lado, a palavra "fielmente" é formada somente por sufixação: *Fielmente*→ fiel (radical) + -mente (sufixo) Portanto, "fielmente" não segue o mesmo processo de formação que as demais palavras, sendo a única formada por apenas um afixo,
Decisão	**Questão5 – Mantém AlternativaC**

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12764/2025**
Nome	**ADILSON FERNANDES CARDOSO**
Cargo	0792 - Vigia
Questões	**Nº 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24 e 25 -** Alegação do candidato: solicitar a anulação da questão, considerando que a mesma não atende aos critérios técnicos e pedagógicos exigidos para uma avaliação justa.
Parecer	**Questão: 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23,24 e 25.** Após análise detalhada do recurso interposto pelo candidato, que solicita a anulação das questões de números 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24 e 25 da prova aplicada no processo seletivo, venho apresentar o seguinte parecer: O candidato alega, de forma genérica, que "as alternativas corretas são bem diferentes do que está no gabarito" e que tal fato comprometeria a clareza e a justiça da avaliação. Diante da solicitação, as referidas questões e seus respectivos gabaritos passaram por nova análise por parte da comissão elaboradora da prova. Após essa revisão, não foram encontradas inconsistências no conteúdo, na formulação dos enunciados ou nas alternativas indicadas como corretas. Todas as questões mantém coerência com o conteúdo programático estabelecido no edital
Decisão	**Questão: Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.805/2025**
Nome	**EZEQUIEL FABIO MARTINS DO NASCIMENTO**
Cargo	797 - Médico Clinico Geral - Lei 4334
Questões	**Nº 1 e 2-** Alegação do candidato: Solicito a anulação da questão considerando que há duas afirmativas corretas **1-**O título atribuído a crônica "Fontes Murmurantes" expressa qual fato ao leitor: O dever de confessar algo e assim informar a sociedade do ocorrido. O fato de expressar algo sigiloso, que posteriormente estará estampado nos jornais. Algumas fontes de notícias não se expressarem claramente, mas por meio de murmúrios inconfessáveis. Um jornalismo por meio de furos de reportagens. **2-**Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: Protegê-las de possíveis riscos. Conquistar sucesso com os furos de reportagens. Apresentar uma matéria inédita. Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questões: 1 e 2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a isonomia e a legalidade do processo.
Decisão	**Questão:1 e 2 - Anular a questão.**

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12828/2025**
Nome	**TAYLINE DE OLIVEIRA**
Cargo	797 - MÉDICO CLINICO GERAL - LEI 4334
Questões	**Nº 4 e 6-**Alegação do candidato:Questões sem referencia e praticamente idêntica as questões dos sites da internet.
Parecer	**Questões:4** A tira em questão retrata a personagem "Morte" mantendo-se firme em sua função, mesmo diante do apelo do paciente para adiar sua partida. Ela afirma ter muito trabalho a fazer e sugere que o importante é trabalhar com o que se gosta, o que demonstra que não se deixa influenciar por sentimentos ou propostas, mantendo-se fiel ao seu "trabalho". Esse comportamento caracteriza a Morte como incorruptível, pois ela não cede a pressões emocionais nem a possíveis vantagens, mantendo sua postura e propósito com firmeza. **Questão:6** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a isonomia e a legalidade do processo
Decisão	**Questão 4 – INDEFERIDO – Alternativa C.** **Questão 6– DEFERIDO– Anulara questão.**

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12834/2025**
Nome	**RUBIA MOREIRA DE CAMPOS**
Cargo	0793 - NUTRICIONISTA
Questões	**Nº 14 e 19-**Alegação do candidato: Revisão do gabarito das questões.
Parecer	**Questão 14:** De fato, o enunciado apresentado na referida questão, possibilita um entendimento errôneo por parte do candidato, quando na análise das opções apresentadas. Neste caso confirma-se o erro material na elaboração da referida questão. **Questão 19:** De fato, o gabarito da questão 19 deve ser corrigido. A opção correta é a alternativa B (Manual de Boas Práticas).
Decisão	**Questão 14** – Recurso deferido, anulação da questão 14. **Questão 19** - Recurso deferido, alteração da resposta no gabarito – alternativa correta letra "B".

Data do Recurso: 10/04/ 2025	**Nº. Protocolo: 12.843/2025**
Nome	**THAMIRYS AMARAL DE LARA**
Cargo	959 - AGENTE ADMINISTRATIVO II
Questões	**Nº -**Alegação do candidato:
Parecer	**Questão: 1** As palavras "suprimir" e "suprir" são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra "suprimir" é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas"* Neste caso, o termo "suprir" está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.

Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.849/2025**
Nome	**THIAGO LIMA MARINHO**
Cargo	797 - MÉDICO CLINICO GERAL - LEI 4334
Questões	**Nº 2 -**Alegação do candidato: **2-** Segundo a crônica, os jornalistas defendiam o sigilo das fontes para: **a)**Protegê-las de possíveis riscos. **b)**Conquistar sucesso com os furos de reportagens. **c)**Apresentar uma matéria inédita. **d)**Deixar a população curiosa sobre o fato.
Parecer	**Questão:2** Após análise do recurso interposto pelo(a) candidato(a), reconhece que a questão em referência foi elaborada com base em trechos adaptados de outra avaliação. Ainda que a questão tenha sofrido adaptações, a ausência da devida citação da fonte fere os princípios de respeito aos direitos autorais, conforme previsto na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) e nas boas práticas educacionais. Considerando a procedência do questionamento e visando garantir a *isonomiaea legalidade* do processo.
Decisão	**Questão 2: Anular aquestão.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.881/2025**
Nome	**MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA**
Cargo	0660 - PROFESSOR PEDAGOGO - ZONA URBANA
Questões	**5 -** A palavra abaixo que NÃO segue o mesmo processo de formação que as demais é: a) Emudecer b) Infelizmente c) Fielmente d) Entardecer
Parecer	**Questão: 5** As palavras "emudecer", "infelizmente" e "entardecer" são formadas por prefixação e sufixação, ou seja, possuem dois afixos (prefixo + sufixo), aplicados ao radical: ? Emudecer → e- (prefixo) + mudo (radical) + -ecer (sufixo) ? Infelizmente → in- (prefixo) + feliz (radical) + -mente (sufixo) ? Entardecer → en- (prefixo) + tarde (radical) + -ecer (sufixo) Por outro lado, a palavra "fielmente" é formada somente por sufixação: ? Fielmente → fiel (radical) + -mente (sufixo) Portanto, "fielmente" não segue o mesmo processo de formação que as demais palavras, sendo a única formada por apenas um afixo,
Decisão	**Questão 5 – Alternativa C**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.917/2025**
Nome	**LORRAN CORREIA CONCEIÇÃO**
Cargo	0792 - VIGIA
Questões	**Nº 3 -**Alegação do candidato: Depende de uma interpretação da imagem, mas a imagem está branca e preta diferente da original no site cartoon movement que está com cores, as cores da imagem dão outra perspectiva e é de suma importância no entendimento. 3 – Analise a expressão: "... os primeiros anos da adolescência estabelecem quatro características da mente..." de acordo com a acentuação tônica a palavra adolescência é uma palavra Hiato Oxítona Proparoxítona Paroxítona
Parecer	**Questão :**03 A expressão apresentada – "... os primeiros anos da adolescência estabelecem quatro características da mente..." – contém a palavra "adolescência", que deve ser analisada quanto à acentuação tônica. A palavra "adolescência" possui a seguinte divisão silábica: **a-do-les-cên-ci-a** A sílaba tônica é "cên", marcada com acento gráfico, e ela está localizada na antepenúltima sílaba da palavra. No português, palavras cuja sílaba tônica está na antepenúltima sílaba são classificadas como proparoxítonas. Por regra, todas as proparoxítonas são acentuadas graficamente.
Decisão	**Questão: INDEFERIDO-Aalternativacorretaéaletra(c): Proparoxítona.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.912/2025**
Nome	**LORRAN CORREIA CONCEIÇÃO**
Cargo	0792 - VIGIA
Questões	**Questão 06:** **Argumentos da Contestação:** A questão 6 depende de uma interpretação da imagem, mas a imagem está branca e preta diferente da original no site cartoon movement que está com cores, as cores da imagem dão outra perspectiva e é de suma importância no entendimento.
Parecer	**Questão 06**: A questão 06 foi elaborada com a charge colorida com perfeita visualização da imagem. Infelizmente, na impressão do caderno de prova em preto e branco a charge perdeu a qualidade, prejudicando a interpretação do candidato. Assim, defiro a argumentação do candidato.
Decisão	**Questão 06 Anulada**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.926/2025**
Nome	**FABIULA CRISTINA IGNACIO**
Cargo	1117 - Professor Pedagogo - Zona Rural - CME Diva Martins Junqueira
Questões	**Nº 7 -**Alegação do candidato: solicitar a revisão da alternativa correta.
Parecer	**Questão:**7 O cartaz da Campanha do Agasalho 2023 utiliza elementos verbais e não verbais para sensibilizar o público quanto à importância da doação de roupas para pessoas em situação de vulnerabilidade. A frase "Deixe suas roupas aquecerem quem mais precisa", associada à imagem de uma pessoa segurando um agasalho com a mensagem "Não vou mais te segurar", evidencia claramente a ideia de desapego em favor da solidariedade e da proteção ao próximo contra o frio. A campanha, portanto, apela ao espírito de empatia e cooperação, reforçando que roupas sem uso podem cumprir um papel vital para quem enfrenta o inverno sem condições adequadas de abrigo. Apesar de sinalizar solidariedade, o foco principal está na ajuda prática contra o frio, o que torna a alternativa C mais precisa.
Decisão	**Questão7– INDEFERIDO– Manter a alternativa C**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.928/2025**
Nome	**PAMELA KAROLINA ESTEVAM**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 -**Alegação do candidato: Solicito anulação da questão por erro de digitação
Parecer	**Questão 1:** As palavras "suprimir" e "suprir" são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra "suprimir" é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: "*Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas"* Neste caso, o termo "suprir" está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.929/2025**
Nome	**CLAUDIA FATIMA VILELA**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 -**Alegação do candidato: Solicito anulação da questão
Parecer	**Questão: 1** As palavras "suprimir" e "suprir" são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. *Ex.: "A mutação ajuda a suprimir células cancerosas."* Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. *Ex.: "A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue."* No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associ-

	adas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: *“Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas”* Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.932/2025**
Nome	**NEUZA GLÓRIA DA SILVA**
Cargo	733 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Questões	**Nº 1 -**Alegação do candidato: Solicito anulação da questão por erro de digitação.
Parecer	**Questão:1** As palavras “suprimir” e “suprir” são parônimas — ou seja, possuem forma semelhante, mas significados diferentes: ? Suprimir: significa eliminar, extinguir ou retirar. Ex.: “A mutação ajuda a suprimir células cancerosas.” ? Suprir: significa fornecer, preencher uma falta, abastecer. Ex.: “A doação ajuda a suprir a necessidade de sangue.” No contexto do texto apresentado na prova, que trata da supressão de células cancerosas por mutações genéticas associadas à doação frequente de sangue, o uso da palavra “suprimir” é o correto. Contudo, na alternativa formulada, consta: “Doar sangue pode ajudar a suprir células cancerígenas” Neste caso, o termo “suprir” está inadequado e contradiz o sentido original do texto, pois sugeriria que a doação de sangue ajuda a fornecer ou aumentar células cancerosas, o que é o oposto da ideia principal do estudo citado.
Decisão	**Questão: Anular a questão 1, considerando que a inadequação compromete a compreensão e avaliação justa da habilidade cobrada.**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.939/2025**
Nome	**LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA**
Cargo	0880 - GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - TRABALHO PRONATEC
Questões	**Nº 20 -**Alegação do candidato: Com o devido respeito, venho interpor recurso quanto à questão acima, pois entendo que a alternativa considerada correta apresenta equívoco, além de conter erro de digitação, o serviço PAEFI não pertence ao CRAS e sim aí CREAS, razão pela qual solicito a revisão e anulação da questão.
Parecer	**Questão :** A candidata alega que a resposta informada no gabarito como correta apresenta equívoco e que contém erro de digitação, pois o serviço PAEFI não pertence ao CRAS e sim ao CREAS. A questão de nº 20 apresenta o seguinte texto: “***20*** *- Considerando as ações que a equipe do PAEFI podem desenvolver em articulação com a equipe do CRAS e do Programa Acessuas, avalie as afirmativas abaixo:* *I - Sensibilização dos usuários e famílias sobre a dimensão do mundo do trabalho e as especificidades associadas às trajetórias individuais e ciclos de vida.* *II - Realização de reuniões entre as equipes para discussão dos casos, planejamento de ações e construção de cronogramas.* *III - Encaminhar mulheres e adolescentes em situação de riscos que tiveram os seus direitos violados e que são atendidos nos serviços de média complexidade e nos Serviços de Acolhimento como público prioritário para Programa Acessuas Trabalho.* *Após analisar as afirmativas assinale a resposta correta:* ***a)*** *Apenas a afirmativa III está correta.* ***b)*** *Todas as afirmativas estão corretas.* ***c)*** *Nenhuma das afirmativas estão corretas.* ***d)*** *Somente a afirmativa I está correta.”* Observamos que a questão não menciona qualquer afirmativa quanto a oferta do PAEFI pela unidade do CRAS. O objetivo da questão é expressar que a equipe do PAEFI pode realizar ações articuladas tanto com a equipe do CRAS quanto do Programa Acessuas, conforme descrito na pagina 55 e 56, do Caderno de Orientações Técnicas Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho Acessuas Trabalho, disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/. .. Ässim, manifesto parecer desfavorável quanto a revisão ou anulação da questão nº 20.
Decisão	**Questão:** Questão 20 – Recurso Indeferido

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.940/2025**
Nome	**LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA**
Cargo	0880 - GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - TRABALHO PRONATEC
Questões	**Nº 12 -**Alegação do candidato: Interpôs recurso quanto à questão, pois entende que a alternativa considerada correta apresenta equívoco, o item III está incompleto a frase, razão pela qual solicita a revisão e anulação da questão.
Parecer	**Questão 12** - A candidata alega que a resposta informada no gabarito como correta apresenta equívoco eque no item III da questão a frase está incompleta. A questão de nº 12 se apresenta da seguinte forma: “12 - Quanto aos requisitos para a adesão ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, deverão ser observados: I - a existência e o funcionamento dos Conselhos de Assistência Social como instância de controle social do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; II - a indicação de gestor titular do órgão responsável pela política de saúde como gestor do Programa Bolsa Família e do CadÚnico; III - a designação, pelo gestor do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, de coordenador do Programa Bolsa Família e de coordenador do CadÚnico; e IV - a criação de Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, obrigatória para os Estados e Municípios e ao Distrito Federal, coordenada pelo gestor ou pelo coordenador do Programa Bolsa Família, e composta pelas áreas de assistência social, saúde e educação, sem prejuízo de outras. Avalie as afirmativas e assinale a alternativa correta: a) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas. b) As afirmativas II e IV estão incorretas. c) Nenhuma das afirmativas está correta. d) Todas as afirmativas estão corretas.” Observamos que o item III, em destaque, considerado incompleto pela candidata apresenta logo após o ponto e vírgula a conjunção coordenativa aditiva “e”, cuja função é estabelecer a ligação entre o item III e item IV. Assim, o item está grafado de forma correta e resposta apresentada está mantida. Assim, manifesto parecer desfavorável quanto a revisão ou anulação da questão nº 12.
Decisão	**Questão: 12 – Recurso Indeferido**

Data do Recurso: 10/04/2025	**Nº. Protocolo: 12.941/2025**
Nome	**LUZIA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA**
Cargo	0880 - GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - TRABALHO PRONATEC
Questões	**Nº 15 -**Alegação do candidato: Nº 15 - Alegação do candidato: A candidata interpôs recurso quanto à questão de nº 15, pois considera que a alternativa considerada correta, apresenta equívoco em relação ao próprio site da (Agência GOV) . “*Onde diz que :* *Posso fazer o cadastro ou atualização pelo celular?* *Não. Para se inscrever ou atualizar os dados, a família deve ter o formulário do Cadastro Único preenchido por um entrevistador social, presencialmente em um CRAS ou posto de atendimento do Cadastro Único no município. Em áreas rurais e comunidades isoladas, as equipes com entrevistadores sociais do Cadastro Único podem realizar busca ativa e mutirões de cadastramento e fazer o cadastro em tablets e celulares, com formulário offline para registrar os dados que serão inseridos, posteriormente, na base de dados do Cadastro Único.* *razão pela qual solicito a revisão e anulação da questão .”*
Parecer	**Questão :** A candidata alega que a resposta informada no gabarito como correta apresenta equívoco em relação ao site da Agência GOV, no entanto observamos que as questões elaboradas obedeceram ao conteúdo programático presente no Edital Complementar nº 001/2025 onde constava: Legislações sobre o Cadastro Único para Programas Sociais e o Programa Bolsa Família. Assim, a questão nº 15 foi elaborada com base em uma dessas legislações: Portaria MC nº 810, de 14 de setembro de 2022, que dispõe procedimentos para a gestão, operacionalização, cessão e utilização dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras outras providências. A resposta da questão nº 15 está presente no texto do artigo 6º da referida Portaria, assim expresso: “*Art. 6º O cadastramento das famílias será realizado pelos Municípios que tenham aderido ao CadÚnico, nos termos da Portaria GM/MC nº 773, de 05 de maio de 2022, ou pelas próprias famílias, por meio eletrônico, ..*” Assim, manifesto parecer desfavorável quanto a revisão ou anulação da questão nº 15.
Decisão	**Questão 15 – Recurso Indeferido**

Tangará da Serra – MT, 11 de Abril de 2025.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Marcelo dos Santos Ferro

Secretário Municipal de Administração

LEI ORDINÁRIA N.º 6.823, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 6.240, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 20 da Lei nº 6.240, de 22 de novembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O valor do imóvel, após análise do conselho e aplicação do benefício concedido, será convertido em Unidades Padrão Municipal (UPM). A quantidade total de UPM apurada poderá ser parcelada em até 60 (sessenta) vezes, sendo cada parcela ajustada conforme a UPM vigente no momento do pagamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.824, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 62.302,40 (SESSENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam mantidas as metas financeiras do Projeto/Atividade, constante na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilha abaixo:

PROGRAMA: 0029 – MAIS CULTURA		
Cód.	Descrição	Meta Financeira
2062	Gestão da Cultura Municipal	R$ 1.940.199,79

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito Suplementar no valor de R$ 62.302,40 (sessenta e dois mil, trezentos e dois reais e quarenta centavos), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Gestão da Cultura Municipal	2062			
		Aplicações Diretas	3.3.50.00.00.00.1.5000000000	62.302,40
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			62.302,40	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide quadro abaixo:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Gestão da Cultura Municipal	2062			
		Aplicações Diretas	3.3.90.00.00.00.1.5000000000	62.302,40
TOTAL DA REDUÇÃO:			62.302,40	

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa possibilitar destinar recursos, oriundos do reajuste de objeto de emenda parlamentar destinada na Lei Orçamentária Anual, para formalização de termos de fomento, conforme a necessidade identificada para a execução das ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.825, DE 16 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 6.544, DE 15 DE JULHO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 6.619, DE 27 DE SETEMBRO DE 2024 E SUA ALTERAÇÃO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R$ 56.969,84 (CINQUENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 6.706, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2024 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 6.544/2024 e sua alteração – Plano Plurianual – PPA, Lei nº 6.619/2024 e sua alteração – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

De:

PROGRAMA: 0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES		
Cód.	Descrição	Meta Financeira
2116	Ações de Defesa dos Direitos da Mulher	R$ 25.993,22

Para:

PROGRAMA: 0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES		
Cód.	Descrição	Meta Financeira

2116	Ações de Defesa dos Direitos da Mulher	R$ 82.963,06

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, Crédito Especial no valor de R$ 56.969,84 (cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), destinados a atender despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica no Orçamento vigente, conforme segue:

01 – GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS

02.01.13 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

04 – ADMINISTRAÇÃO

122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0012 – POLÍTICAS DE IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

2116 – AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

3.3.90.00.00.00. 2.711.0000000 – Aplicações Diretas.....R$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00. 2.759.0000000 – Aplicações Diretas.....R$ 50.969,84

Total da suplementação..... R$ 56.969,84

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por superávit financeiro apurado em 31/12/2024 conforme relatório emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda, em anexo a esta lei.

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Especial, ampara-se no inciso II do artigo 41 e artigo 42 da Lei nº 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso I, o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Especial, visa destinação de recursos para proporcionar ampliação do custeio de ações para a defesa dos direitos da mulher, no município de Tangará da Serra.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO
TERMO ADITIVO N. 033/2025/SAMAE

TERMO ADITIVO N. 033/2025/SAMAE

TIPO	Contrato n. 017/SAMAE/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N. 015/2022/SAMAE.
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 E – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Prefeito Municipal **MARCOS SCOLARI.**
CONTRATADA	**CLEAN MASTER AMBIENTAL UNIPESSOAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.804.209/0001-73, situada na Av. Raulina Fonseca Pascoal, nº 765, Quadra 102, Lote 0 – Sala 03, Setor Central - CEP 75.701-480, Catalão - GO, representada por **RAFAEL FONSECA MACHADO.**
OBJETO FUNDAMENTO E VALOR	O presente Contrato tem por objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ECOPONTOS NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** Com supedâneo no Art. 57 da Lei 8.666/93. **R$ 219.842,85 (Duzentos e dezenove mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).**
PRAZO	**19 de abril de 2025 até 19 de maio de 2025.**

LEI ORDINÁRIA N.º 6.828, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.099, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea "i" do inciso I do art. 2º da Lei nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

i) Coordenação da Ouvidoria do SUS

Art. 2º Fica incluída a alínea "h.1)" no inciso III do art. 2º da Lei nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

h.1) Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Art. 3º Fica criado o cargo de Encarregado de Serviço I – Secretário Executivo – Conselho Municipal de Saúde, na Estrutura Organizacional Administrativa da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, instituída pela Lei Ordinária n.º 2.099, de 29 de dezembro de 2003, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Os Anexos II e III da Lei nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO II CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS) E INTERMEDIARIO (DAI)		
DISCRIMINAÇÃO DE CARGOS	**CARGOS**	**SIMBOLO**
Encarregado de Serviço I – Secretário Executivo – Conselho Municipal de Saúde	01	DAÍ -III

ANEXO III CARGO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS) E INTERMEDIÁRIO(DAI)			
DISCRIMINAÇÃO DE CARGOS	**Nº DE CARGOS**	**SIMBOLO**	**VENCIMENTO**
Encarregado de Serviço I – Secretário Executivo – Conselho Municipal de Saúde	01	DAÍ-III	R$ 2.685,94

Art. 5º A descrição e atribuição dos cargos de Encarregado de Serviço I – Secretário Executivo – Conselho Municipal de Saúde e Coordenação da Ouvidoria do SUS, consta no Anexo I desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 6.829, DE 16 DE ABRIL DE 2025

ALTERA DISPOSITIVOS NAS LEIS Nº 4.447/2015; 5.869/2022; E 3.340/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ampliadas 06 (seis) vagas no cargo de Plantonista – Médico Clínico Geral, na Tabela do art. 1º da Lei nº 4.447, de 22 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cargo	Nº de Vagas	Tipo de Plantão	CH	Valor do Plantão	Ad. Insa 30%	Total
Plantonista – Médico Clínico Geral	10	Segunda a Sexta - feira	Plantão de 12 H	R$ 1.531,27	R$ 459,38	R$ 1.990,65
		Sábado, Domingo e Feriados		R$ 1.842,13	R$ 552,64	R$ 2.394,77

Art. 2º Ficam ampliadas as seguintes vagas na Tabela do art. 2º Lei nº 5.869, de 29 de novembro de 2022, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

Cargo	De nº de Vagas	Para nº de Vagas	Carga Horária	Vencimento	Escolaridade
Enfermeiro	9	11	40h Semanais ou 12X36	R$ 6. 168,10	Ensino Superior Enfermagem + COREN
Farmacêutico	2	10	40h Semanais ou 12X36	R$ 6. 168,10	Ensino Superior Farmácia + CRF (Conselho Regional de Farmácia)

Art. 3º Ficam ampliadas as seguintes vagas na Tabela do art. 1º Lei nº 3.340, de 04 de maio de 2010, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

VAGAS	CARGO/FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	C.HORÁRIA	VENCIMENTO
98	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio / Curso Técnico – Reg. no COREN	40h Semanais ou 12X36	R$ 2.089,62
05	Psicólogo	Ensino Superior – Reg. CRP	40h Semanais	R$ 6.168,10

Art. 4º Fica revogado o art. 3º, da Lei nº 3.340, de 04 de maio de 2010.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 16 de abril de 2025, 48º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal

MARCELO DOS SANTOS FERRO

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

SAD
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2024 - EDITAL Nº 13/2025 – DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DEFINITIVAS E JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DAS NOTAS PRELIMINARES DA PROVA DE PEÇA PROCESSUAL

O Sr. Vander Alberto Masson, Prefeito Municipal de Tangará da Serra/MT, e o Sr. Marcos Scolari, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, tornam de conhecimento público, por este edital, para conhecimento dos interessados, nos termos e prazos estabelecidos no Edital de Abertura Nº 01/2024, a presente divulgação para informar o que segue:

DAS JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO/ ALTERAÇÃO DAS NOTAS PRELIMINARES DA PROVA DE PEÇA PROCESSUAL

A Comissão de Concursos realizou a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 03/04/2025 a 07/04/2025, decidindo o que consta no Anexo I deste edital.

DAS NOTAS DEFINITIVAS

s Notas Definitivas da Prova de Peça Processual encontram-se no **Anexo II** deste edital.

DOS ANEXOS

É parte integrante do presente edital:

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração das Notas Preliminares; ANEXO II – Notas Definitivas.

Tangará da Serra, 16 de abril de 2025.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Marcos Scolari

Diretor do SAMAE

Executora: FUNDATEC – Rua Prof. Cristiano Fischer, 2012, CEP 91530-034, Porto Alegre – RS Informações: no site www.fundatec.org.br ou pelos fones (51) 3320-1000, para capital e DDD 51 e 0800 035 2000, para interior e outros Estados.

ANEXO I – Justificativas para Manutenção/Alteração das Notas Preliminares;

- PROTOCOLO (9339414366) - INSCRIÇÃO (93379189313)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. Não há indicação legal expressa quanto ao cabimento. O conhecimento da base normativa relativa à matéria é mandatória para o cargo almejado pelo candidato. Assim, ainda que sem consulta ao código, exige-se, por exemplo, o conhecimento de artigos chave da Constituição e do CPC. Não apresentada a fundamentação legal de cabimento da apelação, na peça de interposição, nego provimento.

ITEM 5 - NOTA 6,00 MANTIDA. Com a devida venia, o fundamento de cabimento, tempestividade e preparo, relativos à fazenda pública, são de conhecimento obrigatório por parte de um candidato a Procurador do Município, sendo, em linhas gerais, alguns dos parcos dispositivos legais efetivamente exigidos para fins de pontuação. Nego provimento.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato não aborda a questão indicando conhecimento acerca do art. 3º da LC 116, apenas reproduz o teor do julgado do STJ e sua conclusão. A articulação do candidato deve sempre pretender integrar decisões judiciais e seus fundamentos, do que não cuidou, daí a nota parcial. Veja-se que a nota não decorre exclusivamente da ausência de menção expressa ao número do artigo, mas da ignorância sobre seu teor. Nego provimento.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato não aborda a questão indicando conhecimento acerca do art. 4º da LC 116, apenas reproduz o teor do julgado do STJ e sua conclusão. A articulação do candidato deve sem-

pre pretender integrar decisões judiciais e seus fundamentos, do que não cuidou. A ausência de indicação de dispositivo legal não conduz, por si só, à nota zero, mas ignorar, em absoluto, a existência da LC 116, sim. Nego provimento.

ITEM 9 - NOTA 5,00 MANTIDA. Exigia-se a explicação do candidato dos motivos pelos quais havia distinção entre os precedentes utilizados para a decisão do magistrado e o caso dos autos, de forma a afastar sua incidência. Essa distinção residia na natureza da contratação, na espécie de serviço, e nos motivos quanto à operacionalização do serviço, e não só na nomenclatura dos contratos, e nada disso foi explorado. Não há como presumir que o candidato conhece ou disse o que não consta da resposta. Nego provimento.

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não se confunde conclusão com fundamentação. A conclusão demanda construção e silogismo, o que falta à resposta do candidato. Mesmo que assim não o fosse, o candidato é um "franco atirador", pois cita como base de sua conclusão a legislação, sem declinar qual, e "precedentes" do STF e do STJ, é dizer, sequer tem ideia de qual tribunal apreciou a matéria, tampouco efetivamente conhece seu conteúdo, já que cinge-se a reproduzir a conclusão do julgado como se remetesse a qualquer densidade jurídica, é dizer, não apresenta ou desdobra quaisquer dos fundamentos utilizados pelo STJ para decidir como decidiu. Portanto, imprestável à atribuição de qualquer pontuação.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não há pedido de prosseguimento da execução. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 2,00 MANTIDA. Não se trata de memorização de números, mas de aplicação do direito ao caso concreto, inclusive sua fundamentação legal ordinária. Articulado corretamente o conteúdo da norma seria até possível a atribuição da pontuação, todavia, o candidato erra ao presumir que não há motivo para o pleito de efeito suspensivo destacado. Nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não há uma única fundamentação quanto ao preenchimento dos requisitos. Nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. Descabe, em hipóteses tais, a "condenação" ao pagamento da exação, pois fundada em título já formado. Além disso, não veiculado apropriadamente o pedido de suspensão. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414782) - INSCRIÇÃO (93379194668)

ITEM 2 - NOTA 5,00 ALTERADA PARA 10,00. O candidato não pontua integralmente por não ter indicado o art. 1010, §3º, do CPC. Contudo, efetivamente, a pontuação atribuída deve ser retificada para majorar para 10 pontos, já que atendidos mais de três critérios de correção com fundamentação adequada. Recurso provido parcialmente.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. A expressão prestação de serviços é vaga, não endereçando correta e integralmente nem a decisão citada, que parametriza a presente correção, tampouco o art. 3º da LC 116. Não há menção, por exemplo, à possibilidade de configuração do fato gerador no estabelecimento tido como intermediário, inciso I da LC 116. Nego provimento.

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não há especificação da conceituação de estabelecimento prestador na forma do art. 4º da LC 116, mas de forma genérica e inespecífica, insuficiente à solução da querela posta em causa. Dada a generalidade, não há como atribuir nota integral ao quesito. Saliento, ademais, que citar trechos de decisões sem endereçar os motivos da conclusão não se prestam a pontuar integralmente no item.

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. O conhecimento acerca da existência de jurisprudência do STJ era mandatório, sequer tendo sido citado referido tribunal na resposta do candidato. Nego provimento.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. Com a devida venia, o pedido de "reforma em favor da Fazenda Pública municipal", sem especificação do objetivo, como o prosseguimento da execução, é absolutamente inócuo, demonstrando o desconhecimento do candidato quanto à dinâmica de uma apelação e seu objetivo. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 2,00 MANTIDA. O candidato sequer cita o fundamento legal do pedido, a despeito de pedir o efeito suspensivo. Nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 2,00 MANTIDA. Mais uma vez, o candidato pretende nota máxima sem complemento argumentativo para obter a pontuação. Demonstrar a plausibilidade do direito e o risco de dano irreparável eram essenciais, de forma articulada, do que não cuidou. Não bastasse isso, exigir o "imediato pagamento" como efeito da apelação chega a ser pueril, reforçando a conclusão pela inadequação da argumentação plasmada em sua peça. Nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. O rol de pedidos deveria ser pertinente com o veiculado na peça. Sequer há pedido suspensivo reiterado. O pedido de reforma é absolutamente genérico. A despeito de haver pedido, e daí a pontuação intermediária, sua pertinência não restou configurada para justificar a pontuação pretendida.

- PROTOCOLO (9339414783) - INSCRIÇÃO (93379220766)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. Não há menção ao juízo de admissibilidade, o que foi exigido pelo critério de correção, inclusive sua fundamentação no art. 1010, §3º, do CPC. Nego provimento.

ITEM 5 - NOTA 6,00 ALTERADA PARA 9,00. Efetivamente, revisando a resposta do candidato verifico o atendimento integral da fundamentação esperada às linhas 1-25 da pg. 2 da resposta. Dou provimento.

- PROTOCOLO (9339414786) - INSCRIÇÃO (93379194845)

ITEM 2 - NOTA 5,00 ALTERADA PARA 10,00. Reanalisando verifico que o candidato, efetivamente, atendeu três quesitos dos exigidos, impondo-se a majoração da nota para 10 pontos.

ITEM 5 - NOTA 6,00 MANTIDA. Não foi apresentado, integralmente, a fundamentação legal de cada quesito. Diante da incompletude, não há como atribuir nota integral ao candidato. A indicação dos dispositivos legais era mandatória para a concessão de nota máxima. Nego provimento, no aspecto.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não foi mencionado o art. 3º da LC 116, como exigido, a despeito de genericamente ter apresentado fundamento coerente com seu teor. Daí a pontuação parcial.

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não foi conceituado estabelecimento, mormente à luz do art. 4º da LC 116. O exigido é a definição de estabelecimento, que está incompleta e sem a correspondente fundamentação legal. Ademais, o candidato busca justificar diversos itens do espelho com os mesmos trechos, demonstrando, inclusive em sede recursal, não ter diferenciado de forma categórica do que estava a falar em cada momento de sua peça. Nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 5,00 MANTIDA. Não foi explorada com correção o conceito de transação, e seus lineamentos, à luz da transação física e a repercussão disso como fato gerador da cobrança do tributo. A apresentação da argumentação é genérica, daí a pontuação parcial. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414787) - INSCRIÇÃO (93379202877)

ITEM 5 - NOTA 6,00 MANTIDA. Não há fundamentação quanto ao cabimento, mas tão somente em relação à tempestividade e preparo. Não aborda o fundamento específico de cabimento, a sucumbência, ou mesmo a necessidade do apelo. Logo, correta a pontuação.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. A discussão era justamente a posta pelo candidato, que sequer em seu recurso é resolvida. A coleta basta à configuração do fato gerador? Qual o fundamento para que tal conclusão seja verdadeira? Tais respostas não foram dadas, em especial quanto ao decidido pelo STJ quanto à configuração efetiva do fato gerador em decorrência da coleta e seus motivos. A resposta, assim, não atendeu, assim, minimamente, o critério de correção, impondo-se a manutenção da nota atribuída.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Exigia-se a explicação do candidato dos motivos pelos quais havia distinção entre os precedentes utilizados para a decisão do magistrado e o caso dos autos, de forma a afastar sua incidência. Essa distinção residia na natureza da contratação, na espécie de serviço, e nos motivos quanto à operacionalização do serviço, e não só na nomenclatura dos contratos, e nada disso foi explorado. Não há como presumir que o candidato conhece ou disse o que não consta da resposta. Assim como é dado ao magistrado fundamentar o distinguishing, é dado ao advogado, em recurso, demonstrá-lo. Nego provimento.

ITEM 10 - NOTA 0,00 MANTIDA. Não se confunde conclusão com fundamentação. A conclusão demanda construção e silogismo, o que falta à resposta do candidato. Mesmo que assim não o fosse, o candidato é um "franco atirador", pois cita como base de sua conclusão a legislação, sem declinar qual, e "precedentes" do STF e do STJ, é dizer, sequer tem ideia de qual tribunal apreciou a matéria, tampouco efetivamente conhece seu conteúdo, já que cinge-se a reproduzir a conclusão do julgado como se remetesse a qualquer densidade jurídica, é dizer, não apresenta ou desdobra quaisquer dos fundamentos utilizados pelo STJ para decidir como decidiu. Portanto, imprestável à atribuição de qualquer pontuação.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido de reforma para prosseguimento da execução não foi formulado. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como referido, o rol de pedidos não atendeu ao esperado pelo critério de correção, daí a atribuição parcial de nota. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414788) - INSCRIÇÃO (93379191649)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. Com a devida venia, não há menção ao juízo de admissibilidade na peça do candidato. Nego provimento.

ITEM 5 - NOTA 6,00 MANTIDA. Não são apresentados os correspondentes fundamentos legais, daí a pontuação parcial.

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato não aborda a questão indicando conhecimento acerca do art. 4º da LC 116, apenas reproduz o teor do julgado do STJ e sua conclusão. A articulação do candidato deve sempre pretender integrar decisões judiciais e seus fundamentos, do que não cuidou, daí a pontuação parcial.

ITEM 8 - NOTA 5,00 MANTIDA. Mais uma vez, o candidato apenas reproduz a jurisprudência e trechos do enunciado, não indica nem qualifica a

prevalência da transação realizada no município, o que não se presta para alcançar a nota máxima no quesito. Não basta, como reiteradamente se

assinala, que se indique a existência de precedente. Exige-se a articulação dos fundamentos de decisão e do precedente, indicando a sua aplicação

qualificada ao caso examinado, ou eventual distinção. Disso não cuidou o candidato. Nego provimento.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. O candidato fala em cassação da sentença, não em reforma à linha 9-12 da pg. 4 de sua peça. Daí porque a pontuação não pode ser atribuída, já que postual a nulidade, não a reforma do edito.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como referido, não apenas a imprecisão terminológica prejudicou a pontuação do candidato como também a

falta de pedido relativo à suspensão. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414789) - INSCRIÇÃO (93379202856)

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato não aborda a questão indicando conhecimento acerca do art. 4º da LC 116, apenas reproduz o teor do julgado do STJ e sua conclusão. A articulação do candidato deve sempre pretender integrar decisões judiciais e seus fundamentos, do que não cuidou, daí a pontuação parcial. Ao contrário, em sua resposta indica que a filial fica em Tangará, o que é tido por irrelevante para fins do art. 4º. Logo, incompleta a resposta. Nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. Mais uma vez, o candidato apenas reproduz a jurisprudência, não indica nem qualifica a prevalência da transação realizada no município, o que não se presta para alcançar a nota máxima no quesito. Não basta, como reiteradamente se assinala, que se indique a existência de precedente. Exige-se a articulação dos fundamentos de decisão e do precedente, indicando a sua aplicação qualificada ao caso examinado, ou eventual distinção. Disso não cuidou o candidato. Nego provimento.

ITEM 9 - NOTA 0,00 MANTIDA. Exigia-se a explicação do candidato dos motivos pelos quais havia distinção entre os precedentes utilizados para a decisão do magistrado e o caso dos autos, de forma a afastar sua incidência. Essa distinção residia na natureza da contratação, na espécie de serviço, e nos motivos quanto à operacionalização do serviço, e nada disso foi explorado. Não há como presumir que o candidato conhece ou disse o que não consta da resposta. Nego provimento.

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato, em que pese conclua corretamente, o faz por vias tortas, sem o correto fundamento, simplesmente reproduzindo o decidido pelo STJ. Não há base jurídica a sustentar sua conclusão, o que se espera de um candidato à Procuradoria do Município. Assim, a simples reprodução, incompleta em seus fundamentos, prejudica a nota da conclusão. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida. Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012. Não abordado, nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art.

1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida. Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012. Não abordado, nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. O pedido é de prosseguimento da execução, sendo absolutamente equivocado o pedido de condenação ao pagamento nesta fase. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414790) - INSCRIÇÃO (93379201347)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. O candidato não apresentou fundamentação legal para o juízo de admissibilidade no art. 1010, §3º, do CPC. Apresentou, com correção, os demais itens, não integralizando o critério de correção exigido para a pontuação máxima. Nego provimento.

ITEM 5 - NOTA 6,00 MANTIDA. Não apresentado, na fundamentação da admissibilidade das razões recursais, a fundamentação legal do cabimento, na forma do art. 1009 do CPC, o que é exigido para o juízo perante o TJ. Nego provimento.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. Não se trata da instalação do estabelecimento, mas do local da efetiva prestação dos serviços. A discussão, ao contrário do que pretende o candidato, não se exaure no local da prestação, sendo necessário estabelecer se a prestação se dá no local da coleta, ou da realização da análise laboratorial. Ademais, tratando-se de matéria já sedimentada e de discussão específica envolvendo ISS, é exigível, sim, a apresentação do fundamento normativo próprio, do que também não cuidou. Daí a nota parcial. Nego provimento.

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. A exigência não se exaure na conceituação de estabelecimento, empresarial, mas local do estabelecimento como critério fixador da competência tributária, à luz da atividade desenvolvida, na esteira do art. 4º da LC 116 que, como referido, deveria ser de conhecimento do candidato. Nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 0,00 MANTIDA. O critério, com a devida venia, não é a contratação, mas a transação física no município, o que é diverso do expresso pelo candidato na sua resposta. A transação física compreende a realização de parcela da operação de coleta, o que não se confunde com a simples transação. Do contrário, seria aplicado o regime de Repercussão Geral sugerido pelo magistrado de origem para o contrato de leasing. Nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 2,00 MANTIDA. Não basta “citar“ os parâmetros, era necessário desenvolver seus fundamentos e demonstrar, objetivamente, o seu atendimento. A alegação genérica não garante a integral pontuação pretendida pelo candidato. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414791) - INSCRIÇÃO (93379193558)

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Com a devida venia, o entendimento defendido pelo candidato conduziria à revisão de sua nota para ZERO, na medida em que endereçada diretamente ao TJMS, ao passo que, por expressa indicação legal, preconizada pelo art. 1010, CPC, o endereçamento deve ser feito ao Juízo que prolatou a decisão. Em uma interpretação benéfica, se admitiu que o candidato deixou de apresentar a petição de interposição, do contrário, haveria de se entender que este endereçou equivocadamente a peça, impondo a atribuição de nota zero. Não bastasse isso, não há um indício de conhecimento acerca dos parâmetros mínimos de cabimento, tempestvidade e juízo de admissibilidade. Diante de tal fato, nego provimento.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. O candidato não demonstra conhecimento senão pela reprodução pura e simples de precedente. Não explora ou trabalha de forma dialética seu conteúdo ou fundamentos, o que se exige para a pontuação integral. Não cita a LC 116, menos ainda indica conhecer a natureza da condição para que o local da coleta seja reconhecido como tal. Incompleta, correta a atribuição parcial da nota. Nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 5,00 MANTIDA. Mais uma vez, o candidato apenas reproduz a jurisprudência, não indica nem qualifica a prevalência da transação realizada no município, o que não se presta para alcançar a nota máxima no quesito. Não basta, como reiteradamente se assinala, que se indique a existência de precedente. Exige-se a articulação dos fundamentos de decisão e do precedente, indicando a sua aplicação qualificada ao caso examinado, ou eventual distinção. Disso não cuidou o candidato. Para arrematar, trata de decisão do STF, de forma genérica, sequer colacionada no recurso, já que, com a devida venia, não existe, por se tratar de matéria infraconstitucional. Nego provimento.

ITEM 9 - NOTA 5,00 MANTIDA. Exigia-se a explicação do candidato dos motivos pelos quais havia distinção entre os precedentes utilizados para a decisão do magistrado e o caso dos autos, de forma a afastar sua incidência. Essa distinção residia na natureza da contratação, na espécie de serviço, e nos motivos quanto à operacionalização do serviço, e não só na nomenclatura dos contratos, e nada disso foi explorado. Não há como presumir que o candidato conhece ou disse o que não consta da resposta. Nego provimento.

ITEM 11 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido é genérico. Reforma para julgar improcedentes os embargos com qual finalidade? O candidato não indica. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. Como referido, o rol de pedidos é incompleto e inespecífico, desatendendo o critério de correção. Nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414792) - INSCRIÇÃO (93379193654)

ITEM 2 - NOTA 0,00 MANTIDA. Com a devida venia, o entendimento defendido pelo candidato conduziria à revisão de sua nota para ZERO, na medida em que endereçada diretamente ao TJMS, ao passo que, por expressa indicação legal, preconizada pelo art. 1010, CPC, o endereçamento deve ser feito ao Juízo que prolatou a decisão. Em uma interpretação benéfica, se admitiu que o candidato deixou de apresentar a petição de interposição, do contrário, haveria de se entender que este endereçou equivocadamente a peça, impondo a atribuição de nota zero. Diante de tal fato, nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 5,00 MANTIDA. Mais uma vez, o candidato apenas reproduz a jurisprudência e trechos do enunciado, não indica nem qualifica a

prevalência da transação realizada no município, o que não se presta para alcançar a nota máxima no quesito. Não basta, como reiteradamente se

assinala, que se indique a existência de precedente. Exige-se a articulação dos fundamentos de decisão e do precedente, indicando a sua aplicação

qualificada ao caso examinado, ou eventual distinção. Disso não cuidou o candidato. Nego provimento.

ITEM 9 - NOTA 5,00 MANTIDA. Exigia-se a explicação do candidato dos motivos pelos quais havia distinção entre os precedentes utilizados para

a decisão do magistrado e o caso dos autos, de forma a afastar sua incidência. Essa distinção residia na natureza da contratação, na espécie de serviço, e nos motivos quanto à operacionalização do serviço, e não só na nomenclatura dos contratos, e nada disso foi explorado. Não há como presumir que o candidato conhece ou disse o que não consta da resposta. Não bastasse isso, a discussão entre filial e matriz é exatamente a

mesma travada no contrato de leasing, que foi objeto de julgamento em sentido diametralmente oposto. Nego provimento.

ITEM 12 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414793) - INSCRIÇÃO (93379224484)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. Não há menção ao art. 1010, §3º, do CPC. Incompleta a fundamentação legal, nego provimento.

ITEM 6 - NOTA 3,00 MANTIDA. Exigia-se menção à LC 116, do que não cuidou o candidato. A peça do candidato, na sua integralidade, ignora a legislação, cingindo-se a transcrever trechos descontextualizados da decisão do STJ, sem conhecer, por evidente, seu fundamento de direito. Nego provimento.

ITEM 7 - NOTA 3,00 MANTIDA. Mais uma vez, exigia-se menção à LC 116, do que não cuidou o candidato. A peça do candidato, na sua integralidade, ignora a legislação, cingindo-se a transcrever trechos descontextualizados da decisão do STJ, sem conhecer, por evidente, seu fundamento de direito. Não há diferenciação entre local do estabelecimento e filial ou matriz, ou exploração da prevalência de um sobre o outro. Nego provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. A nota integral do quesito exigia não apenas o pedido de suspensão como a efetiva fundamentação no art. 1012, caput e §1º, do CPC, já que determinada a imediata averbação da decisão no Registro da Dívida (art. 33 da LEF). Daí a necessidade de fundamentação do efeito suspensivo, explicitando seus fundamentos de fato e de direito, em especial citando o art. 1012, pois deferida, na sentença, tutela antecipada para de imediato promover a baixa dos registros. Não abordado, nego provimento.

- PROTOCOLO (9339414795) - INSCRIÇÃO (93379204707)

ITEM 2 - NOTA 10,00 MANTIDA. O candidato não apresenta a fundamentação legal, daí a pontuação parcial. Nego provimento.

ITEM 7 - NOTA 0,00 MANTIDA. O objetivo do item é avaliar a extensão do conhecimento do candidato sobre o art. 4º da LC 116, não se confundindo com a conclusão acerca do fato gerador. O candidato deveria configurar o estabelecimento como a unidade prestadora de serviços, de modo permanente ou temporário, configurando unidade econômica ou profissional, do que não cuidou. Também, erra ao indicar que a coleta é a "parcela mais importante do serviço", o que absolutamente nada tem de relevância para fins da conceituação ora avaliada. Destarte, nego provimento.

ITEM 8 - NOTA 5,00 MANTIDA. A caracterização do fato gerador era objeto da análise. Para tanto, competia indicar que a coleta configurava o fato gerador, estabelecendo seus elementos, como atividade material, prevista de forma genérica e abstrata, necessária e suficiente à incidência tributária, do que não cuidou senão genericamente. Nego provimento.

ITEM 10 - NOTA 3,00 MANTIDA. Efetivamente o candidato cita a decisão do STJ, mas erra ao indicar o fundamento supostamente atribuído ao Tribunal. Assim, não há como reconhecer a pontuação integral, já que o STJ não diz o que o candidato indica. Nego provimento.

ITEM 11 - NOTA 0,00 ALTERADA PARA 2,00. Critério atendido às linhas 2 a 5 da página 4. Dou provimento.

ITEM 13 - NOTA 0,00 MANTIDA. O pedido de efeito suspensivo não articulado com os respectivos fundamentos é imprestável à atribuição da pontuação no quesito. Exige-se a fundamentação legal, bem como a explicitação de cada um dos requisitos, do que absolutamente não cuidou. Mantenho.

ITEM 14 - NOTA 1,00 MANTIDA. Não há pedido de prosseguimento da execução, o que prejudica a atribuição de nota integral. Nego provimento.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT (Concurso Público Nº 01/2024)

79 - Procurador Municipal

Nome	Inscrição	Total da Nota
AFONSO HENRIQUE SANSãO CORRêA DA COSTA	93379189016-1	**59,00**
ALBERT SUCKEL	93379194845-8	**74,00**
ANA LAURA BOAVENTURA SOARES	93379205285-9	**59,00**
APOENO HENRIQUE SILVA SOARES	93379225133-1	**56,00**
BRUNO POSENTI UTRE	93379201347-8	**72,00**
BRUNO SOUSA RIBEIRO MOTA	93379194668-0	**79,00**
CARLOS EDUARDO FERNANDES BUTINHONI	93379199065-8	**57,00**
DIONATAN ARAUJO SARABIA	93379191292-6	**17,00**
FABRíCIO PAULINO DE FIGUEIREDO	93379224484-8	**85,00**
FAGNER DA COSTA	93379220766-8	**68,00**
GABRIEL NADAF FURIO	93379227619-4	**58,00**
JOãO GABRIEL DE JESUS CAVALCANTE DIAS	93379191341-2	**57,00**
LAUDEMIR DA SILVA SANTOS	93379212358-8	**29,00**
LEANDRO WILHELM	93379189313-3	**61,00**
LUCYOMAR FRANÇA NETO DA SILVA	93379215711-3	**57,00**
LUIS ANTONIO OLIVEIRA LEITE	93379229800-3	**61,00**
MISLENE LIMA DA COSTA QUEIROZ	93379230556-0	**59,00**
OSINéIA ALBINA BRUNELLI BARCELOS	93379188954-3	**64,00**
PATRICK GABRIEL DE CAMPOS RODRIGUES	93379222782-7	**61,00**
PAULO MATHEUS HOLANDA SOARES	93379191649-4	**68,00**
REBECA MORENA POZZEBONN ABREU	93379199331-5	**47,00**
RODRIGO ALBERTASSE SALES	93379202877-5	**49,00**
SAMYR LIMA CLEMENTE VERSALLI	93379193654-5	**55,00**
SAYD LIMA CLEMENTE VERSALLI	93379193558-8	**52,00**
TATIANE GONÇALVES DE CARVALHO ALBERTASSE SALES	93379202856-9	**62,00**
TIAGO GUBERT CANAVARROS	93379204707-3	**72,00**
UILIAM ALVES STOPA	93379194611-9	**42,00**
VALERIA LAZARETTI	93379191722-5	**57,00**
WELLINGHTON DIAS PERIQUITO	93379191707-9	**43,00**
Nome	**Inscrição**	**Total da Nota**
WILLIAN VINICIUS CAVALCANTE FERNANDES	93379191522-0	**51,00**

Assinatura total no cargo: 1.731,00

Assinatura total todos os cargos: 1.731,00 Total de Candidatos: 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 011/2025

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 011/2025

OBJETO**:** PROCESSO DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDAS EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TERRA NOVA DO NORTE- MT.

FUNDAMENTO LEGAL: 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

CONTRATADA: ALCIONE ANTUNES ME

CNPJ: 20.046.417/0001-00

VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 17 de Abril de 2025.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

*** Republicação após decurso de prazo no Portal da Transparência e no Mural Oficial***

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 02/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO – MT, CNPJ: 03.543.303/0001-49.

CONTRATADO: REBOUÇAS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 48. 953.108/0001-25.

DO OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRA ESTRUTURA METÁLICAS, DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS DE PALCO, TENDAS, CAMARINS, ILUMINAÇÃO, CAMAROTE, PRODUÇÃO, GERADORES DE ENERGIA, SONORIZAÇÃO, BANHEIRO QUIMICO, NECESSARIOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESENVOLVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES"

VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 19.011.114,33 **(Dezenove milhões, onze mil, cento e quatorze reais e trinta e três centavos)**

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, ocorrida em 14 de junho de 2024. Ressalta-se que esta publicação é uma republicação da ata original, mantendo-se inalterada a data inicial de vigência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

EXTRATO DO CONTRATO 0176/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº. 017/2025

OBJETO: CONTRATO LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TORIXORÉU-MT.

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

VIGÊNCIA: Início em 10/04/2025 e termo 31/12/2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário

Função: 04 - Administração

SubFunção: 122 – Administração Geral Programa: 3010 – Gestão do Sistema de Administração e Financeiro

Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria

Ficha: 049 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Fonte: 1.500

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

PREFEITO: THIAGO TIMO OLIVEIRA

CONTRATADA: ELISAMAR SANTOS DE SOUSA, brasileira, empresária, divorciada, portadora da cédula de identidade civil sob o nº XXXX 2ª via, inscrita no CPF sob o nº 867.XXX.XXX-72.

DECRETO Nº 21, DE 05 DE MARÇO DE 2025.

DECRETO Nº 21, DE 05 DE MARÇO DE 2025.

Altera o Decreto de nº 121/2022 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Torixoréu-MT,** Senhor **Thiago Timo Oliveira,** no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ainda:

CONSIDERANDO a prerrogativa da administração pública de rever os seus atos por meio do princípio da autotutela,

CONSIDERANDO que cabe ao poder público a indenização exclusiva de área privada, quando da realização de desapropriação;

CONSIDERANDO que na metragem inicialmente levantada foram identificadas áreas públicas, reservadas por força de lei no denominado "Loteamento Ipanema", as quais não devem ser indenizadas;

DECRETA:

Art. 1º – A área de que trata o inciso I, do art. 1º, do Decreto de nº 121/2022, fica retificada para 19.440 m² (dezenove mil quatrocentos e quarenta e quatro metros quadrados), sendo esta a área a ser indenizada pela municipalidade a título de justa e prévia indenização.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Torixoréu-MT, Estado de Mato Grosso, aos 05 de março de 2.0205.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 029 E EXTRATO DO CONTRATO 0181/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Respaldado no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, e no Parecer da Assessoria Jurídica do Município, objeto do Processo Licitatório nº 059/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 029/2025, **AUTORIZO** a contratação direta **46.610.406 GIOVANNA RIBEIRO MARQUES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.610.406/0001-97, com sede na Rua Saturnino da Silva Coelho, nº 440, Centro, Torixoréu-MT, CEP: 78.695-000, no valor global de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), através de dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de buffet, durante o evento *"I Aniversário da Feira do Produtor" e "I Encontro de Carreiros"*, **atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Cultura de Torixoréu-MT**.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 17 de abril de 2025.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 0181/2025

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 059/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2025

OBJETO: "A contratação direta da empresa **46.610.406 GIOVANNA RIBEIRO MARQUES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.610.406/0001-97, com sede na Rua Saturnino da Silva Coelho, nº 440, Centro, Torixoréu-MT, CEP: 78.695-000, no valor global de R$ 32. 000,00 (trinta e dois mil reais), através de dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de buffet, durante o evento "I Aniversário da Feira do Produtor" e "I Encontro de Carreiros", **atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Cultura de Torixoréu-MT**.

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 17/04/2025 a 17/05/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha: 596 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1.1.500.0

CONTRATANTE: Munícipio de Torixoréu-MT

PREFEITO: Thiago Timo Oliveira

CONTRATADA: 46.610.406 GIOVANNA RIBEIRO MARQUES - CNPJ sob o nº 46.610.406/0001-97

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.503. 646/0001-80, com sede à Rua XV de Novembro nº 16 - Centro, CEP 78. 695.000, nesta cidade Torixoréu - MT, nos termos do art. 75, inciso I, combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE KOMBI ESCOLAR, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO TRANSPORTE ESCOLAR, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TORIXORÉU-MT.** Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Prefeitura **TORNA PÚBLICO** o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias a contar dessa publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail: licitacao@torixoreu. mt.gov.br, até as 17h00min do dia **24/04/2025**.

Júlia Nery Alves de Castro

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS:

Órgão Requerente: Secretaria Municipal de Educação	Descrição de categoria de investimento: ( ) Aquisição **(X) Contratação de Serviços**

2. MODALIDADE E O TIPO DE LICITAÇÃO:

Modalidade de Licitação:	**Critérios de Julgamento**
( ) Concorrência – Art. 28 inciso II e art. 29 a Lei n° 14.133/2021. ( ) Concurso – Art. 28 inciso III e art. 30 da Lei n° 14.133/21. ( ) Leilão - Art. 28 inciso IV e art. 31 da Lei n° 14.133/21. **(X) Dispensa de Licitação – art. 75 Inciso II da Lei n° 14.133/21.** ( ) Dispensa de Licitação - Art. 4º da Lei Federal nº. 13.979/2020 ( ) Inexigibilidade de Licitação - Art. 74 da Lei n° 14.133/21. ( ) Pregão Eletrônico – Art. 28 inciso I e art. 29 da Lei n° 14.133/21.	Art. 33, incisos I ao VI, da Lei n° 14.133/21: **(X) Menor Preço** ( ) Maior desconto ( ) Melhor técnica ou conteúdo artístico ( ) Técnica e Preço ( ) Maior Lance ou Oferta ( ) Não se enquadra. ( ) Maior retorno econômico

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Caixa de Texto: (x) Lei n° 14.133/21 (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração); (x) Lei Complementar n° 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e alterações posteriores; (x) E demais disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação e em seus Anexos.

4. DO OBJETO:

Caixa de Texto: 4.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos necessários para orientar o procedimento de contratação de empresa especializada na locação de veículo tipo Kombi, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Torixoréu-MT, especialmente no que se refere ao transporte escolar. 4.2 A contratação visa suprir a demanda por transporte adequado, seguro e regular dos alunos da rede municipal de ensino, contribuindo para a efetivação do direito à educação com qualidade e acessibilidade.

5. DA JUSTIFICATIVA:

Caixa de Texto: 5.1 Justifica-se a contratação por dispensa de licitação, conforme dispõe o artigo 75, inciso II, da Lei Lei n° 14.133/21, por tratar da aquisição de materiais permanentes para o projeto de creche modelo de Torixoréu, para atender a demanda da Secretaria de educação no âmbito das unidades da rede municipal de ensino, do Município de Torixoréu-MT, conforme previsto na legislação. 5.2 Justifica-se a contratação na modalidade de dispensa, pois é de extrema necessidade de materiais permanentes para dar seguimento ao projeto da creche modelo, uma vez que é imprescindível para o desenvolvimento de habilidades e conhecimento dos estudantes do município, em atendimento das demandas da secretaria e manutenção dos serviços públicos de educação.

6. DA ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

Item	**Objeto/Descrição**	**Qtd**	**UN**	**Valor Unitário**
01	ALUGUEL DE VEÍCULO KOMBI	09	Mês	R$
Total:				

7. VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO:

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. CONFORME DISPONIBILIDADE DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2024 NA DOTAÇÃO ESPECIFICADA ABAIXO:			
33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	105	2.1.500.100100

9. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO:

10. GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – O gerenciamento será feito por **PEDRO HUGO BRITO SILVA** e a fiscalização pelo senhor **WAGNER SOUSA MARTINS VIEIRA**

11. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL: a. HABILITAÇÃO JURÍDICA: Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração); **b. REGULARIDADE FISCAL:** Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração); **c. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:** Conforme disposto na Lei n° 14.133/21 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) **d.** A empresa deve disponibilizar veículo de apoio quando o veículo principal **e.** apresentar problemas para atender a demanda pretendida.

Torixoréu – MT, 15 de abril de 2025.

Pedro Hugo Brito Silva Secretário Municipal de Educação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 025 E EXTRATO DO CONTRATO 0180/2025

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Respaldado no inciso I, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, e no Parecer da Assessoria Jurídica do Município, objeto do Processo Licitatório nº 054/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 025/2025, **AUTORIZO** a contratação direta **M E MIOKI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.745.979/0001-95, com sede na Rua dos Lirios, Setor Jardim Morada do Sol, Barra do Garças - MT, CEP: 78.600-000, endereço eletrônico: receita.contab@hotmail.com, no valor global de R$ 40.015,00 (quarenta mil e quinze reais), através de dispensa de licitação para a **contratação de empresa especializada prestação do serviço de engenharia e topografia, para atender as demandas da Secretaria de Viação e Obras de Torixoréu-MT.**

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, **DETERMINO** a publicação da presente ratificação no Diário Oficial, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e cumpra-se.

Torixoréu – MT, 15 de abril de 2025.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 0180/2025

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2025

OBJETO: "A contratação direta da empresa **M E MIOKI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.745.979/0001-95, com sede na Rua dos Lirios, Setor Jardim Morada do Sol, Barra do Garças - MT, CEP: 78.600-000, endereço eletrônico: receita.contab@hotmail.com, no valor global de R$ 40.015,00 (quarenta mil e quinze reais), através de dispensa de licitação para a **contratação de empresa especializada prestação do serviço de engenharia e topografia, para atender as demandas da Secretaria de Viação e Obras de Torixoréu-MT.**"

VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 40.015,00 (quarenta mil e quinze reais)

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, I, da Lei 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 15/04/2025 a 31/12/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha: 0183

Fonte: 1.1.500.0

CONTRATANTE: Munícipio de Torixoréu-MT

PREFEITO: Thiago Timo Oliveira

CONTRATADA: M E MIOKI - CNPJ sob o nº 24.745.979/0001-95

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2023

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 091/2023

TRATA-SE DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO **091/2023***, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT E DE OUTRO LADO* ***JJ SILVA SOUSA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 26.264.988/0001-90, PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS E DE ULTRASSONOGRAFIAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE TORIXORÉU-MT****.*

Por este instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, que fazem as partes, de um lado, como CONTRATANTE, o **MUNICÍPIO DE TORIXORÉU/MT,** pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa sito à Rua XV de Novembro, nº16, Setor Aeroporto, Torixoréu – MT, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.503.646/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, **Sr. THIAGO TIMO OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade à Rua João Alves de Figueiredo, 61 – Setor Aeroporto, portador da Cédula de Identidade RG Nº 5276589 – SPTC/GO, e do C.P.F. 041.698.631-51; doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado **JJ SILVA SOUSA LTDA, inscrita no CPF/CNPJ sob nº 26.264.988/0001-90, com endereço/sede na Rua Cuiabá, nº 205, Centro, Torixoréu-MT**, doravante denominado de **CONTRATADO**, **RESOLVEM** realizar o presente termo aditivo ao contrato supra citado oriundo do **Processo Licitatório nº 036/2023, mediante CREDENCIAMENTO Nº. 002/2023**, tendo entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO E VALOR:

1.1 – O presente termo versa sobre a prorrogação de prazo do contrato indicado no preâmbulo, dada a necessidade de execução de serviços de interesse público contínuo, bem como, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, na forma do artigo 57, § 2º da lei 8.666/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

2.1 – A vigência do Contrato nº **091/2023** fica prorrogada até o dia 31/12/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 – As demais Cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas e ratificadas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:

4.1.Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças/MT, para dirimir as questões resultantes deste contrato, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

4.2. E, por estarem de acordo, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas deste contrato, no qual se aplicam as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/2021, e firmam o presente termo em 3 [três] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Torixoréu – MT, 30 de ABRIL de 2025.

MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT JJ SILVA SOUSA LTDA

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1: _____

CPF:_____

2:_____CPF:__

_____

LEI Nº 1.293, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

LEI Nº 1.293, DE 16 DE ABRIL DE 2025.

"Altera a Lei nº 1.197, de 22 de novembro de 2022 e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Torixoréu**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, sobretudo a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, Thiago Timo Oliveira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A área de que trata o art. 1º, da Lei nº 1.197, de 22 de novembro de 2022, fica retificada para 19.440 m² (dezenove mil quatrocentos e qua-

renta e quatro metros quadrados), sendo esta a área a ser indenizada pela municipalidade a título de justa e prévia indenização.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu – MT, aos 16 dias do mês de abril de 2.025.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ATO DE NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO NR 28/2023

ATO Nº 11/2025

Data: 17/04/2025.

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

Considerando que o servidor **Devanildo Benício de Almeida**, Assessor de Gabinete, foi exonerado, existe a necessidade de designação de novo fiscal para dar continuidade às análises dos seguintes contratos sob sua responsabilidade;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor municipal **Cléber José de Souza**, inscrito no CPF sob o nº 020.365.951-11, Secretário Adjunto lotado na Secretaria Municipal Fazenda e Planejamento, para exercer, a partir desta data, a função de **Fiscal de Contrato**em substituição, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADA	VIGÊNCIA
28/2023	CONTATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DO APLICATIVO NOVO GOVFÁCIL – LICENÇA BÁSICA – QUE FAZ O ACOMPANHAMENTO DAS CERTIDÕES E OBRIGAÇÕES ESTADUAIS, EDUCAÇÃO, FUNDEB, SAÚDE E FOLHA DE PAGAMENTO, ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS E CONVÊNIOS FEDERAIS, ANÁLISE DA PRÉVIA FISCAL, DADOS E EMPRESAS, EMPREGOS, FROTA, ACOMPANHAMENTO DAS PUBLICAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS JURÍDICOS DOS PRINCIPAIS TRIBUNAIS, INDICADORES GERENCIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL	GOVFÁCIL GESTÃO E TECNOLOGIA - LTDA	19/05/2025

Art. 2º. O servidor ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionados com a execução do contrato, deverá determinar diretamente à Contratada a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º. O servidor ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 17 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/2025

Data: 17/04/2025

Dispõe sobre nomeação de servidora para cargo de provimento em comissão de Diretora de Departamento, e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a servidora TATIANE CRISTINA CHAVES, portadora do CPF nº ***.883.781-**, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Diretora do Departamento de Saúde* (Setor de Documentação e Informação da Saúde), símbolo DAI, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, percebendo para tanto os vencimentos na forma do Anexo II, da Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de abril de 2025.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 033/2025 de 02 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 17 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298/2025

Data: 16/04/2025

Designa servidores para compor Comissão para conduzir Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar denúncias de infrações disciplinares cometidas por servidor lotado junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a denúncia formulada pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Sr. Ivanor Stieler, através do Ofício nº 010/2025 de 08 de abril de 2025, em que comunica a Secretaria Municipal de Administração denúncias de infrações disciplinares que teriam sido cometidas pelo servidor público Sr. Giovani Volpato, brasileiro, maior, portador do RG nº **0436** SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº ***591.661-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de União do Sul.

Considerando que a comunicação veio acompanhada de denúncias à Ouvidoria Municipal, em número de 07 (sete), além de 02 (duas) Advertências escritas, cópias de Recibos de Pagamento de Salários referentes aos

meses de março, maio, junho, julho e agosto de 2024 e fevereiro de 2025 e relatórios de cartão de ponto referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2025.

Considerando, nos termos do Art. 232 da Lei Complementar nº 29, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), a necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos comunicados de que o referido servidor teria faltado com o cumprimento de suas funções e que tal comportamento infringe os dispositivos do Art. 200 – incisos I, III IV e V – alínea *a*, e X - Dos Deveres do Servidor, bem como do Art. 201 – incisos I, XIV e XXIII - Das Proibições;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar servidoras para comporem uma COMISSÃO DISCIPLINAR com a atribuição de conduzir um Processo Administrativo Disciplinar, para a apuração dos fatos objetos da denúncia protocolada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, em conformidade com o Art. 246, da Lei Complementar nº 29, de 25 de setembro de 2019, conforme abaixo:

1 – TALITA STELLA – Enfermeira – Presidente;

2 – GRAZIELE FRANCO DA COSTA – Nutricionista – Membro;

3 – ANA PAULA TOFOLO – Auxiliar Administrativo – Membro.

Art. 2º. À Comissão Disciplinar ora designada concede-se o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 16 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

ATO DE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO NR 64/2021

ATO Nº 12/2025

Data: 17/04/2025.

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

Considerando que a servidora **Maysa Tayná de Carvalho**, Diretora de Departamento, foi exonerada, existe a necessidade de designação de novo fiscal para dar continuidade às análises dos seguintes contratos sob sua responsabilidade;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor municipal **Edinaldo Cardoso de Sousa**, inscrito no CPF sob o nº 776.971.703-53, Agente de Combate a Endemias, cedido para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para exercer, a partir desta data, a função de **Fiscal de Contrato**em substituição, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADA	VIGÊNCIA
64/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE EMPRESA DE ENGENHARIA SANITÁRIA EM ATERRO SANTIÁRIO, COM ATUAÇÃO EM MANEJO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS GERADOS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - MT	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL	SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL - LTDA	27/07/2025

Art. 2º. O servidor ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionados com a execução do contrato, deverá determinar diretamente à Contratada a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º. O servidor ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 17 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/2025

Data: 17/04/2025.

Dispõe sobre nova prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 163, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Ação Previdenciária protocolada em 18/junho/2018 junto ao Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sinop-MT;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida nova prorrogação da licença para tratamento de saúde à servidora contratada Sra. TATIANE CRISTINA DOS SANTOS SILVA OLIVEIRA, ocupante do cargo de *Zeladora*,vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora da matrícula nº 2191, pelo período de 17 de abril de 2025 até 16 de julho de 2025, sem prejuízo da remuneração, mediante auxílio-doença a cargo do INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 17 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2025

Data: 17/04/2025.

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias da servidora que menciona e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º. Por força desta Portaria, fica convertida em abono pecuniário uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus a servidora DIANE SILVA DAMASCENA, ocupante efetiva do cargo de Técnica de Enfermagem, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2024 a 02 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 17 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299/2025

Data: 16/04/2025

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde do servidor que menciona e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 163, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde do servidor Sr. NADIR MIOLA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Pneus, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, portador do CPF nº ***.568.001-**, pelo período de 15 de abril a 14 de julho de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 16 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

ATO NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATOS 42/2024, 51/2024 E 59/2024

ATO Nº 13/2025

Data: 17/04/2025.

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

Considerando que a servidora **Emmanuele Larissa da Rocha Jovio**, Chefe de Departamento, entrou em gozo de licença maternidade, existe a necessidade de designação de novo fiscal para dar continuidade às análises dos seguintes contratos sob sua responsabilidade;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor municipal **Mateus Eduardo Zanqui**, inscrito no CPF sob o nº 035.369.761-31, Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercer, a partir desta data, a função de **Fiscal de Contrato**em substituição, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contratos abaixo discriminados:

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATANTE	CONTRATADA	VIGÊNCIA
042/2024	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE COIFAS INOX, TUBOS E CURVAS DE INOX E GALVANIZADOS, COLARINHO E CHAPÉUS GALVANIZADOS E MOTORES/EXAUSTORES BLINDADOS, FILTRO ESPECIAL EM AÇO INOX – (TODOS DEVIDAMENTE INSTALADOS), ATENDENDO AS UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL	SAULO RAFAEL MONTEIRO PARTICHELI	14/08/2025
051/2024	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ADMINISTRAR AULAS PRÁTICAS E TEÓRICAS DE INSTRUMENTOS DE SOPRO E PERCUSSÃO PARA O GRUPO DE ALUNOS QUE COMPÕE A BANDA FLORESCER E FANFARRA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL – MT(FAMUS)	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL	JORGE RODRIGUES DA SILVA FILHO – Emp. Ind.	17/09/2025
059/2024	O PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA CAPACITADA PARA MINISTRAR AULAS PRÁTICAS DE DANÇA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONTRATURNO ESCOLAR POR MEIO DE OFICINAS OFERADAS PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - MT	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL	KIELBIA VIEIRA DE LIMA – MEI	30/09/2025

Art. 2º. O servidor ora designado, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionados com a execução do contrato, deverá determinar diretamente à Contratada a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

Art. 3º. O servidor ora designado não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 17 de Abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2025

Data: 17/04/2025

Dispõe sobre designação de servidora para o cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul e com fulcro no § 2º do art. 129 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 029 de 25/09/2019);

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar, a servidora efetiva ELISAMA DOS SANTOS, portadora do RG nº **5333*-*SSP/MT e do CPF nº ***.135.591. **, para exercer o cargo de provimento em comissão de *Chefe da Divisão do Ensino Fundamental*, símbolo DAI, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo único. Por opção facultada pelo § 2º, do art. 129 da Lei Complementar nº 029 de 25/09/2019, a servidora será remunerada pelo vencimento atualizado de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação FG (Função Gratificada) de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo comissionado ao qual foi designada, na forma da legislação supramencionada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 17 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2025

Data: 17/04/2025

Dispõe sobre nova alteração no Anexo Único da Portaria Nº 061/2025 de 07 de janeiro de 2025, alterada pelas Portarias nºs 153/2025 de 19/02/2025 e 185/2025 de 18/02/2025, para incluir nova servidora beneficiária do Incentivo de Natureza Indenizatória a servidores da Saúde, e dá outras providências.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no disposto na nova redação dada pela Lei nº 911 de 17 de fevereiro de 2025 ao art. 42, da Lei nº 724 de 25 de setembro de 2019; e

Considerando a necessidade de alteração do Anexo Único da Portaria nº 061/2025, alterada pelas Portarias nºs 153/2025 e 185/2025, para inclusão de novas servidoras beneficiárias do Incentivo de Natureza Indenizatória a servidores da Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica incluída no Anexo Único da Portaria Nº 061/2025 de 07 de janeiro de 2025, alterada pelas Portarias nºs 153/2025 de 19/02/2025 e 185/2025 de 18/02/2025, a servidora Fabielly Perondi Usinger, na forma do Anexo Único da presente Portaria.

Parágrafo único. Com a alteração na forma do *caput*, fica reeditado o Anexo Único da Portaria nº 061/2025, atualizado pelas Portarias nºs 153/2025 e 185/2025, passando este a integrar a presente Portaria como anexo único.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro na folha de pagamento do mês de abril de 2025 e subsequentes.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 17 de abril de 2025.

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 302/2025)

“ATUALIZAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 061/2025 DE 07/01/2025”

INCENTIVO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA A SERVIDORES DA SAÚDE PELA COORDENAÇÃO DE UNIDADES E PROGRAMAS DE SAÚDE

(Art. 42 da Lei nº 724 de 25/09/2019)

Nome	Tipo de Coordenação	Percentual sobre o vencimento base do cargo
Tatiane Baldisserra dos Santos Souza	Coordenadora da sala de imunização	25%
Leziane Zanardi	Coordenadora da Atenção Básica	50%
Nadia Cristina de Campos Tanamati	Coordenadora de Programa – CIES	15%
Lucineire A. da Conceição	Coordenadora da Unidade de Vigilância Sanitária e Ambiental	25%
Graziele Franco	Coordenadora da Unidade Descentralizada de Reabilitação	25%
Clarice do Nascimento	Coordenadora da Unidade de PSF-I	25%
Gislene Ferreira	Coordenadora da Unidade de PSF-II	25%
Fátima Lopes de Souza	Incentivo a Arte Gestacional	15%
Fabielly Perondi Usinger	**Coordenadora do Setor de Compras da Secretaria Municipal de Saúde**	**50%**

Visto:

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 27/2025

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

DECRETA:

Artigo 1º - Considerando a publicação do decreto nº 1.424 de 16 de Abril de 2025 pelo estado do Mato Grosso, analisando que todas as atividades administrativas e de transportes escolares ficam prejudicadas com o decreto estadual, resolve decretar ponto facultativo o dia 17 de abril de 2025, a partir das 13 horas.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos – MT, em 17 de Abril de 2025.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 05/2025

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, do Decreto Municipal n° 104/2023, e demais legislação aplicável, MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO- SRP Nº 05/2025. OBJETO: registro de preços para futura e eventual contratação de AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT. DATA DE ABERTURA: 09/05/2025 AS 09:00 HORAS (HORARIO DE BRASILIA), O Edital completo poderá ser obtido das 08:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações no e-mail licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br,

maiores informações pelos telefones (65) 2018-0810. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br, www.licitanet.com.br. Vale de São Domingos – MT, 17 de Abril de 2025. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 02/2025

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, do Decreto Municipal n° 104/2023, e demais legislação aplicável, MODALIDADE: CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº 02/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para a REFORMA DA PONTE DE MADEIRA DA AVENIDA PASTOR BENEDITO DA SILVA no município de Vale de São Domingos-MT. DATA DE ABERTURA: 08/05/2025 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido das 087:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações no e-mail licitacao@valedesaodomingos.mt.gov.br ou no site www.valedesaodomingos.mt.gov.br , maiores informações pelos telefones (65) 2018-0810. Vale de São Domingos – MT, 17 de Abril de 2025. Edinaldo Ferreira de Santana Agente de Contratação

ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL SUPLEMENTAR Nº 01/2025 DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR DE VALE DE SÃO DOMINGOS - MT

Abre inscrições para o Processo de escolha Suplementar dos membros suplentes do Conselho Tutelar de Vale de São Domingos – MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Vale de São Domingos – MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda Nº 231/2022 e na Lei Complementar Municipal Nº 711/2023, abre as inscrições para o Processo de escolha Suplementar dos membros Suplentes do Conselho Tutelar do Município de Vale de São Domingos – MT e dá outras providências.

1 DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro suplente do Conselho Tutelar do Município de Vale de São Domingos – MT com o mandato se encerrando no dia 09 (nove) de janeiro de 2028, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

1.2.1 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

1.2.3 Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal, inclusive no que diz respeito à competência para processar ou julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990.

1.3 Os Candidatos Suplentes classificados no pleito assumirão a vaga no período de férias, licenças e outras situações permitidas nas Legislações Municipais, Estaduais e Federais.

1.4 A vaga, o vencimento mensal e a carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro Suplente do Conselho Tutelar	05 (cinco) vagas	40 h	Um salário mínimo vigente + 30% (do salário mínimo) de sobreaviso, ajustado anualmente conforme o índice nacional de reajuste do salário mínimo.

1.5 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das **07h às 11h** e das **13h às 17h**, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.6 A remuneração será feita pelo Poder Executivo Municipal e contemplará somente os Conselheiros Tutelares Suplentes que, efetivamente, prestarem serviços, sendo o seu pagamento proporcional aos dias trabalhados, assim como o ressarcimento das despesas realizadas a serviço do Conselho Tutelar.

1.7 Os membros do Conselho Tutelar eleitos ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos fins de semana e feriados, conforme dispõe a Lei Complementar Municipal Nº 711/2023 ou a que a suceder.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, será remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Complementar Municipal Nº 711/2023 ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução Nº 231/2022 do Conanda, e a Lei Municipal Nº 711/2023 ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescido das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta da Lei Complementar Municipal Nº 711/2023, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2 DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES SUPLENTES

2.1 O processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar de Vale de São Domingos – MT ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1o, da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Nº 231/2022 do Conanda e na Lei Complementar Municipal Nº 711/2023.

2.2 O processo de escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo, uninominal e secreto dos eleitores do Município de Vale de São Domingos – MT cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS À CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 711/2023, a saber:

I. Reconhecida idoneidade moral;

II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. Residência no Município;

IV. Conclusão do Ensino Médio;

V. Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, sobre língua portuguesa e sobre informática básica, por meio de prova de caráter eliminatório, a ser formulada sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI. Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII. Não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal Nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII. Não ser, desde o momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

IX. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

III. Certificado de quitação eleitoral;[1]

IV. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Estadual;[2]

V. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral;[3]

VI. Certidão de antecedentes cíveis e criminais da Justiça Federal;[4]

VII. Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar da União;[5]

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

4.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, pessoas cuja relação de parentesco seja de primeiro, segundo e/ou terceiro grau.

4.1.2 Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.

4.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 25 (vinte e cinco) de abril de 2025, em horário de atendimento ao público das **07h às 11h** e das **13h às 17h**, **na Secretaria de Assistência Social**, e devem ser realizadas pessoalmente pelo candidato ou por procurador com poderes específicos, não sendo admitidas inscrições por e-mail ou outra forma digital.

5.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

5.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

5.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

5.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, da Resolução Nº 231/2022 do Conanda e na Lei Complementar Municipal Nº 711/2023, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste Edital.

5.8 A inscrição será gratuita.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

5.10 Caberá à Comissão Especial decidir, excepcionalmente, acerca da possibilidade de complementação de documentação apresentada dentro do prazo pelos candidatos.

5.11 Sem prejuízo da publicação oficial, os candidatos serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que lhe digam respeito por meio do endereço de e-mail ou por aplicativo de mensagem eletrônica do número de telefone identificado no formulário de inscrição, dispensando-se a confirmação de recebimento ou outras formas de notificação pessoal.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3 A Comissão Especial tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como de fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4 A Comissão Especial tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Complementar Municipal Nº 711/2023 e na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

6.5 A relação de inscrições realizadas será publicada, pela Comissão Especial do processo de escolha, no dia 29 (vinte e nove) de abril de 2025, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

6.6 Publicada a lista dos inscritos, qualquer cidadão poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 5 (cinco dias) uteis, de 29 (vinte e nove) de abril de 2025 a 07 (sete) de maio de 2025, no horário de atendimento ao público, na Secretaria de Assistência Social, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail: assistenciasocial.vsd@hotmail.com.

6.7 Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 5 (cinco) dias uteis para defesa, e realizará reunião para decidir acerca do pedido, podendo, se necessário, ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar outras diligências, no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis.

6.8 Independentemente de ter havido impugnação, ultrapassada a etapa do item 6.7, a Comissão Especial analisará individualmente o pedido de registro das candidaturas e publicará, até o dia 08 (oito) de maio de 2025, a relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.09 No dia 13 (treze) de maio de 2025 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.

6.10 No dia 15 (quinze) de maio 2025, será realizada a prova (cujo local e horário serão divulgados com uma antecedência de 02 (dois) dias de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, língua portuguesa e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,0.

6.11 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 19 (dezenove) de maio de 2025, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos, no horário de atendimento ao público, na Secretaria de Assistência Social, no prazo de 2 (dois) dias uteis, no período de 19 (dezenove) de maio a 21 (vinte e um) de maio de 2025, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico para o e-mail: assistenciasocial.vsd@hotmail.com.

6.12 Os recursos relativos à prova de conhecimento serão apreciados pela Comissão Especial, que deverá publicar decisão até o dia 22 (vinte e dois) de maio de 2025, publicando-se, em seguida, a lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

6.13 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição composto por, no mínimo, 2 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidatos.

6.14 Finalizadas todas as etapas, será publicada a lista final dos candidatos habilitados, o que deverá ocorrer até dia 22 (vinte e dois) de maio de 2025, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, encaminhando-se cópia ao Ministério Público.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

7.2 A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*.

7.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

7.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.5 Aplicam-se ao pleito as diretrizes previstas na Resolução Nº 231/2022 do Conanda e, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;

IV- participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;

VI- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;

IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais

7.6 A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

7.7 Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

7.7.1 A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

7.7.2 A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I. em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

II. por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

III. por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

7.7.3 Para o fim deste Edital, considera-se:

I. internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

II. aplicações de internet: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;

III. página eletrônica: o endereço eletrônico na internet subdividido em uma ou mais páginas, que possam ser acessadas com base na mesma raiz;

IV. blog: o endereço eletrônico na internet, mantido ou não por provedor de hospedagem, composto por uma única página em caráter pessoal;

V. impulsionamento de conteúdo: o mecanismo ou serviço que, mediante contratação com os provedores de aplicação de internet, potencializem o alcance e a divulgação da informação para atingir usuários que, normalmente, não teriam acesso ao seu conteúdo;

VI. rede social na internet: a estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns;

VII. aplicativo de mensagens instantâneas ou chamada de voz: o aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*.

VIII. disparo em massa: envio automatizado ou manual de um mesmo conteúdo para um grande volume de usuários, simultaneamente ou com intervalos de tempo, por meio de qualquer serviço de mensagem ou provedor de aplicação na internet.

7.8 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.8.1 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

7.9 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

7.10 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

7.11 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

7.12 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito e dos candidatos habilitados, em igualdade de condições.

7.13 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, em benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros suplentes do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de cassação da candidatura e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8. DA ELEIÇÃO

8.1 Os membros suplentes do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto direto, facultativo, uninominal e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.2 A eleição será realizada no dia 01 (primeiro) de junho de 2025, das 08hs às 17hs[6].

8.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial até o dia 28 (vinte e oito) de maio de 2025, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

8.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

8.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

8.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

8.7 O voto é sigiloso, e o eleitor votará em cabina indevassável.

8.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento oficial equivalente, com foto.

8.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

8.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.12 A votação se dará em urna eletrônica ou urna de lona, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com a indicação do respectivo número do candidato.

8.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral, aprovadas previamente pela Comissão Especial, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato.

8.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial.

8.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

8.16 O Presidente deve estar presente no ato de abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

8.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário, e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial.

8.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial.

8.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

8.20 Os candidatos poderão indicar um fiscal para a seção eleitoral, os quais deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deles à Comissão Especial até o dia 15 (quinze) de maio de 2025.

9. DA APURAÇÃO

9.1 A apuração dar-se-á imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença dos escrutinadores, do representante do Ministério Público, se possível, e da Comissão Especial.

9.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação exclusivamente a respeito da apuração, que será decidida pela Comissão Especial, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

9.5 Todos os candidatos serão considerados suplentes, e sua colocação seguirá a ordem decrescente de votação.

9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

10. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

10.1 O resultado do pleito será publicado no dia 02 (dois) de junho de 2025, em edital/resolução publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, bem como afixado em mural do Município e no CMDCA, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

10.2 Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo(a) Chefe do Poder Executivo Municipal.

10.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

11. DO CALENDÁRIO

11.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar

DATA	ETAPA
17/04/2025	Publicação do Edital
22/04/2025 a 25/04/2025	Prazo para registro das candidaturas (item 5.1)
28/04/2025	Análise de pedidos de registro de candidatura
29/04/2025	Publicação, pela Comissão Especial do processo de escolha, da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral, encaminhando-se cópia ao Ministério Público (itens 6.5 e 6.6) Havendo impugnação, a Comissão Especial notificará os candidatos impugnados, com abertura do prazo de 5 dias para defesa.
07/05/2025	Realização de reunião da Comissão Especial para decidir acerca da impugnação. (item 6.7)
29/04/2025 a 07/04/2025	Apresentação de defesa pelo candidato impugnado
08/04/2025	Análise do pedido de registro das candidaturas, independentemente de impugnação, e publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela Comissão Especial (item 6.8)
13/05/2025	Capacitação dos candidatos para a prova de conhecimentos (item 6.9)
15/05/2025	Aplicação da prova (item 6.10)
19/05/2025	Publicação dos resultados da prova e abertura do prazo de 2 (dois) dias para recurso dos candidatos (item 6.11)
22/05/2025	Publicação do resultado final da prova pela Comissão Especial, bem como da lista final dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público (item 6.12 e 6.14)
26/05/2025	Início do período de campanha/propaganda eleitoral
26/05/2025	Reunião com os candidatos habilitados para orientações acerca das condutas vedadas e início de campanha/propaganda eleitoral
28/05/2025	Divulgação dos locais de votação (item 8.3)
01/06/2025	Eleição (item 8.2)
02/06/2025	Publicação do resultado da apuração (item 10.1)
04/06/2025	Posse

11.2 Fica facultada à Comissão Especial e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Nº 231/2022 do Conanda e na Lei Complementar Municipal Nº 711/2023, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato suplente apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

12.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

12.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço (físico e de e-mail) e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

12.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio do(a) Promotor(a) de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, no prazo de 72 (setenta e duas horas)

12.10 Fica eleito a Vara da Infância e Juventude do Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17 de abril de 2025, Vale de São Domingos – MT.

Elica Nilfa de Souza Coimbra

Presidente do CMDCA

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO DE ESCOLHA SIMPLIFICADA DOS MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR PARA O EXERCÍCIO DE 2025 – 2027

Nº DA INSCRIÇÃO: _____

Nome			
Endereço			
Ponto de Referência			
Telefone/ contato			
Data de Nascimento	**Idade**		**Naturalidade**
Estado Civil			**Cor**
Escolaridade			**Série**
RG	**Órgão Exp.**	**UF**	**Data Emissão**
CPF			
Título Eleitoral	**Zona**	**Seção**	**Cidade**
Filiação (mãe)	**Filiação (pai)**		
Há quanto tempo reside no Município	**Documento apresentado:**		

[ ] DECLARO QUE RECEBI, ESTOU CIENTE E DE ACORDO SOBRE O CONTEÚDO DO EDITAL Nº 01/CMDCA/2025, SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR PARA O EXERCÍCIO DE 2025 – 2027.

Vale de São Domingos – MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO I

DECLARAÇÃO QUANTO AO EXERCICIO OU NÃO DE ATIVIDADES POLÍTICO – PARTIDÁRIAS, FUNÇÃO EM ÓRGÃO DE PARTIDO POLÍTICO OU DIREÇÃO DE ENTIDADES SINDICAIS

Eu _____, brasileiro(a), estado civil, _____ residente e domiciliado na _____, nº _____, bairro _____, CEP 78.253-000, Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, Carteira de Identidade nº._____ CPF nº._____, **DECLARO,** sob pena da lei que não, exerço **ATIVIDADES POLÍTICO – PARTIDÁRIAS, FUNÇÃO EM ÓRGÃO DE PÁRTIDO POLÍTICO OU DIREÇÃO DE ENTIDADES SINDICAIS.**

Vale de São Domingos – MT, ___ de _____ de 2025.

_____

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO QUANTO AO EXERCICIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Eu _____, brasileiro(a), estado civil, _____ residente e domiciliado na _____, nº _____, bairro _____, CEP 78.253-000, Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, Carteira de Identidade nº._____, CPF nº._____. Em cumprimento ao inciso XVI art. 37 da Constituição Federal. **DECLARO,** sob a pena da lei que não, exerço acumulo ilegal de emprego ou função pública.

Vale de São Domingos – MT, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO QUANTO AO EXERCICIO OU NÃO DE CARGO OU MANDATO PÚBLICO ELETIVO

Eu _____, brasileiro(a), estado civil, _____ residente e domiciliado na _____, nº _____, bairro _____, CEP 78.253-000, Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, Carteira de Identidade nº._____, CPF nº._____. **DECLARO,** sob pena da lei que, não exerço **CARGO OU MANDATO PÚBLICO ELETIVO.**

Vale de São Domingos – MT, ___ de _____ de 2025.

_____

Assinatura

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

01	Apresentação de Certidão Negativa Civil e Criminal da Justiça Comum Estadual e Federal da Comarca pelas quais o Município esteja compreendido
02	Ter idade mínima de 21 anos (Identidade e CPF);
03	Comprovante de que reside no município a pelo menos 01 ano (contas de água, luz, telefone, ou declaração com testemunhas, etc);
04	Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
05	Título de Eleitor do município e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (comprovante das duas últimas votações ou declaração);
06	Declaração de que não desenvolve atividade político – partidária, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais (Retirar via do Anexo I no ato da inscrição);
07	Declaração de que não exerce cargo ou mandato público eletivo (Retirar via do Anexo II no ato da inscrição);
08	Declaração de que não ocupa cargo efetivo ou em comissão junto a Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta (Retirar via do Anexo III no ato da inscrição);
09	Declaração de que não foi penalizado no exercício da função de Conselheiro Tutelar nos últimos 05 anos antecedentes ao processo de eleição. Em caso de já ter exercido retirar no (RH);
Observação: No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia dos documentos e originais para conferência.	

[1] Disponível em: .

[2] Disponível na página eletrônica do Poder Judiciário do Estado.

[3] Disponível em: .

[4] Disponível em: .

[5] Disponível em: .

[6] Horário estabelecido pelo artigo 14 da Resolução Nº 231/2022 do Conanda.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025, GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

PROCESSO ADESÃO DE ATA DE REGISTRO: 07/2025. o Prefeito do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no Inciso IV do artigo 71 da Lei n° 14.133/21, DECIDE pela **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento de ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025, GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, que tem por objeto a Contratação da empresa JJF MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.982.999/0001-06, para AQUISIÇÃO DE CORTADOR DE GRAMA GIRO ZERO, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, mediante ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2025, GERENCIADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, a qual teve como vencedora a empresa **JJF MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.982.999/0001-06, no valor global de R$ 62.863,99 (sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos).** Vale de São Domingos-MT, 17 de Abril de 2025. **Leandro Azevedo da Cunha Prefeito Municipal**

1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N º. 51/2024.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o **MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS/MT,** devidamente qualificado no Contrato Originário, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. **LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA,** brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade RG n.º 30****27 SSP/SP, e do CPF sob n.º 221.***.***-40, residente e domiciliado residente à na Avenida jose Orlando de Brito, Bairro Centro, nesta cidade de Vale de São Domingos-MT, e a Empresa:CUIABA VITA HOME CARE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 38.044.849/0001-30 localizada na Avenida Pedro Paulo de Faria Junior, nº 1934, Complemento Sala 29, CEP 78.098-270, Bairro Distrito Industrial, Cidade Cuiaba-MT, representada pela senhora LETICIA PAOLA ALMEIDA SILVA, CPF nº020.***.***-03, RG sob o nº 19****00 SESP/MT residente e domiciliado na Rua Doutora Amiana Alves Mariano, nº 901, Bairro Residencial Santo Antonio, cidade Pontes e Lacerda-MT, *igualmente qualificado no instrumento de contrato Originário, doravante denominado* ***CONTRATADO****, resolvem aditiva o contrato em epígrafe, conforme as seguintes cláusulas e condições:*

CLAUSULA PRIMEIRA – O presente termo Aditivo tem o suporte legal na 4 CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS do Contrato original, no item 4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para o CONTRATANTE, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Amparado no Item 4.2 da 4 CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS do Contrato Originário passará a viger com a seguinte redação:

"3.1 – O prazo do referido Contrato será prorrogado para o dia 16 de Abril de 2026".

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo Contrato de nº. 51/2024, que não foram alterados pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 03 vias de igual teor, valor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

Vale de São Domingos/MT, 14 de Abril de 2025.

LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA
Contratante/Prefeito Municipal

CUIABA VITA HOME CARE LTDA-EPP
LETICIA PAOLA ALMEIDA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF: RG :	CPF: **RG:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº 435/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Suellen Ferreira Marques, no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 105/2025

Sandro dos Anjos Azambuja – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98 e, ainda, Ato de Nomeação 19/2025

Considerando os termos do artigo 117 da Lei n. 14.133/21, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado.

Considerando os termos do artigo 13 do Decreto Municipal n. 81/23, que dispõe sobre a execução e gerenciamento de contrato e seus documentos.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

CONTRATO Nº 016/2024 ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2024– ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA -PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2024; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2024.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores zero km (caminhonete cabine dupla), para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Nelson Corrêa de Almeida

Matrícula nº 2552

Suplente de Fiscal: Marioney Morais Mendes

Matrícula n.º: 2553

Art. 2°. Compete ao Gestor de Contrato:

I. Acompanhar e fiscalizar a atuação dos fiscais de contrato, observando o cumprimento de suas cláusulas e condições.

II. Verificar a conformidade da entrega de bens ou prestação de serviços com o especificado nos contratos;

III. Promover a comunicação entre a Administração e as contratadas, zelando pelo cumprimento dos prazos e obrigações contratuais;

IV. Registrar, formalmente, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, encaminhadas pelo Fiscal ou de ofício;

V. Emitir pareceres, relatórios e certificados relacionados à execução dos contratos, quando necessário;

VI. Informar à autoridade competente qualquer irregularidade ou necessidade de aditamento ou rescisão contratual.

Art. 3º. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 16 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

DIRETOR PRESIDENTE

ATO Nº 434/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Edimilson Castro Ferreira do Nascimento, no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

ATO Nº 433/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Cícero Aparecido Pimenta, no cargo em comissão de Gerente de Educação de Jovens e Adultos - DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 026/2025

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, e a Empresa VIDA DIAGNOSTICO E MEDICINA NUCLEAR LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 26.743.832/0001-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 74, I, da Lei n. 14.133/21, no Decreto Municipal 81/2023, no Comunicado de Inexigibilidade n. 02/2025, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 02/2025 da Secretaria Municipal de Saúde. OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EXAMES DE MEDICINA NUCLEAR – CINTILOGRAFIA para atender a Rede de Atenção à Saúde do Município De Várzea Grande. **UO:** SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 01500. VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato. FISCAL DE CONTRATO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que designa neste ato na qualidade de fiscal a servidora Isabel Cristina Deolinda Dos Anjos, Matrícula 168774, inscrita no CPF n. XXX.210.901-XX, e na qualidade de Suplente a servidora Anella Caroline Capelari Pérez, Matrícula 166899 inscrito no CPF n. XXX.868.711-XX.

DATA DE ASSINATURA: 04.04.2025

DEISI DE CÁSSIA BOCALON MAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VIDA DIAGNOSTICO E MEDICINA NUCLEAR LTDA - EPP

CONTRATADA

ATO Nº 429/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Lezi Aparecida da Silva, no cargo em Comissão de Gerente de Educação Infantil – DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 16 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

ATO Nº 430/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Dora Maritza Mayrel Urquiola, no cargo em Comissão de Coordenador da Inclusão dos Povos Migratórios – DNS 04, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 16 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

PORTARIA N° 79/2025 – SMVO/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal, destituição e inclusão de novo fiscal do Contrato Nº 028/2025, com a empresa CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPIS LTDA.

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° **NOMEAR** os servidores, **SR MATEUS GOMES DA SILVA** Matricula 173764 como fiscal Titular e **SR ROBERTO AUGUSTO DIAS** matricula: 40105 como Fiscal Suplente do contrato nº 028/2025.

Art. 2º As designações terão efeito emediato a partir da assinatura do contrato.

Várzea Grande, 17 de Abril de 2025.

Celso Luiz Pereira

Secretário Municipal de Viação e Obras

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 19/2025

Processo n. 1026124/2025. Objeto: formalização da Dispensa de Licitação com objeto de Aquisição de Camisetas Esportivas Dray Fit para atender a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por meio da Superintendência de Esporte da Prefeitura de Várzea Grande, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com a empresa contratada: Gol Transfer Ltda, CNPJ sob o n. 53.497.900/0001-52 no valor global de até R$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) com vigência de 30(trinta) dias de acordo com o Termo de Referência n. 002/2025. Várzea Grande, 16 de abril de 2025. **CLEITON MARIANO SANTANA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER VÁRZEA GRANDE - MT**

ATO Nº 431/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Erasmo Ribeiro da Costa, no cargo em Comissão de Assessor Técnico – DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 16 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

ATO Nº 428/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Laura Cecilia de Toledo Barros, no cargo em Comissão de Coordenador Pedagógico – DNS 04, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito, a partir de 16 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

ATO Nº 436/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR Leovaldo Alves de Castro Junior, no cargo em Comissão de Assessor Especial – DNS 03, na Secretaria Municipal de Administração, com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 01/2018

DAS PARTES – SUBLOCADORA: REGIONAL CENTRO COMERCIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.° 10.706.086/0001-26, com sede à Avenida Arthur Bernardes, n.° 855, Várzea Grande - MT, neste ato representada pela sua sócia administradora, Sra. MARIA LURDES GHILARDI. SUBLOCATÁRIO: INSTITUTO MUNICIPAL DE

PREVIDENCIA SOCIAL DOS SEGURADORES DOS SERVIDOREES DE VÁRZEA GRANDE/MT- PREVIVAG, pessoa jurídica de direito público interno, autarquia municipal inscrita no CNPJ sob o n.° 00.584.491/0001-65, situada à Avenida Arthur Bernardes, n° 855, Várzea Grande - MT, bairro Ipase, Várzea Grande - MT, representado pela sua Presidente SUMAIA LEITE DE ALMEIDA.

DO OBJETO - O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do presente contrato pelo período de 12 meses, passando a expirar em 21/04/2026.

DO PRAZO- 12 (doze) meses

DA JUSTIFICATIVA - Administração optou em promover a renovação do contrato em epigrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que o imóvel se adéqua perfeitamente às necessidades do Instituto para o fim que se pretende, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do PREVIVAG.

DO VALOR - O valor do aluguel mensal do imóvel será reajustado para R$ 16.177,78 (dezesseis mil, cento e setenta e sete reais e setenta e oito centavos), em conformidade com a Cláusula Terceira do referido contrato, aplicando-se o IPCA acumulado em Abril/2025, no percentual de 4,83% (quatro inteiros e oitenta e três centésimos por cento).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – No presente exercício, as despesas decorrentes do contrato correrão por conta do orçamento específico do PREVIVAG, com recurso 01.802-Recursos do Regime Próprio de Previdência; Projeto Atividade 2.074 - Manutenção e Encargos das Atividades do PREVIVAG; Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.10.00 - outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - locação de imóveis.

Parágrafo Primeiro- As despesas para os exercícios futuros serão alocadas em recursos próprios do orçamento do PREVIVAG e correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral do PREVIVAG, cujos programas de trabalho e elemento de despesa específica constarão nas respectivas Notas de Empenho a serem emitidas.

DATA DA ASSINATURA: 14 DE ABRIL DE 2025.

ATO Nº. 437/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Bruna Gabriely Motta Souza, no cargo em comissão de Assessor Especial – DNS 03, na Secretaria Municipal de Administração, com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo *Prefeita Municipal*

ATO Nº 438/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Leovaldo Alves de Castro Junior, no cargo em Comissão de Assessor Especial - DNS 03 na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

EXTRATO TERMO DE PARCERIA N. 01/2025

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, AGROINDUSTRIA REI FISH COMERCIO DE PESCADO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, empresa privada de direito privado, inscrita no CNPJ n. 37.956.526/0001-50.** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Contratual é regido e vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/2021 e suas alterações, ao PROCEDIMENTO AUXILIAR de licitação de acordo com o art. 78, I da Lei n° 14.133/2021, por meio de CREDENCIAMENTO através de CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2025 dos interessados, nos termos do. Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 concomitante com o Art. 98 e seguintes do Decreto Municipal n° 81/2023 e no Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 1027392/2025. OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Parceria o Credenciamento através de chamamento público para cadastramento de unidades de produção e beneficiamento de pescados que possuam selo de qualificação SIF, SISE ou SIM, interessados em comercializar os pescados in natura no evento “VG Santo Peixe – proteína saudável ao alcance de todos”, a ser realizado nos dias 16 a 18 de abril de 2025. VALOR: Não há transferência de recurso entre as partes. A definição dos valores dos produtos a serem praticados no período de comercialização baseou-se em pesquisa de mercado realizada na cidade de Várzea Grande nos meses de janeiro e fevereiro, como também pesquisa de preço no site Banco de Preços e Radar TCE. Não haverá disputa nem negociação de preços. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Termo de Parceria será de 16 de abril a 18 de abril de 2025. FISCAL DE CONTRATO Fica designada a Comissão Especial de Credenciamento para o presente processo administrativo, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao credenciamento e, de modo especial, de formalizar a decisão sobre o credenciamento, sendo composta pelos seguintes empregados públicos: a) GLAUCY KELLY ENCISO ALVES, CPF: xxx.922.731-xx, matrícula: 166705; b) REGIANY CAROLINY VILELLA DA SILVA FERREIRA, matrícula 166707, CPF xxx.514.341-xx.

DATA DE ASSINATURA: 15.04.2025

RICARDO COSTA AMORIM

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PARCEIRO PÚBLICO

AGROINDUSTRIA REI FISH COMERCIO DE PESCADO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL

EMPRESA PRIVADA

PORTARIA Nº. 459/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

DESIGNAR, o servidor **Plácido da Silva Campos Neto,** Assessor Especial – DNS 03, para exercer suas atribuições, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, a partir de 1° de abril de 2025.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 1° de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo *Prefeita Municipal*

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 03/2021

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e a Empresa CAPRIATA DE SOUZA LIMA & SOUZA LIMA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 86.982.790/0001-73.** FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo de Aditivo encontra fundamentação legal no art. 57, II, V, § 2º, da Lei 8.666/93, no Decreto Municipal n. 81/2023, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 03/2021, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 934348/2023. OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO, referente a contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços de buffet, fornecimento de lanches e refrigerantes e de eventos em geral, compreendendo, logística, planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento e fornecimento de materiais para atender as necessidades da prefeitura municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Fica aditado o valor de R$ 71.783,61 (Setenta e um mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), referente ao reajuste de 4,42%, pelo índice INPC/IBGE, no período de janeiro/2023 à janeiro/2024, passando o contrato ao valor de R$ 1.785.653,73 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 01666/0150. UO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE DESENV. URBANO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE DESEV. ECONÔMICO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/0160/01621. UO: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE GOVERNO FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS FONTE: 0150. UO: SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 06 (seis) meses, o prazo de vigência da contratação, contados a partir da data de seu vencimento, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO que designa neste ato, na função titular o servidor Tarcisio Santos da Silva, inscrito no CPF n. XXX.784.351-XX; e Fiscal Suplente a servidora Leidiene Leite Filsinger, inscrita no CPF n. XXX.205.481-XX; A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que designa neste ato, na função de titular, a servidora Jocileize Alcântara Rondon e Silva, inscrita no CPF n. XXX.927.031-XX; A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL, que designa neste ato, na função de titular, o servidor Sirlei Salete Piasecki, inscrito no CPF n. XXX.054.201-XX, e Fiscal Suplente o servidor Juliano César Bezerra Lemos, inscrito no CPF n. XXX.842.901-XX; A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE DE LAZER, que designa neste ato, na função de titular, a servidora Maria Estela da Silva Costa, inscrita no CPF n. XXX.308.341-XX; e como suplente a servidora Almindo P. da Silva Filho, inscrito na Matrícula n. 2214; A PROCURADORIA GERAL, que designa neste ato, na função de titular, a servidora Bruna Evelyn Leite de Brito, inscrita no CPF n. XXX.050.561-XX, e Fiscal Suplente o servidor Luciana Fabricia Rosa Barros, inscrito no CPF n. XXX.598.621-XX; A SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA que designa neste ato, na função de fiscal a servidora Josivania Franca Santos, inscrita no CPF n. XXX.039.432-XX, e na função de suplente a servidora Weslainy Gonçalves de Carvalho, inscrita no CPF n. XXX.221.291-XX. A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, que designa neste ato, na função de titular, a servidora Marcelly da Silva Sampaio Arruda, inscrita no CPF n. XXX.579.981-XX, e Fiscal Suplente a servidora Elza Maria Munhoz Domingos, inscrita no CPF n. XXX.173.021-XX; A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que designa neste ato, na função de Titular, a servidora Alessandra Carreira Rodrigues Gajardoni, inscrita na Matrícula n. 130034, e na função de Suplente, a servidora Eliete dos Santos Rosa, inscrita na Matrícula n. 153791; A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E TURISMO, que designa neste ato, na função de titular, o servidor Luciane Silva de Moraes, inscrito no CPF n. XXX.124.021-XX, e Fiscal Suplente o servidor Mario Quidá Neto, inscrito no CPF n. XXX.931.031-XX. A SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO que designa neste ato, na função de titular, a servidora Marcelly Candiotti Toskan, inscrita no CPF n. xxx.117.071-xx, e Fiscal Suplente a servidora Tuliane Patrice Franchi Barros, inscrita no CPF n. XXX.974.071-XX; SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA que designa neste ato, na função de titular, a servidora Naiane Cristina Negrão, inscrita no CPF n. XXX.768.831-XX, e Fiscal Suplente a servidora Viviany Inês Lemes Pinto, inscrita no CPF n. XXX.756.971-XX; SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO que designa neste ato, na função de titular, a servidora Naiane Cristina Negrão, inscrita no CPF n. XXX.768.831-XX, e Fiscal Suplente a servidora Viviany Inês Lemes Pinto, inscrita no CPF n. XXX.756.971-XX; SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL que designa neste ato, na função de titular, a servidora Jane Cássia Duarte Ventura, inscrita no CPF n. XXX.523.881-XX; e Fiscal Suplente a servidora Leticia Baldini da Costa, inscrita no CPF n. XXX.724.671-XX; DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO que designa neste ato, na função de titular, a servidora Cleidiane Batista da Costa, inscrita na Matrícula n. 152158, e Fiscal Suplente a servidora Juliana Valentim, inscrita na Matrícula n. 151850. SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO que designa neste ato, na função de titular, a servidora Lindalva Lemes da Silva, inscrita no CPF n. XXX.157.491-XX, e Fiscal Suplente a servidora Jakeline Pereira Isaac, inscrita no CPF n. XXX.831.141-XX;

DATA DE ASSINATURA: 05.01.2025

NADIR MARTINS ARAÚJO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JOSÉ FRANCISCO MAZZUCO JÚNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA

EDSON SESTARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SAMIR BOSSO KATUMA

SECRETARIA DE DESEV. ECONÔMICO

RICARDO COSTA AMORIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MAURÍCIO MAGALHÃES FARIA NETO

PROCURADORIA GERAL

LOURINEY DOS SANTOS SILVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

CELSO LUIZ PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO

BENEDITO LUCAS MIRANDA

SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO

GERSON RONEI SCARTON JÚNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CELSO LUIZ PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS

FABYANE AKEMI NAGAZAWA DE FRANÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ANA PAOLA CARLINI MENNA BARRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CAPRIATA DE SOUZA LIMA & SOUZA LIMA LTDA ME CONTRATADA

ATO Nº 432/2025

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Majô Cristine Lopes Dias, no cargo em comissão de Superintendente Pedagógico - DNS 03, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 17 de abril de 2025.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 106/2025

Sandro dos Anjos Azambuja – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98 e, ainda, Ato de Nomeação 19/2025.

Considerando os termos do artigo 117 da Lei n. 14.133/21, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado.

Considerando os termos do artigo 13 do Decreto Municipal n. 81/23, que dispõe sobre a execução e gerenciamento de contrato e seus documentos.

Considerando o término dos contratos de trabalho temporário de alguns servidores fiscais de contrato.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017 – INSTITUTO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VARZEA GRANDE – PREVIVAG.

Objeto:Constitui objeto deste 5º Termo Aditivo prorrogação de prazo por mais 12 (doze) **meses e** reajuste de preço conformeíndice do IGP-M com percentual 6,54%, equivalente ao valor mensal de R$ 13.389,79 (Treze mil e trezentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), e após o reajuste passa a ser de R$ 14.265,48 (quatorze mil duzentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).A vigência do presente termo vigorará entre o período de 06/01/2025 a 06/01/2026,prorrogável por igual período ou até que seja homologado um novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação artigo 57 da lei 8.666;

Fiscal: EGIANE MARIA DE ARAUJO

Matrícula n.º: 3537

Suplente de Fiscal: MÔNIKA NERVIS LACERDA

Matrícula n.º: 2518

Art. 2°. Compete ao Gestor de Contrato:

I. Acompanhar e fiscalizar a atuação dos fiscais de contrato, observando o cumprimento de suas cláusulas e condições.

II. Verificar a conformidade da entrega de bens ou prestação de serviços com o especificado nos contratos;

III. Promover a comunicação entre a Administração e as contratadas, zelando pelo cumprimento dos prazos e obrigações contratuais;

IV. Registrar, formalmente, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, encaminhadas pelo Fiscal ou de ofício;

V. Emitir pareceres, relatórios e certificados relacionados à execução dos contratos, quando necessário;

VI. Informar à autoridade competente qualquer irregularidade ou necessidade de aditamento ou rescisão contratual.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições anteriores**.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 17 de abril de 2025.

SANDRO DOS ANJOS AZAMBUJA

DIRETOR PRESIDENTE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 090/2022

PARTES INTERESSADAS: **O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e o Senhor CLEBER SOARES JARDINI** inscrito no CPF n. XXX.907.421-XX, doravante denominado LOCADOR FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Termo Aditivo encontra fundamentação legal no Artigo 57 §2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas atualizações, ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei n. 8.245/91 alterada pela Lei n. 12.112/2009, Ato de Dispensa de Licitação n. 17/2022, no Termo de Contrato nº. 090/2022, na devida justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como nos demais documentos acostados ao Processo n. 1033927/2024. OBJETO: Este Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, referente a locação de imóvel urbano, localizado na Rua Espírito Santo n. 373, Bairro Nova Várzea Grande – MT, CEP 78.135-700, destinado à Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias na modalidade de Abrigo Institucional. VALOR: O valor mensal a ser pago pelo Locatário será de R$ 8.128,00 (oito mil, cento e vinte oito reais) perfazendo o valor total de R$ 195.072,00 (cento e noventa e cinco mil, setenta e dois reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 01660. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, o prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir da data de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: . O acompanhamento e a Fiscalização do contrato ficarão a cargo do LOCATÁRIO, que designa para este ato, na função de titular, a Senhora JOCILEIZE ALCÂNTRA RONDON E SILVA, inscrita no CPF n. XXX.927.031-XX; e, na função de

suplente, a servidora VANESSA CAROLINA HENDGES, inscrita no CPF n. XXX.540.511-XX, especialmente para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei nº. 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 07.04.2025

CRISTINA SETSUCO SIQUEIRA SAITO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CLEBER SOARES JARDINI

LOCADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.301/2025

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **EDIMUNDO BRASILINO DA SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX SSP/SP e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, para exercer o cargo de provimento de **Administrador Regional de Saúde da Unidade Rural, Símbolo C.C-1**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 07 de abril de 2025,** revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL de dois mil E VINTE E cinco.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N. 294/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor **AVELINO CAMBARÁ,** matricula n. 2126, efetivo lotado na Secretaria de Agricultura, GRATIFICAÇÃO de **20% (vinte por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório, considerando que o servidor executa tarefas extras e o mesmo fica à disposição da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA INTERNA Nº 003/2025/SMS, DE 17 DE ABRIL DE 2025

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONTRATUALIZAÇÃO (CAC) PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PROGRAMA FILA ZERO E FUNDO ESTADUAL DE EQUILBRIO FISCAL (FEEF).

A **Secretária Municipal de Saúde de Vila Bela da Santíssima Trindade**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação municipal e demais normas vigentes.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Portaria nº 3.410 de 30 de Dezembro de 2013, que dispõe sobre a criação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC);

CONSIDERANDO a Portaria nº 040/GBSES/2022, que aprova a sistemática de monitoramento, controle e avaliação da aplicação das receitas advindas da arrecadação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF/MT aplicado na rede de atenção à saúde de Mato Grosso (RAS/MT) e revoga a Portaria n° 278/GBSES/2020; Parecer Técnico n° 017/ERSPUSESIMT/2022, que conclui parecer favorável para aplicação do Recurso do FEEF destinado ao Hospital Evangélico de Mato Grosso no município de Vila Bela da Ss. Trindade para a realização de procedimentos de pequenas cirurgias, laqueadura e vasectomia para 08 (oito) municípios da Regional Sudoeste Mato-grossense, Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO a Portaria 278/GBSES/2020, que aprova a sistemática de monitoramento, controle e avaliação da aplicação das receitas advindas da arrecadação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF/MT aplicado na rede de atenção à saúde de Mato Grosso (RAS/MT) e revoga a Portaria n° 278/GBSES/2020; Parecer Técnico n° 017/ERSPUSESIMT/2022, que conclui parecer favorável para aplicação do Recurso do FEEF destinado ao Hospital Evangélico de Mato Grosso no município de Vila Bela da Ss. Trindade para a realização de procedimentos de pequenas cirurgias, laqueadura e vasectomia para 08 (oito) municípios da Regional Sudoeste Mato-grossense, Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o Decreto Nº 1.083, de 10 de outubro de 2024, que institui o “Programa Fila Zero na Cirurgia - Programa Estadual de Cirurgias, Consultas e Exames Complementares Eletivos no âmbito do Estado de Mato Grosso”;

CONSIDERANDO Nota Técnica nº 00120/2024/SPCA/SES, que tem como objetivo esclarecer, orientar e complementar as informações da Portaria nº 0728/2024/GBSES que dispõe sobre os critérios para o financiamento estadual ao Programa Fila Zero na Cirurgia - Programa Estadual de Cirurgias, Consultas e Exames Complementares Eletivos no âmbito do estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a **Comissão de Acompanhamento de Contratualização (CAC)** no âmbito do Programa Fila Zero, com a finalidade de validar os serviços hospitalares, ambulatoriais e cirúrgicos realizados pelo Hospital Evangélico de Mato Grosso.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) terá as seguintes atribuições:

I. Validar a execução dos serviços do programa fila zero realizados pelo Hospital Evangélico de Mato Grosso (HEMT), em conformidade com os relatórios da supervisão técnica in loco do Escritório Regional de Saúde de Pontes. **II.** Realizar o monitoramento, controle e Avaliação dos recursos advindos da arrecadação do FEEF/MT em investimentos e em despesas de custeio complementar da tabela SUS, em âmbito hospitalar e ambulatorial, na instituição beneficiária Hospital Evangélico de Mato Grosso na execução das ações e serviços de saúde pactuadas, avaliando o cumprimento dos indicadores hospitalares: Capacidade Hospitalar Operacional, Taxa de ocupação hospitalar (%), taxa de infecção e taxa de mortalidade hospitalar. **III.** Realizar o monitoramento, controle e avaliação dos Recurso do FEEF destinado ao Hospital Evangélico de Mato Grosso no município de Vila Bela da Ss. Trindade para a realização de procedimentos de pequenas cirurgias, laqueadura e vasectomia para 08 (oito) municípios da Regional Sudoeste Mato-grossense, Estado de Mato Grosso.

Art. 3º A Comissão será composta pelos seguintes membros, designados para um mandato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período:

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Miguel Junior dos Santos Melo

Suplente: Marcia Fernandes Redivo

Conselho Municipal de Saúde

Titular: Roseni Martins da Silva

Suplente: Jeyme Santa Soares Vilasboas

Central Municipal de Regulação

Titular: Hugo Souza Almeida

Suplente: Rosana Maria da Silva

Atenção Primária à Saúde

Titular: Fabiana Limeira de Oliveira

Suplente: Michelle Webb Del Santos Prates da Fonseca

Prestador de Serviços

Titular: Maria Auxiliadora Dorileo Rosa

Suplente: Walter Leite Rodrigues

Escritório Regional de Saúde

Titular: Elisa Montalvão Rocha Pimentel

Suplente: Ana Carolina Guedes Maximiliano Ferro

Parágrafo único. Os membros da Comissão exercerão suas funções sem prejuízo de suas atividades habituais e sem remuneração adicional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a as disposições em contrário, em especial a Portaria Interna nº 001/2025/SMS, de 28 de março de 2025.

Vila Bela da Santíssima Trindade, **17 de abril de 2025.**

Miguel Junior dos Santos Secretário Municipal de Saúde

Portaria nº 083/2022

PORTARIA N. 293/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **GISLAINE RAMOS DA SILVA VIEIRA,** matricula n. 3007, efetiva no cargo de Agente Administrativo, GRATIFICAÇÃO de **20% (vinte por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório, considerando que a servidora executa tarefas extras e a mesma fica à disposição da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO OBJETO - CONTRATO N°037/2024

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO OBJETO - CONTRATO N°037/2024.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°037/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT E GLEDSON FERREIRA DE SOUZA LTDA, NOS TERMOS ABAIXO:

O Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, representado pelo Prefeito Municipal, JACOB ANDRE BRINGSKEN, doravante denominado contratante e a empresa GLEDSON FERREIRA DE SOUZA LTDA, doravante denominada contratada, representada por Gledson Ferreira de Souza, conforme nos atos constitutivos da empresa, considerando o CONTRATO N°037/2024, celebram o presente **TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO OBJETO,** de comum acordo, com fundamento na Lei nº 14. 133/2021 e suas regulamentações, conforme cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de **R$60.055,20 (Sessenta Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Vinte centavos)** referente ao Contrato n°037/2024, decorrente de Pregão Presencial n°013/2024, da Lei n°14.133/2021, homologada em 10/06/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO 2.1 Após a implementação dos acréscimos de valores previstos na Cláusula Primeira do presente Termo Aditivo, o valor global do contrato n°037/2024 passará a ser de R$499.255,20 (Quatrocentos e Noventa e Nove Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte Centavos).

3. CLAUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO

3.1 Após a implementação do presente Termo Aditivo, o **Prazo de Vigência será por mais 2 meses, a contar do dia 21/06/2025.**

4. CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.166 – Manutenção de Transporte Escolar

3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Ficha 54/1500

R$30.055,20 (Trinta Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Vinte Centavos)

2.165 – Manutenção do PNAT – Programa Nacional de Transportes Escolares

3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Ficha 53/1553 – Transferências de Recursos do FNDE

R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais)

2.166 – Manutenção de Transporte Escolar

3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Ficha 54/1550 – Transferência do Salário Educação

R$10.000,00 (Dez Mil Reais)

2.166 – Manutenção de Transporte Escolar

3.3.90.39.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Ficha 54/1571 – Transferências do Estado Referentes a Convênios

R$10.000,00 (Dez Mil Reais)

5. CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO 5.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n°037/2024. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de Abril de 2025.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO CONTRATANTE	GLEDSON FERREIRA DE SOUZA LTDA GLEDSON FERREIRA DE SOUZA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NÚBIA F. B. DA SILVEIRA ADM. DE LICITAÇOES E CONTRATOS PORTARIA 125/2025	AIRTON SAUCEDO GERENTE DE LICITAÇOES PORTARIA 273/2023

PORTARIA N. 296/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora **ALINE JUSTINA DE MELO RAMOS,** matricula n. 847, efetiva lotada na Secretaria de Saúde, GRATIFICAÇÃO de **30% (trinta por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório, considerando a alta demanda dos trabalho na Secretaria de Saúde, o qual a servidora executa.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N. 303/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal o servidor **OZIEL RIBEIRO COELHO,** brasileiro, residente e domiciliado no município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, para responder interinamente pela Secretaria de Agricultura e Pecuária, ocupando o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL de dois mil E VINTE E cinco.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N. 299/2025

AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO AO SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Artigos 102 a 105 da Lei Municipal 424/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão em pecúnia de **02 (dois) meses,** da licença-prêmio que se faz jus a servidor efetivo lotado na Secretaria de Municipal de Infraestrutura e Fomento, no cargo de Eletricista **EVERALDO COELHO DE BRITO**,relativo ao período aquisitivo de **01.08.2019 a 31.07.2024**, com fulcro no artigo 102 e 105, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992. **Com pagamento para os meses de Maio e Junho.**

Artigo 2º – Caberá ao Departamento de Recursos Humanos consignar em folha de pagamento o valor da conversão de que trata o artigo anterior, sob a denominação **Conversão em Pecúnia–Portaria n. 299/2025**, observadas as formalidades e disposições legais em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N. 290/2025

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- MODALIDADE ANÁLISE CURRICULAR N. 001/2025/SMAST DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

CONSIDERANDO item 7, subitem 7.1 da homologação do resultado final do **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - MODALIDADE ANÁLISE CURRICULAR N. 001/2025/SMAST** em 04 de abril de 2025, publicado Diário Oficial Eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 04 de abril de 2025 e mural público do Edifício-Sede desta Prefeitura Municipal na mesma data;

RESOLVE:

Art. 1°. Fica convocado para contratação o candidato ao cargo elencado nos anexos desta Portaria, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. O candidato a ser contratado deverá atender os seguintes procedimentos:

I - Comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **nos dias compreendido de 22 de abril a 01 de maio do corrente ano, das 07h00m às 13h00m,** para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

I. Cédula de Identidade;

II. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)

III. Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII. Cartão do PIS/PASEP;

VIII. Certidão de Quitação Eleitoral e serviço militar;

IX. Título de Eleitor;

X. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio do candidato, demonstrando que o mesmo não possua condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de assumir cargo público de qualquer natureza;

XI. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico especializado em Medicina do Trabalho;

XII. 01 (uma) foto 3x4, colorida;

XIII. Ter registro no conselho da respectiva categoria, quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

XIV. No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com a previsão do Edital;

XV. Comprovante de Escolaridade;

XVI. Declaração contendo endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e dados de conta bancária, estes para fins de percebimento da remuneração;

XVII. Declaração negativa de acumulo de cargo público;

XVIII. Declaração de bens e valores.

XIX. Declaração Étnico-Racial

XX. Numero de telefone;

XXI. Email;

Art. 3º. A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no regime jurídico-administrativo, instituído pela Lei Municipal Nº 1.409/2019, de 26 de fevereiro de 2019, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º. Os contratos oriundos da presente Convocação serão em caráter excepcional e por tempo determinado, apenas e tão somente para a substituição provisória de servidores que se encontrarem em férias, licença prêmio, licença saúde, e demais afastamentos permitidos na lei.

Art. 5º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS DEZESSETE DIAS do mês deABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

ANEXO I - PORTARIA N. 290/2025

Motorista de Veículo Leve

Classificação	Nome do Candidato	Data de nascimento	CPF	Pontuação
2º	SILVIO RIBEIRO JUNIOR	21/10/1986	024.XXX.XXX-09	18

Zelador

Classificação	Nome do Candidato	Data de nascimento	CPF	Pontuação
1º	SUELI SOUZA DA SILVA	26/03/1979	662.XXX.XXX-15	38

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

LEI ORDINÁRIA Nº 1685, DE 16 ABRIL DE 2025

RECONHECE AS MODALIDADES ESPORTIVAS EQUESTRES E RECONHECE TAIS ATIVIDADES COMO MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR EDSON PALACIO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais submete e a **Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade Estado de Mato Grosso** aprova e o Prefeito de **Vila Bela da**

Santíssima Trindade, **JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**, no uso de suas atribuições legais, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reconhecidas, no âmbito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, como manifestações esportivas e de valor cultural, as modalidades equestres, compreendidas uso de equídeos incluindo cavalos, muares e seus cruzamentos como elemento central de sua execução.

Art. 2º. Fica autorizado, no âmbito do Município, o exercício e a prática das modalidades esportivas equestres, tais como: Laço comprido (ou Tiro de Laço), Ranch Sorting, Team Roping e Team Penning, entre outras.

Parágrafo único – As referidas atividades são reconhecidas como manifestações culturais e município, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º. Compete a seus organizadores, dentre outras atribuições de ambas as competições.

I - A criação e regulamentação da modalidade de competição;

II - Definição do número de atleta por clube e formação de árbitros

III - Apresentação de emendas as regras de competição em caso de necessidade.

IV - Realização do credenciamento dos respectivos atletas e dirigentes.

Art.4º. Ficam proibidos eventos em que ocorram atos de crueldade e maus-tratos contra animais, sem prejuízo das determinações e sanções previstas em outros dispositivos legais na esfera Municipal, Estadual e Federal ficando sempre assegurado a integridade e o bem-estar dos animais como prioridade.

Art.5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes no orçamento, suplementadas se necessário.

Art.6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2025.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 300/2025

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera **MARCOS EDUARDO DE SOUSA FRAUZINO,** brasileiro, residente e domiciliado neste município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG nº XXX.XXX SSP/MG e CPF: XXX.XXX.XXX, do cargo de provimento em comissão de **Administrador Regional de Saúde da Unidade Rural.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativo a 04 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N. 295/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor **JEFESON MALDONADO PERALTA,** matricula n. 2791, efetivo lotado na Secretaria de Agricultura, GRATIFICAÇÃO de **20% (vinte por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório, considerando que o servidor executa tarefas extras e o mesmo fica à disposição da Secretaria de Agricultura.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.291/2025

***DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO* DA PORTARIA Nº 285/2025 QUE ALTERA A PORTARIA Nº 436/2024 SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE 2024, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria n° 285/2025, que altera a portaria nº 436/2024 sobre nomeação da comissão permanente de processo administrativo disciplinar de 2024.

Onde se lê: Art. 1º - Instituir, a Comissão Permanente de **Processo Administrativo Disciplinar (PAD)** para o exercício **do ano de 2024**, para o acompanhamento de todos os processos disciplinares em andamento e os que por ventura vierem a ser instaurados, com a seguinte composição:

MÁRCIO ANDRÉ SILVEIRA

Matrícula 4544

JOSÉ SOARES BARBOSA FILHO

Matrícula 826

ROSENI MARTINS DA SILVA

Matrícula 1518

Leia-se: Art. 1º - Instituir, a Comissão Permanente de **Processo Administrativo Disciplinar (PAD)** para o exercício **do ano de 2025**, para o acompanhamento de todos os processos disciplinares em andamento e os que por ventura vierem a ser instaurados, com a seguinte composição:

MÁRCIO ANDRÉ SILVEIRA

Matrícula 4544

JOSÉ SOARES BARBOSA FILHO

Matrícula 826

ROSENI MARTINS DA SILVA

Matrícula 1518

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N. 297/2025

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor **RAFAEL JUNIOR DA SILVA POHU,** matricula n. 3833, efetivo na função de serviços gerais, GRATIFICAÇÃO de **40% (quarenta por cento)** sobre seu vencimento**,** nos termos que dispõe no art. 3º, inciso II, cumulado com o Anexo IV, da lei Municipal 558/99 a contar desta data.

Art. 2º. A gratificação concedida no art. 1º da presente Portaria tem o caráter indenizatório, considerando que o servidor executa tarefas extras e o mesmo fica à disposição da secretaria de Obras.

Art. 3º. A designação é efetuada em caráter precário, podendo a administração a qualquer momento revogar a designação.

§ 1º. Com a revogação da designação o salário do servidor voltará a ser o original para o qual foi concursado, não gerando qualquer incorporação ou direito.

§ 2º. O servidor designado só fará jus a remuneração da função comissionada sendo assíduo ao serviço e não se afastar por qualquer motivo.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2025**, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL DO ANO de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.302/2025

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera **EDCLAY LOPES COELHO,** brasileiro, residente e domiciliado neste município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG nº XXX.XXX SSP/MG e CPF: XXX.XXX.XXX, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N. 292/2025

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **JONNY WEDER DE ALMEIDA FERNANDES,** brasileiro, residente e domiciliado neste município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade nº XXX.XXX SSP/SP e CPF nº 033.XXX.XXX-00, para exercer o cargo de provimento de **Diretor de Contabilidade e Empenho, Símbolo C.C-2.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **tendo seus efeitos a partir de 22 de abril de 2025,** revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZESSETE DIAS do mês de ABRIL de dois mil E VINTE E cinco.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

PORTARIA N.304/2025

DEVOLVE SERVIDORA PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de professora pedagoga- Zona Rural, **DELMA ROBERTA RAMÃO,** portadora da Cédula de Identidade nº XX.XXX SSP/SP e CPF nº 190.XXX.XXX-60, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, DEZESSETE de ABRIL de dois mil E VINTE E CINCO.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 011/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 011/2025

PROCESSO 052/2025

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 14.133/2021 art. 75 inc. II. Cujo objeto é a Licença de Uso da "Plataforma de Inteligência e Acompanhamento Permanente da Gestão do SUAS", em ambiente web e mobile, contemplando formação continuada, informatização e conexão entre profissionais do Sistema Único de Assistência Social. Contratada: **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCAIS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.582.479/0001-23 no **valor total de** R$ 37.302,50 (Trinta e sete mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos).**Homologo**, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações e o despacho da Agente de Contratação e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.

Vila Rica, 17 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

JOAO SALOMÃO PIMENTA

GESTÃO 2025-2028

C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 225/2025

De 17 de abril de 2025.

JOAO SALOMÃO PIMENTA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º-Nomear o Sr.º(a) **GECIVALDO COUTO ARAUJO,** portador(a) doCPF sob o nº ***622.281**,para exercer o cargo de **ESCRITURARIO., Classe "A" grau "01",** com vencimentos e obrigações atinentes ao cargo.

Art 2º - O(a) servidor(a) citado irá exercer suas funções na Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

JOAO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 040/2025

DE 17 DE ABRIL DE 2025.

FIXA PARA O EXERCÍCIO DE 2025, DATA DE VENCIMENTO, DESCONTO EM COTA ÚNICA CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 1.273/2014- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E O VALOR DE TARIFA DE EXPEDIENTE PARA LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO BAIRRO TIRADENTES E TIRADENTES II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas em Lei, e de acordo com dispositivo no Art.152 da Lei Complementar N. 1.273 de 17 de Dezembro de 2014- Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1 º - Os lançamentos e a arrecadação dos Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal, no qual estarão indicados, entre outros elementos necessários à perfeita identificação do imóvel do contribuinte e dos tributos e seus elementos constitutivos.

Art. 2º - Os Impostos, Predial e Territorial Urbano, serão lançados e arrecadados em um DAM - Documento de Arrecadação Municipal especifico.

Paragrafo Único - O Contribuinte que optar pelo pagamento em cota única terá o benefício, como citado abaixo;

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 15% (quinze por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais, conforme estabelecido no § 2º do Art. 172 da Lei Complementar nº 1.273 de 17 de Dezembro de 2014 - Código Tributário Municipal, ou em 3 (três) parcelas do valor integral, conforme datas abaixo:

BAIRRO TIRADENTES E TIRADENTES II,

I- Cota Única até 30/05/2025.

II- Primeira parcela em 30/05/2025.

III- Segunda parcela em 30/06/2025.

IV- Terceira parcela em 31/07/2025.

Art. 3º - Os tributos não pagos na data do vencimento, terão seus valores atualizados e acrescido de multas e juros de mora, de conformidade com o Art. 88 estabelecido na Lei Complementar n° 1.273/2014- Código Tributário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 17 de abril 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

Gestão 2025/2028

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 226 /2025

DE 17 DE ABRIL DE 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora**,** Andreia de Aquino Ferreira (titular), inscrita no CPF nº 016.836.631-28 e a servidoraMarli Terezinha de Souza Araújo (suplente), inscrita no CPF nº 889.065.311-68, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 028/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA-MT** e a empresa **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o número 08.582.479/0001-23, cujo objeto é a licença de Uso da "Plataforma de Inteligência e Acompanhamento Permanente da Gestão do SUAS", em ambiente web e mobile, contemplando formação continuada, informatização e conexão entre profissionais do Sistema Único de Assistência Social.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

Gestão 2025/2028

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 048/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de tenda tipo galpão , para realização do fórum político, no evento 39° aniversário de emancipação de Vila Rica/MT – FEPAVIR, a ser realizado nos dias 13 a 18 de maio de 2025, no parque de exposição – zona rural.

DO PAGAMENTO: O valor deste CONTRATO é de R$ 26.650,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta reais), referentes ao valor global dos serviços previstos na clausula primeira, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, mediante apresentação da nota devidamente atestada pelo fiscal do contrato

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato é de 06 (seis) meses a contar da assinatura do contrato.

Vila Rica, 17 de abril de 2025.

ASSINANTES:

JOAO SALOMÃO PIMENTA– Prefeitura Municipal De Vila Rica (03.238.862/0001-45) – Contratante.

L. V MASSON LTDA - (38.163.295/0001-90) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 028/2025

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 052/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025

DO OBJETO: Licença de Uso da "Plataforma de Inteligência e Acompanhamento Permanente da Gestão do SUAS", em ambiente web e mobile, contemplando formação continuada, informatização e conexão entre profissionais do Sistema Único de Assistência Social.

DO PAGAMENTO: O valor do contrato é de R$ 37.302,50 (Trinta e sete mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos). Os pagamentos mensais serão efetuados até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação de serviço, mediante apresentação da nota fiscal. O pagamento da implantação será feito após o serviço ser executado mediante apresentação da Nota fiscal devidamente atestada.

DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Vila Rica, 17 de abril de 2025.

ASSINANTES:

JOAO SALOMÃO PIMENTA– Prefeitura Municipal De Vila Rica (03.238.862/0001-45) – Contratante.

JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCAIS LTDA - (08.582.479/0001-23) – Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 010/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 010/2025

PROCESSO 048/2025

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 14.133/2021 art. 75 inc. II. Cujo objeto é Contratação de empresa especializada em locação de tenda tipo galpão, para realização do fórum político, no evento 39° aniversário de emancipação de Vila Rica/MT – FEPAVIR, a ser realizado nos dias 13 a 18 de maio de 2025, no parque de exposição – zona rural. Contratada: **L. V MASSON LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 38.163.295/0001-90 no valor total de R$ 26.650,00 (Vinte e seis mil seiscentos e cinquenta reais).**Homologo**, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações e o despacho da Agente de Contratação e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.

Vila Rica, 17 de Abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

JOAO SALOMÃO PIMENTA

GESTÃO 2025-2028

C.N.P.J.: 03.238.862/0001-45

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 42, 43, 44, 45, 46, 47 E 48/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

DO OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender os usuários da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica, 17 de abril de 2025.

ASSINANTES / VALOR:

JOÃO SALOMÃO PIMENTA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS LTDA (27.728.661/0001-03) R$ 177.645,00- Contratada.

HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA (08.774.906/0001-75) R$ 35.100,00

CENTERMEDI COM DE PROD HOSPIT LTDA (03.652.030/0001-70) R$ 168.220,50- Contratada

DIMASTER- COM DE PROD HOSPITALARES LTDA (02.520.829/0001-40) R$ 166.433,00- Contratada

INOVAMED HOSPITALAR LTDA (12.889.035/0001-02) R$ 135.022,00- Contratada

KASMEDI DIST DE MEDICAMENTOS LTDA (51.685.649/0001-24) R$ 20.640,00- Contratada

ZAFRA DISTRIB. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (41.347.974/0001-23) R$ 19.500,00- Contratada

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 1063639

O Prefeito Municipal Srº JOÃO SALOMÃO PIMENTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em especial a Lei 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitações, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado Processo Licitatório 009/2025 na modalidade Pregão Eletrônico 007/2025, Registro de

preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender a Secretaria Municipal de Saúde, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS VALOR TOTAL (R$)

ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS LTDA (27.728.661/0001-03) R$ 177. 645,00

HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA (08.774.906/0001-75) R$ 35.100,00

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03. 652.030/0001-70) R$ 168.220,50

DIMASTER- COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02. 520.829/0001-40) R$ 166.433,00

INOVAMED HOSPITALAR LTDA (12.889.035/0001-02) R$ 135.022,00

KASMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

(51.685.649/0001-24) R$ 20.640,00

ZAFRA DISTRIB. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA (41.347.974/0001-23) R$ 19.500,00

Lotes: 12,13,27, 29 e 50 empresas não aceitaram a contra proposta; foram FRACASSADOS.

Lotes 30 e 39 não houveram participante; lotes foram DESERTOS.

Vila Rica, 17 de abril de 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2025-2028

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 227 /2025

DE 17 DE ABRIL DE 2025.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor**,** Fabricio Lindon Silva, inscrito no CPF sob nº 580.805.461-34, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 029/ 2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA-MT** e a empresa **L. V MASSON LTDA,** inscrita no CNPJ sob o número 38.163. 295/0001-90, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em locação de tenda tipo galpão, para realização do fórum político, no evento 39° aniversário de emancipação de Vila Rica/MT – FEPAVIR, a ser realizado nos dias 13 a 18 de maio de 2025, no parque de exposição – zona rural.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

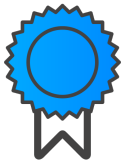
Gabinete do Prefeito Municipal.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

Prefeito Municipal

Gestão 2025/2028

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Apr 21 23:40:13 UTC 2025
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)